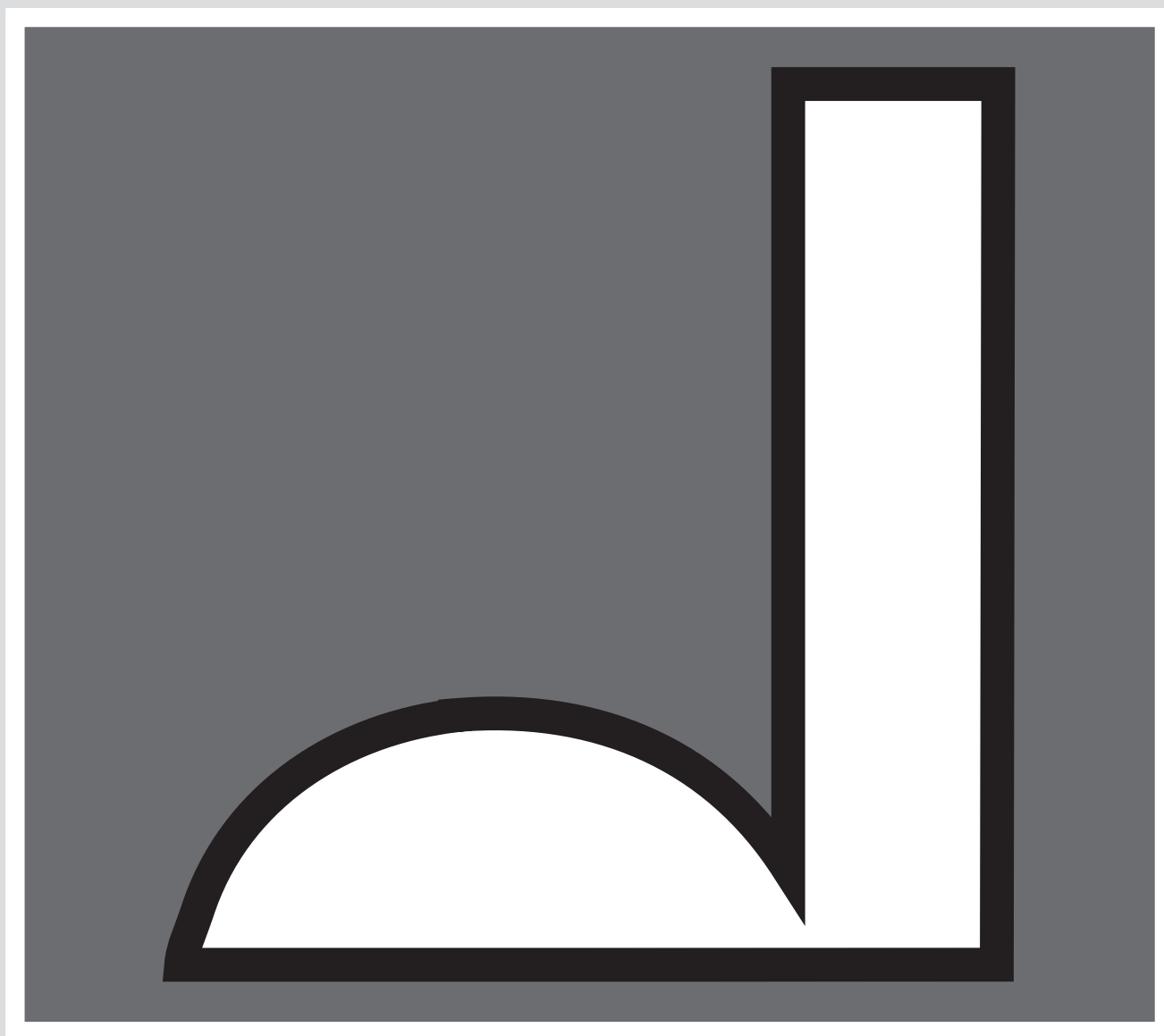




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - SUP. AO Nº 58 - TERÇA-FEIRA, 1º DE MAIO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Álvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges – PFL-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 26	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30
LÍDER VICE-LÍDERES LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns LÍDER DO PTB – 5 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior LÍDER DO PSB – 3 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares LÍDER DO PC do B – 1 LÍDER DO PRB – 1 Marcelo Crivella LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	LÍDER Lúcia Vânia VICE-LÍDERES LÍDER DO PFL – 17 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá VICE-LÍDERES DO GOVERNO
EXPEDIENTE		
Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES	
1.1 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participação	
2ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para 08 de fevereiro de 2007, quinta-feira, às 09:00 horas.....	5
3ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para 15 de fevereiro de 2007, quinta-feira, às 09:00 horas.....	14
4ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para 21 de fevereiro de 2007, quinta-feira, às 09:00 horas.....	44
5ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com a 3ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 27 de fevereiro de 2007, terça-feira, às 10:00 horas. .	76
6ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para 1º de março de 2007, quinta-feira, às 09:00 horas.....	98
7ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 08 de março de 2007, quinta-feira, às 9 horas.....	120
8ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 15 de março de 2007, quinta-feira, às 09:00 horas.....	147
9ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com a 7ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais e a 8ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada no dia 21 de março de 2007, quinta-feira, às 10:00 horas....	171
10ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com a 8ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para 21 de março de 2007, quinta-feira, às 14:00 horas....	192
1.2 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA	
5ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 28 de março de 2007.....	208
6ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 04 de abril de 2007.....	216
7ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de abril de 2007.....	221
8ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 17 de abril de 2007.....	233
9ª Reunião (Conjunta) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e da 11ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 18 de abril de 2007.....	254
1.2.1 – Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis	
1ª Reunião da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 28 de março de 2007.	295
2ª Reunião da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de abril de 2007....	300
1.3 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT	
7ª Reunião (Extraordinária), da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e In-	

formática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 04 de abril de 2007. 309

8ª Reunião (Extraordinária), da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de abril de 2007. 334

9ª Reunião (Extraordinária), da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 18 de abril de 2007. 354

10ª Reunião (Extraordinária), da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 25 de abril de 2007. 365

2 – ATAS DE COMISSÕES DO CONGRESSO NACIONAL

2.1 – Comissão Mista Especial “Mudanças Climáticas”

1ª Reunião da Comissão Mista Especial “Mudanças Climáticas”, realizada em 13 de março de 2007... 390

2ª Reunião da Comissão Mista Especial “Mudanças Climáticas”, realizada em 20 de março de 2007... 406

3ª Reunião da Comissão Mista Especial “Mudanças Climáticas”, realizada em 27 de março de 2007... 422

4ª Reunião da Comissão Mista Especial “Mudanças Climáticas”, realizada em 28 de março de 2007... 431

5ª Reunião da Comissão Mista Especial “Mudanças Climáticas”, realizada em 12 de abril de 2007.... 460

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ata da 2ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para 08 de fevereiro de 2007, quinta-feira, às 9:00 horas.

Às nove horas e dezessete minutos do dia oito de fevereiro de dois mil e sete, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença da Senhora Senadora Patrícia Sabóya Gomes, e dos Senadores Flávio Arns, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Jonas Pinheiros, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Jaime Campos e não membro Senador Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Antes de iniciar a pauta o Senhor Presidente faz um Pronunciamento de posse e passa a palavra ao Vice-Presidente Senador Cícero Lucena que pronuncia seu discurso de posse. Em ato contínuo, o Presidente passa a palavra aos demais membros da Comissão. São discutidos assuntos administrativos e fica estabelecido com a anuência dos Senhores Senadores um horário extraordinário para a deliberação da Comissão, quinta-feira, às nove horas. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pauta: **ITEM Nº 01, REQUERIMENTO Nº 01, DE 2007 – CDH – de Audiência Pública CONJUNTA com as Comissões de Educação e Assuntos Sociais, a realizar-se em 21 de março de 2007, para instruir o PLS Nº 281/2005, que “Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal”, com os seguintes convidados: Paulo Skaf – Presidente da Fiesp; Armando Queiroz Monteiro Neto – Presidente da Confederação Nacional da Indústria; Antônio José Domingues de Oliveira Santos – Presidente da Confederação Nacional do Comércio; Michael Haradom – Presidente da Fersol; e Ivan Zurita – Presidente da Nestlé do Brasil. Autora: Senadora Patrícia Saboya Gomes. Resultado: **APROVADO – ITEM Nº 02 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 207, DE 2006 – NÃO TERMINATIVO – que “Proíbe a concessão de crédito e a contratação por licitação a pessoas física ou jurídicas que tenham incorrido em ato que configure a submissão de alguém à condição degradante de trabalho ou que importe grave restrição à sua liberdade individual”. Autora: Senadora ANA JÚLIA CAREPA. Relator: “ad hoc”, Senador FLÁVIO ARNS. Voto: Pela aprovação com 1 (uma) emenda que apresenta. Resultado: **ADIADO – EXTRAPAUTA: ITEM ÚNICO – ATO Nº 01, DE 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que trata******

da “Criação da galeria dos ex-presidentes da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal”. Resultado: **APROVADO**. Fazem uso da palavra a Senhora Senadora **Patrícia Saboya Gomes** e os Senhores Senadores **Paulo Paim, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Geraldo Mesquita Júnior, Jaime Campos e Jonas Pinheiro**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dez horas e oito minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

A abertura dos trabalhos da nossa Comissão, eu queria em primeiro lugar, dizer da importância do trabalho realizado por todos aqueles que nos antecederam nessa presidência.

Lembro aqui, Senador Cristovam, Senador Mesquita, Senador Lucena, a nossa querida Ministra Marina que foi a primeira Presidente dessa Comissão, lembro aqui do Juvêncio da Fonseca e lembro aqui de V.Exª, no qual eu tive, Senador Cristovam, a alegria de ser Vice-Presidente.

Eu gostaria, nesse primeiro momento, só de dizer que nós queremos continuar o trabalho feito pelos ex-Presidentes e pela Presidente, no caso Marina Silva. Entendemos que dá para continuar e continuar avançando, como avançou muito a Comissão na Legislatura recentemente findada em que o Presidente foi o nosso querido Senador Cristovam, que por ser inclusive, Cristovam, se me permitir, Senador, candidato a Presidência da República, naquele período em que V.Exª viajava o Brasil, com essa bela bandeira e tantas outras, mas quero enfatizar a da educação, V.Exª me deu toda a liberdade para que como Vice-Presidente, tocasse os trabalhos, e V.Exª sempre que podia ainda achava um tempo de vir aqui na Comissão para acompanhar, encaminhar, e o relatório que eu sei que V.Exª vai falar em seguida, um belíssimo relatório e vai estar à disposição de todos os Senadores e Senadoras para conhecer o trabalho que V.Exª fez.

Eu queria ainda, antes de abrir de imediato já, porque como eu fui Vice-Presidente, eu já venho nessa Comissão muito tempo trabalhando junto com o Senador Cristovam, que foi o caso da última Legislatura. Queria dizer da importância, Senador Cícero Lucena, de V.Exª que representa o PSDB um dos grandes par-

tidos dessa Casa, está aqui na Vice-Presidência, sei que faremos um grande trabalho nessa Comissão.

Eu tenho dito que direitos humanos para mim é qualidade de vida e qualidade de vida eu sintetizo para mim na seguinte linha. Tentar, naturalmente, aqui dentro do possível, combater injustiças feitas no passado contra o povo brasileiro, enfim, até direitos internacionais, mas também pensar na qualidade de vida do nosso povo hoje e amanhã.

Então, Senador Cícero Lucena, eu quero dizer que fico muito feliz quando soube que o seu nome foi indicado para ser Vice-Presidente dessa Comissão, e o Senador Mesquita Júnior já é um patrimônio daqueles que trabalham na linha dos direitos sociais. Por isso que no momento que eu soube também que ele estava sendo mais uma vez indicado, não só para essa Comissão, mas também para Assuntos Sociais e outras, eu fiquei muito feliz, Senador Mesquita Júnior, pela sua história, seu trajeto, pela sua trajetória, enfim, pelo compromisso que V.Exª com essa causa dos direitos humanos.

Eu dizia ontem na Tribuna do Senado e falava do Senador Cristovam, Mesquita e falei de V.Exª também, Senador Lucena, de que a vida pública para mim só tem sentido se efetivamente a figura do ser humano estiver em primeiro lugar. Aí tem lógica, tudo aquilo que a gente faz o norte é melhorar a qualidade de vida do nosso povo. E quero dizer também, Senador Cristovam, que fiquei muito feliz quando ficamos todos nós sabemos que mediante um amplo acordo na Casa V.Exª vai presidir a Comissão de Educação, isso é muito importante para todos nós.

Então, com essa rápida introdução eu passo a palavra de imediato ao nosso Senador Cícero Lucena, que com muito orgulho para todos nós é o Vice-Presidente dessa Comissão, e depois vamos abrir a palavra ao Plenário, porque hoje não é uma Sessão que vai deliberar sobre os projetos terminativos, já acertamos isso, mas faremos hoje, aqui, uma discussão sobre alguns requerimentos que eu tenho aqui na Mesa e também da forma que nós vamos trabalhar durante dois anos. Senador Cícero Lucena com a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Eu agradeço, Presidente Paulo Paim, e quero reafirmar o meu sentimento de alegria, de felicidade no momento em que tive a indicação do partido para participar desta Comissão, e ela foi ampliada no instante em que tivemos a informação que V.Exª seria o Presidente, porque o Brasil é testemunha do seu trabalho, da sua preocupação, dos seus atos e sua prática no sentido de defender aqueles menos favorecidos com a maneira muito forte na questão do trabalhador.

Então, para mim, é motivo de muita alegria, até porque como Senador estreando no Legislativo, porque Deus me deu a oportunidade, na vida pública de ocupar apenas cargos Executivos. Eu tenho cerca de 16 anos na vida pública, Deus já me deu a chance de ser Vice-Governador de um Estado que enfrenta dificuldades, como a Paraíba, de ter governado também aquele Estado e ter sido Ministro nesse País e de ter sido Prefeito da capital do meu Estado por 8 anos, agora eu espero e peço, vamos dizer assim, a oportunidade, estou tendo a oportunidade para que essa experiência vivida no dia-a-dia dos cargos executivos, eu possa contribuir no debate, na discussão, tendo como meta principal trabalhar por aqueles que mais precisam. Acho que isso que é importante, até porque, Senador Cristovam, de todos os cargos que eu ocupei, eu tive algo que foi gratificante foi de ter sido Prefeito. Porque prefeito você habita, demanda necessidade de um povo e é no Município, o senhor como Governador também teve algo próximo aqui em Brasília, que a gente está mais próximo das demandas e das necessidades. Quer seja na área da educação, quer seja nos direitos humanos, quer seja na saúde, até porque eu considero que não há direito humano maior do que a justiça social.

Então, eu tenho certeza que essa Comissão irá trabalhar com esse norte, pela sua história, pelo passado da Comissão, pelos presidentes e membros anteriores, bem como pela presidência e os membros atuais nós estaremos trabalhando para que esse País seja mais justo.

Então, para mim é motivo de muita alegria participar dessa Comissão e espero contribuir com as minhas sugestões e com as minhas posições. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu passo a palavra, de imediato, sem ele ter ainda solicitado, e o Senador Mesquita naturalmente vai entender, ao ex-Presidente dessa Comissão e mais uma vez quero dizer aqui que para mim foi muito importante para a minha vida, para a minha caminhada, eu acho que para o povo brasileiro, V.Exª tem presidido essa Comissão e agora vai presidir a Comissão de Educação. Senador Cristovam com a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Primeiro lugar eu quero dizer, Senador, que o senhor conhece bem essa Comissão, com o seu co-Presidente, que na verdade não era vice, era co-Presidente. E sabe que uma das boas coisas aqui é a ótima equipe com a qual o senhor vai contar. Desde o cafezinho, que ainda temos a vantagem de termos dois garçons, porque quando ele não vem, vem o irmão e é igualzinho... O Altair, e todos os outros.

Então, é uma equipe formidável que vai ajudar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– (risos) Depois eu quero dizer que quando eu tive que escolher as Comissões nas quais eu poderia participar, pleitear dentro do meu partido, obviamente a primeira era educação, que a gente tinha o acordo com o Sr. Presidente, mas imediatamente depois eu quis vir para a Comissão de Direitos Humanos. Tinha muita vontade de ir nessa Comissão do Meio Ambiente sobre o aquecimento global, mas ainda acho que a gente tem que ficar aqui, porque aqui é um assunto de direitos humanos. De repente a gente pode trazer esse debate aqui para dentro. Talvez não haja mais direito humano, mais fundamental do que a gente poder ter a vida no planeta, que hoje está ameaçada. Eu acho que é um debate interessante do meio ambiente na ótica dos direitos humanos.

E terceiro, por estar aqui junto do senhor, com qual a gente tem tido uma grande colaboração, não só em direitos humanos, o problema do salário mínimo, o problema da previdência. Às vezes tem algumas discordâncias ali dentro, porque eu gosto de trabalhar muito... O problema é que eu gosto de ver o lado, que ele também, só que uma questão... Os que nem aposentadoria tem, os que nem salário mínimo tem. Porque o salário mínimo, por incrível que pareça para esse País, que é trágico, mas já é assegurado a alguns, outros nem isso têm.

Então, direito humano para mim é fundamental. A gente tem que trabalhar em duas pernas, eu acho no futuro. Que é a perna da ecologia, da educação e o direito humano resumindo tudo isso. O direito humano resume tudo isso. Se não fosse o direito humano, não fazia mal nenhum acabar com a vida no planeta. Não tinha nenhum problema, o problema que a gente reage, o Cosmo continuará igualzinho, ninguém vai se dar conta de que desapareceu a espécie humana.

Então, tudo no fundo é uma questão de direito humano. E eu acho que essa Comissão tem que ser uma Comissão fundamental, decisiva, importante no cenário brasileiro.

Foi pensando nisso que a gente preparou esse relatório que tem uma introdução do Presidente, tem uma fala de cada, do Vice-Presidente anterior a mim, do meu período e do Vice-Presidente. A idéia é tentar chamar a atenção para a Comissão.

E eu concluo lembrando que na Mesa ainda estão alguns pedidos de audiências, não é isso? Alguns até do próprio Senador Paim, e eu gostaria que a gente tivesse como tarefa levar tudo isso e fazer aquelas diversas audiências. Eu espero contar aqui presente o

máximo de tempo. A nossa reunião na educação será na terça-feira, o que eu acho que não vai se chocar com aqui. Então, eu espero estar... ser um freqüentador assíduo da Comissão de Direitos Humanos. E fico muito feliz de estar aqui na companhia de cada um dos outros Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Obrigado, Senador Cristovam. E nós pretendemos ainda aqui nessa reunião decidirmos qual o dia mais adequado, em sintonia, naturalmente, com a agenda das outras Comissões. Eu, por exemplo, quero estar com V.Ex^a lá na Comissão de Educação.

E nós aqui falávamos que quase todos nós estamos aqui envolvidos na Comissão de Educação e Assuntos Sociais.

Então, fazer uma sintonia para evitar choque de agenda. Mas é com muita alegria que eu passo a palavra nesse momento para o Senador Mesquita Júnior que sem sombra de dúvida eu diria é um dos Senadores mais assíduos nos trabalhos das Comissões que envolve o tema que nós estamos trabalhando.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Meu querido amigo, Senador Paulo Paim,

que preside, para a alegria nossa, essa Comissão, Senador Lucena, Vice-Presidente, Senador Buarque que é sempre um prazer renovado estarmos em sua companhia, Senador Jonas que acaba de chegar...

O Senador Buarque tocou no assunto aqui muito relevante para nossa atividade dos nossos trabalhos que é lembrar da qualidade e da importância do corpo funcional dessa Casa, das equipes que nos ajudam nas Comissões. Quero aqui mais uma vez também renovar os meus cumprimentos e os meus agradecimentos a quem está aí diuturnamente conosco, trabalhando para que o resultado do nosso trabalho seja sempre profícuo.

Senador Paim, antes de mais nada, queria agradecer a sua generosidade, V.Ex^a é uma pessoa muito generosa, particularmente comigo. As suas palavras em relação a minha pessoa, a minha participação é sempre assim entusiasmada, quando eu tenho a oportunidade de travar debates e levar adiante a discussão de causas aqui tão importantes na sua companhia, na companhia do Senador Buarque. Veja que o Senador Buarque sentou aqui do meu lado, olha a preocupação de um grande homem público. “Geraldo, eu tenho um livro, eu quero que você leia”. Quer dizer, essa é uma manifestação de quem quer transformar o mundo, não se satisfaz apenas em contemplá-lo, quer transformá-lo. Discursos do Joaquim Nabuco de 1884, a campanha dele.

Portanto, eu me coloco aqui, mais uma vez como um militante, como soldado de grandes causas. Eu acho

que essa Comissão aqui vem *pari passu*, se constituindo e vai se constituir cada vez mais numa Comissão muito importante dessa Casa, do Congresso Nacional. Aqui certamente pela condução do Senador Buarque, da Ministra Marina que o antecedeu em outra oportunidade, de V.Exª com a oportunidade agora do Senador Cícero, eu acho que nós temos a oportunidade de trazermos para essa Comissão grandes temas. Um País onde a questão “direitos humanos” ela é crucial. Um País onde vira e mexe a gente tem notícias de um trabalho escravo, um País onde vira e mexe a gente tem notícia de exploração de menores, abuso de adolescentes... um País onde... não é nem vira e mexe, é todo dia. Os trabalhadores lutam, aspiram, almejam a condição melhor. Eu diria uma condição humana porque, uma leva muito grande de brasileiros e brasileiras, trabalhadores humildes ainda vivem, Senador Buarque, em condição subumana nesse País.

Então, essa Comissão passa a ter uma importância crucial no debate de grandes questões, e para encerrar, eu digo e reafirmo e me coloco mais uma vez à disposição de V.Exª, do Vice-Presidente, dos companheiros, membros dessa Comissão, para que aqui a gente possa cutucar, Senador Paim. Eu vi V.Exª ali já propondo de imediato, já propondo aquilo que, sei lá, regimentalmente talvez não tivesse algum amparo, mas eu acho que o nosso papel aqui é criar fato, cutucar, entende? Para que o fato criado, quem quiser que o conteste e venha aqui para o debate conosco. Então eu parablenizo V.Exª, reafirmo aqui o prazer, a satisfação, o privilégio de trabalhar com V.Exª mais uma vez numa Comissão tão importante como essa, na Comissão de Assuntos Sociais também que fazemos parte, e estou aqui à disposição para que a gente possa desenvolver um grande trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Mesquita Júnior, eu agradeço as suas palavras, como sempre elogiosas a todos os Senadores e não elogiar por elogiar, V.Exª elogia a quem merece, que sei que V.Exª é muito criterioso na forma de expor o seu ponto de vista. Mas V.Exª faz aqui já uma pequena provocação a essa presidência e eu vou já deixar no ar, respondendo a V.Exª, e vou passar em seguida a palavra ao nosso querido Senador Jonas Pinheiro. Quando V.Exª lembrou aí e eu falava aqui, houve entendimento já na figura também do nosso querido Vice-Presidente, Senador Lucena, Senador Cristovam, que é uma homenagem, no fundo a V.Exª também, não somente, mas também. Que um dos primeiros atos que nós queremos hoje deixar consagrado aqui, todas as Comissões têm, e não é pelo nome, simplesmente do cidadão, mas eu acho que é em respeito à Comissão de Direitos Humanos.

Todas as Comissões têm a chamada galeria dos ex-Presidentes e V.Exª queira ou não queira, eu quero dizer que V.Exª vai para a parede. (risos) Nós vamos aqui aprovar hoje e democraticamente, naturalmente, todas as Comissões têm, a galeria dos ex-Presidentes na Câmara e no Senado, só quem não tem é a Comissão de Direitos Humanos.

Então, nós gostaríamos que, naturalmente, vamos estabelecer aqui, claro um debate sobre o tema. Pelo menos até o momento é acordo entre nós aqui da Mesa de que a gente possa ter aqui a nossa galeria dos ex-Presidentes, como uma forma de lembrar a importância de todos aqueles homens e mulheres, e não só os que estão na galeria que deram a sua vida na luta em defesa do nosso povo, da nossa gente, enfim, dos direitos humanos. Mas eu vou deixar para um segundo momento esse debate e vou passar a palavra ao nosso querido Senador Jonas Pinheiro, que também foi indicado pelo PFL e tem um trabalho nessa área também do qual tem o respeito de todos nós.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Senador Cícero Lucena, os companheiros, Senadores Cristovam, Senador Geraldo Mesquita.

Bom, eu também estou fazendo coro com os meus companheiros Senadores, uma vez que ao integrar essa Comissão, nós queremos, é de fato, participar dela ativamente. Por isso, eminente Presidente, estamos à disposição, apesar de estarmos trabalhando em sete Comissões, mas esta não terá, de forma nenhuma, não ficará sem a nossa dedicação como temos já feito no Congresso Nacional e já durante 24 anos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Nós teríamos no dia de hoje para discutir três temas. Eu diria que o tema nº 1 que nós vamos tentar construir aqui por consenso, nós não vamos votar projetos hoje, vamos organizar a nossa pauta. Seria qual o dia adequado para que essa Comissão possa reunir, realizar o debate aqui no Plenário, já como foi dito muito bem pelo Senador Jonas Pinheiro, nós temos agora, acho que dez Comissões, com as últimas duas criadas, então de nove a dez Comissões, e todos nós temos trabalhando e queremos estar no maior número possível de Comissões para discutir os temas que interessa o povo brasileiro.

Então, esse seria o Nº 1, qual o dia mais adequado para que a Comissão realize as suas reuniões? Nós fizemos um estudo preliminar. Eu vou já suscitar o debate, aí estabeleço aqui no Plenário. A maioria das Comissões reúne terça e quarta. Quinta de manhã, é o dia que temos o menor número de Comissões reunindo, então nós chegamos a pensar em quinta de manhã, eu

sei que é muito difícil no consenso, porque tem muitos Senadores que entende que é melhor terça e quarta. Mas eu queria ter a opinião aqui dos Senadores aqui presente, qual o dia que entendem melhor.

Eu, particularmente, me é simpático o horário das 9 horas. Eu Vou dizer por quê. Vou dizer por quê. Se nós conseguirmos iniciar às 9 horas, nem que inicie o debate, claro, vamos cumprir o Regimento, só vamos deliberar com o número de assinaturas e Senadores presentes como manda a Casa, fique tranqüilo que isso nós vamos cumprir. Mas nós podemos começar a dialogar, a debater no horário das 9 horas, eu falava de V.Ex^a, Senadora Patrícia, já que dialogava informalmente de um tema que nós vamos entrar depois, que eu já conversei com V.Ex^a que é sobre o trabalho das nossas Comissões, da importância de uma sintonia entre direitos humanos e assuntos sociais.

Mas para a Senadora Patrícia que está chegando, nós vamos agora, num primeiro momento, eu sei que V.Ex^a vai trazer um outro tema ao debate depois, num primeiro momento, nós estamos aqui tentando encontrar qual o dia melhor das reuniões da nossa Comissão aqui de direitos humanos, considerando que nós temos aí de 9 a 10 Comissões aqui na Casa e a maioria é terça e quarta.

Tem uma sugestão que foi apresentada a Mesa que poderia ser quinta-feira, 9 horas da manhã como proposta. E por que quinta-feira nove horas da manhã, Senadora Patrícia? Porque nós iniciariamos o debate, claro. Só vamos deliberar, V.Ex^a é guardião do Regimento, quando tivermos *quorum* presente, a pauta será encaminhada como recomendou e corretamente toda a Assessoria, com 48 horas de antecedência e só vamos votar aqueles que forem terminativos com o número presente da maioria absoluta dos Senadores. E claro quando não for terminativo, votaremos de forma simbólica tendo a assinatura necessária aqui no nosso livro de presença.

Então, de imediato, antes de colocar o tema em discussão, eu gostaria... todos já fizeram uma pequena saudação e eu quero aqui iniciar dizendo que ficamos muito felizes porque vamos trabalhar em sintonia, direitos humanos e assuntos sociais, com a sua indicação para a presidência da Comissão de Assuntos Sociais.

Eu dizia que para mim tanto fazia eu pegar direitos humanos ou sociais, eu acho que a maioria aqui que tem o mesmo entendimento. Cada um de nós, não somente eu e você, temos um trabalho nessa área, então, enfim, é um momento importante de trocarmos aqui idéias sobre a forma de caminharmos junto. Senadora Patrícia.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE)

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, eu peço desculpas ao meu atraso aqui no início da Sessão, mas eu estava num café da manhã com algumas entidades tratando também do tema que tem sido a minha bandeira ao longo da vida que é a questão dos direitos da criança e do adolescente.

Então, eu quero apenas desejar muita boa sorte, sabendo do trabalho, da sua sensibilidade, do carinho que tem tratado essas causas. Hoje, V.Ex^a é uma referência muito importante no Senado em relação a essas questões. Já tivemos a oportunidade, o privilégio eu tive, de trabalhar ao lado de V.Ex^a, inclusive, V.Ex^a é o Relator de uma matéria que tem sido, assim...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE)

Que bom, obrigada, Senador. Que é exatamente o projeto que amplia a licença maternidade de quatro para seis meses, Senador Cristovam Buarque, que eu também já tive a oportunidade de lhe falar sobre esse projeto e o Senador Paulo Paim que é um entusiasta também dessa idéia é o Relator dessa matéria e já tem dado uma grande colaboração, mas nós gostaríamos de fazer algumas Audiências Públicas com empresários, com segmento, com as mulheres, enfim, para que a gente possa discutir amplamente esse projeto. Quando eu tenho dito o projeto Relator é o Senador Paulo Paim, mas que está completamente aberto a novas sugestões.

Então, eu quero desejar a essa Comissão, a Comissão de Direitos Humanos, ainda mais num País como o nosso que nós temos tantos problemas, tantas desigualdades, tantas pessoas excluídas, principalmente a questão das minorias que essa Comissão vai tratar e eu tenho certeza que com empenho, dedicação, o coração de V.Ex^a que é colocado à frente dessas questões, nós teremos resultados e teremos debates aqui muito importante para o desenvolvimento do nosso País.

Da mesma forma quero também parabenizar o Senador Cícero Lucena por essa indicação aqui. V.Ex^a que já tem uma experiência no Executivo e traz essa experiência do Executivo aqui para o Congresso Nacional e eu tenho certeza que essa parceria, essa dupla será exemplar na condução desses trabalhos.

Eu concordo com o Senador Paulo Paim, eu tive também o privilégio de presidir uma Comissão, que é a Comissão de Assuntos Sociais, que nós já trabalhamos tantas vezes juntos, e nós temos atribuições de algumas formas parecidas, e ontem eu discutia isso com o Senador Paulo Paim, até porque a minha área de atuação sempre foi à defesa dos direitos da criança e

adolescente e para a nossa surpresa agora a questão da criança e das mulheres está aqui na Comissão de Direitos Humanos, podíamos até tentar um dia trocar, porque lá temos a previdência também que é V.Ex^a. E ontem esse assunto inclusive foi um debate mobilizou muito os Parlamentares, muitos Senadores, sobre a questão de se ter muitas Comissões e acabam se esvaziando algumas dessas Comissões, a gente acaba tendo muito sacrifício para conseguir um *quorum* e o ideal é que pudéssemos trabalhar em conjunto. Mas eu tenho certeza que talvez não nessa reunião, mas quem sabe após essa reunião se fosse de acordo com todos os Senadores, nós pudéssemos rever as atribuições tanto da Comissão de Assuntos Sociais como da Comissão de Direitos Humanos e quem sabe encontrar aí uma solução para que V.Ex^a possa aqui, na Comissão, evidentemente, ficar com essas questões que são relativas, inclusive a sua vocação também, e que eu também possa dar a minha contribuição na Comissão de Assuntos Sociais.

No mais, é parabenizar aos dois. Desejar muita sorte. Tenham aqui a certeza de que podem contar com aquilo que eu tiver aprendido de melhor nessa Casa e no meu Estado, trazendo um pouco da experiência do meu Estado, o Estado do Ceará, desejando aos dois muito boa sorte, que a gente possa aqui fazer um trabalho que seja um trabalho exemplar para que outras Comissões, e eu tenho certeza, pela sua vocação, pelo seu interesse, a sua sensibilidade, essa Comissão vai ser uma Comissão que terá um grande destaque aqui no Senado, tanto pelos assuntos que são tão relevantes, mas principalmente pela sua pessoa, pelo seu caráter, pela sua personalidade e a sua sensibilidade, e do Senador Cícero Lucena nessa nova missão que teremos todos nós. Parabéns aos dois, muita boa sorte e que Deus abençoe a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Obrigado, Senadora Patrícia, eu já de pronto quero dizer que concordo com V.Ex^a, que quando nós terminarmos a reunião, com os Senadores que puderem, nós fazermos uma reunião informal sobre como é que podemos, de forma conjunta, as duas Comissões tratarem dos temas que... Na verdade todos eles têm a ver com nossas vidas, todas de assuntos sociais como aquela de direitos humanos.

Eu gostaria de ouvir, num primeiro momento, a opinião dos Senadores sobre qual o melhor dia, aí vamos tentar achar qual o dia melhor do trabalho das nossas Comissões.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Se me permite, Presidente, eu acho a sugestão da quinta-feira uma sugestão, porque os outros dias

realmente já são dias que nós... Não sei como nós vamos conseguir nos desdobrar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – A senhora se compromete conosco que assuntos sociais não será na quinta-feira.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Não, quarta-feira às 11h30.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Então, tá, porque nós queremos todos estar lá. (risos)

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Quarta-feira, 11h30 será a Comissão de Assuntos Sociais depois da CCJ. E quinta-feira pode contar aqui também com o nosso quorum. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – O Senador Cristovam pediu a palavra?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Pedi por outro assunto, mas sobre esse assunto para mim quinta-feira às 9 horas estaria bem. Porque se é 9 horas, a gente consegue, tendo alguma outra, chegar às 11 horas na outra Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Tá bom. Senador Mesquita? Combinado. Ou como o Vice-Presidente já havia aqui uma combinação entre nós, porque ele não teria problema, então essa posição fica já tomada, eu não vou falar naturalmente nada que vá ferir o Regimento, nós vamos cumprir o Regimento na íntegra, às vezes o pessoal pensa, o Paim com a rebeldia dele, de vez em quando quer passar um projeto antes do tempo. (risos) Fique tranquilo que nós aqui seremos guardião do Regimento. Claro, como sempre foi o Senador Cristovam e eu sei que V.Ex^a também já como Vice-Presidente da Comissão anterior eu acompanhei, e como todos Senadores, Mesquita Júnior, e naturalmente o nosso Senador Jonas Pinheiro. Estava lembrando aqui do ex-Presidente que foi o Juvêncio da Fonseca que foi ex-Presidente também dessa Comissão.

A segunda questão que nós gostaríamos de tratar aqui e eu entendo que não vai haver problema nenhum, Senadora Patrícia, é o Requerimento de V.Ex^a. Se V.Ex^a pudesse expor rapidamente o Requerimento para a gente poder já assegurar a votação imediata, que é uma votação simbólica, é apenas a continuação de um trabalho que nós já vínhamos fazendo. Já fizemos uma ou duas Audiências Públicas e teríamos mais essa Audiência Pública. Eu vou fazer a leitura, rapidamente, enquanto a Senadora se prepara ali para encaminhar, em seguida eu passo para o Senador Cristovam. O Senador Cristovam queria antes, tinha pedido a palavra, pela ordem, antes.

Então, eu vou fazer a leitura rápida do Requerimento. Requerimentos nº 1 de 2007, CDH, requer a

realização de Audiência Pública. Requeiro nos termos do art. 193 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública no dia 14 de março de 2007 – um dia antes do meu aniversário, só para ninguém esquecer do meu aniversário (risos) – para instituir o PLS nº 281 de 2005 que cria o Programa Empresa Cidadã destinada a prorrogação da licença maternidade mediante concessão de incentivo fiscal. Para a realização da Audiência Pública referida deverão ser convidados, Presidente da FIESP, Paulo Skaf, Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Armando Queiroz Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antônio José Domingos de Oliveira Santos e Presidente da FERSOL, Michel Haradom, Presidente da Nestlé do Brasil, Ivan Zurita.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Senador Paulo Paim, na verdade, eu hoje recebi aqui, quer dizer, ontem à noite, um convite importante também que trata dessas questões da criança e do adolescente e um congresso que vai haver exatamente no mesmo dia e que eles pedem a representação da Frente Parlamentar e eu como coordenadora da Frente Parlamentar aqui no Senado terei que estar exatamente no dia 14. Então, se não for inconveniente eu gostaria apenas de mudar essa data para o dia 21, ao invés do dia 14, no dia 21, porque nós poderíamos ter a presença de todos esses senhores e ao mesmo tempo teríamos também condição de participar desse outro encontro nacional que é de fundamental importância também para a luta dos direitos de crianças e adolescentes, que é a discussão sobre as crianças que vivem hoje em abrigos, são crianças órfãos, que vai tratar do assunto da adoção, que também é um tema que eu tenho procurado me dedicar.

Essa Audiência Pública, Presidente, eu acho que vai ser de fundamental importância para o nosso projeto porque aqui estarão representando a Federação das Indústrias, que eu já tive a oportunidade de visitar, como V.Exª disse, nós já fizemos Audiência Pública nessa Comissão e essa Audiência Pública para tratar especificamente da licença maternidade onde nós iremos conversar com os empresários é de fundamental importância. Porque nós não queremos apenas aprovar o projeto aqui no Senado e V.Exª compreendeu muito bem isso que o projeto já está tramitando e a pedido meu mesmo ao Senador Paulo Paim que já tem, acredito, até o parecer já praticamente pronto, eu mesma pedi para que a gente levasse um pouco mais de tempo para discutir o projeto, não apenas para aprová-lo, mas que a gente possa, realmente, tentar buscar essa consciência da responsabilidade social dos empresários. Por isso essa seria mais uma audiência para discutir o tema, tendo o ponto de vista empresarial.

Em seguida nós iremos fazer, e eu daria a sugestão de outras audiências, com outras entidades também para que nós pudéssemos discutir com profundidade esse assunto.

Então, a idéia realmente é fazer no dia 21, eu teria que fazer uma modificação, não sei. Pronto, acho que é isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Está em debate a proposta do dia 21, só com a correção do dia 21. Eu quero dizer que é numa quarta-feira e para mim não há problema nenhum. Porque eu acho, quero dizer o seguinte, no meu entendimento algumas Audiências Públicas podem ser numa outra data que não seja especificamente a data da Comissão onde ela tem que deliberar, muitas vezes. Só quero lembrar que o dia 21.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Poderíamos até fazer em conjunto com Assuntos Sociais. Não é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Pronto. Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu acho se quiser, podemos fazer até junto com a educação, tem tudo a ver. A educação começa ali, com uma criança, cedo ou não, amamentada corretamente. Eu quero defender a audiência, apesar de que a minha vontade é colocar isso o mais rápido possível, mas ainda que leve um atraso e não vai levar, vale a pena a audiência para dar uma consciência.

As pessoas olham essa idéia como sendo um projeto de assistência social, de benefício. Não é, tem a ver com a economia, devia estar no PAC. O que se economiza anos depois ao ter dado uma boa amamentação, cuidado especial, maternal, a criança durante os primeiros seis meses, o que se economiza é muito maior do que o custo que isso possa ter para a Nação. Não vou falar quem é que paga o empresário, o Governo, não. Mas sem dúvida alguma, esse é um projeto de alto impacto na economia, na segurança nacional, no bem-estar.

Então, por isso uma audiência é boa para trazer a consciência de que não se trata de fazer favor as mãezinhas que vão ficar em casa cuidando das crianças. Não. Se trata de um projeto que vai trazer altas vantagens para a Nação brasileira.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Inclusive, Senador Cristovam, eu tenho dito, porque a Sociedade Brasileira de Pediatria fez só um cálculo de crianças que são internadas anualmente no Brasil, por exemplo, por doenças respiratórias. O Brasil gasta, por ano, trezentos milhões no SUS só para atender essas crianças que têm doenças respiratórias,

que com os seis meses de amamentação, praticamente nós não teríamos mais esses problemas.

Se todas as empresas brasileiras, micro, pequenas e grandes empresas do País aderissem ao projeto, o gasto disso, o valor seria em torno de quinhentos milhões. Imagine, como V.Ex^a disse, a economia que nós teremos, que nós poderemos fazer com a licença maternidade de seis meses, se nós vamos, inclusive, garantir a saúde, o melhor rendimento dessas crianças, inclusive na época da escola, porque uma criança que recebe o afeto, o carinho, não é só o leite materno, mas o projeto trata especificamente também do fortalecimento dos laços afetivos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Mesquita Júnior, em seguida Senador Lucena.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Muito obrigado, Senador Paim. Uma vez eu lancei aqui no Senado a idéia de que o Senador Buarque fosse designado para Ministro da Fazenda do País. (risos) Por essa razão que ele acaba de exibir. O Senador Buarque tem razão, esse é um assunto de direito fundamental, devia estar, inclusive, no capital da Constituição, entendeu, Senador Buarque? A visão que o Senador Buarque tem, por exemplo, normalmente no âmbito do Ministro da Fazenda, um assunto desse é tido como problema, não é uma solução. A educação também é um problema, não é um problema, é algo fundamental para a economia do País que se garanta a amamentação por um tempo mais dilatado da criança, porque isso terá efeito, impacto, como afirma o Senador Buarque, a Senadora Patrícia na economia do País, então isso é um assunto de extrema relevância e a meu ver deveria constar, inclusive, no capítulo de Direitos Fundamentais na Constituição, Senadora Patrícia.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Não só concordo com a mudança da data, Senadora Patrícia, mas também parabeno pela iniciativa de um tema tão importante, porque depois de ouvir o pronunciamento dos Senadores Mesquita e Cristovam, sem dúvida nenhuma, a gente tem a certeza de que, na verdade, podemos chamar isso não de custo, mas de investimento naquilo que tem mais valor que é o ser humano.

Então, desde já eu me posiciono dessa forma. Eu teria uma sugestão a fazer, eu conversava aqui com o nosso Presidente, a razão de apenas nós estarmos convocando para essa Audiência Pública os empresários e porque não também representantes dos trabalhadores que pudesse dar o seu depoimento, a sua

contribuição e o enriquecimento a esse debate. Era essa a minha sugestão.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Senador Lucena, eu também pensei nessa possibilidade de estar nessa mesma Audiência Pública tanto os empresários, como os representantes dos sindicatos. Mas depois de conversar com muitas pessoas também dessa área, a sugestão é que nós fizéssemos duas Audiências Públicas para que a gente pudesse sair de uma com um consenso, buscando esse consenso dos empresários e outra audiência com os sindicatos. Apenas para não criar nenhum conflito, porque nós queremos é ganhar mais pessoas e mais aliados para essa luta. Então se V.Ex^a concorda com esse argumento, nós teremos uma segunda Audiência Pública, eu vou propor, claro, ao Relator e ao Presidente da Comissão, para que nós pudéssemos também tratar com os sindicatos que é essencial, importantíssimo e fundamental para a aprovação do projeto também, a presença, a participação e a sugestão dos sindicatos. Isso seria já num segundo momento, apenas na reunião, deixar cada um à vontade e buscar essa união.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Concordo, Senadora, um pouco com a preocupação que o Cristovam também colocou, que o Senador Cristovam colocou, de até que não precisava, pela relevância e a demora do prazo, mas sendo uma proposição de V.Ex^a, concordo plenamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadora Patrícia, como Relator da matéria, e já tenho tratado do tema com V.Ex^a em inúmeras reuniões, só quero dizer da pressão que eu estou recebendo, aproveitar a TV Senado. O Brasil todo me liga, “E daí, Paim, o projeto da Patrícia, tu não vai dar o parecer?”. Eu respondo de forma muito gentil que tenho combinado com V.Ex^a que o parecer, claro que não está pronto, quase pronto, exatamente isso, está quase pronto, só que nós vamos ter ainda Audiências Públicas e nós vamos ouvir ainda, outros setores, que podem, inclusive, aprimorar o projeto e tenho certeza que não farei nenhuma alteração sem combinar, naturalmente, com a Comissão e principalmente com V.Ex^a que é o autor do projeto. E nesse aspecto, eu também queria levantar dizendo que... Bom, primeiro, vamos votar aqui se alguém é contra essa Audiência Pública, ia para outro assunto já. Se todos são a favor, que a gente realiza no próximo dia 21 de março, uma Audiência Pública para discutir o projeto nos moldes, o Requerimento nos moldes proposto aqui da Senadora Patrícia e faríamos uma Audiência Pública conjunta Comissão de Educação, Direitos Sociais e Direitos Humanos. Se ninguém é contra, está aprovado. A Assessoria lembra da importância que as Comissões

também deliberem, educação e direitos sociais sobre esse Requerimento.

Eu queria registrar aqui com alegria, a presença já conosco, do nosso Jayme Campos, Senador, também ex-Governador. Essa Comissão, eu acho que é a Comissão que mais tem ex-Governador, eu fico feliz, porque é um prestígio a essa Comissão. Desde o nosso Vice-Presidente. Então eu gostaria de imediato passar a palavra ao nosso Senador Jayme Campos que representa aqui o nosso querido Estado do Mato Grosso.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT) – Bom dia a todos, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim. Eu quero antes de mais nada registrar a minha satisfação de ter essa oportunidade ímpar de estarmos participando hoje dessa reunião, eu acho a primeira do ano de 2007 dessa Comissão tão importante para o nosso País, tendo em vista de que são assuntos importantes na medida em que eu acho que nós temos que democratizar e, sobretudo, quando vi aqui chegando um pouco atrasado de pleitear aqui essa Audiência Pública, eu acho que só dessa maneira nós poderemos buscar soluções claras, sobretudo, transparente com a participação efetiva, não só dos Srs. Senadores, Deputado, mas sobretudo de toda uma coletividade que deseja participar também das grandes decisões do nosso País.

De forma que eu quero apenas registrar com muita alegria essa minha participação aqui pela primeira vez numa Comissão do Senado Federal, e com certeza sempre estarei participando de forma ativa nas grandes decisões no nosso Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Obrigado, Senador Jayme Campos, é uma alegria para nós estarmos aqui com a vossa presença, e dizer para mim que, ao contrário do que alguns dizem, Senadora Patrícia, quando a gente propôs aqui que a reunião iniciasse um pouco mais cedo, a gente vê com alegria que inúmeros Senadores estão aqui. É bom isso, é sinal que nós estamos presentes, queremos efetivamente fazer um bom debate e ampliar na deliberação encaminhamento de uma Comissão tão importante como essa.

Eu acho que vamos agora para a nossa segunda deliberação nesse dia, lembrando que nenhuma votação será nominal pela presença dos Senadores aqui. Eu já havia anunciado no início, eu vou ler, então, o ato. E lembro aqui. Todas as Comissões da Casa, elas possuem tanto na Câmara, quanto no Senado a galeria dos ex-Presidentes, essa Comissão de Direitos Humanos não possui ainda. Lá mesmo, Assuntos Sociais nós temos, não é?

Então, nós achamos que seria importante, até numa homenagem a Ministra Marina Silva que foi quem criou o ato de fundação da Comissão de Direitos Humanos e os dois “ex” da resolução, os outros dois ex-Presidentes que a gente pudesse aprovar de forma simbólica o seguinte ato. Ato da Comissão de Direitos Humanos Legislativa Participação nº 1 de 2007. Cria a galeria dos ex-Presidentes da Comissão de Direitos Humanos e Legislativa Participativa. A Comissão de Direitos Humanos e Legislativa Participativa resolve, art. 1º, cria a galeria dos ex-Presidentes da Comissão de Direitos Humanos e Legislativa Participação do Senado Federal no Plenário 2 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo 2 do Senado Federal. Os ex-Presidentes da Comissão de Legislativa Participativa, de Direitos Humanos e Legislativa Participativa do Senado Federal terão os seus retratos afixados em parede interna no Plenário 2 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo 2 do Senado Federal. A galeria dos ex-Presidentes terá os seguintes dizeres: “Ex-Presidentes da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal”. Os retratos que trata o caput desse artigo deverão ser moldados de forma padronizada das outras Comissões. As molduras dos retratos, que trata o caput desse artigo, deverá estar grafado o nome do Senador do qual permaneceu na Presidência da Comissão. A Ata da reunião de homenagem aos ex-Presidentes da Comissão de Participação Legislativa e Direitos Humanos do Senado Federal, serão publicados com as respectivas biografias dos ex-Presidentes. Art. 4º, para a concessão do disposto nesse ato, fica a Secretaria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em atendimento a solicitação dentro da Comissão, poder qualquer membro autorizado a providenciar os dados biográficos e fotografia dos ex-Presidentes.

Eu fiz um resumo rápido aqui do Requerimento, mas na verdade, eu diria que é quase praxe. Todas as Comissões da Câmara e do Senado possui esse espaço, e a grande verdade também aqui, alguém poderia dizer. “Sim, mas qual é a importância?” A importância eu vou explicar, para mim, de forma objetiva. É que a Comissão de Direitos Humanos não tem nenhuma sala no Senado da República. E com esse ato simbólico nós passamos a ter uma sala. No fundo é isso que nós em debate com toda franqueza e transparência. É uma simbologia que a Comissão de Direitos Humanos tenha uma sala para que ela possa também trabalhar pela importância, no meu entendimento, que ela tem.

Então, esse é um movimento muito mais em homenagem a Comissão dos direitos humanos, do que a história do ex-Presidente, fique bem claro que esse

é o objetivo. É assegurar que esse é o espaço físico que a Comissão de Direitos Humanos vai poder reunir para não ter que cada vez que ter uma reunião da Comissão de Direitos Humanos começar a perguntar qual a Comissão que cede o seu espaço ou que porventura não estejam ocupando, por alguma Audiência Pública. Nós poderemos, a partir desse momento também nós cedermos, por exemplo, para as CPIs, no momento adequado. Não há problema nenhum. A Comissão reúne, em tese uma vez por semana, que nós possamos ceder, desde que não coincida naturalmente o dia do trabalho das Comissões.

Então, explicitando aqui qual o objetivo, não é a preocupação do quadro na parede, é outra muito mais profunda. Eu pergunto a todos os senhores se concordam com esse ato da Comissão de Direitos Humanos. Ninguém é contra, então fica assegurado que esse espaço é o espaço efetivamente da Comissão de Direitos Humanos para encaminhar os seus trabalhos.

Em votação. Aprovado, por unanimidade o encaminhamento desse ato que eu fiz aqui a dever da justificativa como manda... Algum Senador ou Senadora gostaria de fazer o uso da palavra?

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Só brincadeira... É que eu estou olhando o tempo inteiro para o lado de cá e só estou vendo homens na Secretaria. Então eu faço um apelo a V.Exª como essa Comissão é de Direitos Humanos, queria a gente possa também ter algumas mulheres aqui. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Ainda posso dizer que a Assessora de Imprensa da Comissão de Direitos Humanos está ali a nossa esquerda...

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Ah, ótimo. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – ... ela trabalhava no nosso gabinete, ela vai ser Assessora de Imprensa na nossa Comissão.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Foi só brincadeira, Sr. Presidente. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Não, viu que nós avançamos já e respondemos de imediato. Então a Faiga, ela trabalhava na Casa, já na TV Senado, depois ela esteve no meu gabinete, agora ela vai ser Assessora da Comissão, então que vai estar à disposição aqui dos Senadores... Viu, já temos uma mulher aqui.

Então, com essa pequena homenagem às mulheres, não havendo nada a tratar, de forma bem objetiva, eu dou por encerrada essa 1ª reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, agradecendo a todos, e quero mais uma vez enfatizar que eu falei na abertura aqui de todo o trabalho dessa

Comissão, mas o combate permanente a todo o tipo de discriminação. Essa também é um trabalho que a Comissão também vai enfrentar. Agradeço a todos. Está encerrada a presente reunião.

(Sessão encerrada às 10h08)

Ata da 3ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para 15 de fevereiro de 2007, quinta-feira, às 9:00 horas.

Às nove horas e seis minutos do dia quinze de fevereiro de dois mil e sete, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença das Senhoras Senadoras Patrícia Saboya Gomes e Lúcia Vânia e dos Senhores Senadores Eliseu Resende, Flávio Arns, Arthur Virgílio, Cristovam Buarque, Romero Jucá, Eduardo Suplicy, Geraldo Mesquita Júnior, Demóstenes Torres, Mão Santa, Jonas Pinheiros, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Leomar Quintanilha, José Nery, Jaime Campos, e Gilvam Borges e não membros Senadores Romeu Tuma, Aloísio Mercadante e Augusto Botelho. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Por requerimento do Presidente ocorre a inversão de pauta, priorizando a deliberação dos itens nº 10 e nº 07. Passa-se a apreciação da seguinte pauta: **Item nº 10** – Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2003 – TERMINATIVO. Ementa: “Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências”. Autor: Senador Aloísio Mercadante. Relatora: Senadora Lúcia Vânia. Resultado: **Aprovado o projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH; Item nº 07** – Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2004 – TERMINATIVO. Ementa: “Altera o caput art. 50 da Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para criar o Cadastro Nacional de Adoções, contendo as listagens de crianças e adolescentes em condições de serem adotadas e pessoas interessadas na adoção”. Autor: Senador SÉRGIO CABRAL. Relator: Senador ARTHUR VIRGÍLIO. Resultado: **aprovado em primeiro turno o Substitutivo**. A Comissão retoma a pauta normal e passa a apreciar o **Item nº 01** – Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2006 – NÃO TERMINATIVO. Ementa: “Proíbe a concessão de crédito e a contratação por licitação a pessoas físicas ou jurídicas que tenham incorrido em ato que configure a submissão de alguém à condição degradante de trabalho ou que importe grave restrição à sua liberdade individual”. Autora: Senadora ANA JÚLIA CAREPA. Relator: Senador FLÁVIO ARNS. Resultado: **Aprovado o projeto, com a Emenda nº 01-CDH. Item nº 02** – Projeto de Lei do Senado nº 246,

de 2004– TERMINATIVO. Ementa: “Dá nova redação ao inciso II do art. 2º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir a pessoa que cuida de portador de deficiência ou de doença incapacitante no Programa Bolsa Família”. Autor: Senador AUGUSTO BOTELHO. Relator: Senador FLÁVIO ARNS. Resultado: **Aprovado o projeto. Item nº 03** – Projeto de Lei do Senado Nº 163, DE 2003 – TERMINATIVO – Ementa: “Dispõe sobre a comunicação obrigatória de casos de maus-tratos contra crianças ou adolescentes ao conselho tutelar da localidade, nos termos do artigo 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente.” Autora: Senadora LÚCIA VÂNIA. Relator “ad doc”: Senador Eduardo Suplicy, Resultado: **Aprovado o projeto com as emendas nº 01-CDH e nº 02-CDH**, já aprovadas na CCJ. Os demais itens deixam de ser apreciados pela queda do *quorum*. A Comissão delibera e aprova a inclusão dos seguintes itens extrapauta: **Item nº 01** – REQUERIMENTO Nº 03, DE 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que trata da “**Questões Atinentes à Violência urbana**”, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Geraldo Mesquita Júnior, com os seguintes Convidados: Secretário Executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz – CNBB, Carlos Moura; Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/DF, Jomar Alves Moreno; Secretário de Direitos Humanos da Presidência da República – Perly Cipriano; Repórter da TV Globo, Vinícius Dônola e o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, a realizar-se no dia 22 de fevereiro, às nove horas. Resultado: **Aprovado. Item nº 02** – REQUERIMENTO Nº 02, DE 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o escopo de “tratar das Questões Atinentes ao Fórum Nacional da Previdência e o Papel do Parlamento”, de autoria do Senador Paulo Paim, a ser realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Assuntos Sociais”, convidado o Ministro da Previdência Nelson Machado, a realizar-se no dia 1º de março, às nove horas. Resultado: **Aprovado. Item nº 03** – REQUERIMENTO Nº 04, DE 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que requer a realização de um ciclo de Audiências Públicas, com vistas a debater “a origem e evolução da violência social sob a ótica dos Direitos Humanos”, autoria dos Senadores Paulo Paim e Cícero Lucena e José Nery, com os seguintes convidados representantes das entidades: Movimento Nacional de Direitos Humanos, Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Secretaria Especial dos Direitos Humanos entre outras a serem definidas futuramente,

em conjunto com a Comissão de Educação e Assuntos Sociais”, a realizar-se em data futura. Resultado: **Aprovado. Item nº 04** – REQUERIMENTO Nº 05, de 2007, Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, “que cria a Subcomissão Permanente da Criança, Adolescente e Juventude”, de autoria do Senador Flávio Arns, com sete titulares e sete suplentes, manifestaram interesse de participar como membros da Subcomissão a Senhora Senadora Patrícia Sabóya Gomes e os Senhores Senadores Flávio Arns, Cristovam Buarque e José Nery. Resultado: **Aprovado**. O Senhor Presidente faz a pré-indicação do Senador Leomar Quintanilha para presidir a Subcomissão do Idoso, que aceita. Em ato contínuo o Presidente abre a inscrição para os Senhores Senadores interessados a fazerem parte da composição da Subcomissão do Idoso. Os Senhores Senadores Flávio Arns e José Nery, manifestam interesse a fazerem parte da composição da Subcomissão do Idoso. No correr dos trabalhos fazem uso da palavra a Senhoras Senadoras Patrícia Saboya Gomes e Lúcia Vânia e os Senhores Senadores Paulo Paim, Cícero Lucena, Arthur Virgílio, Cristovam Buarque, Geraldo Mesquita Júnior, Aloísio Mercadante, Demóstenes Torres, Jonas Pinheiro, Augusto Botelho, Romeu Tuma, Eduardo Suplicy, Mão Santa, Leomar Quintanilha, Flávio Arns e José Nery. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Declaro aberta a terceira reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação. Senadores que concordam. Em votação. **Aprovado**.

Passamos à apreciação da pauta. Eu proporia, Senador Lucena, que nós, num primeiro momento, votássemos alguns requerimentos que nós temos aqui na Mesa e em seguida, vamos para a pauta. Eu, de pronto, sei que vai vir do Plenário a solicitação para que haja uma inversão de pauta e quero dizer já da minha boa vontade, com essa intenção, e claro, vou submeter ao Plenário, para que o projeto do Senador Aloizio Mercadante, que tem como Relatora a Senadora Lúcia Vânia, seja a primeira votação nos chamados projetos terminativos. Esse projeto é muito importante,

nós estamos já há uma semana dialogando sobre ele, conversamos muito com o Senador Aloisio Mercadante, que demonstrou a importância da aprovação desse projeto que vai penalizar o adulto que, de uma forma ou de outra, se envolver em crime que responsabilize se o menor para fugir da pena. Como nós vamos debater o projeto no momento adequado, apenas já aproveite a oportunidade solicitando aos Senadores e Senadoras que não estão em seus gabinetes, que, por favor, venham à Comissão para deliberarmos sobre esse projeto. Temos sobre a Mesa três requerimentos. O primeiro dos requerimentos é de autoria do Senador Mesquita Júnior. Eu gostaria que o Senador Mesquita Júnior falasse sobre o seu requerimento.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Senador Paulo Paim, na verdade, esse requerimento é fruto da sua inspiração, e da minha solidariedade. Assinei com V. Ex^a. um requerimento para que realizemos no próximo dia 22 de fevereiro, às 9 horas nessa Comissão, uma Audiência Pública para tratar desse tema candente, da violência urbana, com a presença do Secretário Executivo da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, CNBB, Dr. Carlos Moura, com o Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Jomar Alves Moreno, com o Secretário de Direitos Humanos da Presidência da República, Dr. Perly Cipriano, repórter Vinícius Dônola também, e Dr. Nicolao Dino de Castro Costa e Neto, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República. Creio que o assunto requer a nossa máxima atenção e o requerimento é nesses termos para a realização dessa audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Em discussão o requerimento. Eu faria um breve comentário. Entendo que esse requerimento, uma vez aprovado, é uma sessão, e eu conversava aqui com o nosso vice-Presidente Senador Lucena, que vai acontecer na próxima quinta-feira, após quarta-feira de Cinzas. Já conversamos com diversos Senadores que se dispuseram vir aqui participar desse debate, mediante os fatos que vem acontecendo e chocando todo o país. Em votação. Os que aprovam o requerimento do Senador Mesquita Júnior, permaneçam como se encontram. Aprovado. Botamos em votação dois requerimentos.

O primeiro deles eu já encaminhei ontem na Comissão de Assuntos Sociais, foi aprovado por unanimidade, que é uma Sessão Conjunta, Comissão de Assuntos Sociais e Direitos Humanos para discutir o Parlamento, a Previdência e o fórum da Previdência, que foi instalado no dia 12 pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da República, do qual eu entendo que há uma boa iniciativa. De fato, nós temos que debater a

Previdência e ver as alterações possíveis, e o Parlamento não pode só ficar assistindo o que o fórum vai debater na instância do Executivo, que é legítimo. Eu quero dizer que, antes de apresentar essa proposta, eu conversei com o Ministro da Previdência e ele entendeu que é adequado, tanto é que ele se propôs a vir antes do dia 7, que vai ser a primeira reunião do fórum, já fazer uma exposição: Qual o objetivo do fórum, para onde caminhamos, qual a situação real da Previdência.

Eu endosso, na íntegra, a posição que hoje tem assumido o Presidente Lula e o próprio Ministro Machado, de que a Previdência Social, que o Regime Nacional da Previdência não é deficitário, e essa contabilidade, para mim muito bem exposta até o momento pelo Presidente da República e pelo Ministro da Previdência vem de encontro a algo que nós defendemos há muitos e muitos anos. Por isso o Ministro fez questão de vir fazer essa exposição aqui para que não fique nenhuma dúvida, como é que ele entende para que nós possamos avançar cada vez mais, sem ter que fazer a reforma da Previdência nos moldes que alguns setores até hoje defendem legitimamente, mas que eu, particularmente discordo. Então, quem concorda com esse requerimento. Bom, primeiro em discussão o requerimento. Alguém quer discutir o requerimento?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Presidente, eu queria saudar a iniciativa do Senador Geraldo Mesquita, do Presidente Paulo Paim, saudar o início dos trabalhos dessa Comissão, que eu tenho certeza que tendo uma Mesa qualificada com o Senador Paulo Paim, Senador Cícero Lucena, nós teremos um avanço bastante promissor, uma Comissão que tem uma agenda muito relevante e, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, nós estamos criando uma submissão para tratar especificamente do tema da reforma da Previdência Social, acompanhar toda essa discussão do fórum nacional que foi constituída e, portanto, quero, não apenas parabenizar a iniciativa, e sugerir ao Presidente Paim, se a Comissão estiver de acordo, que a nossa Subcomissão da Previdência Social, da Comissão de Assuntos Econômicos participe conjuntamente dessa Audiência Pública, e que a gente estimule esse debate desde que agora, para que o Senado Federal, tendo as informações, levantando os dados, diagnóstico, poderá no momento oportuno, quando nós tivermos iniciativas e legislativas concretas tratando da Previdência Social, nós teremos, se não um consenso, pelo menos a democratização das informações, da análise, e poderíamos fazer um debate e agilizar o processo decisório. Então, eu quero parabenizar a iniciativa e dizer que colocarei na próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos essa

iniciativa sugerindo à nossa Subcomissão que participe também da audiência promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Em discussão o requerimento, de pronto essa Presidência já acata o encaminhamento feito, no sentido de que haja a participação também dessa Subcomissão já instalada na Comissão de Economia, que tem como objetivo discutir também a Previdência. Continua em discussão o requerimento. Senador Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Fico muito feliz à proposta do Senador Mercadante, até porque parte dos membros que compõe a CAE também participa dessa Comissão, a exemplo da Comissão de Ação Social que tem uma Subcomissão específica do Trabalho e da Previdência, que também já se dispôs a participar desse debate objetivando então com as Comissões que irão participar dessa discussão, que é tão importante, não só para os dias de hoje, mas principalmente para o compromisso futuro da Previdência no nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – A assessoria lembra aqui da importância que eu leia na íntegra o requerimento nos moldes que o Senador Mesquita o fez. “Com fundamento no art. 58, Parágrafo 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 90 do Regimento Interno dessa Casa, requeiro a realização de uma audiência conjunta com as Comissões de Assuntos Sociais e agora, também, a Comissão de Economia, com vista a tratar de questões atinentes ao Fórum Nacional da Previdência e o papel do Parlamento, a ser realizado...” Eu botei uma data indicativa, dia 28 de fevereiro, mas que poderá ser mudado, porque percebam que no dia 28 de fevereiro, o Senador Mercadante pode ajudar, vai ter o grande debate no CCJ sobre a idade mínima. Talvez tenhamos que adaptar para uma outra data. Então, eu aprovaria sem a fixação da data. “A Audiência Pública requerida deverá ser convidado o Ministro da Previdência Social, Nelson Machado, que já se colocou à disposição”. Senadores e Senadoras que concordam...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Eu só queria sugerir como data de referência 1 de março, que é quinta-feira, pela manhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Que coincide com a nossa reunião.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

– Terça, nós vamos ter na Comissão de Assuntos Econômicos a Presidência e a Diretoria do Banco Central. Quarta, na CCJ nós vamos ter um debate que mobilizar bastante os Senadores da Casa, e na quinta-feira nós poderíamos abrir essa discussão da Previdência por iniciativa da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Se todos concordam nós aprovamos dia 1 de março, que é exatamente o dia da nossa Comissão, nós faríamos a alteração devida e fica já assegurado o dia 1 de março, porque já na Comissão de Assuntos Sociais eu havia tratado que dependeria da discussão aqui, e tenho certeza que a Senadora Patrícia concordará que seja essa reunião no dia 1 de março. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Há mais um requerimento na Mesa que eu passo a ler. Esse é da assinatura minha e do Senador Lucena, aqui presente conosco, e eu pediria ao nosso vice-Presidente que faça a leitura do requerimento.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – “Com fundamento no disposto do art. 58, inciso II da Constituição Federal, combinando com o art. 90 do inciso II do Regimento Interno da Casa requeremos a realização de um ciclo de Audiência Pública, um a cada mês em conjunto com a Comissão de Educação e a Comissão de Assuntos Sociais, com vista de tratar das questões atinentes à origem e a evolução da violência social sob a ótica dos Direitos Humanos com tema e convidados a serem aprovados por essas Comissões”.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Esse requerimento foi previamente agendado com o Senador Cristovam e com a Senadora Patrícia. Eu entendo que o mesmo requerimento, aqui assinado por mim e pelo Senador Lucena, deverá também, Senador Cristovam, ser na Comissão respectiva de V.Ex^a. e da Senadora Patrícia, ser aprovado para que a gente possa, naquela linha que combinamos, termos um ciclo de debates que, na verdade, inicia já, Senador Mesquita, com esse do próximo dia 22 de autoria de V.Ex^a. Nós aproveitamos a oportunidade do quorum de hoje para estabelecer, então, um ciclo de debates sobre como nós estamos vendo a sociedade, o ontem, o hoje e o amanhã, principalmente no que tange à violência. Esse é o objetivo. Senador Cristovam, passo palavra para V.Ex^a. que havia combinado conosco da importância desse debate preocupado não só com a reação imediata que tem que haver, mas também com o futuro.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– Eu fiquei muito contente quando o Senador Paulo Paim propôs essa reunião em conjunto, porque os dois assuntos estão absolutamente ligados, não só porque a educação é um direito humano, como também porque não há direito humano sem educação. Então, aí entra nos dois lados, Senador Lucena, tanto a educação como vetor dos Direitos Humanos, como os Direitos Humanos como vetor da Educação. Então, eu

fico muito satisfeito e estou certo de que a Comissão, os membros da Comissão de Educação vão aceitar e podemos em breve combinar a data para fazer essa audiência o mais rápido possível, não depois da primeira quinzena de março.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Está em discussão esse requerimento que, na verdade, é um requerimento conjunto das três Comissões. Senadores que concordam com o requerimento se posicionem ou fiquem como se encontram. Está aprovado o requerimento.

Vamos agora iniciar o debate da nossa pauta. Eu consulto o Plenário porque essa Presidência anunciou, Senador Mercadante, essa Presidência tomou a liberdade de anunciar que nessa reunião de hoje a prioridade número 1 seria o seu projeto. Eu pergunto à V.Exª. se a gente poderia, se assim for entendimento do Plenário, pedir a inversão de pauta. A gente começa a discussão por esse projeto para que todos possam expor o seu ponto de vista, o qual já está praticamente assegurado em condições de votar e, no momento adequado, a gente vota, mas iniciariamos a discussão.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a inversão de pauta para que esse projeto que eu apresentei na Casa no início da legislatura anterior e foi aprovado a primeira vez por unanimidade a partir de um competente parecer do Senador César Borges, do PFL, na Comissão de Constituição e Justiça, e depois veio para essa Comissão e já tem o parecer favorável da Senadora Lúcia Vânia desde setembro de 2005. O projeto parte de uma realidade que nós temos no Brasil, hoje, que muitas quadrilhas vem aliciando de forma crescente os jovens, adolescentes e mesmo crianças na prática de diversos crimes e, em particular, do narcotráfico, mas também assalto e roubo a mão armada. E muitas vezes os jovens, porque devem continuar tendo tratamento diferenciado na legislação, eles acabam assumindo, o que na gíria policial é chamado de “laranja”. Ele assume a responsabilidade do crime para proteger outros, os adultos que terão a pena agravada. E este mecanismo está permitindo, está estimulando, está incentivando que as quadrilhas cada vez mais aliciem, envolvam cada vez mais menores de idade para todo e qualquer crime tentando criar uma prevenção ao rigor da lei que hoje estabelece, em condições bastante, eu diria, exigentes, especialmente a prestação dos presídios nacionais, o processo de degradação de punição dos adultos.

Que o eu estou propondo? Nós estamos problema você propondo que toda quadrilha que tiver o envolvimento de menores de idade, a pena será agravada. O mínimo de 4 anos até 15 anos mais multa. E se houver

lesão corporal, um terço a mais da pena. Se houver a morte, seja na condição de vítima, seja na condição do envolvimento de quem está praticando aquele crime, de menor de idade, a pena pode ser duplicada. Veja o seguinte. Os dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo só 1% dos homicídios tem a pena menor de idade participando, e todos os demais são os adultos ou adultos envolvendo menores de idade. Então, se nós estabelecermos o rigor da pena na punição dos adultos, nós estaremos construindo uma proteção à infância e adolescente, especialmente numa sociedade tão desigual, com ausência de políticas públicas, enfim, com as dificuldades que nós temos, Senador Cristovam, na qualidade do ensino público, nas formas de inclusão social, nós estaremos estabelecendo uma prevenção, uma política clara, precisa, especialmente nesse momento de comoção nacional e quero lembrar que, mesmo nesse caso terrível, essa barbárie que foi o assassinato daquela criança, João Hélio de apenas 6 anos, arrastada por 15 minutos num carro, em quatro bairros no Rio de Janeiro. Mesmo nesse episódio, tem quatro maiores de idade. E a participação em que condições do menor de idade, até agora a polícia não tem clareza, porque ele claramente tenta proteger o irmão que está claramente envolvido no processo, e ele tentava proteger o irmão, como acontece na maioria dos casos. O menor assume a responsabilidade para proteger os adultos.

Então eu acho que essa legislação dá uma resposta a esse clamor da sociedade, no momento em que o Congresso tem, sim, que se posicionar, mas tem que se posicionar com sentimento de justiça, de racionalidade, reflexiva, aprofundado, e esse é um projeto que eu senti no debate da Comissão de Constituição e Justiça, que conseguia reunir um amplo consenso, foi aprovado por unanimidade e eu tenho certeza que será nesse momento uma resposta muito adequada a todo esse debate que a sociedade brasileira vive. Portanto, eu queria pedir inversão de pauta, agradecer o empenho do Presidente em viabilizar essa votação. Eu fui informado pela assessoria que a Senadora Lúcia Vânia, Relatora da matéria está chegando, teve um pequeno problema, está chegando já à Comissão para poder relatar o projeto e, acho que nós podemos, com essa votação, responder ao anseio de tantas famílias e de tantas pessoas hoje que querem proteger a infância e o adolescente, querem rigor e, apontando claramente os principais, os grandes responsáveis que são as quadrilhas organizadas que estão aliciando os nossos jovens sem um rigor que eu acho que a lei poderia passar a ter a partir dessa medida. Portanto, eu sugiro a aprovação por essa comissão, seria terminativa a votação, iria imediatamente para a Câmara e

nós poderíamos empenhar junto ao Presidente Arlindo Chinaglia, para que dê prioridade na tramitação e possa votar com a urgência urgentíssima uma matéria que eu acho que é de grande interesse da sociedade, e é a matéria mais adequada para o problema que nós estamos atravessando.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Temos quatro Senadores inscritos para discutir a matéria. Antes de iniciar a discussão eu coloco em votação a inversão de pauta para que o item 10, que trata de pena para adulto que se envolva em qualquer tipo de delito com o menor fosse aprovada. Primeiro a inversão de pauta e depois a discussão. Em votação a inversão de pauta para que o item 10 anteceda o item 1, que é também importante, que trata do trabalho escravo. O Senador Flávio Arns é o Relator. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Iniciamos a discussão. Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JR. (PMDB-AC) – Senador Paim, Senador Lucena, Senadora Patrícia e caros colegas. Eu quero aqui, de plano manifestar o meu apoio, o meu voto e a minha solidariedade ao projeto do eminente Senador Mercadante que, projeto esse, como ele mesmo esclareceu, foi protocolado nessa Casa alguns anos atrás já, logo que chegou, portanto, fora do enquadramento que se tenta fazer hoje de que não se deve tratar de matéria dessa natureza em face da comoção, em momentos de comoção. O Senador Mercadante propôs isso com muita antecedência. É uma medida, em si, considerada e aprovada nessa Casa, contribuirá decisivamente para extirpar um mal que acomete a nossa sociedade. É um fato inafastável a utilização de menores por quadrilhas organizadas nesse país para a proteção dos maiores. O projeto tem a minha solidariedade, tem o meu voto, tem o meu aplauso, inclusive.

Entretanto, eu queria, aqui eu creio que, em qualquer momento, devemos ter a coragem de expor as nossas opiniões para a crítica dos nossos pares e da sociedade. E eu, modestamente me atrevo aqui a contribuir com esse debate, de fundamental importância no nosso país, e expressar a minha opinião pessoal acerca do que se passa em relação às tentativas de normatização do assunto.

Eu creio que o debate, quando focado na questão da idade, a maioridade penal, a menoridade, com todo o respeito, eu considero que há um debate equivocado. Equivocado, porque eu creio que o fato que deve nortear a nossa apreciação, o nosso debate, deva ser o ato praticado, o ato ilícito, o crime cometido por alguém, seja menor, seja maior, seja que idade tiver. Eu

creio que a diferenciação que devemos fazer tem que ser feita após a apreciação do fato, após o julgamento da pessoa que cometeu, após a sua condenação. Claro, evidente. Temos a responsabilidade social de protegermos nossas crianças, nossos adolescentes, dar-lhes a menor condição que pudermos para que, primeiro, eles tenham uma vida digna. Segundo, eles não sofram a tentação de enveredarem para o crime. Agora, eu creio que o que deve nortear a nossa discussão, repito, é o ato ilícito. O ato ilícito foi cometido por alguém de 60 anos, foi cometido por alguém de 15 anos, se essa pessoa tinha ou tem a consciência da ilicitude do ato, e tem, ou tinha motivação para cometê-lo, ele deve ser sujeito às penas da lei.

Entretanto, julgado e condenado ou não, aí sim, eu creio que a Legislação deve fazer a diferenciação. Claro, não se vai pegar um menino de 15 anos que cometeu um assassinato brutal, mesmo brutal e colocá-lo num Carandiru da vida. Eu creio que aí deva se fazer a distinção. Porque enquanto nós discutirmos se a idade, a maioridade penal tem que ser de 18, 17, 16, como disse a Senadora Patrícia, daqui a pouco a gente está fazendo a escala. Vota 17, daqui a dois anos vamos votar 16, daqui a pouco 15, daqui a pouco 14. Eu acho que é um debate equivocado. Um debate equivocado. Então eu introduzo esse assunto assumindo a responsabilidade pela opinião proferida e sujeito às críticas, logicamente, mas eu insisto. Até que provem o contrário, até que me demonstrem o contrário, eu creio que nós estamos incorrendo num grande equívoco, de colocarmos esse debate em torno da idade, da maioridade penal, da menoridade penal, porque isso não vai levar a lugar nenhum. Nós vamos permanecer nesse debate anos e anos a fio sem esclarecer definitivamente a questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra de imediato ao Senador Cristovam ou à Senadora Patrícia, independente. Senadora Patrícia, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do qual temos a honra de fazer um trabalho em parceria.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSDB-CE) – Se Deus quiser. Eu queria até mesmo de dar a minha opinião sobre o projeto do Senador Aloisio Mercadante, eu cheguei quando V.Ex^a. está aprovando um requerimento de audiência conjunta, tanto da Comissão de Educação, como da Comissão de Direitos Humanos, e eu gostaria, se o Plenário também concordar, que a Comissão de Assuntos Sociais pudesse fazer parte. Já está também? Então, ótimo. Muito obrigada.

Eu quero trazer aqui um pouco dessa reflexão sobre um tema que caloroso, um tema que tem ocupado

as principais discussões e debates do país com esse assassinato brutal do João Hélio, uma criança de 6 anos de idade que foi arrastada feito um trapo pelas ruas do Rio de Janeiro, como disse o Senador Mercadante. Antes de qualquer coisa, eu quero mais uma vez frisar a minha solidariedade, a minha dor como mulher, como mãe, a minha solidariedade a essa família, porque um sofrimento dessa natureza é muito difícil a gente falar alguma coisa que possa consolar uma família numa hora dessas. Muito difícil, mesmo.

Mas ao mesmo tempo, nós temos a responsabilidade, nessa Casa e como representante dos nossos Estados, de trazer uma saída, uma solução. Eu tenho recebido muitos e-mails, telefonemas, cartas, durante todos esses dias, Senador Cristovam Buarque, desde que aconteceu esse crime terrível, perverso e cruel. Uma quantidade imensa de e-mails de pessoas divididas. Pessoas que querem a sua segurança, como um direito, evidente, que querem sair tranquilamente nas ruas, que querem ter o direito de que seus filhos possam ir e vir e ao mesmo tempo, com esse desejo de que essa solução aconteça, mas o cuidado também e o equilíbrio para que nós não possamos, aqui, tomar algumas decisões que não vão resolver o problema da violência no nosso país. Eu acho que o Senador Geraldo Mesquita disse uma coisa muito importante, Senador. O centro do debate não pode ser, simplesmente, se se reduz ou se aumenta, ou enfim, a questão da maioridade, nós precisamos discutir um assunto que é a violência nesse país. O que nós queremos fazer para transformar esse país. A realidade do Brasil, o retrato do Brasil é a dor daquela família, é a dor daquela família que perdeu aquela criança, e não só aquela família, mas tantas e tantas outras crianças que morrem todos os dias, que são mortas por adultos nas periferias, nas favelas, nos bairros, assassinadas. Muitas vezes crianças e adolescentes sem nome, sem endereço, sem identidade, que todos os dias perdem as suas vidas também nessas guerras que acontecem no nosso país, pelas ruas, pelas estradas, pelas ruas escuras do nosso país.

Então eu acho que esse momento é importante esse debate para que a gente possa refletir que país nós queremos. Eu acho que nós estamos vivendo um momento de inversão de prioridades. Eu tenho tentado falar sobre isso muitos anos da minha vida. Estou completamente convencida, como V.Ex^a., Senador Cristovam Buarque, que a saída que nós temos para essa violência está no investimento de uma educação de qualidade, de uma educação que liberte, de uma educação que mostre, que dê oportunidade para essas crianças.

Eu faço um exercício muito rápido e não tenho vergonha nem medo de dizer isso. Eu olho para dentro da minha Casa antes de pensar em tomar alguma decisão com aquela criança que está envolvida num crime, com aquele adolescente que está envolvido num crime ou com aquele adolescente que está numa situação de vulnerabilidade. Não estou aqui defendendo bandido de forma alguma. Quem matou, quem fez o que fez tem que pagar pelo seu crime. Agora, não é justo que a gente coloque a responsabilidade de tudo o que está acontecendo de ruim nesse país no Estatuto da Criança e do Adolescente, porque é uma lei que foi aprovada há 17 anos, é uma lei bastante avançada, e por isso nós não queremos uma lei avançada, então, vamos voltar ao passado, vamos diminuir a idade penal, vamos diminuir a idade das crianças, dos jovens de 18 para 16 anos. Por quê? Porque não 14? Porque não 12? Da mesma forma eu falo da questão do aumento de pena. O Estatuto da Criança não é intocável. Todos nós que militamos na área dos Direitos da Criança e do Adolescente estamos abertos a fazer essa discussão. Mas eu não posso concordar de que por nós mesmos aqui, de repente, eu ache que a pena deve ser duplicada do adolescente que cometeu um crime, mas outro acha que deve ser 10 anos, mas outro acha que deve ser 5 anos, outro acha que ele não deve sair da cadeia. Eu acho que essa discussão não vai levar a nada. Nós temos que ouvir outras pessoas. Por isso eu fico preocupada com a redução da maioridade penal na Comissão de Constituição e Justiça, porque ali vai ser muito... Eu vejo a comoção, eu vejo a cobrança, a pressão da sociedade, mas a sociedade também precisa conhecer o outro lado da moeda, como é que vivem esses hoje.

Então, eu quero parabenizar, mais uma vez, já tive oportunidade de fazer isso ontem, o Senador Mercadante, por esse projeto, que eu acho que ele encontrou uma saída, uma intermediação para essa situação. Acho, por mim, nesse momento, que o projeto do Senador Mercadante ele deveria tomar conta do debate dessa Casa, porque aí sim está o problema, são os adultos que cada vez usam crianças, mais e mais jovens se nós abaixamos a maioridade penal vão usar as crianças de 15. Se nós diminuirmos a idade para 16, eu tenho certeza, e ninguém é bobo, nem ingênuo para imaginar que amanhã, se nós abaixamos a idade penal para 16, acabou a violência no nosso país, todo mundo vai poder sair tranquilamente na rua, acabaram os assassinatos, acabaram os crimes hediondos, acabou tudo. Não é verdade, o Senador acabou de trazer aqui um dado importante do Estado dele, São Paulo. Também um lugar, um Estado que tem uma violência grande e tudo mais, mas mostra o índice

dos adolescentes envolvidos nesses crimes. Então eu quero aqui mais uma vez parabenizar o Senador, dizer que eu acho que é esse o caminho que nós devemos traçar, essa reflexão tem que ser feita, não precisa ser adiada, nós queremos discutir agora. Acho importante que a gente discuta agora. Agora, eu, como Senadora, mas também como mulher, como mãe, não tenho aqui nenhum tipo de procuração, já disse isso e vou dizer todas as vezes, não tem aqui nenhum tipo de procuração de ninguém dessa sociedade, nem das pessoas, principalmente das pessoas mais pobres da nossa sociedade para dizer que, como nós Parlamentares, como o Congresso, como o Parlamento Brasileiro, o Legislativo, como o Estado, como o Judiciário falhou, a única solução que nós encontramos foi mandar o filho dos mais pobres para a cadeia porque nós não conseguimos resolver o problema da criminalidade e da violência no nosso país. Eu não vou assumir essa responsabilidade, eu acho isso terrível, que a gente assuma essa responsabilidade em relação às pessoas mais pobres, porque nós sabemos que o retrato desse país e a realidade desse país são esses adolescentes que vão para a cadeia. Vamos olhar para os nossos casos, vamos olhar para os nossos filhos que também cometem erros como qualquer criança, como qualquer jovem. E vamos imaginar se nós gostaríamos também que eles estivessem nessa situação, ou vamos imaginar que esses que não são nossos filhos pudessem ser nossos filhos. Talvez com esse exercício a gente tenha um pouco mais de equilíbrio, um pouco mais de sensatez, um pouco mais de calma para raciocinar e encontrar as melhores saídas e soluções. Mas tenho certeza que essa solução do Senador Mercadante, Projeto de Lei do Senador Mercadante é uma saída importante para essa cruzada, essa missão que todos nós temos que enfrentar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu queria só pedir humildes desculpas. Vou precisar me ausentar, queria deixar consignado o meu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu quero dizer que já há quorum para votação. Estamos só aguardando que a Senadora Lúcia Vânia chegue. Se ela chegar de imediato, eu pediria que ela fizesse o Relatório sintetizado, já que há um amplo acordo na Casa. Se V.Ex^a. pudesse ficar uns cinco minutos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu tenho uma audiência marcada com muita antecedência com o

Presidente do INCRA, agora, é um assunto importante do meu Estado, e eu fico dividido.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Essa Presidência entende. Há o quorum já assegurado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O meu voto está consignado?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – O seu voto está consignado. Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– Presidente Paim, em primeiro lugar eu quero parabenizar o Senador Aloizio Mercadante. O Mercadante conseguiu aqui trazer algo que a gente se pergunta: “Como é que ninguém pensou nisso antes”? As boas idéias são essas. Como é que isso passou tanto tempo sem a gente perceber que era uma boa saída? Então, eu quero parabenizar e dizer que é uma proposta que, se aprovada, vai ter, sim, um impacto na punição daqueles responsáveis maiores pela criminalidade cometida por menores. Nesse sentido, todo o meu apoio e o meu elogio.

Mas eu quero aproveitar para dizer que nós temos que trabalhar esse assunto em duas linhas. Uma é essa punição que é uma saída brilhante. A outra, vamos analisar a redução da criminalidade. E aí eu venho para o que falou a Senadora Patrícia.

Há anos que se fala em reduzir a violência. Agora se fala em reduzir a maioria penal. Cada vez a gente esconde mais os verdadeiros problemas. A própria violência não tem resolução sem uma revolução nesse país. Uma mudança mais radical do modelo social, econômico e cultural do país. A gente encara violência como se fosse coisa de polícia, agora fica como se fosse coisa de maioria. Está na hora da gente aprofundar o debate com medidas como essa do Senador Aloizio Mercadante, que no meu ver é perfeita no que ela busca, mas aprofundar o debate saindo dessa visão de querer não ver as coisas, que é que o caracteriza a sociedade brasileira, o que caracteriza um país que parece avestruz. É um país que sofre de uma síndrome de avestruz, esconde a cabeça diante dos riscos.

No lugar de reduzir a maioria penal, o que a gente tem que fazer é reduzir a idade de entrar na escola, não se está falando isso, e aumentar a idade que se sai da escola. Um país onde, em média, uma pessoa sai da escola aos 11 anos, que é a média no Brasil. E é a média brasileira! Ao invés de ser 18 anos, a média brasileira é de 11. Não tem redução de maioria que vá impedir a criminalidade. A gente tem que reduzir a idade em que se entra na escola e a aumentar a idade em que se sai da escola, e que nesse período dentro

da escola se tenha uma boa educação. É isso, é essa a revolução que pode reduzir a criminalidade. Agora, nunca vai parar. Nunca vai parar.

Já que não vai parar, e vai haver sem criminalidade de menores, não existe dizer que não vai haver, isso tem em todo o lugar, do mundo inteiro, talvez não com a dimensão brasileira de hoje, porque nenhum outro tem, a dimensão brasileira é nossa, até lá essa proposta do Senador Aloisio, a meu ver, preenche perfeitamente o que se precisa.

Eu só gostaria de discutir num outro momento é o tratamento que a gente deve dar dentro de leis que permitam, Senadora Patrícia, trabalhar menores na especificidade de cada um. Alguns merecem um tratamento especial. Eu não falo tratamento especial de punição, mas de ficarem mais tempo sob a guarda do Estado para proteger os que não estão presos, soltos, outros meninos e meninas. A idade de 3 anos absolutamente para todos como limite, pode ser um equívoco, porque há características especiais. Para mim, eu acho que essa característica especial não precisa estar na lei, ela pode estar em uma corte que tenha a possibilidade de tomar decisões especiais. A outra é sermos mais rígidos no tratamento da liberdade por bom comportamento. Eu tenho a impressão de que hoje deve haver uma grande liberalidade nisso, passou a ser uma regra permanente, cumpriu um terço, sai. Eu acho que tem que haver uma rigorosidade maior. E aí eu não falo para menores, eu falo para adultos. E aí eu ia concluir como está aqui. Senador Demostenes Torres, eu queria repetir um pouco que o eu falei na presença dele, porque eu creio que nesse assunto a gente deve ter um certo conflito. Eu quero insistir que para mim essas crianças que a gente pode até chamar, se quiser, de criminosos mirins, essas crianças hoje, elas não deixarão de cometer crimes porque serão presas mais tempo. Não faz parte da psicologia delas medo à prisão. Não faz parte da psicologia delas medo da morte, Senador Lucena. Para muitas dessas crianças, a prisão é a única maneira de viver mais anos. A esperança de vida delas no meio do crime é menor do que a esperança delas na cadeia. Além disso, a sensação de liberdade ou não existe para essas crianças, é um equívoco achar que reduzir a maioria reduzirá o crime. É um equívoco. E além disso, é um desvio da preocupação maior de como enfrentar a criminalidade, que é algo muito mais profundo tocando na estrutura social, econômica e cultural, que a gente esquece muitas vezes do Brasil. Nós hoje somos um país de cultura violenta, não só por causa dos filmes na televisão, mas também pelo modelo sócio-econômico. A desigualdade é uma forma de violência brutal. É uma forma permanente.

O analfabetismo é uma violência. Viver hoje num país moderno sendo analfabeto, Senador Flávio Arns, é como ser torturado, é como dar choque no cérebro, é como queimar o cérebro, você impede a percepção da realidade. É uma violência, é uma tortura, essa é uma violência que a gente esquece. Ficar desempregado com a família em casa sem ter o que comer é uma violência. Ou a gente trata essa violência na sua total complexidade ou a gente não vai vencer a violência. Agora, os violentos que estão aí, é cadeia para eles, é punição para eles que a gente não gosta de falar punição, também retirá-los do circuito e também uma certa punição.

No caso dos adultos, eu acho que é reduzir essa liberalidade de um terço de bom comportamento e libertar. No caso dos menores, ir acho que é, Senador Demostenes, eu proponho, sem reduzir a pena, criar uma instância que permitam, nos casos especiais, a pena do menor ser maior de três anos. Não dá para tratar todos os menores que cometem infrações igualmente. Existem infrações e infrações, existem menores e menores. Deve haver uma instância no Poder Judiciário capaz de dizer: "Essa criança, esse menino, esse bandido mirim não vai poder ser libertado".

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO)

– Me permite um aparte, Senador Cristovam?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– Senador Demostenes Torres, eu permito, sem nenhum problema, com o maior prazer.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO)

– Só primeiro para concordar com V.Ex^a., que eu acho que a questão fundamental é a questão da Educação. Tanto é que, quando V.Ex^a. ainda era Ministro, V.Ex^a. teve a oportunidade vir aqui e, num debate, se eu não me engano, na Comissão de Assuntos Econômicos, perdão, na Comissão Educação hoje V.Ex^a. preside, eu tive a oportunidade de perguntar à V.Ex^a. e, se V.Ex^a. concordar que a grande solução para essas crianças era iniciar um processo de educação de qualidade, a educação em tempo integral, que V.Ex^a. naquela época já queria fazer a implantação, mas que tinha dificuldades, porque a área econômica do Governo lhe tirava todas as verbas para que o projeto que V.Ex^a. pensava ser ideal não fosse, de qualquer forma, implementado. Então, V.Ex^a. queria e nós apresentamos, inclusive, em decorrência disso, uma proposta de emenda à Constituição obrigando o Governo a adotar a escola em tempo integral a partir de determinado momento. O Senador Crivella deu o parecer e ficou ali paralisado na Comissão de Constituição e Justiça até hoje. Não foi votado, e digo à V.Ex^a. porque não foi votado. Não foi votado porque o Governo não quis. Vai jogar, segundo o Governo, é algo que vai despender muitos

recursos, que não tem condição de fazer. Mas se não tem condição de fazer, aí é que eu vejo, até aproveitado a oportunidade que chegou o Senador Jucá, eu ia mencionar o nome dele, porque foi uma oportunidade excelente, aí não fica sendo algo surpreendente. Então, ficou previsto nessa emenda à Constituição que nós implantaríamos a escola de tempo integral.

Muito bem. V.Ex^a. defendeu como candidato à Presidência da República, era a bandeira de V.Ex^a., justamente a adoção da escola em tempo integral. Imagino eu, que por conta do projeto de V.Ex^a., o Presidente da República veio dizer, também, que iria adotar esse modelo de escola em tempo integral. Terminada a eleição, para minha surpresa, aparece o Líder do Governo, três dias depois das eleições, eu estava no Plenário, veio dizer que o modelo da escola em tempo integral não era mais daquele jeito porque hoje tinha televisão, tinha isso... Eu fiquei imaginando como é que uma criança aprende a nadar pela televisão, não é verdade? Como é que nesse processo de televisão... Porque o que nós queremos? Porque a educação em tempo integral ela funciona também como prevenção da criminalidade. O pai vai trabalhar, a mãe vai trabalhar, e esses jovens que estão nas ruas eles vão ter um local, a escola. E os traficantes que hoje aliciavam as crianças segundo dados da ONU, eu estou levantando esses dados todos porque ontem foram apresentados uma série de dados absolutamente questionáveis. Eu vou fazer questão de trazer os documentos oficiais para mostrar como é que esses dados são questionáveis. Então, só na cidade de São Paulo, 20 mil crianças. Então, crianças no Brasil, sabe bem a Senadora Patrícia, quem tem menos de 12 anos é considerado criança. São 20 mil crianças recrutadas pelo tráfico de drogas. Então, a polícia tem que ficar eram todo o lugar. Se a crianças estiver na escola, é mais fácil para polícia vigiar o ambiente escolar. Dar segurança para o professor, não é uma das grandes hoje? Os professores não reclamam, decididamente, que não têm condição de ensinar porque as escolas estão lotadas de marginais? Eles invadem as escolas, fazem o tráfico de drogas dentro das escolas. Então, nós daríamos, inclusive, uma proteção para essas crianças, mas o Governo não quer e não vai votar.

Tanto é que quando surgiu a reação à diminuição da idade penal, o grande argumento utilizado por todos era que precisava melhorar a educação no Brasil. Mas ontem, na Comissão de Constituição e Justiça, para minha surpresa, não teve ninguém que defendeu, especialmente da parte do Governo, a votação da emenda à Constituição que adota a escola em tempo integral. Eu até propus, como eu propus em 2003, que até 2008 nós adotaríamos. Como nós estamos em 2007, eu

admito emenda para começar em 2010, 2012, sei lá, concluir lá, que a Constituição disponha. Agora, o fato, Senador, é que, realmente, eu tenho que concordar com V.Ex^a. e com todos aqueles que dizem que uma emenda só, uma proposta só não vai resolver o problema. Realmente não vai. Não é redução da maioridade penal que vai resolver o problema da criminalidade no Brasil. Assim, como não é só a escola em tempo integral que vai resolver o problema da criminalidade no Brasil. Assim como não é só o combate à corrupção policial que vai resolver ou, a melhoria das condições da cadeia. É o conjunto. A redução da maioridade faz parte desse conjunto, não é? E mais, A proposta ontem que o Senador Tasso Jereissati faz, para mim é a ideal. Qual que é? A qualquer idade que é adotada é adotada na Inglaterra, é adotada na Austrália, é adotada no Canadá. Não, no Canadá não é adotada, perdão. É adotada em muitos lugares nos Estados Unidos, que é o seguinte. Flexibiliza-se a idade penal. Um grupo de psicólogos, psiquiatras, sociólogos, cometeu o crime, tem 10 anos, vai lá, pega a criança de 10 anos, faz um estudo: "Não, tem capacidade de entender como adulto, ou tem capacidade de entender como criança". Se tem como criança, responde pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Se tem como adulto, responde como adulto. Quer dizer, a proposta dele é muito mais drástica do que a minha, pune muito mais do que a minha. Agora, o fato é o seguinte.

O que eu entendo, e eu acho que aí é que é a grande confusão na discussão, é que o Estado tem que tomar medidas protetivas, efetivas contra, ou melhor, em favor da criança e do adolescente. Quais são essas medidas? Escola em tempo integral, aplicação das medidas sócio-educativas. O Estado não tem que proteger o delinquente perigoso de 16, 17, 18 anos ou 19. Por quê? Porque ao proteger essa pessoa, ele está, simplesmente, ferindo os Direitos Humanos da vítima. Porque quase sempre, segundo, para pegar só uma estatística também do Ministro da Justiça. No Brasil, nós temos mais ou menos 50 mil homicídios por ano. Ano passado, na Espanha, foram 1.200 homicídios, só para ter idéia do tamanho da dimensão da desgraça brasileira. Dessas 50 mil vítimas, 50% são jovens entre 14 e 25 anos. Desse contingente, 90% estão entre os excluídos no Brasil. Então, a violência ataca, principalmente, aqueles que não têm nada. Porque quem tem dinheiro tem condição de comprar segurança privada, e a grande maioria não tem. Então, o que eu discuto é isso. Para uma jovem que foi estuprada, não interessa para ela se o estuprador tem 18, 17, ou 16 anos, para usar até uma alegoria que foi usada pelo nosso Senador Arthur Virgílio. Então é isso que eu discuto. Agora, eu acho que nós temos essas alternativas todas...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Demostenes Torres, me permite? A Senadora Lúcia Vânia, eu estava aguardando ela. Ela tem que apresentar o Relatório. Se o senhor pudesse concluir, daí ela apresenta o Relatório, a discussão continua e nós iniciamos o processo de discussão.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO)

– Concordo absolutamente com V.Ex^a., só que eu acho que as medidas têm que ser concomitantes. Até porque grande parte das vítimas são justamente aqueles que sofrem desse problema. E adianto que vou pedir vistas do projeto do Senador Aloizio Mercadante e já vou dizer por que, a não ser que a Senadora... Porque eu acho que a modificação não tem que ser no Estatuto da Criança do Adolescente e, sim, no Código Penal, porque açambarca, praticamente, todos os crimes, inclusive, o Estatuto da Criança e do Adolescente.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– Eu dou por encerrada. Com a finalização do aparte do Senador, eu dou por encerrado o pronunciamento agradecendo o aparte que ele deu, que eu acho muito ilustrativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu agradeço a sua compreensão, eu sei que V. Ex^a. gostaria de aprofundar o debate, mas com a Senadora Lúcia Vânia presente, eu faria um apelo de imediato que a Senadora Lúcia Vânia apresentasse o seu Relatório, sem prejuízo dos oradores inscritos. Após o Relatório, havendo entendimento, nós vamos iniciar a votação. Eu sei que o Senador Arthur Virgílio já me solicitou a inversão de pauta de um projeto, faríamos, logo em seguida, a leitura do Relatório. Senadora Lúcia Vânia, V.Ex^a. está com a palavra para apresentar o seu Relatório, lembrando que tem duas emendas, nós faríamos duas votações.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – “Projeto de Lei do Senador nº 118 de 2003, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que altera a lei 8.069, de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. A proposição acrescenta artigo definindo como crime utilizar, induzir, instigar, ou auxiliar criança ou adolescente a praticar ou participar de crime de homicídio, lesão corporal de natureza grave ou seguida de morte, furto, roubo, extorsão, extorsão mediante seqüestro, estupro, atentado violento ao pudor ou dos crimes previstos nos artigos 12 e 13 da Lei nº 6.368 de 1976, Lei de Entorpecentes. O projeto já havia recebido na Comissão de Constituição e Justiça parecer favorável em caráter terminativo no dia 30 de março do corrente ano. Entretanto, devido ao despacho da Mesa do Senado, efetivado a 9 de março, bem como em virtude da Resolução nº 1 de 2005, foi necessária a sua redistribuição para a Comissão de

Direitos Humanos e Legislação Participativa. A proposição atende a requisitos de constitucionalidade, de juridicidade e regimentalidade, e quem diz isso não sou eu, quem diz isso foi a Comissão de Justiça que aprovou em regime terminativo. Portanto, em voto nominal. Em relação ao mérito, o projeto não é somente elogiável, como outrossim, atende a necessidade premente de uma legislação mais ser severa, dirigida aos que induzem menores à prática do crime. Trata-se, portanto, de conduta condenável em si, ademais conforme já mencionado em parecer precedente, tem como agravante consubstanciar-se em nascedouro de náveis criminosos, ao atingir mentes ainda imaturas com supostos benefícios do crime. Contudo, conforme sugestão da CCJ, alguns reparos a serem efetuados quanto à técnica legislativa da proposição. A exceção dos referidos delitos previstos na lei 6.368 de 21 de outubro de 1976, os demais crimes mencionados, todos do Código Penal, têm nome criminis, e é reconhecidamente mais simples uma referência, por exemplo, a furto do que é o crime previsto no art. 155 do Decreto Lei de nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Em prol da clareza da lei, portanto, é preferível...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Fazemos um apelo ao Plenário para que todos possam vir.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – (inaudível) Os nomes dos crimes definidos pelo Código Penal, cabem ainda algumas alterações de menor monta na ementa, tornando-a mais informativa, bem como na organização do texto. O voto. Pelo exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 118 de 2003, com as emendas a seguir. Emenda nº 1. Dê-se a emenda do Projeto de Lei do Senado nº 118 de 2003 a seguinte redação. Altera a lei 8.069 de 13 de julho de 1990, a fim de tipificar como crime o emprego de criança e adolescente para a realização dos delitos que menciona. Emenda nº 2. Dê-se ao art. 1 do Projeto de Lei do Senado nº 118 de 2003 a seguinte redação. A Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 passa a vigor acrescida do seguinte artigo. Art. 244 B: Utilizar, induzir, instigar ou auxiliar criança ou adolescente a praticar ou participar de crime de homicídio, lesão corporal de natureza grave ou seguida de morte, furto, roubo, extorsão, extorsão mediante seqüestro, estupro, atentado violento ao pudor ou dos crimes previstos nos artigos 12 e 13 da lei 6.368 de 21 de outubro de 1976. Pena: Reclusão de 4 a 15 anos e multa. Parágrafo único. A pena é aumentada de um terço se a criança ou adolescente sofrer lesão corporal grave e duplicada no caso de sua morte”. Este é o Relatório, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Em discussão a matéria. Estão inscritos para discutir a matéria pela ordem aqui, ainda, o Senador Flávio Arns, nesse momento, o Senador Arthur Virgílio e o Senador Demostenes Torres.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO)
– Essa matéria é terminativa aqui ou vai para outra Comissão?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Ela foi aprovada por unanimidade na CCJ, aqui é terminativa. Se, claro, houver vontade, em nome dos Senadores, ela vai a Plenário. Ela pode ir ao Plenário ainda.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO)
– Sim. Então eu vou só colocar uma questão de ordem absolutamente jurídica. Não há quem no Brasil ou no mundo que possa ser contrário a essa medida. Ela é medida de mérito extraordinário. Tem uma questão de Direito, que eu vim pensando nela agora, que é o seguinte. Se a alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente pode ter reflexões ou melhor, perdão, ter reflexo no Código Penal. Porque o correto é justamente o contrário. Você faz a alteração no Código Penal e todas as outras leis seguem essa alteração. Então, naquele momento na Comissão de Constituição e Justiça, nós estávamos discutindo a alteração dentro do Estatuto da Criança e do Adolescente, como estamos discutindo aqui, agora. Agora, o meu grande questionamento é esse: Se essas mudanças que nós queremos fazer, se o local certo da mudanças é aqui ou é no Código Penal. Só isso que eu estou fazendo. Mas para não criar qualquer espécie de problema, até para não dar a impressão de que: “Olha, está tendo uma polêmica com o Mercadante ou com não sei o quê”, eu vou votar favoravelmente e, se eu entender que a questão, aqui, vai ser inócua, que a alteração devia ser lá no Código Penal, eu vou procurar o próprio Senador Aloizio Mercadante, a Senadora Lúcia Vânia, se juridicamente essa mudança for inócua, nós fazemos um recurso para o Plenário, eu tenho certeza que os dois concordarão comigo, que não adianta mudar para não darem nada não, é verdade? Então se estiver correto, tudo bem, é uma dúvida que eu tenho, mas eu acho que o momento é de aprovar. Como nós temos ainda a hipótese desse recurso para Plenário, se a alteração tiver que ser feita no Código Penal, nós fazemos um recurso, lá nós apresentamos uma emenda, corrigimos e ficamos tudo acertado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)
– Sr. Presidente, eu só queria mais uma vez saudar a atitude do Senador Demostenes Torres que sempre

se pauta nessa Casa pela racionalidade, pelas juridicidade e, mesmo onde há divergências de mérito, de convicções, ele não perde essa atitude.

Ontem mesmo ele era Relator de uma matéria extremamente complexa, e pela sua habilidade, pela sua capacidade de diálogo, conseguiu aprovar por unanimidade, que era o projeto de regulação que estabelecia uma emenda constitucional do Senador Tasso Jereissati, e nós conseguimos chegar a um acordo sobre as agências de regulação, e mais uma vez demonstra esse espírito público de alguém que está buscando respostas eficazes a essa questão da segurança pública, é a sua vida, a sua carreira. Agradeço a atitude que ele está tendo nesse momento e seguramente, se a argumentação jurídica for de alterar o local no estatuto legal para o Código Penal, evidentemente a Relatora estará favorável e eu também, e nós o faremos no Plenário. Mas eu espero que a gente preserve aqui, porque nós estamos tratando da criança e do adolescente, da violência contra a criança e adolescente, que é uma dimensão fundamental do Estatuto da Criança e do Adolescente, por isso, eu acho que a Relatora foi muito feliz na forma como construiu o parecer. Nós estamos abertos a esse diálogo, e espero poder encaminhar o mais rapidamente possível à Câmara dos Deputados.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Diversos Senadores estão fazendo um apelo para que eu inicie o processo de votação sem prejuízo da lista de inscritos. Nós faríamos rapidamente a votação, são duas votações nominais, eu vou convidar para votar exatamente os que estão presentes, eu não faria a leitura de todos os membros da Comissão, inclusive, para agilizar como permite o Regimento.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Pela ordem Sr. Presidente. A exemplo do que disse o Senador Aloizio Mercadante, eu estou aberta a uma discussão, podemos fazer essa discussão até mesmo aqui na Comissão, eu já solicitei à Consultoria do Senado que viesse para cá para que a gente pudesse dirimir essa dúvida ainda durante esse processo de votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Ok. Vamos à votação, então. Como vota o Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim
SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Paulo Paim. Sim. Senadora Patrícia.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – (Pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JR. (PMDB-AC) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – (Pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadora Patrícia, como vota?

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Sim, com o Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Demostenes Torres?

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Jonas Pinheiro?

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sim, com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sim. A Relatora vota? Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Chamei todos? Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – (Pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só vou contar os votos, agora, aqui. O projeto foi aprovado por unanimidade. 17 votos a favor. O projeto está aprovado. Uma salva de palmas a todos. Eu penso que é o primeiro projeto da Comissão exatamente nessa grande polêmica a nível nacional. Parabéns Senador Mercadante, Senadora Lúcia Vânia e todos aqueles que estão participando desse projeto. Vai à segunda votação que é das emendas, das duas emendas já apresentadas. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Paulo Paim. Sim. Senadora Patrícia Saboya Gomes.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSDB-CE) – (Pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – (Pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – (Pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Demostenes Torres.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Jonas Pinheiro

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sim

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – (Pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – (Pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – (Pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – (Pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadora Lúcia Vânia

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sim

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadora Patrícia Saboya.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSDB-CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – As emendas também foram aprovadas por unanimidade com os mesmo 17 votos. Estão aprovado o projeto e também, agora, as emendas. O Senador Arthur Virgílio fez um pedido à Mesa para cobrar essa inversão de pauta para que votássemos de imediato o projeto de nº 7, que ele é o Relator. Pergunto ao Plenário se há acordo com essa inversão de pauta. Senador Arthur Virgílio está aprovada a inversão de pauta.

Aproveitando o quorum privilegiado, Senador Arthur Virgílio com a palavra. Em seguida, voltaremos à pauta iniciando, voltando ao item 1. Item nº 7 de autoria do Senador Sérgio Cabral, Senador Arthur Virgílio. Eu passo a palavra à V.Ex^a.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Antes, se o Senador me permite, senhor Presidente Paulo Paim, se me permite uma digressão, de maneira bastante breve eu teço algumas considerações sobre o tema passado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Faça um apelo ao Plenário, ao Senador na tribuna.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Que a gente não tenha que chamar o Clodovil para disciplinar. O Clodovil disciplinou na Câmara.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Pois não, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, eu entendo que é despiendo se falar que investimento maciço em educação combate o crime,

mas estamos falando de curto prazo. E não vimos nenhuma providência mágica na educação dos últimos quatro anos que justificasse, nós dizendo assim: “Muito bem, deixa com a educação que ela resolve”. Por outro lado essa relação pobreza/crime, senhor Presidente, a relação pobreza/crime não explica em si mesma o drama da criminalidade. A Suzane Von Richthofen, é uma moça abastada, e matou por dinheiro, matou seus pais por dinheiro com dois as asseclas. Eu vinha para cá... Sr. Presidente o clima está, realmente, irrespirável depois disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu vou mais uma vez fazer um apelo ao Plenário, inclusive, para os assessores. É livre o diálogo, a conversa, mas mais ao fundo, para que a gente possa ouvir o Senador, de um tema tão importante.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Então, Sr. Presidente. Eu estava ouvindo, agora, na TV Senado, que mais 30 e tantos Parlamentares foram indiciados por formação de quadrilha, indiciados por corrupção, enfim, e nenhum deles era miserável, nenhum deles era miserável, nenhum deles tinha problema de sustentar a sua família, enfim. Então, não existe. É idílica, faz parte de um certo esquerdismo retórico se dizer que há uma ligação clara entre pobreza e criminalidade. Isso é um insulto, aliás, às pessoas pobres, que passam as maiores dificuldades e se mantêm honestas. Uma minoria delas é que cai no desvão da criminalidade. Assim como uma minoria de colarinho branco conspurca o nome das pessoas que fazem vida pública com seriedade. Eu vejo ainda, senhor Presidente, que não dá para não se flexibilizar, como pretende o Senador Demostenes Torres, como pretende o Senador Tasso Jereissati, se flexibilizar essa questão do tratamento dado ao menor infrator de crimes graves. Eu não falo daquele que roubou uma carteira na feira. Não me refiro a ele. Eu não me refiro àquele outro que foi apanhado com um pequeno cigarro de maconha. Eu me refiro aquele que estuprou, que arrastou uma criança por três bairros durante 15 minutos numa tortura brutal, eu me refiro aqueles que agiram como maiores. E me parece idílico dizer: “Ah, mas é menor”. Se continuar dando esse tratamento é dar a ele o direito de matar impunemente em nome de maiores e em nome dele próprio.

Quem viu aquele filme genial, aquele filme brasileiro que foi tão premiado, que mostra um menor comandando o crime num morro. Eles têm uma idade hoje em dia e, aí sim, a culpa é da sociedade, mas eu tenho que preservar as pessoas outras, que merecem vida decente na sociedade, nós não temos, a idade é outra no crime. É uma coisa tão grave, é tão grave que a vida média nos homens brasileiros ela é

alterada pelas pessoas que morrem prematuramente de armas nas mãos. Se eu sou de uma família que tenho medo com a minha família ir ao Oriente Médio, porque eu acho que pode haver uma violência contra algum ente querido meu, eu suponho que alguém do Oriente Médio deva ter medo de vir ao Brasil. Se ele vê o noticiário brasileiro também acha que aqui tem uma guerra pior do que a dele, até porque não é declarada, até porque é muito traiçoeira. Ou seja, nós estamos vendo algo terrível, que exige a participação do Presidente da República como líder do processo. Exige o dia-a-dia sendo tocado pelos governadores de Estado. Exige a participação dos Prefeitos municipais com políticas públicas. Exige uma inserção mais forte da justiça nas periferias brasileiras, porque hoje nós vemos que a justiça é praticada de maneira torta pelo traficante dono da boca daquele lugar. Ele não recorre ao juiz quando uma mulher é violentada. Ele recorre ao traficante.

Aí está uma bom caminho para as ONGs de boa fé trabalharem, e nós que temos que exercitar a nossa cidadania, temos que fazer a nossa parte. Ou seja, um conjunto de participações, um conjunto de medidas que não me levaria a reduzir, eu seria reducionista se eu dissesse: “Reduz a maioridade” e não quero reduzir de maneira abrupta, eu não quero colocar o menor infrator fazendo junto com, fazendo doutoramento lá com o Marcola, eu não quero isso. Eu não quero de jeito algum isso. Eu quero que ele seja preso por 10 anos, 15 anos, 20 anos para valer num lugar próprio, de onde ele só saia ressocializado, de onde ele só saia preparado para conviver em sociedade. Eu entendo que hoje em dia nós temos que perceber que tem uma emergência. Essa emergência exige pedidas duras, não exige idílio. A Constituição dá até o estado de emergência, se não me engano é esse o remédio, para se prender sem *habeas corpus*, a ditadura prendia isso fora da lei, mas a democracia admite remédios excepcionais dentro do estado democrático de direito para nós enfrentarmos o caos, por exemplo, que se instala na cidade do Rio de Janeiro. Portanto, eu gostaria muito de pensar Sr. Presidente em sairmos dessa retórica e olharmos com realismo, com crueza um drama que está a ameaçar a vida de todos nós.

Eu agradeço a V.Ex.^a a paciência e a consideração, e passo ao Relatório.

Estamos tratando do Projeto de Lei 27 de 2004, de autoria do Senador Sérgio Cabral, e também advirto a Casa de que é em caráter terminativo que estamos aqui a deliberar por essa matéria. “A proposição postula modificação do caput do art. 50 da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de obrigar a autoridade Judiciária

de cada comarca ou fôro regional a encaminhar ao Ministro da Justiça cópia dos registro de crianças e adolescentes em condições serem adotadas, e de pessoas interessadas na adoção. O envio da aludida cópia destina-se a propiciar a criação e atualização do Cadastro Nacional de Adoções pelo referido órgão do Poder Executivo. A proposta pretende também introduzir novo parágrafo no mencionado art. 50, com a finalidade de aplicar ao Magistrado que deixe enviar os registros acima referidos as penalidades previstos no art. 42 da Lei Complementar nº 35 de 14 de março de 79, a Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Em sua justificação, o autor do projeto, hoje Governador Sérgio Cabral, se refere aos custos financeiros e à dificuldade de locomoção das pessoas interessadas na adoção para se inscrever nos cadastrados ora existentes com frequência sediados nos municípios diversos daqueles em que residem. Na opinião do autor da proposta, a criação do Cadastro Nacional de Adoção permitirá a superação de tais obstáculos, uma vez que possibilitará a existência de registro único de adotados e de interessados na adoção e ademais, poderá ser consultado por qualquer pessoa.

A proposta não foi objeto de emenda. Na análise, reconhecidamente um dos principais óbices, a adoção tem sido a dificuldade que as pessoas interessadas em adotar enfrentam para ter acesso à listagens de crianças e adolescentes em condições de serem colocadas em família substituta. A dificuldade decorre do fato de a quase totalidade das listagens ficar depositada em comarcas e foros regionais, situadas a grandes distâncias dos municípios em que tais pessoas residem. A Constituição de cadastro nacional que unifique as listagens existentes em toda a comarca ou fôro regional instituídas em observância às determinações do art. 50 do Estatuto da Criança e do Adolescente, permitirá a inscrição dos adotandos e dos interessados na adoção em listagens única e tornará possível expandir o universo de potenciais adotantes para além dos limites de cada município ou Estados brasileiros. Esse mecanismo concorrerá de forma decisiva para aumentar consideravelmente o número de crianças e adolescentes que passarão a ter uma família. A proposta em análise encerra pois contribuição de grande relevância para superar obstáculos que se opõem à prática da adoção no país. Do ponto de vista constitucional, a proposição não contém vício que possa comprometer sua livre tramitação, da mesma forma não há reparos a fazer quanto à sua juridicidade, com quanto a proposta apresente imperfeições relacionadas à técnica legislativa. Em primeiro lugar, o art. 1 deixa de registrar o número da lei a ser modificada, seguida da data de sua publicação, forma consagrada do legis-

lador brasileiro, que torna mais fácil a identificação da norma, objeto de modificação, no caso de vir a ocorrer erro tipográfico no número de tal norma. Além disso, o art. 2, ao postular a introdução do novo parágrafo no citado art. 50 do ECA, deixa de numerar o dispositivo a ser adicionado e de indicar mediante as letras “NR” que o citado artigo sofreu modificação conforme prevê o art. 12 da Lei Complementar nº 25, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Os ajustes serão feitos por meio de emenda substitutiva oferecida ao final do presente parecer, o que nos proporcionará a oportunidade de, também, aperfeiçoar a ementa da proposição e acrescentar o preâmbulo imprescindível por força das disposições no art. 3, inciso 1 do art. 6 da aludida Lei Complementar nº 95 de 98”. Vamos ao voto, Sr. Presidente.

“Com base nas razões propostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 27 de 2004, nos termos do seguinte substitutivo, Projeto de Lei do Senado nº 27 substitutivo de 2004: Altera o caput do art. 50 da Lei nº 8.068 de 13 de julho de 90 para citar o Cadastro Nacional de Adoções, constituído no registro de crianças e adolescentes em condições de serem adotadas e de pessoas interessadas na adoção. Congresso Nacional decreta art. 1, o caput do art. 50 da lei 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação. Art. 50: A autoridade judiciária manterá em cada comarca ou fôro regional um registro de crianças e adolescentes em condição de serem adotadas e outro de pessoas interessadas na adoção, de quem encaminhará cópia ao Ministério da Justiça para fins de criação e realização do Cadastro Nacional De Adoções, art. 2 adicione-se ao art. 50 da Lei nº 8.068 de 13 de julho de 1990, o seguinte Parágrafo 3º. Então, tem o art. 50 e vamos para o Parágrafo 3º. Conforme a propositura. “Ao Magistrado que deixar de remeter ao Ministério da Justiça o registro de que trata o caput, aplicar-se-ão as penalidades previstas no art. 42 da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979. Art. 3. Essa lei entra em vigor na data de sua publicação”. Sr. Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Em discussão. A pedido de alguns Senadores. Em votação. Discussão encerrada. Vamos à votação. Senador Flávio Arns

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Foi aprovado por unanimidade o projeto relatado pelo Senador Arthur Virgílio de autoria do Senador Sérgio Cabral. Voltamos à nossa pauta.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Me permite só a mesa que orienta. Aprovado o substitutivo, o projeto fica prejudicado (inaudível) suplementar na próxima reunião, podendo até lá receber emendas, senão será, até lá definitivamente adotado. Tinha me pedido pela ordem o Senador Nery. Por favor, Senador Nery. Em seguida, a Senadora Lúcia Vânia.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, aproveito a ocasião para requerer a esta Comissão a realização de um requerimento, apresentar um requerimento solicitando a realização de uma Audiência Pública em que possamos ampliar o debate sob o tema que vem dominando os debates no Senado, (inaudível) na Comissão de Comissão de Justiça, ontem, em relação à questão da maioria penal. Nesse sentido, queria solicitar à Mesa a votação desse requerimento de modo que possamos ouvir o Movimento Nacional de Direitos Humanos, o Fórum Nacional de Defesa do Direito da Criança e do Adolescente, o Conselho Nacional do Direito da Criança e do Adolescente e também a Secretaria Especial de Direitos Humanos. Encaminho a Mesa solicitando, com a aquiescência do Plenário, a aprovação do referido requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador José Nery, nós aprovamos na abertura dos trabalhos o requerimento que vai exatamente na linha da sua proposta, se V.Ex.^a concordar, nós anexamos o seu requerimento àquele já aprovado, com o mesmo objetivo, e vamos considerar a indicação de V.Ex.^a e, assim, se o Plenário entender, eu considero o seu requerimento também aprovado. Vai ser um ciclo de debates com esse objetivo. O primeiro será na próxima quinta-feira já, dia 22, 9 horas da manhã. Se V.Ex.^a concordar e o Plenário assim entender, eu considero o seu requerimento aprovado e será anexado àquele que foi aprovado no início. Ok?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Requerimento aprovado, Senador José Nery. Pela ordem, Senadora Lúcia Vânia, ainda.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Parlamentares.

Sr. Presidente, para agilizar os trabalhos, nós deixamos de analisar o projeto que foi votado agora, é um projeto de extrema importância para a criança brasileira.

Quero, nessa oportunidade, cumprimentar o Senador Arthur Virgílio pelo seu relatório e dizer que hoje as crianças que se encontram em abrigos podem comemorar, porque essa simplificação do processo de adoção é extremamente importante para que nós possamos dar um lar a essas crianças que estão, muitas vezes, abandonadas nos abrigos sem condições nenhuma.

Portanto, não poderia deixar passar em branco a importância desse projeto e quero parabenizar o seu Relator, o Senador Arthur Virgílio, bem como o seu autor, hoje Governo do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Gostaria apenas de assinalar. Eu sou suplente, não houve a necessidade de eu votar no item anterior do Senador Aloizio Mercadante, relatado pela Senadora Lúcia Vânia. Acompanhei a discussão, mas gostaria de expressar que o meu voto seria também sim, e cumprimentando toda a Comissão pela unanimidade com que votaram o projeto do Senador Aloizio Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Voltamos à nossa pauta. Passamos à votação do item 1. Projeto de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa. Relator, Senador Flávio Arns. Proíbe a concessão de crédito e a contratação por licitação a pessoas físicas e jurídicas que tenham ocorrido em ato que configure a submissão de alguém à condição degradante de trabalho ou que importe em grave restrição à sua liberdade individual. Ou seja, é um projeto que combate o trabalho escravo. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – A iniciativa da Senadora, então...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só esclareço que o projeto não é terminativo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Exato. A iniciativa da então Senadora Ana Júlia Carepa estabelece proibição por dois anos – cinco anos, em caso de reincidência – de concessão de crédito e participação em licitações a pessoas físicas e jurídicas condenadas em última instância administrativa por haver submetido pessoa à condição degradante de trabalho ou grave restrição à liberdade individual. Multa administrativa de 3 mil reais por trabalhador imposta aos empregadores acima mencionados. A multa será aplicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego que deverá sob pena de responsabilidade encaminhar cópia dos autos de infração ao Ministério Público Federal e do Trabalho para as providências jurídicas cabíveis, judiciais. No caso de reincidência, ocorrência de trabalho infantil, resistência à fiscalização, desacato, a multa será aplicada em dobro. Multa de 40% do valor do crédito concedido imposta às instituições financeiras que não observarem as restrições que o projeto estabelece. A iniciativa estabelece ainda que esses contratos de concessão de crédito não terão validade jurídica, devendo ser restituídos os recursos monetários que porventura hajam sido repassados. Criação de cadastro pelo Poder Executivo das pessoas físicas e jurídicas condenadas em última instância administrativa por haver submetido pessoa à condição degradante de trabalho ou grave restrição à liberdade individual e colocá-la à disposição

das instituições financeiras e órgãos públicos. Faltaram alguns “s” nas palavras.

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou o parecer favorável ao projeto com uma emenda, havendo sido o Relator o Senador com muita alegria ao meu lado, Eduardo Suplicy. A emenda apresentada determina que a multa de 3 mil reais deverá ser corrigida anualmente, com base em índice estabelecido na regulamentação da lei. O projeto irá ainda para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

No tocante à constitucionalidade estabelecidos os requisitos constitucionais que dizem respeito à competência legislativa da União, as atribuições do Congresso Nacional e a iniciativa. A proposição não fere a ordem jurídica vigente, tão pouco infringe as normas relativas à boa técnica legislativa, conforme os ditames da Lei Complementar 95, de 98, alterada pela Lei Complementar 107, de 2001.

No que diz respeito ao mérito, a proposição vem, segundo sua autora, evitar que atos normativos baixados por intermédio de Portarias Ministeriais possam ser questionados judicialmente por não conterem força de lei.

Entre os possíveis normativos que podem ser questionados, estão primeiro a Portaria 540, de 2004, Ministério do Trabalho e do Emprego que cria o cadastro de empregadores que tenham mantido trabalhos em condições análogas a de escravos. 2. Portaria 1.150, de 2003, do Ministério de Integração Nacional, que, segundo afirma, recomenda os agentes financeiros que se abstenham de conceder financiamentos ou qualquer outro tipo de assistência com recursos sob a supervisão do Ministério para as pessoas físicas ou jurídicas que venham a integrar a relação de empregadores que mantenham trabalhadores em condição análoga de escravos.

Portanto, o projeto pretende evitar que o progresso do país se faça às custas dos direitos humanos e do meio ambiente, contribuindo para o modelo de desenvolvimento econômico que se põe ao lado da distribuição de renda e da inclusão social.

Em nosso entendimento, os fatos contra os quais se insurge corretamente na proposta, põe em risco o adequado funcionamento do mercado de trabalho com sérias conseqüências para os trabalhadores, como no caso do trabalho escravo. Esses fatos, assim como as práticas que conduz a dano ambiental, estão a merecer especial atenção dessa Casa.

A base para esse entendimento é a precípua função estadual de garantir padrões de qualidade, segurança e proteção à saúde dos trabalhadores, bem como de proteger o meio ambiente. Além disso, o PLS

207, de 2006, ao procurar disciplinar a relação laboral em padrões que garantam a parte mais frágil à correta profissão, está de acordo com as normas técnicas internacionais da Organização Mundial do Trabalho, segundo as quais a legislação não deve ser mais restritiva do que o necessário e deve também satisfazer objetivos fundamentais como proteção à vida, à saúde e ao meio ambiente.

Finalmente, a Emenda nº 1 da Comissão de Assuntos Sociais cumpre o justo propósito de manter atualizada a multa prevista no art. 1º do projeto pelo que deve ser acolhida.

Em razão do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2003, com a emenda que segue.

É importante a inclusão, Sr. Presidente, de uma palavra na emenda para que somente o caput do artigo seja mudado e não todo o art. 2º. Portanto, fazendo a correção na emenda apresentada. Dê-se ao caput do art. 2º a introdução da palavra “caput” do PLS 207, de 2006, a seguinte redação, porque se não todo o art. 2º seria alterado. “Será punido com multa administrativa de 3 mil reais, corrigida anualmente com base no índice estabelecido na regulamentação dessa lei por trabalhador, sem prejuízo de inclusão do seu nome do cadastro instituído pelo art. 5 dessa lei e das sanções penais cabíveis o empregador que direta ou indiretamente submeter alguém à condição degradante de trabalho ou adotar prática que importe em grave restrição à liberdade individual do trabalhador”. Este é o relatório, Sr. Presidente, e o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só uma observação. Lembramos que essa matéria já foi apreciada na Comissão de Assuntos Sociais. Após a votação nessa Comissão, ela vai ainda para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Então, não é terminativo nessa Comissão, por isso a votação não será nominal.

Mas já está inscrito para discutir a matéria o Senador Jonas Pinheiro e, em seguida, o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, Sras. E Srs. Senadores, eu entendo esse projeto como positivo porque ele, de certa forma, disciplina o que é trabalho escravo no Brasil. A grande dificuldade que nós temos hoje é que não há um limite definido, então há um limite que se isentam em observância de lei trabalhista com o real trabalho escravo. Isso tem provocado no Brasil uma preocupação muito grande, sobretudo entre os produtores rurais.

Sr. Presidente, só dou como exemplo duas famílias de produtores rurais. A família dos Maedas, que é um grupo japonês, maior produtor de algodão do

Brasil, bem como da família dos seus Xinxin(F) lá na cidade, no município de Campo Verde, no Estado do Mato Grosso, que é um produtor exemplar.

Pois bem. Fiscais passando por lá, vindo, olhando a propriedade, são propriedades extraordinárias. Entretanto, admitindo que ali era trabalho escravo, e isso dá um trabalho depois para quem é admitido no livro como escravagista.

Pois bem, Sr. Presidente. O produto desses homens, que são os maiores produtores de algodão no Brasil, hoje não pode nem ser vendido porque o mercado, a mercadoria dele é mercadoria de exportação e na OIT está registrado de que esse produto foi produzido com mãos ou no braço de trabalho escravo. Então, é um problema muito sério a falta de definição, o que é trabalho escravo, o que é inobservância de Lei Trabalhista.

Muito bem. Eu só fico preocupado agora, Senador Flávio Arns, é que o Senador Tasso Jereissati tinha proposto na Comissão de Assuntos Sociais um projeto que levou o nº 208 e foi aprovado naquela Comissão e que ele é muito mais amplo de que o projeto da Senadora Ana Júlia. Então, eu não sei o que a Assessoria da nossa Comissão pode aconselhar, mas nós temos esse projeto aprovado na Comissão de Assuntos Sociais do eminente Senador Tasso Jereissati. E eu considero muito mais amplo que tudo o que está aí e encaixa exatamente aqui.

Então, inclusive a proibição de financiamento. Financiamento, concorrência pública, etc. Então, eu não sei se esses dois projetos poderão correr anexados ou se vamos deixar os dois sendo votados separadamente. Eu só considero que se votar separadamente, vamos ter dois projetos que podem ser contraditórios em algum ponto aprovado pelo Senado Federal. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Flávio Arns como Relator.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Como sempre, as observações do Senador Jonas Pinheiro são extremamente pertinentes. É uma pessoa que tem dado a sua contribuição de modo significativo em um conjunto de áreas, e particularmente na área da produção, da agricultura, é um líder nessa Casa nessa área e as preocupações que ele externou são preocupações minhas também, não é? Em termos realmente de definições do que é, da autoridade para dizer o que deve acontecer e ser verificado, serem constatados os casos, realmente haver a multa, a pena para as pessoas.

Agora, já que tem os dois projetos em andamento e os dois tratam do mesmo assunto, e a decisão terminativa certamente dos dois é na Comissão de

Constituição, Justiça e Redação, que os dois projetos sejam apensados naquela Comissão, eu penso, já que é decisão terminativa, e que possam ser apreciados em conjunto para um relatório final daquela Comissão. Como Relator, inclusive, dessa matéria, desse projeto nessa Comissão, eu sugiro que haja esse entendimento entre as duas Comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Acho que procede a orientação, a sugestão do Senador Flávio Arns. A preocupação do Senador Jonas Pinheiro também é procedente e, por isso, nós vamos trabalhar junto à CCJ para que haja a discussão conjunta dos dois projetos e quem sabe até a fusão num único, já que o objetivo é o mesmo. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP) – Sr. Presidente, esse projeto que recebe o parecer favorável do Senador Flávio Arns e a manifestação favorável do Senador Jonas Pinheiro, que é uma das pessoas que mais conhece os problemas da agricultura aqui no Senado e no Brasil, constitui uma das principais iniciativas da hoje Governadora Ana Júlia Carepa, nossa Senadora nos últimos quatro anos. E é tão importante que o projeto aqui hoje seja aprovado.

Eu me lembro, Senador Presidente Paulo Paim, que no início dos anos 90, o Padre Ricardo da Pastoral da Terra conclamou que o número de Parlamentares, Deputados Federais e Senadores fôssemos observar no sul do Pará, em Rio Maria, a condição de trabalho escravo, porque era muito recorrente. E fomos ali achar que uns 15 ou 20 Parlamentares, inclusive o hoje Presidente Lula que não era mais Deputado Federal, mas esteve presente.

Nós ouvimos ali dezenas de depoimentos de trabalhadores que nos diziam em síntese o seguinte: “Nós costumamos vir aqui diante do hotel, ou do restaurante ou da rodoviária e aí chegam os fazendeiros ou os seus gerentes ou capatazes e nos dizem: ‘Quem quiser pode subir no caminhão ou no ônibus. Nós vamos ali para a fazenda distante a uns 400, 500 quilômetros daqui. Vocês vão estar cortando a floresta, preparando a terra, plantando, e vão receber um tanto. E quem quiser, então, sobe’ e para lá nós íamos”, diziam os trabalhadores. E então, passadas três, quatro semanas, o trabalhador dizia ao gerente, ao capataz: “Pois bem, já trabalhei um bocado. Eu preciso enviar recursos para a minha família. Eu quero receber”. “Como receber? O senhor por enquanto está devendo aqui”. “Como devendo?”. “Você comprou na venda mais do que tem direito de receber”. “Bom, se for assim, eu vou embora”. “Se quiser ir embora vai levar um tiro!” E muitos levavam um tiro.

Então, em síntese, essa era a situação que nós ouvíamos de muitos trabalhadores. Então, não é à toa que uma Senadora do Pará, Senadora Ana Júlia Carepa, hoje Governadora, tenha formulado este projeto para justamente estar coibindo esse tipo de prática abusiva, obviamente.

Então, eu quero cumprimentá-la e dizer que cabe inteira razão para que possamos estar aprovando sim esta iniciativa que tem muito mérito inclusive do Relator Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador José Nery e, em seguida, Senador Cristovam.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Sr. Presidente Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Para mim, ao chegar ao Senado, e como membro da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, tem um significado bastante especial poder me manifestar e votar favoravelmente ao projeto de autoria da ex-Senadora Ana Júlia Carepa, que tem profunda identificação com a luta histórica dos movimentos sociais no campo, do movimento dos trabalhadores rurais, da Comissão Pastoral da Terra e de diversos movimentos que lutam pela dignidade humana em nosso país, especialmente na Amazônia. E, para mim, estar aqui votando esse projeto de lei na Comissão de Direitos Humanos tem o significado justamente de afirmação da luta contra o trabalho escravo como uma das principais diretrizes de atuação do nosso mandato, pela luta de milhares e milhares de trabalhadores de sindicatos que ao longo dos últimos anos têm se somado ao esforço para erradicar o trabalho escravo. E esse projeto, ao proibir a concessão de créditos seja de instituições públicas ou privadas e a contratação dessas pessoas físicas ou jurídicas para prestar algum tipo de serviço no âmbito da Administração Pública é da maior relevância, da urgência e da necessidade de fazer com que a legislação, o nosso país venha, com isso, avançar no combate da sua mais degradante tratamento da pessoa humana, da mão-de-obra escrava muito presente no país, mas, principalmente, no Estado do Pará.

O ano passado, dos 3.266 trabalhadores que foram libertados na condição à situação análoga a de escravos, 1.063 foram libertados pelo grupo de fiscalização do Ministério do Trabalho no Estado do Pará, ou seja, um terço das pessoas envolvidas nessa situação. Então, isso é mais do que uma razão suficiente para apoiarmos esse projeto e desejar que medidas mais efetivas, a partir da aprovação de uma iniciativa como essa, possam, de fato, erradicar essa chaga social, essa violência inominável, inadmissível no século XXI contra irmãos nossos submetidos à situação de-

gradante da mão-de-obra escrava em várias regiões do país, especialmente na Amazônia.

Me reportando inclusive à referência que fez o Senador Eduardo Suplicy à luta do Padre Ricardo Rezende, membro da Comissão Pastoral da Terra e sua longa história contra... Na defesa dos trabalhadores rurais, dos escravizados, dos mutilados, dos ofendidos, dos humilhados nas fazendas, nas grandes propriedades rurais, especialmente no Estado do Pará, dizer que o Padre Ricardo Rezende publicou recentemente um livro sobre trabalho escravo, sendo, inclusive, homenageado pela instituição Casa das Américas de Cuba, vindo no mês, no próximo mês de junho, vindo a receber um prêmio em homenagem à sua luta e ao seu trabalho contra a escravidão, contra o trabalho escravo em nosso país.

E, por último, dizer que o fato da autora desse projeto de lei a nossa Senadora, hoje Governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, tem toda a possibilidade hoje de somar esforços concretos na gestão pública no Estado do Pará, adotando medidas em consonância com os órgãos do Governo Federal, especialmente do Ministério do Trabalho, para otimizar, fortalecer a fiscalização e o apoio a todas as ações que visem erradicar essa prática degradante.

Portanto, quero manifestar o meu integral apoio e dizer da minha satisfação de poder com o nosso voto, nesta Comissão, nos somarmos aos esforços dos lutadores e lutadoras sociais que combatem o trabalho escravo em nosso país. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Agradecendo ao Senador José Nery. Passamos de imediato ao Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sr. Presidente, é óbvio que eu quero apoiar esse projeto, felicitar a ex-Senadora Ana Júlia. Mas eu não resisto a fazer uma referência ao atraso social do Brasil. Como é possível, Senador, que no século XXI ainda estejam precisando ter no Brasil uma Senadora com a lucidez da Senadora Ana Júlia para fazer um projeto de lei que proíbe a gente de dar incentivos fiscais aos donos de escravos? Donos entre aspas, obviamente, porque é uma escravidão disfarçada. Veja como estamos atrasados. E graças à Senadora, pelo menos a gente vai fazer isso agora. Mas eu não posso deixar de marcar isso.

Mesma forma como a gente estava discutindo a pouco a redução da maioria. A gente está fazendo paliativos. Porque precisa de uma revolução, eu acho que essa revolução pode ser feita de maneira doce pela educação, mas outros acham que tem que ser pelas armas. O fato é que é triste, Senador Eduardo Suplicy, que no século 21 a gente esteja fazendo uma lei para

reduzir os incentivos fiscais ou eliminar a quem tem escravos. A princesa Isabel foi mais radical: “É proibido escravo”. Pronto. Aqui a gente precisa agora não dar incentivo e, segundo, dar uma multazinha de 3 mil reais. A gente está reduzindo a maioria de crianças, devia condenar esses cabras bandidos que têm escravo, dar cadeia! A gente está dando uma multa de 3 mil reais. A gente nem pensa em dar cadeia para essas bandidos escravocratas no século XXI. Mesmo assim, como todo passo adiante, a gente tem que elogiar que ele seja feito.

O senhor como descendente de escravos tem na pele como foi preciso esforço para a gente sair daquela praga. Entre 1800 é que começou a proibição do tráfico, e mesmo assim sabe-se que foi para inglês ver. O tráfico continuou por mais muitos anos, muitos anos. Depois vem o Sexagenário. Depois vem o Ventre Livre e as pessoas esquecem, mas o Ventre Livre só libertava o escravo quando se fizesse 21 anos e se ninguém da família fugisse, e a gente comemorava. E tinha que comemorar, porque era um passo adiante.

Eu quero só, para terminar, lembrar que bem fez, apesar dos historiadores os crucificarem, bem fez Rui Barbosa quando determinou em 1890 que devia se queimar todos os documentos da escravidão. Foi uma tragédia para a História, mas se hoje tivesse documentos provando que alguém tinha sido dono de escravo, era capaz de ter algum herdeiro pedindo indenização ao Governo. Não a volta do escravo, porque já tinha morrido, nem de seus descendentes porque ninguém conseguiu acompanhar a árvore genealógica, mas pedindo indenização e não ia faltar juiz que desse essa indenização. Não tenha dúvida. Ia ter liminar para dar.

Então, eu parabeno a Senadora, mas não deixo de manifestar como a gente está atrasado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Vou passar a palavra... Só o Senador Flávio Arns ao Senador Mão Santa, mas o Senador Augusto Botelho é um Senador sempre presente conosco nessa Comissão e o item 3 é um item de sua autoria. Ele está aqui para acompanhar, o Senador Flávio Arns é o Relator, é terminativo. Eu vou fazer um apelo aos Senadores que permaneçam para que a gente, numa homenagem ao Senador Augusto Botelho, possa votar o projeto dele. A Senadora Lúcia Vânia está aqui ainda, vai ficar para acompanhar essa votação. Senador Flávio Arns pediu um aparte. Em seguida, o Senador Mão Santa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Rapidamente, só em relação ao Senador Cristovam Buarque sem prejuízo do que ele falou com cujo conteúdo eu concordo integralmente, mas só dizer que além da

multa de 3 mil reais, há também, sem prejuízo, como está escrito no artigo das sanções penais cabíveis e a inclusão do nome no cadastro instituído para as sanções administrativas.

Então, assim é a multa, as sanções penais e inclusão em cadastro. Mas sem prejuízo de toda a argumentação e de todo arrazoado que é assim o pano de fundo que deve ser levado em conta por todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Mão Santa. Em seguida, vamos à votação. Em seguida, o projeto do Senador Augusto Botelho. Eu só faço apelo aos Senadores presentes que aguardem, que só falta mais uma votação nominal.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Senador Paulo Paim, nós somos Suplentes, mas V.Ex^a. nos atrai aqui todas as atividades que tenho acompanhado de V.Ex^a. são realmente que engrandecem não essa Casa, mas o país. As leis trabalhistas, o Senador Cícero Lucena.

Eu sei que o Governo ficou forte, eu acho que o ponto mais sério foi a distribuição de renda, não aquela esmola que eu acho que deva ser convertida em trabalho. Uma idéia simples que a gente pode resolver isso. O que é justo é e ninguém é. Quanto à esmola que está escrito na própria Bíblia, fé, esperança e caridade. Nós não somos contra, mas só somos mais pelo trabalho e V.Ex^a. aqui tem lutado.

Quando nós chegamos aqui, nós lutamos muito e muito, era 70 dólares por 100 dólares. Quanto debate, quanta luta, quanto tudo e V.Ex^a. foi que conseguiu, foi quem comandou essa melhoria de valorização do trabalho. Então, nos atrai.

Mas eu queria dizer primeiro, me congratular com o Mercadante. Ele não está aqui, mas eu acho que isso daí, o que a gente está precisando, o que eu vi e foi justamente quando presidía um debate sobre violência, o que eu aprendi nesse congresso, todo mundo dá idéias. Pena de morte, prisão perpétua, Exército na rua, é cada um nas suas idéias. Mas a melhor que eu vi foi de um jornalista, que ele disse que ele freqüentava o morro, os lugares da violência pelo seu trabalho. Paim, e ele disse que aonde tinha uma igreja, a violência desaparecia. Quer dizer, esse povo está precisando mesmo é de Deus. São os valores fundamentais, não é? Deus, religião, família, aí depois vem a escola.

Mas nós queríamos dizer, primeiro esse projeto do Mercadante é inspiração de Deus. Está escrito no livro de Deus: “Ai daquele que desviar uma criancinha”, que perverter uma criancinha, é melhor amarrar uma pedra no pescoço e ser lançado ao fogo damar(F). Então, isso não se discute que é uma inspiração do livro de Deus, como diz: “Comerás o pão com o suor do rosto do seu

trabalho”. Quem não trabalha não merece ganhar para comer. Esse são os rumos que têm.

Mas queria dizer o seguinte. Que quanto a esse negócio de trabalho escravo, é hora de a gente esclarecer, como disse o estadista aqui e professor Cristovam Buarque. Eu não acredito em muita demagogia, é negócio, esse negócio de esquema e não sei o quê.

Olha, eu era menino, eu era menino, tinha uma novela “O Direito de Nascer”. O Senador Paulo Paim, foi uma mulher e tinha que ser uma mulher, como é a Senadora Ana Júlia Carepa. Mas aí aquela denunciou esse negócio de escravo, a guerra dos Estados Unidos, Abraham Lincoln, depois nós viemos para cá, o Ceará foi o primeiro. É um negócio tão velho, nós temos que definir o que realmente, tem muita demagogia.

Eu governei o Estado do Piauí que hoje tem 224, nunca vi. O que eu vi foi o seguinte, e vi foi muita demagogia de piauiense que está no Pará.

Quer dizer, às vezes chega esses caras do Ministério do Trabalho que, vamos dizer, aí encontra numa fazenda pessoas que não têm a carteira de trabalho registrada, que é difícil, que o Governo assalta, o Governo que está roubando quem quer trabalhar. Então, eles são o herói, estão produzindo no campo. Aí sai aquilo, pega aí essa esquerda idiota, anencéfala, aí bota nesse negócio de OIT e não sei o quê, aí os pobres estão estigmatizados, estão violentados. E são pessoas que eu quero dar o testemunho, generosas se for pobre, ele não tem uma organização, são verdadeiros heróis que estão aí em lugares produzidos com a sua competência, com o seu sacrifício, com a sua luta. Mas, se existe trabalho escravo, vamos casar todos os Vereadores do município que tem essa praga que está aí, que esfola nos tributos que o povo trabalha. Por que ele não corrige isso? Ele que está perto! Para isso é que tem o município e para isso é que tem a federalização. Eu, no lugar onde tem um trabalho escravo, quem tinha que ser enforcado é o Vereador, quem tem que ser é o Prefeito, e não ficar estigmatizando pessoas que estão produzindo.

E muitas das vezes, você sabe que esse Ministério do Trabalho às vezes é afastado o trabalho e a produção. São pessoas, eu vi estigmatizados, proprietário, fazendeiros, donos de campo, médicos. Tem uma fazenda que são de uma generosidade, embora reconheça. Lá mora gente e às vezes não tem uma legalização, mas estão vivendo com dignidade e tudo. Aí eles entram nessa atual OIT, nessa esquerda, aí são estigmatizados para o resto da vida. São violentados para que o PT consiga voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Encerrada a discussão. O último Vereador inscrito sobre esse tema, vamos à votação da matéria.

Srs. Senadores que concordam com o relatório apresentado pelo Senador Flávio Arns permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade. O item 2...

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Em seguida, só me permite, eu passo a V.Ex^a. se me permitir, é só para dar um encaminhamento. V.Ex^a. é o primeiro a falar no Plenário. Só alertar que a Senador Patrícia e a Senadora Fátima Cleide não se encontram nesse momento. Então, nós íamos votar depois da questão de ordem de V.Ex^a. o item 3, uma homenagem ao Senador Augusto Botelho com o relatório do Senador Flávio Arns e agradecendo já o Senador Sérgio Zambiasi, primeiro por tudo que ele fez para que eu assumisse a Presidência da Comissão e agora foi atender uma série de compromissos fora, participou de todas as votações e voltou para que a gente continue inclusive dando quorum para deliberar. Senador Quintanilha, pela ordem, V.Ex^a. tem o direito à palavra.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Sr. Presidente, me desculpe ter interrompido V.Ex^a. e pedido para falar pela ordem no intervalo das votações de matérias tão importantes que estão sendo discutidas nessa Comissão, porque eu gostaria de solicitar à V.Ex^a. que nós retomássemos a atividade, as atividades da Subcomissão Permanente do Idoso vinculada a essa Comissão. A Subcomissão Permanente do Idoso vinha sendo conduzida com brilho destacado sob a presença do Senador Sérgio Cabral, que eleito Governador do Rio de Janeiro deixou essa lacuna aqui, mas é importante que nós retomemos os trabalhos dessa Subcomissão tão importante que trata de uma faixa da sociedade que cresce em progressão geométrica e que equivocadamente muitas pessoas pensam só na parte assistencialista, mas nós temos que cuidar sob o aspecto da reinclusão social, da reinclusão no mercado de trabalho de uma faixa etária tão importante para qualquer sociedade do mundo, inclusive a brasileira. Eu faria um apelo à V.Ex^a. que adotasse as providências para que a Subcomissão do Idoso, nessa nova Sessão Legislativa, tivesse os trabalhos retomados. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Quintanilha, eu havia conversado com V.Ex^a. e conversei aqui com o Senador Lucena. A posição da Mesa nesse momento seria o seguinte, que V.Ex^a. está pré-indicado como Presidente inclusive dessa Comissão tão especial que é a do idoso e claro que nós vamos submeter ao Colegiado, para que a gente possa o mais rápido possível instalar a Comissão. E se depender da nossa vontade, eu que também tenho

um carinho enorme por essa área, trabalho muito no Estatuto do Idoso como todos nós, que V.Ex^a. possa presidir inclusive essa Comissão.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)

– Aceito como honrosa missão, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – V.Ex^a. que ajudou a construir o Estatuto do Idoso também.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Exatamente. E eu faria um convite aos colegas da Comissão que desejassem integrar a Subcomissão, que se manifestassem, que anunciasse seu nome para que nós pudéssemos constituir a Subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – A Mesa já está recebendo as indicações. Senador Flávio Arns é a primeira indicação e todos outros que assim entenderem, Senador também José Nery.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu não sei se suplente pode participar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Com certeza absoluta. Suplente aqui tem o mesmo valor de titular. Senador Sérgio Zambiasi com o aparte e Senador Lúcia Vânia também. Senador Flávio Arns, item 3 da pauta.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, colegas Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só faço um apelo, Senador Quintanilha, só teríamos essa votação nominal.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – É um projeto do Senador Augusto Botelho como mencionado por V.Ex^a., assim como a atuação extraordinária no Senado Federal num conjunto de áreas e muito particularmente na área social. O Senador Augusto Botelho aponta que entre as famílias beneficiárias do Bolsa-Família, muitas têm portadores de deficiência ou tem enfermidade incapacitantes que requerem cuidados intensivos e continuados. Essa tarefa geralmente recai sobre as mulheres da família, e dependendo do grau de cuidado requerido, com toda razão dificultam sua inserção em atividade fora do domicílio. Embora de valor modesto, a concessão do benefício do Bolsa-Família para essas pessoas, variável a essas pessoas, pode contribuir para melhorar a situação sócio-econômica das famílias pobres defrontadas com as dificuldades e cuidado e provimento de seus integrantes portadores de deficiência ou de doenças incapacitantes, de que são tantas hoje em dia.

Além disso, como bem ressaltou o autor da proposição, trata-se do reconhecimento da sociedade uma atividade imprescindível e desgastante, a que as mães, esposas, irmãs e avós se dedicam cotidianamente, de forma abnegada e praticamente invisível para o Poder

Público. Recorde-se que mesmo que os próprios portadores de deficiência ou de doenças incapacitantes recebam o benefício assistencial, não previdenciário, porque tem muita confusão nesse sentido, assistencial, previsto no art. 203, inciso V da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social, LOAS, no valor de um salário mínimo mensal isso nem sempre é suficiente para que as famílias saiam da situação de pobreza em que se encontram, porque o critério já é um critério miserável que a pessoa só para ganhar o benefício se tiver uma renda per capita mensal de um quarto do salário mínimo. Quer dizer, já é uma miserabilidade, mas ajuda, assim, bastante a saírem de uma situação.

Os gastos com medicamentos e tratamentos são expressivos, e a necessidade de cuidados como mencionamos pode dificultar, se não impedir a participação de todos os integrantes da família em atividades remuneradas. Por isso, o projeto em tela parece-nos extremamente meritório. É forçoso admitir que a mudança proposta ensinará novos procedimentos administrativos no Programa Bolsa Família, na medida em que será necessário incluir nos registros do cadastro único dos programas sociais, instrumento de identificação de seus beneficiários, item relativo à existência de portadores e doenças incapacitantes nas famílias cadastradas.

Agora esse cadastro já existe porque a cada dois anos existe o recadastramento das pessoas beneficiadas, com que se chama BPC, Benefício da Prestação Continuada, que é aquele salário mínimo para a pessoa com deficiência.

Será preciso ainda elaborar estratégias para utilizar as informações já coletadas pelo cadastro, a respeito das famílias que declaram possuir portadores de deficiência em sua composição. Para tanto a proposição acertadamente inclui prazo de 120 dias para a Lei dela resultante começar a vigorar.

Também deve se destacar a preocupação do projeto em atender os requisitos da Lei Complementar nº. 101 de 2000 a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, por meio da indicação da fonte de compensação do aumento de despesa decorrente de sua aprovação.

No que se referem os aspectos formais inexistem óbices à aprovação do PLS 246/2004, redigido conforme uma boa técnica legislativa, a proposição não apresenta vícios que atentem contra sua constitucionalidade, jurisdição ou regimentalidade.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 246 de 2004, do amigo e atuante Senador Augusto Botelho.

Só quero dizer que o Projeto de Lei, reforçando, é extremamente pertinente, reforça a idéia de que

muitas famílias em situação de pobreza. Tem pessoas ou que são deficientes severos, deficientes profundos, pessoas com doenças incapacitantes que requerem o cuidado de uma pessoa, o que se está dizendo é que o Poder Público pode, dentro de uma política de promoção social, de assistência social, não de assistencialismo, mas de promoção social beneficiar essas pessoas, incluindo-as dentro de um programa altamente meritório que é o Programa Bolsa Família. Ou seja, atender de uma maneira adequada àqueles membros da família que mais necessitam do apoio que de fato necessitam do apoio do Poder Público. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Nós temos o quorum para a votação...

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – ...e é um projeto terminativo, eu faço um apelo aos Srs. Senadores e Senadoras pela importância do projeto se nós podemos de imediato a votação, Senadora Lúcia Vânia, pela ordem.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de colocar em votação aproveitando esse quorum o projeto em que eu sou Relatora, o Item 10 da pauta. Eu gostaria que V.Exª colocasse na pauta, porque é um projeto que trata sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Eu acho que vamos complementar...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadora, eu acho que o seu projeto é o Item 11, inclusive de sua autoria, exatamente dispõe sobre...

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Que altera a Lei 8.069 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – É um projeto que eu entendo não ser polêmico, porque ele combate simplesmente os maus-tratos.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – E V.Exª poderia ver que também o Item 10 trata da criança e do adolescente, eu não sei se é terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu acho que o 10 foi votado, hoje. O Item 10...

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – É aquele do Aloizio Mercadante. Tem razão. É o Item 11.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Esse é de sua autoria. Então vamos ao voto, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadora Patrícia, Leomar Quintanilha, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Geraldo Mesquita. Eliseu Rezende. Demoste-

nes Torres, Jonas Pinheiro, sim. Cícero Lucena, sim. Eduardo Suplicy, sim. Sérgio Zambiasi, sim. Senador Mão Santa, Jayme Campos, Lúcia Vânia, sim. José Nery, sim.

O Projeto foi aprovado por unanimidade. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11. São 12 votos. Senador Cristovam, sim. São 13 votos. O projeto é aprovado por unanimidade.

Eu peço que faça a Relatoria *ad hoc* o Senador Eduardo Suplicy do projeto de nº 11 da nobre Senadora Lúcia Vânia.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – É com prazer, Sr. Presidente, que leio o Parecer feito pela Senadora Serys Slhessarenko, o projeto de autoria da Senadora Lúcia Vânia que dispõe sobre a comunicação obrigatória de caso de maus-tratos contra crianças ou adolescentes ao Conselho Tutelar da localidade, no termos do art. 13 da Estatuto da Criança e do Adolescente, PLS 163 de 2003.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só comunico a todos que esse é a última votação nominal.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A proporção disciplina o art. 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que determina a comunicação de caso de maus-tratos de menores aos conselhos tutelares definindo as pessoas obrigadas a realizar essa comunicação, os caso em que deve acontecer e a forma de sua realização atribuindo ao Ministério Público o dever de acompanhar os conselhos tutelares nesta função.

Não foram oferecidas Emendas ao projeto que atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Os maus-tratos contra criança e adolescente, são uma chaga que frequentemente ficou oculta por trás de um muro de excelência e vergonha.

A obrigação legal da comunicação é uma medida de grande importância, a proposição complementando o Estatuto da Criança e do Adolescente, cumpre o papel legislativo de fornecer meios para a realização do direito, cabem dois reparos. O art. 1º que define as pessoas obrigadas a comunicar maus tratos, mencionam apenas pessoas que podem vir a tomar conhecimento do problema no exercício de suas funções. Não são apenas essas pessoas que a tanto são obrigadas. De fato, em tese, a omissão de comunicação por parte de quem quer que seja, pode, em tese constituir-se em crime de omissão de socorro, conforme diz o art. 135 do Código Penal.

Parece ser recomendável então acrescentar inciso a enumeração alcançando pessoas que embora não estejam profissionalmente envolvidas com a si-

tuação, dela venham a tomar conhecimento. O art. 2º enumera atos que constituem maus-tratos, mas essa enumeração é um número clausus, e partem da premissa que não existem outras práticas que podem ser consideradas maus-tratos. É lamentável, mas a capacidade humana para criar maneiras de fazer outro sofrerem não parece ter limites. Parece melhor que os comportamentos indicados sejam exemplificativos e não exaustivos. Pelo exposto o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nos termos das Emendas a seguir, Emenda nº 1 acrescente-se ao inciso... O seguinte inciso ao art. 1º do projeto, qualquer pessoa que venha tomar conhecimento dos maus-tratos e desse... E a Emenda 2 que dá a seguinte redação ao caput do art. 2º do projeto. Para os efeitos desta Lei caracterizam-se como maus-tratos quaisquer atos que causem o sofrimento físico ou psíquico indevido, tais como... Este é o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu vou submeter a voto sem prejuízo, de se imediato passar a palavra ao Senador Augusto Botelho autor do projeto anterior para que faça sua consideração, Senadora Lúcia Vânia e o Senador Flavio Arns que também pediu para fazer algumas ponderações.

Vamos ao voto do projeto da Senadora Lúcia Vânia, conforme o relatório feito pelo Senador Eduardo Suplicy. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Leomar Quintanilha, sim. Senador Eliseu Resende. Senador Cícero Lucena, sim. Cristovam Buarque, sim. José Nery, sim. Eduardo Suplicy, sim. Sérgio Zambiasi, sim. Mão Santa, sim. Senadora Lúcia Vânia, sim.

O projeto foi aprovado por unanimidade, também, 11 votos. Senador Jonas Pinheiro o qual também eu quero agradecer que teve que sair para atender compromissos e retornou a nosso pedido para que a gente pudesse concluir as votações.

Eu gostaria de nesse momento passar a palavra a Senadora Lúcia Vânia ao qual o projeto foi aprovado nesse momento em seguida o Senador Botelho.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Sr. Senadores...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Zambiasi, muito obrigado.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer a todos os Senadores que aqui estão, o voto é muito importante para mim que esse voto tenha sido unânime aqui nessa Casa.

Quero agradecer a Senadora Serys pela Relatoria, por aprimorar o projeto, e acrescentar, estender

esse projeto que eu considero de grande importância, principalmente naqueles casos que visam à violência contra a criança.

A Fátima Cleide também que foi uma das Relatorias, posteriormente a Senadora Serys Silhessarenko. Mas o projeto é importante, porque ele, ele exige a comunicação de qualquer atos de maus-tratos com as crianças, seja no ambiente familiar, ou seja, fora, e foi acrescentado com muita propriedade que os maus-tratos sejam não apenas físicos, mas também psicólogo e que qualquer pessoa pode comunicar. Isso adquiriu uma abrangência maior e fez com que projeto pudesse ser um projeto mais amplo e que vai ajudar sem dúvida nenhuma ao Governo, às entidades, à sociedade a elaborar políticas públicas para evitar que sejam cometidas contra as crianças e adolescentes atos de abuso, bem como ele favorece o conhecimento para evitar que isso prossiga ou continue sendo feito com nossas crianças.

Eu acho que é muito oportuno nesse momento quando nós estamos aqui tratando da questão da violência praticada por menores, é preciso que a gente também veja que ao lado dessa violência que nós temos que olhar, nós temos que analisar profundamente, nós temos também que proteger as nossas crianças para que elas não venham futuramente ser futuros delinquentes em função de abusos, de violência que sofrem na infância. Portanto, agradeço a todos e quero dizer da minha satisfação em ver aprovado esse projeto aqui nessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadora Lúcia Vânia me permite rapidamente só para... A Assessoria alerta que também as Emendas os Senadores declararam o voto favorável. Flávio Arns, Leomar Quintanilha, Eliseu Rezende, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, José Nery, Eduardo Suplicy, Mão Santa e Lúcia Vânia. Então, nós fizemos a votação do projeto e também das duas Emendas que não fique nenhuma dúvida. Como a partir desse momento nós não teríamos mais o quorum para deliberar sobre os projetos terminativos, continuamos o debate. Está inscrito o Senador Flávio Arns e Senador... Senador Flávio Arns queria fazer uma consideração,

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – V.Ex^a está dizendo que não vão mais ser votados os projetos no dia de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Terminativos não, porque a partir desse momento não temos mais 10 Senadores em Plenário.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Certo. Há algum não terminativo na pauta?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Não. Não terminativo não temos mais.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não terminativo também não. Eu só queria em primeiro lugar colocar para a Senadora Lúcia Vânia também a concordância com o Projeto de Lei que acabou de ser aprovado e dizer que de fato, como já foi enfatizado antes, a dificuldade pela qual o Brasil passa em termos de priorizar a criança e o adolescente, isso tem que ser visto no conjunto de áreas, e entre estas áreas a área a que a Senadora Lúcia Vânia se refere no Projeto de Lei de maus-tratos contra crianças e adolescente. Não só, não é? Sempre dizendo assim que isso acontece com uma determinada categoria social. Eu acho que isto é generalizado. Maus-tratos, abandono, negligência, acontece com pessoas que sejam economicamente mais carentes ou mais aquinhoadas. É uma dificuldade geral. Por isso que nós estamos vendo, inclusive, em relação a nossa juventude que existem problemas em relação àqueles que têm problemas financeiros, mas os problemas também nas famílias mais abastadas são problemas que tem que merecer a atenção de toda a sociedade.

Então, este fato de se denunciar os maus-tratos e dizendo-se o que é, o que são maus-tratos, reforçando esse aspecto no Estatuto da Criança e do Adolescente, isso também vai contribuir para a mudança de realidade.

Eu só quero ainda dizer, Sr. Presidente, que nós aprovamos com muita alegria, também o projeto do Senador Aloizio Mercadante, que é um projeto importante nessa linha, não é? Eu diria, inclusive, de punição para as pessoas que se utilizam de crianças e adolescentes para a realização de crimes, agravando-se a pena. Isso é uma coisa, assim, interessante, boa, que vai ajudar também a combater o que vem acontecendo em nosso País. Mas ao mesmo tempo, eu acho que nós temos, assim, pelo menos, eu sinto assim dentro desta Comissão e da Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Educação, e de Constituição e de Justiça e redação o grande objetivo de não se parar a discussão, de fazer da discussão deste tema algo permanente na busca de aprimoramento dos instrumentos legais, das políticas públicas e do orçamento.

Que os meios de comunicação vêm levantando bastante, por exemplo, a questão da Lei de Execução Penal. O regime de progressão da pena. E aquilo que vem sendo mostrado nos meios de comunicação, eu diria que é... realmente contribui extremamente, para a violência. Quer no sentido de se colocar que uma pessoa condenada a 30 anos de prisão, depois de 6 anos, 8 anos já está livre também sob circunstâncias em que possa, novamente, cometer o crime.

Então, isso aí, na verdade, foi apontado nesses casos todos e tem que ser revisto. Ao mesmo tempo,

a situação das crianças e adolescentes que comecem crimes, não é? Eu sou contra situação também de se discutir se isto é maioria penal, diminuir-se a idade em termos da imputabilidade penal. Mas eu acho que o que todos nós desejamos é pensar: Não, essa criança cometeu um ato infracional, quer dizer, cometeu o crime. O que é que nós desejamos para esta criança, que esta criança seja reincluída na sociedade, esse adolescente tenha oportunidades, tenha chances. Agora quanto tempo que isto vai ser necessário para que um bom atendimento permita a esta criança e a este adolescente ter uma vida com dignidade. Isso não significa, dois anos, um ano, 3 anos, o tempo varia, varia bastante. Eu acompanho um atendimento em Curitiba que eu diria que é dos mais adequados, de pessoas da comunidade que atende adolescentes de rua e quando eles começam a atender o adolescente de rua, dependendo da situação é um trabalho de 5 anos, 6 anos, 8 anos, 10 anos. E esse adolescente que era de rua, sei de lá fazendo o ensino médio, a faculdade, tendo trabalho, tendo todo o apoio como nós gostaríamos que acontecesse em relação a qualquer família, em relação aos seus filhos.

Então quando se diz: Não, em dois anos, em um ano, em três anos, seja lá o que for essa pessoa vai sair, nós não estamos fazendo a pergunta básica, na minha opinião, que é aquela que diz ele está em condições, está em condições de se inserir na sociedade ou será que vai se constituir ainda num problema que possa levar essa pessoa para, aí para assim cometer mais crimes ainda. Então essa discussão eu diria, é uma discussão que tem que ser feita dentro dessas Comissões todas, objetivando o bom atendimento da criança e do adolescente.

Agora, temos que nos debruçar sobre o orçamento também. Quer dizer, lugar de criança e de adolescente é no orçamento. Se não houver orçamento para a criança para o adolescente, o que nós estaremos fazendo é demagogia, porque muitas pessoas em lugar de criança e do adolescente é na escola. É na escola, e nós inclusive discutimos na Comissão de Educação no outro dia termos o mais importantes que seria para o Brasil o PAC da Educação. Quer dizer, investir-se tudo na educação, mas lugar de criança e do adolescente é no orçamento.

Dizer-se, mas a criança precisa de saúde, de assistência de trabalho, de apoio e não se ter o dinheiro para fazer isso é demagogia.

Então nós temos que apontar, ver esse orçamento, não só do Governo Federal, do Governo municipal, do Estadual e do Federal das três esferas. Então eu diria que, assim, além de tudo ainda, também publicamente externar assim a solidariedade para a família

da criança assassinada no Rio de Janeiro, e a solidariedade para tantas famílias no Brasil, que este caso apontou novamente que só sofreram, sofrem violência e problemas, porque o que aconteceu no Rio de Janeiro realmente para qualquer pessoa que esteja acompanhando e vendo, foi de uma crueldade extraordinária e não há palavras, não há posicionamentos que possam, de alguma maneira, dizer para a família tudo aquilo que possa consolar uma família nessa situação. Mas que pelo menos, a família possa com auxílio de toda a sociedade e, particularmente, aqui do Congresso onde nós estamos para dizer: Olha, a partir desse episódio cruel, lamentável, sem explicação que as crianças e jovens possam ter uma realidade melhor, que a gente não esqueça as coisas daqui a duas semanas, três semanas o mesmo, mas que a gente assuma o compromisso, Sr. Presidente, de chegarmos a conclusões adequadas para essas situações em nosso País. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Augusto Botelho, em primeiro cumprimentando pelo seu projeto.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de inicialmente de agradecer a todos os membros desta Comissão por terem aprovado por unanimidade o meu projeto, especialmente ao nosso Relator pelo brilhante trabalho que facilitou eu conseguir todos esses votos nessa Sessão.

Mas eu gostaria só de fazer uma observação, esse projeto foi inspirado pelo exercício da minha profissão em Roraima. Lá eu e alguns médicos, ainda, a sua maioria visita os pacientes em casa e me causava assim, um grande sofrimento eu chegar numa casa pobre, ver que um membro da família tem um derrame um dos que trabalhavam geralmente e o outro tinha que ficar cuidando. Aí, as dificuldades aumentavam, se a pessoa não tinha, então, um emprego fixo a coisa piorava mais ainda. Então foi inspirado nisso, lá na situação real do meu Estado, e eu sei que essas pessoas vão ser beneficiadas por esses projetos nem assistem a TV Senado os que vão ser mais beneficiados. E tenho certeza de que todos aqui nessa Comissão e nessa Casa pensam sempre nos mais necessitados, e eu agradeço mais uma vez e tenho certeza de que nós nessa Comissão, vamos trabalhar para que tentar amenizar o sofrimento dos mais necessitados. Muito obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Romeu Tuma que pediu também a palavra para falar sobre esse tema.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Desculpa. Presidente eu pediria licença, até porque eu participei da fundação dessa Comissão. E tenho uma atração em

especial pelos assuntos sensíveis que são discutidas aqui de interesse principalmente das classes menos favorecidas e com pouca representatividade de quem possa realmente se fazer ouvir nesse País. E faz parte desta Comissão as pessoas que tem grandeza de alma e de coração. Eu fico triste por não ter sido indicado para voltar a ela e pediria licença...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – É um apelo lá para que o senhor seja indicado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu pediria licença para sempre que possível pudesse participar como ouvinte e como assistente e às vezes fazer uma pequena manifestação. Tem um problema, Senador Arns e Senadora Lúcia Vânia que o nosso... pois não, desculpa, Presidente.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – É um aparte, que eu quero fazer, lembrando que um ano e meio atrás eu tive que sair da Comissão de Educação e o Senador José Jorge, do PFL, teve a gentileza de me indicar para continuar na Comissão, indicado pelo PFL, PMDB. Eu quero dizer que fui informado aqui lembrado de que há uma vaga de suplente para o PDT, eu vou levar o nome do Senador Tuma para ser indicado por nosso partido.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – A Comissão agradece.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Fico emocionado a sensibilidade e o nosso doutor.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E agradeço ao Senador Augusto Botelho, que me lembrou desse fato.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ainda bem que o sapo dele não está funcionando hoje aqui, que quando toca o sapo assusta todo mundo.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – É verdade. Mas foi o Senador Augusto Botelho que me lembrou. Eu vou levar essa discussão ainda hoje para o meu Líder.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O senhor e o Senador Augusto Botelho sabem o respeito que eu sempre tive por ambos. O senhor na velha guarda foi meu chefe quando no Ministério da Justiça era o que me ajudava e me orientava no meu comportamento ético que graças a Deus teve muito valor na minha vida profissional. Mas tem um tema aqui que eu vejo que os senhores discutem e que essa angústia, essa profunda revolta com que aconteceu no Rio, e várias coisas, hoje o noticiário traz que assaltaram vários Bancos no interior e seqüestraram populares em quantidade levando para o mato com seqüestrados para poder dificultar a ação de polícia. Então há uma indignação diária hoje. Não há mais, é claro que uma

criança quando é morta daquela forma, nós temos que nos revoltar por sermos pai, por termos filho, por termos neto, mas a sociedade por inteiro. Nós estamos discutindo uma coisa, Senador Arns, eu gostaria de chamar atenção, a Senadora Lúcia Vânia é muito dedicada a isso, a Patrícia é muito dedicada, haja vista o discurso que ela fez, a senhora fez aparte, nós todos fizemos, nós estamos muito preocupado com o menor infrator. Nós não podemos esquecer que eles estão praticando crimes graves. Se os maiores usavam isso desde o tempo que eu estava na polícia, usavam o menor por ser inimputáveis hoje há menores chefes de quadrilha. Os menores estão se desvinculando dos maiores para poder formar as próprias quadrilhas para terem o resultado da sua ação criminoso.

É claro, eu vi lá o irmão do menor que estava dentro do carro ia dar um telefone celular para ele assumir toda a prática do crime. Nós não podemos deixar de separar dois segmentos importantes que é o menor infrator que está praticando o crime, nós temos que olhar, infelizmente, como criminosos e a maneira de recuperá-los, mas tem um menor abandonado cuja as famílias não tem o menor interesse por eles que ainda não entraram na prática do crime. Que podem ser salvos antes que eles passem a delinquir. Então nós estamos discutindo como se fosse uma massa só e que não é. Estou certo Senador? Nós temos que discutir como empregar meios para que essas crianças que se realmente são postas no mundo e são abandonadas de imediato. Haja vista aquela mulher que o Bolsa Maternidade, com 9 filhos, porque ela precisava do Bolsa Maternidade para construir a casa, para alimentar os filhos. Esses 9, o que vai acontecer com eles amanhã, meu Deus do céu?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Conceda um aparte?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pois não, Senadora. Acho que estou saindo fora do tema, né?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu gostaria de reforçar o que V.Ex^a está falando em relação à prevenção com as crianças, V.Ex^a foi testemunha do ano passado, o ano passado eu devo ter.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – No orçamento.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu devo ter ocupado a tribuna várias vezes para mostrar ao governo a importância do Programa Erradicação do Trabalho Infantil.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Chegou a chorar no orçamento. Eu quase chorei junto, só não chorei na frente, mas escondido chorei, porque era uma coisa tão desastrosa.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Importantíssima.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Cortarem um fundo para prevenir que essas crianças fossem para a criminalidade. Quer dizer, não dá para entender determinadas coisas. Eu não estou criticando o governo não, aquele negócio de fazer o orçamento ver onde tem que ter dinheiro ou não, tem que ter prioridade social. Não é prioridade de pagamento, e ter saldo no caixa, não, o problema é saber aonde vamos investir para ter um futuro sagrado e seguro. Desculpa interromper o seu aparte.

Então a Senadora foi mártir ali no sofrimento que ela trabalhou no sistema, conhecia profundamente e estava defendendo algo ela conhecia e não consegui, eu tentei apoiar e não conseguimos vencer a barreira do planejamento.

Então, hoje, talvez se essa indignação coletiva, Senador dá para acordar quem está lá.

Então, vale a pena a ficar essa discussão. Eu estava vendo na televisão, eu falei, eu vou até lá não dá para agüentar ficar vendo de longe, porque essa é uma Comissão que vai ter um valor inestimável nessa discussão. Sei que a CCJ está voltada para o programa jurídico, mas aqui está voltada para o problema da alma, do coração e do social.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Pela inscrição aqui está o Senador Cristovam e em seguida o Senador Mão Santa.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu quero dar o meu apoio ao projeto do Senador Augusto Botelho, dizendo, Botelho, que eu não daria, se o Bolsa Escola tivesse continuado. Se fosse o Bolsa Escola no sentido de vincular a renda à frequência às aulas como eu sempre defendi, eu confesso que eu iria propor criar uma outra bolsa, um outro programa uma outra renda para as pessoas que ajudam os portadores de deficiência, que eu acho justíssimo. Entretanto, lamentavelmente, eu creio que a Senadora Lúcia Vânia concorda comigo, houve uma deturpação do programa e ao virar uma Bolsa Família de fato uma transferência de renda para apoiar famílias pobres, tem obviamente um caráter social, não há dúvida alguma, mas perdeu o caráter educacional, nesse sentido eu votarei a favor do seu projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Mão Santa. Eu estava só acertando com o Senador Nery aqui a questão da Audiência Pública para continuar aquele debate com a educação. Senador Mão Santa

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Olha, V.Ex^a é muito importante, e V.Ex^a eu acho que pode nesse momento, o País está precisando de V.Ex^a. O País pre-

cisa saber que você enfrentou esse Lula quando de uma convenção da CUT. V.Ex^a saiu e o povo aclamou, V.Ex^a se retirou, porque não tinha uma participação do Rio Grande do Sul. E V.Ex^a queria aí V.Ex^a foi aclamado Secretário. Houve o debate, então está nesse momento do Paim, a história se repete. Paim, V.Ex^a está o Presidente. Esse negócio de violência, o Presidente tem que ver que ele é o Presidente, ele é o meu, eu não votei nele não, eu não queria, então ele é o Líder, ele é que influencia, ele que é que arrasta, ele não deu um gesto nessa violência, ele deveria ir, ele não vestia a camisa de tudo, vestir de policial e ir para lá.

Olha, Paim, eu tenho uma vida, foi longo e sinuoso, eu fui Prefeitinho, eu digo isso é com carinho, e aqui está a nossa loura representante do Goiás Senadora que foi extraordinária executiva, Lúcia Vânia. Eu digo, porque ela teve no Piauí e não foi uma vez não, várias vezes, dou o exemplo. Então o governo se faz é que arrasta, ela arrastou a minha mulher, arrastou todas as primeiras damas a ter uma participação, e o exemplo. Olha, eu era Prefeito, Senadora Lúcia Vânia, aí no meu bairro, a rua é nome do meu avô e meu tio, o jovem estupraram uma jovem, o Prefeito é uma negócio forte, Prefeito na cidade. Isso aí era um sábado. A história ainda hoje eu não sei, diz que mulher morreu... a versão, e era no meu bairro, no meu bairro, o Prefeito, ouviu? Eu tinha sido Deputado Estadual era Governador Lucídio Portela que eu fui Líder, eu tinha exercido influência para o delegado. Eu chamei, tenho que... sabe, estuprar... eu ainda não sei, disse que mal foi para o Belém, também ficou estigmatizado, uma jovem estuprada, e as histórias eu não sei a verdade. Eu sei que aí, Paim, era menor e no meu bairro aquele drama todo. Aí eu chamei o delegado que eu tinha exercido influência: só tem um jeito, prende tudinho. E era menor e ele prendeu, eu sei que só foi dar confusão segunda-feira, mas foi um exemplo, ele disse como é que estupraram a mulher, um disse que morreram outro que foi-se embora, então a gente tem que ir para frente. Segunda-feira houve aquele negócio de justiça, menor... mas tem que tomar, o Lula não deu um gesto, ele vestiu tanto chapéu, tanto boné, tanta camisa que vista de um policial. Olha, mas eu vou dar o quadro de V.Ex^a, tem que ser aquele Paim, aquele Paim que na CUT o Lula chegou a dizer, você quer ser o Presidente? Eu não quero nada, mas o Rio Grande do Sul tem que participar, ele saiu e foi o Secretário.

Então, é esse Paim que tem que mandar uma mensagem ao Lula, ele vestiu tanto boné, tanta camisa, porque é que não usou... mas ontem, Carlos Nascimento aquele cara eu gosto, todos nós acompanhávamos o Tancredo, ele é que estava na porta do hospital. Dando aquela notícia, e aquilo todo o Brasil

(inaudível), e hoje ele está lá, mas ele terminou ontem, Paim, é o retrato. Leve isso. E aquilo se repete pela madrugada quando omitido(F) terminou. Tinha dado cena de casa(F), nós poderíamos terminar, o carnaval já começou em várias cidades, a alegria, mas nós vamos mostrar a cara do Brasil.

Nesse momento está havendo um tiroteio, está há 24 horas aí botou para terminar. Era bala, pá-pá-pá dentro do Iraque, era gente correndo era tiro, essa cena.

Então, o Presidente da República é que têm, todos foram assim. Para manter a independência foi o Comandante Pedro I, para manter a unidade foi o Pedro II, assistindo aula no colégio Pedro II, assim se formou a República surgiu lá nos Presidentes, com Rui Barbosa, com a campanha civilista, Getúlio ali liderando as conquistas trabalhistas. E assim o Brasil foi. É que dá o exemplo, cada um, Fernando Henrique Cardoso combatendo o monstro da inflação, foi ele, ele que estava à frente, aquilo era muito mais difícil, e consegui mesmo. Então o monstro é a violência. E a gente vê discursando, discursando como se não existe. Existe. Nós vivemos numa barbárie. Hoje mesmo foi dito aqui a gente aprende. Na Espanha mil assassinatos, aqui nós somos medalha de ouro, não somos mais campeão de futebol está um fracasso, estamos perdendo, mas somos medalha de ouro de assassinatos.

Aqui em Brasília 15 dias, Brasília, a ilha da fantasia de Juscelino, de Cristovam Buarque educou, 11 assassinatos no fim de semana em Brasília. Então esse Presidente... Ô, Paim, V.Ex^a mande uma correspondência que ele tem que se motivar, (inaudível) que não tem, isso é uma barbárie. Bem aí em Buenos Aires você vai, anda de madrugada, eu vivo agora em Buenos Aires. Eu gosto mesmo, é 4 horas da manhã namorando ali no Porto Madeira, no cemitério, não tem... olha, Lúcia Vânia, quando você for, vá. E ela que manda mesmo, né? (risos) Tem a Madona e ela é a mandona. (risos) Mas, porque ela me meteu numa, Cristovam, tem lá um Matadeiro... Uma mulher, mas a gente acaba para não... Tem lá uma feira, não sei o que, não é tango não, é de todas as músicas regionais. Matadeiro é longe. Lá, porque o táxi é barato, se fosse aqui eu ainda estava devendo, porque aqui a gasolina é a mais cara do mundo. Matadeiro, Matadouro, mas um bairro pobre, distante, ficamos lá até de madrugada olhando todo mundo, civilizado, todo mundo educado. Tinha um pianista célebre tocando lá na feira, aí, ouvimos aquelas músicas clássicas, aí eu disse se fosse no Brasil estava vaiando, porque música clássica numa feira popular, quando eu vi o povo aplaudindo quando ele se levantou. Quer dizer, bem aí tem educação, bem aí e tem mesmo, Paim. Um monte de brasileiro,

eu dei autógrafo lá. Eu fui lá no senhor tango, de seis casais a mesa, cinco era brasileiro e eu no meio. Você sabe que essa TV a gente é conhecido. Porque está em todo mundo que aqui é uma barbárie, quem é que tem coragem. Teresina, cidade cristã eu saía do Palácio, domingo eu procuraria sempre ir para o litoral, então eu saía a pé, porque andar com homem do lado é horrível, aquele segurança. Quando dava domingo, eu saía a pé, de onde tem uma casa na praia no coqueiro 10 quilômetros é a popular.

Eu me lembro que uma vez eu andando sozinho tinha uma familiar do Ciro Gomes, Ciro era o Governador, mesmo, porque estava sozinho, isso eu fiz todo o tempo em que governei o Piauí, andava 10 quilômetros domingo. E quando eu não conseguia, tinha afazer, Lúcia Vânia que viveu foi muito no nosso Palácio ajudar, eu saía de noite, 11 horas do Palácio com um amigo, um (inaudível) que eu tinha, Carlos Augusto, e um ajudante de ordem. 11 horas andava 10 quilômetros para o bairro, variava. Hoje não tem mais nem Teresina, Paim. Aquela sentinela que é a nossa tradição cristão. Morreu, enterra logo. Porque se fizer sentinela tem arrastão na sentinela, arrastão! É, os caras vão lá e já entravam nos bares. Isso deu uma epidemia, desculpe o termo, epidemia, porque saiu lá no do Rio de Janeiro.

Eu não tenho mais coragem de andar como andava, saía 11 da noite, porque Teresina é um clima quente. Saía do Palácio era 10 quilômetros quando não podia fazer esse cooperzinho lá no meu litoral. Então isso, V.Exª tem com essa aqui, é de direito humano a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o direito de ir e de vir com liberdade, é esse, é a declaração, o direito de ir e vir. Ninguém tem mais, então chame aquilo que você enfrentou, Lula! Não é não, e você está aí foi longa, foi a sua coragem, foi o espírito daquele lanceiro negro que lutaram na farroupilha que lhe deram a bravura. Então chame o Presidente para liderar. E procuram esse Carlos Nascimento que foi a coisa mais séria, levou uns cinco minutos, era bala mesmo, só era o som pá-pá-pá-pá, não música de carnaval, esse é o nosso Brasil. E nós estamos com confiança no seu comando.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu só quero fazer o esclarecimento que esse passagem que o Senador Mão Santa comenta está escrito no Rufar dos Tambores, o livro que foi lançado no ano passado, mas sempre que foi um debate na formação da Central e o Rio Grande do Sul não estaria na executiva, eu disse que a bancada do Rio Grande do Sul iria se retirar, daí o Presidente perguntou, hoje o Presidente na época, o líder sindical. Paim, você gostaria de ser o Presidente da Central?

Não, mas quero que o Rio Grande do Sul fique contemplado. Daí construímos o acordo e o Rio Grande do Sul ficou com a Secretaria Geral que seria um dos postos mais importantes e eu fui indicado, mas não houve nenhum confronto, houve um entendimento. Se não há mais nenhum inscrito, eu encerro a Sessão... Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Só uma antes, Sr. Presidente, é que houve o debate no início dessa Sessão sobre a formato de Subcomissões, o que é que ficou deliberado, se V.Exª pudesse fazer uma síntese?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Como nós estamos em sintonia com a Comissão de Assuntos Sociais para que não hajam conflito de competência das Comissões, nós resolvemos hoje só praticamente instalar, já com a indicação do Senador Quintanilha a Comissão do Idoso. E ficamos para um segundo momento a discutir as Subcomissões que faremos aqui nessa Comissão e na Comissão de Assuntos Sociais, onde V.Exª tem atuado com muita firmeza nas duas Comissões. Mas se V.Exª tiver alguma sugestão sobre uma Subcomissão aqui nós encaminhamos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, porque ontem, e V.Exª esteve presente, houve um debate interessante na Comissão de Assuntos Sociais, a respeito da Subcomissão da Criança, Adolescente e até Juventude. Criança, Adolescente e Juventude. E chegamos pela discussão a um... me parece até um entendimento de que a Comissão de Assuntos Sociais discutiria assuntos específicos das áreas, e que aqui nós discutiríamos a realização desses direitos, ou a não realização, e eu sugiro, inclusive, que neste sentido, como desdobramento daquele debate que a gente crie, aqui a Subcomissão da Criança, Adolescente e Juventude. Que tratará, assim, de abordar esses aspectos. Por exemplo, o orçamento, qual que é o orçamento para a criança, adolescente, outras questões relacionados do Estatuto, concretização da educação, da assistência, essa integração das políticas, não é? Então eu queria sugerir, Sr. Presidente, propor a criação da Subcomissão da criança, adolescente e juventude naquilo que se refere à concretização dos Direitos Humanos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Então de pronto a presidência atendendo a sua solicitação, que já havia, inclusive, um acordo, eu diria no diálogo que isso tive, inclusive, antes da reunião com a Senadora Patrícia Saboya Gomes, se V.Exª concordar, nós, a partir de hoje, então, formalizaremos o Requerimento e se assim V.Exª entender, eu gostaria de votar, inclusive, na Sessão de hoje.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Isto, eu acho que seria...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Vem por escrito à Mesa, mas que fica então, eu botaria em votação, a propósito de V.Ex^a, da criação da Subcomissão da Criança, Adolescente e Juventude, e que V.Ex^a já ficasse como um dos indicados para começar articular essa Comissão. Sei que há interesse também da Senadora Patrícia Saboya Gomes nesse sentido.

Eu colocaria em votação, Senadores e Senadoras que concordam com a proposta da criação da Subcomissão Criança, Adolescente Juventude, conforme Requerimento encaminhado a Mesa pelo Senador Flávio Arns permaneçam como se encontram. Aprovado.

Então, com esse encaminhamento nós encerramos a reunião, Senador, é uma Comissão permanente, Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– Eu não só apoio como eu quero ser membro dessa Subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Estamos com dois Senadores inscritos, eu sei que a Senadora Patrícia Saboya Gomes também havia solicitado para ser membro dessa Comissão, já estamos com três Senadores nessa Comissão.

Eu encerro a presente reunião, lembrando a todos que nós aprovamos no dia de hoje um ciclo de debate sobre a violência. A violência no passado, no presente e numa projeção para o futuro. E nesse sentido, a primeira Audiência Pública será no próximo dia 22, quinta-feira, já conversamos com alguns Senadores que estarão em Brasília, naturalmente não terá votação nessa próxima quinta para esse debate. Já confirmaram a presença para essa primeira Audiência Pública sobre esse tema, pela CNBB, representando a CNBB, que fez um grande evento no dia de ontem, entraram também em conversa conosco, Dr. Carlos Moura que é o Secretário Executivo da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, pela OAB, Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil que coordena essa área dos direitos humanos, Dr. Jomar Alves Moreno, Secretário de Direitos Humanos da Presidência da República. Representando enfim a Secretaria de Direitos Humanos da República, confirmou a presença Dr. Perly Cipriano, e pelo trabalho feito, e que teve uma disposição(F) nacional muito importante estará também o repórter Vinícius Dônola. E ainda o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República Sr. Nicolau Dino de Castro. Teremos essa primeira Audiência Pública e depois teremos um ciclo de debate em parceria, com a Comissão de Educação e também Comissão de Assuntos Sociais.

Eu, de pronto agradeço a todos, Senador Cristovam que preside a Comissão de Educação foi um dos que nos ajudou a formular essa idéia do debate, também o Senador Flávio Arns.

Está encerrada essa reunião.

(Sessão encerrada às 11h53.)

Ata da 4ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para 21 de fevereiro de 2007, quinta-feira, às 9:00 horas.

Às nove horas e nove minutos do dia vinte e um de dois mil e sete, na Ala Senador Nilo Coelho, sala de reuniões nº 2, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Paim e com a presença dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Geraldo Mesquita Junior, Eduardo Suplicy, reúnem-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os demais membros. O Presidente abre os trabalhos com a aprovação da ata da reunião anterior, dispensada a sua leitura. Passa-se a realização da Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 02, de 2007 – CDH, de autoria dos Senadores Geraldo Mesquita e Paulo Paim, aprovado em 15 de fevereiro de 2007, e com vistas a tratar das questões atinentes à violência urbana. Comparecem os seguintes convidados: Vinícius Dônola – Repórter da Central Globo de Jornalismo; Carlos Moura – Secretário Executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz – CNBB; Jomar Alves Moreno – Conselheiro da OAB/DF e Coordenador da CDH da OAB/DF; Carmem Oliveira, Presidenta do CONANDA, representando o Senhor Perly Cipriano – Secretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Nicolau Dino de Castro e Costa Neto – Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR e outros convidados por esta Presidência, não listados no Requerimento: Ivônio Barros, Coordenador Nacional do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos (FENDH); Benedito Cintra, Subsecretário de Políticas de Ações Afirmativas, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Joelson Dias, Conselheiro no CONANDA e representante da OAB; Soraia da Rosa Mendes, Assessora do Senador Paulo Paim, Advogada especialista em direitos humanos. O Senhor Presidente abre a palavra aos convidados. O Senhor Presidente solicita a distribuição para todos os Senhores Senadores membros da Comissão da exposição da Senhora Carmem Oliveira, representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da

República. Finda a exposição, a Presidência, em ato contínuo, franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes e na sequência aos demais convidados que o fazem em debate. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e cinquenta e seis minutos, determinando que eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Se todos concordam... Senador Mesquita Júnior... Então colocamos em votação. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

Eu vou de imediato convidar aos painelistas que se dirijam à Mesa e dizendo somente que esta Audiência Pública é a primeira de um ciclo de debates que essa Comissão há de realizar para debater a violência e os direitos humanos. E claro que perplexo todos nós, não somente com a situação acontecida com o menino João, aonde chegamos à sociedade brasileira? Tendo que esse ciclo de debatidos, depois de concluído, nossa intenção é fazer duas Audiências Públicas por mês, que se torne um documento que será entregue com uma contribuição para a formulação de políticas públicas, tanto ao Presidente da Câmara, do Senado, ao Presidente da República, enfim, não é a nossa intenção somente dizer que daqui vai sair uma série de outras tantas leis que vão resolver todo o problema que vocês que são especialistas na área, mais do que ninguém vão poder apontar os caminhos. Confesso que quando entrevistado sobre esse ciclo de debate eu disse de pronto. Nós Senadores e Senadoras não somos especialistas. Os especialistas serão convidados, e eles virão aqui, darão a sua contribuição que naturalmente vai enriquecer o nosso conhecimento para tratarmos com a sabedoria, com a solidariedade, a generosidade, e a grandeza que esse tema exige de toda a sociedade brasileira.

Por isso eu quero, de pronto, primeiro agradecer muito pela ordem só de colocação, ao Carlos Moura, Dr. Carlos Moura, Secretário-Executivo da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, CNBB, que quando convidado, de pronto, aceitou o convite e eu agora o convido para vir à Mesa. Dr. Carlos Moura, por favor. Representando a CNBB.

Quero também da mesma forma agradecer o Dr. Jomar Alves Moreno, Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB. E repito, só dei um telefonema e de pronto ele também disse: “Olha, estou à disposição, marque o dia e a hora que eu estou lá para dar a minha contribuição”. Então convido que se dirija nesse momento à Mesa.

Quero também na mesma linha convidar o Dr. Perli Cipriano, Secretário de Direitos Humanos da Presidência da República que uma vez convidado suspendeu alguns compromissos e se pôs à disposição para essa quinta-feira pela manhã, após carnaval, que muitos dos irmãos convidados virão, dos convidados pelo que eu falei todos virão. E está aqui também o nosso Perli Cipriano.

Convido também o Dr. Nicolau Dino de Castro e Costa Neto, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República. Também disse que suspenderia se tivesse algum outro compromisso, como deveria ter, e se botou inteiramente à disposição para participar desse debate. E está vindo ainda, vai participar do debate, já confirmou, problema apenas de vôo, que eu tive que providenciar a passagem para ele ainda na corrida, ainda no último dia útil da semana passada, por ele viria até ontem à noite, e enfim, e ele está vindo, ele vai chegar no aeroporto 09h10. Já tem um carro lá aguardando ele para trazer para cá, o jornalista Vinícius Dônola, repórter da Central Globo de Jornalismo. E que fique bem claro, não é por ser dessa ou daquela emissora. É que ele apresentou um belíssimo trabalho nessa área e, por sugestão de diversas pessoas que atuam em direitos humanos, ele também foi um dos indicados e por nós foi convidado. Como nós pretendemos trazer numa outra Audiência Pública inclusive uma jornalista aqui da TV Senado que tem um documentário belíssimo feito também nessa área que ela vem aqui e vai falar da sua experiência para construir esse documentário.

Então, de pronto, com essa breve abertura, mais uma vez agradecendo também ao Senador Mesquita Júnior que se deslocou do seu Estado para que no horário da abertura da reunião, junto com outros Senadores que estão chegando, para que a gente possa iniciar, repito, esse ciclo de debate ouve unido os especialistas na área, porque percebo, em conversas que tive com inúmeros estudiosos do tema, disse: “Paim, tenha cuidado de não começar a botar só em votação essa ou aquela lei, porque representa no momento o apelo maior de esse ou aquele setor da sociedade”. Façam o ciclo de debate, ouçam os que estão dedicando a sua vida nesse tema durante décadas e décadas para que eles possam dar a sua contribuição com equilíbrio, com tranquilidade, e com a urgência, claro, que

o momento exige. Então, eu estou muito tranqüilo aqui fazendo a abertura do debate, agradeço a entidade dos direitos humanos que também se prontificaram e está aqui presente, e inúmeros outros que estão ligando que querem participar desse debate, nós vamos ter no outro momento, por exemplo, a violência direitos humanos e a educação. A violência direitos humanos e assuntos sociais, porque faremos uma parceria com a Comissão de Educação e também Direitos Sociais. É a minha intenção, e a partir daqui nós vamos iniciar já o nosso debate concedendo no primeiro momento 20 minutos para cada um dos convidados e naturalmente depois da exposição deles o Plenário poderá fazer perguntas, dando preferência primeiro para os Senadores, essa Presidência também vai participar dentro do possível, e em seguida nós abrimos então os trabalhos com tranqüilidade.

Pergunto: 20 minutos corresponde à expectativa de cada um dos convidados? Então, o Moura, que é meu conhecido antigo, o Dr. Moura, por isso eu chamo ele logo de Moura... Porque ele me chama “então vamos lá, Paim”. Não tem nada de Senador. O Dr. Moura é nosso conhecido há muitos anos, representou o Brasil no exterior por diversas vezes, não só em Países da África, mas em muitos continentes, e é um especialista nessa área representando a CNBB.

Então nós vamos iniciar pelo Dr. Moura. Dr. Moura, V.Exª dispõe de 20 minutos para falar com toda liberdade sobre o tema violência e direitos humanos.

SR. CARLOS MOURA – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Cumprimento aos senhores e senhoras do Plenário e manifesto a minha alegria a satisfação em estar aqui com todos os senhores interessados na questão dos direitos humanos e principalmente na superação da violência e na promoção de uma cultura de paz.

É com muita alegria que participo desta reunião representando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a convite do Senador Paulo Paim que dispensa maiores comentários a respeito do trabalho dele no Congresso Nacional, mas, também, em poder tecer considerações com o Dr. Perli Cipriano, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, com quem ao longo desses quatro anos vimos tratando de assuntos pertinentes aos direitos humanos.

Aqui também o Dr. Nicolau Dino, Procurador da República, Presidente da Entidade Representativa dos Procuradores, com quem também ao longo de muito tempo discutimos temas relativos aos direitos humanos.

Também o Dr. Jomar Moreira, com quem há tempos passados tratávamos das questões dos apenados. Ele enquanto representante da OAB do Distrito

Federal, nesse trabalho de encontrar caminhos para que os apenados possam desfrutar de uma situação pertinente ao ser humano dentro das cadeias.

Senador Mesquita e Senador Cristovam Buarque, os meus cumprimentos. Quando... Senador, permite que eu fale de pé?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Você fique à vontade. Eu aproveito para registrar a presença do Senador Cristovam que foi uma das pessoas, junto ao Mesquita, que trabalhou e incentivou muito para que fizéssemos esse ciclo de debate.

Eu já dizia, Senador Cristovam, V.Exª em nome da Comissão de Educação, fez questão que nós também trabalhássemos a questão direitos humanos, violência e educação. E V.Exª naturalmente vai presidir aquela Sessão de debate onde vai ser “violência e educação”.

SR. CARLOS MOURA – Eu agradeço a oportunidade por falar de pé. Certamente o Senador está sendo benevolente em função da caminhada que nós temos na vida e nos concede esse privilégio.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Tomara que ao chegar na sua idade eu possa falar de pé.

SR. CARLOS MOURA – (risos) Mas eu começaria propondo algumas reflexões acerca dessa temática que vem em boa hora mobilizando a sociedade brasileira. Mobilizando a sociedade brasileira, mobilizando o Estado Brasileiro. E quando estamos no Congresso, eu me permitiria, e lastreado na questão que determinante deste debate desse momento, que seguramente é o acontecido no Rio há semanas atrás, eu me permitiria lembrar a todos, o art. 227 da Constituição: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Além de colocá-los salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Vejam bem, Sr. Senador Presidente, Srs. Senadores, componentes da Mesa, senhoras e senhores do Plenário. Será que há necessidade de se modificar alguma Legislação no Brasil para que o Estado e a sociedade possam, à luz da Constituição, cumprirem com o seu dever com relação à criança e adolescente? É importante refletirmos em cima do texto constitucional e nos perguntarmos: Estamos nós, sociedade, estamos nós, Governo enquanto braço organizado do Estado cumprindo com os nossos deveres face ao mandamento constitucional? Torna-se necessário modificar Legislação? Torna-se necessário instituir-se

novos dispositivos para que a violência no Brasil possa ser superada?

E eu coloco também um outro ponto de reflexão. E este nos remonta ao que escreveu Beccaria em 1764, no seu... Do delito e das penas. É Beccaria que diz: “É melhor prevenir os crimes do que ter de puni-los. E todo legislador sábio deve procurar antes impedir o mal do que repará-lo. Pois uma boa Legislação não é, se não a arte de proporcionar aos homens o maior bem-estar possível e preservá-los de todos os sofrimentos que se possam causar segundo o cálculo dos bens e dos males desta vida”. E diz mais, “outro meio de prevenir os delitos é afastar o santuário das leis a própria sombra da corrupção, interessando os magistrados em conservarem toda a sua pureza o depósito que a Nação lhes confia”. E aí cabe continuando refletir sobre a impunidade. Sabemos que há mais de 150 mil mandados judiciais de prisão a serem cumpridos.

Então, com esta quantidade de mandados judiciais não cumpridos, com os condenados à solta, como prevenir crimes? Seguramente, aquele que se propõe a delinquir, aquele que se propõe a ferir as normas do Código Penal, se pensar antes um pouco, refletirá o seguinte: Posso delinquir porque, com certeza, não cairei nas garras da Legislação Penal. E se isso acontecer, não serei punido.

Eu diria que há necessidade do concurso do Poder Judiciário nessa questão em todas as instâncias para que a impunidade possa ser impedida, e para que uma situação como essa de 150 mil mandatos a serem cumpridos, se encontrem ou nas mãos dos oficiais de justiça, ou nos gabinetes dos magistrados. E foi pensando nisso tudo que recentemente a Ordem dos Advogados do Brasil e um elenco de entidades, dentre as quais a CNBB e a Comissão Brasileira de Justiça e Paz, decidiu instituir o Fórum pela superação da violência e promoção da cultura da paz exatamente para debatermos essa questão.

É possível e é preciso e é necessário aumentar as penas? Torna-se possível e necessário aumentar o período de internação do adolescente que transgredir a Legislação Penal? É necessário, é fundamental e é imprescindível para superar a violência o aumento das penas? Há necessidade de modificar, como já está acontecendo a expectativa de progressão da pena? Da questão do livramento condicional, ou há necessidade de as chamadas casas de recuperação do adolescente infrator serem aparelhadas e cumprirem exatamente aquilo que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente? Ou é preciso que as cadeias sigam o que está na Lei de Execução Penal?

Não se trata aqui de utilizar-se os direitos humanos no sentido da proteção daquele que delinque.

O que se pretende e o que se propõe é que toda a sociedade possa ver no homem e na mulher um ser humano com direitos a serem tratados com dignidade quando for o caso de infringir a lei penal.

Mas, o texto constitucional nos remete ao dever da família, da sociedade, do Estado, para assegurar todas aquelas condições à criança e adolescente. Mas há algo subjacente muito importante que é também o Estado e a sociedade, e aí o dever maior do Estado de assegurar a educação, a saúde, a moradia, e aqui está o Senador Cristovam, que há dias já publicava um artigo num dos jornais da cidade tocando nessa questão, e botando como uma das saídas a precisão e a necessidade da criança e adolescente estarem na escola. Mas, não é só a questão social. Porque se formos verificar, muitos dos criminosos não são filhos de pais e mães pobres, não é? Mas é uma realidade de que a maioria da criança, a maioria do adolescente, que comete crimes, vem de uma família desestruturada, vem do desemprego, da evasão escolar, de uma escola que reproduz os valores determinados por uma maioria que domina a sociedade. Não é uma escola que reflita os valores culturais, os usos e os costumes do contexto em que ela está inserida. E seguramente esta constitui uma das razões de evasão. Não é uma escola com professores que possam refletir o cotidiano com os meninos e as meninas. Uma escola que possa revelar ao menino e à menina o contexto social em que ele vive e propor a partir daí soluções. Uma escola que possa formar a criança no sentido de que ela se organize e se transforme e transforme essa organização num ariete para as reivindicações daquilo que é necessário à comunidade. Quanto tempo mais, Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. CARLOS MOURA – Muito obrigado. De modo que eram essas as considerações que eu gostaria de tecer para os senhores e as senhoras. E dizer que, o mais importante, é para que nós possamos efetivamente combinarmos, sermos cúmplice de um Projeto de cultura de paz para o Brasil. Mas uma cultura de paz que tenha o seu início dentro de nós mesmos. Que nós possamos começando a nos reconhecermos a nós mesmos enquanto pessoas, enquanto seres humanos. E que esse reconhecimento possa espargir dentro da família, possa crescer com os nossos vizinhos da nossa rua, no nosso conjunto, na nossa cidade, o nosso Estado Federação, (soa a campainha) no Estado nacional. Que cada um de nós possa constituir um espaço de paz. Não, se eu estou aqui, eu aqui represento um espaço de paz. Um espaço de solidariedade. Um espaço de superação da pobreza, um espaço de

superação da miséria, um espaço de superação do racismo, um espaço de solidariedade, um espaço de justiça, um espaço onde todos possam se reconhecer enquanto pessoa humana. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos de imediato a palavra ao Dr. Jomar Alves Moreno, Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil.

Antes, se me permitir, Jomar, eu quero registrar só a presença de algumas entidades. Sr^a. Monalisa Lacerda da Silva, representante do Instituto Marista de Assistência Social. E com carinho e muito respeito e agradecendo aqui a presença aqui na Mesa conosco já da Dr^a. Carmem Oliveira, que também é da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Subsecretária para a questão da criança e adolescente, que vai também fazer a sua palestra em seguida. Quero também registrar a presença de Ivônio Barros, coordenador do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos, Conselheiro Titular do Conselho de Defesa da Pessoa do Distrito Federal. Sônia Maria Zanelato, da Comissão de Direitos Humanos do DF, e Conselho Regional também de assuntos sociais. E quero também dizer que nesse momento chegou aqui o cacique, que quer nos falar. Eu falava a ele que hoje a Mesa está completa, mas ele é convidado entre nós e vai fazer parte de uma Mesa para falar da situação dos índios e a violência na área urbana. Então no momento adequado ele também terá direito a fazer a sua exposição.

Quero também registrar aqui a presença da Ivonete que representa a SEPIR, Secretaria Especial de Combate ao Racismo e Preconceito, que é a Ministra Dr^a. Matilde, e o Müller, que representa aqui a Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul e também atua muito nessa área dos quilombolas. Passamos agora a palavra então ao Dr. Jomar Alves Moreno. 20 minutos.

SR. JOMAR ALVES MORENO – Senador Paim, em nome de quem cumprimento todos os demais membros Senadores e todos presentes dessa audiência.

Aqui em Brasília nós temos um sargento que foi Deputado Distrital por duas Legislaturas e hoje é suplente de Deputado Federal, e esse sargento da PM ele dizia o seguinte: Quando fala em direitos humanos eu já saco logo o revólver e coloco do lado. Então, é mais ou menos essa imagem que nós temos dos direitos humanos aqui no Brasil. Quando fala em direitos humanos tem uma imagem que a gente vai defender bandido, vai defender só o mal feitor. Não. Direitos humanos é para defender em primeiro lugar a dignidade do ser humano. Essa é a função essencial dos direitos

humanos. Daí a importância dessa audiência e daí de estar à Casa do senhor e a Casa aqui, Senador, de parabéns por esse evento, porque aqui eu imagino que vai se discutir a questão da violência sem o emocionalismo, sem critérios ideológicos ou sem interesses outros nem sempre muito justificáveis. Porque o que nós vemos é que quando se fala em violência e dentro do emocionalismo a primeira palavra que vem é aumento a pena. Vamos aumentar a pena, vamos dar mais cadeia, vamos penalizar o menor, vamos fazer tudo isso. Agora, todas essas pessoas que falam esse discurso de aumento de pena, que não deixa de ser uma violência do Estado também, a gente não vê essas pessoas com a seguinte proposta: Vamos aumentar a pena, mas vamos aumentar também a educação. Está aqui o nosso grande defensor da educação no Brasil, o Senador Cristovam. A gente não vê esses defensores da violência estatal em determinar o aumento da educação, o aumento da escola. Porque o que a gente vê, por exemplo, quando fala em aumento de pena para o menor, é que nós não olhamos que as FEBEMs da vida e o CAJE do DF, por exemplo, é simplesmente um depósito de menores. Aonde se falta inclusive professores para o ensino básico. Não se fala nem em professor de ensino profissionalizante, porque esse é um sonho ainda que não foi alcançado em nenhuma instituição de educação para menor no Brasil. Não existe nas FEBEMs e nem nenhum presídio do Brasil nenhum processo de ressocialização do preso. Não existe nenhum sistema de educação e profissionalização para esse preso. Não é por outro motivo que a gente vê um grande problema que é a reincidência dos criminosos. Ele sai da prisão e depois volta. Volta por quê? Porque ele não tem, entre outras coisas, acesso ao mercado de trabalho. Há pouco tempo atrás o Ministério da Justiça andou colocando alguns presos para trabalhar lá dentro do Ministério. E eu ouvi várias reclamações de funcionários dizendo que tinham medo dos presos que estavam lá trabalhando como estagiário, como servidores, auxiliares dentro do Ministério. Nós estamos falando do Ministério da Justiça, imagina dos outros. Qual empresário do Brasil que dá emprego a ex-menor infrator? Qual órgão público federal, estadual, municipal que têm uma política de garantir a reinserção de um menor ou mesmo de um adulto dentro da atividade produtiva quando sai da prisão? Esse é um dos problemas que nós temos seriíssimos. E quando a gente vê essa questão hoje está sendo discutida com muita veemência, e até chego a dizer quase violência, que é a redução da pena do menor, nós não vimos a mesma ênfase, a mesma vontade de punir, a mesma intensidade quando ocorreu, por exemplo, aquela jovem que assassinou os pais com barra de ferro enquanto

eles estavam dormindo. Nós não vimos isso quando jovens da classe média de Brasília colocaram fogo no índio aqui achando que era uma simples brincadeira. Nós não vemos essa mesma intensidade de vingança estatal quando um jovem dirigindo um BMW atropela aqui na Praça dos Três Poderes um flanelinha, um vigiador de carro e parte essa pessoa ao meio. Será que dentro dessa... Desse discurso de aumento de pena, de diminuição da idade penal, será que nós não estamos vendo também um certo critério racista ou um certo critério de discriminação social? Isso é muito importante. Isso tem que ser destacado e tem que ser estudado. E isso passa em brancas nuvens na maioria dos casos. E é muito perigoso discutir questões de redução de pena dentro do momento emocional. Por que é que não discutiram aumento de pena para os militares que assassinaram aqueles meninos lá na Candelária no Rio de Janeiro? Nós não vimos nada falando. Nós não vimos uma discussão profunda sobre isso. Nós não vimos essa discussão na Câmara, nem no Senado, e nem na Câmara Legislativa do Rio de Janeiro. E muitos desses homens que assassinaram aquelas crianças estão impunes.

Outro detalhe que tem que ser destacado quando for discutir a violência no Brasil é o mito. No Brasil, nós temos uma mania de criar uns mitos que terminam virando verdades. Já dizia um marqueteiro fascista na década de 40 que uma mentira dita mil vezes vira verdade, e no Brasil é normal nós vermos mentiras virarem verdades. Um dos mitos que nós temos no Brasil é a questão da impunidade. Mas nós temos que definir impunidade para quem? Se for negro, pobre, mora em favela, esse não tem impunidade. Vai para cadeia mesmo. Agora, se for branco, classe média alta, aí a situação já posso falar impunidade. Porque no Brasil nós temos uma questão séria. Nós temos todas cadeias, presídio, casa de detenção tudo lotada. Não existe uma vaga em nenhum presídio do Brasil. Aliás, nós temos é excesso de lotação. Nós temos, como dito aqui pelo Moura, centenas e milhares de mandatos de prisão ainda para serem cumpridos. Agora, ser cumprido contra quem e por quê? Porque há um detalhe interessante. A grande quantidade de preso no Brasil não é por crimes graves, não. A grande quantidade de preso no Brasil é por crimes de menor incidência penal.

Se vocês forem, por exemplo, aqui no presídio de Brasília, vou dar um chute aqui que eu não tenho o número exato. Mas eu garanto que mais de 60% está lá por causa de roubo e furto. Uma grande parcela está presa por tráfico de drogas. Tráfico de drogas de cem gramas de maconha, por exemplo. Que é considerado já pela jurisprudência como tráfico. Se forem aqui no Colméia, que é o presídio feminino de Brasília, vocês

vão encontrar 90% das mulheres presas por tráfico. E todas presas por tráfico de pequena quantidade de droga. Será por que é que o Estado Brasileiro, por que é que o judiciário brasileiro não faz uma política de efetiva aplicação de penas alternativas? Qual o interesse de não se aplicar penas alternativas no Brasil? Tudo é motivo de cadeia? Será que um cidadão que atropelou alguém sem maiores gravidades ao invés de ele ter uma ameaça de pressão será que não seria muito melhor pagar uma multa violenta, se tiver condições para pagar? Será que a pena pecuniária não dói mais no bolso do que botar esse homem na cadeia? Mas penas alternativas no Brasil são coisas raríssimas. Esses dias eu conversando com um Juiz aqui penal criminalista aqui de Brasília eu estava dizendo isso para ele. Mas fulano, por que é que vocês não pegam esses garotões que andam com excesso de velocidade, que atropelam, provocam acidentes. Por que é que não botam esses moleques para trabalhar dois finais de semana por mês no pronto-socorro do Hospital de Base e se você quiser definir de forma suave o pronto-socorro do Hospital de Base você pode chamar de sucursal do inferno. Se você passar uma sexta-feira ou um sábado à noite, lá vocês vão ver o que é inferno, o que é que é sofrimento humano. Ser humano jogado ao chão porque não tem maca, ser humano simplesmente morrendo lá e o médico ter que fazer uma escolha terrível, “vou salvar esse, mas tenho que deixar aquele morrer”. Se botasse um garotão desses para ficar lá nesse hospital eu garanto que ele iria pensar muito em praticar um outro evento criminoso. E aí esse Juiz me respondia: Mas isso é muito difícil. Nós não temos como controlar, nós não temos como fiscalizar, nós não temos gente para acompanhar isso. Eu não tenho oficial de justiça para ver se esse garoto está efetivamente cumprindo.

Então, a prática da pena alternativa no Brasil é muito rara. E eu morro de medo quando fala em redução de pena para menores na hora que a gente dá uma olhada nos dados estatísticos. A prática de crime violento por menor é de uma quantidade ínfima. É zero vírgula alguma coisa, um ou dois por cento.

Então, é muito pequeno. Então a gente não pode pegar um fato e transformar esse num cavalo de batalha. Será que um menor que pratica um crime, esse menor tem que servir de paradigma para o resto da Nação? Esse é um ponto que nós temos que analisar com muita frieza, com muito critério. Inclusive com estatísticas. O Legislativo Brasileiro está encaminhando um Projeto de Lei para apenas com mais gravidade o adulto que usa o menor para praticar crime. Aí sim, eu acho que é uma medida salutar. Penalizar o adulto que está fazendo uso do menor, e se esse Projeto de

Lei passar, ele vai ser de grande importância. Agora, já está provado cientificamente que só aumentar a pena também não reduz criminalidade. Se não tiver uma política de Estado aonde coloque o Estado aonde ele não existe, nós não vamos ter redução de criminalidade. Por que é que não se fala em gastar dinheiro com escola de tempo integral, Senador? Por que é que nós não deixamos essas crianças o dia inteiro na escola? Por que é que nós não criamos e não estabelecemos e efetivamente praticamos escolas de profissionalização? Estou falando escola, não estou falando picaretagem não como a gente conhece alguns que usam dinheiro do Estado, aluga uma sala dizendo que é escola de profissionalização e toma o dinheiro do Estado. Estou falando escola. Aonde pega o menor, um adolescente, coloca esse adolescente de manhã para fazer disciplinas básicas e de tarde fazer atividade profissional. Aonde esse garoto sai da escola e já sai indicado para uma empresa para trabalhar. O que é que é mais caro? Manter uma escola profissionalizante ou uma FEBEM? Aonde que gasta mais dinheiro do Estado? Todos nós sabemos quanto custa um menor preso, quanto custa um preso para a sociedade brasileira. Mas pouca gente sabe quanto custa um estudante para o Estado. E se tivéssemos uma educação com seriedade, com competência, nós teríamos com certeza grande redução na criminalidade. A coisa que eu mais morro de medo é de ouvir o que eu já ouvi de uma colega professora. Ela falava assim: “Eu finjo que recebo e finjo que dou aula”. Eu falei: “E você transforma seus alunos em maus cidadãos, em maus profissionais”. Esse fingimento duplo provoca uma tragédia social. Não é concebível hoje que um aluno que termina a oitava série saia sem saber ler e sem saber fazer as quatro operações aritméticas. Não é correto isso. Mas essa é uma regra quase nacional. E esse menino que sai do ensino básico na faixa dos 14, 15 anos, não souber o mínimo, ele não tem como entrar no mercado de trabalho. E o crime é altamente sedutor. Nós estamos dentro de uma estrutura capitalista. Uma estrutura altamente consumista. Como é que você vai pegar um jovem e falar: Olha, você vai trabalhar aqui o dia inteiro, oito horas por dia, agüentando broncas e gritos do seu chefe raivoso, e no final do dia você vai ganhar dez reais. Se ele pode vender dois, três cigarros de maconha e ganhar 50 reais. Roubar um toca fita e receber 40, 50 reais. Toca fita já estou atrasado. Toca CD. (risos)

Então, como é que você vai dizer isso para esse jovem? Então, nós temos que dar alternativa para essa juventude. Na hora que falar em combater violência, nós temos que falar assim: Vamos reestruturar o sistema educacional, vamos repensar a família bra-

sileira, vamos repensar a sociedade brasileira como um todo. Nós não podemos nos dar ao luxo de deixar se envolver por questões momentâneas, discutir sob o calor de uma emoção. Nós temos que sentar, fazer tipo hoje, começar a rediscutir. Porque isso aqui é rediscussão da sociedade. Não adianta nada penalizar. Quanto mais pena se dá, mais sofrimento se aplica ao cidadão. Quanto mais pena se dá e não dá educação, mais um criminoso você vai ter dentro da sociedade. E popularmente falando, diz que toda prisão é universidade do crime, e é verdade. É verdade. Você pega um moleque aí de 12, 14 anos, que foi pego com uma lata de merla ali na Ceilândia, aí ele fica três, quatro meses lá no CAJE, no depósito de menores. E aí ele garoto sofre todo tipo de violência física, sexual, psicológica, moral. Esse moleque sai de lá arrasado. E o Estado não ofereceu nada para ele. Absolutamente nada. Nem atendimento psicológico tem para essa meninada. Que esperança a gente pode ter de um homem, um cidadão comum, um trabalhador que por uma explosão de emoção ele mata alguém e vá puxar de cinco a dez anos de cadeia, e esse homem sai dessa cadeia sem ter nada. Não aprendeu nada. Não aperfeiçoou nada. Única coisa que ele passa nesses anos de cadeia é ouvindo como se faz crime melhor, como se foge, como se mata. Até quando a sociedade brasileira vai ficar pensando só mandar em prender? Nós temos que prender, nós temos que acabar com o mito de impunidade, porque o Brasil não dá impunidade para pobre. Todo pobre comete crime, vai em cana mesmo. Nós não temos nem 1% dos prisioneiros brasileiros de classe média alta e com ensino superior. Quase todos são pobres, pouquíssimo ou quase nenhuma educação escolar, pardos ou negros. Essa é a grande realidade do sistema prisional brasileiro. E nós não temos nenhum processo de recuperação desse pessoal.

Eu, como membro da Comissão de direitos humanos da OAB-DF, eu tenho a seguinte sugestão: Devemos aprofundar muito as discussões. Não devemos fazer discussão sobre pena, menor ou maior, seja para adulto ou para menor, em cima só de notícias de jornais. Nós temos essa discussão em cima de dados concretos, em cima de dados objetivos. Temos que excluir as paixões momentâneas. Nós temos que chamar as lideranças sociais para que a sociedade brasileira acorde para saber o seguinte: Tem que punir? Tem. Mas paralelo à punição, tem que educar. Paralelo à educação nós temos que ressocializar. Nós temos que dar oportunidades para que o pessoal que foi preso volte ao mercado de trabalho, volte à sociedade. E para o jovem que ainda não foi preso, nós temos que garantir educação. Educação formal, educação profissional

e educação religiosa que falta muito também dentro de todo o sistema educacional. Tem que dar amparo à família. A família tem que ser a base e deveria ser, a própria Constituição garante isso como Moura levantou, é a base de tudo. E hoje a família também não tem muito amparo.

Então, a nossa preocupação nos direitos humanos (soa a campainha) é sobre essas questões e fica aqui essa proposta. Vamos estudar, vamos aprofundar, mas em cima de dados, objetivos reais e concretos. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS) – Eu registro entre nós também, me permite, companheiro Benedito, Secretário da SEPIR, Cintra, que já está aqui também para participar dos debates como debatedor. E registramos também a chegada, eu explicava, me permite, Vinícius, chamar pelo nome, que você só não chegou antes porque nós é que providenciamos o vôo nesse horário. Então você ficou como último inscrito devido ao vôo que nós conseguimos na sexta-feira. Então já está presente o Vinicius Dônola, repórter da Rede Globo pelo trabalho feito. Inúmeras pessoas já comentaram aqui que viram o teu trabalho e pediram que você comentasse aqui.

Passamos a palavra de imediato, então, à Dr^a. Carmem Oliveira representando a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, especialmente como Subsecretária da Criança e do Adolescente.

SRA. CARMEM OLIVEIRA – Bom, bom dia a todos e a todas em especial. Eu gostaria primeiro de situar desde o lugar que eu converso aqui com vocês. Eu sou psicóloga de formação. Eu sou ex-Presidente da FEBEM do Rio Grande do Sul, no primeiro Governo Estadual petista, contrerrânea, portanto, do Senador Paulo Paim, a quem eu saúdo aqui também em nome dos Parlamentares.

A experiência nossa acumulada nesses quatro anos de gestação do primeiro mandato do Presidente Lula traz uma convicção que já foi expressa pelo próprio Presidente em vários momentos, que é a contrariedade em relação à redução da idade penal. Há pouco o Dr. Jomar nos solicitava a análise com base em dados. E eu gostaria de partilhar com vocês algumas das informações que nós temos do nosso próprio sistema sócio-educativo no Brasil, como de resto de alguns estudos e pesquisas que já foram realizadas, seja por universidades ou por institutos vinculados a governos, não apenas no Brasil que nos permite então fazer uma análise mais cuidadosa, mais reflexiva e talvez por isso mesmo menos passional como de resto o Ministro Márcio tem nos chamado a atenção

de que a gente não legisle em pânico. Na Legislação do pânico como ele refere.

Então, vou pedir a sua ajuda para situar algumas considerações sobre o rebaixamento da idade penal. Tentei dialogar com algumas das questões que são mais recorrentes na opinião pública. A primeira idéia de que o ECA é muito brando e propõe a desresponsabilização do adolescente. Então há que se fazer uma diferença entre inimputável e responsabilidade. Quer dizer, embora inimputável, o adolescente responde judicialmente, inclusive com a medida de privação de liberdade por até três anos e às vezes as pessoas dizem assim: Só três anos? Esquecendo que como a adolescência vai dos 12 aos 18 anos, portanto ela dura seis anos, três anos significa a metade da adolescência. E considerando também que nós vivemos uma época peculiar na sociedade contemporânea onde talvez a trilogia francesa, da revolução francesa, liberdade, igualdade e fraternidade, o que sobrou mesmo foi o desejo de liberdade.

Então, hoje nós estamos fazendo com que o adolescente pague com a moeda talvez mais cara que existe que é a liberdade de ir e vir. Para quem tem 12 anos, três anos representa um quarto da sua vida. Para os de 14 representa 21, para os que completaram 16 representa 19, e para os 18 anos incompleto corresponde a 16% da existência.

O procedimento de apuração de atos infracionais ele é alimentado pela idéia de celeridade. Inclusive nós temos, em alguns Estados, o que chamamos de justiça instantânea, o que já não existe no sistema penas. Muitas vezes essa celeridade é cenário de violação aos direitos do adolescente. Muitas vezes ele chega ao processo judicial sem a devida defesa técnica, especialmente os adolescentes afro-descendentes e pobres, sem direito de confrontar-se com vítimas e testemunha. Não é afiançável o seu delito, não há o reconhecimento da prescrição entre outras distorções que existe na peculiaridade do adolescente. Além disso, muitos direitos consolidados no campo do Direito Penal sequer foi estendido aos adolescentes, como na ausência de uma Lei de Execução que não existe, existe é um Projeto de Lei, ao qual quero me referir mais adiante, que possa regular os procedimentos de forma inequívoca, menos subjetiva e discricionária. Desse ponto de vista trata-se de um sistema mais severo que o sistema penal, e por outro lado o Direito Penal juvenil dentro do ECA ele se confunde até mesmo se mescla com demais políticas de atenção.

A medida sócio-educativa equivale à pena? Não. O ECA afirma uma diferença importante que é a condição peculiar de desenvolvimento das crianças e adolescentes, o que está posto na Convenção Internacional

dos Direitos da Criança, e por isto a medida tem uma dupla natureza. Ele é sancionatória e pedagógica. Isto porque do ponto de vista do desenvolvimento humano, veremos que a adolescência é uma fase de transformações. Transformações rápidas, profundas e decisivas. Por isso querer submeter os jovens cada vez mais cedo ao sistema penitenciário que é meramente retributivista, sancionatório, denota não haver preocupação com a ressocialização do adolescente. A definição da idade penal deve ser avaliada pelo grau de discernimento do adolescente? Algo que a gente também ouve. Adolescente com 16 anos já sabe o que quer, já sabe o que está fazendo. Ora, é claro que o adolescente aos 16 anos já tem discernimento suficiente. De fato, na psicologia cognitiva se diz que até mesmo a criança de sete anos sabe que não pode furtar ou matar e nem por isso se propõe que ela tenha responsabilidade penal, ou seja, passível de ingresso no sistema penal. Portanto a definição da idade penal não segue um critério nem etário nem psicológico, mas um critério político. De política criminal. O endurecimento das medidas reduz a criminalidade juvenil? Trago aqui a experiência americana que é uma das mais duras. Não sei se vocês sabem, mas os Estados Unidos é o único País do mundo inteiro que não é signatário da Convenção Internacional dos Direitos da Criança. Ainda hoje em pleno século 21. A experiência americana demonstra que o aumento crescente da população carcerária, que é a maior do mundo, e que admite até mesmo o uso da pena de morte para adolescentes não provocou a diminuição de crimes graves nesta faixa etária.

Por outro lado, estudos realizados recentemente na Europa, quatro Países que eu trago essa pesquisa, apontam que a prisão dos adolescentes favorece a sua carreira criminosa e aumenta a velocidade da reincidência delitiva. Ou seja, mais rapidamente ele volta a reincidir. Principalmente por conta da estigmatização que existe aos egressos do sistema. Tanto penal como sócio-educativo, tão bem referido pelo Dr. Jomar. Também não há dados que comprove que o rebaixamento à idade penal reduz os índices de criminalidade juvenil. Ao contrário. O ingresso antecipado no falido sistema penal brasileiro irá expor os adolescentes a mecanismos reprodutores da violência como o aumento da chance de reincidência, uma vez que as taxas nas penitenciárias de reincidência são quase três vezes maiores do que do sistema sócio-educativo.

A redução da idade penal coíbe o envolvimento de adolescentes no crime organizado? Ao contrário, se reduzida a idade penal esses poderão ser recrutados cada vez mais cedo. A maioria dos Países adota a idade penal inferior a 18 anos? Pesquisa realizada de quatro em quatro anos pela ONU aponta que em apenas 17%

das 57 legislações estudadas a idade penal é inferior a 18 anos. Há Países, por exemplo, como Espanha e Alemanha que elevaram recentemente a idade penal para 18 anos. Dentre 23 Países da Europa estudados por aquele autor, apenas cinco admitem responsabilidade penal juvenil abaixo de 12 anos, como é o caso do Brasil que a partir dos 12 já é responsável penal. E 10 Países têm maioridade penal inferior à maioridade civil. Aqui no Brasil nós teríamos uma distorção. O adolescente ele tem que pedir autorização para casar antes dos 18 ele não é compulsoriamente obrigado a votar antes dos 18, ele não recebe carta de habilitação, mas ele poderia ir antes dos 18 para a cadeia. Quer dizer, é algo quase que inexplicável. A participação dos adolescentes na criminalidade é maior do que dos adultos? Não. A participação dos adolescentes é cerca de 10% do total de infratores. A taxa de encarceramento na população adulta chega a 180 por 100 mil habitantes. E a taxa de encarceramento juvenil não atinge oito por 100 mil habitantes.

Por outro lado, a maioria dos delitos, mais de 70% dos delitos que levam os adolescentes à internação não envolve crimes contra a pessoa, que se situa hoje ao requerido de 14% dos delitos praticados são delitos contra a pessoa. Predominantemente são delitos contra o patrimônio, portanto. Assim, utilizar o critério puro e simplesmente da faixa etária levaria que adolescentes com 12 anos ou menos iriam para o sistema penal independente da gravidade do ato infracional. O perfil hoje do adolescente interno no sistema sócio-educativo demonstram que são em grande maioria provenientes de família de baixa renda, apresentam baixa escolaridade, não estavam inseridos no mercado de trabalho formal e muitos deles, Dr. Cristovam, já estavam fora da escola. Metade deles já estavam evadidos da escola. Num mercado de trabalho que é cada vez mais exigente, a gente sabe qual seriam as chances de novos projetos de vida com este perfil.

Portanto, pesquisas indicam que adolescentes primários comparados a adolescentes reincidentes têm maior escolaridade e melhor chance de ingresso no mercado de trabalho. O que mostra que variáveis como escolarização deficiente e desemprego explica em parte o agravamento da violência juvenil.

Bom, é nesse cenário que no final dos anos 90 eu lembro, eu estava na Presidência da FEBEM no Rio Grande do Sul naquela época também houve um momento crítico como esse de discussão do rebaixamento da idade penal. A partir desse momento vários setores da sociedade, especialmente CONANDA e Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e Juventude tomaram para si a tarefa de conduzir o processo de discussão de uma política sócio-educativa

que pudesse então ser uma resposta a essas novas demandas e mesmo as pressões sociais. O cenário não era nada favorável. De um lado nós tínhamos a falência do sistema FEBEM e do outro lado demandas cada vez mais punitivas. Este perfil, na época, ele já resume o que eu já havia apontado para vocês. Aqui também me referindo ao tema do perfil. Aqui algumas fotos da época, especialmente da FEBEM que mostra algumas das regras institucionais. Aí aquela caravana de direitos humanos, Deputado Marcos Rolim que foi emblemático. Aqui o movimento de transformação da FEBEM de São Paulo. Uma cena inesquecível. Nós temos aí, vai clicando, por outro lado, uma sobrevivência do sistema FEBEM. Nós não temos hoje nenhum sistema estadual que seja FEBEM. O último que nós tínhamos era a FEBEM de São Paulo que se transformou em Fundação Casa no final do ano passado. Mas nós temos uma situação preocupante que é a crescente tendência de aumento na internação. Nos últimos dez anos nós tivemos um crescimento de 360% nas unidades de internações e chegamos ainda a um déficit de vagas cerca de três mil vagas deficitárias. O que demonstra que quanto mais unidade de internação se constrói, e construímos muitas, em 2002 nós tínhamos 190 unidades de internação, hoje nós temos 366 unidades de internação. Praticamente duplicamos em quatro anos essas unidades. E, portanto, nós não podemos enfrentar a violência juvenil simplesmente com encarceramento.

Daqui a pouco nós vamos transformar as nossas cidades em novos cenários, assim como transformamos aí na década de 70 na construção de gigantes manicômios na época em que a reforma psiquiátrica iniciou. Passando adiante, nós temos ainda uma situação anômala que 40% dos Estados brasileiros não têm ainda instituições especializadas em medidas sócio-educativas. São grandes fundações aonde elas atendem de um lado medidas protetivas, como, por exemplo, a brigarem, e do outro lado medidas sócio-educativa, e isso contraria o que o ECA afirma que é a Constituição de fundações ou de instituições especializadas no seu público alvo. Nós temos também nas capitais brasileiras não há programas municipalizados de medidas de meio aberto como se preconiza no ECA. Quer dizer, nós temos hoje 60% das capitais que não têm esses programas municipalizados. Ou são iniciativas isoladas de algumas ONGs parcialmente municipalizado e nós sabemos que a maioria dos adolescentes internos provem justamente destas regiões que são as capitais. O que é que acontece quando você não tem esse atendimento em meio aberto? Você não consegue interromper a trajetória delitiva. Ali onde o menino cometeu um delito mais leve e que

poderia ser acompanhado por uma liberdade assistida, uma prestação de serviço à comunidade e interromper a carreira delitiva, o que nós temos é: O menino descumpra a medida de meio aberto porque ela não é bem acompanhada, quando chega novamente a uma outra audiência com o Juiz, o Juiz agrava a medida e coloca esse menino na internação.

Passando adiante, aqui tem a evolução das internações no sistema sócio-educativo. Aqui vocês observem que essa evolução é crescente em qualquer região do Brasil com maior crescimento na região do nordeste, que ultrapassa bastante o total brasileiro que é de 363%, mas a bem da verdade, a região nordeste concentra uma grande proporção de população jovem e ela ainda estaria na média entre população de internos e população jovem. Aqui tem um gráfico que permite a gente fazer uma comparação entre o sistema sócio-educativo e o sistema penal em número de internos em taxas, em total de unidade, em regime aberto e no déficit de vagas. Aqui algumas peculiaridades, eu vou deixar esse material para os Parlamentares analisarem, dos últimos levantamentos. Aqui está o déficit de vagas que nós temos. Observe que São Paulo não é o maior déficit de vagas que nós temos contrariamente ao que se imagina. São Estados aonde nós temos hoje os maiores problemas. São Pernambuco, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais.

Aqui observem que está sinalizado em azul. Nesses Estados está observado uma diminuição do número de internos. São Paulo conseguiu nos últimos dois anos diminuir em quase 11% o seu percentual de internação, o que é uma excelente boa notícia, considerando a complexidade desse sistema. A exemplo também da diminuição também no Rio Grande do Sul e do Distrito Federal. Aqui nós temos um ranking dos Estados de 1 a 27, que posição ele ocupa. Não dá tempo de examinar. Mas nós temos ainda na proporção brasileira observe que se usa ainda muito a internação, que ela é 80%, quase, a modalidade mais utilizada e nós temos uma baixa utilização da semiliberdade no sistema sócio-educativo. Nós temos hoje cerca de 700 vagas sobrando em semiliberdade que o judiciário não faz uso na aplicação da medida, possivelmente em decorrência do mito da periculosidade do adolescente.

Aqui nós temos um déficit por capacidade de atendimento, adiante, adiante, uma situação bastante irregular, nós temos cerca de 700 adolescentes em cadeias públicas hoje. Queria só chamar atenção que nesse déficit de vagas, se nós tivéssemos uma opção pelo encarceramento, nós teríamos um custo de 291 milhões para atingir esse déficit.

Não sei se vocês sabem, mas o per capita de atendimento/mês de um adolescente ele custa quatro

mil e quatrocentos reais. Pesquisa recentemente concluída por nós em parceria com o Unicef no ano passado. Ora, quantas famílias brasileiras podem destinar quatro mil e quatrocentos reais por mês a um filho adolescente? O que é que justifica que esse adolescente não tenha uma escolarização de qualidade, não tenha profissionalização de qualidade? (soa a campainha) Então nós temos um problema de gestão do problema sócio-educativo. Eu só queria mostrar adiante. Adiante, por favor, aquela anterior. O orçamento da SPDCa, na área sócio-educativa, na última gestão foi de 63 milhões. Ou seja, nós levaríamos aproximadamente... Como nós temos um déficit de quase 191 milhões para obras, se o Governo Federal bancasse sozinho essa ampliação do sistema, vocês podem calcular em quantas gestões seriam necessárias para conseguir cumprir o déficit.

Adiante. Mesmo assim, o programa sócio-educativo hoje ele soma quase 70% dos nossos recursos. Aqui são os gastos por Estados. Adiante. Eu só quero mostrar algumas cenas que talvez vocês não conheçam. O que é que o SINASE que é o Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo aprovado pelo CONANDA, ele hoje preconiza? Ele preconiza parâmetros arquitetônicos e parâmetros de atendimento. Parâmetros pedagógicos, como a gente diz. Parâmetros arquitetônicos as unidades não podem ter mais de 40 adolescentes. Hoje nós temos cerca de 70% das unidades que estão nesta... Já enquadradas dentro do SINASE. Eu gostaria de mostrar algumas das unidades como esta, que é projetada inclusive, são unidades dentro de um grande espaço físico para permitir maior circulação do adolescente nessa área física e ela segue alguns passos. O adolescente inicia nesse alojamento da acolhida, vai para um outro dormitório na segunda etapa da sua convivência que é o compartilhar, na terceira etapa que já é a saída de projeto de vida ele fica num alojamento separado. Essas fotos são de Tocantins, com uma grande área de lazer, de centro esportivo, que inclusive é referência para a comunidade, para o bairro aonde está localizada esta unidade. Com uma preocupação com a segurança, vocês podem observar hoje há inclusive presídios antigos que não têm a segurança que as novas unidades do sistema sócio-educativo tem, como guaritas, muros altos... Outra foto de um outro Estado, se não me engano é Minas Gerais. Aqui é do Pará. Observe que há um uso de cores também para... Inclusive alojamentos com nomes típicos da região.

Adiante. A escola daquela unidade... Há necessidade de que esses programas todos sejam inscritos nos Conselhos Estaduais dos Estados correspondentes. Há um plano individual de atendimento que

deve ser formatado na primeira etapa do atendimento desse adolescente na unidade. Os sinais e preconizações de várias áreas do Governo, inclusive hoje nós temos uma Comissão intersetorial com 12 Ministérios que compõem esta Comissão para que a educação, a saúde... Adiante. Assistência Social, o trabalho, emprego, Previdência Social, cultura, esporte, lazer, segurança, possam saber quais são seus níveis de responsabilidade.

Aqui algumas fotos da FEBEM de São Paulo, demonstrando de inserção de inclusão digital, de práticas esportivas, de oficinas culturais, de escola... Enfim, de lazer, das unidades femininas... Aqui o SINASE organiza por competência nos três níveis de Governo. Adiante. Há um conjunto de iniciativas que o Governo Federal vem fazendo no sentido de implementação do SINASE. Não vou entrar em detalhes. Adiante. O que eu queria sinalizar? Nós temos hoje, sim, alternativas de enfrentamento da violência juvenil que não passam nem pelo aumento do tempo de internação e nem pela redução de idade penal. Passa pela implementação do SINASE, passa pela aprovação do PL, de execução de medidas sócio-educativas. Essas sim são duas ferramentas necessárias para que o sistema sócio-educativo se reordene segundo esses novos parâmetros e que eram lacunas que o ECA não tinha. (soa a campainha) Obrigada.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra para o Dr. Nicolau Dino de Castro e Costa Neto que é Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República. Mas registro em Plenário também a presença da Srª. Maria da Assunção Barreto, que é políticas de envelhecimento. E naturalmente, como Conselheira dos Direitos Humanos aqui de Brasília.

SR. NICOLAU DINO DE CASTRO E COSTA NETO – Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, Senador Paulo Paim, cumprimento os Senadores Cristovam Buarque e Mesquita Júnior. Saúdo os companheiros de debate na pessoa do Dr. Carlos Moura aqui representando a CNBB. Nós vivemos hoje, e não vou aqui registrar nenhuma novidade, nós vivemos hoje numa sociedade sob o signo do medo. Uma sociedade que foi precisamente rotulada pelo sociólogo Ulrich Beck, como sociedade de riscos. Onde imperam as incertezas, as inseguranças, onde a única certeza é a certeza de que há muita insegurança. E nessa sociedade de risco, os seus componentes buscam refúgio em algum lugar. É próprio da natureza humana buscar salvação em algo. E a sociedade de risco, essa sociedade pós-industrial em que nós nos encontramos ela corre exatamente para o Direito Penal.

Isso é um dado que tem sido detectado em inúmeros Países. A sociedade pós-industrial, a sociedade de risco, a sociedade onde impera o medo e a insegurança corre para o Direito Penal, busca refúgio no Direito Penal como se ali fosse efetivamente o Porto Seguro para a resposta, para o clamor de segurança, de resposta aos atos de violência, e como um caminho certo para a promoção da paz coletiva.

Essa busca do refúgio no Direito Penal é caracterizada pela aplicação dos tipos penais. E é também percebida através dos movimentos de alguns segmentos da sociedade tendentes à elevação de penas, à criação de penas mais severas como a pena de morte, e agora no caso mais específico que nós nos encontramos ainda atordoados pelo trágico crime ocorrido no Rio de Janeiro em data recente, há também o clamor agora pela redução da maioridade penal com o objetivo de responder a comportamentos delitivos praticados por adolescentes com uma sanção penal, com uma pena de prisão, como se isso fosse o caminho para a segurança desejável.

Nós temos no Brasil, aqui já foi apontado, inclusive pelo representante da OAB, nós temos não apenas no Brasil, mas em todos os Países onde impera a sociedade do medo, nós temos um fenômeno, percebemos um fenômeno nos poderes legislativos desses Países consistente na necessidade de responder a esse clamor de segurança, isso é próprio do sistema. Aliás, é papel dos representantes do povo darem respostas efetivas e buscarem respostas efetivas para esse clamor. E aí nós nos encontramos, nós nos deparamos com aquilo que o justo filósofo Felix Herzog denominou de atividade legislativa temperamental. Segundo a qual há que se incrementar a Legislação Penal, há que se responder de forma mais severa, há que se criar algum bode expiatório para atender aquele clamor momentâneo geralmente decorrente de uma situação de grave instabilidade, de grave abalo à ordem pública.

Nós todos sabemos que isso não resolve. A atividade Legislativa temperamental não é o melhor veículo conducente a um sistema onde se possa ao mesmo tempo em que se responda efetivamente ao ato violento a criminalidade se possa também ao mesmo tempo recuperar ou buscar ao máximo essa ressocialização do criminoso, no caso específico de que nós tratamos a situação da criança e do adolescente. O nosso marco de maioridade penal é de 18 anos, e esse número não é um número mágico. Por que é que essa idade, por que é que esse momento da cronologia da vida das pessoas foi instituído como marco da responsabilidade penal? Isso é uma recomendação que remonta a 1949, do seminário europeu de Assistência Social das Nações Unidas que sinalizou esse momento da

vida da pessoa como um momento a partir do qual haveria até aquele momento, 18 anos de idade, haveria uma maior capacidade de reestruturação das pessoas que praticassem atos infracionais. É claro que se nós fôssemos analisar a questão sob o ângulo da capacidade de discernimento, essa maioridade poderia ser reduzida para 16, para 15, para 14, como ocorre em alguns Países. O critério não é esse, como bem colocou a Dr^a. Carmem Oliveira, o critério não é a capacidade de entender o caráter ilícito do ato. O critério não é o critério bio-psicológico à capacidade de discernir o certo e o errado. Uma criança de 14 anos tem plena capacidade, de 12 anos, tem plena capacidade de entender que não se deve subtrair coisas dos outros, que não se deve matar, que não se deve roubar, que não se deve usar drogas. A questão está, repito, na potencialidade, na capacidade de maior ou menor reestruturação. E uma criança ou um adolescente de até 18 anos tem uma capacidade de reestruturação muito maior. O que possibilita a sua reinserção sem a medida drástica de privação de sua liberdade. Aqui os dados são eloquentes. Não há capacidade de ressocialização das nossas penitenciárias. Um adolescente que ingressar num sistema penitenciário como o nosso sairá certamente pós-graduado em criminalidade. E é isso que nós queremos para nossas crianças e nossos adolescentes? Evidentemente que não. Por que responder ao ato fracional grave praticados pela criança e adolescente com a redução da maioridade penal? É preciso, e me permita ingressar em seara alheia, é preciso identificar quais são as causas que impulsionam a criança e adolescente para a criminalidade. Quais são as causas da criminalidade infantil. E aí nós vamos ter necessariamente que buscar uma figura própria da psicanálise, o romance familiar dessas pessoas. A expressão cunhada, salvo engano por Freud. O romance familiar das crianças e adolescentes em situações de conflito com a lei é dos mais trágicos. É dos mais desalentadores. Romances familiares de pessoas que vivem em favelas. Pais e mães mortos em situações de violência. Pessoas que convivem proximamente com o tráfico, com a criminalidade, e que certamente ingredientes esses configuram um caminho certo para qualquer sociopatia. Nós temos esse ambiente trágico e familiar e social como um elemento propulsor da formação de sociopatas. Pessoas que no futuro não terão, na sua vida adulta não terão capacidade, ou terão uma capacidade reduzida de percepção em relação aos princípios básicos de ética, de moralidade, de respeito às leis. É esse romance familiar que precisa ser revisto, que precisa ser relido, que precisa ser rescrito para que nós possamos pensar na redução da violência infantil, na revolução da criminalidade infantil, e não

simplesmente aumentar penas ou reduzir a maioria penal. Aliás, eu li recentemente um texto, um artigo de uma pessoa, uma cidadã que sofreu um assalto num semáforo no Rio de Janeiro, e era uma criança de cerca de 12, 13, 14 anos de idade, segundo o relato da pessoa, e portava uma faca, um punhal enferrujado e no sinal, vidro aberto, a criança colocou a faca no pescoço da moça e pediu bolsa, o dinheiro, tudo que tivesse de valor no carro. Ela atemorizada perguntou se poderia abrir o cinzeiro do carro, ele assentiu, ela abriu o cinzeiro do carro, não tinha dinheiro, ela sempre guardava dinheiro, mas tinha um pacote de chicletes. Chiclete de pêssego, de sabor pêssego, segundo ela relata. E automaticamente ele percebeu no olhar da criança a transformação, a conversão da fúria, da ira e do desespero, e identificou naquele olhar a criança que estava escondida por detrás daquela violência. E viu nela o desejo em ter o chiclete. Enfim, para resumir a história, o assalto se resolveu através por meio da entrega do pacote de chicletes. E a criança, agora sim criança, saiu satisfeita com o punhal e o chiclete. Isso revela o quê? Que é possível, sim, recuperar as crianças e adolescentes em situação de conflito com a lei desde que evidentemente haja investimento nessa área, desde que haja uma política pública voltada especificamente para a implementação de políticas públicas para a redução da criminalidade infantil. E nós também à luz da teoria psicológica não podemos imaginar que pulando degraus na hierarquia das necessidades, eliminando etapas na recuperação, nós não podemos imaginar que simplesmente encarcerando crianças nós vamos resolver o problema dessas crianças ou o problema da sociedade. É claro que não. Nós temos que resolver os problemas anteriores, os problemas antecedentes, o problema relativo à escola, à educação adequada, acesso à saúde, acesso... Enfim, acesso à cidadania.

Há alguns mitos, por outro lado, que precisam ser enfrentados, precisam efetivamente ser enfrentados, até com a tentativa de refutar ou desacreditar ou deslegitimar o movimento que na linha do Direito Penal teor(F) pretende resolver todos os problemas sociais através da ampliação de penas ou criação de mais tipos penais. E um desses mitos aqui referenciados pelo Dr. Jomar Macedo, representante da OAB, é de que não existem respostas estatais para a prática de crimes ou para a prática de atos infracionais ou que o ECA não funcionaria. Isso não é verdade. Aliás, nos dados apresentados pela Dr^a. Carmem de Oliveira também sinaliza para isso. Evidentemente que não é verdade. As medidas previstas no ECA podem sim ser suficientes para responder aquelas situações com vista à futura ressocialização e reeducação. A Desembarga-

dora Márcia Minanez Carneiro do Tribunal de Justiça de Minas Gerais tem um trabalho muito interessante em que ela compara o cumprimento de uma pena relativa a um crime de roubo praticado por um adulto e uma situação similar, um ato infracional correspondente ao roubo praticado pelo adolescente. Então diz ela: Um crime de roubo praticado por um adulto primário e de bons antecedentes, preenchem as condições subjetivas também para uma pena pequena sofrerá uma resposta de algo em torno de cinco anos a quatro meses de reclusão. Se esse cidadão preencher todos os requisitos objetivos e subjetivos, ele poderá obter o sursis(F) tendo cumprido até dois anos da pena. Ele poderá, não tendo havido violência ou grau de ameaça, vamos então aqui rapidamente abstrair o exemplo do roubo, ele poderá ter essa pena privativa liberdade substituída por uma pena alternativa, desde que essa pena seja correspondente até no máximo três anos. Se ele vier a ser encarcerado, ele poderá obter o livramento condicional tendo cumprido um terço da pena, ou ainda se permanecer preso, ele poderá obter a progressão tendo cumprido apenas um sexto da pena. O que significa dizer que ele poderá cumprir menos de dois anos em regime de encarceramento. Ao passo que um adolescente tendo praticado o ato infracional equivalente ao roubo poderá passar até três anos de internação, poderá sofrer a medida sócio-educativa de internação até no máximo de três anos. Ou seja, há situações em que a resposta estatal prevista no ECA pode ser muito mais rigorosa do que a resposta estatal prevista no Código Penal para os adultos. Logo, há que se desmistificar a idéia de que no ECA não existem medidas adequadas a respostas em relação aos atos infracionais. Existem sim medidas.

Outro mito que precisa ser descaracterizado. O mito de que a redução da maioria implicará a retirada do convívio social dos infratores que abalam a ordem social. Esse mito pode ser desacreditado também através de um dado coligido em Belo Horizonte, segundo o qual no final da década de 90, cerca de 29.8% dos atos infracionais eram praticados por adolescentes entre 16 e 18 anos. Ao passo que somando-se os atos infracionais praticados por adolescentes entre 14 a 16 e 12 a 14 anos, nós tivemos um resultado muito superior àquele percentual de atos infracionais praticados por crianças e adolescentes entre 16 a 18 anos. Isso significa que se houver a redução da maioria para 16 anos, os atos infracionais passarão a ser cometidos quase que na mesma intensidade pelos menores de 16 anos. 14 a 16, 23%. 12 a 14, 28%. Logo, reduzir a maioria para 16 anos não vai resolver também o problema dos atos infracionais praticados por crianças e por adolescentes.

Eu acho que o debate, Sr. Presidente, converge para aquela velha discussão entre a busca da efetividade ou o fetichismo da norma. O que a sociedade brasileira espera e necessita? Fetichismo? A sensação de que com a elevação das penas ou redução maioridade haverá maior segurança? A linha preconizada do Direito Penal do pânico, o Direito Penal do terror? Isso nos levará ao chamado Direito Penal simbólico. Direito Penal que funciona apenas na fachada. Nas prateleiras das livrarias e das bibliotecas. Nós não queremos, eu acho que a sociedade não espera, no fundo, no fundo não espera, muito embora possa verbalizar os seus sentimentos através desse caminho, mas ela não espera o fetichismo da norma. Quer sim efetividade. Efetividade em relação aos instrumentos que nós já dispomos e em relação também ao aprimoramento dessas ferramentas que aí estão. E alguns dados já em caráter de encerramento, alguns dados a guisa de propostas poderão ser apresentados. Como por exemplo, é sabido que o Estado possui graves deficiências em relação à sua capacidade de maiores investimentos nas áreas sociais. Isso é uma outra seara. Mas a nossa política fiscal impulsiona o Estado infelizmente a investir menos na área social como se isso fosse o caminho para o equilíbrio, o equilíbrio fiscal. Claro que esse debate pertence a outra seara. Mas se há escassez de recursos, eu acho que está mais do que na hora de se pensar no estabelecimento de Parcerias Público-Privadas na área de direito penitenciário. Ou seja, reinaugurar a fase, estabelecer, usar o moderno mecanismo da Parceria Público-Privada na construção e manutenção de penitenciárias ou de casas de recuperação de crianças e adolescentes. Outras propostas que poderiam aqui ser enunciadas. Projetos de Lei pendentes de aprovação no Congresso Nacional, no sentido do estabelecimento de maior efetividade para o sistema punitivo atualmente existente. (soa a campainha) Projeto de Lei 1.383 de 2003 que extingue a prescrição retroativa, uma prescrição que só existe no direito brasileiro e que tem por objetivo inviabilizar a aplicação das penas...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só informar que tem mais cinco minutos.

SR. NICOLAU DINO DE CASTRO E COSTA NETO – Irei concluir, Sr. Presidente. Projeto de Lei em curso no Senado Federal, que permite uma maior mobilidade do Estado no combate a organizações criminosas. Projeto de Lei já aprovado na Câmara e que aqui se encontra desde 2003. É o Projeto aqui nº. 67, salvo engano de memória. A Reforma Processual Penal que tem por objetivo dar maior agilidade à justiça penal para que as penas possam efetivamente ser aplicadas nos casos que se houver a sua necessidade.

Incentivos fiscais para empregadores que recrutarem mão-de-obra de ex-presidiários. Aqui foi dito, não sei se pelo Dr. Jaime ou pelo Dr. Jomar ou pela Dr^a. Carmem, qual é o empresário no Brasil que emprega ex-presidiário? Que tem vontade de empregar ex-presidiário? É uma questão que pode ser resolvida. E pode haver um estímulo estatal por via de incentivos fiscais. E por últimos, efetividade sim, efetividade no cumprimento de penas alternativas. Investimento no Poder Judiciário para que possa haver a fiscalização das penas alternativas que são aplicadas. E quando eu falo em investimento, eu não me refiro aqui ao recrutamento de mais juízes. Não. Isso precisa ser revisto urgentemente pelo Poder Judiciário brasileiro. Há no Brasil a errônea percepção de que o problema da morosidade e da efetividade passa pelo recrutamento de mais juízes. Isso é um equívoco. Há que haver um maior planejamento, uma melhor redistribuição de vagas dos juízes existentes. E há que haver investimento nessa atividade de fiscalização de penas alternativas. O CNJ tem uma grande responsabilidade agora no que se refere a esse planejamento e possibilitar a estruturação dos seus sistemas meio para que haja uma fiscalização efetiva nas penas alternativas que são aplicadas pelos juízes. Recrutamento de pessoal especializado nessa área. Psicologia, Assistência Social e todas as áreas correlatas para que possa haver efetividade no cumprimento das penas alternativas.

Eu acho que com essas e tantas outras propostas que serão aqui analisadas nesta Casa, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, nós podemos dizer, podemos dar uma resposta satisfatória à sociedade. Uma resposta satisfatória no caminho da efetividade e não no caminho da construção de mais fetiches. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu só quero registrar a presença, já está entre nós o nosso Senador Suplicy e do sempre Senador Eurípides, que já está aqui conosco também. E quero também registrar a presença do Joelson Dias, que representa a OAB no CONADE. Agora nós vamos para o último convidado, painelistas, e em seguida nós passaremos a palavra primeiro para os três Senadores, pela ordem de inscrição. Aí vocês podem optar. Senador Mesquita Júnior, Senador Cristovam e Senador Suplicy. Senador Cristovam e Mesquita vêm qual quer falar primeiro. Logo após ao nosso último painalista. Passo a palavra ao jornalista Vinícius Dônola. 20 minutos com a tolerância de mais cinco, se necessário.

SR. VINÍCIUS DÔNOLA – (pronunciamento fora do microfone) Sr. Presidente, é uma honra participar de uma discussão tão nobre, muito obrigado pelo convite. E suponho eu que o motivo que me traz aqui, tenha

sido, como o senhor relatou, uma reportagem que nós fizemos no Fantástico da semana retrasada sobre o que aconteceu com o menino João Hélio. Então me permita fazer aqui um relato um pouco do que foi o bastidor da cobertura da morte do João Hélio.

Nós estávamos, particularmente eu estava fazendo a narração, o acompanhamento de uma série sobre aquecimento global quando temos numa quinta-feira uma notícia, uma notícia que na sexta-feira, quando chegamos à redação, a dificuldade era como cobrir aquilo. Eu sou repórter há 19 anos e acho que nunca me vi uma situação tão complicada eticamente de falar “como eu vou trabalhar isso?”. E obviamente como repórter eu não sou o único a discutir a conduta, a linha de uma matéria, várias pessoas se sentaram para discutir como tratar esse assunto. E nós chamamos duas pessoas que foram os dois entrevistados nessa matéria que foi o Psiquiatra Benilton Bezerra e a filosofia Viviane Mosé. A partir dessa discussão com essas duas pessoas, nós decidimos fazer uma reportagem talvez um pouco diferente. Eu acho que a direção do programa foi extremamente ousada no momento que a gente podia errar a mão. Eu acho que a gente parou para refletir. Parou para refletir que sociedade é essa que a gente está construindo a partir de conceitos filosóficos e sociológicos. Então a gente se reportou ao passado. Cinco séculos antes do nascimento de Cristo, o ser humano começou a aprender a viver em cidades. Nós vivendo em cidades como vivemos hoje, isso lá atrás tínhamos benefícios do que viver isoladamente. Porém, para que usufruíssemos esses benefícios sugeridos pela cidade, nós tínhamos que estabelecer algumas regras de bom convívio. Nós tínhamos que estabelecer parâmetros, ou seja, normas do que é que é certo e do que é que é errado para que a nossa cidade e a nossa sociedade, como é entendida hoje, funcionasse bem. E esse bom funcionamento se deu ao longo de séculos. Até o momento que parte da sociedade, e isso a gente tenta traçar na reportagem, se viu privada dos benefícios que alguns tinham nessa cidade. E ali se deu aquilo que o senhor dizia, o contrato social, houve o rompimento de um contrato social. As regras que foram pactuadas, que foram acordadas, estabelecidas entre as várias pessoas que viviam nessa sociedade começaram a não ser cumpridas. E aí a gente entra num outro conceito. O conceito de desigualdade. Um italiano chamado Gini, criou uma metodologia para se medir desigualdade no mundo. E segundo a curva, o Índice de Gini, os dois Países mais desiguais do mundo são África do Sul e Brasil. E essa desigualdade gerou indiferença. Indiferença em duas mãos, em dois sentidos. Da classe dominante para os excluídos e dos excluídos para os dominantes. E essa

indiferença talvez seja a grande causa de tudo que a gente está vivendo. E talvez ela explique um pouco a maneira como os fatos se dão de forma cada vez mais cruel. Porque também é cruel o nosso olhar para o excluído. E o excluído a gente não pode esperar que ele nos enxerga, que ele nos ouça e que ele nos respeite de outra forma. Então foi essa discussão que nós tentamos levar ao ar no Fantástico de uma maneira serena sem o questionamento do aumento de penas ou diminuição da idade penal. A gente tentou parar para refletir. Que sociedade é essa que a gente está construindo? Que mundo é esse que a gente está estabelecendo pra gente? Principalmente aqui no Brasil. Uma sociedade caminha como um bêbado descendo uma ladeira. Ora ele esbarra no muro do certo, ora ele esbarra no mundo do errado e assim ele desce a ladeira. Só que a nossa ladeira, se é que ela ainda tem muros, esses muros estão muito longe um do outro, eles estão muito imprecisos. Talvez seja essa a palavra. Imprecisos. Senador, o que é que é certo e o que é que é errado? Acho que o grande questionamento hoje é ético. O questionamento é moral. É um questionamento muito mais do que policial. Que sociedade é essa que a gente está construindo? Que mundo é esse e como a gente parando para pensar pode tentar mexer um pouco nesse mecanismo? Eu me permito fazer uma breve apresentação, e em resumo foi isso que a gente tentou levar ao ar no Fantástico. É um desafio trabalhar numa TV como a TV Globo, uma TV aberta, e tentar falar de filosofia e sociologia para um público com vários rostos, com várias formações, com vários *backgrounds*, com vários... Um público diferente.

Então, eu acho que foi ousado, a decisões da casa foi ousada e a gente recebeu um retorno dos telespectadores por e-mails, por telefonemas muito interessantes. Porque talvez seja uma discussão muito mais profunda a de reformular uma coisa chamada moral. É pensar como a gente está agindo nos nossos comportamentos rotineiros de forma a evitar ou contribuir para que isso aconteça mais uma vez.

Então, é uma breve apresentação. Eu agradeço mais uma vez. É uma honra e estou aberto aqui ao debate. Obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Nós vamos começar o debate com o Plenário. Em primeiro lugar falarão os Senadores. Poderão dar o seu ponto de vista e também questionar a Mesa. Aí vamos estabelecer aqui um debate. Sem nenhuma preferência, o Senador Mesquita Júnior gentilmente já apontou. Mas eu gostaria que então mediante esse entendimento feito aqui no olhar que o Senador Cristovam fosse o primeiro a falar até porque ele é um

signatário junto ao Senador Mesquita desse Requerimento e preside a Comissão de Educação. É um ciclo de debates que faremos nessa Comissão, na Comissão de Educação e na Comissão de Assuntos Sociais. Muito parecido com tudo que se falou aqui na Mesa e que fechou agora aqui o nosso jornalista Vinícius, convidado. Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– Presidente Paim, eu quero primeiro felicitá-lo por esse debate, ainda que acho que deveria ter vindo alguém que fosse a favor da redução da maioria. Porque eu gostaria de ver quais são os argumentos que eles podem nos trazer. Mas eu felicito por essa Mesa, até porque a minha posição é muito parecida com a de todos que falaram. Lamento é que tenha feito até antes. Era impossível por diversas razões. Mas essa Mesa e essas falas sendo levadas para o Brasil, como eu espero que tenha sido, não sei se foi transmissão direta. Foi. Eu creio que pode ajudar o Brasil a refletir um pouco.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só para informar, foi direto e estamos ao vivo direto.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– Muito bem. E eu quero começar atrás para frente os meus comentários sobre as exposições, inicialmente pelo Vinícius. Ele trouxe algo que está faltando no debate por aí. É a idéia desse quadro de não mais de desigualdade, mas de diferença que há no Brasil de hoje como havia na África do Sul entre brancos e negros. Hoje é entre incluídos e excluídos. Nós não somos mais uma sociedade apenas desigual. Nós somos uma sociedade de castas. Obviamente com algumas pessoas estão numa cinzenta sem a nitidez das castas na Índia. Mas eu temo, Vinícius, que a gente esteja caminhando para além da diferença e cair na dessemelhança. Quando a gente vê aqueles jovens, meninos, menores, como quiserem chamar, arrastando um pequenininho amarrado num carro é porque eles de dentro certamente já não se consideram semelhantes àquele que estava fora. Agora, quando a gente vê todos nós fechando os olhos a centenas de milhares de meninas prostituídas, é porque nós também não estamos tratando essas crianças como semelhantes. A gente não aceitaria uma coisa dessas se estivéssemos o sentimento de semelhanças em relação a esses excluídos. Quando a gente fecha os olhos aos que morrem de fome, aos que não vão para escola, um milhão e meio não está matriculado. Aliás, esse é um País que comemora ter 95% das crianças matriculadas. Em vez de pedir desculpas porque 5% que nem matriculadas estão. E sem levar em conta que esses 95% estão matriculados, mas não freqüentam.

Quando freqüentam não assistem às aulas. Quando assistem, não tem dever de casa, não estudam. E mesmo quando estudam e terminam o ensino, é sem qualidade. Só 33% terminam o ensino médio. 33%. E a gente paga, como disse a Dr^a. Carmem, quatro mil e quatrocentos por mês para uma criança que esteja num sistema presidiário. Custariam dois mil por ano para ter a criança em horário integral. O Brasil, hoje, não gasta mil por ano, não chega a mil por ano na escola pública. E gasta quatro mil e quatrocentos por mês para corrigir o problema que criou ao não gastar um pouco mais na educação.

Então, o problema maior de todos é que a gente insiste em não ver o problema. É um País avestruz. A gente quer esconder os problemas com pequenas soluções. A gente diz: Vamos baixar a maioria e resolver o problema, quando você mostrou que o problema é muito mais profundo. É um problema de estrutura de classe, é um problema de segregação social que esse País tem que faz com que uma parte da população estranha a outra. Os incluídos estranham... Estranham no sentido de não ser como dos nossos. Estranha ao tolerar a desigualdade, a miséria, a pobreza, a fome, a falta de saúde, a educação. Tanta notícia, e o Dr. Jomar tocou nisso, que mostram como os pobres estão sendo torturados, sofridos. Eles estão sendo arrastados, metaforicamente, em carros. Uma criança abandonada é uma criança arrastada ao longo do tempo. Não fisicamente, moralmente, psicologicamente, economicamente porque não vai produzir nada no futuro. Ou seja, uma parte da sociedade, da criança brasileira, está ficando para trás. Esse ficar para trás é uma forma de ser arrastada nas ruas do ponto de vista da moral, da formação, da educação. Há um processo de assumir o *Apartheid* no Brasil.

O *Apartheid* implícito, tolerado, mas começa a ser explícito. E a gente não está enfrentando isso como deveria. Há solução para enfrentar isso? Eu continuo insistindo. Pode ser mania, pode ser falta de imaginação para o resto, mas eu não vejo outra a não ser a nota só da educação. Não vejo. Criar emprego. Não vamos criar emprego para crianças. Aliás, é uma das soluções que proponho por aí. Que mostro o estranhamento. Lugar de criança é na escola, não é no emprego. A gente vê empresas se vagloriando de dar emprego para crianças. O Governo Federal fez um programa de primeiro emprego para crianças, quase. Em vez de colocar essas crianças na escola. E eu não vou dizer que não é necessário em alguns momentos esse emprego como uma solução paliativa. Mas a solução real é desde os quatro anos na escola. Em horário integral. Não tem outra hoje. Eu não vejo outra revolução. E eu fecho no que se refere ao Vinícius

nessa idéia. A gente precisa de uma revolução. Não é de redução da maioridade. A revolução hoje pra mim não é desapropriar nada, não é estatizar nada. Não é nem mudar os fundamentos da Política Econômica. A revolução hoje é a educação. Dois mil reais por ano a gente faz essa revolução. E eu nem defendo que se pule de mil para dois mil rapidamente. Não, não pode ser. Tem um prazo. Se amanhã chovesse dinheiro no quintal de uma escola virava lama na primeira chuva. Esse dinheiro precisa se transformar no cérebro. Chegar ao cérebro das crianças. Para chegar lá precisa de um processo que não dá para se absorver rapidamente. Se amanhã a gente disse: Vamos colocar computador em todas as escolas. Na outra semana a metade teria sido roubada. E a metade que ficasse, metade os professores não saberiam usar.

Então, não dá para fazer isso de repente. Vamos dobrar o salário dos professores. Muitos não vão conseguir transformar o aumento de salário na melhora da educação, porque não estamos preparados. Tem um processo.

Quanto ao Dr. Nicolau, eu anotei aqui que... Eu gostei do tratamento técnico que deu para o problema do que acontece se a gente reduzir a maioridade. O que tem muito a ver com o que a Dr^a. Carmem colocou falando dos Estados Unidos. Nos Estados Unidos, nem sei se tem o limite de maioridade ou se desde pequeninho já pode ser considerado se cometer crime. E lá não é uma sociedade que a gente queira copiar do ponto de vista da paz. É uma sociedade violenta. Lá vai preso o menor. Mas o País onde a gente mais vê meninos chegarem com o revólver e matar os colegas e depois se suicidar é nos Estados Unidos. A gente fala muito no terrorismo que vem de alguns militantes islâmicos. Mas fora as duas torres, o maior de todos os terrorismos foi o americano que fez quando derrubou aquele prédio, não me lembro em que cidade. Em Oklahoma. Que se e negou inclusive a apelar... Isso é um dado importante. Foi condenado à morte. Disse: Não vou apelar. Quero morrer mesmo. Ou seja, a pena de morte não vai trazer resposta para reprimir o crime daqueles que não dão mais valor à vida.

Eu gostei muito da fala da Dr^a. Carmem e gostei quando ela falou numa coisa que é até uma pergunta que eu faria depois a todos, de que a gente não pode mudar a lei por causa de uma exceção ou de algumas exceções. Ou seja, existem menores criminosos. Um dia desses eu disse e reclamaram: Existem menores bandidos. Disseram que eu não devia usar a palavra. Mas existe. A gente pode até discutir de quem é a culpa. Se é do pai, do sistema, do Presidente. Mas existem. A gente não pode por causa desses fazer uma lei para todos. Mas a minha pergunta, e eu já adianto, é: Mas

não daria para a gente, mantida a idade penal em 18, tratar diferentemente alguns menores que de fato se saírem de um sistema prisional quando chega aos 18 anos, três anos depois de cumprir sua pena ele presente ameaça? Não dá pra gente perceber que ao mesmo tempo que não se pode ter uma lei com base na exceção, é preciso ter exceção dentro da lei? E quem definiria essa exceção caso seja aceito que existe. Um Juiz sozinho? Uma corte especial para julgar o caso desses meninos? Eu acho que valeria a pena a gente discutir, não se baixa ou não a idade apenas, está na discussão temos que discutir. Eu não sou a favor de colocar isso escondido. Mas não baixando, a gente não poderia ter tratamentos específicos para casos específicos? E eu não falo a idéia de crime hediondo. Eu falo de criminosos que ameaçarão a estabilidade social. Que ameaçarão a vida de outras pessoas se eles forem soltos. Até porque esse negócio de crime hediondo eu começo a achar que a gente está fazendo algo estranho. Hoje em dia existem dois tipos de crimes. Crime é crime. Existem os crimes que horrorizam e os crimes que já não horrorizam. Ou seja, o assassinato deixou de ser grande crime. É um crime. Grande crime é matar esquartejando, matar arrastando uma criança. O crime hediondo é um conceito de tolerância, já. Todo crime deveria ser hediondo. Não existe. O crime que não for hediondo a gente passa a aceitar na lei. Mesmo assim eu defendo que continue a categorização de hediondo porque a gente chegou a um ponto que há certas coisas específicas. E volto a insistir no dado que ela deu: Quatro mil e quatrocentos reais por mês custa uma criança depois de cometer o crime. E mil está custando uma criança por ano que não comete crime.

Quanto ao Dr. Moreno, a mesma coisa. Eu achei muito interessante quando o senhor falou lembrando quantos crimes ocorreram categorizados de hediondo e que ninguém levantou a idéia da pena de morte. Eu estava esquecendo disso.

Então, há sim um conteúdo de casta quando se pede redução do crime hediondo no momento que é cometido por um bandido. Eu faço questão de usar a palavra dura, que vem das camadas mais baixas. Isso não o desculpa. Em nenhuma hipótese. Mas por que é que desculpa para os outros se tem até pena quando comete crimes alguém que vem da casta superior? Como o incêndio ao índio, que o senhor citou, como essa menina que matou o pai a paulada? Tem tudo de hediondo. Mas não houve esse sentimento de pedir para reduzir a maioridade. Nem para ser tratado diferentemente.

E ao Moura, simplesmente lembrar a sua defesa à Constituição mas que a gente precisa transformá-

la em realidade. Não precisa... Vamos lembrar que o Brasil teve uma boa Constituição, a sua primeira em 1823. Mas que tolerava a escravidão com a maior naturalidade. Aliás, não só a nossa Constituição. Símbolo da democracia, os americanos ficaram quase cem anos com a Constituição que permitia normalmente o uso da escravidão.

Então, de pouco adianta a Constituição se a gente não ler que ela é para todos. E hoje a gente não está lendo que ela é para todos. Hoje ela é para aqueles que têm acesso a influir aqui dentro através dos grupos de pressão que têm poder de influir junto ao Presidente da República, ou seja, é uma Constituição de um País dividido em casta. Dentro da linha do que o Vinícius tocou.

Eu quero dizer que fico feliz de ter assistido esse debate e gostaria que muita gente desse País tomasse conhecimento das posições de vocês. Lúcidas, indignados vocês estão com a criminalidade, não estão aqui para passar a mão na cabeça de ninguém, mas ao mesmo tempo procurando dar uma lucidez a esse problema, e trazendo o problema para sua real dimensão. Um problema muito mais profundo do que uma questão de um artigo que define a maioria penal nesse País.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra ao Senador Mesquita Júnior, em seguida o Senador Suplicy. Depois a Mesa se posiciona. Enfim, qualquer um dos convidados poderá expressar o seu ponto de vista, respondendo. Em seguida vou abrir para quatro entidades para que façam as suas perguntas. Senador Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Caro amigo Presidente, Senador Paim. Demais colegas, Senador Suplicy, Senador Cristovam, quero cumprimentar a Dr^a. Carmem e os demais painelistas que conosco refletem sobre um tema tão difícil no Congresso Nacional e na sociedade brasileira. Eu coincidentemente também eu começo a minha fala pedindo licença para me reportar a algo que disse o Vinícius, porque de alguma forma eu me vi na sua situação, Vinícius. Quando você fala da dificuldade que foi produzir o programa, falar de filosofia e de sociologia para um público tão diverso, como é o público na sua emissora. Eu digo que me vi na sua situação e na sua circunstância porque essa aqui é uma Casa política, como se diz. No Brasil, nós temos algumas deformações, algumas inclusive acentuadas. E no que diz respeito à política, muito acentuada. Política, em regra, no Brasil, é algo que se realiza e se consuma na realização de pleitos eleitorais. Via de regra.

Quando eu assumi o mandato, Vinícius e companheiros e companheiras, eu assumi com uma pre-

ocupação de dar... De exercitar a política de forma continuada. Eu acho, por exemplo, que a realização de uma audiência dessas, no Senado Federal, é dos momentos que eu reputo da maior importância nessa Casa. Aqui, como disse o Senador Paim, não há de parte dos Parlamentares especialistas em regra, principalmente num assunto como esse. Poucos aqui militam ou conhecem a causa com profundidade. Então a realização de audiência como essa assume uma importância muito grande. É bom que as pessoas atenham para isso. E por isso o meu reconhecimento mais uma vez aqui à iniciativa do Senador Paim, de provocar um debate dessa natureza, trazendo aqui pensadores e especialistas, profissionais que militam na área. E eu... Como eu estava dizendo, no início do meu mandato, eu me impus a obrigação de exercitar a política de forma continuada. O que é que isso representou na prática? Imaginamos a oferecer à população do meu Estado de forma muito reduzida, logicamente, imagine a audácia: Um curso a distância sobre política. E com a ajuda dos colaboradores do gabinete, particularmente do professor Otaciano Nogueira, que nos oferece a sua inteligência, organizamos um curso sobre política em dez fascículos e a dificuldade que o você teve de imaginar como isso repercutiria, no seu caso público de uma extensão incrível, no meu de forma muito mais reduzida. Mas é aquilo, o ser humano tem sempre uma cargazinha... Eu não digo de... Sei lá. Eu achava que apesar do esforço em promover e acreditar naquilo, a gente fica sempre receoso da receptividade da coisa. Imaginem as senhoras e os senhores que tiramos aqui na gráfica do Senado o primeiro fascículo, o custo na verdade significou um passeio ao longo da história, desde a Grécia até os dias de hoje, no campo da ciência política, da filosofia política, da sociologia política, o destaque dos principais momentos da história, dos principais pensadores, e por aí. O primeiro fascículo, tiramos mil exemplares. E para encurtar a história, já no terceiro fascículo a demanda cresceu demais. E eu estourei inclusive a gráfica, a minha cota aqui na gráfica do Senado. E isso me trouxe uma alegria muito grande. Porque a gente luta sempre contra alguns mitos de que a população não está interessada em alguns assuntos. Que a população não... Filosofia política, ciência política. E acreditem os senhores, esse curso foi um sucesso na minha terra. Tivemos... Não Audiências Públicas, mas momentos. Realizamos debates em três Municípios. Os três maiores Municípios do Estado sobre o tema. Com participação ativa dos participantes do curso, da sociedade... Eu cheguei inclusive a levar colegas aqui para encerramento do curso, em palestras.

Ou seja, o que eu quero dizer e concluir com isso é que é importante que toda a sociedade participe desse debate. E momentos como esse aqui, segundo o Senador Paim, com transmissão pela TV Senado, eu creio que estamos todos nós aqui num chamamento importante para que a sociedade participe desse debate. Olhem, a última vez que eu estive aqui no Senado Federal numa atividade de trabalho sentando ao lado do Senador Buarque, ele me falou de uma experiência dele enquanto Ministro da Educação de ter instalado numa dependência do MEC uma sala, uma sala absolutamente escura programada para mostrar a quem percorria determinado circuito o que representa o analfabetismo. O que representa uma pessoa analfabeta. Qual é a sensação que ela tem de não saber ler a indicação de uma placa de ônibus, de não saber pegar um jornal e escolher uma oferta de emprego. E até em homenagem a esse grande entusiasta da educação no Brasil, grande pensador, eu trouxe nesse final de semana, Senador Buarque, avistei um *outdoor* lá na minha terra que eu achei muito interessante. Era de um curso de línguas. O *outdoor* dizia o seguinte: “Se você pensa que a educação é cara, imagine o custo da ignorância”. E eu achei... Eu trouxe isso em homenagem ao Senador Cristovam, principalmente a ele. Porque olha, está aqui a chave da coisa. Imagine o custo da ignorância. Ignorância que nós estamos envolvidos até o pescoço. Aquilo que a Dr^a. Carmem dizia e o Senador Buarque fez questão de repetir, o custo de um jovem mantido sob determinadas condições custa quatro mil e tantos reais, o custo de uma criança, de um jovem, digamos, submetido a um processo educacional custaria mil reais. Então se você pensa que a educação é cara, imagine o custo da ignorância.

Não quero aqui me estender mais ainda. Eu queria só de forma muito objetiva oferecer algumas sugestões, Senador Paim. A gente observa que com todo o problema que nós temos na nossa rede escolar, o ambiente escolar, por exemplo, o ambiente escolar com raríssimos episódios, se você considerar todo o contexto, raríssimos episódio de violência. O ambiente escolar. E, no entanto, você adentra aí numa instituição como essa, FEBEM, CAJE, etc, a coisa é exatamente o contrário. É o ambiente da violência. É o ambiente da desumanidade, é o ambiente em que as diferenças que o Vinícius apontou e enxergou quando ele resgatou o histórico da... é a existência mais aguda da questão moral e ética na nossa sociedade, da diferença em que existe entre as pessoas.

Então, eu fico imaginando aqui se não seria o caso de transformarmos essas instituições... Agora, transformar de forma efetiva mesmo. Não só no discurso. Transformarmos de forma efetiva essas instituições que

abrigam menores infratores, em instituições de ensino. A Dr^a. Carmem nos exibiu aqui experiências no Tocantins e em alguns outros lugares muito interessantes. Agora, imagine se essas instituições passassem a ter um outro foco. O foco que elas têm hoje é o da contenção. O Dr. Moreno se referiu a depósito. De fato, a grande maioria delas se constitui em depósito de jovens. Assim como nossos presídios se constituem em depósito de seres humanos. Imagine se a gente muda esse foco. Ao invés de depósito de jovens, confinados ali, a gente não... A gente dá um outro sentido à coisa. Instituições de ensino, por que não? Instituições de ensino. Eu creio que as entidades que representam os interesses de crianças, de adolescentes, eu acho que já é hora, já é tempo. Por exemplo, a Constituição, como disse o Dr. Moura, através do art. 227, ela diz que é dever da família, da sociedade e do Estado a proteção da criança e do adolescente em medidas com vistas a fazer com que o seu desenvolvimento seja o melhor possível. Há outros dispositivos da nossa... Na lei, na nossa Constituição, que quando feridos, entidades... Direitos dos trabalhadores, por exemplo. As entidades vão ao judiciário pedir para que aquele direito seja assegurado. Ou individualmente propomos um mandado de segurança para garantir determinados direitos e... E por que não as entidades não provocar o Judiciário? Essas entidades. Alguém pode dizer: Ah, Geraldo, isso pode ser inócuo. Eu sei lá se será inócuo. Acho que já é hora, Dr. Moura, essas entidades provocarem o Judiciário, para que o Judiciário por sua vez dê uma sacudida nessa certa letargia que ocupa a todos, e passe a fazer com que o Estado, com que a sociedade, com que a família se veja na circunstância de ser compelida a cumprir esse dispositivo.

Eu diria, para concluir, que o feito, o formato dessa nova instituição que eu vislumbro, ela teria que funcionar com mecanismos que o Senador Cristovam sempre propõe. Um dia desses, ele estava propondo aqui, ao contrário do que muitos fazem, de exigir do Estado uma indenização por ter lutado contra a ditadura, por exemplo. Eu aqui, não vai nenhuma crítica àqueles que assim se comportam. Mas muitos, apesar de rigorosamente terem direitos a isso, não acionaram o Estado, o Judiciário, e não propuseram nenhuma indenização porque entenderam que o que fizeram foi por uma questão de consciência política, moral, e, portanto, não se... Não poderiam se prevalecer dessa circunstância para exigir qualquer indenização. O Senador Buarque estava propondo dia desses uma indenização para quem se alfabetizasse no nosso País. Eu trouxe esse assunto à baila, e agora realmente concluindo, Senador Paim, desculpe me estender tanto, mas para propor, Sr. Presidente, que essa nova instituição

adote esse mecanismo. Por exemplo, o tempo em que uma criança dessa, um jovem desse permanece numa instituição depende do seu aproveitamento escolar. Depende da superação. Se é analfabeto, depende de se alfabetizar. Se já é alfabetizado, depende de concluir o básico. Se já concluiu o básico depende de... Ou seja, numa gradação. E o seu tempo ali naquele estabelecimento seria reduzido à proporção do seu envolvimento e do seu aproveitamento naquele estabelecimento. Eu creio que assim isso resolveria todos os problemas de violência no País? Não. Eu sempre vejo questões dessa natureza, eu sempre enxergo perspectivas assim, de curto prazo, de médio prazo e de longo prazo. Eu creio que há medidas que possam ser tomadas para que a gente alcance resultados de médio prazo, de curto prazo e de longo prazo. O fato da situação ser tão grave e que exige de todos nós, da sociedade, do Estado, das famílias, uma imediata ação no que diz respeito ao envolvimento e o engajamento de toda a sociedade num processo educacional nesse País, não significa dizer que a gente não tome medidas que levem a soluções de curto prazo e de médio prazo. Esse é o grande objetivo que a gente tem que alcançar. Mas existem outros.

Então, dito isso, eu queria agradecer, inclusive, o privilégio de ter estado aqui, participado dessa audiência, ouvido ponderações absolutamente relevantes para que a gente possa exercitar a política nessa Casa. Política é isso pra mim. Alguém já disse que a política é uma ferramenta. É um instrumento que nos permite decidir se o mundo tem que ser como a filosofia política, por exemplo, sinaliza, ou se o mundo deve permanecer como a ciência afirma. Isso é assim. Eu acho que a política é esse instrumento que a gente utiliza e tem que utilizar para decidir se o mundo deve ser de alguma forma ou deve permanecer como está para que a sociedade, para que a vida em sociedade mude e alcance níveis de satisfação cada vez maior. Desculpe mais uma vez me estender tanto e muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos de imediato a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Quero também, Presidente Paulo Paim, cumprimentá-lo e a toda a Comissão pelo conteúdo tão importante das reflexões que nos foram encaminhadas pelos cinco membros deste painel. Cumprimento Conselheiro Jomar Alves Moreno da OAB, Carlos Moura, Secretário-Executivo da Comissão Justiça e Paz, Dr^a. Carmem Oliveira, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Vinícius Dônola, da Central Globo de Jornalismo e Dr. Nicolau Dino de Castro e Costa Neto da Associação

Nacional dos Procuradores. E todos aqui expressaram ao mesmo tempo sentimento de solidariedade a todos que... à família, a todos que se comoveram tanto com a morte de João Hélio por forma bárbara, mas colocaram palavras que no meu entender são de bom senso. Eu quero dizer que diferente de alguns colegas no Senado que muito respeito, hoje não estão aqui, mas de maneira muito emocionada nesta reação que até mesmo fez com que as próprias escolas de samba no carnaval todas se manifestassem contra a violência, pois bem, mas eu estou muito mais próximo do ponto de vista que aqui foi externado que avalio seja de bom senso no sentido de que não é a diminuição da idade penal que irá contribuir significativamente ou mesmo contribuir para que haja menor violência em nosso País praticada por pessoas de qualquer idade.

Estou de acordo com a ênfase que o Senador Cristovam Buarque, Senador Geraldo Mesquita e Senador Paulo Paim têm expressado nesse sentido, todos estamos de acordo que é importante estar dando muito maior importância às oportunidades de educação para cada ser humano, cada criança, menino e menina, jovem, e para os adultos que não tiveram as oportunidades devidas quando eram crianças. Mas acho que como há uma reação tão forte da parte, de inclusive pensadores e intelectuais que nesses últimos dias foram chamados, eu gostaria de aqui provocar os painelistas, por exemplo, com respeito à proposta do Contardo Calligaris articulista da Folha que há poucos dias se mostrando um pouco perplexo com tudo isso avaliou que o Estatuto da Criança e Adolescente não estaria tão adequado. Isso foi comentado, sobretudo pela Dr^a. Carmem Oliveira, mas ele proporia que fosse uma comissão de pessoas sem defini-los exatamente quais é que iriam dizer se um jovem poderia ter apenas três ou mais anos até que fosse uma comissão de pessoas considerada aquela pessoa em condições adequadas de voltar a conviver no seio da sociedade. Não estou de acordo com essa proposição de princípio, mas como ele coloca para ser apreciada, então acho que seria interessante, pois se trata de um intelectual muito respeitado.

Renato Janine Ribeiro há poucos dias na Folha reagiu de tal maneira, ele que antes se colocava contrariamente à pena de morte como que aberto para pensar a respeito. Há poucos dias eu estive na China, Presidente, Senador Paulo Paim, e conversando ali com pessoas da direção do Partido Comunista chinês perguntei a eles: Mas afinal de contas, vocês aqui de vez em quando têm discutido a pena de morte? Pois são tantos os Países que têm abolido, na América Latina são poucos, na América do Sul acho que nenhum País, em Cuba existe, nos Estados Unidos existe, na

China, na Indonésia e assim por diante. Mas na comunidade, na União Européia nenhum País mais, e eu gostaria de saber se aqui dentro do Partido Comunista, se dentro da Assembléia Nacional Popular se está discutindo não mais haver a pena de morte. E ele respondeu-me que na tradição, na cultura de mais de cinco mil e tantos anos chineses se pressupõe que aquela pessoa que assassinou alguém normalmente deve ser punida com a morte, e dificilmente se mudará isso tão facilmente, ainda que agora somente a Suprema Corte popular pode decidir que vai limitar muito o número de penas tão altas que há dessa natureza. Mas ao argumentar eu até disse a ele que... Veja só, a última pessoa que foi condenada à morte e executada, enforcada recentemente em que resultou se não em cada vez maior violência, pois todos os dias desde que enforcaram Saddam Hussein no Iraque as bombas agora são seguidas com bombas químicas, explosões etc, me parece que se torna infundável a provocação de maior violência quando se utiliza o instrumento de violência para reagir à violência. E eu estou mais de acordo com a ênfase que muitos aqui tem colocado. Não é tanto a pobreza em si. Porque às vezes quando em locais onde pode haver pobreza, mas não tanto a tensão decorrente da disparidade extraordinária de renda e de riqueza, e justamente quando o Vinícius há pouco mencionou que verificou-se a situação desde os tempos de Confúcio há cinco mil anos quando se começaram a se formar as cidades e os grandes conglomerados urbanos, como os temos hoje nas regiões metropolitanas de nossas grandes capitais e ali onde a disparidade de renda e de riqueza se confronta da forma mais evidente é onde tem ocorrido o índice de criminalidade violenta muito maior.

Pois bem, o Vinícius mencionou o Coeficiente Gini. E com certeza, na medida em que se conseguir diminuir as disparidades de renda e de riqueza, nós caminharemos mais aceleradamente na direção de criarmos as condições de diminuição da violência. E é com este propósito que avalio e que será importante nós estarmos acelerando o dia em que será instituída neste País aquilo que já o Congresso Nacional aprovou e o Presidente Lula sancionou em janeiro de 2004. E aqui eu me refiro à proposição de se prover a cada pessoa, não importa a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil, ou mesmo socioeconômica o direito de todos partilharmos da riqueza da Nação através de uma renda que a ninguém será negada. Uma renda na medida do possível suficiente para atender as necessidades vitais de cada um. O acúmulo de cientistas sociais que têm estudado essa proposta levam todos à conclusão de que se trata de uma proposta racional, de bom senso que levará inclusive à diminuição do Coeficiente Gini

de maneira mais rápida do que pelos diversos outros métodos alternativos. Claro que estes são muito importantes como a Reforma Agrária, a ênfase na educação e a sua expansão e inclusive como um método para estarmos criando mais oportunidade de emprego e de levarmos a economia ao pleno emprego.

Então, eu queria dizer que os elementos que nos foram colocados hoje vão servir muito para os debates que estaremos travando em Plenário. Muitos dos elementos que a senhora nos trouxe aqui hoje vão nos servir para este debate, inclusive para o próximo dia 28, quando foi marcada na Comissão de Constituição e Justiça a votação da lei.

Então, todos os senhores e a senhora nos trouxeram elementos para esse debate que nos enriquecem muito. E para que estejam bem cientes da proposição que mencionei, eu vou a cada um dos painelistas dar o livro sobre a Renda Básica de Cidadania. Obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Nós vamos passar a palavra à Mesa para que eles possam fazer suas considerações sobre o que falaram os Senadores, e em seguida teremos quatro perguntas das entidades, e aí os convidados farão as considerações finais. A Mesa fala na ordem que assim entenderem, e o tempo que for necessário. Os que quiserem falar e que entender também que não tem mais nada a complementar... Então, a Mesa fica livre. Quem se habilita primeiro?

SR. NICOLAU DINO DE CASTRO E COSTA NETO – Sr. Presidente, eu pude identificar nas precisas intervenções dos eminentes Senadores um fio comum que é a constatação do profundo quadro de desigualdade social em que nós nos encontramos. Até pegando o mote aqui do jornalista Vinícius, ao expor a sociedade de diferenças, onde há muitas diferenças, e essas diferenças geram indiferença. Indiferença que, aliás, coincide com indiferentismo social próprio ideário neoliberal. Em que as pessoas vivem e cada vez mais num processo de “ensimesmamento” posso aqui inventar essa expressão, cuja única preocupação são suas própria pautas de necessidades. E isso é muito grave realmente porque essa indiferença é bilateral. É de lado a lado. Parece que esses mundos não se comunicam. O mundo dos morros, pouco, cada vez menos se comunica com o mundo da planície, da classe média, e cada qual encastelado e cada qual buscando resolver os seus problemas imediatos a seu modo. O que é grave é que a sociedade, de uma forma geral pouco se comove quando as violências são praticadas do outro lado do mundo. Pouco se comovem quando a polícia faz uma operação de busca e apreensão nos morros sem mandato judicial e invade casas de pessoas e ma-

tam pessoas. Mas há uma comoção quando a polícia às vezes cumprindo um mandato judicial invade, ou melhor, invade não, ingressa, autorizada judicialmente, ingressa na casa de um cidadão de classe média para cumprimento de uma medida de investigação.

Então, isso realmente é um dado preocupante. E eu acho que é o cerne de todo esse debate. As diferenças que geram e agravam a indiferença.

Em relação a duas propostas aqui que foram apresentadas, uma do Senador Mesquita Júnior, no que toca a propositura de ações para que se faça valer efetivamente o mandamento constitucional de acesso à educação, etc, etc, etc. Isso converge para a tormentosa discussão da judicialização da política. Nós temos no Brasil esse fenômeno contemporâneo. As questões relativas à implementação ou não implementação de políticas públicas tem cada vez mais freqüentado os foros no nosso País através de ações que são propostas inclusive e principalmente Ministério Público. Eu quero crer que isso seja um caminho, mas não o único caminho ou talvez não seja o melhor caminho. Porque... E aqui é uma confissão pública, eu acho que nós precisamos reconhecer que o grau de efetividade de uma Ação Civil Pública contra um Município ou contra um Estado para que ele implemente uma política de educação, a efetividade dessa ação será muito pequena se não houver do outro lado a vontade política de implementar a destinação de recursos e todas as outras medidas necessárias a que isso se torne realidade. Então não é só promovendo ação e o Judiciário julgando e determinando o cumprimento do mandamento constitucional que isso vai resolver o problema. Acho que talvez uma boa estratégia seja acreditar e incrementar os mecanismos de controle social. Participação social é fundamental nesse contexto. Inclusive educação. Então eu insisto naquele ponto do incentivo do estímulo a utilização cada vez mais de Parcerias Público-Privadas em situações em setores onde o Estado não tem se mostrado (soa a campanha) suficientemente capaz de adotar as medidas necessárias.

E por fim, em relação à intervenção do Senador Suplicy fazendo referência a um texto do psicanalista Contardo Calligaris, criação de comissões de avaliação para condições de retorno do jovem ao convívio social. Pode ser um caminho, sim, desde que essa Comissão tenha parâmetros minimamente objetivos para fazer essa avaliação e desde que haja um teto máximo para o cumprimento da medida sócio-educativa. Ela não pode ficar em aberto. O teto há que estar fixado abstratamente na lei e hoje perto três anos já aqui apontado por especialistas como um teto razoável para que a medida sócio-educativa seja implementada

e desde que ela seja efetivamente uma medida sócio-educativa e não simplesmente um encarceramento maquiado de uma criança ou de um adolescente. São essas as considerações, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Nós estamos aqui concedendo aos painelistas nesse momento cinco minutos para cada um. Passamos agora à Dr^a. Carmem. Aqueles que quiserem responder.

SRA. CARMEM OLIVEIRA – Acho que o resumo foi bem feito pelo Dr. Nicolau do que converge a opinião dos Senadores nesse cenário onde se produz a violência juvenil e em especial aquilo que nos traz hoje aqui que é o episódio envolvendo o João Hélio. Eu queria só trazer um adendo, até como pesquisadora da área da violência juvenil, que é nesse cenário aonde nós temos hoje uma situação muito ímpar na história da humanidade que é o grau de consumo. Ou seja, uma sociedade exacerbada no seu consumo como nenhuma das nossas gerações anteriores viveu. E de um lado a veiculação de uma certa estética juvenil globalizada como refere uma especialista na área que coloca os adolescentes suburbanos como fora de qualquer possibilidade de reconhecimento social. E aí o delito sem sombra de dúvidas é um atrativo, porque através do delito o adolescente consegue duas tacadas. Aliás, numa tacada consegue alvejar dois coelhos. Primeiro, ele consegue grana e ele consegue prestígio. Infelizmente ele se empodera através do ato delitivo.

Bom, queria pincelar algumas questões que curiosamente não sei se vocês sabem, mas o ECA define as unidades de internação como estabelecimentos educacionais. Esta é a definição que o ECA faz. Uma escola especial para atendimento diferenciado desta circunstância que envolve adolescência em conflito com a lei, e inclusive o ECA preconiza um princípio de incompletude institucional para esse estabelecimento educacional. Ou seja, ele vai precisar de outros parceiros nesse processo para não se constituir numa nova instituição total.

Então, é muito comum hoje no sócio-educativo que nós tenhamos parcerias de ONGs para trabalhar com projetos esportivos, com projetos culturais. Nós temos inclusive experiências em vários pontos do País com gestão compartilhada, com Organizações Não Governamentais que assumem a co-responsabilidade na gestão da unidade sócio-educativa.

Alguém se referiu, acho que foi a interpelação do Senador Suplicy, ou do Senador Cristovam, não lembro bem, sobre a possibilidade de que a gente constitua políticas diferenciadas para atendimento de um perfil mais agravado. Acho que esse é o grande desafio. Nós estamos preconizando uma política de atendimento

diferenciado dentro do sistema sócio-educativo. Isso não significaria de que a partir dos 16 anos, com crimes hediondos, como é a proposta do Senador Demostenes, já iria para o sistema penal. Porque nós não acreditamos que o sistema penal tenha em curto espaço de tempo condições de constituir esta política diferenciada. É um desafio para o sócio-educativo, mas acho que é muito mais difícil hoje o sistema penal dar resposta para isto.

Nós temos uma situação muito peculiar hoje em alguns Estados como São Paulo e Rio Grande do Sul que é o aumento da população na faixa etária de 18 a 21 anos. Isso corresponde hoje já a 25% do sistema sócio-educativo de São Paulo e 33% no Estado do Rio Grande do Sul. Por quê? Porque há uma tendência de maior tempo na internação, e o adolescente hoje está envelhecendo no sistema sócio-educativo. (soa a campanha) Por isso respondendo ao Senador Mesquita, nós não imaginamos que o adolescente tenha que ter determinadas condicionalidades como aumentar sua escolaridade para poder sair do sistema. Ele tem que responder pelo delito. Não pela sua trajetória. Porque a política sócio-educativa não deveria ser uma política compensatória. Quer dizer, ele cumpre a medida, ele vai para escola. Ele vai iniciar uma trajetória de profissionalização até mesmo de geração de renda fora da internação.

Queria também lembrar acerca da proposta do Contardo Calligaris de que tem três anos de internação o tempo máximo, mas também a possibilidade e via de regra isso acontece que na desinternação o adolescente ainda sai com uma medida de meio aberto. Então ele fica um tanto do tempo interno e ainda vai fazer prestação de serviço à comunidade ou liberdade assistida. Ou seja, ele pode ficar seis anos em cumprimento de medidas sócio-educativas.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Isso já é assim hoje.

SRA. CARMEM OLIVEIRA – Já é assim hoje. Gostaria de lembrar que um mês de internação desse adolescente, se a gente poupasse um mês de internação, isto possibilitaria que durante dois anos consecutivos ele teria uma bolsa de 200 reais para alavancar a sua trajetória pós-internação. Quer dizer, é completamente viável do ponto de vista financeiro.

Por último, lembrando que no dia 26, até com vistas à votação no dia 28 no Senado, o CONANDA, do qual estou presidindo no momento, estará realizando uma Assembléia Extraordinária debatendo com seis especialistas na área as proposta que estarão em votação no dia 26 e faremos uma intensiva corpo a corpo com os Parlamentares durante esse período. Lembrando que nós temos basicamente três propostas que é a

aprovação imediata, a apreciação imediata do PL de execução de medida sócio-educativa, implementação plena do sistema nacional de atendimento sócio-educativo e o não contingenciamento de recursos para políticas de direitos da criança e do adolescente, e ao contrário, o aumento de orçamento no próximo Plano Plurianual.

Finalizo dizendo que nós temos hoje lembrando uma máxima do Gandhi, e eu tenho um profundo respeito por esse líder pacifista de que a lógica vingativa ela tem um risco social muito grande. Afinal, olho por olho e acabaremos todos cegos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra ao jornalista Vinícius.

SR. VINÍCIUS DÔNOLA – Presidente, mais uma vez uma breve fala. O Senador Buarque falava agora pouco sobre o conceito de hediondo. É engraçado como a gente usa as palavras e uso anestesia a força delas. Isso também acontece com o fenômeno da violência. O costume com o ato violento nos leva à anestesia. Se temos, por exemplo, uma situação aqui hipotética. 30 anos atrás uma pessoa baleada e assassinada nos arredores de Brasília. Isso daria uma capa de jornal? Provavelmente sim. 20 anos atrás, Senador, para que pedaço do jornal iria essa notícia? 10 anos atrás? Hoje será que isso seria noticiado? Então, a anestesia com a qual, e eu digo sociedade e incluindo imprensa, na qual trabalho, na qual convivo, a sociedade aprendeu, eu aprendeu no sentido negativo do verbo, infelizmente, a conviver com a violência. E se anestesiou com isso. Então é extremamente curioso. Só me bota para pensar no conceito de hediondo e eu... Me vem o outro conceito de anestesia. Infelizmente a gente se anestesiou.

Aristóteles falava que a perplexidade leva ao pensamento. O que será que precisa acontecer para que a gente fique perplexo, para que a gente pense, para que a gente aja? Precisa acontecer o que agora? Então, a capacidade de reação ela tem que ser exercida num momento como esse que há uma perplexidade nacional, um choque nacional. E tomara que esse seja um golpe duro contra a anestesia, tomara que tenhamos essa oportunidade de sociedade de rediscutir isso de uma forma como aqui é discutido.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Dr. Moura. Em seguida o Dr. Jomar.

SR. CARLOS MOURA – O jornalista Vinícius faz lembrar o que acontecia em tempos passados. Quer dizer, havia jornais que nós dizíamos: “Se torcer sai sangue”. Hoje, se torcermos quaisquer dos jornais certamente o sangue será pingado. Porque as manchetes hoje todas só falam em violência. Os jornais televisivos nós costumamos chamar de painéis de horrores.

Quer dizer, a ênfase que se dá a qualquer violência. Evidentemente que aqui não vai nenhuma crítica, é apenas uma constatação de realidade. As páginas policiais dos jornais acabaram. Quer dizer, página policial hoje é manchete, quer dizer, é a primeira página dos jornais.

O Senador Cristovam trouxe a colação como de resto todos os outros Srs. Senadores, Senador Mesquita, Senador Suplicy, a desigualdade. A precisão de uma distribuição de rendas, a diferença. Mas há no País um grupo social que é a metade da população e que é diferente e que por causa dessa diferença é mais discriminado, é mais vítima do preconceito. Já foi dito aqui pelo Dr. Jomar. São pertencentes a esse grupo social e que somos nós os afro-descendentes e que enchemos e entulhamos as cadeias. Que somos aqueles que mais sofremos com as desigualdades. Eu queria nessa intervenção apenas mais uma vez denunciar o racismo e o preconceito de que os afro-brasileiros ou afro-descendentes são vítimas e mais vítimas do que os outros pobres brasileiros. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Dr. Jomar.

SR. JOMAR ALVES MORENO – Vou ser o mais breve possível. Apenas lembrando aqui para corrigir um equívoco que houve aqui na Mesa. A Comissão de Direitos Humanos defende com maior veemência, com a maior garra possível o Estatuto da Criança e Adolescente. Nós achamos que talvez não seja uma lei tão perfeita porque o Estado não aplica com perfeição.

O que nós criticamos com a maior veemência e com a maior contundência é que os órgãos responsáveis pela detenção, prisão dos menores, não agem como determina o Estatuto da Criança e Adolescente. Não educa, não profissionaliza, e não dá amparo psicológico, social e nenhum outro tipo de amparo. Essa é a nossa crítica fundamental.

Quanto à questão levantada pelo Senador Cristovam, de ter um grupo de técnicos para avaliar se um menor pode ou não ser condenado, que seria uma forma de exceção, o medo da Comissão de Direitos Humanos, Senador, é que qualquer exceção no nosso Brasil vire forma genérica. Vira generalização.

Então, o nosso medo é esse. Abrir uma exceção, abre-se a forma mais generalizada para condenar, para deturpar.

Então, a nossa principal preocupação, hoje, é garantir o que existe. Qualquer forma de exceção é um risco. É um risco principalmente para os que já são prejudicados, que são os menos privilegiados.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu vou abrir a palavra para quatro entida-

des, e dizendo sempre que os Senadores a qualquer momento tem a palavra livre.

Então, eu vou pedir um apelo para que cada entidade, dentro do possível, faça a sua pergunta, enfim, expresse a sua opinião dentro de três minutos. Se não der, claro que vou elevar para cinco. E quero já agradecer aqui, vou fazer uma homenagem à nação indígena na pessoa do Cacique Curobu, que quando ele estava para entrar lá embaixo, eles me perguntaram se ele poderia entrar. Claro que poderia. Ele está aqui acompanhando, tomando nota, dado por dado. E já combinei com ele, nós vamos ter uma Mesa específica dos discriminados. Alguém vai falar pela nação indígena. Ele será um dos agraciados. Um vai falar pelos negros, enfim. Vamos fazer uma Mesa, vamos discutir amplamente com a sociedade em que terão uso da palavra, aqueles setores mais discriminados da sociedade e a violência. Ele mesmo botou aqui no seu ofício que mandou, a violência urbana, os índios na área urbana. É algo para o debate. Então eu passo a palavra de imediato ao Sr. Ivônio Barros, Coordenador do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos. Três minutos com a tolerância de mais dois, se necessário.

SR. IVÔNIO BARROS – Eu faço parte do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos que reúne entidades muito variadas, e a temática da segurança pública, da violência, tem crescido nos nossos debates.

Nós somos uma rede de entidades que defendemos os direitos de bandidos, como defendemos dos brancos, dos negros, das mulheres, dos indígenas, das crianças, dos idosos e assim por diante. Defendemos o direito daquele sargento Deputado poder falar. Só não defendemos o direito dele falar contra os limites que a Constituição determina. Ele não pode defender o racismo e nem o nazismo. E nem fazer uso da arma como forma de sua expressão política.

Eu achei a iniciativa do Senador Paim, falo não só em meu nome, mas de todas as entidades, da rede que tem debatido o assunto, essa audiência foi divulgada na nossa rede, houve muito interesse em participar. O problema é que a grande maioria das entidades não tem representação ou sede em Brasília. Felizmente a minha entidade, que é o IBASE tem representação em Brasília muito por conta da responsabilidade ética que a gente herdou de nosso fundador, o Herbert de Souza, que nos empurra mesmo depois de morto a cumprir os mandamentos da cidadania e da luta pelos Direitos Humanos.

Eu parablenho a Mesa como um todo, inclusive o Dr. Perli Cipriano que teria muito que falar, mas soube por bem, se substituir pela Dr^a. Carmem que trouxe à

Mesa a amostra, completou a Mesa com a amostra de que a nossa sociedade não é só diversa na raça afro-descendentes e brancos, mas que a inteligência brasileira também é composta de homens e de mulheres, não só de homens.

A minha pergunta vai mais dirigida, já que todos e todas, e a Dr^a. Carmem trouxeram ao debate a questão da necessidade de nós aprofundarmos a discussão a partir de parâmetros, estudos, dados concretos, como recomendou o Dr. Jomar, mas a minha indagação vai ao jornalista Vinícius no seguinte sentido. O senhor que trabalha com a construção da informação e o impacto dessa informação no imaginário, nessa construção ética da sociedade, saberia me dizer na sua opinião, qual o impacto que tem na sociedade a valorização de práticas como a do Deputado Paulo Salim Maluf reconhecido nacionalmente como uma pessoa capaz de fazer sumir milhões e milhões do erário público que poderia estar salvando vidas de crianças, poderiam estar sendo dirigidas à merenda escolar, ao sistema sócio-educativo de São Paulo, eu tal, mas que a nossa sociedade que acaba... Pelo judiciário que o trata com carinho, pelo Legislativo que o recebe com entusiasmo, qual o impacto que tem a valorização de uma prática tão danosa e criminosa de uma pessoa como o Deputado Paulo Salim Maluf no imaginário desses jovens que são agora pressionados pela opinião pública a cumprirem não só medidas sócio-educativas, mas serem aprisionados nas masmorras que nós fizemos proliferar no País.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Vou permitir as quatro perguntas, e daí a Mesa responde de imediato. Eu passo a palavra ao Sr. Benedito Cintra, Secretário especial da SEPIR. Em seguida a Mesa responde as quatro.

SR. BENEDITO CINTRA – Gostaria de agradecer e cumprimentar o Senador Paim, e através dele os integrantes da Mesa, os Senadores aqui presentes, o Senador Geraldo, Senador Cristovam, Senador Suplicy que se ausentou. Achei muito interessante a exposição dos membros da Mesa, mas entendo que quando... Sobretudo o jornalista, o comunicador Vinícius coloca: Olha, foi rompido o contrato. Era bom entender quem rompeu esse contrato. Em que circunstância, qual a historicidade disso, desse rompimento. Com isso eu estou querendo dizer o seguinte: Nós somos um País que somos um dos maiores Países do mundo, e entre os maiores Países do mundo nós, desde o nosso nascimento, carregamos problemas históricos, que se não forem resolvidos, vão continuar tornando a nossa sociedade doente e sangrando a cada dia. Eu digo isso porque entre os grandes Países nós fomos o único que não promoveu a Reforma Agrária. O Estados Unidos

fez, Canadá fez, a Rússia fez, a China fez, assim como (inaudível) de Revolução Francesa. Isso quer dizer que quando nós pensamos na chamada violência urbana, é preciso entender como é que foram constituídos os nossos grandes núcleos urbanos, ou as nossas grandes metrópoles. Voltando ao jornalista outra vez. É de que realmente há muito pouco tempo atrás, um crime que hoje ele nem aparece em nenhuma linha de jornal, seria um absurdo. Hoje ele não é porque o Brasil era rural. Ou seja, ao não fazer a Reforma Agrária, a gente exacerba as contradições de como é que nós vamos lidar com as cidades, com os direitos políticos, sociais, essa coisa toda. O outro é o problema da miserabilidade de nosso povo mesmo. Nos persegue do século XVI até agora. Baseado nisso, como o Dr. Carlos Moura colocou. Ou seja, um País que viveu três quartos da sua história com base no sistema escravista, de exclusão, sem que a população negra e pobre tivesse acesso aos mínimos direitos, e, sobretudo, os da cidadania, como nós conhecemos, vai gerar evidentemente fatores de absoluta violência. Eu estou colocando isso porque está aqui o Senador Cristovam Buarque é que não me deixa mentir. O México, no século XVI, já tinha a sua universidade, assim como o Peru. O Brasil só foi criada a primeira universidade em 1934. Tá aqui os índices que ele levantou de analfabetismo, essa coisa toda. Ou seja, durante todo esse processo a população negra e pobre era proibida de frequentar uma escola. Hoje não é proibido legalmente, mas socialmente é, praticamente, digamos assim, não se reconhecendo a própria escola. (soa a campainha) Eu estou colocando isso porque o Estado da Califórnia gasta mais dinheiro com a prática da capoeira do que o Brasil inteiro. E a capoeira é uma prática advinda de afro-brasileiros e que lá é utilizado para ressocializar, para tratar drogados, para dar auto-estima... Inclusive no sistema penitenciário. E aqui no Brasil se nega, digamos assim, a que a população, no nosso imaginário, possa exatamente enxergar um País diferente.

Bom, a capoeira não é propriamente rural. É muito urbana. Então, quando a gente pensa na cidade e no nosso histórico de miserabilidade, nós vamos perceber então o que se levantou, e que o Senador também, ou seja, vivemos ainda num sistema de castas porque o Brasil foi construído dentro de um sistema de hierarquização de raças e de setores e que permanece até hoje. Ou seja, esse pacto das elites não foi rompido. E, portanto, é preciso entender que boa parte da violência é produzida pelos meios de comunicação, pelo alheamento da universidade com relação à sociedade, por uma escola que às vezes não tem nada a ver com aquilo que você entende como a formação da nossa cultura, da nossa auto-estima, por isso que eu levan-

tei o problema da capoeira. E aí, Senador, não houve País que se firmou do século XIX, do século XX sem uma revolução na educação mesmo. Foi o Japão no século XIX, foram os norte-americanos... Enfim, para quem quiser entender como solucionar problemas pela raiz, tem que ir a fundo. Porque senão medidas paliativas... Vamos tentar imaginar o seguinte: É importante o debate. Se ele pudesse continuar, bem. Mas as prioridades são tantas num País desigual, numa sociedade hierarquicamente e racialmente, digamos assim, assimétrica, que nós não podemos, digamos assim, fechar os olhos para a importância do debate e ver os liques(F) que ele guarda com desenvolvimento, com a educação, com a distribuição de renda. Não é a toa que voltando ao jornalista, que ele disse o seguinte: O Índice de Gini cita lá o Brasil e África do Sul. Ou seja, nós somos maior País de população negra fora da África. Assim como a África do Sul há pouco tempo saiu do Apartheid onde 5 a 10% da população que é branca. Então veja, eu não estou levantando esse problema racial pra gente poder falar: Não, o cara tá embarcando ou então está vindo de contrabando num debate sobre a violência. Quem for aos morros do Rio de Janeiro, são poucos os brancos das favelas e dos morros. Tem branco também. Vai em São Paulo, na vila Brasilândia, bairro de Guaianazes, Capão Redondo... Quem é que é vítima da violência policial? Não porque o policial queira ser violento. É que o policial, professor médico, tinha que ser o tipo de profissional por vocação. Vai ter vocação para ganhar mil reais em São Paulo? É melhor ganhar três ou cinco no tráfico. Com uma certa proteção, inclusive.

Então, eu estou chamando atenção porque se nós não entrarmos a fundo em que tipo de pacto de sociedade nós construímos? Até 1988 vai ser balela nós apontarmos para praticamente o desconhecimento do ECA, redução da idade penal, se são dois anos ou se são três na cadeia. Não é esse o problema. O problema é mais a fundo. Ou seja, então nós podemos responder a questão que ele levantou. Que tipo de sociedade nós estamos construindo? Sobre tudo na época da internet, com pedofilia, com não sei o que mais. Como é que é isso? Ou seja, quem rompeu um pacto, ou quem manteve um pacto de hierarquização social e racial foram as elites. E se a gente não tiver isso claro, vamos imaginar o seguinte: Bom, o Lula é o culpado disso? É o Cabral? Precisa de mais recurso para o Rio de Janeiro? Não. O Rio de Janeiro só sangra. Como do ponto de vista institucional um Estado como Roraima, Alagoas, Espírito Santo, sangram porque não tem estrutura exatamente para poder manter educação, escola, creche, essa coisa toda. Ou seja, é preciso repensar o Brasil a partir dessa nova realidade atual.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos ao Dr. Joel, da CONADE. Antes o Senador Cristovam e em seguida o Dr. Joel pelo CONADE.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Desculpe usar do privilégio de Senador, de falar toda hora. Mas é que eu preciso pedir desculpas porque tenho um outro compromisso e já estou atrasado. Então, ao mesmo tempo que peço desculpas de não ficar aqui, e pra mim é fundamental, eu tive informações aqui muito importantes para a luta que eu levo, eu quero apenas dizer que isso vai continuar. Esse não é um debate que termine, até porque não é um problema só de crime. E dizer, concordo totalmente com a sua posição. Existe sim um conteúdo racial no problema brasileiro. E não podemos esconder. Podemos dizer que não é um preconceito de raça, é causado por razões sociais. Mas existe. E aí eu concluo quando você falou que tem poucos brancos nas favelas, eu lembro que o Brasil é um País onde quase não há negros na universidade. E eu fui às formaturas de alfabetização e quase não tem branco de adulto recebendo diploma de alfabetização. É um País onde as cadeias são cheias de negros e as universidades cheias de brancos. Isso é uma realidade.

E só para concluir, uma coisa que eu temo até quando digo algumas coisas e possam achar graça, porque é trágico, um estrangeiro foi assistir... Amigo meu foi assistir a um espetáculo, um show numa favela, e eu perguntei o que é que mais o impressionou no samba lá. Ele disse: Olha, o que mais me impressionou é quando saindo do hotel que eu estava na Zona Sul, e indo até a favela, a cor das pessoas ia escurecendo. E é um fato verdadeiro. Você sai onde só tem branco, a não ser pessoas que estão vendendo coisas ali, esporadicamente, e aos pouquinhos vai escurecendo até chegar na África lá em cima. Então o que está dizendo é verdade. Isso que vale no trajeto vale no trajeto de uma formatura de alfabetizados para uma formatura de universitários. A gente não pode esquecer que há uma dimensão racial. Se não causando, pelo menos como consequência desse pacto terrível que existe no Brasil desde sempre. Peço desculpas, mas depois a gente vai ter acesso a todos os debates que eu espero que sejam publicados pela Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Aproveitando o gancho do Senador Cristovam, eu solicito a todos os painelistas que se puderem remetam por escrito a sua palestra. Dr. Joel, pelo CONADE. Em seguida a última pergunta vai ser da Dr^a. Soraia.

SR. JOELSON DIAS – Sou Joelson Dias, membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da OAB e também de sua Comis-

são de Relações Internacionais e representante também do Conselho Federal da OAB no CONADE, que é o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiências.

Agradeço a gentileza da palavra, Senador, e digo que não falo aqui em nome das entidades das quais participo ou represento a OAB. O interesse antes de tudo foi pessoal mesmo de comparecer a esta Audiência Pública, até por força da participação da OAB também no Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos.

Eu queria, como faço sempre que venho a essa Casa, inicialmente louvar a iniciativa do Senado Federal, especialmente de sua Comissão de Direitos Humanos e também de Participação Legislativa, porque sempre o Senado esteve à frente dessas discussões que infelizmente a sociedade acaba travando somente em razão de acontecimentos lamentáveis, dramáticos como esse que infelizmente testemunhamos no Rio de Janeiro. Que pena que a sociedade muitas vezes não cobra do Senado, não cobra das autoridades, não cobra do Governo com a mesma intensidade ou medidas não são adotadas com a mesma celeridade no que diz respeito às outras normas também previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. É lamentável que a cada crime triste como este cometido se volte à sociedade a discutir apenas as disposições que visam a ressocialização de crianças e adolescentes previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, mas não se volte com a mesma ênfase, no que diz respeito aos outros direitos ali também assegurados à educação, à saúde, ao lazer.

É lamentável que a gente fique sempre discutindo o problema e não tenha a mesma dedicação no que diz respeito à prevenção. Isso eu falo com conhecimento de causa até pelo próprio trabalho no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. É lamentável que discutamos, por exemplo, a questão da deficiência quando muito poderíamos estar também fazendo no que diz respeito à prevenção dessa violência toda que acaba resultando nessa violência. Discutir o problema do trânsito, discutir o problema das balas perdidas, discutir o problema da assistência médica... Questões como essas que acabam levando à deficiência. E a questão é muito semelhante no que diz respeito à violência. É lamentável que tenhamos que nos reunir e discutir o tema apenas quando os atos infracionais infelizmente já foram cometidos. É lamentável que não nos proponhamos, sociedade civil, Governo, autoridades a nos reunirmos antes para ver de que maneira podemos implementar com maior eficácia, com maior efetividade os outros direitos assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente,

os outros direitos assegurados na Constituição, assegurados nos tratados internacionais do qual o Brasil é signatário, justamente para prevenir que esse tipo de situação acabe acontecendo.

Estou seguro de que precisamos mais (soa a campainha) do que um choque penal. Temos que na verdade um verdadeiro choque ético, um choque moral de não permitirmos mais que crianças continuem desassistidas, abandonadas na rua sem o direito, o acesso ao ensino, sem que possa efetivamente cursar e concluir os seus estudos até chegar ao nível superior. Que a sociedade possa conformar que os seus pares não tenham acesso à assistência médica necessária que crianças continuem sem o registro, mães continuem tendo o pré-natal assegurado.

Enfim, seria muito bom que a sociedade pudesse também se reunir e considerar isso tão grave como essas questões de prevenção, de precaução como o próprio cometimento do ato infracional. E queria muito que nós, sociedade civil, (soa a campainha) juntamente com as autoridades, não em contraposição talvez ao PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento que foi proposto pelo Governo, mas talvez como proposta que viesse somar ao PAC instituíssemos talvez o PIIC, que é o Programa de Incentivo de Incremento da Cidadania. É isto que antes de mais nada parece faltar visando assegurar justamente esses direitos fundamentais e básicos aos quais me referi antes, para que não tenhamos que estar aqui todas às vezes quando um incidente como esse, um crime lamentável como esse ocorre discutindo de que maneira podemos recuperar esse atraso e diminuir essa lamentável diferença que temos entre os mais necessitados e os mais abastados. E, aliás, é importante também, me parece, termos consciência de que nós buscando resolver esses problemas não podemos cair nesse discurso preconceituoso, discriminatório, segregador. É impressionante, mas sempre que isso acontece voltamos à discussão do que acontece no morro, do que acontece na favela, como se as exposições para ressocialização dos adolescentes infratores previstos no ECA dissessem respeito apenas àqueles que moram nas favelas, que moram nos morros. Nós precisamos contemplar isso de maneira mais ampla, e não contribuir para esse verdadeiro estigma lamentável que parece que a violência só vem dos morros, só vem das favelas, só vem das regiões, dos bairros onde vivem segmentos mais necessitados da nossa população. É fundamental que não façamos a abordagem dessa maneira, justamente para que a impunidade que infelizmente reina no que diz respeito aos crimes cometidos pelos mais abastados e aí sim talvez os mais graves, porque privam os mais necessitados dos seus direitos

básicos, não acabemos nós, então, fomentando ainda mais essa discriminação, esse preconceito que não resolve, não contribui em absoluto para cobrir essa impunidade que talvez seja na verdade a razão, mais do que nunca, da prática desses lamentáveis crimes. Mais do que a discussão da redução da maioria penal, mais do que a tipificação de condutas, estou convicto de que a questão da impunidade realmente é a que mais acaba no final e acaba incentivando essas lamentáveis práticas.

Enfim, a OAB juntamente com o Conselho Federal de Psicologia muito antes disso já buscou dar a sua contribuição realizando no decorrer do ano passado visitas nacionais em todas as unidades da federação a estabelecimentos de internação de adolescentes em conflito com a lei. Esta hoje é uma matéria que inclusive já foi submetida ao CONANDA, e com certeza a OAB espera que não somente o CONANDA, mas também Senador Paim, que essa Casa possa eventualmente se debruçar talvez sobre este Relatório que foi produzido pelo Conselho Federal da OAB juntamente com o Conselho Federal de Psicologia. Ali se encontra não somente um diagnóstico, mas algumas das propostas que eventualmente poderiam... Poderão ajudar na verdadeira ressocialização, senão até mesmo socialização desses adolescentes que se encontram internados nesses estabelecimentos.

Fica então a proposta, se me permite, Senador Paulo Paim, a essa Comissão de Direitos Humanos que talvez de posse desse Relatório possa convidar outras entidades, convidar outros segmentos, convidar outras autoridades e ampliar esta discussão para que tenhamos certeza de que esses jovens que infelizmente acabam cometendo esses atos infracionais e por isto hoje se encontram nos estabelecimentos de ressocialização possam eventualmente serem ressocializados e a sociedade possa contar futuramente com a sua sabedoria, com o seu empenho, com o trabalho que certamente esses jovens, não fossem as lamentáveis condições de vida, poderiam estar ajudando e contribuindo na vida em sociedade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Obrigado, Dr. Joelson, a sua proposta nós vamos encaminhar. E aproveitando esse trabalho acumulado para o debate aqui na Comissão. A última pergunta, Dr^a. Soraia que é mestre em Ciência Política, pós-graduada em Direitos Humanos. Em seguida as considerações finais da Mesa.

SRA. SORAIA – Bom dia a todos e a todas. Antes de mais nada eu gostaria de agradecer essa oportunidade de expressar algumas opiniões. Dizer que me sinto contemplada com as falas do Sr. Ivônio, que saúda a presença da Dr^a. Carmem como uma

excelente representante das mulheres e da voz das mulheres, da inteligência das mulheres nesse debate. E que também como Advogada que também sou me sinto extremamente contemplada com as falas do representante da OAB do Distrito Federal, que tomo conhecimento agora já que sou do Rio Grande do Sul, e também do representante do Conselho Federal que me antecedeu e que com certeza faz excelentes falas no sentido de que nós efetivamente devemos caminhar em busca da concretização dos Direitos Humanos. Mas, enfim, a minha fala vai no sentido do que se ordenou esse debate.

Primeiro, no restabelecimento de um pacto que foi algo colocado nas boas falas, acredito que do Vinícius, no sentido de um restabelecimento ético, moral, de um pacto social. E por outro lado também, na boa fala do Sr. Clovis Moura que fala da necessidade de efetivação, de efetividade do texto constitucional. Eu nesse momento lembrava de um doutrinador, um jurista alemão chamado Konrad Hesse que fala que para que o texto constitucional ele saia efetivamente das linhas em que está escrito é necessário uma vontade de Constituição. É necessário que cada um de nós, atores, todos nós atores tomemos como base de que esse texto constitucional ele precisa ser concretizado.

Nesse ponto concordo plenamente com o Dr. Nicolau Dino que fala da necessidade não de um protagonismo judicial, mas de um protagonismo pautado nas organizações sociais, na participação.

Eu, pra mim, uma das mais importantes participações que se podem... Das mais importantes contribuições que se podem dar a esse debate e chamando essa responsabilidade também como Advogada e como cientista social, é justamente de perguntar que para além do diagnóstico, o que nós enquanto funções essenciais da justiça, Ministério Público, Dr. Nicolau e também Dr. Jomar e os demais colegas que colocam que nós como funções essenciais da justiça pra além do diagnóstico podemos fazer para que efetivamente possamos fortalecer as organizações sociais que não têm voz, e que são as organizações sociais que estão nos morros e que constituem na verdade os espaços de Constituição dos Direitos Humanos.

Então, a nossa tarefa primordial, e esse é o meu entendimento enquanto jurista, é de nós possibilitarmos, sim, um espaço de discussão, espaço de diálogo em que esses excluídos saiam dos espaços em que estão e que tomem também as ruas ou os espaços como este para que falem por si quais são os seus anseios e quais são as suas necessidades.

Eu gostaria de agradecer imensamente essa possibilidade e de dizer que me sinto extremamente contemplada em participar de um debate em que te-

nham tantas vozes diferenciadas e principalmente de saber que esse debate ele não se esgota agora, ele continua e continua com a participação de outros atores que são necessários para que nós tragamos para nossa realidade a efetividade do texto constitucional e a efetividade daquelas normas que nele foram inspiradas, como é o caso da do Estatuto da Criança e do Adolescente. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu vou passar nesse momento a palavra ao nosso Senador, em seguida a Mesa para as considerações finais. Senador Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Obrigado, Senador Paim. Bem rapidamente. Eu vim preparado para esse debate com a humildade de receber críticas, de reparos a eventuais proposições aqui feitas. Entretanto, eu queria apenas esclarecer dois pontos que... Não vou recorrer ao velho chavão (soa a campainha) e dizer que eu não fui bem entendido. Não se trata disso. Eu devo ter sido entendido e a interpretação da Dr^a. Carmem, Dr. Dino, foram correspondente ao que eu falei. Apenas eu entendo o seguinte. Não há uma única medida a ser tomada, Dr. Dino. Eu creio que um tema como esse, uma situação como essa requerer muitas ações, várias medidas, e como eu disse, de curto, médio e longo prazo. Quando eu me referi à necessidade das entidades provocarem o Judiciário, não estou querendo judicializar a questão. Eu acho que essa é uma das ações que podem ser encetadas no sentido de constranger o Estado. Eu propus nessa perspectiva. Eu não entendo que isso seja a solução. Claro que não será nunca. Não quero, inclusive, substituir as ações pela atuação do Judiciário. Não se trata disso. Acho que é uma ação a mais. Eu creio que o assunto e o tema requerem muitas ações de todas as ordens, de todas as hierarquias.

No que diz respeito à questão de serem as entidades que abrigam os menores... Dr^a. Carmem, veja como são interessantes as coisas. No ECA, como disse a senhora, essas entidades já são consideradas educacionais. Agora, as fotos que a senhora estampou aqui para todos nós dizem exatamente o contrário disso. Crianças amontoadas... Não sei se foi a senhora que exibiu, mas chegamos a ver aqui fotos de crianças amontoadas que remete lá para o que o Dr. Jomar insiste. São depósitos, realmente. Elas podem ter, como a Constituição, o 227 da Constituição diz: “Que é obrigação do Estado. É um dispositivo letra morta, inócuo. Assim como no ECA a definição desses estabelecimentos, como estabelecimentos educacionais é letra morta também. Porque a realidade diz exatamente o contrário.

Então, quando eu proponho que essas entidades sejam transformadas efetivamente em entidades educacionais. É para que se dê efetividade ao que está inclusive no ECA. E o sistema de estímulo, por exemplo, ao menor, eles têm lá um limite de tempo para permanecer na entidade daquela. Quando eu digo que deveríamos introduzir o mecanismo de estímulo a um jovem desse num estabelecimento como esse, é claro que é respeitado o limite de tempo que ele tem ali. Do contrário eu estaria aqui talvez penalizando um menor desse a ficar eternamente num estabelecimento desses. Claro que respeitado o limite de tempo que ele tem ali dentro daquele período ele teria determinados estímulos além do educacional para ir reduzindo o seu período, reduzindo inclusive o período de sua permanência no estabelecimento. Se alfabetizando... Ou seja, gradativamente dentro da escala educacional obtendo resultados. Não quis de forma alguma condicionar a permanência do menor. E se ele não quiser ser alfabetizado? Vai permanecer eternamente ali? Não. Não se trata disso.

Então, respeitado o limite de tempo que ele tem ali dentro daquele período, ele teria estímulos, a partir do processo educacional, para ir superando suas deficiências e dificuldades e saindo dali com a perspectiva de ser um cidadão, uma cidadã que possa contribuir com a sociedade. Foi nesse sentido. Mas agradeço com toda humildade as observações feitas pela senhora e pelo Dr. Dino.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Por uma questão de justiça, eu faria uma pergunta ao Dr. Perli, que chegou aqui no início, se quer fazer uma rápida consideração antes de passar para Mesa.

SR. PERLI CIPRIANO – Serei rápido. Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e da Legislação Participativa, parabenizá-lo pela iniciativa e também pelos painelistas.

A violência institucional no Brasil tem uma história muito longa desde que aqui chegaram os colonizadores. Escravizaram os índios, posteriormente os negros, e 380 anos de escravidão, e 119 anos apenas de República. E assim mesmo mantém-se a escravidão ainda que não legalizada. Eu acho que é preciso realizar a discussão mais profunda, é preciso dizer o seguinte: O que é que os entes federais estão fazendo? Município, Estado e a União. E o que é que o Legislativo, o Executivo e o Judiciário estão fazendo. Essa é a grande cobrança pra fazer e também a discussão com a própria sociedade civil. A criança que eventualmente se torna esse que eles chamam de monstro, ele teve uma família, ele frequentou uma escola e a maioria deles tiveram também nas igrejas. Portanto é uma discussão

mais profunda. Eu acho que é necessário fazer esse debate de maneira intensa dizer assim: O que é que cada um fez para prevenir, está fazendo para proteger e fará para reparar. São questões que a gente precisa trabalhar intensamente sob o risco de ficarmos aqui, nós corremos muito risco no Brasil e eu fiquei muito contente quando vi que nós precisamos desmontar muitos mitos no Brasil, e se reduzir de 18 para 16, vão dizer: Bom, agora precisa punir os de 16. Depois os de 14, depois os de 12 e vai chegar um dia que, como disse o Presidente Lula, talvez no ventre as pessoas queiram já fazer justiça dentro do próprio ventre.

E precisamos, já encerro, que a gente tem que trabalhar intensamente na questão da desmontagem dos mitos. Não é a pobreza, gera a violência. A violência, sim, é que gera a pobreza. E um item que nós estamos vivendo para compreender essa situação é o que hoje nós vemos quando lamentavelmente a mídia e boa parte do Executivo, Legislativo e Judiciário repetir sobre o sistema prisional. Parece que o crime que existe hoje é o celular. A partir do celular que o crime é comandado no Brasil. Carlos Moura falou, no Espírito Santo nós vimos lá três mil presos. Teve um debate recente do Poder Público muito interessante. Alguém disse: 37 mil mandatos de prisão a ser realizada estão faltando. E aí outra pessoa do poder disse: 37, não. 30 mil. Tinha três mil vagas. Portanto, parece que todos os criminosos estavam presos. Então é preciso, acho que desmontar esses mitos. Porque senão vai parecer que a polícia é tão eficiente que investigou e prendeu todas essas pessoas. Que o judiciário é tão eficiente que puniu, que de fato julgou todas essas pessoas. E que o sistema prisional é tão eficiente que mantém todos eles presos.

Eu acho que é desmontar essas questões para discutir de maneira mais profunda. Eu quero então, encerro já, saudando essa iniciativa do Senador e dizer que os painelistas foram excelentes. Acho que esse é o caminho nosso. Nós temos que voltar a discutir novamente senão a gente apenas vai dizer: Cada crime a gente inventa, dá uma crise, e é um surto e aí a partir do surto a gente começa a decidir. Precisa discutir mais detalhadamente. Eu quero parabenizar o Senador. Tenho admiração pelo seu trabalho e quero dizer que essa foi uma das grandes iniciativas. Eu quero parabenizá-lo e aos painelistas e agradecer muito a possibilidade de ter estado aqui junto com todos vocês.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Muito bem. Eu apenas informo a todos que esse, na verdade, é um ciclo de debate. Essa é a primeira reunião para debater o tema. Nós faremos tantas quantas for necessário. É a nossa intenção fazermos no mínimo duas por mês sobre esse tema. Pegando

os mais variados enfoques. Desde a questão específica, a educação, os setores discriminados uma Mesa específica, queremos discutir também o ensino técnico profissionalizante como a forma de fazer com que efetivamente a nossa juventude esteja na sala de aula e já saia do básico numa profissão para enfrentar o mercado de trabalho.

Eu perguntava aqui para a Dr^a. Carmem, ela disse: Olha, isso na vida preventiva. Nós podemos debater no outro momento a questão das casas lares. Mas é um debate num outro momento. Eu me sinto contemplado por tudo que ouvi aqui, desde escola por tempo integral, casas lares é um outro debate, penas alternativas, a questão que vamos aprofundar de penalizar as exceções, mas é um debate que vamos aprofundar. A questão do ensino técnico que eu falei, parceria com o setor empresarial, ou seja, com o setor privado numa forma de reabilitar os nossos jovens. Bolsas para jovens que é muito mais barata. Dr^a. Carmem aqui fala de quatro mil e quatrocentos gastos. Doutor, sempre doutor, meu colega Senador Mesquita Júnior que é esse tempo de aproveitamento escola, detenção, como é que você faz uma compensação para incentivar efetivamente o nosso jovem a estudar.

Enfim, eu não vou citar cada um dos convidados. Apenas dizer que acho que iniciamos bem esse ciclo de debates. Agradeço a todos pela presteza, pela forma como quando eu liguei praticamente na quinta ou na sexta, todos disseram: Contém conosco. Estaremos aí para iniciar esse ciclo de debate. Então para as suas considerações finais eu passo a palavra ao nosso Nicolau Dino, em seguida o Vinícius.

SR. NICOLAU DINO DE CASTRO E COSTA

NETO – Em caráter derradeiro, Sr. Presidente, eu quero reafirmar que concordo plenamente com as considerações do Senador Geraldo Mesquita Júnior. Efetivamente o protagonismo judicial, o controle de políticas públicas por via do Judiciário é um dos caminhos. Certamente não o único, mas é uma das ferramentas. Afinal, nós estamos tratando de implementação de políticas públicas e realização de justiça social e uma das formas de se construir a justiça social é colocando o direito efetivamente a serviço da vida.

Então, concordo com as considerações do Senador Mesquita Júnior em relação a este ponto. E por fim, Sr. Presidente, gostaria de me reportar à dura missão que se coloca ao Senado Federal na próxima semana. Votar um Projeto de Lei sob embalo de uma grande expectativa social em torno de uma resposta. Legislativo, a Casa do povo, tem que dar efetivamente uma resposta. E essa resposta tem que ser, e aí me permita a observação, tem que ser proporcional a essa expectativa. E no contexto da proporcionali-

dade, tem que se levar em consideração o elemento adequação. Pertinência. E fica a pergunta: Responder aos graves índices de criminalidade que nós temos hoje por meio da redução da maioridade penal é uma medida adequada e proporcional a esse clamor? Me parece que não.

O Brasil, em data pretérita, já adotou referenciais diferentes para a maioridade penal. O Código Penal do Império, de 1830, fixava a maioridade penal a partir dos 14 anos. O Código Penal logo no início da República, de 1890, fixava uma inimizabilidade absoluta de 9 anos e relativa de 9 a 14 sujeito a uma análise de discernimento. Nós estamos no sétimo ano do século XXI e eu não quero crer que devemos voltar atrás 200 anos e dar a resposta a esse anseio de paz coletiva com a redução da maioridade penal.

São essas as considerações finais que trago a essa Audiência Pública tão oportunamente marcada pela Comissão de Direitos públicos do Senado Federal. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Agradecemos ao Procurador Nicolau Dino e passamos de imediato a palavra ao repórter Vinícius Dônola.

SR. VINÍCIUS DÔNOLA – Só antes de responder as duas perguntas que me foram formuladas, acho que há que se fazer um pequeno preâmbulo aqui. A minha formação acadêmica é a comunicação social, ou jornalismo. E eu usei de instrumentos da sociologia e da filosofia para fazer de um fato uma notícia. Portanto não tenho uma formação sociológica e filosófica que possa me subsidiar para responder as perguntas na integralidade que as pessoas que as fizeram supunham.

Com relação à pergunta que o doutor me fez, eu não gostaria de me furtar a respondê-la. Porém, como jornalista, não posso abrir mão da minha ferramenta máxima que primo tanto que é a isenção e a imparcialidade.

Então, como jornalista isento, gostaria de externar é que uma opinião muito particular quando se estabelecem, quando se mostram e quando se assistem escândalos não punidos e não cabe a mim julgar se esse é o caso que o senhor citou aqui, eu acho que sublinha-se aquele contrato social rompido a que o senhor se referia. Eu acho que é um exemplo negativo. Puxa vida, por que se aquele contrato não foi respeitado por X ou por Y, por que é que eu tenho que respeitá-lo? E o senhor me perguntou quando o contrato foi rompido. Eu sociologicamente não teria a base. E vou me aprofundar nessa questão. Mas eu lhe admito que hoje de manhã eu rompi o contrato. Eu vindo para Brasília, saí muito cedo do Rio de Janeiro, e não pude parar no sinal

vermelho. Porque estava com medo que alguma outra pessoa pudesse romper o contrato e pudesse atentar contra a minha vida. Então essa geografia perniciosa e viciosa que a gente tem que é quebrar.

E só finalizando, eu queria reportar a sabedoria do povo indígena que diz o seguinte: Algumas tribos, Senador, elas dizem que quando você tem algum problema, adote a visão da águia, adote o distanciamento, adote... O distanciamento. É a melhor palavra. Então num momento como esse de clamor público, de tensão, de perplexidade, de choque, que nós tenhamos a serenidade, que nós tenhamos o distanciamento, que nós tenhamos a sabedoria para discutir o problema e encontrar as melhores soluções. Obrigada.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Agradecemos mais uma vez ao jornalista Vinícius, e passamos de imediato à Dr^a. Carmem de Oliveira.

SRA. CARMEM OLIVEIRA – Eu queria agradecer ao Senador Paulo Paim a oportunidade desse diálogo que eu acho que foi tão importante para os que nos assistiram quanto para nós que estamos aqui e também poder escutar os comentários e as posições de cada um.

Em nome do CONANDA, em especial, eu gostaria de formular o convite para esse debate aberto que teremos na próxima segunda-feira, e conclamar em especial aos Srs. Senadores, destes que estão aqui presentes e dos que estão ausentes e que talvez possam ter acesso a esse nosso debate, no sentido da importância que isso pode significar na vida de milhares de crianças e de adolescentes. Eu acho que nós estamos diante de uma tomada de decisão muito significativa. Nós, na equipe da ISDH, nós temos dito que desde 1990 talvez seja o momento mais importante desde a promulgação do ECA. Nós não somos guardiões sem rasuras no ECA. A gente acha que ele foi formulado em 1990, o cenário hoje é outro, ele tem que ser ajustado nas novas demandas, ele tem que ser repensado nas suas lacunas. Mas ele tem que ser afirmado naquilo que nenhum militante da área ousaria abrir mão. Ou seja, criança e adolescente são prioridades absolutas para o nosso País. E isso significa sendo prioridade absoluta não é um discurso, isso tem que estar contemplado no recurso orçamentário. E aí concordando com que foi colocado pelo Subsecretário Perli, é importante chamar o compromisso dos Municípios do orçamento criança e adolescente, dos novos gestores estaduais que assumiram recentemente os seus mandatos nos Estados para que nós também a nível federal no Plano Plurianual possamos contemplar

isso. Do contrário nós estaremos eternamente chorando o leite derramado. Muito obrigada.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Agradecemos à Dr^a. Carmem. E vamos diretamente para o Dr. Carlos Moura.

SR. CARLOS MOURA – Obrigado, Senador Paulo Paim. Foi uma satisfação muito grande participar desse debate com o Dr. Nicolau Dino, o jornalista Vinícius, Dr^a. Carmem Oliveira, Dr. Jomar Moreno, Dr. Perli, Srs. Senadores Mesquita, Suplicy e Cristovam, um aprendizado muito grande e que aumentou com as intervenções da Dr^a. Soraia, do Ivônio, do Cintra e do Joelson.

Volto ao início das minhas considerações. A atenção para o art. 227 do texto constitucional. E parece-me, Dr^a. Soraia, que uma das medidas a serem adotadas pela sociedade civil e aqui vai também uma sugestão ao Ivônio, para que os organismos da sociedade civil possam orientar os setores menos privilegiados da sociedade, possam orientar os excluídos para que conhecendo os textos legais, para que conhecendo os dispositivos legais, possam buscar os seus direitos. Eu concordaria com o Dr. Nicolau Dino que encher os tribunais de ações não resolve porque sabemos que as sentenças nem sempre são cumpridas pelos poderes executivos. Mas já é um caminho. Quer dizer, já é um caminho. E, além do mais, continuarem nesse trabalho que vocês de Organizações Não-Governamentais sabem fazer muito bem, de organizar o povo. Evidentemente que não organizar o povo levando um pretenso conhecimento, ou um conhecimento que é real, mas que não partiu daquele próprio povo excluído. Quer dizer, vamos ouvir os anseios, as propostas dos excluídos. Vamos ouvir as esperanças dos excluídos e trazê-las para um debate como este. Trazer para toda a sociedade. E eu diria mais. Que esta Comissão de Direitos Humanos, e me perdoe, Presidente, Deputado Paim, deve ser a vanguarda desse processo dentro do Parlamento. Já foi anunciado aqui pelo Presidente que outras Sessões, outros debates idênticos a esse acontecerão. Mas que isso possa ser, Senador Paim, uma prática nessa Comissão. Uma prática nessa Comissão. Que cada grupo social brasileiro, que cada entidade representativa dos excluídos brasileiros ou também daqueles que embora possam não ser considerados excluídos, mas que sintam que seus direitos sejam feridos, possam vir a essa Comissão. E que a Comissão possa abrir o debate. Possa trazer à colação temas importantes para a sociedade brasileira. Porque entendo que assim nós estaremos efetivamente caminhando para uma cultura de paz do Brasil. Uma cultura de paz para que possamos viver sem quaisquer

violências. Não só aquela violência que vai atingir o patrimônio. Não só a violência de que vai efetivamente ofender o art. 121 do Código Penal. Mas qualquer tipo de violência, qualquer tipo de ato que possa desrespeitar a pessoa humana.

Por tudo isso o agradecimento ao Senador Paim por essa oportunidade. Não só a oportunidade dada à CNBB (soa a campainha) e à Comissão Brasileira de Justiça e Paz, mas também a oportunidade a toda a sociedade para que tome conhecimento das questões aqui levantadas.

E por último, a minha homenagem aos povos indígenas na pessoa do Cacique aqui presente. Que certamente terá nesta Mesa, nos próximos dias, um local, um espaço para discutir as questões pertinentes a seu povo. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Muito obrigado ao Dr. Carlos Moura. De imediato passo a palavra ao Dr. Jomar Alves Moreno.

SR. JOMAR ALVES MORENO – Presidente, pelo adiantado da hora, vamos ser céleres. Uma preocupação que vai ter agora na votação que o Senado vai fazer sobre a possível redução da menoridade penal, leva uma questão que muita gente está esquecendo. Há pouco tempo atrás surgiu a lei do crime hediondo que foi decidida também sobre um momento emocional, e esse lei na verdade não gerou nenhum efeito prático. Ou seja, não reduziu a criminalidade em nada. E nem toda pressa consegue levar o interessado ao seu ponto final.

Então, que os Senadores na hora que forem votar essa lei, lembrem da lei do crime hediondo que foi criada, nascida dentro de uma emoção violenta, dentro de um calor da sociedade brasileira, e que até mesmo o Supremo Tribunal Federal hoje reconhece que ela é inócua, não gera nenhum benefício para a sociedade brasileira.

Por fim, em nome da OAB/DF, queremos agradecer a oportunidade e parabenizar todos os painelistas que foram brilhantes e colocamos à disposição dessa CDH para todo e qualquer evento que nos convidar. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu gostaria, ao encerrar essa reunião, primeiro lugar agradecer ao Dr. Carlos Moura, Secretário-Executivo da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, CNBB, por ter aceito o nosso convite e participar desse debate. Agradecer ao Dr. Jomar Alves Moreno, Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil por estar aqui conosco. Agradecer a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, ambos à Dr^a.

Carmem Oliveira e também ao Dr. Perli Cipriano pela contribuição que deram a esse debate. Agradecer ao Dr. Nicolau Dino de Castro e Costa Neto Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, e agradecer também ao Vinícius Dônola, repórter da Central Globo de Televisão, e agradecer também de forma muito singela, Vinícius, aos diretores da emissora. Que vocês... “Olha, eu vou, só peço que você me requisite”. E eu requisei e a resposta foi imediata. “Não, ele está liberado para ir”, e você se prontificou a vir aqui, estar conosco.

Então agradeço a todos, agradeço ao Plenário, e dizer que a intenção nossa foi essa mesmo que vocês aqui acabaram expondo. É fazer o debate sobre o tema. Não deixar que a gente em cima da emoção tome uma medida precipitada e num amanhã chegar à conclusão que cometeu um erro. Então nós estabelecemos aqui. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi um dos signatários desse Requerimento. Quero lembrar isso, junto comigo e o Senador Cristovam e a Senadora Patrícia Saboya Gomes de fazer um ciclo de debate. E nesse ciclo de debate extrair o melhor possível com uma contribuição da sociedade.

Eu dizia a toda a equipe que preparou esse momento que nós começamos agora efetivamente a trabalhar com o tema com o carinho que ele merece. Não quer dizer que no longo de nossas vidas não tivemos preocupação com idoso, com velho, com negro, com o índio, com o branco, com a pobreza, com a miséria e com a educação, mas nós temos no País centenas, ou diria quem sabe milhares de homens e mulheres que deram a sua vida na caminhada dos Direitos Humanos. E vocês aqui representam essas centenas de homens e mulheres anônimos que dão essa bela contribuição para que a gente possa caminhar, avançar na visão que a equipe pediu que eu colocasse. Nós não estamos preocupados somente em ver como penalizar. Mas aquilo que foi dito acho que por todos aqui. O que é que a sociedade fez no passado? Por que é que permitimos chegar a esse momento? E para onde vamos? Por isso eu falava aqui na idéia das casas lares. Eu estive em Foz do Iguaçu e vi 20 casas lares. Fui visitar cada uma delas. E fiquei impressionado com a recuperação dos meninos e meninas de rua. Ou seja, gera emprego para o casal, dá assistência para cada casa daquelas em torno de cinco ou sete meninos e meninas de rua, e que depois dali saem e se habilitam para entrar no mercado de trabalho. Então a questão do debate na Comissão é a prevenção e também olhando o presente e a perspectiva do futuro.

Então, é nessa visão que nós estamos aqui, digamos, ouvindo a todos e vamos também trazer para o debate, como aqui foi proposto, se não me engano

por um dos Senadores. Aqueles que pensam também diferente. É legítimo que pensem diferente. Mas é no debate que a gente há de construir a melhor proposta. E com certeza, na nossa avaliação, falo como Presidente, que a melhor proposta não é aumentar pena, e sim dar condições dignas para que o nosso povo possa viver e envelhecer com qualidade de vida e com dignidade.

Está encerrada a presente Sessão. Obrigado a todos.

(palmas)

(Sessão encerrada às 12h56)

Ata da 5ª Reunião Extraordinária da Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa, Conjunta com A 3ª Reunião(Extraordinária)Da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 27 de fevereiro de 2007, terça-feira, às 10:00 horas.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora Patrícia Saboya Gomes, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos (as) Senadores (as) Flávio Arns, Paulo Paim, Leomar Quintanilha, Geraldo Mesquita, Paulo Duque, Gilvam Borges, Eliseu Resende, Arthur Virgílio, Papaléo Paes, José Nery, Serys Slhessarenko, Romero Jucá e Jayme Campos. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Comparece ainda o Senhor Deputado Adão Pretto. A Senadora Patrícia Saboya Gomes declara aberta a reunião das Comissões, submetendo à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que é dada como aprovada. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atende ao Requerimento nº 1 de 2007 – CAS, de autoria do Senador Paulo Paim. Inicia-se a reunião e a Presidente coloca em votação o Requerimento nº 3 de 2007 – CAS que propõe a data de 27 de fevereiro de 2007 para a presente Audiência Pública, que é aprovado. A Presidente solicita aos Senhores Senadores José Nery e Paulo Paim que conduzam o Senhor Ministro Nelson Machado à mesa dos trabalhos. Às onze horas e trinta e um minutos o Senador Antônio Carlos Valadares assume a presidência. Às onze horas e trinta e três minutos a Senadora Patrícia Saboya Gomes reassume os trabalhos. Às doze horas e trinta e três minutos o Senador Paulo Paim assume a presidência. Extra-pauta – Requerimentos nº 03, de 2007 – CAS

“Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com vistas a tratar das questões atinentes ao Fórum Nacional da Previdência e o Papel do Parlamento, a ser realizada no dia 27 de fevereiro de 2007, às 10:00. Para a realização da audiência pública requerida deverá ser convidado o Ministro da Previdência Social, Nelson Machado”. Autor: Senador Paulo Paim Resultado: Aprovado. Fizeram uso da palavra os Senhores (as) Senadores (as) Paulo Paim, José Nery, Geraldo Mesquita Júnior, Antônio Carlos Valadares, Ideli Salvatti e o Senhor Deputado Adão Pretto. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador Paulo Paim, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE) – Bom dia a todos. Havendo número regimental declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais e a 5ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

A presente Reunião conjunta destina-se à Audiência Pública com a presença do Exmo. Sr. Nelson Machado, Ministro da Previdência, com vistas a tratar das questões atinentes ao Fórum Nacional da Previdência e o papel do Parlamento, atendendo ao Requerimento nº 01 de 2007 da Comissão de Assuntos Sociais e ao Requerimento nº 02 de 2007 da Comissão de Direitos Humanos, ambos de autoria do Senador Paulo Paim.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Senadores que aprovam, queiram permanecer como se acham. Aprovada.

Sobre a mesa, Requerimento nº 03 de 2007 da CAS e nº 06 de 2007 da CDH que solicita que a referida audiência seja realizada no dia 27, hoje, de fevereiro de 2007 de autoria do Senador Paulo Paim. Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Peço ao ilustre Senador Paulo Paim e o Senador Nery para acompanhar o Ministro até a nossa mesa.

Dando início a nossa Reunião, a nossa Audiência, em primeiro lugar eu gostaria de agradecer, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais a honrosa presença do Ministro Nelson Machado que prontamente atendeu ao nosso convite. A sua participação nessa Audiência Pública conjunta tanto da Comissão

de Assuntos Sociais, como da Comissão presidida pelo Senador Paulo Paim de Direitos Humanos é certamente da mais alta importância para todos nós. De fato esse Decreto 6.019 de 22 de janeiro último que cria o Fórum Nacional da Previdência Social dentro das ações do programa de aceleração do crescimento e abre, evidentemente, uma nova fase de debate nesta Casa e no Congresso Nacional. Portanto, a presença do Ministro Nelson Machado inaugura essa nova fase no que se refere ao Senado Federal.

Eu quero agradecer, mais uma vez, parabenizar o Senador Paulo Paim como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e autor do Requerimento que traz um assunto que é tão importante para todos nós, um assunto que tem sido debatido no Brasil como um todo. E V. Ex^a. chegando aqui hoje na nossa Comissão, certamente, vai trazer os esclarecimentos necessários para que cada vez a gente possa aperfeiçoar mais a nossa condição, e mais do que isso acolher, que eu tenho certeza, sugestões daqueles que fazem parte da nossa Comissão de Assuntos Sociais que são Senadores completamente dedicados a esta e a outras causas. Portanto, sem me alongar muito, hoje nós temos que pedir desculpas ao Ministro, porque hoje nós estamos também com a presença de três Ministros na Casa, então nós Senadores estamos nos dividindo para poder participar de todas as Audiências Públicas.

A líder do nosso bloco, Senadora Ideli Salvatti acaba de chegar. Eu agradeço também a presença da nossa líder que vai virar suplente para me prestigiar. Já pensou que honra? (risos). Obrigada, Senadora.

Então, eu passo a palavra ao Ministro Nelson Machado para que possa fazer a sua explanação no tempo que deseje.

SR. MINISTRO NELSON MACHADO – Em primeiro lugar eu quero cumprimentar a Senadora Patrícia, Presidente da Mesa, Senadores e Senadoras aqui presentes, todos os que estão nos ouvindo.

Eu queria, antes de falar do Fórum, eu queria aproveitar a oportunidade para apresentar aqui na Comissão alguns indicadores da gestão da Previdência Social. São quatorze telas que eu vou passar aqui, são dados que eu considero relevantes até para gente entender qual é o objetivo do Fórum. Então, eu vou pedir essa gentileza, vai demorar um pouquinho, uns 20 minutos, no máximo, e aí nós falamos, especialmente do Fórum e aí a gente abre para discussão.

Este gráfico está ligado à questão da melhoria do atendimento. Eu queria reafirmar aqui que a meta do nosso Ministério nos últimos dois anos tem sido basicamente garantir o acesso ao direito previdenciário de todos os trabalhadores e trabalhadoras do país. Para garantir o acesso ao direito previdenciário, nós

precisamos melhorar a qualidade do atendimento, e precisamos, também, combater as fraudes e desperdícios, porque fraudes e desperdícios distorcem e impossibilitam que a gente possa atender os direitos previdenciários.

Então, essas duas máximas são fundamentais para que a gente, efetivamente, consiga garantir o acesso ao direito. Esse gráfico mostra a quantidade de requerimentos feitos ao INSS nos últimos quatro anos.

Os senhores podem observar que em 2003 nós tínhamos uma média de 344 mil requerimentos, média/mês. Em 2004 ele subiu para 459; 2005 caiu para 428 em função de dois meses de baixa que é relacionado com dois meses de greve, praticamente; e em 2006 nós temos uma média de 582 mil requerimentos/mês, ou seja, um crescimento de quase 50% ou mais de 50% em relação ao ano anterior e com um pico em maio de 2006 de 750 mil requerimentos/mês protocolados.

Então, isso mostra que com o conjunto de ações na área da qualidade do atendimento nós conseguimos ampliar em 50% o volume de requerimentos, isso é muito importante e isso tem grandes conseqüências.

Ainda no tocante à melhoria do atendimento, para que a gente pudesse fazer esse incremento tão grande no volume de requerimento, além, das ações de qualidade, ampliação do horário de atendimento; além, da contratação de novos servidores, nós investimos muito fortemente na possibilidade de fazer requerimentos por meio da Internet, ou seja, nós reestruturamos no final de 2005, reestruturamos a nossa página na Internet e, além, de reestruturar a página na Internet criamos instrumentos para que os trabalhadores e as trabalhadoras pudessem acessar a Internet, já que eles não têm acesso direto à Internet. E esses mecanismos foram convênios com as diversas entidades patronais, federações do comércio e das indústrias pelo país a fora, entidades que têm centros de inclusão digital para que possa fazer o acesso, e, principalmente, a criação de uma central de tele-atendimento, central de telefone que atende pelo telefone 135 que passou então a agendar perícia médica pelo telefone 135, e aí é fácil de ver esse gráfico.

A linha avermelhada mostra o agendamento feito nas agências; a linha azul, logo abaixo, mostra o agendamento feito pela internet, e aí nós podemos perceber que em junho do ano passado as duas curvas se cruzaram e hoje, janeiro de 2007 nós tivemos 292 mil requerimentos de auxílio-doença feito pela internet. Isso significa que nós retiramos das agências mais de 280 mil pessoas que deveriam ter ido para fazer o requerimento, fora a quantidade de vezes que

o povo vai para fazer o requerimento e depois não consegue fazer.

Então, isso que mudou a qualidade efetiva do nosso atendimento, foi a possibilidade de fazer o atendimento fora da agência, com o agendamento previamente definido.

Reflexo disso é o tempo de permanência do segurado nas nossas agências. Essa é uma estatística feita a partir do sistema chamado Siga, um sistema implantado em 679 agências, aonde o segurado quando chega pega a senha, e ao momento que ele é atendido, termina o atendimento é dado baixa. Então, feito o cômputo médio, nós tínhamos um tempo de 1 hora e 45, 1 hora e 50 minutos em outubro de 2005 e conseguimos baixar esse tempo agora para uma hora, ainda é muito tempo, o tempo médio de espera ainda é muito tempo. Quando nós chegarmos no ponto onde todo o atendimento na Previdência possa ter sido agendado previamente, portanto, o segurado chegando na agência com hora marcada, nós acreditamos baixar esse tempo para 35, 40 minutos, no máximo.

Como conseqüência da redução do tempo, a redução do número de pessoas que vão até as agências, nós temos aí um indicador das nossas filas. Isso aí mostra o seguinte: em dezembro de 2005, todo mundo lembra a discussão sobre a fila, se a gente vai ou não vai acabar com a fila, e essa era a nossa meta acabar com a fila da madrugada nas agências da Previdência Social.

Em dezembro de 2005 nós medimos a fila, medimos é uma coisa simples, toda vez que você tem um objetivo você tem que medir para poder ter a meta e saber onde vai chegar. Medimos, nós tínhamos uma média de oitenta pessoas na fila no momento em que a agência era aberta. Média de oitenta pessoas significa, Senadoras e Senadores, significa que nós podemos ter lugar que tem dez, quinze, vinte; mas lugares que tem duzentas, trezentas, quatrocentas, quinhentas pessoas na fila.

Depois desse conjunto de ações, qualidade no atendimento, Internet, aumento do tempo de abertura das agências, contratação de novos funcionários, esse número caiu para quarenta, trinta e cinco, trinta, e agora dezembro de 2006, que é a nossa última medição conhecida, nós estamos com média de vinte pessoas na fila, isso significa que nós reduzimos para 1/4 a quantidade de pessoas na fila no momento que a agência é aberta.

Nós temos convicção que esse número em termos médio tem que baixar para cinco, dez, porque sempre, obviamente, nós vamos ter pessoas que vão estar na porta da agência na hora que abre a agência, ninguém vai conseguir fazer como a produção de carro japonês,

“on time”, quer dizer, abre a porta e o cara chega, não vai ter jeito, então ele vai chegar sempre antes. Mas ela tem que ficar num número de cinco, dez, quinze pessoas que é um número médio aceitável.

Dentro da linha da melhoria de garantir o acesso ao direito, melhorar o atendimento e combater a fraude de desperdício, uma ação desenvolvida pelo Ministério é a questão do senso previdenciário, que eu tive oportunidade de mostrar aqui nesta Casa o projeto, lá em setembro de 2005, e aí nós temos um quadro que mostra os resultados até agora. Os senhores devem se lembrar que o modelo do senso foi montado para ser um modelo muito lento, muito devagar, mas muito seguro respeitando as condições dos nossos aposentados e pensionistas, condições aonde eles precisam de questões e condições especiais, porque tem dificuldade de leitura, às vezes de compreensão, de locomoção. Portanto, desde o momento em que o segurado é convidado para fazer o agendado até o último edital de suspensão do benefício se passam oito, nove meses, então é bastante demorado, tanto que começamos em outubro de 2005 e os seus reflexos irão até setembro de 2007, por isso que eu dizia que isso é uma ação, embora, política do nosso Governo, é uma ação do Estado Brasileiro porque a lei já há muito tempo colocava que era obrigatório fazer o senso a cada cinco anos. Desde 91 estava colocado é a primeira vez que nós estamos concluindo um senso dessa magnitude. Para ter idéia do tamanho disso, nós estamos fazendo um senso com dezessete milhões e duzentas mil pessoas, desses dezessete milhões e duzentas mil pessoas, nós temos ainda sem participar do senso apenas 758 mil 346, portanto, nós estamos no nosso finalzinho, e é importante documentar aqui dois conceitos importantes, o primeiro é o da cessação de benefícios. Então, depois de todo o processo de avisar no terminal, mandar carta, fazer edital, suspender o benefício, permitir que durante três meses depois de suspenso, o beneficiário aparecer no banco comprovar a existência, trazer o documento o recurso é liberado quase que imediatamente, depois disso tudo o benefício é suspenso.

Então, nós temos ali naquela coluna benefícios cessados. Nós cessamos até agora 43 mil, 553 benefícios com basicamente até o mês de março, porque já estamos computando ali a cessação que vai estar colocada agora no pagamento da próxima semana. Ainda falta colocar as cessações que ocorrerão a partir de abril até setembro, esse número deve subir bastante. Mas o mais importante do senso não é a cessação direta pelo senso, o mais importante é na última coluna ali. Cessações por motivos não relacionados ao senso, 726 mil, então dessa massa de 17 milhões,

726 mil foram suspensos. Que suspensão é essa? É uma suspensão que não está ligada diretamente com o senso, mas é uma suspensão que tem a ver com o senso, por quê? Porque a Previdência Social sempre cessou benefício, quando o segurado falece a família comunica, ou o nosso sistema de informação de óbito nos passa a informação, a DATAPREV roda as informações e faz as suspensões. Só que nós tínhamos antes do senso algumas dificuldades, primeiro: grande parte ou uma parte das famílias não devolvia, aliás, nem sabia que tinha que devolver, às vezes até pensava que o cartãozinho fazia parte da herança. Isso aconteceu e não é brincadeira. De outras vezes a informação não chegava até a Previdência via o sistema de óbito, mas o sistema nosso não era capaz de detectar. Porque aparecia lá Nelson Machado, deve ter uns quinhentos Nelson Machado, então qual deles? Então, na dúvida não pode cortar de ninguém.

Agora com o cadastro mais adequado, atualizado para aqueles que já fizeram, com a campanha que foi feita com relação aos benefícios, com relação ao senso, a importância de comparecer e a adesão dos nossos aposentados e pensionistas que aderiram muito fortemente à questão do senso; a velocidade de suspensão dos benefícios aumentou muito. Então, esses 726 eu não consigo separar o que é que é o normal, o que é que é o aumento de velocidade que precisaria fazer estudos econométricos, mas claramente esse benefício, essa sensação aumentou muito rapidamente, o que mostra que, efetivamente, o senso tem sido um sucesso.

Nós temos tido muito cuidado com o senso porque nós tratamos com um pessoal que tem dificuldades, e eu quero já até colocar aqui para a Comissão alguns aspectos que me preocupa bastante e nós vamos ter dificuldades no próximo mês de abril, isso porque no nosso modelo nós tínhamos colocado a possibilidade daqueles que não tiverem condição de locomoção pudessem mandar um procurador fazer o senso, e isso foi feito, o procurador faz o senso. Acontece que o senso só se completa quando um funcionário da Previdência vai lá e faz a visita e comprova que o segurado está naquele endereço e tal.

Nós tivemos mais de seiscentos mil benefícios sendo recenseados pelo procurador, já fizemos trezentas e tantas mil visitas e dessas trezentas e tantas mil visitas, 32 mil não foram encontrados. Esses que não foram encontrados nós já lançamos o edital na semana passada, agora o edital convidando para que eles compareçam a uma agência da Previdência Social para dar o novo endereço do segurado, porque o segurado, nesse ínterim, pode ter mudado, pode ter ido para casa do outro filho, mudado de casa de repouso, pode

ter acontecido alguma coisa, o nosso funcionário pode não ter encontrado o endereço correto; enfim, pode ocorrer várias questões, várias possibilidades, mas o fato objetivo é que nós não encontramos. Portanto, o benefício poderá ser suspenso. Então, nós fizemos o edital convidando para fazer a visita até a agência, levar o novo endereço para que a gente possa fazer a visita. Caso isso não ocorra, nós teremos a suspensão de cerca de 30 mil benefícios de pessoas que fizeram o senso mediante procurador e que não foram encontrados. E portanto, o que nós teremos a partir de abril é uma possibilidade dessas pessoas terem o benefício suspenso e aí terem que, obviamente, irem até a agência, dar o novo endereço para que o nosso funcionário faça a visita e que ele possa, então ter o benefício reativado. Isso, obviamente vai demorar uns cinco, seis, dez dias para o benefício ser reativado. Então, é uma questão importante e eu já queria deixar essa comunicação, que nós precisamos do apoio, inclusive, da Comissão para que compreendam que a Previdência não pode deixar de suspender esse tipo de benefício, embora nós saibamos que vai ocorrer situações onde as pessoas ficarão dez, quinze dias, porque, muitas vezes, essas pessoas podem não existir, evidente, mas grande parte deve existir, simplesmente mudou de endereço e não toma conhecimento e colocar o edital, a gente faz porque é obrigação legal, mas pouquíssimas pessoas lêem edital, vocês sabem disso.

Aí a questão das pesquisas, eu já falei. Então, nós já temos 651 mil pesquisas geradas, 390 mil já foram respondidas, 136 falta aguardar resposta e 124 mil está sendo para distribuir. Então, esse processo desse edital da 30 mil vai se repetir, agora todos os meses teremos um pequeno edital das pessoas que fizeram por procurador e não compareceram.

Falar um pouquinho aqui de auxílio-doença. Dentro dessa linha de combate às fraudes e desperdícios, além, do senso uma outra ação com relação ao auxílio-doença. O auxílio-doença é um instituto fundamental de cobertura dos trabalhadores brasileiros. Por que ele é fundamental? Porque ele provê o recurso, provê o salário para quando o trabalhador ou a trabalhadora, por condições de doença profissional ou acidente de trabalho, ou uma doença qualquer que a impossibilite de trabalhar ele possa ter um seguro social, ele ter a sua garantia, ter a sua renda para manter a sua família até que ele possa voltar à condição de trabalho.

O que é que aconteceu com o auxílio-doença? O auxílio-doença aconteceu uma coisa muito grave neste país.

Esse gráfico mostra a quantidade de auxílios-doença emitidos em um mês pegando os pontos de dezembro em dezembro de cada ano.

Em 2000, em dezembro de 2000 a Previdência Social pagou 569 mil benefícios. A partir dali essa quantidade fez uma inflexão e uma subida vertiginosa, passou para 650, 950, 1,2 milhão, 1,5 milhão; fechou 2005 com 1 milhão 618, sendo que em 2005 já estava caindo, porque o pico foi outubro 1 milhão 660.

O auxílio-doença tem a ver com as dificuldades no trabalho, no ambiente de trabalho, a forma do trabalho; enfim, tem a ver com a quantidade de segurados, tem a ver com as doenças, mas não tem nada, do ponto de vista material, objetivo no nosso mercado que explique que a gente saia de 600 mil para 1 milhão e 600 em cinco anos, não tem nada que possa explicar isso do ponto de vista das doenças objetivas.

Nós passamos a analisar qual era a causa disso por quê? Não tivemos nenhuma tsunamé, não tivemos nenhuma peste, não tivemos terremoto, nada. Então, como é que pode acontecer isso? As empresas não pararam de cuidar dos seus. As leis continuaram iguais de seguro... Por que é que mudou?

Então, nós detectamos duas questões que nós consideramos que são centrais. A primeira é que a partir da 2000 a questão da terceirização da perícia médica ganhou asas e voou para tudo quanto é lado. Porque até então era possível a terceirização, seja médico perito terceirizado, mas tinha um supervisor que validava aquela perícia. Ocorre que o acúmulo de necessidade de perícia era tão grande que se tornou inviável fazer a perícia depois validar a perícia com... E a opção foi liberar para a terceirização mesmo. Portanto, qualquer médico conveniado, um simples contrato, ganhando por consulta feita, passou o fazer perícia médica.

Esse é um dos elementos que fez que a curva tivesse esse comportamento. Um outro foi a mudança na forma de cálculo do auxílio-doença. O auxílio-doença que tem como objetivo manter o salário do trabalhador no momento que ele deixa de trabalhar e é um benefício transitório, não é um benefício permanente, é um benefício transitório que tem um período curto de duração, ele passou a ser computado, o cálculo do benefício passou a ser computado como se fosse um benefício permanente e isso significa que pega toda a vida laboral, escolhem os 80% das melhores observações e tira a média, depois de atualizada mensalmente. Isso causou uma distorção. Qual a distorção? A distorção é que em mais de 50% dos casos o auxílio-doença pago pela Previdência Social é maior que o salário do trabalhador. Então, isso é uma disfunção porque isso passa a induzir, é racional, o benefício pago pela Previdência em 50% dos casos é superior ao último salário percebido. Isso é, obviamente uma indução ficar no auxílio-doença. Qualquer um faria isso, gente, é racional. Se você ganha dez e pode ganhar doze,

e ganho doze, por que vai voltar a ganhar dez? Não tem cristão que faça diferente. Qualquer um da sala aqui... É uma questão racional isso. Então, esse é um dos elementos, é uma disfunção. E por que acontece isso? Por várias razões.

Temos (inaudível) no salário ao longo do tempo, desemprego no meio do caminho e tal. Mas o que faz com que e qualquer técnico pode fazer essa continha, é uma coisa simples de fazer. Ao longo do tempo, quando a gente pega toda a vida laboral o que é que acontece? Nós estamos pegando período onde a inflação foi elevada, inflação elevada. Inflação elevada significa que nós temos um valor do salário aqui com poder de compra nesse patamar no momento em que ocorre o dissídio, mas que mês a mês, dia a dia com a inflação ele vai corroendo, então o poder de compra real vai caindo. Portanto, o salário médio real naquele ano de inflação não é esse pico aqui, está aqui no meio, porque todo mundo entende isso, ele vai caindo em maneira de compra. Mas o processo de cálculo que é de atualizar mês a mês cada um deles faz com que o valor do salário fique parecendo real para o efeito da média, então isso eleva o valor real da média.

Então, em 50% dos casos nós temos essa disfunção. Essa disfunção está sendo corrigida, tem um Projeto de Lei de autoria aqui do Senado a partir de uma Medida Provisória que foi aprovada na Câmara, aí caiu no Senado, o Senado transformou num Projeto de Lei, já foi aprovada pelas Comissões, me parece que hoje está em plenária, deve estar na pauta para ser alterada. Esse projeto para a Previdência Social é muito importante porque ele atua na questão da gestão, esse projeto originalmente estava só com a questão de colocar um teto para o auxílio-doença. É importante, Senadoras e Senadores, ele não muda o critério de cálculo, o critério de cálculo permanece o mesmo, porque nós entendemos que o critério de cálculo tem que ser uniforme para todos os benefícios, é correto isso. Então, pega a vida laboral inteira, fica com menos exceções, é mais fácil.

Então, o critério de cálculo é o mesmo. A única coisa que está sendo colocada é que feito o cálculo nós tenhamos um teto, que esse teto seja a média do salário dos últimos doze meses, que foi uma sugestão, inclusive, da Câmara. Nós tínhamos colocado o teto ser o último salário, mas numa discussão, eu acho que com a Câmara e aqui com o Senado foi colocado o seguinte: ele pode estar no último mês, no último mês do dissídio.

Então, façamos a média, não tem problema, faz a média. Então, o teto é a média. Além disso, foram colocados também nesse Projeto de Lei, algumas coisas que vão nos ajudar muito em termos de gestão que é

estabelecer responsabilização para os cartórios que não informarem correta e adequadamente os óbitos sobre a sua jurisdição, porque o nosso sistema de óbitos é fundamental que tenha presteza na informação, qualidade e clareza. Então, esse projeto também coloca questões dessa natureza. Parece-me que ele também coloca a questão dos 11% que já foi aprovado no simples e talvez tenha que retirar isso desse PL.

Então, o que aconteceu com o auxílio-doença? A partir dessas indicações nós fizemos duas coisas: uma é a questão do Projeto de Lei que está aqui e eu espero que a gente consiga aprovar com celeridade, ponto um e ponto dois. Em 2003 o Congresso Nacional votou uma lei obrigando a Previdência Social a acabar com a terceirização médica, acabar com a terceirização, e deu prazo até fevereiro de 2006.

Então, o Executivo a partir da 2005 tomou todas as providências para que a gente pudesse contratar médicos peritos e acabar com a terceirização, e isso foi feito. Hoje todos os médicos peritos são concursados, funcionários públicos e, portanto, que tem um dever de lealdade com o Estado e com a população para prestar um serviço, garantir o acesso ao direito, mas apenas àqueles que têm direito.

Consequência disso. Esse é o valor, aquele lá é em quantidade, aqui é em valor. Eram 4 bilhões por ano, pagamos o ano passado 2005, treze milhões e 2006, doze bilhões. Então... Bilhões, isso aí é bilhões. Saiu de quatro para treze bilhões, e o ano passado com a medida de gestão nós conseguimos trazer para treze, e eu acredito que com as medidas de gestão em andamento e com a política de combater os efeitos, combater os efeitos efetivos da doença e da questão dos acidentes profissionais, nós podemos reduzir isso muito mais. Nós já fizemos a regulamentação da lei que foi aprovada já pelo Congresso, mudando as alíquotas de segurança do trabalho que vai beneficiar as empresas que tiverem menos auxílio-doença, menos pessoas que vão buscar o auxílio, portanto, tiveram doença profissional ou acidentes, e beneficiando aquelas que tem menos e penalizando as que têm mais.

Em termos de quantidade... Pode passar mais uma? Esse é o gráfico que mostra as quantidades, mas agora só pegando mês a mês. Então, vocês podem observar o momento em que a terceirização começa a deixar de fazer efeito. Ele pega de janeiro de 2003 e vai até janeiro de 2007.

Nós temos ali em outubro de 2005 um pico de 1 milhão e 600 que eu havia falado, ali nós temos uma queda onde começa a aparecer já o trabalho dos médicos peritos terceirizado, ele caiu mais do que a gente esperava, porque faltou médico, o nosso concurso, infelizmente, atrasou dois meses no começo de 2006,

mas com a retomada dos novos concursados, então as perícias que estavam represadas foram desrepresadas, subiu um pouquinho e agora eu acho que ele retoma a linha de estabilidade e de queda. A linha pontilhada mostra quanto seria a quantidade de benefícios de auxílio-doença caso não tivesse tido nenhum tipo de mudança. Se seguisse a trajetória normal hoje, ao invés de 1,5 milhão, nós estaríamos perto de dois milhões de benefícios. Então, é importante a gente olhar para essa questão, a gestão previdenciária é fundamental para que a gente possa ter uma gestão saudável, justa e sustentável no longo prazo.

Aqui está mostrando os efeitos mês a mês da quantidade de benefícios, esses são os benefícios permanentes, nós temos hoje vinte milhões de benefícios permanentes e eu queria chamar a atenção também para o descolamento dos pontos observados da curva de tendência. No meio de 2006 para frente nós temos um pequeno descolamento. Como nós estamos aumentando a capacidade de atender, como nós estamos tendo mais requerimento e não estamos negando mais do que negávamos antes, portanto, devia estar aumentando a velocidade, e os pontos deveriam estar acima da projeção, estão abaixo. Estão abaixo por quê? Está abaixo em função do trabalho do senso previdenciário, do aumento da velocidade da suspensão de benefícios que não tinha antes, fruto da gestão, fruto do senso.

Essa aqui é a quantidade de benefícios assistenciais. Lembrar sempre que benefícios assistenciais que é a LOAS, Lei Orgânica de Assistência Social, elas não compõem as contas da Previdência, mas são administradas pelo INSS. Portanto, os números estão aí, observem que ele tem um crescimento bastante expressivo em 2004 até 2006 quando tivemos a antecipação da idade de 68 para 65 anos e agora ele retoma o patamar de crescimento normal, continua... Crescimento nós temos hoje 2 milhões 956 mil benefícios assistenciais tanto para idoso quanto para pessoas deficientes.

Isso é a curva que sintetiza todos os benefícios assistenciais, os benefícios permanentes e os benefícios de auxílio-doença.

Então, chamar atenção também para a curva, nós tínhamos uma tendência de crescimento que vinha até novembro de 2005, a partir de 2005 os dados observados descolam da curva, e descolam da curva em função da gestão.

Quero deixar claro que esse deslocamento aí é um deslocamento temporário, por que é temporário? Porque ganho de gestão nós temos, e aí temos um limite, no primeiro momento você tem um ganho maior, mas gestão você ganha mais, aplica em qualidade e

etc., mas nós temos algo que é inexorável, nós vamos viver mais e a idade passa para todos nós, ela é inexorável, não adianta e nós teremos uma redução na nossa taxa de fertilidade. Portanto, o volume de benefícios sociais a serem pagos vai retomar a taxa de crescimento dentro de alguns anos, aí no médio prazo quatro, cinco, seis anos, essa também é uma formulação importante, nós estamos trabalhando que no curto prazo e curto prazo previdenciário, significa que no curto prazo, três, quatro, cinco anos as coisas não vão mudar as contas, mas lá na frente vão mudar, por isso que vamos ter que discutir o Fórum.

Esse dado repete o do anterior, só que em barras anuais, mostrando que em janeiro da 2007 nós temos benefícios previdenciários 21 milhões 590 contra 21 milhões 640 em dezembro de 2005, aquele gráfico já mostrou que tem uma pequena queda em janeiro. E benefícios assistenciais a barrinha branca embaixo, 2 milhões 940, contra 2 milhões 960 em 2007.

Eu gosto, particularmente, deste gráfico e quero chamar atenção disso porque ele separa com clareza na barra aquilo que é benefício previdenciário do que é benefício assistencial porque nós acostumamos sempre falar em 24 milhões e aí faz confusão. Nos 24 milhões e 500 mil, estão juntos os benefícios assistenciais que não estão nas contas do déficit da Previdência, nunca estiveram, então é importante deixar isso claro. Por isso que eu gosto dessa barra, porque mostra benefício previdenciário, 21 milhões 590, isso está dentro da Previdência, nas despesas e receitas da Previdência. Os 2 milhões 960 é a Lei Orgânica de Assistência Social, benefício assistencial pago pelo Tesouro com as contribuições do assegurado social.

E essa aí é a última tabelinha, que eu também gosto muito. Ela mostra a execução do ano passado, 2006, e mostra o seguinte: na linha axuriada(F) com verde nós temos arrecadação líquida de 123 bilhões o ano passado, essa arrecadação é só sobre a folha de pagamento especificamente, mais a contribuição rural sobre a primeira comercialização, e depois nós temos na linha axuriada(F) também, a linha 4, nós temos os pagamentos dos benefícios previdenciários, foram pagos 165 bilhões, 585 e a linha 5 axuriada(F) também nós temos então o déficit tradicional que é 42 bilhões o ano passado, 42 bilhões.

Esse é o modelo tradicional de apresentação de contas aonde coloca simplesmente a receita exclusiva e arrecadada só sobre a folha versos todos os benefícios da Previdência.

Eu acho que nós temos que ter uma maneira mais adequada de fazer a apresentação das contas, até para dar, efetivamente, nome aos atores que estão no palco.

Então, nós já temos item 2: arrecadação da CPMF, isso a lei diz com toda clareza que do 0,38 0,10 é receita previdenciária. O Tesouro sempre transferiu isso para a Previdência, mas transfere e aparece lá nas necessidades de financiamento como se fosse déficit depois. Então, a nossa sugestão é que isso entre como receita efetiva, transferência e receita, e tudo bem. Além disso, nós temos um conjunto de renúncias previdenciárias. Renúncias o que é que são? São receitas potenciais que a Previdência deixa de arrecadar em função de políticas públicas corretas, adequadas, mas não previdenciárias e não são previdenciárias, por exemplo, o Simples, importantíssima a questão do simples, muito importante, ele fortalece a formalização do emprego, formalização das empresas, é muito importante isso, mas uma empresa do Simples que tem três funcionários não recolhe 20% sobre a folha como todas as outras empresas, no entanto, o seu funcionário vai se aposentar vai ter salário-maternidade, auxílio-doença, reclusão; igualzinho a todos os outros. Então, em função de uma política pública definida e aceitável, correta, nós temos uma perda de receita potencial da Previdência, isso não pode ser colocado então como um déficit da Previdência Social, isso é uma receita em potencial que devia ser coberta pelas outras receitas da seguridade feita pelo Tesouro.

Entidades filantrópicas. A mesma coisa, ninguém vai discutir aqui a validade, a importância da política pública de fortalecer as santas casas de misericórdias, os hospitais filantrópicos, as universidades que hoje dão as bolsas do ProUni, um programa maravilhoso que incorpora milhares e milhares de estudantes na possibilidade de ter um curso superior, mas isso é política de educação, não pode ficar à conta da Previdência Social. A mesma coisa das assistências sociais que presta um serviço enorme para o Ministério da Previdência Social também devia estar lá na conta do meu amigo Patrus Ananias, e assim por diante.

A exportação da produção rural, 1 bilhão e 800. É claro que ninguém exporta imposto, tudo bem está certo, tem que fazer a desoneração da exportação, não tem dúvida nenhuma. Agora isso é política de governo, isso não é política previdenciária, portanto, isso aí também deveria ser uma receita da Previdência. Se a gente computar, portanto, essas receitas potenciais, se a gente alocasse essas receitas potenciais como despesa lá nas políticas aonde elas realmente fazem sentido, então o nosso déficit deixaria de ser os 42 que estão axuriados(F) e passaria para 22. E dentro dos 22 a gente estaria separando com muita clareza. Na área urbana que é o setor contributivo nós teríamos 4 bilhões. Esse número foi divulgado há um mês e meio com 3 e 700, agora está com 4 e 100 porque

foi revisto as estimativas de renúncia. Esses números são, obviamente, gerenciais, portanto, eles podem ser mudados na medida em que vai sendo realizado. Tem uma notinha de rodapé que mostra até quando foi realizado e assim por diante. Mas a qualidade do número não muda. Então, 4 bilhões e 100 é o déficit do setor urbano contributivo, e o setor rural 18 bilhões 266. Essa separação é importante para mostrar o seguinte: o setor urbano contributivo que é o que tem a maior receita e a maior despesa. Se nós continuarmos apostando firme em pequenos ajustes na gestão com a ajuda desta casa, nós podemos trabalhar com a idéia de levar isso a zero. Aliás, porque isso não pode ter déficit, não faz sentido, se ele é contributivo e nós trabalhamos com o conceito de que nós trabalhamos com a repartição simples que é a solidariedade entre as gerações, isso não pode ser déficit, tem que ser zero. Então, nós temos que tomar todas as medidas para levar isso a zero.

Já o valor do rural é diferente, porque no valor do rural quando foi criado esse benefício previdenciário, foi dito com todas as letras que a forma de pagamento seria sobre a produção agrícola e teríamos outras receitas para colocar. Então, ele está lá, são 18 bilhões. Nós temos muita coisa para melhorar em termo de gestão, mas isso aí sempre vai ter uma despesa superior à receita, sempre, e isso não tem importância nenhuma, porque no mundo inteiro também é assim, no mundo inteiro é assim, só precisamos melhorar a nossa gestão.

Temos um Projeto de Lei, está na Câmara, deverá vir para o Senado, espero, o mais breve possível, que vai melhorar muito a nossa capacidade de gerir esse benefício que é fundamental para as famílias, que fixa as famílias trabalhadoras no campo, na economia agrícola que é fundamental para gente ter um trabalho de socialidade, de civilidade neste país, nós temos que proteger, efetivamente, o homem do campo.

Essas eram as coisas que eu queria passar em termos gerais. Pode terminar a apresentação.

Então, a partir disso, eu só queria colocar duas coisas: o nosso diagnóstico é que nós não precisamos sair correndo para fazer nenhuma reforma, ponto 1, não precisa, por quê? Porque em termos de política pública, em termos de contas públicas os próximos quatro ou cinco anos as contas estão dadas, nós não vamos mudar o patamar de necessidade de financiamento com participação do PIB, dos 2% do PIB, quando a gente pega 42 bilhões, ali dá dois e pouquinho do PIB, isso não vai mudar. Com as medidas de gestão que já foram tomadas, a aprovação da receita do Brasil que foi feita agora recentemente, nós vamos ter melhor condição de fazer a fiscalização, a administração e a arrecadação,

portanto, isso já é uma melhora. Com a aprovação da questão do auxílio-doença e os programas de gestão de melhoria da qualidade do trabalho nas empresas que vai buscar, fundamentalmente, em primeiro lugar, reduzir a doença e a dor dos trabalhadores e conseqüentemente, reduzir também o auxílio-doença que é uma conseqüência desejada também, nós temos condição de manter isso no patamar. Agora, nós temos consciência que nós temos o dever, nós temos a obrigação de neste momento discutir com calma, com tranquilidade, sem, inclusive, a pressão partidária do momento, até porque ninguém sabe quem vai pagar a conta, qual é a força hegemônica, quem vai pagar as contas nós sabemos, quem vai pagar a conta são os que vão nascer ainda, que não nasceram até, mas ninguém sabe em termos de força política quem é que vai estar administrando o Senado, quem é que vai estar administrando o Ministério da Previdência, quem vai estar sentado no Palácio do Planalto daqui a dez, quinze, vinte anos, ninguém sabe isso.

Agora, todos nós sabemos que a nossa população está mudando, a nossa pirâmide etária vai deixar de ser uma pirâmide muito rapidamente. Todo mundo sabe disso. Nós já estamos, Patrícia, permita-me chamá-la assim, Senadora, nós já estamos num momento onde a taxa de fertilidade das mulheres caiu de 6, 7 na década de 60, minha mãe teve 7 filhos para 2, 2.1 que é aquilo que os demógrafos(F) chamam ponto onde nós estamos só na reposição.

Então, nós temos uma visão de futuro que mostra que em 2040, 2050 nós teremos uma população decrescente e envelhecida, que é o cenário do mundo europeu, nós teremos esse cenário daqui a 40 anos. Então, é obrigação nossa hoje discutir e pensar como nós temos que montar um modelo previdenciário que seja justo e sustentável no longo prazo. Isso é obrigação nossa, porque hoje nós temos tempo de fazer isso com calma, com discussão e observando os pressupostos que o Fórum Nacional da Previdência se colocou que é manter a Previdência Social pública, básica, universal e solidária e o pilar privado, complementar e de capitalização. Respeitar todos os direitos adquiridos, nós temos condição de fazer isso. Respeitar todos os direitos adquiridos. Ou seja, aquele que se aposentou, aquele que tem a sua pensão está reservado, está preservado. E podemos garantir que podemos fazer uma transição longa para as novas situações porque, evidente, se o nosso (inaudível) de vida há cinco, dez, quinze anos era de 50, 55, 60; e hoje caminhamos para 70, 75, 80, não dá para dizer que nós podemos manter o mesmo modelo de hoje, não dá, isso é impossível, matematicamente é impossível, todo mundo sabe disso, não é possível. Não é possível por quê? Porque é uma ques-

tão física. O pacto que foi feito na década de 60 e 70 tinha um cenário, hoje o cenário é totalmente outro e nós estamos vendo já o que acontece lá fora, estamos vendo na Europa o que está acontecendo.

Se a gente não fizer o consenso na sociedade mais rapidamente possível para fazermos as alterações o mais rapidamente possível, mas com a projeção de transição longa, em algum momento alguém será obrigado a fazer, talvez sem essas condições propícias que nós temos agora. Eu acho que nós temos uma quadra histórica muito importante e possível para fazer o consenso. Na busca do consenso, então Srs. Senadores e Senadoras, o programa de aceleração do crescimento criou o Fórum Nacional, o Fórum Nacional tem seis meses de prazo para buscar consensos, nós convidamos as centrais sindicais, todas as centrais do país. Convidamos a confederação dos aposentados, a CONTAG que é a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, as confederações empresariais da agricultura, do comércio, transporte, finanças, são as cinco indústrias. Temos oito Ministérios envolvidos. Estamos convidando diversos órgãos, entidades para serem observadores no Fórum e o objetivo do Fórum é durante dois meses, discutir e trazer para o Fórum e para a sociedade brasileira o diagnóstico, quais são os dados que as nossas academias, que os nossos institutos de pesquisa, que as nossas universidades já têm, já levantaram, ninguém vai estudar nada de novo, já está tudo aí existindo, todo mundo conhece isso, mas se isso está fechado, isso não fez ainda o debate nesta Casa, o debate no Executivo como um todo, e o debate principalmente na sociedade.

Então, o Fórum vai ter esse papel, fazer o debate no Fórum e fazer isso na sociedade.

Depois temos um período para analisarmos as propostas. Também proposta não precisamos inventar nenhuma, tem proposta para tudo quanto é gosto, em tudo quanto é canto. Então, o que nós vamos ter que fazer é simplesmente trazer as propostas para o Fórum, fazer o levantamento e depois fazer uma discussão, um debate e buscar o consenso. E pensando sempre que este acordo, este consenso tem que refletir um conjunto de pessoas que não está no Fórum, os interesses deles que são os interesses dos nossos filhos e dos nossos netos. Esse é o direito mais fundamental que nós vamos ter que observar na busca desse consenso, porque é fácil nós discutirmos os direitos daqueles que estão aqui, cada um se defende, agora nós temos que defender o direito daquele que não está em condição de se defender agora, que é a geração futura. E é por isso que eu aposto muito na possibilidade de construirmos um consenso no Fórum e consensos esses que depois serão obviamente tra-

duzidos em ordenamentos legais e serão então apreciados por esta Casa.

Era isso. Muito obrigado.

(palmas).

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Agradecer, mais uma vez, a explanação tão esclarecedora que o Ministro nos trouxe a esta Comissão e já, imediatamente, passar a palavra ao Senador Paulo Paim, autor do requerimento, Presidente da Comissão de Direitos Humanos que usará o seu tempo, o tempo que for necessário para fazer suas indagações e comentários.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Obrigado, Senadora Patrícia Saboya Gomes, que preside esta Comissão de Assuntos Sociais.

E dizer que eu vou tentar ser o mais breve possível, até porque os outros Senadores também devem formular as suas perguntas.

Primeiro dizer, Ministro Nelson Machado, que eu entendo que V. Ex^a. reúne duas grandes condições para mim para estar a frente desta pasta. Eu lhe confesso, não sei se ajuda isso, se dependesse de mim, essa é uma das pastas que o Presidente não deveria mexer, mas nós sabemos que a decisão é do Presidente e ele que vai tomar. Porque eu tenho acompanhado o seu trabalho de perto, com muito carinho e respeito. Estive diversas vezes quando assim solicitei junto a V. Ex^a., V. Ex^a. ter me explicado detalhadamente os questionamentos que, porventura, eu tenha levantado.

Eu acho que V. Ex^a. foi muito corajoso, claro, com a participação do Presidente da República quando faz essa separação do sistema contributivo e da assistência, os dois são legítimos, e eu dou esse depoimento que para gente, é como eu tenho dito Ministro, a gente está lavando a alma na sua gestão. E lhe confesso que eu fiquei muito feliz naquele dia que o Presidente da República recentemente, e isso não me vem mais com essa história, a frase é do Presidente, de déficit da Previdência, baseados nas contas e números que naturalmente V. Ex^a. expôs aqui com brilhantismo de sempre, que se todos os recursos destinados à Previdência, não estou falando em seguridade social, simplesmente, o que é destinado à Previdência, entre eles a condição de empregado e empregador, efetivamente, como mudaram o constituinte de 88 eu estava lá, porque nós sabíamos que só a contribuição da folha de pagamento não seria o suficiente, se as contribuições asseguradas pela Constituição, efetivamente, ficasse no caixa da Previdência daria para chegar naquilo que V. Ex^a. tem enfatizado aqui com muita força de não ter déficit. V. Ex^a. dizia que mesmo esses 4bi dá para fazer desaparecer.

Eu acho que V. Ex^a. está com a razão, eu sei que há questionamento na questão também do auxílio-saúde, tem que fazer esse debate, não dá para negar, e V. Ex^a. foi muito feliz quando diz: “eu venho da fábrica, chão de fábrica”, mas claro, se eu percebo que se eu parado o meu salário é x mais y, qual é a vantagem de estar trabalhando? Então, é questão de justiça, justiça com o trabalhador que está na fábrica, inclusive, que está lá trabalhando. É uma grande injustiça com a Previdência, como eu sempre digo quando participo em debate com as entidades sindicais que é nossa, não é de ninguém, é nossa, se nós não viabilizarmos ela, o problema é nosso mesmo. Cada vez mais viram outras leis arrojando e diminuindo o benefício.

Então, tem que haver isso que eu chamo que é o bom senso, e o bom senso para mim, o bom senso todos ganham. É muito fácil eu vir aqui e dizer que o ideal seria que mesmo o auxílio-saúde fosse o dobro do salário que estará na fábrica, mas é irreal. Eu estaria mentindo para mim mesmo porque eu sei que não tem como sustentar. Agora, a média feita nos últimos doze meses eu acho que é um equilíbrio, por que não? Ele não vai receber menos daquilo que ele está ganhando, não vai, então é justo.

Segunda questão, Ministro, eu acho que a idéia do Fórum também que vem via PAC, eu acho que é positivo, eu acho que é uma reflexão boa durante seis meses que V. Ex^a. está convocando toda a sociedade. Nós tomamos a liberdade, e confesso aqui que dialoguei com V. Ex^a. de encaminhar aqui um projeto ao Congresso Nacional no sentido que se forme aqui no Congresso também uma Comissão mista, pode ser sete ou onze Senadores e Deputados, sete Senadores, sete Deputados, ou onze Senadores, onze Deputados para acompanhar o debate no Fórum.

Eu dizia e repito aqui, acho que não é bom para ninguém receber um pacote pronto onde você não sabe de onde veio esse pacote e daí iniciar um outro debate, quem sabe, de mais seis, oito, dez, doze, quatorze meses ou, quem sabe, alguns anos. E, então nós pretendemos a partir desta Comissão acompanhar o debate do Fórum e ter dentro do possível aqui no Congresso, V. Ex^a. fazendo a exposição de como é que está indo o trabalho e apresentar, quem sabe, também ao Parlamento as suas sugestões para o Fórum.

Eu dizia ontem na tribuna e vou tentar aqui concluir, Ministro. Eu não tenho problema nenhum de enfrentar o debate da idade mínima. Como V. Ex^a. disse: a longo prazo, com equilíbrio, mas nós vamos ter que enfrentar esse debate, mais hoje ou mais amanhã. E nos Fóruns onde eu tenho participado com os trabalhadores, eu tenho dito que nós temos que fazer o

debate, que um dia ele virá sendo esse governo ou outro governo.

Agora, qual será essa idade mínima. Vamos debater, de acordo com a transição e qual o período. A quem vai atingir essa idade mínima? Aqueles que entrarem no sistema após a legislação? Vai ter uma regra de transição? Se não é exatamente isso, bom... Eu não estou aqui dando fórmula certa. Mas só quero deixar claro que eu não vejo problema nenhum do conjunto do movimento sindical e a sociedade brasileira enfrentar o debate da idade mínima. E vou para aquele ponto que V. Ex^a. sabe que eu iria falar porque eu falo sempre. Eu acho que nós temos que enfrentar o debate da idade mínima, no meu entendimento, Ministro e acabar com o fator previdenciário.

Eu tenho uma posição muito clara e muito nítida e tenho falado quase que mensalmente, para não dizer semanalmente, da tribuna aqui do Senado que o quanto eu acho perverso o fator previdenciário. Nós temos que ter outra construção de cálculo que aponte um caminho, que retire o fator previdenciário, que penaliza muito, muito, principalmente aqueles que começaram a trabalhar mais cedo. Enfim, aquilo que eu acho que todos aqui já sabem e ouviram eu dizer de tanto que eu tenho dito, que a mulher chega a ter um prejuízo de 40% e o homem de até 35%. Claro, casos são casos, cada caso é um caso.

E em resumo, Ministro eu terminaria só dizendo que eu quero mais é cumprimentar V. Ex^a., essa, digamos, é uma das reuniões que faremos, no longo, creio eu, desses seis meses e vamos todos trabalhar para que, efetivamente, a Previdência Pública Universal, solidária, como coloca, muito bem, V. Ex^a., seja garantida para todos os trabalhadores. Porque o futuro da geração, o futuro dos mais jovens depende de uma previdência que nós podemos fazer com que ela seja, efetivamente, equilibrada e atenda o interesse de todos os trabalhadores.

Nós encaminhamos via a Comissão Mista, do qual eu fui relator, algumas propostas que beneficiariam os aposentados e pensionistas, claro que tem vinculação também com o salário mínimo e termina também com o fator previdenciário que nós vamos remeter para este Fórum com uma forma de colaborar com o debate, não como sendo o dono da verdade, mas como instrumentos para a colaboração no debate.

Mas é cumprimentando V. Ex^a. pelo brilhantismo da exposição. Tenho certeza que o Presidente Lula vai manter esse Ministro na pasta correspondente.

Obrigado, Ministro.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu indago aos Srs. Senadores, integrantes desta Comissão se eu posso chamar os demais inscritos e logo após o Sr. Ministro responderá as indagações que serão feitas. De acordo?

Então, passemos ao próximo inscrito, Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Quero cumprimentar o Sr. Presidente da Comissão, Sr. Ministro Nelson Machado, Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras.

Primeiro, a exposição que o senhor nos traz, sobretudo, para uma apresentação de um quadro da gestão na Previdência e demonstrando, sobretudo, um assunto que tem sido em todos os momentos da nossa história nos últimos tempos o tratamento da questão da cantilena em torno do déficit da Previdência, como sendo algo estrutural de tal forma sem solução.

E o senhor ao apresentar aqui uma avaliação do quadro atual do déficit das suas causas e das possibilidades reais que existem no sentido de eliminar ou diminuir esse déficit sobre as mais variadas possibilidades que o senhor mesmo apresentou na sua exposição. Eu creio e a conclusão a que mesmo o senhor chegou e nos apresentou de que um equilíbrio na gestão da Previdência, um conjunto de medidas que consigam tratar essa questão do déficit com outra, inclusive, tendo claro que algumas despesas tidas como déficit, na verdade, não são da Previdência, são déficits da União, do Tesouro com os benefícios assistenciais, por exemplo, que apresentado na conta do déficit conjunto da Previdência.

Então, eu considero a conclusão que mesmo o senhor chegou a fazer a sua exposição, que não é necessária nenhuma reforma imediata da Previdência para retirar mais direito dos trabalhadores e trabalhadoras deste país, mas é necessário buscar um equilíbrio debatido com toda a sociedade, especialmente com os trabalhadores e trabalhadoras, suas organizações no sentido de encontrar uma forma de gestão de garantia daquilo que, historicamente, os trabalhadores brasileiros sempre apresentaram como fundamental para o direito universal à Previdência garantida e de forma pública que é a nossa defesa intransigente aqui. Inclusive, o senhor demarca, Sr. Ministro, um posicionamento muito caro com os que dizem no amplo debate do programa de aceleração do crescimento apresentado pelo Governo Federal de que seria a questão da Previdência, a exigência de uma nova reforma da Previdência, com certeza, dentro do receituário neoliberal que muitos apregoam e defendem para retirar, diminuir o direito dos trabalhadores, o senhor quando diz clara e taxativamente de que não é necessário uma nova

reforma, e que esse não é um gargalo como muitos têm apresentado, ou impedimento para o crescimento da economia no país. Portanto, dizer ao senhor que, inicialmente, vemos a mais clara necessidade de afirmação dos pressupostos que têm feito com que a luta dos trabalhadores brasileiros possa sim, garantir mais direitos, amplia-los e jamais aqui no Congresso, seja na Câmara, seja no Senado votar medidas que impliquem a retirada de direitos, porque eu creio que é possível dentro de um debate democrático estabelecido com toda a sociedade, com as organizações sindicais, principalmente, chegarmos a alguns consensos que preservem direitos, garantias, que ao longo da nossa história tem sido defendido pelos trabalhadores e pelas suas organizações.

No âmbito do Fórum de discussão da Previdência que trabalhará pelos próximos seis meses que procurará fazer realmente esse amplo diagnóstico da situação e a elaboração de proposições que ajudem a manter equilíbrio e, principalmente, o compromisso com a defesa dos direitos. Creio que é fundamental neste debate incluir a discussão que também a Previdência pública, a questão previdenciária dos Estados e Municípios brasileiro, inclusive, porque principalmente nos municípios onde resolveram adotar um sistema próprio de Previdência, nós temos situações absolutamente que denunciam a desorganização do sistema próprio em nível municipal em que muitas prefeituras por não ter o compromisso com o próprio trabalhador aquilo que é recolhido do trabalhador, muitas vezes, não é repassado ao instituto de Previdência própria, ou a situação ainda, a própria contribuição, além, de se apropriar indevidamente da contribuição do trabalhador, ainda muitas vezes a prefeitura como empregador não repassa a sua contribuição ao sistema.

Então, eu creio que nós temos aí a oportunidade de fazer um grande e extraordinário debate sobre uma questão fundamental para a cidadania brasileira referente às aposentarias dos trabalhadores, os benefícios previdenciários a que faz jus cada trabalhador brasileiro. Estabelecer um grande debate em que ouvir da sociedade, ouvir a todos que têm uma contribuição a fornecer nesse debate, possamos firmar ao final desse processo que direitos serão preservados. E na medida do possível devemos trabalhar pela sua ampliação, porque eu creio que deve ser esse o objetivo que deve presidir os debates e as conclusões do Fórum que tem a participação do governo, dos empresários, da sociedade e dos trabalhadores.

Creio que são estas questões que devem nortear o debate do Fórum, e creio que o Congresso, os Deputados e Senadores têm uma contribuição efetiva a oferecer nesse debate.

Muito obrigado pela explanação. E a certeza de que mantidos os compromissos de buscar uma previdência pública, universal e mais eficiente no atendimento às demandas que serão colocadas pelos trabalhadores brasileiros, nós teremos, com certeza, resultado positivo porque é isso que se espera desse debate que vai se realizar no âmbito do Fórum da Previdência Social.

Muito obrigado.

(troca de presidência)

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE) – Obrigada, Senador.

Eu passo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Cara amiga Presidente e Senadora Patrícia, nobres colegas Senadores presentes, Ministro Nelson Machado.

Eu me arrisco também, me arrisco não, depois eu lhe explico o porquê do arrisco, mas eu assino em baixo o que falou o Senador Paulo Paim a cerca da sua permanência no Ministério.

Eu não sei também, como disse o Senador Paim, se a minha fala nesse sentido ajuda, eu acho até que atrapalha, mas é por isso que eu lhe disse que eu me arrisco a adentrar no tema. E eu lhe digo, Ministro, sem floreado nenhum que poucas vezes eu vi autoridades aqui do Executivo que vem aqui conosco conversar ser tão claro, tão objetivo, tão seguro no assunto que trata e que administra, como V. Ex^a..

Eu acho que é essa percepção que faz com que o Senador Paim e todos nós nos inclinemos a imaginar a sua permanência porque acha que ela seria proveitosa para o Ministério e para o país.

Eu, nesses últimos anos, Ministro, eu tenho e digo isso com tristeza, inclusive, poucas vezes concordado com o que fala, com o que faz o Presidente da República, mas no caso essa expressão que ele usou até um certo desabafo, essa história de déficit da Previdência eu embarquei nessa também com o Presidente. Se a gente for resgatar o papel da Previdência, o papel dos valores que os trabalhadores recolheram durante todos esses anos no país para alimentar o caixa da Previdência, por exemplo, a Previdência e os valores por ela administrados já foram usados aqui para projetos megalômanos no nosso país. Brasília, por exemplo, foi construída com recurso da Previdência.

Então, o Presidente dessa feita acertou e tem a minha concordância e o meu aplauso nesse sentido, chega dessa história. Vamos conversar em outros termos. Há alguma coisa, mas precisamos conversar

em outros termos e encarar esse assunto de outra forma.

O Senador Nery falou de forma mais demorada sobre uma outra questão também que eu concordo com V. Ex^a., não precisamos, não temos necessidade de nos lançarmos de forma açodada naquilo que no nosso país já é um lugar comum, a reforma. Eu me arrepio todo quando se fala em reforma no nosso país, Ministro, qualquer uma. No nosso país eu estou habituado a entender que quando se fala em reforma vem... Olhe, no nosso país quebra de contrato econômico é considerado um retrocesso, pode prestar atenção.

Quando se fala ou reforma, seja lá que medida deva ser tomada que signifique quebra de contrato econômico, ou seja, que mexa com os interesses do grande capital, inclusive, é considerado um retrocesso. Agora, pasme, Ministro, quando se fala em reforma ou qualquer adoção de medida que signifique a quebra do contrato social, ou seja, retirada de direito dos trabalhadores, isso é considerado modernização no nosso país, avanço e modernização.

Então, olha só, quando se mexe com os interesses do grande capital é retrocesso. Quando se mexe com os interesses do conjunto dos trabalhadores e da sociedade, inclusive, o que eu chamo de mexer no contrato social é considerado avanço e modernização. Então, o Senador Nery quando se arrepiava também com essa história de reforma ele está no bom caminho, e V. Ex^a., para minha felicidade e alegria, manifestou aqui claramente o seu entendimento de que não há necessidade de nos lançarmos, mais uma vez, de forma açodada nas chamadas reformas.

Ministro, é como eu disse, V. Ex^a. é claro, é seguro no que trata, a gente pode até discordar de V. Ex^a. em alguma coisa, mas o senhor fala e aqui resgatando até uma expressão que é lugar comum também no nosso país para que uma criança de cinco anos entenda. Agora, olhe, o senhor é uma figura afável, simpática e eu não gostaria, por exemplo, que o senhor corresse o risco de receber um troféu Berzoini da vida. Eu lhe digo isso, Ministro, porque eu fiquei preocupado quando o senhor se referiu à realização do senso e a utilização de um mecanismo que para mim, desculpe a sinceridade, mas eu acho que ele é ineficaz, ele traduz um pouquinho talvez da nossa falta de vontade de ir a fundo, mesmo na questão, ou que a notificação daqueles que devem se apresentar à Previdência, demonstrar que está vivo, está certo? Isso é o objetivo do senso.

Ministro, todo aquele que recebe um benefício da Previdência ou faz através ou de um terminal eletrônico de banco, ou através da própria agência bancária; não tem nenhum que receba de forma diferente. É verdade o que eu digo? É verdade. Ministro, eu acho que uma

forma atenciosa de se complementar o senso, ou seja, aqueles que não respondem a primeira provocação deveriam ser provocados através desse caixa eletrônico, da sua agência bancária, ou ele ou seu procurador. Digo até, Ministro, os bancos hoje estão aparelhados para fazer isso. Os bancos hoje, se o senhor determinar, já que eles são prestadores de serviço da Previdência, eles podem, inclusive Ministro, só liberar o dinheirinho que a pessoa vai lá receber depois que ela apertar um botão e a máquina imprimir a notificação por escrito para que a Previdência tenha prova de que a pessoa foi notificada.

Eu acho que essa seria uma medida que alcançaria a todos de forma indistinta. Nós fugiríamos da figura do edital, Ministro. Ministro, esse pessoal que não foi localizado, esse pessoal que por alguma razão, por uma razão ou outra não respondeu ao chamamento da previdência, esse pessoal não vai ler edital, Ministro.

Então, nós vamos ter um embaraço aí, um desgaste para o seu próprio Ministério. Por isso que eu digo, Deus me livre que o senhor corra esse risco, Ministro, com a sua simpatia, com o fato de o senhor ser uma pessoa tão afável e sensível à questão. Eu deixo aqui como sugestão, Ministro, que o senhor acione a rede bancária, que não tem um beneficiário da Previdência hoje que receba, a não ser através de um terminal desses ou da sua própria agência bancária.

Auxílio-doença, também acho que é correto. Não podemos também correr o risco de criarmos mais uma bolsa-doença no nosso país. Eu fiquei horrorizado. Abri os jornais esse final de semana, as notícias de que as pessoas estão se recusando a ter sua carteira de trabalho assinada, porque senão perde o bolsa-família. Ora, nós estamos criando a cultura do não trabalho no nosso país, a cultura do não trabalho. Então, não podemos criar também o bolsa-doença no nosso país. Então, está correto. A metodologia que será aplicada, como disse o Senador Paim, faz com que o trabalhador não se arrisque a receber menos do que recebe na ativa, mas também não vai poder receber mais do que... Porque senão nós estaremos criando a tal do bolsa-doença, e é uma tristeza para o nosso país, o não trabalho para o nosso país, é uma cultura que está criando perna, criando mão, criando costela; daqui a pouco está um corpo que a gente não vai saber onde colocá-lo e nem o que fazer com ele.

O Fórum, Ministro, torço para que ele seja um ambiente em que possamos, de fato, ir ao encontro do consenso que V. Ex^a. prega, com a visão do futuro, com a visão de novas gerações. Aqui nesta Casa nós estaremos sempre, de fato, à disposição, a Senadora Patrícia e todos aqueles que são sensíveis a esse assunto. Tenho certeza absoluta que a Comissão de

Assuntos Sociais estará aqui sempre aberta para ouvir tantas vezes seja necessário, e também para nos mobilizar no sentido de oferecermos as nossas sugestões para que o Fórum seja algo bem-sucedido, porque é uma coisa que me preocupa também, no início do governo Lula se criou o conselho de desenvolvimento e tal, e eu me pergunto, com toda sinceridade, eu fico tentando resgatar, tentando buscar algo que tenha sido tratado nesse conselho que tenha repercutido ou que tenha sido de extrema utilidade para este país e não encontro. Então, é por isso que eu fico torcendo para que esse Fórum seja cercado de todo cuidado para que a gente não tenha nenhuma frustração lá ao final da sua realização.

Eu fico aqui, Ministro, mais uma vez à disposição desta Comissão, à disposição do meu país, do seu Ministério para prestar toda colaboração que for necessária para que a gente avance nessas questões que dizem respeito à Previdência sempre com olhar crítico, porque eu acho que é a forma que a gente tem também de ajudar, sem que isso signifique torcer contra, jogar pedra; não se trata disso não, o olhar crítico, às vezes, eu quero crer que tem o seu papel na construção das soluções que a sociedade requer.

Obrigado, Senadora, e desculpa a extensão do tempo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Muito obrigada, Senador Geraldo Mesquita, que também colocou aqui não só com a sua competência, mas que é mais importante com o coração aqui algo muito importante.

Senador Antônio Carlos Valadares, nosso ex-presidente desta Comissão que, com muita honra, passo a palavra.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes, Sr. Ministro Nelson Machado da Previdência, eu gostaria de resumir a minha participação neste debate. Há dois temas que eu considero da mais alta importância. O primeiro se refere à dívida preocupante que estabelece uma crise nos municípios brasileiros, a dívida das prefeituras para com a Previdência Social mais de perto com o INSS.

Essa é uma questão que tem sido um motivo de grande preocupação aqui no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, temos sido procurados por instituições ligadas aos municípios para que encontremos uma solução definitiva, adequada que possa tirar as nossas prefeituras dessa crise que, na verdade, tem sido provocada por várias razões, a descontinuidade administrativa, a desorganização das prefeituras; vamos dizer assim, o rigor com que a fiscalização do INSS tem agido em relação às prefeituras, aumentan-

do substancialmente o montante dessa dívida, porque nós sabemos que a fiscalização deve existir, mas em contrapartida o município que não se conformar com a fiscalização deveria recorrer da multa que for imposta e isso não tem acontecido, os prefeitos municipais cruzam os braços, não divergem da fiscalização, e o fato é que a herança maldita dos prefeitos tem gerado uma quebra no caixa das prefeituras e, conseqüentemente, um desmonte nas atividades de infra-estrutura, de saúde, de educação; enfim, prejudicando substancialmente o bom andamento das administrações municipais. Basta dizer, Sr. Ministro, que eu conheço uma prefeitura em Sergipe que tem uma arrecadação de aproximadamente 300 mil reais, mas ela paga mensalmente de dívidas à Previdência 110 mil, é insustentável a situação desse município e assim, sucessivamente, nos municípios mais pobres está acontecendo, inviabilizando a administração das prefeituras.

Há uma saída legal, um mecanismo que atribui ao município o direito de congelar, não digo congelar, mas de fazer uma negociação de até 240 meses, mas isso apesar de ser uma abertura não tem resolvido porque dívidas contraídas anteriormente são somadas às novas prestações de tal modo que o montante fica sempre grande em relação à arrecadação total do município.

Então, a primeira pergunta que eu faria, se o Ministério aceitaria, por exemplo, uma legislação que permitisse aos municípios a não contabilizar dívidas acima de, por exemplo, 10% de sua arrecadação do fundo de participação, quer dizer, estabelecermos um limite para o endividamento, assim como há em relação aos estados. Há uma resolução no Senado na Comissão de Assuntos Econômicos que fixa um limite, se não me engano é 13%, não pode ultrapassar 13% a dívida dos estados.

Então, eu faria essa pergunta por que se porventura houvesse essa possibilidade da iniciativa do governo ou mesmo da iniciativa do parlamento, sem dúvida, que nós estaríamos contribuindo para amenizar a crise financeira dos municípios, que se agravam não tanto pela falta de reforma do compromisso que o governo assumiu de aumentar na Câmara dos Deputados, depois vem aqui para o Senado a participação dos municípios no Imposto de Renda e no IPI na base de 1%, isso daria, realmente, um alento às finanças municipais, mas mesmo assim diante da dívida monstruosa contraída por eles junto à Previdência Social nem com esse aumento no volume de recursos através dessa reforma resolvia isso.

Então, isso é uma bomba relógio que está nas mãos do Governo, está nas mãos dos municípios, precisa ser resolvida o quanto antes, porque do contrário

os municípios não poderão arcar com as responsabilidades inerentes às suas atividades administrativas.

Segunda questão é relacionada com uma legislação que o governo pretende mandar agora em março sobre o fundo único das aposentadorias, dos funcionários públicos. E há até uma previsão dos jornais, inclusive, por exemplo, a Folha de São Paulo através de uma reportagem da jornalista Lianda Peres, diz que dificilmente essa legislação, essa proposta do governo será aprovada, de vez que os poderes querem ter fundos próprios e não um só para gerir as aposentadorias, que no ano passado já deram um déficit de mais de 30 bilhões de reais. Ora, como pretende V. Ex^a. que é o Ministro da área, assessorar o governo e, conseqüentemente, agir no Congresso Nacional para convencer os Parlamentares a aprovarem um fundo único de aposentadoria para os servidores públicos em todo o Brasil. Essa é a fórmula que V. Ex^a. apresentou ao governo, uma saída para reduzir o déficit e de vez que as aposentadorias teriam como base o teto de 2 mil e 800 reais, é o teto máximo para as aposentadorias segundo uma reforma que foi aprovada em 2003 ainda no governo do Presidente Lula, isso precisa ser regulamentado e essa regulamentação deverá acontecer através dessas propostas que chegam em março no Congresso Nacional. Logicamente que nós esperamos que o Ministério da Previdência encontre junto ao Parlamento uma saída, um mecanismo para reduzir o déficit, mas sem prejudicar os interesses dos funcionários públicos.

Por último, Sr. Ministro, nós sabemos que, além, do teto de 2 mil e 800 reais, se alguém quiser ter uma aposentaria maior terá que assumir uma previdência complementar, pagar uma previdência complementar, e essa previdência complementar ainda não está devidamente instruída, regulamentada. Como se dará isso nessas propostas a serem enviadas pelo governo no próximo mês?

Agradeço a V. Ex^a.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Obrigada, também ao Senador Antônio Carlos Valadares.

Ministro, se me permite, nós temos um convidado que é o Deputado Adão Preto e eu gostaria de passar a palavra, desejar boas-vindas e passar a palavra, para que rapidamente eu possa passar ao Ministro para que ele possa responder as sugestões.

DEPUTADO ADÃO PRETO (PT-RS) – Eu quero agradecer a nossa Presidente e cumprimentar o nosso Ministro e os nossos Senadores. Sei que está aqui muito bem representado pelo companheiro Paulo Paim que é meu companheiro e conterrâneo lá do Rio Grande.

Mas eu perdi a melhor parte da Audiência Pública que era a explanação de V. Ex^a., mas não podia deixar de chegar aqui e também expressar o meu sentimento, que assim como Paim que não é representante dos metalúrgicos, mas é o próprio metalúrgico que está aqui, eu também não me considero representante dos agricultores, é o próprio agricultor que está aqui.

E eu tenho andado pelo interior e tenho visto assim o que representa aposentaria dos agricultores, não só para ele, mas para a família, que a agricultura familiar hoje já não está conseguindo sobreviver com a sua produção, tem membros da família que tem um bico aqui, um bico lá, para ajudar no orçamento da propriedade e assim a aposentaria passa a ser um desses.

Então, a gente está assim um pouco, digamos assim, tranquilo por um lado por que a gente vê todas as pessoas dizendo que não se pode cortar direito, ninguém fala em cortar direito. Mas, por outro lado, a gente fica preocupado, porque o próprio Presidente Lula disse que cometer um equívoco na constituinte de colocar os agricultores na Previdência. E a nossa preocupação maior é a grande campanha que a mídia está fazendo contra os agricultores, e sabemos nós que têm muitos deputados que votam de acordo com a mídia para não perder espaço na imprensa. E essa campanha que a mídia vem fazendo, que o endividamento da Previdência, a grande parcela da culpa é dos agricultores que não contribuem o suficiente para receber o que recebe. Quero dizer, Sr. Ministro, que o agricultor contribui religiosamente. Se ele vende uma dúzia de ovos, se ele vende um litro de leite está sendo descontado na Previdência. Às vezes esse recurso não chega até os cofres públicos, que se perde no caminho. Então, a culpa não é dos agricultores, a culpa é da sonegação de imposto.

E uma das questões que me chamou atenção esses dias e que me deixou muito magoado, foi uma notícia que saiu na televisão, de que as mães agricultoras engravidam, muitas vezes, para receber o salário maternidade, verdadeiro desrespeito à mãe agricultora. Então, nós até ficamos tão chocados com isso que nós fomos atrás dos números, e o que a Previdência gasta com o salário maternidade é 00,6%.

Então, vejam o que isso representa, mas é uma bandeira que a mídia está levantando, que é um problema que tem que ser corrigido nessa chamada, digamos, reforma da Previdência, mas esse projeto que está aí. Então, essa é a nossa preocupação, Ministro, e nós que somos pessoas de bom senso, interessadas pelos mais humildes que estamos aqui, que se nós não tivéssemos interesse nós não estávamos aqui. Então, nós temos que ter esse cuidado de não

deixar que realmente ocorra algum corte em direitos que os trabalhadores com muita dificuldade conseguiram. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE) – Muito obrigada, Deputado Adão Pretto.

Antes de passar, Ministro, a palavra para V. Ex^a., eu estou adiando já a segunda vez, mas é porque o Deputado falou de um assunto que me toca bastante, que é esse desrespeito com as mulheres brasileiras. E aproveitando daquilo que fala o Deputado, nós temos um projeto aqui tramitando, está na Comissão de Direito Humanos, eu sou autora, na verdade, é um projeto que foi apresentado, anteprojeto pela Sociedade Brasileira de Pediatria e pela Ordem dos Advogados do Brasil, e o Senador Paulo Paim é o relator dessa matéria.

E o convencimento daquilo que está no projeto é em função de que a licença maternidade para as mulheres a iniciativa privada passariam de 4 para 6 meses por que isso? Um estudo que foi feito, especialistas, cientistas mostram claramente que uma criança, quando ela nasce, ela nasce com cem bilhões de neurônios que precisam se ligar entre si, e para que isso aconteça é muito importante o fortalecimento dos laços afetivos entre a mãe e o filho, que é isso que vai estimular essa criança, é isso que vai fazer com que essa criança, no futuro seja uma criança mais calma, mais pacífica, que seja uma criança que tenha o seu desenvolvimento intelectual mais acelerado, e ainda, evidentemente, a melhor coisa do planeta que é a amamentação, o leite materno. E buscando através desse projeto que é um projeto facultativo, ou seja, as empresas podem ou não aderir, isso é para iniciar essa discussão no país. Eu pergunto a V. Ex^a., o projeto é facultativo, nós esperamos poder aprovar. O Senador Paulo Paim já está com esse parecer, praticamente, mas nós vamos ter Audiência Pública com empresários e etc., com sindicatos, enfim, para buscar o que é melhor. Mas o ideal seria que para corrigir algumas distorções, como por exemplo, da Organização Mundial da Saúde do próprio Governo Brasileiro que faz propaganda no rádio, na televisão, para que as mulheres amamentem seis meses, porque isso vai evitar doenças, as mais comuns, como internação que acabam ocasionando a mortalidade infantil, doenças alérgicas, obesidade, doenças cardíacas, até alguns tipos de câncer que podem ser evitados. E na nossa conta, o governo brasileiro gasta por ano só no SUS 300 milhões para internar crianças com menos de um de idade. Então, na verdade, o que a gente tem procurado trabalhar em relação a esse projeto, é que ele possa ser considerado um grande investimento que o Brasil vai fazer na primeira infância, até como parte

de um assunto que nós estamos discutindo agora, tão polêmico que é se a violência, a responsabilidade da violência no país deverá ser atribuída única e exclusivamente aos jovens que somam muito mais vítimas do que algozes.

Será que a gente deve se mobilizar, se solidarizar com toda a sociedade ou com parte da sociedade. Essa questão de você ter que dar uma resposta à sociedade, mas essa resposta, como o próprio Presidente Lula colocou, não pode ser simplesmente na cabeça de cada um que quer colocar 16, outros querem colocar 14, outros acham que a internação deve passar de 3 para 6, para 9, para 10, outros talvez daqui a pouco preferiram que as nossas crianças realmente ao nascerem já possam ser internadas, porque isso poderia facilitar a convivência na sociedade.

Mas eu quero dar uma resposta tanto para a mãe do João Hélio que tem toda a nossa solidariedade, ao pai do João Hélio, a família desse garoto que deve estar sofrendo, talvez a pior dor que um ser humano pode sofrer na vida, mas também a nossa solidariedade às mães e aos pais daqueles dezesseis meninos que morrem por dia no Brasil, vítimas de assassinato. Quero também poder dar uma resposta à mãe daquela menina, que a maioria não sabe o nome, que também sofreu agora passando de porta em porta nos hospitais, com um filhinho na barriga, uma menina de 15 anos, que morreu ela e o filho. Isso é violência? Isso é crueldade? Isso é perversão? No meu ponto de vista é?

Então, eu aproveito esse ensejo, Ministro, para perguntar a V. Ex^a. se a Previdência poderia fazer esse cálculo de que, por exemplo, num segundo momento as mulheres brasileiras pudessem ter o direito aos seis meses da licença maternidade. Claro que rompendo aí ou buscando tratar dessa questão, porque muitas pessoas falam: “mas se você aumentar para seis meses vai diminuir o acesso da mulher ao mercado de trabalho.” E eu acho o seguinte: está na hora da gente respeitar as mulheres brasileiras, afinal de contas, nós carregamos a humanidade no nosso ventre, passamos nove meses carregando os nossos filhos, dentro da nossa barriga, dentro do nosso corpo, não temos direito de amamentá-lo seis meses, sabendo que isso vai ser tão importante para o futuro dessas crianças, tanto psicologicamente, como fisicamente, como intelectualmente.

Então, eu gostaria, na verdade, de lhe fazer um pedido, o pedido que a Previdência pudesse se responsabilizar talvez por uma estimativa de quanto nós iríamos precisar para que se todas as mulheres, por exemplo, pudessem ter direito a licença a maternidade. Como V. Ex^a. mesmo disse, nós estamos caindo cada vez mais a taxa de natalidade. Então, não é ver-

dade esse outro discurso que isso iria quebrar com o nosso país.

Então, eu peço a V. Ex^a., que eu sei da sua generosidade, da sua sensibilidade; todos nós ficamos muito bem impressionados com a explanação que o Ministro fez. Eu poderia até arriscar dizer que talvez eu não tenha visto ainda um Ministro ser tão recebido com tanto carinho por parte dessa Comissão, dos nossos Senadores; isso só demonstra o afeto, o carinho, o respeito que todos nós temos pelo seu trabalho à frente do Ministério da Previdência, e esperando que essa sua sensibilidade que eu sei que tem, possa também ajudar nessa luta que eu acho que é a luta de todas nós mulheres, é uma reivindicação de nós mulheres, mas também, acima de tudo, uma forma de prevenir essa sociedade que está virando uma sociedade tão intolerante, onde as mulheres são acusadas porque têm filhos para isso; em que vale olho por olho, dente por dente, se matou um vamos matar dois; e é uma cultura de paz que nós precisamos nesse país, e V. Ex^a. eu acho que aqui mostra claramente que tem todo interesse, boa vontade, determinação em fazer isso.

Então, eu quero agradecer a V. Ex^a., e colocar à disposição, e pedir desculpa porque tomei a palavra de V. Ex^a. agora, mas, enfim, que possa ficar à vontade para responder todos os questionamentos e sugestões que lhe foram dadas.

Muito obrigada.

SR. MINISTRO NELSON MACHADO – Obrigada, Presidente.

Primeiro, eu quero agradecer as palavras carinhosas dos Senadores e Senadoras, dizer que com um conjunto de colocações que vocês fizeram eu tenho outra palestra, vocês vão ter que agüentar. (risos). Mas eu vou procurar ser breve aqui.

Dentro das várias questões, eu vou começar, para não ocorrer o risco de esquecer pela questão que o Senador Mesquita levanta.

Senador, veja, a questão do senso é uma questão que nós temos acompanhado no dia-a-dia com lupa. O modelo foi montado com uma ampla discussão no Conselho Nacional da Previdência Social, com um conselho permanente que reúne os trabalhadores, as centrais, os empresários das federações e o Governo.

Esse modelo depois foi conversado, eu tive aqui na época, aqui com o Senado, eu conversei com os Senadores, conversei na Câmara, conversei no Tribunal, conversei no Ministério Público, conversei no Superior Tribunal de Justiça, no Supremo Tribunal Federal, por quê? Porque o meu maior temor era que, de repente, entrasse alguma coisa e derrubasse o modelo. A minha preocupação era com o modelo, e o modelo passou no teste, e esse modelo é um mode-

lo que tem um conjunto de passos que talvez eu não tenha conseguido na passada rápida que eu falei do sendo, deixado claro, mas ele funciona assim: o primeiro passo é uma convocação para que o segurado faça o seu senso no banco, da forma como o senhor descreveu, daquela forma.

Então, durante três meses aparece no terminal, o senhor tem o final nº 1, “o senhor tem que fazer o senso este mês”, aí ele não faz. Aí aparece de novo: “olha, o senhor tem que fazer o senso”, aí não faz. Aparece de novo: “olha, o senhor tem que fazer o senso”. Então, durante três vezes, três meses e três vezes que ele vai até o caixa para receber apareceu a mensagem. Mas nós sabemos que nós trabalhamos com uma clientela que tem dificuldade, às vezes ele não entende, às vezes não leu, às vezes levou a netinha, e a netinha não ler, enfim, tudo bem.

Então, depois dos três meses nós temos um outro processo. Qual é o processo? É fazer uma carta, ou um edital quando a gente não tem endereço. Se a gente tiver endereço a gente manda a carta. Agora, se o endereço não é válido, não tem CEP, não tem número, enfim, porque o nosso problema é de cadastro. Vamos lembrar, estamos fazendo um cadastro, porque nós não temos um bom cadastro. Então, aí é feita a carta e caso não haja o edital, porque aí é uma exigência da lei, a lei diz: “Se você não tiver como comunicar põe um edital” que, aliás, nós precisamos até renovar esse negócio por na Internet, que acho que é muito mais fácil do que botar no Diário Oficial, porque ninguém lê, Internet hoje é mais fácil, nós temos que mudar a lei desse negócio aí. Porque botar no diário era lá em 1810 quando o diário era uma página, botava na porta e ficava fácil, agora não pode mais. Então, também tem que mudar isso aí. Obrigar a por na internet.

Feito isso o benefício é suspenso, feita a suspensão ele, na realidade, ele é suspenso, mas, na realidade, nós rodamos a folha, mandamos o benefício para o banco, mas só que ele vai marcado, “está aqui o dinheiro, mas não pague”. Por que é que não pague? Porque ele não cumpriu nenhuma das etapas até agora. Então, na hora que ele vai ao caixa é que ele percebe que ele não tem dinheiro, aí que ele descobre que ele tem que fazer o senso, porque ele não leu nada, durante cinco avisos ele não leu, “aí meu Deus, tenho que fazer o senso.” Aí ele vai ao balcão do lado, faz o senso, rapidamente, apresenta os dados e está resolvido, volta ao guichê, os grandes bancos pagam na hora, os bancos menores precisam quatro, cinco dias para processar, está no modelo, o modelo, na verdade, era onze dias, doze dias; mas estão fazendo o máximo com quatro, cinco dias. Isso resolve, Isso é a questão normal.

Agora, o que eu me referi é uma questão especial que é o quê? No momento em que o segurado tinha que fazer o senso, ele está acamado, ele está imobilizado, ele não pode se locomover. Então, para evitar qualquer problema nós definimos no modelo que o procurador podia fazer o senso para ele. Só que, Senador, nós estamos trabalhando com recenseamento aonde a gente também busca eliminar possível fraudes, e uma das fraudes é o beneficiário ter desaparecido e o continuar sendo pago. Então, nós precisamos ter clareza disso.

Então, feito o senso pelo procurador nós vamos garantir que realmente aquele procurador é procurador do beneficiário que está existindo, que ainda está vivo, tem que direito. Então, o modelo previa, feito pelo programa o senso só se completa depois da visita. Como vimos, nós temos dos 17 milhões que já foram feitos, então 17 milhões já estão resolvidos. 600 mil foram feitos pelos procuradores, desses 600 mil, 300 mil nós já fizemos a visita, dos 300 mil, 30 mil não foram encontrados. Pode ter acontecido qualquer negócio, pode ser que o segurado mudou, ele pode mudar, o mês que ele levou, deu a declaração e três, quatro, cinco meses depois que foi feito a visita, ele mudou, ele pode estar em outro endereço, ele pode ter mudado de asilo, ou ele pode ter morrido mesmo, ou ele pode nem ter existido; tudo pode, ou o nosso funcionário errou, foi no lugar errado, o erro é humano, ele pode ter errado. Agora, neste momento o que eu posso fazer? O que o Ministério pode fazer? Uma forma covarde seria: “esquece esse negócio aqui e vamos embora, vamos para frente, larga para lá”, porque é 30 mil possibilidades de problema, é verdade, eu tenho 30 mil possibilidades de problema, é verdade. Eu tenho 30 mil possibilidades de problema em 17 milhões, mas 30 mil é possibilidade de problema. Mas nós temos que enfrentar com coragem e com bom senso?

Então, o que é que nós preparamos? O mesmo modelo de sempre. Eu não tenho como encontrar essa pessoa, porque essa pessoa continua recebendo, ele acha que está tudo certo, inclusive, o que está certo e o que é fraude, porque eu não sei diferenciar o que é um do outro e nem a proporção deles, pode se revelar que não tem nenhuma fraude e todos eles existem. Então, a única maneira da gente poder conversar com ele é mandar o edital. Claro que pouquíssimas pessoas vão ler o edital, eu sei disso, mas é uma obrigação legal.

E aí o que é que vai acontecer? Nós vamos no dia, abril, vai acontecer isso, o procurador vai lá receber e não vai ter dinheiro, isso é um fato, não vai ter dinheiro. Mas qual é o prejuízo que vai ter para esse que existe? Que não existe, vai ser lucro do Estado, vai ser lucro dos trabalhadores. Mas por que existe?

Qual é o prejuízo que ele tem? É um prejuízo de cinco, dez dias no máximo por quê? Porque está bloqueado o recurso. Ele vai ser direcionado a ir à agência da Previdência, só esse, vai até à agência porque os outros faziam no banco, agora nós estamos numa fase, eu não posso dizer: “faz no banco que está...”. Não pode porque senão o sujeito continua fazendo o que sempre fez.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE) – O senhor pode colocar, por exemplo, na véspera na televisão, nos rádios anúncios dizendo quem não fez o cadastro?

SR. MINISTRO NELSON MACHADO – É que eu estou preparando uma coletiva mais próxima para separar, porque nós temos que separar muito bem os que tão sendo bloqueados, mas que podem desbloquear no próprio banco porque ainda está no processo, normal, ele pode bloquear, daqueles que foram feito por procurador o beneficiário não foi encontrado e, portanto, agora ele vai ser bloqueado, e esse bloqueio ele só desbloqueia com a ida na agência. Esse é o único caso em que o procurador, não é o velhinho com a maca e o soro, não é isso, não é o velhinho com a maca e o soro indo à agência, é o procurador indo à agência, é isso que nós estamos falando. O edital diz isso, a divulgação é essa e nós vamos fazer campanha para isso.

Pois não, Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Ministro, eu só não me arrependo de ter tocado no assunto e ter provocado a discussão, porque com isso a gente criou mais uma oportunidade de o senhor ser explícito, como está sendo, e explicar detalhadamente o mecanismo do senso. E eu digo mais a V. Ex^a., depois dessa sua abordagem e explanação sobre a metodologia utilizada, que eu confesso a minha ignorância, eu desconhecia em parte. Eu garanto a V. Ex^a. se alguém ousar atribuir a V. Ex^a. o troféu Berzoini, eu vou chamar para briga.

(risos)

SR. MINISTRO NELSON MACHADO – Obrigado, Senador. E só finalizando então. Quem deve ir à agência é o procurador, não é o velhinho com a maca e com o soro na veia, não é isso. Ele vai até a agência, dá o novo endereço. E como agora o volume é pequeno, porque agora nós estamos tratando de 30 mil. Em São Paulo o Estado inteiro é 4 mil, na cidade de São Paulo é 2 mil. Então, são volumes agora que a gente quase que de olho dá para controlar. Então, vai o procurador, dá o endereço e nós vamos lá. Se tiver ótimo. Agora se não tiver, pelo amor de Deus, porque senão... Eu acredito que uma parcela disso o cara acreditou que a gente não ia até o fim. Eu acho que uma parcela

acreditou que a gente não iria... Ele não vai, ele nunca foi até o fim, então não vai, mas nós vamos até fim e nós vamos talvez enfrentar algum problema, mas eu acho que com o esclarecimento e com essa disposição e apoio da Casa a gente vai conseguir chegar até o fim do processo do senso, que eu acho que é fundamental, porque feito o primeiro os próximos serão muitos mais fáceis.

Essa então é com essa relação.

Com a questão, Paim, meu querido Senador. Questão de idade mínima, fator previdenciário, como já disse várias vezes, nós no Fórum não teremos tema tabu. Seguramente isso vai ser discutido à luz das informações demográficas que a gente tem, mercado de trabalho, cenários de finanças, como é que vai ser a questão do pagamento, e vamos discutir, o fator previdenciário, realmente, você tem razão, ele tem algumas disfunções, não tenha dúvida nenhuma, tem disfunções. E a maior preocupação que eu tenho com o fator previdenciário é que num primeiro momento ele não traz ônus para o trabalhador. Essa para mim é a maior preocupação que no primeiro momento ele não traz ônus, por quê? O trabalhador com 53 anos, com 54 anos, dependendo, inclusive, do setor em que ele trabalha, ele tem força, tem saúde, tem condição, tem mercados, ainda mais se ele tiver uma boa formação, tem mercado e, portanto, ele aposenta, garante uma renda que pode ser 60, 50, 70, sei lá, do salário que ele tinha, na média, tranquilamente e volta para o mercado. E aquilo ali fica só um complemento de renda. Portanto, isso é uma disfunção. Por que é que é uma disfunção? Porque a Previdência é para garantir renda quando o trabalhador não puder mais trabalhar. Porque senão a seguridade não agüenta pagar. O meu avô parou de trabalhar quando foi para a cova. Todo mundo trabalha até o fim da vida, até quando agüenta e o quanto agüenta. Isso é um dever social, trabalhar não é pecado, trabalhar é um dever. Então, nesse momento ele tem um ganho.

Agora, qual é a preocupação, Paim? A preocupação, Senador, é que quando ele chega lá com 70, 75 e aí ele não puder mais trabalhar mesmo, a aposentaria dele cai lá em baixo, porque se ele foi previdente, guardou, fez outro tipo de aplicação e etc., e mesmo tendo sido previdente, se ele apostou no cavalo certo, porque o meu avô apostou no cavalo errado, ele fazia uma poupançazinha e fazia a casinha de aluguel, aí veio a lei do inquilinato e acabou, estou trabalhando até hoje. Então, precisa apostar no cavalo certo ainda. Ser previdente. Então, daí a preocupação da gente encontrar um mecanismo para garantir um salário adequado, uma renda adequada como não puder mais

trabalhar. Portanto, não tem tema tabu, vamos discutir isso com profundidade no Fórum.

Com relação à questão dos Estados e Municípios, eu queria aproveitar para falar no Nery e do Senador Valadares. Veja, os municípios podem optar em fazer o fundo próprio ou podem fazer a contribuição na Previdência Social. Quando contribuiu para a Previdência Social, para o INSS nós temos dificuldades com as prefeituras em função da descontinuidade administrativa que muitos deixam de recolher, o sujeito não recolhe, vai embora e tal. Mas isso não tem como a Previdência resolver, isso aí nós temos que resolver é com a lei de (inaudível) fiscal punindo os maus administradores que deixam de pagar qualquer tipo de contribuição ou tributo que ele tenha que fazer. Aí é responsabilidade do administrador municipal fazer uma boa gestão, ele não pode simplesmente deixar como herança para sempre. Então, não há muito como a gente mexer nessa questão.

Eu acho que tem que talvez aprofundar a lei de responsabilidade, aprofundar a capacitação dos dirigentes municipais, enfim, criar responsabilização, porque senão não tem jeito. E do lado do regime próprio a mesma coisa. A lei criou a possibilidade de qualquer ente federativo ter um fundo previdenciário para os seus trabalhadores, para os seus servidores. Esse é um direito constitucional, eles podem fazê-lo. E o que ocorreu em algumas regiões é um certo planejamento tributário. O sujeito faz a conta. "Quanto é que custa pagar 20% da folha?" Custa tanto. Se eu fizer um fundinho aqui eu pago só 10, 8, 9, 7, sei lá o quê. Então, como forma de planejamento tributário ele deixa de pagar a Previdência Social e cria o fundo, só que o fundo, às vezes, não tem tamanho para poder administrar, não tem pessoal suficiente.

Então, eu acho que essa questão dos regimes próprios que nós fiscalizamos, a Previdência Social fiscaliza, eu acho que talvez a gente precise fazer um debate para melhorar o grau de governança desses fundos para que a gente possa, efetivamente, ter uma fiscalização mais forte. E, do outro lado, também os municípios poderem fazer uma opção mais clara entre contribuir para o INSS ou fazer os fundos.

Já que eu estou falando de fundo, eu quero falar um pouquinho do fundo complementar dos servidores públicos que o Senador Valadares havia solicitado. Veja, a legislação, a Reforma 2003 definiu já o modelo previdenciário do setor público. Nós temos para aqueles que são os novos entrantes, de acordo com a PEC paralela, inclusive, os novos entrantes, eles podem entrar depois de regulamentado, e vai ser regulamentado por esse Projeto de Lei, pode entrar no fundo complementar. Então, a Previdência pública,

com isso, começa a se encaminhar para ter o mesmo padrão do regime geral. Por que qual é o padrão do regime geral? Eu tenho a previdência pública básica solidária que vai do piso previdenciário que é salário mínimo até o teto, 2.800. Acima disso é complementar e é por capitalização. Veja que esses dois sistemas são muitos distintos e é importante a gente ter clareza disso. O primeiro básico solidário público é solidário, é repartição simples, todo mundo é responsável, tem que haver solidariedade entre as gerações e dentro das gerações.

Agora, a outra parte dali para cima é privado, é capitalização, quem pôs mais tira mais, quem pôs menos tira menos, quem teve mais felicidade de ter estudado mais, etc. e etc., tem um bom salário, ele pode contribuir mais, está ótimo, tudo bem, vai ter uma aposentaria maior, quem não, fica embaixo. Mas aí também a gestão e o risco é privado.

No lado do setor público o fundo também vai ter essa mesma característica, até para os novos, para os entrantes, até 2.800 é pago de maneira do Estado pagar normalmente, não tem problema nenhum. Dali para cima ele vai pagar com fundo complementar, ele vai contribuir com 7,5% que é a proposta que o Executivo está ultimando e o Executivo como empregador vai botar, o Legislativo e o Judiciário vai botar os 7,5% também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ministro, e a unificação dos fundos?

SR. MINISTRO NELSON MACHADO – Deixa-me falar disso, Senador, na realidade o que nós estamos falando é cada ente federativo tem um único fundo, é para cada ente, ou seja, a União terá um fundo complementar para os novos entrantes, os Estados, cada um deles terá o fundo e os municípios também. Então, não é um único fundo para todos os entes, Estados, União, Municípios e etc., não, não é isso, cada ente federativo tem o seu fundo.

A discussão que nós estamos tendo hoje é se no âmbito da União nós teremos um único fundo ou teremos mais de um fundo, um fundo para cada um dos poderes, para o Executivo, para o Judiciário e para o Legislativo, essa é a discussão. A minha posição, Senador, é simples, o governo não pode mandar para o Congresso uma regulamentação propondo um fundo para cada poder, por quê? Porque a lei fala num fundo só. Se tiver que negociar e fazer alguma alteração, nós temos que alterar a lei também que diz que é um só, é um por poder.

Então, o Executivo não pode mandar uma regulamentação que não esteja baseada na Constituição, então estamos unidos(F) a ela, estamos amarrados à Constituição. Então, ele vem com um fundo só. Esse

é um ponto. Tem que vir assim. Agora, evidente que o governo vai discutir, vai debater e vamos negociar aqui, com certeza, aqui no Congresso se faz um, se faz dois, se faz três, enfim, se vai estar no processo de negociação. Do ponto de vista técnico tem vantagens e desvantagens nas duas posições. Quando nós temos um fundo maior o que acontece? Esse Fundo bem administrado, obviamente, tem mais poder de barganha na aplicação dos seus ativos e as despesas administrativas se diluem no volume de recurso maior. Então, você tem menos despesa administrativa percapta. É a lei da economia da escala. Se nós temos três fundos repartidos a despesa administrativa vai ser maior, podemos perder competitividade ou não, porque também em economia os estudos falam que temos economias de escala, mas depois de um certo tamanho também você tem que ter economia de escala.

Então, está em aberto o debate. Eu acho que podemos pensar outras alternativas, vamos ter uma única entidade com três planos separados porque há diversas questões que estão em jogo, o poder político de cada um das corporações dos funcionários de cada uma das áreas, como é que vai se colocar isso. Então, eu acho que tem um longo debate pela frente e o governo vai estar aberto a debate. Eu acho que isso não é um problema.

Adão, só para finalizar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ministro, desculpe interrompê-lo, já aproveitando a embalagem, já que o senhor está respondendo algumas perguntas que eu fiz, o senhor poderia falar sobre esse endividamento dos municípios porque realmente tem sido preocupante.

SR. MINISTRO NELSON MACHADO – Eu já tinha falado um pouquinho, mas volto a fazê-lo. A questão dos municípios, eu acho que a dificuldade maior não se relaciona com a Previdência, o senhor mesmo apontou o diagnóstico, é um problema de gestão. O gestor municipal, muitas vezes, ele não cuida das questões financeiras, administrativas de forma adequada, desrespeita a lei de responsabilidade fiscal e depois, ao fim e ao cabo termina o mandato ele cruza o braço, vai embora, e larga a bomba na mão do outro que chegou. Eu recebi inúmeros prefeitos que chegam: “Pelo amor de Deus, Ministro, eu cheguei agora, não tem nada com isso”, mas não há o que fazer, não há o que fazer do ponto de vista da Previdência para resolver um problema de má gestão do outro e, aliás, temos que tomar cuidado, com qualquer maneira quando a gente vai tentar resolver o problema porque senão nós vamos estar incentivando a má gestão, a má administração. Então, eu acho que aí comporta um debate, eu falava para o Senador Nery sobre a questão dos fundos pre-

videnciários próprios, um debate com a questão dos municípios, como é que a gente vai trabalhar a questão da Previdência dos municípios e a gestão municipal. Eu acho que há uma preocupação.

Quando o senhor coloca a questão do limite dos 13%, esse limite foi da renegociação da dívida dos estados que tinham dívidas mobiliárias, dívidas em título e tal que aí foi feita uma consolidação e foi feita uma aprovação de uma lei.

Para os municípios foi feita recentemente uma proposta, e foi aprovada aqui no Congresso a possibilidade de fazer um parcelamento em melhores condições e tal. Eu esperava que com esse parcelamento esses problemas tivessem diminuído. Agora, se não diminuiu nós temos que pensar nas causas, Senador. A minha sugestão é que a gente pudesse pensar nas causas, por que é que acontece isso, por que os municípios chegam a essa condição? Antes da gente tentar resolver os efeitos.

DEPUTADO ADÃO PRETTO (PT-RS) – Uma das causas é que houve dívida remanescente que foi somada à nova negociação. Então, se um prefeito devia anteriormente na negociação anterior, 50 mil por mês, e agora resolveu parcelar em 240 meses, essa dívida total passou de 50 mil, digamos, para 100, 120 mil reais, quer dizer, não resolveu, agravou.

SR. MINISTRO NELSON MACHADO – Aí não está na minha alçada aqui, Senador, não tenho como resolver isso.

Só para finalizar, então. Eu queria dizer para o Adão que de forma alguma o Presidente disse que foi um equívoco colocar os trabalhadores rurais como (inaudível), o Presidente não disse isso, pelo contrário, o Presidente disse que todo mundo sabia na Constituição de 88 quando definiu que os trabalhadores rurais teriam direito ao direito previdenciário, criaria recurso para fazê-lo. Então, o Presidente nunca disse que foi um equívoco, pelo contrário, o Presidente sempre defendeu que a previdência rural é o direito previdenciário e que nós vamos trabalhar com isso. E o fato de nós estarmos colocando com clareza aonde é que estão os valores é para gente ter um debate claro, profundo e arrumar aonde tem que arrumar com os atores que tem que arrumar. Em forma nenhuma, em nenhum momento o Presidente disse que isso era o equívoco, pelo contrário.

E eu quero só dizer para a Senadora Patrícia que nós vamos estudar essa questão, vou fazer o estudo que ela solicitou com relação à licença maternidade, e eu gostei de receber a proposta original para a gente poder calcular.

Está ok? Obrigado.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Presidente Paim, eu estava aqui atendendo o telefone, levantei os olhos e achei que a Senadora Patrícia...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Ficou preta?

(risos)

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – ... Até comentei com o Senador Nery aqui do lado.

Mas, em primeiro lugar, eu queria cumprimentar o nosso querido Ministro Nelson Machado, o Ministro dos nossos sonhos, não é Senador Paim? O Ministro dos nossos sonhos, porque o debate a respeito da Previdência tem sido muito bom, a gente tem tido a oportunidade, inclusive, de ir à tribuna reiterar as posições que acho que tem sido muito corajosa do Ministro, de fazer, inclusive, essa história de refazer a conta da Previdência, tem gente que diz: “mas é só uma questão aritmética”. Não é. Refazer a conta é colocar o endereço em quem paga a conta.

Então, é uma questão fundamental a gente poder saber bem claro o que é que é, efetivamente, previdência, o que é inclusão social e poder distribuir entre a questão dos públicos, da iniciativa privada para saber aonde é que nós temos os problemas para que eles possam ser atacados, portanto, essa história de refazer a conta tem sido ótima. Nós temos aqui comemorado de forma efetiva a coragem do Ministro de colocar e a própria posição do Presidente Lula quando os derrotados da eleição ainda continuam insistindo na história do déficit da Previdência, do rombo da Previdência.

E a minha pergunta, Ministro, é exatamente sobre o déficit da Previdência, mas não é sobre o déficit financeiro não, é do déficit dos milhões de brasileiros que estão fora da Previdência. Porque é este o déficit da Previdência que, muitas vezes não se quer tratar quando se discute previdência. E como no dia da assinatura da constituição do Fórum para tratar da questão da previdência, o Presidente também assinou aquele decreto para que o pessoal da informalidade, uma série de segmentos da sociedade possam ter a redução de 20 para 11% na contribuição. Eu queria saber, Ministro, porque eu sei que o senhor já teve a oportunidade de se reportar ao efeito desse decreto.

Qual é a expectativa, ou seja, o que nós vamos poder aguardar de resultado positivo de reduzir o déficit da previdência dos que não têm previdência? Porque eu acho que esse é o déficit fundamental que a gente tem que tratar. Então, se o senhor pudesse colocar um pouco para nós, qual é a expectativa do Ministério com relação ao resultado da implementação do decreto, eu acho que seria bastante positiva.

SR. MINISTRO NELSON MACHADO – Obrigada, Senadora. Vejam. Nós temos algumas informações que são realmente de estarrecer. Dentro do conjunto da população economicamente ativa, que nós temos cerca de 70 milhões de trabalhadores e trabalhadoras entre 16 e 59 anos no mercado. Nós temos cerca de 28 milhões que estão fora da previdência, Senadora, eles não têm direito previdenciário, não contribui e também não tem direito previdenciário. E o mais triste é que desses 28 milhões quase 50% ganham menos que o salário mínimo, então eles nem têm condição ainda de fazer parte da previdência porque recebem abaixo do mínimo, segundo as informações do IBGE. Dos 14 milhões que estão acima nós fizemos alguns estudos e estudos prospectivos, não é nada de contabilidade ali que a gente sabe é aquilo e ponto. São prospecções. E a gente trabalha com a possibilidade de que nós teríamos cerca de 3 milhões, 3,5 milhões de trabalhadores e trabalhadoras que estão recebendo na faixa de um salário mínimo, um salário mínimo e pouco. E, portanto, são aqueles trabalhadores que potencialmente tem mais condição de aderir a este programa simplificado de inclusão previdenciária.

Nós estamos chamando de programa simplificado de inclusão previdenciária, por quê? A contribuição de 11% sobre o salário mínimo dará o direito a todos os benefícios previdenciários no valor de um salário mínimo, exceto a aposentaria por tempo de serviço.

Então, terá apenas a aposentaria por idade. É um valor que acaba sendo relativamente pequeno frente ao que seria 20%, para o nosso próximo salário mínimo que vai ser 380, para quem tiver no modelo tradicional, vai estar pagando então 76 reais. No modelo simplificado, esse programa simplificado de inclusão previdenciária, ele vai pagar R\$ 41,80. Então, eu acho que é um valor que é possível fazer esse seguro.

Eu estava um dia numa entrevista e até brincava com os repórteres. “Vocês devem dizer que esse é o programa de seguro social mais barato que tem, porque com 41 reais por mês ele pode garantir todos os benefícios que ele pode ter de acidente no trabalho, de doença, de salário maternidade e lá no final da sua vida laboral garantir a previdência.

Então, a nossa (inaudível) é que num primeiro momento nós possamos ter 3,5 milhões de pessoas que possam aderir a esse sistema. Agora, é evidente que nós vamos precisar fazer ainda um trabalho forte de esclarecimento para a população. E esse trabalho de esclarecimento, inclusive, tem que começar sabe, Senadora, mostrando que a Previdência não vai quebrar, até porque se acostumou nos últimos anos dizer: “a Previdência vai quebrar”. E o pobre do sujeito lá que ganha o salário mínimo: “eu vou botar dinheiro nesse

negocio? E eu sou doido?” Mas é claro, ele não vai botar dinheiro num negócio que vai quebrar. Então, tem que dizer claro e em bom som, a Previdência pública solidária básica não vai quebrar, jamais vai quebrar por quê? Porque ela só quebra o dia que o país quebrar, o dia que o país deixar de existir, o dia que o país não tiver mais PIB, não tiver mais trabalhador, aí quebra. Mas o dia que quebrar a Previdência Social pública, básica e solidária não tem nada que sobreviva. Portanto, a Previdência não vai quebrar.

Portanto, temos que dizer isso com clareza, porque as pessoas não vão contribuir se não tiverem segurança de que o sistema vai viger, e o que vai garantir é o nosso desenvolvimento, o que vai garantir a Previdência no futuro é o desenvolvimento, o desenvolvimento significa crescer com distribuição de renda, aí sim, nós temos um país forte, sustentável, politicamente sustentável e mais justo e solidário.

Então, obrigado pelas perguntas. Era isso. Obrigado Senador.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Ministro, eu quero agradecer em nome da Comissão de Direitos Humanos. A Senadora Patrícia, como sempre, com a gentileza pediu que eu agradecesse em nome também da Comissão de Assuntos Sociais e de todos os Senadores e Senadoras.

E dizer, Ministro, para V. Ex^a. que eu sou simpático o principio da previdência universal, iguais para todos, todos, todos, todos com os mesmos direitos. Eu sei que é a sua visão também e que devemos caminhar para isso no futuro.

E para concluir, dizer também que sou muito simpático cada vez mais, sei que V. Ex^a. trabalha um pouco nesse sentido, mas lá no Fórum social a gente vai aprofundar o debate no momento que o Parlamento for também convidado, da gente chegar um dia nesse país que não tenhamos mais, claro que é para o debate, contribuição do empregador para a previdência sobre a folha, e ficar sobre o faturamento, como forma de ampliar para todos, aí no meu entendimento, é no princípio universal e nós estaríamos diminuindo os encargos da folha de pagamento e ainda, Ministro, como diz a preocupação do Adão, é uma forma de todos serem responsáveis não só pela Previdência, mas também pela segurança social.

Encerro com a minha posição, com certeza, vamos continuar o debate.

Muito obrigado a todos. Obrigado, Ministro.

(Sessão encerrada às 12:49)

Ata da 6ª Reunião Extraordinária Da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, Da 53ª Legislatura, Convocada para 1º de março de 2007, quinta-feira, às 9:00 horas.

Às nove horas do dia 1º de março de dois mil e sete, na Ala Senador Nilo Coelho, sala de reuniões nº 2, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Paim e com a presença dos (as) Senhores (as) Senadores (as) Flávio Arns, Pátria Saboya, Inácio Arruda, Leomar Quintanilha, Geraldo Mesquita, Paulo Duque, Gilvan Borges, Eliseu Resende, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Cristovam Buarque, José Nery, Serys Slhessanrenko, Eduardo Suplicy, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Valter Pereira. Reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os (as) Senhores (as) Senadores (as) Fátima Cleide, Sibá Machado, Wellington Salgado, Demóstenes Torres, José Agripino, Jonas Pinheiro, Arthur Virgílio. O Presidente abre os trabalhos com a aprovação da ata da reunião anterior, dispensada a sua leitura. Passa-se a apreciação da pauta. Item nº 05 – Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2004 – terminativo. Que “Altera o caput art. 50 da Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para criar o Cadastro Nacional de Adoções, contendo as listagens de crianças e adolescentes em condições de serem adotadas e pessoas interessadas na adoção”. Autor: Senador Sérgio Cabral. Relator: Senador Arthur Virgílio. Voto: Pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: O Substitutivo é definitivamente adotado. O Senador Cícero Lucena assume a presidência. Item nº 06 – Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2004 – terminativo – Que “Torna obrigatória a identificação em braille nas teclas dos telefones fabricados e comercializados no País”. Autor: Senador Sérgio Zambiasi. Relator: Senador Paulo Paim. Voto: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Substitutivo, a matéria vai a turno suplementar. Reassume a presidência o Senador Paulo Paim. Item nº 07 – Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2004 – terminativo. Que “Estabelece reserva de vagas para pessoas portadoras de deficiência nos programas de qualificação profissional financiados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dá outras providências”. Autor: Senador Aloizio Mercadante. Relator: Senador Flávio Arns. Voto: pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: aprovado o substitutivo e nos termos art. 282 do Regimento Interno a matéria vai a turno suplementar, onde poderá receber emendas. Adiados os demais itens. A Comissão delibera e aprova a inclusão, extrapauta, dos seguintes itens: Item nº 01 – Requerimento nº 07, de 2007 – CDH: Assunto: Requerimento de realização de reunião de audi-

ência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais do Senado, com previsão de realização no dia 21 de março, por ocasião do Dia Internacional da Síndrome de Down. Autores: Senador Flávio Arns e outros Senhores Senadores. Resultado: Aprovado. Item nº 02 – Requerimento nº 06, de 2007 – CDH. Requerimento, nos termos do art. 73, combinado como inciso II, do art. 76 do Regimento Interno do Senado Federal, de criação da “Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo”, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com cinco titulares e cinco suplentes, pelo prazo de um ano, com o intuito de fiscalizar, acompanhar, avaliar e controlar as políticas governamentais relativas à erradicação do trabalho escravo e propor soluções. Autores: Senador Paulo Paim e outros. Resultado: Aprovado. Item nº 03 – Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2003, terminativo – Ementa: “Dispõe sobre a assistência gratuita aos filhos e dependentes dos trabalhadores urbanos e rurais desde o nascimento até seis anos de idade, em creches e pré-escolas”. Autor: Senador Paulo Paim. Relator: Senador Geraldo Mesquita. Voto: Pela aprovação do Projeto com 7 (sete) emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o projeto e as sete emendas. Item nº 04 – Requerimento nº 08, de 2007 – CDH (em aditamento ao RQS nº 04, de 2007 – CDH). Assunto: Aditamento ao requerimento nº 04/CDH/2007, definindo o cronograma e normas para o ciclo das audiências públicas. Autores: Senadores Geraldo Mesquita, Paulo Paim e outros. Resultado: Aprovado. Item nº 05 – Requerimento nº 09, de 2007 – CDH. Assunto: Requer a realização de Audiências Públicas para debater a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes na Região Metropolitana de Belém, a região do Marajó, na região Bragantina e no Município de Altamira, Estado do Pará. Com os seguintes convidados: Governadora do Estado do Pará, Ana Júlia Carepa; representante do Ministério Público Federal; representante da Regional Norte II da CNBB; Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Procurador Geral de Justiça do Estado do Pará; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Dom Luis Ascona – Bispo da Prelazia do Marajó; Dom Erwin Kreuteler – Bispo da Prelazia do Xingu; Dom Orani Tempesta – Bispo da Arquidiocese de Belém; Bispo da Prelazia da Bragança. Autor: Senador José Nery. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às onze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão

Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

A presente reunião tem como objetivo deliberar sobre sete projetos que estão na pauta.

O primeiro projeto é da Senadora Patrícia Saboya Gomes, Senadora Fátima Cleide, que dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos especialmente que trata das mulheres, crianças e adolescentes. É um projeto importantíssimo que pretendemos hoje deliberar.

O segundo projeto é de autoria do Senador Valdir Raupp, acrescenta dispositivo a Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 95, para obrigar a emissão em braile de faturas de serviços públicos.

O terceiro projeto é de minha autoria, modifica o dispositivo da Lei 869 de 3 de julho de 90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências e a Senadora Lúcia Vânia é a Relatora.

O quarto projeto dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de admissão, os termos do inciso VIII, do art. 37 da Constituição Federal, onde o Senador Flávio Arns é o Relator, é um projeto importantíssimo para as pessoas com deficiência e o autor é o Senador Rodolpho Tourinho.

O projeto de nº 5 aqui na minha ordem e que leva o número no Senado de 27, é do ex-Senador e hoje Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, o Relator é o Senador Arthur Virgílio, ele altera o caput do art. 50 da Lei 8.069 de 90, Estatuto da Criança e do Adolescente para criar o Cadastro Nacional de Adoções contendo as listagens de crianças e adolescentes em condições de serem adotadas e pessoas interessadas na adoção.

É também um projeto importantíssimo para todas aquelas pessoas que gostariam de adotar uma criança e naturalmente para as crianças que sejam adotadas.

O sexto projeto é do Senador Sérgio Zambiasi e no caso, eu sou o Relator, torna obrigatório à identificação em braile nas telas de telefones comercializados no País.

E o sétimo projeto é do Senador Aloizio Mercadante. O Relator é o Senador Flávio Arns, estabelece reservas de vagas para as pessoas portadoras de deficiência nos programas de qualificação profissional financiado com recurso do FAT. É um projeto também importantíssimo, eu que falo tanto em ensino técnico profissionalizante e esse projeto vai garantir vagas para as pessoas com deficiência. Senador Aloizio Mercadante é o autor e o Flávio Arns é o Relator.

Eu lembro que todos os autores e Relatores foram convidados para essa reunião, estamos vendo aqui um dos principais Relatores que é o Senador Flávio Arns, eu sempre digo, o nosso especialista nessa área que dedicou a sua vida entre tantas outras ações para as pessoas com deficiência. Senador Mesquita Júnior também está aqui, eu sei que ele quer falar sobre um projeto que talvez dê para a gente votar ainda hoje que ele é o Relator. Senador Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Senador Paim, eu queria solicitar inclusão Extrapauta de um projeto, aliás, de sua autoria que cuida da assistência gratuita aos filhos e dependentes, os trabalhadores em creches e pré-escolas. Se possível, eu queria que o projeto figurasse em Extrapauta para que pudéssemos ainda hoje discuti-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Mesquita Júnior, a sua solicitação tinha sido já encaminhada a Secretaria Geral da Mesa, ele está pronto para ser submetido à apreciação do Plenário para votação em pauta extra, porque eu entendo que esse projeto também é um projeto importantíssimo. Não é um projeto que foi apresentado a Casa hoje. Esse projeto está na Casa há cerca de 3 ou 7 anos, está desde 2003 e vai na essência, porque a questão das creches para os filhos dos trabalhadores. Ou seja, as creches em parceria com a iniciativa privada. Nós que é queremos tanto combater a violência, entendemos que esse projeto deverá ser votado também no dia de hoje.

Senador Flávio Arns, V.Exª está com a palavra. Estamos falando ainda da nossa pauta do dia de hoje.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Em relação à pauta, Sr. Presidente, eu gostaria também que fosse incluído um Requerimento como Extrapauta porque no dia 21 de março do corrente ano, vai ser comemorado Dia Internacional da Síndrome de Down. Como a gente sabe a Síndrome de Down vem tendo um papel de uma abordagem muito interessante na novela Páginas da Vida, da Rede Globo, mostrando as possibilidades de educação, de trabalho, de inclusão, participação da família, depoimentos e isso tudo contribuindo para que essas pessoas tenham a sua cidadania também assegurada, os seus direitos assegurados.

Então, eu estou sugerindo, Sr. Presidente, que esta Audiência Pública, um Requerimento para uma Audiência Pública seja feito em conjunto pela Comissão de Direitos Humanos e pela Comissão de Assuntos Sociais, e sendo convidados para essa Audiência Pública, o autor da novela, atores ligados à novela, a área e especialistas que apesar de ser relacionado à Síndrome de Down e a Síndrome de Down estar dentro da literatura toda categorizada na área da pessoa

com deficiência mental, mas a gente sempre pensa que as soluções que venham para uma área de deficiência seja surdez, seja cegueira, deficiência física, deficiência mental, autismo, seja que área for, as soluções que vem para uma área acabam sendo soluções para todas as áreas. Porque quando se discute, por exemplo, barreira arquitetônica é algo que oferece a inclusão da pessoa com deficiência física, mas também da deficiência motora, da deficiência mental, do idoso, da pessoa com saúde, da gestante, então acaba no fundo beneficiando a sociedade toda. E é só interessante também de se dizer que é no dia 21 de março o dia internacional e a Síndrome de Down é a trissomia, conhecida como trissomia do par 21. Ou seja, invés de ter um par de cromossomos no par de nº 21 existe a trissomia, um cromossomo extra. Então no dia 21 que é a trissomia do par 21 estar comemorada, lembrada, e eu posso dizer comemorada, porque a gente tem que dizer comemorado, mesmo, porque é uma luta de todos, uma luta bonita por cidadania, por construção, o esforço de tanta gente aí pelo Brasil e pelo mundo, então é lembrada e comemorar, “olha, vamos para a luta, vamos vibrar, vamos agir, vamos fazer as coisas acontecer”.

Até ontem, eu estava falando, Sr. Presidente, com o Vice-Presidente Senador Cícero Lucena, ele queria ser co-autor e se o Senador Geraldo Mesquita também quisesse, nós podemos assinar juntos esse Requerimento e assim seria um Requerimento conjunto. Eu sei que todos concordam e é uma oportunidade grande que essa Comissão de Direitos Humanos pode oferecer para toda a área, para a Síndrome de Down em particular, mas no geral para toda a área da pessoa com deficiência. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Flávio Arns, a presidência aguarda o recebimento aqui do seu Requerimento, nós botaremos em votação e pode ter certeza que essa presidência gostará, inclusive, de simbolicamente, embora não necessário ser um dos que assina esse Requerimento para que no dia 21 de março já fica fechado no nosso calendário de Audiências Públicas a audiência para debater a Síndrome de Down.

Eu quero lembrar também que 21 de março também é o dia internacional da luta contra todo o tipo de preconceito e racismo baseado naquele massacre que houve na África do Sul sobre Soweto, conseqüentemente eu acho que vem de encontro, porque nós sabemos que as pessoas com deficiência são muito discriminadas nesse País.

Então é com muita alegria a gente recebe o Requerimento e botaremos em votação, tenho certeza que será aprovado por unanimidade. E os convidados,

V.Ex^a já listou e que temos certeza que estarão aqui para fazer uma exposição sobre esse tema.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu até quero lembrar, Sr. Presidente, o Senado Federal eu diria vem se empenhando bastante para contribuir para esta inclusão da pessoa com deficiência. A gente sempre diz que nós elaboramos as leis. Então, nós temos que ser os primeiros a fazer com que as leis sejam cumpridas. Então, barreira arquitetônica, contratação de pessoas, meios alternativos de comunicação, valorização, prestígio. Então o Presidente Sarney, na época Presidente, se empenhou muito, e o Senador Renan Calheiros, vem, na verdade, fazendo tudo que for necessário. Inclusive, existe já no Senado Federal uma Comissão formada por todos os setores da Casa que é a Comissão de Acessibilidade, e acessibilidade é acesso a tudo, inclusão em tudo, não só barreira arquitetônica, em tudo, acessibilidade, num conceito amplo, e é o maior desafio do Brasil hoje. Eu acho que ficaria bonito o dia em que a gente pudesse dizer, o Senado é acessível, tanto que aqui a gente já vê, por exemplo, um detalhe pequeno, mas é a rampa para alguém cadeira de roda chegar aqui na frente e poder participar dessa nossa reunião, ainda, se nós formos ao Plenário para alguém chegar no microfone em cima, ainda não é possível, alguém com cadeira de roda não chega lá, não chega nas galerias, mas já foram feitos.

Então há um cronograma de adaptações, porque não dá, infelizmente, também para fazer tudo de um dia para outro, mas está sendo feito, já foram feitos curso de LIBRAS para todos os funcionários para atender a pessoas surdas, foram comprado equipamentos, elevadores, está sendo licitado.

Então, o dia que a gente chegar e disser, o Senado é acessível, e nós poderíamos até pensar na Comissão de Direitos Humanos, Sr. Presidente, para dizer assim, olha, fazer um esforço para que o Município seja acessível, fazemos uma espécie de um prêmio, alguma coisa, uma celebração assim diferente aqui, uma divulgação, para dizer, olha o Município é acessível. Porque o Município é acessível dentro da Lei, o que a Lei determina que a Lei seja cumprida e a gente dá o exemplo, em primeiro lugar, porque não dá para pedir para outro se a gente não estiver contratando ou se a gente não estiver fazendo as coisas aqui dentro corretamente.

Então, o Senado está fazendo um esforço, um esforço bom, interessante e eu acho que o importante é repercutir isto por todo o Brasil, não é Sr. Presidente.

Então, só nesse sentido, dando a ênfase para o bom trabalho do esforço que está sendo feito.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Na mesma linha ainda, eu vou fazer o seguinte,

eu vou fazer a leitura do Requerimento encaminhado a V.Ex^a a Mesa e depois se ambos quiserem fazer uma ponderação e em seguida que já fica uma data definida. Nós vamos acabar deliberando sobre um calendário de Audiências Públicas, mas votamos primeiro esse, porque esse dia 21 já fica consagrado que será para esse debate. Porque temos aqui proposta desde uma Audiência Pública prevista para debater a situação dos povos indígenas, nós já reservamos para esse dia, o Petrônio Portela, vamos ter aqui em torno de mil e quinhentos índios, eles querem discutir direitos humanos, situação dos povos indígenas. E queremos fazer em conjunto também, vamos fazer em conjunto com a Comissão de Educação, Direitos Humanos e Assuntos Sociais. Eu acho que vai ser um belo momento, eu acho que a nação indígena vai se sentir contemplada, ver que Senadores das três Comissões estão lá para ver as reivindicações deles, pelo menos nesses três campos: Direitos Humanos, Assuntos Sociais e Educação.

Eu já tive uma conversa preliminar com o Senador Cristovam e no momento em que nós botarmos em votação, V.Ex^a aqui que é o Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais fará também a sua ponderação sobre a importância desse evento.

Eu farei a leitura rápida, mas me lembra aqui a Mesa, a Assessoria da Mesa que eu devo encaminhar da seguinte forma, antes dessa questão, solicito se assim vocês entenderem que a gente pode dispensar a leitura da Ata da reunião anterior e se assim também concordarem, eu já coloco em votação. E aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

É uma questão apenas burocrática, mas tinha que ser feita. Eu vou fazer a leitura do Requerimento encaminhado a Mesa pelo Senador Flávio Arns. Quero informar a todos que só teremos votação, todos os projetos são terminativos, quando tivermos em Plenário, efetivamente, onze Senadores. Senadores porque o voto tem que ser nominal. Mas o Requerimento é simbólico.

Requerimento 2007, do Senador Flávio Arns. Requerimento nos termos regimentais que seja realizada no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, conjuntamente com Comissão de Assuntos Sociais do Senado, Audiência Pública no próximo dia 21 de março, por ocasião do Dia Internacional da Síndrome de Down, definida como um acidente genético. A Síndrome de Down é causada por um erro na divisão das células, na divisão fetal. A data foi escolhida pela Associação Internacional, agora aqui é inglês, meus amigos e minhas amigas, pela Associação Internacional da Síndrome de Down em alusão aos três cromossomos no par de número – conforme V.Ex^a já explicou – nº 21-3.

Presentes nas pessoas com síndrome. As pessoas com Síndrome de Down apresentam características biopsíquico-sociais peculiares e que requerem alguns cuidados especiais da família e de profissionais. Com os estímulos e apoios necessários as pessoas com Síndrome de Down superam barreiras e interagem como protagonistas na sociedade, na escola, no trabalho, na prática esportiva e artística, entre outras.

Nesse contexto, a novela Páginas da Vida da Rede Globo propiciou ao Brasil conhecimentos e informações relevantes sobre as pessoas com Síndrome de Down, discutindo o seu desenvolvimento, possibilidade e inclusão social e assim indico como convidado autor da novela, autores ligados ao núcleo e especialista da área. Sala das Sessões, 1º de março de 2007, Senador Flávio Arns, Senador Geraldo Mesquita, eu assino e uma série de outros Senadores com certeza estão assinando. Eu passo a palavra a ambos Senadores.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Senador Paim, caro amigo Senador Flávio Arns, faz tempo que eu não vejo aqui no Senado, mesmo quando eu estava fora daqui, a preocupação acerca de um assunto como esse ser tão intensamente abordado e tratado em torno da questão dos portadores de deficiência, Senador Arns. De fato, a Casa tem discutido com uma certa intensidade, tem deliberado acerca de providências simples como o Senador Arns apontou, uma simples rampa que permite acesso a quem está de cadeira de rodas.

Eu atribuo isso, Senador Paim, a alguns fatores: O primeiro, Senador Flávio, é o movimento da própria sociedade que nos últimos anos tem também se intensificado no sentido de cobrar e de se cobrar o respeito, a consideração, a solidariedade àqueles que se encontram nessa situação que são milhares e milhares de pessoas nesse País.

A sociedade tem se mobilizado, tem se movimentado de forma mais intensa nesses últimos tempos, nesse sentido. Agora, aqui dentro da Casa, atribuo a essa maior assiduidade na abordagem da questão, da discussão da questão a presença de pessoas como vocês aqui, Senador Flávio Arns, Senador Paim, o próprio Senador Renan que preside a Casa é um entusiasta da questão, tomou iniciativas junto com seus pares de promover alguns atos nessa Casa que simbolizam exatamente isso que nós estamos falando. O engajamento da Casa na discussão e na busca de soluções para tais problemas e questões.

Então, são fatores importantes. A sociedade tem se mobilizado mais, a Casa teve a sorte de contar com pessoas que tem uma preocupação aguda com questões como discriminação e que envolve tudo isso que nós estamos tratando. A discriminação permeia aí toda

a questão, Senador Arns. No fundo, no fundo, é como o Senador Paim diz é uma questão de discriminação. Então eu fico satisfeito.

Eu queria dizer mais, Senador Paim, nos últimos tempos, as maiores evidências concretas, assim, de mobilização na luta em favor dos portadores de deficiência nesse País, eu tenho observado sem prejuízo de outras experiências que eu não conheço, mas eu tenho observado, de forma especial, por exemplo, a movimentação do Senado Federal e tem uma empresa nesse País que de forma silenciosa adotou providências de contratar pessoas com deficiência em todo o País que a GOL, a empresa aérea, aqui eu não estou fazendo a propaganda da GOL, mas eu quero louvar a iniciativa. Que de forma silenciosa, sem alarde, nós que andamos muito nos aeroportos do País, eu particularmente tenho observado isso. Em todo o aeroporto que a gente chega, pessoal da GOL que nos atende nos despachos ali no aeroporto, um percentual grande deles é constituído de pessoas portadoras de deficiência.

Então, são as duas experiências que eu tenho observado nos últimos tempos de forma mais intensa que traduzem a preocupação, a solidariedade, o cuidado com a abordagem da questão. Aqui no Senado Federal e a experiência que eu tenho acompanhado e observado de parte da própria empresa aérea, GOL, que de forma muito interessante adotou providências simples, como eu disse, sem alarde, mas tem feito a sua parte. Outras experiências certamente existem no País, mas que chamaram a minha atenção assim, são essas duas: Aqui, na Casa, no Senado Federal, e nessa empresa a qual eu já me referi.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu aproveito a oportunidade da Senadora Patrícia que chega no momento que é autora também de um Requerimento importante, que trata de um tema de um projeto que eu sou Relator que amplia a questão da licença maternidade e que me informa que a Assessoria que está havendo uma coincidência de data no dia 21, então nós vamos administrar tranquilamente, eu sei, antes de votar o Requerimento, o objetivo de ambos para mim é o mesmo. Ou seja, garantir que a população seja ouvida sobre as duas questões tão importantes para todos nós. Senadora Patrícia.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Presidente, eu acabo de ser informada pelo Senador Flávio Arns que esse também é um dia muito importante e vai haver uma grande mobilização no Congresso.

Essa nossa audiência que trata também da licença maternidade é algo que a gente já está tentando desde o ano passado reunir os empresários, porque

quando a gente marca uma data um empresário não pode, o outro não pode. Então nós conseguimos conciliar, mas é lógico que eu não posso deixar também de participar desta outra audiência que também é algo muito importante.

Eu sugiro que logo após a Sessão, se V.Exª permitir, nós encontremos uma nova data para que a nossa audiência que deveria ser conjunta não impeça que a outra audiência também aconteça porque eu imagino que também poderia ser uma audiência conjunta. Assuntos Sociais e Direitos Humanos. Então eu só peço um tempo a V.Exª apenas para marcar uma nova data.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu chego a perguntar se na sequência se não poderíamos ser talvez no mesmo dia, respeitando os espaços, nós terminaríamos uma, começaríamos a outra. Porque eu acho que a intenção também do Senador Flávio Arns é aproveitar que essas personalidades sobre esse tema estariam em Brasília. E a sua, pelo que eu percebo, já está agendada há muito tempo, se de repente não dá para coincidir no mesmo dia, desde que em horários diferente, eu me proponho a participar das duas com a maior satisfação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Se me permite uma sugestão, inclusive pela programação que a Senadora Patrícia falou, no dia 21 que vai ser uma programação grande a esse respeito no Senado, o melhor horário para essa Audiência Pública sobre esse tema, seria no período da tarde, às 2h. Se for o caso, nada impediria que houvesse a Audiência Pública no período da manhã com a finalidade já aprovada...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Isso, faríamos essa tarde. E como é conjunto, a equipe das duas Comissões combina.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Faria uma pela parte da manhã, a da licença maternidade e à tarde.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Está resolvido?

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Perfeito.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Inclusive para a finalidade do Dia Internacional da Síndrome de Down, em função de toda a programação no Senado, é no sentido de valorizar, prestigiar, escutar, propor, como, aliás, sempre é o objetivo de uma Audiência Pública, mas no período da tarde, eu acho que estaria perfeitamente enquadrado dentro da programação que está sendo elaborada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Muito bem, como ambos regimentalmente já foram aprovados e pelo acordo feito teremos pela

manhã o debate do projeto da Senadora Patrícia Saboya Gomes que trata da ampliação da licença maternidade e à tarde, as duas Comissões farão também, já que vamos estar juntos pela manhã o debate sobre a Síndrome de Down com os convidados já listados pelo Senador Flávio Arns. As duas serão conjuntas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, até nós estávamos falando agora há pouco e a intérprete da língua de sinais está aqui na Comissão de Direitos Humanos, só para dizer que na Comissão de Assuntos Sociais presidida agora pela Senadora Patrícia Saboya Gomes, essas pessoas estão ligadas a Comissão de Assuntos Sociais e à disposição para fazer esse trabalho em todas as Comissões e em todos os trabalhos do Senado quando requisitadas. Então estão lotadas, vamos dizer assim, na Comissão de Assuntos Sociais, junto com a presidência, mas é uma daquelas necessidades que já foram apontadas agora há pouco e que vem sendo supridas.

Então a pessoa com deficiência auditiva, com surdez, que chega no Senado, tem que ter o apoio de pessoas, de ajuda. E os funcionários, todos os funcionários do Senado já fizeram curso de LIBRAS, Língua Brasileira de Sinais. Agora os funcionários dos Gabinetes que quiserem também ter conhecimento da Libras é perfeitamente possível dentro desses entendimentos que estão acontecendo que novos cursos sejam organizados. Então, é um avanço também interessante.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Aliás, pegando aqui a carona do Senador Arns, ontem na Comissão de Assuntos Sociais, a gente estava discutindo, inclusive com as profissionais... Há necessidade de... Normalmente, há um número reduzido de pessoas no Plenário onde nós nos encontramos, mas as pessoas que assistem a programação através da TV Senado são milhares de pessoas e seria de fundamental importância que o trabalho delas fosse coberto pela TV Senado de alguma forma para que não se restrinja tão somente ao Plenário onde nos encontramos, porque é quem está lá olhando a TV Senado é que tem de fato, e que são milhares de pessoas, tem interesse em colher o trabalho das profissionais que é de fundamental importância.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Muito bem, eu acho que é consenso esse encaminhamento e a concordância com tudo que foi dito aqui sobre esse tema.

Eu gostaria agora de nós discutirmos, antes do debate específico dos projetos e o primeiro projeto é da Senadora Patrícia, ela não chegou, mas está chegando. Mas como a Senadora que é autora já está presente, nós vamos entrar já nos projetos. Já chegou o Senador Quintanilha aí que seria a intenção nossa

no dia de hoje, como fez também o Senador Flávio Arns, nós poderíamos instalar as Comissões, as Subcomissões dessa Comissão, e Senadora Patrícia, V.Ex^a não estava presente na última reunião por motivos já justificado como sempre, que estava em outra, o Senador Flávio Arns propôs e nós aprovamos a formação daquela Subcomissão da Criança e Adolescente e da Juventude, mediante um entendimento informal que fizemos lá na Comissão de Assuntos Sociais, e como houve aprovação dessa Subcomissão da Criança aqui, eu gostaria de instalar no dia de hoje, da mesma forma como eu fui indicado lá e não é troca não é porque há fins do tema.

Como eu fui indicado lá para presidir o meu trabalho e também de Previdência no dia de ontem por V.Ex^a, eu gostaria que hoje a gente pudesse indicar aqui a Comissão de Criança e Adolescente, que é apenas uma formalidade de ser aqui, mas para mim é como se fosse lá e como Trabalho e Previdência fosse aqui e que a Senadora Patrícia fosse a Presidente dessa Subcomissão Permanente de Criança e Adolescente e Juventude. Se todos concordam, daí a própria Senadora indicada como Presidente fará, naturalmente, procurar os Senadores que é quem quer participar dessa Comissão. Senadora Patrícia, seria uma forma de encaminhar já essa questão.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Presidente Paulo Paim, eu quero em primeiro lugar agradecer a indicação do meu nome, agradecer ao Senador Flávio Arns por ter feito a proposta dessa Subcomissão, eu acho que ela chega num momento muito importante da nossa vida aqui no Congresso, a partir do momento que nós estamos discutindo assuntos bastante polêmicos que tratam da questão da violência no nosso País, do desenvolvimento muitas vezes de crianças ou jovens sendo muitas vezes atraídos, seduzidos pelo crime organizado, a utilização cada vez maior de crianças por adultos nesses tipos de crime. E ontem nós tivemos uma Sessão bastante polêmica também na Comissão de Constituição e Justiça que eu participei em que nós iríamos votar um projeto que reduziria a idade penal de 18 para 16 anos, conseguimos graças a Deus chegar um acordo de que nós precisaríamos de um pouco mais de tempo. O Presidente Antônio Carlos Magalhães criou uma Comissão de trabalho com seis membros, nós não sabemos o conhecimento de quem serão os participantes, mas de uma proposta de trabalho em que nós possamos analisar a legislação, a questão orçamentária, o que cada uma das partes precisa fazer para que a gente não vote apenas a redução da idade penal ou aumento do tempo de internação dessas crianças sem antes ter uma idéia do motivo dessa violência e do que o Estado

Brasileiro poderá, deverá fazer, daquilo que o Judiciário tem o seu papel e nós congressistas também.

Então, eu acho que foi uma vitória para o movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente, porque nós teremos essa Comissão que trabalhará por 45 dias que irá analisar como se fosse um pacote de segurança nacional, mas não exclusivamente dando um foco apenas a questão das crianças e da nossa juventude, porque aí fica parecendo que nós iríamos resolver o problema da violência no País apenas com uma medida que seria a redução da idade penal.

A minha convicção é que isso não resolve, eu já tive oportunidade de tratar desse assunto em diversas ocasiões, em várias audiências e nessa Comissão também, não resolve de forma alguma o problema da violência, porque no dia seguinte nós teríamos jovens ou adolescentes cada vez mais novos envolvidos também na questão desses crimes hediondos que acontecem no nosso País, mas estamos também dispostos a abrir esse diálogo, essa conversa desde que todas as partes também assumam a sua responsabilidade diante desses fatos que têm acontecido no nosso País.

Portanto, eu acho que a criação dessa Subcomissão aqui na Comissão de Direitos Humanos, ela vai nos dar uma ajuda excepcional, inclusive, nesse grupo de trabalho da CCJ, porque lá nós não teremos Audiência Pública para tratar desse assunto, essa já foi uma determinação do Presidente Antônio Carlos Magalhães, mas não nos impede que em outras Comissões, tanto na Comissão de Assuntos Sociais e agora aqui na Comissão de Direitos Humanos com a criação dessa Subcomissão da Criança e Adolescente, nós possamos também aprofundar essa discussão trazendo um fórum de debate aqui para essa Subcomissão, porque no Brasil inteiro pessoas vieram acompanhar essa votação e sentem ainda necessidade de um espaço aqui dentro para discutir com mais profundidade, com mais cautela, medidas que certamente vão ter um impacto muito grande na vida das nossas crianças, dos nossos jovens, dos nossos adolescentes.

Portanto, eu fico extremamente feliz com a possibilidade da criação dessa Subcomissão, o Senador Paulo Paim, Presidente, coloca a possibilidade de que seja o meu nome, eu coloco na mão dos Srs. Senadores e fico muito grata já de qualquer forma pela generosidade pela indicação do meu nome.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadora Patrícia, se me permitir, só uma frase: Eu quero lhe assegurar que todas essas reuniões e as Audiências Públicas, a gente faria em parceria, quer dizer fazendo em parceria, V.Exª presidirá com orgulho para todos nós, como se fosse lá na Comissão de Assuntos Sociais, então será Assuntos Sociais, Direitos

Humanos discutindo criança e adolescente sobre a sua presidência, que eu acho que é uma homenagem a sua história nesse tempo. Senador Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Sr. Presidente, Paulo Paim, colega Senadores, perfeitamente oportuno e inadiável esta decisão de criar essa Subcomissão que vai cuidar da criança e do adolescente, do jovem e do adolescente. E o momento é muito instigante já que nós estamos assistindo essa tentativa, essa busca, essa discussão com relação à redução da maioridade penal.

É claro que nós não imaginamos que a lei vai resolver os problemas sociais. Efetivamente, não. Mas é importante que aqui, no foro adequado para a discussão dos problemas sociais, onde a sociedade brasileira tem os seus representantes para discutir os seus problemas e enfrentá-los, sobre os mais variados aspectos. É fundamental que nós realmente aprofundemos, bastante, essa análise que nós estamos fazendo, porque o que nós estamos assistindo hoje é uma verdadeira destruição da célula mais importante da sociedade que é a família. Hoje nós temos algumas aberrações sobre o pretexto de evitar a exploração infantil de proibir o trabalho infantil.

Ora, eu desde menino trabalhei para ajudar os meus familiares, filho de um berço pobre e a grande maioria das famílias brasileiras de prole numerosa, inclusive no trabalho doméstico, ajudar a limpar a casa, os talheres utilizados, roupa suja, limpar quintal, limpar a própria casa, são trabalhos que são distribuídos pelos membros da família e que não podem ser absolutamente considerados exploração infantil, ao contrário, é a família ensinado ao novo membro da sociedade que é o trabalho a forma correta dele se desenvolver, dele crescer, dele prosperar.

Além disso, disciplina e hierarquia cabe, Sr. Presidente, em qualquer lugar, em qualquer lugar. Aliás, sem disciplina e sem hierarquia o caos toma conta, a desordem toma conta. Então é importante que nós possamos conduzir isso, e hoje é importante, eu vou trazer, Senadora Patrícia Pilar, eu acho que fica muito bem (risos) Fica muito bem sob sua responsabilidade a condução dessa Subcomissão...

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – (risos) Não conserta, não. (risos)

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Ô... Acho que fica muito bem...

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Ele sonhou com a atriz. (risos)

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Mas olha, essa discussão, confusão à parte...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadora Patrícia... Continua.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senadora Patrícia, fica muito bem essa discussão sobre criança e adolescente. E eu virei trazer uma questão que eu pude observar e não só de observação minha, mas colhendo informações, Sr. Presidente, de corpo docente de escola do ensino fundamental e do ensino básico. Os professores, a grande maioria dos professores tem se sentido assim constrangidos em cumprir o seu papel, porque o aluno, o estudante pode criar constrangimento para o seu colega e para o professor. O professor não pode admoestar, chamar a atenção do aluno, porque isso é criar uma situação de constrangimento para ele. Está na Lei, se não me engano é o art. 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente. E o que está acontecendo com isso? O professor é admoestado quando estimulado pela diretoria da escola ou até pelo Ministério Público, os casos estão se multiplicando. E o caos tomando conta das salas de aula. Os alunos, é lógico que isso não é regra, ainda é exceção. Mas aumenta muito o número onde os alunos não respeitam os professores, não respeitam os colegas, comprometem o desenvolvimento da escola exatamente porque está perdendo a questão da hierarquia, porque o estatuto diz ali que o professor não pode permitir a criação de situações vexatórias ou constrangedoras para o aluno, ele, o aluno pode criar problema com o colega dele, atrapalhar o andamento da escola, criar problema com o professor, mas ele não pode ser admoestado, ele não pode ter o seu comportamento questionado.

Então, eu acho que essa Subcomissão vem em muito boa hora, além dos outros problemas que nós estamos tendo, nós estamos tendo aí que está envolvendo toda a sociedade e o movimento da adolescência brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Quintanilha, me permite um aparte da presidência. Logo depois do debate dessa Subcomissão, nós vamos debater a Subcomissão do Idoso que é um tema que V.Ex^a propôs.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Perfeitamente. É essa colocação que eu gostaria de fazer, cumprimentando, Presidente, V.Ex^a e os membros da Comissão e a Senadora Patrícia pela decisão acertada da criação da Subcomissão da Criança e do Adolescente aqui na Comissão de Direitos Humanos.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Presidente Paulo Paim e Senador Quintanilha, eu tenho uma... Não uma discordância, mas apenas um reparo que é uma área que eu tenho militado a minha vida inteira a questão da criança e do adolescente em relação ao que V.Ex^a coloca, e eu entendo a sua preocupação, como é a preocupação da socie-

dade como um todo. O que a gente trata de trabalho infantil e a Organização Internacional do Trabalho declara que tipos de trabalho significam a exploração do trabalho da criança e do adolescente. Nós não podemos, como V.Ex^a mesmo diz, confundir o que aquilo que uma criança, um jovem ou adolescente faz dentro de casa ajudar a sua mãe ou ajudar o seu pai numa horta, isso eu acho que é até educativo. E eu a vida inteira fiz isso, desde pequena, aprendi algumas coisas, faz parte inclusive da formação, eu acho que isso é uma coisa saudável. O que a gente trata aqui é da exploração desse trabalho. A exploração são milhares e milhares de crianças, mais de quinhentas mil crianças no Brasil que são exploradas de vários tipos de formas que são explorados e essas crianças acabam abandonando a escola, acabam indo direto pegar no batente, no pesado e de certa forma abandonam a escola e acabam sendo explorados.

Então, é esse tipo de exploração que nós não podemos permitir. É imaginar, por exemplo, um dos nossos filhos, por exemplo, tendo ou sendo obrigado pela circunstância da pobreza e da miséria, sendo obrigado, por exemplo, a trabalhar em pedreira, sendo obrigado a trabalhar em raspa de mandioca, ser obrigado a fazer trabalhos que vão lhe prejudicar o desenvolvimento e vão prejudicar a sua saúde.

Então, esse cuidado nós temos que ter. Evidente, como V.Ex^a disse, nós não podemos confundir uma coisa ou outra. Eu até proponho, talvez, Presidente Paulo Paim que nessa Subcomissão, uma das principais coisas que talvez nós devêssemos fazer era estudar o Estatuto da Criança e do Adolescente, porque eu percebo nessa discussão, principalmente agora nesse momento de violência, de comoção que morreu uma criança de apenas seis anos de idade da forma mais bárbara e cruel, perversa possível, que as pessoas ainda não tenham o conhecimento necessário do que é o Estatuto da Criança e do Adolescente. Muitas vezes a gente escuta as pessoas dizendo, “ah, é uma lei muito moderna, muito avançada que não combina com o País”, mas nós precisamos fazer leis que sejam avançadas, leis que melhore a condição de vida das pessoas e da sociedade brasileira.

O Estatuto da Criança e do Adolescente existe há 17 anos e nunca foi implementado no nosso País de forma integral. Existem várias brechas que nós precisamos imediatamente resolver essa situação. O comportamento da juventude e a juventude por si só, a adolescência já é uma fase da vida em que um turbilhão de coisas acontece, a curiosidade é aguçada, à vontade de descobrir, a ousadia, imaginar que você pode ser dono do mundo, dono da verdade, isso acontece na vida de cada um de nós que tem filho. Eu

pelo menos, os meus filhos, na adolescência, tiveram problemas também. Eu tive muitas vezes que colocar limites, eu tive muitas vezes que ter conversas sérias, eu tive muitas vezes que castigá-lo de uma forma que pudesse educá-los, não castigo físico, mas um castigo que pudesse fazer com que eles entendessem determinadas coisas. Então faz parte da juventude isso.

Agora, eu acho que os nossos professores muitas vezes não estão preparados ou capacitados para receber isso que vem, a escola acaba sendo muitas vezes o lar de muitas crianças porque elas vivem na rua, muitas delas vivem na rua. Os dados últimos que a gente viu agora nos jornais, em todos os lugares mostram que existem 98%, 97% das crianças matriculadas nas escolas, mas existem quase dois milhões que estão fora das escolas e são esses dois milhões de crianças ou de jovens que muitas vezes acabam cometendo esses delitos tão graves pela ausência do Estado Brasileiro, pela irresponsabilidade de muitos segmentos da sociedade. Por isso eu acho perfeita a idéia de que a gente possa discutir isso, Senador, de forma funda, consistente, equilibrada, sensata para que a gente simplesmente numa ânsia muitas vezes de dar uma resposta à sociedade, dê uma resposta só apenas à parte da sociedade.

Eu tenho dito da minha solidariedade, da minha dor, por exemplo, com a morte do João Hélio. Mas eu acho que nós aqui, congressistas, nós todos temos a responsabilidade de sermos solidários com a dor de todas as mães desse País, daquelas mães que perdem seus filhos, são 16 crianças que morrem por dia, vítimas de arma de fogo. Ontem o Senador Aloizio Mercadante falava e eu vou começar a copiá-lo, porque ele dizia, 16 adolescentes que morrem por dia, em 10 dias é um Boeing da TAM que cai nesse País e a gente não sabe quem são essas crianças, não sabe o nome dessas crianças, não sabe de onde elas vêm, quem são seus pais, se elas têm certidão de nascimento ou não.

Então, a minha preocupação é que na ânsia da gente dar uma resposta, a gente cometa erros e enganos que vão condenar ainda mais esses jovens a uma vida muito mais cruel e talvez até estimular crimes mais bárbaros que esse que a gente tem visto. Muito obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Total concordância, eu vou dar como hoje... Eu tomaria o seguinte procedimento se vocês concordarem, nós vamos tentar aprovar aqui o Presidente da Subcomissão e o Vice. Eles, por sua vez vão convidar, vão falar com os Senadores que estejam a fim de trabalhar nas respectivas subcomissões temporárias e permanentes. Pode ser? Fica mais fácil e ele vai dividindo um pouco a responsabilidade.

Então, o Senador Flávio Arns chegou a Mesa que ele gostaria de ser, como foi inclusive o autor do Requerimento, eu estar ali de forma precipitada já indiquei a Senadora Patrícia como Presidente da Comissão. Quero entender, o Senador Flávio Arns se apresenta como candidato a ser o Vice-Presidente que eu acho que é um grande Vice-Presidente. Se há acordo eu botaria já em votação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, eu quero até dizer o seguinte, que quando a Senadora Patrícia não estava aqui na hora da apresentação do Requerimento, mas quando eu apresentei o Requerimento, eu inclusive mencionei o debate que nós tínhamos tido na Comissão de Assuntos Sociais, inclusive com a participação da Senadora Patrícia no sentido de nós estarmos vendo se seria mais pertinente a Comissão estar lá ou a Comissão estar aqui. Houve um debate no sentido de que lá nós estudaríamos as políticas públicas, iniciativas e aqui a concretização desses direitos.

Então, nesse sentido que foi apresentado Requerimento e eu acho que é bom aqui, principalmente com o desejo de V.Exª que é o Presidente e o desejo da Senadora Patrícia que é Presidente da Comissão de Assuntos Sociais para um trabalho integrado, conjunto que eu acho que vai favorecer extremamente os resultados. E a Senadora Patrícia tem, como outros Senadores também, mas a Senadora Patrícia tem também uma história de vida voltada para esses objetivos, então, nada melhor, eu diria, do que a Senadora, concordo inteiramente. Ela perguntou submetendo o nome inclusive ao Plenário, nada melhor do que a Senadora Patrícia presidir a Subcomissão com o apoio de todo mundo. Ninguém sozinho faz um bom trabalho. Costumo dizer, o bom trabalho é resultado sempre de um esforço coletivo, do envolvimento das pessoas, da capacidade de todos nós fazermos com que todos participe. Então é nesse sentido, Sr. Presidente, apoio integralmente.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Ok, vamos botar, então em votação. Senador Nery, sobre o tema.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador José Nery, só para ficar bem claro.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Vamos levar alguns dias para nos acostumarmos e chegar todos os nossos colegas nessa pronúncia desse nome Nery, mas muito obrigado, Senador.

Primeiro, dizer da nossa preocupação com toda essa questão do tema relacionado à questão da violência, da criminalidade, relacionado com a temática da segurança pública e mais do que isso, essas questões relacionadas com a busca de políticas públicas que respondam lá na ponta os graves desafios de garantir, efetivamente, a cidadania brasileira em todos os aspectos e em todos os segmentos sociais.

Nesses dias, temos os jornais, a imprensa, os debates aqui no Congresso têm se concentrado sobre alguns temas relacionados à violência, a criminalidade, com assento bastante forte relacionado ao problema do desenvolvimento de jovens com a criminalidade.

Ontem, eu creio que conseguimos na Comissão de Constituição e Justiça, estabelecer, na medida em que havia uma proposta de redução da maioria penal, conseguimos um cronograma de discussão, Presidente, para nos próximos 45 dias elaborar uma proposta mais geral, mas concreta que não se reduziu à questão apenas ao trato da criminalidade envolvendo jovens e adolescentes.

O ciclo de debates que a Comissão de Direitos Humanos está propondo envolvendo vários segmentos sociais, várias questões que tem a ver com crianças, com jovens, com os adultos, com os pobres, com os explorados em geral, eu creio que a melhor maneira e o diálogo com diversos segmentos da sociedade, com diversos grupos sociais procurarmos aprofundar e elaborar um conjunto de proposições que de fato discuta e vá a fundo na busca das raízes desses problemas, não apenas o ataque as suas consequências como tem sido, como a questão tem sido tratada. Tendo em vista que a cada crime que acontece, cada crime hediondo há uma comoção e no calor dessa comoção tenta-se votar, fazer pacotes aqui e ali, então essa questão da violência, principalmente um debate qualificado sobre a realidade das nossas crianças e adolescentes no País, a situação dos que estão fora da escola, dos milhares que são obrigados a se envolver e se tornam agentes do crime, do narcotráfico por conta das suas condições de miséria, de violência, de exclusão, são muito mais vítimas do que agentes da própria violência como alguns tentam fazer crer.

Nesse sentido, Sr. Presidente, tem a nossa absoluta solidariedade, o nosso absoluto apoio esse ciclo de debate, que inclusive pretendemos a ser feito no âmbito da Comissão, mas não apenas aqui no Plenário da Comissão. Proponho ao senhor uma caravana pelo País, nas diversas regiões do País para ir ao encontro mais direto dessas realidades tão gritantes lá onde elas estão acontecendo. Inclusive, uma questão fundamental, eu fico impressionado quando alguns propõem simplesmente a redução da maioria penal

nesse afã de que aí teremos a solução do problema da criminalidade envolvendo a nossa juventude, mas não se procura avaliar o atual sistema de garantias que, por exemplo, sequer em muitos Municípios brasileiros não temos Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente instalado. Em muitos Municípios brasileiros não temos conselhos tutelares funcionando.

E na outra questão, na questão prisional, nós sabemos o que é essa tragédia do sistema carcerário brasileiro. E aí colocar as nossas crianças nesses presídios, até porque hoje aquilo que são consideradas a casa de recuperação, hoje de manhã, eu estava acompanhando pelos telejornais e fiquei estarelecido com aquilo que nós já conhecemos, mas cada vez que aquilo vem à tona também é motivo de indignação, Senadora Patrícia Saboya grande Coordenadora da Frente Parlamentar dos Direitos da Criança e do Adolescente, mas a denúncia no Estado do Rio de Janeiro onde o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente foi visitar algumas unidades que seriam de recuperação e ressocialização dos nossos jovens, encontrou, e a realidade segundo ele, das 32 unidades do Rio de Janeiro, mas isso é no Rio de Janeiro, é no norte do País, é no centro-oeste, é no sul, é uma situação completa de abandono. Então eu considero que o trabalho da nossa Comissão de Direitos Humanos com o conjunto de tema nesse ciclo de debates que vamos realizar, sugerir, Sr. Presidente, uma caravana pelo País nessas áreas onde a violência, em todos os sentidos, é mais gritante para que nós possamos produzir ao final dessa maratona, as propostas mais condizentes para enfrentar essa realidade, inclusive dizer ao senhor e aos nossos pares que a semana passada participei de uma reunião com a Conferência Regional Norte 2 da CNBB em Belém do Pará, com a presença dos bispos de toda a região e foi denunciado várias situações envolvendo abuso e exploração sexual de criança e adolescente, o tráfico de mulheres e o conjunto de violência acontecido nas unidades que seriam de recuperação.

Então, proponho inclusive, que no roteiro que vamos fazer que proponho ao senhor que façamos pelo País, nós possamos concluir o Estado do Pará e até outros Estados da Amazônia nesse roteiro de trabalho da Comissão e especialmente nesse amplo debate do ciclo de debates que estamos propondo que nós o fizéssemos sobre a forma de Audiências Públicas em diversas áreas do nosso País. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Agradeço a mais essa contribuição, Senador, que já havia conversado comigo e há essa disposição, podemos, Senadora Patrícia, talvez até combinar, de repente uma viagem conjunta, eu digo, das Subco-

missões, integrando, inclusive, a presidência das duas Comissões. Já está aprovado, então, a presidência e a Relatoria da Comissão da Criança Adolescente e Juventude, Senadora Patrícia e Senador Flávio Arns.

Agora, nós vamos para a Comissão do Idoso. A indicação dessa presidência, conversando com alguns Senadores é o Senador Quintanilha que tem um trabalho nessa área que eu gostaria de passar a palavra nesse momento.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado. Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Subcomissão Permanente do Idoso tem efetiva razão de existir, foi através do consistente trabalho por ela realizada, naturalmente, estimulando os eminentes pares desta Casa que nós conseguimos aprovar matérias importantíssimas como o estatuto do idoso que teve o eminente Presidente como signatário principal. Como o Conselho Nacional do Idoso aprovado ainda no Governo Presidente Fernando Henrique, diversas outras ações que vêm sendo desenvolvidas com vistas a dar um melhor aproveitamento ao arcabouço jurídico que existe hoje no País em relação às pessoas envelhecidas, uma faixa da sociedade que cresce em progressão geométrica, que requer exatamente esse cuidado especial, sobretudo quando nós observamos que apenas 1% da população das pessoas envelhecidas dependem, necessitam de cuidados exteriores, ou seja, que não conseguem se manter por conta própria, é um número muito pequeno, a grande maioria das pessoas envelhecidas estão no convívio da família. E é importante que nós possamos trabalhar efetivamente para que eles possam ter o seu retorno ao convívio social e, sobretudo, ao mercado de trabalho.

Então, eu entendo que a criação dessa Subcomissão do Idoso não só para defender as questões relacionadas aos interesses, aos direitos dos idosos, mas para corrigir também distorções que nós estamos observando.

Hoje, por exemplo, Senador Paim, nós vemos que a fecundidade da mulher brasileira está reduzindo e, no entanto, as universidades soltam aos borbotões médicos com a especialidade pediátrica, enquanto a população de pessoas envelhecidas está crescendo em progressão geométrica, e nós não temos o mesmo estímulo na área médica profissional adequada. Hoje, por exemplo, nós temos mais 15 milhões de idosos e cerca de quinhentos médicos geriatras. E se formos analisar a localização geográfica desses médicos geriatras, especialistas em tratamento de pessoas envelhecidas, nós haveremos de encontrá-los nas capitais e nas principais cidades do País e, no entanto, nós temos pessoas envelhecidas em todos os Municípios brasileiros, carentes efetivamente dessa assistência

adequada. Não só os geriatras, mas dos demais profissionais da área das pessoas envelhecidas.

Então, V.Ex^a tem razão, sempre atuou de forma muito positiva e forte nos trabalhos relacionados com as pessoas idosas nessa Comissão e, sobretudo, na Subcomissão do Idoso, nós entendemos como uma missão se for do desejo da confiança dos membros dessa Comissão, nós continuarmos dando prosseguimento a esse trabalho tão fértil, tão importante, tão rico que a Subcomissão do Idoso traz como forma de contribuir a melhoria da convivência da sociedade brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Então se todos concordam, nós colocamos já em votação a indicação do Senador Quintanilha para Presidente dessa Subcomissão, e ele mesmo, como nós havíamos conversado antes, vai procurar seus pares para formatar os sete Senadores e sete Suplentes e nessa própria reunião, V.Ex^a adquiriria o Vice. Tranquilo?

Então, aprovado, Senador Quintanilha, o Presidente da Subcomissão do Idoso. E é claro, num outro momento, depois que nós terminamos aqui as escolhas, nós vamos tentar fazer uma reunião do Presidente e do Vice desta Comissão com os Presidentes e Vices das Subcomissões para articular um trabalho conjunto.

Eu gostaria agora, se possível, submeter em votação a criação da Subcomissão Permanente do Trabalho Escravo. Não, é temporária essa, Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo. O Senador José Nery já nos manifestou que teria interesse em presidir essa Comissão. Senador José Nery, eu já estou colocando em votação, a criação da Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo e que essa presidência estaria indicando V.Ex^a para presidir essa Comissão e em seguida a última Comissão que vamos instalar hoje é a Comissão, essa permanente da Igualdade Racial e da Inclusão e pela informação que chegou a Mesa, o Senador Mesquita se apresentou para presidir essa Comissão e eu vou trabalhar com ele muito porque eu que presidia essa Comissão antes.

Então, eu democraticamente estou indicando o nome dele, ele está sabendo agora, mas eu fiquei sabendo que ele gostaria de presidir, mas Senador José Nery, V.Ex^a, então, está com a palavra que V.Ex^a falou muito comigo, inclusive essas viagens pelo País vendo a situação do nosso povo.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Presidente Paulo Paim, Sr^{as}. e Srs. Senadores, recebo com a mais absoluta satisfação a missão de coordenar um trabalho da Subcomissão Temporária de Trabalho Escravo porque, como já temos em algum momento denunciado e acompanhado essa verdadeira tragédia que nos acompanha durante séculos e como eu tenho dito é

inaceitável com grau de civilidade que a comunidade alcançou e o nosso País que tem tanto avançado nós convivemos com essa verdadeira chaga social.

Então, portanto, aceito a missão de coordenar essa Comissão temporária, e desde já nos comprometendo de realizar um trabalho em parceria, na companhia de várias instituições que têm ao longo dos últimos anos dedicado bastante atenção, dedicação ao encaminhamento, ao tratamento dessa chaga social, como é o exemplo da representação da OIT no Brasil, da CNBB, das organizações e movimentos sociais ligados a Pastoral da Terra e a vários movimentos sociais no nosso País. Então a missão está aceita e vou fazer todo o esforço para me desincumbir dessa tarefa no sentido de cada vez mais atualizar um diagnóstico dessa grave situação existente no nosso País, inclusive, a Amazônia e o nosso Estado do Pará que representa aqui no Senado Federal, o Pará, infelizmente, carrega o infeliz título de campeão brasileiro do trabalho escravo, algo que eu tenho certeza, junto com os organismos públicos que tratam da questão, vamos trabalhar para erradicar, tirar do nosso País essa Chagas social que tanto nos envergonha e compromete tudo aquilo que temos avançado em termos de construção da cidadania brasileira. Então estou aqui disposto a cumprir essa honrosa tarefa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Em votação, aprovação, então, da indicação do Senador José Nery para a presidência da Comissão que vai tratar do trabalho escravo. Eu vou colocar em votação agora uma indicação do Senador Geraldo Mesquita Júnior para a Comissão Permanente da igualdade e inclusão na sua abrangência, e dizer, Senador Mesquita Júnior, que ano que vem é 120 anos da abolição da escravatura, então há um grande movimento, Câmara, Senado, Executivo para que tenhamos no ano que vem um grande debate e eu diria uma grande, demarcar muito esses 120 anos. 120 anos da abolição da escravatura no Brasil. E essa Subcomissão cumprirá também o seu papel.

Então eu gostaria de passar a palavra a V.Ex^a para que a gente possa votar e naturalmente os Vice-Presidentes, cada Presidente depois poderá indicar no momento em que eu reunir a Comissão. Eu só estou esperando mais um Senador chegar e nós vamos entrar na votação da pauta.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Senador Paim, caros colegas, para mim é motivo de orgulho a indicação que V.Ex^a faz para que a gente ofereça a nossa contribuição a essa Comissão, a essa Subcomissão tão importante.

Eu me lembro muito de uma audiência que nós realizamos na qual, de forma assim impactante. Eu

me dei conta por inteiro da enorme importância que há na discussão desse tema e de lá para cá, eu tenho me dedicado sempre que possível a um estudo mais acurado, uma observação mais cuidadosa acerca do assunto e, portanto, para mim vai ser motivo de alegria se contar com a que aquiescência dos pares, poder prestar a minha contribuição nessa Subcomissão.

Eu também quero registrar aqui, há uma oportunidade da indicação do Senador José Nery para presidir a Subcomissão que trata da exploração do trabalho do menor, então. Senador Nery tem razão, o Estado do Pará e creio que por isso que ele quer oferecer uma inestimável contribuição, eu fiquei impressionado, Senador, há um tempo atrás assisti a um programa, uma reportagem de um determinado Município lá do Pará que tem dezenas de dezenas de olarias cujas marombas estão mutilando literalmente crianças e mais crianças, uma coisa inominável, uma coisa absurda. Então eu creio que com o Senador Nery, com esse foco, com esse olhar, com a experiência que ele tem, inclusive, da observação no seu próprio Estado poderá trazer para essa Casa aqui uma contribuição inestimável para o debate desta questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Em votação, os que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Então, eu lembro que foram eleitos aqui os quatro presidentes. Presidente da Comissão do Trabalho Escravo, Senador José Nery, Senador Quintanilha do Idoso, Senador Patrícia, Criança e Adolescente e Senador Mesquita Júnior presidindo a Comissão de Igualdade Racial e Inclusão, e já foi votado também o nome no Senador Flávio Arns como Vice-Presidente da Criança e do Adolescente. Eu vou entrar agora na pauta, vou passar antes a palavra ao Senador Cristovam e dizendo também que hoje nós vamos aprovar, logo depois da pauta, o calendário das Audiências Públicas sobre o tema então em debate que é a violência e direitos humanos. Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Só para saber se a Mesa já está recebendo os nomes dos que estão interessados em umas das Comissões...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – A Mesa já está.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E se o meu nome está na Comissão para criança.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Com certeza, absoluta, já houve essa indicação do seu nome.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Com todo respeito a ambos os Presidentes e a im-

portância dos dois temas, eu vou escolher criança e adolescente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Ok. Vamos entrar na pauta, vamos começar no Item 5 e por que Item 5? Como falta um Senador ainda, o Item 5 não exige a presença de 11, de 10 Senadores, não é? Temos que ter 10, falta um ainda.

Item 5, substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 27/2004, terminativo, altera o caput do art. 50 da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente para criar o Cadastro Nacional de Adoções contendo as listagens de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e pessoas interessadas na adoção. Autor, Senador Sérgio Cabral, Relator, Senador Arthur Virgílio, voto. O projeto já foi votado pela primeira vez pela aprovação do projeto na forma do substitutivo da Emenda nº 1 apresentada.

Em discussão a matéria, não há quem queira discutir, encerro a discussão suplementar. Não foram oferecidas Emendas na discussão suplementar, o substitutivo fica definitivamente adotado em conformidade com o art. 284 do Regimento Interno.

As outras matérias todas são terminativas. Como está, fica primeiro aqui submetido à votação a criação da Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo, que já houve o acordo aqui, então fica oficialmente criado já com a indicação do Presidente que já havia sido aprovado. Nós vamos começar a votação dos projetos terminativos. Como um dos autores do projeto já está presente que é o Senador Aloizio Mercadante e o Relator também, não há nenhuma preferência, como está o autor e o Relator, nós vamos começar pela votação, se assim o Plenário entender, obedecendo uma inversão de pauta, começando pelo Item 7. Ninguém é contrário à inversão de pauta para que nós possamos aproveitar a presença do autor e do Relator. Aprovada a inversão de pauta ao Item 7. Passamos a palavra ao Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, eu passo a fazer a leitura da análise do projeto.

O projeto em decisão terminativa e que estabelece reserva de vagas para pessoas portadoras de deficiência nos programas de qualificação profissional, financiados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, FAT, e dá outras providências. Em relação à constitucionalidade, juridicidade, não há vícios que prejudiquem o projeto. No que concerne ao mérito, é certo que a proposição sob exame configura um importante avanço no campo da luta das pessoas com deficiência pela inclusão social e pelas condições de exercício pleno da cidadania. Sabe-se que a política de cotas para a inserção laboral de pessoas com de-

ficiência estabelecida pela Lei nº 8.213 de 24 de julho de 91 e detalhada no Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 99 que regulamenta a Lei 7.853 de 24 de outubro de 89, conhecida como Lei da Corde não tem produzido os efeitos que dela se esperavam. A principal razão do descumprimento dessa norma legal no que se refere às empresas da iniciativa privada, consiste na existência de quantidade suficiente de pessoas com deficiência profissionalmente qualificadas para ocupar as vagas a que tem direito. Não é uma culpa da pessoa, mas uma culpa da ausência de políticas públicas no decorrer de tantos anos no Brasil. A situação de equidade que se pretende alcançar, portanto, depende fundamentalmente de ações voltadas para habilitação desse segmento da população brasileira. Habilitação profissional compatível com o mercado configura um aspecto importantíssimo do processo de equiparação de oportunidades que assegurará plenitude dos direitos das pessoas com deficiência.

O Brasil tem registrado nos últimos anos avanços significativos em termos de inclusão das pessoas com deficiência, em todas as instâncias da sociedade, na área educacional, no âmbito da superação de barreiras para os que têm limitações de mobilidade ou deficiência sensorial e em outros campos dos direitos sociais. O projeto que hora examinamos revela ser meritório por aperfeiçoar as medidas já existentes para inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Consideramos, entretanto, procedentes as conclusões das Comissões que nos antecedeu, na análise da proposição no que respeita a técnica legislativa. Aquele colegiado destacou a necessidade da adequação do projeto, art. 7º, inciso IV da Lei Complementar nº 9.598 que estabelece com o mesmo assunto não deve ser disciplinado por mais de uma lei. Reiteramos destacar a conclusão da Comissão de Assuntos Sociais no sentido de que a reserva de vagas para pessoas com deficiência em programas de qualificação profissional financiados com recursos do FAT se dê por meio de inclusão do dispositivo da Lei 7.998 de 1990.

O substitutivo proposto pela CAS altera a mencionada lei em seu art. 2º que trata do Programa Seguro Desemprego. Mas é no art. 10 que a lei institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador. No art. 11 a norma trata dos recursos que compõem o fundo. Consideramos, portanto, mais adequado instituir a obrigatoriedade da reserva de vagas para as pessoas com deficiência nos programas de qualificação financiados pelo FAT, por meio de inclusão do Parágrafo Único no art. 11 na Lei nº 7.998/1990. Entendemos ser oportuno também substituir a expressão pessoas portadoras de necessidades especiais utilizado no substitutivo proposto pela CAS por pessoas com deficiência por ser essa

denominação que atualmente melhor identifica aqueles a quem o projeto visa beneficiar.

Pelos motivos expostos, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei na forma do seguinte substitutivo. Conversando também com o Senador Aloizio Mercadante chegamos à conclusão que, ao invés de ser... Só estou olhando aqui. Na forma do seguinte substitutivo porque aí haverá um turno complementar, mas na forma do seguinte substitutivo. Projeto de Lei do Senado nº 295 altera a Lei 7.998 de 11 de janeiro de 90, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos programas de qualificação profissional financiados com recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador. O Congresso Nacional decreta o art. 11 da Lei nº 7.998 de 11 de janeiro de 1990 passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 11, Parágrafo Único: Os programas de qualificação profissional, financiados total ou parcialmente com recursos do FAT, reservarão no mínimo 5% de vagas para pessoas com deficiência, no mínimo. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Quando nós falamos nos desafios da pessoa com deficiência, um dos maiores desafios é a inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho e para se incluir no mundo do trabalho essa pessoa precisa estar habilitada, qualificada, ter acesso à educação, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, participar dos programas de qualificação profissional.

Então, nesse sentido este projeto, do Senador Aloizio Mercadante é um avanço importante para inclusão social da pessoa com deficiência. É o parecer, Sr. Presidente, pelo voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Já temos quorum para votar. Eu pergunto se o Senador Aloizio Mercadante, em primeiro lugar, como autor, quer fazer uso da palavra.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu agradeço, Presidente, Senador Paulo Paim, Senador Cícero Lucena, Vice-Presidente da Comissão, ao Relator, Flávio Arns... Todos nessa Casa sabem a longa militância, dedicação, a prioridade que o Senador Flávio Arns tem dado às políticas de inclusão social, de cidadania, de valorização das pessoas com deficiência. Ele é um grande especialista, é uma pessoa que tem toda uma militância dedicada a essa causa e eu me sinto muito honrado com o parecer que ele fez.

Eu entendo que nós temos um conjunto de medidas legais que buscam exatamente promover a inclusão social e a cidadania das pessoas com deficiência.

No entanto, é muito ainda distante a possibilidade concreta dessa imensa parcela da nossa população de fato ingressar no mundo do trabalho. E eu considero que os programas de qualificação profissional do FAT

possam ser definitivamente um instrumento para que o que está na legislação que é o direito a vagas em concursos públicos, empresas, o BNDES tem, inclusive, linha de financiamento a fundo perdido para que as empresas façam as adequações necessárias para que as pessoas com deficiências possam trabalhar, sobretudo, a questão da acessibilidade. Eu vejo que se nós estabelecemos essa obrigação que haverá uma reserva de vagas para todas os programas de qualificação profissional do FAT para as pessoas com deficiência, nós vamos contribuir para a habilitação, para a qualificação, para o ingresso no mundo de trabalho que é a dimensão mais importante da cidadania. É a dimensão mais decisiva na vida de uma família, é a possibilidade de participar da renda, da produção de riqueza de um País. Não são as políticas compensatórias, não são as políticas assistenciais, é o direito de participar da produção e do mundo do trabalho. E essa é a melhor forma de promover a cidadania das pessoas com deficiência.

E termino dizendo que é só olhar para a história que nós vamos ver que o cidadão que é considerado o maior estadista da história política no século XX, por exemplo, os Estados Unidos que dirigiu os Estados Unidos na guerra e na recessão de 29, o New Deal, Roosevelt era paraplégico e se nós olharmos para o mundo da música, para o mundo da ciência, nós temos exemplos magníficos de figuras ilustres que desenvolveram inúmeras habilidades, mas eram pessoas com deficiência.

Por isso, nós precisamos acreditar nesse caminho e abrir realmente as portas do mundo do trabalho às pessoas com deficiência. Esse é o sentido do projeto. Quero dizer que ainda é pouco para o desafio que nós temos pela frente, mas eu acho que é um passo muito importante que os recursos dos trabalhadores do FAT contempla essa imensa parcela nos seus programas de qualificação, e agradeço o parecer competente, sempre competente do Senador Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Em discussão, em seguida vamos para a votação. Eu estou dando preferência aqui, se assim o Plenário concordar para botar em votação o projeto que o autor está presente e o Relator. É um incentivo para que o autor e o Relator possam fazer a sua exposição, e como o Senador Zambiasi chegou, em seguida, Senador Zambiasi será o seu projeto que eu sou o Relator. Senador... Em discussão, encerrada a discussão, em votação. Vamos a votação do substitutivo, Senador Flávio Arns, Senadora Fátima Cleide, Paulo Paim, Patrícia Saboya Gomes, Inácio Arruda, Serys Slhessarenko, Eduardo Suplicy, Sérgio Zambiasi, Sibá Machado, Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) –

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Leomar Quintanilha saiu aqui agora, mas pediu que o seu voto é sim, mas ele está aqui conosco, apenas dando uma entrevista ali fora, Senador Geraldo Mesquita Júnior, Senador Paulo Duque, Senador Wellington Salgado de Oliveira, Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) –

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Mão Santa, Senador Romero Jucá, Joaquim Roriz, Valter Pereira, Jarbas Vasconcelos. Do bloco, Demóstenes Torres, Eliseu Resende, José Agripino, Jonas Pinheiro, Arthur Virgílio, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Mário Couto, Lúcia Vânia, Senador Cristovam Buarque, PDT...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Foram lido os nomes de todos os Titulares e Suplentes, o projeto foi aprovado por unanimidade.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de dizer a V.Ex^a que eu sou Relator do Item nº 4 que é um Projeto de Lei do Senador Rodolpho Tourinho, aliás muito bom também nessa área do trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu faço um apelo a todos antes aqui, só para ajudar que alguns vão ter que sair, o relatório que eu faço do Senador Sérgio Zambiasi, eu vou direto no voto, é um projeto que não é polêmico, é apenas assegurar que nos telefones nós temos assegurado também a descrição em braile.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Porém tem que haver algumas modificações no Item 4 em relação às definições em função do estatuto aprovado e eu pediria para retirar de pauta para retornar a pauta na próxima reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – O projeto de nº...?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – 4.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Então retirado de pauta.

Vamos para o Item... eu sou Relator do projeto do Senador Sérgio Zambiasi, eu passo a presidência para o Senador Lucena e faço o relatório.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Com a palavra o Relator Paulo Paim do projeto do Senador Sérgio Zambiasi que torna obrigatória a identificação em braile nas teclas dos telefones fabricados e comercializados no País.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – O projeto do Senador Sérgio Zambiasi que com muita alegria eu fui Relator, ele simplesmente torna obrigatório à identificação em braile na tecla dos telefones fabricados e comercializados no País.

Eu vou fazer o relatório em dois minutos porque eu conversei com todos os setores, inclusive os empresários, e construímos aí um substitutivo que foi um amplo acordo que envolveu o Senador Zambiasi concordando com essa redação. Então eu pediria de imediato mediante esse relatório que é pela aprovação do projeto do Senador Sérgio Zambiasi que a gente pudesse botar em votação, é um apelo que eu faço a presidência, o relatório está feito.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu posso deixar o meu voto consignado com V.Ex^a?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Vai entrar em voto agora, o senhor vai ser o primeiro a ser chamado. Senador Sérgio Zambiasi se quiser falar logo após a votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Então, como o autor do projeto se dispõe em falar em seguida a votação, está em discussão. Em votação. Votação nominal. Senador Flávio Arns, Fátima Cleide, Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Patrícia Saboya? Sim. Inácio Arruda, Leomar Quintanilha que também está aqui ao lado, Geraldo Mesquita, Paulo Duque, Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Como sempre acompanhando o Senador Paim, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Gilvam Borges, Demostenes Torres, Eliseu Resende, José Agripino, Jonas Pinheiro, Arthur Virgílio, Cícero Lucena? Sim. Papaléo Paes, Cristovam Buarque?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – José Nery?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Serys?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Eduardo Suplicy, Sérgio Zambiasi? Autor não vota. Sibá Machado, Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Mão Santa, Romero Jucá, Joaquim Roriz, Valter Pereira, Jarbas Vasconcelos, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Jayme Campos, Maria do Carmo, Mário Couto, Lúcia Vânia. Senadora Patrícia Saboya? Sim. Encerrada a votação, Lúcia Vânia...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – O projeto foi aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Então, encerrada a votação, aprovado por unanimidade o projeto. Devolvo a palavra ao Presidente. Informando que a matéria irá a turno suplementar podendo receber Emendas.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Seguindo esse critério, eu estou acelerando aqui aproveitando o quorum privilegiado da presença do autor e do Relator, nós tínhamos proposto que entrasse em pauta extra um projeto de nossa autoria que o Senador Mesquita Júnior fará a Relatoria. Está com a palavra o Relator, em seguida vamos a voto. E a Senadora Lúcia Vânia é Relatora de um outro projeto, podemos votar em seguida também.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, esse é um projeto de autoria do Senador Paulo Paim, de extrema importância, ele cuida de dar assistência gratuita aos filhos e dependentes dos trabalhadores de até, na Ementa, 6 anos de idade, em creches e pré-escolas, a partir das empresas. Em consonância com as disposições do art. 102, inciso V e VI do Regimento Interno do Senado, o projeto vem a exame dessa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. A proposição estabelece, como eu já disse, que é da responsabilidade do empregador que possua acima de 70 empregados dar assistência gratuita em creches e pré-escolas aos filhos e dependentes dos seus empregados com idade de 0 a 6 anos. Na hipótese da criança ser portadora de deficiência mental, condições especiais serão consideradas. Além da proteção, a criança deve oferecer educação correspondente à faixa etária da criança. Não existe obstáculo nenhum de natureza constitucional a tramitação do projeto e sua aprovação. Ademais, a Carta Magna não estabelece iniciativa reservada dessa matéria aos poderes da União. Relativamente ao mérito, a proposição em exame oferece contribuição de grande relevância para

um dos principais problemas do País que é a educação infantil.

De fato, estudo do Ministério da Educação com base da pesquisa nacional por amostra de domicílios de 2004 mostra que apenas 13,4% das crianças com idade entre 0 e 3 anos freqüentam creche. O estudo refere-se, ademais, a importância da educação infantil para o desempenho do aluno no ensino fundamental, fato sobejamente comprovado. É conhecida igualmente a enorme importância do convívio da criança com seus iguais para socialização. No plano da responsabilidade social da empresa sabe-se que o investimento, a qualidade de vida do trabalhador e seus familiares resulta na motivação e criatividade do empregado que contribui decisivamente para a produtividade do trabalho e da rentabilidade da empresa.

Por essa razão, somos pela aprovação da proposta em análise com quanto ela necessite de algumas modificações inclusive no que respeita a sua adequação orçamentária e financeira.

Em primeiro lugar assistência em creche e pré-escola deve destinar as crianças de idade compreendidas entre 0 e 5 anos, Senador Paim, por força das disposições da Emenda Constitucional nº 53 promulgada em dezembro de 2006 agora que modificou a redação do inciso XXV do art. 7º da Constituição objeto da proposição em exame.

A nosso ver também, o texto do caput do art. 1º precisa de ajustes redacionais com a finalidade de tornar mais claro o seu entendimento. Além disso, parece-nos pertinentes os argumentos contidos na justificativa da Emenda nº 1 da Comissão de educação, motivo porque nos manifestamos pela supressão do Parágrafo Único do art. 1º da proposição. A nossa compreensão, as determinações constantes do § 2º do art. 2º ficam mais adequadamente localizadas no art. 1º... São modificações, Senador Paim apenas para adequar de forma mais razoável a sua proposição.

Quanto à possibilidade prevista no inciso II do § 1º do art. 2º do projeto de um empregador, deduzir o valor pago a título de auxílio creche do imposto de renda da pessoa jurídica até o limite anual de mil e quatrocentos reais por filho ou dependente do empregado, nota-se a ocorrência de renúncia de receita, mas sem observância dos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal. Assim é que o art. 14 da Lei da Responsabilidade Fiscal estabelece que a concessão e ampliação de incentivo ao benefício de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receita deve estar acompanhada da estimativa do impacto orçamentário financeiro no exercício em que deva iniciar a sua vigência e nos dois seguintes, e deve também cumprir ao menos uma das exigências por elas propostas, quais são: Ou o propo-

nente demonstra que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária e não afeta as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias ou a proposição deve ser necessariamente acompanhada de medidas de compensação por meio do aumento de receita proveniente da elevação de alíquotas, criação de base de cálculo, majoração, ou criação de tributo.

Neste último caso o benefício só pode entrar em vigor quando implementadas tais medidas compensatórias. No caso do projeto, sugerimos a alteração da redação atual do art. 6º a fim de adequar a proposição a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ademais, propomos a dilação do prazo para entrada em vigor da Lei e a suspensão dos efeitos do benefício fiscal previsto até o exercício financeiro seguinte ao da implementação dos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal. A dilação do prazo e a vigência do projeto se coaduna com o estabelecido na Lei Complementar 95 de 98 e em seu art. 8º reserva a vigência imediata das normas para leis de pequena repercussão.

Ainda quanto à dedução deve ser especificado no inciso II do § 1º do art. 2º que o benefício apenas se aplica às pessoas jurídicas que recolhem imposto de renda com base no lucro real. Pelas razões expostas opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 298 e me permitam com as seguintes Emendas. A Emenda nº 1, dê-se a Ementa do Projeto de Lei do Senado a seguinte redação para ficar mais claro, mais explícito. Dispõe sobre assistência gratuita aos filhos e dependentes dos trabalhadores urbanos e rurais desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas. A Emenda nº 2, Paim, ela suprime o Parágrafo Único do art. 1º do Projeto de Lei do Senado pelas razões já explicitadas. A Emenda nº 3 estabelece que devemos dar ao caput do art. 1º do Projeto de Lei do Senado a seguinte redação: Art. 1º, a presente Lei regulamenta o inciso XXV do art. 7º da Constituição Federal com a finalidade de incluir o empregador de incumbir o empregador a dar assistência gratuita em creches e pré-escolas aos filhos e dependentes dos seus empregados com idade entre 0 e 5 anos. A Emenda nº 4, dê-se ao inciso II do § 1º de art. 2º do Projeto de Lei do Senado a seguinte redação: Inciso II, indireta mediante convênio com creches ou pré-escolas autorizadas pelos respectivos sistemas de ensino ou por auxílio creche, dê no mínimo dois terços do salário mínimo pago mensalmente a cargo do empregador, podendo mesmo deduzi-lo, o limite de até mil e quatrocentos reais anual por filho ou dependente no pagamento do imposto de renda de pessoa jurídica quando apurado com base no lucro real.

Estou concluindo, Emenda 5, transforme-se o § 2º do art. 2º do Projeto de Lei em Parágrafo Único do art. 1º. Apenas uma adequação, Emenda 6, dê-se ao art. 6º do Projeto de Lei, a seguinte redação: O Poder Executivo com vistas ao cumprimento do art. 5º, inciso II, XII e XIV da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000 estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nessa lei e ou incluirá no demonstrativo que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o Projeto de Lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos 60 dias da publicação desta Lei, bem como fará constar das propostas orçamentárias subseqüentes os valores relativos à aludida renúncia.

A Emenda nº 7, por fim, inclui o seguinte art. 7º ao Projeto de Lei. Art. 7º, essa Lei entra em vigor 180 dias após a sua publicação e o Parágrafo Único, a dedução de que trata essa Lei só produzirá efeitos a partir do 1 dia do exercício financeiro imediatamente posterior aquele em que for implementado o disposto do art. 6º.

Portanto, eis aqui o nosso parecer que trata de acolher uma proposição de extrema relevância feita pelo Senador Paulo Paim, seja de criar mecanismo para que empresas que possuem mais de 70 empregados, servidores possam deduzir da parcela que deveriam pagar a título de imposto de renda sobre a apuração do lucro líquido até o montante de mil e quatrocentos reais por ano por dependente para propiciar assistência em creche e pré-escola a crianças na faixa de 0 a 5 anos de idade. É o nosso parecer, Senador.

(troca de presidência)

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, se me permitir, eu queria abrir mão da minha fala porque diversos Senadores estão pedindo para sair, é um projeto que nós construímos mediante entendimento porque a empresa vai dar assistência à criança de 0 a 5 anos, vai poder deduzir. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Já que o autor abriu mão da sua fala, em discussão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu concordo com todo o projeto, com o mérito do projeto, com o relatório, agora quando o Senador Geraldo Mesquita propõe a supressão do Parágrafo Único do art. 1º com toda a razão, aliás, porque não tem razão pela qual especificar pessoa com deficiência mental, mas a Senadora Ideli Salvatti havia sugerido com toda a

razão a supressão eliminação do Parágrafo Único do art. 1º, uma vez que é possível explicitar no próprio art. 1º que esse direito se estende a filho e dependentes, com ou sem deficiências.

Eu acho que seria justo se a gente tivesse uma sociedade totalmente justa, a gente nem precisaria colocar essa expressão, mas eu acho que é bom colocar para reforçar.

Então, o art. 1º, se o Relator concordar, ficaria, “a presente Lei regulamenta o inciso XXV do art. 7º com a finalidade de incumbir o empregador a dar assistência gratuita em creches e pré-escolas aos filhos e dependentes de seus empregados com ou sem deficiências com idade entre 0 e 5 anos”. Aí fica tranquilo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Com a palavra o Relator.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Acolhido de plano.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Em discussão. Não tendo mais quem deseje discutir, em votação. Senador Flávio Arns? Em votação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Fátima Cleide, Paulo Paim é o autor, Patrícia Saboya, Inácio Arruda, Serys, Senadora Serys?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Eduardo Suplicy, Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sibá Machado, Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Leomar Quintanilha, Geraldo Mesquita, Paulo Duque, Wellington Salgado, Gilvam Borges... Senador Gilvam Borges? Mão Santa, Romero Jucá, Joaquim Roriz, Valter Pereira, Jarbas Vasconcelos, Demostenes Torres, Eliseu Resende, José Agripino, Jonas Pinheiro, Arthur Virgílio, Papaléo Paes, Edson Lobão, Heráclito Fortes, Jayme Campos, Maria do Carmo, Mário Couto, Lúcia Vânia, Cristovam Buarque, José Nery?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Aprovado por unanimidade. Em votação as Emendas em bloco propostas pelo Relator.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, eu queria pedir permissão, já que eu votei, que eu

tenho outra Comissão, V.Exª não vai precisar mais da nossa presença para...

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Precisamos só desse voto, Senador, se me permitir, fazer a leitura do voto das Emendas em bloco.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ok, eu aguardo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Em votação. Senador Flávio Arns, Fátima Cleide, Paulo Paim, Patrícia Saboya, Inácio Arruda, Serys, faz a leitura repetindo os votos. Eduardo Suplicy, Sérgio Zambiasi, Sibá Machado, Augusto Botelho, Leomar Quintanilha, Geraldo Mesquita, Paulo Duque, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Mão Santa, Romero Jucá, Joaquim Roriz, Valter Pereira, Jarbas Vasconcelos, Demóstenes Torres, Eliseu Resende, José Agripino, Jonas Pinheiro, Arthur Virgílio, Papaléo, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Jayme Campos, Maria do Carmo, Mário Couto, Lúcia Vânia, Cristovam Buarque, José Nery? Votado, favorável, Zambiasi e a Serys também aqui Gilvam Borges declarando voto.

Então, repeti os votos, votado por unanimidade. Com a palavra, retorno ao Presidente.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Do critério da presença do Relator e do autor, nós temos aqui dois projetos, não sei se há o quorum para votação, que a Senadora Lúcia Vânia é a Relatora. Senadora Lúcia Vânia quer ler o relatório ou deixamos para a próxima, para a Mesa nesse momento é indiferente.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu acredito que seja melhor deixar para a próxima Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Bom, então, mediante essa decisão, foram votados os projetos com a presença do autor e do Relator, nesse momento nós passamos a discussão do nosso calendário de Audiências Públicas conforme havíamos combinado.

Já foi aprovado o Requerimento nos seguintes termos e aqui agora nós vamos listar a ordem das Audiências Públicas naquele princípio de uma quinta nós termos votação no Plenário dos projetos e na outra quinta a Audiência Pública. Nós já realizamos na última quinta-feira um debate convidando uma série de entidades sobre a violência urbana. Está previsto para a próxima quinta-feira o debate sobre o tema: Meio ambiente, vida e direitos humanos. A convidada é a Ministra Marina Silva do Meio Ambiente. A gente aproveitará nesse dia que é 8 de março para fazer uma homenagem às mulheres, vamos ter a galeria dos ex-Presidentes, o Senador Cristovam é um dos

ex-Presidente. E também nesse dia nós vamos aproveitar para não só homenagear as mulheres, mas para termos um debate, até um termo que o Senador Cristovam, acho que o Senador Flávio Arns usou também, meio ambiente, vida e direitos humanos tem tudo a ver numa linha, inclusive de combate a violência contra o meio ambiente.

Então, a Ministra Marina Silva concordou, ela não é ex-Presidente, mas foi quem apresentou o Decreto que acabou resultando na criação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Nesse dia ela receberá uma placa aqui do Senado pela iniciativa da criação dessa Comissão e fará a palestra principal: Meio ambiente, vida e direitos humanos. Em seguida, nós teremos uma outra Audiência Pública, eu vou ler todas, se possível, e a gente pode passar a palavra ao Plenário. Violência, direitos humanos e a justiça alternativa. Violência e responsabilidade social envolvendo setor privado; Direito dos povos indígenas, esse já está marcado dia 19 de abril, será uma Audiência Pública no Petrônio Portela com a presença confirmada de mais de mil representantes dos povos indígenas. Violência, direitos humanos e trabalho escravo, isso nós vamos dirigir nos moldes que o Senador José Nery havia já proposto a Mesa e vamos aqui já construir a data indicativa que já será no meu entendimento também um trabalho dessa Subcomissão que naturalmente nesse dia vai estar também aqui presidindo os encaminhamentos. Violência, direitos humanos e educação, aí é um debate de um seminário proposto pelo Senador Cristovam, e o Senador Cristovam há de falar depois sobre essa perspectiva e a data desse seminário que será conjunto Comissão de Educação e Direitos Humanos; Violência, direitos humanos e setores discriminados tem tudo a ver, Senador Mesquita Júnior com o trabalho da sua Subcomissão; Violência, direitos humanos e drogas; Violência, direitos humanos e profissionais de segurança pública; Violência, direitos humanos e profissionais da imprensa brasileira; Experiência internacional dos direitos humanos, e a última aqui seria violência sobre a ótica da sociedade de amigos e vítimas de violência e Secretaria Especial de Direitos Humanos Presidência da República, centro de atendimento de vítimas de violência.

Virão representantes, então, desse setor que trabalha com as vítimas e familiares das vítimas sobre a questão da violência. Esse é o ciclo de palestras que a Assessoria apresentou como sugestão que eu submeto ao debate.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Senador Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Pois não, Senador Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Eu fico entusiasmado com a metodologia utilizada pela presidência dessa Comissão de realizar um ciclo de Audiências Públicas. Eu já disse de última vez que estivemos aqui reunidos na Comissão, que a meu ver isso é política pura, Senador Paim, política com P maiúsculo. Nós, de fato, somos representantes da sociedade, dos nossos Estados aqui no parlamento, mas não temos a exclusividade, Senador Cristovam do debate na reflexão e no encaminhamento das questões que aqui são tratadas. Eu vejo na realização dessas Audiências Públicas o resgate do verdadeiro princípio, do exercício da política, como eu disse da outra vez, o exercício da política por vezes é banalizado no nosso País, eu citei inclusive como exemplo, no nosso Estado as pessoas já costumam se referir a política como a época da campanha eleitoral, olha lá, estamos chegando na época da política. Política não é campanha eleitoral tão somente, a campanha eleitoral é um episódio dentro do processo político. Ele não esgota a questão política, muito pelo contrário, apenas oferece instrumentos operacionais para a política. Política é isso, política é um instrumento de decisão, e V.Ex^a provocando esse ciclo de Audiências Públicas, V.Ex^a permite que a interlocução com a sociedade brasileira se faça de forma mais aprofundada nessa Casa que não fiquemos aqui tão somente expondo por vezes até de forma vaidosa nossas opiniões, nossas considerações e possamos sim ouvir de forma organizada a sociedade dentro dessa Casa. Eu acho que esse aqui é um espaço ideal para que isso aconteça.

Portanto, quero aqui dizer de forma entusiasmada, vou participar desse ciclo de Audiências Públicas com V.Ex^a, com os demais companheiros e companheiras dessa Comissão, porque reputo como fundamental que cheguemos a conclusões balizadas, ponderadas após ouvimos os segmentos importantes da sociedade que de igual forma hoje refletem, se preocupam e se angustiam com questões de enorme dimensão, como a questão agora da violência, como a questão que acomete a comunidade indígena no nosso País, os negros, os discriminados. Ou seja, creio que só por esse caminho poderemos dar curso a um trabalho legislativo nessa Casa que tenha consequência, que tenha inclusive respaldo, na sociedade e eu acho que esse é o bom caminho que V.Ex^a aponta presidindo essa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Um debate sobre ciclo de debates, Senador Cristovam que sugeriu algumas das propostas que estão em debate.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sr. Presidente, eu considero que a vinculação entre

nossas duas Comissões é tão importante que educação poderia ser uma Subcomissão de direitos humanos ou até o Senado inteiro deveria ser uma Subcomissão de Direitos Humanos.

Então, eu gostaria, fico satisfeito de estarmos trabalhando junto, mas nós estamos trabalhando um calendário das audiências de tal maneira que a gente possa saber o que vai acontecer ao longo do semestre, não apenas sobre violência, mas outros impactos também inclusive por proposta da Senadora Patrícia Saboya um debate sobre o impacto da educação do aumento da licença maternidade, o que é que isso impacta na educação futura da criança.

Então, eu vou trazer para cá na próxima reunião, ou na seguinte, a lista, a nossa proposta de audiências e aí vamos escolher quais seriam conjuntas, de acordo com essa Comissão e quais não seriam conjuntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – A presidência agradece ao Senador Cristovam por mais essa, como sempre, bela contribuição de nós fazermos um encontro das solicitações de Audiências Públicas de forma que não coincida ou que a gente aprende a fazer junto os temas no mínimo correlatos, ou até idênticos, o objetivo é um só. Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Presidente Paim, Senador Paim, primeiro considero o estabelecimento desse calendário do ciclo de debates compreendendo na sua abrangência a temática de direitos humanos com o conjunto de subtemas que trataremos aqui através das Audiências Públicas da mais alta importância no conjunto de proposições, que vamos elaborar para discutir efetivamente os direitos humanos relacionado com a necessidade de definição, implementação, ampliação de diversas políticas públicas nas diversas áreas para melhorar as condições de vida do povo brasileiro, da nossa juventude, especialmente dos setores mais fragilizados e espoliar da nossa população.

Então, estaremos contribuindo, debatendo, inclusive na Subcomissão específica que de agora em diante cabe a tarefa de coordenar a Comissão que vai tratar da questão do trabalho escravo e vamos elaborar no âmbito dela, além do debate que faremos aqui dentro desse ciclo de discussões que vamos realizar, atividades, ao definir atividades da Comissão que inclusive vai implicar o nosso acompanhamento, a nossa presença em algumas áreas do País onde estão presentes a questão do trabalho escravo.

Uma das temáticas que nos mobiliza bastante e que nos interessa até pela nossa própria militância nessa área, a área do direito da criança e adolescente, creio que seja oportuno encaminhar o Requerimento

que agora encaminho a Mesa sobre a Audiência Pública no Estado do Pará, relacionada com a questão do combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescente, denunciada recentemente no encontro com os bispos da Amazônia, especialmente do regional norte 2, que inclui o Pará e o Amapá, creio que podemos fazer esse trabalho da Comissão de Direitos Humanos através da Subcomissão dos Direitos da Criança e do Adolescente presidida pela Senadora Patrícia Saboya. Eu creio que é um trabalho da Comissão através que pode se viabilizar através da Subcomissão específica que trata do tema dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Então, quero dizer, Sr. Presidente, da minha satisfação em poder contribuir no âmbito desse debate, direitos humanos e violência e de todos os esforços que possamos empreender para fazer com que os direitos humanos na sua plenitude, se afirmem cada vez mais conquiste espaço, porque é como dizia o nosso saudoso Dom Elder Câmara, nas condições do Brasil, tratar as questões dos direitos humanos significa exatamente tratar da situação dos pobres, a grande maioria do nosso povo que precisa ver garantida e resgatado direitos que historicamente a sociedade brasileira os negou de forma que trabalhar essa dimensão dos direitos humanos é um compromisso, é uma diretriz do nosso mandato e queremos fazê-la, Sr. Presidente, irmanado com todos os agentes públicos ou das entidades do movimento social, que ao longo da nossa história e principalmente nos anos mais recentes tem se dedicado as causas dos direitos humanos no Pará, na Amazônia e no Brasil.

Muito obrigado e agradeço ao senhor e a Comissão a indicação aqui em específico para coordenar os trabalhos da Subcomissão relacionada ao trabalho escravo e creio, com a ajuda de todos os atores envolvidos nesse processo, inclusive com a contribuição inestimável que tem sido prestada pelo Ministério Público Federal nessa área, pelas entidades de direitos humanos, poder, enfim, contribuir nessa luta para erradicar o trabalho escravo em nosso País. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador José Nery, eu faço questão de ler o Requerimento que V.Ex^a encaminhou a Mesa e que se V.Ex^a concordar, eu passo de imediato a presidência da Subcomissão de Criança e Adolescente e Juventude seu Requerimento, uma vez que ele já estaria aprovado por essa Comissão. Eu vou fazer a leitura e vou colocar em votação.

Nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública para debater a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes da região

metropolitana de Belém, na região do Marajó, da região Bragantina e no Município de Altamira, Estado do Pará, onde casos recentes e estatísticas demonstram a grave situação que estão expostas as crianças da nossa Amazônia, em particular, nessas regiões, a ser realizada em data a ser marcada. De forma que estaremos encaminhando.

Vale ressaltar que a importância e a oportunidade de ser feita uma atuação conjunta desse Senado e da Câmara Federal. Nós teremos na segunda-feira uma reunião em meu gabinete com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara e V.Ex^a está convidado a estar junto nessa reunião se possível para realizarmos essa audiência conjunta, ainda diz V.Ex^a, requeiro que sejam convidados para a referida audiência, as entidades abaixo relacionadas: A Governadora Ana Júlia Carepa, ex-Senadora, representante do Ministério Público Federal, representação da Regional Norte 2 da CNBB, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Procurador-Geral da Justiça do Estado do Pará, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente, Dr. Luiz Azcona, Bispo da Prelazia do Marajó, me ajuda aqui o nosso Valter. Dr. Dom Erwin.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Dom Erwin Kräutler, um Bispo de Altamira do Xingu.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – E ainda Dom Orani Tempesta.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Dom Orani Tempesta.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Da Arquidiocese de Belém e o bispo de Prelazia de Bragança. Prelazia de Bragança. Eu estou aqui o meu Assessor.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Assessor de assuntos religiosos das instituições eclesiais. Presidente, sem prejuízo, evidentemente de que a essa lista de convidados seja acrescida de outras entidades que se dedicam a essa problemática como as redes de enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes que se organizam em várias regiões, em vários Municípios do Pará.

Então, a questão de lista de convidados depois será acrescida no debate com a Subcomissão específica.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Em votação o Requerimento do Senador José Nery e com a Emenda que ele mesmo propôs. Os que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Passamos a palavra de imediato ao Senador Valter Pereira e esse Requerimento será encaminhado a Subcomissão correspondente.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, senhores membros da Comissão de Direitos Humanos. Em primeiro lugar, é a primeira reunião que eu estou participando dessa Comissão, mas fico feliz em saber que a frente desse órgão, nós temos aqui uma pessoa efetivamente comprometida com a causa daqueles deserdados que estão em busca do abrigo do Estado dada a violência a que estão expostos.

O Senador Cristovam Buarque tem razão quando alarga o horizonte dos direitos humanos. Efetivamente, quando o Estado lança nas ruas crianças indigentes, sem abrigo, sem escola, sem futuro, o Estado está cometendo uma violência, está violando o direito a vida e a dignidade.

Portanto, neste momento em que a criança está exposta a fome, ao sereno, ao abandono, a criança precisa sim do abrigo de todos aqueles que se preocupam com a questão dos direitos humanos.

Quero, antes de mais nada, endossar as palavras do Senador Cristovam Buarque.

Nessa pauta, Sr. Presidente, estou vendo a inserção dos direitos dos povos indígenas. E a propósito, eu gostaria de trazer para essa Comissão uma notícia do dia 10 de fevereiro. Um menino indígena de dois anos morreu hoje no Hospital Universitário de Dourados. De acordo com atestado de óbito a causa de morte é a desnutrição, o garoto que residia dia na aldeia Jaguapiru morreu por volta de uma hora e quarenta. Essa é a segunda morte por desnutrição em 2007. A primeira criança de nove meses e meio, uma menina que morava na aldeia Bororó, morreu com o quadro de infecção decorrente de desnutrição segundo o atestado assinado pelo médico. O Centrinho da Missão Caiuás, no Centrinho da Missão Caiuás há 36 crianças internadas em Estado de risco nutricional. As famílias indígenas vinham se queixando da fome e do atraso da entrega das cestas que o Governo Federal acabou de enviar esta semana. A FUNASA já está assumir a responsabilidade da entrega das cestas básicas em Mato Grosso do Sul.

Fiz questão de ler todo o texto desta notícia, porque nesta região, as aldeias já estão espremidas pelo confisco das terras, pelos projetos de reforma agrária que foram implantados na região desde o Governo Presidente Getúlio Vargas até os dias atuais, as aldeias já têm um espaço limitado. E o que permite a sobrevivência do silvícola é exatamente o apoio que o Estado pode dar. Mas para quem não tem muita perspectiva do consultivo da terra, da exploração do seu solo para produzir, é necessário que o Estado tenha uma regularidade na prestação de tais serviços e infelizmente, em razão de ações políticas que ocorrem na área do Governo Federal, essa regularidade não tem sido ob-

servada, Sr. Presidente. E é preciso que alguém olhe, é preciso que perante a União federal seja despertada a consciência de todos aqueles que têm a responsabilidade com a gestão da coisa pública.

Daí, Sr. Presidente, a minha proposta de trazer, e eu vou encaminhar a V.Ex^a, no seu Gabinete, no Gabinete da Comissão, uma proposta de convocação das pessoas que estão diretamente envolvidas nessa questão, porque eu acho que o problema do índio de Dourados, dos índios caiuás, dos índios terenas, todas as comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul que estão sofrendo com abandono, com a irregularidade na prestação desse tipo de assistência, é preciso que a voz dessas comunidades tenham eco aqui em Brasília e eu acredito que o fórum ideal é o fórum da Comissão de Direitos Humanos, porque não existe um maior atentado dos direitos humanos o que a fome e a miséria.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Valter Pereira, nós conversávamos aqui, já está aprovado e Senador Cristovam, vamos combinar com V.Ex^a, nós reservamos para o dia 19 de abril, dia do índio e articulamos com os líderes dos povos indígenas será no Petrônio Portela, está confirmada a presença de mil e duzentos líderes dos povos indígenas, que seja uma audiência conjunta, claro combinado com V.Ex^a, que os três presidentes da Comissão de Assuntos Sociais e Direitos Humanos e Educação possam articular a importância desse dia e aí, quem sabe, possamos inclusive fazer um desdobramento com a denúncia que o Senador Valter Pereira traz nesse momento aqui ao Plenário da Comissão de Direitos Humanos, e se assim entendermos podemos fazer uma audiência específica para discutir essa questão. Ok?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Positivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu, ao encerrar os trabalhos de hoje, dessa Comissão, queria dizer que para nós, é muito importante resgatar aqui nesse calendário de audiências que teremos no ciclo de debate contra a violência de que tudo que aqui foi aprovado vai ser discutido com os Presidentes das Subcomissões, com os Presidentes da Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Educação as datas para não haver nenhum choque de data entre o trabalho de uma e outra Comissão, mas lembrando que na próxima quinta-feira, 8 de março, os trabalhos da Comissão de Direitos Humanos em sintonia com as outras duas Comissões será de homenagem às mulheres, e nós convidamos para fazer a palestra principal sobre o tema meio ambiente, vida e direitos humanos a Ministra Marina Silva. Nesse mesmo dia,

a Ministra Marina Silva será homenageada com uma placa oferecida pelo Senado da República por ter sido a Parlamentar que encaminhou o Decreto da criação dessa Comissão, Direitos Humanos e Legislação Participativa. E aí a gente vai oficialmente assegurar que essa sala é o espaço da Comissão de Direitos Humanos, colocando a fotografia dos ex-Presidentes, entre eles o Senador Cristovam Buarque, e se não me engano os outros dois presidentes foram os Senadores Magno Malta e Juvêncio da Fonseca.

Então essa será a atividade da próxima quinta-feira, mas teremos a Audiência Pública, o debate direitos humanos, vida e meio ambiente e a ex-Senadora, sempre Senadora que hoje Ministra, é que fará a palestra principal.

Eu ainda gostaria de agradecer muito a todos os Senadores e Senadoras que estiveram presente. Votamos todos os projetos em pauta previstos para votação, todos foram votados, só ficaram, acho que, dois de minha autoria que com a Senadora Lúcia Vânia que é a Relatora combinamos de votar numa outra oportunidade e um que o Senador Flávio Arns também pediu para que não fosse votado hoje.

Eu queria aqui, se me permitirem, agradecer muito ao Senador Mesquita Júnior, porque esse projeto que foi votado hoje é um projeto que eu tenho muito carinho, é um projeto que eu apresentei em 2003 ainda, que ele simplesmente regulamenta o inciso da Constituição para assegurar que nas empresas, nós tenhamos também a creche para os filhos de trabalhadores de 0 a 5 anos de idade. Há toda uma política de incentivo nesse projeto para que as empresas assumam essa responsabilidade, que no meu entendimento é uma forma também de combater a violência e que as crianças não fiquem abandonadas, que infelizmente o pai e a mãe são obrigados a ir trabalhar, eles tenham para onde levar seus filhos. Foi um debate longo que tivemos durante o processo constituinte de 88 que eu fiz parte, eu fui um dos que apresentou essa proposta, e felizmente, hoje, eu aqui no Senado pude ver de forma terminativa esse projeto sendo aprovado e vai agora para a Câmara dos Deputados.

Quero ainda dizer da importância de termos um trabalho em sintonia com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, por isso teremos a reunião na segunda-feira, com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos que está confirmado para às 11 horas, os Parlamentares que puderem, será no meu Gabinete às 11 horas, na próxima segunda-feira, a presidência e a vice das duas Comissões para discutir um trabalho conjunto.

E dizer ainda que há toda uma boa vontade das três Comissões de fazer um trabalho em conjunto,

todo o momento que for possível: Direitos Humanos, Assuntos Sociais e Educação. E nessa leitura que eu fiz aqui da previsão das Audiências Públicas, eu quero aqui também agradecer a contribuição que recebi importantíssima da Sr^a. Roseane Pereira Queiroz que é Coordenadora Nacional do Movimento dos Direitos Humanos. Ela me disse, que a proposta que ela me trouxe substituindo simplesmente a indicação das vítimas, para que eu convidasse as organizações e só a Coordenação Nacional de Movimento dos Direitos Humanos tem cinco organizações que atuam no atendimento às vítimas e familiares das vítimas, e também um órgão da Presidência da República que é o Centro de Atendimento das Vítimas da Violência.

Então, fizemos esse acordo, unindo o que pensa as entidades de direitos humanos para que nesse centro de debate essas entidades estejam também representadas.

Eu acho que caminhamos bem e espero que a gente possa concluir como a gente estava pensando no máximo até o fim de julho, esse ciclo de debate, e no início de agosto encaminhar, então, ao Presidente da Câmara, e do Senado e ao Presidente da República o resultado desse ciclo: Violência na ótica, se me permite assim, vou aqui colocar, na ótica da Comissão de Direitos Humanos, Educação e Assuntos Sociais.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Supply, com alegria eu passo a palavra a V.Ex^a, e inclusive quero dizer que eu havia solicitado a V.Ex^a que colocasse a sua opinião.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Como tive um outro compromisso na parte inicial da reunião, eu gostaria de manifestar meu voto favorável aos dois itens que foram votados, o que torna obrigatória a identificação em braille nas teclas dos telefones fabricados e comercializados no Brasil e o outro, esse de autoria do Senador Sérgio Zambiasi que V.Ex^a foi Relator, e também o projeto de V.Ex^a cujo Relator foi o Senador Geraldo Mesquita Júnior, relativo a assistência gratuita aos filhos e dependentes dos trabalhadores até 5 anos em creches e pré-escolas, e cumprimentar pela proposição de Audiências Públicas que foi aqui aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Obrigado, Senador Supply, V.Ex^a como sempre companheiro, brilhante e fez questão de vir aqui dar esse depoimento que fortalece a nossa Comissão de Direitos Humanos. Está encerrada a presente reunião.

(Sessão encerrada às 11h16)

Ata da 7ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 08 de março de 2007, quinta-feira, às 09:00 horas.

Às nove horas do dia oito de março de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sob a presidência do Senhor Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senhoras Senadoras Fátima Cleide e Lúcia Vânia e dos Senhores Senadores José Nery, Inácio Arruda, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, José Nery, Eduardo Suplicy, Siba Machado, Valter Pereira, Gilvam Borges, Leomar Quintanilha, Flávio Arns, Geraldo Mesquita Júnior e Papaleo Paes, o Senador Paulo Duque, justificou sua ausência para tratar de interesse político em seu estado. Comparece ainda o Senhor Ex-Senador Juvêncio da Fonseca, a Ministra do Meio Ambiente Senadora Marina Silva e a Ministra Matilde Ribeiro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. O Presidente declara aberta a reunião da Comissão, submetendo ao Colegiado a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que é dada como aprovada. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atende ao Requerimento nº 08 – CDH, de 2007, com vistas a tratar do tema: “Meio Ambiente, Vida e Direitos Humanos”, de autoria dos Senadores Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Paim e outros. O Presidente faz um expediente da Comissão prestando a seus membros informações. Primeiramente, explica como será conduzido o trabalho, faz um breve histórico acerca do dia Internacional da Mulher e, em ato contínuo, faz uma síntese da reunião anterior. O Senhor Presidente inicia a Primeira Parte da Reunião com a inauguração da Galeria dos Ex-Presidentes da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Neste ato o Presidente passa a palavra ao Mestre de Cerimônia da Secretaria de Relações Públicas para conduzir a homenagem. O Senhor Mestre de Cerimônia lê uma breve biografia do Senhor Senador Cristovam Buarque e lhe passa a palavra. O Senhor Senador Cristovam Buarque faz um pronunciamento de agradecimento à homenagem. Em ato contínuo, o Mestre de Cerimônia convida o Senhor Senador Siba Machado a conduzir o primeiro homenageado para descerrar o retrato. O Senhor Mestre de Cerimônia lê uma breve biografia do Senhor Ex-Senador Juvêncio da Fonseca e lhe passa a palavra. O Senhor Senador Juvêncio da Fonseca faz um pronunciamento de agradecimento à homenagem. Em ato contínuo, o Mestre de Cerimônia convida o Senhor Senador José Nery a conduzir o segundo homenageado para descerrar o retrato. O Senhor Mestre de

Cerimônia lê uma breve biografia do Senhor Senador Magno Malta e lhe passa a palavra. O Senhor Senador Magno Malta faz um pronunciamento de agradecimento à homenagem. Em ato contínuo, o Mestre de Cerimônia convida o Senhor Senador Eduardo Suplicy a conduzir o terceiro homenageado para descerrar o retrato. O Senhor Presidente inicia a Segunda Parte da Reunião, homenageando a Ministra Marina Silva, a quem entrega uma placa de prata de homenagem pela iniciativa da criação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Em ato contínuo, passa a palavra ao Senador Sibá Machado para, em nome da mesa da Comissão, faça um pronunciamento de homenagem à Ministra. O Mestre de Cerimônia declina os nomes dos demais convidados presentes e passa a palavra a Ministra que faz um pronunciamento. Em seguida, o Presidente retoma a palavra do Mestre de Cerimônia e inicia a Terceira Parte da Reunião que é a Realização de Audiência Pública e passa a palavra a Ministra Matilde Ribeiro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que faz um pronunciamento. O Presidente passa a palavra aos Senhores Senadores. Após as manifestações dos Senhores Senadores o Presidente passa a palavra aos Senhores convidados. Fazem uso da palavra a Senhora Senadora Fátima Cleide e os Senhores Senadores, Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Valter Pereira, José Nery e Leomar Quintanilha. Fazem uso da palavra os Seguintes Convidados as Ministra Senadora Marina Silva, que, ao final de seu pronunciamento, entrega o Relatório “Mudanças Climáticas Globais e seus efeitos sobre a Biodiversidade – Caracterização do Clima Atual e Definição das Alterações Climáticas para o Território Brasileiro ao Longo do Século XXI”, autor José A. Marengo, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, do Ministério do Meio Ambiente, e Matilde Ribeiro, Lélío Bentes Corrêa, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Dr. Grijalbo Coutinho, Juiz do Trabalho, Presidente da Associação Latina Americana de Juízes do Trabalho (ALJT), Dra. Elizabete Melo da Fundação Palmares, Dra. Eliane Araque dos Santos, Procuradora Regional do Trabalho, Irmã Rosita Milesi – Diretora do Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH) e Assessora das Pastorais da Mobilidade Humana da CNBB e outros. Extrapauta: Item 01: Requerimento nº 10, de 2007 – CDH, visando “Criar Comissão Temporária que irá discutir e debater as questões atinentes aos 120 Anos da Abolição não Concluída”, Resultado: Aprovado no âmbito da CDH. Determina-me o Senhor Presidente o encaminhamento do requerimento aprovado à Secretária-Geral da Mesa. Item 02: Requerimento nº 11, de 2007 – CDH, que requer a realização de uma série de Audiências Públicas com o objetivo

de contribuir de forma consistente para o debate sobre a violência e a busca de soluções para enfrentá-la e desta forma oferecer de forma concreta ao grupo de trabalho criado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal para apresentar um pacote de medidas na área de segurança pública, autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes e do Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 03: Requerimento nº 12, de 2007 – CDH, que requer a realização de Audiência Pública, podendo ser conjunta com as Comissões que se manifestarem favoravelmente, para tratar “das questões Atinentes à superação do racismo, da violência e preconceito, a ser realizada em 22 de março de 2007, às 09:00 horas, com a presença da Ministra Matilde Ribeiro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial”. Autoria do Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, O Presidente passa a Presidência da Comissão para a Senadora Fátima Cleide, em homenagem às mulheres, que faz pronunciamento em tom poético e encerra a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal. – Presidente Senador **Paulo Paim**.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Bom dia a todos. São exatamente nove horas. Eu sou preciso na abertura das reuniões. Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos à apreciação da pauta. Eu esclareço que a nossa reunião de hoje, ela vai ser dividida em três partes. Na primeira parte, nós teremos aqui a participação da Ministra, da nossa querida e amiga, eu diria, sempre Senadora e Ministra Marina da Silva que além de ser homenageada com uma placa aqui do Senado, por ter sido a pessoa que aprovou o Decreto da criação dessa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por ser também, não dá para negar, irmã Rosita, cumprimentando V.Exa., já cumprimento todos os presentes e as mulheres do mundo, ela será homenageada também por ser o Dia Internacional das Mulheres.

Em seguida, depois da fala da Ministra, nós teremos uma segunda parte, onde nós vamos homenagear os ex-Senadores, os ex-Senadores não, os ex-Presidentes desta Comissão, que são os Senadores Magno

Malta, Juvêncio da Fonseca e Cristovam Buarque. E, depois, nós vamos para um terceiro momento, onde vamos debater com a participação, inclusive, da Ministra Matilde, a violência contra as mulheres. Já que se debate tanto a violência nesse país, para que a Ministra Matilde possa também, ela que é Ministra da SEPIR, que ela possa colocar o seu ponto de vista. E, naturalmente, a Ministra Marina também vai fazer uma exposição sobre Vida, Direitos Humanos e Meio Ambiente. Nós tivemos que fazer uma pequena mudança aqui nos trabalhos, porque a Ministra Marina disse que fazia questão de estar aqui e estará aqui, mas ela só pode ficar até 10:30, porque 11 horas ela tem uma reunião com o Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Então, nós vamos inverter, porque a intenção nossa era de fazer a palestra da Ministra depois da fala dos ex-Presidentes dessa Comissão. Então, primeiro fala a Ministra, depois falamos os ex-Presidentes.

Mas, como hoje é o Dia Internacional das Mulheres, eu vou fazer aqui uma breve lembrança de como é que surgiu esse dia. Eu sei que muitos já sabem, mas é sempre, já que nós estamos ao vivo pela TV Senado para todo o Brasil, bom lembrar como é que surgiu o Dia Internacional da Mulher. O Dia Internacional da Mulher é uma homenagem a um episódio trágico que aconteceu nos Estados Unidos, em 1857. Mulheres de uma fábrica de tecidos, em Nova Iorque, se rebelaram contra suas condições de trabalho. Foi a primeira vez que as mulheres se uniram para reivindicar melhorias. Mas a rebelião foi contida de forma violenta, culminando com a morte de 129 tecelãs, que morreram carbonizadas dentro da fábrica. Em 1910, surgiu, então, a idéia de se criar uma data para homenagear essas operárias e marcar um dia de luta feminina. Assim, em 1957, a Assembléia Geral das Organizações das Nações Unidas, a ONU, decretou dia 08 de março como o Dia Internacional da Mulher, homenagem da revista Terceiro Milênio a todas as mulheres do mundo pelo seu dia internacional.

Com essa pequena lembrança, é claro que hoje nós vamos falar muito e se depender dessa Presidência, e tenho certeza, de todos os Senadores e dos convidados, essa será mais uma Sessão de homenagem à vida, à história, à caminhada das mulheres do mundo. Como diz aquela música do Chico Buarque, que depois nós vamos ler aqui a letra, todas as mulheres de todas as idades, de todas as cores, de todas as etnias, de todas as raças, de todas as origens, todas merecem nesse dia, mais do que nunca, a nossa homenagem. Homenagem que já começou ontem aqui no Senado com a Sessão organizada no Plenário da Casa, coordenada pela Senadora Serys Slhessarenko.

Agora, eu vou entrar numa segunda parte aqui da nossa reunião, que se destina a eu fazer uma síntese dos trabalhos da última reunião. Na última reunião dessa Comissão, foram aprovados quatro Projetos, que eu entendo muito importantes, que são eles: O PL 27/2004, terminativo, que foi direto para a Câmara dos Deputados, de autoria do Senador Sérgio Cabral. Teve como Relator o Senador Arthur Virgílio, que criou o Cadastro Nacional de Adoções, aprovado, inclusive, em dois turnos, e o substitutivo, então, final, foi encaminhado para a Câmara dos Deputados. Eu falo disso porque entendo importantíssimo esse Projeto para a gente ter uma visão claríssima da situação em todo o país, das crianças a serem adotadas e aqueles que querem também adotar, já que a gente incentiva muito. Nós vamos ter aqui um debate dessa questão e nós vamos ver que as crianças menos adotadas, e vamos trabalhar com isso de forma politizada, equilibrada, tranqüila, solidária e humanitária, são, principalmente, as crianças negras e, naturalmente, com extensão também aos índios. Mas é um debate que a gente fará aqui com o carinho que o assunto merece, numa grande homenagem a todas as nossas crianças.

Foi também aprovado o PL 209/2004, terminativo, eu fui o Relator da matéria, o autor foi o Senador Sérgio Zambiasi, que vai garantir uma única forma de identificação na tecla dos telefones para as pessoas que são cegas, que eles possam, então, ter uma única norma no mundo todo. Está em sintonia, inclusive, com a convenção internacional.

Foi aprovado também o PL 204, que estabelece reserva de vagas para as pessoas com deficiência, nos programas de qualificação profissional financiados pelo Fundo do Amparo ao Trabalhador. O Autor, o Senador Aloizio Mercadante e Relator, o Senador Flávio Arns. Por que eu fiz questão também de trabalhar nesse Projeto junto com o Autor e o Relator? Porque eu sou o Autor do Estatuto das Pessoas com Deficiência; o Relator é o Senador Flávio Arns, que eu digo que é o meu “guru” nesse tema. O Senador Flávio Arns é o homem, aqui nessa Casa, que tem dedicado, nós também, mas principalmente ele, a sua vida em defesa das pessoas com deficiência. E, nesse Projeto, que é do Mercadante, que ele é Relator, é garantido, ali, que a pessoa com deficiência terá, nas escolas técnicas, um percentual de vagas. Muitos não gostam da palavra “cotas”, eu não tenho problema nenhum, como eu não tenho nenhum tipo de preconceito com a palavra “cota”. É fundamental quando a gente, na Escola Técnica, e a gente aqui tem, o Brasil todo, acho que é bom saber, que nós temos aqui o FUNTEP. É o Fundo de Investimento Técnico Profissional. O Senador Juvêncio da Fonseca foi o Relator já desse tema e deu parecer

favorável. Está aqui conosco, vai ser um dos homenageados nossos aqui com a placa. Se o senhor quiser falar no áudio, pode falar. Aqui, Senador, sabe que o senhor manda. O Senador foi o Relator, deu todos os pareceres favoráveis. Ontem, eu falei com o Senador Antônio Carlos Magalhães, que eu sei que está no hospital. Foi para o hospital ontem à noite. Teve um problema, enfim, está no Instituto do Coração em São Paulo, ao qual eu desejo toda a saúde e recuperação imediata. Ontem mesmo, ainda, ele despachou a Relatoria na CCJ, que foi para lá agora, para o Senador Demóstenes Torres, que se comprometeu a ouvir toda a sociedade quanto ao FUNDEP, que vai gerar em torno de 05 a 06 bilhões de reais, não é, Senador Juvêncio da Fonseca, uma vez aprovado. E esse Projeto aqui, do Senador Aloizio Mercadante e do Relator Flávio Arns, ele garante uma cota desse Fundo para o ensino técnico para as pessoas com deficiência, que eu acho importantíssimo.

Foi aprovado também o PL 298/2003, que dispõe sobre assistência gratuita aos filhos e dependentes de trabalhadores urbanos e rurais, desde o nascimento até cinco anos de idade, ou seja, as creches, nas fábricas, enfim, todo o local de trabalho. E aí, Senador Juvêncio da Fonseca, eu quero sempre continuar chamando de “Senador Juvêncio da Fonseca”, nós tivemos um grande acordo porque as empresas... Esse Projeto é de minha autoria, na verdade, é um Projeto que eu apresentei, ainda em 1991, quando eu era Deputado, reapresentei aqui. É uma Lei Complementar à Constituição, para garantir a creche aos filhos dos trabalhadores do campo e da cidade. Só que as empresas terão subsídios, elas poderão deduzir dos tributos a pagar. Foi um acordo feito com o governo e com setores do empresariado. Uma vez instalada a creche, cumprindo o ritual, eles terão, então, o devido subsídio para que, efetivamente, os filhos, os homens e mulheres possam, porque nós sabemos que hoje, infelizmente, as crianças, às vezes, ficam na favela ou, enfim, em lugares impróprios, quando o pai e a mãe têm que trabalhar. Eles vão poder deslocar para o emprego. Os filhos ficam na creche, com o tempo integral, até cinco anos de idade, com essa parceria entre o Governo Federal e o setor da área privada. Nós temos aqui o Senador Sibá Machado, que é do mesmo estado e Senador junto com a Senadora, eu sempre a chamo de “Senadora”, e “Ministra Marina da Silva”, que eu a convidei, já que a Marina foi quem aprovou o Decreto para a criação dessa Comissão, para ele falar em nome do Senado, no momento em que a gente fazia aqui uma pequena homenagem à Ministra Marina.

Aprovamos também o Requerimento de autoria do Senador Flávio Arns para que haja uma audiência

conjunta com as Comissões de Assuntos Sociais, Educação e Direitos Humanos para se fazer uma homenagem ao Dia Internacional da Síndrome de Down. Vai ser no próximo dia 21, à tarde, aqui nessa Comissão.

Também foi aprovado um Requerimento da criação, foi um pedido nosso, da Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo, porque acho que essa Comissão tem que marcar a sua atuação no mundo e no país quanto à questão do debate que a OIT também realiza sobre o trabalho escravo, e o trabalho escravo, o Senador Mesquita Júnior é que vai presidir essa Comissão.

Aprovamos também um outro Requerimento, que é um ciclo de debates, eu não vou ler todos eles aqui, naturalmente, nesta Comissão que já começou, já tivemos dois, não esse de hoje, vai ser o segundo, que é sobre a violência na ótica sempre dos Direitos Humanos. Serão aqui chamados a OAB, CNBB, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, representantes do Ministério da Justiça, representantes de todos os setores da sociedade que têm essa preocupação que eu chamo a preocupação preventiva, que nós temos que investir para que a gente, no futuro, não possa ver o que está acontecendo hoje no nosso país, onde a violência avança de forma assustadora a cada dia que passa. Já falaram aqui sobre esse tema, já falou a OAB, já falou a CNBB, já falou a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, já falou o Ministério Público e nós vamos continuar com esses debates, em parceria com todas as entidades de Direitos Humanos que atuam em nosso país.

Vamos falar violência e drogas, violência e educação, violência e os povos indígenas. Essa, eu quero dizer que vai ser uma grande Audiência Pública, dia 19 de abril, no Auditório Petrônio Portela. A nossa previsão é que teremos aqui em torno de 1200 índios para debater a questão indígena no seu conjunto. O Senador Juvêncio da Fonseca fez muitas audiências quando ele era Presidente, eu participei, sobre esse tema. E nós faremos então, no dia 19 de abril, no Petrônio Portela, com a presença de mais de mil lideranças indígenas, um debate sobre a situação dos povos indígenas no Brasil e, naturalmente, vem toda a questão da violência. Faremos aqui um debate sobre o direito alternativo, como forma de combate à violência. Faremos aqui o debate, naturalmente, do trabalho escravo. Violência e a mídia, debate, chamar os profissionais da mídia para eles darem aqui depoimentos. Chamaremos também aqueles que atuam nessa área como profissionais da segurança pública, enfim, é um ciclo de, se não me engano, 12 palestras, que eu não vou precisar ler todas aqui. E pretendemos, no fim desse ciclo de palestras,

entregar esse documento ao Presidente da Câmara e do Senado e ao Exmo. Sr. Presidente da República.

Aprovamos também, na última reunião, o Requerimento de autoria do Senador José Nery para a realização de audiências públicas que debatam a questão da exploração sexual de crianças, adolescentes, na região metropolitana de Belém, na região de Marajó, região de Bragantina e o município de Itamira (F), estado do Pará. E aqui ele lista todos os convidados.

Aprovamos também, é bom lembrar, que a Subcomissão de Criança, Adolescente e Juventude, onde a Presidência ficou com a Senadora Patrícia Saboya Gomes que, inclusive hoje, já tem o requerimento que vamos aprovar no fim dessa reunião, para uma série de audiências públicas especificamente com esse tema. E aqui tem diversos outros Projetos que nós entendemos que poderiam ser adiados e a votação ficou para a próxima quinta. São Projetos também todos de suma importância. Lembro aqui um PL da Senadora Patrícia Saboya Gomes; outro Projeto do Senador Valdir Raupp; um Projeto também de nossa autoria e um outro Projeto do Senador Rodolpho Tourinho, muito interessante também, em defesa das pessoas portadoras de deficiência. Esses serão votados na próxima reunião.

Com essa pequena ordenação, eu gostaria de, nesse momento, permitir, que o Senador Juvêncio da Fonseca fizesse uso da palavra. Em seguida, Senador, nós vamos inverter, primeiro vai falar a Ministra Marina Silva, nós vamos entregar para ela uma pequena placa, homenageando-a por ela ser a pessoa que aprovou o Decreto da Criação dessa Comissão, e ela vai falar um pouco da violência, meio ambiente, a vida. E, em seguida, ela tem uma reunião com o Presidente da República, às 11 horas. Mas, eu queria dar a palavra a V.Exa., por dois motivos, se me permitir agora: Primeiro, do seu trabalho no FUNDEP. V.Exa., inclusive, fez um trabalho, para mim brilhante, quando havia ali uma dissintonia com o Sistema “S”. V.Exa., a maior habilidade, me lembro o termo que V.Exa. usou: “Paim, aquilo que está funcionando, vamos torcer para que melhore mais, mas vamos ampliar em outros setores”. E esse seu trabalho já está agora na CCJ para a aprovação via PEC e aquele Projeto Autorizativo. E, ao mesmo tempo, V.Exa., como ex-Presidente, eu diria que seria importante que fizesse uma saudação.

Estão aqui as entidades de Direitos Humanos de diversos setores da nossa sociedade. Chegarão, naturalmente, outros convidados. Senador Cristovam Buarque já está vindo para cá. Senador Sibá Machado já se encontra aqui. E nós estamos pretendendo dar a palavra para a Ministra Marina, conforme solicitado por ela mesmo, exatamente às 9:30. Está previsto também chegar a Ministra Matilde, que vai falar

um pouco da violência contra a mulher, depois que a Ministra Marina fizer uso da palavra. Então, eu passo a palavra, em primeiro, ao Senador Juvêncio da Fonseca. Em seguida, ao nosso ilustre e sempre Senador da República, Sibá Machado.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Senador Paulo Paim, meus companheiros aqui do Plenário, convidados, eu acho que essa Comissão acertou quando elegeu Paulo Paim seu Presidente. O Paulo Paim, todos nós conhecemos, em nível de Brasil, não é só de Rio Grande do Sul não, é um Brasil. Um político voltado para as questões sociais e defesa, principalmente, das minorias. Ele é a pessoa talhada, não só por suas convicções, mas pela sua história de luta, para ser o Presidente dessa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da qual também fui Presidente, com muita honra, e que me deixou muitas lembranças.

Embora o tempo ainda seja curto, entre eu ter passado por aqui e estarmos hoje nesta audiência, as lembranças ficaram marcadamente. Essa questão do FUNDEP, por exemplo, que a lei é de autoria do Senador Paulo Paim, ele falou da minha sensibilidade, da minha maneira de trato do Projeto, porque eu vi que o Projeto realmente era, tinha um significado social muito grande na área da Escola Técnica, em favor da qualificação da nossa juventude. E o seu Projeto trazia, como disse ele, um artigo que eu entendia que fragilizava o Sistema “S”: SEBRAE, Senai etc. E o Senador Paim teve, aí sim, a grande sensibilidade de, junto comigo, junto com os nossos companheiros que trabalhavam o Projeto, de aperfeiçoá-lo, escoimando justamente as questões que traziam dificuldades para a sua aprovação, principalmente aproveitando as boas propostas feitas pelo Senador Paulo Paim, independente dessa questão do Sistema “S”. Trabalhamos intensamente no Projeto. A compreensão foi imediata. E nós chegamos ao resultado que chegamos com a aprovação do Projeto que está aí.

Mas ficam aqui os nossos parabéns, nossos aplausos ao Senador Paulo Paim por mais essa conquista do trabalhador e da população brasileira mais necessitada, através do seu Projeto do FUNDEP. Já que você me deu a palavra e nós temos que usá-la um pouco mais extensivamente, eu gostaria de dizer que um fato que me deixou marcado nesta Comissão foi a questão indígena. Deixou-me marcado. Essa questão indígena é uma questão complexa, difícil, muito difícil. Uma questão que está aí, de ferida aberta e que nós não devemos, ainda, não demos, ainda, o devido trato. Precisamos dar ao indígena brasileiro o tratamento para... Diz respeito à sua dignidade, não é simplesmente respeito à sua cultura, à sua origem, o

que ele significa e à herança, ou melhor, à dívida que nós temos com os índios, não é isto. Nós precisamos respeitar a dignidade indígena amplamente.

A primeira coisa que, Senador Paulo Paim, que me chamou a atenção foi justamente, juntamente com o meu querido Senador Cristovam Buarque, foi que, na verdade, que acaba de chegar, que, na verdade, a grande questão que existe hoje, com referência ao indígena, é a falta da terra. Nós temos aldeias que estão aí confinadas, verdadeiras prisões, vamos dizer assim, da expansão indígena, que eles não... Um confinamento, que eles não conseguem expandir para que a sua cultura seja realmente praticada, que não seja, que seja intocada pelo... Por todos nós. E essa questão da terra traz uma complexidade, Senador Cristovam, muito grande. O que é que tem o sentido, que eu senti nesse período todo, nas audiências públicas que nós fizemos? Por exemplo, dos indígenas Caiuás de Dourados, no Mato Grosso do Sul, morrendo de fome até hoje, morrendo de fome as crianças. E todo mundo está ali paparicando o índio, todo mundo. ONGs, FUNASA, Governo Federal, Parlamento, todo mundo paparicando o índio, falando das suas necessidades, mas, todos abandonando o índio. Todos abandonando o índio. E dizendo o seguinte: “A questão do índio é a questão da terra”. Eu também concordo que é a questão da terra para muitos casos. Esse caso de Dourados, por exemplo, essencialmente é uma questão de terra sim, só que esta aldeia que é urbana, com 11 mil e tantos índios, confinados numa área muito restrita, pequena, que não tem como expandir esta aldeia, nem dar dignidade àqueles que estão lá cercados de propriedades privadas produtivas. E para expandir esta aldeia, para dar o atendimento ao indígena dando-lhe a terra ali onde ele está teria que avançar nas terras particulares. Aí vem aquela briga dos antropólogos com os atuais proprietários, principalmente dos antropólogos, dizendo o seguinte: “Não. Essas são terras tradicionalmente ocupadas, nós temos que avançar, tomar a terra do proprietário atual para poder fazer expansão indígena”, ferindo, assim, os direitos dos proprietários que estão lá legitimamente. Ora, então, o que é que nós temos que fazer nesta hora para dar terra ao índio? Propiciar que o Estado, Senador Cristovam Buarque, que o Estado tenha condições de fazer, como ele faz com a Reforma Agrária, faz a desapropriação com interesse social para os fins de Reforma Agrária. Paga devidamente, seja lá em título da dívida agrária, em 20 anos, o que seja, mas paga o proprietário, indeniza o proprietário e faz o assentamento.

Na questão indígena, não existe esta mecânica de desapropriação por interesse social, de pagamento do justo preço para o proprietário, para que possa ha-

ver, vamos dizer assim, entre aspas, o “assentamento indígena” nesta expansão que é necessária para dar terra ao índio. Então fica aquele dilema e muita gente insuflando esta crise terrível entre indígenas e não indígenas. E eu vi, lá em Mato Grosso do Sul, e aqui nós trouxemos, numa audiência como esta, índios na batalha, tentando fazer a sua expansão do aldeamento, com invasões estimuladas das terras vizinhas, índios encapuzados. Meu Deus do céu, uma fotografia de 5, 6, 7, 8 índios encapuzados, naquela, ninja, como se fosse um bandido qualquer urbano. Eu, sinceramente, se tirar aquele capuz... Não sei se estou adiantando muito, falando demais, mas já que me deu a palavra, estou aproveitando para fechar...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – V.Exa. é sempre o nosso Senador da República, tem direito à palavra.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – ...Fechar esse assunto. Como se fosse um bandido urbano, índio não esconde a cara, índio é natural, índio é sincero. A sua cultura não é de esconder, de forma nenhuma, a sua ação. E o brasileiro devia é se espelhar no índio para ter o comportamento sincero, aberto, natural, que conquista a confiança de qualquer um. Então, esse mascaramento, isso aí é industrializado. E a invasão, o conflito acontecem. Por que é que, então, não se faz a desapropriação, que não está autorizado o Executivo para essa desapropriação para fins indígenas? Mas, eu entrei com a PEC 03/2004, que está tramitando, que houve a obstrução do Governo Federal, várias vezes, permitindo essa desapropriação e permitindo esse assentamento indígena. Está emperrado. Hoje, se não me engano, está na Comissão, na Comissão de Constituição e Justiça ainda. Depois de quatro anos de tramitação. Ora, se, por acaso, você desapropria com essa finalidade, você elimina essa guerra que existe, essa luta entre o indígena que precisa ter terra com os proprietários que serão indenizados e tranquiliza a situação. Do jeito que está, o Governo Federal não... Já estou terminando. Ele lava as mãos, não entra no conflito e deixa acontecer e os irmãos indígenas e não indígenas se engalfinham e nós ficamos olhando o espetáculo deprimente de longe.

Portanto, vamos tramitar esta PEC, fazer com que, na verdade, o Executivo possa fazer essa desapropriação e possa dar trato a essa questão conflituosa entre indígenas e não indígenas, em busca de terras.

Sr. Presidente, eu acho que eu extrapolei um pouquinho, mas era necessário. Muito obrigado por ter me dado a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu cumprimento V.Exa. E nós vamos fazer uma pequena alteração. A Ministra está vindo. O Senador

Magno Malta também está com um compromisso fora. Ele pede que se a gente pudesse, nesse período, até que a Ministra chegue aqui, que a gente faça já a homenagem aos ex-Presidentes. Eu convidaria, num primeiro momento, aos ex-Presidentes dessa Comissão que estão no Plenário que viessem à Mesa. Senador Juvêncio da Fonseca.

(palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Cristovam Buarque.

(palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – E Senador Magno Malta. Primeiro aqui na Mesa. Eu quero sentar aqui do lado dos meus ex-Presidentes, essa foto é uma foto histórica que eu quero... Diz que o bom mesmo aqui é que é tudo improvisado, estava previsto a Ministra falar antes; a Ministra atrasou um pouquinho. Nós vamos iniciar e, depois, a Ministra faz a conferência dela sobre Direitos Humanos, vida e a questão das mulheres.

Então, assim, vamos dar início à solenidade de inauguração da Galeria dos Ex-Presidentes da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal e, dessa forma, eu passo, então, a palavra ao nosso **MESTRE DE CERIMÔNIA**.

MESTRE DE CERIMÔNIA – Senhoras e senhores Senadores, Senadoras e convidados, bom dia! A Comissão de Legislação Participativa foi concebida por meio do Projeto de Resolução do Senado nº. 57/2001, de autoria da então Senadora Marina Silva. Posteriormente, por meio de Resolução que alterou o Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão teve sua competência ampliada, passando a ser denominada Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Um dos intuitos da criação desta Comissão foi o de possibilitar que o Senado Federal recebesse sugestões da sociedade organizada, ampliando a participação popular e diminuindo os processos burocráticos.

A CDH vem debatendo exaustivamente todos os aspectos dos Direitos Humanos com a realização de audiências públicas, estudos sobre a realidade brasileira no setor e propostas de legislação específica para tratar do assunto.

Senhoras e senhores, neste momento, a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, receberá das mãos do Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Como dizia o amigo, “pula essa parte”, (Risos) que ela está chegando.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Continua, continua.

MESTRE DE CERIMÔNIA – ...Uma placa em reconhecimento à iniciativa da criação desta Comissão e ao homologá-la o Senado Federal presta também uma homenagem a todas as mulheres do mundo... Só um momento, por favor!

Ex-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Cristovam Buarque é engenheiro mecânico e como Senador, em 2004, presidiu a Comissão de Relações Exteriores. Foi também Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, entre outubro de 2005 e janeiro de 2007, gestão em que deu encaminhamento a importantes discussões e audiências públicas, em diversas áreas dos Direitos Humanos, como recadastramento de aposentados e pensionistas do INSS; fator previdenciário; utilização de cobaias humanas no território brasileiro; gripe aviária; utilização de crianças no tráfico de drogas; exploração sexual de crianças e adolescentes; erradicação do trabalho infantil; direito dos idosos; igualdade racial; política de cotas e, finalmente, o direito das pessoas com deficiência.

Temos a honra de ouvir agora o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

Bom dia a cada uma e a cada um de vocês. Meus cumprimentos especiais ao nosso Presidente, Paulo Paim, aos dois Presidentes que me antecederam, Senador Juvêncio da Fonseca, Senador Magno Malta e apenas uma pequena palavra, aproveitando bem o Dia das Mulheres, que é hoje, para dizer que essa Comissão é a “Mãe de todas as Comissões”. Na verdade, tudo gira em torno dos Direitos Humanos, Senador Sibá. Quando a gente vai fazer uma hidrelétrica, a gente só pensa na Comissão de Infra-estrutura, Economia; tem tudo a ver uma hidrelétrica com os Direitos Humanos, tanto pelo que ela traz de novos direitos àqueles que não têm luz, como também pelo que tira de direito, ao alagar áreas onde há moradores, ao desarticular o clima. Tudo o que é de economia tem a ver com o meio ambiente. Meio ambiente é uma questão de Direito Humano, talvez o maior de todos, porque o aquecimento global vai desarticular a vida do planeta, então, vai acabar com todos os Direitos Humanos. Essa é a Comissão que é a “Mãe de todas as Comissões”.

Um desses dias, eu cheguei a dizer que, em vez do Senado ter a Comissão de Direitos Humanos, devia ter um Senado dentro da Comissão dos Direitos Humanos. Nós somos maiores do que o Senado, do ponto de vista do propósito, embora não do ponto de vista da função. Daí, o orgulho que eu tenho de ter substituído o Senador Juvêncio e ter presidido essa Comissão durante um certo tempo. Foi um grande orgulho. Foi uma grande satisfação de comprar brigas que

a gente vê de pessoas que não têm quem os defenda. E outra satisfação grande foi ter sido substituído pelo Paulo Paim, que, desde o primeiro momento, foi meu Vice, desde o primeiro momento da Administração, foi meu co-Presidente e hoje é o Presidente e que trouxe para aqui todas as preocupações amplas do Direito Humano. Não ficou só com aquela visão restrita, “Direito Humano é o direito de não ser torturado”, não, Direito Humano é muito mais do que isso é o direito de ter a sociedade contribuindo para que cada um da gente seja feliz. Esse é o Direito Humano. O direito de ter a sociedade contribuindo para nossa felicidade.

Fico muito orgulhoso, portanto, de ter uma foto minha nessa sala, embora fique temeroso de, como é que vai ser essa foto.

(palmas).

MESTRE DE CERIMÔNIA – Neste momento, o Senador Cristovam Buarque, acompanhado do Senador Sibá Machado, fará o descerramento do retrato na galeria dos ex-Presidentes desta Comissão.

(palmas).

MESTRE DE CERIMÔNIA – O sul-mato-grossense Juvêncio da Fonseca, que iniciou sua carreira política como Prefeito de Campo Grande, foi o Relator do Projeto de Resolução que transformou a então Comissão de Legislação Participativa em Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Eleito Presidente da Comissão, nesta nova configuração, entre fevereiro e outubro de 2005, manteve em sua gestão o foco na missão de atender aos anseios das entidades organizadas da sociedade civil e das minorias sociais, promovendo discussões a respeito do referendo, do desmatamento e de outros assuntos diretamente relacionados aos Direitos Humanos.

Juvêncio da Fonseca presidiu, ainda, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar de 2001 a 2003, período em que ocupou também vaga na Procuradoria Parlamentar e a função de vice-líder do PMDB no Senado. Foi membro titular das CPIs das Sanguessugas e dos Bingos, suplente da CPI dos Correios e Coordenador da Bancada do PT no Congresso Nacional, de 2005 a 2006. Com a palavra, o Senador Juvêncio da Fonseca.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Senador Paulo Paim, nosso Presidente, os ex-Presidentes Magno Malta e Cristovam Buarque, senhores convidados, meus caros colegas de Plenário, eu já usei da palavra anteriormente, todos presenciaram, acho que eu já falei até demais. E nós queremos, nesta oportunidade, é agradecer ao Senado Federal e à própria Comissão esta homenagem especial que nos fazem. Esta homenagem parece que é uma simples fotografia que está ali, mas é um registro, dentro do

nosso coração, de uma gratidão do Senado ao nosso trabalho. É a própria gratidão do povo brasileiro por aquilo que nós fazemos aqui e que, muitas vezes, não é tão conhecido de toda a população e que nos leva, às vezes, a ter que justificar, todos os dias, o nosso trabalho.

Portanto, fico feliz de permanecer nessa parede por tanto tempo, daqui para frente, ao lado de Cristovam Buarque e ao lado de Magno Malta. Eu tenho certeza de que a fotografia do Cristovam Buarque é mais bonita que a minha e do Magno Malta. Mas, o importante é que a nossa companhia é muito boa, não é? E que a gente vai viver assim, em harmonia, por todo esse tempo que virá e que servirá de exemplo, o nosso trabalho e o trabalho do Senado, a todo o povo brasileiro, na defesa dos Direitos Humanos e, principalmente, das minorias brasileiras.

(palmas).

MESTRE DE CERIMÔNIA – Neste momento, o ex-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Juvêncio da Fonseca, acompanhado do Senador José Nery, fará o descerramento do retrato na galeria dos ex-Presidentes desta Comissão.

(palmas).

MESTRE DE CERIMÔNIA – Magno Malta presidiu a Comissão de Legislação Participativa nos anos de 2003 a 2004. Pastor Evangélico e músico, o Senador Magno Malta nasceu em Itapetininga, na Bahia. Mas desenvolveu sua carreira política no Espírito Santo, iniciando como vereador na cidade de Cachoeira de Itapemirim. Elegeu-se, posteriormente, para a Assembleia Legislativa capixaba e, depois, para a Câmara dos Deputados. Exerce o mandato de Senador da República desde 2002, quando obteve uma votação recorde no processo eleitoral. Como parlamentar, participa de diversas Comissões, manifestando especial apreço pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Neste momento, temos a honra de ouvir o Senador Magno Malta.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Se me permite, eu quero com alegria, registrar já a chegada, aqui conosco, do Senador José Nery, Senador Eduardo Suplicy e o Senador Inácio Arruda.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES) – Esse momento ímpar para todos nós, digo ímpar porque é uma vez só que a nossa foto vai estar aqui nessa sala e ficar aí para a eternidade. Ímpar, porque essa Comissão, nova no Senado, para mim, de uma forma muito especial, que fui o seu primeiro Presidente e tive a responsabilidade de divulgar essa Comissão e os propósitos dela e o porquê dessa Comissão para a sociedade brasileira e convivi tanto com as nossas

dificuldades, como do povo, em geral, no sentido de entender como chegar aí aos resultados da participação do povo para o bem-estar da sociedade brasileira, a partir dessa Comissão.

Mas a minha grande felicidade, Senador Paim e Senador Cristovam, como primeiro Presidente dessa Comissão, foi porque o primeiro Projeto que aprovamos foi uma sugestão vinda de um Distrito da Cidade de Governador Valadares, em Minas Gerais, de um centro comunitário de uma associação de um Distrito que foi exatamente o Projeto que votamos, dando fim à taxa fixa, à taxa do telefone fixo. Da telefonia fixa, aquela taxa de 30 reais que o cidadão era obrigado a pagar. E nós votamos aqui, por iniciativa de cidadãos de um Distrito da cidade de Governador Valadares, em Minas Gerais. Aquele dia foi um dia festivo, extremamente significativo, porque uma medida votada aqui, que depois foi a Plenário e que beneficiava, naquele momento, o país inteiro numa iniciativa popular lá de um Distrito de uma cidade do Estado de Minas Gerais, de maneira que, naqueles dias, para mim, e aqueles dias se revestiram, para mim, de um significado extremamente importante para a minha vida, para a minha história, quando presidi essa Comissão.

E hoje, sob a batuta do Senador Paim, já tendo passado nas mãos do Senador Cristovam, do nosso querido Juvêncio, que volta a essa Casa para nos brindar com a sua fala, com o seu raciocínio inteligente e as suas preocupações com a sociedade brasileira, o dia de hoje, para nós, é feliz, é um dia importante, até por termos, daqui a pouco aqui, a Senadora Marina, que é a mãe dessa iniciativa para que hoje aqui estivessemos criando a história ou documentando a história dessa Comissão que na Câmara já existia, dois anos antes que essa fosse criada, e até buscamos na Câmara, com a sua Presidente Erundina, Deputada Luiza Erundina, os caminhos que a Câmara já havia trilhado para que pudéssemos construir os caminhos dessa Comissão.

De maneira que estou muito feliz, agradecido e honrado por esse dia, Senador Paim. Muito obrigado.
(palmas).

MESTRE DE CERIMÔNIA – Neste instante, o ex-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Magno Malta, acompanhado do Senador Eduardo Suplicy, fará o descerramento do retrato na galeria dos ex-Presidentes desta Comissão.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES) – Deixe falar sobre a minha foto também.

MESTRE DE CERIMÔNIA – Pois não.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES) – Porque a minha mãe era muito sincera, D. Dadá, ela botava os

filhos assim e falava: “Eu não tenho um filho bonito”, porque mãe não fala que o filho não é bonito.

(Risos).

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES) – Mas ela dizia: “De vocês, nenhum é bonito, mas aquilo que Deus não deu na cara, quando crescer vocês arrumam com roupa e perfume”. Por isso que eu gosto de andar direitinho, agora, perfume não sai na foto, não sei como é que vai virar.

(Risos).

(palmas).

MESTRE DE CERIMÔNIA – Neste momento, queremos registrar a presença da Dra. Eliane Araque dos Santos, Procuradora Regional do Trabalho...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Se me permite aquele “quebra-protocolo”, mas é que, nesse momento, a Ministra Marina chega aqui à Mesa ...

(palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – É nossa homenageada, eu diria, especial porque é o dia das mulheres.

(palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só para colocar ao Plenário, que fazia parte desse momento também a entrega de uma placa à Ministra e, nesse horário, então, nós vamos agora fazer essa pequena homenagem e lembro ao meu querido amigo Sibá, que ele vai falar em nome da Mesa, depois que eu também der a minha mensagem para a Ministra, só que a minha é uma frase. Cerimonial, com a palavra.

MESTRE DE CERIMÔNIA – Senhoras e senhores, neste momento, a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, receberá das mãos do Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Paulo Paim, uma placa em reconhecimento à iniciativa da criação desta Comissão, e ao homenageá-la o Senado Federal presta também uma homenagem a todas as mulheres do mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu só queria dizer para vocês que eu tenho muito orgulho de dizer que o que está escrito aqui, eu escrevi. Então, não é, não vai ter discurso, eu vou ler o que está escrito na placa e vou mostrar para vocês: “Nossa homenagem à Ministra Marina Silva pela iniciativa da criação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal”. Aí, nós dizemos: “Nós, Ministra, admiramos sua história pautada na defesa do meio ambiente, da vida em sua plenitude, da dignidade humana”. O mais importante, para mim, eu vou dizer o que está aqui agora: “Marina,

oh Marina, como é bom saber que no mundo existem pessoas como você”.

(palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Nesse momento, então, conforme combinado aqui com o cerimonial, eu passo a palavra para a nossa querida Ministra Marina, para ela fazer a sua fala e a assessoria me perguntava: “Qual é o eixo da fala?” O eixo da fala é a Ministra falar o que ela quiser, porque tudo o que ela disser, com certeza, nós vamos bater palmas. E, Ministra Marina, eu acho que poderia ser agora, não é, Sibá? Antes da fala dela, eu gostaria que o Sibá falasse em nome da Mesa. Então, o Senador Sibá Machado falará em nome da Mesa, em seguida, a Ministra falará.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, nossos colegas ex-Presidentes desta Comissão, demais Senadores, as pessoas aqui presentes, a nossa amiga, Ministra e Senadora Marina Silva, o Presidente Paim me incumbiu desta missão, confesso que tinha preparado aqui um discurso lido e não sei agora o que é que eu faço, se faço de improviso.

(Risos).

Mas, rapidamente, porque acho que falando de improviso corre o risco de erro, mas sai mais, digamos assim, mais do coração. É... Eu conheci a Marina em 1986. Eu cheguei lá no Acre, ela era participante do PRC, um grupo político que participava do PT e eu fui incumbido de ir para o Acre para combater o PRC. Quando eu achava que estava mais ou menos pronto para a missão, fui conversar com Binho Marques, que hoje é Governador, e ele disse: “Mas você chegou atrasado, o PRC já se extinguiu, não existe mais, nós já estamos fazendo outras coisas nas nossas vidas”. Mas, a Marina foi um desafio para nós porque passamos toda a década de 80, no PT do Acre, sonhando com tantas coisas e ela desafiou a ser candidata à Vereadora. Naquele momento, quando pouca gente acreditava, ela recebeu uma votação que, somente agora, poucos anos atrás, foi que uma pessoa conseguiu superar em números absolutos os votos que Marina teve para Vereadora de Rio Branco. Depois, Deputada Estadual. E, antes disso, esteve lá no PT, conversando conosco dos sonhos da gente vir a governar esse Estado. E apresentou para nós uma pessoa que se tornou Governador, por dois mandatos, que foi o Jorge Viana. E disse para nós... A partir daquele momento, estava lançado o desafio.

Teve um convívio com o Chico Mendes, que eu convivi pouco tempo. Criaram um pensamento sobre Reforma Agrária na Amazônia, exclusivo daquele lugar, que, depois, se espalhou pelo Brasil inteiro, que é reserva extrativista. Elegeu-se a Deputada Estadual mais

votada do nosso Estado, também durou muito tempo para que alguém pudesse superar a votação que ela teve. E, em 94, o PT a desafiou a vir para o Senado Federal, eram seis candidatos, ela a única candidata mulher e todos os indicativos diziam e as bocas miúdas que ela seria, no máximo, a quarta... Que receberia a quarta colocação em votação. Abrem-se as urnas, ela é a Senadora mais votada e recebeu uma incumbência muito grande de representar bem, já a partir daquele momento, toda aquela carga de anseios que a gente debruçou nos ombros da Marina Silva. Desafiar essa questão ambiental, desafiar os Direitos Humanos, desafiar a organização social de um modo geral, desafiar tantos, tantas coisas ao mesmo tempo e que a credenciou, acredito eu, a partir daquele momento, para o mundo.

Recebemos, depois, com orgulho a notícia de que a Marina estava entre as 10 mulheres mais, digamos assim, conhecidas do mundo, não é? E... Eleita Senadora da República... Eu já estou...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Segura aí, segura aí.

(palmas).

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Eu só pediria um copo d’água para mim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Por isso que você foi escolhido orador.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Mas, o principal desafio da Marina, chegando ao Ministério do Meio Ambiente, que eu considero um dos mais complexos de um governo, de qualquer natureza, conciliar as vontades, os interesses de todos os, de todas as pessoas, seja do ponto de vista individual, coletivo, empresarial. E ela, assumindo essa questão, teve a governabilidade de lidar com um dos órgãos mais, digamos assim, fiscalizados de um governo, de todos os governos: a área ambiental. E colocar ali um equilíbrio nas coisas, e eu queria só lembrar aqui que, como sou estudioso da geografia, a atmosfera é composta 78% de nitrogênio, 21% de oxigênio e 1% de vários outros gases que são compostos de mais ou menos 09. Basta um deles sair do seu tamanho, para cima ou para baixo, que nós já vamos ter problema de respiração. Se o oxigênio subir para 25%, o mundo explode.

Portanto, tudo tem regras na vida; nós não podemos querer colocar os bois atrás da carroça e a carroça na frente dos bois. Tudo tem que ter um aspecto de limite nas coisas, sem querer prejudicar absolutamente nada. Eu ia ler alguns números do seu trabalho, Marina, no Ministério, mas vou deixar porque eu tenho certeza de que todos aqui já conhecem do esforço que você fez para garantir a velocidade do desenvolvimento do nosso país, mas, acima de tudo, com o equilíbrio do

respeito das condições de tudo e de todos, no momento em que nós estamos vivendo, porque nós não somos donos da nossa história, nós não somos donos daquilo que nos foi dado como uma pequena experiência de vida. Porque nós não sabemos de onde nós viemos, não sabemos exatamente porque estamos aqui e não sabemos qual será o nosso futuro. Portanto, a isto pertence a Deus e somente a ele cabe dizer o que nós devemos fazer daqui para frente.

Enquanto isso não acontece, que façamos o que há de mais bondoso, de mais sério e de mais equilibrado nesta pequena experiência de sermos gente neste planeta chamado Terra. Parabéns, Ministra, pelo seu trabalho. V.Exa. é orgulho para todos nós.

(palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu sei que todos os Senadores gostariam de falar, nesse momento, e todos nós, eu acho isso bonito, Sibá, chorar, para mim, é uma coisa linda. Eu não tenho vergonha nenhuma dos momentos que eu chorei ao longo da minha vida. Eu sei que todos gostariam de falar, como a Ministra tem um compromisso com o Presidente da República, às 11 horas, eu vou dar, nesse momento, a palavra para a Ministra, sem prejuízo de que, ela concluindo a sua fala, os Senadores da Mesa e do Plenário possam fazer uso da palavra. Com a palavra, a Ministra Marina.

SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Bom dia a todos, a todas. Primeiro eu quero agradecer a Deus por estarmos aqui nessa celebração, 08 de março, Dia da Mulher. E também esse momento de estarmos comemorando a criação da Comissão de Direitos Humanos do Senado da República. Quero cumprimentar, de um modo especial, o Presidente, nosso companheiro, Senador Paulo Paim. Quero cumprimentar meu amigo e parceiro de fé, Senador Magno Malta. Quero cumprimentar o Senador Juvêncio da Fonseca, que conviveu durante os meus primeiros 08 anos de mandato, aqui no Senado. Quero cumprimentar o professor e amigo Cristovam Buarque. Cristovam já foi meu professor lá no Sudeste, não é Cristovam? E dizer que cumprimento a todos os senhores parlamentares, na pessoa do Senador Sibá Machado, mas sem deixar de fazer uma menção toda especial ao Senador Suplicy, ao Senador Romeu Tuma, enfim, a todos que estão aqui hoje, porque eu pertencço a essa Casa. Eu ainda tenho quatro anos como Senadora e me sinto parte dessa Casa. Afinal de contas, 16 anos é a idade que a minha filha, a minha terceira filha tem, a Moara. E hoje é um dia especial, Paim, eu quero agradecer muito as tuas palavras, as palavras do meu irmão Sibá. E ele diz que foi para o Acre para me combater, não é verdade. Quando a gente tem os mesmos sonhos, os mesmos

princípios, os mesmos projetos, às vezes, até a gente pode pensar diferente, mas a gente nunca vai estar combatendo, a não ser o bom combate. Cada um na sua trincheira, à sua forma e às vezes a forma de fazer o bom combate é fazendo a crítica, desde que seja essa crítica construtiva, não niilista, que faz com que a gente possa crescer. Com certeza, a tua ida para o Acre me ajudou a crescer e é por isso que estamos juntos, é que não era um combate, era um encontro.

Eu quero, rapidamente, homenagear todas as mulheres brasileiras. Eu sei que, nesse dia, a gente diz: “Bem, poderia ser o ano todo”. Mas eu acho que a história da civilização humana já evoluiu no sentido de fazer entender que nós estamos começando a dar completude à caminhada da humanidade. Durante muito tempo, eu sempre digo isso, nós caminhamos sobre duas pernas, mas só que uma bem atrofiada, que era a perna do feminino. Meu amigo Senador Romeu Tuma, que também tem um carinho todo especial, dizer que esse caminhar manco é exatamente pelo fato de que deixar de considerar os três bilhões de seres humanos existentes nesse planeta, de dar a contribuição que poderiam dar, seria mais do que uma perna manca, seria tirar um lado inteiro da civilização. E a civilização é masculina e feminina e nós não podemos reivindicar que sejamos iguais, do ponto de vista daquilo que temos que ser diferentes, e nem que ser diferentes naquilo que necessariamente temos que ser iguais, como condição humana.

E esse avanço todo faz com que, hoje, a mulher possa dar a sua contribuição em diferentes espaços, na política, na cultura, minha querida amiga, Senadora Fátima Cleide, na espiritualidade, nas artes, na ciência, de um modo geral, em todos os aspectos e dimensões da vida humana. E nós estamos atravessando um momento, uma Era, que alguns chamam de a Era dos limites, em que o olhar feminino, com certeza, tem uma grande contribuição a aportar. A mulher, ela põe muito mais o foco nas pessoas do que nas coisas. Aliás, a gente sempre entende que por trás das coisas tem pessoas, como diz o Paul Tournier, e essa visão de focar nas pessoas, que talvez nos faça dar a contribuição para esse século ou para esse milênio de mudanças climáticas que podem alterar toda a previsibilidade dos processos naturais aqui no planeta.

Nós vivemos, até bem pouco tempo, um espaço de previsibilidade, com regime de chuvas, as temperaturas, uma série de questões que tínhamos previsibilidade, meu caro Senador Paim. Mas, infelizmente, isso já não é mais possível. As gerações que atravessarão esse século, elas não poderão contar mais com essa previsibilidade em relação aos fenômenos naturais. E, para isso, nós vamos ter que aprender a aprender

como lidar com esses processos. Os estudos que foram lançados recentemente pelo IPCC nos dão conta de que as mudanças climáticas já estão acontecendo, e há uma certeza de que essas mudanças foram aceleradas pela ação humana, em relação aos gases de efeito estufa, que provocaram esse esquentamento no planeta.

Essa realidade nos faz pensar, e nós temos que refletir que os nossos filhos, que os nossos netos estarão sendo afetados de uma forma que sequer nós podemos imaginar. E esse não é um pensamento catastrofista. Não, é a realidade, que a política, a cultura, a espiritualidade, a ciência, a economia não podem negligenciar. As mudanças podem afetar cerca de 20% do produto interno bruto global. Nós fazemos um esforço enorme para crescer 3%, 4%, 5% e, no entanto, nós estamos vivendo um fenômeno que pode afetar a economia do planeta em 20%. Nós estamos vivendo um fenômeno que pode levar a um esquentamento na Amazônia de oito graus e que pode transformar a Amazônia numa savana. Nós já temos estudos, o Ministério do meio ambiente, em 2003, e veja como fomos previdentes, fez um edital do Probio para um conjunto de Projetos que estudasse as mudanças climáticas e como elas afetam a biodiversidade brasileira na zona costeira, no semi-árido, na Amazônia, no Pantanal, é um conjunto de oito estudos. E a conclusão desses estudos é de que nós já estamos sendo afetados pelas mudanças climáticas. E, do ponto de vista das vulnerabilidades, as populações mais atingidas do Brasil são as populações do semi-árido brasileiro. É claro que para os países em desenvolvimento, os que serão mais afetados, como em tudo, serão aqueles que, como diz Dom Mauro Morelli, não têm, não sabem, não podem. E a nossa obrigação é essa.

E é por isso que eu reivindico aqui que as mulheres, com a sua ciência, com o seu conhecimento, com a sua sensibilidade, podem e estão dando uma grande contribuição. Mas, eu sempre entendo esse processo como, de fato, um processo de completude, eu não coloco o feminino em oposição ao masculino e vice-versa. Mas, também não aceito que tratemos de iguais, como se fossem iguais, os diferentes, porque senão nós vamos fazer subsumir os problemas, os preconceitos, aquelas coisas que precisam, de fato, ser superadas e para isso nós temos o Congresso, temos leis, temos políticas públicas e políticas que não são necessariamente públicas, mas são da sociedade, ainda que com um sentido público. Acho que uma coisa importante para a gente pensar é a contribuição que, nesse contexto de mudanças, o país, o Brasil pode dar.

O Brasil é uma potência ambiental. É uma potência cultural. Tem uma sociobiodiversidade fantástica. Nós temos 280 povos no Brasil. Falamos 180 línguas. A gente fica triste, emocionado, quando a gente vê que civilizações inteiras desapareceram. Os Incas, os Astecas, os Maias, civilizações riquíssimas e nós sentimos uma espécie de saudade de não podermos trocar com essas civilizações, de não podermos aprender com elas, de não podermos ensinar alguma coisa. Quem foi subtraído fomos nós porque perdemos a possibilidade da troca. Mas o Brasil ainda tem 280 povos, falam 180 línguas; eram 05 milhões quando os portugueses chegaram aqui. Hoje, são cerca de 400, 500 mil, 500 mil pessoas. O que nós fizemos em 500 anos foi eliminar um milhão de pessoas a cada século. Isso é terrível. E é por isso que esse momento evoca de cada um de nós mais do que ver nas mudanças climáticas uma oportunidade de negócio é também, e é incrível que mesmo uma coisa avassaladora como essa acabe sendo também uma oportunidade. Mas, mais do que isso é um espaço de solidariedade é uma busca de um ponto de retorno que talvez nós deixemos para trás.

Eu dizia, na palestra que tivemos com os Diretores Executivos do PNUD, que nos visitou aqui no Brasil, de que nós precisamos fazer uma junção de saberes para podermos sair dessa crise. Há um esforço técnico científico que está em curso fundamental, Senador Paim e Senador Suplicy, para sairmos dessa situação. Mas mais do que a nossa técnica, nosso Senador Cristovam sempre diz, eu repito, dando sempre para ele a autoria, nós temos que colocar a ética à frente da nossa técnica. Nós usamos toda a nossa técnica para fazer com que a natureza fosse humanizada. Agora, nós temos que lançar mão de toda a nossa ética para naturalizar a cultura. E se nós não fizermos isso, todos nós vamos pagar um preço muito alto porque a vida humana é a única que se sustenta a partir das outras existências. E se nós não preservarmos as outras existências, nós estaremos também desconstituindo a nossa.

Só para termos uma idéia do potencial que tem o Brasil, o Brasil tem como contribuir, numa crise como essa, com aquilo que ele investiu durante décadas, que são os biocombustíveis, uma base de produção energética renovável, isso é uma grande contribuição. Mas nós não podemos, de fato, uma oportunidade, no sentido, se gerar solidariedade, se os biocombustíveis puderem ser estendidos para todos os lugares em que eles podem ser produzidos: na África, em parte da Ásia, na América do Sul, enfim, no Caribe, em várias regiões do mundo. Porque é uma forma de fazermos uma transição para tecnologias que nos levem a uma matriz energética mais segura. O Brasil tem 45% da

sua matriz elétrica limpa; 81% da sua matriz energética limpa; 81% da matriz elétrica limpa. Nenhum país tem isso. Mas isso é apenas o começo.

O Brasil tem um plano nacional de combate ao desmatamento, que reduziu o desmatamento, nos últimos dois anos, em 52%. Para chegarmos a esse resultado, nós tivemos que lançar mão de um esforço muito grande no âmbito do Plano Nacional de Combate ao desmatamento. E aí foi, mais uma vez, talvez esse olhar do feminino, que teve que reconhecer que era impossível, que era impossível, chegou aqui a minha amiga e companheira de governo, a Ministra Matilde Ribeiro...

(palmas).

Da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, que eu me sinto muito feliz, trabalhamos juntas. Eu, ela, Ministra Nilcéia, Ministra Dilma, somos quatro mulheres dentro do governo, mas sabemos que as mulheres sempre... Às vezes, os colegas brincam: “É, vocês ainda são uma quantidade pequena, mas a qualidade é grande”. Nós dizemos: “Nós queremos igualdade na qualidade e na quantidade”. E isso é válido para o Congresso Nacional também. É válido para o Congresso também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Quando a gente quer pedir alguma coisa, tem que pedir para alguma mulher lá em cima.

SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Ah, é? Puxa vida! Mas, como eu ia dizendo, o Brasil conseguiu dar uma contribuição, nesse momento, em relação à questão da redução de CO₂, diminuindo o desmatamento em 52%. Esses 52% de redução do desmatamento evitaram que lançássemos na atmosfera 430 milhões de toneladas de CO₂. Evitaram que destruíssemos 01 bilhão de árvores de 10 centímetros de diâmetro porque se colocássemos todas, seria, de fato, bilhões e bilhões. Evitamos a perda de um milhão de primatas e a perda de mais de 46 milhões de aves. E isso é apenas o começo. Para chegarmos a isso, tivemos que fazer o plano de combate ao desmatamento, envolver 13 Ministérios, trabalhar conjuntamente com esse olhar de que vai precisar do esforço de todos. Contamos com a ajuda do Congresso Nacional na aprovação da Lei de Gestão de Florestas Públicas, que já está sendo implementada. E um esforço muito grande para acabar com a ilegalidade na Amazônia porque o maior vetor das mudanças climáticas do Brasil é, com certeza, o desmatamento. Mas, também, a melhor forma de combater as emissões é reduzindo o desmatamento. E foi por isso que esse trabalho, ele, ao ser feito, ele trouxe para a cena política a necessidade cada vez maior de um Projeto de desenvolvimento sustentável para o nosso país. É impossível você fazer frente a todo esse

processo apenas com a ação de repressão. Senador Tuma sabe disso. Nós temos que oferecer alternativas viáveis, do ponto de vista econômico, social, cultural, porque essa queda de 52% foi graças à desconstituição de 1500 empresas criminosas, à inibição de 66 mil propriedades de grilagem, a prisão de 500 pessoas nas 18 operações que fizemos com a Polícia Federal. Há três, quatro dias atrás, fizemos uma outra, lá no Estado do Pará. Foi graças a um esforço de fazer com que a sociedade brasileira desse cada vez mais a sua contribuição nos fiscalizando e cobrando.

Então, nesse Dia da Mulher, eu quero, estou colocando essas questões exatamente para que a gente veja que meio ambiente e o feminino... É o espaço, com certeza, que tem tudo a ver. A natureza é grávida de possibilidades. Ela não sabe se defender, mas sabe se vingar como ninguém. E a vingança é sempre avassaladora.

Eu acho que nós temos, eu sou imensamente agradecida pelo apoio que essa Casa tem dado, em vários Projetos de Lei. Como sou do Parlamento, sei entender quando esse apoio não vem, ainda que, para mim, seja difícil como, por exemplo, a questão da biossegurança no nosso país. Eu acho que esse país está perdendo a oportunidade de ganhar duas vezes; ganhar porque ele pode produzir soja convencional e ganhar porque existem aqueles que querem produzir soja transgênica. Mas, as Leis que estamos aprovando nesse país nos estão levando a um único caminho, que é dos transgênicos. Nós temos alta tecnologia de produção de soja convencional e nós estamos trocando tudo isso por um modelo que nós não dominamos, que nós não conhecemos. Porque eu advogo que tenhamos, no Brasil, leis e estrutura para que se tenha um modelo de coexistência e a coexistência pressupõe termos, em primeiro lugar, certificação, rastreabilidade, silos separados, transporte separado. E o princípio da precaução para que não contaminemos as espécies da nossa biodiversidade que têm parentes silvestres que podem contaminá-los, para que não contamine-mos as espécies crioulas da nossa agrobiodiversidade, que no México, na Índia, no Canadá, na Argentina, nos Estados Unidos já foram todos contaminados. O Brasil poderia ter feito diferente, mas, infelizmente, não fez. E esse, infelizmente, ele é eivado de uma certa frustração, mas também de alegria, porque, afinal de contas, foi a democracia que derrotou a idéia do princípio da precaução no Brasil ou, pelo menos, está inicialmente derrotando.

As pessoas, às vezes, dizem que essa briga dos transgênicos é uma derrota da Ministra e eu, como mulher de fé, peço a Deus que seja uma derrota da Ministra. Só da Ministra, porque, assim, eu vou ficar

contente, porque se for uma derrota do Brasil, aí será a derrota de todos os brasileiros porque o Brasil pode ter um modelo de coexistência, pode ganhar duas vezes. Nenhum país pode ganhar duas vezes mais. A Índia não pode mais; o México não pode mais; a China não pode; a Argentina não pode mais; os Estados Unidos e o Canadá não podem mais. O último bastião era o Brasil, e as leis que nós temos, elas não apontam nessa direção. Mas é a democracia e eu louvo por isso porque uma decisão da sociedade brasileira, representada na sua Casa, no Congresso Nacional.

E, por último, eu só queria dizer o seguinte, Deputado, Senador Paim, o senhor foi tantos anos Deputado, que já virou parte do seu nome.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – (pronunciamento fora do microfone).

SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Eu queria homenagear as mulheres todas do Brasil, a minha querida Matilde, nossa Ministra, homenagear os homens que contribuem com esse pensamento de completude da civilização entre o masculino e o feminino caminhando juntos e me colocar à disposição para essa luta junto com os parceiros e parceiras. Eu me sinto duplamente contribuindo com esse processo. Se estou no Executivo, me sinto contribuindo, se volto para essa Casa, me sinto contribuindo, se voltar para a minha sala de aula, eu quero estar contribuindo porque o que nós estamos vivendo é um momento de juntarmos todas as formas de solidariedade.

A Bíblia tem uma parte que diz que “um dia o lobo deitaria na mesma cama com o cordeiro”. E eu, quando li isso, ainda que uma mulher de fé, achei isso um tanto quanto estranho, porque é da natureza do lobo querer atacar o cordeiro e é da natureza do cordeiro correr com medo do lobo. Mas eu descobri que é na natureza que os dois se encontram, porque o lobo e o cordeiro precisam de água potável, o lobo e o cordeiro precisam de terras férteis, o lobo e o cordeiro precisam de ar puro, o lobo e o cordeiro precisam de alguma previsibilidade para que eles não sejam destruídos pelas forças da natureza. E hoje, se fôssemos traduzir essa metáfora para países ricos e países pobres, os ricos e os pobres precisam de água potável, de terra fértil, precisam de um regime de chuvas, precisam das mesmas condições para poder existir e talvez seja esse espaço que nós temos que construir, ou, pelo menos, reconstruir uma outra visão de solidariedade.

Essa visão de solidariedade nos levará, necessariamente, a uma união dos saberes: do saber técnico científico e do saber narrativo. Eu insisto nisso. O saber técnico científico, ele é baseado na idéia e nos pressupostos denotativos de certo ou de errado; o saber narrativo não se finca na idéia de certo e errado;

ele se finca na idéia de saber viver, de saber escutar, de saber fazer. As populações tradicionais sabem viver, sabem escutar, sabem fazer. Eles podem até não saber modelagem de como vão se elevar os níveis dos mares, dos rios, dos oceanos, mas eles sabem escutar as ondas do mar. Eles talvez até não saibam os processos de engenharia ambiental que levam às mudanças nos ecossistemas, transformando a Amazônia em savana, mas eles sabem conviver e viver com a floresta. Eles sabem, principalmente, estabelecer elos de solidariedade. Se formos capazes de juntar o saber técnico científico com o saber narrativo, nós haveremos de usar a nossa ética para naturalizar um pouco mais a nossa técnica, a nossa cultura e, com isso, termos alguma chance. E, quem sabe, criarmos uma nova narrativa para a história da civilização. Uma narrativa que seja capaz de fazer o homem encontrar-se consigo mesmo: a sua parte feminina na sua parte masculina e vice-versa. De fazer o homem encontrar-se com a natureza, de fazer o homem entender que, para sobreviver no planeta, é preciso respeitar a capacidade de suporte da casa em que vivemos porque senão ela não aguenta.

Eu agradeço imensamente a homenagem, Senador Paulo Paim, os meus colegas Senadores, minhas colegas todas que estão aqui e acho que o Brasil pode criar uma nova narrativa, inclusive, para o seu processo econômico. Que os nossos biocombustíveis sejam sinônimo de proteção ambiental. Nós podemos produzir álcool sem precisar destruir floresta. Nós temos 352 milhões de hectares de área agricultável. Nós temos 52 milhões de área em repouso. Para chegarmos a 30 bilhões de litros de álcool, nós precisamos acrescentar apenas mais 03 milhões de hectares. Se temos 52 em repouso, isso significa que tudo pode ser feito como sinônimo de sustentabilidade social e ambiental. Nós podemos utilizar a nossa floresta, a nossa biodiversidade sem destruí-la. Essa é a contribuição do Brasil. O Brasil é uma potência em recursos naturais, tem que ser uma potência em proteção desses recursos.

A nossa audiência internacional é pelo que nós significamos como PIB ambiental do Planeta e se nós não fizermos isso, nós vamos estar dispensando a nossa vantagem comparativa, a maior em relação a outros países. E que bom que nós podemos fazer tudo isso porque, no Brasil, ainda é possível e está sendo possível. O que já foi sinônimo de desigualdade social pode significar inclusão social. O que já foi sinônimo de degradação ambiental pode significar uma oportunidade de proteção dos recursos naturais. Porque, quando eu assumi o Ministério, disse: “Nós não vamos dizer apenas o que não pode, nós vamos dizer o como pode ser feito”. E é possível ser feito com sustentabilidade

social, cultural, ambiental os processos econômicos e sociais do Brasil. Muito obrigada.

(palmas).

MESTRE DE CERIMÔNIA – Neste momento, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal registra e agradece as presenças das senhoras e senhores convidados: Maria Bernadete Lopes da Silva, Diretora de Proteção do Patrimônio Afro Brasileiro; Dra. Eliane Araque dos Santos, Procuradora Regional do Trabalho; Dr. Lélvio Bentes Côrrea, Ministro do Tribunal Superior de Trabalho; Dr. Grijalbo Coutinho, Juiz titular da 19ª Vara do Trabalho do Distrito Federal e Presidente da Associação Latino-americana de Juízes do Trabalho; irmã Rosita Milesi, Diretora do Instituto de Imigrações e Direitos Humanos e Assessora das Pastorais da Mobilidade Humana da CNBB; Dra. Patrícia Audi, Coordenadora de Projetos de combate ao trabalho escravo nas organizações internacionais de trabalho, OIT; Dra. Junia, Vice-diretora Regional do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher do Brasil e Cone Sul; Roseana Pereira Queiroz, Coordenadora Geral do Movimento Nacional dos Direitos Humanos; Sra. Cynthia Leandro Anater, Coordenadora do Grupo de Trabalho Amazônico; Sr. Raul do Vale, Advogado, Coordenador Adjunto do Programa de Políticas e Direitos Sócio-ambientais do instituto sócio-ambiental; Sr. Fernando Lima, Coordenador de Projetos da organização não-governamental ambientalista, FUNATURA; Sra. Kim Bolduc, representante do programa das Nações Unidas e Desenvolvimento, PNUD-Brasil; Sr. Vicenti Desourny, Representante interino da organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, UNESCO, em Brasília.

E, neste momento, ouviremos o Exmo. SENADOR Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senhores, vamos dar continuidade à nossa audiência pública e dizendo a todos que eu fiz questão da leitura, porque todas as entidades convidadas se fizeram presentes ou mandaram representante para esse evento. E como aqui as mulheres que mandam, não têm discurso do Paulo Paim, quem vai falar nesse momento é a Ministra Matilde Ribeiro. E, em seguida, eu passo ao Plenário. E, Senador Suplicy, primeiro vai ser a Senadora Fátima; depois V.Exa.

Ministra Matilde, com a palavra.

MINISTRA MATILDE RIBEIRO – Bom dia a todos e todas aqui presentes. É mais do que uma honra estar aqui nessa Mesa tão ilustre, com pessoas com a experiência, como já demonstrou a Ministra Marina Silva, nas áreas em que atuam. Senador Paulo Paim,

quando me convidou para estar aqui, disse que estaria prestando uma homenagem às mulheres. Nós, sem dúvida, agradecemos muito porque eu fui, inclusive, perguntada esta semana por uma repórter de um jornal bastante conceituado no Brasil, sobre a minha opinião em relação ao dia 08 de Março. Ela dizia: “Já se passou tanto tempo, mas ainda faz sentido comemorar o dia 08 de março?” E eu dizia, Marina, em primeiro lugar, que Dia da Mulher e dos seres humanos, são todos os dias, homens e mulheres. Mas, em segundo lugar, enquanto houver desigualdade, enquanto houver desrespeito à condição da maioria da população brasileira, que é a quantidade de mulheres. Nós temos que comemorar as conquistas, mas, neste momento de comemoração, também demarcar o quanto temos que fazer ainda para conquistar os tão chamados e decantados pela história, “Direitos Iguais”. E aí a repórter continuou numa linha de tentar levar o raciocínio para um caminho que fosse o de dizer que o Dia Internacional da Mulher não é um dia importante. E nós estamos aqui justamente para dizer que sim, é importante. E, ouvindo a minha colega, Ministra Marina, Senadora Marina, eu ficava aqui pensando que a luta eterna das mulheres se faz por um caminho que é o de querer um mundo melhor, que passa não apenas pelos direitos da mulher, mas pela garantia do nosso ambiente saudável, a garantia das condições humanas para todos, mas se faz também com muita persistência e a Ministra Marina encarna essa persistência, fazendo valer o ditado popular que: “Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”. E eu acredito que é por aí que nós podemos qualificar as conquistas das mulheres.

E, neste momento, desta segunda gestão do governo Lula, é importante demarcar essas conquistas por dentro do governo e dizer que elas só existem dentro do governo, porque existe o movimento social histórico que tem colocado socialmente os interesses e as necessidades de um grupo que vive e viveu de desigualdades e que estas devem deixar de existir um dia. A criação da Secretaria Especial de Política para as Mulheres faz parte desta conquista, assim como também a criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e todos os setores dentro do governo, que atuam na perspectiva de garantia de democracia e direitos.

Como hoje é o Dia da Mulher, eu vou citar três exemplos apenas, que têm a mão de todas as pessoas que estão aqui e de tantas que não estão aqui, que é a aprovação, no Legislativo Federal, da Lei Maria da Penha. É uma Lei extremamente importante para essa conquista de Democracia, da qual tanto falamos, a criminalização dos atos de violência dos homens contra

as mulheres. Não é fácil colocar essa Lei em prática. Sabemos que nós temos que trabalhar muito a educação, a conscientização e o envolvimento da sociedade brasileira para que essa Lei se torne realidade, não porque queremos ver os homens presos, não é essa a questão, a questão é que não queremos ver as mulheres apanhando, as mulheres sofrendo violência.

Então, um processo de conscientização amplo para homens e mulheres é necessário para que a sociedade brasileira passe a desnaturalizar essa violência que passa, de século em séculos, que é necessária uma ação governamental e uma ação Legislativa para que a mudança de costumes e hábitos seja acelerada, a coibição da violência é necessária. Então, a Lei Maria da Penha é fundamental para a concretização das políticas de igualdade, considerando a somatória com tantas outras na área do Trabalho, da Educação, da Cultura e todas mais.

Uma outra lei fundamental, que também muda a vida do Brasil é a Lei 10.639, que não diz respeito diretamente às mulheres, mas diz respeito à sociedade brasileira, que deve recontar a sua história a partir da consideração da nossa vinculação com a África, da nossa vinculação com a cultura africana no Brasil e com o papel que tem o campo da Educação para mudar hábitos e costumes. E esta lei garante a necessidade de aplicação do ensino da história e cultura afro-brasileira dentro da sala de aula. Aqui o Senador Cristovam Buarque, que já foi Ministro da Educação, já viveu o processo de implementação dessa lei, já defendeu esta lei e defende, sabe da importância que tem torná-la prática e também a importância que tem os senhores parlamentares terem votado essa lei em todas as instâncias.

Por fim, quero falar aqui de uma ação do Executivo, esta não é por lei, mas sim por uma ação programática do Executivo que acontece a partir de uma relação com o Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria de Igualdade Racial e tantos outros órgãos de governo, que é um Projeto já em fase de implementação, pouco conhecido pelo Brasil, é ainda um Projeto-piloto e que nós sabemos que tem que se tornar, cada vez mais, realidade, ampliando a sua escala para se tornar uma ação universal dentro das políticas públicas brasileiras, que é o Plano Trabalho Doméstico Cidadão. E eu vou justificar o porquê estou falando deste plano aqui neste Plenário. É um plano que foi demandado pela FENATRAD, a Federação Nacional de Trabalhadores Domésticos do país. A FENATRAD é uma entidade que agrega, com todo o vigor, uma categoria profissional muito importante para o nosso país, que é a categoria dos empregados domésticos. E os números falam por si. É uma das maiores categorias profissionais do país,

cerca de oito milhões de pessoas. Entre estes, 95% são mulheres; 57% são mulheres negras e é uma categoria de trabalhadores que, na maioria das vezes, não são considerados trabalhadores. A sociedade, com a sua hipocrisia, transforma os empregados domésticos, as empregadas domésticas em não trabalhadores e as nossas falas corriqueiras são: “Ela é quase da família”. “Ela parece minha irmã, é tratada como se fosse minha irmã”. E, no entanto, os salários são baixos, os direitos são pequenos e esta categoria reproduz o aprendizado nefasto que nós tivemos na sociedade, que foi o aprendizado da escravidão.

Então, este plano, repito, ainda um piloto, pode significar muito para a mudança da sociedade brasileira e trazendo essa informação aqui para vocês, eu quero fazer uma homenagem às mulheres brasileiras, através das empregadas domésticas e reafirmar o compromisso que a sociedade deve ter com o fato de assegurar os direitos dessa classe trabalhadora.

Por fim, quero dizer a vocês que ontem aconteceu um ato muito importante no Rio de Janeiro, na cidade do samba, organizado pela Ministra Nilcéia Freire, até por isso não está por aqui hoje. Nilcéia coordenou um ato com mais de três mil mulheres na cidade do samba; lá estiveram o Presidente da República e muitos Ministros. E, naquele momento, ontem, o Presidente dizia, sugeria à Ministra Nilcéia que, no próximo 08 de março, ela deveria fazer uma campanha contra a hipocrisia no Brasil, garantindo, cada vez mais, a conscientização para os direitos das mulheres. E o papel desta Casa é fundamental nessa construção. E eu não poderia, Senador Paim, deixar de lembrar sua luta assídua dentro dessa Casa, que já foi votada aqui, mas ainda tem que ser votado no Senado, desculpe, na Câmara, pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, combinando com a aprovação do Projeto de Lei 73/99, que prevê a reserva de vagas para negros, para alunos oriundos das escolas públicas, portanto, pobres, negros e indígenas nas Universidades públicas.

E, finalizo, homenageando, mais uma vez, a Ministra Marina pela sua coragem e há uma ação da Marina, iniciada nessa Casa, que também merece o debate e o voto, que é a aprovação da anistia pós-morte a João Cândido, o Almirante Negro. Então, a Marina atua em vários frentes: o meio ambiente, a luta das mulheres e a luta dos negros, simbolizada em João Cândido. Muito obrigada.

(palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Nós combinamos um tempo rápido aqui com a Ministra Matilde porque ela voltará no dia 22 de março, porque dia 21 é o Dia Internacional da Luta contra o Racismo e o Preconceito. E como no dia 21 já temos

duas audiências públicas, por iniciativa dos senhores Senadores, ela se dispõe, no dia 22 de março, a voltar aqui para falar conosco. De imediato, Senadora Fátima, com muito orgulho, pela sua história, sua vida e não só por ser mulher, mas por ser uma lutadora.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Obrigada pelas palavras, Senador Paim. Quero cumprimentá-lo, na Presidência dos trabalhos, me juntar às homenagens feitas anteriormente aos nossos ex-Presidentes, Senador Juvêncio da Fonseca, Senador Magno Malta, Senador Cristovam Buarque. E dizer que, para mim, este é um momento de muita felicidade, porque eu me deparo com duas mulheres que, na minha vida, foram minhas professoras. Tenho muitas identidades com Marina, minha companheira da Amazônia, de sonhos, de lutas em defesa dos povos da floresta, professora como eu, não é? Líder sindical, ambientalista e petista, da mesma forma, a Matilde, comigo, dividimos a identidade no movimento feminista, no movimento das organizações sociais, como base, como direção. Direção essa que nos trouxe, as três, a ocupar a posição que ocupamos hoje.

Eu tenho dito que é muito importante que a gente lembre sempre que além da dificuldade das mulheres chegarem ao poder público, a ocupar espaços no poder público, nós temos uma outra dificuldade, que é a dificuldade econômica. E eu acho que nós três aqui, neste momento, somos privilegiadas porque fazemos parte de um projeto político que nos projetou e nos deu a condição de chegar aqui, superando, inclusive, as limitações econômicas. E a responsabilidade que nós temos hoje, Senador Paim, nesse dia em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, é de renovar, de memorar as nossas lutas do passado, mas também refletir sobre as nossas lutas atuais. Eu acredito que aqui no Parlamento, neste ano, nós temos uma tarefa, que é a Reforma Política Eleitoral para, de fato, garantir às mulheres que são da classe trabalhadora a oportunidade de igualdade de ocupar, de fato, espaços políticos como o que nós ocupamos aqui agora.

Então, eu quero dizer que a minha história se cruza com a história dessas duas mulheres, sendo que eu estou do lado do aprendizado. Aprendi com Marina a fazer política de um modo simples, com objetividade, com a objetividade que busca a inclusão social, a visibilidade daquilo que é negado à maioria da população e a setores importantes da nossa população como os negros, os indígenas, as mulheres, os jovens e, como a Marina falou, a colocar a pessoa em primeiro lugar, a pessoa à frente das coisas. Enfim, isso eu aprendi com você Marina. E a sua história contribuiu muito com a minha história. Eu lembro que, em 98, quando eu fui candidata, pela primeira vez na vida, ao Senado Fede-

ral, a Marina chegou e disse: “Minha irmã, lá no Acre, em 94, eu usei uma frase que dizia assim, eu desafiava a todo mundo dizendo: Para o Senado avisa lá que eu vou”. E aí, imediatamente, Senador Suplicy, eu passei também a desafiar todo mundo no meu Estado, que não é um estado muito fácil, dizendo para o Senado: “avisa lá que eu vou”. Eu não vim em 98. Cheguei em 2003, mas graças a esse aprendizado com Marina Silva, vizinha, e também com o aprendizado da convivência com Matilde que foi, de verdade, minha professora. Eu passei uma etapa de cinco dias sentada, num curso de formação com vistas a desnaturalizar o preconceito que existe com relação ao feminismo. Eu aprendi, ali, que ser feminista, Matilde, não é negar a existência do outro e, nesse caso, o outro masculino, mas convidar, convocar para que juntos a gente possa construir uma sociedade de paz e justiça social.

Então, neste momento, a minha homenagem a vocês duas e a todas as mulheres brasileiras se dá de uma forma muito feliz. Sinto-me de forma muito privilegiada por estar aqui nesse momento. Não estou presente, inclusive, à Conferência Municipal, que se realiza na minha cidade, de política para as mulheres, mas elas sabem que estarei presente na Conferência Estadual, para poder estar aqui junto com vocês.

Então, meu grande abraço e que Deus continue iluminando vocês duas para que a gente possa seguir adiante, ocupando espaços de verdade para minimizar a exclusão social em nosso país. Muito obrigada.

(palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra agora ao Senador Suplicy, Senador Cristovam, Senador Valter Pereira e José Nery.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, querida Ministra Marina Silva, querida Ministra Matilde Ribeiro. Quero muito, sobretudo, dizer obrigado pela maneira como, desde que nos conhecemos, inclusive quando aqui fomos colegas, V.Exa., inclusive, foi a líder de nossa bancada e, naquele momento, pôde estar demonstrando, como tantas vezes e agora recentemente, como Ministra do Estado do meio ambiente, o quão importante é para nós homens, de fato, estarmos observando quão bom é estarmos alternando as posições de comando, de liderança, de ministério, de chefias de governo por causa deste olhar com características diferentes das nossas, homens. E como é importante que nós possamos observar que isto é tão bom para que a sociedade brasileira possa se tornar melhor. Como eu estou consciente da importância do seu encontro, daqui a alguns minutos, com o Presidente da República, eu quero ser breve, não é? Mas...

SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Não é com o Presidente, é com o (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Muito bem, então... Mas eu gostaria de, sobretudo, agradecer pela maneira como tem agido, como tem me ensinado e a todos nós e quero também externar à Ministra Matilde Ribeiro, que o seu caminhar como Ministra das Políticas de Promoção de Igualdade Racial tem sido tão positivas e na mesma direção daquilo que a Ministra Marina tem procurado realizar, e tenha todo o nosso apoio. Parabéns.

(palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Queria cumprimentar, também aqui presente, representando a Fundação Palmares, a nossa querida Bernadete, que foi empossada ontem. Passamos a palavra, de imediato, ao Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) Eu quero apenas manifestar a minha profunda admiração por essas duas mulheres, que foram minhas colegas no Ministério e que continuam minhas companheiras de luta, tanto pelo meio ambiente quanto pela quebra do preconceito e pelos direitos iguais à população negra brasileira. Eu pedi para receber, Marina, o seu discurso aqui, vão me dar a fita, porque eu acho que o seu discurso é uma peça, que você fez hoje aqui, uma peça fundamental a quem quiser trazer uma nova utopia para o mundo. Utopia que vai caminhar em duas pernas: a perna do meio ambiente e a perna da Educação. Não tem outro jeito. Sem o meio ambiente não vai haver vida ou haverá uma vida que longe estará da utopia. Sem a educação a gente pode até manter o meio ambiente, mas vai ser para poucos, haverá uma massa de excluídos. Além de que é muito difícil manter o meio ambiente só com repressão. O caminho para manter o meio ambiente é a mudança dos hábitos, que é uma questão de educação e, sobretudo, grandes avanços tecnológicos. A gente sempre acha que a tecnologia é destruidora, e tem sido, mas só o avanço tecnológico bem orientado é que vai ser capaz de encontrar substitutos para os atuais produtos que são destruidores do meio ambiente, como a própria Marina falou, em relação ao novo perfil energético, que é produto da tecnologia, que é produto da ciência, que vem das universidades, que vem da educação de base.

Então, o discurso que a Marina fez aqui, a meu ver, ele foi de uma profundidade que não vai, nem deve, durar só essa nossa Sessão, merece ter uma permanência. Por isso eu pedi para receber. Vou distribuir no meu site. Vou transcrever e vou tentar trabalhar em cima disso. Você disse que foi minha aluna; hoje, eu fui o seu aluno aqui. Fico feliz também com

a Matilde, porque além de estarmos juntos no Ministério, nós fizemos algo juntos, que foi dar o salto para a adoção de cotas no Brasil. Eu lembro sempre que a última reunião que eu tive com o Presidente Lula, antes de sair do Ministério, foi com a Matilde, no dia 21 de março, discutindo como implantar, de vez, as cotas nesse país. Continuo a ser um defensor e, tirando alguns precursores do movimento negro, eu acho que Darcy Ribeiro e eu devemos ter sido dos primeiros a falar nas cotas como um instrumento de pagar uma dívida que nós temos com a população negra. Eu e o Paim, inclusive, ele deve dar a surpresa para vocês, vamos lançar algo que pode ser muito importante nesse processo. Posso falar, Paim?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Mas claro.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) Nós vamos lançar, a proposta dos dois, que o dia 13 de maio desse ano, que é o 111º da chamada Lei Áurea, a incompleta Lei da Abolição, seja o ponto de partida para um ano inteiro, até o 120º ano, um ano inteiro de discussão nesse país, sobre como completar uma abolição incompleta que nós temos.

E, finalmente, de estar junto das duas no dia das mulheres, um dia que eu estou de acordo, Matilde, a gente ainda precisa dar uma especificidade porque ainda não conseguimos fazer com que seja possível ter o dia dos seres humanos, que seja de todo mundo igual. Ou até melhor, dispensar ter o dia dos seres humanos quando a gente puder conviver até mesmo com as outras formas de vida com o mesmo respeito. Enquanto isso eu acho que tem que haver sim o dia das mulheres para a gente lembrar o papel que elas têm.

Ontem, eu disse, com todo o medo de tocar nas pessoas mais religiosas, que achem que eu estou dizendo algo, uma heresia, eu tenho sempre dito que falta o toque feminino para a gente dar respostas simples aos problemas. Quando um homem está sem dinheiro em casa para trazer a comida ele sai, procura o emprego. Se achar, trabalha um mês, traz o dinheiro, no caminho, pára no boteco, quando chegar em casa, estão todos mortos. Quando falta comida numa casa, a mulher vai ao vizinho, pede emprestado, vai para a rua, porque de noite tem que ter a comida. Essa urgência falta no Brasil. E o que eu dizia da quase heresia é dizer que se Deus fosse mulher, a gente não tinha pobreza nem criança abandonada.

(palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passo a palavra para o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, Ministra Marina Silva, Ministra Matilde Ribeiro, Senador Juvêncio César da Fonseca, que hoje

tem o seu retrato na galeria dos Presidentes desta Casa pelo merecimento de ter sido dos precursores desta Comissão e, para orgulho nosso, meu conterrâneo. Eu procurarei ser breve nas minhas palavras, mas não poderia silenciar-me diante do fato de que hoje esta Sessão tem, dentre outros objetivos, o de homenagear mulheres tão ilustres como V.Exa., como a Ministra Matilde Ribeiro. E eu destacaria, inicialmente, que o Senado Federal tem o privilégio de ostentar figuras tão notáveis como V.Exa., como teve ontem, a Legislatura passada, a Senadora Heloísa Helena. Verdadeiras combatentes, como hoje a Senadora Fátima e outras Senadoras que lhe fazem companhia. Mas, Ministra Marina Silva, V. Exa, com toda a sua fragilidade física, com toda a sua simplicidade, que contagia a admiração de todo este país, carrega sobre seus ombros um Ministério que é olhado por todo o Brasil e por todo o planeta, dadas as condições, dadas as especificidades dos assuntos que são tratados lá e das decisões que são tomadas e que repercutem na economia e na vida.

Então, com essa fragilidade, a gente fica a imaginar: Como é que a Ministra Marina Silva carrega uma máquina tão gigantesca como essa e com tanta competência? Eu tenho conversado sobre o papel que V.Exa. desempenha com o Senador Sibá e, certa feita, quando os jornais estavam comentando que a senhora provavelmente não agüentaria as pressões, que o Governo cederia àqueles que querem colocar o desenvolvimento acima da vida, eu disse ao Senador Sibá: “No seu encontro com a Ministra Marina Silva, você diga para ela que ela ganhou um novo parceiro. A luta dela tem que ser a luta do povo brasileiro. É a luta pela vida, portanto é a luta de todos nós”. Eu quero dizer aqui, Ministra, que de todas as mulheres notáveis que nós temos no Congresso, que nós temos pelo país afora, se fosse dada a essa Comissão atribuição de escolher para homenagear, no Dia da Mulher, a mulher brasileira, a mulher do ano, a mulher da década, eu não teria dúvida de que nós tomaríamos a iniciativa de eleger a senhora como a mulher brasileira...

(palmas).

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – A mulher de fibra, a mulher que enfrenta as forças mais poderosas, mas que não cede, que não perde a coerência e que vai em frente. Essa é a fibra que falta a muitos marmanjos, a muitos homens fortes, a muitos atletas vigorosos e V.Exa. tem. Não concordo com tudo o que ocorre na política adotada por V.Exa., aliás, aqui ainda, no Congresso V. Exa., que é membro do Congresso, sabe perfeitamente que, às vezes, surgem algumas avaliações. Por exemplo, o nosso Presidente, aliás, o nosso ex-Presidente do Congresso, hoje Presidente

da Comissão de Constituição e Justiça, Antônio Carlos Magalhães, ora ele é chamado de “Toninho Malvadeza” e ora de “Toninho Ternura” e, parafraseando isso, eu diria que tem também uma “Marina Dureza” e tem uma “Marina Doçura”. certo? Então, o que eu quero dizer para V.Exa. que embora, às vezes, fazendo alguns reparos à política, às ações do Ministério, eu acho que a presença de V.Exa. no Ministério do Meio Ambiente é o contraponto que precisa para que nós promovamos o desenvolvimento sustentado, que é esse o caminho para preservar a vida. Que V.Exa. continue a “Marina Dureza”, sem perder a “Marina Doçura”. E conte com o Congresso porque aqui, eu tenho certeza, que todos a respeitam do mesmo tamanho que eu estou manifestando a V.Exa. a minha admiração e o meu respeito.

Uma homenagem a todas as mulheres do Brasil, na pessoa de V.Exa., que, para nós aqui, é a mulher do ano.

(palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra ao Senador José Nery, eu sei que a assessoria da Ministra já está pressionando democraticamente. Mas, só tem mais dois Senadores inscritos, Senador José Nery. Em seguida, Senador Quintanilha.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Meu caro Senador Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, quero cumprimentar com um abraço especial a Ministra Marina Silva e a Ministra Matilde Ribeiro, aos ex-Presidentes da Comissão de Direitos Humanos, que hoje receberam homenagem nessa Casa, Senador Juvêncio da Fonseca, Magno Malta e Cristovam Buarque, Senadora Fátima Cleide, aqui presente, representando as Senadoras com assento nesta Casa, senhores Senadores. Cumprimentar também as entidades e movimentos de mulheres, de Direitos Humanos e outros ligados à questão ambiental, que se fazem presentes nessa Sessão da Comissão de Direitos Humanos.

Primeiro, manifestar a nossa satisfação de que, no Dia Internacional da Mulher, esta Comissão tenha convidado duas representantes do movimento feminista, do movimento da luta do nosso povo, que hoje exercem suas funções no governo e que, com certeza, dignificam a luta, as conquistas das mulheres brasileiras, pela ampliação dos seus direitos. E que, portanto, nesta ocasião, queremos fazer referência.

Hoje é um dia de festa, de comemorações, mas também é um dia de luta porque essa data nasceu da luta das mulheres por dignidade, por direitos e que, portanto, é preciso permanentemente associar festa e luta em prol da promoção da dignidade da mulher quando nós verificamos que, em nosso país, a desi-

gualdade econômica no trato, sobretudo no mundo do trabalho e outro aspecto relacionado à violência que acontece em todos os espaços, mas, principalmente, a violência doméstica ainda é algo muito grave e que Leis, como a Lei Maria da Penha, recentemente aprovada, são um poderoso instrumento para ajudar, contribuir no combate à violência que, muitas vezes, ainda, segundo estatísticas demonstradas em nosso país, uma em cada três mulheres sofrem violência ainda nos dias de hoje em nosso país.

Então, ao mesmo tempo, homenageando, através da Ministra, das duas Ministras que se fazem presentes nesta Casa, a todas as mulheres brasileiras, as que lutam no campo, nos campos e nas cidades, nas igrejas, nos sindicatos, nas associações, no movimento comunitário, naqueles que estão nos rincões mais distantes do país e aqui me refiro, especificamente, às mulheres da Amazônia, de onde vem a Ministra Marina Silva, que eu considero uma filha diletta do nosso povo, que orgulha as mais importantes tradições de luta do povo brasileiro, que se associou, desde muito cedo, à luta dos povos da floresta, junto com muitos companheiros e companheiras lá no Acre, e conseguiu fazer com que muitas teses defendidas pelas comunidades nacionais se transformassem em políticas públicas.

Então, nossa homenagem às mulheres brasileiras e, em especial, a todas e a todos que, no dia de hoje, pelo país afora, estão nas ruas, em manifestações, estão nos parlamentos municipais, nas Assembléias Legislativas, a exemplo ontem, do Senado Federal, que prestou homenagem às mulheres brasileiras, através daquelas que foram agraciadas com um prêmio no Plenário do Senado Federal e dizer que as mulheres e homens que hoje, pelas ruas do país, estão se manifestando para exigir garantia dos direitos, para exigir ampliação de direitos, têm na sua pauta um tema que, com certeza, é preocupação de todos nós, no caso, trata-se da visita, hoje, ao país, do Presidente Bush, que vem aqui, com certeza, não para incentivar esse caminho que temos trilhado, que é o da luta por conquistas de direitos, mas como símbolo do imperialismo norte-americano no mundo. Com certeza, vem em busca de mais condições, mais lucro, mais benefícios para as empresas transnacionais, as empresas americanas, presentes em todo o mundo.

Inclusive, aproveitar essa oportunidade para denunciar que por conta do Projeto de incentivo à ampliação do biocombustível, do etanol, colocado como um dos temas da pauta da sua visita ao Brasil, temos a obrigação de denunciar a expansão do latifúndio, da concentração de terras, através de terras que estão sendo adquiridas na Amazônia, em especial no estado do Pará. A aquisição de grandes áreas de terra,

por bancos e empresas transnacionais, para o plantio de cana-de-açúcar, visando esse Projeto que tem a perspectiva de se ampliar.

Portanto, Ministra Marina Silva, a nossa luta é cada vez mais desafiante, porque com o volume de terras diárias já desmatadas na Amazônia, poderíamos pensar sim em Projetos que envolvam o plantio da cana e a fabricação do etanol, biocombustível tão necessário dentro dessa política de redirecionamento dessa matriz energética. No entanto, queria dizer, Sr. Presidente, senhoras e senhores Senadores, que o Brasil, o Brasil que tem consciência democrática dos Direitos Humanos, protesta veementemente contra a visita do Presidente Bush, porque o Império da violência, do terrorismo de Estado, daqueles que promovem a guerra não pode ter tão boa acolhida entre nós.

Portanto, queria dizer, por último, Sr. Presidente, fazer aqui um pedido público à Ministra Marina Silva, em relação à Lei que recentemente aprovamos no Senado, relacionada à questão da... Que foi incluída, veio um Projeto de Lei do Executivo e no Congresso, na Câmara e, depois, apoiada pelo Senado, projeto que autoriza a comercialização de milho transgênico, plantado ilegalmente, e também alterou o *quorum* da CTNbio para a apreciação de Projeto na área de biossegurança.

Portanto, pedir Ministra Marina Silva, como eu sempre disse no início, é um dia de festa, mas é um dia de luta e nós que estamos nessa luta para promover desenvolvimento sustentável, pedimos publicamente à senhora e a todos e todas que querem o bem do nosso país, de fato, a biossegurança como algo fundamental nesse processo de desenvolvimento, o veto ao Projeto de Lei que o Senado acabou de aprovar.

São essas considerações que faço, Sr. Presidente, na luta que fazemos para tornar o Brasil mais democrático, com sustentabilidade e, principalmente, avançando nas conquistas do nosso povo por mais democracia, mais participação e justiça social. Um grande abraço.

(palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Como nós estamos correndo contra o relógio...

SRA. VANILDA CHEMELLO FAVIERO: Por gentileza, senhor Senador..

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – ... eu vou passar para V.Exa. logo após a fala das Ministras...

SRA. VANILDA CHEMELLO FAVIERO: Sim, obrigada, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – ... a senhora já tinha me pedido e eu vou cumprir o acordo. Senador Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Paulo Paim, eminentes Ministras Matilde Ribeiro, da Promoção da Igualdade Racial, Ministra Marina Silva, meu caro colega, Senador Juvêncio da Fonseca, eu iniciaria cumprimentando os ex-Presidentes Magno Malta, Juvêncio da Fonseca e Cristovam Buarque, que inauguraram praticamente o procedimento adotado por esta Casa e nesta Comissão, do maior relevo e da maior importância à defesa dos Direitos Humanos e na possibilidade da participação popular na discussão dos problemas dos grandes temas nacionais.

Essa homenagem aos eminentes Presidentes tem o respaldo da idéia da criação desta Comissão, concebida pela Eminente Ministra Marina Silva, então Senadora, colega nossa, signatária da Resolução que criou a Comissão de Legislação Participativa, e que resulta neste trabalho consistente que a Comissão vem fazendo hoje, em benefício do povo brasileiro e em benefício do nosso país. Senadora Matilde Ribeiro, seguramente, um homem, Senadora não, Ministra Matilde Ribeiro, seguramente, um homem não se desincumbiria melhor, com tal consistência, com tal propriedade, das importantes funções que lhe são incumbidas na Secretaria de Promoção Social.

Eu gostaria de, em seu nome, em nome da Ministra Marina Silva e em nome da nossa querida colega, Senadora Fátima Cleide, render as minhas homenagens às mulheres brasileiras, às valorosas mulheres brasileiras, neste dia em que o mundo inteiro homenageia as mulheres no planeta. A Ministra Marina Silva, particularmente, que permitiu a nós todos que com ela tivemos a oportunidade de conviver, de conhecê-la de perto, de poder auferir dela os seus conhecimentos e vi as colocações do Senador Cristovam Buarque, que fez um comentário interessante. Eu tenho idade para ser, efetivamente, ter sido professor da Ministra Marina Silva, não tenho a capacitação para ser professor dela, mas tenho todas as condições de ser, como fui, um grande aluno dessa extraordinária mulher pela sua sapiência, pela sua sensibilidade, pela sua capacidade, pela sua obstinação na luta pela vida, que é na luta pelo meio ambiente. Nós aprendemos muito, Ministra Marina Silva e com V.Exa. nós temos também lutado bastante para que o apelo ambiental, que é, efetivamente, o apelo pela vida, alcance as condições adequadas e ideais para que nós possamos fazer com que o Brasil possa encontrar uma forma de desenvolvimento sustentado, respeitando o ambiente em que vivemos.

Foi na sua gestão à frente do Ministério do meio ambiente que o país alcançou avanços extraordinários, inclusive, o de redução drástica no desmatamento, reconhecido pelo mundo inteiro, reconhecido por nós, mas reconhecido pelo mundo inteiro. E nós estamos seguros de que V.Exa. haverá de dar continuidade a esse trabalho extraordinário que beneficia não só o país, mas como a humanidade.

Meus cumprimentos a V.Exa., meus cumprimentos à Ministra Matilde, meus cumprimentos às mulheres brasileiras.

(palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Estamos correndo contra o relógio. Quero só dizer que depois que as duas Ministras falarem, a audiência continua. Vão ainda falar a Fundação Palmares e dois Ministros. Para as considerações finais, a palavra à nossa querida Ministra Marina Silva, em seguida, a nossa querida Ministra Matilde.

SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Bem, eu quero agradecer a todos os Senadores e às Senadoras, na pessoa do nosso Presidente Paulo Paim. Parabenizar os nossos homenageados, Senador Magno Malta, Senador Juvêncio, Senador Cristovam. Quero agradecer, de um modo especial, as palavras carinhosas de todos os colegas Senadores, aqui na pessoa da minha companheira Fátima Cleide, dizendo, Senador Quintanilha, que esse desafio é um desafio de todos nós e eu acho que essa idéia das mulheres, de que vêm antes as pessoas, ela é muito boa para a política também, porque se nós colocarmos o olhar nos partidos, nas divergências, nas propostas, a gente tem mais dificuldade de se encontrar. Se nós colocarmos o olhar nas pessoas, a gente consegue se encontrar.

E que bom que o que marcou aqui a nossa, a nossa audiência foi esse foco na pessoa. Então, quando eu olho para a pessoa, não é? Eu... Na lei de gestão de florestas públicas, que essa Casa me ajudou muito a aprovar, Senador Paim, eu foquei o olho na pessoa do Senador Arthur Virgílio. E disse: “Arthur, pelo amor de Deus, ajude a aprovar essa lei porque ela é importante para a Amazônia”. E lá, agora, na aprovação da Lei da Mata Atlântica, na Câmara dos Deputados, eu coloquei o olhar na pessoa do Deputado Luiz Carreira, do PFL. E eu falei: “Luiz, ajude, no PFL, a aprovar essa Lei, que ela já está há 14 anos”. Então, eu acho que esse olhar na pessoa, ele desconstitui também a cristalização das divergências, sem passar por cima das diferenças e sem sermos ingênuos.

Então, é com esse olhar na pessoa, à frente das coisas, que nós vamos fazer as coisas em benefício da vida. E agradecer a todos e a todas, na pessoa do meu grande companheiro, amigo, Senador Sibá

Machado, viu, Sibá? Eu aprendi muito na nossa convivência e hoje você é meu suplente e eu me sinto representada aqui no trabalho que você faz porque nós temos uma trajetória de vida juntos naqueles ramais, naqueles varadouros daquele Acre, quando você foi lá para combater não o PRC, mas combater as injustiças sociais que graçavam.

Muito obrigada, Senador Paim, minha amiga Matilde. Eu peço licença para me ausentar, porque o Basileu já está ali de pé olhando de cara feia, com o carro na garagem, dizendo que eu já atrasei toda a audiência. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Ministra, eu não quero palmas agora para a senhora. Eu vou fazer um apelo ao Plenário, numa simbologia, nessa homenagem às mulheres e a V.Exa. e à Ministra Matilde, que a gente bata essas palmas todos de pé. Eu faço um apelo, vamos levantar, palmas, de pé.

(palmas).

SRA. MINISTRA MARINA SILVA – (Pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Às mulheres brasileiras, como diz a Ministra.

(palmas).

SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Eu vou deixar, vou deixar com a Comissão o relatório que nós fizemos sobre mudanças climáticas e os efeitos delas na biodiversidade brasileira até o séc. XXI. Então, eu vou passar para a Comissão dos Direitos Humanos para ser o fiel depositário desse esforço planetário.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Obrigada, Ministra.

(palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Que fique registrado nos anais da Casa que a Ministra Marina Silva foi aplaudida de pé no Plenário da Comissão de Direitos Humanos do Senado. Ministra Matilde Ribeiro está com a palavra.

SRA. MINISTRA MATILDE RIBEIRO – Bom, creio que foi muito feliz o tema proposto aqui por esse dia de hoje: Vida, Direitos Humanos, Meio Ambiente. E é extremamente importante que nós possamos fazer este tipo de homenagem que fizemos aqui à Marina, em vida. E, justamente por isso, eu quero agradecer as falas de todos os Senadores e Senadora aqui presente e quero, ainda, lembrar de mais um, fazendo a homenagem em vida: Abdias do Nascimento.

(palmas).

SRA. MINISTRA MATILDE RIBEIRO – E quero dizer que no dia 22 de março estarei aqui novamente, aceitando o convite aqui do Senador Paulo Paim. Neste dia, com uma preparação diferente de hoje, creio

que é importante apresentar a esta Casa o balanço do que nós construímos no campo da igualdade racial e no cruzamento entre a questão racial e a questão de gênero, portanto, pensando na vida dos homens e mulheres nesses quatro anos de governo, não para fazer apenas uma constatação, mas sim para que nós possamos ainda identificar os desafios que temos pela frente e sabemos que são muitos porque o trabalho está só começando.

Agradeço imensamente a acolhida. É muito bom estar sendo recebida aqui nessa Casa com tanta emoção e com tanta vida, representada aqui pela Ministra Marina Silva, à qual eu deposito uma crença não apenas na vida, no dia de hoje, mas no futuro, pela sua causa, pela garantia do planeta saudável. Muito obrigada.

(palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu queria dizer a todos vocês que a Ministra Matilde, com essa grandeza, solidariedade, história bonita de vida, de luta, quando eu a convidei, eu disse para ela: “Ministra, é uma homenagem à Ministra Marina Silva, mas quero que também você esteja lá”. E ela disse assim para mim: “Pode contar comigo”. Eu acho que essa grandeza, essa generosidade, esse modo de fazer política, que garante para gente que mulheres como você são orgulho de todo o povo brasileiro e, com certeza, em nível internacional. E quero dizer que eu tenho certeza que, no dia 22, quando faremos aqui um grande debate, onde a senhora fará a palestra, a senhora será homenageada também, da mesma forma que a Ministra Marina foi. Eu vou liberar a senhora agora porque eu sei que a senhora tem mais dois compromissos, e a audiência continua. Palmas para a Ministra, ela merece.

(palmas).

Eu passo a palavra, de imediato, para sua saudade, nesse dia tão importante, ao Dr. Lélio Bentes Corrêa, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, V. Exa. está com a palavra.

SR. MINISTRO LÉLIO BENTES CORRÊA: Muito obrigado, Senador Paulo Paim, senhores Senadores, senhoras Senadoras, representantes da Sociedade Civil aqui presentes, meu amigo e colega, Grijalbo, Juiz do trabalho daqui da região, senhoras e senhores, primeiramente, antes de mais nada, cumprimentar o ilustre Senador Paulo Paim pela iniciativa, nesse dia tão significativo para todo o movimento de Direitos Humanos, Senador, V. Exa. tenha a certeza de que a ascensão de V. Exa. à Presidência desta importante Comissão do Senado Federal é recebida com gáudio por todos nós que militamos na causa dos Direitos Humanos. A participação ativa de V. Exa., dos Senadores da República, o engajamento na causa dos Di-

reitos Humanos que hoje determina uma revolução na forma de se ver o Direito, de se ver a sociedade em todo mundo, é, sem sombra de dúvida, demonstração do amadurecimento democrático do nosso país e do brilhantismo que o futuro nos assinala.

E permita-me, V. Exa. também homenagear as senhoras Senadoras, as mulheres aqui presentes nesse dia tão significativo. É certo que alguns se perguntam, no dia 08 de março, por que um dia para homenagear as mulheres? E eu sempre respondo que, apesar de muito se ter avançado, ainda há muito que conquistar. O nobre Senador lembrava da situação da violência doméstica que aflige lares em todo o país, um assunto urgente, que precisa ser objeto da atuação firme de autoridades e, de resto, de toda a sociedade brasileira e também no mundo do trabalho, vivemos situações ainda absurdas, de discriminação de toda a sorte especificamente discriminação contra a mulher. Nós da Justiça do Trabalho, temos buscado nos aparelhar para atuar firmemente no combate a essa mazela e, nesse sentido, eu estou seguro, o nosso Tribunal Superior do Trabalho que tem agora oito vagas para preencher, saberá expressar o seu compromisso, sua sensibilidade com a questão do gênero, trazendo Ministras para o nosso convívio que, sem sombra de dúvida, qualifica a nossa prestação jurisdicional.

Meus parabéns, Senador, e conte com a Justiça do Trabalho, conte com o Tribunal Superior do Trabalho nessa importante empreitada que V. Exa. tem pela frente.

(palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Grijalbo Coutinho, juiz titular e, ao mesmo tempo, Presidente da Associação Latino Americana de Juízes do Trabalho, está aqui conosco a Senadora Lúcia Vânia, uma das lutadoras pelas causas populares, inúmeros Projetos de minha autoria, tenho que dizer, com muito orgulho, que foi ela que relatou, inclusive, o Estatuto do Idoso.

DR. GRIJALBO COUTINHO – Senhor Presidente Paulo Paim, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, servidores, entidades, Ministro Lélio Bentes Corrêa do Tribunal Superior do Trabalho, eu quero agradecer em nome da Associação Latino-Americana de Juízes do trabalho, o convite que nos foi formulado para estar nesse dia aqui tão importante e começar lembrando essa importância do Dia Internacional do Dia da Mulher, porque, muitas vezes, a gente quer perder, há toda uma intenção em se perder o verdadeiro sentido do Dia da Mulher. O Senador José Nery lembrou bem que o Dia da Mulher é o dia, sobretudo, da mulher trabalhadora. Não podemos perder de vista que o mundo mercadológico e consumista de poucos, tenta

transformar isso num dia de festa, num dia comum, mas nós não podemos esquecer a origem do Dia da Mulher, que é da mulher trabalhadora, da mulher que resistiu, que lutou por melhores condições de trabalho e pagou com sua vida, várias delas pagaram com sua vida no Século XIX, nos Estados Unidos. Esse é o marco central de que, muitas vezes, tentam transformar o Dia da Mulher como um dia de festa, como um dia qualquer. E não é. É o Dia da Mulher trabalhadora. E é dentro desse contexto, e a Ministra lembrava aqui muito bem, das condições do trabalho da mulher brasileira, da grande discriminação social, sobretudo da mulher trabalhadora doméstica, temos cerca de sete milhões de trabalhadoras domésticas, isso reflete ainda traços da escravidão no Brasil.

Recentemente tramitou nessa Casa um Projeto de Lei para estabelecer igualdades de direitos e tão enorme foi a resistência de alguns setores, e eu me recordo, Senador, não posso deixar de lembrar, para revelar que essa discriminação, ela é, sobretudo social, eu me recordo de uma Federação de empregadoras domésticas que diziam o seguinte, de empregadoras: “Nós não podemos admitir esse Projeto, por várias razões”. E aí chegava a falar, por exemplo, inclusive, na licença, voltando a falar na licença maternidade, qualificando a licença maternidade de 120 dias como um absurdo. Veja só, uma conquista da mulher e, muitas vezes, a mulher empregadora não sabe compreender isso para demonstrar que essa questão é social, para demonstrar que isso também é uma questão de classe. E, portanto, é que nós não podemos perder de vista a importância do Dia da Mulher, do Dia da Mulher trabalhadora.

E dizer, o Ministro Lélio Bentes colocou muito bem, que a Justiça do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho tem convivido de forma rotineira com essa discriminação e tem sabido, tanto o Ministério Público do Trabalho como a Justiça do Trabalho, lidar com esse problema que nós estamos a vivenciar no dia-a-dia, que é a discriminação praticada de forma reiterada contra as mulheres brasileiras. E, portanto, eu diria que o nosso compromisso, o compromisso dos Juízes do trabalho, o compromisso da Associação Latino-Americana de Juízes do trabalho, é criar, efetivamente, a democracia social. Para isso, nós devemos fomentar o tempo todo a cultura dos Direitos Humanos, o respeito aos Direitos Humanos.

Olha só, se nós estamos nos encaminhando hoje de forma lamentável e dramática para o desrespeito às condições de trabalho dignas para também, para violentar o meio ambiente e criar uma sociedade de poucos. Nós só temos como combater, de forma sistemática isso, valorizando a cultura dos Direitos Hu-

manos. Isso, sem nenhuma dúvida, combatendo essa globalização que é selvagem. Veja só, a globalização capitalista, que cria condições perversas de trabalho, que discrimina, que desemprega, que precariza a relação de trabalho, ao mesmo tempo também, destrói o meio ambiente do trabalho.

Então, se nós não tivermos essa concepção, poucos capitalistas sobreviverão, e sobreviverão em um mundo cada vez mais desigual. Por isso é que essa luta, como bem ressaltou a Ministra, essa luta pelas condições dignas do trabalho e também para um meio ambiente saudável, para que nós possamos ter vida é uma luta de todos nós, mas é uma luta que é uma luta de classe, a classe trabalhadora tem que resistir bravamente, porque lamentavelmente os grandes capitalistas não conseguem, aliás, vislumbram, mas querem um mundo cada vez mais segregacionista.

Então, essa luta é uma luta que a classe trabalhadora tem que travar com firmeza para defender o meio ambiente e para defender a maior inserção social. Esse é o compromisso do juízo do trabalho no Brasil e em toda a América Latina e no mundo. Muito obrigado.

(palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra, nesse momento, à Dra. Bernadete Lopes, que é diretora da Fundação Palmares, que está aqui representando oficialmente também o Presidente, meu amigo Zulu, que não pôde estar conosco, mas hoje eu fico feliz, a voz é principalmente das mulheres. Dona Bernadete, por favor.

DRA. MARIA BERNADETE LOPES – Bom dia a todos. Primeiro, agradecer o convite do Senador Paim, e registrar que a sua atuação muito nos honra e orgulha. Cumprimentar a Senadora, eu vi a Luiza Erundina, não sei se ela ainda está, mas a Fátima também, ela tem nos apoiado lá em Rondônia nas questões do vale do Guaporé. Eu me sinto muito honrada de estar numa homenagem à Marina, numa Sessão que a Matilde participa e eu quero pedir a permissão de estender essa homenagem à Inaldete Pinheiro, uma pernambucana que iniciou a reorganização do movimento negro naquele Estado e que me ensinou que não basta a gente ser sindicalista, não basta a gente estar na luta por melhores dias, de modo geral, a gente precisa sim dar o recorte racial.

E, nesse aprendizado, eu iniciei a minha luta junto às comunidades quilombolas e devo ressaltar que a gente, todas as vezes que chegamos às comunidades quilombolas, de Norte a Sul, a gente vê que quem garantiu a permanência, a tradição nessas comunidades, tanto cultural quanto religiosa, foram as mulheres. Dizer que as mulheres são acolhedoras, eu concordo com o Senador, quando ele diz que “se Deus fosse mulher” e

não considero isso uma heresia, há um filósofo suíço que diz que o mundo vai ficar mais humanizado quando tiver mais mulheres no poder. Então, com essas mulheres quilombolas, eu aprendi que a gente precisa ter paciência. Agora, a gente não pode perder a firmeza, a gente não pode deixar de honrar a herança deixada pelos nossos antepassados de lutar pela liberdade, de lutar pelo exército pleno da cidadania.

Então, reafirmar a minha satisfação de estar aqui, agradecer à Marina o esforço que tem sido feito para a gente resolver alguns problemas de algumas reservas que foram criadas, se importando mais com a flora e com a fauna e querendo tirar de lá as comunidades quilombolas que foram quem garantiu a preservação do meio ambiente. A gente tem avançado nesse sentido.

Agradecer a Fátima o apoio à comunidade do Santo Antônio do Guaporé e estender o meu agradecimento ao Eduardo Valverde. E dizer que fomos ontem reconduzidos ao cargo de Diretora de Proteção do Patrimônio Afro-brasileiro, com a intenção de ser mais quatro, não sabemos se será, mas nos colocar à inteira disposição das comunidades quilombolas, repetir o que eu sempre digo: A Fundação Cultural Palmares e os seus cargos só existem porque os negros e negras desse país garantiram a tradição, lutaram por seus direitos e nós estamos lá para apoiar na preservação e defender esses direitos fundamentais. Muito obrigado.

(palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra à Dra. Eliane Araque dos Santos, Procuradora Regional do Trabalho, que está aqui conosco também prestigiando esse Dia Internacional das Mulheres, na Comissão de Direitos Humanos.

DRA. ELIANE ARAQUE DOS SANTOS – Senador Paim, eu agradeço a possibilidade de usar da palavra aqui nesse evento. Gostaria de cumprimentá-lo, não só por estar à frente dessa Comissão de Direitos Humanos, mas por também ter organizado essa audiência pública, homenageando a Ministra Marina que, certamente, ela já diz tudo, não só com relação à questão da vida, da preservação da vida e do meio ambiente como também da luta pela mulher, da mulher na defesa desses e de outros direitos fundamentais e da não discriminação em relação à mulher. Como ela bem disse, o disse muito bem, homem e mulher devem estar juntos, conscientes de suas diferenças, mas também conscientes da igualdade, porque representam a pessoa humana. E a dignidade da pessoa humana é o fundamento maior do Estado Brasileiro. E, certamente, não haverá a preservação, a valorização desse funda-

mento se ainda estivermos diante de discriminação e violência contra as mulheres.

O Ministério Público do Trabalho, como já ressaltou o Ministro Lélío e, em especial, o Dr. Grijalbo, está à frente dessa luta contra a discriminação da mulher, em especial no trabalho, assim como também da preservação de um ambiente digno de trabalho, de um meio ambiente digno de trabalho. Gostaria de agradecer a oportunidade e apenas ressaltar que eu tenho o privilégio de estar trabalhando em completude e em igualdade de condições com os meus colegas do sexo masculino e, infelizmente, tenho Estado como membro do Ministério Público, tenho também presenciado a quantidade de ações de discriminação e da necessidade de estarmos lutando constantemente, diuturnamente para que a discriminação contra a mulher acabe.

Então, a importância desse Dia Internacional da Mulher é, em especial, para nos mostrar e nos chamar à luta para que essa desigualdade, essa discriminação não se faça. Daí porque eu gostaria, mais uma vez, de agradecer e de parabenizar essa Comissão de estar tratando dessa matéria nesse dia.

(palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu passo a palavra nesse momento à Irmã Rosita Milesi, Diretora do Instituto de Imigração e Direitos Humanos, e assessora das pastorais de mobilidade humana da CNBB.

IRMÃ ROSITA MILESI – Bom dia a todos os presentes, agradeço a oportunidade, agradeço o convite para estar aqui hoje, cumprimento a iniciativa, cumprimento o senhor Presidente e todos os que participaram, não só porque é protocolar fazer isso, de saudar, ou de agradecer, mas eu acho que pelo sentido verdadeiro, profundo, transparente que esta Sessão de hoje teve. Seguramente, é sempre assim, mas, de qualquer forma, nós que temos a oportunidade de estar aqui hoje sentimos e vivemos um momento muito particular de estar junto com a Ministra Marina, com a Ministra Matilde e, sobretudo, na homenagem à Ministra e também aos ex-Presidentes dessa Comissão, eu acho que é uma oportunidade muito especial e que a gente leva isso como, realmente, um estímulo às causas sociais, às lutas e pelo exemplo que essas pessoas já representaram.

Queria assinalar que é interessante que hoje faz exatamente 150 anos que morreram aquelas 129 mulheres que foram queimadas nos Estados Unidos, exatamente uma data, embora a gente gostasse, às vezes, de dispensar datas para que todos os dias fossem os dias de tudo o que a gente deseja comemorar ou celebrar, mas a verdade é que as datas nos ajudam muito a recordar fatos e situações especiais. E eu acho

que esses 150 anos, um período tão distante daquela luta daquelas mulheres, 129 que morreram queimadas, que deram origem a esta data, nos faz ver que realmente a humanidade tem que caminhar bastante, porque precisa tanto tempo para, digamos assim, ir descobrindo os caminhos e montando as conquistas sociais e de direitos que a humanidade precisa.

E também eu acho que esse fato nos ajuda a refletir um aspecto interessante de que é muito freqüente, que tragédias nos despertem para as causas sociais. É muito bom ver que as vidas ceifadas elas dão origem a estas conquistas, mas, ao mesmo tempo, nós temos que auspiciar muito e desejar e lutar para que nós também possamos caminhar e descobrir cada vez mais os modos de construir uma sociedade mais justa, de lutar pelos direitos. Também não só motivados por tragédias como estas, seja a que deu origem aos fatos de hoje, como tantas outras que acontecem na sociedade. E eu acho que há caminhos abertos nesse sentido também, de conquistas, de lutas, de avanços, pela percepção que a sociedade vem tendo e que nós, homens e mulheres, em conjunto, vamos percebendo também em relação à sociedade.

Eu trabalho muito na área de imigrações e refugiados, então, eu gostaria de destacar também, aproveitar essa oportunidade, para lembrar a mulher migrante, a mulher refugiada, é um tema que nesta Casa já houve iniciativas significativas para tratar da questão dos migrantes, particularmente aqui, iniciativas em favor dos brasileiros no exterior e das dificuldades que enfrentam. Não é desconhecido de ninguém aqui que nós temos quatro milhões, pelo menos, a estimativa aceita por todas, por todos e todas, de que temos em torno de quatro milhões de brasileiros e brasileiras no exterior. E sabemos também a problemática que enfrentam. Ao mesmo tempo temos as migrações internas, os migrantes aqui. Há hoje no mundo 192 milhões de migrantes e destes, 95% milhões são mulheres; passa da metade já dos migrantes no mundo o número de mulheres. Também é um fato significativo e que nos chama para a problemática que essas mulheres enfrentam e também para o bem que essas mulheres levam. A migração não é um problema em si. A migração é um bem, é uma riqueza, é um intercâmbio cultural, é uma conquista, é um avanço. Mas a vida do migrante ela é pautada por muito sofrimento, por muita, digamos assim, tolhida de direitos. E também as mulheres refugiadas, também é um dado interessante sabermos que, no mundo, temos 21 milhões de refugiados e desses 21 milhões, 75% são mulheres e crianças. E às vezes não temos muito bem essa percepção dessa realidade e aqui no Brasil nós temos em torno de 3.500 refugiados. Não são muitos, mas destes, 28% são mulheres também.

Então, são realidades que a gente fica muito feliz de poder partilhar e, sobretudo, partilhar numa casa como esta, num momento como este, sabendo que temos aqui uma abertura, uma acolhida para que esses temas sejam, estejam na pauta como já estiveram e estejam de maneira mais significativa, mais efetiva, cada vez mais, conquistando os espaços, os direitos e as condições, digamos, que essa realidade social também demanda de todos nós.

Então, fico feliz de ver, foram citados tantos segmentos da sociedade, que já foram e já são e cada vez mais estão sendo, digamos assim, merecendo a atenção desta Casa e desta Comissão e deixar também este apelo para que cada vez mais também aqui possamos trabalhar a questão das migrações e dos refugiados, inclusive, em momento oportuno poderemos trazer uma pauta até concreta de lutas que nós temos encaminhado para que nesta Comissão, nesta Casa, possamos e sabemos que vamos ter o apoio. Muito obrigada.

(palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu ainda vou passar a palavra a duas pessoas, mas antes, eu tenho que encaminhar a votação, aproveitando a presença dos Senadores, de três requerimentos, que eu farei de forma muito rápida. Um dos requerimentos o Senador Cristovam, inclusive, citou aqui, é que nós aprovaríamos aqui uma proposta da criação de uma Comissão com o objetivo de discutir e debater as questões atinentes aos 120 anos da abolição não concluídas. Essa Comissão vai trabalhar, digamos, essa intenção, oficialmente a lançaremos no dia 13 de maio, numa Sessão no Plenário e ela vai trabalhar até 13 de maio do ano que vem, quando completa 120 anos. E vamos torcer para que nesse período, nesse um ano, o Congresso vote todas as matérias que vão à linha de combater o termo abolição não concluída. Nós, além da liberdade, queremos direitos. Esse foi o objetivo dessa proposta que veio à minha mão, é assinada por mim, pelo Senador Cristovam Buarque e pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior. Por quê? É um trabalho conjunto e o Geraldo Mesquita Júnior preside aqui a Subcomissão de combate ao racismo e ao preconceito. Então, os Senadores que concordam com a aprovação desse requerimento que será submetido ao Plenário para a criação de uma Comissão especial permaneçam como se encontram. Aprovado.

O segundo requerimento e aqui a Senadora Fátima Cleide, eu quero lembrar aqui à Assessoria da Casa que a Senadora Fátima Cleide faz questão de estar na Subcomissão de Criança, Adolescentes e Juventude.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – E do idoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – E também do idoso. Isso. E aqui está o Presidente da Comissão do Idoso, viu, da Subcomissão do Idoso, que já temos um evento programado para debater a violência contra o idoso, iniciativa do Senador Quintanilha, que eu faço parte da Comissão dele, por isso eu estou por dentro desses assuntos também, lá eu sou discípulo dele.

Eu quero só dizer, pessoal, que esse requerimento para sintetizar, é da Presidente dessa Subcomissão de Criança, Adolescente e Juventude da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que só não se encontra hoje aqui, porque infelizmente está com o filho com problemas no hospital em São Paulo, ela está acompanhando essa situação do seu filho, essa audiência seria um debate que teríamos, então, aqui no Plenário da Comissão, coordenado por ela, um seria sobre violência e juventude, aqui ela lista todos os convidados; o outro seria a audiência para a aplicação do ECA e experiências bem sucedidas e a terceira audiência, prevenção da violência e naturalmente aqui ela lista todos aqueles convidados. Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Um terceiro requerimento é de nossa autoria, seria uma audiência pública no dia 22 de março. E por que 22 de março? 21 de março é o Dia Internacional da Luta Contra o Racismo e o Preconceito. Mas como no dia 21 de março nós temos duas audiências públicas já programadas, em sintonia, Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Educação, uma será uma homenagem ao Dia Internacional da Síndrome de Down. E o outro será, exatamente da Ministra, da Senadora Patrícia também, sobre a ampliação do período da gestante, da licença maternidade. Eu tenho a Senadora que está me auxiliando, isso porque eu sou Relator desse Projeto (risos). Então essas duas audiências estão marcadas para o dia 21, então nós combinamos com a Ministra Matilde, que seria o dia 22, que nós faríamos esse debate sobre a luta permanente contra o preconceito e vamos convidar outras entidades, naturalmente, para estar aqui conosco. Os que concordam com esse requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

Então, nesse momento, antes de encerrarmos, eu confesso para vocês, eu estou aqui para encerrar com dois textos, um texto diz: “Mulheres todos os dias”. E a outra sugestão que me chegou é “A mulher no espelho”, na verdade, é espelhado numa música do Chico Buarque, muito bonita também, e pediram para eu ler

um desses dois textos; não sei se eu leio os dois, se não leio nenhum, isso é na hora aqui, acho que os dois textos são brilhantes, uma pequena homenagem às mulheres, nesse dia tão importante.

Mas eu gostaria que a senhora que me pediu a palavra pudesse se identificar e, em seguida, usar os seus três minutos, que eu sei que ela vai fazer um apelo a todos os Senadores e Deputados.

SRA. VANILDA CHEMELLO FAVIERO – Muito obrigada. Em primeiro lugar, eu queria cumprimentar a todos, as Ministras que não estão aqui, a Deputada Fátima Pelaes e a Lúcia Vânia, que recente se afastou, e as demais pessoas presentes. Queria homenageá-las pelas nossas lutas e nossas grandes conquistas. Queria me apresentar. Eu sou Vanilda Chemello Faviero, de Canoas do Rio Grande do Sul, autora do artigo 206, V, estou aqui, fui convidada pelo querido Presidente, Senador Paim, para estar aqui hoje, cheguei um pouco atrasada porque me acompanha o meu filho especial, às vezes demora um pouco até prepará-lo, estou parando em Taguatinga, então, fica um pouquinho distante, mas a minha vontade é muito grande de estar aqui para defender os direitos dos deficientes. Sou autora do artigo 203 V, que garante salário mínimo à pessoa portadora de deficiência ou idoso que não tenha como se manter, conforme dispuser a lei. Esta palavrinha me custou um milhão de assinaturas, em todo o país, o qual me sobram assinaturas, e eu vim aqui para pedir ajuda, implorar ao querido Senador, Senadoras que se encontram, todos os parlamentares para que seja ampliada a lei do salário do deficiente.

Veja bem, senhor Presidente, Senador Paim, a lei, ela beneficia quem tem uma renda de 1/4 de um salário mínimo. Então, veja bem, eu tenho famílias no Rio Grande do Sul com três deficientes e um idoso junto; só um tem direito por família. Eu tenho uma viúva que ela tem dois filhos deficientes, ela ganha um salário mínimo, SENADOR Paim, e todos os presentes aqui na Casa, nenhum tem direito porque passa da renda familiar. Então, esse aí é um grito, é um apelo que eu trago do Rio Grande do Sul, das mãezinhas carentes, pobres, que dizem: “Vanilda, eu rezo para ti, vai a Brasília, continua trabalhando”, mas vocês sabem que as dificuldades são grandes para se locomover de uma cidade tão longe para vir aqui reivindicar esse direito. Queria agradecer de público a bondade do Senador Paim, colocando-nos...

(Soa a campanha).

...direitos das pessoas portadoras de deficiência o aumento da renda familiar.

E assim, eu gostaria que todos que estivessem aqui ajudassem a falar com os parlamentares da Câmara para que seja aumentada a renda familiar do

deficiente. Agradeço muito o seu convite, que me deixa muito honrada, Senador Paim, e vou levar a notícia para Canoas de que o senhor foi muito gentil em me convidar, me dar a palavra. Um abraço a todas as queridas mulheres que se encontram aqui, de todo o Brasil, especialmente as mães de pessoas portadoras de deficiência, que foram as pessoas escolhidas por Deus, eu sempre digo para as pessoas, que o Flávio não é uma cruz e sim uma luz. Obrigada a todos.

(palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Rapidamente, eu queria dizer para a senhora que o Senador Flávio Arns, eu sempre digo que é o nosso guru aqui nesse tema. V. Sa. sabe disso porque conhece muito bem ele. Ele foi o Relator do Estatuto para pessoas com deficiência, que eu tive a alegria de apresentar o Projeto original e lá já contempla essa questão, e essa semana ainda, ele aprovou outro Projeto que vai ao mesmo sentido e ambos estão agora na Câmara dos Deputados.

Então, nesse momento, pessoal, nós fizemos um acordo aqui na Mesa, como nós temos a nossa Fátima Cleide, nossa brilhante Senadora e numa homenagem às mulheres, eu lerei um dos textos que me foram apresentados, e ela vai encerrar a reunião lendo o segundo texto que, na verdade, apresenta uma canção do nosso grande Chico Buarque. Então, ela vai ficar com a canção e eu vou ficar com o texto que me apresentaram, eu acho que os dois textos são brilhantes, mas ela vai ter que cantar ainda, hein?

Então, pessoal, vamos lá para nós concluirmos e ela vai encerrar essa reunião. Então, em homenagem a todas as mulheres, diz: “Mulheres de todos os dias”. “Mulher branca, negra, amarela, gorda, magra, alta, baixa, feliz e infeliz. Mulher é sempre um desafio, mistério, cheio de altos e baixos, de nuances e sentimentos. Valendo-se da emoção para entender o mundo e do corpo para mostrar o que vai na sua alma. Para ser mais honesta, mulher é mistério para os homens, porque para eles elas, tudo sempre está claro. Elas sabem que está claro. Mulher reconhece a alma dos outros, sente o que eles sentem, fala a linguagem das crianças, fala a linguagem não só das crianças, dos bichos, das plantas, a linguagem do mundo. Mulher ouve tudo, todas as dores, os choros, os lamentos, os gritos. Mulher sabe tudo de dor, entende tudo de grito, no seu *currículo* sobra discriminação, desigualdade, desrespeito e humilhação, submetida levou anos para mostrar a voz, pois, somente era permitido a ela mostrar o corpo muito bem vestido e a cara. Séculos de luta silenciosa, fortalecer os objetivos, criar exércitos obstinados, determinados a lutar por condições mais humanas e justas de direitos, deveres e oportunida-

des. O tempo passou e algumas vitórias fortaleceram a luta, abriu-se um espaço, em quase todas as frentes, no trabalho, nos direitos sociais, civis e nos deveres, dividindo a farda com os sonhos, ter filhos, casa, profissão, o companheiro, quase sempre não discutindo de todos os detalhes que representam a sua condição. Afinal de contas, o universo feminino é cheio de mimos e acessórios, perfumes, diriam, batom, sapato de salto alto, objetivo de desejo, reconhece seu poderio e é capaz de tudo para conquistar, com muita sabedoria, o que lhe é importante, sempre na linha da dignidade humana. Santo e demônio dividem a alma feminina, dominam e são dominados, criando um balé de humor que se altera facilmente, que muda de cor e padrão, mas que não perde a sintonia, a coerência, a razão, a humildade e a sabedoria. Dizem que a mulher é complicada, está sempre pensando que ouve demais, transforma questões simples em coisas complicadas, questiona tudo, mas, a verdade é que mulher sente as coisas, percebe as coisas, lê as palavras que não são escritas e, quando dá voz a tudo isso, para alguns parece complicado. Pena daqueles que não usufruem e que não entendem a sabedoria feminina. Quando ama não faz economia, se entrega, se transforma, esquece tudo e todos, se encharcam de sentimento para se doar, para se manter a mando precisa somente de atenção, de carinho, de respeito, muito pouco, cantando louco. Parabéns, mulheres, guerreiras, mães, filhas, avós, irmãs e de tantos outros papéis que não são encenados, todos os dias. Mulher, você é uma lutadora com afinho, paixão e amor”.

Termina o texto.

(palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Para encerrar essa Sessão de homenagem às mulheres, eu passo a palavra para a sua fala, enfim, e ela encerrará em nosso nome, eu digo nosso, não meu, esta Sessão que mexeu, claro, um pouco com as nossas emoções. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Obrigada, Senador Paim. Eu acho que o brilhantismo com que o Senador Paim leu o texto poderia encerrar essa Sessão. Agora, o texto “A mulher no espelho”, que nos chegou, também é muito interessante, eu me sinto honrada, apesar de não conhecer a autoria, mas também faço minhas as palavras. “A mulher no espelho”: “No Dia Internacional da Mulher, lembro da capacidade de compreender a alma feminina do cantor e compositor Chico Buarque. Não importa se mulher é mãe, amante, prostituta, negra, branca, solteira, casada, rica ou pobre. Chico consegue fazer algo difícil para qualquer pessoa, que é se colocar no lugar do outro, e o faz muito bem, quem dera todos os homens tivessem

essa sensibilidade. Ao voltar o meu olhar para a mulher, lembro do homem que sabe pensar a condição feminina e cantar, cantar e cantar. Nas letras de Chico Buarque, encontro notas que me tocam profundamente em relação àquela a quem não basta só um dia e a quem hoje homenageio: a mulher que, diante do espelho, se vê bonita para que os olhos do seu bem não olhem mais ninguém. A mulher que nunca soube, antes de mim, que o amor vai longe assim; as mulheres de Athenas, nas quais sempre podemos nos mirar; a Irene que tanto sorri, a Bárbara pela coragem de definir a sua opção sexual; a Zuzu Angel, que só queria embalar seu filho; a Rosa que inventa cada carícia; a mulher de cada porto; a Leila, de quem não tenho mais notícia; a violeira nordestina que desde menina quis no Rio ir morar; a moça descuidada, que dorme impunemente com a janela escancarada; a atriz, que representa muito para mim; às meninas que, na minha ilusão, são minhas; à dama com quem dancei com o coração queimado em chama; à morena a quem quero cantar o amor; à moça a quem peço que me dê a mão e olhe para mim; à mulher por quem saio do tom; a bailarina que nem problema na família tem; a Carolina, que em seus olhos fundos guarda tanta dor; a Joana, Luiza, Maria, Bia, Clara e Dadá. A mulher de quem eu só queria me lembrar; a mulher cujo nome eu não sei. Está encerrada a presente Sessão.

(palmas).

(Sessão encerrada às 11h57.)

Ata da 8ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 15 de março de 2007, quinta-feira, às 09:00 horas.

Às nove horas e um minuto do dia quinze de março de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência do Senhor Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senhoras Senadoras Fátima Cleide, Patrícia Saboya Gomes e Serys Slhessarenko e dos Senhores Senadores Flávio Arns, Inácio Arruda, Leomar Quintanilha, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Gilvam Borges, Demóstenes Torres, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Cícero Lucena, Papaléo Paes, José Nery, Sérgio Zambiasi, Valter Pereira, Marcelo Crivela e Heráclito Fortes. O Presidente declara aberta a reunião da Comissão, submetendo ao Colegiado a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que é dada como aprovada. O Presidente faz um expediente da Comissão prestando a seus membros informações. Primeiramente, explica como será conduzido o trabalho, em seguida faz uma síntese da

reunião anterior. Passa-se a deliberar sobre as matérias da pauta: Item nº 01 – Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006. – não terminativo. Ementa: “Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências”. Autora: Deputada Iara Bernardi. Relatora: Senadora Fátima Cleide. Parecer: Pela aprovação do projeto. Resultado: Adiado para reexame da matéria, pela relatora. Item nº 02 – Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2006 – não terminativo. Ementa: “Acrescenta o art. 11-A à Lei nº 4.737, de 15 de 1965 (Código Eleitoral), para excluir de sanção a pessoa portadora de deficiência que deixar de cumprir obrigações eleitorais”. Autor: Senador Luiz Otávio. Relator: Senador Gilvam Borges. Parecer: Pela rejeição do projeto. Resultado: Aprovado o relatório pela rejeição do projeto. Item nº 03 – Discussão em turno suplementar do Substitutivo aprovado na reunião do dia 01/3/2007, ao Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2004 – terminativo. Ementa: “Torna obrigatória a identificação em braile nas teclas dos telefones fabricados e comercializados no País”. Autor: Senador Sérgio Zambiasi. Relator: Senador Paulo. Parecer: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adotado o Substitutivo na íntegra. Item nº 04 – Discussão em turno suplementar do Substitutivo aprovado na reunião do dia 01/3/2007, ao Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2004 – terminativo. Ementa: “Estabelece reserva de vagas para pessoas portadoras de deficiência nos programas de qualificação profissional financiados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dá outras providências.” Autor: Senador Aloizio Mercadante. Relator: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adotado o Substitutivo. Item nº 05 – Projeto de Lei do Senado nº 178 de 2003 – terminativo. Ementa: “Modifica dispositivo da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que ”dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”. Autor: Senador Paulo Paim. Relatora: Senadora Lúcia Vânia. Parecer: Pela aprovação da matéria na forma da Emenda nº 01 (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. Item nº 06 -Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2003 – terminativo. Ementa: “Dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal”. Autor: Senador Rodolpho Tourinho. Relator: Senador

Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta Resultado: Adiado. Item nº 07 – Projeto de Lei do Senado nº 90, DE 2003 – terminativo. Ementa: “Dispõe sobre a confecção das cédulas de papel-moeda em dimensões diferenciadas, para permitir sua identificação por pessoas portadoras de deficiência visual”. Autor: Senador Paulo Octávio. Relatora: Senadora Fátima Cleide. Parecer: Pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Substitutivo. Item nº 08 – Projeto de Lei do Senado nº 490, de 2003 – terminativo. Ementa: “Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes”. Autora: Senadora Patrícia Saboya. Relatora: Senadora Fátima Cleide. Parecer: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. Item nº 09 – Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2006 – terminativo. Ementa: “Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para obrigar a emissão em braile de faturas dos serviços públicos”. Autor: Senador Valdir Raupp. Relator: Senador Paulo Paim. Parecer: Pela aprovação do projeto. Resultado: Adiado. Fazem uso da palavra as Senhoras Senadoras Fátima Cleide, Patrícia Sabóia Gomes e Serys Slhessarenko e os Senhores Senadores Leomar Quintanilha, Marcelo Crivela, Flávio Arns, Geraldo Mesquita Júnior, Gilvam Borges, Demóstenes Torres, José Nery, Inácio Arruda, Arthur Virgílio e Romeu Tuma. O Senador José Nery solicita que a Excelentíssima Senhora Vereadora Maryloo ou Marilu Brito do Psol do Pará entregue um documento ao Presidente da Comissão, o Presidente concorda e recebe pelas mãos da Vereadora. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, O Presidente encerra a reunião às onze horas e oito minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a coloco em votação. Srs. Senadores e Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. A Ata está aprovada.

Passamos à apreciação da Pauta. Eu tenho chegado aqui por norma, primeiro abrir sempre a nossa Sessão exatamente às 09h00, o que aconteceu hoje, foi 09h01, e tenho feito aqui na abertura uma pequena

introdução, onde eu apresento um resumo das principais medidas definidas, aprovadas, discutidas na última reunião. Como eu entendo que hoje nós temos aqui uma Pauta ampla e o Projeto nº. 01 da Pauta, pelas informações que a Mesa recebeu até o momento, é considerado um Projeto polêmico, nós vamos iniciar, se assim vocês permitirem, pelo nº. 02, até chegarem mais alguns outros Senadores, e o nº 02 não é terminativo, o nº 03 não é terminativo. Vamos votando simbolicamente, em seguida, vamos para o nº 01. Eu tenho dito, Senador Crivella, Senador Flávio Arns, Senador César Borges, que nós temos colocado todos os Projetos na Pauta, conforme a ordem. E esse Projeto, que já chegou, a Senadora Fátima Cleide, conseqüentemente eu vou iniciar pelo nº 01, independentemente, eu sei que os Senadores ficarão aqui. Nós temos inúmeros Projetos que são terminativos, mas vamos iniciar com a chegada aqui, da Senadora Fátima Cleide, com o Projeto da Pauta, considerado nº. 01. O que é que diz o Projeto nº. 01? Projeto de Lei da Câmara nº. 122/2006, não terminativo. Altera a Lei 7.716, de 05 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal e o art. 5º da CLT, aprovada pelo Decreto de Lei nº 5.452, de 1º de maio de 43 e dá outras providências. Autora, Deputada Iara Bernardi. Relatora, Senadora Fátima Cleide.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Sr. Presidente.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – A Senadora Fátima Cleide deu o seu parecer, até o momento aqui à Mesa, pela aprovação do Projeto. Mas, a Senadora Fátima Cleide me procurou ontem, que estaria aqui hoje às 09h00, antes de ler o seu parecer, ela quer fazer algumas considerações e nós vamos, então, de imediato, passar à Relatora do Projeto para, em seguida, passarmos a palavra pela ordem de inscrição já ao Senador Gilvam Borges. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, como nós havíamos conversado com o Presidente Paulo Paim, no dia de ontem, esse Projeto como todos os que propõem mudanças na legislação e, principalmente, para assegurar Direitos Humanos, provoca muita polêmica. Meu parecer é favorável, mas tendo tido conversado com diversos setores, com o Senador Flávio Arns, nós decidimos pela retirada de Pauta, hoje, deste Projeto para que a gente possa promover maior debate sobre ele e proposição do Senador Flávio Arns ontem, que me deixou

bastante interessada, é de que nós constituamos um grupo de trabalho para ouvir diversos setores interessados no assunto.

Agora, eu gostaria de deixar registrado, Sr. Presidente, que este grupo de trabalho não demorasse mais que 15 dias, uma vez que esse Projeto ainda vai passar pela Comissão de Constituição e Justiça. E nós sabemos que o governo brasileiro tem interesse também em aprová-lo o mais rapidamente possível para que a gente, efetivamente, constitua o Programa Brasil sem Homofobia e possa estar garantindo uma legislação que, efetivamente, contribua com isto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Srs., eu vou permitir que todos usem a palavra, mas quero, de pronto, até para ajudar o encaminhamento, eu vou dar a palavra para todos aqui, Gilvam Borges, Senador Crivella, Flávio Arns e Mesquita Júnior, os quatro Senadores que estão aqui, no momento, já pediram a palavra. Dizendo que, de pronto, essa presidência vai acatar o pedido da Relatora. Então, já anuncio, porque isso pode ter certeza que foram milhares e milhares de correspondências, que eu acho que todos os Senadores receberam. E essa presidência também. A favor e contra. E a Relatora me procurou ontem, o Senador Flávio Arns falou comigo, o Senador Gilvam falou, Mesquita falou, Crivella falou, Senador Simon falou. Todos entendem que tem que haver uma reflexão maior sobre esse tema. O que é que eu disse? Compete à Relatora. Se a Relatora pedir, nós retiramos de Pauta; senão, discutimos e é um direito legítimo, se alguém pedir vista, enfim, vamos continuar o debate.

Com certeza, o Projeto não seria votado sem o debate adequado. Eu entendo correta, inteligente e competente a decisão tomada pela Relatora. Qual a proposta, já para o debate, nesse primeiro momento? Ela se dispõe a fazer um grupo de trabalho e nós conversarmos com todos os setores e construirmos uma redação que seja o que eu chamo a linha de equilíbrio e que, efetivamente, seja um avanço no combate a todo o tipo de discriminação que é um dos papéis dessa Comissão de Direitos Humanos. Só com essa introdução, então, o Projeto não será votado. Essa presidência acata a retirada de Pauta e, claro, quanto à questão do grupo de trabalho nós vamos construir de forma coletiva com todos os Senadores interessados nesse tema.

Senador Gilvam Borges foi o primeiro a pedir a palavra.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Sr. Presidente, acho que é prudente, pertinente à sabedoria da Relatora e eu queria sugerir, além do grupo de trabalho, pela complexidade do Projeto, que princi-

palmente atinge segmentos religiosos e minorias que estão envolvidas dentro e serão atingidas diretamente, seria oportuna uma audiência pública. Eu acho que cabe a questão, além do grupo de trabalho, esse próprio grupo de trabalho, então, abrir uma discussão com uma audiência pública para que tenhamos oportunidade de ouvir o segmento civil organizado para que, quando venhamos a Plenário, nesta Comissão, possamos estar bem abalizados, bem sedimentados nas nossas posições.

Então, eu acho que foi oportuno e muito inteligente da Deputada Fátima Cleide, e eu acho que a audiência pública fica a título de sugestão, deixo essa proposição para que nós possamos intensificar essa discussão. Porque, realmente, o Projeto, ele atinge, de uma forma frontal alguns segmentos, coisas que podem trazer conseqüências danosas.

Então, eu acho que é preciso uma audiência pública sim para ouvir os segmentos da sociedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Vou passar ao Senador Crivella, que tinha pedido também a palavra. E a gente pode, já aqui nesse momento, ir construindo esse grupo de trabalho. Eu acho que, eu acho que o mais importante, para mim, é nós construirmos uma proposta de consenso. Gostaria muito. Por isso que eu encaminhei da seguinte forma, Senador Crivella se V.Exa. concordar, até para a ponderação da fala de vocês. O que nós vamos decidir, nesse momento, é a proposta da Relatora...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – A discussão é sobre o encaminhamento...

PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Ou seja, a formação do grupo de trabalho. E o grupo de trabalho...

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – A posição que eu estou colocando.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Isso, e o grupo de trabalho já recebe uma sugestão do Senador Gilvam Borges. Se no grupo de trabalho chegarmos a um grande entendimento, votamos o Projeto o mais rápido possível. Se não tivermos o entendimento, daí vamos então para os desdobramentos. A sua proposta será colocada.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Sr. Presidente, só para deixar registrado que eu gostaria que fosse submetido à apreciação, ok?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Com certeza, será ao Plenário sempre.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – O Plenário, a audiência pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Tudo bem, não tomaremos nenhuma posição

sem submetermos ao Plenário. Senador Flávio Arns, em seguida, Senador Crivella.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Só em relação à proposta, porque o que aconteceu na Comissão de Assuntos Sociais e V.Exa., inclusive, participou do processo, nós tínhamos o Projeto de Lei sobre o Ato Médico, que era um Projeto de Lei, assim, extremamente, assim, que trazia à tona conflitos, problemas, discussões, as coisas assim foram pelo Brasil inteiro. E a Senadora Lúcia Vânia, que era a Relatora, naquela época, ela fez um trabalho que me pareceu assim muito interessante e com a participação de quem quisesse participar, estava aberto, na verdade, o grupo de trabalho para outros. Mas, a Relatora conduziu um processo de chamar todos os setores, a fisioterapia, a fonoaudiologia, enfermagem, médico, dentista, nutricionista e chegou, ao final, a um documento que foi, na verdade, com uma ou outra ressalva, assim, foi unânime. A gente pode dizer que foi unânime.

Então, neste sentido, eu diria que foi uma coisa que deu muito mais resultados, eu diria, do que a audiência pública. Quer dizer, nada impede, vamos supor, que o resultado final seja trazido para uma audiência pública. Mas lá o pessoal pode realmente se externar mais, abrir mais. São reuniões assim... De trabalho mesmo e isto permite com que as pessoas se manifestem de uma maneira assim diferente de uma audiência pública. Audiência pública traz, em si, a natureza, assim, muitas vezes, de conflito também. Mas, então, o grupo de trabalho pode apurar todas as arestas, discutir, ver, ver o que é bom, o que não é, e chegar a uma conclusão. Eu só fiz esse aparte porque eu sei que eu quero me manifestar posteriormente em relação ao assunto, mas, só em relação ao método de encaminhamento.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Senador Arns, um segundo aparte, num primeiro aparte, é só para contribuir aí com a discussão. Eu creio que a audiência pública poderá culminar esse processo de discussão depois do grupo de trabalho realizar seus estudos, então, a audiência pública culminaria, aí, com o fecho.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Presidente, acho que nós estamos caminhando para uma direção sensata, ponderada e que certamente fará com que esse Projeto caminhe numa direção negociada. Eu quero manifestar, de público, a minha admiração pela Senadora Fátima Cleide, pelas posições sempre progressistas e, eu diria, sem dúvida nenhuma, voltadas para uma luta contra discriminações, preconceitos e

qualquer outra coisa que possa ferir qualquer um dos brasileiros, sejam eles negros, brancos, estrangeiros, homossexuais, heterossexuais, religiosos ou não, todos merecem o respeito. No art. 3º da Constituição Brasileira, nos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, no item V, existe um artigo que diz que é promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Naquela ocasião, na Constituição, se tentou introduzir uma norma que vedasse claramente a discriminação contra os homossexuais. Mas não se encontrou uma expressão nítida, eu diria, definitivamente, ou devidamente definida, para que não gerasse extrapolações, eu diria, inconvenientes.

As extrapolações inconvenientes é que eu acho que nós devemos debater no nosso grupo de trabalho. Porque existem posições claras aqui, que eu acho que nós todos concordamos, que é a luta contra a discriminação, contra a violência de qualquer espécie, praticada com relação aos homossexuais, o respeito que todos nós devemos a eles. Há também, por outro lado, o pensamento daqueles que acreditam, e nós somos uma civilização ocidental-cristã, nos princípios bíblicos e, nesse caso, negar a um cidadão brasileiro a fé nas suas convicções religiosas é também praticar uma discriminação. De tal maneira, que precisamos refletir muito e tentar alcançar aquilo que os constituintes não alcançaram, que era evitar as extrapolações inconvenientes.

De tal maneira que possamos conviver cada um com o seu pensamento, com a sua convicção, com a sua fé e nos respeitarmos mutuamente.

De tal maneira, Sr. Presidente, que sou plenamente favorável ao grupo de trabalho. Quero me inscrever nele. Vou me dedicar profundamente a encontrar essa fórmula. Quero dizer aqui de todos os e-mails que recebi, de muitas igrejas evangélicas e católicas, de modo geral, os cristãos, os que acreditam na Bíblia, todos eram unânimes nessa posição. Ninguém aceita, no Brasil, que haja perseguições, que haja violência, que haja qualquer tipo de constrangimento no trabalho, nas atividades artísticas, em qualquer lugar que seja no território nacional. Porém, se espera também que o contraditório, no debate, seja respeitado e nenhuma Lei venha a feri-lo.

De tal maneira, Sr. Presidente, que sou favorável ao grupo de trabalho. Sou favorável à audiência pública. Sou favorável a debatermos esse tema dentro do maior princípio de civismo, de cristandade, de amor ao próximo e chegarmos a uma conclusão que, repito, os constituintes não encontraram.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadora Fátima Cleide, como Relatora. A senhora tem prioridade.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Senador Paulo Paim, Presidente, Senadores, é muito bom que a gente caminhe para o diálogo e, principalmente, para a superação de algumas questões que são colocadas e eu acredito que, no diálogo, a gente pode esclarecer.

E eu estou acreditando, sinceramente, na experiência acontecida, com relação ao ato médico, que passou anos aqui para ser resolvido, que foi o grupo de trabalho, acredito que lá a gente vai poder, inclusive, explicitar, eu acredito que muito do que a gente tem visto de contrariedade com relação a esse Projeto que, na Câmara, passou sem problemas, diz respeito a uma provável punição a quem expressar algum tipo de preconceito ou discriminação e isso levou a que religiosos entendessem que isso pudesse vir a acontecer como prisão, inclusive, a partir da manifestação no púlpito. E a gente tem, inclusive, dados que constata hoje, no Brasil, existem 122 cidades que já têm legislação sobre isso, três Estados e nenhuma punição para qualquer religioso. Então, eu acho que, no grupo de trabalho, nós vamos inclusive poder aprofundar e esclarecer tantas dúvidas que estão sendo colocadas.

Então, com relação à audiência pública, eu tenho concordância com ela. Agora, eu só não gostaria, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que esse processo fosse procrastinado. Eu acho que nós devemos a sociedade brasileira, o nosso Legislativo deve a essa parcela da população uma posição imediata com relação à legislação para que a gente possa, de fato, garantir os Direitos Humanos destas pessoas que têm uma opção sexual, me desculpa, mas essa questão me emociona pessoalmente, particularmente, e essas pessoas devem ser respeitadas e é obrigação nossa, como congressistas, garantir o respeito à dignidade humana.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadora Fátima Cleide, eu posso lhe assegurar, e aí falo em nome da Mesa aqui, que nessa Comissão não terá enrolação. Nós faremos o debate e a conversa nos grupos de trabalho, como se propôs. Não tem problema nenhum de ter audiência pública, mas o Projeto vai ser votado com acordo ou sem acordo. Não existe essa. Eu me lembro uma época que eu estava na Câmara dos Deputados, só para lembrar, o meu Projeto de regulamentação de direito de greve é de 1991 e nunca foi votado numa Comissão.

O Projeto nº 01, que depois que terminamos a Constituição, que regulamentava a situação do salário-mínimo, é de um ano após a elaboração da cons-

tituinte. É de 1999, até hoje não foi votado e continua circulando nas Pautas.

Seja o que for, nós vamos tentar, nessa Comissão, no grupo de trabalho construir um grande acordo. Eu me disponho a contribuir: “Não houve acordo, viemos para a audiência pública. Não houve acordo, vota-se”. Dizia o saudável e inesquecível homem público, Ulysses Guimarães.

Houve acordo, vamos votar, a vida é assim, a favor ou contra, e cada um vai assumir a sua responsabilidade. Então, quero dizer com essa tranquilidade a todo o Brasil que está, eu sei, assistindo essa reunião ao vivo no dia de hoje pela TV Senado, que nós vamos fazer de tudo para construirmos um grande acordo.

Não houve acordo, ninguém vai fugir da sua responsabilidade. Até porque eu sei que essa é a posição de todos os Senadores. Nós vamos votar. Se der empate, eu votarei, naturalmente, dentro do meu ponto de vista, que não expresso, que tanto eu como o meu vice-Presidente, vamos agir aqui como Presidente da Comissão, mas se der empate a gente, naturalmente, terá que exercer o soberano direito do Voto. Senador Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Senador Paim, caros colegas, antes de mais nada, a minha irrestrita solidariedade aqui à Senadora Fátima Cleide. O seu perfil aqui é de uma democrata. Eu posso até assegurar, mesmo sem ter ouvido isso da Senadora Fátima, que ela jamais se negou a discutir esse processo, esse Projeto, em momento algum. O fato de tanta manifestação ter surgido ultimamente, isso é uma prova de que a sociedade está atenta e que o Projeto despertou curiosidade e interesse intenso, ou talvez mais intenso do que outros que passam por essa Casa. Isso é uma coisa boa. Eu vejo pelo lado positivo.

Na área de Direitos Humanos, Senador Paim, aqui, eu percebi e compreendi a preocupação dos senhores Senadores, da Senadora Fátima. A concordância com a formação desse grupo de trabalho, que poderá trazer segmentos da sociedade aqui para se expressar, num prazo relativamente curto, por que não?

Agora, na área de Direitos Humanos, acontece também de o discurso não corresponder à prática. Eu digo o seguinte: Olha, Direitos Humanos é, sobretudo, o respeito à diversidade. Eu creio que se nós tivermos isso em mente, o respeito à diversidade...

Eu... Apesar de ter ficado estarelecido com a manifestação, há poucos dias agora, do próprio Papa. Eu respeito o direito que ele tem de opinar sobre assuntos que, em princípio, eu diria que... O Papa, por exemplo, disse há poucos dias agora, Senador Paim, com a autoridade que ele tem, que o segundo casamento

é uma praga social. Eu não acho que seja, entende? Agora respeito a opinião do Papa. Eu não acho que seja, eu acho que praga social, por exemplo, é a pedofilia que, aqui e acolá, a gente ouve falar, dentro da própria igreja.

Agora, eu não vejo como praga social o segundo casamento e respeito a opinião do Papa. Eu acho que Direitos Humanos é isso, sobretudo isso. É o respeito às opiniões divergentes, é o respeito à diversidade.

Portanto, eu acho que o encaminhamento em torno dessa questão está bem posto aqui nessa Comissão. Vamos discutir no grupo de trabalho e, quem sabe, poderemos realizar aqui uma audiência pública para culminar com as manifestações colhidas no grupo de trabalho e encerrar esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu submeto rapidamente ao Plenário e vou ouvir naturalmente o Senador Flávio Arns, primeiro se o Plenário concorda com essa decisão. O Projeto sai de Pauta, nós vamos fazer um grupo de trabalho. Eu solicito a todos os Senadores, com total liberdade, que quiserem fazer parte do grupo de trabalho, que dêem o nome para a Relatora. Para que nesse grupo, então, a gente possa estabelecer os dias de reunião, enfim, eu acho que é possível construir um entendimento. Eu estou muito tranquilo, Senador Crivella, Senador Flávio Arns também, Senador Mesquita, que nós haveremos de construir um grande acordo e o que eu puder ajudar nesse sentido eu estou à disposição.

Eu vou dar a palavra agora ao Senador Flávio Arns, porque eu entendo que esse encaminhamento foi aprovado. Os Senadores se mantiveram como se encontram. E... Como se encontraram. E eu peço, então, que a gente entre, em seguida, no item 02. E parece que a Senadora tem um pedido de inversão de Pauta. Senador Flávio Arns primeiro.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, eu até havia dito antes que eu queria só estender um pouco o argumento. Em primeiro lugar, eu tenho a impressão, ou tenho até a certeza de que esta é a Comissão adequada para se fazer esse grupo de trabalho. Não é na Comissão de Constituição e Justiça, porque nós estamos tratando de Direitos Humanos. Nós não queremos discriminação, nós não queremos preconceito; nós queremos construção de dignidade, construção de cidadania, respeito à diversidade, que são princípios muito caros e têm que ser construídos, muitas vezes, com muito esforço e com muita luta.

Eu tenho um contato muito próximo com o grupo de homossexuais, lésbicas e transexuais do Paraná e a gente vê que é um grupo extremamente responsável, um grupo ético, um grupo que quer discutir, que quer

fazer as coisas, que quer discutir essa situação e que está lutando por direitos e por cidadania.

Participei, inclusive, de reuniões no grupo e os depoimentos eram deprimentes. Preconceito, discriminação para conseguir trabalho, falta de acesso à qualificação, dificuldades na área da Saúde, da Educação, da casa. Isso levando à prostituição. Quer dizer, não tem outra alternativa, praticamente a sociedade diz: “Você tem que ir para a prostituição”.

Então, isto tudo tem que ser debatido neste grupo, nesta Comissão de Direitos Humanos. E como acontece no Brasil, em qualquer Projeto de Lei, tem que haver o debate, tem que haver o diálogo, o entendimento, a construção de um termo adequado, nisto tudo, que atenda esse princípio fundamental. Que a gente chegue diante de uma pessoa dessas, homossexual, lésbica, transexual e diga: “Você é uma pessoa humana”.

Se nós chegarmos nesse ponto de dizer: “Você é um ser humano, uma pessoa humana e, portanto, um cidadão de direitos”, a discussão vai ficar muito mais tranqüila de ser feita. Seja para quem for isto. Como foi dito antes também, para o negro, para o excepcional, para o rico, para pobre ou coisa semelhante. Para todos os setores da sociedade.

Então, é o local adequado. E falando com a Fátima Cleide, concordo com o Senador Geraldo Mesquita, a Senadora Fátima Cleide jamais se furtou a qualquer debate. Estaria aberta, só que a gente sabe como é que as coisas funcionam aqui dentro do Congresso também, as coisas, de repente tem que vir para a votação, para que daí digam: “Não, quer dizer, antes não havia assim, talvez, o clima para que isto acontecesse”.

Então, eu quero dizer assim, e tendo a experiência lá do grupo de trabalho, mas outras coisas também: leis polêmicas, a Lei da Falência, a Reforma do Poder Judiciário, FUNDEB, LDB, lei de diretrizes e bases da educação que, em princípio, seriam leis muito polêmicas e que chegaram a consensos, foram votadas no final por consenso.

Eu queria só fazer uma observação em relação às observações do amigo também, Senador Geraldo Mesquita, em relação ao casamento, em relação à pedofilia, em relação às declarações do Papa.

A gente vê, hoje em dia, infelizmente também na nossa sociedade, e principalmente através dos meios de comunicação, a perda de qualquer referência. Se a gente olha uma novela, se a gente olha uma revista, você se separar é a coisa mais normal do mundo. Quer dizer, você não tem... Separa. Começa a namorar outra pessoa no próprio casamento. Não há um respeito entre o ser humano. Não, vamos casar, se não der certo, vamos nos separar.

Quer dizer, a sociedade, hoje em dia, está perdendo, na minha opinião, a referência em relação a coisas que deveriam ser fundamentais para valorização do ser humano e da sociedade. E a principal delas é a família. Então, nesse sentido está havendo, eu diria, uma orquestração para a banalização do casamento. A banalização: “Não, se dá certo deu, se não deu, não deu”. Os filhos lá. Não, os filhos moram com o pai, os filhos moram com a mãe. E a gente vê estudos que mostram assim que as pessoas nem se esforçam mais para que as coisas dêem certo, não é verdade? “Não, deu certo, deu. Não deu, não deu”. “E é na sociedade... Os dias de hoje”, então.

Então, eu imagino que o Papa estivesse falando dessa banalização do casamento. Isso aí que está acontecendo é uma praga, é realmente uma praga social, na minha opinião.

Agora, quer dizer, ou talvez a dificuldade tenha sido que a gente sabe que existem situações em que realmente não dá certo. Infelizmente, chega-se num ponto em que não dá certo. E, considerando um conjunto de coisas, a melhor solução, infelizmente, pensando assim, a gente tem de dizer, infelizmente, é a separação, é o divórcio. E nem por causa disso, essa pessoa tem que ser marginalizada, tem que ser discriminada, tem que acontecer qualquer coisa.

Mas eu só quero dizer que dentro dessa confusão ética pela qual nós estamos passando, e a comunidade, a sociedade, olha, a gente vê uma novela, a gente diz: “Rapaz, como é que essas coisas podem ser abordadas deste jeito numa novela, num horário nobre para crianças e tal”.

Então, esta banalização, esta falta de ética é que certamente o Papa, não sei, imagino, tenha dito “essa praga social”.

Mas, eu também quero dizer, eu conheço muitos casais que foram ao divórcio, foram à separação e que a Igreja, na minha opinião, teria até que rever esses aspectos para receber essas pessoas. Não pode marginalizar, discriminar e abandonar essas pessoas.

Agora, quanto à pedofilia que acontece na Igreja, infelizmente, essas pessoas têm que ser naturalmente punidas também, investigadas, punidas, não é? Investigados, punidos e, se for o caso, lógico, como o Senador Gilvam coloca, tratados também.

Mas tem que haver a transparência, a busca da responsabilização, não esconder essas coisas porque a melhor coisa que a gente pode fazer em relação a problemas é dizer: “Não, nós temos que dar o exemplo, a referência”. Temos que ser sempre, nesse sentido, seja aqui no Congresso, seja na Igreja, seja com médico, seja com empresário, seja com quem for, a transparência.

Então, infelizmente, acontecem essas situações. Não deveriam estar acontecendo. A gente lamenta que aconteçam e pode acontecer, infelizmente, em qualquer área. Mas qual é a solução para o problema? Eu sempre digo: Os problemas acontecem em qualquer área da sociedade. Qual que é a diferença? É como é que a gente vai tratar o problema. Vamos botar para debaixo do tapete ou vamos enfrentar o problema? Isto é que vai nos diferenciar.

Então, nesse sentido, a Igreja também e tem tomado posições, e tem que tomar posições a favor disto que toda a sociedade espera que aconteça. A própria Igreja ficará cada vez mais forte.

Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Flávio Arns eu vou, em seguida, porque a Senadora Fátima Cleide vai ter que sair, o Senador Lucena vai ter que também dar uma saída, devido à Comissão de Orçamento. Eu queria, se possível, entrar pelo menos em votação naqueles Projetos não terminativos. Porque terminativos, como a gente tem sido praxe nessa Comissão, só votaremos com a presença de 10 Senadores em Plenário. E dizendo que esse grupo de trabalho, com certeza, pelo nível qualificado do debate, ele de repente vai ter mais Senadores que a própria Comissão. Eu já recebi aqui o telefonema aqui, informações da Mesa de quatro, cinco Senadores que não estão aqui, mas querem fazer, Senadora Fátima Cleide, parte desse grupo de trabalho.

Eu estou dizendo que você, tomei a liberdade, que não há problema nenhum que todos serão aceitos para debater esse tema. Eu quero dizer que, inclusive, esse Plenário aqui estará à disposição da Comissão de Direitos Humanos, no momento adequado que V.Exa. entender, para fazer o debate do grupo de trabalho.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Inclusive, Senador Paim, está aberto também o grupo de trabalho para representantes da sociedade que queiram participar dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Mesquita Júnior, pela ordem.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Um segundo só, já que o Senador Flávio Arns, meu querido amigo, tocou no assunto. Eu trouxe esse assunto relativo ao Papa para ilustrar o meu raciocínio. Mas, Senador Flávio Arns, com a sua ponderação natural algo que merece o meu profundo respeito, mas eu me permito, ainda, Senador Flávio Arns, discordar um pouquinho de V.Exa. porque eu acho o seguinte: O Papa foi infeliz. Ele foi extremamente infeliz. Eu sou casado com uma pessoa que veio de um divórcio, há mais de 30 anos. Eu me senti ofendido pessoalmente com isso. Eu tenho um ca-

samento honrado, sólido, absolutamente satisfatório para mim, para a minha mulher, para a minha família, uma família bem constituída, entende? Eu acho que ele foi absolutamente infeliz. Ele abordou a questão pelo lado errado.

Eu, no lugar dele, teria reforçado como V.Exa. pregou há pouco. Eu teria reforçado a necessidade de nos voltarmos para a reflexão do reforço da família, do casamento etc. Mas não fazer uma crítica assim tão descomprometida com o mundo de hoje, com a realidade em que nós vivêssemos, como ele fez, entendeu, Senador Arns? Eu, particularmente, eu, pessoalmente, me senti ofendido. Creio que não se podem atirar pedras assim quando a gente tem um celeiro cheio de pedras no próprio quintal. Isso não é correto, do ponto de vista do que acontece hoje nas relações das pessoas no mundo atual.

Então, eu, com todo o respeito à sua opinião, que é uma pessoa com quem eu aprendo muito aqui nessa Casa, mas eu me permito discordar, acho que o Papa errou o viés; ele deveria ter, para reforçar uma situação, não se pode, não se pode generalizar a crítica e denegrir as relações que permeiam aí na sociedade. Era apenas isso que eu queria acrescentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadores, com certeza, o debate será muito, eu diria, vou usar o termo de novo, qualificado, do mais alto nível, como foi aqui nesse momento no grupo de trabalho e, se necessário, sem sombra de dúvida, aqui numa audiência pública, antes mesmo da votação.

Então, fica tranquilo quanto a isso. Se me permitirem, o item 03 e o 04 não precisam nem ir à votação. Em seguida, Senador Gilvam Borges, o senhor é Relator de um Projeto não também terminativo. Vou passar em seguida o Relatório para V.Exa., que o Projeto... Agora, esses dois que não precisa votação, se me permitirem, eu faço a leitura rápida e a gente já conclui. O item 03 é um substitutivo ao Projeto do Senado nº. 209/2004 em turno suplementar. Torna obrigatória a identificação em braile em todas as teclas dos telefones fabricados e comercializados no país. Autor, Sérgio Zambiasi; Relator, Paulo Paim. Já foi relatado, já foi aprovado.

Agora, é uma discussão em turno suplementar. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Encerrada a discussão, não foram apresentadas Emendas. Fica, portanto adotado o substitutivo em definitivo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, com a minha Relatoria.

O outro substitutivo ao Projeto de Lei do Senado 295/2004, turno suplementar. Estabelece reservas de vagas para as pessoas portadoras de deficiência nos programas de qualificação profissional financiados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT

e dá outras providências. Autor, Senador Aloizio Mercadante. Relator, Senador Flávio Arns.

Em discussão o turno suplementar. Não havendo quem queira discutir. Encerro a discussão. Encerrada a discussão. Não foram apresentadas Emendas. Fica, portanto, o substitutivo adotado em definitivo.

Vamos agora ao item 02 da Pauta. Com a palavra, o Relator Senador Gilvam Borges. O que é o item nº. 02, não terminativo. Acrescenta ao art. 11-A da Lei nº. 4.737, de 15 de 1965, Código Eleitoral, para excluir de sanção a pessoa portadora de deficiência que deixar de cumprir obrigações eleitorais. Senador Luiz Otávio. Relator, Senador Gilvam Borges. Parecer pela rejeição do Projeto. Concedo a palavra ao Relator, Senador Gilvam Borges, para o seu parecer.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Sr. Presidente, eu recebi agora, há alguns minutos atrás, um pedido da Deputada, da Senadora Fátima Cleide, que ela tem um compromisso fora aqui da Casa e ela gostaria, então, de relatar na minha frente. Se assim o permitir, eu estarei...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – É que os Projetos são terminativos, não tem como...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Os Projetos da Senadora são terminativos, que ela vai relatar. Então, não podemos ainda fazer a apreciação.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Então, eu aguardo agora a orientação da Senadora...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Não, a orientação é do Presidente da Mesa, o seu Projeto não é terminativo, o senhor pode relatar.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Ta, muito obrigado. Sr. Presidente, em exame o Projeto de Lei do Senado 164/2006, que apresenta o art. 11 à lei 4103, de 15 de julho de 1965 para excluir da sanção, excluir de sanção a pessoa portadora de deficiência que deixa de cumprir obrigações eleitorais. Eu vou resumir aqui o meu voto e... Em que pese o mérito da iniciativa, no sentido de atenuar o ônus de uma obrigação suportada pelas pessoas portadoras de deficiência, peço venia para discordar quanto à eficácia da proposição, como já expõe a justificção do Projeto. Essas situações excepcionais de pessoas que estejam efetivamente impossibilitadas de exercer o dever do voto, por motivo de deficiência física ou mental, já são contempladas pela Resolução de nº. 21920.

Então, realmente é descabido o Projeto, embora com a boa intenção. Mas o próprio, o próprio TSE já contempla as pessoas. Por esse motivo, e feitas essas considerações, o voto é pela rejeição do Projeto, já que há uma legislação que contempla.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o Projeto. Quem concorda com o parecer do Relator permaneça como se encontra. Aprovado o parecer do Relator. Conseqüentemente, o Projeto está rejeitado.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – (PT-MT) – Questão de ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – (PT-MT) – A nossa questão de ordem é para comunicar aos colegas companheiros, Srs. Senadores, o aniversário do nosso Presidente hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Ah!

(palmas).

Isso aí é para dar o *quorum*, viu? Como não tem ainda os 10, acho que agora... Muito obrigado, muito obrigado, viu?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Parabéns!

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, olha, eu quero dizer aqui o seguinte, V.Exa. faz aniversário, mas quem ganha presente somos nós de podermos conviver com uma pessoa brilhante, com um sujeito interessado nos mínimos, diria, detalhes, na defesa do povo brasileiro. Dos trabalhadores, das minorias, V.Exa. é um exemplo de presença, que está sempre aqui, é um Senador assíduo no Plenário, nas Comissões. É sempre uma voz respeitada, a história de V.Exa. é uma inspiração para nós todos. E me agrada muito saber que V.Exa. é um afro-descendente, que mostra assim, com esse trabalho, com essa luta o valor, a grandeza que a sociedade brasileira tem com a participação de nossos irmãos que vieram do continente mãe. Parabéns a V.Exa., mas o presente, como digo, como disse, é nosso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Obrigado Senador Crivella a bondade de V.Exa.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Apenas para cumprimentá-lo, Sr. Presidente, e lembrar que o nome de V.Exa. não deveria ser Paim, que foi um erro de português, é Paulo “Painho”. Então, continue nos presenteando...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Está fazendo uma homenagem aí ao Senador Antônio Carlos Magalhães.

(Risos).

Eu tenho certeza, porque há pouquinho tempo atrás eu disse para ele que o melhor presente para o meu aniversário seria a aprovação do FUNDEP, e o

FUNDEP, eu fiz um apelo mesmo ao Senador Antônio Carlos Magalhães, quero registrar aqui, no dia inclusive em que à noite ele foi para o hospital, que ele permitisse que o Senador Demóstenes fosse o Relator. Ele, de pronto, aceitou e ele me dizia aqui agora que, claro, eu sei que já deve ter recebido uns 10 convites para palestra sobre o FUNDEP, ele me disse que vai agilizar, dentro do possível, para que o FUNDEP seja aprovado o mais rápido possível, que é aquele Fundo para Investimento no Ensino Técnico Profissionalizante. E, como ele foi feliz, agora, na Relatoria do Fundo contra a violência, já foi aprovado, eu tenho certeza, com o mesmo brilhantismo, o FUNDEP será aprovado. Muito obrigado, Senador Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)

– Muito obrigado a V.Exa. que, inclusive, me deu o presente também de relatar o Estatuto do Idoso.

(risos).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Me lembro, me lembro, me lembro.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)

– Muito obrigado. Parabéns a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Senador Paim, apenas para externar também nossas congratulações pelo seu aniversário e dizer que V.Exa. é uma daquelas pessoas que a gente tem como exemplo a ser seguido e, desde a militância no Movimento Sindical, que a gente tem uma admiração, eu tenho uma admiração muito grande por V.Exa. E quero dizer que é um grande prazer trabalhar com Paulo Paim no Senado Federal da República. Meu professor também, desde o Movimento Sindical.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadora Fátima Cleide, todos os Senadores aqui acabam mexendo com as nossas emoções, como diria o grande Rei Roberto Carlos. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Também, a exemplo dos demais que já se manifestaram, dar os parabéns, felicidades, desejar saúde, força, paz e dizer também que eu acho que a sociedade toda tem que dar parabéns para você, se me permite dizer, não para V.Exa., mas para você. Porque olhe, V.Exa. tem se preocupado com tantos assuntos que são fundamentais, Estatuto do Deficiente, Estatuto do Idoso, Estatuto da Discriminação Racial, em relação à discriminação racial, igualdade social, desculpe, a questão dos sindicatos, a questão do salário-mínimo. Então, eu acho que a sociedade tem que ver em V.Exa. assim uma pessoa que está ligada aos anseios do povo e dizer: “Parabéns, saúde, força! Continue firme, não mude!” Parabéns!

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS) – Eu queria agradecer a todas as manifestações. Sei que o Senador Lucena quer falar ainda, mas queria também dizer que nós já estamos alcançando o quorum, só falta um Senador e daí, se os senhores permitirem, Senadora Fátima Cleide, eu farei aquela inversão para que V.Exa. possa relatar o seu Projeto. Só falta um, tenho certeza que, em seguida, com a chegada da Senadora Patrícia teremos o número suficiente. Senador Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Bem, como disse o Senador Flávio Arns, em vez de chamar de V.Exa., vou lhe chamar de Paulo e dizer da minha satisfação de estar convivendo com você e nesse dia que é seu e é de todos nós, só pedir a Deus que ele continue lhe protegendo, lhe dando sabedoria, discernimento e cada vez mais você se sinta estimulado a fazer o que você vem fazendo em favor daqueles que mais precisam.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Muito obrigado, Senador Lucena. Senadora Patrícia.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Senador Paulo Paim, meu querido Presidente, me permita chamar assim. Ao longo desses quatro anos de convivência, só aumenta a minha admiração por V.Exa., pelo seu talento, a sua vocação e o seu entusiasmo, mas, acima de tudo, a sua sensibilidade pelas causas conhecidas por todo o Brasil, como aqui já foi dito por todos os nossos colegas. V.Exa. tem se destacado por essa sensibilidade, pela força, pela coragem inclusive, muitas vezes, de enfrentar, em momentos polêmicos, determinadas situações. E V.Exa. tem se mantido sempre firme nessas posições. Para nós todos, com certeza, é um orgulho muito grande sermos presididos, nessa Comissão que trata de questões das minorias, principalmente das minorias, das pessoas excluídas da nossa sociedade.

Portanto, eu quero aqui apenas me juntar a todos aqueles que já se pronunciaram, desejando um feliz aniversário. Desejando que esse dia seja um dia repleto de muita alegria, de muita paz. E que...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Olha, o presente de aniversário para dar o quorum para poder votar é o Senador...

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Pronto. Arthur Virgílio.

(risos).

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Desejar, então, Senador Paulo Paim...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Para votar o seu Projeto, vai ser o primeiro a ser votado.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Se Deus quiser. Desejar a V.Exa., que V.Exa. continue brilhando, representando não só o seu estado tão querido por todos nós, o Rio Grande do Sul, mas representando todo o nosso país. Parabéns! Parabéns mesmo, do fundo do coração! Que V.Exa. continue sendo muito feliz e trazendo a alegria, a felicidade e a coragem que está estampada, não só no seu rosto, mas nas suas ações, no dia-a-dia, parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadora Patrícia, eu agradeço a V.Exa., Senador Geraldo Mesquita, mas eu quero dizer que o melhor presente para mim, hoje, é nós termos quorum aqui e os senhores, com a presença, que estão me fazendo essa pequena homenagem, que é dando quorum para a gente conseguir, em todas as reuniões da Comissão de Direitos Humanos, com a presença dos senhores, a gente tem dado quorum. E como também nas Comissões que os senhores e a senhora presidem, não é?

Eu confesso que, no último dia, eu estava num debate sobre Previdência lá na Câmara e acabei não colaborando com o *quorum*, mas estou com essa dívida com V.Exa. Senador Mesquita Júnior. Agora, temos *quorum*, em seguida, vamos à votação.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Senador Paim, com o quorum a nossa responsabilidade é de ser bem breve, só para dizer, querido amigo Paim, que o seu aniversário é um motivo a mais para a gente, essa rotina de festejar a sua presença aqui no Senado Federal. O seu convívio, não é? A possibilidade de a gente aprender diuturnamente com a sua atuação honrada, séria, comprometida com o povo brasileiro.

Portanto, os meus parabéns, no dia de hoje, amanhã vou lhe dar os parabéns também e até o final do nosso mandato pelo convívio, pelo exemplo de figura humana que V.Exa. é.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Muito obrigado, Senador Mesquita. V.Exa., gentil como sempre. Vou passar para o Senador Gilvam Borges, mas se permitirem, a Senadora Fátima Cleide tinha pedido a inversão de Pauta para que ela pudesse relatar os dois Projetos, que são o item 07 e o nº. 08. Srs. e Sras. Senadoras que concordam, Senadores e Senadoras que concordam com inversão de Pauta... Em discussão. Está aprovada.

Então, está invertida a Pauta, votaremos primeiro o item 07 e 08, que a Senadora Fátima Cleide é Relatora. Senador Gilvam Borges, vamos a voto, porque temos *quorum*.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Senador Paim, V.Exa. é uma casa de sentimentos, por-

tanto, uma represa também de bondade, de disposição, de coragem. Eu tive a oportunidade de ter a sua convivência quando colegas...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Quando éramos Deputados.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Na Câmara dos Deputados. Quando vi os seus sentimentos expressados no seu andar, no seu jeito de encarar a realidade. Muitas vezes, eu lhe vi, uma certa vez V.Exa. estava muito triste, eu acho que pelos embates, pela exposição e eu senti que V.Exa. estava precisando de dinheiro. E eu cheguei até V.Exa. e disse: “Paim, você está meio triste, você está precisando de dinheiro?” Ele disse: “O pior é que eu estou”. Eu digo: “Então, embora ao Banco que eu vou ser o seu fiador”. E assim a alegria retornou...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Isso não era para contar em público, mas foi verdade. Eu, como Deputado, o cheque, o tal de vermelho já estava dobrando...

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Eu quero lhe parabenizar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – E ele foi lá e se propôs para ser meu avalista para fazer o empréstimo que, felizmente consegui pagar, viu.

(risos).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadora Fátima Cleide, eu vou direto passar a V.Exa. o item 07. O autor é o Senador Paulo Otávio; V.Exa. é Relatora.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº. 90, Complementar de 2003, de autoria do Senador Paulo Otávio, dispõe sobre a confecção das cédulas de papel-moeda e dimensões diferenciadas para permitir sua identificação por pessoas portadoras de deficiência visual. Seu art. 1º especifica que as cédulas utilizadas como meio circulante terão dimensões claramente diferenciadas e conterão marcas ou signos que possibilitem a sua identificação tátil por pessoas portadoras de deficiência visual. O art. 2º constitui cláusula de vigência.

Esse Projeto, Sr. Presidente, tem um longo trajeto, já foi aprovado nesta Comissão de Direitos Humanos. Após a aprovação nesta Comissão, onde fui designada Relatora, ele foi remetido à Sub-Secretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal, mas em 16 de novembro de 2006 foi devolvido à CDH para apreciação em decisão terminativa, nos termos da conclusão do parecer aprovado por essa Comissão.

No último dia 08 de fevereiro de 2007, o processado foi encaminhado a mim novamente para que pudesse formular novo relatório. Diante, Sr. Presidente,

da votação já havida e da discussão já havida nessa Comissão deste Projeto, o nosso voto, com base no exposto na análise, é pela transformação do PLS nº. 90/2003 em Projeto de Lei Ordinária e por sua aprovação na forma do Substitutivo que apresentamos.

Eu vou ler o Substitutivo para ficar mais rápido. O Projeto de Lei do Senado nº. 90 Substitutivo de 2003 dispõe sobre a obrigatoriedade e inclusão, nas cédulas brasileiras, de elemento que possibilite sua identificação por pessoas com deficiência visual. O Congresso Nacional decreta: “Art. 1º – As cédulas utilizadas como meio circulante deverão conter elemento que possibilite sua identificação por pessoas com deficiência visual”.

“Art. 2º A emissão de cédulas com as características referidas no art. 1º será realizada gradativamente, de modo a completar o processo de substituição das cédulas em circulação, em desacordo com o estabelecido nesta Lei, no prazo de até 10 anos, a partir de sua publicação”.

“Art. 3º Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação”.

Portanto, Sr. Presidente, somos favoráveis à aprovação do Projeto do Senador Paulo Otávio.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Em discussão. Senador Arthur Virgílio, com a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, antes de mais nada, de maneira pública, eu desejo que V.Exa. tenha uma vida muito longa, fazendo aniversário, como faz hoje, que faça muitos, com seu espírito público, com a sua capacidade de grandeza humana. Eu digo mais, essa CPI que V.Exa. preside e que o Senador Cícero Lucena vice-preside, essa Comissão está sendo um êxito. Ela vai, de fato, obtendo repercussão muito forte lá fora e nós temos que conectar cada vez mais o Senado com o “lá fora”, com a sociedade.

Esse Projeto do Senador Paulo Otávio, que foi, de maneira muito competente, relatado pela Senadora Fátima Cleide, ele é precisamente a demonstração da sensibilidade do legislador. Afinal de contas, o que nós temos visto, então, até hoje, é a exclusão do deficiente visual do processo monetário. Ele fica dependendo de pessoas que lhe dizem quanto vale aquela moeda, quanto vale aquele papel-moeda e quanto não vale.

Portanto, é socialmente justo, é politicamente viável e me parece que é uma imperiosidade nós aqui nos manifestarmos a favor, tanto do Projeto do Senador Paulo Otávio, hoje vice-Governador do Distrito

Federal, quanto do relatório competente da Senadora Fátima Cleide.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, nós vamos a voto. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Paulo Paim, pela aprovação também. Senadora Patrícia Saboya Gomes.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – A favor do relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Inácio Arruda. Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – (PT-MT) – Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Eduardo Suplicy. Senador Sérgio Zambiasi. Senador Sibá Machado. Senador Augusto Botelho. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Leomar Quintanilha, Senador Paulo Duque, Wellington Salgado. Gilvam Borges, que está aqui fora, mas já se pronunciou aqui na porta, a favor do voto. Senador Mão Santa. Senador Romero Jucá. Senador Joaquim Roriz. Valter Pereira, Jarbas Vasconcelos. Senador Demóstenes Torres se posicionou a favor também do voto agora, ele esteve aqui conosco. A favor. Senador Eliseu Resende, Senador Romeu Tuma, Jonas Pinheiro, Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Edison Lobão. Heráclito Fortes, Jayme Campos. Maria do Carmo Alves, Mário Couto, Lúcia Vânia. Senador Cristovam Buarque está viajando, justificou a ausência. Senador José Nery.

O Projeto foi aprovado. Segundo Projeto da Senadora Patrícia Saboya Gomes. Como Relatora, Se-

nadora Fátima Cleide. Senadora Fátima Cleide com a palavra.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sr. Presidente, chega a esta Comissão para exame de mérito e emissão de parecer, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº. 490/2003, de autoria da ilustre Senadora Patrícia Saboya Gomes. A proposição estabelece que os poderes constituídos em sua esfera de atuação deverão difundir os direitos fundamentais e os Direitos Humanos, tais como os previstos na Carta Magna, na Legislação Nacional e em Tratados internacionais e convenções congêneres sobre o tema. Determina também o Projeto que a Administração Pública Federal inclua, nos contracheques mensais de seus servidores, trechos dos instrumentos que consagramos direitos fundamentais e os Direitos Humanos, em especial os que se referem às mulheres, às crianças e aos adolescentes.

A proposição estabelece ainda que as emissoras públicas de rádio e de televisão incluam, em suas programações, material alusivo aos direitos fundamentais e aos Direitos Humanos.

O Projeto determina, ademais, que trechos dos instrumentos que consagram os direitos fundamentais e os Direitos Humanos sejam divulgados na publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos. Em sua justificação, a nobre parlamentar autora da proposição destaca que a ampla definição de direitos fundamentais dá sentido à organização política brasileira.

A difusão, por parte do Estado, de informações sobre esses direitos, continua a autora do Projeto, é fundamental para que tenham eficácia. Dessa forma, o poder público, de acordo com a nobre representante do Estado do Ceará, pode utilizar mecanismos institucionais rotineiros, como os contracheques dos funcionários públicos Federais para divulgar trechos dos instrumentos que consagram esses direitos. Da mesma forma, também atingindo parcela considerável da população brasileira, pode ocorrer, com a utilização da publicidade oficial de órgãos públicos e por meio das emissoras públicas de rádio e televisão. O Projeto foi inicialmente distribuído à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde foi designado como Relator o Senador Demóstenes Torres. Hoje também membro desta Comissão.

Antes que o relatório fosse examinado por aquela Comissão, entretanto, a proposição foi encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para retificação do despacho da Presidência do Senado Federal, em virtude da promulgação da Resolução nº. 01, de 22 de fevereiro de 2005.

A matéria retornou então à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que decidiu pela aprovação do relatório favorável ao Projeto com duas Emendas. A primeira delas, ao reformular a redação do art. 5º da proposição, estabelece que o cumprimento das medidas previstas nos arts. 2º, 3º e 4º da futura Lei atenderão aos critérios de conveniência e oportunidade da Administração Pública.

A segunda Emenda apresentada na CCJ renúncia o artigo que determina a vigência da lei na data de sua publicação. Com parecer favorável da CCJ, a matéria vai encaminhada a esta Comissão para análise e decisão terminativa. A proposição não foi objeto de Emenda. Da análise: Nos últimos anos, os casos de violação de Direitos Humanos no Brasil têm tido grande repercussão e produzido intensos debates. Diversos setores da sociedade civil, cada vez mais, se mobilizam para o enfrentamento do problema, cobrando do estado o cumprimento de suas obrigações constitucionais. O poder público, por sua vez, aperfeiçoa seus mecanismos de combate às violações dos Direitos Humanos por meio de políticas educativas e de ações repressivas.

Todos sabemos, entretanto, quão insuficientes são as iniciativas do Estado no setor. Relacionadas às desigualdades sociais e a fatores de natureza cultural, as violações aos Direitos Humanos marcam tristemente o cotidiano no Brasil. Segundo o Relatório dos Direitos Humanos no Brasil, recentemente divulgado pela ONG – Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, a cada 15 segundos, uma mulher é impedida de sair de casa no Brasil. Também a cada 15 segundos uma brasileira é obrigada a manter relações sexuais contra a sua vontade.

Ainda, de acordo com o Relatório citado, a cada 09 segundos, uma mulher é ofendida em sua conduta sexual ou por seu desempenho no trabalho doméstico ou remunerado. O Projeto ora sob exame apresenta solução original para as limitações orçamentárias dos órgãos encarregados da proteção aos Direitos Humanos do Brasil. Valendo-se de meios já existentes, os contracheques dos servidores públicos, as emissoras públicas de rádio e televisão e a publicidade oficial, a iniciativa fará com que a reflexão sobre os direitos fundamentais invada o cotidiano do país.

Consequência inexorável de tal fato será o aprofundamento do debate sobre a questão e o desenvolvimento da consciência cidadã de homens e mulheres, brasileiros e brasileiras.

Trata-se, portanto, de iniciativa meritória que atuará como importante complemento às ações do poder público e da sociedade civil organizada, no que se refe-

re ao enfrentamento do grave problema das violações dos Direitos Humanos no Brasil.

Em face do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 490/2003. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Em discussão. Eu passo a palavra, de imediato, à autora, Senadora Patrícia Saboya Gomes, e depois continua a discussão e vamos a voto. Felizmente, o quorum está garantido. Senadora Patrícia.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Obrigada, Senador Paulo Paim. Eu quero, antes de mais nada, agradecer à Senadora Fátima Cleide por esse Relatório que faz dar o seu parecer de forma tão, não só carinhosa, mas procurou detalhes que podem nos ajudar na defesa de um Projeto que eu considero importante, um Projeto que busca ouvir o clamor, muitas vezes, da sociedade num país cheio de tantas mazelas, onde os Direitos Humanos acabam sendo violentados no nosso dia-a-dia.

Basta a gente assistir uma televisão, um jornal nacional. Basta a gente abrir um jornal ou escutar um rádio e a gente sempre vai ter exemplos de Direitos Humanos que têm sido violentados de pessoas idosas, de crianças, de jovens, de adolescentes, de mulheres, principalmente esse segmento da nossa sociedade.

Portanto, o que eu busquei aqui foi entender a necessidade de que nós pudéssemos garantir, através dessa Lei, que esses Direitos Humanos pudessem ser divulgados e que a sociedade pudesse ter o conhecimento necessário.

Eu fui autora de uma Lei parecida no meu Estado, o Estado do Ceará, quando era Deputada Estadual, em que os órgãos públicos, a partir do momento que façam propaganda publicitária de tantas coisas que nós ouvimos no dia-a-dia, possam também ter um percentual destinado à divulgação dos Direitos Humanos.

Eu tenho vivido esse momento, por exemplo, com a questão do Estatuto da Criança e do Adolescente, que já faz 17 anos. E, muitas vezes, as pessoas, não por maldade, não por má-fé, mas por desconhecimento do que trata o Estatuto da Criança e do Adolescente, acabam, muitas vezes, ou desrespeitando o Estatuto ou não cumprindo o Estatuto, ou achando que ele é apenas um instrumento que apenas protege, mas que não estabelece também os deveres.

Portanto, a idéia do Projeto parte da sociedade em que eu tenho procurado ouvir, debater assuntos que são muitas vezes difíceis, que são assuntos que, que têm machucado muitas pessoas em nosso país, que perdem parentes, filhos, amigos em situações tão adversas. Eu quero, mais uma vez, agradecer a sensibilidade da Senadora Fátima Cleide que tem tido um

papel fundamental principalmente na área de educação, na área das políticas sociais, tem sido um braço forte para todos nós aliados na luta, na defesa dos Direitos Humanos. Participou, de forma ativa, numa CPI que teve o privilégio de presidir da exploração sexual de crianças e adolescentes. E ela tem mostrado e demonstrado, no seu dia-a-dia, na sua atuação, a prioridade do seu mandato, principalmente para esses temas.

Portanto, eu só posso aqui, Senadora Fátima Cleide, mais uma vez, agradecer em nome da sociedade civil organizada, que nos sugeriu a idéia também desse Projeto.

Agradecer a V.Exa. pelo carinho como fez, pela atenção e o cuidado de relatar de forma tão exemplar um Projeto que vem da sociedade, não das minhas mãos, mas que apenas sou interlocutora desse desejo e dessa vontade. Muito obrigada. E eu peço aos meus pares que possam também nos ajudar na aprovação do Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu vou fazer um apelo ao Plenário, na seguinte linha: Diversos Senadores me solicitaram que se eu pudesse botar em votação o Projeto, é de consenso, porque muitos têm que ir para a Comissão de Orçamento. Então, eu faria o seguinte encaminhamento, se os senhores concordarem: Nós votaremos para que os Senadores que têm que ir para o Orçamento, possam ir. Não terá mais nenhuma votação terminativa hoje, mediante o procedimento adequado aqui. Eu agradeço a presença dos Senadores. E nós continuamos a discutir essa matéria e outras como Requerimentos que não são terminativos. Podemos encaminhar dessa forma? Então, vamos aos votos. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Paulo Paim, novamente, pela aprovação. Senadora Patrícia Saboya Gomes.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – (PT-MT) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eduardo Suplicy, Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) –

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sibá Machado, Augusto Botelho, Leomar Quintanilha, Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Paulo Duque. Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Mão Santa, Romero Jucá, Valter Pereira, Jarbas Vasconcelos, Demóstenes Torres, com a Relatora também, segundo me informou aqui agora, está aqui ele. Inácio Arruda está aqui também, sim. Muito bem. Eliseu Resende, José Agripino, Jonas Pinheiro. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Com a sensibilidade da autora e da Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Papaléo Paes, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Mário Couto, Lúcia Vânia, Cristovam Buarque, José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Marcelo Crivella, dizer que chegou hoje aqui oficialmente a sua indicação para alegria nossa...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Marcelo Crivella. O Projeto foi aprovado. Já tinham pedido a palavra pela ordem, Senadora Fátima Cleide e Senador Arthur Virgílio. Teremos ainda alguns encaminhamentos, mas, votação nominal não teremos mais no dia de hoje.

Já agradeço aqueles Senadores que retardaram um pouco a ida para outras Comissões para prestigiar essas votações. Senadora Fátima Cleide, em seguida, Senador Arthur Virgílio e Senador José Nery.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sr. Presidente, apenas para agradecer aos Senadores a votação unânime nesse Projeto e agradecer também as palavras da Senadora Patrícia Saboya e dizer, Senadora que eu é que me sinto muito honrada e tenho a agradecer pela oportunidade de relatar Projeto de tão importante... De importância fundamental para as nossas lutas e o combate à violência e à discriminação

de todas as formas, principalmente contra mulheres, crianças e adolescentes.

Então, mais uma vez, o meu muito obrigada à Comissão de Direitos Humanos pela aprovação unânime desta matéria aqui trazida pelas mãos delicadas e sensíveis da Senadora Patrícia Saboya.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Senador Paulo Paim, eu quero apenas agradecer também e fazer minhas as palavras da Senadora Fátima Cleide. Muito obrigado. Um beijo no coração.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Senador Paulo Paim, de maneira muito breve e ressaltando o trabalho da Relatora e da Autora. E aí tinha completa razão o Senador Inácio Arruda, em citar ambas, enfim. Ressaltar que há uma relação direta entre desrespeito a Direitos Humanos em geral num país e o desrespeito aos Direitos Humanos de mulheres, minorias e crianças nesses países que cuidam pouco dessa questão tão fundamental, a dignidade das pessoas. É impressionante como se vê uma estatística diferente na Suécia quando se a compara com o Brasil.

Portanto, esses passos que parecem pequenos, para quem só olha a floresta, e é muito importante olhar a floresta, eles significam que, percebendo a árvore, nós vamos também entrando em especificidades que são muito boas para a dignidade da pessoa humana no nosso país. Parabéns à Senadora Patrícia, à Senadora Fátima Cleide pelo belíssimo trabalho que estão realizando. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Essa presidência também aproveita para cumprimentar a ambas pelo brilhante trabalho concluído e o Projeto Aprovado. Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Sr. Presidente, senhores Senadores, senhores Senadoras, a aprovação do Projeto, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, de iniciativa da Senadora Patrícia Saboya, relatado aqui pela Senadora Fátima Cleide. Creio que esta iniciativa se soma a outros tantos esforços no sentido da afirmação dos Direitos Humanos no Brasil, especialmente de segmentos historicamente tratados com desrespeito, aqui especificamente, relacionado às mulheres, crianças e adolescentes.

Então, nesta manhã, a Comissão, ao votar favoravelmente ao Projeto, esperando que, em caráter terminativo e tornando possível que os órgãos públicos e as TVs, que todos os instrumentos que o Estado, em seus diversos níveis, dispõe para fazer chegar a mensagem do respeito à dignidade humana, especialmente de mulheres, crianças e adolescentes, é muito bem vindo e, com certeza, é uma forma de ampliar a cidadania brasileira, a ampliação de direitos, a conscientização maior de cada pessoa na defesa dos seus

direitos, especialmente desses segmentos fragilizados, muitas vezes, que não têm, ainda, o Estatuto da igualdade, do respeito como algo primordial.

Então, considero a aprovação, no âmbito da Comissão, como fundamental nesse avanço das conquistas na ampliação, na luta pelos Direitos Humanos.

E por último, Sr. Presidente, aproveito a ocasião para saudar o nosso ilustre Presidente, aproveito a ocasião para saudar o nosso ilustre Presidente que hoje aniversaria, com certeza, recebendo de todos nós, do Senado Federal, dos seus colegas e do povo do Rio Grande do Sul, que tão bem representa nessa Casa, os cumprimentos sinceros por ser um parlamentar exemplar na luta dos trabalhadores e do povo brasileiro. Com certeza não seria a mesma se ao longo de tanto tempo, seja na Câmara dos Deputados, seja aqui no Senado, não tivéssemos aqui um baluarte da luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, sobretudo do salário-mínimo, dos direitos previdenciários dos trabalhadores e trabalhadoras e o Senador Paim, aqui, hoje, honrosamente presidindo a Comissão de Direitos Humanos, receba do pessoal, em meu nome, em nome, com certeza, de todos os Srs. e Sras. Senadores, os cumprimentos de quem, efetivamente, trabalha pelo bem do Brasil, pelo resgate da cidadania do nosso povo e merece a consideração, o aplauso dos Senadores, do povo brasileiro e, em especial, do povo do Rio Grande do Sul, que o senhor tão bem representa nesta Casa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Muito obrigado, Senador José Nery. Uma alegria enorme ouvir as suas considerações sobre os Projetos aprovados e, claro, para mim, pessoalmente, essa sua fala, falando um pouco da nossa trajetória. Eu agradeço e, ao mesmo tempo, queria estender nesse momento. Eu sei que se ela tivesse aqui, me permite Patrícia, ela me daria um forte abraço, e eu quero estender à líder do PSOL, a Senadora Heloísa Helena, elo brilhante trabalho que fez nessa Casa também os meus cumprimentos. Parabéns a V.Exa. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, na Comissão de Assuntos Sociais até presidida pela Senadora Patrícia Saboya, nós aprovamos Requerimento de aplauso para a Rede Globo, em função da abordagem de temas relacionados a Direitos Humanos naquela emissora, já por várias novelas, mas, especificamente, em relação à última, “Páginas da vida”, em que a emissora trouxe para o debate, assim, aspectos essenciais para a sociedade, como a questão da com deficiência, a questão do alcoolismo, da adoção, de um conjunto de aspectos.

E a gente observa que as emissoras, de uma forma geral, vêm assim, se dedicando a esses temas, pensando assim na grande contribuição que, sem dúvida, elas podem dar. Que uma novela, por exemplo, dessa natureza, abordando esses temas, vale por mil campanhas educativas.

E o Projeto de Lei que a Senadora Patrícia apresentou e relatado pela Senadora Fátima vai nessa linha também, dizendo: “Vamos pegar todos os instrumentos possíveis à nossa disposição para conscientizar, sensibilizar, divulgar, quer dizer, tornarmos, usarmos esses instrumentos para as mudanças, que todos nós desejamos, aconteçam na nossa realidade”.

Então, são os contracheques, são as rádios, são as televisões públicas para que tenham, nem deveria haver essa necessidade, porque já deveriam fazer isso naturalmente, mas, assim, para que haja um marco dizendo: “Vamos, é nossa obrigação, não só do setor público, é obrigação das televisões particulares, privadas também”. Estão, por exemplo, se abordar, por exemplo, com seriedade, como foi feito, sem radicalismo, vendo o aspecto pedagógico, tantas áreas que podem ser, assim, alteradas para melhor em nosso país.

Então, nesse sentido, dentro desse espírito que deve haver no Brasil, que eu também quero enaltecer o Projeto de Lei, a Relatoria, e dizer que é bom que essas coisas estejam sendo aprovadas e esperamos que ajudem, contribuam, de fato, para que o ser humano seja o objeto maior de todas as ações de nosso país. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu queria aproveitar aqui, embora ela disse: “Não, eu estou saindo”. Que a Senadora Patrícia informasse sobre a audiência pública dia 21. Em seguida, Senador Flávio Arns fará...

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – A nossa audiência pública, que será uma audiência pública conjunta, em que o Senador Paulo Paim é Relator desse nosso Projeto, que trata da prorrogação da licença maternidade de 04 para 06 meses. Seria muito importante, e eu faço também aqui, junto ao Senador Paulo Paim, a presença de todos os senhores e senhoras Senadores porque é um tema polêmico, apesar de acreditar que seja algo muito justo. Essa iniciativa, na verdade, é um anteprojeto da Sociedade Brasileira de Pediatria e da Ordem dos Advogados do Brasil. Eu, por meu intermédio, por representar a Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança, acabei sendo autora desse Projeto. Nós teremos aqui a participação da Fiesp, da Confederação Nacional do Comércio, da Indústria. Nós teremos aqui o Presidente da Nestlé que, inclusive, já tem apontado como uma necessidade a prorrogação também da licença maternidade.

Portanto, seria de fundamental importância que às 09:00h, não é isso? Que às 09:00h, dia 21, às 09:00h, que os Srs. Senadores, Sras. Senadoras pudessem estar aqui para a gente fazer uma discussão do Projeto, como disse o Senador Paulo Paim, está aberto a novas sugestões, novas idéias para que a gente possa aprimorar, para que a gente possa melhorar o Projeto e que a gente, enfim, possa garantir o direito das nossas crianças desde a primeira infância, desde o momento em que estão no ventre das suas mães.

Eu acho que assim é que a gente pode ajudar a construir um país mais justo, um país mais igualitário, onde a gente garanta esses direitos fundamentais. Então, eu agradeço a oportunidade, mais uma vez, que o Senador Paulo Paim me dá para que a gente possa fazer essa audiência e fazer esse apelo que no dia 21, às 9 horas, todos possamos estar aqui para discutir e debater esse Projeto.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Queria só informar à Casa, antes que a Senadora se retire, que essa é uma ação conjunta das duas Comissões, a Senadora vai presidir toda a audiência pública. Eu estarei, com muito orgulho, como Relator, sentado, tomando nota aí das considerações dos convidados. E gostaria que o Senador Flávio Arns falasse, e ele vai presidir, se depender naturalmente, eu tenho certeza, de mim e da Patrícia, essa audiência pública também do dia 21, só que à tarde. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Só que eu faço uma objeção, gostaria muito que V.Exa., a Senadora Patrícia estivessem presidindo esta audiência...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Estaremos aqui ao seu lado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, estarei presente também sem dúvida alguma. Audiência pública dia 21 também, 14:30 horas, a respeito do Dia Internacional Síndrome de Down. Inclusive, atores, autores e pessoas da área, que assessoram a Rede Globo e que estiveram envolvidas também na novela “Páginas da vida”, estarão participando desta audiência pública.

A audiência pública faz parte de um conjunto de atividades que o Senado vai desenvolver na terça-feira, sob a coordenação da Presidência do Senado. Quer dizer, algo assim muito importante para homenagear, comemorar, porque tem que comemorar a luta pela cidadania do Dia Internacional da Síndrome de Down, para mostrar que as pessoas com Síndrome de Down, bem como as pessoas com deficiência, de uma maneira geral, não precisam de pena, de piedade, mas precisam de chances, de oportunidades, de

direitos para se realizarem como pessoas. Obrigado, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu queria informar também que, nesse dia 22, logo após a audiência pública, dia 21, Senador, queria informar que no dia 22, é que eu estou me referindo ao Senador José Nery, que eu vou passar a palavra em seguida para ele. No dia 22 pela manhã, nós teremos uma audiência pública aqui é, onde nós vamos ver a Ministra Matilde Ribeiro, Ministra da Secretaria Especial de Política de Promoção de Igualdade Racial. Dia 21 é o dia Internacional da Luta Contra o Racismo e o Preconceito. Como nós temos duas audiências no dia 21, ela virá no dia 22, pela manhã. Logo após terminar a palestra da Ministra, tem a ver com o tema, nós vamos instalar oficialmente a Subcomissão do Trabalho Escravo, em que o Presidente é o Senador José Nery, que está com a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Sr. Presidente Paulo Paim, Srs. Senadores e Senadoras, estamos na reta final dos convites para a composição. Creio que hoje definiremos justamente a composição, respeitando a proporcionalidade partidária de blocos aqui na Comissão de Direitos Humanos, e instalaremos, com toda a determinação, no dia 22, a Subcomissão Permanente e contando para tal, desde já, com os Senadores que integrarão, Senadores e Senadoras, que integrarão a Comissão para que se façam presentes, tendo em vista que na reunião, na instalação da subcomissão, Sr. Presidente, pretendemos definir, já naquele momento, um calendário mínimo de trabalho, as primeiras ações da Comissão, Senador Geraldo Mesquita, devem ser definidas já na primeira reunião de instalação, mostrando o nosso interesse e o nosso compromisso de fazer com que essa Comissão trabalhe com efetividade, com competência e alargando as ações do Congresso Nacional, especialmente do Senado e, mais especial ainda, da Comissão de Direitos Humanos, de enfrentar o debate para que medidas legislativas sejam aprovadas com maior celeridade, seja no Senado e, especialmente, na Câmara dos Deputados, onde precisamos fazer um bom diálogo com a Mesa da Câmara e com as lideranças partidárias, para apressar a votação de Projetos de origem Legislativa sobre o tema do trabalho escravo no Brasil.

E também as outras iniciativas, que têm a ver com a presença da Subcomissão em regiões e estados onde há a maior incidência do trabalho escravo e a mobilização social que devemos fazer para que essa questão se transforme, com objetivo muito claro de que, ao completarmos 120 anos que formalmente foi abolida a escravidão no Brasil, nós possamos dar passos mais seguros no caminho para a efetiva erra-

dicação do trabalho escravo no Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Quero informar também, com a chegada aqui do Senador Quintanilha, ele que preside a Comissão do Idoso, nós teremos uma audiência aqui para discutir, naturalmente debater, a violência contra o idoso, uma iniciativa do Senador, que eu encaminhei e já aprovamos o Requerimento. É em sintonia com a Comissão de Direitos Humanos, o Ministério da Justiça e também da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Então, já está encaminhado.

O Senador Mesquita Júnior, nós encaminhamos, não é Senador, o Requerimento já aprovado dos 120 anos da Abolição não concluída, que nós vamos iniciar, então, praticamente com esse evento, no dia 22 de março, e vamos concluir em 21 de março ou 13 de maio do ano que vem.

Queremos que esse um ano seja um ano de debate com o título “os 120 anos da abolição não concluída” e, claro que vamos fazer de tudo para que aqui no Congresso Nacional os temas ligados à igualdade, à liberdade, à justiça com os escravos, eu diria, do passado e muitos hoje ainda, se conclua. E vamos torcer que seja nesse período, não é, Senador Mesquita?

Eu queria também informar que chegou aqui à Mesa que no dia 21 de março vai ser lançada, lá na Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar pela Cidadania, GLB+, esse mais é que eu não estava entendendo o que é que era aqui. Frente Parlamentar pela Cidadania, GLB+, dia 21 de março, salão nobre da Câmara dos Deputados, com a presença de 183 Parlamentares.

Eu vou encerrar os trabalhos de hoje. A não ser que algum Senador... Senador Inácio Arruda quer fazer uma consideração? Está com a palavra.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE) – Primeiro, Senador Paim, queria ressaltar aqui a importância do Projeto que nós acabamos de aprovar, da Senadora Patrícia Saboya. Sempre fica aquela expectativa de que o Senador tem que estar presente para ouvir os parlamentares. Mas eu quero registrar a importância do trabalho que ela desenvolveu, mesmo na ausência que ela teve que, aqui é assim, nós participamos de 05, 06 Comissões simultaneamente. Agora mesmo temos que correr para a Comissão de Relações Exteriores, que nós vamos ter a discussão de dois Embaixadores que vão ser sabatinados, daqui a pouco, para ocupar postos destacados em nome do nosso país, fronteira adiante.

Mas, independente dessa situação de, simultaneamente estarmos em várias representações, eu quero destacar a importância do Projeto que ela apre-

sentou, para que pudéssemos divulgar, por todos os meios, os direitos da pessoa humana. Então, isso é muito importante. E os mecanismos oficiais são múltiplos, desde as TVs públicas, quantas TVs públicas nós temos? São concessões da União para Estados, para Municípios, rádios, TVs. São esses instrumentos nossos, que aqui foram levantados, os contracheques. Quantos instrumentos nós temos para poder divulgar os Direitos Humanos. Então, acho que isso é muito, muito importante.

Destacar e dar um abraço em V.Exa., que está aniversariando hoje. Registrando, mais uma vez, o papel destacado de V.Exa., desde Deputado Federal até ocupar aqui o cargo de Senador da República, na defesa dos trabalhadores, das minorias e na valorização do trabalho, que valorizar o trabalho, às vezes não é só lutar pelo salário, quer dizer, é a dignidade no trabalho. Acho que isso V.Exa. tem feito com muito vigor e por isso que nós temos nos irmanado, desde a Câmara dos Deputados, num trabalho conjugado. Acho que é esse esforço coletivo que nós vamos desenvolvendo e que eu gostaria assim de destacar nessa oportunidade em que nos encontramos aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Acho que V.Exa. desenvolve um trabalho com muita dignidade. Você examina aqui esse problema do trabalho, da erradicação do trabalho escravo que tem muito a ver com a realidade econômica do Brasil e da América Latina. Quer dizer, a situação econômica do nosso país. Nós temos que conjugar a nossa ação da luta pela erradicação do trabalho escravo, que ainda existe, em pontos destacados do país, e nós podemos identificar; nós temos aqui o Ministério Público do Trabalho, vai trabalhar, com certeza, conjugado aqui, o Nery pode convidar exatamente para fazermos um trabalho conjunto, com a luta para acelerar o Programa de Crescimento. O Presidente da República lançou um Programa de Crescimento. Mas como a gente desembaraçar esse Programa de Crescimento, porque se forem mantidos os atuais patamares de crescimento da economia e desenvolvimento econômico do país, vai se manter o trabalho escravo. Não se consegue erradicar o trabalho escravo do país. Porque a economia limitada, não permite esse salto que a gente quer dar aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Quer dizer, a nossa luta vai se tornando mais difícil. Não é ingloria, é uma luta gloriosa que nós vamos tocar aqui na Comissão de Direitos Humanos. Mas ela se torna mais difícil pela trave no desenvolvimento da nossa economia. Eu acho que nós temos que conjugar o nosso esforço. Quer dizer, o esforço da Comissão tem que estar também ligado à luta que o povo brasileiro desenvolve para tocar em questões

estratégicas. Quer dizer, todos aqueles que lutam em defesa dos Direitos Humanos lutam para reduzir esse juro escandaloso que existe no Brasil. Esse juro é um ataque aos Direitos Humanos em nosso país. Esses juros que aí estão são criminosos, esses juros que aí estão são responsáveis pelo recrutamento dos mais pobres para servir às gangues que aí estão de crime organizado. Porque não tem crime organizado formado por quem mora em periferia não. Quem mora em periferia é recrutado pelos Ph.D.s do crime, porque crime organizado é de gente que tem formação, é por gente de cartel, é de gente famosa. Não é de gente pobre. Gente pobre é recrutada e se transforma em escravo do crime organizado.

Então, eu acho que nós devemos travar aqui também... Defender os Direitos Humanos é defender a queda desses juros criminosos que se mantêm no país. Acho que nós não podemos estabelecer uma regra para juros que não podem cair abaixo de 12%, não podem ser menor do que 11%, por que não? Se a inflação pode chegar em 4, se a inflação pode chegar em 3, por que é que os juros também não podem chegar em 3 e a gente permitir um crescimento mais vasto da nossa economia, fazendo com que os Direitos Humanos possam se valorizar efetivamente na nossa nação?

E, daqui a pouco, a gente possa deixar esse tema, não de lado, porque eu tenho certeza que a gente nunca vai conseguir deixar de lado essa matéria que é defender os Direitos Humanos permanentemente, mas a gente amenizar o sofrimento do povo brasileiro, que é o que nós desejamos, não só nessa Comissão, mas aqui no Senado, na Câmara e também no meio do povo brasileiro. É essa a questão que eu queria levantar para V.Exa. Como é que a gente conjuga bem o nosso trabalho?

Defender os Direitos Humanos é também defender um Programa de Aceleração do Crescimento em patamares mais avançados. Eu acho que tem tudo, e V.Exa. Conhece bem os dois lados do assunto, conhece bem a batalha dos Direitos Humanos e conhece bem o que é destravar a economia para poder garantir os direitos da pessoa humana.

Por isso que eu quero dar esse abraço firme em V.Exa. No dia do aniversário desse jovem Senador da República aqui em nossa Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda, só queria dizer a V.Exa. que tivemos uma parceria, como Deputados, muito, muito, muito boa. E dizer que eu tenho muito orgulho, de dizer que assinei aquela PEC junto com V.Exa., V.Exa. me convidou: “Paim, vamos assinar juntos”. Da redução de jornada sem redução

de salário, que é a questão do emprego, que se tivesse sido aprovado, teria gerado cerca de cinco milhões de emprego em nosso país.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE)

– Que seria já um avanço significativo na defesa dos Direitos Humanos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Direitos Humanos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE)

– Que é valorizar o trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Exatamente. Quero também dizer a V.Exa. que eu tenho o mesmo entendimento de V.Exa. Alguns tinham a visão que quando eu assumisse aqui a Comissão de Direitos Humanos, nós só íamos tratar, não é que não tenha que tratar dos direitos civis e políticos, mas nós temos a visão, acho que essa Comissão tem, V.Exa. demonstrou isso, Senador Cristovam demonstrou outro dia que, para nós, “Direitos Humanos” é direito à Educação, à Saúde, ao Trabalho, à Renda, é diminuir a taxa de juros, não é? É se preocupar com o homem do campo, com o homem da cidade, com reforma urbana, com reforma agrária. Isso, para nós, é também “Direitos Humanos”. Essa luta, por exemplo, Senador José Nery, do trabalho escravo, é a questão do deficiente, é a questão do idoso, é a questão do negro, é a questão do índio e aí eu passo a palavra, de imediato, para falar da questão do idoso ao Senador Quintanilha. Não sei se o Flávio Arns gostaria de fazer um aparte.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Flávio Arns parece que acabou solicitando primeiro.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, é que na linha só, só uma pequena observação, porque eu já havia falado antes também. Na linha da observação de V.Exa., agora e antes também, dizendo que, semana que vem, vamos ter a audiência pública, no dia 22, além das que acontecem no dia 21, no dia 22, sobre trabalho escravo e a instalação da Subcomissão que trata desse assunto, só lembrar que os Governadores do PT já assinaram, um compromisso, dentro das normas estabelecidas mundialmente, de combate ao trabalho escravo. O Governador do Maranhão, que não é do PT, também assinou. Eu acho, Sr. Presidente, que nós poderíamos, pela Comissão de Direitos Humanos, trabalharmos, inclusive, com os demais Governadores para que haja, assim, um compromisso da assinatura. A gente sabe que muitos estão se esforçando, mas, esse simbolismo que tem que haver, de uma luta nacional que acontece dentro dos Estados e, na sequência, dentro dos Municípios e que possamos fazer a divulgação disto nacionalmente, das pessoas, Governadores que assinaram essa luta, inclusive, em função

do Projeto de Lei que foi aprovado nesta Comissão, no outro dia, e que se relaciona também ao combate ao trabalho escravo e que agora está indo para a Comissão de Constituição e Justiça.

Então, dizer que os Governadores estão assinando e essa Comissão de Direitos Humanos pode fazer mais articulações com os demais Governadores para que essa iniciativa se propague formalmente também em nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu passo a palavra ao Senador Quintanilha. Eu sei que dois legítimos representantes da sociedade brasileira, que estão aqui, pediram a palavra. Eu quero dizer que hoje eu não posso dar a palavra para eles por não ser uma audiência pública. Hoje é uma Sessão de deliberação de Projetos. Senador Quintanilha, com muita satisfação.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Paulo Paim, eminentes colegas desta importante Comissão, eu iniciaria, Sr. Presidente, justificando o meu atraso em chegar aqui, em razão do cumprimento de outros compromissos inadiáveis já agendados. Aliás, a nossa agenda, aqui no Senado, tem sido uma tortura para todos nós, querendo cumprir todos os compromissos assumidos, mas a concorrência de horário, a concomitância da realização dos eventos tem tornado, assim, a nossa vida muito difícil.

Então, eu queria registrar aí a justificativa pelo meu atraso. Sei que perdi aí uma parte interessante do debate, importante, que sempre é travado aqui nesta Comissão.

Em segundo lugar, e acho que deveria ter sido em primeiro, eu queria dar um abraço muito fraterno em V.Exa. Um abraço amigo, um abraço apertado, um abraço de um colega que aprendeu admirá-lo e respeitá-lo pelas suas posições firmes, pela defesa das suas convicções, pelo elevado espírito público de V.Exa. E pelo grande companheiro e colega que se revela aqui, nessa convivência tão agradável e tão gostosa, não só nas demais, no Plenário, nas demais Comissões de atribuições de V.Exa., conosco nesta Casa. Fico feliz em privar da sua amizade. Fico feliz em poder conviver com V.Exa. Fico feliz em estar aprendendo com V.Exa. firmeza e o tirocinio, na luta permanente pela defesa dos interesses do povo brasileiro: Os idosos, os adolescentes, os portadores de necessidades especiais, enfim, de todo o povo brasileiro. Senador Paim, V.Exa. é um dos grandes exemplos que o povo brasileiro deve apreciar, admirar e acompanhar.

Gostaria de fazer alguma colocação. Eu observei que foram levantadas algumas questões relacionadas com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Entendo que essa legislação, ela representa um avanço e

ela, como toda a legislação que nós temos aqui, peca por ter também as suas falhas, os seus equívocos e os seus erros.

Eu não estou seguro se é no Estatuto, mas eu vou dar uma examinada para confirmar, que registra a proibição do trabalho infantil. Isso se tornou uma tônica nacional quando, na verdade, a preocupação, eu tenho certeza que de todos os legisladores, era com a exploração do trabalho infantil.

Senador Paim, eu, V.Exa. e a grande maioria do povo brasileiro é originária de família pobre, cujo único caminho decente e honrado para sobreviver é o trabalho. Eu comecei trabalhar muito novo, com nove, dez anos de idade.

Obrigado pela minha mãe, confesso que eu não gostava, achava ruim, eu preferia brincar como as demais crianças, é o desejo de todas as crianças. Hoje, eu compreendo perfeitamente e acho que me fez muito bem, a mim e aos meus sete irmãos, a exigência da minha mãe para que nós ajudássemos nas tarefas de casa e, assim que pudéssemos, exercitar atividades fora para ajudar na mitigada, na ínfima receita que nós temos em casa. Minha mãe, eu não me canso de render homenagens a ela. É uma das mais fortes e impressionantes representações da força e da coragem da mulher brasileira. Eu perdi meu pai cedo; minha mãe criou nove dos seus irmãos, mais dois sobrinhos do meu pai e teve uma prole numerosa. Eu sou o mais velho de oito filhos. E, graças a Deus, nenhum de nossos irmãos, nenhum desses parentes que ficaram sob a tutela, sob a condução da minha mãe e do meu pai, experimentaram um desvio comportamental. Graças a Deus. É uma família unida e é uma família que aprendeu, desde cedo, Senador Paim, meus caros colegas Senadores, que o trabalho é o único caminho honrado para as pessoas construírem o seu próprio destino.

Então, quando eu vejo essa proibição, é exatamente da preocupação da exploração do trabalho infantil, que ainda existe, que ainda existe, mas nós precisamos entender que é preciso separar o joio do trigo. Separar o certo do errado. Os pais têm o dever de ensinar os seus filhos a trabalhar. Não são todos os filhos que não precisam trabalhar. O percentual de filhos que nascem em berço esplêndido é pequeno. A grande maioria precisa trabalhar para sobreviver e construir o seu futuro. Nós precisamos, efetivamente, reexaminar o arcabouço legislativo que existe, pertinente a esse assunto, e aprimorá-lo para voltar a permitir aos pais que eles cumpram um dever de ensinar o filho a trabalhar.

Nessa mesma direção, veja, Senador Paim, agora há pouco o Senador Inácio Arruda falava que o crime organizado não é dirigido pelo pobre. Na verdade, há

uma pequena diferença nisso. Normalmente, o crime organizado e as outras ações são dirigidas por líderes. As pessoas não são iguais. Os líderes se destacam das demais. E, via de regra, esse que tem a condição de ser líder, ele tem uma condição de organizar-se e organizar a sua vida para ter uma condição de vida melhor. E dizia agora há pouco, o Senador Inácio Arruda, que os pobres estão sendo recrutados para trabalhar.

E aqui vem na direção do que eu estava comentando. Nós estamos discutindo à larga aí, a possibilidade da redução da maioria penal, porque os nossos jovens e os nossos adolescentes estão sendo recrutados pelo crime organizado. Ora, a família está proibida de ensinar o filho a trabalhar. A família está proibida pela Lei de ensinar o filho a trabalhar. Agora, o crime, o marginal que não respeita a Lei, que não respeita o próximo, quer tirar proveito de tudo, está recrutando para trabalhar no crime, quem poderia estar trabalhando em atividades saudáveis e produtivas, que rendessem resultado para si, para a sua família, para a comunidade e para o país.

Então, Senador Paim, nós precisamos é aqui, este foro, é o foro adequado para nós discutimos o ajuste dessa questão. Eu iria além. A minha mãe foi professora por mais de 30 anos. Aposentou-se com 30 anos. Eu fui aluno dela. Eu experimentei os rigores do aluno filho da professora. Ela exigia que o filho da professora, tinha que ter um conhecimento maior do que os demais alunos, porque era filho da professora. E ela não só admoestava, ela impingia alguns castigos naturais e normais que os pais precisam fazer com os filhos.

Eu tenho que agradecer à minha mãe por isso, porque foi graças a ela que eu acabei aprendendo alguma coisa. Eu, certamente, devo tê-la deixado frustrada, porque eu não consegui ser melhor aluno do que os demais da sala, mas eu compreendi a mensagem dela, que eu tinha o dever de estudar. De estudar para aprender e não estudar para passar como nós estamos vendo graças hoje no ensino brasileiro.

Então, nessa direção, o Estatuto da Criança e do Adolescente tem uma questão que eu quero trazer à discussão nesta Casa para que nós possamos aprimorá-lo. No seu art. 18, ele diz que: “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente”. Corretíssimo. “Pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano”. Corretíssimo. “Violento”. “Corretíssimo”. “Aterrorizante”. Corretíssimo. “Vexatório ou constrangedor”. Aí, eu fico na dúvida. Eu fui ao Aurélio para confirmar se o entendimento que eu tinha das expressões “vexatório” e “constrangedor” era exatamente aquilo que eu entendia. O que ocorre hoje, na sala de aula, o aluno pode impingir uma situação constrange-

dora ou vexatória ao seu colega, ao professor. Aliás, alunos insolentes e algumas coisas são até próprias da idade, nessa fase de formação, com a dificuldade daquele auxílio consistente de algumas famílias, de dar uma educação adequada aos seus filhos. O filho vai ter a educação complementar ou, às vezes, é quase que total, é na escola. E o professor está impedido de admoestar porque a admoestação impõe uma situação vexatória ou constrangedora ao aluno. O aluno pode. Não há punição para ele. Ele briga com o colega, desvia a atenção dos demais colegas, insulta o professor. Se o professor reagir, se o professor aplicar uma reprimenda na vista dos outros, é uma situação vexatória ou constrangedora, como diz o Aurélio. Não pode. O que é que acontece? É chamado o professor na Secretaria e, ali sim, ele é admoestado por ter admoestado o aluno. Ou quando os pais são convidados e, normalmente, o pai acha que o filho é Santo. “Não, meu filho? Não, meu filho não fez isso que você está falando. Meu filho não praticou essa maluquice. Meu filho é bem-educado, tem uma educação de berço”. O pai, ocupado com os seus afazeres, não acompanha o dia-a-dia das crianças. Cada dia que passa, hoje, Senador, em decorrência dessa sociedade consumista, os pais estão mais distantes dos filhos. Mal vêem o boletim escolar, a cada bimestre, e, às vezes, olham e não querem saber por que é que tirou nota baixa; se é porque está tendo dificuldade de aprender ou se é porque está brincando demais, gazeteando as aulas. Hierarquia e disciplina cabem em qualquer lugar. Nós precisamos corrigir esse erro, esse equívoco que nós cometemos aqui no art. 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente para voltar a permitir o exercício da hierarquia e da disciplina dentro da sala de aula.

Não é por acaso e nem à toa que nós estamos vendo multiplicar os comentários sobre o desastre que está tomando conta da Educação, principalmente da Educação fundamental e básica deste país. A criança está solta, faz o que quer. Sai da sala de aula a hora que quer, brinca, conversa com aluno, vira as costas para o professor. Entra e sai à hora que quiser. Se for chamada a atenção, o professor é quem recebe a reprimenda. Então, nós precisamos dar a nossa contribuição. Discutir isso aqui para eu entender melhor que o meu raciocínio pode estar errado. Eu quero é discutir com os meus pares, com os meus colegas desta Comissão e do Senado sobre essa questão, porque eu entendo que hierarquia e disciplina que ocorreram no tempo em que nós éramos crianças, eu fui professor, na minha sala de aula eu exercia a autoridade com firmeza. Não permitia esse tipo de atividade que está hoje tomando conta da sala de aula. Imagine no ensino fundamental e no básico, imagine como é que fica isso

com os adolescentes, com os jovens, que têm já esse sentimento de independência e de autonomia?

O que acontece com o país que está se mergulhando num índice alarmante de criminalidade é porque nós estamos gastando montanhas de dinheiro com a repressão, com aparato policial, com aparelhamento policial e estamos deixando um pouco assistência, a causa dessas questões, que é o apoio ao cidadão na sua fase de formação, na fase de formação do seu caráter. Nós temos o dever de cuidar do cidadão desde tenra idade, de criancinha até a juventude. Ele, tendo esse apoio, inclusive, do Estado, dificilmente ele derivará para um desvio comportamental e para a criminalidade, Senador Paim.

Então, eu acho que V.Exa. está presidindo uma das mais importantes Comissões deste Senado. E eu quero trazer para o Plenário deste Senado este tema, essa questão que passa pela Educação, que vai passar por outros temas para ser finalmente decidido pelo Plenário da nossa Casa. Mas, fico feliz que aqui nós começaremos a debater e discutir essa questão e, quem sabe, darmos a nossa contribuição que as gerações futuras estão, as gerações de hoje estão a nos cobrar; as futuras gerações também nos cobrarão se nós não tomarmos uma atitude de modo a corrigir as falhas que nós temos no arcabouço legal. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Quintanilha, eu vou passar a palavra ao Senador Romeu Tuma, em seguida, Senador José Nery. Mas dizer que V.Exa. traz uma reflexão à essa Comissão. Esse o fórum mesmo do debate. V.Exa., veja bem, preside a Subcomissão do Idoso, mas ao mesmo tempo quer fazer aqui a discussão da nossa criança e do adolescente. Eu acho que essa reflexão, ela tem que ser feita. Eu, independente da sua fala, eu só queria dizer que, quando eu escrevi um dos... Eu escrevi alguns livros. O último foi “O rufar dos tambores” e, no “Rufar dos tambores”, Senador Quintanilha, eu falo já no início, que lá eu comecei a trabalhar com oito anos de idade. E teve um colega meu que me disse que não deveria ter dito isso. Mas, é a verdade, é a história, é a vida. Eu comecei, efetivamente, a trabalhar, claro, na orientação da minha casa, da família, em Caxias do Sul, plantando no quintal do pátio.

Então, eu plantava batata, o milho, repolho, e isso me fazia muito bem. E no outro período eu ia para a aula. E aí eu fui, com isso, fazendo a minha própria formação. E se eu não estou dizendo aqui, e não foi também a intenção do Senador Quintanilha, que nós temos que botar as crianças trabalhar com oito anos. Nós estamos falando da disciplina, da educação que começa efetivamente em casa. Só essa rápida con-

sideração, porque eu me lembrei desse fato que faz parte da minha vida. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu queria primeiro cumprimentar V.Exa. pelo aniversário. Viu, na minha agenda, está em primeiro lugar, tentei ser o primeiro, mas, acredite, as minhas orações da manhã foram para sua saúde, sua felicidade e que continue com esse sucesso, com esse coração maravilhoso que V.Exa. tem demonstrado nesta Casa.

Eu ouvi com atenção o Senador Leomar Quintanilha. E gostei do tema que foi levantado. Outro dia, Presidente, V.Exa. lembrou que começou trabalhar como criança, eu também. E eu tenho como troféu, ainda esta semana discuti com a minha mulher, com os meus filhos, que eles querem que eu escreva um livro de todas as passagens minhas pela área de segurança. E aí várias histórias que, felizmente ou infelizmente, eu tive que passar durante quase 50 anos.

E, entre os meus troféus, que eu guardo com maior carinho, é a carteira de menor trabalhador; menor, com 14 anos, a gente ia ao Departamento do Trabalho e tirava a carteira de menor para trabalhar numa casa comercial como office-boy. Não tenho nenhuma desonra por isso. Nem acho que deve, deve sim abrir caminho para as crianças não precisarem trabalhar, mas desde que elas recebam a contrapartida o que Estado pode oferecer. Ele lembrou uma coisa aqui que deve ter emocionado o Senador, que a sua mãe foi sua professora.

A minha mulher, como professora, Diretora de Escola, alfabetizou no primeiro ano os quatro filhos que eu tenho. E eles, graças a Deus, têm uma linha de conduta exemplar, todos formados, porque a mãe era dura na queda, não deixava que houvesse nenhum tipo de falta de disciplina.

E hoje, Senador Leomar Quintanilha, nós ficamos chocados, em São Paulo, quando houve um compromisso do então Prefeito Paulo Maluf, da construção de um colégio militar, na área que era do QG do Estado Maior do Exército, onde tinha a PE e tudo. Derrubaram tudo para construir o colégio militar que, infelizmente, por qualquer razão, não foi iniciado. E hoje nós sabemos, em todos os testes que são efetuados, da qualidade de ensino, os alunos do colégio militar têm privilégio de serem os primeiros colocados por causa da disciplina. Não é a hierarquia, porque isso eles terão no futuro se seguirem a carreira, mas a disciplina. A imposição de uma disciplina em que o aluno sabe que ele é ele. Ele tem que saber e aprender por si. Não vai depender do colega e nem do professor isoladamente. Ele tem que se dedicar e compreender senão ele poderá ser até desligado do curso por falta de acompanhamento da turma.

Eu tenho aqui debatido e não vou esmorecer, desde o primeiro dia, não se pode confundir, não há o direito de ninguém confundir o menor infrator, aquele que matou, estuprou, estuprou ou com o menor que não tem assistência nenhuma e a família desagregada não tem poder aquisitivo. Nós temos que isolar um do outro e trabalhar em sentido diferenciado.

Não adianta fazer uma Lei única, que pune aos de 16 anos, se tem gente de 16 anos que precisa só de um apoio para poder estudar, trabalhar, aprender, porque ele deseja ser inserido na sociedade.

Então, V.Exa. está correto nisso. Vou continuar lutando por isso. Tem que separar, Senador. Não dá, aquele que matou dez, 15, não tem jeito de recuperar, é difícil. Eu acho que uma criança de 16, 15 anos, poderá, talvez, num sistema prisional diferenciado não dá para misturar nunca, em hipótese alguma, com colégio escola de formação profissional, tudo isso poderá responder, dentro do ECA, por uma punição, restrição de liberdade. Mas, oferecendo, em contrapartida, uma oportunidade dele se recuperar ou ficar no caminho do crime e aí a sociedade terá que tomar providências.

Agora, aqueles que são abandonados... Vai numa favela dessas, Senador. Eu fui a várias. Um quarto, um quarto onde tem uma televisão às vezes daquelas do Século XVIII e 10 meninos, o pai e a mãe na mesma cama. Cada um se ajeitando. O pai fica ali, a mãe na orelha o dia inteiro; ele vai para o bar, no sábado, enche a cara e vai matar alguém. Porque o próprio desafogo dele é contra a família. Ele não encontra outro caminho, não consegue agredir o cidadão, então, às vezes agride a mulher, agride os filhos.

Então, tudo isso é obrigação do Estado enxergar de forma diferenciada. Não adianta... Eu acho que bolsa-família é bom, tudo é bom. Mas e a parte do interior, espiritual do cidadão, da agregação da família, de buscar meios para uma sobrevivência digna. Não importa onde morem, mas que tenha a dignidade. Eu estou falando isso porque eu repito muito, nós não podemos misturar a qualidade daqueles que praticam o crime, são infratores, e daqueles que ainda não foram aliciados pelo crime. Que poderão ser por falta de oportunidade.

E eu queria hoje também, se V.Exa. permitisse, apenas uma referência, também discutimos aqui futuramente o Código do Consumidor, que hoje é o Dia Internacional do Consumidor, eu acho que isso é importante. Há uma defasagem, esses empréstimos de desconto em folha estão trazendo uma consequência amarga para muita gente, não tem mais condições nem de pagar as suas contas, de se alimentar, porque viram aquele dinheiro cair do céu, de repente, o anjo da guarda não vai trazer de volta para pagar. Então,

trouxe muita dificuldade. São coisas que são necessárias, mas tem que ser estudada, qual é a forma que a pessoa poderá continuar sobrevivendo sem ter que se enterrar e procurar outros caminhos que não sejam da honestidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Muito bem, Senador Romeu Tuma. Vou passar a palavra ao Senador José Nery.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Presidente, pela ordem. Só para... O Senador José Nery, me permita, antes de V.Exa., Senador José Nery...

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – José Nery.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Desculpe, Senador José Nery. Antes de...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador José Nery, porque eu também tenho a mania de trocar, Senador José Nery.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador José Nery. Antes de V.Exa., só para não perder aqui a ligação daquele comentário que eu fiz, eu já achei aqui, no Código da Criança e do Adolescente, é o seu art. 60, que diz assim: “É proibido qualquer trabalho a menores de 14 anos de idade, salvo na condição de aprendiz”. Quer dizer, aqui está ressalvada a condição de aprendiz, não é? Então isso... O ressalvo, a ressalva aqui atenua. Acho que, nesse particular, aqui está bom. Mas o art. 18 continua insistindo, continua insistindo que ele precisa ser reabilitado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Senhor Presidente Paulo Paim, Srs. Senadores, a questão abordada, agora há pouco, pelos dois Senadores que me antecederam, Senador Leomar Quintanilha e Senador Romeu Tuma, em relação a essa questão do direito da criança e do adolescente, eu creio que nós vamos aprofundar esse tema e explorar ao máximo, no âmbito da subcomissão temática, do Direito da criança e do adolescente e, ao final, dos nossos... Aliás, no curso dos nossos trabalhos na subcomissão, creio, vamos conseguir produzir um conjunto de propostas que melhor se adequem à realidade e que efetivamente contribua para melhorar o trato, o respeito e a dignidade das nossas crianças e adolescentes, e também, evidentemente, dos métodos de abordagem, de tratamento, na relação que deve ocorrer no seio da família, na escola e na comunidade.

Então, temos sobre esse sistema realmente questões da mais alta relevância e, inclusive, realmente, Senador Quintanilha, eu ia fazer um reparo em rela-

ção a essa questão de que os pais estariam proibidos de ensinar uma atividade, uma profissão, um trabalho. Na verdade, não estão, desde que não seja não só na família, mas até em alguma instituição, o menor de 14 anos que esteja na condição de aprendiz. Então, eu queria...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador José Nery me permita, muito bom o seu esclarecimento, que vem colabora com o debate, porque alguém lá que está assistindo a TV Senado pode estar achando que nós estamos contra o Estatuto. Não é isso. Estamos apenas reafirmando essa lógica que agora aqui os dois Senadores afirmaram. O Estatuto diz que, na condição de aprendiz, ele pode sim, exercer, aprender a trabalhar. Meus cumprimentos a ambos. Para não passar uma impressão que alguém: “Olha, lá na Comissão de Direitos Humanos, disseram...”, o que não é verdade. Ficou muito bem esclarecido.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Exato. E alguém se prevalecer disso justamente para fortalecer todo... Aqui também é bom que se diga, há toda uma campanha que, em certa medida, eu acho nociva, de ataque a esse conjunto de medidas, de normas, que conseguimos avançar e aprovar no Parlamento brasileiro, em relação ao direito da criança e adolescente. Creio que nenhuma lei está isenta de alteração, de redefinição. No entanto, cada alteração que ocorra tem que ser no sentido do aprofundamento das conquistas. Porque é claro também que uma análise mais crítica da situação que estamos vivendo no país pode indicar que é preciso adotar alguns mecanismos que regulem melhor esse tratamento entre o professor, o pai, a mãe, os organismos da sociedade, em relação às crianças e das crianças em relação a essas instituições.

Então, nesse sentido, temos muito a fazer, muito a debater e, com certeza, muito a contribuir para que essa questão seja tratada com a necessária determinação, coragem, no enfrentamento desse tema. Eu queria aproveitar a oportunidade, senhor Presidente, para anunciar e registrar aqui a presença, entre nós, a visita, a participação da Vereadora Marinor Britto, da Câmara Municipal de Belém do Pará, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos naquela Câmara Municipal e da Comissão de Educação e presidiu, o ano passado, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em Belém. Esse trabalho está resumido numa cartilha, num livro, em que registra o trabalho da Comissão. Eu vou tentar sugerir...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu vou tomar a liberdade, um aparte, Senador, eu queria agilizar... Que ela me entregue...

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Eu queria exatamente propor, ela me trouxe aqui os documentos, inclusive, que têm um valor fundamental, que é o trabalho da CPI ter redundado num fortalecimento na defesa do direito da criança e adolescente em Belém, com a participação dos diversos segmentos que têm preocupação com essa questão. Então, queria convidar, com a sua permissão e dos senhores Senadores, a Vereadora Marinor Britto, para que ela mesma faça ao a entrega ao Presidente Paulo Paim desse documento, e que são dois documentos, e um desses documentos seja entregue à Subcomissão específica que trata dos direitos da criança e do adolescente. É uma forma de valorizarmos o trabalho que as Câmaras Municipais têm feito país afora, no sentido de fortalecer essa luta pelo direito das crianças e adolescentes. Muito obrigado, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Nesse momento, eu só não vou abrir a palavra hoje, porque, infelizmente, o regimento não permite, com alegria eu recebo esse documento da Vereadora Marinor Britto do PSOL de Belém do Pará.

VEREADORA MARINOR BRITTO (PSOL-PA) – Bom trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Com esse gesto simbólico, nós vamos encerrar a presente reunião, a não ser que o Senador Flávio Arns tenha alguma consideração, dizendo que hoje, para alegria nossa, nós realizamos a primeira Sessão da Comissão dos Direitos Humanos no seu espaço definitivo. Se vocês olharem aqui para a direita, hoje a gente já tem ali, essa sala foi uma conquista da sociedade organizada e dos Senadores que dedicam, e Deputados, a sua vida para os Direitos Humanos. Então, está aqui, oficialmente, a partir de hoje, esta sala. Com esta fala, eu acabo inaugurando a galeria dos ex-Presidentes da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participava do Senado Federal, com... Ali, o Senador Cristóvão Buarque; o ex-Senador Juvêncio da Fonseca e o Senador Magno Malta. São os ex-Presidentes. Foram colocadas nessa quinta-feira que passou essas inscrições que garantem esse espaço definitivamente aqui no Senado da República.

Parabéns a todos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (Pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Um abraço a todos. Está encerrada a presente reunião.

(Sessão encerrada às 11h09)

Ata da 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Conjunta com A 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais e a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 21 de março de 2007, quarta-feira, às 10:00 horas.

Às dez horas e doze minutos do dia vinte e um de março de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência da Senhora Senadora Patrícia Saboya Gomes, reúnem-se as Comissões de Assuntos Sociais e a de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide, Paulo Paim, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita, Paulo Duque, Wellington Salgado, Romeu Tuma, Jonas Pinheiro, Arthur Virgílio, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, José Nery, Serys Slhessarenko, Eduardo Suplicy, Augusto Botelho, Marcelo Crivella, Mão Santa e Lúcia Vânia. reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os (as) Senhores (as) Senadores (as) Leomar Quintanilha, Gilvam Borges, Demóstenes Torres, Eliseu Resende e Papaléo Paes. A Senadora Patrícia Saboya declara aberta a reunião conjunta das Comissões, submetendo à Comissão de Assuntos Sociais, à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e à Comissão de Educação a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores, que são em seguida aprovadas. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atende ao requerimento nº 1 de 2007 – CDH, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes para instruir o PLS nº 281, de 2005, que “cria o Programa Empresa Cidadã, destinando à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal”. Com os seguintes convidados: José Pastore – Consultor da CNI e Professor da Universidade de São Paulo, representado Armando de Queiroz Monteiro Neto – Presidente da Confederação Nacional da Indústria; Paulo Antonio Skaf – Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; Eugênio Pereira da Cunha Garcia, Assessor da Divisão Sindical da CNC, representado Antonio José Domingues de Oliveira Santos – Presidente da Confederação Nacional do Comércio; Michael Haradon – Presidente da Fersol; Ivan Zurita – Presidente da Nestlé. A Senhora Presidente convida os senhores convidados a sentarem-se à mesa para dar início aos debates. Às dez horas e trinta e sete minutos a Senhora Presidente dá a palavra ao Senhor José Pastore, que expõe, utilizando recurso de multimídia em arquivo Power Point. Às dez horas e cinquenta

e sete minutos a Senhora Presidente dá a palavra ao convidado Senhor Michael Haradon, Presidente da FERSOL, que utiliza recurso de multimídia em arquivo Power Point. Durante uma pausa na apresentação do Senhor Michael Haradon, para sanar problemas técnicos no equipamento de multimídia da sala de reunião nº 2, a Senhora Presidente passa a palavra ao Doutor Deuclécio para suas considerações. Às onze horas e vinte e cinco minutos a Senhora Presidente passa a palavra ao Senhor Eugênio Garcia da Confederação Nacional do Comércio para sua exposição. Às onze horas e vinte e nove minutos a Senhora Presidente passa a palavra a Senhora Claudia para suas considerações. Às onze horas e trinta e três minutos a Senhora Presidente passa a palavra para a atriz Maria Paula, Madrinha da campanha de apoio ao projeto em instrução. Às onze horas e cinquenta e dois minutos a Senhora Presidente franqueia o uso da palavra aos Excelentíssimos Senhores Senadores. Fizeram uso da palavra as Senhoras Senadoras Kátia Abreu, Patrícia Saboya Gomes, Fátima Cleide, Serys Slhessarenko e Rosalba Ciarlini e os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, Inácio Arruda, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Paulo Paim e Eduardo Suplicy. Durante o uso da palavra dos Senhores Senadores às doze horas e um minuto a Senhora Presidente passa a Presidência ao Senador Paulo Paim. Às doze horas e trinta e dois minutos o Senhor Presidente Senador Paulo Paim passa a presidência a Senhora Senadora Patrícia Saboya Gomes. Faz uso da palavra o Senhor Joelson Dias, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, que faz suas considerações, em ato contínuo às treze horas e dez minutos o Senhor Senador Paulo Paim pede a palavra e a Senhora Presidente lhe dá a palavra para suas considerações finais como relator do projeto. A Senhora Presidente às treze horas e quinze minutos franqueia a palavra aos convidados que desejam fazer suas considerações finais. Item Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Senhora Presidente faz suas considerações finais e encerra a reunião às treze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Bom dia a todos. Havendo número regimental declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais e a 5ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

A presente Reunião conjunta destina-se à Audiência Pública com a presença do Exmo. Sr. Nelson Machado, Ministro da Previdência, com vistas a tratar das questões atinentes ao Fórum Nacional da Previdência e o papel do Parlamento, atendendo ao Requerimento nº 01 de 2007 da Comissão de Assuntos Sociais e ao Requerimento nº 02 de 2007 da Comissão de Direitos Humanos, ambos de autoria do Senador Paulo Paim.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Senadores que aprovam, queiram permanecer como se acham. Aprovada.

Sobre a mesa, Requerimento nº 03 de 2007 da CAS e nº 06 de 2007 da CDH que solicita que a referida audiência seja realizada no dia 27, hoje, de fevereiro de 2007 de autoria do Senador Paulo Paim. Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Peço ao ilustre Senador Paulo Paim e o Senador Nery para acompanhar o Ministro até a nossa mesa.

Dando início a nossa Reunião, a nossa Audiência, em primeiro lugar eu gostaria de agradecer, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais a honrosa presença do Ministro Nelson Machado que prontamente atendeu ao nosso convite. A sua participação nessa Audiência Pública conjunta tanto da Comissão de Assuntos Sociais, como da Comissão presidida pelo Senador Paulo Paim de Direitos Humanos é certamente da mais alta importância para todos nós. De fato esse Decreto 6.019 de 22 de janeiro último que cria o Fórum Nacional da Previdência Social dentro das ações do programa de aceleração do crescimento e abre, evidentemente, uma nova fase de debate nesta Casa e no Congresso Nacional. Portanto, a presença do Ministro Nelson Machado inaugura essa nova fase no que se refere ao Senado Federal.

Eu quero agradecer, mais uma vez, parabenizar o Senador Paulo Paim como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e autor do Requerimento que traz um assunto que é tão importante para todos nós, um assunto que tem sido debatido no Brasil como um todo. E V. Ex^a. chegando aqui hoje na nossa Comissão, certamente, vai trazer os esclarecimentos necessários para que cada vez a gente possa aperfeiçoar mais a nossa condição, e mais do que isso acolher, que eu tenho certeza, sugestões daqueles que fazem parte da nossa Comissão de Assuntos Sociais que são Senadores completamente dedicados a esta e a outras causas. Portanto, sem me alongar muito, hoje nós temos que pedir desculpas ao Ministro, porque hoje nós estamos também com a presença de três Ministros na Casa, então nós Senadores estamos nos dividindo para poder participar de todas as Audiências Públicas.

A líder do nosso bloco, Senadora Ideli Salvatti acaba de chegar. Eu agradeço também a presença da nossa líder que vai virar suplente para me prestigiar. Já pensou que honra? (risos). Obrigada, Senadora.

Então, eu passo a palavra ao Ministro Nelson Machado para que possa fazer a sua explanação no tempo que deseja.

SR. MINISTRO NELSON MACHADO – Em primeiro lugar eu quero cumprimentar a Senadora Patrícia, Presidente da Mesa, Senadores e Senadoras aqui presentes, todos os que estão nos ouvindo.

Eu queria, antes de falar do Fórum, eu queria aproveitar a oportunidade para apresentar aqui na Comissão alguns indicadores da gestão da Previdência Social. São quatorze telas que eu vou passar aqui, são dados que eu considero relevantes até para gente entender qual é o objetivo do Fórum. Então, eu vou pedir essa gentileza, vai demorar um pouquinho, uns 20 minutos, no máximo, e aí nós falamos, especialmente do Fórum e aí a gente abre para discussão.

Este gráfico está ligado à questão da melhoria do atendimento. Eu queria reafirmar aqui que a meta do nosso Ministério nos últimos dois anos tem sido basicamente garantir o acesso ao direito previdenciário de todos os trabalhadores e trabalhadoras do país. Para garantir o acesso ao direito previdenciário, nós precisamos melhorar a qualidade do atendimento, e precisamos, também, combater as fraudes e desperdícios, porque fraudes e desperdícios distorcem e impossibilitam que a gente possa atender os direitos previdenciários.

Então, essas duas máximas são fundamentais para que a gente, efetivamente, consiga garantir o acesso ao direito. Esse gráfico mostra a quantidade de requerimentos feitos ao INSS nos últimos quatro anos.

Os senhores podem observar que em 2003 nós tínhamos uma média de 344 mil requerimentos, média/mês. Em 2004 ele subiu para 459; 2005 caiu para 428 em função de dois meses de baixa que é relacionado com dois meses de greve, praticamente; e em 2006 nós temos uma média de 582 mil requerimentos/mês, ou seja, um crescimento de quase 50% ou mais de 50% em relação ao ano anterior e com um pico em maio de 2006 de 750 mil requerimentos/mês protocolados.

Então, isso mostra que com o conjunto de ações na área da qualidade do atendimento nós conseguimos ampliar em 50% o volume de requerimentos, isso é muito importante e isso tem grandes conseqüências.

Ainda no tocante à melhoria do atendimento, para que a gente pudesse fazer esse incremento tão grande no volume de requerimento, além, das ações de qualidade, ampliação do horário de atendimento; além, da contratação de novos servidores, nós investimos muito

fortemente na possibilidade de fazer requerimentos por meio da Internet, ou seja, nós reestruturamos no final de 2005, reestruturamos a nossa página na Internet e, além, de reestruturar a página na Internet criamos instrumentos para que os trabalhadores e as trabalhadoras pudessem acessar a Internet, já que eles não têm acesso direto à Internet. E esses mecanismos foram convênios com as diversas entidades patronais, federações do comércio e das indústrias pelo país a fora, entidades que têm centros de inclusão digital para que possa fazer o acesso, e, principalmente, a criação de uma central de tele-atendimento, central de telefone que atende pelo telefone 135 que passou então a agendar perícia médica pelo telefone 135, e aí é fácil de ver esse gráfico.

A linha avermelhada mostra o agendamento feito nas agências; a linha azul, logo abaixo, mostra o agendamento feito pela internet, e aí nós podemos perceber que em junho do ano passado as duas curvas se cruzaram e hoje, janeiro de 2007 nós tivemos 292 mil requerimentos de auxílio-doença feito pela internet. Isso significa que nós retiramos das agências mais de 280 mil pessoas que deveriam ter ido para fazer o requerimento, fora a quantidade de vezes que o povo vai para fazer o requerimento e depois não consegue fazer.

Então, isso que mudou a qualidade efetiva do nosso atendimento, foi a possibilidade de fazer o atendimento fora da agência, com o agendamento previamente definido.

Reflexo disso é o tempo de permanência do segurado nas nossas agências. Essa é uma estatística feita a partir do sistema chamado Siga, um sistema implantado em 679 agências, aonde o segurado quando chega pega a senha, e ao momento que ele é atendido, termina o atendimento é dado baixa. Então, feito o cômputo médio, nós tínhamos um tempo de 1 hora e 45, 1 hora e 50 minutos em outubro de 2005 e conseguimos baixar esse tempo agora para uma hora, ainda é muito tempo, o tempo médio de espera ainda é muito tempo. Quando nós chegarmos no ponto onde todo o atendimento na Previdência possa ter sido agendado previamente, portanto, o segurado chegando na agência com hora marcada, nós acreditamos baixar esse tempo para 35, 40 minutos, no máximo.

Como consequência da redução do tempo, a redução do número de pessoas que vão até as agências, nós temos aí um indicador das nossas filas. Isso aí mostra o seguinte: em dezembro de 2005, todo mundo lembra a discussão sobre a fila, se a gente vai ou não vai acabar com a fila, e essa era a nossa meta acabar com a fila da madrugada nas agências da Previdência Social.

Em dezembro de 2005 nós medimos a fila, medimos é uma coisa simples, toda vez que você tem um objetivo você tem que medir para poder ter a meta e saber onde vai chegar. Medimos, nós tínhamos uma média de oitenta pessoas na fila no momento em que a agência era aberta. Média de oitenta pessoas significa, Senadoras e Senadores, significa que nós podemos ter lugar que tem dez, quinze, vinte; mas lugares que tem duzentas, trezentas, quatrocentas, quinhentas pessoas na fila.

Depois desse conjunto de ações, qualidade no atendimento, Internet, aumento do tempo de abertura das agências, contratação de novos funcionários, esse número caiu para quarenta, trinta e cinco, trinta, e agora dezembro de 2006, que é a nossa última medição conhecida, nós estamos com média de vinte pessoas na fila, isso significa que nós reduzimos para 1/4 a quantidade de pessoas na fila no momento que a agência é aberta.

Nós temos convicção que esse número em termos médio tem que baixar para cinco, dez, porque sempre, obviamente, nós vamos ter pessoas que vão estar na porta da agência na hora que abre a agência, ninguém vai conseguir fazer como a produção de carro japonês, “on time”, quer dizer, abre a porta e o cara chega, não vai ter jeito, então ele vai chegar sempre antes. Mas ela tem que ficar num número de cinco, dez, quinze pessoas que é um número médio aceitável.

Dentro da linha da melhoria de garantir o acesso ao direito, melhorar o atendimento e combater a fraude de desperdício, uma ação desenvolvida pelo Ministério é a questão do senso previdenciário, que eu tive oportunidade de mostrar aqui nesta Casa o projeto, lá em setembro de 2005, e aí nós temos um quadro que mostra os resultados até agora. Os senhores devem se lembrar que o modelo do senso foi montado para ser um modelo muito lento, muito devagar, mas muito seguro respeitando as condições dos nossos aposentados e pensionistas, condições aonde eles precisam de questões e condições especiais, porque tem dificuldade de leitura, às vezes de compreensão, de locomoção. Portanto, desde o momento em que o segurado é convidado para fazer o agendado até o último edital de suspensão do benefício se passam oito, nove meses, então é bastante demorado, tanto que começamos em outubro de 2005 e os seus reflexos irão até setembro de 2007, por isso que eu dizia que isso é uma ação, embora, política do nosso Governo, é uma ação do Estado Brasileiro porque a lei já há muito tempo colocava que era obrigatório fazer o senso a cada cinco anos. Desde 91 estava colocado é a primeira vez que nós estamos concluindo um senso dessa magnitude. Para ter idéia do tamanho disso, nós

estamos fazendo um senso com dezessete milhões e duzentas mil pessoas, desses dezessete milhões e duzentas mil pessoas, nós temos ainda sem participar do senso apenas 758 mil 346, portanto, nós estamos no nosso finalzinho, e é importante documentar aqui dois conceitos importantes, o primeiro é o da cessação de benefícios. Então, depois de todo o processo de avisar no terminal, mandar carta, fazer edital, suspender o benefício, permitir que durante três meses depois de suspenso, o beneficiário aparecer no banco comprovar a existência, trazer o documento o recurso é liberado quase que imediatamente, depois disso tudo o benefício é suspenso.

Então, nós temos ali naquela coluna benefícios cessados. Nós cessamos até agora 43 mil, 553 benefícios com basicamente até o mês de março, porque já estamos computando ali a cessação que vai estar colocada agora no pagamento da próxima semana. Ainda falta colocar as cessações que ocorrerão a partir de abril até setembro, esse número deve subir bastante. Mas o mais importante do senso não é a cessação direta pelo senso, o mais importante é na última coluna ali. Cessações por motivos não relacionados ao senso, 726 mil, então dessa massa de 17 milhões, 726 mil foram suspensos. Que suspensão é essa? É uma suspensão que não está ligada diretamente com o senso, mas é uma suspensão que tem a ver com o senso, por quê? Porque a Previdência Social sempre cessou benefício, quando o segurado falece a família comunica, ou o nosso sistema de informação de óbito nos passa a informação, a DATAPREV roda as informações e faz as suspensões. Só que nós tínhamos antes do senso algumas dificuldades, primeiro: grande parte ou uma parte das famílias não devolvia, aliás, nem sabia que tinha que devolver, às vezes até pensava que o cartãozinho fazia parte da herança. Isso aconteceu e não é brincadeira. De outras vezes a informação não chegava até a Previdência via o sistema de óbito, mas o sistema nosso não era capaz de detectar. Porque aparecia lá Nelson Machado, deve ter uns quinhentos Nelson Machado, então qual deles? Então, na dúvida não pode cortar de ninguém.

Agora com o cadastro mais adequado, atualizado para aqueles que já fizeram, com a campanha que foi feita com relação aos benefícios, com relação ao senso, a importância de comparecer e a adesão dos nossos aposentados e pensionistas que aderiram muito fortemente à questão do senso; a velocidade de suspensão dos benefícios aumentou muito. Então, esses 726 eu não consigo separar o que é que é o normal, o que é que é o aumento de velocidade que precisaria fazer estudos econométricos, mas claramente esse benefício, essa sensação aumentou muito rapidamen-

te, o que mostra que, efetivamente, o senso tem sido um sucesso.

Nós temos tido muito cuidado com o senso porque nós tratamos com um pessoal que tem dificuldades, e eu quero já até colocar aqui para a Comissão alguns aspectos que me preocupa bastante e nós vamos ter dificuldades no próximo mês de abril, isso porque no nosso modelo nós tínhamos colocado a possibilidade daqueles que não tiverem condição de locomoção pudessem mandar um procurador fazer o senso, e isso foi feito, o procurador faz o senso. Acontece que o senso só se completa quando um funcionário da Previdência vai lá e faz a visita e comprova que o segurado está naquele endereço e tal.

Nós tivemos mais de seiscentos mil benefícios sendo recenseados pelo procurador, já fizemos trezentas e tantas mil visitas e dessas trezentas e tantas mil visitas, 32 mil não foram encontrados. Esses que não foram encontrados nós já lançamos o edital na semana passada, agora o edital convidando para que eles compareçam a uma agência da Previdência Social para dar o novo endereço do segurado, porque o segurado, nesse ínterim, pode ter mudado, pode ter ido para casa do outro filho, mudado de casa de repouso, pode ter acontecido alguma coisa, o nosso funcionário pode não ter encontrado o endereço correto; enfim, pode ocorrer várias questões, várias possibilidades, mas o fato objetivo é que nós não encontramos. Portanto, o benefício poderá ser suspenso. Então, nós fizemos o edital convidando para fazer a visita até a agência, levar o novo endereço para que a gente possa fazer a visita. Caso isso não ocorra, nós teremos a suspensão de cerca de 30 mil benefícios de pessoas que fizeram o senso mediante procurador e que não foram encontrados. E portanto, o que nós teremos a partir de abril é uma possibilidade dessas pessoas terem o benefício suspenso e aí terem que, obviamente, irem até a agência, dar o novo endereço para que o nosso funcionário faça a visita e que ele possa, então ter o benefício reativado. Isso, obviamente vai demorar uns cinco, seis, dez dias para o benefício ser reativado. Então, é uma questão importante e eu já queria deixar essa comunicação, que nós precisamos do apoio, inclusive, da Comissão para que compreendam que a Previdência não pode deixar de suspender esse tipo de benefício, embora nós saibamos que vai ocorrer situações onde as pessoas ficarão dez, quinze dias, porque, muitas vezes, essas pessoas podem não existir, evidente, mas grande parte deve existir, simplesmente mudou de endereço e não toma conhecimento e colocar o edital, a gente faz porque é obrigação legal, mas pouquíssimas pessoas lêem edital, vocês sabem disso.

Aí a questão das pesquisas, eu já falei. Então, nós já temos 651 mil pesquisas geradas, 390 mil já foram respondidas, 136 falta aguardar resposta e 124 mil está sendo para distribuir. Então, esse processo desse edital da 30 mil vai se repetir, agora todos os meses teremos um pequeno edital das pessoas que fizeram por procurador e não compareceram.

Falar um pouquinho aqui de auxílio-doença. Dentro dessa linha de combate às fraudes e desperdícios, além, do senso uma outra ação com relação ao auxílio-doença. O auxílio-doença é um instituto fundamental de cobertura dos trabalhadores brasileiros. Por que ele é fundamental? Porque ele provê o recurso, provê o salário para quando o trabalhador ou a trabalhadora, por condições de doença profissional ou acidente de trabalho, ou uma doença qualquer que a impossibilite de trabalhar ele possa ter um seguro social, ele ter a sua garantia, ter a sua renda para manter a sua família até que ele possa voltar à condição de trabalho.

O que é que aconteceu com o auxílio-doença? O auxílio-doença aconteceu uma coisa muito grave neste país.

Esse gráfico mostra a quantidade de auxílios-doença emitidos em um mês pegando os pontos de dezembro em dezembro de cada ano.

Em 2000, em dezembro de 2000 a Previdência Social pagou 569 mil benefícios. A partir dali essa quantidade fez uma inflexão e uma subida vertiginosa, passou para 650, 950, 1,2 milhão, 1,5 milhão; fechou 2005 com 1 milhão 618, sendo que em 2005 já estava caindo, porque o pico foi outubro 1 milhão 660.

O auxílio-doença tem a ver com as dificuldades no trabalho, no ambiente de trabalho, a forma do trabalho; enfim, tem a ver com a quantidade de segurados, tem a ver com as doenças, mas não tem nada, do ponto de vista material, objetivo no nosso mercado que explique que a gente saia de 600 mil para 1 milhão e 600 em cinco anos, não tem nada que possa explicar isso do ponto de vista das doenças objetivas.

Nós passamos a analisar qual era a causa disso por quê? Não tivemos nenhuma tsunamê, não tivemos nenhuma peste, não tivemos terremoto, nada. Então, como é que pode acontecer isso? As empresas não pararam de cuidar dos seus. As leis continuaram iguais de seguro... Por que é que mudou?

Então, nós detectamos duas questões que nós consideramos que são centrais. A primeira é que a partir da 2000 a questão da terceirização da perícia médica ganhou asas e voou para tudo quanto é lado. Porque até então era possível a terceirização, seja médico perito terceirizado, mas tinha um supervisor que validava aquela perícia. Ocorre que o acúmulo de necessidade de perícia era tão grande que se tornou inviável fazer

a perícia depois validar a perícia com... E a opção foi liberar para a terceirização mesmo. Portanto, qualquer médico conveniado, um simples contrato, ganhando por consulta feita, passou o fazer perícia médica.

Esse é um dos elementos que fez que a curva tivesse esse comportamento. Um outro foi a mudança na forma de cálculo do auxílio-doença. O auxílio-doença que tem como objetivo manter o salário do trabalhador no momento que ele deixa de trabalhar e é um benefício transitório, não é um benefício permanente, é um benefício transitório que tem um período curto de duração, ele passou a ser computado, o cálculo do benefício passou a ser computado como se fosse um benefício permanente e isso significa que pega toda a vida laboral, escolhem os 80% das melhores observações e tira a média, depois de atualizada mensalmente. Isso causou uma distorção. Qual a distorção? A distorção é que em mais de 50% dos casos o auxílio-doença pago pela Previdência Social é maior que o salário do trabalhador. Então, isso é uma disfunção porque isso passa a induzir, é racional, o benefício pago pela Previdência em 50% dos casos é superior ao último salário percebido. Isso é, obviamente uma indução ficar no auxílio-doença. Qualquer um faria isso, gente, é racional. Se você ganha dez e pode ganhar doze, e ganha doze, por que vai voltar a ganhar dez? Não tem cristão que faça diferente. Qualquer um da sala aqui... É uma questão racional isso. Então, esse é um dos elementos, é uma disfunção. E por que acontece isso? Por várias razões.

Temos (inaudível) no salário ao longo do tempo, desemprego no meio do caminho e tal. Mas o que faz com que e qualquer técnico pode fazer essa continha, é uma coisa simples de fazer. Ao longo do tempo, quando a gente pega toda a vida laboral o que é que acontece? Nós estamos pegando período onde a inflação foi elevada, inflação elevada. Inflação elevada significa que nós temos um valor do salário aqui com poder de compra nesse patamar no momento em que ocorre o dissídio, mas que mês a mês, dia a dia com a inflação ele vai corroendo, então o poder de compra real vai caindo. Portanto, o salário médio real naquele ano de inflação não é esse pico aqui, está aqui no meio, porque todo mundo entende isso, ele vai caindo em maneira de compra. Mas o processo de cálculo que é de atualizar mês a mês cada um deles faz com que o valor do salário fique parecendo real para o efeito da média, então isso eleva o valor real da média.

Então, em 50% dos casos nós temos essa disfunção. Essa disfunção esta sendo corrigida, tem um Projeto de Lei de autoria aqui do Senado a partir de uma Medida Provisória que foi aprovada na Câmara, aí caiu no Senado, o Senado transformou num Projeto

de Lei, já foi aprovada pelas Comissões, me parece que hoje está em plenária, deve estar na pauta para ser alterada. Esse projeto para a Previdência Social é muito importante porque ele atua na questão da gestão, esse projeto originalmente estava só com a questão de colocar um teto para o auxílio-doença. É importante, Senadoras e Senadores, ele não muda o critério de cálculo, o critério de cálculo permanece o mesmo, porque nós entendemos que o critério de cálculo tem que ser uniforme para todos os benefícios, é correto isso. Então, pega a vida laboral inteira, fica com menos exceções, é mais fácil.

Então, o critério de cálculo é o mesmo. A única coisa que está sendo colocada é que feito o cálculo nós tenhamos um teto, que esse teto seja a média do salário dos últimos doze meses, que foi uma sugestão, inclusive, da Câmara. Nós tínhamos colocado o teto ser o último salário, mas numa discussão, eu acho que com a Câmara e aqui com o Senado foi colocado o seguinte: ele pode estar no último mês, no último mês do dissídio.

Então, façamos a média, não tem problema, faz a média. Então, o teto é a média. Além disso, foram colocados também nesse Projeto de Lei, algumas coisas que vão nos ajudar muito em termos de gestão que é estabelecer responsabilização para os cartórios que não informarem correta e adequadamente os óbitos sobre a sua jurisdição, porque o nosso sistema de óbitos é fundamental que tenha presteza na informação, qualidade e clareza. Então, esse projeto também coloca questões dessa natureza. Parece-me que ele também coloca a questão dos 11% que já foi aprovado no simples e talvez tenha que retirar isso desse PL.

Então, o que aconteceu com o auxílio-doença? A partir dessas indicações nós fizemos duas coisas: uma é a questão do Projeto de Lei que está aqui e eu espero que a gente consiga aprovar com celeridade, ponto um e ponto dois. Em 2003 o Congresso Nacional votou uma lei obrigando a Previdência Social a acabar com a terceirização médica, acabar com a terceirização, e deu prazo até fevereiro de 2006.

Então, o Executivo a partir da 2005 tomou todas as providências para que a gente pudesse contratar médicos peritos e acabar com a terceirização, e isso foi feito. Hoje todos os médicos peritos são concursados, funcionários públicos e, portanto, que tem um dever de lealdade com o Estado e com a população para prestar um serviço, garantir o acesso ao direito, mas apenas àqueles que têm direito.

Consequência disso. Esse é o valor, aquele lá é em quantidade, aqui é em valor. Eram 4 bilhões por ano, pagamos o ano passado 2005, treze milhões e 2006, doze bilhões. Então... Bilhões, isso aí é bilhões.

Saiu de quatro para treze bilhões, e o ano passado com a medida de gestão nós conseguimos trazer para treze, e eu acredito que com as medidas de gestão em andamento e com a política de combater os efeitos, combater os efeitos efetivos da doença e da questão dos acidentes profissionais, nós podemos reduzir isso muito mais. Nós já fizemos a regulamentação da lei que foi aprovada já pelo Congresso, mudando as alíquotas de segurança do trabalho que vai beneficiar as empresas que tiverem menos auxílio-doença, menos pessoas que vão buscar o auxílio, portanto, tiveram doença profissional ou acidentes, e beneficiando aquelas que tem menos e penalizando as que têm mais.

Em termos de quantidade... Pode passar mais uma? Esse é o gráfico que mostra as quantidades, mas agora só pegando mês a mês. Então, vocês podem observar o momento em que a terceirização começa a deixar de fazer efeito. Ele pega de janeiro de 2003 e vai até janeiro de 2007.

Nós temos ali em outubro de 2005 um pico de 1 milhão e 600 que eu havia falado, ali nós temos uma queda onde começa a aparecer já o trabalho dos médicos peritos terceirizado, ele caiu mais do que a gente esperava, porque faltou médico, o nosso concurso, infelizmente, atrasou dois meses no começo de 2006, mas com a retomada dos novos concursados, então as perícias que estavam represadas foram desrepresadas, subiu um pouquinho e agora eu acho que ele retoma a linha de estabilidade e de queda. A linha pontilhada mostra quanto seria a quantidade de benefícios de auxílio-doença caso não tivesse tido nenhum tipo de mudança. Se seguisse a trajetória normal hoje, ao invés de 1,5 milhão, nós estaríamos perto de dois milhões de benefícios. Então, é importante a gente olhar para essa questão, a gestão previdenciária é fundamental para que a gente possa ter uma gestão saudável, justa e sustentável no longo prazo.

Aqui está mostrando os efeitos mês a mês da quantidade de benefícios, esses são os benefícios permanentes, nós temos hoje vinte milhões de benefícios permanentes e eu queria chamar a atenção também para o descolamento dos pontos observados da curva de tendência. No meio de 2006 para frente nós temos um pequeno descolamento. Como nós estamos aumentando a capacidade de atender, como nós estamos tendo mais requerimento e não estamos negando mais do que negávamos antes, portanto, devia estar aumentando a velocidade, e os pontos deveriam estar acima da projeção, estão abaixo. Estão abaixo por quê? Está abaixo em função do trabalho do senso previdenciário, do aumento da velocidade da suspensão de benefícios que não tinha antes, fruto da gestão, fruto do senso.

Essa aqui é a quantidade de benefícios assistenciais. Lembrar sempre que benefícios assistenciais que é a LOAS, Lei Orgânica de Assistência Social, elas não compõem as contas da Previdência, mas são administradas pelo INSS. Portanto, os números estão aí, observem que ele tem um crescimento bastante expressivo em 2004 até 2006 quando tivemos a antecipação da idade de 68 para 65 anos e agora ele retoma o patamar de crescimento normal, continua... Crescimento nós temos hoje 2 milhões 956 mil benefícios assistenciais tanto para idoso quanto para pessoas deficientes.

Isso é a curva que sintetiza todos os benefícios assistenciais, os benefícios permanentes e os benefícios de auxílio-doença.

Então, chamar atenção também para a curva, nós tínhamos uma tendência de crescimento que vinha até novembro de 2005, a partir de 2005 os dados observados descolam da curva, e descolam da curva em função da gestão.

Quero deixar claro que esse deslocamento aí é um deslocamento temporário, por que é temporário? Porque ganho de gestão nós temos, e aí temos um limite, no primeiro momento você tem um ganho maior, mas gestão você ganha mais, aplica em qualidade e etc., mas nós temos algo que é inexorável, nós vamos viver mais e a idade passa para todos nós, ela é inexorável, não adianta e nós teremos uma redução na nossa taxa de fertilidade. Portanto, o volume de benefícios sociais a serem pagos vai retomar a taxa de crescimento dentro de alguns anos, aí no médio prazo quatro, cinco, seis anos, essa também é uma formulação importante, nós estamos trabalhando que no curto prazo e curto prazo previdenciário, significa que no curto prazo, três, quatro, cinco anos as coisas não vão mudar as contas, mas lá na frente vão mudar, por isso que vamos ter que discutir o Fórum.

Esse dado repete o do anterior, só que em barras anuais, mostrando que em janeiro da 2007 nós temos benefícios previdenciários 21 milhões 590 contra 21 milhões 640 em dezembro de 2005, aquele gráfico já mostrou que tem uma pequena queda em janeiro. E benefícios assistenciais a barrinha branca embaixo, 2 milhões 940, contra 2 milhões 960 em 2007.

Eu gosto, particularmente, deste gráfico e quero chamar atenção disso porque ele separa com clareza na barra aquilo que é benefício previdenciário do que é benefício assistencial porque nós acostumamos sempre falar em 24 milhões e aí faz confusão. Nos 24 milhões e 500 mil, estão juntos os benefícios assistenciais que não estão nas contas do déficit da Previdência, nunca estiveram, então é importante deixar isso claro. Por isso que eu gosto dessa barra, porque mostra bene-

fício previdenciário, 21 milhões 590, isso está dentro da Previdência, nas despesas e receitas da Previdência. Os 2 milhões 960 é a Lei Orgânica de Assistência Social, benefício assistencial pago pelo Tesouro com as contribuições do assegurado social.

E essa aí é a última tabelinha, que eu também gosto muito. Ela mostra a execução do ano passado, 2006, e mostra o seguinte: na linha axuriada(F) com verde nós temos arrecadação líquida de 123 bilhões o ano passado, essa arrecadação é só sobre a folha de pagamento especificamente, mais a contribuição rural sobre a primeira comercialização, e depois nós temos na linha axuriada(F) também, a linha 4, nós temos os pagamentos dos benefícios previdenciários, foram pagos 165 bilhões, 585 e a linha 5 axuriada(F) também nós temos então o déficit tradicional que é 42 bilhões o ano passado, 42 bilhões.

Esse é o modelo tradicional de apresentação de contas aonde coloca simplesmente a receita exclusiva e arrecadada só sobre a folha versus todos os benefícios da Previdência.

Eu acho que nós temos que ter uma maneira mais adequada de fazer a apresentação das contas, até para dar, efetivamente, nome aos atores que estão no palco.

Então, nós já temos item 2: arrecadação da CPMF, isso a lei diz com toda clareza que do 0,38 0,10 é receita previdenciária. O Tesouro sempre transferiu isso para a Previdência, mas transfere e aparece lá nas necessidades de financiamento como se fosse déficit depois. Então, a nossa sugestão é que isso entre como receita efetiva, transferência e receita, e tudo bem. Além disso, nós temos um conjunto de renúncias previdenciárias. Renúncias o que é que são? São receitas potenciais que a Previdência deixa de arrecadar em função de políticas públicas corretas, adequadas, mas não previdenciárias e não são previdenciárias, por exemplo, o Simples, importantíssima a questão do simples, muito importante, ele fortalece a formalização do emprego, formalização das empresas, é muito importante isso, mas uma empresa do Simples que tem três funcionários não recolhe 20% sobre a folha como todas as outras empresas, no entanto, o seu funcionário vai se aposentar vai ter salário-maternidade, auxílio-doença, reclusão; igualzinho a todos os outros. Então, em função de uma política pública definida e aceitável, correta, nós temos uma perda de receita potencial da Previdência, isso não pode ser colocado então como um déficit da Previdência Social, isso é uma receita em potencial que devia ser coberta pelas outras receitas da seguridade feita pelo Tesouro.

Entidades filantrópicas. A mesma coisa, ninguém vai discutir aqui a validade, a importância da política

pública de fortalecer as santas casas de misericórdias, os hospitais filantrópicos, as universidades que hoje dão as bolsas do ProUni, um programa maravilhoso que incorpora milhares e milhares de estudantes na possibilidade de ter um curso superior, mas isso é política de educação, não pode ficar à conta da Previdência Social. A mesma coisa das assistências sociais que presta um serviço enorme para o Ministério da Previdência Social também devia estar lá na conta do meu amigo Patrus Ananias, e assim por diante.

A exportação da produção rural, 1 bilhão e 800. É claro que ninguém exporta imposto, tudo bem está certo, tem que fazer a desoneração da exportação, não tem dúvida nenhuma. Agora isso é política de governo, isso não é política previdenciária, portanto, isso aí também deveria ser uma receita da Previdência. Se a gente computar, portanto, essas receitas potenciais, se a gente alocasse essas receitas potenciais como despesa lá nas políticas aonde elas realmente fazem sentido, então o nosso déficit deixaria de ser os 42 que estão axuriados(F) e passaria para 22. E dentro dos 22 a gente estaria separando com muita clareza. Na área urbana que é o setor contributivo nós teríamos 4 bilhões. Esse número foi divulgado há um mês e meio com 3 e 700, agora está com 4 e 100 porque foi revisto as estimativas de renúncia. Esses números são, obviamente, gerenciais, portanto, eles podem ser mudados na medida em que vai sendo realizado. Tem uma notinha de rodapé que mostra até quando foi realizado e assim por diante. Mas a qualidade do número não muda. Então, 4 bilhões e 100 é o déficit do setor urbano contributivo, e o setor rural 18 bilhões 266. Essa separação é importante para mostrar o seguinte: o setor urbano contributivo que é o que tem a maior receita e a maior despesa. Se nós continuarmos apostando firme em pequenos ajustes na gestão com a ajuda desta casa, nós podemos trabalhar com a idéia de levar isso a zero. Aliás, porque isso não pode ter déficit, não faz sentido, se ele é contributivo e nós trabalhamos com o conceito de que nós trabalhamos com a repartição simples que é a solidariedade entre as gerações, isso não pode ser déficit, tem que ser zero. Então, nós temos que tomar todas as medidas para levar isso a zero.

Já o valor do rural é diferente, porque no valor do rural quando foi criado esse benefício previdenciário, foi dito com todas as letras que a forma de pagamento seria sobre a produção agrícola e teríamos outras receitas para colocar. Então, ele está lá, são 18 bilhões. Nós temos muita coisa para melhorar em termo de gestão, mas isso aí sempre vai ter uma despesa superior à receita, sempre, e isso não tem importância nenhuma, porque no mundo inteiro também é assim,

no mundo inteiro é assim, só precisamos melhorar a nossa gestão.

Temos um Projeto de Lei, está na Câmara, deverá vir para o Senado, espero, o mais breve possível, que vai melhorar muito a nossa capacidade de gerir esse benefício que é fundamental para as famílias, que fixa as famílias trabalhadoras no campo, na economia agrícola que é fundamental para gente ter um trabalho de socialidade, de civilidade neste país, nós temos que proteger, efetivamente, o homem do campo.

Essas eram as coisas que eu queria passar em termos gerais. Pode terminar a apresentação.

Então, a partir disso, eu só queria colocar duas coisas: o nosso diagnóstico é que nós não precisamos sair correndo para fazer nenhuma reforma, ponto 1, não precisa, por quê? Porque em termos de política pública, em termos de contas públicas os próximos quatro ou cinco anos as contas estão dadas, nós não vamos mudar o patamar de necessidade de financiamento com participação do PIB, dos 2% do PIB, quando a gente pega 42 bilhões, ali dá dois e pouquinho do PIB, isso não vai mudar. Com as medidas de gestão que já foram tomadas, a aprovação da receita do Brasil que foi feita agora recentemente, nós vamos ter melhor condição de fazer a fiscalização, a administração e a arrecadação, portanto, isso já é uma melhora. Com a aprovação da questão do auxílio-doença e os programas de gestão de melhoria da qualidade do trabalho nas empresas que vai buscar, fundamentalmente, em primeiro lugar, reduzir a doença e a dor dos trabalhadores e conseqüentemente, reduzir também o auxílio-doença que é uma conseqüência desejada também, nós temos condição de manter isso no patamar. Agora, nós temos consciência que nós temos o dever, nós temos a obrigação de neste momento discutir com calma, com tranquilidade, sem, inclusive, a pressão partidária do momento, até porque ninguém sabe quem vai pagar a conta, qual é a força hegemônica, quem vai pagar as contas nós sabemos, quem vai pagar a conta são os que vão nascer ainda, que não nasceram até, mas ninguém sabe em termos de força política quem é que vai estar administrando o Senado, quem é que vai estar administrando o Ministério da Previdência, quem vai estar sentado no Palácio do Planalto daqui a dez, quinze, vinte anos, ninguém sabe isso.

Agora, todos nós sabemos que a nossa população está mudando, a nossa pirâmide etária vai deixar de ser uma pirâmide muito rapidamente. Todo mundo sabe disso. Nós já estamos, Patrícia, permita-me chamá-la assim, Senadora, nós já estamos num momento onde a taxa de fertilidade das mulheres caiu de 6, 7 na década de 60, minha mãe teve 7 filhos para 2, 2.1 que

é aquilo que os demógrafos(F) chamam ponto onde nós estamos só na reposição.

Então, nós temos uma visão de futuro que mostra que em 2040, 2050 nós teremos uma população decrescente e envelhecida, que é o cenário do mundo europeu, nós teremos esse cenário daqui a 40 anos. Então, é obrigação nossa hoje discutir e pensar como nós temos que montar um modelo previdenciário que seja justo e sustentável no longo prazo. Isso é obrigação nossa, porque hoje nós temos tempo de fazer isso com calma, com discussão e observando os pressupostos que o Fórum Nacional da Previdência se colocou que é manter a Previdência Social pública, básica, universal e solidária e o pilar privado, complementar e de capitalização. Respeitar todos os direitos adquiridos, nós temos condição de fazer isso. Respeitar todos os direitos adquiridos. Ou seja, aquele que se aposentou, aquele que tem a sua pensão está reservado, está preservado. E podemos garantir que podemos fazer uma transição longa para as novas situações porque, evidente, se o nosso (inaudível) de vida há cinco, dez, quinze anos era de 50, 55, 60; e hoje caminhamos para 70, 75, 80, não dá para dizer que nós podemos manter o mesmo modelo de hoje, não dá, isso é impossível, matematicamente é impossível, todo mundo sabe disso, não é possível. Não é possível por quê? Porque é uma questão física. O pacto que foi feito na década de 60 e 70 tinha um cenário, hoje o cenário é totalmente outro e nós estamos vendo já o que acontece lá fora, estamos vendo na Europa o que está acontecendo.

Se a gente não fizer o consenso na sociedade mais rapidamente possível para fazermos as alterações o mais rapidamente possível, mas com a projeção de transição longa, em algum momento alguém será obrigado a fazer, talvez sem essas condições propícias que nós temos agora. Eu acho que nós temos uma quadra histórica muito importante e possível para fazer o consenso. Na busca do consenso, então Srs. Senadores e Senadoras, o programa de aceleração do crescimento criou o Fórum Nacional, o Fórum Nacional tem seis meses de prazo para buscar consensos, nós convidamos as centrais sindicais, todas as centrais do país. Convidamos a confederação dos aposentados, a CONTAG que é a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, as confederações empresariais da agricultura, do comércio, transporte, finanças, são as cinco indústrias. Temos oito Ministérios envolvidos. Estamos convidando diversos órgãos, entidades para serem observadores no Fórum e o objetivo do Fórum é durante dois meses, discutir e trazer para o Fórum e para a sociedade brasileira o diagnóstico, quais são os dados que as nossas academias, que os nossos institutos de pesquisa, que as nossas universidades

já têm, já levantaram, ninguém vai estudar nada de novo, já está tudo aí existindo, todo mundo conhece isso, mas se isso está fechado, isso não fez ainda o debate nesta Casa, o debate no Executivo como um todo, e o debate principalmente na sociedade.

Então, o Fórum vai ter esse papel, fazer o debate no Fórum e fazer isso na sociedade.

Depois temos um período para analisarmos as propostas. Também proposta não precisamos inventar nenhuma, tem proposta para tudo quanto é gosto, em tudo quanto é canto. Então, o que nós vamos ter que fazer é simplesmente trazer as propostas para o Fórum, fazer o levantamento e depois fazer uma discussão, um debate e buscar o consenso. E pensando sempre que este acordo, este consenso tem que refletir um conjunto de pessoas que não está no Fórum, os interesses deles que são os interesses dos nossos filhos e dos nossos netos. Esse é o direito mais fundamental que nós vamos ter que observar na busca desse consenso, porque é fácil nós discutirmos os direitos daqueles que estão aqui, cada um se defende, agora nós temos que defender o direito daquele que não está em condição de se defender agora, que é a geração futura. E é por isso que eu aposto muito na possibilidade de construirmos um consenso no Fórum e consensos esses que depois serão obviamente traduzidos em ordenamentos legais e serão então apreciados por esta Casa.

Era isso. Muito obrigado.
(palmas).

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Agradecer, mais uma vez, a explanação tão esclarecedora que o Ministro nos trouxe a esta Comissão e já, imediatamente, passar a palavra ao Senador Paulo Paim, autor do requerimento, Presidente da Comissão de Direitos Humanos que usará o seu tempo, o tempo que for necessário para fazer suas indagações e comentários.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Obrigado, Senadora Patrícia Saboya Gomes, que preside esta Comissão de Assuntos Sociais.

E dizer que eu vou tentar ser o mais breve possível, até porque os outros Senadores também devem formular as suas perguntas.

Primeiro dizer, Ministro Nelson Machado, que eu entendo que V. Ex^a. reúne duas grandes condições para mim para estar a frente desta pasta. Eu lhe confesso, não sei se ajuda isso, se dependesse de mim, essa é uma das pastas que o Presidente não deveria mexer, mas nós sabemos que a decisão é do Presidente e ele que vai tomar. Porque eu tenho acompanhado o seu trabalho de perto, com muito carinho e respeito. Estive diversas vezes quando assim solicitei junto a V. Ex^a.,

V. Ex^a. ter me explicado detalhadamente os questionamentos que, porventura, eu tenha levantado.

Eu acho que V. Ex^a. foi muito corajoso, claro, com a participação do Presidente da República quando faz essa separação do sistema contributivo e da assistência, os dois são legítimos, e eu dou esse depoimento que para gente, é como eu tenho dito Ministro, a gente está lavando a alma na sua gestão. E lhe confesso que eu fiquei muito feliz naquele dia que o Presidente da República recentemente, e isso não me vem mais com essa história, a frase é do Presidente, de déficit da Previdência, baseados nas contas e números que naturalmente V. Ex^a. expôs aqui com brilhantismo de sempre, que se todos os recursos destinados à Previdência, não estou falando em seguridade social, simplesmente, o que é destinado à Previdência, entre eles a condição de empregado e empregador, efetivamente, como mudaram o constituinte de 88 eu estava lá, porque nós sabíamos que só a contribuição da folha de pagamento não seria o suficiente, se as contribuições asseguradas pela Constituição, efetivamente, ficasse no caixa da Previdência daria para chegar naquilo que V. Ex^a. tem enfatizado aqui com muita força de não ter déficit. V. Ex^a. dizia que mesmo esses 4bi dá para fazer desaparecer.

Eu acho que V. Ex^a. está com a razão, eu sei que há questionamento na questão também do auxílio-saúde, tem que fazer esse debate, não dá para negar, e V. Ex^a. foi muito feliz quando diz: “eu venho da fábrica, chão de fábrica”, mas claro, se eu percebo que se eu parado o meu salário é x mais y, qual é a vantagem de estar trabalhando? Então, é questão de justiça, justiça com o trabalhador que está na fábrica, inclusive, que está lá trabalhando. É uma grande injustiça com a Previdência, como eu sempre digo quando participo em debate com as entidades sindicais que é nossa, não é de ninguém, é nossa, se nós não viabilizarmos ela, o problema é nosso mesmo. Cada vez mais viram outras leis arrojando e diminuindo o benefício.

Então, tem que haver isso que eu chamo que é o bom senso, e o bom senso para mim, o bom senso todos ganham. É muito fácil eu vir aqui e dizer que o ideal seria que mesmo o auxílio-saúde fosse o dobro do salário que estará na fábrica, mas é irreal. Eu estaria mentindo para mim mesmo porque eu sei que não tem como sustentar. Agora, a média feita nos últimos doze meses eu acho que é um equilíbrio, por que não? Ele não vai receber menos daquilo que ele está ganhando, não vai, então é justo.

Segunda questão, Ministro, eu acho que a idéia do Fórum também que vem via PAC, eu acho que é positivo, eu acho que é uma reflexão boa durante seis meses que V. Ex^a. está convocando toda a sociedade.

Nós tomamos a liberdade, e confesso aqui que dialoguei com V. Ex^a. de encaminhar aqui um projeto ao Congresso Nacional no sentido que se forme aqui no Congresso também uma Comissão mista, pode ser sete ou onze Senadores e Deputados, sete Senadores, sete Deputados, ou onze Senadores, onze Deputados para acompanhar o debate no Fórum.

Eu dizia e repito aqui, acho que não é bom para ninguém receber um pacote pronto onde você não sabe de onde veio esse pacote e daí iniciar um outro debate, quem sabe, de mais seis, oito, dez, doze, quatorze meses ou, quem sabe, alguns anos. E, então nós pretendemos a partir desta Comissão acompanhar o debate do Fórum e ter dentro do possível aqui no Congresso, V. Ex^a. fazendo a exposição de como é que está indo o trabalho e apresentar, quem sabe, também ao Parlamento as suas sugestões para o Fórum.

Eu dizia ontem na tribuna e vou tentar aqui concluir, Ministro. Eu não tenho problema nenhum de enfrentar o debate da idade mínima. Como V. Ex^a. disse: a longo prazo, com equilíbrio, mas nós vamos ter que enfrentar esse debate, mais hoje ou mais amanhã. E nos Fóruns onde eu tenho participado com os trabalhadores, eu tenho dito que nós temos que fazer o debate, que um dia ele virá sendo esse governo ou outro governo.

Agora, qual será essa idade mínima. Vamos debater, de acordo com a transição e qual o período. A quem vai atingir essa idade mínima? Aqueles que entrarem no sistema após a legislação? Vai ter uma regra de transição? Se não é exatamente isso, bom... Eu não estou aqui dando fórmula certa. Mas só quero deixar claro que eu não vejo problema nenhum do conjunto do movimento sindical e a sociedade brasileira enfrentar o debate da idade mínima. E vou para aquele ponto que V. Ex^a. sabe que eu iria falar porque eu falo sempre. Eu acho que nós temos que enfrentar o debate da idade mínima, no meu entendimento, Ministro e acabar com o fator previdenciário.

Eu tenho uma posição muito clara e muito nítida e tenho falado quase que mensalmente, para não dizer semanalmente, da tribuna aqui do Senado que o quanto eu acho perverso o fator previdenciário. Nós temos que ter outra construção de cálculo que aponha um caminho, que retire o fator previdenciário, que penaliza muito, muito, principalmente aqueles que começaram a trabalhar mais cedo. Enfim, aquilo que eu acho que todos aqui já sabem e ouviram eu dizer de tanto que eu tenho dito, que a mulher chega a ter um prejuízo de 40% e o homem de até 35%. Claro, casos são casos, cada caso é um caso.

E em resumo, Ministro eu terminaria só dizendo que eu quero mais é cumprimentar V. Ex^a., essa,

digamos, é uma das reuniões que faremos, no longo, creio eu, desses seis meses e vamos todos trabalhar para que, efetivamente, a Previdência Pública Universal, solidária, como coloca, muito bem, V. Ex^a., seja garantida para todos os trabalhadores. Porque o futuro da geração, o futuro dos mais jovens depende de uma previdência que nós podemos fazer com que ela seja, efetivamente, equilibrada e atenda o interesse de todos os trabalhadores.

Nós encaminhamos via a Comissão Mista, do qual eu fui relator, algumas propostas que beneficiariam os aposentados e pensionistas, claro que tem vinculação também com o salário mínimo e termina também com o fator previdenciário que nós vamos remeter para este Fórum com uma forma de colaborar com o debate, não como sendo o dono da verdade, mas como instrumentos para a colaboração no debate.

Mas é cumprimentando V. Ex^a. pelo brilhantismo da exposição. Tenho certeza que o Presidente Lula vai manter esse Ministro na pasta correspondente.

Obrigado, Ministro.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu indago aos Srs. Senadores, integrantes desta Comissão se eu posso chamar os demais inscritos e logo após o Sr. Ministro responderá as indagações que serão feitas. De acordo?

Então, passemos ao próximo inscrito, Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA) – Quero cumprimentar o Sr. Presidente da Comissão, Sr. Ministro Nelson Machado, Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras.

Primeiro, a exposição que o senhor nos traz, sobretudo, para uma apresentação de um quadro da gestão na Previdência e demonstrando, sobretudo, um assunto que tem sido em todos os momentos da nossa história nos últimos tempos o tratamento da questão da cantilena em torno do déficit da Previdência, como sendo algo estrutural de tal forma sem solução.

E o senhor ao apresentar aqui uma avaliação do quadro atual do déficit das suas causas e das possibilidades reais que existem no sentido de eliminar ou diminuir esse déficit sobre as mais variadas possibilidades que o senhor mesmo apresentou na sua exposição. Eu creio e a conclusão a que mesmo o senhor chegou e nos apresentou de que um equilíbrio na gestão da Previdência, um conjunto de medidas que consigam tratar essa questão do déficit com outra, inclusive, tendo claro que algumas despesas tidas como déficit, na verdade, não são da Previdência, são déficits da União, do Tesouro com os benefícios assistenciais, por

exemplo, que apresentado na conta do déficit conjunto da Previdência.

Então, eu considero a conclusão que mesmo o senhor chegou a fazer a sua exposição, que não é necessária nenhuma reforma imediata da Previdência para retirar mais direito dos trabalhadores e trabalhadoras deste país, mas é necessário buscar um equilíbrio debatido com toda a sociedade, especialmente com os trabalhadores e trabalhadoras, suas organizações no sentido de encontrar uma forma de gestão de garantia daquilo que, historicamente, os trabalhadores brasileiros sempre apresentaram como fundamental para o direito universal à Previdência garantida e de forma pública que é a nossa defesa intransigente aqui. Inclusive, o senhor demarca, Sr. Ministro, um posicionamento muito caro com os que dizem no amplo debate do programa de aceleração do crescimento apresentado pelo Governo Federal de que seria a questão da Previdência, a exigência de uma nova reforma da Previdência, com certeza, dentro do receituário neoliberal que muitos apregoam e defendem para retirar, diminuir o direito dos trabalhadores, o senhor quando diz clara e taxativamente de que não é necessário uma nova reforma, e que esse não é um gargalo como muitos têm apresentado, ou impedimento para o crescimento da economia no país. Portanto, dizer ao senhor que, inicialmente, vemos a mais clara necessidade de afirmação dos pressupostos que têm feito com que a luta dos trabalhadores brasileiros possa sim, garantir mais direitos, amplia-los e jamais aqui no Congresso, seja na Câmara, seja no Senado votar medidas que impliquem a retirada de direitos, porque eu creio que é possível dentro de um debate democrático estabelecido com toda a sociedade, com as organizações sindicais, principalmente, chegarmos a alguns consensos que preservem direitos, garantias, que ao longo da nossa história tem sido defendido pelos trabalhadores e pelas suas organizações.

No âmbito do Fórum de discussão da Previdência que trabalhará pelos próximos seis meses que procurará fazer realmente esse amplo diagnóstico da situação e a elaboração de proposições que ajudem a manter equilíbrio e, principalmente, o compromisso com a defesa dos direitos. Creio que é fundamental neste debate incluir a discussão que também a Previdência pública, a questão previdenciária dos Estados e Municípios brasileiro, inclusive, porque principalmente nos municípios onde resolveram adotar um sistema próprio de Previdência, nós temos situações absolutamente que denunciam a desorganização do sistema próprio em nível municipal em que muitas prefeituras por não ter o compromisso com o próprio trabalhador aquilo que é recolhido do trabalhador, muitas vezes,

não é repassado ao instituto de Previdência própria, ou a situação ainda, a própria contribuição, além, de se apropriar indevidamente da contribuição do trabalhador, ainda muitas vezes a prefeitura como empregador não repassa a sua contribuição ao sistema.

Então, eu creio que nós temos aí a oportunidade de fazer um grande e extraordinário debate sobre uma questão fundamental para a cidadania brasileira referente às aposentarias dos trabalhadores, os benefícios previdenciários a que faz jus cada trabalhador brasileiro. Estabelecer um grande debate em que ouvir da sociedade, ouvir a todos que têm uma contribuição a fornecer nesse debate, possamos firmar ao final desse processo que direitos serão preservados. E na medida do possível devemos trabalhar pela sua ampliação, porque eu creio que deve ser esse o objetivo que deve presidir os debates e as conclusões do Fórum que tem a participação do governo, dos empresários, da sociedade e dos trabalhadores.

Creio que são estas questões que devem nortear o debate do Fórum, e creio que o Congresso, os Deputados e Senadores têm uma contribuição efetiva a oferecer nesse debate.

Muito obrigado pela explanação. E a certeza de que mantidos os compromissos de buscar uma previdência pública, universal e mais eficiente no atendimento às demandas que serão colocadas pelos trabalhadores brasileiros, nós teremos, com certeza, resultado positivo porque é isso que se espera desse debate que vai se realizar no âmbito do Fórum da Previdência Social.

Muito obrigado.

(troca de presidência)

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Obrigada, Senador.

Eu passo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Cara amiga Presidente e Senadora Patrícia, nobres colegas Senadores presentes, Ministro Nelson Machado.

Eu me arrisco também, me arrisco não, depois eu lhe explico o porquê do arrisco, mas eu assino em baixo o que falou o Senador Paulo Paim a cerca da sua permanência no Ministério.

Eu não sei também, como disse o Senador Paim, se a minha fala nesse sentido ajuda, eu acho até que atrapalha, mas é por isso que eu lhe disse que eu me arrisco a adentrar no tema. E eu lhe digo, Ministro, sem floreado nenhum que poucas vezes eu vi autoridades aqui do Executivo que vem aqui conosco conversar

ser tão claro, tão objetivo, tão seguro no assunto que trata e que administra, como V. Ex^a..

Eu acho que é essa percepção que faz com que o Senador Paim e todos nós nos inclinemos a imaginar a sua permanência porque acha que ela seria proveitosa para o Ministério e para o país.

Eu, nesses últimos anos, Ministro, eu tenho e digo isso com tristeza, inclusive, poucas vezes concordado com o que fala, com o que faz o Presidente da República, mas no caso essa expressão que ele usou até um certo desabafo, essa história de déficit da Previdência eu embarquei nessa também com o Presidente. Se a gente for resgatar o papel da Previdência, o papel dos valores que os trabalhadores recolheram durante todos esses anos no país para alimentar o caixa da Previdência, por exemplo, a Previdência e os valores por ela administrados já foram usados aqui para projetos megalômanos no nosso país. Brasília, por exemplo, foi construída com recurso da Previdência.

Então, o Presidente dessa feita acertou e tem a minha concordância e o meu aplauso nesse sentido, chega dessa história. Vamos conversar em outros termos. Há alguma coisa, mas precisamos conversar em outros termos e encarar esse assunto de outra forma.

O Senador Nery falou de forma mais demorada sobre uma outra questão também que eu concordo com V. Ex^a., não precisamos, não temos necessidade de nos lançarmos de forma açodada naquilo que no nosso país já é um lugar comum, a reforma. Eu me arrepio todo quando se fala em reforma no nosso país, Ministro, qualquer uma. No nosso país eu estou habituado a entender que quando se fala em reforma vem... Olhe, no nosso país quebra de contrato econômico é considerado um retrocesso, pode prestar atenção.

Quando se fala ou reforma, seja lá que medida deva ser tomada que signifique quebra de contrato econômico, ou seja, que mexa com os interesses do grande capital, inclusive, é considerado um retrocesso. Agora, pasme, Ministro, quando se fala em reforma ou qualquer adoção de medida que signifique a quebra do contrato social, ou seja, retirada de direito dos trabalhadores, isso é considerado modernização no nosso país, avanço e modernização.

Então, olha só, quando se mexe com os interesses do grande capital é retrocesso. Quando se mexe com os interesses do conjunto dos trabalhadores e da sociedade, inclusive, o que eu chamo de mexer no contrato social é considerado avanço e modernização. Então, o Senador Nery quando se arrepiava também com essa história de reforma ele está no bom caminho, e V. Ex^a., para minha felicidade e alegria, manifestou aqui claramente o seu entendimento de que não há

necessidade de nos lançarmos, mais uma vez, de forma açodadas nas chamadas reformas.

Ministro, é como eu disse, V. Ex^a. é claro, é seguro no que trata, a gente pode até discordar de V. Ex^a. em alguma coisa, mas o senhor fala e aqui resgatando até uma expressão que é lugar comum também no nosso para que uma criança de cinco anos entenda. Agora, olhe, o senhor é uma figura afável, simpática e eu não gostaria, por exemplo, que o senhor corresse o risco de receber um troféu Berzoini da vida. Eu lhe digo isso, Ministro, porque eu fiquei preocupado quando o senhor se referiu à realização do senso e a utilização de um mecanismo que para mim, desculpe a sinceridade, mas eu acho que ele é ineficaz, ele traduz um pouquinho talvez da nossa falta de vontade de ir a fundo, mesmo na questão, ou que a notificação daqueles que devem se apresentar à Previdência, demonstrar que está vivo, está certo? Isso é o objetivo do senso.

Ministro, todo aquele que recebe um benefício da Previdência ou faz através ou de um terminal eletrônico de banco, ou através da própria agência bancária; não tem nenhum que receba de forma diferente. É verdade o que eu digo? É verdade. Ministro, eu acho que uma forma atenciosa de se complementar o senso, ou seja, aqueles que não respondem a primeira provocação deveriam ser provocados através desse caixa eletrônico, da sua agência bancária, ou ele ou seu procurador. Digo até, Ministro, os bancos hoje estão aparelhados para fazer isso. Os bancos hoje, se o senhor determinar, já que eles são prestadores de serviço da Previdência, eles podem, inclusive Ministro, só liberar o dinheirinho que a pessoa vai lá receber depois que ela apertar um botão e a máquina imprimir a notificação por escrito para que a Previdência tenha prova de que a pessoa foi notificada.

Eu acho que essa seria uma medida que alcançaria a todos de forma indistinta. Nós fugiríamos da figura do edital, Ministro. Ministro, esse pessoal que não foi localizado, esse pessoal que por alguma razão, por uma razão ou outra não respondeu ao chamamento da previdência, esse pessoal não vai ler edital, Ministro.

Então, nós vamos ter um embaraço aí, um desgaste para o seu próprio Ministério. Por isso que eu digo, Deus me livre que o senhor corra esse risco, Ministro, com a sua simpatia, com o fato de o senhor ser uma pessoa tão afável e sensível à questão. Eu deixo aqui como sugestão, Ministro, que o senhor acione a rede bancária, que não tem um beneficiário da Previdência hoje que receba, a não ser através de um terminal desses ou da sua própria agência bancária.

Auxílio-doença, também acho que é correto. Não podemos também correr o risco de criarmos mais uma bolsa-doença no nosso país. Eu fiquei horrorizado. Abri

os jornais esse final de semana, as notícias de que as pessoas estão se recusando a ter sua carteira de trabalho assinada, porque senão perde o bolsa-família. Ora, nós estamos criando a cultura do não trabalho no nosso país, a cultura do não trabalho. Então, não podemos criar também o bolsa-doença no nosso país. Então, está correto. A metodologia que será aplicada, como disse o Senador Paim, faz com que o trabalhador não se arrisque a receber menos do que recebe na ativa, mas também não vai poder receber mais do que... Porque senão nós estaremos criando a tal do bolsa-doença, e é uma tristeza para o nosso país, o não trabalho para o nosso país, é uma cultura que está criando perna, criando mão, criando costela; daqui a pouco está um corpo que a gente não vai saber onde colocá-lo e nem o que fazer com ele.

O Fórum, Ministro, torço para que ele seja um ambiente em que possamos, de fato, ir ao encontro do consenso que V. Ex^a. prega, com a visão do futuro, com a visão de novas gerações. Aqui nesta Casa nós estaremos sempre, de fato, à disposição, a Senadora Patrícia e todos aqueles que são sensíveis a esse assunto. Tenho certeza absoluta que a Comissão de Assuntos Sociais estará aqui sempre aberta para ouvi-lo tantas vezes seja necessário, e também para nos mobilizar no sentido de oferecermos as nossas sugestões para que o Fórum seja algo bem-sucedido, porque é uma coisa que me preocupa também, no início do governo Lula se criou o conselho de desenvolvimento e tal, e eu me pergunto, com toda sinceridade, eu fico tentando resgatar, tentando buscar algo que tenha sido tratado nesse conselho que tenha repercutido ou que tenha sido de extrema utilidade para este país e não encontro. Então, é por isso que eu fico torcendo para que esse Fórum seja cercado de todo cuidado para que a gente não tenha nenhuma frustração lá ao final da sua realização.

Eu fico aqui, Ministro, mais uma vez à disposição desta Comissão, à disposição do meu país, do seu Ministério para prestar toda colaboração que for necessária para que a gente avance nessas questões que dizem respeito à Previdência sempre com olhar crítico, porque eu acho que é a forma que a gente tem também de ajudar, sem que isso signifique torcer contra, jogar pedra; não se trata disso não, o olhar crítico, às vezes, eu quero crer que tem o seu papel na construção das soluções que a sociedade requer.

Obrigado, Senadora, e desculpa a extensão do tempo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE) – Muito obrigada, Senador Geraldo Mesquita, que também colocou aqui não só

com a sua competência, mas que é mais importante com o coração aqui algo muito importante.

Senador Antônio Carlos Valadares, nosso ex-presidente desta Comissão que, com muita honra, passo a palavra.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, Senadora Patrícia Saboya Gomes, Sr. Ministro Nelson Machado da Previdência, eu gostaria de resumir a minha participação neste debate. Há dois temas que eu considero da mais alta importância. O primeiro se refere à dívida preocupante que estabelece uma crise nos municípios brasileiros, a dívida das prefeituras para com a Previdência Social mais de perto com o INSS.

Essa é uma questão que tem sido um motivo de grande preocupação aqui no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, temos sido procurados por instituições ligadas aos municípios para que encontremos uma solução definitiva, adequada que possa tirar as nossas prefeituras dessa crise que, na verdade, tem sido provocada por várias razões, a descontinuidade administrativa, a desorganização das prefeituras; vamos dizer assim, o rigor com que a fiscalização do INSS tem agido em relação às prefeituras, aumentando substancialmente o montante dessa dívida, porque nós sabemos que a fiscalização deve existir, mas em contrapartida o município que não se conformar com a fiscalização deveria recorrer da multa que for imposta e isso não tem acontecido, os prefeitos municipais cruzam os braços, não divergem da fiscalização, e o fato é que a herança maldita dos prefeitos tem gerado uma quebra no caixa das prefeituras e, conseqüentemente, um desmonte nas atividades de infra-estrutura, de saúde, de educação; enfim, prejudicando substancialmente o bom andamento das administrações municipais. Basta dizer, Sr. Ministro, que eu conheço uma prefeitura em Sergipe que tem uma arrecadação de aproximadamente 300 mil reais, mas ela paga mensalmente de dívidas à Previdência 110 mil, é insustentável a situação desse município e assim, sucessivamente, nos municípios mais pobres está acontecendo, inviabilizando a administração das prefeituras.

Há uma saída legal, um mecanismo que atribui ao município o direito de congelar, não digo congelar, mas de fazer uma negociação de até 240 meses, mas isso apesar de ser uma abertura não tem resolvido porque dívidas contraídas anteriormente são somadas às novas prestações de tal modo que o montante fica sempre grande em relação à arrecadação total do município.

Então, a primeira pergunta que eu faria, se o Ministério aceitaria, por exemplo, uma legislação que permitisse aos municípios a não contabilizar dívidas

acima de, por exemplo, 10% de sua arrecadação do fundo de participação, quer dizer, estabelecermos um limite para o endividamento, assim como há em relação aos estados. Há uma resolução no Senado na Comissão de Assuntos Econômicos que fixa um limite, se não me engano é 13%, não pode ultrapassar 13% a dívida dos estados.

Então, eu faria essa pergunta por que se porventura houvesse essa possibilidade da iniciativa do governo ou mesmo da iniciativa do parlamento, sem dúvida, que nós estaríamos contribuindo para amenizar a crise financeira dos municípios, que se agravam não tanto pela falta de reforma do compromisso que o governo assumiu de aumentar na Câmara dos Deputados, depois vem aqui para o Senado a participação dos municípios no Imposto de Renda e no IPI na base de 1%, isso daria, realmente, um alento às finanças municipais, mas mesmo assim diante da dívida monstruosa contraída por eles junto à Previdência Social nem com esse aumento no volume de recursos através dessa reforma resolvia isso.

Então, isso é uma bomba relógio que está nas mãos do Governo, está nas mãos dos municípios, precisa ser resolvida o quanto antes, porque do contrário os municípios não poderão arcar com as responsabilidades inerentes às suas atividades administrativas.

Segunda questão é relacionada com uma legislação que o governo pretende mandar agora em março sobre o fundo único das aposentadorias, dos funcionários públicos. E há até uma previsão dos jornais, inclusive, por exemplo, a Folha de São Paulo através de uma reportagem da jornalista Lianda Peres, diz que dificilmente essa legislação, essa proposta do governo será aprovada, de vez que os poderes querem ter fundos próprios e não um só para gerir as aposentadorias, que no ano passado já deram um déficit de mais de 30 bilhões de reais. Ora, como pretende V. Ex.^a. que é o Ministro da área, assessorar o governo e, conseqüentemente, agir no Congresso Nacional para convencer os Parlamentares a aprovarem um fundo único de aposentadoria para os servidores públicos em todo o Brasil. Essa é a fórmula que V. Ex.^a. apresentou ao governo, uma saída para reduzir o déficit e de vez que as aposentadorias teriam como base o teto de 2 mil e 800 reais, é o teto máximo para as aposentadorias segundo uma reforma que foi aprovada em 2003 ainda no governo do Presidente Lula, isso precisa ser regulamentado e essa regulamentação deverá acontecer através dessas propostas que chegam em março no Congresso Nacional. Logicamente que nós esperamos que o Ministério da Previdência encontre junto ao Parlamento uma saída, um mecanismo para

reduzir o déficit, mas sem prejudicar os interesses dos funcionários públicos.

Por último, Sr. Ministro, nós sabemos que, além, do teto de 2 mil e 800 reais, se alguém quiser ter uma aposentaria maior terá que assumir uma previdência complementar, pagar uma previdência complementar, e essa previdência complementar ainda não está devidamente instruída, regulamentada. Como se dará isso nessas propostas a serem enviadas pelo governo no próximo mês?

Agradeço a V. Ex^a.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE) – Obrigada, também ao Senador Antônio Carlos Valadares.

Ministro, se me permite, nós temos um convidado que é o Deputado Adão Preto e eu gostaria de passar a palavra, desejar boas-vindas e passar a palavra, para que rapidamente eu possa passar ao Ministro para que ele possa responder as sugestões.

DEPUTADO ADÃO PRETTO (PT-RS) – Eu quero agradecer a nossa Presidente e cumprimentar o nosso Ministro e os nossos Senadores. Sei que está aqui muito bem representado pelo companheiro Paulo Paim que é meu companheiro e conterrâneo lá do Rio Grande.

Mas eu perdi a melhor parte da Audiência Pública que era a explanação de V. Ex^a., mas não podia deixar de chegar aqui e também expressar o meu sentimento, que assim como Paim que não é representante dos metalúrgicos, mas é o próprio metalúrgico que está aqui, eu também não me considero representante dos agricultores, é o próprio agricultor que está aqui.

E eu tenho andado pelo interior e tenho visto assim o que representa aposentaria dos agricultores, não só para ele, mas para a família, que a agricultura familiar hoje já não está conseguindo sobreviver com a sua produção, tem membros da família que tem um bico aqui, um bico lá, para ajudar no orçamento da propriedade e assim a aposentaria passa a ser um desses.

Então, a gente está assim um pouco, digamos assim, tranqüilo por um lado por que a gente vê todas as pessoas dizendo que não se pode cortar direito, ninguém fala em cortar direito. Mas, por outro lado, a gente fica preocupado, porque o próprio Presidente Lula disse que cometer um equívoco na constituinte de colocar os agricultores na Previdência. E a nossa preocupação maior é a grande campanha que a mídia está fazendo contra os agricultores, e sabemos nós que têm muitos deputados que votam de acordo com a mídia para não perder espaço na imprensa. E essa campanha que a mídia vem fazendo, que o endividamento da Previdência, a grande parcela da culpa é

dos agricultores que não contribuem o suficiente para receber o que recebe. Quero dizer, Sr. Ministro, que o agricultor contribui religiosamente. Se ele vende uma dúzia de ovos, se ele vende um litro de leite está sendo descontado na Previdência. Às vezes esse recurso não chega até os cofres públicos, que se perde no caminho. Então, a culpa não é dos agricultores, a culpa é da sonegação de imposto.

E uma das questões que me chamou atenção esses dias e que me deixou muito magoado, foi uma notícia que saiu na televisão, de que as mães agricultoras engravidam, muitas vezes, para receber o salário maternidade, verdadeiro desrespeito à mãe agricultora. Então, nós até ficamos tão chocados com isso que nós fomos atrás dos números, e o que a Previdência gasta com o salário maternidade é 00,6%.

Então, vejam o que isso representa, mas é uma bandeira que a mídia está levantando, que é um problema que tem que ser corrigido nessa chamada, digamos, reforma da Previdência, mas esse projeto que está aí. Então, essa é a nossa preocupação, Ministro, e nós que somos pessoas de bom senso, interessadas pelos mais humildes que estamos aqui, que se nós não tivéssemos interesse nós não estávamos aqui. Então, nós temos que ter esse cuidado de não deixar que realmente ocorra algum corte em direitos que os trabalhadores com muita dificuldade conseguiram. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE) – Muito obrigada, Deputado Adão Preto.

Antes de passar, Ministro, a palavra para V. Ex^a., eu estou adiando já a segunda vez, mas é porque o Deputado falou de um assunto que me toca bastante, que é esse desrespeito com as mulheres brasileiras. E aproveitando daquilo que fala o Deputado, nós temos um projeto aqui tramitando, está na Comissão de Direito Humanos, eu sou autora, na verdade, é um projeto que foi apresentado, anteprojeto pela Sociedade Brasileira de Pediatria e pela Ordem dos Advogados do Brasil, e o Senador Paulo Paim é o relator dessa matéria.

E o convencimento daquilo que está no projeto é em função de que a licença maternidade para as mulheres a iniciativa privada passariam de 4 para 6 meses por que isso? Um estudo que foi feito, especialistas, cientistas mostram claramente que uma criança, quando ela nasce, ela nasce com cem bilhões de neurônios que precisam se ligar entre si, e para que isso aconteça é muito importante o fortalecimento dos laços afetivos entre a mãe e o filho, que é isso que vai estimular essa criança, é isso que vai fazer com que essa criança, no futuro seja uma criança mais calma, mais pacífica, que seja uma criança que tenha o seu

desenvolvimento intelectual mais acelerado, e ainda, evidentemente, a melhor coisa do planeta que é a amamentação, o leite materno. E buscando através desse projeto que é um projeto facultativo, ou seja, as empresas podem ou não aderir, isso é para iniciar essa discussão no país. Eu pergunto a V. Ex^a., o projeto é facultativo, nós esperamos poder aprovar. O Senador Paulo Paim já está com esse parecer, praticamente, mas nós vamos ter Audiência Pública com empresários e etc., com sindicatos, enfim, para buscar o que é melhor. Mas o ideal seria que para corrigir algumas distorções, como por exemplo, da Organização Mundial da Saúde do próprio Governo Brasileiro que faz propaganda no rádio, na televisão, para que as mulheres amamentem seis meses, porque isso vai evitar doenças, as mais comuns, como internação que acabam ocasionando a mortalidade infantil, doenças alérgicas, obesidade, doenças cardíacas, até alguns tipos de câncer que podem ser evitados. E na nossa conta, o governo brasileiro gasta por ano só no SUS 300 milhões para internar crianças com menos de um de idade. Então, na verdade, o que a gente tem procurado trabalhar em relação a esse projeto, é que ele possa ser considerado um grande investimento que o Brasil vai fazer na primeira infância, até como parte de um assunto que nós estamos discutindo agora, tão polêmico que é se a violência, a responsabilidade da violência no país deverá ser atribuída única e exclusivamente aos jovens que somam muito mais vítimas do que algozes.

Será que a gente deve se mobilizar, se solidarizar com toda a sociedade ou com parte da sociedade. Essa questão de você ter que dar uma resposta à sociedade, mas essa resposta, como o próprio Presidente Lula colocou, não pode ser simplesmente na cabeça de cada um que quer colocar 16, outros querem colocar 14, outros acham que a internação deve passar de 3 para 6, para 9, para 10, outros talvez daqui a pouco prefiram que as nossas crianças realmente ao nascerem já possam ser internadas, porque isso poderia facilitar a convivência na sociedade.

Mas eu quero dar uma resposta tanto para a mãe do João Hélio que tem toda a nossa solidariedade, ao pai do João Hélio, a família desse garoto que deve estar sofrendo, talvez a pior dor que um ser humano pode sofrer na vida, mas também a nossa solidariedade às mães e aos pais daqueles dezesseis meninos que morrem por dia no Brasil, vítimas de assassinato. Quero também poder dar uma resposta à mãe daquela menina, que a maioria não sabe o nome, que também sofreu agora passando de porta em porta nos hospitais, com um filhinho na barriga, uma menina de 15 anos,

que morreu ela e o filho. Isso é violência? Isso é crueldade? Isso é perversão? No meu ponto de vista é?

Então, eu aproveito esse ensejo, Ministro, para perguntar a V. Ex^a. se a Previdência poderia fazer esse cálculo de que, por exemplo, num segundo momento as mulheres brasileiras pudessem ter o direito aos seis meses da licença maternidade. Claro que rompendo aí ou buscando tratar dessa questão, porque muitas pessoas falam: “mas se você aumentar para seis meses vai diminuir o acesso da mulher ao mercado de trabalho.” E eu acho o seguinte: está na hora da gente respeitar as mulheres brasileiras, afinal de contas, nós carregamos a humanidade no nosso ventre, passamos nove meses carregando os nossos filhos, dentro da nossa barriga, dentro do nosso corpo, não temos direito de amamentá-lo seis meses, sabendo que isso vai ser tão importante para o futuro dessas crianças, tanto psicologicamente, como fisicamente, como intelectualmente.

Então, eu gostaria, na verdade, de lhe fazer um pedido, o pedido que a Previdência pudesse se responsabilizar talvez por uma estimativa de quanto nós iríamos precisar para que se todas as mulheres, por exemplo, pudessem ter direito a licença a maternidade. Como V. Ex^a. mesmo disse, nós estamos caindo cada vez mais a taxa de natalidade. Então, não é verdade esse outro discurso que isso iria quebrar com o nosso país.

Então, eu peço a V. Ex^a., que eu sei da sua generosidade, da sua sensibilidade; todos nós ficamos muito bem impressionados com a explanação que o Ministro fez. Eu poderia até arriscar dizer que talvez eu não tenha visto ainda um Ministro ser tão recebido com tanto carinho por parte dessa Comissão, dos nossos Senadores; isso só demonstra o afeto, o carinho, o respeito que todos nós temos pelo seu trabalho à frente do Ministério da Previdência, e esperando que essa sua sensibilidade que eu sei que tem, possa também ajudar nessa luta que eu acho que é a luta de todas nós mulheres, é uma reivindicação de nós mulheres, mas também, acima de tudo, uma forma de prevenir essa sociedade que está virando uma sociedade tão intolerante, onde as mulheres são acusadas porque têm filhos para isso; em que vale olho por olho, dente por dente, se matou um vamos matar dois; e é uma cultura de paz que nós precisamos nesse país, e V. Ex^a. eu acho que aqui mostra claramente que tem todo interesse, boa vontade, determinação em fazer isso.

Então, eu quero agradecer a V. Ex^a., e colocar à disposição, e pedir desculpa porque tomei a palavra de V. Ex^a. agora, mas, enfim, que possa ficar à vontade para responder todos os questionamentos e sugestões que lhe foram dadas.

Muito obrigada.

SR. MINISTRO NELSON MACHADO – Obrigado, Presidente.

Primeiro, eu quero agradecer as palavras carinhosas dos Senadores e Senadoras, dizer que com um conjunto de colocações que vocês fizeram eu tenho outra palestra, vocês vão ter que agüentar. (risos). Mas eu vou procurar ser breve aqui.

Dentro das várias questões, eu vou começar, para não ocorrer o risco de esquecer pela questão que o Senador Mesquita levanta.

Senador, veja, a questão do senso é uma questão que nós temos acompanhado no dia-a-dia com lupa. O modelo foi montado com uma ampla discussão no Conselho Nacional da Previdência Social, com um conselho permanente que reúne os trabalhadores, as centrais, os empresários das federações e o Governo.

Esse modelo depois foi conversado, eu tive aqui na época, aqui com o Senado, eu conversei com os Senadores, conversei na Câmara, conversei no Tribunal, conversei no Ministério Público, conversei no Superior Tribunal de Justiça, no Supremo Tribunal Federal, por quê? Porque o meu maior temor era que, de repente, entrasse alguma coisa e derrubasse o modelo. A minha preocupação era com o modelo, e o modelo passou no teste, e esse modelo é um modelo que tem um conjunto de passos que talvez eu não tenha conseguido na passada rápida que eu falei do sendo, deixado claro, mas ele funciona assim: o primeiro passo é uma convocação para que o segurado faça o seu senso no banco, da forma como o senhor descreveu, daquela forma.

Então, durante três meses aparece no terminal, o senhor tem o final nº 1, “o senhor tem que fazer o senso este mês”, aí ele não faz. Aí aparece de novo: “olha, o senhor tem que fazer o senso”, aí não faz. Aparece de novo: “olha, o senhor tem que fazer o senso”. Então, durante três vezes, três meses e três vezes que ele vai até o caixa para receber apareceu a mensagem. Mas nós sabemos que nós trabalhamos com uma cliente-la que tem dificuldade, às vezes ele não entende, às vezes não leu, às vezes levou a netinha, e a netinha não ler, enfim, tudo bem.

Então, depois dos três meses nós temos um outro processo. Qual é o processo? É fazer uma carta, ou um edital quando a gente não tem endereço. Se a gente tiver endereço a gente manda a carta. Agora, se o endereço não é válido, não tem CEP, não tem número, enfim, porque o nosso problema é de cadastro. Vamos lembrar, estamos fazendo um cadastro, porque nós não temos um bom cadastro. Então, aí é feita a carta e caso não haja o edital, porque aí é uma exigência da lei, a lei diz: “Se você não tiver como comunicar pôe

um edital” que, aliás, nós precisamos até renovar esse negócio por na Internet, que acho que é muito mais fácil do que botar no Diário Oficial, porque ninguém lê, Internet hoje é mais fácil, nós temos que mudar a lei desse negócio aí. Porque botar no diário era lá em 1810 quando o diário era uma página, botava na porta e ficava fácil, agora não pode mais. Então, também tem que mudar isso aí. Obrigar a por na internet.

Feito isso o benefício é suspenso, feita a suspensão ele, na realidade, ele é suspenso, mas, na realidade, nós rodamos a folha, mandamos o benefício para o banco, mas só que ele vai marcado, “está aqui o dinheiro, mas não pague”. Por que é que não pague? Porque ele não cumpriu nenhuma das etapas até agora. Então, na hora que ele vai ao caixa é que ele percebe que ele não tem dinheiro, aí que ele descobre que ele tem que fazer o senso, porque ele não leu nada, durante cinco avisos ele não leu, “aí meu Deus, tenho que fazer o senso.” Aí ele vai ao balcão do lado, faz o senso, rapidamente, apresenta os dados e está resolvido, volta ao guichê, os grandes bancos pagam na hora, os bancos menores precisam quatro, cinco dias para processar, está no modelo, o modelo, na verdade, era onze dias, doze dias; mas estão fazendo o máximo com quatro, cinco dias. Isso resolve, Isso é a questão normal.

Agora, o que eu me referi é uma questão especial que é o quê? No momento em que o segurado tinha que fazer o senso, ele está acamado, ele está imobilizado, ele não pode se locomover. Então, para evitar qualquer problema nós definimos no modelo que o procurador podia fazer o senso para ele. Só que, Senador, nós estamos trabalhando com recenseamento aonde a gente também busca eliminar possível fraudes, e uma das fraudes é o beneficiário ter desaparecido e o continuar sendo pago. Então, nós precisamos ter clareza disso.

Então, feito o senso pelo procurador nós vamos garantir que realmente aquele procurador é procurador do beneficiário que está existindo, que ainda está vivo, tem que direito. Então, o modelo previa, feito pelo programa o senso só se completa depois da visita. Como vimos, nós temos dos 17 milhões que já foram feitos, então 17 milhões já estão resolvidos. 600 mil foram feitos pelos procuradores, desses 600 mil, 300 mil nós já fizemos a visita, dos 300 mil, 30 mil não foram encontrados. Pode ter acontecido qualquer negócio, pode ser que o segurado mudou, ele pode mudar, o mês que ele levou, deu a declaração e três, quatro, cinco meses depois que foi feito a visita, ele mudou, ele pode estar em outro endereço, ele pode ter mudado de asilo, ou ele pode ter morrido mesmo, ou ele pode nem ter existido; tudo pode, ou o nosso funcionário er-

rou, foi no lugar errado, o erro é humano, ele pode ter errado. Agora, neste momento o que eu posso fazer? O que o Ministério pode fazer? Uma forma covarde seria: “esquece esse negócio aqui e vamos embora, vamos para frente, larga para lá”, porque é 30 mil possibilidades de problema, é verdade, eu tenho 30 mil possibilidades de problema, é verdade. Eu tenho 30 mil possibilidades de problema em 17 milhões, mas 30 mil é possibilidade de problema. Mas nós temos que enfrentar com coragem e com bom senso?

Então, o que é que nós preparamos? O mesmo modelo de sempre. Eu não tenho como encontrar essa pessoa, porque essa pessoa continua recebendo, ele acha que está tudo certo, inclusive, o que está certo e o que é fraude, porque eu não sei diferenciar o que é um do outro e nem a proporção deles, pode se revelar que não tem nenhuma fraude e todos eles existem. Então, a única maneira da gente poder conversar com ele é mandar o edital. Claro que pouquíssimas pessoas vão ler o edital, eu sei disso, mas é uma obrigação legal.

E aí o que é que vai acontecer? Nós vamos no dia, abril, vai acontecer isso, o procurador vai lá receber e não vai ter dinheiro, isso é um fato, não vai ter dinheiro. Mas qual é o prejuízo que vai ter para esse que existe? Que não existe, vai ser lucro do Estado, vai ser lucro dos trabalhadores. Mas por que existe? Qual é o prejuízo que ele tem? É um prejuízo de cinco, dez dias no máximo por quê? Porque está bloqueado o recurso. Ele vai ser direcionado a ir à agência da Previdência, só esse, vai até à agência porque os outros faziam no banco, agora nós estamos numa fase, eu não posso dizer: “faz no banco que está...”. Não pode porque senão o sujeito continua fazendo o que sempre fez.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE) – O senhor pode colocar, por exemplo, na véspera na televisão, nos rádios anúncios dizendo quem não fez o cadastro?

SR. MINISTRO NELSON MACHADO – É que eu estou preparando uma coletiva mais próxima para separar, porque nós temos que separar muito bem os que tão sendo bloqueados, mas que podem desbloquear no próprio banco porque ainda está no processo, normal, ele pode bloquear, daqueles que foram feito por procurador o beneficiário não foi encontrado e, portanto, agora ele vai ser bloqueado, e esse bloqueio ele só desbloqueia com a ida na agência. Esse é o único caso em que o procurador, não é o velhinho com a maca e o soro, não é isso, não é o velhinho com a maca e o soro indo à agência, é o procurador indo à agência, é isso que nós estamos falando. O edital diz isso, a divulgação é essa e nós vamos fazer campanha para isso.

Pois não, Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Ministro, eu só não me arrependo de ter tocado no assunto e ter provocado a discussão, porque com isso a gente criou mais uma oportunidade de o senhor ser explícito, como está sendo, e explicar detalhadamente o mecanismo do senso. E eu digo mais a V. Ex^a., depois dessa sua abordagem e explanação sobre a metodologia utilizada, que eu confesso a minha ignorância, eu desconhecia em parte. Eu garanto a V. Ex^a. se alguém ousar atribuir a V. Ex^a. o troféu Berzoini, eu vou chamar para briga.

(risos)

SR. MINISTRO NELSON MACHADO – Obrigado, Senador. E só finalizando então. Quem deve ir à agência é o procurador, não é o velhinho com a maca e com o soro na veia, não é isso. Ele vai até a agência, dá o novo endereço. E como agora o volume é pequeno, porque agora nós estamos tratando de 30 mil. Em São Paulo o Estado inteiro é 4 mil, na cidade de São Paulo é 2 mil. Então, são volumes agora que a gente quase que de olho dá para controlar. Então, vai o procurador, dá o endereço e nós vamos lá. Se tiver ótimo. Agora se não tiver, pelo amor de Deus, porque senão... Eu acredito que uma parcela disso o cara acreditou que a gente não ia até o fim. Eu acho que uma parcela acreditou que a gente não iria... Ele não vai, ele nunca foi até o fim, então não vai, mas nós vamos até fim e nós vamos talvez enfrentar algum problema, mas eu acho que com o esclarecimento e com essa disposição e apoio da Casa a gente vai conseguir chegar até o fim do processo do senso, que eu acho que é fundamental, porque feito o primeiro os próximos serão muitos mais fáceis.

Essa então é com essa relação.

Com a questão, Paim, meu querido Senador. Questão de idade mínima, fator previdenciário, como já disse várias vezes, nós no Fórum não teremos tema tabu. Seguramente isso vai ser discutido à luz das informações demográficas que a gente tem, mercado de trabalho, cenários de finanças, como é que vai ser a questão do pagamento, e vamos discutir, o fator previdenciário, realmente, você tem razão, ele tem algumas disfunções, não tenha dúvida nenhuma, tem disfunções. E a maior preocupação que eu tenho com o fator previdenciário é que num primeiro momento ele não traz ônus para o trabalhador. Essa para mim é a maior preocupação que no primeiro momento ele não traz ônus, por quê? O trabalhador com 53 anos, com 54 anos, dependendo, inclusive, do setor em que ele trabalha, ele tem força, tem saúde, tem condição, tem mercados, ainda mais se ele tiver uma boa formação, tem mercado e, portanto, ele aposenta, garante uma

renda que pode ser 60, 50, 70, sei lá, do salário que ele tinha, na média, tranquilamente e volta para o mercado. E aquilo ali fica só um complemento de renda. Portanto, isso é uma disfunção. Por que é que é uma disfunção? Porque a Previdência é para garantir renda quando o trabalhador não puder mais trabalhar. Porque senão a seguridade não agüenta pagar. O meu avô parou de trabalhar quando foi para a cova. Todo mundo trabalha até o fim da vida, até quando agüenta e o quanto agüenta. Isso é um dever social, trabalhar não é pecado, trabalhar é um dever. Então, nesse momento ele tem um ganho.

Agora, qual é a preocupação, Paim? A preocupação, Senador, é que quando ele chega lá com 70, 75 e aí ele não puder mais trabalhar mesmo, a aposentaria dele cai lá em baixo, porque se ele foi previdente, guardou, fez outro tipo de aplicação e etc., e mesmo tendo sido previdente, se ele apostou no cavalo certo, porque o meu avô apostou no cavalo errado, ele fazia uma poupançazinha e fazia a casinha de aluguel, aí veio a lei do inquilinato e acabou, estou trabalhando até hoje. Então, precisa apostar no cavalo certo ainda. Ser previdente. Então, daí a preocupação da gente encontrar um mecanismo para garantir um salário adequado, uma renda adequada como não puder mais trabalhar. Portanto, não tem tema tabu, vamos discutir isso com profundidade no Fórum.

Com relação à questão dos Estados e Municípios, eu queria aproveitar para falar no Nery e do Senador Valadares. Veja, os municípios podem optar em fazer o fundo próprio ou podem fazer a contribuição na Previdência Social. Quando contribuiu para a Previdência Social, para o INSS nós temos dificuldades com as prefeituras em função da descontinuidade administrativa que muitos deixam de recolher, o sujeito não recolhe, vai embora e tal. Mas isso não tem como a Previdência resolver, isso aí nós temos que resolver é com a lei de (inaudível) fiscal punindo os maus administradores que deixam de pagar qualquer tipo de contribuição ou tributo que ele tenha que fazer. Aí é responsabilidade do administrador municipal fazer uma boa gestão, ele não pode simplesmente deixar como herança para sempre. Então, não há muito como a gente mexer nessa questão.

Eu acho que tem que talvez aprofundar a lei de responsabilidade, aprofundar a capacitação dos dirigentes municipais, enfim, criar responsabilização, porque senão não tem jeito. E do lado do regime próprio a mesma coisa. A lei criou a possibilidade de qualquer ente federativo ter um fundo previdenciário para os seus trabalhadores, para os seus servidores. Esse é um direito constitucional, eles podem fazê-lo. E o que ocorreu em algumas regiões é um certo planejamento

tributário. O sujeito faz a conta. “Quanto é que custa pagar 20% da folha?” Custa tanto. Se eu fizer um fundinho aqui eu pago só 10, 8, 9, 7, sei lá o quê. Então, como forma de planejamento tributário ele deixa de pagar a Previdência Social e cria o fundo, só que o fundo, às vezes, não tem tamanho para poder administrar, não tem pessoal suficiente.

Então, eu acho que essa questão dos regimes próprios que nós fiscalizamos, a Previdência Social fiscaliza, eu acho que talvez a gente precise fazer um debate para melhorar o grau de governança desses fundos para que a gente possa, efetivamente, ter uma fiscalização mais forte. E, do outro lado, também os municípios poderem fazer uma opção mais clara entre contribuir para o INSS ou fazer os fundos.

Já que eu estou falando de fundo, eu quero falar um pouquinho do fundo complementar dos servidores públicos que o Senador Valadares havia solicitado. Veja, a legislação, a Reforma 2003 definiu já o modelo previdenciário do setor público. Nós temos para aqueles que são os novos entrantes, de acordo com a PEC paralela, inclusive, os novos entrantes, eles podem entrar depois de regulamentado, e vai ser regulamentado por esse Projeto de Lei, pode entrar no fundo complementar. Então, a Previdência pública, com isso, começa a se encaminhar para ter o mesmo padrão do regime geral. Por que qual é o padrão do regime geral? Eu tenho a previdência pública básica solidária que vai do piso previdenciário que é salário mínimo até o teto, 2.800. Acima disso é complementar e é por capitalização. Veja que esses dois sistemas são muitos distintos e é importante a gente ter clareza disso. O primeiro básico solidário público é solidário, é repartição simples, todo mundo é responsável, tem que haver solidariedade entre as gerações e dentro das gerações.

Agora, a outra parte dali para cima é privado, é capitalização, quem pôs mais tira mais, quem pôs menos tira menos, quem teve mais felicidade de ter estudado mais, etc. e etc., tem um bom salário, ele pode contribuir mais, está ótimo, tudo bem, vai ter uma aposentaria maior, quem não, fica embaixo. Mas aí também a gestão e o risco é privado.

No lado do setor público o fundo também vai ter essa mesma característica, até para os novos, para os entrantes, até 2.800 é pago de maneira do Estado pagar normalmente, não tem problema nenhum. Dali para cima ele vai pagar com fundo complementar, ele vai contribuir com 7,5% que é a proposta que o Executivo está ultimando e o Executivo como empregador vai botar, o Legislativo e o Judiciário vai botar os 7,5% também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ministro, e a unificação dos fundos?

SR. MINISTRO NELSON MACHADO – Deixa-me falar disso, Senador, na realidade o que nós estamos falando é cada ente federativo tem um único fundo, é para cada ente, ou seja, a União terá um fundo complementar para os novos entrantes, os Estados, cada um deles terá o fundo e os municípios também. Então, não é um único fundo para todos os entes, Estados, União, Municípios e etc., não, não é isso, cada ente federativo tem o seu fundo.

A discussão que nós estamos tendo hoje é se no âmbito da União nós teremos um único fundo ou teremos mais de um fundo, um fundo para cada um dos poderes, para o Executivo, para o Judiciário e para o Legislativo, essa é a discussão. A minha posição, Senador, é simples, o governo não pode mandar para o Congresso uma regulamentação propondo um fundo para cada poder, por quê? Porque a lei fala num fundo só. Se tiver que negociar e fazer alguma alteração, nós temos que alterar a lei também que diz que é um só, é um por poder.

Então, o Executivo não pode mandar uma regulamentação que não esteja baseada na Constituição, então estamos ungidos(F) a ela, estamos amarrados à Constituição. Então, ele vem com um fundo só. Esse é um ponto. Tem que vir assim. Agora, evidente que o governo vai discutir, vai debater e vamos negociar aqui, com certeza, aqui no Congresso se faz um, se faz dois, se faz três, enfim, se vai estar no processo de negociação. Do ponto de vista técnico tem vantagens e desvantagens nas duas posições. Quando nós temos um fundo maior o que acontece? Esse Fundo bem administrado, obviamente, tem mais poder de barganha na aplicação dos seus ativos e as despesas administrativas se diluem no volume de recurso maior. Então, você tem menos despesa administrativa percapta. É a lei da economia da escala. Se nós temos três fundos repartidos a despesa administrativa vai ser maior, podemos perder competitividade ou não, porque também em economia os estudos falam que temos economias de escala, mas depois de um certo tamanho também você tem que ter economia de escala.

Então, está em aberto o debate. Eu acho que podemos pensar outras alternativas, vamos ter uma única entidade com três planos separados porque há diversas questões que estão em jogo, o poder político de cada um das corporações dos funcionários de cada uma das áreas, como é que vai se colocar isso. Então, eu acho que tem um longo debate pela frente e o governo vai estar aberto a debate. Eu acho que isso não é um problema.

Adão, só para finalizar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ministro, desculpe interrompê-lo, já aproveitando a embalagem, já que o senhor está respondendo algumas perguntas que eu fiz, o senhor poderia falar sobre esse endividamento dos municípios porque realmente tem sido preocupante.

SR. MINISTRO NELSON MACHADO – Eu já tinha falado um pouquinho, mas volto a fazê-lo. A questão dos municípios, eu acho que a dificuldade maior não se relaciona com a Previdência, o senhor mesmo apontou o diagnóstico, é um problema de gestão. O gestor municipal, muitas vezes, ele não cuida das questões financeiras, administrativas de forma adequada, desrespeita a lei de responsabilidade fiscal e depois, ao fim e ao cabo termina o mandato ele cruza o braço, vai embora, e larga a bomba na mão do outro que chegou. Eu recebi inúmeros prefeitos que chegam: “Pelo amor de Deus, Ministro, eu cheguei agora, não tem nada com isso”, mas não há o que fazer, não há o que fazer do ponto de vista da Previdência para resolver um problema de má gestão do outro e, aliás, temos que tomar cuidado, com qualquer maneira quando a gente vai tentar resolver o problema porque senão nós vamos estar incentivando a má gestão, a má administração. Então, eu acho que aí comporta um debate, eu falava para o Senador Nery sobre a questão dos fundos previdenciários próprios, um debate com a questão dos municípios, como é que a gente vai trabalhar a questão da Previdência dos municípios e a gestão municipal. Eu acho que há uma preocupação.

Quando o senhor coloca a questão do limite dos 13%, esse limite foi da renegociação da dívida dos estados que tinham dívidas mobiliárias, dívidas em título e tal que aí foi feita uma consolidação e foi feita uma aprovação de uma lei.

Para os municípios foi feita recentemente uma proposta, e foi aprovada aqui no Congresso a possibilidade de fazer um parcelamento em melhores condições e tal. Eu esperava que com esse parcelamento esses problemas tivessem diminuído. Agora, se não diminuiu nós temos que pensar nas causas, Senador. A minha sugestão é que a gente pudesse pensar nas causas, por que é que acontece isso, por que os municípios chegam a essa condição? Antes da gente tentar resolver os efeitos.

DEPUTADO ADÃO PRETTO (PT-RS) – Uma das causas é que houve dívida remanescente que foi somada à nova negociação. Então, se um prefeito devia anteriormente na negociação anterior, 50 mil por mês, e agora resolveu parcelar em 240 meses, essa dívida total passou de 50 mil, digamos, para 100, 120 mil reais, quer dizer, não resolveu, agravou.

SR. MINISTRO NELSON MACHADO – Aí não está na minha alçada aqui, Senador, não tenho como resolver isso.

Só para finalizar, então. Eu queria dizer para o Adão que de forma alguma o Presidente disse que foi um equívoco colocar os trabalhadores rurais como (inaudível), o Presidente não disse isso, pelo contrário, o Presidente disse que todo mundo sabia na Constituição de 88 quando definiu que os trabalhadores rurais teriam direito ao direito previdenciário, criaria recurso para fazê-lo. Então, o Presidente nunca disse que foi um equívoco, pelo contrário, o Presidente sempre defendeu que a previdência rural é o direito previdenciário e que nós vamos trabalhar com isso. E o fato de nós estarmos colocando com clareza aonde é que estão os valores é para gente ter um debate claro, profundo e arrumar aonde tem que arrumar com os atores que tem que arrumar. Em forma nenhuma, em nenhum momento o Presidente disse que isso era o equívoco, pelo contrário.

E eu quero só dizer para a Senadora Patrícia que nós vamos estudar essa questão, vou fazer o estudo que ela solicitou com relação à licença maternidade, e eu gostei de receber a proposta original para a gente poder calcular.

Está ok? Obrigado.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Presidente Paim, eu estava aqui atendendo o telefone, levantei os olhos e achei que a Senadora Patrícia...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Ficou preta?

(risos)

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – ... Até comentei com o Senador Nery aqui do lado.

Mas, em primeiro lugar, eu queria cumprimentar o nosso querido Ministro Nelson Machado, o Ministro dos nossos sonhos, não é Senador Paim? O Ministro dos nossos sonhos, porque o debate a respeito da Previdência tem sido muito bom, a gente tem tido a oportunidade, inclusive, de ir à tribuna reiterar as posições que acho que tem sido muito corajosa do Ministro, de fazer, inclusive, essa história de refazer a conta da Previdência, tem gente que diz: “mas é só uma questão aritmética”. Não é. Refazer a conta é colocar o endereço em quem paga a conta.

Então, é uma questão fundamental a gente poder saber bem claro o que é que é, efetivamente, previdência, o que é inclusão social e poder distribuir entre a questão dos públicos, da iniciativa privada para saber

aonde é que nós temos os problemas para que eles possam ser atacados, portanto, essa história de refazer a conta tem sido ótima. Nós temos aqui comemorado de forma efetiva a coragem do Ministro de colocar e a própria posição do Presidente Lula quando os derrotados da eleição ainda continuam insistindo na história do déficit da Previdência, do rombo da Previdência.

E a minha pergunta, Ministro, é exatamente sobre o déficit da Previdência, mas não é sobre o déficit financeiro não, é do déficit dos milhões de brasileiros que estão fora da Previdência. Porque é este o déficit da Previdência que, muitas vezes não se quer tratar quando se discute previdência. E como no dia da assinatura da constituição do Fórum para tratar da questão da previdência, o Presidente também assinou aquele decreto para que o pessoal da informalidade, uma série de segmentos da sociedade possam ter a redução de 20 para 11% na contribuição. Eu queria saber, Ministro, porque eu sei que o senhor já teve a oportunidade de se reportar ao efeito desse decreto.

Qual é a expectativa, ou seja, o que nós vamos poder aguardar de resultado positivo de reduzir o déficit da previdência dos que não têm previdência? Porque eu acho que esse é o déficit fundamental que a gente tem que tratar. Então, se o senhor pudesse colocar um pouco para nós, qual é a expectativa do Ministério com relação ao resultado da implementação do decreto, eu acho que seria bastante positiva.

SR. MINISTRO NELSON MACHADO – Obrigado, Senadora. Vejam. Nós temos algumas informações que são realmente de estarrecer. Dentro do conjunto da população economicamente ativa, que nós temos cerca de 70 milhões de trabalhadores e trabalhadoras entre 16 e 59 anos no mercado. Nós temos cerca de 28 milhões que estão fora da previdência, Senadora, eles não têm direito previdenciário, não contribuí e também não tem direito previdenciário. E o mais triste é que desses 28 milhões quase 50% ganham menos que o salário mínimo, então eles nem têm condição ainda de fazer parte da previdência porque recebem abaixo do mínimo, segundo as informações do IBGE. Dos 14 milhões que estão acima nós fizemos alguns estudos e estudos prospectivos, não é nada de contabilidade ali que a gente sabe é aquilo e ponto. São prospecções. E a gente trabalha com a possibilidade de que nós teríamos cerca de 3 milhões, 3,5 milhões de trabalhadores e trabalhadoras que estão recebendo na faixa de um salário mínimo, um salário mínimo e pouco. E, portanto, são aqueles trabalhadores que potencialmente tem mais condição de aderir a este programa simplificado de inclusão previdenciária.

Nós estamos chamando de programa simplificado de inclusão previdenciária, por quê? A contribuição de

11% sobre o salário mínimo dará o direito a todos os benefícios previdenciários no valor de um salário mínimo, exceto a aposentaria por tempo de serviço.

Então, terá apenas a aposentaria por idade. É um valor que acaba sendo relativamente pequeno frente ao que seria 20%, para o nosso próximo salário mínimo que vai ser 380, para quem tiver no modelo tradicional, vai estar pagando então 76 reais. No modelo simplificado, esse programa simplificado de inclusão previdenciária, ele vai pagar R\$ 41,80. Então, eu acho que é um valor que é possível fazer esse seguro.

Eu estava um dia numa entrevista e até brincava com os repórteres. “Vocês devem dizer que esse é o programa de seguro social mais barato que tem, porque com 41 reais por mês ele pode garantir todos os benefícios que ele pode ter de acidente no trabalho, de doença, de salário maternidade e lá no final da sua vida laboral garantir a previdência.

Então, a nossa (inaudível) é que num primeiro momento nós possamos ter 3,5 milhões de pessoas que possam aderir a esse sistema. Agora, é evidente que nós vamos precisar fazer ainda um trabalho forte de esclarecimento para a população. E esse trabalho de esclarecimento, inclusive, tem que começar sabe, Senadora, mostrando que a Previdência não vai quebrar, até porque se acostumou nos últimos anos dizer: “a Previdência vai quebrar”. E o pobre do sujeito lá que ganha o salário mínimo: “eu vou botar dinheiro nesse negócio? E eu sou doido?” Mas é claro, ele não vai botar dinheiro num negócio que vai quebrar. Então, tem que dizer claro e em bom som, a Previdência pública solidária básica não vai quebrar, jamais vai quebrar por quê? Porque ela só quebra o dia que o país quebrar, o dia que o país deixar de existir, o dia que o país não tiver mais PIB, não tiver mais trabalhador, aí quebra. Mas o dia que quebrar a Previdência Social pública, básica e solidária não tem nada que sobreviva. Portanto, a Previdência não vai quebrar.

Portanto, temos que dizer isso com clareza, porque as pessoas não vão contribuir se não tiverem segurança de que o sistema vai viger, e o que vai garantir é o nosso desenvolvimento, o que vai garantir a Previdência no futuro é o desenvolvimento, o desenvolvimento significa crescer com distribuição de renda, aí sim, nós temos um país forte, sustentável, politicamente sustentável e mais justo e solidário.

Então, obrigado pelas perguntas. Era isso. Obrigado Senador.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Ministro, eu quero agradecer em nome da Comissão de Direitos Humanos. A Senadora Patrícia, como sempre, com a gentileza pediu que eu agrade-

cesse em nome também da Comissão de Assuntos Sociais e de todos os Senadores e Senadoras.

E dizer, Ministro, para V. Ex^a. que eu sou simpático o princípio da previdência universal, iguais para todos, todos, todos, todos com os mesmos direitos. Eu sei que é a sua visão também e que devemos caminhar para isso no futuro.

E para concluir, dizer também que sou muito simpático cada vez mais, sei que V. Ex^a. trabalha um pouco nesse sentido, mas lá no Fórum social a gente vai aprofundar o debate no momento que o Parlamento for também convidado, da gente chegar um dia nesse país que não tenhamos mais, claro que é para o debate, contribuição do empregador para a previdência sobre a folha, e ficar sobre o faturamento, como forma de ampliar para todos, aí no meu entendimento, é no princípio universal e nós estaríamos diminuindo os encargos da folha de pagamento e ainda, Ministro, como diz a preocupação do Adão, é uma forma de todos serem responsáveis não só pela Previdência, mas também pela segurança social.

Encerro com a minha posição, com certeza, vamos continuar o debate.

Muito obrigado a todos. Obrigado, Ministro.

(Sessão encerrada às 12:49)

Ata da 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, Da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 21 de março de 2007, quinta-feira, às 14:00 horas.

As quatorze horas e trinta e oito minutos do dia vinte e um de março de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência do Senhor Senador Paulo Paim, reúnem-se as Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Assuntos Sociais, em reunião conjunta, com a presença dos(as) Senhores(as) Senadores(as) Flávio Arns, Fátima Cleide, Patrícia Saboya, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Cícero Lucena, José Nery e Serys Slhessanrenko, reúne-se Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os (as) Senhores(as) Senadores(as) Leomar Quintanilha, Paulo Duque, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Demóstenes Torres, Eliseu Resende, Jonas Pinheiro, Papaléo Paes e Cristovam Buarque. Compareceram, também, os Senadores não Membros Renan Calheiros, Adelmir Santana, Eduardo Azeredo, Flexa Ribeiro e a Senadora Rosalba Ciarlini. O Presidente abre os trabalhos com as aprovações das atas

das reuniões anteriores, dispensada a sua leitura. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atende aos Requerimentos nº. 7 de 2007 – CDH, de autoria do Senador Flávio Arns e do Requerimento nº. 7 de 2007 – CAS, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, para tratar das questões atinentes ao “Dia Internacional da Síndrome de Down”, com os seguintes convidados: Marcos Caruso – Ator da Rede Globo de Televisão, Evaldo Mocarzel – cineasta, Joana Mocarzel – atriz, Dennis Alexander Burns – Médico Pediatra, Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, Tatiana Heiderich – massagista, Rodrigo Marinho – Assessor do Deputado Eduardo Barbosa, Helena Werneck – Coordenadora Geral do Instituto Meta Social. Inicia-se a reunião e o Presidente, após as suas considerações iniciais, passa a palavra ao Senador Flávio Arns, que faz pronunciamento, ressaltando a importância do tema em questão e, em seguida, convida para sentarem-se à mesa os debatedores convidados. A Presidência registra a presença dos Senadores, Deputados Federais e representantes de entidades ligadas à causa da Síndrome de Down e passa a palavra ao Senhor Evaldo Mocarzel que relata a sua experiência como cineasta e produtor de documentário sobre as dificuldades da família do portador de Síndrome de Down na aceitação das diferenças. O Senador Eduardo Azeredo, saúda todos os presentes e homenageia o Dia Internacional da Síndrome de Down. A Senhora Helena Werneck, Presidente do Instituto Meta Social, usa a palavra. A Senadora Rosalba Ciarlini, faz pronunciamento. Presidente passa a palavra ao Senhor Doutor Dennis Alexander Burns – Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria. Após a conclusão da exposição do Doutor Dennis, a Senhora Tatiana solicita a atenção de todos para a exibição de vídeo sobre sua vida no telão do plenário da Comissão. Em ato contínuo, às quinze horas e vinte e nove minutos, o Presidente passa a palavra à Senadora Patrícia Sabóya Gomes, que faz pronunciamento sobre o tema em questão e, em seguida, passa a palavra à Senhora Edir, mãe de criança portadora da Síndrome de Down, que faz depoimento sobre as suas experiências. As quinze horas e trinta e dois minutos, chega~ ao plenário da Comissão, o Senador Renan Calheiros, o jogador de futebol do Club~ de Regatas Vasco da Gama, Romário de Souza Faria, acompanhado de sua esposa e da filha Ivy, portadora da Síndrome de Down, o ator Marcos Caruso e outros atores da novela Páginas da Vida da Rede Globo de Televisão. Em ato contínuo, o Presidente passa a palavra ao Senador Remrn Calheiros, que faz pronunciamento sobre o tema em questão. Em seguida, o Senador Renan. Calheiros passa a palavra ao jogador Romário, que em seu depoimento, destaca as alegrias

advindas da sua experiência como pai de uma criança portadora da Síndrome de Down e ressalta, ainda, a importância do papel dos Senadores na aprovação dos projetos, em tramitação no Senado Federal, que tratam do tema da deficiência. A Presidência franqueia a palavra aos e elogia a atuação do Senador Flávio Arns como Relator do Estatuto da Pessoa com Deficiência e como homem público. Nada mais havendo a tratar, Senhor Presidente encerra a reunião às dezesseis horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Quero informar a todos que está aqui na Mesa ao meu lado aquele que eu considero e vou falar pelo Senado, o nosso guru permanente na luta em defesa das pessoas com deficiência. Flávio Arns foi o homem que apresentou há muitos anos atrás, ainda na Câmara, a primeira versão do Estatuto da Pessoa com Deficiência e depois fez o relatório aqui no Senado fazendo um belíssimo trabalho eu diria cem vezes melhor do que o projeto original que eu apresentei. Me permitem, mas uma salva de palmas para o Flávio Arns. (palmas). É o homem que dedicou a sua vida a essa causa. Eu rendo aqui as minhas homenagens e dizer que esse trabalho você articulou muito em todo o Brasil, por isso que está lá em debate na Câmara na mão de companheiros que nós aqui vamos dar a oportunidade da palavra e dialogarmos juntos depois.

Solicito a dispensa da ata das reuniões anteriores e coloco em votação. Aqueles que as aprovam permanecem como se encontram.

Me permitam que eu faça, Senador Flávio Arns, uma pequena fala que foi me solicitada inclusive hoje pela manhã pelas entidades que estiveram ainda recentemente em Nova Iorque naquele encontro da Convenção Internacional da Pessoa com Deficiência.

Participo aos Srs. Senadores e Senadoras conforme coloquei no Plenário do Senado a minutos atrás que mais de 40 países devem assinar a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência no próximo dia 30 de março, em Nova Iorque, durante a Assembléia Geral da ONU.

Informações da Coordenaria pela Integração da Pessoa com Deficiência, CORDE, ligada à Secretaria

de Direitos Humanos da Presidência da República garante que o Brasil se fará presente, mas quero levantar aqui uma preocupação: Conforme informações que recebi até o momento da ONU é que o Brasil ainda não confirmou a presença e que também não consta da lista dos países que já se inscreveram para a assinatura da Convenção. Faltam somente dez dias. Gostaria muito de saber e até para podermos homenagear em Plenário qual a autoridade que vai representar o Brasil nesse mega evento que é de extrema importância para a vida das pessoas com deficiência em todo o mundo e cerca de 27 milhões de brasileiros que possuem algum tipo de deficiência, entre eles, as pessoas portadores de down.

Sendo assim, eu quero aqui fazer um apelo ao nosso Governo para que no dia de hoje, 21 de março, Dia Internacional da Síndrome de Down informe a essas Comissões aqui reunidas, que representamos três Comissões, porque duas Comissões e uma Subcomissão, a presença do Brasil nesse evento que eu tenho certeza que estará e qual a autoridade que vai lá representar o Brasil.

Ao fazer essa fala, podem ter certeza que eu não estou fazendo aqui nenhum protesto. Estou, na verdade, alertando da importância do Brasil estar lá. Sei que o Brasil estará.

Com essa pequena introdução que é um alerta a todos nós, eu quero de imediato passar a palavra para o Senador Flávio Arns, que é o vice-Presidente da Subcomissão da Pessoa com Deficiência. Senador Flávio Arns que foi o relator do Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Senador Flávio Arns que assinou o requerimento para que essa audiência se realizasse. Senador Flávio Arns com a palavra.

Quero só anunciar que o Advogado Geral da União, Dr. Toffoli, se encontra aqui conosco. Eu peço que ele se sente aqui na primeira fila já pela importância da...

Eu quero chamar para a mesa, antes de passar a palavra para o Senador Flávio Arns, Evaldo Mocartzel, pai da Joana, que é a Clarinha da novela Páginas da Vida. Chamar ambos e dar uma salva de palmas já aqui na mesa.

A Letícia também queremos já convidar para a mesa.

Pessoal, vamos ter que dar uma salva de palmas de pé para a Clarinha, aqui! Vamos levantar! (palmas).

Eu peço a todos que sentem e eu passo a palavra para o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a todos e a todas que estão aqui, Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas,

famílias, amigos, profissionais, pessoas com síndrome de down que estão sendo homenageadas no dia de hoje e dizer que é uma satisfação para o Senador Federal e para o Congresso Nacional estar realizando esta Audiência Pública conjunta de duas Comissões do Senado Federal, a Comissão de Direitos Humanos e Comissão de Assuntos Sociais, também em conjunto com uma Subcomissão Permanente que existe no Senado Federal na Comissão de Assuntos Sociais que é a Subcomissão Permanente para os Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência.

O Senador Eduardo Azeredo é Presidente dessa Subcomissão, Senador de Minas Gerais, a sua esposa Heloísa está aqui presente também e a família toda está envolvida nessa questão da pessoa com deficiência e dizer que ele não está neste momento, mas está vindo para cá em função de um compromisso ainda na Embaixada da França na hora do almoço, mas logo estará aqui presente.

Eu quero dizer que este 21 de março, que é uma data muito especial pelo 21 e pelo março, pelo três, pela trissomia do par 21, nós queremos dizer que é uma data que tem que ser comemorada, comemorada para dizer “olha, queremos uma sociedade mais justa, uma sociedade com chances, com oportunidades, com direitos, com cidadania, com respeito à diversidade, respeito às diferenças” e temos que dizer “olha, estamos juntos”. O grande sinal deste 21 de março é para dizer que todos estamos juntos numa caminhada. Todos somos importantes. Estamos aqui em função da cidadania hoje da pessoa com síndrome de down, mas esta cidadania deve se relacionar, se estender para todas as pessoas com deficiência: Com surdez, com cegueira, com deficiência física, mental, autismo, distúrbios de comportamento, seja que o for, distúrbios globais de desenvolvimento. Mas nós queremos dizer que esta data é uma oportunidade especial para todos nós para refletirmos sobre esta área. Todos somos importantes. A própria pessoa em primeiro lugar, em função de quem nós estamos reunidos.

As famílias dessas pessoas que dão o melhor de si para que os filhos sejam felizes, aos pais desejam. Nós pais, e eu me coloco na situação de pai, porque também sou pai de um adulto com deficiência de quase 32 anos de idade, nós pais queremos que os nossos filhos sejam felizes, e feliz significa ter respeito garantido, dignidade, educação, saúde, acesso, chances. A oportunidade que deve ser destinada a todas as pessoas, os amigos todos que lutam, a importância dos políticos, dos Vereadores, Deputados Estaduais, Deputados Federais que estão aqui presentes, inclusive lembrando de uma maneira especial o Deputado Eduardo Barbosa, de Minas Gerais, que está aqui,

que é Presidente da Federação Nacional das APAEs, os Senadores, o Executivo, o Judiciário, Dr. Toffoli que está aqui, Advogado Geral da União e o irmão aqui presente também, e o outro irmão do Dr. Toffoli que foi Secretário da campanha da CNBB, Campanha da Fraternidade do ano passado voltada para a questão da pessoa com deficiência. Então, todos nós, todos nós temos um papel a desempenhar e cada um tem que desempenhar este seu papel da melhor forma possível, para dizermos lá na frente que valeu à pena, não é verdade?

Então, queremos que o Brasil, nesta área da pessoa com síndrome de down e nesta área da pessoa com deficiência de uma maneira geral, possa sempre dizer que está caminhando para ser um país justo para com todos os brasileiros e, particularmente, com esses 24 milhões de brasileiros.

Quero destacar a importância dos meios de comunicação nessa trajetória. De uma maneira muito particular, a novela que recentemente terminou, Páginas da Vida, uma novela que faça esse trabalho de sensibilização e de conscientização. Realmente um esforço desses equivale a mil campanhas que possam ser feitas. O debate aconteceu no Brasil inteiro e a oportunidade das pessoas conhecerem e por conhecerem, amarem a área, gostarem da área, mas mais do que isso, amarem a área pela novela, isto se torna possível, como já tinha acontecido duas novelas anteriores com o ator Marcos Frota também, trazendo a realidade e as perspectivas da pessoa com deficiência visual. Por isso que a gente saúda de maneira muito especial a família da Joana, da Clara da novela e que ela, a família toda e as famílias todas que estão aqui possam através desta oportunidade, pensar nestas mudanças, neste desafios que têm que ser enfrentados.

Que bom que estamos aqui, não é? Estamos aqui para comemorar, para festejar a cidadania. Estamos aqui para ficarmos juntos, unidos, pensando no bem, no futuro e estamos aqui para que esse esforço, apesar de todas as dificuldades, todos nós tenhamos presente a idéia de que vale à pena, vale à pena pelos nossos filhos, vale à pena pelos nossos amigos, vale à pena pelas pessoas de uma maneira geral. Que a luta unida desta área possa representar para todos um alento pela luta pela cidadania que o Brasil quer que aconteça.

Então, sejam todos muito bem-vindos e bem-vindas nesse 21 de março no Senado Federal, que as portas estejam abertas e permanentemente abertas para juntos buscarmos as soluções que o Brasil precisa. Que bom que estamos aqui. Obrigado. (palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Registrar a presença conosco aqui do Deputado

Valdir Maranhão, Deputado Rodrigo Rollemberg, Deputado Eduardo Barbosa, que presidiu a Comissão Especial que acabou construindo o Estatuto do Idoso junto com o Deputado Silas Brasileiro, que foi o relator.

Eu tive a alegria como o autor do projeto original de dizer que também o Estatuto do Idoso não rendeu as homenagens devidas ao Eduardo Barbosa e ao Silas Brasileiro. Eu queria também que desse uma salva de palmas aos dois e a todos os Deputados que estão aqui presentes (palmas).

Quero registrar a presença sempre conosco do Senador Geraldo Mesquita Júnior, do Senador Eduardo Azeredo que está chegando, Senador Ademir Santana que está conosco aqui, Senadora Fátima Cleide, Maria Dolores, Presidente da APAE de Minas Gerais, e ainda Heloísa Azeredo. A nossa Rosalva está aqui conosco e esteve pela manhã numa Audiência Pública sobre a ampliação da licença-maternidade que terminou quase às duas da tarde e é vice-Presidente dessa Subcomissão tão especial que é a Comissão de Assuntos Sociais.

Então, eu queria nesse momento passar a palavra para o pai da Joana, que vai ser o nosso primeiro convidado aqui a fazer a exposição que é o Evaldo Mocarzel, ele é cineasta e tem uma mensagem para todos nós. Está com a palavra.

SR. EVALDO MOCARZEL: Boa tarde. Enfim, eu vou dar uma contribuição rápida aqui da minha experiência como pai, como jornalista e como documentarista.

Eu acho que a questão do preconceito e da discriminação, essa questão começa dentro de casa. Então, a questão da inclusão passa necessariamente pela aceitação dos pais, por a gente superar o momento inicial difícil, que é chegar numa maternidade e receber a notícia que a gente teve um filho com algum tipo de má-formação genética.

Então. Eu acho que... Eu fiz um documentário que chama-se “Do luto à luta” com o objetivo de ajudar outros pais, outras mães, outras famílias a superar uma possível rejeição ao bebê com down e ao mesmo tempo mostrar pessoas com down em diferentes atividades, até mesmo dirigindo o próprio filme para mostrar que de perto ninguém é normal. Todos temos deficiência e potencialidades, alguns com deficiência na alma com ou sem síndrome de down.

Eu, como jornalista, como pai, como documentarista, eu sou a favor da inclusão ampla, geral e irrestrita, e irrestrita, mas eu gostaria de dizer também, de ressaltar que eu sou contra qualquer tipo de fundamentalismo ou qualquer tipo de visão xiita. Eu acho que o fundamentalismo está causando isso que os noticiários mostram diariamente no Oriente Médio e eu acho

que a questão da discriminação, do preconceito e sobretudo da inclusão ela é mais simples, ela passa por uma informação humanizada. Normalmente, por falta de informação a gente cria monstros que não existem e, sobretudo, pais e mães na vulnerabilidade de uma maternidade, tendem a criar um luto. Então, eu acho que... Criar um luto que às vezes é piorado pela classe médica que às vezes não está devidamente aparelhada de informação para dar a notícia para os pais. Mas eu acho que a questão do preconceito, da convivência das diversidades, eu vejo de uma forma mais simples, de uma forma mais humanizada. Eu acho que a partir do momento que a gente tem a informação, a gente dessacraliza esses mitos que se criam em torno da síndrome de down e de outras coisas. Volto a dizer que eu sou a favor da visão ampla, geral e irrestrita mas sou a favor também de que se respeite cada ser humano em sua individualidade sem nenhum tipo de radicalismo, sem nenhum tipo de fundamentalismo nem de visão xiita. Todos nós temos potencialidades e deficiências com ou sem síndrome de down. Então, é isso que eu gostaria de dizer. Muito obrigado. (palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – O Senador Eduardo Azeredo é um dos que assinou o requerimento para essa importante Audiência Pública. Ele chega nesse momento, ele é o Presidente da Subcomissão da Pessoa com Deficiência. Nós vamos dar a palavra para ele e vamos continuar depois com os depoimentos.

Mas primeiro informar a todos que a Assessoria aqui me informa que existe cerca de cem pessoas aqui no corredor querendo entrar. Como o espaço aqui já não é mais possível, eu queria informar a eles que na sala 06, que é aqui ao lado, tem um telão. Então, as pessoas que estão chegando e que quiserem aqui na sala 06 ficar aqui ao lado, poderão assistir a essa Audiência Pública. E com muita satisfação eu passo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, que é Presidente da Subcomissão da Pessoa com Deficiência.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG) – Senhoras e senhores, eu quero, como Presidente da Subcomissão, trazer aos Senadores, aos Deputados, a todos que aqui estão presentes esta visão importante que o Senado Federal tem da importância e do respeito necessário com as pessoas que têm síndrome de down. Assim é que o Senado tem buscado aperfeiçoar a legislação. Nós temos a presença sempre muito ativa do Senador Flávio Arns, do Senador Paulo Paim e de todos aqueles que se interessam e lutam pela causa das pessoas com deficiência.

Nesse Dia Internacional da Síndrome de Down, o nosso objetivo é basicamente, ao fazer essa audiência, de divulgar mais, divulgar o que tem sido obtido,

os avanços que se conseguiu na legislação e especialmente o que a mídia, a imprensa podem fazer na busca de melhores condições. Condições de educação, condições de trabalho, condições de saúde.

O trabalho que foi feito nessa última novela, sem dúvida alguma foi um trabalho de grande relevância, um trabalho que multiplicou a divulgação, os esforços que são feitos em todo o país.

Aqui com a presença, portanto, e o depoimento que temos a honra de ouvir são depoimentos que mostram que as pessoas com síndrome de down estão participando cada vez mais da vida brasileira. Os exemplos, eu volto a dizer, de oportunidades de emprego que algumas empresas oferecem são exemplos que devem ser sempre mencionados.

Normalmente o que a gente vê é apenas o lado negativo sendo divulgado. O lado positivo normalmente tem um espaço muito menor na imprensa como um todo. Mas aí a importância de nós podermos bater os tambores mostrando que existem bons exemplos, existem experiências de sucesso.

Eu quero também saudar o Deputado Eduardo Barbosa, que é Presidente da Federação Nacional das APAEs que aqui está conosco, assim tomo todos os Deputados que também participam.

Senador Paulo Paim, a minha palavra é rápida, é apenas uma palavra de saudação, de homenagem neste Dia da Síndrome de Down. (palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu vou intercalar, em seguida vou passar para a nossa Senadora, e nesse momento eu vou passar para a Dra. Helena Werneck, que é Presidente do Instituto Meta Social.

SRA. HELENA WERNECK – Boa tarde. Eu vou tentar fazer aqui com a Juju aqui no colo, ela não quer sair.

Eu estou aqui em dois papéis: Eu sou mãe de uma menina com síndrome de down, a Paulinha e sou Presidente do Instituto Meta Social. O nosso instituto ele tem sede no Rio de Janeiro. Ele tem um foco principal de usar os caminhos da mídia para informar a sociedade. Como bem falou o Evaldo e eu endosso tudo o que ele falou, a informação eu acho que é o que está faltando para que a sociedade receba bacana os nossos filhos. Então, todo esse trabalho que a gente tem feito, até então são dez anos que a gente está nessa trajetória, de procurar os caminhos da mídia para que a gente possa levar essa informação correta para a sociedade.

O instituto usa e abusa da mídia, a gente procura fazer campanhas institucionais voltadas especificamente para informar a capacidade e potencialidade dessa garotada. Nessa trajetória de dez anos, nós já fizemos

cinco campanhas, essas campanhas todas são paudadas no voluntarismo de todo mundo, voluntariado de todo mundo e com isso a gente vai tornando uma grande família, grandes empresas e muitas pessoas se agregam e a gente vai formando um grande trabalho.

Junto com o Evaldo, pai da Joana, o nosso papel foi só do empurrãozinho. Ele é o cineasta, a gente juntos pensou “vamos fazer um filme”, o Evaldo tocou isso muito bacana e esse filme resultou nessa chamada ação global que a novela Páginas da Vida teve impacto gigantesco agora em 96, 97. O autor teve a oportunidade de ver este filme e, com isso, eu acho que houve uma motivação maior. E, com isso, Joaniinha aqui teve o papel de mostrar para a sociedade mais uma vez que a garotada pode muito mais do que a gente imagina. Então, Joana não tem hoje eu acho que a completa noção do papel dela de abertura de portas na sociedade para toda a garotada que está chegando aí menorzinha que ela.

E o instituto não pára por aí. A gente está sempre tentando buscar outros caminhos de mídia. Esse ano fomos enredo de escola de samba, também procurando amplificar, pulverizar essa informação. Enfim, as bonequinhas hoje com síndrome de down, com características de síndrome de down é um outro trabalho também que está sendo posto para a sociedade. Tivemos hoje uma abertura muito bonita. Então, o instituto é um veículo e precisa muito da ajuda do Governo. Nós sabemos que existe uma parte básica de atendimento para a sociedade que não é o nosso papel, o nosso papel é de motivar e precisamos muito do apoio do Governo para realizar esse atendimento básico para a sociedade. São na faixa de 80% dessa garotada que está na faixa da linha de pobreza mais baixa, então precisa de um atendimento básico. O nosso papel é fazer essa conscientização e precisamos realmente estar junto com o Governo para efetivar as ações. Obrigada. (palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra à vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, a Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (PFL-RN) – Boa tarde a todos. Senador Paulo Paim, eu quero agradecer a gentileza de V.Ex.^a por estarmos juntos, Comissão de Direitos Humanos e Comissão de Assuntos Sociais neste momento que eu considero muito importante. E agradecer a todos que aqui vieram. Saudar Senadores e Senadoras, saudar Srs. Deputados, os pais, os familiares e as bonequinhas que aqui estão, todos que estamos nesse momento que mostramos para a nação dessa consciência que tem que fazer parte do dia-a-dia de todos os brasileiros.

Eu trago uma experiência como médica pediatra e que trabalhei durante muitos anos fazendo também na APAE, no meu Estado. Então, é muito importante que a inclusão ela realmente aconteça, que acabem-se os preconceitos e cabe a todos nós, não somente a agentes políticos, mas todos nós da sociedade que nos darmos as mãos e nos somarmos para conseguirmos cada vez mais o espaço que tem direito não somente os que são portadores da síndrome de down, mas todos que passam por problemas de deficiência.

Eu gostaria aqui também de salientar o quanto é importante a participação da comunicação. E a Comissão de Assuntos Sociais, por nossa iniciativa, fez um requerimento, um voto de aplauso à Rede Globo pela novela Páginas da Vida que mostrou, que provocou o debate, fez uma campanha de ser educativa sim sobre essa questão, chegando a todos os lares brasileiros como também em outras questões que já foram levantadas, como o deficiente visual e tantas outras questões.

Mas eu quero dizer que esse voto de aplauso que fizemos que teve a minha autoria, subscrito por toda a Comissão, ele também é dirigido principalmente aos atores que tiveram a brilhante idéia, ao diretor Jaime Monjardim e principalmente a essa grande atriz que se chama Joana. Obrigada a todos que aqui vieram e as nossas Comissões estamos aqui para dizer que essa questão ela tem de todos nós a defesa maior, o engajamento maior, porque só assim todos iguais caminhando, tendo os mesmos direitos, tendo o direito de ir e vir, de participar, de estar inserido na sociedade é que teremos realmente um Brasil mais forte e mais feliz. Muito obrigada (palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Agradecemos a presença conosco da nossa querida Senadora Patrícia Saboya, que preside a Comissão de Assuntos Sociais que, nesse momento, está aqui na mesa com a gente. Senadora Patrícia. Também o Senador Arthur Virgílio já está aqui conosco e nesse momento eu passo a palavra, antes da Patrícia, a nossa Senadora que preside a Comissão de Assuntos Sociais... Ao Dennis, Dennis Alexander Burns, Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria. Dr. Dennis, médico da Bia, me diz aqui a Senadora.

SR. DENNIS ALEXANDER BURNS: Boa tarde. É um prazer estar aqui nessa Audiência Pública nessa tarde, Senador, e no nome da Senadora Patrícia Saboya, eu saúdo toda a Mesa e especifico, saúdo a Senadora Patrícia Saboya por ser ela uma parceira-mor da sociedade de Pediatria em suas ações sociais junto ao Congresso, junto à comunidade. Obrigado por toda a sua ajuda.

O dia de hoje se torna muito importante na medida em que apenas recentemente a sociedade como um todo e, particularmente, a mídia se acordou para esse assunto tão importante que é a inclusão social. Hoje, no Dia Internacional da Síndrome de Down, eu posso particularmente dizer que o autor Manoel Carlos e os brilhantes atores que tiveram esse papel tão nobre nessa novela recente, deflagraram, na verdade, um tsunami, deflagraram um movimento que aparentemente agora não tem mais volta. Agora nós estamos na marcha de uma inclusão verdadeira e particularmente todas as ações tomadas em nome da inclusão são muito bem-vindas, até porque são norteadoras.

Vale ressaltar que não há decreto que promova a inclusão. Como bem disse o Evaldo Mocarzel antes de mim aqui, há que se respeitar todas as opiniões. A melhor inclusão, a mais perfeita, profunda e duradoura será com certeza a inclusão que partirá do nosso coração em receber todas as pessoas com qualquer tipo de necessidade especial, e particularmente a pessoa com síndrome de down que é a minha área de estudo, é a minha área de trabalho há 20 anos consecutivos. Obrigado a todos. (palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – É com satisfação que eu passo a palavra à nossa convidada Tatiana, e ela me ajudou aqui, Heiderich. Tatiana, você está com a palavra.

SRA. TATIANA HEIDERICH – Eu sou a Tatiana Heiderich e tenho 22 anos. Nasci em São Paulo, capital. Lá eu estudei na escola Equilíbrio. É uma pré-escola regular e só tinha eu com síndrome de down. Entrei pequena e saí com seis anos.

Quando eu mudei para o Rio de Janeiro, lá eu estudei em escolas regulares, depois na escola para aluno especial. Eu fazia aula de dança com o professor e a professora Marcelo e Priscila e aprendi a dançar tango. Eu me habilitei nos Estados Unidos. Aprendi a ler e escrever, fiz ótimos amigos e amigas.

Depois me mudei para Campinas, Barão Geraldo. Estudei na Fundação Síndrome de Down. Eu tenho boas lembranças de lá, principalmente da velha. Depois me mudei para a Escola do Sítio. É uma escola regular. Fiquei até a oitava série.

Na sétima série, estava desanimada com algumas matérias. Achava muito difícil. Conversei com a Regina, a diretora, e combinamos que eu iria trabalhar na biblioteca e ler livros para as crianças pequenas quando tivessem aula de matemática e inglês. Fiquei contente, pois adoro ler e porque ganhei o meu primeiro salário.

Tirei o meu diploma e graças a isso consegui fazer um curso de massagem relaxante no SENAC. Eu fiz esse curso porque sempre gostei de fazer massa-

gem. Depois consegui trabalhar na Clínica Hope. Sou assistente de fisioterapia. Comecei no dia 8 de junho de 2004. Trabalho meio período e tenho registro na carteira.

Na Hope eu regulo, coloco os pacientes no turbilhão, cuido das macas e dos materiais que os fisioterapeutas usam. Ajudo os idosos e crianças que precisam de atenção. Preencho fichas, datas, horários e faço massagem nos pacientes que agendam comigo.

Eu também fiz um curso de massagem e salão de beleza, na PUC. Assim consegui um outro emprego num salão de beleza. Comecei dia 1º de julho de 2005 com o Paulo Henrique Chaves. Neste trabalho, eu lavo cabelos curtos e massageio a cabeça.

Também faço massagem na Clínica Quick(F). Corto alumínio de fazer mexa, ajudo a preparar as clientes para mexa e lavo cabelo cortado.

Eu tenho um sonho de morar um mês na França, em Paris e estou fazendo aula de dança. Estou fazendo aula de francês. Também faço aula de teatro. Entrei em 2005. Já fiz dois anos e estou adorando. Já apresentei três peças. A última foi o musical “O Guisi”. Fui a Pati, amiga da Sandy.

Eu gosto de passear com o meu personal, Rodrigo. Vou às terças e quintas-feiras no Tênis Clube de Campinas, à noite. Gosto de sair de final de semana em baladas como boates e bailes. Sou a primeira fala... Sem tempo e sempre assisto aos shows. Adoro sambar. Este ano eu desfilei no carnaval na escola de samba Império Serrano.

As coisas mais importantes da minha vida são a minha família, meus pais e minhas duas irmãs Cibele e Débora, e amigas e amigos, e o meu trabalho.

Eu já sofri muito preconceito. Também já venci muitos. Eu percebo quem tem preconceito comigo. Já me perguntaram se eu era doente. Tem gente que pensa assim. Tenho síndrome de down e quero ter respeito como qualquer pessoa.

Eu fui abrir uma conta em um banco e não consegui. A mulher teve preconceito. O médico, quando eu nasci, também. Ele falou que “essa criança não vai saber nem ler nem escrever”. Isso foi uma mentira. Eu sei fazer quase de tudo, eu sou muito feliz. Quem quiser falar comigo, procure pela minha comunidade no ORKUT. Chama “Bate-papo com síndrome de down”, pois gosto muito de conversar pelo MSN, fazer novos amigos e amigas. Eu até estou procurando um paquer. Dizem que neste... Pequena eu sei o que eu quero. É verdade. “Merci” (palmas).

(troca de presidência)

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Vamos assistir um vídeo da Tatiana.

– É exibido um vídeo.

Samba enredo do ano que vem.

Este ano é o braço direito dos cabeleireiros deste salão de beleza em Campinas. Ela se destaca e não é porque tem síndrome de down.

– Ela é toda certinha em questão de horário, em questão de tempo.

– Ela faz tudo aquilo que outras pessoas às vez não vêm.

Tatiana também faz massagem nas clientes, técnica que aprendeu num curso.

– Ela tem uma mão de fada... Nossa! É muito bom, é muito bom.

Para receber tantos elogios, a jovem tem que se esforçar.

– Tem coisas que ela pode, tem coisa que ela não pode, assim como todo mundo.

Mesmo assim, não reclama.

– Você não pára um minuto. É assim mesmo todo dia?

– É, depois o dia enfraquece, tem hora mais movimentada.

– O que você mais gosta?

– Ah, de tudo.

E disposição não falta. Tatiana ainda encara outra jornada de trabalho à tarde. É auxiliar nessa clínica de fisioterapia. E tem mais: Duas vezes por semana, à noite, faz aulas de francês. Aqui, mais elogios.

– Ela participa muito dos diálogos, ela conversa com todo mundo, ela se integra facilmente, ela mobiliza o grupo.

Características que vão ajudá-la a realizar um desejo: Viajar sozinha para Paris.

– Eu quero aprender a língua para poder fazer um curso de intercâmbio lá. Quero ficar um mês lá.

(palmas)

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Dando continuidade à nossa audiência, eu queria também em nome da Comissão de Assuntos Sociais, agradecer a presença de todos e apresentar, eu sou a Senadora Patrícia Saboya, do Ceará, e Coordenadora da Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e do Adolescente aqui do Senado. Essa Frente é uma Frente que existe há muito tempo e a gente tem procurado abraçar a todas as causas relativas, referentes à questão da criança e do adolescente. Por isso eu queria cumprimentar a todos da Mesa na pessoa da Tatiana, que com essas palavras tão bonitas

relatando a sua vida e a sua experiência nos dá uma lição, uma lição de ser feliz, de como ser feliz.

Eu, agora mesmo, agora a pouco estava numa Audiência Pública também com vários Senadores, Senador Paulo Paim, Senador Cristovam Buarque, em que nós discutíamos a ampliação da licença-maternidade para seis meses, passando de quatro para seis meses. Foi uma discussão muito interessante, uma discussão calorosa e eu tenho certeza que com o apoio da sociedade a gente vai poder mais uma vez garantir esse direito, que acima de qualquer coisa é o direito das nossas crianças, é o direito dos nossos filhos. Portanto, sintam-se muito bem-vindos. Eu vou passar a palavra agora aos Senadores, mas antes eu gostaria de...

Queria registrar a presença da Adriana Seixas, que é representando aqui o Ministério da Saúde, agradecer a sua presença. Vou passar a palavra ao Rodrigo Marinho, que é assessor do Deputado Eduardo Barbosa, um grande amigo e aliado dessa causa e de tantas outras, não é, Eduardo?

SR. RODRIGO MARINHO DE NORONHA – Eu sou Rodrigo Marinho de Noronha e trabalho com o Deputado Eduardo Barbosa, de Minas Gerais. É com muito orgulho que eu estou aqui para expor uma experiência na minha vida que no momento que eu nasci, nasci com uma missão. E hoje eu estou aqui representando as pessoas com síndrome de down, igual a mim, e me considero muito vitorioso.

Eu já morei no Rio de Janeiro, nascido, e fui criado pela minha família que eu admiro e gosto tanto, que me deu a maior força nesta jornada na minha vida.

E eu quero agradecer a Deus por ter existido. Eu sinto uma emoção de estar feliz e eu quero falar um pouco da minha parte que me emociona muito.

Parece um passe de mágica, que eu morei em Petrópolis há pouco tempo, de 95, e vim para cá, e aqui eu conheci outras pessoas e também fui... Eu trabalhei na empresa Mc´Donalds antes de ir trabalhar com o Deputado Eduardo Barbosa, que ele me convidou para trabalhar no gabinete dele e lá eu fiz altas amizades que lá dentro do gabinete eu me sinto emocionado de trabalhar. Eu levo as correspondências no Correio e vou ao banco tirar passagem do Deputado e ando para protocolar os ofícios no prédio principal e hoje eu estou realizado por esse momento histórico da minha vida e sei que eu fico emocionado de ver a Joana Mocarzel e o Evaldo Mocarzel. Que a Joana me mostrou uma coisa que vocês... Ela me mostrou o outro lado que eu nunca tinha visto ainda.

Essa novela Páginas da Vida me mostrou o outro lado muito especial, vendo ela contracenando com

Marcos Caruso e com a Regina Duarte. Eles são muito bem representados, eu me sinto feliz.

Eu quero dizer às pessoas com síndrome de down que não importa a necessidade, eu quero dizer a vocês: Lutem pelos nossos direitos como cidadãos que estão à portas abertas na sociedade. Venha para propor todos os sonhos realizados por vocês e dizer obrigado Deus, por existir. Obrigado. (palmas).

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE) – Antes de passar a palavra, eu já combinei com o Senador Arthur Virgílio, eu queria passar a palavra à mãe Edir, que pediu para dar uma palavrinha e a senhora pode falar mesmo aí do microfone. Em seguida, eu passo a palavra ao Senador Arthur Virgílio e aos outros Senadores.

SRA. EDIR TOLENTINO – Eu também estou feliz de estar aqui. Estou feliz. Não sei me comunicar como vocês com tanta beleza, mas eu quero dizer uma coisa: Eu tenho dois filhos com síndrome de down. Tenho uma menina com 17 anos e um menino com 12 anos, vai fazer agora.

Quando eu tive a menina, eu trabalhava, eu não tive oportunidade de acompanhá-la, porque as leis que existiam na época para que a mãe acompanhasse, segundo o meu trabalho não me contemplavam, e eu não pude assisti-la em hipótese alguma. Mais tarde, eu tive o outro menino. Quando eu estava grávida, fiquei sabendo que essa criança também era portadora de síndrome de down, e o médico da época...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA GOMES (PSB-CE) – Dona Edir, me perdoe ter que só um minuto lhe interromper, eu vou lhe passar novamente a palavra, mas é que estão chegando algumas pessoas. Eu vou pedir para afastar um pouco para não machucar. Tem muita criança aqui, então eu iria pedir para as pessoas virem mais para cá.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Pessoal, podem passar para o centro, se for o caso.

Pessoal, nós combinamos aqui nesse momento, o Presidente do Congresso e do Senado, o Senador Renan Calheiros assume os trabalhos numa posição eu digo muito bonita, porque foi ele o grande articulador desse evento. Com a palavra, o Senador Renan Calheiros.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) – Eu queria, antes de qualquer coisa, (soa a campainha) Eu queria, antes de qualquer coisa, cumprimentando o Romário, que é hoje um dos maiores patrocinadores desta causa, cumprimentar a todos os Senadores que têm papel... Que exercem papéis destacados em defesa da causa nessa Comissão de Assuntos Sociais, na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, agradecer ao Advogado Geral da União, Dr. Toffoli

que está ali presente e cumprimentando o Dr. Toffoli e os Senadores e os artistas e todos que aqui fizeram questão de estar, eu gostaria de cumprimentar todos os presentes.

Hoje é um dia muito especial. É um dia para homenagear, para olhar e para lutar por pessoas muito especiais. Especiais como a Ivy, a filhinha do Romário, que o próprio Romário a homenageou de maneira tão emocionante no jogo em que ele se despediu da seleção brasileira. Especiais como a Paula, que esbanjou talento dançando tango na novela América, ou como a pequena Joana que encantou o Brasil inteiro vivendo a Clarinha em Páginas da Vida. Com sua simpatia, com sua alegria, Joana, Paula, Ivy e outros 300 mil brasileiros que nasceram com um cromossomo a mais, nos ensinam cada dia a conviver com nossas diferenças e a lutar, Eurico, contra o preconceito. Preconceito que não podemos mais admitir, seja ele de raça, de gênero, de origem social ou de ordem física, seja qual for o preconceito.

Hoje, Dia Mundial da Síndrome de Down, temos ainda muito a denunciar. Nós temos ainda e essas presenças de todos aqui ensinam que nós temos muito a esclarecer. Ainda precisamos brigar por uma maior inclusão no mercado de trabalho, na mídia e nos espaços públicos também. Temos que lutar por um atendimento especializado no sistema de saúde, pelo direito ao ensino regular, com professores capacitados para acolher crianças e nossos jovens com down. Temos que lutar principalmente contra todo tipo de discriminação e contra a falta de informação no dia-a-dia.

Mas neste Dia Mundial da Síndrome de Down, também temos muito que comemorar e estamos hoje, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Convidados, estamos hoje muito mais conscientes e mais atentos para a convivência com as diferenças. Em todo o mundo e também aqui no Brasil, há pessoas com síndrome de down estudando, trabalhando, namorando, se casando e até chegando à universidade. A pessoa com down é diferente sim, tem algumas limitações que muitos de nós não temos, na verdade, mas a pessoa com down é igual a todos nós, com seus desejos, suas inseguranças, com suas angústias e alegrias, com seus direitos e com seus deveres. E é como cidadão pleno que a pessoa com síndrome de down precisa ser homenageada no seu dia hoje, nesse dia internacional que nós fazemos questão de abrir um espaço aqui no Senado Federal para homenagear, para comemorar. É como cidadão pleno que ele precisa ter os seus direitos garantidos por toda a sociedade. Todos, Governo, Parlamento, Justiça, empresários, a imprensa, os formadores de opinião como um todo, os artistas, os atletas que aqui estão, todos temos a responsabilidade

na transformação desse cenário de preconceito e de discriminação. Mas a mídia, em especial a televisão, tem um papel ainda maior, ainda mais amplo para ir no trabalho de conscientização da sociedade.

Eu aproveito a oportunidade... Para os fotógrafos também (risos). Eu aproveito a oportunidade para prestar uma justa, uma justíssima homenagem às TVs, às emissoras de televisão, à TV Globo na pessoa do Dr. Sardinha que aqui está, na pessoa do autor Manoel Carlos e do diretor da Central Globo de Comunicação Luiz Erlanger. Com a Clarinha de Páginas da Vida, com o Jatobá de América, e tantos outros personagens que nos ajudaram a entender, e a mais do que entender, a sentir de perto o dia-a-dia e a dificuldade das pessoas especiais, a TV Globo vem dando lições preciosas, sem dúvida, de cidadania.

Tenho também de homenagear gente corajosa, de fibra como este fantástico jogador, o Romário, ídolo de todos nós, independentemente de por qual clube torçamos, o Romário é ídolo no Brasil e no mundo inteiro (palmas) Com a sua filhinha Ivy, mas que tem batalhado, ajudado muito nesta causa por um mundo mais justo, mais humano e mais igual.

O Romário, que fez gols fantásticos, que encantou e encanta o mundo, que fez gols de letra, de todas as maneiras, que é considerado por todos como um dos maiores jogadores de todos os tempos, prestes a marcar mil gols, o Romário que é ídolo dos brasileiros, ele também é tema de uma grande discussão. Qual o Gol mais bonito o que Romário fez desses quase mil gols que o Romário está por fazer? Com certeza, Romário, o gol mais bonito que você fez foi o gol que você marcou contra o preconceito e contra a discriminação (palmas).

Eu não posso, sem dúvida, deixar de destacar ainda a determinação e a seriedade de pessoas como a Helena Verneck, a mãe da nossa Paulinha, que é Coordenadora Geral da ONG Meta Social, uma das entidades mais ativas na defesa das pessoas com deficiência. E como Presidente do Senado, garanto que nós Parlamentares, vejo aqui o Senador Paulo Paim, a Senadora Patrícia Saboya, a Senadora Ideli Salvatti, o Senador Eduardo Azeredo, o Senador Flávio Arns, que é um dos grandes patrocinadores da Casa, a Rosalba, o Senador Romeu Tuma, o Senador Maguito Vilela, o Senador Arthur Virgílio, esse querido amigo Arthur Virgílio, Senador Flexa Ribeiro, a Fátima Cleide, o Senador Romeu Tuma, o Neri, o Leomar, tantos outros que... Os Deputados também estão aqui presentes, está ali o...

O Senado, depois de dar ao país a lei do cão guia e a lei da língua brasileira de sinais e tantas outras de maior importância, o Senado aprovou no ano passado

o Estatuto da Pessoa com Deficiência. O projeto desse querido amigo, o meu caro Senador Paulo Paim, traz avanços inquestionáveis. Entre outros pontos, torna compulsória a matrícula e a inclusão escolar. E o relator foi o Senador Flávio Arns (palmas) E prevê planos e programas governamentais específicos para o atendimento da pessoa com deficiência. Precisamos costurar um acordo amplo entre todos os partidos para a aprovação definitiva desse estatuto nas duas Casas do Congresso Nacional.

Outro desafio é cobrar efetivamente a aplicação da lei de cotas e uma campanha ampla em prol da inclusão escolar. É bom lembrar que o Brasil vai assinar no próximo dia 30 a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, na ONU. É mais uma oportunidade para reafirmar, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, a nossa posição a favor da inclusão social e contra qualquer tipo de discriminação.

Encerro essas palavras lembrando, mais uma vez, o trabalho cuidadoso da Comissão, de valorização da pessoa com deficiência no Senado e me congratulo por todas as iniciativas que têm tornado o Senado cada dia mais o modelo de acessibilidade, de inclusão social de todo o Brasil. Derrubar as barreiras do preconceito e construir um Brasil mais igual com todas as suas diferenças é mais do que um desafio, é um compromisso de todos nós. Muito obrigado, Romário, pelo esforço, a sua esposa. (palmas) Muito obrigado Caruso, aos artistas, muito obrigado ao Marcos Frota, que tem sido um parceiro na defesa dessas causas de inclusão social, de valorização e mais uma vez muito obrigado a todos os Senadores e Senadoras que têm possibilitado ao Senado essa condição de ser no Brasil todo a instituição exemplar com relação ao cumprimento da lei e à inclusão dessas pessoas. Só portador de alguma deficiência no Brasil nós temos 24 milhões de brasileiros e são pessoas que verdadeiramente precisam ser incluídas. Esse é um dia que ficará definitivamente marcado na nossa história. Obrigado por todo o esforço e dedicação. Temos grandes e os maiores patrocinadores da Casa.

(palmas)

SR. ROMÁRIO DE SOUZA FARIA: Boa tarde a todos. Eu gostaria de dizer que para mim, desculpe, primeiramente apresentar aqui a Ivy. Essa é a minha princesinha, é essa criança que fez nos últimos dois anos da minha vida eu mudar algumas coisas, eu enxergar algumas coisas diferentes, coisas que eu tenho certeza que só nós pais que vivemos podemos enxergar.

Esse dia de hoje é um dia que tem que marcar realmente a história do nosso país, porque eu acho que está na hora da gente, brasileiro em geral, parar

de falar e ter um pouco de atitude em relação a tudo de ruim que acontece na vida.

Eu acho o seguinte, será que são elas mesmo que são diferentes ou somos nós que provocamos guerra, que provocamos violência? (palmas) Eu acho que nós temos que começar a viver o mundo um pouco diferente. E essas crianças e essas pessoas que têm a síndrome de down elas vivem um mundo de amor, um mundo de alegria, um mundo que infelizmente a gente ainda não está preparado para acompanhar.

Mas enfim, esse é o mundo delas e a gente tem que viver o nosso mundo e a nossa realidade. E a realidade eu só espero que seja daqui para frente diferente. Eu tenho certeza que existem vários projetos em todos o Brasil que dependem muitos senhores de alguns que estão aqui para aprová-los. Eu espero que vocês realmente comecem a pensar diferente, porque essas crianças elas são especiais, elas são diferentes, mas vocês podem acreditar, isso é por experiência própria de um pai que vive apenas dois anos com uma criança. Ela me ensinou tanta coisa que eu estou até emocionado. Muito obrigado por tudo (palmas).

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Romário, você é tão querido e muito fã de todos nós. Eu te admiro muito e sou muito honrada com todos os gols que você faz.

SR. ROMÁRIO DE SOUZA FARIA: Obrigado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu fico muito elogiada e muito sensibilizada. Obrigada. (palmas).

SR. ROMÁRIO DE SOUZA FARIA: Obrigado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG)

– Atenção gente, nós vamos continuar a audiência, vamos continuar.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Meus amigos, a gente faz um apelo, porque a audiência vai continuar. Agora vai falar o nosso querido ator Marcos Caruso. Eu peço que aqueles que tiverem que tirar uma foto, tirem ali fora agora, porque o Marcos Caruso vai fazer uso da palavra aqui.

Pessoal, voltamos a fazer um apelo para que todos sentem para que a gente possa retomar a Audiência Pública. Uma mãe de dois downs estava com a palavra e o Marcos vai fazer a sua palavra, vai fazer aqui a sua palestra.

Eu passo a palavra nesse momento à Sra. Edir para que continue fazendo a sua exposição, fazendo o apelo àqueles que estão ainda de pé e que continuam...

SRA. EDIR Eu quero falar às mães de portadoras de deficiência e também às outras pessoas que estão aqui nesta sala nos ouvindo, porque de uma forma ou de outra, cada um de nós é portador de uma defici-

ência quer queiramos, quer não. Então, eu gostaria que as pessoas que estão aqui me ouvissem o meu pleito que se refere que a mãe que tem uma criança com uma necessidade especial, que ela tenha o seu horário reduzido no seu trabalho, mas não é no papel, é na prática. Um horário de 50% apenas da carga horária de trabalho.

A outra coisa que se refere àquelas carteirinhas de ônibus, por quê? As pessoas que fazem as leis, muitas vezes elas não sabem o que acontece do outro lado. E nós que usamos as carteirinhas de ônibus, nós temos uma dificuldade, que é conseguir a carteirinha. Eu até hoje não consegui a carteirinha para andar de ônibus. Não foi por falta de tentar, foi por causa das barreiras que são impostas a mim. Eu penso que eu tenho o direito de conseguir uma carteirinha de ônibus que é a coisa mais simples para andar com os meus filhos. Eu não consegui até hoje. Eles colocam que a pessoa tem que ter até três salários mínimos para conseguir e eu não tenho essa característica, eu não me encaixo nessa característica. Mas eu preciso da carteira. A minha filha já ficou presa no ônibus duas vezes na porta. O motorista arrancou com ela e deixou ela presa e eu segurando por ela do lado de fora e o ônibus andando e eu gritando e o povo gritando, isso já aconteceu duas vezes. E por isso eu pulo pela porta da frente toda vez, mas é sem a carteira, enfrento problema com o motorista.

E como acontece comigo, pode acontecer com outras mães. Então eu quero que os meus filhos tenham direito à carteirinha do transporte coletivo.

A outra coisa, as salas de aula estão super lotadas. Eu não sei a quem de direito eu tenho que me dirigir, mas já falei com o diretor, já falei com professor. Esse é o Moisés, ele estuda no Centro de Ensino Especial. A sala dele tem oito crianças, cada uma com uma necessidade. É impossível uma professora dar uma assistência de qualidade para uma criança com uma necessidade especial com oito crianças na sala de aula. Eu penso o seguinte: Que a escola não é um depósito de crianças que a mãe vai lá e deixa o menino lá e busca no final do período. Eu não aceito, eu gostaria que o meu filho e todos os filhos tivessem esse atendimento. Eu não sei aonde está o problema, aonde está sendo barrado, mas que essa barreira fosse superada.

Esses três pontos é o que eu desejo. Agora eu queria só mais uma coisa, tirar uma coisa que está na minha garganta e colocar em público. Esse garoto, quando eu estava grávida dele, o médico fez os exames e falou: “Mãe, você que resolve. O menino é outro mongol, você que resolve o que você faz. Qualquer coisa, pode procurar a gente”. Então, eu quero

dizer a você que provavelmente esteja numa situação semelhante. Se o seu filho é portador de síndrome de down ou outro problema qualquer, não jogue o seu filho fora (palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu só peço à senhora que a senhora depois fique aqui na Secretaria Geral da Mesa, dê os dados que nós vamos ver a fundo essa questão e vamos dar um retorno para a senhora com certeza absoluta.

E nesse momento eu gostaria de passar a palavra para o ator Marcos Caruso. Marcos Caruso que a nosso pedido, da Mesa toda, ele ficou aqui e o Presidente Renan o está esperando lá na Presidência. Por favor, Marcos Caruso (palmas).

SR. MARCOS CARUSO – É um prazer enorme estar aqui, ter sido convidado pelo Senador Paulo Paim.

O que quero dizer é que nós atores nos utilizamos de máscaras para fazer, para realizar a nossa profissão, nós nos utilizamos de máscaras através das quais representamos os nossos personagens.

Após ter feito uma novela com tanto impacto como Páginas da Vida e esse personagem especificamente e convivido com a Joana que fazia a Clarinha e percebido toda essa problemática da síndrome de down, eu quero dizer que hoje eu estou aqui sem máscara, é mais que um dever, é uma obrigação tirar a máscara do personagem e estar aqui como cidadão para fazer com que a sociedade se sensibilize, o povo brasileiro e as autoridades se sensibilizem para que possam também tirar as suas máscaras de preconceito, de hipocrisia e de discriminação. Muito obrigado (palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Vou pedir para o Marcos Frota pelo menos uma mensagem para nós, embora ele tenha também que acompanhar os outros artistas.

SR. MARCOS FROTA – Para dizer quanta honra para nós atores ser representados nessa causa pelo Marcos Caruso. Eu acho que a sensibilidade do Marcos Caruso iluminou a cena e ampliou a discussão a respeito da inclusão. Tê-lo conosco nessa luta, com certeza ganhamos um soldado, ganhamos um homem de uma espiritualidade muito elevada além de um artista do teatro, do cinema e da televisão que impõe pela sua carreira um respeito muito grande. Hoje foi mais um golaço do Romário e de nós todos envolvidos com esta causa (palmas).

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG) – Nós vamos dar continuidade à nossa audiência, dar a palavra a mais uma mãe, a Tatiana Mares Guia.

SRA. TATIANA MARES GUIA: Boa tarde. Eu me emocionei muito com o depoimento da minha colega mãe ali atrás porque eu também ganhei na mega-sena

acumulada duas vezes. Eu não tenho dois “downzinhos”, eu tenho um downzinho e um, que é o Guilherme, uma criança de três anos, que ainda não tem diagnóstico. E eu falo às vezes com muito bom humor na minha casa que eu tenho dois SD, um síndrome de down e um sem diagnóstico. E isso no início parecia talvez um túnel escuro e sem fim, mas a gente dando um passo de cada vez e construindo o dia-a-dia da gente, a gente aprende que a coisa é muito mais simples, muito mais maravilhosa e muito mais deliciosa, porque a gente começa a conviver com a diferença e a gente vê o tanto que a gente é pequeno. Talvez se nos tivessem dado a oportunidade quando pequenos de conviver com essas diferenças, a gente teria se tornado adultos melhores, menos preconceituosos, mais abertos à diferença.

Mas quando eu era pequena eu nunca tive em coleguinha down, eu nunca tive um coleguinha surdo, mudo ou ceguinho. E eu acho que se eu tivesse a oportunidade de conviver com essa criança diferente, eu teria talvez tido mais facilidade de ter lidado com as diferenças dos meus filhos no início, porque no início a gente acha o que mundo vai acabar e dois dias depois a gente vê que não acabou não, que ele é lindo e que vale a pena ser vivido. Então, me emociona um depoimento como o daquela senhora que também tem dois “downzinhos” em casa, porque na hora que as pessoas olham para gente, todo mundo fala assim: “Nossa, coitada, ela tem dois filhos deficientes”. Não sintam dó. Eu não sou coitada, ao contrário, eu sou iluminada. Muito obrigada. (palmas).

(troca de presidência)

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu quero destacar também a presença nessa Audiência Pública do CONADE, que é o Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência.

Eu passaria a palavra agora para o pai da Ana que está aqui na frente, que é o Deputado Assis, que também é um batalhador nessa área e que a gente gostaria de ouvir o depoimento não só como Deputado, mas principalmente como pai.

DEPUTADO ASSIS DO COUTO (PT-PR) – Obrigado, Senador Flávio Arns, Senador Paulo Paim, Senador Eduardo Azeredo. É uma alegria muito grande para a gente estar aqui e ver que esse movimento ele cresce, toma força, cada vez é mais lindo.

Estou aqui com a Maria Helena, minha esposa, a Ana Maria, que está aqui, o nosso anjinho (palmas).

Eu acho que de tudo o que foi dito aqui, Senador Paulo Paim, que preside essa sessão, o mais importante é que embora as nossas diferenças físicas ou qualquer outra diferença, nós somos seres humanos

e somos iguais. Nós fazemos parte de uma mesma terra, de um mesmo espaço onde todos temos direitos. E que essas diferenças aparentes sirvam para unir mais as pessoas, para unir mais a humanidade, unir mais os seres humanos. Então, esse é o nosso desejo, essa é a nossa esperança, que a gente possa cada vez avançar mais nisso.

Não somos como já foi dito aqui, coitados, que têm que ser tratados com uma certa até indiferença. As pessoas com qualquer tipo de deficiência não apenas buscam piedade, pena, mas elas querem participar da sociedade, querem viver a sociedade.

Então, esse é o nosso desejo. Eu quero também parabenizar a audiência, a oportunidade que muitas pessoas tiveram aqui de se encontrar, se encontrar com pessoas que estão fazendo da sua profissão, do seu trabalho, principalmente no mundo artístico e também esportivo, fazendo um pouco daquilo que cada ser humano, cada brasileiro, cada brasileira pode fazer. Muito obrigado, parabéns pela audiência e que nós possamos, em cada 21 de março, estarmos reunidos novamente aqui. Muito obrigado. (palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Passo, em seguida, a palavra à Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Boa tarde a todos e a todas. Eu quero parabenizar nesta oportunidade o Senador Flávio Arns pela feliz idéia de fazermos esta Audiência Pública em homenagem ao dia da síndrome de Aids, perdão, é que eu estou na cabeça... Da síndrome de down.

Quero dizer, Senador Flávio Arns, nesse momento, que me emocionei bastante durante toda a atividade, a Audiência Pública, conhecendo o trabalho da Carolina ali, de Minas, ela passou um livro para gente que eu já fiz questão de olhar todo, com todas as experiências aqui relatadas. É importante que a gente possa fazer isso de verdade com todos os setores da sociedade para que a gente contribua efetivamente com o fim do preconceito e ajudando, principalmente ajudando as pessoas que se encontram fazendo um cavalo de batalha por conta da dificuldade que é a notícia, como disse a nossa Edir aqui, de receber a notícia que tem, que está gerando um filho down. Então eu acredito que oportunidades como essas são muito importantes para que a gente possa ir superando esta dificuldade de tantas pessoas no nosso país.

E dizer que nós estamos aqui para contribuir, para que pessoas como a dona Edir e a gente comentava a pouco com a Senadora Ideli Salvatti e a Cleuza que é a assessora aqui do Senado, O quão é difícil as pessoas que estão na classe econômica mais necessitada, de poder pagar profissionais adequados. E como

disse a dona Edir, infelizmente a maioria dos centros de ensino especiais desse país são, na verdade, depósito de criança.

E eu queria aqui fazer uma homenagem a uma pessoa que nos deixou há cerca de quinze dias e que no meu Estado era fundamental para esta luta. Não tinha filhos com síndrome de down, não tinha nenhuma deficiência, mas tinha um coração e uma sensibilidade imensas, e que no Estado de Rondônia contribuiu muito com esta luta que foi o Dr. Antônio Lázaro, foi Presidente da Federação das APAEs no Estado de Rondônia (palmas) E eu gostaria neste momento de reverenciar a sua memória e dizer à família do Antônio Lázaro que essa luta continuará no Estado de Rondônia e em todo o Brasil e, com certeza, agora, com mais vitórias, porque nós já estamos a um passo do Estatuto do Deficiente e com certeza no próximo ano nós estaremos aqui comemorando a sanção da lei. Então, um grande abraço a todos.

Quero registrar também a presença do Vereador Almir Barbosa lá de Ouro Preto D'Oeste, do Estado de Rondônia. O Vereador Almir Barbosa também é um lutador por essa questão e tem me ensinado bastante no dia-a-dia da luta. É também pai do Pedro, portador da síndrome de down. Então, um grande abraço a todos e muita festa pelo que a gente já conquistou e muita disposição para a luta do que ainda temos que alcançar. (palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só quero me associar à lembrança da Senadora Fátima Cleide em relação ao Dr. Antônio Lázaro que foi um batalhador nesta área por cidadania da pessoa com deficiência. Realmente a vida dele e da esposa, da Dona Madalena, também são referência no Brasil, inclusive.

Eu quero passar até para que fale também, para a Maria Carolina Balesteros, mencionada pela Senadora Fátima Cleide e grande amiga de Belo Horizonte. Maria Carolina, você pode falar.

SRA. MARIA CAROLINA BALESTEROS – Bom, eu quero dar uma boa tarde primeiro à Mesa, que essa Mesa está muito importante com Senadores e políticos.

Eu quero falar que eu fui síndrome de down, passei pelos piores sufocos com minha mãe, batalhei demais com essa síndrome de down e graças a Deus no desenvolvimento que eu tive com minha mãe e com meu pai, eu pude ter uma vida social.

Esse livro que eu escrevi, que eu entreguei para vocês de presente, aí conta passo a passo o que eu faço no dia-a-dia. A minha vida foi um inferno no começo.

Larguei minha mãe com meu pai e batalhei e consegui. Sobrevivi a todas as batalhas.

Hoje, com garra e força, eu lancei esse livro, chama “Memórias de Carolina”, como vocês podem ver no livro, e eu estou aqui como convidada pelo Senador da República Eduardo Azeredo. Sinto-me muito honrada em estar aqui ao lado dele, ao lado da senhora dele e eu estou me sentindo muito orgulhosa e, com certeza, eu queria que a minha mãe, meu pai e minha família esteja vendo a essa hora na televisão. Eu quero dizer a eles, à minha mãe e ao meu pai que eu amo eles e tudo de ruim eu lutei e consegui. O que eu mais queria era a minha capacidade, o meu orgulho, a minha dignidade, como essa deficiência que eu já tive e não tenho mais. É com muito orgulho que eu estou aqui ao lado do Senador Eduardo Azeredo e sua mulher e eu gostaria muito de ter essa oportunidade que eu vou sentar com o Eduardo Barbosa para discutir sobre essa deficiência que eu acho que essa deficiência é de muita importância e principalmente com a discriminação, que é o preconceito da raça, de todos os defeitos que tem, que foi passado na novela Páginas da Vida. Eu vou sentar com ele, vou conversar com ele, que eu acho que isso a gente sente é na pele, na pele e eu acho que isso é horrível o que todos passaram. E com essa novela, eu acho que foi uma novela que falou tudo alto, a discriminação, a deficiência de síndrome de down e eu gostei muito dessa novela. Eu fui quase convidada inclusive para dar o depoimento. Infelizmente não sei o quê houve, não teve a oportunidade de poder aparecer para dar esse depoimento.

Bom, como eu não pude, não recebi o convite na novela, eu vou levar o livro, viu Eduardo? Com muito prazer e com muito amor que você tem. Essa mulher divina que você tem ao seu lado para te ajudar, para te apoiar, e com ela, a Heloísa, que é um presente de Deus que depositou na minha vida. O apoio e a união de vocês dois.

E a isso, como eu sei que ela é a única mulher da Casa, eu acho que ela tem tudo a ver com isso. Eu acho que ela não precisa chorar porque o que ela está sentindo agora é emoção que fala mais alto. Essa emoção é estar (palmas) Com nós todos, e é isso aí que a gente tem que batalhar e muito, a discriminação, batalhar tudo o que a gente quer na vida, segurar com muita força e ter o fruto, o desejo e a vontade de renascer novamente.

Eu acho que a deficiência a gente tem que seguir ela em frente. O que a vida nos deu para nós que

temos síndrome de down possam estar passando os piores dias, os momentos difíceis, e eu acho que isso a gente tem que combater cada vez mais.

O que eu combati foi... Eu não queria nem tocar porque para mim foi muito, foi um choque para mim e para a minha mãe e a ela eu pude estudar num colégio em São Paulo, eu visitei tudo o que eu pude. Fiz vários exames, não queria me aceitar de jeito nenhum, e eu não consigo falar isso a vocês todos da Mesa. E eu até choro, porque passei a trazer, consegui batalhar aonde que eu estou. Muito obrigada a vocês todos (palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradecemos a você, Maria Carolina, e o livro “Memórias de Carolina” que está aqui na Comissão de Direitos Humanos, um livro muito bonito, muito bem elaborado e que fica à disposição de quem quiser manuseá-lo, consultá-lo, está à disposição aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Eu quero destacar também a presença da colunista Jane Godoy, que é colunista do jornal Correio Brasiliense. Muito obrigado pela presença também nesta Audiência Pública.

Nós estamos chegando ao final da Audiência Pública que como já foi dito, é conjunta Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Assuntos Sociais.

Vou passar, em seguida, a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, que é Presidente da Subcomissão e ao Senador Paulo Paim, como Presidente da Comissão de Direito Humanos, fará o encerramento.

Mas eu gostaria que ficasse a lembrança para todo o Brasil da disposição do Senado Federal e do Congresso Nacional, porque vários Deputados estiveram aqui presentes em conjunto com a sociedade, com as famílias, com os pais, com os amigos, com os conselhos, em conjunto com o Executivo e com o Judiciário. Inclusive o Advogado Geral da União, Dr. Toffoli, também estava aqui presente, mas que fique clara a mensagem da disposição de todos nós trabalharmos para que haja uma realidade de cidadania, de respeito, de oportunidades, que achemos as soluções em conjunto para os problemas, para a abertura de caminhos, para um futuro melhor. Que esta seja a mensagem dessa Audiência Pública, desta abertura, desta união, deste esforço conjunto que todos nós juntos podemos, podemos mudar a realidade. E é isso que nós desejamos para melhor, para valorizar o ser humano hoje pessoa com síndrome de down, mas extensivo a

todas as pessoas com deficiência, 24 milhões de brasileiros em nosso país.

Novamente, que bom que estamos juntos e vamos em frente. Obrigado. (palmas).

Passo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Subcomissão da Pessoa com Deficiência, e destacando que a senhora... Eduardo Azeredo está do lado da Maria Carolina e Heloísa Azeredo que é uma batalhadora nessa área também.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG)

– Eu quero aqui agradecer então a presença de todos, dos Senadores, Senadoras que estiveram aqui, dos Deputados, Deputadas e todos vocês que participaram dessa audiência. É uma audiência que marca o respeito às pessoas e marca que nós temos que cada vez mais avançarmos. Não é demais dizer sempre que a nossa lei até que é bem avançada. O cumprimento dela é que não é grandes coisas, mas não é porque existem problemas que nós devemos desistir. Pelo contrário, temos que pegar os bons exemplos e divulgarmos mais nesse objetivo.

Eu ainda quero abrir a palavra rapidamente para a Jane Godoy, que é jornalista, que ela possa falar, pedi para falar rapidamente ainda. A Jane é de Jaraguari.

SRA. JANE GODOY – Senador Eduardo Azeredo, Senadora Fátima Cleide, Senador Paulo Paim e Senador Flávio Arns, eu agradeço a oportunidade.

Eu quando era criança, Senadores, eu via em minha volta na cidade de interior de Minas Gerais onde eu morava, que as pessoas escondiam os seus deficientes físicos, ou deficientes mentais, ou deficientes visuais, enfim. Qualquer tipo de deficiente físico mesmo com alguma espécie de problema de locomoção, essas pessoas eram literalmente escondidas nos fundos dos quintais em alguns quartos escondidinhos de suas casas. E os meus pais me ensinaram que nós deveríamos, eu e meu irmão, deveríamos respeitar essas pessoas, considerá-las como seres humanos normais que realmente eram, seres humanos como nós.

Então, para resumir, tudo isso foi fruto de um processo educativo no seio da minha família.

Quando os meus coleguinhas de escola ou mesmo os moleques na rua apedrejavam os deficientes, eu e meu irmão literalmente avançávamos neles e zangávamos, brigávamos com eles, porque nós tínhamos aprendido em casa que não se deveria fazer aquilo com o semelhante fosse ele quem fosse.

A palavra é educação. Então aqui hoje, num movimento maravilhoso como esse que eu vejo que foi

aprovada a lei do cão guia que foi um avanço muito grande para todos nós e a lei da linguagem de sinais, eu queria sugerir aos senhores enquanto Senadores e engajados nessa campanha da integração do deficiente físico em todos os setores, de que os senhores estudassem a possibilidade, Senadores, de exigir e transformar em força de lei, assim como a lei do cão guia e da linguagem de sinais e outras tantas que existem por aí, a obrigação depois que a mãe Edir contou sobre o ônibus que arrancou antes que ela retirasse completamente o filho deficiente do carro, eu sugiro aqui que se transforme em força de lei a exigência de que cada empresário do ramo de transporte coletivo ou de qualquer outro tipo de transporte e que as professoras das escolas públicas e particulares insiram nas suas atividades esse tipo de educação, sob pena de multa. Um empresário de ônibus, um empresário de qualquer ramo de transporte que não proporcionar palestras educativas para os seus funcionários e que... Porque eles cometem isso não é só com os deficientes físicos. Os idosos também sofrem muito com esse fato. Eu já vi idoso cair da porta de um ônibus e eu socorri, eu e meu marido socorremos por absoluta falta de respeito. Então, eu gostaria que essa situação fosse pensada. Que a exigência de que as empresas de ônibus de transporte coletivo, de qualquer tipo de transporte entendam que a vida não é só faturar. Que eles têm que respeitar aquele ser humano que está ali pagando a passagem ou não, mas ele tem que educar os seus funcionários, tem que incutir na cabeça de todos eles o respeito humano. Assim como eu, criança, fui educada numa geração em que o deficiente físico era uma coisa e eu nunca os tratei como coisa, eu acredito e tenho fé na força da educação.

É só isso. Eu agradeço muito e estou aqui, confesso que saio daqui empolgadíssima com todo esse progresso que o Brasil tem feito graças aos senhores. Muito obrigada. (palmas).

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG)

– Muito obrigado à Jane. A idéia é uma idéia importante, nós vamos verificar na legislação o que pode ser feito, provavelmente é na área da educação mesmo, no currículo escolar para que haja realmente um cuidado maior nessa questão da educação preventiva e por aí que talvez seja o melhor caminho.

Eu quero então agradecer a todos, passando a palavra para o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, o Senador Paulo Paim. Muito obrigado.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – De forma muito rápida, agradecer a todos vocês. Vocês que ficaram aqui do primeiro minuto até o encerramento dessa grande Audiência Pública, mostrando a raça, a força, a coragem e a competência. Agradecer aqueles que não puderam ficar e tiveram que sair. Agradecer aos atores que estiveram aqui que estão engajados nessa causa. Agradecer as entidades todas que escrevem a sua história, a sua vida em defesa dessa caminhada bonita das pessoas com deficiência. Agradecer ao Presidente Renan Calheiros, que foi aquele que ajudou para que esse grande evento acontecesse. Agradecer o Romário, pela forma como aqui ele se manifestou.

Eu disse no Plenário antes de vir para cá na tribuna que o Romário falta dois gols que será no domingo, mas eu entendo que hoje ele fez dois gols de placa: Um porque é o dia internacional também da luta contra o racismo e o preconceito e eu sei que ele é um jogador símbolo que não admite que ninguém seja discriminado pela raça, pela cor e pela etnia. Por outro lado também, hoje que é motivo dessa sessão é o Dia Internacional da Síndrome de Down, ele vem aqui com a sua filhinha e faz esse belo pronunciamento. E gostei muito quando ele disse “deficientes somos nós, que não entendemos a grandeza, a forma, o olhar, o sentimento, a solidariedade e a maneira bonita como essas crianças, enfim, essas pessoas estão dando uma aula de vida para todos nós”.

Eu quero aqui agradecer a Senadora Fátima Cleide, agradecer à Senadora Patrícia Saboya que não está aqui neste momento porque está em outro evento. Agradecer ao meu querido amigo Senador Eduardo Azeredo que preside já pela segunda vez essa Subcomissão Especial. Senador Eduardo Azeredo, eu quero dizer para ti, e você sabe que é verdadeiro. Em momento da tua caminhada em que te fizeram injustiça, você sabe que nós aqui sempre estivemos ao seu lado. Por isso uma salva de palmas ao Eduardo. (palmas) É um grande político, eu tenho orgulho de trabalhar ao lado dele e ele sabe muito bem o que nós estamos dizendo aqui agora.

Senadora Fátima Cleide, essa lutadora tem uma história bonita que orgulha a todos nós. Está relatando um projeto difícil que é a discriminação, que combate a discriminação contra a livre opção sexual que é um debate que nós temos que construir juntos. Senador Flávio Arns está ajudando muito, está fazendo um belo entendimento com todos os setores e nós haveremos de construir uma proposta de grande entendimento.

Que ninguém seja discriminado, como dizia o grande Martin Luther king, nós todos sonhamos com uma sociedade onde ninguém, ninguém seja discriminado por motivo nenhum.

Eu deixei para o final o Senador Flávio Arns. Ele sabe que eu tenho também por ele, não somente, mas também por ele um carinho muito grande. Não sei se vocês notaram, Flávio, eu quero dar esse depoimento aqui. Mesmo hoje, o Senador Flávio Arns foi um daqueles que articulou essa reunião. E eu pedi várias vezes para ele: “Flávio, você não vai presidir?” Ele: “Não, você vai presidir em nome da Comissão de Direitos Humanos”. Ele ficou ali nos bastidores, ficou atrás. Só os grandes homens têm gestos como esses (palmas). Por diversas vezes eu pedi: “Flávio”, e ele: “Não, fica aí, você preside e eu fico ali nos bastidores”. E esse depoimento, Flávio, quero que tu guarde para sempre. Não existiria no país estatuto para a pessoa com deficiência se não fosse o Senador Flávio Arns. Nós apresentamos o projeto original, eu digo nós porque nós trabalhamos juntos, mas ele com a sua equipe, com a sua assessoria, conversando com as entidades, eu acho que foram milhares de conversas, foi, foi, foi e o projeto hoje está aprovado. Flávio, me permite isso, eu vou declarar encerrada essa Audiência Pública e vou pedir que a gente dê uma salva de palmas de pé para o Senador Flávio Arns e para todos nós, mas principalmente, simbolicamente para ele (palmas).

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Para todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Meus amigos, eu vou pedir a todos um minuto, só um minutinho de silêncio. Senador Flávio Arns, eu estou pedindo a todos um minuto de silêncio porque quando eu abri essa sessão com a presença de todos, eu dizia que eu gostaria muito de receber uma informação do Governo, da Presidência da República quem nos representaria na assinatura da Convenção Internacional na ONU. Nesse momento eu estou recebendo um telefonema. Eu gostaria que antes de encerrar eu poder registrar para vocês que o Brasil vai assinar a Convenção e quem é a pessoa que vai representar o Brasil na ONU? Rogério Sottili, Ministro Adjunto da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Então, o Brasil vai estar assinando a Convenção Internacional na ONU, parabéns a essa audiência, parabéns ao Rogério que vai lá nos representar. Está encerrada a presente reunião.

(Sessão encerrada às 16h35)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 5ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2007.

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e oito de março de dois mil e sete, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **JOAQUIM RORIZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores(as): **SIBÁ MACHADO, DELCÍDIO AMARAL, ANTONIO CARLOS VALADARES, AUGUSTO BOTELHO, LEOMAR QUINTANILHA, CESAR BORGES, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, OSMAR DIAS, PAULO PAIM, VALDIR RAUPP, MÃO SANTA, JOAO TENÓRIO E JOÃO DURVAL**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Expedito Júnior, Pedro Simon, Neuto de Conto, Heráclito Fortes, Jonas Pinheiro e Kátia Abreu. Deixa de comparecer por motivo justificado o Senador Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Joaquim Roriz, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, DE 2006. NÃO TERMINATIVO. EMENTA:** Modifica o artigo 79 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (incluindo como ato cooperativo os atos jurídicos praticados pelas cooperativas com o mercado, quando vinculados ao seu objetivo social). **AUTOR:** Deputado Inocêncio Oliveira. **RELATOR:** Senador Leomar Quintanilha. **RELATÓRIO:** Pela Aprovação. **OBS:** Concedido vista ao Senador Delcídio Amaral, em 14/03/2007. **RESULTADO:** Retirado de pauta. **ITEM 2: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2006. NÃO TERMINATIVO. EMENTA:** Dispõe sobre a adição de ácido fólico e de ferro na farinha de trigo, na farinha de milho e na farinha de mandioca. **AUTOR:** Deputado Luiz Antonio Fleury. **RELATOR:** Senador Pedro Simon. **RELATÓRIO:** Pela aprovação. **RESULTADO:** Retirado de pauta. **ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2003. NÃO TERMINATIVO. EMENTA:** Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra. **AUTOR:** Senador Tasso Jereissati. **RELATOR:** Senador Heráclito Fortes. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, com emenda substitutiva que apresenta. **OBS:** Leitura

do relatório realizada em 14/3/2007. Concedido vista coletiva. Devolvido pelo Senador Sibá Machado, com voto em separado, pela rejeição, em 28/3/07. **RESULTADO:** Retirado de pauta. **ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2006. NÃO TERMINATIVO. EMENTA:** Altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências. **AUTOR:** Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “da Terra” (SF). **RELATOR:** Senador Delcídio Amaral. **RELATÓRIO:** Pela rejeição. **RESULTADO:** Retirado de pauta. **EXTRA-PAUTA: ITEM 1: REQUERIMENTO Nº 6, DE 2007 – CRA. ASSUNTO:** Requer nos termos do disposto no Art. 215, do Regimento Interno do Senado Federal a solicitação do encaminhamento ao Ministério do Desenvolvimento Agrário as solicitações abaixo: 1. Informações sobre a intenção do INCRA no Estado de Mato Grosso do Sul de reduzir o número de Unidades Avançadas de quatro para duas unidades; 2. Informações sobre o número de famílias atendidas pelas atuais Unidades e projeção de atendimento das novas unidades; 3. Informações sobre o número de funcionários lotados nas Unidades atuais e número previsto para as novas unidades. **AUTOR: CRA – 1ª SIGNATÁRIA:** Senadora Marisa Serrano. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores Senadores(as): Sibá Machado, Marisa Serrano, Leomar Quintanilha, Cícero Lucena e Osmar Dias. **RESULTADO:** APROVADO. **ITEM 2: REQUERIMENTO Nº 7, DE 2007 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 90, V c/c 93, II do RISF, que seja convidado o Presidente do Incra, Dr. Rolf Hackbart, para prestar esclarecimentos a esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária -CRA, sobre correspondência recebida pelo Senador Osmar Dias, da Federação de Agricultura do Estado do Paraná, datada de 27/3/2007, referente ao objetivo do INCRA, o qual pretende vistoriar propriedades rurais sujeitas a ratificação de seus títulos de domínio localizadas na faixa de fronteira dos Estados de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, sob os termos da Instrução Normativa nº 27/06. **AUTORES:** Senador Joaquim Roriz, Senador Osmar Dias e Senador Sibá Machado Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores Senadores(as): Sibá Machado, Marisa Serrano, Leomar Quintanilha, Cícero Lucena e Osmar Dias. **RESULTADO:** APROVADO. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezoito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a

presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da CRA e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Joaquim Roriz**, Presidente da Comissão.

5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO 2007, ÀS 11 HORAS E 34 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª. Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª. Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da Leitura da Ata da reunião anterior, que, com anuência do Plenário, se assim ninguém manifestar o contrário, nós declaramos como aprovada.

Srs. Senadores, sobre a Mesa há um ofício nº 20/Aspar mapa(F) atados em 16 de março de 2007, subscrito pelo Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Dra. Valéria Simonof(F) solicitando, tendo em vista a Reforma Ministerial, a transferência da Audiência Pública com o Ministro da Agricultura data para ser agendada, em cumprimento ao Requerimento nº 1/2007 do Senador Osmar Dias, para prestar informações sobre o funcionamento e aportes financeiros referente ao fundo de estabilidade do seguro rural. Bem como dos programas de insanidade(F) de animal especialmente sobre o programa nacional de erradicação da febre aftosa, com adendo da Senadora Kátia Abreu.

Vale lembrar que essa Secretaria aguarda também a data para a realização de reunião conforme o Requerimento nº 2/2007, do Senador Expedito Junior, ilustre Vice-Presidente desta Comissão de Audiência Pública com o Ministro de Estado de Desenvolvimento Agrário, com a finalidade de apresentar o plano estratégico de sua pasta ministerial. Prestar informações sobre a evolução do PRONAF no atual Governo e sobre a evolução dos assentamentos de famílias na Reforma Agrária cujo enfoque é no Estado de Rondônia.

Com referência ao Requerimento nº 5/2007, de autoria do Senador Sibá Machado, de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da CMA, para tratar da importância e dos problemas relacionados à produção e exportação de álcool e etanol. Está agendada para o dia 18 de abril corrente, aguardando apenas as confirmações dos senhores convidados. Essa é a comunicação que estamos procedendo ao requerente Senador Sibá Machado.

A presente reunião destina-se à apreciação de matérias.

Item 1. Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2006. De autoria do Deputado Inocêncio de Oliveira que modifica o art. 79 da Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 (incluindo como ato cooperativo os atos jurídicos praticados pelas cooperativas com o Senado, quando vinculados ao seu objetivo social).

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Pela ordem, com a palavra o Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, em primeiro lugar para agradecer V.Exa. pela definição já da data, previsão de data para que possamos ter Audiência Pública com os convidados mencionados no Requerimento e pedi a V.Exa. o seguinte procedimento, se for possível. Que ainda há pouco tivemos a reunião da Subcomissão do Biocombustível, Comissão esta presidida pelo Sr. Senador, João Tenório, que ficou de conversar com V.Exa. e Presidentes de outras Comissões que tem requerimentos mais ou menos na mesma direção, para que nós possamos ter uma agenda para evitar, digamos assim, que o mesmo Ministro venha tratar da mesma coisa duas, três vezes, e às vezes seguidamente, talvez, e até ficarmos repetitivos. Mas isto é uma conversa que o Senador João Tenório vai ter com V.Exa.

Segundo lugar, Sr. Presidente, eu preciso registrar aqui a presença de um grande companheiro, Deputado Federal Adão Preto, do Estado do Rio Grande do Sul, que nos agracia com sua presença nesta reunião, neste momento, e que eu quero dizer ao Deputado que seja bem-vindo, é um prazer tê-lo conosco. Quero ainda registrar, Sr. Presidente, que acontece nesses dias um Encontro Nacional da Juventude Rural ligadas à Confederação Nacional da Agricultura dos Trabalhadores da Agricultura, da CONTAG, que reúne mais de 5 mil jovens, garotos e garotas, que estão debatendo temas que além da questão do trabalho, como fazer para que a juventude possa ter também a diversão, o esporte, o lazer, a cultura, a educação, e eu sou até uma pessoa que hoje estou desafiado a conversar com o Governo do Estado do Acre, também quem sabe com o Ministro de Estado da Educação, sobre a questão da grade curricular do ensino rural, Sr. Presidente. Que tenho hoje é uma grande preocupação de que o ensino rural infelizmente acaba se tornando como um dos motivadores do êxodo rural, porque a juventude rural acaba estudando as mesmas coisas que são ensinadas em qualquer outra escola urbana, e que tem um diferencial muito grande que eu acho que é uma distorção

do ensino rural brasileiro. Nós precisamos reeducar a educação rural do nosso país.

Então, eu quero dizer, sejam bem-vindos ao Senado, os representantes que, tem vinte representantes, do Encontro Nacional da Juventude Rural, da CONTAG

Por último Sr. Presidente, nós temos aqui os quatro itens da nossa pauta, são itens de que não há consenso sobre os itens. São itens polêmicos, itens que tem pontos de vistas diferenciados e tenho a seguinte preocupação. Os autores das matérias, aliás, os Relatores das matérias não estão presentes neste momento, e eu pergunto a V.Exa. se não seria importante que nós deixássemos para tratar essas matérias com as presenças dos Relatores, porque eu temo que nós temos divergências que não são pequenas em relação a todas elas, e podemos até ser convencidos do contrário. Mas é o pedido que eu faço a V.Exa., porque diante de uma situação como essa, submetemos a uma votação, a Plenária não está com a plenitude de seus membros, e eu não gostaria que nós pudéssemos ser vistos como aqueles que promoveram o atropelamento das matérias, que eu sei que todos os Srs. Senadores, Sras. Senadoras têm grandes contribuições a dar. É o pedido que eu faço a V.Exa. neste momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Já é uma... nós temos feitos em outras oportunidades qualquer proposta ou qualquer solicitação, democraticamente nós colocamos em discussão. Vamos ouvir os senhores e demais Senadores se aceitam a retirada desses projetos em pauta, conforme a solicitação do Senador Sibá Machado. E, portanto... Mas antes de considerar a palavra a qualquer Senador eu quero aqui saudar a presença, com muita satisfação do Deputado Adão Preto, do Rio Grande do Sul. Obrigada pela visita.

Solicito a palavra à Senadora Maria Serrano, a quem nós solicitarmos, passamos a sua palavra para que ela possa manifestar a respeito da solicitação do Senador Sibá Machado.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Também é um prazer recebê-los aqui, o Adão Preto, que foi meu colega lá na Câmara dos Deputados, e a luta que ele tem empreendido em torno das questões do campo, e dizer que eu concordo com a proposta do Senador Sibá Machado, porque ontem nós já discutimos isso, essa mesma questão é na Comissão de Meio Ambiente. Para que os Relatores pudessem estar presentes, porque eles que estudaram, se debruçaram a respeito dos problemas, e facilita a interpretação que às vezes nós não temos uma visão completa sobre o assunto de quem teve a condição de estudar mais, se aprofundar mais nos temas. Portanto, da minha parte, eu sou ampla-

mente favorável a que a gente vote com a presença dos Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Continua em discussão a matéria. Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, para me somar aos dois anteriores Senadores, acho que pela importância desses projetos e a cautela, nada melhor do que nós aguardarmos a presença, se ainda chegarem, ou então em outra oportunidade, retirando de pauta, com a presença dos Relatores porque, sem dúvida, precisa uma força a essa discussão, já que muitos deles são terminativos.

Além de saudar a presença do Deputado que se encontra aqui conosco. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Continua em discussão o Requerimento de autoria do Senador Sibá Machado. Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu acompanhei e tive a informação da Senadora Marisa Serrano da proposta do Requerimento do Senador Sibá Machado. E quero manifestar a minha concordância, pelo fato de que todas as Comissões adotam esse critério de que a matéria seja relatada pelo Relator mesmo presente. Até existem Comissões que adotam um critério fixo de que duas reuniões sucessivas sem a presença do Relator, na 3ª sessão, aí o Presidente por arbítrio do Presidente é designado a um Relator *ad hoc*. Eu acredito até que esse Requerimento poderia suscitar a doação dessa regra pela Comissão da Agricultura, mas concordo com o Requerimento do Senador Sibá.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Continua em discussão. Não havendo mais nenhum dos Srs. Senadores que queiram manifestar, essa Presidência defere o pedido de V.Exa., Senador Sibá Machado.

E sobre a Mesa há um requerimento de informações. Da Senadora Marisa Serrano que vou passar a lê-lo.

“Sr. Presidente, nos termos do disposto do art. 215 do Regimento Interno, do Senado Federal, venho solicitar a V.Exa. a gentileza de encaminhar ao Ministério de Desenvolvimento Agrário as solicitações abaixo.

1) Informações sobre a intenção do INCRA no Estado de Mato Grosso do Sul de reduzir o número de unidades avançadas de quatro para duas unidades.

2) Informações sobre o número das famílias atendidas pelas atuais unidades e a projeção de atendimento das novas unidades.

3) Informações sobre o número de funcionários lotados nas unidades atuais e o número previsto para as novas unidades.

Essas informações mostrarão as dificuldades enfrentadas pelas famílias assentadas em diversos projetos espalhados pelo Mato Grosso do Sul, especialmente aqueles atualmente atendidos pelas unidades de Corumbá e Jardim. Que se confirmada a sua extinção provocará um deslocamento de mais de 80, 800 quilômetros para boa parte das famílias que precisa do atendimento especializado do INCRA. Nestes termos, peço seja apreciado por essa Comissão o Requerimento em tela e seja encaminhado conforme o disposto do Regimento Interno do Senado Federal.”

Senadora Marisa Serrano, a quem eu passo a palavra para as suas justificativas.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado Sr. Presidente. A razão desse Requerimento é a questão do INCRA estar fechando as unidades avançadas em diversos Estados Brasileiros, e em Mato Grosso do Sul das quatro unidades que temos hoje, duas estão sendo fechadas, uma em Corumbá, que faz fronteira com a Bolívia, e a outra em Jardim, que é no Sudoeste próximo ao Paraguai.

Nós temos na unidade avançada de Jardim, por exemplo, a cidade próxima, Nioaque, que tem nove assentamentos. Nós temos ali um grande número de assentados, além de termos grandes reservas indígenas, já que o Mato Grosso do Sul é o segundo Estado com o número de índios do país.

Então há uma dificuldade em fazer com que aqueles que trabalham no campo, os assentados, tenham um acesso mais rápido a um organismo nacional, que tem a obrigação de estar próximo àqueles no qual ele trabalha e é a quem deve obrigações.

Portanto, Sr. Presidente, nada mais justo que a gente tenha do INCRA as informações que nós precisamos, porque que é que o INCRA está diminuindo as suas unidades avançadas em todo o país? Não é só em Mato Grosso do Sul. É necessário que a gente acompanhe isso. Porque se o INCRA tiver uma proposta e uma política efetiva que mude a sua história e, principalmente, que avance, que melhore o seu atendimento, nós podemos até ser a favor. Mas se isso não viver acompanhado de uma política de incentivo que valorize quem trabalha no campo e principalmente dos assentados, não tem porquê o INCRA fechar essas unidades avançadas no interior. E saber também, como é que ficam os funcionários dessas unidades que estão espalhados por todo o país.

Portanto, essa é a razão do meu Requerimento, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ

(PMDB-DF): Está livre para quem quiser manifestar a respeito dessa solicitação das informações da Senadora Marisa Serrano, esse é o momento oportuno.

Não havendo nenhum dos Srs. Senadores e Senadoras que desejam manifestar, está em votação. Quem estiver de acordo, permaneçam como estão. Quem estiver em desacordo que se manifeste. Aprovado. À Assessoria para encaminhamento.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ

(PMDB-DF): Pela ordem. Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu recebi uma correspondência que eu gostaria de ler, porque é uma página apenas, para que tomasse conhecimento os membros da Comissão de Agricultura pela importância, pela gravidade e porque ela interessa a todos os Estados de fronteira do Brasil: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Acre enfim, os Estados de fronteira. Eu vou ler a correspondência que ela é auto-explicativa.

Da Federação de Agricultura do Estado do Paraná. “Informações que chegaram a essa federação, dão conta que o INCRA, pretende a partir do mês de abril, iniciar trabalhos de vistoria em propriedades rurais sujeitas à ratificação de seus títulos do domínio, localizadas na faixa de fronteira, que em nosso Estado envolve as regiões do Sudoeste, Oeste e parte do Noroeste, no caso do Paraná. As informações recebidas dizem também que o objetivo do INCRA é o de vistoriar as propriedades rurais e sobre os termos da Instrução Normativa nº 27/6, identificar as não-produtivas para com base na Lei, 9.871/99, promover suas nulidades dominiais e com isso apossar-se das terras sem promover as respectivas indenizações”.

Eu quero lembrar que por exigência do INCRA, os proprietários fizeram a ratificação. Mas essa ratificação não foi legalizada pelo INCRA, ou seja, os proprietários tomaram todas as providências, cumpriram a sua parte, e esses processos estão há cinco, seis, sete anos aguardando o despacho do INCRA. E sem ter despachado essas propriedades não se encontram devidamente ratificadas, os títulos de domínio e títulos de propriedade, que foram evidentemente fornecidos pelo Estado, pela União. Então, esses proprietários que cumpriram a suas obrigação e fizeram a ratificação, aguardam o despacho do órgão, que agora usa o fato de não ter sido ratificado, para esse procedimento.

“Para atingir tal objetivo a linha da ação da Autarquia Federal é concentrar seus trabalhos prioritariamente nas propriedades pecuárias, visando antecipar,

se é possível, os contratos de parceria da implantação de lavouras canavieiras, as quais tendem a crescer significativamente por estímulo do próprio Governo Federal. Deixando de lado as idiossincrasias na gestão federal, vimos alertar a V.Exa. para o bruto confisco de terras prestes a ser patrocinado pelo INCRA. Se não vejamos:

1) Desde o Decreto Lei 1414/75 que trata da ratificação de títulos da faixa de fronteira, ficou convenção que o imóvel rural está apto a ser ratificado se estiver sendo explorado. A seguir, a Instrução Normativa de 42/2000 definiu que o imóvel está sendo explorado quando atingir, no mínimo, 50% de sua área aproveitável. Visando promover maior número de anulações de títulos de domínio sempre em nome da Reforma Agrária, 22 de março de 2066, o INCRA, legislando indevidamente, editou a Instrução Normativa nº 27, determinando que o imóvel explorado é aquele que atende ao que dispõe a Lei nº 8.629/93, ou seja, que atinge grau de utilização da terra igual ou superior a 80% e grau de eficiência na exploração igual ou superior a 100%. Portanto, a propriedade tem que ser produtiva e caso isso não ocorra, ao invés de desapropriada, ela terá seu domínio anulado e passará a integrar o Patrimônio da União.

Ao trazer aos conhecimentos os fatos aqui relatados, fruto de informações e análise legal, venho solicitar de V.Exa. o posicionamento político de engajamento na argumentação da FAEP, de que a Instrução Normativa 27/2006 é ilegal, tendenciosa e plena de má-fé, pois o atendimento é do que o Decreto Lei nº 1414/75 e a Lei nº 8.629/93 não se comunicam entre si, uma vez que a Lei trata da desapropriação para fins de Reforma Agrária e o Decreto Lei busca de forma simples da legitimidade aos títulos de domínio na faixa de fronteira, dando legalidade para tanto a um ato irresponsavelmente levado a efeito por Governos Estaduais até meados da década de 60, a titulação a não dominum (F) de terras devolutas da União.

Por último, alerta sobre os dois pontos que melhores explicitam o contexto em que o INCRA pretende exercer em tais ações com base em Instrução Normativa espúria(F):

1) O processo de ratificação atinge as regiões da faixa de fronteira dos Estados de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, envolvendo mais de uma dezena de milhões de hectares. Para se ter uma idéia de dimensão do problema que se avizinha somente no Estado do Paraná o mesmo desrespeito a área total, áreas totais ou parciais de 140 municípios, totalizando cerca de 40.000 propriedades rurais passíveis de ratificação.“

Essa é uma correspondência que eu recebi do Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Ágide Meneguette, que pede que, na Comissão de Agricultura do Senado e da Câmara se tomem providências, no sentido de que os direitos daqueles proprietários sejam resguardados, principalmente porque a Lei diz uma coisa e a Portaria diz outra. Mas a Portaria não pode ser superior à Lei que está em vigor no país. A Portaria é de um órgão do Governo Federal, a Lei é aprovada pelo Congresso Nacional. E eu registro essa correspondência e peço à Comissão que encaminhe cópia dessa correspondência ao Ministro da Agricultura, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário e ao Presidente do INCRA, evidentemente pedindo que se obedeça a legislação em vigor no país.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Aviso ao Sr. Senador, comunica, que tomará todas as providências que for necessário. Se alguém quiser manifestar a respeito dessa matéria...

SENADOR LEOMAR QUANTINILHA (PMDB-PO): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUANTINILHA (PMDB-PO): Sr. Presidente, a respeito dessa correspondência que nos dá conhecimento, ao eminente Senador Osmar Dias, ela está realmente a merecer uma atenção muito especial por parte dessa Comissão. Afinal de contas, a atividade agropastoril, sobretudo a atividade agrícola, é uma atividade que remonta a história do Brasil. Desde que o Brasil foi criado, aqui se cria gado e aqui se planta. E é lamentável que com essa quantidade de anos que já vimos transcorrer e passar, a questão fundiária no Brasil ainda seja conflituosa.

E o que nós estamos sentindo ultimamente é que parece que o INCRA tem responsabilidade com os assentados ou pessoas que vão assentar, como se não tivessem nenhuma responsabilidade com as pessoas que têm a sua propriedade estabelecida e nela moreja.

Outra coisa que nos chama atenção, a cada dia que passa, esse chamado cumprimento da função social da propriedade exigindo um índice de produtividade cada vez maior, também nos chama um pouco da atenção. Qual é o outra atividade econômica desenvolvida no Brasil, que o Governo está atrás de índice de produtividade? Eu não vejo isso acontecer na indústria, eu não vejo isso acontecer no transporte. Quem tem que ter a preocupação com o índice de produtividade é exatamente quem está correndo os riscos da atividade que abraçou. Que é o agricultor, que é o proprietário.

Nós estamos com essa legislação cada vez criando um constrangimento e uma dificuldade muito maior para quem está trabalhando na terra numa atividade de muito risco, mas sobretudo, Sr. Presidente, apesar de ser uma atividade nobre, apesar de ser uma atividade econômica, é uma atividade nobre, porque se propõe a produzir aquilo que é essencial à vida do ser humano, que é o alimento.

Nós passamos um dia, dez dias, cem dias, sem um automóvel, sem uma caneta, sem o sapato, mas não passamos esse tempo sem o alimento, e produzir alimento não é fácil, requer aptidão, requer gosto pelo trabalho que faz, está sujeito a intempéries. A atividade agrícola não é uma atividade que você pode se programar e fazer a hora que você quiser. Não. Tem influência climática, tem influência do tempo. E nós estamos cada vez mais exigindo de um agricultor, de um produtor brasileiro, que eu acredito que é o melhor agricultor do mundo, é o melhor agricultor do mundo, porque é quem produz enfrentando todo o tipo de adversidade, a inexistência de infra-estrutura, a falta de suporte de apoio, uma carga tributária enorme, legislação trabalhista desigual, enfim, enfrenta todo o tipo de adversidade para produzir e ainda consegue ser competitivo com a agricultura exterior, altamente tecnificada e altamente subsidiada.

Então eu acho que é a Comissão da Agricultura precisa botar um olho com lupa nessas questões que estão acontecendo. Vamos proteger, vamos procurar aprimorar o processo de Reforma Agrária estimulando a possibilidade de dar oportunidades de terras para quem não tem. Eu não consigo entender que um país com 8 milhões de quilômetros quadrados, falta de terra seja problema. Nós estamos realmente enfrentando uma incompetência muito grande nossa, nessa gestão, na gestão da Reforma Agrária Brasileira.

E outra, Sr. Presidente. Nós também experimentamos uma outra situação muito interessante, que foi um fenômeno social muito forte, muito acentuado, que foi o êxodo rural.

Há cinquenta anos atrás, a grande maioria da população morava no meio rural. Hoje é apenas pouco mais de 20%, e a grande maioria das pessoas que mudaram do campo para cidade, o fizeram pelas dificuldades que tinham na sobrevivência do campo, pela desassistência. Não tinha nem energia elétrica adequada, infra-estrutura adequada, crédito adequado, assistência à saúde e educação dos filhos, das famílias, mudaram para a cidade.

Então nós temos hoje um movimento contrário, um fluxo contrário, as pessoas estão querendo ir para o campo, também acho que isso não é verdadeiro. O que é verdadeiro é que são pessoas numa horda de

rotos e famintos que não têm oportunidade de trabalhar e estão se apegando aí a essa esperança que o Governo está dando, com remuneração, com pagamento através do INCRA, para que as pessoas ocupem os pedaços de terra.

No meu Estado, a maioria dos assentamentos tem problema, tem problema. Dificilmente o assentado original lá permanece no assentamento, já mudou muitas vezes, já foi para outro assentamento.

Então essa questão, eu acho que é uma questão que diz respeito a uma região produtiva, os agricultores estão lá produzindo. O Estado, Estado Brasileiro não pode ser imobiliária, Presidente, o Estado não tem que ganhar dinheiro com venda de terra. O Estado, compete ao Estado procurar distribuir as terras do seu território de forma equânime e privilegiando, e prestigiando, e apoiando quem quer produzir, quem tem aptidão, quem busca conhecimento tecnológico, quem cumpre as regras, as normas e as leis.

Então eu acho que é importante que nós atentemos para esse expediente que o Senador Osmar Dias, dele nos dá conhecimento. Coloquemos um olho de lupa, se for possível, reconstituamos uma Comissão para ir examinar de perto essa situação, em contato com a Secretaria de Agricultura do Estado envolvido, com o próprio INCRA.

Enfim, para que nós possamos aqui, onde nós podemos dar uma contribuição, para o desenvolvimento socioeconômico desse país de forma equânime, nós possamos acompanhar, para que não haja nenhuma injustiça naquela região, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Continua em discussão a solicitação do nosso prezadíssimo Senador Osmar Dias. Continua em discussão. Com a palavra o Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, sou morador da Amazônia já há muitos anos, e muitas das medidas adotadas por sucessivos Governos, na tentativa de regulamentar a posse, o uso da terra daquela região. Às vezes inevitavelmente acaba por cair em situações de outras. Nós temos um grave gargalo, que é a região de fronteiras. A Constituição Federal determina 150 quilômetros, e há Estados, como é o caso do Acre, que não tem terra para legislar sobre ela. Nós temos de 16 milhões de hectares, apenas 800 mil, menos de um milhão. Isto é 5% do território do Estado.

E muitas vezes, no momento em que a gente vai trabalhar sobre essas questões, pede, cai no problema do vício de competência, de quem pode dirimir os conflitos.

Então, hoje estou citando um caso. Quando fala de faixa de fronteira nós temos 11 Estados, que vai

do Rio Grande do Sul ao Amapá, e os problemas são muitos graves. Então a Portaria 10 do INCRA procura adiantar, acelerar essa regulamentação fundiária. Nós temos sobre o Brasil aqui, discordando um pouquinho do Senador Quintanilha, acho que não tem um único palmo de terra no Estado Brasileiro que não tenha pelo menos uma expectativa de propriedade, pode até não sê-lo, mas pelo menos tem. E gera dificuldades, dificuldades para o poder público, as relações locais e tudo mais.

Então o que o INCRA tenta nesta Portaria é que terras de até que 500 hectares, que estejam na faixa da fronteira possa ser reidentificadas, e recadastradas para que seja emitidos os títulos. Depois tem aquelas que vão de 500 a 1.500, e a 1.500 a 2.500 hectares. E eu sei que o INCRA tem levado [risos], pancadas de ambos os lados. Às vezes também os próprios movimentos sociais discordam da medida, acha que ela está sendo injusta. Mas o que a gente tem que ver, penso que... Porque a Portaria já foi reemitida e protelada pela terceira vez. Então ela é emitida por um prazo, é protelado este prazo, e agora estamos vivendo o terceiro prazo da protelação da data, aonde os proprietários de até 500 hectares, deverão comparecer à sede do órgão para apresentar a sua documentação e ser regulamentado. Porque gera expectativa, sim, de posse de ambas as partes.

E o que tem que se ver, e aí eu queria até pedir a cópia da carta, porque eu acredito que o INCRA tem que passar o pente fino em quem já cumpriu com isto. As pessoas que já cumpriram não têm... têm que receber uma segunda carta. Quem já cumpriu não pode mais ser molestado. É regulamentar, passar o título definitivo, coisa parecida.

E nós vamos vivendo um grave gargalo que é aquele [inaudível] constitucional que é o de 2.500 hectares. Que a gente enfrenta uma relação com um ponto de vista diferente da igreja católica, dos movimentos sociais camponeses, que pelo menos para o ambiente amazônico tem que ser resolvido, é constitucional. Se é o Senado que vai dirimir sobre isso, autorizar a emissão desses títulos, mas a gente precisa avançar porque essa coisa se arrasta, por longo tempo.

Então a preocupação é justa, no meu entendimento, porque se um proprietário já procurou o INCRA, emitiu a sua documentação e o INCRA não o credenciou devidamente, aí não tem que pensar duas vezes, é uma deficiência do órgão e tem que ser corrigida. Aonde a Portaria permite que a autoridade pública, que é o INCRA, requisiute a nova propriedade fundiária, cabe até de novamente um segundo estudo de caso, cabe. Mas quando a gente vem para Amazônia realmente é gritante o problema.

Eu, por conta daquela discussão que já foi feito pelas terras indígenas, que houve um relatório, inclusive do meu colega Senador Delcídio Amaral, e do nobre Deputado que hoje é Prefeito da cidade de Nova Iguaçu, do Rio de Janeiro, esqueci o nome dele agora. Eu discordei frontalmente dos relatórios. Porque quando nós vamos para a faixa da fronteira, dizer que terra indígena é eminência de ocupação estrangeira, isso hoje não precisa desses métodos.

Aliás, são brasileiros que estão entrando na fronteira do lado de lá, Presidente. Nós temos milhares de acrianos, rondonienses que cruzaram a fronteira e estão dentro da Bolívia. Hoje o Governo Federal pede 20 milhões de reais para resolver um grave problema de acrianos que estão lá dentro. Nós temos muitos amazonenses que foram para Venezuela, e roraimenses que estão nas Guianas ali, e amapaenses que foram para Goiana Francesa. Então, são brasileiros que estão entrando para lá. Não o contrário.

Então a região de fronteira realmente é uma ambigüidade, eu confesso para V.Exa. que tenho dificuldades, tem muitos Municípios da região Norte que não tem... A Prefeitura, a sede da Prefeitura não pode ter um título, porque a terra é um conflito de propriedade fundiária. Eu cito o caso do município de Acrelândia, no Estado no Acre, que a terra não é do Município. Não pode emitir um título. E assim por diante Sr. Presidente.

Então eu concordo que realmente é uma situação que não pode ficar mais assim, mas antes da qualquer procedimento, digamos assim, mais animado, a gente poderia juntar as preocupações, Senador Quintanilha, Senador Osmar Dias.

Pegamos essa carta, acho que podíamos ter uma Audiência com o Presidente do INCRA. Eles nos esclarecer quais são os procedimentos reais e os irreais, e os que se preocupa todo mundo. E que a gente possa então sair da lá com o convencimento de até onde o procedimento tem a sua correção e do qual a gente deve até apostar nela.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Eu gostaria de acrescentar aqui nesta Mesa, de dizer que talvez ir não seria a melhor solução. Porque não requerer a vinda do Presidente do INCRA aqui e que nós déssemos, convidasse a imprensa escrita e falada para que divulgasse esta matéria, porque ela é de muita gravidade. E quem é oficiou(F) o Senador é uma instituição da alta responsabilidade do Paraná.

Eu, a minha sugestão é que nós façamos um Requerimento convocando o Presidente do INCRA, para vir cá esclarecer esses fatos.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu subscrevo o Requerimento de V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): . Está em votação o nosso Requerimento. Aprovada a nossa solicitação e fica, portanto essa nossa Assessoria incumbida de fazer o Requerimento imediatamente, para que possamos convocar o Presidente do INCRA para esclarecer esses fatos.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, eu recebi uma correspondência também do manifesto dos Produtores Rurais Paraibanos, sobre a renegociação de operações de crédito rural, na sua maioria com recurso do FME. E obviamente que isso é extensivo aos demais fundos. Que na verdade nós tivemos autorizado pelo processo de renegociação que trata a Lei 11.322 de 13/07/2006, que estabeleceu um prazo até o dia 30 de março de 2007 para que seja formalizado os interesses de renegociação dessa dívida. E o manifesto dos Produtores Rurais da Paraíba, que eu acredito que não seja diferente de outros Estados, é no sentido de que os procedimentos, a forma com que isso vem sendo feito com determinadas exigências, não cumprimento de outras condições, não permitiu praticamente a adesão daqueles pequenos e micro produtores do Estado da Paraíba, e repito que eu acredito que seja compatível também nas demais regiões. Desde a necessidade do pagamento das custas jurídicas dos processos aos valores cobrados pelos honorários dos Advogados, e até mesmo as taxas de juros que estão sendo aplicadas na renegociação, que não há uma devida transparência. Então é um sentimento no nosso Estado da necessidade de prorrogar este prazo, e conseqüentemente também adotar medidas que possam vir viabilizar essa renegociação já que os mesmos estão chegando ao ponto do estarem escrito na dívida ativa da União, e conseqüentemente impossibilitando da retomada até de novos plantios ou mesmo de desenvolvimento das suas atividades.

Então, nesse sentido é que em fruto dessa demanda, dessa necessidade, eu estou comunicando à Comissão de Agricultura do Senado, que estou apresentando o projeto ao Senado com o objetivo de prorrogar este prazo, bem como de adotar medidas que venham de uma forma concreta, objetiva, fazer com que essa Lei seja possível ser executada entre os bancos e os pequenos agricultores, que são beneficiados com o financiamento desses fundos. Repito: não será

apenas para o Nordeste, mas para todos esses fundos constitucionais.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Muito bem, nós vamos... Quero comunicar o Plenário, que antes da fazer essa comunicação, eu gostaria de saudar aqui a Juventude Rural que visita esta Comissão, que é o Primeiro Encontro da Juventude Rural, realizada em Brasília composta de 5.000 membros, jovens. Eu saúdo aos que estão aqui, representando essa grande caravana da juventude rural, e desejo muito sucesso aqui em Brasília, especialmente aqui no Senado da República.

SENADOR LEOMAR QUANTINILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Pela ordem, a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUANTINILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, eu sou o Relator do item nº 1, que trata um Projeto de Lei de autoria do eminente Deputado Inocêncio Oliveira, que trata do ato cooperativo. Em decorrência de outros compromissos eu cheguei a esta reunião quando ela já havia começado há algum tempo, e tive notícia de que havia sido aprovado por Requerimento do Senador Sibá Machado, a decisão de que só se discutiria os projetos cujos Relatores estivessem presentes na reunião. Muito bem. Estando eu presente mas visivelmente não temos mais quórum, entretanto, na última Sessão, o Senador Delcídio Amaral pediu vistas do processo pretendendo dar uma contribuição à discussão que se trava nessa Casa. Certamente S. Exa. deverá apresentar um voto em separado. Eu fui informado de que ele teve algumas dificuldades de estar presente nessa Comissão, e não podendo, portanto, trazer o seu voto em separado. De forma que eu concordo perfeitamente que essa discussão ocorra já na próxima reunião, aí, sim, com a manifestação do eminente Senador Delcídio Amaral. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): ... O Requerimento e houve discussão, e foi aprovado o Requerimento do Senador Sibá Machado que retirou todos os itens da pauta. Com a palavra o Senador...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, só para título de entendimento de minha parte, quanto ao Requerimento que vai solicitar a presença do Presidente Nacional do INCRA Sr. Rolf Rackbart. A minha pergunta é se é um convite?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Convite, natural.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Convite. Eu gostaria também de subscrever o Requerimento de V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Perfeitamente. A Secretaria vai formalizar o Requerimento, e se submeterá a todos os membros da Comissão, para todos aqueles que quiser subscrever, fazê-lo, e V.Exa. será procurado.

Sobre a Mesa há um ofício aqui da Secretária-Geral da Mesa do Senado, que comunica a V.Exa. que reunião ocorrida entre o Presidente Renan Calheiros e os Presidentes das Comissões Permanentes do Senado Federal, realizada em 22 do corrente, foram acordadas as seguintes providências:

1) Que a Secretaria de Comissões manterá um calendário próprio das Reuniões Ordinárias, das Comissões Permanentes.

2) Que nenhuma Comissão desenvolverá atividade em horário destinada à Reunião Ordinária de outra Comissão.

Que a Secretaria de Comissões manterá uma agenda para Audiências Públicas que serão realizadas apenas nos dias e horários próprios das Reuniões Ordinárias da respectiva Comissão.

É um documento que nós recebemos de Cláudio Dias Nascimento, mas foi esse documento foi uma decisão da Mesa do Presidente do Senado, Renan Calheiros, junto com todos os Presidentes das Comissões, de todas as Comissões Permanentes.

Portanto, nós temos aqui mais dois requerimentos da nossa autoria e que nós demos entrada, eu quero comunicar, mas isso nós vamos decidir... Eu quero só dizer, eu deixei assinado, que há um interesse de vários membros da Comissão de discutir, de ouvir também o Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Resende, para discutir a questão do programa do biocombustível. Mas esse Requerimento e outro para Silas Rondeau Cavalcante, é da Agricultura e Reforma Agrária. Esses requerimentos que foram subscritos por nós, ficam em pauta para na próxima reunião serem submetidos a todos os membros do Plenário.

Não havendo mais matéria a discutir, declaro encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 12h18

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 6ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE ABRIL DE 2007.

Às onze horas e trinta minutos do dia quatro de abril de dois mil e sete, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **JOAQUIM**

RORIZ, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores(as): **SIBÁ MACHADO, AUGUSTO BOTELHO, LEOMAR QUINTANILHA, JONAS PINHEIRO, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, PAULO PAIM, JOÃO PEDRO, EDISON LOBÃO E ROSALBA CIARLINI**. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Delcídio Amaral, Antonio Carlos Valadares, Expedito Júnior, Pedro Simon, Neuto de Conto, Heráclito Fortes, César Borges, Kátia Abreu e Osmar Dias. Deixa de comparecer por motivo justificado o Senador Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Joaquim Roriz, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, DE 2006 (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Modifica o artigo 79 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (incluindo como ato cooperativo os atos jurídicos praticados pelas cooperativas com o mercado, quando vinculados ao seu objetivo social). **AUTOR:** Deputado Inocêncio Oliveira. **RELATOR:** Senador Leomar Quintanilha. **RELATÓRIO:** Pela Aprovação. **OBS:** Leitura do relatório realizada em 14/3/2007. Concedido vista ao Senador Delcídio Amaral. **RESULTADO:** Retirado de pauta, tendo em vista o requerimento do Senador Romero Jucá, apresentando perante a Secretaria Geral da Mesa, de audiência da CCJ. **ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2003. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra. **AUTOR:** Senador Tasso Jereissati. **RELATOR:** Senador Heráclito Fortes. **RELATORA “AD HOC”:** Senadora Kátia Abreu. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, com emenda substitutiva que apresenta. **OBS:** Leitura do relatório realizada em 14/3/2007. Concedido vista coletiva. Devolvido pelo Senador Sibá Machado, com voto em separado, pela rejeição, em 28/3/07. **RESULTADO:** Em 4/4/07, após leitura do voto em separado, do Senador Sibá Machado, a discussão e votação da matéria foram adiadas. **ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96, DE 2004 (TERMINATIVO). EMENTA:** Altera o artigo 9º da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre agricultura orgânica e dá outras providências. **Autor:** Senador Valdir Raupp. **Relator:** Senador Leomar Quintanilha. **Relatório:** Pela Rejeição. **RESULTADO:** Adiado. **ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005 (TERMINATIVO). EMENTA:** Altera a Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajusto dos pa-

râmetros, índices e indicadores de produtividade. **AUTORA:** Senadora Lúcia Vânia. **RELATORA:** Senadora Kátia Abreu. **RELATÓRIO:** Pela Aprovação, na forma do substitutivo apresentado. **RESULTADO:** Adiado. **ITEM 5: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2006 (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Dispõe sobre a adição de ácido fólico e de ferro na farinha de trigo, na farinha de milho e na farinha de mandioca. **AUTOR:** Deputado Luiz Antonio Fleury. **RELATOR:** Senador Pedro Simon. **RELATÓRIO:** Pela aprovação. **RESULTADO:** Adiado. **ITEM 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2006 (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências. **AUTOR:** Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “da Terra” (SF). **RELATOR:** Senador Delcídio Amaral. **RELATÓRIO:** Pela rejeição. **RESULTADO:** Adiado. **ITEM 7: REQUERIMENTO Nº 8, DE 2007 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos regimentais, que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, **SILAS RONDEAU CAVALCANTE SILVA**, para em reunião de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, prestar esclarecimentos sobre o Programa do Biocombustíveis. **AUTOR:** Senador Joaquim Roriz. **RESULTADO:** Retirado pelo autor. **ITEM 8: REQUERIMENTO Nº 9, DE 2007 – CRA. ASSUNTO:** Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia, **SÉRGIO MACHADO REZENDE**, para em reunião de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, prestar esclarecimentos sobre o Programa de Biocombustível. **AUTOR:** Senador Joaquim Roriz. **RESULTADO:** Retirado pelo autor. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual da CRA e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Joaquim Roriz**, Presidente da Comissão.

6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE ABRIL DE 2007, ÀS 11 HORAS E 47 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Havendo número regimental declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma

Agrária do Senado Federal, na 1ª. Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que com a anuência do Plenário é dado como aprovada.

Srs. Senadores, queremos comunicar que a Comissão de [inaudível] Ofício nº 215/ 2007, datada de 3 de abril do corrente, do Chefe do Gabinete de Ministro da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Dr. Marcão Tadano, solicitando a realização de Audiência Pública com presença do Ministro Reinhold Stephanes, para o dia 10 de maio de 2007, em cumprimento ao Requerimento nº 1/2007, de autoria do Senador Osmar Dias, com o adendo da Senadora Kátia Abreu.

A presente reunião destina-se à apreciação de matérias.

Projeto de Lei da Câmara nº 82/2006 de autoria do Deputado Inocêncio de Oliveira, que modifica o art. 79 da Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971 (incluindo como ato cooperativo os atos jurídicos praticados pelas cooperativas com o mercado, quando vinculados ao seu objetivo social).

Sobre a Mesa está aqui um ofício datado de 30 de março do corrente, do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, o qual eu vou passar a ler para que os Srs. Senadores e Senadoras tomem conhecimento do ofício.

“Sr. Senador, comunico a V.Exa. que foi protocolado na Secretaria Geral da Mesa, Requerimento de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a Audiência da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, sobre o Projeto do Lei da Câmara nº 82/2006, cópia em anexo. Nesses termos solicito a V.Exa. a remessa do referido projeto que tramita nessa Comissão à Secretaria Geral da Mesa, para que se possa dar seguimento a tramitação do mencionado Requerimento, uma vez que sua leitura somente poderá ocorrer com o processado sobre a Mesa, nos termos do art. 266 do Regimento Interno do Senado Federal.

O processo da proposição ficará sobre a Mesa durante sua tramitação em Plenário, a oportunidade reitera a V.Exa. meu protesto e apreço. Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal”.

E está anexo o Requerimento do Senador Romero Jucá, que eu passo a ler o seu Requerimento.

“Sr. Presidente, requeiro nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, Audiência da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, para o Projeto de Lei da Câmara

PLC Nº 82/2006, que modifica o art. 79 da Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, atualmente tramitando na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Sala de reuniões... 2007, Senador Romero Jucá”.

Assim sendo apenas para dar conhecimento aos nobres Senadores e Senadora, solicito... Vamos retirar de pauta este processo e o determino que remita à Comissão de Constituição e Justiça.

O item 2 é o Projeto de Lei do Senado de nº 266/2003, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera a Lei nº. 10.420 de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra.

Esclareço que em 14 de março corrente, foi lido o relatório da Senadora Kátia Abreu, Relatora *ad hoc* da matéria, e na oportunidade foi concedido vista aos Senadores Sibá Machado e Marisa Serrano. Não havendo nenhuma manifestação.

A Relatora concluiu pela aprovação do Projeto na forma do substitutivo apresentado. O Senador Sibá Machado apresentou o voto em separado pela rejeição do projeto. Naturalmente, aqui nós teríamos que passar a palavra ao Senador que editou o Projeto para Sibá Machado, para proferir seu voto em separado.

E, portanto, está em discussão o projeto. Com a palavra o Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Sras. Senadores. Perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266/2003, que altera a Lei nº. 10.420 de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra.

Relatório. O Projeto de Lei do Senado PDS de 266/2003, que altera a Lei nº. 10.420 de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra, incluindo como beneficiários do referido fundo os agricultores familiares, participantes de consórcios e condomínios e os outorgantes, quando se tratar de parceria agropecuária.

O PLS em tela é composto de quatro artigos, sendo que o primeiro modifica a redação do art. 6º da Lei de nº. 10.240/2002, estabelecendo o rateio da contribuição para o Fundo Garantia-Safra entre o agricultor familiar e o outorgante. Em contrapartida o art. 2º do projeto em apreço ao modificar o art. 8º da mesma lei, e estende o rateio da indenização paga pelo referido fundo ao outorgante, desde que estipulado em contrato formal.

O art. 3º do PLS em análise, erroneamente é numerado como art. 2º, acrescenta quatro parágrafos ao art. 10 da Lei de nº. 10.420, permitindo a adesão de consórcios e condomínios ao fundo e estipula tamanho máximo de quatro módulos fiscais como áreas passíveis de benefício.

Por fim, o art. 4º enumerado como a art. 3º, estatui a cláusula de vigência. Não foram oferecidas Emendas ao projeto.

Da análise. Em conformidade com o art. 104/b do Regimento Interno do Senado Federal. É atribuído a esta Comissão a apreciação de matérias relacionadas à agricultura familiar e à segurança alimentar, inciso IV, e ao cooperativismo e aos sociativismos rurais, inciso XV, como é o caso do PLS em tela.

Em primeiro lugar, cumpre enfatizar aqui o objetivo da Lei de nº. 10.420 de 10 de abril de 2002, criando o Fundo Safra, não foi tão-somente cobrir as perdas dos agricultores com as lavouras. Portanto, não é um seguro agrícola. O principal objetivo é garantir uma renda mínima familiar, portanto, o referido fundo estabeleceu um benefício social.

O objetivo do fundo é garantir condições de sobrevivência aos agricultores familiares, localizados nos municípios sujeitos à situação de emergência em razão da estiagem. Com efeito, os municípios beneficiados estão situados em áreas de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste, a ADENE, e alguns municípios do Estado do Espírito Santo situados em região de extrema pobreza.

O PLS em tela altera profundamente os propósitos do Fundo Garantia-Safra, sendo preocupante o fato de desvirtuar completamente os objetivos do programa. Como um benefício social e não como um seguro agrícola, seu principal objetivo é garantir a renda do agricultor familiar do semi-árido em caso de seca.

O PLS de nº. 266 obriga que esse benefício seja dividido com parceiro outorgante, ou em termos mais claros com o proprietário da terra.

Os principais critérios de enquadramento dos agricultores no fundo são:

1) A renda média bruta familiar mensal nos 12 meses que antecederem a inscrição no Fundo, não pode exceder a um e meio salário mínimo, excluídos os benefícios previdenciários rurais.

2) Não deter, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais.

3) Área plantada com os produtos permitidos - feijão, arroz, milho, mandioca e algodão -, não poderá superar dez hectares.

Para tornar o argumento claro, o público beneficiário do Fundo Garantia-Safra é formado por agricultores pobres, inclusive muitos meeiros, parceiros e arren-

datários. Em outras palavras, famílias pobres que não têm condições de comprar a sua própria terra, sendo forçadas a viver na terra de outras pessoas.

A aprovação do referido projeto forçará este produtor pobre a repartir parte do benefício do programa com o proprietário da terra na mesma proporção da parceria. Tradicionalmente, este tipo de parceria estabelece que o trabalhador tem o direito a 20% e no máximo 50% do produto da colheita, enquanto que o proprietário fica entre 80% e 50% da safra.

Aprovado e referido o projeto, o proprietário passaria a ter também direito a 80% do Fundo Garantia-Safra. Seria a institucionalização do feudalismo em um benefício social.

O substitutivo do eminente Senador Heráclito Fortes, não obstante sua intenção de melhorar o PLS em apreço, inclusive buscando incentivar a formalização de contratos de parceria e arrendamento no meio rural, acaba por cair em um outro grave problema. Na verdade, acaba estabelecendo um mecanismo perverso, pois estabelece a Lei nº. 10.420, de um limite de quatro módulos fiscais para que o agricultor familiar tenha acesso ao Garantia-Safra.

No entanto, o Substitutivo do eminente Senador não impõe qualquer limite para o proprietário. Isto significa que um grande proprietário poderá dividir suas terras e estabelecer várias parcerias. Em caso de prejuízos da safra devido à seca, receber entre 50% e 80% da renda da terra.

Para finalizar, a realidade fundiária da região Nordeste nos permite concluir que os agricultores que destinam partes das suas terras para parceria ou participantes de consórcios e condomínios, mesmo em áreas dos municípios beneficiados, dificilmente teriam as necessidades e o perfil exigido para serem beneficiários do Fundo Garantia-Safra.

Além do mais, sua inclusão como beneficiários desvirtuaria a finalidade deste Fundo, e este público já possuiu outras modalidades de seguro que garantem perdas provenientes de outras safras, de outra safra, de quebras de safra.

Voto. Diante do exposto, voto pela rejeição do PLS 266/2003, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Em discussão. Está em discussão o voto do Parecer do Senador Sibá Machado. Está em discussão.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Pois não, eu gostaria de fazer um retificação. Está em discussão o Parecer da Relatora Kátia Abreu.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Sr. Presidente, eu estou achando bastante dificuldade

para votar esse projeto, que é interessante esse projeto, está muito bom o relatório do eminente Senador Sibá, entretanto nós estamos aqui com a ausência do autor, do Relator e da Relatora *ad hoc*, para discutir o assunto, para contrapor aquilo que está no voto em separado do eminente Senador Sibá.

Eu repito. Gostei de conhecer o relatório do Senador Sibá, porém eu não tenho condições de votar, porque não conheço o argumento dos autores e Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Ok, gostaríamos de ouvir os demais Senadores presentes.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, eu concordo com o Senador Jonas Pinheiro, no aspecto de que, pela importância desse projeto, estamos tendo conhecimento do voto em separado do Senador Sibá, que colocou vários argumentos, e eu acho de relevante importância da presença, não só do autor, do Relator inicial, bem como da Relatora *ad hoc*, para que esse debate possa ser enriquecido. Até porque, Senador Sibá, eu apresentei um projeto, um dos itens que o senhor está colocando aqui, a questão do seguro Safra, que na região do Nordeste, na minha Paraíba, V.Exa. parece que é do Piauí, é isso? Nós não estamos conseguindo fazer a renegociação, exatamente por problemas no Seguro Safra. Várias negociações foram feitas com o FNE, e tivemos problemas porque algumas Prefeituras que faziam parte desse projeto não contribuiriam com o valor, conseqüentemente os agricultores perderam o direito ao Seguro Safra e estão inadimplentes.

E a legislação, que se encerrou no último dia 31, foram renegociados menos de 15% da dívida do pequeno agricultor do Nordeste. Então, isso é um assunto muito complexo e eu pediria a compreensão do Senador Sibá, e pela importância da presença dos demais, que a gente possa adiar a discussão e, conseqüentemente, a votação do presente.

SR. PRESIDENTE JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, concordo com o Senador Jonas, com o Senador Cícero Lucena, quero parabenizar o Senador Sibá, um extenso voto em separado, justificando todas as questões. Ninguém aqui, eu quero colocar em particular, poderíamos votar qualquer tipo de projeto que, de alguma forma pudesse prejudicar nem aqueles pequenos agricultores que dependem da terra e da safra para continuar vivendo, que fazem da agricultura familiar também a sua forma de subsistência, mas também garantir que aqueles que estão na terra, que são proprietários, que possam trabalhar e garantir em

parceria, que a nação brasileira tenha a agricultura que precisa ter, que é uma âncora, ver, que é a garantia do sucesso econômico do nosso país, possa continuar tendo essa mesma garantia.

Então, Sr. Presidente, comungo da idéia dos outros Senadores que falaram antes de mim, e também sugiro a passagem da votação para uma próxima... se V.Exa. achar que assim fica bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Eu vejo que a maioria deseja a transferência do debate para a próxima Reunião, mas mesmo assim, democraticamente, eu quero ouvir o Senador Sibá Machado, se ele está de acordo. O Senador, por favor.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Eu concordo, Sr. Presidente, até que na semana passada, nós também tivemos a dificuldade de apreciar a matéria, porque os Relatores e Reladoras não estavam. E, realmente é bom que a gente possa esclarecer todos os pontos de vista, e volto a dizer a V.Exa., estamos aqui para ser convencidos também do contrário.

Apresentamos este voto separado, baseado nos fundamentos que já foram citados, mas eu acredito que bom mesmo é que o autor da matéria e a Relatoria possa ser feita pelos devidos responsáveis, que a gente possa enriquecer e sermos, digamos assim, convencidos do resultado da votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Então fica decidido que está retirado de pauta, naturalmente determinando que se inclua na próxima reunião da Comissão.

E passamos para o item 3, Projeto de Lei do Senado nº 96/2004.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Sr. Presidente, esse aí é Terminativo, como é Terminativo também o quatro. Nós não temos condições de...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): O item três é que é Terminativo?

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Três e o quatro.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Bom. Então, nós íamos apenas anunciar o item, mas naturalmente ia determinar que retirasse de pauta, porque já foi solicitado e aprovado. Não sei se é isso que V.Exa. deseja.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Não, eu acho que nós não temos quorum suficiente para fazer votação nominal.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Está bem. Então, vamos passar para o item 5.

Item 5 da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº. 85/2006, de autoria do Deputado Luiz Antônio Fleury, que dispõe sobre a adição de ácido fólico e de ferro na farinha de trigo, na farinha de milho e na farinha de mandioca.

O Senador, que é o Relator, Pedro Simon, também no está presente.

Nós podemos indicar um *ad hoc* ou podemos também transferir este item para a próxima reunião.

Eu gostaria de votar e ouvir os Srs. e votar em discussão.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Sr. Presidente, não estando presente, o autor e principalmente o Relator, o normal é de que... o consensual é de que possa de adiado até por duas sessões, ser adiado duas vezes. até aguardar a presença do Relator. Aí já na 3ª Sessão não estando, evidentemente, nós teríamos que depois escolher um *ad hoc*.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): :Ok

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): E já tem dois adiamentos, Marcelo?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não, essa é a segunda.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Essa é a segunda.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Então, nós podemos adiar mais uma vez, é importante ouvir, porque é um assunto, esse é um assunto polêmico.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): :Ok, então está retirada de pauta, ficando determinado que este projeto entrará na próxima reunião, mesmo com a ausência do Relator e do autor, sendo nomeado Relator *ad hoc*.

Fica então transferido para a próxima reunião o item 5, que serve também para o item 6, que é o mesmo... é a mesma situação. Não é verdade? Fica adiada para a próxima reunião, que será no dia 11 de abril, o item 6.

O item 7 e o item 8 é de nossa autoria, que nós vamos comunicar aos senhores que estamos retirando esses requerimentos, porque após a criação da Subcomissão de Biodiesel, naturalmente terá que passar por lá a sua análise desses dois requerimentos. Então fica retirado de pauta também.

Não havendo mais matérias para ser discutida, a pauta está encerrada. Fica também encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 12h10.

**COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA**

ATA DA 7ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2007.

Às onze horas e quarenta e um minutos do dia onze de abril de dois mil e sete, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **JOAQUIM RORIZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores(as): **SIBÁ MACHADO, DELCÍCIO AMARAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, LEOMAR QUINTANILHA, PEDRO SIMON, NEUTO DE CONTO, HERÁCLITO FORTES, CÉSAR BORGES, KÁTIA ABREU, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, PAULO PAIM, VALDIR RAUPP, EDISON LOBÃO, MARCONI PERILLO E JOÃO TENÓRIO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Expedito Júnior, Augusto Botelho, Jonas Pinheiro e Osmar Dias. Deixa de comparecer por motivo justificado o Senador Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Joaquim Roriz, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2003. NÃO TERMINATIVO. EMENTA:** Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra. **AUTOR:** Senador Tasso Jereissati. **RELATOR:** Senador Heráclito Fortes. **RELATORA “AD HOC”:** Senadora Kátia Abreu. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, com emenda substitutiva que apresenta. **OBS:** Leitura do relatório realizada em 14/3/2007. Concedido vista coletiva. Devolvido pelo Senador Sibá Machado, com voto em separado, pela rejeição, em 28/3/07. Lido o voto em separado do Senador Sibá Machado, em 4/4/07. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores Senadores(as): Sibá Machado, Kátia Abreu, Flexa Ribeiro, Heráclito Fortes e Marisa Serrano. **RESULTADO: Aprovado relatório favorável, na forma do substitutivo apresentado, da Senadora Kátia Abreu, Relatora “ad hoc”, passando a constituir o parecer da CRA, ficando, desta forma, prejudicado o voto em separado do Senador Sibá Machado. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENA-**

DO Nº 96, DE 2004. TERMINATIVO. EMENTA: Altera o artigo 9º da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre agricultura orgânica e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Valdir Raupp. **RELATOR:** Senador Leomar Quintanilha. **RELATÓRIO:** Pela Rejeição. **RESULTADO: Retirado de Pauta. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005. TERMINATIVO. EMENTA:** Altera a Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade. **AUTORA:** Senadora Lúcia Vânia. **RELATORA:** Senadora Kátia Abreu. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, com emenda substitutiva que apresenta. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores Senadores(as): Kátia Abreu, Sibá Machado, Lúcia Vânia e Marisa Serrano. **RESULTADO: Concedido vista coletiva. ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, DE 2006. TERMINATIVO. EMENTA:** Dispõe sobre o Estatuto do Produtor Rural. **AUTOR:** Senador Antônio Carlos Valadares. **RELATOR:** Senador Jonas Pinheiro. **RELATÓRIO:** Pela Aprovação. **RESULTADO: Aprovado o Requerimento nº 11, de 2007-CRA, de autoria dos Senadores Sibá Machado e Antônio Carlos Valadares, de audiência pública com a finalidade instruir o PLS nº 325, de 2006. ITEM 5: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2006. NÃO TERMINATIVO. EMENTA:** Dispõe sobre a adição de ácido fólico e de ferro na farinha de trigo, na farinha de milho e na farinha de mandioca. **AUTOR:** Deputado Luiz Antonio Fleury. **RELATOR:** Senador Pedro Simon. **RELATÓRIO:** Pela aprovação. **RESULTADO: Adiado. ITEM 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2006. NÃO TERMINATIVO. EMENTA:** Altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências. **AUTOR:** Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “da Terra” (SF). **RELATOR:** Senador Delcídio Amaral. **RELATÓRIO:** Pela rejeição. **RESULTADO: Retirado de Pauta a pedido do Relator. EXTRA-PAUTA: REQUERIMENTO Nº 10, DE 2007 – CRA. ASSUNTO:** Requer seja realizada audiência pública com a finalidade de apresentar uma síntese das etapas das pesquisas que abrangem o censo agropecuário e a contagem da população no ano de 2007, com os seguintes convidados: Eduardo Pereira Nunes – Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Representante da Confederação Nacional

da Agricultura – CNA. Representante Da Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal – FAPE-DF, Produtores Rurais. **AUTORIA:** Senador Joaquim Roriz. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da CRA e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Joaquim Roriz**, Presidente da Comissão.

7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL 2007, ÀS 11 HORAS E 41 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Bom dia Srs. Senadores e Senadoras. Havendo número regimental declaro aberta 7ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Naturalmente requero a dispensa da leitura da Ata anterior que é da anuência do plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de matérias.

Item 1. Projeto de Lei do Senado nº. 266/2003, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera a Lei nº. 10.1420 de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra. Esclareço que em 14 de março corrente, foi lido o relatório da Senadora Kátia Abreu, Relatora *ad hoc* da matéria e, na oportunidade, foi concedida vista aos Senadores Sibá Machado e Marisa Serrano. A Relatora concluiu pela aprovação do projeto, na forma do Substitutivo apresentado. O Senador Sibá Machado apresentou o voto em separado. O qual foi lido em 4 de abril do corrente, pela rejeição do projeto.

Em discussão, não havendo... Em discussão.

Com a palavra o Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, eu fiz a leitura do voto em separado na reunião passada, e na ocasião não pudemos contar com a presença da Senadora Kátia Abreu. Eu pergunto para a Senadora Kátia Abreu, se ela já tem conhecimento do teor do voto separado que apresentei, se acha importante que façamos ainda algum comentário. Porque de minha parte eu estou convencido do voto em separado que apresentei, Sr. Presidente, e do qual estou solicitando a esta Comissão a rejeição do referido

projeto, porque entendemos que ele, de certa forma, não contribui para um programa que tem uma função muito mais social do que econômico, que é garantir em casos de efeitos climáticos, nocivos à agricultura do semi-árido brasileiro na questão nordestina, e que se for entendido as reivindicações contidas no teor do projeto, o nosso atendimento, ele vai desvirtuar completamente o teor de um programa que tem a função mais social do que econômica. Então, eu pediria, se a Senadora Kátia Abreu já tem conhecimento do relatório, que apresentei do voto em separado, e se já se encontra disponível também para que a gente possa submeter à votação. E a pergunta quem dá a V.Exa. é a Senadora.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Sr. Presidente, eu gostaria--

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Sr. Presidente, eu gostaria de discutir este projeto, eu não sei se pelo o regimento o voto em separado tem que ser lido antes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] Já foi lido.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Já foi lido, já foi lido. Senador Sibá Machado, eu concordo com o senhor que este é um programa do Fundo de Garantia-Safra é para os agricultores familiares, é um programa de certa forma, um programa social, claro.

Agora, nós não podemos propor nessa Casa nenhum tipo de relação que tenha não mão única. Que seja bom apenas para uma parte, e não para ambas as partes. Então, se houve uma frustração de safra, se o agricultor familiar recebe com justiça seu Fundo de Garantia-Safra, quem arrendou a terra a este agricultor familiar não pode ficar no prejuízo, porque isso vai gerar uma relação comercial péssima entre ambas as partes. Tanto com relação ao arrendatário, como o arrendado. Então, eu acho nada mais do que justo que normalmente esses agricultores familiares, quando arrendam as suas terras, não são de grandes produtores rurais. É da classe média rural brasileira que está achatada e por muitas das vezes arrendando parte de suas propriedades rurais, e até mesmo pequenos produtores. Grandes produtores rurais jamais irão arrendar as suas propriedades, não é a prática, não é o costume, de arrendar as suas propriedades rurais para a agricultura familiar. Nós que vivemos no campo, eu há quase vinte anos, e tenho esta, mais de vinte anos, aliás, eu tenho essa experiência e V.Exa., Presidente, também conhece como é o sistema no meio rural.

Então, não é justo que esse arrendatário que recebe o seu arrendo em produção e não em dinheiro,

normalmente, né, nos casos quase que 90% ao recebimento e a paga, vamos assim dizer, como se diz do interior, a paga é em produção, eu acho mais do que justo que essa relação de parceria continue num clima de harmonia, que também o arrendatário possa ter o direito do Fundo Garantia-Safra.

Isso não vai só beneficiar quem está arrendando, mas o bom andamento da sua próxima roça, da sua próxima lavoura, do agricultor familiar. Imagine o clima desse agricultor familiar, permanecer em uma propriedade rural, continuar plantando numa terra aonde ele não pagou o seu arrendo.

Provavelmente, Senador Sibá, ele vai ser expulso desse pedacinho de terra, que ele já lavrou, que ela já utilizou, para ir em busca de outro pedaço de terra, e por muitas das vezes desmatar o novo pedaço de terra porque quebrou-se uma relação e um pacto de pagamento com a arrendatário atual.

Então, eu acho que pela continuidade da harmonia, dessas alianças que acontece por todo o país, que este fundo também possa cobrir para as boas relações com o Fundo Garantia-Safra.

Eu sou pela aprovação do relatório original.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Em discussão, com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Joaquim Roriz, eu, em princípio, quero já declarar meu voto favorável ao projeto do Senador Tasso Jereissati, com a Relatoria do Senador Heráclito Fortes, tendo como Relator *ad hoc* a Senadora Kátia Abreu.

Eu, normalmente, não costumo divergir o Senador Sibá Machado, que tem sido um Senador do PT que tem demonstrado uma preocupação em ajudar o desenvolvimento do país, principalmente da nossa Região Amazônica. E fico estranho nesse caso, Senador Sibá Machado, que V.Exa. seja contrário ao atendimento do pequeno agricultor. Porque o projeto do Senador Tasso Jereissati, como bem disse a Senadora Kátia Abreu, e disse inclusive com propriedade, que ela há mais de vinte anos, ela exerce a ação na área da agricultura, até porque nasceu no campo. Então, é por isso que são esses vinte e poucos anos que ela já faz parte da área da agricultura. Mas como eu diria, o projeto nada mais dá direito ao pequeno agricultor, o meeiro que todos nós, e V.Exa. bem conhece o processo, que toma do proprietário, partes da terra por empréstimo para utilizar na sua produção e não teria direito à garantia da safra.

Então, desta forma, o Senador Tasso Jereissati está possibilitando que este microprodutor, o agricultor familiar, ele possa ter, quando não dono da terra, não de posse da área da terra possa ter direito à garantia da safra. E mais, de uma forma até justa, faz com que o proprietário da terra participe do pagamento também do seguro, não somente quem está no risco da produção, mas quem cedeu a terra para aquela produção, também participe do risco e do custo financeiro do seguro.

E o outro item, que faz referência à questão dos consórcios e condomínios, para que os consórcios e condomínios também de microprodutores, possam não ultrapassar do limite que o projeto prevê de dez módulos fiscais, eles possam também aderir e ter a garantia da sua safra contra as intempéries todas.

Então, eu não vejo, eu não vejo motivos, Senador, nobre Senador Sibá Machado, de V.Exa. discordar de um projeto que vem ao encontro do interesse do pequeno produtor, principalmente aqueles que V.Exa. então defende que não tem nenhuma possibilidade de arcar com o prejuízo, com a perda de uma safra por questão climática.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Continua em discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Com a palavra o Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, eu acho que houve um mal-entendido entre eu e o Senador Flexa Ribeiro, porque eu procurei no voto em separado exatamente discorrer sobre os objetivos do programa que é a garantia de safra para os agricultores, pequenos agricultores, agricultores familiares na região do semi-árido brasileiro.

E o que ocorre tradicionalmente no país é que famílias que tem propriedades fundiárias, e aqui não importa o tamanho, trabalhar em sistema de parceria, arrendamento ou coisa parecida. E a garantia, o programa que procura dar o mínimo de garantia para que estas famílias, que já não são possuidoras de nenhum bem nas suas vidas, e no caso aqui a terra, e que não tem nenhum outro tipo de proteção, nenhum outro tipo de proteção, quando por uma situação climática venha a perder as suas safras.

Então, o programa já diz isso, o que está sendo colocado na proposta é que estenda este atendimento para quem também já tem algo para se salvar, uma tábua de salvação, que é a terra. Então, é uma procuração muito grande, porque é um programa do Governo muito próximo do bolsa-família, muito próximo do bolsa-família.

Então, nós temos três ambigüidades hoje na situação da pobreza do Brasil. Duas delas na situação rural. A situação rural, vou já conceder a V.Exa. para fechar o pensamento, a primeira ambigüidade que nós temos, que hoje é um debate sobre a questão previdenciária, se o aporte financeiro da previdência passar dos benefícios aos agricultores familiares brasileiros, através do FUNRURAL, se isto é uma previdência, ou se isto é um atendimento social do Governo e que desonere a previdência deste cálculo, deste custo aí. Que aí desonera em certa de 18 bilhões de reais.

O segundo trata exatamente do plano safra, que para uma região que já é assolada tradicionalmente por crises climáticas. E o Governo criou este programa muito parecido com o bolsa-família, para os que não têm absolutamente nada nas suas vidas.

E o medo que se tem aqui com o projeto é que o dinheiro aqui já é tão pequeno, Sr. Presidente, é um dinheiro já tão pouco, tão curto e que se nós ainda formos dividir esse dinheiro, eu acho louvável a intenção, mas que a gente faça o seguinte. Vamos encontrar aqui uma razão para dizer, quando uma pessoa concede um arrendamento de sua terra para terceiros e porventura está esperando como retorno econômico, parte da safra, e aqui no meu voto em separado, em muitos casos desses arrendamentos é meio a meio, é 50%, alguns casos passa de 50% e chega até a 80%, quando, digamos assim, a safra é positiva é esperada, você transfere até 80% como garantia do arrendamento.

Então, a família que fica como arrendatária já é tão sofrida, tão massacrada pelo sistema como um todo, e às vezes com risco ainda de perder a sua safra.

Então, a safra agrícola é para garantir pelo menos que eles não vão morrer de fome. O que eu estou dizendo aqui para o Senador, Flexa Ribeiro, e que eu louvo a intenção do Senador Tasso Jereissati, nós vamos criar uma coisa específica para isso, porque é diferente, são programas diferentes. Nós temos que ver as pessoas, Senador, que estão sem nenhum tipo de proteção.

Então, o que nós estamos dizendo aqui, a minha argumentação é que o projeto que criou a safra agrícola trata isso quase como o bolsa-família. Para os que não têm nada, absolutamente nada. E que se submete no campo, na questão ainda do semi-árido, a dois problemas, primeiro, que não somos proprietários; segundo é a questão do clima. E quando perdem vão morrer de fome. Porque o dono da terra ainda tem algo para se salvar, porque já passou a terra para outro porque não tem grandes esperanças de safra naquele ali.

Então, o que eu estou pedindo é que a gente separe as coisas, não façamos isso--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Queria lhe fazer um aparte, se V.Exa. me permite.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Faça.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Estes meeiros, eles também não têm nada.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Não têm.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não têm. E V.Exa. está tirando do meeiro a possibilidade deles terem ressarcidos os prejuízos--

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Do esforço deles--

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Não, mas quando... Não, acho que V.Exa. está entendendo completamente diferente. O projeto trata o seguinte: estender o benefício do meeiro para o proprietário. E eu estou contra isso. Eu estou contra "estender", deixa como está. O projeto está correto. O que eu estou pedindo é que não mexa.

Agora, rogo... Eu estou concordando, de que quando uma pessoa, proprietário de terra, cede essa terra por arrendamento, e que na expectativa de ter como pagamento safra e não dinheiro, vem milho, eu quero receber tantas sacas de milho, e aí não veio o milho.

Então, é um prejuízo, a terra ficou perdida por um ano. Mas que a gente tem que pensar num outro tipo de atendimento, mas que não neste aqui, este aqui é para os "sem nada", é como esta está o projeto, não mexer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E meeiro não está protegido.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Está sim.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Não. Protegido aonde, Senador?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Está sim.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Protegido em que lugar?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Não.. O meeiro?

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): O meeiro.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): O meeiro está sim, qualquer tipo de repasse da propriedade da terra. O arrendatário de qualquer natureza. Está protegido pelo Plano Safra Agrícola, na situação do semi-árido, é exclusiva na situação do semi-árido.

Então, eu estou pedindo que não mexa nisso, deixa como está, é um projeto que já foi feito para estas pessoas, e a gente poderia aproveitar e estudar o caso

dos demais, para fazer uma coisa diferente e exclusiva para eles. Mas não misturar aqui os dois Senados.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Em discussão a matéria.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Presidente, Sr. Presidente, eu quero lembrar o Senador Sibá, que o Plano Safra, meu Deus, ele só protege quem planta. O dono da terra só vai estar protegido pelo não recebimento da safra frustrada, se ele próprio tomou o recurso e é o plantador. Nesse caso, de que ele está arrendando para a agricultura familiar, se o agricultor familiar tiver uma frustração de safra, o agricultor familiar arrendatário recebe do fundo, do Fundo Safra, mas o proprietário de terra não recebe nada, absolutamente nada. Nós estamos querendo que esse mesmo programa seja extensivo também ao arrendatário. Porque se aquele agricultor familiar não pagar a frustração daquele ano, com certeza ele será expulso daquele pedaço de terra e teria que procurar outro lugar para ir. Nós precisamos proteger essa relação, Senador. Nós precisamos proteger essa relação, que é muito importante que o agricultor...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Mexendo, no que, no que quer que mexa? Você quer que crie outro programa, aonde?

A bem da verdade, Senador, desculpa, a bem da verdade, quando nós estamos pedindo a extensão deste Fundo Garantia-Safra para o pequeno proprietário da terra, que arrendou aquele pedaço da agricultura familiar, nós estamos protegendo é quem arrendou. Nós estamos protegendo é quem está arrendando a terra. Porque aquele cidadão pode estar lá há um, como estar lá há dez anos. E uma frustração de safra não paga ao arrendatário, ele pode ser expulso daquele pedaço da terra.

Então, para a harmonia dessa relação é importante que o fundo proteja o agricultor familiar, protegendo como? Não só cobrindo o prejuízo que ele teve para ele comer durante o ano com a sua família, mas proteger o lugar que ele está. E essa proteção é pagando quem lhe arrendou a terra. O senhor imagine como é que o senhor ficaria morando em uma casa em Rio Branco aonde o senhor não paga o aluguel por um ano? O que quê o senhor acha que o proprietário faria com o senhor? No mínimo, ia te amolar muito, ia te aborrecer muito, e fazer da sua vida um inferno.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Eu só concordo com a Senadora Kátia Abreu, no termo de que está protegendo a relação, e uma expectativa de trabalho para essas famílias para o ano seguinte. Isto eu concordo. Mas o que eu quero dizer é que o pro-

jeto foi, a lei que já existe, e o projeto veio para tentar modificar estendendo benefício aos dois, ele é injusto, porque ele já é uma coisa tão pequena, e é uma coisa pensada para esta família, porque se a expectativa dela hoje, que já está garantida no atual projeto do Governo, de atendimento a estas famílias e garantir pelo menos a sua sobrevivência, se isso foi estendido aos dois, então, nós estamos dando garantia de causa para duas vezes para o proprietário da terra, e ainda assim você não está garantindo que esta família fique, porque esta família pode sair de qualquer maneira.

Então, esta expectativa aí da relação de permanência eu não sei se fica. Então, estou dizendo que a gente pode estudar esta situação, mas através de um outro projeto. Mas não em cima deste aqui, Senadora, é que eu discordo. Esse aqui deixa como está, porque é para as famílias que já não tem nada.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): E a gente pode trabalhar uma outra situação de como fica a relação dos arrendatários em geral do país. E aqui é exclusivo do sertão brasileiro, Nordeste, não está estendendo a todo o território nacional. E como fica as outras regiões que não estão protegidas pelo projeto?

Então, é isso que eu quero chegar, porque a gente está estendendo aqui um benefício que já é tão pequeno, é como o bolsa-família que eu sou contra, que qualquer pessoa com qualquer índice de rendimento, que não são beneficiários, não pode acessar. Uma pessoa dessa tem que ser é presa. A pessoa dessa tem que ser é banida da sociedade.

Então, isto aqui é como se fosse um bolsa-família, é só sobre isso que eu estou pedindo a compreensão de V.Exa., e vamos estudar a situação da relação entre o meeiro e o proprietário, de outra natureza que não através do Programa de Safra Agrícola.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador Sibá, os, proprietários que V.Exa. chama de proprietário aí que seriam aí... são também microprodutores... Em todos os casos, porque dá limitação de módulo. Tem, tem limitação, não é o latifundiário que vai ser atendido. Às vezes, esse proprietário que V.Exa. qualifica como sendo proprietário, ele, às vezes, também é um microprodutor, ele apenas arrendou parte da terra dele.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A palavra, Sr. Presidente.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Permito.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Eu acho que o projeto está discutido. E eu acho que vamos ao voto, vamos definir por voto a prolongação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Eu gostaria de passar, ela está solicitando a palavra, que é a Relatora *ad hoc*, portanto eu gostaria de passar a palavra a Senadora Marisa Serrano, para aproveitar essa oportunidade. Sobre a função da matéria.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, era justamente isso que eu estava, ia solicitar a V.Exa. e aos pares, que eu tenho um respeito muito grande pelo trabalho que o Senador Sibá Machado tem feito nessa Casa. Tem sido um grande companheiro e debatido boas questões.

Mas há momentos que a gente tem que pensar no país como um todo. O que acontece no Nordeste, eventualmente e quase sempre, reflete em todo o país. O que acontece no Sul também.

Então, não é porque a gente não discutiu uma ação todos nós, mesmo não sendo do Nordeste ou do semi-árido, nós todos temos uma relação muito grande com cada pedacinho dessa terra.

E depois, Sr. Presidente, me preocupa muito, diminuir as tensões no campo. Essa tem que ser uma questão que nós temos que estar sempre atento, atento para que o campo não tenha mais questões que atendam a essas tensões, que para todos é prejudicial.

E depois, o que nos interessa é proteger o arrendatário e o arrendador. Não estamos puxando a corda para um lado só. Interessa quem arrenda, e interessa também a quem está arrendando. Portanto, eu acredito muito que o Substitutivo que foi apresentado ao projeto do Senador Tasso, está muito bom. É um bom Substitutivo, atende as questões maiores que estamos nos preocupando aqui, e formaliza a parceria existente entre o proprietário, para que, se o proprietário quiser aderir ao fundo, ele faz essa adesão, se não quiser, ele... as coisas permanece como estão.

Portanto, Sr. Presidente, eu acredito que já foi bem discutido, há várias sessões que nós estamos discutindo esse projeto, e eu acho que é chegado o momento do nós irmos para o voto e decidirmos realmente essa questão. Era isso que eu queria dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Não havendo mais, quem queira discutir. Vamos passar à votação.

Em votação o Parecer da Relatora. Porque tem dois...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Deixa só eu tirar uma dúvida aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Com a palavra o Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): É porque eu quero, quero tirar uma dúvida aqui com a Senadora Kátia Abreu, o Senador Heráclito, e quem puder me ajudar. Porque, do ponto de vista do beneficiário do Fundo, a lei está clara. Se eu sou arrendatário, vamos dizer, V.Exa. tem cem hectares, e eu, Sibá Machado, arrendo quatro hectares da senhora. Então, eu estou beneficiário do fundo porque eu só posso chegar a quatro hectares. Mas quem tem cem hectares como proprietário pode arrendar para dez pessoas, quarenta hectares de módulos de quatro.

Então, do ponto de vista do fundo, os arrendatários têm direito até quatro módulos. Quem passar de quatro está fora. Agora, do ponto de vista do proprietário, não está dito aqui, porque um proprietário de cem hectares pode arrendar 25, 30, 50, para várias pessoas.

Então, se isto não estiver claro, eu... aí é onde está minha discordância. Senão a pessoa com mil hectares põe lá duzentos arrendatários e o arrendatários todos beneficiam e estende a ele esta condição.

Então, eu estou querendo saber também se nós vamos ter um limite máximo do ponto de vista do proprietário. Porque senão eu, infelizmente, mesmo que a gente perca a votação, mas não tem problema, porque eu quero sair daqui mais claro de como que a gente poderia qualificar, tanto o ponto de vista do proprietário, quanto do arrendatário, um módulo máximo que pode ser beneficiário do fundo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Com a palavra, o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Ao ser indicado por V.Exa., o Relator, e tendo em mão o Substitutivo do Senador Sibá Machado, sabendo da sua situação com o campo, situação histórica, eu procurei uma adequação em aperfeiçoar o projeto. Evidente que falhas podem ocorrer. A sugestão que eu faria a V.Exa., é que na regulamentação definisse essa questão do módulo. Votaríamos um projeto e da regulamentação, sabe V.Exa. que nós somos cumpridores de acordo. Nós temos essa tradição. Então, vamos citar isso na regulamentação.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Um minutinho, Senador Heráclito. Deixa eu fazer só um esclarecimento que eu acho que procede.

O agricultor familiar que arrendou aquela terra, ele pode receber no máximo, no máximo, seiscentos reais, porque é registrado por CPF. Então, eu, agricultora fa-

miliar, eu também poderia ter quatro hectares, quatro hectares acolá, quatro hectares em tal lugar. Então, se isso acontecer eu não tenho como receber por todos os locais que eu plantei. Eu tenho no máximo, pelo meu CPF, a condição de receber seiscentos reais.

E eu proponho que seja de igual para o dono da terra, que ele também tenha condição de receber por CPF, assim como o agricultor familiar, se plantou mais, não tem condição, que ele também fique por CPF com o mesmo valor recebido pelo, uma vez só pelo proprietário da terra. Da mesma forma que o agricultor arrendatário.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senadora, se me permite, eu acho que a senhora estaria surgindo que o proprietário só tivesse direito também a seiscentos reais?

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): É, é porque depende.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Então, ele só vai ter direito a um módulo, quando na verdade ele pode ter cem módulos, 150, 200 módulos, depende do tamanho da propriedade que ele está arrendando.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): É verdade.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Não é?

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): É verdade. A aí ele ficaria no prejuízo.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Ficava no prejuízo. Em uma pequena propriedade de 20 hectares, ele só teria direito a um. Aí eu acho que estraga a relação que foi colocado aqui.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Que ele pode estar arrendando para outros agricultores familiares, e ele ficar no prejuízo.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Exatamente.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): É tem razão. Vamos votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Então, continua em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Continua em votação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Tenho um esclarecimento somente aqui Senador, Presidente, é que está especificado que o benefício é apenas uma única vez por safra. Mas eu quero dizer que eu compreendo a preocupação do Senador Sibá Machado. Eu compreendo, “cachorro mordido de cobra corre com medo de salsicha”. O Senador está tomando esse cuidado porque ele sabe o que quê acontece nos cursos de treinamento que a Central de Trabalhadores

promove no Brasil. Que no mesmo dia os participantes atuam em quatro cinco Estados do Brasil de uma maneira impressionante.

Então, ele não quero que aconteça no campo o que acontece na prática nos cursos do treinamento que a CUT promove no país. E as ONGs pagam.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Está em votação o Parecer da Relatora. Está em votação. Os Srs. e Sras. Senadoras que concordam com a Parecer da Relatora permaneçam como estão.

Aprovada por maioria. Fica, portanto, prejudicado o voto em separado do Senador Sibá Machado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos, para uma decisão terminativa.

Passamos ao item 2. Projeto de Lei do Senado nº. 96/2004. De autoria do Senador Valdir Raupp, que altera o art. da lei nº. 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre agricultura orgânica e dá outras providências. Informa a Comissão que o presente projeto será retirado de pauta, uma vez que o Senador Valdir Raupp, autor da proposição, encaminhará Requerimento de retirada da matéria em Plenário, conforme solicitação do mesmo.

Portanto, está retirada em pauta o presente projeto.

Passando para o item 3. Projeto de Lei do Senado nº. 202/2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Lei nº. 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e ajusto dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.

Esclareço que o presente projeto é de natureza terminativa, exigindo quorum e votação nominal.

Com a palavra a Relatora deste projeto, Senadora Kátia Abreu. Então, com a palavra Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Sr. Presidente, antes de ler o relatório, nós não temos quorum para votar, temos? Temos quorum para votar? Ah, tá bom. Então, vamos lá, vou tentar ler o mais rápido possível, Sr. Presidente. Pois é, mas o voto ficou tão pequeno, que eu tenho que ler pelo menos um pedaço, olha o tamanhozinho do voto. [risos].

Essa Comissão passa a examinar nossa oportunidade o Projeto de Lei do Senado PLS 202/2005, que altera os artigos, 6º, 9º, e 11 da Lei 8.629 de 25 de fevereiro/93, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previsto no capítulo três, do título sete, da Constituição Federal, Lei Agrária.

Eu vou ler rápido para fazer a formalidade, depois, na discussão, a gente detalha um pouco mais.

Composto de três artigos o projeto foi aprovado, apresentado em 2 de junho de 2005, pela Ministra Senadora Lúcia Vânia. Com as alterações que propõem ao texto da Lei Agrária art. 6º e 11. O PLS nº. 202/2005, conforme os termos de sua própria justificação, tem por objetivo alterar definição de propriedade rural produtiva, além de modificar parâmetros, índices, indicadores dos graus de utilização da terra e de eficiência da exploração agrícola e pecuária.

Art. 1º. Da proposição promove alteração do Conselho da propriedade rural produtiva e do cálculo do grau de eficiência da exploração da terra, previsto na Lei Agrária na seguinte forma.

Modifico o caput do art. 6º, para conceituar a propriedade produtiva como sendo aquela que, explorada econômica e racionalmente atinge simultaneamente grau de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo parâmetros, índices e indicadores fixados pelo Ministério do Estado de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com aprovação do Conselho Nacional de Política Agrícola.

Altera o inciso I, do § 2º, art. 6º, para determinar que o cálculo do grau de eficiência na exploração da terra, no que se refere aos produtos vegetais, será feito com base na divisão entre a quantidade colhida de cada produto pelos respectivos índices de rendimento, estabelecidos na forma da caput para cada microrregião homogênea.

Modifico o inciso II, § 2º, art. 6º, para fixar que o cálculo do grau de eficiência e exploração da terra. No que tange a exploração agropecuária será feito com base na divisão entre o número total de Unidades Animais (UA), do rebanho, pelo índice de lotação estabelecida na forma do caput para cada microrregião homogênea.

Altero o inciso II, § 3º, do art. 6º, para estabelecer que se considere efetivamente utilizadas as áreas de pastais, nativas e plantadas, observado o índice de lotação por zona de pecuária fixado na forma do caput.

Modifico o inciso III, § 3º, do art. 6º, para determinar que se considere efetivamente utilizadas as áreas de exploração extrativa, vegetal e florestal, observados os índices de rendimentos estabelecidos na forma do caput

para cada microrregião homogênea, e a legislação ambiental.

Acrescento o § 9º, art. 6º, para fixar o prazo de 2 anos no caso de culturas temporárias de cinco anos no caso de culturas perenes, e de exploração pecuária para adaptação das propriedades rurais na hipótese de fixação de novos parâmetros e índices de indicadores de produtividade, bem como de ajuste de parâmetros índices e indicadores de produtividade já existentes.

O art. 2º, PLS 202/2005, também altera redação do art. 11 da Lei Agrária, para determinar que os parâmetros, índices, indicadores de que informam o Conselho de Produtividade serão ajustados periodicamente com base em estudos científicos e tecnológicos da agricultura e do desenvolvimento regional, realizados pelo órgão do Poder Executivo de pesquisa agropecuária, com a aprovação dos Ministérios de Estado, Ministros de Estado do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Pecuária e Abastecimento, ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola.

Por fim, o art. 3º do projeto. Dispõe sobre a cláusula de vigência. Na justificação, o autor informa que a Lei Agrária não prevê formalmente a participação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na fixação dos índices de produtividade. Embora em seu art. 11, determine que o ajuste dos índices de produtividade será realizado pelos Ministros de Estado e Desenvolvimento Agrário e da Agricultura e do Abastecimento, ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola.

Assim, julgo uma incoerência esse fato, e proponho seu saneamento determinar, como consta no Projeto de Lei em análise, que os indicadores de produtividade sejam fixados de forma conjunta pelos Ministros de Agricultura, Agropecuária e Abastecimento e Desenvolvimento Agrário, ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola.

Não foram apresentadas mais Emendas.

O voto. Pelas razões expostas, o voto é pela aprovação do PLS 202/2005, na forma do seguinte Substitutivo.

Art. 1º. A Lei nº. 8.629 de 25 de fevereiro de 1993 passa a vigor com as seguintes alterações.

Art. 6º. Considera a propriedade produtiva, aquela que atinge graus de eficiência na

exploração, segundo parâmetros, índices e indicadores fixados da forma do art. 11 dessa lei.

Inciso I - Para os produtos vegetais divide-se em quantidade colhida de cada produto pelos respectivos índices rendimentos estabelecidos na forma do caput, para cada microrregião homogênea.

II) Para a exploração pecuária divide-se o número total de Unidades Animais (UA) do rebanho, pelo índice de lotação estabelecidas na forma do caput para cada microrregião homogênea. Fica estabelecido os prazos de dois anos, em caso de culturas temporárias e de cinco anos em caso de culturas perenes, e de exploração pecuária para adaptação nas propriedades rurais no caso de fixação de novos parâmetros e índices indicadores de produtividade. Bem como no caso de ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividades já existentes.

Art. 9º, § 1º. Considera-se racional e adequado o aproveitamento que atinja os graus de utilização da terra especificados os §§ 1º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, do art. 6º dessa lei.

Art. 11. O Congresso Nacional aprovará os parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade, os quais serão ajustados periodicamente pelos Ministros de Estado do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola, com base em estudos científicos realizados pelo Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária.

Art. 2º. Essa lei entre em vigor na data da sua publicação.

Peço pela aprovação do Substitutivo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): A Relatora concluiu pela aprovação do projeto, na forma do Substitutivo apresentado, que está em discussão.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Com a palavra o Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, eu vou pedir vista deste projeto, até mais porque eu preciso ver, parece que a Confederação Nacional da Agricultura já entrou com uma ADIN a respeito dessa tema, e eu queria estudar melhor o relatório da Se-

nadora Kátia Abreu, que eu não tive oportunidade de fazê-lo ainda, e me comprometo o mais rápido possível chegar com... Não sei se chegarei a voto em separado, mas quero estudar melhor esta matéria. Portanto, eu peço vista, Sr. Presidente.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-PO): Peço vista também, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Bom, Como é de praxe, naturalmente da Mesa, deferir de imediato. Mas, pelo espírito democrático eu quero ouvir os Srs. Senadores e Senadoras se estão de acordo com o pedido de vista do Senador Sibá Machado. Em seguida--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI): Podemos votar de acordo com o pedido de vista, mas estamos de acordo com a decisão de V.Exa.. Que é soberana.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu peço vista também, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Está pedindo vista Leomar Quintanilha e Marisa Serrano. Mas passamos... Vai ser recebido em primeiro lugar, quem solicitou em primeiro lugar, Sibá Machado. Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, eu só gostaria de manter fora da pauta o item nº. 6, que eu havia solicitado na reunião passada, para posterior reapresentação. Então, como Relator, eu peço a retirada de pauta do item 6. Retirada de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): É o próximo, né?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Conforme solicitado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Ok. Retirada, solicitação de V.Exa..

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, como autora desse projeto relatado pela Senadora Kátia Abreu, eu gostaria de solicitar ao Senador Sibá, que esse pedido de vistas fosse o mais rápido possível e que cumprisse o regimento da Comissão, porque na verdade esse projeto está para ser votado há mais de um ano. E a ex-Senadora Ana Júlia Carepa pediu vistas, e não devolveu o projeto até o final do seu mandato. Portanto, eu gostaria de solicitar ao PT, que naturalmente pediu vistas em função do Substitutivo das alterações feitas pela Senadora Kátia, que seja cumpridor do regimento, porque é fundamental

esse projeto para normalizar a situação dos agricultores em todo o país.

Quero agradecer à Senadora Kátia, pela Relatoria, e dizer que o projeto anteriormente relatado por mim teve inicialmente a aprovação da CNA, e, hoje, a Senadora Kátia Abreu faz uma modificação em função da ADIN, que foi apresentada pelos produtores rurais recentemente.

Portanto, eu quero agradecer a Senadora Kátia e apelar ao PT que não fique com esse projeto além do tempo regimental.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Senadora Lúcia Vânia, a solução que vemos neste instante, se deixar, se nós entregarmos para cada solicitante a vista regimental, nós vamos demorar muito a votação final desse projeto.

A proposta que poderíamos fazer de acordo, se o Plenário conceder, é de fazer uma vista em conjunta. Mandando cópia para todos que... Por cinco dias que na próxima reunião estaremos, então, voltando a matéria.

E quem estiver de acordo com essa solução, permaneçam como estão.

Então, estão aprovados, todos aqueles que solicitaram vistas terão a cópia e com prazo regimental de cinco dias para a sua devolução.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu agradeço, Sr. Presidente, essa iniciativa e tenho certeza que poderemos votar na próxima Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Na próxima reunião, nós voltaremos a matéria, essa matéria que todos estão pedindo vista.

Item 4, próxima da pauta. Projeto de Lei do Senado nº. 325/2006, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que dispõe sobre o estatuto do produtor rural. Esclareço que o presente projeto é de natureza terminativa, exigindo quorum e votação nominal. E está sobre a Mesa o Requerimento de 11/2007.

Nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno, requereremos a realização de Audiência Pública, com a finalidade instruir o Projeto de Lei do Senado de nº. 323/2006, com a presença dos seguintes convidados, dos seus representantes: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministro da Fazenda, Ministro do Meio Ambiente, Presidente da Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, e Coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Saúdo o Senador João Calmon, Senador Sibá Machado e Antônio Carlos Valadares, são autores deste Requerimento.

Com a palavra o autor do Requerimento, Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, como se trata de uma matéria... [risos] É que a nossa Comissão, ela trata sempre de assuntos bastante interessantes, muito polêmicos até. Seria muito importante de que determinadas matérias como estas pudessem ser precedidas da votação de algumas Audiências Públicas, para enriquecer o debate até ouvir melhor o contraditório.

Então, combinado com o nosso autor da matéria, o Senador Valadares, ele acha também muito importante, é que submeto a esta Comissão a idéia do Requerimento para que possamos realizar esse seminário.

Tem essas sugestões que foram colocadas, e a gente acha que seria também, se for, se a Comissão achar importante ouvir, acrescentar mais algum nome aqui... Mas a Confederação Nacional da Agricultura, o MST e CONTAG, e os Ministérios do Governo Federal que estão ligados à matéria, como o do Meio Ambiente da Fazenda, e do Desenvolvimento Agrário.

Me faltou aqui, sei se foi por um erro de redação, mas o Ministério também da Agricultura, Ministério da Agricultura, MAPA. Eu estou vendo aqui, não sei se está redigido no Requerimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Não está, mas podemos acrescentar, né?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Podemos acrescentar, então, o Ministério da Agricultura também. Era isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Portanto, então, vamos colocar em votação o Requerimento, o Requerimento de autoria do Sibá Machado e Antônio Carlos Valadares, que são os autores da matéria, que solicita a retirada...

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-PO): Presidente, qual que foi retirada de pauta, qual o item foi retirado de pauta?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] É o quatro.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-PO): É o quatro, é o quatro?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] O seis também.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-PO): É o quatro, que dispõe sobre o estatuto do produtor rural. Foi esse que foi retirado de pauta, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Esse é o requerimento que acabamos de ler.

Sr. Senadores, e Senadoras, vou ler novamente o Requerimento.

Requerimento nº. 11/2007.

Nos termos do art. 83, inciso I, do Regimento Interno requereremos a realização de Audiência Pública com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 325/2006, com as presenças dos seguintes convidados ou seus representantes: Ministro de Desenvolvimento Agrário, Ministro da Fazenda, Ministro do Meio Ambiente, Ministro da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, e o Senador Sibá Machado pediu para incluir o Ministro da Agricultura.

Está em votação este Requerimento que acabo de ler.

Está em discussão, né?

Não havendo discussão, está em votação.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Sr. Presidente, eu gostaria de--

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Olha, o estatuto do produtor rural, então, subentende-se que se estabelece que nós estamos tratando de quem já tem os *status quo*, ou que seja agricultor familiar, ou que seja pequeno, ou que seja médio, ou que seja grande produtor. Eu não entendo aqui a presença da coordenação do MST, que ainda são pessoas que não estão no *status quo*, que não são produtores rurais. Que pleiteiam justamente terras com justiça, que tem vontade de ter seu pedaço de terra, nada contra aqui a esse anseio, a essa pretensão, mas para discutir o estatuto do produtor, eu acho que a CONTAG é o fórum correto para debater e representar aqui os pequenos produtores do país, agricultura familiar, a abaixo de dois módulos.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, eu vou concordar com a Senadora Kátia, no ponto 6, Coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, a gente pode realmente substituir. Faço a sugestão da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar. FETRAF. Porque aí tem mais a ver.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Então, eu volto a palavra a Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Senador Sibá, a "FETAP" é submetida a CONTAG.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Não, FETRAF.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Ah, FETRAF.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): A Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Ok, positivo. Lê os outros participantes, os outros membros? A Confederação CONTAG...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): O Presidente da Confederação Nacional da Agricultura. Quero dizer que retiro o Coordenador dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Isso. Perfeito, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): E inclui...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Federação...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Federação...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Dos Trabalhadores...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Dos Trabalhadores...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Da Agricultura Familiar.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Bom, está saindo Trabalhador Sem-Terra, e incluindo o FETRAF, né?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): É, e a inclusão--

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Então, está em votação.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Os outros membros por favor, Sr. Presidente. A CONTAG, a CNA...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): O Ministro do Desenvolvimento Agrário, Ministro da Fazenda, Ministro do Meio Ambiente, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, o Ministro da Agricultura, e agora nós retiramos o Coordenador do Movimento Sem-Terra e incluímos FETRAF, que é a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Isso.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): O semi-árido está, né?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Está. O semi-árido está.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, está.

Portanto, está em votação.

Os Srs. e Sras. Senadoras que estejam de acordo, permaneçam como estão.

Aprovado por unanimidade.

Qual é o próximo?

Item 5. Projeto de Lei da Câmara nº 85/2006, de autoria do Deputado Luiz Antônio Fleury, que dispõe sobre a adição de ácido fólico e de ferro na farinha de trigo, na farinha de milho e na farinha de mandioca.

Não estando presente o Relator da matéria, Senador Pedro Simon, a presidência...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Com a palavra, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Exa., como não está presente o Relator Pedro Simon, eu acho que ele iria retirar de pauta o...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Ia adiar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pretendo solicitar vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Perfeito.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Do projeto. Não sei se para ganharmos tempo, nós podíamos aprovar o pedido de vista, porque na próxima Sessão, a gente já colocaria...

Tem que ser lido, para ser aprovado, tem que ser lido.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Só o que temos é que para conceder vista tem que ser lido pelo Relator.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Faríamos a leitura, só para ganharmos tempo, senão vamos aguardar a Sessão da próxima semana, e o Senador Pedro Simon fará leitura do seu relatório, e eu pedirei em vista lá.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ou então, até posso, posso até fazer uma reunião com o Senador Pedro Simon para tentar tirar as dúvidas que tenho com relação ao projeto e na Sessão próxima nós já temos “consensado” com ele, o relatório.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-PO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Com a palavra o Senador João Tenório.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-PO): Presidente, eu faria um apelo, inclusive ao Senador Flexa. Eu faria...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-PO): Eu faria um apelo à Mesa, extensivo ao Senador Flexa Ribeiro.

Senador Flexa, esse projeto é do maior relevo, da maior importância, porque incrementa elementos essenciais à farinha de mandioca, a preservação da saúde das pessoas.

É um projeto que não é polêmico, V.Exa., Presidente, poderia indicar um Relator *ad hoc*, e nós efetivamente aprovamos hoje esse projeto, que é importante.

Senador Flexa, V.Exa. ouviu a nossa argumentação?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu acho que se V.Exa. observasse melhor, seria desnecessário o pedido de vista. O projeto é de relevo, não é polêmico, não há discussão, não há como questionar a importância da adição desses elementos à farinha de mandioca. Eu acho que nós poderíamos, com a anuência do Presidente, designar um Relator *ad hoc*, e nós votarmos hoje aprovando esse projeto.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Com a palavra o Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Essa questão que está aqui em discussão no momento, ela afeta de uma maneira desigual os produtos que estão em discussão, como também as regiões, sobretudo as regiões.

Os Estados do Sul, eles têm uma produção de mandioca, de farinha de mandioca, bem organizada, eu diria, quase que industrializado, que tornaria muito fácil esse trabalho de adição dos outros produtos que estão propostos.

Na região Norte e na região Nordeste isso é absolutamente diferente. Nós temos lá, uma artesanaria quase para fazer esses produtos lá. Então, não é uma coisa que merece um pouco de avaliação nisso, porque isso vai atingir, impactar de uma maneira muito diferente, em diversas regiões do país.

Então, eu concordo com o Senador Flexa Ribeiro, eu gostaria que fosse dado vistas para que a gente tivesse pelo menos uma semana aí, para fazer avaliação disso, conversar um pouco com os representantes dos produtores dessas duas regiões, sobretudo no que diz respeito à farinha de mandioca.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, ainda para discutir aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Nós concordamos com V.Exa.. Vamos adiar então a votação, naturalmente, naturalmente teria que... ou o Senador Pedro Simon ler o relatório, ou nós nomearmos na mesma Sessão um Relator *ad hoc* para que possa fazê-lo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se V.Exa. permite, é só para adicionar o que o Senador, acaba de colocar com relação à questão da farinha de mandioca. A única dúvida, Leomar e Senadora Kátia, que nós temos, é com relação à questão da adição na farinha de mandioca. Na farinha de trigo, na farinha de milho eu acho que é um processo industrializado que não há dificuldade nenhuma de fazer adição.

Na farinha de mandioca, o Pará é o maior produtor de mandioca do Brasil. E ainda, lamentavelmente, a produção da sua farinha é uma produção artesanal, feito por produtores familiares. Nós temos que ver de que forma eles vão poder atender a exigência da lei.

Então, eu acho que é de consenso, que se faça, se adie o projeto para a próxima Sessão, e aí com o Relator presente, Senador Pedro Simon, nós vamos poder até durante a semana, eu já vou fazer um contato com ele, para ver de que forma a gente possa, Senador, encontrar um caminho para atender essa produção artesanal.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Diante da explicação do nobre Senador, nós vamos adiar a votação desse projeto para a próxima reunião da Comissão.

Passamos para o item 6. Projeto de Lei do Senado nº. 264/2006, de autoria da Comissão Parlamentar Mista do Inquérito da Terra, que altera os artigos 161 do Decreto de Lei nº. 2.848 de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº. 8.572, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências.

Com a palavra o Senador Delcídio Amaral, que pediu que retirasse o projeto. Portanto, este projeto está retirado de pauta.

Esse projeto, extrapauta, nós vamos transferi-lo para a próxima Sessão, porque é o Requerimento nº. 10 de nossa autoria. Ele fica transferido para a próxima reunião, que será na quarta-feira às 11h.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Sr. Presidente, eu achei tão importante esse Requerimento, porque estamos adiando a aprovação dele?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Porque nós estamos achando que o número de Senadores aqui--

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Não, Presidente, eu acho importantíssimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Podemos pelo menos fazer a leitura. Atendendo aí solicitação da Senadora, nós então, vamos então...

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Presidente, só um minutinho. Eu queria considerar com o Senhor, nós aprovarmos hoje, porque esse senso já vai ser iniciado se já não é a semana que vem, na próxima quinzena. Então, é importante a gente agilizar essa discussão, porque isso aqui é da máxima importância para o setor agropecuário e urbano.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-PF): Ok. Então, eu vou ler o Requerimento, porque é solicitado pela Senadora Kátia Abreu.

Requerimento nº. 10/2007, de nossa autoria, Senador de nossa autoria, que requer que seja realizada a Audiência Pública com a finalidade de apresentar uma síntese das etapas das pesquisas que abrange o senso agropecuário e a contagem da população do ano de 2007, com os seguintes convidados.

1) Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE.

2) Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MAPA, representando o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Representante da Confederação Nacional da Agricultura, representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal, Produtores Rurais.

Farei uso... eu dispenso o uso da palavra, porque coloco em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. e Sras. Senadoras que aprovam permanecem como estão, os que não aprovarem, que se manifestem.

Aprovado por unanimidade.

Está, portanto, encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 12h40

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 8ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2007.

Às onze horas e trinta minutos do dia dezessete de abril de dois mil e sete, na sala 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, do Senador **JOAQUIM RORIZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com a presença dos(as) Senadores(as) : **DELCÍDIO AMARAL**, **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**, **EXPEDITO JÚNIOR**, **PE-**

DRO SIMON, NEUTO DE CONTO, CÉSAR BORGES, KÁTIA ABREU, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, OSMAR DIAS, PAULO PAIM, JOÃO PEDRO, MÃO SANTA, MARCONI PERILLO E SÉRGIO GUERRA.

Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Sibá Machado, Augusto Botelho, Leomar Quintanilha e Heráclito Fortes. Deixa de comparecer por motivo justificado o Senador Cícero Lucena. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Joaquim Roriz, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: Audiência Pública com a finalidade de apresentar uma síntese das etapas das pesquisas que abrangem o censo agropecuário e a contagem da população no ano de 2007, em cumprimento ao **REQUERIMENTO Nº 10, DE 2007 – CRA**, de **AUTORIA** do Senador Joaquim Roriz, com a presença dos seguintes convidados: Sr. **EDUARDO PEREIRA NUNES** – Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Sr. **RÉGIS NORBERTO DA CUNHA ALIMANDRO** – Coordenador-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias da Secretaria de Política Agrícola do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Sr. **JACKSON WILLIAM NARGONNI** - Coordenador Geral de Monitoramento e Avaliação da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Sr. **LUCIANO CARVALHO** - Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; Sr. **JOSÉ ROBERTO NOGUEIRA DIAS** - Representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal – FAPE-DF. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Kátia Abreu e Neuto de Conto. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, conjuntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Joaquim Roriz**, Presidente da Comissão.

8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2007, ÀS 11 HORAS E 30 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Agricultura

e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, com a finalidade de apresentar uma síntese das etapas das pesquisas que abrangem o censo agropecuário e a contagem da população no ano de 2007, em cumprimento do Requerimento nº 10/2007, desta Comissão, de Autoria do Senador Joaquim Roriz, com a presença dos seguintes convidados, que desde já convido para compor a Mesa: Sr. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE; Sr. Régis Norberto da Cunha Alimandro, Coordenador-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias da Secretaria de Política Agrícola; Sr. Jackson William Nagorni, Coordenador-Geral de Monitoramento e Avaliação da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Luciano Carvalho, Representante da Confederação Nacional da Agricultura; José Roberto Nogueira Dias, Representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal. Eu gostaria de destacar que para mim é uma honra poder presidir esta Comissão exatamente no dia em que nós estamos fazendo essa discussão, principalmente, haja visto que o meu Estado, o Estado de Rondônia, é um dos principais Estados criadores de gado do Brasil.

Então, com muito orgulho, hoje na eminência que daqui a pouco estará chegando aqui a esta Casa o nosso Presidente, o autor do Requerimento, que é o Presidente, Senador Joaquim Roriz, mas, com muito orgulho, eu presido esta Reunião. Concedo a palavra ao Sr. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Senhoras e senhores, bom dia a todos. Para o IBGE também é uma grande honra, uma enorme satisfação em ter a oportunidade de estar nessa Comissão e apresentar o projeto da instituição, de elaboração de um censo agropecuário e acompanhado por uma pesquisa que haverá de fazer a contagem da população brasileira em todos os Municípios pequenos e médios, vale dizer, em todos os Municípios brasileiros que têm menos de 170 mil habitantes e mais um conjunto complementar de 21 outros Municípios, que também serão contemplados pela pesquisa do IBGE, o que fará com que na maioria dos Estados brasileiros, no Nordeste, no Norte e no Centro-Oeste brasileiros nós tenhamos uma cobertura exaustiva de toda a população brasileira e do censo agropecuário, que também é um censo exaustivo.

Então, antes de iniciar a apresentação propriamente dita, eu queria aproveitar essa oportunidade para

fazer uma breve exposição de um vídeo institucional do IBGE, que fala dessas duas operações - o censo agropecuário e a contagem da população. Então eu peço ao pessoal de apoio para iniciar o vídeo.

[apresentação de vídeo]

“Semear e plantar, para colher melhores frutos. Para isso é preciso conhecer a terra, a semente, o clima. Assim é também o Brasil. Para construir um País melhor é preciso conhecê-lo. Para conhecer ainda mais nosso País, o IBGE vai realizar os censos 2007, uma operação que engloba duas pesquisas fundamentais: o censo agropecuário e a contagem da população. O censo agropecuário vai responder a diversas questões como quantos são os estabelecimentos agropecuários? Como são? O que produzem? Quantas pessoas estão ocupadas nessas atividades? O último censo agropecuário foi feito em 1996, e de lá para cá muita coisa mudou nas tecnologias, formas de produção e interação com o meio ambiente. Os recenseadores do IBGE vão visitar os estabelecimentos agropecuários de todos os Municípios brasileiros, fazendo o principal e mais completo levantamento sobre a estrutura produtiva desse setor. Na contagem da população, os recenseadores pesquisarão informações sobre migração, sexo e idade da população em cerca de 28 milhões de domicílios dos Municípios com menos de 170 mil habitantes, além de outros 21 casos especiais, isto é, serão 5.435 Municípios. Assim, as estimativas de população serão atualizadas, principalmente para orientar a distribuição de recursos do Fundo de Participação dos Municípios, FPM, do Governo Federal, e de outros recursos públicos. Em muitos lugares, essa é a maior fonte de recursos para atender as necessidades dos Municípios. Para agilizar o trabalho no censos 2007, os pesquisadores usarão PDA, isto é, um computador de mão que substitui o tradicional questionário em papel. Isso facilita o preenchimento e agiliza o trabalho, além de outras vantagens. Depois das entrevistas, os dados são transmitidos via rede e avançados sistemas fazem a análise e o tratamento das informações, permitindo maior rapidez na divulgação dos resultados. O PDA também está equipado com receptor de GPS. Assim, o recenseador pode se localizar na sua área de trabalho e captar as coordenadas geográficas de estabelecimentos e domicílios da zona rural, assim como de es-

colas e estabelecimentos de saúde. Tudo isso vai contribuir para a construção do cadastro nacional de endereços para fins estatísticos. Pouco tempo depois da coleta, diversas publicações estarão disponíveis nas livrarias e bibliotecas espalhadas por todo o País informando quantos somos, a quantidade de estabelecimentos agrícolas, a estrutura fundiária, o que produzimos, quanto produzimos, como produzimos. Além disso, os resultados serão divulgados gratuitamente na internet. Para realizar os censos 2007 com qualidade e precisão, o IBGE conta com parceiros internacionais e em todas as esferas governamentais. Foram criadas, ainda, as Comissões Censitárias Municipais, CCM, que reúnem membros do IBGE e pessoas de diferentes setores da sociedade local, para apoiar e monitorar a operação censitária. Além disso, muita gente está sendo treinada com métodos de ensino a distância, aulas presenciais e recursos audiovisuais. São mais de 90 mil pessoas. Na infra-estrutura de informática, serão usados um computador de grande porte, centenas de computadores em rede, entrelaçando 1.200 postos de coleta, 80 mil computadores de mão, equipados com programas para captura de dados, dotados de receptores de GPS e programas de visualização de mapas. Mas, tudo isso não garante o resultado dessa operação, ela depende fundamentalmente da sociedade, abrindo as portas para o IBGE, fornecendo dados precisos e se mobilizando, ajudando a enxergar o País como ele é. Tudo isso está sendo feito para ajudar na construção de um País melhor. Por isso, quando procurado, colabore com os censos 2007, abra a porta e a porteira para o IBGE”.

Bom, como os senhores e senhoras podem ter tido a oportunidade de ver, é difícil fazer uma apresentação para sintetizar tão bem como esse vídeo já mostra a operação do IBGE. Mas então, no que diz respeito ao planejamento da operação do censo agropecuário e da contagem da população, eu vou então fazer uso de algumas transparências preparadas para essa exposição, e a primeira delas--

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Bom, com a chegada então do nosso Presidente, eu retorno aqui a Presidência, com muito orgulho, ao Senador Joaquim Roriz.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Eu agradeço o seu trabalho de presidir, substituindo-me, por razões fora de minha vontade, eu

estava presidindo outra reunião e lamento não ter estado na hora. Mas, como nós temos um bom substituto, eu estava tranquilo que estava funcionando tudo bem. Mas eu devolvo a palavra para quem já estava usando, que é o Dr. Eduardo. Então a palavra... É o Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a quem eu devolvo a palavra.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Obrigado, Sr. Senador. E eu gostaria de aproveitar a oportunidade para também informá-lo que este é o primeiro *slide* da apresentação que eu organizei, antes nós tínhamos apresentado aqui um vídeo institucional, resumindo toda a atividade da operação do censo, então, como eu estava dizendo, neste trabalho de realização do censo, que se iniciou no dia de ontem, o IBGE está realizando três operações de forma simultânea: um censo agropecuário, cobrindo todo o território nacional, uma contagem da população em todos os Municípios brasileiros com até 170 mil habitantes e mais 21 Municípios especiais, que eu estarei citando cada um deles mais adiante, e também um trabalho preparatório de um cadastro de endereços, que terá finalidade exclusivamente estatística para o IBGE. Como eu disse, essas são operações que serão realizadas de forma contínua e integrada e essa integração, em primeiro lugar, é produto de uma necessidade em função dos recursos orçamentários disponibilizados para a instituição e também para atender à principal demanda no que diz respeito à contagem da população brasileira, que é a dos Municípios menores, que dependem fundamentalmente dos recursos do FPM para a gestão municipal.

Então, a prioridade na contagem da população foi a de atender, atualizar as estimativas dos pequenos Municípios. Como conciliar esses três projetos - o censo agropecuário, a contagem da população e um cadastro de endereço? Desenvolvemos diversas opções, as quais foram discutidas internamente com os técnicos da instituição e com vários comitês de assessoramento ao IBGE, e a primeira decisão tomada foi essa de reduzir o âmbito da contagem de população aos Municípios pequenos e médios no País; e a segunda, e a mais importante, foi a de procurar desenvolver um sistema onde a divulgação dos resultados se desse num intervalo de tempo muito pequeno. Conseqüentemente, para isso, nós teríamos um desafio de ordem operacional, que era o de assegurar a realização dessas pesquisas de forma contínua e como também preparar o cadastro dos domicílios brasileiros, que serão fundamentais... Esse cadastro será fundamental para a realização do censo demográfico em 2010.

Além desses desafios, nós enfrentamos o maior desafio, que está representado nesse pequeno vídeo

aqui, que foi realizar três pesquisas numa só, por meio de uma única ferramenta. Então, a ferramenta que o IBGE estará utilizando para fazer essa pesquisa será um censo por meio não mais de questionário em papel, como a gente pode ver aqui por esse pequeno filme, mas um questionário num equipamento de mão, um computador de mão, um PDA, que aqui dentro tem todo o sistema de processamento e apuração dos dados do censo agropecuário, da contagem da população, cadastro de endereço e esse equipamento também vem acompanhado por um sistema de GPS, que permitirá então apresentar as coordenadas geográficas de todas as unidades produtivas no País, dos postos de saúde, hospitais e escolas, tanto na área rural quanto na área urbana brasileira.

Então, com o tempo, esse equipamento será um equipamento de pesquisa permanente para o IBGE e com isso nós estaremos, sistematicamente, cadastrando equipamentos públicos no País. Num primeiro momento serão unidades agrícolas de produção, escolas, hospitais e postos de saúde e, nos próximos anos, continuaremos fazendo esse trabalho, que então terá sua primeira grande fase concluída com o censo demográfico brasileiro no ano de 2010.

Bom, eu ainda vou falar um pouco mais desse uso desse equipamento na nossa operação, que se iniciou no dia de ontem, mas também é importante destacar que, com o uso desse computador de mão, nós estaremos inclusive minimizando erros de coleta de informação, de preenchimento de dados e, principalmente, enquanto o recenseador ainda está fazendo o seu trabalho de campo, a cada questionário que ele conclui a sua atividade, ele encerra aquela operação, de tempos em tempos, que pode ser todo dia ou de dois ou de três em três dias ele remete essas informações para o computador central do IBGE e, enquanto ele está no campo fazendo o levantamento das próximas unidades produtivas, o IBGE já está analisando a consistência técnica das informações oferecidas. Caso alguma incoerência seja encontrada, ainda temos tempo de fazer eventuais correções no momento em que o nosso recenseador se encontra fazendo o trabalho de campo. Ou seja, precisão e agilidade serão as principais características de uma operação como essa. Precisão, porque poderemos criar mecanismos de controle bastante ágeis, e agilidade, nós veremos mais adiante, pelos nossos prazos de divulgação. Agora, tudo isso vai também implicar não só o investimento na compra desse equipamento, mas de toda uma infra-estrutura de comunicações e de telecomunicações que a instituição construiu para levar adiante essa operação. E outra característica importantíssima dessa operação é o fato de que, dispondo de um equi-

pamento de GPS que permita captar as coordenadas de cada unidade produtiva do País, eu também posso ter as coordenadas das áreas onde cada recenseador deverá trabalhar, o que nós denominamos setor censitário. Conseqüentemente, teremos condições de avaliar se todos os domicílios e unidades agrícolas de produção foram efetivamente recenseadas, como também poderemos verificar até eventuais erros de cobertura, se o recenseador passou da sua área e coletou dado em outro setor, ou se dados do seu próprio setor, que deveria ter sido feito por ele, deixaram de ser feito por algum motivo.

Então, esse é um instrumento de gerenciamento da pesquisa. O recenseador, no momento em que georeferencia a unidade produtiva, ele oferece ao produtor agrícola as coordenadas da sua propriedade, do seu estabelecimento, e essas coordenadas serão também extremamente úteis para o próprio produtor, na medida em que, primeiro lugar, poderá utilizá-las simplesmente como endereço de localização da sua unidade produtiva, e, em segundo lugar, porque, no futuro, cada vez mais, inclusive todos os meios de transporte, inclusive os automóveis, terão equipamento de GPS. Então, quem quiser deslocar alguma unidade agrícola em todo o território do País, tendo as coordenadas geográficas, terá muito mais condição de atingir. Mas, principalmente, e a principal vantagem para o produtor agrícola de uma operação dessa natureza e que fornece a ele as coordenadas geográficas é o fato de que o produtor, se quiser, pode fazer uso dessas coordenadas para, a partir daí, criar condições de rastreabilidade da sua produção animal, da sua produção vegetal, e todos nós sabemos que daqui para frente a competição, inclusive em escala internacional, haverá de exigir cada vez mais, impor cada vez mais barreiras fitossanitárias à exportação de produtos brasileiros. Essa é uma ferramenta que pode dar a cada produtor inclusive o certificado de origem do seu produto; ele não só pode realizar de acordo com técnicas consideradas adequadas, como ele agora pode certificar a origem do seu produto a partir dessas coordenadas, o que não representará custo nenhum para esse produtor, porque essa será uma informação fornecida de forma, não digo gratuita, porque a sociedade brasileira gastou para realizar essa operação, mas espontânea do nosso servidor a cada informante da nossa pesquisa.

Bom, esse PDA, esse computador de mão, que vem acompanhado então com esse equipamento de GPS, vai permitir então que nós inclusive tenhamos ganhos de qualidade, inclusive na divulgação das pesquisas. Por quê? Todos os resultados das pesquisas terão as suas informações estatísticas também georeferenciadas. Então, cada vez mais, olharemos para

o território a partir de uma perspectiva das zonas geográficas de interesse de cada um de nós.

Esse censo agropecuário, que tem como data de referência as... Ano de referência, o ano de 2006, cobrirá todos os 5.564 Municípios brasileiros, com aproximadamente cinco milhões e 700 mil estabelecimentos agropecuários, em todos os segmentos de atividade econômica, e os resultados inclusive todos os senhores e senhoras têm à disposição um questionário onde poderão ter oportunidade de verificar a exaustividade da pesquisa agropecuária brasileira, em que poderemos não só avaliar a produção, o emprego, as condições técnicas de produção, as práticas de produção, as técnicas utilizadas, como a extensão das unidades agrícolas e os diversos produtos e o destino desses produtos, realizados no ano de 2006, que é o ano de referência do censo agropecuário. Como essa é uma pesquisa que inclusive estará sendo georeferenciada, nós teremos como áreas de divulgação do censo agropecuário as áreas político-administrativas como Município, Estado, Região, que já é o tradicional, mas também teremos resultados divulgados por bacias geográficas, por biomas, pelas áreas de preservação ambiental, por áreas indígenas e pelas áreas de assentamentos rurais que já estiverem devidamente cadastrados no ano de 2006.

Como eu já citei anteriormente, essa é uma operação que será feita de forma simultânea com a contagem da população e, na contagem da população, visitaremos 5.414 Municípios brasileiros, todos eles que têm menos de 170 mil habitantes, e outros 21 Municípios brasileiros, que estão nos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que, embora tenham mais de 170 mil habitantes, são Municípios que fazem parte de Estados que têm apenas um, ou apenas dois Municípios com mais de 170 mil habitantes. Nessas situações, que são todos esses Estados aqui destacados, se deixássemos de realizar a contagem nos Municípios maiores, ficariam de fora apenas um ou dois Municípios; por exemplo, se deixássemos de realizar a contagem da população em um Município com mais de 170 mil habitantes no Acre, apenas a capital, Rio Branco, é que ficaria de fora. Então, situações como essa nos levaram a pesquisar a totalidade dos Municípios. No caso da Paraíba, somente, por exemplo, na Paraíba, Campina Grande e João Pessoa são Municípios com mais de 170 mil habitantes. Então, nesses casos especiais o IBGE também fará a contagem da população. Conseqüentemente, apenas 129 Municípios no Brasil deixarão de ser contados no ano de 2007, porque essa contagem exaustiva será efetuada no ano de 2010. Com isso, o IBGE estará recenseando cerca de 28 milhões de domicílios, tanto na área ur-

banas quanto na área rural dessas áreas já citadas, o que corresponde a cerca de 99 milhões de habitantes recenseados no ano de 2007; a lista dos Municípios é esta aqui, todo esse material que está sendo usado será gravado para distribuir a todos.

Então eu passarei, para falar de alguns outros aspectos da nossa pesquisa e, no caso específico da contagem da população, ela é uma pesquisa rápida no sentido de que o que nós queremos em 2007 é avaliar a população, a sua idade, sexo e saber se nos últimos sete anos essa mesma população residia no lugar onde está sendo pesquisado. Isso vai dar ao IBGE condições de calcular os fluxos migratórios da nossa população. Essas informações da contagem da população mais as estimativas que o IBGE usualmente faz em todos os Municípios brasileiros, em 2007, faremos para os 129 maiores Municípios, esses serão os dados que comporão o total da população brasileira. Ela é uma contagem, como o próprio nome diz, que atualizará as informações relativas aos Municípios menores que, como eu citei, são extremamente dependentes dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios, e para Municípios com população inferior a 170 mil habitantes - na verdade, inferior a 156 mil habitantes - têm o seu fundo de participação, a sua cota variando em função da população.

Então, qualquer estimativa diferente da própria avaliação que a comunidade local faz do seu contingente pode levar algum tipo de dúvida quanto aos resultados do IBGE. Por isso mesmo o IBGE, no ano de 2007, atualizará as informações de cada um dos Municípios médios e pequenos no País.

Como eu citei no início, além de todas essas informações, de posse desse equipamento nós estamos também lançando no computador de mão todas as informações relativas ao cadastro de endereço dos domicílios que já foram pesquisados no ano de 2000, conseqüentemente, o recenseador, quando inicia o seu trabalho, ele já tem a lista dos domicílios que ele deve visitar. E o seu trabalho é, em primeiro lugar, atualizar aquela lista e, em segundo lugar, iniciar a contagem da própria população nos Municípios encontrados. Isso tudo ajuda o recenseador a fazer o seu trabalho e atualiza o nosso próprio cadastro de endereços. A base territorial para realizar esse trabalho é todo o território nacional, e onde esses oito milhões e meio de quilômetros quadrados foram recortados em 249 mil territórios, que nós chamamos setores censitários, e para cada um dos 249 mil setores censitários é que é feito o trabalho estatístico de contagem da população e de medição da produção agrícola brasileira. Todos esses setores são digitalizados e o recenseador, quando reinicia o seu trabalho com o computador de mão

no setor onde deve percorrer, ele tem o mapa da área onde ele deve atuar.

Então, mesmo que não conheça a região, ele estará sendo orientado por esse mapa. E quantos serão os nossos recenseadores? Treinamos 90 mil técnicos envolvidos nessa atividade, desde a parte administrativa até a coleta dos dados, que são os nossos recenseadores. Foi um processo seletivo em que nós realizamos concurso público em 2.800 Municípios brasileiros e contamos, para contratar 90 mil recenseadores, 750 mil candidatos em todo o território nacional. E esses candidatos aprovados, os 90 mil, na verdade, 80 mil, porque sete mil e quinhentos são funcionários do próprio IBGE, participaram de um programa intenso de treinamento, que começou, esse programa, na segunda quinzena de janeiro e terminou na última sexta-feira. Terminou na última sexta-feira, cada recenseador define o local onde ele vai trabalhar, e segunda-feira, ontem, começou o trabalho de campo em todo o País. Para realizar essa atividade, o IBGE dispõe de um recurso do nosso orçamento de 573 milhões de reais, dos quais a grande parte dos 573, 477 serão gastos exatamente neste ano de 2007 - 311 milhões com a remuneração desses 90 mil recenseadores e, o restante, despesas de custeio, onde a maior despesa é exatamente custeio para o deslocamento de toda essa equipe pelo território nacional. Combustível é o maior item de despesa de custeio, fora a despesa com pessoal, numa operação dessa natureza.

Por outro lado, não há despesa com papel, na medida em que eventuais 50 milhões de questionários idênticos a esse para contagem da população e do censo agropecuário deixaram de ser impressos, porque agora isto está no computador de mão. A diferença está em que um questionário impresso, depois de concluída a operação, ele não tem mais nenhuma outra utilidade, ao passo que o computador de mão ele continua como ativo fixo da instituição e todas as próximas pesquisas do IBGE, a partir de agora, incorporarão essa ferramenta como ferramenta de trabalho para o IBGE desenvolver.

Então, o gasto que fizemos no ano de 2006, que são os 81 milhões de reais, provavelmente, uma parte deles teriam também sido gastos se o questionário em papel tivesse sido impresso. Só que não teria outro aproveitamento. Então, desses 81 milhões de reais, quase tudo foi investimento e que permanece com a instituição. Sem falar no desenvolvimento tecnológico que a instituição passa a ter por ter desenvolvido esse sistema, que é todo ele preparado por técnicos da instituição. Quer dizer, é uma tecnologia desenvolvida pelo IBGE, tivemos assessoria de consultores externos, mas é algo que já foi assimilado a ponto de que

as próximas pesquisas, inclusive o futuro censo demográfico em 2010 serão já realizados com essa mesma tecnologia. Só para ter uma idéia dos números, nós então, daqueles 249 mil setores censitários, em 2007, visitaremos 160 mil, com os nossos 90 mil recenseadores e 80 mil computadores de mão idênticos a esse daqui. E para isso teremos cerca de cinco mil postos de coleta dos dados e desses, mil e cem conectados com banda larga pela internet e, com isso, todos os dados são imediatamente transmitidos para a instituição. E assim que começa a coleta também começa a apuração dos resultados. E em termos de material impresso, apesar da economia de papel, ainda assim imprimimos mais de três milhões de pastas, que são os manuais e os documentos da operação. Essa operação começou ontem, dia 16 de abril, tem um prazo previsto de execução, que são os três meses, e todos os estabelecimentos agropecuários serão recenseados no País com informações relativas a 1º de janeiro, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2006. E todos os moradores dos domicílios particulares e coletivos com data de referência de 31 de março haverão de ser entrevistados. Lembrando apenas que são os domicílios dos Municípios com até 170 mil habitantes e mais aquela lista de 21 Municípios especiais.

Aproveito até a oportunidade para dar algum esclarecimento, porque em geral nós ouvimos muito a respeito da pesquisa do IBGE: “Ah, o IBGE conta a população e diz que nós somos 188 milhões de habitantes, mas eu pessoalmente nunca fui recenseado, então, a conta exata deveria ser 188 milhões mais um, porque esse um seria eu, não recenseado”. Isso é até comum. Entretanto, é preciso esclarecer que a pesquisa é uma pesquisa que conta os moradores visitando os domicílios.

Então, ao chegar ao domicílio, entrevistamos o responsável pelo domicílio, aquele que atende ao recenseador, e é esse recenseador que dá as informações sobre quantos moradores, a idade e o sexo de cada um deles. Nós não contamos um a um. Não reunimos na sala da casa toda a família e dizemos aqui tem uma, duas, três, quatro, cinco pessoas. Então um indivíduo que pode estar trabalhando, um Senador que está em Brasília, mas que tem o seu domicílio em Goiânia, ele será contado como morador no Município de Goiânia, mesmo que no dia 31 de março não esteja presente no lugar. Por que não? Porque alguém na sua própria família haverá de dar informações a respeito do número de moradores. Essa informação é extremamente importante, na medida em que também se questiona a população dos Municípios do IBGE, com base em confronto da nossa estimativa de população com dados relativamente ao número de eleitores. Mas todos

nós sabemos também que muitas vezes o cidadão se muda, muda-se de cidades inclusive, e mantém o seu domicílio eleitoral na sua cidade de origem. E no Brasil nós temos 40 milhões de brasileiros, dos 188 milhões, nós temos 40 milhões de brasileiros que residem em domicílio diferente daquele do seu nascimento. Provavelmente, muitos desses têm domicílio residencial diferente do domicílio eleitoral.

Justamente por essa grande movimentação da população é que nós somos então obrigados a desenvolver pesquisas dessa natureza, para, de tempos em tempos, atualizar a população brasileira. E essa atualização permitirá que divulguemos os resultados do censo agropecuário já a partir de outubro. Então, vejam bem, iniciamos a visita a cinco milhões e setecentos mil estabelecimentos agropecuários, 16 de abril, realizamos o levantamento até 31 de julho e já em outubro estaremos divulgando os primeiros resultados da agricultura brasileira e, em relação à população, já em 31 de agosto de 2007 divulgaremos os resultados preliminares da população brasileira em cada um dos 5.564 Municípios. E é essa publicação que determinará a informação que o Tribunal de Contas da União utilizará em seguida para repartir os recursos do Fundo de Participação dos Municípios. E os dados definitivos de população saem em dezembro desse ano, e do censo agropecuário, em julho de 98.

Então, notem que praticamente em um espaço de no máximo dois anos, essa operação inicia-se, com o planejamento, executa-se em 2007 e, em meados de 2008, o trabalho já está encerrado. Esse é, então, o trabalho de realização do censo agropecuário e de contagem da população do Brasil, que já se iniciou no dia de ontem e que a partir de agora é extremamente importante que haja uma disseminação dessa pesquisa por todo o território nacional e estamos aqui inclusive respondendo, atendendo e prestando contas ao Congresso Nacional brasileiro, porque, ao longo dos últimos anos, muitos Parlamentares brasileiros, tanto Deputados quanto Senadores, argüiram o IBGE quanto à necessidade de atualização das nossas estimativas agrícolas e de população. Estamos agora atendendo a essa demanda e esperamos já a partir de agosto concluir esse trabalho e iniciar a divulgação dos resultados. Sr. Senador, muito obrigado pela atenção. Senadores e Senadoras, obrigado. E estou aqui à disposição dos senhores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): O Sr. Dr. Eduardo Ferreira Nunes, que é o Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, fez uma belíssima exposição a respeito do recenseamento. Eu quero comunicar ao nobre palestrante, Dr. Eduardo Nunes Pereira, que o Sena-

do realiza várias Comissões ao mesmo tempo. E por esta razão, às vezes deixa de comparecer todos os membros das Comissões. Mas todos terão... Por isso estará a mídia toda aqui e que registra todos os fatos, todas as palestras, e os demais Senadores ausentes terão pelo pleno conhecimento de quem esteve e as palestras e tudo aquilo que o senhor declarou, o que o senhor fez aí com belíssima exposição. A mesma justificativa servirá para os demais, caso isso acontecer, a mídia registra e os Senadores que não puderam comparecer, porque estão em outras Comissões, aqui se têm várias Comissões ao mesmo tempo e dificulta a presença de todos da Comissão. Por isso é a razão de ter poucos Senadores aqui. Mas os outros, todos os demais terão ciência do que aconteceu, através aqui da mídia, que está registrando os acontecimentos. Assim sendo, eu gostaria de passar a palavra, se é de interesse de V.Ex^{as}., ao Sr. Regis Norberto da Cunha Alimandro, que é o Coordenador-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias da Secretaria de Política Agrícola.

SR. REGIS NORBERTO DA CUNHA ALIMANDRO: Boa tarde a todos. O Ministério da Agricultura, eu, em nome do Ministério da Agricultura tenho apenas a agradecer o convite de estar aqui nessa Casa e dar os parabéns ao IBGE e, em especial, ao Eduardo por esse belíssimo trabalho que a gente já começou a fazer ontem. Muito obrigado. Bom dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): O próximo, portanto, que poderá usar da palavra é o Sr. Jackson William Nagorni, que é Coordenador-Geral de Monitoramento e Avaliação da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

SR. JACKSON WILLIAN NAGORNI: Bom dia, Senadores e Senadoras. O Ministério do Desenvolvimento Agrário tem a satisfação de receber essa notícia de que no dia de ontem foi iniciada a realização do censo agropecuário de 2007. Para nós isso não aí não nenhuma novidade, muito pelo contrário, isso responde a um anseio lá do Ministério. E nós já vínhamos trabalhando junto com o IBGE desde 2003 nesse sentido. Participamos na elaboração das questões que estão contempladas no formulário. As nossas demandas por dados e informações foram atendidas, de tal maneira que nós passaremos, a partir dos resultados finais desse trabalho do IBGE, a ter mais segurança, mais precisão dos dados que nós atualmente trabalhamos. Isso não significa dizer que nós não tenhamos dados, nós utilizamos os dados em 95 e 96 do censo agropecuário, temos a nossa base de dados na qual nós também trabalhamos, temos dados a respeito de Reforma Agrária, de agricultura familiar... Esses dados do

censo agropecuário, o porquê da nossa ansiedade, é para reverenciar, dar mais acuidade às nossas ações. Temos um belo trabalho junto à agricultura familiar no que diz respeito à disponibilização das operações de crédito, e os dados do IBGE nos permitirão, a partir de então, que nós tenhamos condições de avaliar e dimensionar mais adequadamente a demanda por recursos de crédito, temos condições de balizar também nosso trabalho, quer dizer, o trabalho coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário na área de assistência técnica e extensão rural.

Bom, em síntese, a nossa ansiedade eu creio que será satisfeita, as nossas necessidades por dados e informações também, e nós só temos a... Por nós acompanharmos o trabalho desenvolvido pelo IBGE, desde o seu nascedouro, desde o censo agropecuário, desse de 2007, que está sendo desencadeado agora a partir de ontem, temos a simplesmente parabenizar ao IBGE pelo trabalho e contar que estamos aí ansiosos por esses dados para os nossos trabalhos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Nós agradecemos as palavras do Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal. E, em seguida, vamos passar a palavra ao Representante da Confederação Nacional da Agricultura, Dr. Luciano Carvalho. Da Federação.

SR. LUCIANO CARVALHO: Bom dia ao Senador Joaquim Roriz, Presidente dessa Comissão, ao Dr. Eduardo Nunes, Presidente do IBGE, representando o MAPA, Regis Alimandro, ao Jackson Nagorni, representando o MDA, e ao José Roberto Dias, representando a Federação da Agricultura, cumprimento nesta oportunidade também a Senadora Kátia Abreu, o Senador Simon. E gostaria de esclarecer que... Destacar que o censo agropecuário de 2007 é uma demanda, o censo agropecuário é uma demanda institucional, já manifestada no sistema CNA, em diversos eventos, principalmente nas suas reuniões de comissões técnicas, das comissões nacionais, e o movimento que agora se inicia, a realização desse censo é fundamentalmente oportuna, aonde nós temos um quadro mais antigo, o último censo foi 96/97, onde a agricultura passou por profundas alterações, o que foi acompanhado por todos, nós tivemos alteração da estrutura agrária, na produtividade, tivemos alteração nos instrumentos de crédito, na implantação do seguro... Enfim, o quadro que nós temos é bastante antigo e não reflete a própria dinâmica da agropecuária brasileira hoje, talvez a mais competitiva do mundo, e a menos subsidiada também em todo o mundo. Então a realização do censo eu acredito que pode ser, e vai ser, um forte instrumento para orientar, para mostrar talvez a grande defasagem

das políticas agrícolas com relação ao desempenho do próprio setor. É bastante oportuno. E eu lembro também com... Ainda das dificuldades que se tinham com relação a acesso aos dados, porque praticamente a gente tinha os dados dois, três anos depois, e agora, com a tecnologia, com essa nova tecnologia nós vamos ter quase que acesso *on-line* à medida que são realizadas as pesquisas.

Então, isso para a gente, principalmente da área técnica da CNA, de onde eu faço parte, isso para a gente é muito importante para esse acompanhamento. A gente parabeniza a equipe do IBGE pela forma com que vem sendo realizado e o sistema CNA, de certa maneira, se coloca à disposição no que for necessário para que a implementação da pesquisa, do censo seja realizada da melhor forma possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Em seguida, o Sr. José Roberto Nogueira Dias, que representa a Federação da Agricultura do Distrito Federal.

SR. JOSÉ ROBERTO NOGUEIRA DIAS: Exmo. Senador Joaquim Domingos Roriz, Presidente dessa Comissão, Exma. Senadora Kátia Abreu, nossa competente defensora dos interesses de toda a agropecuária do Brasil, Exmos. Senadores presentes, Srs. Deputados, autoridades componentes desta Mesa, a Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal é uma instituição com uma vida muito recente. E neste período conseguiu expressivos resultados na normatização, na produção e no adendo de valor aos produtos num pedaço de terra, que é o Distrito Federal, de notória dificuldade para a agropecuária. Temos aqui uma população bastante adensada, temos terras de períodos geológicos antiqüíssimos, já muito desgastadas, necessitando de muitos cuidados; temos uma agressão ao meio ambiente, por um acúmulo populacional de pessoas, de populações atraídas pelo desenvolvimento da Capital Federal; temos um problema sério de água, porque aqui nascem as três maiores bacias hidrográficas do Brasil, a do Prata, a do São Francisco e a Amazônica. Mas nós estamos no alto, essas águas nascem e correm. E nós não temos grande disponibilidade de água para os trabalhos agropecuários. Mas, paradoxalmente, como a história do besouro, lacrada em bronze no frontispício de uma companhia de aviação americana, o besouro, pela sua morfologia, pela sua estrutura, pelas suas condições, é um inseto rigorosamente impróprio para voar. O besouro, tecnicamente, não tem a menor condição, com a sua estrutura quitinosa, de voar. Seu peso, sua forma rombóide... Ele não pode voar. Assim como os produtores rurais do Distrito Federal, de quem eu tenho o privilégio de ser a voz neste momento, nesta terra, com todos esses

problemas, não tem condições de produção com excelência. Agravados ainda os nossos problemas com cargas tributárias e fiscais que são o dobro das que motivaram a Inconfidência Mineira, que era o quinto do ouro, 20%. Nós trabalhamos com 40% hoje de carga tributária em cima da nossa produção, seja diretamente, seja indiretamente. Nós trabalhamos com os juros com a carga financeira mais alta do mundo, vitimados por uma exploração predatória incontrolada e incapaz de ser satisfeita do setor financeiro, que deveria ser mero intermediador e fornecedor de recursos entre a produção e o consumo. Ele se tornou um ente monstruoso por si mesmo, com todos os direitos e, praticamente, sem nenhum dever neste País. Com todos esses dados, este besouro que são os produtores rurais do Distrito Federal conseguem, com o apoio do Governo local, que nós fazemos questão de enfatizar neste momento, ou várias vezes repetido, Governador Joaquim Roriz, que eu espero, Excelência, que não confunda esta homenagem com vassalagem, pegou uma cidade com 180 mil habitantes, impactada por três milhões e quinhentos mil migrantes, e conseguiu, com paz, competência, transformar numa metrópole de primeiríssima linha, consolidando um sonho, uma visão de Dom Bosco, uma operacionalização de Juscelino Kubitschek com grandes outros grandes brasileiros, com o primeiro Governador de Brasília, que norteou e deu rumo, Wadjô da Costa Gomide, e tantos outros bons Governadores, e hoje, Senador Joaquim Roriz, nós que o conhecemos desde quando operoso, laborioso e modesto fornecedor de materiais de construção, dirigindo um caminhão Mercedes para vender areia no Distrito Federal para as construtoras, nós que o conhecemos arrancando do começo, com a poeira e com a lama dessa cidade e se transformando no paradigma do grande consolidador da obra da capital do Brasil, nós estamos não espantados, porque o conhecemos, mas, saindo de uma posição de dinâmica de produção para a de legislador, dirigir este censo, que é a materialização do quadro da situação real do setor rural brasileiro. O fornecimento de dados que nos permitam a nós técnicos estudar, manipular, desenvolver e modificar as políticas agrícolas, que têm sido insuficientes para atender as necessidades do povo brasileiro e de exportação e geração de cambiais de exportação. Nós estamos produzindo hoje, e estamos orgulhosos de 130 milhões de toneladas de grãos, num País com 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados, com clima, com terra, com gente, com a alta tecnologia da EMBRAPA, com o suor dos reais produtores agrícolas, tanto os pequenos, os médios e os grandes que, além do que, são obrigados a conviver com uma ultrapassada e démodé luta de classes, transformada a produção

rural num campo ideológico. Nós somos agredidos por todos os lados, com a complacência e com a convivência e, pior, com a operacionalização do Executivo e com a interpretação do Judiciário brasileiro, que mistura questões ideológicas com a letra da Lei de Proteção à Propriedade e à Produção. E coloca a produtividade questão social em questões de esbulho possessório. Tudo isso nós somos obrigados a conviver. E como o besouro, que nós citamos no início como um modelo de inconformismo com as limitações, o produtor brasileiro e o produtor de Brasília conseguem transformar este País no maior produtor de carne do mundo, juntando um animal que foram buscar no subcontinente asiático, na Índia, com gramíneas que foram buscar no árido Continente africano, basicamente a braquiária, e com o seu suor, muitas vezes com o seu sangue, com o seu eterno trabalho, com a sua capacidade de trabalhar dentro das porteiras, transformar o Brasil no maior produtor de carne, de suco de laranja, de café e de tantos outros bens elementares às necessidades da alimentação humana, do Brasil e do mundo.

Quero trazer mais, senhores, que o Distrito Federal, que além dos problemas todos citados do Brasil, ainda adenda os outros citados aqui, de terra, de clima, de superpopulação, consegue, pela excelência dos seus produtores, dos mini, dos pequenos, dos médios e dos grandes, ainda com sistema fundiário não resolvido, apesar de toda a luta do Governador Roriz, nós não temos propriedade de terra. Nós não temos certidão de nascimento de produtores rurais, porque não temos a propriedade. Não podemos dar nosso bem em garantia para financiamento. Apesar disso, o Distrito Federal hoje é referencial mundial em qualidade de pecuária, é referência mundial em produção de aves, é referência mundial em produtividade de soja, de milho, de feijão, de hortifrutigranjeiros. Este exemplo é que estes dados que estão sendo levantados, que serão levantados por esse oportuníssimo censo que V.Ex^a vai coordenar, Sr. Senador Joaquim Roriz, certamente, trarão a melhoria do setor rural, através do conhecimento da nossa realidade e através da adendação de valor ao nosso trabalho, ao nosso produto e, com certeza, a extinção de questões ideológicas em produção. Que nós saibamos ter uma convivência de opostos, um respeito às ideologias. E saibamos castrar os nossos radicais, de todos os espectros, para que o setor rural cumpra a sua função maior de alimentar o Brasil, de desenvolver tecnologias de produção e de gerar o enriquecimento do País, com a geração de cambiais de exportação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Eu quero então passar aqui, por solicita-

ção da Senadora Kátia Abreu, passar a palavra, para que ela possa discorrer sobre essas palestras.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Obrigada, Sr. Presidente. Quero agradecer a presença de todos os nossos palestrantes, Sr. Eduardo, do IBGE, Sr. Regis, do Ministério, Sr. Jackson, meu amigo José Roberto, muito obrigada pela presença, um abraço ao nosso Presidente, Renato Simplício, Luciano Carvalho, um dos melhores e maiores técnicos da Confederação Nacional da Agricultura, o Superintendente da Confederação, que também se encontra presente, Dr. Ricardo Cota(F), enfim, a toda a imprensa e os participantes, nossos colegas Senadores. Eu acho da maior importância esse censo agropecuário. Tanto que o Senador Joaquim Roriz, por ser o autor e Presidente desta Comissão, queria até postergar, pelo número de matérias que tínhamos para avaliar, postergar, abrindo mão da sua aprovação, para a próxima Sessão da Comissão, e eu fiz questão de que ele aprovasse o seu Requerimento, que com muita inteligência os traz aqui hoje para discutir um tema fundamental, não só para os brasileiros do campo, mas também para os brasileiros das cidades. E quero fazer uma consideração, acho que com relação ao censo agropecuário, a parte do censo agropecuário, que em princípio consegui ler rapidamente aqui os itens e não com muita profundidade, mas de antemão gostaria de dizer que em algum momento da elaboração deste questionário, Dr. Eduardo Pereira Nunes, o senhor poderia ter ouvido a Confederação Nacional da Agricultura e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, que é a CONTAG, o senhor poderia ter ouvido a Organização das Cooperativas do Brasil, que é a OCB. Porque, deste mundo rural entendemos nós. Nós que convivemos no dia-a-dia e os defendemos há décadas e conhecemos as dificuldades. Não querendo diminuir o trabalho do IBGE, mas eu acharia bastante razoável que esta consulta pudesse ter sido feita, para que a gente pudesse agregar ainda mais, mesmo porque, se os produtores rurais do País não quiserem responder ao sei questionário, ele não terá utilidade nenhuma para todos nós.

Então eu acho que essa parceria que o senhor nos pede, para que os produtores rurais, pequenos, assentados, até os grandes produtores abram suas porteiras, essa parceria poderia ter sido iniciada pelas representações de classe, pelo menos num bate-papo informal, para que a gente pudesse incluído algumas coisas muito interessantes aqui neste questionário, que só será feito daqui a 10 anos. E em 10 anos o agronegócio será outro totalmente diferente de hoje. E o crescimento deste agronegócio ele foi fabuloso, tanto que os indicadores estão aí: um terço do PIB, um terço

das exportações brasileiras, um terço da mão-de-obra economicamente ativa do País. É o agronegócio que está sendo responsável por esses três indicadores, em que pese que a Pastoral da Terra dia desses, agora há dois, três dias, disse que o Brasil vai ter que escolher entre o agronegócio e a Reforma Agrária. Esse censo vai dar uma resposta interessantíssima à Pastoral da Terra. Ela terá o nosso silêncio e a resposta do IBGE em dezembro do 2007, qual é a opção do povo brasileiro se nós tivermos que optar.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de colocar duas questões importantes que ficaram fora desse censo e que é da maior importância para a continuidade do sucesso do agronegócio e para que nós possamos incluir os assentados da Reforma Agrária, a pequena propriedade nesse processo do agronegócio, que eles não sejam excluídos desse desenvolvimento e desse avanço tecnológico que nós queremos dar. E isso é possível. Se o senhor pegar o Estado do Paraná, o senhor vai ver que ele é praticamente todo coberto por pequenas propriedades altamente produtivas. Então esse é um sonho de todos nós, que nós possamos estar, pequenos, médios e grandes, dentro do mesmo processo, cada um na sua condição, cada um no seu tamanho, respeitando as suas possibilidades e os seus conhecimentos.

Então eu vejo aqui que, infelizmente, com relação à educação, ficou bastante a desejar. Eu acho que as perguntas foram muito simplificadas, foram bastante gerais, e nós precisamos muito de uma análise mais acurada com relação à questão da educação no campo. Porque essa cantilena já é antiga e já é unanimidade, graças a Deus, no País, só não é na prática, mas na teoria já é a unanimidade de que a educação é a solução de todos os nossos problemas, assim como foi de Países subdesenvolvidos que conseguiram ficar desenvolvidos. Nós temos inclusive uma pesquisa, que é do Instituto Paulo Montenegro, feita por especialistas do IBOPE, que, de quando em vez, uma vez por ano, desde 2000, publica um Indicador de Alfabetismo Funcional, que é o INAF, e essa pesquisa foi divulgada há poucos dias e ela avalia a habilidade de leitura, escrita e matemática do povo brasileiro. E aqui nós estamos encontrando nessa pesquisa que apenas 26% de toda a população brasileira está no seu nível pleno de alfabetização. O restante está no nível rudimentar, básico ou analfabeto. E eu acho que nós tínhamos que ter essa medida no campo. É importante para que políticas públicas possam ser feitas para esse interior do Brasil. Para um Brasil que só tem olhos para os grandes centros, para as capitais, em termos de saúde, educação, de condições de vida e que todo o interior do Brasil, que está a duzentos, trezentos quilômetros

desses grandes centros, têm outra vida, outro Brasil que o Brasil não conhece.

Então, eu acredito que está bastante a desejar, nós poderíamos ter aproveitado mais esse censo do IBGE para que a gente pudesse, como diz lá no interior do Tocantins, escarafunchar mais a questão da educação no campo, de todos os níveis de propriedade. Eu acho que apenas essas duas perguntas que foram feitas aqui não são suficientes para que a gente possa trabalhar, as entidades de classe, os Ministérios, os Governos, municipal e estadual, para que a gente possa reverter essa situação no campo.

E outra grave falta de informação é com relação à saúde. Não tem, me desculpe se estou enganada, minha leitura, tentei ler três vezes, com muita rapidez, tentando prestar atenção na sua palestra e aqui nesse questionário, mas não vi perguntas relacionadas à saúde. E nós sabemos, nós que lidamos no campo, nós sabemos que a saúde no campo é feita única e exclusivamente dentro de uma ambulância. Nem os mínimos e básicos atendimentos são feitos a sequer 10 quilômetros de uma cidade.

Então, eu acho que essa pergunta faltou, perguntas com relação à saúde. Porque é através dessas pesquisas institucionais que as políticas públicas são criadas, que as políticas públicas são desenvolvidas, que o Congresso Nacional, independente de a partido, possa fazer as suas denúncias e exigir dos Governos estaduais, municipais e Federal que cumpram com a sua obrigação institucional.

Então, eu quero deixar aqui essas duas observações, em princípio, rapidamente, com relação a essa leitura. Eu garanto ao senhor que o senhor vai ter grandes surpresas com essas respostas aqui do seu questionário. Por exemplo, com relação ao crédito rural. Eu lhe garanto que o senhor vai encontrar que apenas 20, não passando de 25, 28% dos produtores comerciais deste País dependem do crédito rural oficial.

Então, por muitas das vezes aonde os produtores são chamados de caloteiros, estimulado principalmente pelo Governo Federal, pelo Partido dos Trabalhadores, que agora está resolvendo a elevar a herói os produtores de açúcar e álcool do Brasil, mas nós a vida toda sofremos aqui toda pecha de preconceito, de agressão com relação a isso. E na realidade, esse grande agronegócio que o Governo gosta de dizer e de estimular e dizer que está estimulando, não passam de 25% os tomadores de crédito rural oficial. Os demais estão plantando com recursos próprios ou pendurados nas *trades* internacionais, que até nos ajudam, com juros extorsivos, às vezes vinculados ao dólar, nossa produção toda penhorada. Mas aí de nós se não fossem essas *trades*, que às vezes são tão amaldiçoadas

neste País. Nós não teríamos a metade da produção de grãos que temos hoje no Brasil.

Também estou muito entusiasmada com o resultado dessa pesquisa no que diz respeito aos assentamentos do Brasil. Nos últimos quatro anos, foram assentados no Governo Lula 345 mil e 111 famílias, num total de gastos de seis bilhões e setecentos milhões de reais. Dando uma média de dezenove mil e quatrocentos e trinta e um reais por família ou três mil e oitocentos e oitenta e seis por pessoa, se considerarmos uma família de cinco pessoas. E nós já temos dados interessantes que mostram ao contrário, Presidente Joaquim Roriz, do que propagam por aí, e nós não temos absolutamente nada contra os assentados. Nós temos é preocupação com eles, porque nós todos, médios e grandes produtores somos vizinhos e parceiros desses assentamentos. Nós somos vizinhos de cerca, nós somos vizinhos de casa, nós convivemos pacificamente com os assentados. Nós não convivemos pacificamente com os invasores de terra, mas, com os assentados da Reforma Agrária, nós é que lhe damos emprego, na maioria das vezes, para que eles consigam sobreviver.

Então essa pesquisa vai desmistificar muita coisa neste País. Por exemplo, nós ouvimos por aí que a Reforma Agrária é necessária porque nós temos muitos latifundiários pelo Brasil afora. E esquecem de ver uma conta, que até me assustei aqui, que é maior do que eu pensava, o senhor anunciou aqui mais de cinco milhões de propriedades rurais no País. Eu ainda estou com a conta velha, do censo de 95 e 96. Nós temos quatro milhões e oitocentas e cinquenta e nove mil propriedades rurais, Presidente Joaquim Roriz. O senhor sabe quanto é que têm juntos Estados Unidos, Argentina, Austrália e Canadá? Dois milhões e oitocentos e oitenta e nove mil propriedades rurais. Todos esses Países juntos têm a metade de propriedades rurais do que o Brasil tem. Então eu não consigo encontrar onde é que está a dificuldade fundiária deste País. Eu não consigo imaginar a condição de que nós estamos num caminho errado. E isso aqui tende a diminuir. Se o senhor pegar o tamanho médio da propriedade rural americana nos últimos dez anos, o senhor vai ver que ela aumentou de tamanho e diminuiu o número de produtores rurais. O senhor sabe por quê? Porque só fica no campo quem usa de alta tecnologia e de alta capacidade administrativa. E, infelizmente, não são só os assentados da Reforma Agrária que não dão conta de sobreviver, não. A grande classe média rural brasileira, que a Confederação Nacional da Agricultura tem a obrigação de defender, também está achatada, esmagada, como toda a classe média urbana neste País, nas mesmas absolutas condições. E são esses

que nós defendemos. Porque os grandes produtores rurais, esses não precisam de nós, de Senadores, de Deputados, de CNA, de nada, de OCB. Eles sabem se virar sozinhos, porque na verdade a maioria deles são industriais. Então quando eu vejo isso aqui, eu fico indignada com o conceito que existe. Eu não sou contra que continuem os assentamentos. Eu sou apenas contra que nós possamos continuar com o dinheiro público ainda construindo favelas no País. Porque tem favela urbana e tem favela rural.

Então, eu conheço praticamente quase 100% dos assentamentos do meu Estado do Tocantins. Tenho excelentes relações e convivência em eleitores nos assentamentos do meu Estado, porque como Presidente da Federação da Agricultura do Tocantins que fui e Presidente do SENAAR, nós fizemos muita qualificação profissional junto com a FETAET lá no Estado, a federação dos trabalhadores rurais. Nós conhecemos assentamentos e sabemos das condições de vida em que estão passando nos dias de hoje. E esse censo vai demonstrar ainda mais. Porque nos dados de hoje, 79%, quase 80% dos grãos produzidos no Brasil está na agricultura, está na agricultura comercial.

Então nós temos um conceito e uma defesa equivocada por parte de alguns segmentos que ainda acham e insistem em dizer que quem sustenta a produção nacional é a pequena propriedade. Quem dera. Quem dera, com muita sinceridade e muita verdade, quem dera que todos nós pudéssemos estar juntos trabalhando por essa produção. Apenas a pequena propriedade é maior do que a classe média rural brasileira na produção de mandioca e fumo. Apenas nessas duas atividades. Então eu acho que esse trabalho do IBGE vai poder nos mostrar muita coisa. O quanto a pequena propriedade precisa de ajuda, o quanto os médios, a classe média rural brasileira está precisando de socorro.

Mas, objetivando a pergunta, Sr. Presidente e Dr. Eduardo, eu gostaria de saber qual é a segurança jurídica que nós teremos, produtores rurais, em repassar essas informações fidedignas ao IBGE, já que nós somos os parceiros principais, e que essas informações serão utilizadas apenas para o censo e não para outro tipo de informação. Que seja do pequeno produtor, do médio, do grande, de qualquer tamanho, que tem o direito de resguardar suas informações e apresentá-las apenas na ocasião oportuna e mediante a lei.

Segunda pergunta, eu gostaria de saber se o IBGE já conseguiu entrar num acordo com a CONAB com relação às informações de estimativa de safra. Apenas em relação ao café houve uma distorção do CONAB para o IBGE de 15.5% em estimativa de safra. Ou seja, o IBGE divulgou no dia 9 de abril uma

produção de 37 milhões de sacas e a CONAB, uma produção de 31 milhões de sacas, 15.5% de diferença. Apenas com essa informação do IBGE, porque 37, claro que quanto mais se produz mais diminui o preço, houve uma queda nas bolsas internacionais de café, porque o Brasil é grande produtor e exportador, de 4% nas bolsas internacionais. Eu gostaria de saber qual é o instrumento, a metodologia, que vocês estão tentando encontrar para minimizar este engano terrível que não traz prejuízo a vocês, traz prejuízo ao bolso dos produtores rurais brasileiros.

Outra consideração que eu gostaria de ouvi-lo, Sr. Presidente, é o seguinte. Para minha surpresa, no jornal O Valor, tem aqui uma entrevista do seu Gerente, deixa eu entender direitinho o que é que ele é aqui, Gerente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sr. Antônio Florido, que está se referindo ao novo censo agropecuário e faz o seguinte comentário: primeiro, que ele parece que gosta muito de fazer recomendações, e parece que não é o papel do IBGE, o IBGE gera indicadores, gera informação, gera dados, gera pesquisa, para que as políticas públicas possam ser feitas, e aqui nessa entrevista ele está se arvorando, ele está sendo pretensioso no sentido de fazer algumas considerações que não é de direito a ele fazer e, com essa questão dele ser o Gerente do IBGE, isso nos causa dificuldades da parceria nas informações, porque aqui ele está fazendo pré-julgamento, ele está fazendo juízo de valores, antes mesmo de iniciar essa pesquisa. Ele diz aqui o seguinte: “Vamos gerar indicadores de meio ambiente para medir emissão de gás estufa, principalmente pelo gado [risos] bovino. Os rebanhos têm de ser melhor espalhados, para reduzir a concentração de gás metano no mesmo ponto. O rebanho bovino hoje está brasileiro beirando 190 milhões de cabeças...” Mas que pretensão, Sr. Presidente! Que pretensão desse cidadão! Ele talvez devesse trabalhar no Ministério do Meio Ambiente, talvez até lá com você, Regis, no Ministério da Agricultura. Mas no IBGE não é lugar para esse tipo de consideração, mesmo porque ele não tem informação suficiente e nem conhecimento de causa para isso. Se o senhor puder, por favor, diga a esse senhor que, se ele não sabe, as gramíneas africanas são as maiores seqüestradoras de carbono do mundo. Não são as florestas adultas e velhas. As gramíneas seqüestram muito mais em compensação ao que o rebanho bovino pode fazer. E eu não entendo com que direito é que ele pode fazer um tipo de comentário e de indicação para que nós possamos espalhar o rebanho bovino brasileiro. Realmente nos traz muita indignação. Então eu gostaria muito que o senhor fizesse um comentário a respeito dessas informações e de uma segunda pretensão

dele de juízo de valor, aonde ele garante na entrevista que a pecuária no Município de São Félix do Xingu, de setecentas mil cabeças, censo agropecuário 96, passou para cinco milhões de cabeças. Informo a ele que essa expansão equivale a um desmatamento de três milhões de hectares. Explicando, é como se você desmatasse os Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo juntos. Ele não pode fazer esse juízo de valores. Ele não está considerando a tecnologia, ele não está considerando produtores rurais que possam estar reformando as suas pastagens. Ele não tem o direito de tentar induzir uma questão e uma demanda contra os produtores. Mesmo porque nessa cidade que ele está falando aqui, Sr. Presidente, a reserva legal é de 80%. Ele já está aferindo que os produtores rurais estão descumprindo a lei.

Então, eu gostaria que esse Gerente do seu instituto, do IBGE, pudesse se reservar à sua função específica, que é a coleta de dados e números da agropecuária brasileira, porque ele não tem o direito de fazer esse tipo de comentários e juízo de valores de assunto que eu tenho certeza, baseada no que ele está dizendo, que ele não conhece. Então são essas as minhas observações e eu gostaria de ouvir, se possível, as respostas. Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Antes de nós ouvirmos as respostas do palestrante do IBGE, eu passo a palavra, que foi solicitada a esta Mesa, ao Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Senador Presidente, Joaquim Roriz, Sras. Senadoras e Srs. Senadores. Quero cumprimentar todos quantos aqui vieram para debater esse importante programa do País, dizer que lamentavelmente não pude assistir, em função de estar vinculado a outra Comissão, aonde tinha também assuntos importantes, na Comissão de Assuntos Econômicos, mas, por ter sido Secretário da Agricultura do Estado de Santa Catarina e também por ter sido Secretário de um projeto de microbacias no meu Estado, aonde, como Consultor do Banco Mundial, que lá financiou, temos algumas experiências muito significativas e muito importantes. Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós, em 2005, visitamos todas as propriedades rurais do Estado, 100%, aonde não só levantamos a população, levantamos as condições de vida de cada propriedade rural. E nesse levantamento acabamos tendo conhecimento profundo de toda a área ocupada, área de preservação, as áreas degradadas e, principalmente, a qualidade de vida de cada propriedade rural. Contratamos nada menos e nada mais de que mil e duzentos técnicos e que foram treinados com o auxílio do IBGE, e cada um com um computador de mão, com transmissão instantânea, foi centraliza-

do em Florianópolis todas as informações. E temos lá uma experiência muito importante. E que desse projeto acabamos a começar a investir na recuperação ambiental, na preservação, no reflorestamento, na reforma das suas casas... Ficamos sabendo quantas pessoas na propriedade eram analfabetas ou instruídas, onde estão os filhos e por quê saíram da propriedade. Enfim, um trabalho exemplar e que nos deu toda a base para desenvolver esse projeto, que continua em tramitação e em execução, com recursos a fundo perdido, quer seja financiado do Banco Mundial ao Estado, e a contrapartida do Estado a fundo perdido para todas essas propriedades rurais. E, sem dúvida nenhuma, nós nos surpreendemos, principalmente, embora que muitos acham, e acredito na potencialidade rural do Estado de Santa Catarina, que tem 138 mil pequenas propriedades rurais, ele também tem favelas rurais. E têm necessidade, em função da tecnologia, do avanço, principalmente das agroindústrias, onde no passado eram os grandes fornecedores de matérias primas, quer seja de frango e suíno, principalmente, e que pela elevação e pela quantidade de matrizes exigidas para ser um fornecedor, acabou aqueles que fizeram através da desagregação, fizeram o desenvolvimento do maior complexo agroindustrial da América Latina, no oeste do meu Estado de Santa Catarina, passaram a ser excluídos e, nas suas exclusões, passaram também a ter dificuldade, porque eles não sabiam fazer outra coisa. Por isso dentro desse mesmo quadro, nós não tivemos - e temos grandes números - o levantamento dos que querem trabalhar na terra e estão sem terra. Não é movimento de massa, que estamos vendo todos os dias. Massas de manobra. Sem-terras que querem trabalhar em terra. E eu acho que um projeto desse deveria incluir aqueles que querem realmente trabalhar na terra, e o Brasil tem terra para isso. E que se solucionasse esse problema para que nós todos possamos ter melhor avaliação dessa sociedade, que há muito pouco tempo, talvez uns dez ou quinze anos só para cá que as novas fronteiras agrícolas passaram a dominar, mas até ali eram responsáveis pelo ciclo vital do ser humano do nosso País. Produtores de combustível para a vida. Eu tenho uma imensa admiração nesse quadro. Por isso eu quero, meu Presidente, me somar na ajuda, na contribuição. Não temos perguntas para fazer, mas, certamente, vamos acompanhar muito de perto, para produzir, lhe ajudar a produzir um censo para que lhe sirva de um balizamento do nosso interior.

Nós tivemos também o que a nossa Deputada comentou sobre a segurança do sigilo. E lá no Estado também tivemos muito estudado, muito debatido. Mas o sigilo tem que ser mantido. A responsabilidade tem que ter. E nós obtivemos toda a responsabilidade, e

todos os dados técnicos foram usados sem, em nenhum momento, agredir, ou poder, ou informar dados que não poderiam ser informados para que alguém pudesse o seu uso para prejudicar.

Por isso quero cumprimentar o Presidente pela feliz iniciativa, pelo trabalho que está fazendo e que o Brasil tanto precisa. E certamente os institutos e, principalmente, o nosso IBGE têm uma tarefa muito importante, grandiosa, necessária para que nós possamos saber quem produz, o que produz e o que nós precisamos produzir. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Antes de passar a palavra ao--

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Me perdoe. No hábito de ser Deputado, eu chamei a Senadora Kátia Abreu de [risos] Deputada. Minha eminente Senadora, o hábito daquela Casa ainda veio para cá.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Não havendo mais nenhum outro Senador ou Senadora que queira fazer algum questionamento, eu queria apenas, antes de passar a palavra ao Presidente do IBGE, é uma pergunta que elaboramos aqui, que ele possa também incluir nas suas respostas, é apenas uma sugestão, não deixa de ser... A nossa proposta, Presidente, saber se os levantamentos pelo censo permitirão conhecer do ponto de vista técnico a vocação produtiva de cada região, ou seja, cada propriedade rural, neste caso, o IBGE atuará junto ao Executivo e aos produtores para implementação de política governamental e de produção mais vantajosa e de melhor aproveitamento? É a nossa pergunta. E não havendo mais nenhum dos Srs. Senadores ou Senadora que queira fazer alguma pergunta, eu então passo a palavra ao Presidente do IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Dr. Eduardo Pereira Nunes.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Obrigado, Exmo. Senador Roriz. Eu vou começar então aqui pela ordem. E as primeiras observações e indagações a respeito do IBGE partiram da Senadora Kátia Abreu, do Estado do Tocantins, e, embora a Exma. Senadora só a final tivesse feito algumas perguntas, na verdade, a senhora também no início teceu alguns comentários sobre a forma como o censo foi elaborado e inclusive sobre a ausência de determinadas questões, que são consideradas pela senhora fundamentais.

Então, em primeiro lugar, sobre as questões que a senhora apontou importantes e que o IBGE não considerou no seu trabalho, que foi a concepção da pesquisa. Então, o questionário que a senhora observou a ausência de algumas informações. Eu responderei a essa sua observação de duas maneiras: em primeiro lugar, quanto à consulta. A consulta, não. Nós fizemos

consultas inúmeras a todas as organizações, representações de classe, inclusive à Confederação Nacional da Agricultura e às diversas organizações representantes tanto de produtores quanto de produtores e de trabalhadores no campo da agricultura. Porque o desenho desse questionário ele já vem sendo preparado pelo IBGE desde o ano de 2003. Além do mais... Por quê eu cito o ano de 2003? Porque, originalmente, esse censo deveria ter sido elaborado no ano de 2005, depois 2006 e, ao final, 2007, quando os recursos orçamentários foram disponibilizados para o IBGE. Durante todo esse período, nós discutimos com todos os interessados pelas informações do IBGE quanto a questões que deveriam, segundo cada parceiro do IBGE consideraria importante ser incluído, especialmente no caso do Estado de Santa Catarina, que teve a oportunidade de realizar o seu censo antes mesmo do IBGE fazê-lo para todo o País, naquela oportunidade, os nossos técnicos também discutiram com os técnicos do Estado de Santa Catarina sobre o conteúdo desse recenseamento. Todo o nosso trabalho tem uma etapa que é uma etapa prévia de consulta aos interessados. Posso afirmar à senhora, Senadora, que todos os interessados foram consultados. Não, obrigatoriamente, todas as solicitações poderão ter sido atendidas numa pesquisa dessa natureza, por um motivo que eu aproveito para explicar a segunda observação que a senhora fez, como, por exemplo, os dados relativos à educação e à saúde, que no censo agropecuário são insuficientes. E eles são insuficientes por um motivo bastante claro para o IBGE. São quesitos que não caracterizam a estrutura de uma pergunta que deva ser incluída no censo agropecuário, porque nós temos um censo demográfico, que é feito a cada 10 anos, e uma pesquisa nacional de amostra por domicílios, que dá informação toda a população brasileira sobre condições de saúde, sobre educação, sobre mortalidade, sobre natalidade, sobre expectativa de vida, sobre a longevidade da população brasileira, informações essas que inclusive são usadas para o cálculo previdenciário de qual é a idade de cada cidadão com direito à aposentaria. Tudo isso é produto de informações produzidas pelo IBGE, mas não exclusivamente pelo recenseamento agropecuário. Porque diz respeito à população urbana e rural.

Então, o objetivo dessas demandas não pode ser atendido pelo censo agropecuário, porque também tem questões idênticas que nós precisaremos levantar na população urbana. Então quando se trata de uma característica da população brasileira e não da produção agropecuária, o questionário apropriado, a pesquisa apropriada é mais uma pesquisa domiciliar do que uma pesquisa agropecuária. Então, nesse sentido, eu respondo à senhora dizendo o seguinte:

as questões que a senhora apontou sobre educação, que são simplificadas, e sobre saúde, que são inexistentes, elas não estão nessa pesquisa porque já fazem parte de pesquisas exaustivas anuais inclusive, que são as pesquisas domiciliares, especialmente a PNAD, que é uma pesquisa de amostra por domicílio que cobre todo o território nacional, feita a cada ano, e a pesquisa demográfica, feita a cada 10 anos, que é o grande censo. E por isso algumas das demandas não são atendidas na pesquisa específica, porque podem estar sendo atendidas em outras pesquisas. Essa é a primeira etapa da resposta.

A outra é que mesmo consultando o IBGE tem que fazer alguma seleção para a realização da própria pesquisa. Esse é um outro problema que diz respeito inclusive a questões orçamentárias e práticas de realização do trabalho, e esse questionário do censo agropecuário tal como ele foi elaborado ele não pode ser entendido como a única fonte de informação para nós obtermos todos os dados sobre o setor agropecuário brasileiro. Na verdade, nós temos é que ver esta pesquisa como uma matriz que dela poderão resultar muitas outras daqui para frente e nessas outras, se forem especiais, responderem a aspectos específicos. Simplificando, quando a pergunta é exaustiva e disser respeito à população urbana e rural, é uma pesquisa demográfica e não agropecuária; e se for uma agropecuária e se a questão for também específica ela não pode estar contida num censo, mas num trabalho paralelo.

Então eu posso assegurar à senhora, com uma probabilidade de erro muito pequena, de que todas as instituições que a senhora citou como instituições que não foram contempladas as suas questões na pesquisa do IBGE, eu posso assegurar à senhora de que nós fizemos essa consulta. Inclusive os nossos questionários ficaram durante muito tempo na página do IBGE na Internet, para consulta e para sugestões. Certamente a consulta, a oportunidade para que os interessados se manifestassem foi dada, se houve a participação efetiva, não posso assegurar, para as instituições que aqui a senhora citou. Mas também devo lhe dizer que se as perguntas não atendiam ao propósito da pesquisa, o IBGE poderá, e nesse caso pôde, ter excluído algum quesito específico. E eu solicito à senhora que, por favor, se puder, me diga quais são as instituições e quais são os itens de interesse da instituição que a senhora citou, por exemplo, a Organização das Cooperativas do Brasil, essa é uma associação absolutamente parceira do IBGE, nós sempre discutimos com eles, e queremos saber especificamente que tipo de pergunta teria sido do interesse e por que, se ela foi feita ao IBGE, por que é que ela não foi atendida. Nós

temos as atas de todas as reuniões, inclusive um dos comitês que nós temos é um comitê sobre o censo agropecuário. Então, tudo que nós decidimos sobre o censo passa primeiro pela discussão nesse comitê. Esse *slide* aqui é importante, porque tem uma reunião técnica, mas não somos nós que decidimos o que vai ser feito. Depois de ter uma avaliação técnica da instituição, nós consultamos os nossos parceiros, para que eles também se manifestem. A palavra final tem que ser da instituição que nós teremos que conciliar a demanda com o orçamento. Mas há esse processo de escuta permanente.

Só para concluir essa longa resposta a essa sua pergunta, no ano passado nós realizamos um encontro com todos os produtores e usuários de informações estatísticas no IBGE durante uma semana, realizamos 180 reuniões simultâneas e tivemos a presença de duas mil e setecentas pessoas de fora do IBGE, para que cada uma das duas mil e setecentas pessoas e tantas instituições que representassem, apresentassem as suas demandas para os projetos futuros. Certamente, nós enviamos para as organizações que a senhora citou o convite - a CNA, eu tenho certeza absoluta, o Ministério da Agricultura, eu tenho certeza absoluta e o Ministério do Desenvolvimento Agrário também. Então, só nessa Mesa, três instituições foram convidadas por um convite assinado por mim para participar dessa reunião durante uma semana, onde nós tivemos duas mil e setecentas. Então o nosso processo é absolutamente aberto. Se houver crítica, que nós estamos abertos a ouvir as críticas, mas nós não somos uma instituição fechada para tomar a decisão sobre o nosso trabalho.

Agora, a senhora também colocou já como uma pergunta, que eu acho absolutamente importante, que foi depois repetida pelo Senador, a respeito da segurança jurídica dos produtores, a respeito da confiança que eles devem e podem depositar no IBGE para fornecer a essa instituição as informações relativas à sua produção. Eu vou colocar isso de uma forma bem clara. Em primeiro lugar, se trata apenas de questões relativas à segurança jurídica. Segurança pessoal ou individual, o produtor pode ter certeza de que o IBGE não vai perguntar senha de conta bancária, número de conta bancária, nada parecido. Em segundo lugar, todo o recenseador do IBGE estará devidamente identificado. A principal identidade é o instrumento de trabalho, esse equipamento de mão inconfundível, e a segunda identidade é o colete que cada recenseador do IBGE estará vestindo na hora de fazer a pesquisa - atrás tem a marca do IBGE e, à frente desse colete, além de haver um crachá com a identificação, fotografia, identidade e dados pessoais do recenseador, o re-

censeador também, nesse colete, tem um número de telefone gratuito, onde qualquer um pode telefonar para o IBGE para ter certeza de que está sendo entrevistado por uma pessoa autorizada pela instituição.

Então, do ponto de vista da segurança individual, os procedimentos para evitar qualquer tipo de dano ao nosso parceiro, que é o informante, essas providências já foram tomadas. Agora, quanto à Previdência institucional, qual a segurança de que o produtor pode ter de que esses dados não terão usos específicos contrários ao do propósito da pesquisa, em primeiro lugar, eu respondo a senhora que o IBGE só pode, por lei, ter recurso orçamentário para fazer pesquisa porque é uma atribuição legal do IBGE dentro da sociedade brasileira realizar informações dessa natureza. E essa mesma lei, que confere ao IBGE o poder ou a obrigação de no Estado Brasileiro levantar essas informações, impõe ao IBGE o sigilo estatístico da informação. Vale dizer, a instituição não está autorizada a publicar nenhuma informação em caráter individual a respeito dos seus informantes. Por isso mesmo eu citei, em várias vezes em que comentei a pesquisa, que as nossas pesquisas elas têm uma finalidade de cadastro de endereço para fim estatístico. A única finalidade da informação do indivíduo, seja um produtor rural, seja uma família, é a finalidade estatística. A lei impede o IBGE de realizar outro uso que não esse. Agora, mais do que a lei, o mais importante, que eu uso como argumento para justificar esse trabalho, é a credibilidade da instituição. O IBGE é um órgão que, certamente todos aqui presentes sabem disso, não é uma instituição que tenha sua imagem maculada por conta de uso indevido da sua informação. Ao contrário, o grande cacife, o grande ativo que essa instituição tem é exatamente a seriedade dos seus técnicos e a qualidade do trabalho. É esse o argumento que nós estaremos utilizando para cada um dos nossos informantes.

E, por último, o IBGE criou em cada um dos 5.564 Municípios brasileiros uma comissão chamada Comissão Censitária Municipal, composta por representantes da comunidade local, do Executivo, Legislativo, Judiciário, das escolas, imprensa e outras tantas, para acompanhar o nosso trabalho. Então, neste local cada comunidade tem toda a autonomia e as condições para acompanhar a qualidade do nosso trabalho e eventuais desvios de conduta de algum recenseador ou de algum técnico da instituição em relação ao que está sendo feito. Então eu posso assegurar à senhora de que os nossos produtores, os nossos moradores nos domicílios terão da parte da instituição a certeza de que os dados não serão utilizados para qualquer outra finalidade, senão prover a sociedade com as informações que a senhora mesma usou aqui. Várias

delas, os seus comentários feitos aos nossos trabalhos, ou ao próprio Governo, foram produto de informações fornecidas pelo IBGE em pesquisas passadas. E assim pretendemos fazer no futuro. O nosso papel é fornecer à sociedade um conjunto de informações para que todos nós conheçamos melhor o País e, conhecendo melhor o País, poderemos tomar as decisões, a sociedade, o Estado, os governantes visando à melhoria. E aí eu aproveito para também responder ao Senador Roriz, se o IBGE, uma vez feita uma análise da vocação agrícola, pecuária ou extrativista de alguma região, ele fará uso dessas informações, dado que ele até mapeou alguma região com características e vocações, se ele fará uso dessas informações para propor ao Governo políticas desta ou daquela natureza. Não compete ao IBGE fazer esse tipo de avaliação. Por quê? Porque o IBGE não trabalha para o Governo “A”, “B” ou “C”. O IBGE não trabalha para o partido “A”, “B” ou “C”. O IBGE é um órgão do Estado brasileiro. E esse Estado a cada momento é governado por tendências, por orientações e por partidos diferentes. Agora, independentemente do partido que esteja no poder, o técnico do IBGE estará fazendo a mesma pesquisa. O Regis, que é um grande usuário da pesquisa do IBGE, há pelo menos, estuda os dados pelo IBGE, desde o ano de 1970, não digo que ele já fosse recenseador, mas os dados do censo agropecuário foram produzidos sempre com a mesma lealdade e com a mesma credibilidade em momentos muito diferentes da vida política brasileira. E nunca a nossa instituição teve o seu trabalho contestado por conta dessa mudança. Por quê? Muitas vezes os conflitos podem acontecer exatamente porque produzimos informações que são contrárias ao Governo, um governante pode achar que o IBGE publicou algo e faz um comentário crítico à instituição; outras vezes o IBGE publica algo que indica variáveis positivas ao Governo e pode ser a oposição contrária à divulgação daqueles resultados. Mas, independentemente da qualidade do resultado, independentemente se aquele resultado dará informações positivas ou negativas para o Governo “A”, “B” ou “C”, o IBGE haverá de mudar os seus dados. Então, assim como nós temos autonomia e isenção para divulgar os seus resultados, nós também temos a precaução de não fazermos políticas, propostas de políticas públicas, porque isso depende inclusive da convicção política de cada um. O Presidente do IBGE pode ter uma convicção e um o funcionário do IBGE pode ter outra convicção. E uma instituição não pode ficar ao sabor de idéias. Ela tem o seu compromisso institucional, que é prover a sociedade de todas as informações que a sociedade precisa. Esse é o nosso papel. E um deles é de vir também a essa Comissão prestar todos os esclarecimentos necessários, até

mesmo os que a senhora acabou de comentar a respeito do técnico da instituição que teceu alguns comentários a esse respeito, e essa é uma questão que eu responderei a senhora por escrito, depois de fazer a consulta a esse mesmo funcionário, na medida em que isso passa por uma entrevista dada à imprensa, e eu depois lhe respondo com todos os pontos apontados pela senhora. Desculpa ter tomado tanto tempo para essa resposta, mas eu considero--

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): [pronunciamento fora do microfone][inaudível]

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Em relação à dúvida que a senhora também colocou em relação à CONAB, com uma diferença de seis milhões de sacas de café em relação à estimativa, a senhora, em primeiro lugar, comentou todas as estimativas da agricultura. Realmente, o IBGE e a CONAB trabalham, e eu não vou dizer em paralelo, mas são duas instituições que trabalham com a incumbência de estimativa de safra no Brasil e nós, IBGE e Ministério da Agricultura, há muito tempo já estamos trabalhando exatamente para evitarmos divulgação de resultados que sejam divergentes entre si. O primeiro passo é a aproximação das nossas equipes técnicas. Esse passo já foi dado. O segundo passo é desenvolver simultaneamente, conjuntamente uma pesquisa que atenda ao processo de trabalho da CONAB e do IBGE, também para a divulgação dos resultados. Esse trabalho está em curso, exatamente para evitar mal-entendidos ou divergências como essa que a senhora citou. Especificamente, quanto à diferença de safra do ano agora do café, eu também vou lhe pedir um pouco mais de tempo para eu solicitar aos técnicos do IBGE que me dêem as informações para que eu possa, de maneira clara, poder dar as devidas explicações de por quê essa diferença tão grande em relação à estimativa do IBGE e a estimativa da CONAB. O fato de ter sido a do IBGE maior, eu posso dizer à senhora que não passa de uma coincidência não pelo fato de uma intenção do IBGE de prejudicar este ou aquele segmento da agricultura brasileira. Agora, a convicção dos nossos técnicos, em sendo correto esse número, a convicção dos nossos técnicos é de que o número adequado era ele. Mas nós não somos donos da verdade. Portanto, existe uma outra estimativa e é exatamente para evitar divergência de números tão importantes como esses que o IBGE e o Ministério da Agricultura, há algum tempo, tão trabalhando para encontrarem uma metodologia convergente. E a senhora pode ter certeza de que nós faremos isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Senadora Kátia Abreu, foi solicitado aqui pelo Dr. José Roberto Nogueira Dias, represen-

tante da Federação da Agricultura do Distrito Federal e também Presidente do Sindicato dos Criadores de Bovinos, Babuínos e Eqüinos do Distrito Federal, algumas indagações a V.Ex^a, ou algum esclarecimento e eu, de plano, deferi a solicitação e, portanto, eu queria passar a palavra a ele, para que ele dirigisse a palavra a V.Ex^a. Com a palavra, portanto, o Presidente da Federação da Agricultura do Distrito Federal, Dr. José Roberto.

SR. JOSÉ ROBERTO NOGUEIRA DIAS: Exma. Senadora Kátia Abreu, de início os nossos cumprimentos mais uma vez pela sua perspicácia, pela sua preocupação na defesa dos mais legítimos interesses da classe agropecuária deste País, dos verdadeiros produtores agrícolas, que poderão, conforme o manuseio dos dados obtidos por esse censo, serem beneficiados ou serem prejudicados, de acordo com o uso que venha ser feito e da análise desses mesmos dados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que eu aproveito para cumprimentar o seu Presidente, Dr. Eduardo Pereira Nunes, pela exposição magnífica e pela sua tentativa de nos tranquilizar. Eu desejo, Sr. Presidente, manifestar, de plano, a nossa intranquilidade, a nossa total intranquilidade com o eventual uso que o Governo possa vir a fazer de dados que os produtores rurais brasileiros oferecerão espontaneamente, como sempre têm feito, à análise de órgãos ligados ao IBGE, e ao controle dos números e dos dados sobre o setor agropecuário. E lembro que não é vã e nem é frágil a nossa preocupação. Lembro que, e é preciso ter a pacífica coragem de citar coisas que não podem ser soterradas pela sua magnitude, lembro que há pouquíssimo tempo, neste mesmo Governo, o ilustre Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi obrigado a destituir praticamente todos os seus Assessores, por suspeita ou comprovação de crime. Ouso citar nominalmente, porque é de domínio público. Dentro do Palácio do Planalto, da cabeça executiva deste País, de onde somos todos dirigidos, nós assistimos a defenestração de uma quadrilha, que violentava tudo que o Presidente proclamava como pureza e objetivo de seu partido quando assumiu o poder, mas teve a coragem de cortar na própria carne e tentar restabelecer o critério de moralidade e de uso do Executivo em prol da Nação, dentro dos princípios democráticos. Então não é vã a preocupação da Senadora. Não é ociosa. Pelo contrário, Senadora. Mais uma vez V.Ex^a toca no âmago da questão. A teoria dos erros, e me perdoe falar como um engenheiro, um técnico, um matemático, nos ensina que há dois tipos de erro. O sistemático e o acidental. O erro acidental é corrigido pela própria repetição, quando ocorre para mais ou para menos. Ele não traz dolo. Ele não vem com dolo

de origem. O erro sistemático, não. O erro sistemático é orientado, é o metro de 90 centímetros, é a balança de 900 gramas, que cada vez que pesa distorce o resultado. E nós temos assistido, sistematicamente, o setor agropecuário, tão competente dentro das porteiras, tão operoso na produção de alimentos dentro da sua competência de produtores, dentro do seu âmbito, ser violentado nos seus interesses, na comercialização dos seus produtos, na falta de proteção, muitas vezes na agressão pura e simples a todo o setor fora das porteiras pela mídia, pelos interesses multinacionais, por Organizações Não-Governamentais, que muitas vezes protegem interesses rigorosamente espúrios e claros quando tentam lacrar com reservas brasileiras, indígenas ou florestais ou ambientais, quimberlitos, que são 20 vezes maiores na produção de diamantes do que a África do Sul, seguramente servindo a interesses de companhias determinadas multinacionais, quando tentam lacrar grandes províncias minerais, Sra. Senadora.

Então, esses dados poderão ser manuseados, e eu cito um exemplo claro: se nós temos a necessidade de manter no corpo humano para a sua sobrevivência a temperatura de 36.5 graus centígrados não quer dizer que se colocarmos a cabeça no forno e o pé no congelador nós estaremos em equilíbrio térmico, porque nós vamos morrer, a temperatura no umbigo será 36.5 graus centígrados, mas houve um erro de análise, houve uma má formação no julgamento. Houve uma distorção de dados. E o paciente morrerá, Sra. Senadora. Isso tem acontecido seguidamente com o setor agropecuário. Diga-se de passagem, único gerador hoje, o setor primário, digo, a mineração e agropecuária, únicos geradores reais de riqueza para o País. Porque o setor secundário apenas transforma e o setor de serviço, mormente o setor de prestação de serviço financeiro, se transformou no algoz do setor. Com beneplácito de todos, com apatia geral da Nação, que assiste à predação do setor primário com a maior tranquilidade como se tivéssemos falando de assuntos de Marte, de Vênus, e vendo os nossos agricultores verem multiplicada sua dívida de cinco bilhões para 35 bilhões, e securitizadas e transformadas em plano de 20 anos pelo plano especial de saneamento agropecuário, mansamente, para resolver problema das instituições financeiras, que estavam pela quinta vez à beira da falência, como é o caso do Banco do Brasil. É bom citar nominalmente. Me chame para provar. Nós estamos totalmente disponíveis. Eu tenho processos colocados contra o Banco com quarenta e tantas fraudes cometidas em contratos agropecuários. E tudo isso morre na lerdeza do nosso processo judiciário.

Então é muito oportuna, Senadora Kátia Abreu, a preclara advertência, a acuidade com que V.Ex^a levanta o perigo do mau uso, para que não enfiem nossa cabeça novamente no forno, com esses dados, e nem os nossos pés no congelador e venham dizer que a temperatura média da agropecuária está rigorosamente normal. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Obrigada, Sr. Presidente. Eu vou ser bastante rápida, pelo adiantado da hora, mas eu quero dizer ao Dr. Eduardo que a credibilidade do IBGE em momento algum está sendo questionada. Mesmo porque se isso houvesse, eu não aqui estaria perdendo o meu tempo e de muitos. Eu só estranho e fiquei bastante indignada com a entrevista do seu Gerente, que me parece bastante tendenciosa e com preconceito com relação ao setor e gostaria que também incluísse na sua resposta, com relação às suas conversas com esse Gerente, que o êxodo rural, que ele avalia que aumentou o número de pessoas no campo, para ele abrir o *sítio* do Ministério do Trabalho, que ele vai encontrar é que a maior formalização que houve no Brasil foi no campo, e não necessariamente um aumento de pessoas no campo. O que está acontecendo é o contrário, a formalização é que aumentou.

Bom, o segundo ponto, Sr. Presidente Eduardo, eu sou, além de Senadora, eu sou Vice-Presidente de Secretaria de Confederação Nacional da Agricultura, e tomei posse em outubro de 2005. Toda a correspondência daquela Casa passa por mim e nós não recebemos, sob hipótese. Uma semana atrás, o nosso Superintendente foi chamado para apresentação já do questionário pronto. Então, portanto, a Confederação Nacional de Agricultura não foi consultada.

O seguinte ponto, eu gostaria muito que o senhor pudesse me passar as pesquisas que o senhor garante ter, pesquisas domiciliares, anuais, da PNUD, a respeito da saúde e educação no campo. Eu gostaria que o senhor pudesse me fazer essa gentileza de me enviar esses dados para a Confederação Nacional de Agricultura e também, como Senadora, é muito importante que eu possa ter a possibilidade de avaliar esses dados.

Último ponto, Sr. Presidente, eu gostaria que o senhor me respondesse a respeito do FPM. Porque eu só soube do censo e fiquei bastante preocupada, muito preocupada, lhe confesso, não foi inicialmente nem pelo censo agropecuário, porque no momento que eu vi a apresentação na televisão, três semanas ou duas atrás, já aparecendo os treinados, os treinandos, os que vão para o campo e tudo, eu me assustei e só

me lembrei do FPM, porque nós estávamos em plena marcha, em Brasília, dos Prefeitos, e na hora veio na minha cabeça isso, e nós pedimos aos Prefeitos que se atentassem a respeito do assunto, porque ali estaria o ponto crucial, que seria a diminuição ou o aumento do FPM dos Municípios. Então foi quando eu tomei conhecimento e não podia adivinhar que na internet tinha à disposição esse formulário, mesmo porque vocês não divulgaram, e eu só vi três semanas atrás, ou duas, durante a marcha de Prefeitos, que teria agora, poucos dias depois, começaria o censo do IBGE, depois de dez anos. Por isso pedi ao Presidente que apressasse a sua vinda, porque eu estava preocupadíssima. Então eu quero perguntar ao senhor o seguinte: nós que somos do interior e freqüentamos os Municípios, por muitas das vezes nós vemos os Prefeitos reclamarem do número de habitantes, “Kátia, não é possível. Aqui eu tenho 25 assentamentos – tem uma cidade no meu Estado que tem um cumulo de ter 25 assentamentos - e eles não contam os assentamentos. Eu estou recebendo menos”. E aí vai todo o tipo de dúvida que é pertinente um Prefeito e que conhece bem o Município, mesmo porque ele tem Agente de Saúde, ele tem os indicadores de educação, ele tem os indicadores dos programas sociais de Governo Federal, Estadual, Municipal... Quer dizer, eu não sei, é tanta contagem e tanta recontagem de gente nos Municípios a todo momento que o Prefeito quase que conhece todo mundo pelo nome e sobrenome. Então às vezes “o Agente chegou, a porta estava fechada, o fulano estava na roça, a mulher na escola limpando chão, então bateu uma vez, foi embora e não contou”. Então esse monte de problemas. E eu preocupada, porque eu sei que chega em nós políticos em nível federal. Os Prefeitos de Tocantins, nós fizemos uma grande reunião às pressas depois do anúncio, para que todos pudéssemos ajudar o IBGE nas equipes, acompanhar as equipes, colocar principalmente os Agentes de Saúde junto, porque conhecem todas as casas, quem mora, quem não mora e quantos são, mas a nossa preocupação é, depois desse computador, desse *palm*, da contagem total do Município, o Prefeito vai ter o direito de ver e contestar imediatamente na Justiça ou só depois do conto geral, da contagem, que depois, que a gente diz lá no interior também, que “Inês é morta”, porque aí é muito mais complicado e numa diferença às vezes, Presidente Joaquim Roriz, o senhor sabe disso, foi Governador, às vezes uma diferença de cem habitantes ou de 20 habitantes ele pode cair de 0.8 para 0.6 o seu índice de FPM. Então os Prefeitos estão aterrorizados. Porque não basta acompanhar. Ele acompanha, faz tudo, recebe o IBGE, aluga casa, monta estrutura para vocês, como todo Prefeito faz com o maior inte-

resse, mas na hora de dar resultado, ele fala “eu não concordo”. E aí? Então nós estamos preparando ações na Justiça, nada contra o órgão especificamente, mas como uma proteção ao líder Prefeito que está soterrado, sem recursos, com imensa dificuldade nos seus Municípios, a marcha mostrou isso há poucos dias, então eu gostaria de saber se vai ter o agendamento, em primeiro lugar, “cidade tal, que dia e hora chega, que dia e hora sai”, e se os Prefeitos terão direito a ver o número redondo, no final, do seu Município, na hora, e ter o direito de contestar. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Continua livre o uso da palavra. Não havendo mais nenhum dos senhores que queira se manifestar, nem Senador nem Senadora, nós vamos encerrar esta reunião... Então está aqui o nosso Presidente do IBGE, solicitando a palavra para poder dar resposta à Senadora Kátia Abreu.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Bom, Senadora, em relação ao primeiro ponto, sobre a credibilidade, eu tenho certeza, e agradeço a sua declaração inequívoca de que a senhora também é mais uma brasileira que confia plenamente no trabalho da instituição. E a maior prova é a sua participação e presença nessa audiência e eu também, como representante dessa instituição, quero dizer que é um dever nosso, sempre que convidados, ou convocados virmos aqui para isso. Estamos exatamente trabalhando a instituição inteira no sentido de assegurar à sociedade brasileira mais um conjunto de informações que venham a ser úteis para nós entendermos a nossa realidade. Repito que os dados do IBGE não terão outros usos que não o uso estatístico. Cada cidadão brasileiro pode ter a certeza de que as suas informações, uma vez entregues ao servidor do IBGE, o dado é absolutamente fechado, criptografado, e aquela informação individual não é mais acessível por ninguém na localidade. Essa é a primeira informação. Mas é importante também entender o seguinte: se o dado é absolutamente criptografado e ninguém mais vai poder ter acesso a ele, como é que depois a comunidade local vai poder se manifestar? Exatamente na hora em que o IBGE estiver encerrando o trabalho, nós, que já criamos essa Comissão Censitária Municipal, desde o ano passado, ela foi criada com a seguinte filosofia: 2006 é o ano de preparação do censo. O trabalho do censo, como eu mostrei aqui, inicia pela delimitação das áreas onde cada Município deverá ser recenseado e cada uma delas por um recenseador. Cada uma dessas pequenas áreas apresentadas aqui, cada uma dessas áreas, chamadas por nós de setores censitários, e depois o conjunto dão todos os setores censitários, o IBGE traçou um mapa de cada Município brasileiro, esse é o trabalho que a

gente chama da base territorial, o mapa de cada Município brasileiro foi apresentado a cada Comissão Censitária Municipal, às 5.564, para que os representantes locais verificassem se o que o IBGE diz que é o limite daquele Município corresponde com o que o gestor municipal inclusive trabalha também. E ali a senhora pode ter certeza de que dúvidas apareceram. E uma vez encontrada e apresentada dúvida, coube ao IBGE dar os devidos esclarecimentos. Alguns esclarecimentos, algumas dúvidas são de interpretação quanto ao limite territorial. Quem tem que dar o devido esclarecimento será a Assembléia Legislativa do Estado quanto a eventuais dúvidas sobre o perímetro de cada um dos Municípios. Então são questões que não é o técnico do IBGE quem resolve. É a Assembléia Legislativa. Se disser respeito a Município dentro do Estado. Se disser respeito a limite entre Estados, é o Congresso Nacional que tem que se manifestar também.

Então, em relação a diferença que possa haver em termos de limite entre, por exemplo, Amazonas e Acre, é o Congresso Nacional que tem que se manifestar. O técnico do IBGE não vai fazer isso enquanto não chegar numa decisão já transitada em julgado em cada um daqueles aspectos mencionados. Isso em relação a questão territorial.

Esclarecida a dúvida, o trabalho, entramos no ano de 2007 com o mapa de cada setor e de cada Município definido. Os nossos recenseadores vão a campo. Estamos em 2007. Estas Comissões Censitárias Municipais se reunirão durante os próximos meses, quando o trabalho estará em campo e, quando o trabalho de cada Município terminar, tem que haver a convocação de uma outra reunião da Comissão Censitária Municipal, quando o IBGE apresenta aos representantes locais um número que ele considera o número relativo à população daquele Município. Nessa ocasião, o representante, todos os Municípios terão o direito e o poder de se manifestarem. Se concordarem com o IBGE, assinarão a Ata concordando. Então aquele dado está definitivamente concluído. Se não concordarem, apresentam os termos da sua discordância. Por exemplo, uma determinada legalidade, considerada pelo Prefeito como pertencente ao Município, não foi, por exemplo entrevistada, suponhamos. Então o técnico do IBGE vai ter que responder a essa indagação. Uma vez dado o esclarecimento, temos novamente duas possibilidades: o Prefeito, ou qualquer representante se dá por satisfeito, então mais uma etapa incluída; ou então ele continua considerando insatisfatório o resultado da sua população, aquela Comissão Censitária Municipal não encerra o seu trabalho.

Então, nós temos instâncias hierárquicas dentro do IBGE para dar conta de todas essas questões

relativas a limite e população: a primeira instância é o representante local do IBGE, que preside a Comissão Censitária; a segunda instância é a supervisão do IBGE para uma determinada região, por exemplo, um recenseador do IBGE ele trabalha no Município, ele tem um chefe para aquele Município, um conjunto de Municípios contidos compõem uma área de coleta do IBGE, que já é uma soma de Municípios, eu tenho um supervisor para essa área, então é esse supervisor que terá que fazer a avaliação daquela pendência; se também nessa etapa não houver esclarecimento, será o chefe da unidade estadual do IBGE que terá que tomar a decisão, em cada Estado Brasileiro o IBGE tem uma representação na sua capital, então já é a terceira instância onde nós teremos a oportunidade de dar os devidos esclarecimentos; a última instância é a Direção do IBGE, o Presidente do IBGE e o Conselho Diretor. Esperamos que até lá todas as dúvidas tenham sido sanadas. Caso ainda surja alguma dúvida, alguma pendência até lá, aquele dado vai ter que ser reavaliado. A senhora pode ter certeza de que não estamos pedindo o apoio da comunidade local e virando as costas para a comunidade depois de concluído o trabalho. Nós também ficamos muito sensibilizados quando... A senhora citou o caso de cem pessoas, nós temos estimativas de que por conta de uma única pessoa um Município recebe mais, ou menos recursos. E é exatamente por isso que o IBGE não deixou de pleitear recursos para fazer essa contagem, mesmo que o tempo adequado tivesse passado. Ela deveria ter sido feita em 2005. Não houve recurso. Pleiteamos para 2006, não houve recurso. E insistimos para que fosse feita em 2007, porque sabemos que as comunidades mais desfavorecidas dependem quase que exclusivamente do FPM para a gestão local. Por isso é importante que o número seja preciso, atualizado, e é importante que o interessado acompanhe o nosso trabalho. Porque, como a senhora disse, depois, “Inês é morta”. Se o IBGE divulgar o resultado não tem mais como resolver as pendências.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Sr. Presidente, então o senhor quer então dizer com isso que enquanto não chegar na quarta instância e a dúvida acabar essa Comissão Censitária não assina e, portanto, esse Município não vai para o compito geral?

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Exatamente isso. E lembro a senhora que muitas das situações em que nós no censo de 2000 ouvimos de representantes locais dizerem que não concordavam com o dado, nós vimos que depois nas atas das reuniões ou havia

ausência de representantes ou os representantes não se manifestaram. Então é preciso que haja interesse e participação efetiva da comunidade local. É lá, enquanto o trabalho está em campo, que é hora de manifestar. Depois, somente pela Justiça. Porque o dado já está, pela lei, nós temos prazo para divulgar.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Havendo esclarecimento para a Senadora e não havendo mais nenhum Senador ou Senadora que queira manifestar, nós queríamos comunicar a esta Comissão que amanhã, quarta-feira, nós estaremos recebendo aqui, em reunião conjunta com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão do Meio Ambiente, para tratar dos seguintes assuntos: produção e exportação de álcool e etanol, bem como do biodiesel. São assuntos altamente importantes. Foi por esta razão que nós convocamos este encontro com o representante do IBGE e os demais, que antecipasse para hoje. E hoje é um dia difícil de fazer uma reunião com a presença de todos os Senadores e Senadoras, porque terça-feira geralmente é onde reúnem todas as Comissões do Senado e com isso prejudicou a frequência de Senadores e Senadoras. Mas eu disse, no princípio, inicialmente, pela mídia estar aqui e toda a Assessoria, todos os demais Senadores da Comissão que não puderam comparecer, por razões óbvias, terão naturalmente as informações de tudo que aconteceu aqui nesta Reunião. Ao encerrar, eu quero agradecer a todos os presentes e, inicialmente, eu agradeço ao Presidente do IBGE, Dr. Eduardo Pereira Nunes pela belíssima explicação e pela demonstração de conhecimento total sobre as questões e muitas informações trouxe aqui para este Plenário, e eu agradeço muito a sua presença e o seu trabalho; quero agradecer também o Sr. Regis Norberto da Cunha, Coordenador de Estudos e Informações Agropecuários da Secretaria de Política Agrícola; agradecer Jackson William Nagorni, que é Secretário de Agricultura Familiar, da Secretaria de Agricultura Familiar; e agradecer também Luciano Carvalho, que representa a Confederação; e agradecer de uma forma especial o nosso Presidente da Federação da Agricultura do Distrito Federal, que é também Presidente do Sindicato dos Criadores de Bovinos e Equinos do Distrito Federal, o Dr. José Roberto Nogueira Dias, a quem eu agradeço pela gentileza e pela sua demonstração de conhecimento e competência. Assim sendo, nós declaramos encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 13h52.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 9ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2007.

Às dez horas e trinta minutos do dia dezoito de abril de dois mil e sete, na sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, do Senador **JOAQUIM RORIZ**, reúnem-se as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, com a presença dos Senadores(as): **MARISA SERRANO, SIBÁ MACHADO, DELCÍCIO AMARAL, EXPEDITO JÚNIOR, AUGUSTO BOTELHO, NEUTO DE CONTO, CÉSAR BORGES, JONAS PINHEIRO, KÁTIA ABREU, FLEXA RIBEIRO, OSMAR DIAS, JOÃO RIBEIRO, JOÃO PEDRO, ROSALBA CIARLINI, MARCONI PERILLO, JOÃO TENÓRIO, RENATO CASAGRANDE, FLÁVIO ARNS, SERYS SLHESSARENKO, INÁCIO ARRUDA E GARIBALDI ALVES**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Heráclito Fortes, Fátima Cleide, Fernando Collor, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Valter Pereira, Eliseu Resende, José Agripino e Jefferson Perez. Deixa de comparecer por motivo justificado o Senador Cícero Lucena. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Joaquim Roriz, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para tratar da importância e dos problemas relacionados à produção e exportação de álcool e etanol, bem como do biodiesel, com adendos do Senador Osmar Dias e da Senadora Marisa Serrano, em cumprimento ao **REQUERIMENTO Nº 4, DE 2007 - CRA**, e ao **REQUERIMENTO Nº 10, DE 2007 - CMA**, que requer nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta das Comissões de Meio Ambiente (CMA) e Reforma Agrária (CRA) para tratar da importância e dos problemas relacionados à produção e exportação de álcool e etanol, ambos de **AUTORIA** do Senador Sibá Machado, com a presença das seguintes autoridades: **SR. REINHOLD STEPHANES** - Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; **SR. ARNOL-**

DO ANACLETO DE CAMPOS – Coordenador Geral da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário; **SR. ROBERTO RODRIGUES** - Presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP e Coordenador da Comissão Interamericana do Etanol; **SR. IVANECK PERES ALVES** – Assessor Jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; **SR. ANTÔNIO DE PÁDUA RODRIGUES** - União da Indústria de Cana de Açúcar – ÚNICA (indicado pelo grupo MOEMA); **SR. RICARDO COTTA** - Representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Sibá Machado, Osmar Dias, César Borges, Jonas Pinheiro, Kátia Abreu, Renato Casagrande, Marconi Perillo, João Pedro, Antônio Carlos Valadares, Expedito Júnior, Marisa Serrano, João Tenório e Augusto Botelho. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA REALIZADA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e um minutos, lavrando nós, Marcello Varella e José Francisco Carvalho, Secretários das Comissões, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, conjuntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Joaquim Roriz**, Presidente da Comissão.

11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE CONJUNTA COM A 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE ABRIL DE 2007 ÀS 10 HORAS E 19 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a 11ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e controle do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da ata da reunião anterior. Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado. É dada como aprovada a ata da reunião anterior.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, a presente reunião destina-se a realização da Audiência Pública com a finalidade de tratar da importância e dos problemas relacionados a produção e a exportação de álcool e etanol, bem como do biodiesel, em cumprimento ao

Requerimento n. 04 de 2007 e n. 10 de 2007, ambos de autoria do Senador Sibá Machado, com adendo da Senadora Marisa Serrano e do Senador Osmar Dias, com a presença dos seguintes convidados, que desde já convido para compor à mesa que já estão aqui o Doutor Reinhold Stephanes, o Digníssimo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o senhor Roberto Rodrigues, a quem convidamos para compor esta mesa, ex-Ministro da Agricultura e Presidente do Conselho Superior do Agronegócio da FIESP e Coordenador da Comissão Interamericana do Etanol.

Convidamos o senhor Arnaldo Anacleto de Campos, Coordenador Geral, da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Também Ivaneck Peres Alves, Assessor Jurídico da Coordenação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG; Antônio de Pádua Rodrigues, Presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar, indicado pelo Grupo Moema, Diretor; Ricardo Cota Ferreira, Superintendente Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, quero agradecer a presença dos senhores Silvio Crestana, que é Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e Ângelo Bressan Filho, Diretor do Departamento de Cana-de-Açúcar e Agroenergia.

Em seguida, vamos passar a palavra para o Excelentíssimo Sr. Reinhold Stephanes, Ministro de Estado da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Com a palavra o Ministro Reinhold Stephanes.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Meu caro Presidente, minha cara Senadora Marisa e demais, Ministro Roberto Rodrigues, Marcos Montes, nosso Presidente da Comissão de Agricultura, Senadores, colegas de trabalho.

Eu acho que a discussão do tema da convocação é importante, é fundamental. Eu acho que a criação dessa consciência que nós temos que ter, de produzir respeitando o meio ambiente, acho que isso é muito bom. E acredito na visão de todos hoje que atuam nessa área, isto é perfeitamente possível, ou seja, nós temos condições de aumentar em muito a nossa produção de etanol respeitando todas as condições sócio-econômicas e ambientais necessárias para isso, basta sermos inteligentes e basta sermos capazes de fazer isto.

Nós hoje usamos uma área em torno de 50 milhões de hectares, para a produção de grãos. Se a gente já observar nos últimos dez anos, nós estamos crescendo muito mais em produtividade do que em ocupação de novas áreas, ou seja, nós estamos conse-

guindo praticamente estabilizar áreas e, conseguimos produzir mais - e são quase 50 milhões de hectares. Quando nós tratamos de etanol, além da tecnologia que se desenvolveu nos últimos 25 anos, além do aumento da produtividade que foi extraordinário, nós ocupamos hoje uma área em torno de um pouquinho mais de 10% da área correspondente que nós usamos para a produção de grãos, ou seja, um pouco mais de... Em torno de seis milhões de hectares.

Já na área de pastagens, embora os números divergem um pouquinho -, mas os números que a gente consegue obter, mas nós estamos usando o quê? Em torno de 450 milhões de hectares em áreas de pastagens. Calcula-se que 30 a 40 ou até 50 milhões - conforme o critério que se usa nisto - desta área seja considerada já uma área degradada. Portanto uma área que nós devíamos recuperar de uma forma ou de outra, e recuperar parte, ocupar parte dessa área para produzir, a cana, seria uma forma de recuperar parte desta área.

Uma outra visão que pode ser ter, quando se fala muito nessa euforia do etanol, quer dizer, isso é um processo que não é tão rápido quando se imagina. Quer dizer, se hoje nós temos 350, mais ou menos, aproximadamente, usinas em operação, temos perto de 50 em instalação, quer dizer, novamente, 13, 14% de aumento. Temos mais em torno de 50 ou 57 previstas para frente. Isso deverá trazer um aumento de ocupação ou de área adicional, de 10, 15% ao ano, não muito mais do que isso, ou seja, isso é um processo que vai acontecer ao longo de alguns anos.

Então, nós temos esta visão e a EMBRAPA vem estudando isso e outros órgãos vinculados ao Ministério e também fora do Ministério, no sentido de que isto aconteça de forma ordenada e que isto aconteça obedecendo, evidentemente, todos os requisitos ambientais. A EMBRAPA, inclusive, já estuda para a gente tentar introduzir isto nos próximos anos - talvez não seja uma coisa imediata - de uma certificação para os produtores de álcool, e com essa certificação, evidentemente com todas as condições de produção consideradas corretas, inclusive sob o ponto de vista ambiental.

Quer dizer, evidentemente, que essa certificação seria fundamental, para que se possa atingir determinados mercados em termos de exportação e aí, possivelmente... Eu até acredito que os nossos produtores de açúcar e de etanol ou produtores de cana, têm a consciência hoje, têm a capacidade e a possibilidade de respeitarem os requisitos que forem estabelecidos.

Então, sobre o aspecto ou sobre o objetivo da convocação desta Comissão, da nossa presença hoje para participar era essa uma pequena introdução da

questão e achando que efetivamente nós temos condições de atender as preocupações, que o Senador que solicitou a nossa convocação tem em relação a esta questão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Obrigado ao senhor. Antes de passar a palavra a quem solicitar, eu quero comunicar aqui a presença do ex-Ministro da Agricultura, que está nos prestigiando aqui neste instante, que é o Dr. Luiz Carlos Guedes Pinto, a quem agradecemos pela sua presença. E também queremos agradecer a presença do Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, Deputado Marcos Montes. Eu quero também agradecer a presença do Senador Marcondes Perillo, ex-Governador de Goiás que encontra-se aqui no recinto. E também, do Deputado Ronaldo Caiado e aos demais parlamentares aqui presentes eu quero cumprimentar a todos pela sua presença.

Em seguida, passamos a palavra ao Doutor Roberto Rodrigues, ex-Ministro da Agricultura, que é Presidente do Conselho Superior do Agronegócio da FIESP e Coordenador da Comissão Interamericana do Etanol, a quem eu passo a palavra.

SR. ROBERTO RODRIGUES: Ilustre Senador Joaquim Roriz, que preside essa Comissão, Senadora Marisa, grande amiga de muitos anos de trabalho em conjunto, Srs. Senadores que compõem a Mesa, senhores debatedores que nos acompanham, caro Ministro Luiz Carlos Guedes Pinto, grande amigo de 46 e 47 anos, Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, Deputado Marcos Montes, senhores Senadores, senhoras e senhores. Eu fico muito orgulhoso Senador Joaquim Roriz, pelo convite para participar de uma discussão de um tema tão relevante e tão momentoso como é este da agroenergia dos biocombustíveis, essencialmente do etanol e do biodiesel, postulação do Senador Osmar Dias.

Eu queria iniciar a minha conversa Senador Joaquim Roriz, me desculpando por ter olvidado na saudação, do meu grande amigo Ministro Reinhold Stephanes, em quem depositamos grandes esperanças no sucesso de políticas públicas que estimulem a agricultura brasileira a continuar crescendo como vem sendo até hoje. Ministro Stephanes, muito boa sorte ao senhor e conte sempre conosco nas suas lutas e suas demandas.

Mas eu queria iniciar Senador Roriz com uma questão semântica. Há uma discussão hoje em vários países do mundo sobre a terminologia adequada para a questão dos biocombustíveis: Agroenergia ou bioenergia? Tem gente que fala bioenergia e tem gente que fala agroenergia. Eu insisto na terminologia, agro-

energia, porque não existirá etanol nem biodiesel, sem agricultura por trás.

Eu sou um veterano nessa área e acompanhei o nascimento e o crescimento do PROÁLCOOL e, muita gente boa montou usina de álcool e esqueceu plantar cana, e quebrou porque não fez agricultura. Então, sem agricultura não tem bioenergia. Portanto, o biocombustível tudo bem. Agora, energia é agro, é preciso ter clareza disso, porque sem agricultura as coisas não funcionam. Bem, é por causa disso que eu quero começar aqui também a minha apresentação, discutindo um tema que não tem nada que ver com agroenergia, mas tem a ver com segurança alimentar.

No século XX, a grande preocupação que o planeta viveu em função da fome que grassou na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial foi garantia de alimentos. Então, a Europa traçou um programa estratégico chamado Segurança Alimentar, nunca mais a Europa passaria fome. Foi uma decisão tão forte que deu origem a PAC, Política Agrícola Comunitária com uma vertente muito clara de caráter econômico. Não importa quanto custa, não vai mais faltar comida na Europa, isso se traduziu por um esforço político vigoroso com subsídios tão vultosos, na linha de que: “Não importa quanto custa, vamos ter garantias de alimentos”, que até hoje os subsídios agrícolas europeus correspondem a 34% do PIB europeu.

Ora, qualquer companheiro ligado à agricultura sabe aqui, que a agricultura não dá 15% de lucro na média em hipótese alguma. Então, se o subsídio é 34%, na Europa não tem agricultor, tem tomador de subsídio. Os Estados Unidos tem um subsídio de 17% sobre o PIB agrícola. No Japão é 58%. Os países do Ocidente todos somados, têm 31% de subsídios sob o BIP de suas agriculturas também somadas.

De modo que é relevante considerar esse fato: No século XX segurança alimentar era uma estratégia continental que deu origem a um projeto de tal envergadura que chegou a produzir a união dos países europeus em torno da então Comunidade Econômica Européia. Naturalmente, somando esse processo com a questão do aço que também surgiu em seguida, mas o tema central era segurança alimentar, dando origem a atual União Européia que, se transformou num continente de importador de alimentos em um continente exportador de alimentos. Havia uma estratégia, uma visão estratégica de longo prazo.

Pois, bem. No século XXI, a agricultura tem uma demanda adicional. E é importante ressaltar que essa proposta, essa demanda colocada à agricultura pelos governos da União Européia, dos países europeus então na época, funcionou; tanto que a população dobrou de lá para cá no planeta e a oferta de alimentos

cresceu 25%. Então, a agricultura respondeu a esse projeto, essa proposta de segurança alimentar, de garantia de alimentos de uma maneira absolutamente espetacular.

Hoje no século XXI, o tema é energia. Não se desenvolve mais nenhum país, nenhuma nação, nenhum povo, sem energia. Então, o tema que hoje percorre o mundo inteiro, no ocaso, vamos dizer assim, da civilização do petróleo é o tema de Segurança Energética. E o mundo começa a desenhar um projeto universal de segurança energética, estrategicamente falando. E é para isso que nós precisamos olhar hoje. Eu tenho andado bastante pelo mundo todo, muito antes de ser funcionário do Governo, na área privada, depois como Ministro e, posteriormente, continuo viajando, hoje, como Presidente do Conselho da FIESP e, também do Centro de Agroenergia e do Agronegócio da Getúlio Vargas e como membro cotiama(F) dessa Comissão do Ministério sobre Etanol.

E, estou convencido, Sr. Presidente e Sr. Ministro, que a agroenergia representa um novo paradigma agrícola para o mundo inteiro. Acho até que a geoeconomia agrícola mundial, vai mudar por causa da questão energética, por causa da agroenergia. Países de continentes inteiros que hoje são miseráveis, como é o Continente Africano, por exemplo, podem se transformar em produtores de etanol a partir de celulose, a partir de capim, dentro de 10, 15, 20 anos; gerarem emprego, riqueza, renda num projeto que muda o cenário mundial de equilíbrio de forças econômicas e políticas, até criando um projeto muito mais democrático para o planeta, porque biocombustível ou agroenergia qualquer país pode produzir; qualquer um.

Então, é muito mais democrático não é um produto finito, fóssil e que já está dado o seu depósito nos diferentes países do mundo de maneira bastante desigual. A agroenergia não, qualquer país pode fazer o seu biocombustível, obviamente que alguns terão maior comodidade que outros, porque a agroenergia como vêm da agricultura depende de terra disponível, depende de sol, depende de água, depende de tecnologia, depende de gente. O Brasil tem esses cinco temas e com excelência competitiva em todos eles e com vantagens sobre vários países eventualmente concorrentes. De modo que nós estamos diante de um programa absolutamente revolucionário na História Universal, porque tem a ver com a renovabilidade dos combustíveis, tem a ver com a questão muito melhor do ponto de vista de sustentabilidade, tem a ver com a redução da importação de combustíveis fósseis - por muitos países do mundo inteiro hoje dependem desse - e gerando riqueza e renda no interior dos países.

Portanto, há um horizonte de agroenergia no planeta inteiro absolutamente formidável. E nós, então, temos uma condição única - eu não gosto de falar isso Ministro, porque a gente fica falando que temos uma oportunidade que a história coloca no nosso colo, mas é verdade. Neste caso é verdade. Por quê? Porque o Brasil tem o domínio da tecnologia, porque a cana de açúcar é hoje em dia disparado, a melhor matéria prima para produzir etanol. O Brasil é o melhor país produtor de etanol do mundo. Nós temos a melhor tecnologia, temos uma experiência de 32 anos do PROÁLCOOL funcionando efetivamente.

Então nós temos uma condição de liderar um projeto mundial, voltado para uma melhoria das condições ambientais e com sustentabilidade gerando emprego, riqueza e renda em todos os países. Temos a condição, portanto, de liderar esse projeto que muda a civilização para um sentido mais positivo para um sentido mais decente, mais equilibrado e mais estável. No entanto, nós precisamos definir para o país uma estratégia para esse tema. Hoje, todos sabemos que há um crescimento da produção de cana no Brasil, o Ministro da Agricultura foi muito feliz ao mostrar que a cana para etanol hoje é pouco mais que três milhões de hectares, ou seja, é 5% da área plantada para toda agricultura; cana-de-açúcar 10%, etanol é metade é 5%. E o espaço que existe para aumentar mais essa área horizontalmente é enorme, da mesma forma como o horizonte de crescimento vertical por causa de melhoria de tecnologia e produtividade também é ilimitado.

Então, temos uma condição excepcional comparativamente com outros países e precisamos definir uma estratégia. Onde é que o Brasil quer chegar com a produção de etanol ou de biodiesel, como pede o Senador Osmar Dias. Quanto vamos produzir de etanol de cana-de-açúcar? Para quem? Para o mercado interno quanto? Para o mercado externo quanto? Sob que formas de contratos? Como serão os contratos de longo prazo na compra e venda de biocombustível, a partir da agroenergia?

Nós precisamos fazer como tem sido insistentemente reclamado, um zoneamento agroecológico para partir de cana-de-açúcar, que garanta a sustentabilidade do processo do ponto de vista ambiental e, que dê origem a programas de financiamento. Quer plantar cana aonde não dá cana? Pode plantar, mas sem financiamento, depois não venha reclamar do Governo. Agora, se tiver uma condição viável economicamente, então, pode ter financiamento.

Como é que vai a questão do modelo de produção? Nós temos hoje um modelo concentrador no setor sucroalcooleiro, indiscutivelmente concentrador. Não obstante, o modelo original pensado por um brasileiro

extraordinário chamado Barbosa Lima Sobrinho, que foi quem escreveu o Estatuto da Lavoura Canavieira, nos anos 40 ainda e, foi o primeiro homem do mundo a falar de fato em cadeia produtiva. Mais tarde *agribusiness* e cadeia produtiva, foram definidas em Harvard por Ray Goldberg e seus seguidores, mas vinte anos antes Barbosa Lima Sobrinho, esse brasileiro extraordinário, já tinha pensado o modelo da cadeia produtiva estabelecendo que, a produção de cana tinha que ser feita pela usina em 50% e pelo produtor de cana em outros 50%, para dar um equilíbrio de distribuição de renda no processo.

Posteriormente, o próprio modelo de desenvolvimento brasileiro foi reduzindo essa participação no setor agricultor e praticamente eliminando a condição do pequeno produtor participar do processo. Então, hoje podíamos desenhar um novo modelo usando essa oportunidade que o mundo inteiro olha para o Brasil com curiosidade, um novo modelo em que o agricultor tenha uma participação muito maior na produção do etanol, recebendo não pela cana, porque cana todo mundo sabe é um produto que não tem mercado. Não tem mercado porque o produtor de cana só pode vender a cana dele, para uma usina que esteja a uma distância tal, que permita um frete onde ele veja lucratividade, acima de certa distância não tem como produzir cana. Então, não existe mercado de cana-de-açúcar. Há uma relação entre a usina produtora de cana definida pela distância e não por nenhuma outra razão. Então, o preço da cana é um preço que não é sujeito a disputas mercadológicas de modo que há uma relação mais complicada nesse setor. Não significa não haja justiça nesse processo.

O estudo do açúcar e do álcool tinha um desenho feito por Barbosa Lima Sobrinho, uma direção, mas era um modelo intervencionista que não cabe mais. Com o fim do IAA, o Instituto do Açúcar e do Alcool, surgiu o CONSECANA, que é um Conselho que hoje permite um entendimento entre o produtor de açúcar e de álcool e o produtor de cana, que dá uma dimensão razoável no processo, mas eu defendo hoje o modelo pelo qual a remuneração do produtor de cana não seja por tonelada de cana, seja por litro de etanol. Ele vai receber etanol, da mesma forma que o CONSECANA remunera pela cana, mas pelo açúcar produzido por aquela cana. Então, é criar um novo modelo com melhor distribuição de renda e permitindo ao pequeno produtor, sobretudo através de cooperativas uma participação nesse processo.

Há uma série de discussões que são travadas hoje em função de desconhecimento do assunto, e o Ministro Stephanes já colocou o dedo numa das feridas principais, que hoje é objeto até de uma discussão

na mídia mundial: A produção de agroenergia vai confrontar com a produção de alimentos no mundo, não é verdade. E o Ministro Stephanes já deu essa definição claramente. O Brasil tem hoje 62 milhões de hectares agricultáveis, dos quais três para etanol. Temos 90 milhões de hectares de pastagens - dos 220 milhões atuais de pastagens - que podem ser utilizadas para agricultura e apenas 22 para cana-de-açúcar.

De modo que o limite máximo de crescimento da cultura de cana-de-açúcar no Brasil, é de sete vezes e meia a área atual cultivada com cana para etanol. Apenas sete vezes e meia, o que nos permite imaginar um dia uma área de 25 milhões de hectares para etanol, no limite de máximo possível pensando no consumo interno e externo. Agora, é óbvio que dentro de 15 anos seguramente teremos o dobro da produção de etanol por hectares, o que nos permitirá multiplicar não por sete vezes, mas por 15 vezes a produção de etanol no Brasil, chegando a uma produção de 200 e todos bilhões de litros de álcool, o que permitiria ao Brasil suprir 10% da demanda mundial de petróleo, sobretudo 10% de etanol brasileiro de petróleo no mundo inteiro.

Então, com o horizonte que temos de crescimento horizontal é limitado. Vertical não é tal limitado, o que leva a uma preocupação. Como é que fica o processo tecnológico? O Brasil hoje, eu disse e o Ministro Stephanes também disse, é líder tecnológico do processo, só que os americanos estão colocando esse ano um bilhão e 600 milhões de dólares em pesquisa para etanol de celulose e de qualquer outra matéria prima. Nós temos um orçamento eu diria ridículo, se somarmos todos os órgãos de pesquisa brasileiros para pesquisa em agroenergia em geral e para etanol em particular.

Se esse processo se mantiver nos próximos cinco, dez anos é muito provável, é seguramente provável, que o Brasil em dez anos perca a liderança mundial e tecnológica. E, se perder a liderança tecnológica, perdemos o comando do processo. Então, não pode acontecer mais isso, razão pela qual o Ministro Stephanes tem lutado, assim como o Ministro Guedes fez e eu também fiz ao lado do Presidente da EMBRAPA, Silvio Crestana, pela criação das Empresas de Propósito Específico, as chamadas EPES, que são permitidas pela nova Lei de Inovação Tecnológica que permite que o setor privado se associe financeiramente e empresarialmente a órgão de pesquisa, para que a gente possa ter investimentos privados na área da pesquisa.

Para tentar regulamentar esse processo, tem uma série de pequenas quízílias jurídicas e institucionais que têm que ser resolvidas para que a EMBRAPA, por exemplo, chefiando uma rede nacional de pesquisa,

possa gerar um programa tecnológico que mantenha o Brasil na liderança. E mais do que isso, coloque o Brasil mais ainda na liderança desses processos. Então, tecnologia é a questão essencial a ser resolvida.

Recursos humanos é outro problema. O Ministro disse que tem 350 usinas hoje no Brasil funcionando e há em perspectiva mais 100, quer dizer, um terço a mais. Precisa de gerente na área agrícola, na área industrial, na área de logística, cadê esses gerentes? Eu me lembro Ministro Stephanes e Senador Roriz, em 1947 o Presidente Dutra decidiu duplicar a produção açúcar no Brasil, porque havia um nicho econômico importante para essa produção. Então surgiram algumas dezenas de novas usinas de açúcar, sobretudo em São Paulo.

Eu assisti uma coisa interessante, porque o meu pai era gerente de uma fazenda de café e laranja no interior de São Paulo, cujos proprietários da Família Prado Chaves decidiram montar uma usina de açúcar na região de Jabuticabal, Guariba. Eu estou vendo aqui o Deputado Duarte de Nogueira de Ribeirão Preto, eu digo sempre que Ribeirão Preto pertence a Grande Guariba, porque foi lá que nasceu essa questão toda. Naquela região surgiram cinco usinas novas naquele lugar e não tinha gente. Não tinha gente para tocar essas cinco usinas novas. Eu me lembro muito bem do que o meu pai fez.

Ele chamou um mecânico que trabalhava na oficina mecânica, um rapaz inteligente, ágil, chamado Zé Batata, comprou um caminhão GMC, novinho em folha de duas cores e falou: “Zé Batata, você vai pegar esse caminhão...”. Senador, eu estou falando em 1947. “Vai pegar esse caminhão e vai para Alagoas. Vai na usina A, B e C, estão te esperando lá. Traga para mim um especialista em moenda, um eletricitista, um especialista em turbinagem, um cara que vai cuidar da área de estocagem de cana, traga essas 20 pessoas. Se você trouxe essas 20 pessoas o caminhão é teu”. 1947. O Zé batata foi e trouxe as pessoas. Resultado: Alagoas que era um centro tecnológico importante naquela época, produziu a revolução em São Paulo. A usina San Martin que era essa usina, produziu 50 mil sacas de primeiro mundo, porque tinha gente competente que veio de Alagoas. As demais usinas somadas, produziram cinco mil sacas porque não tinha gente.

Cadê gente para esse projeto? Eu me comprometo aqui, Ministro, a ser o Zé Batata do século XXI. Como eu estou hoje no centro de Agronegócio da Getúlio Vargas, estou montando com a EMBRAPA, com o Silvio Crestana e os seus companheiros, com a Escola de Piracicaba da USP, o primeiro Curso de Mestrado em Agroenergia, porque eu penso que o Brasil não pode se preocupar em exportar etanol, tem que exportar

usina de açúcar completa: carro *flex fuel*, inteligência, tecnologia, logística. Tem que exportar cérebros competentes para manter a liderança brasileira no processo. Então, recursos humanos é essencial.

Como é que fica a questão da Amazônia? Tem uma discussão recorrente hoje. Eu ouço na Europa todas às vezes que vou para lá e aos Estados Unidos: “Ah, vocês vão derrubar a Amazônia para plantar cana”. Só uma pessoa desinformada faz uma afirmação dessa natureza, porque a cana-de-açúcar é um canudo cheio de água doce. Então, se tem água no chão ela chupa aquela água e cresce, mas tem que ter uma hora que tem de parar de chover para concentrar aquela água doce em sacarose. Senão, não tem você tem sacarose, fica só glicose mais e levulose, que não se transformam em cristais de açúcar. Então, tem que parar de chover.

Ora, numa região em que chove todos os dias é impossível plantar cana, porque ela não completa o ciclo dela, de modo não vai ser possível plantar cana de açúcar na Floresta Amazônica. Evidentemente que há regiões em que isso é possível, nós não vamos destruir a Amazônia para plantar cana-de-açúcar é uma bobagem que tem que ser agronomicamente explicada, porque não faz sentido.

Outra questão, é a questão de logística e estrutura. Vamos produzir etanol, vamos exportar cinco bilhões de litros, dez bilhões de litros. Como? Cadê a estrada? Cadê a ferrovia? Cadê o *pipeline* para levar isso para o porto? Cadê a estrutura portuária? Tem que trabalhar em cima disso; mais do que isso. Quem vai ser responsável pela estocagem? O etanol é produzido em seis, sete meses e é consumido em doze meses: Como é que faz com isso?

Outra coisa tem que ter legislação tributária. O Governador Alckmin em São Paulo, reduziu a tributação do ICMS do etanol e aumentou a arrecadação. Então, nós tínhamos que ter uma harmonia fiscal e tributária. Eu conversei muito sobre isso com o Governador Marconi Perillo, grande Governador em quem o Brasil todo tem muita esperança, assim também como o Governador Aécio Neves, Deputado Marcos Montes, para encontrar uma harmonização na política tributária para que haja uma unidade de comportamento com relação a esse assunto, senão nós podemos perder competitividade em função desse processo.

Como é que fica a questão da mão-de-obra na agricultura? Hoje têm duas correntes complicadas em cana-de-açúcar ambas cobertas de razão. Uma corrente acha que o corte de cana é um trabalho duríssimo e um trabalho forçado demais; então, tem que eliminar o corte de cana manual e ir para o corte mecanizado. Outra corrente acha que o corte de cana mecanizado

vai gerar desemprego no campo, então, é preciso ir segurando para que o processo seja paulatino. Ambas as correntes têm razão.

O trabalho manual de corte de cana é um trabalho brutíssimo e tem que ser substituído pela mecanização mesmo, mas não pode ser uma coisa repentina, tem que haver um processo. Então, eu tenho defendido, Ministro - acho que é um tema que nós temos que pensar juntos isso aqui, me coloco a sua disposição e o Silvio Crestana também pensa nisso, no seguinte fato. Vamos pegar o Estado de São Paulo especificamente.

São Paulo tem hoje três milhões e 300, três milhões e 400 mil hectares de cana-de-açúcar. Estamos indo para quatro milhões. Bom, quatro milhões de hectares com cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, já é a maior área de cana-de-açúcar do Brasil disparado. Embora, nós tenhamos 13 ou 14 milhões de hectares agricultáveis em São Paulo, de modo que ainda não é um problema de monocultura, mas pode vir a ser. Então, não é a cultura de cana que é o problema, a monocultura como um conceito que é o problema sobre o qual nós temos que prestar atenção.

Desses quatro milhões de hectares aos quais se refere o Deputado Arliso(F) Nogueira(F), se for mecanizado todo o corte, Nogueira, entre 5% e 10% dessa área não pode cortar cana por causa da topografia, pedra, morro. Então, digamos que 10%, seriam 400 mil hectares no Estado de São Paulo. 400 mil hectares, Ministro, com frutas ganhas do Chile. Nós entupimos o mundo com frutas. Só que isso é na região onde produz cana, onde já estão as cooperativas produtoras de cana, onde já está a COPERSUCAR, que é uma Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Alcool no Estado de São Paulo, onde está a única trabalhando com isso.

Então, poderíamos criar produção de frutas de uma maneira integrada, gerando sucos, compotas, doces que seriam exportados para o mundo inteiro, agregando valor e criando uma alternativa de mão de obra muito mais digna para os trabalhadores, que sairiam do corte da cana para fruticultura, para seringueira, para madeira, dando uma alternativa de mão de obra muito melhor. Então, é um trabalho a ser desenvolvido e que tem um horizonte espetacular, desde que tenha uma questão estratégica para isso.

Como é que fica a questão da ALCOOLQUÍMICA? A Índia hoje olha a produção do etanol com olhos para a ALCOOLQUÍMICA, para substituir a PETROQUÍMICA lá na frente. Ora, isso é outro horizonte gigantesco para indústria brasileira a ser pesquisado. Cadê o projeto brasileiro de ALCOOLQUÍMICA? Não existe ainda. Como é que fica a questão da certificação? Existem algumas empresas hoje certificadoras

no Brasil, que estão certificando a cana-de-açúcar e já existe em São Paulo usina de açúcar, fazendo açúcar orgânico certificado.

Um programa para o etanol que produza verificação da atividade produtiva com rastreabilidade e certificação dá um *up grade* que agrega valor a nossa atividade. Precisamos pensar nisso com regras definidas nacional, e especialmente nos Estados mais produtores. Como é que fica questão da rotação de culturas? Senador Roriz, em 70, 1970, introduzi rotação de cana com soja na região de Guariba. Hoje um programa, graças ao Presidente do PLANALSUCAR, na época, Luís Carlos Corrêa Carvalho, transformou-se em um Programa Nacional de Produção de Alimentos com cana-de-açúcar. Isso é uma coisa importantíssima.

A transformação de pastagem em cana aumenta a produção alimentos. Por quê? Porque 15% da área plantada com cana tem que ser renováveis anualmente. Essa renovação é usada com soja, com amendoim, com girassol e com outras leguminosas que é a rotação de cana, gramínea, leguminosa. É a primeira tecnologia agrícola do mundo que melhora o solo, dá melhores condições de renda e utiliza a mão disponível equipamento agrícola, dando uma melhor condição para todo mundo nesse processo. De modo que a questão da rotação da cultura pode ser também um mecanismo, junto com o modelo de produção, determinante dos processos de financiamento para montagem de novas unidades industriais.

Então, tudo isso, Sr. Ministro, Srs. Senadores e Srs. Deputados que aqui estão, demanda na verdade uma estratégia, sem falar no biodiesel que é outro tema fundamental. O biodiesel, por exemplo, para Amazônia representa uma chance única através do dendê com uma atividade para agricultura familiar, que é, sem dúvida hoje, a melhor matéria-prima para produção de biodiesel, mas também no semi-árido nordestino com mamona, com pinhão manso e em outras regiões do país com outros produtos, o biodiesel é uma condição formidável para pequena agricultura, para o sistema cooperativista trabalharem juntos.

Tudo isso exige uma estratégia única, centralizada. Para onde é que nós estamos indo? Não sabemos. Estamos indo à matroca, cada um planta o que quer, aonde quer, e vai crescendo esse projeto. Daqui a pouco Ministro, se tiver um problema qualquer de superprodução vai tudo nas suas costas. O senhor não mandou ninguém plantar cana e construir usinas, mas vai cair nas suas costas e aqui no Senado e na Câmara dos Deputados, para fazer políticas que resolva o problema.

Então, nós precisamos ter uma estratégia nacional objetiva, com definição de área, de logística, de estocagem, de pesquisa, de recursos humanos, de alcoolquímica, de rotação de cultura, de estruturação de mão-de-obra, de aproveitamento de resíduos, de certificação. Enfim, são tantos os temas que exige uma estratégia nacional.

Então, eu tenho sugerido a discussão em torno da montagem de uma Secretaria Especial de Agroenergia, que incorpore as ações de todos os Ministérios, são oito Ministérios que trabalham com isso, mais PETROBRAS, mais ANP, mais EMBRAPA, mais a ANA, mais INMET, mais dezenas de universidades e órgãos privados e públicos. Então, temos que ter uma estratégia público-privada, não uma estratégia de Governo. Uma estratégia público-privada para o que crescimento seja equilibrado, harmonioso e consentâneo com a demanda mundial. Esse é um tema que eu queria aproveitar a oportunidade, Senador Roriz, para colocar aqui a V. Exa., aos seus companheiros de Senado como uma hipótese a ser discutida.

Finalmente eu queria fazer um último comentário sobre o papel do Brasil nesse projeto que surge. Eu já disse aqui em algum momento, que não tenho dúvida nenhuma de que a agroenergia muda o paradigma agrícola do mundo. Acho mais, acho que a OMC deveria ter um capítulo de agroenergia, só para cuidar desse assunto, porque realmente é tamanha a ordem de grandeza desse projeto de nível mundial, que muda a civilização. Países pobres poderão ser países mais bem desenvolvidos. Países mais ricos com maior emprego, com mais renda, inclusive nas regiões mais pobres do Brasil, criando esse colchão de riqueza para o trabalhador e produtor de cana, nós vamos ter melhor equilíbrio em cada país.

Portanto, mais democracia. Mais democracia implica em mais liberdade. Mais liberdade implica em paz universal, de modo que eu acho, sem querer aqui fazer romantismo nesse processo, eu acho que a agroenergia tem tamanha envergadura na montagem de uma nova civilização mais decente, renovável e mais justa, que nós não podemos perder a condição histórica que o Brasil tem de liderar o projeto de mudança da civilização. Um mundo mais justo e mais decente para todos nós. E, para que isso aconteça, nós temos que ter uma clara estratégia de inserção internacional.

Eu tive oportunidade de montar juntamente com o Presidente do BIRD, o colombiano Luis Alberto Moreno e com o ex-Governador da Flórida Jeb Bush, que esteve conosco aqui ontem, visitando a Câmara dos Deputados, o Presidente da República e alguns Ministros de Estado, o Ministro da Agricultura nos recebeu muito cordialmente, porque essa Comissão Hemisfé-

rica, busca promover o etanol como uma cultura para todo o continente americano. Por quê? Porque jamais teremos uma *commodity*, jamais teremos compradores que confiem num produto produzido por um único país. Então, é preciso esparramar a tecnológica e vender a tecnologia para ter a *commodity* comprador que seja aceitável por outros países do mundo.

Eu tive o prazer semana passada, Senador Roriz e Ministro Stephanes, eu tive o prazer de receber uma carta do ex-Premier Koizumi, a quem havia convidado há pouco mais de um mês para fazer parte da Comissão Hemisférica, para que ficasse claro para o mundo que Comissão Hemisférica Continental Americana, não tem nada a ver como opera o etanol, tem a ver com a promoção do etanol, com o consumo e com a produção. E a vinda dele, Koizumi para a Comissão agora, dá esse carimbo de uma Comissão Universal, voltada para a defesa de um mundo mais decente no futuro, para nós, para nossos filhos e para nossos netos.

Era essa a minha mensagem Senador, mais uma vez agradeço muito pela oportunidade e a todos os senhores pela atenção, especialmente ao Sr. Ministro Stephanes. Contem sempre conosco como seus colaboradores e auxiliares nesse projeto, conforme eu disse ontem na presença do Governador Bush. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Também nós vamos ouvir o Sr. Arnaldo Anacleto de Campos, que é Coordenador Geral da Secretaria de Agricultura Familiar, do Ministério do Movimento Agrário.

Com a palavra o senhor Coordenador Geral, Dr. Arnaldo Anacleto de Campos.

SR. ARNALDO ANACLETO DE CAMPOS: Ministro Stephanes, Senador Roriz, nosso ex-Ministro Roberto Rodrigues, o nosso ex-Ministro também, Guedes. Eu trabalho no Ministério de Desenvolvimento Agrário e sou responsável pelo Programa de Biodiesel.

O que eu pretendo apresentar para os Srs. Senadores e para as Sras. Senadores e Deputados aqui presentes é o estado da arte do Programa do Biodiesel. E em algum momento também a gente vai poder refletir um pouco sobre o potencial do biodiesel, seja no mercado interno, seja no mercado externo. E, como o Governo está trabalhando nesse programa para que ele possa ser um programa de produção de energia e como disse o Ministro Rodrigues, também um programa de desenvolvimento econômico e social.

Nesse estágio que nós estamos, nós estamos apenas no segundo ano do Programa de Biodiesel do Governo Federal, e praticamente iniciando a produção efetiva de biodiesel no país. Então, é um programa re-

cente que tem um potencial muito grande como a gente vai poder observar aqui. Pode passar, por favor.

Bom, esses são os três pilares que sustentam o nosso programa e aqui um desafio monumental, que o tempo todo nós temos que ser cobrados como Governo, como sociedade, como empresas, para conseguir equilibrar isso. Ele tem que ser um combustível ambientalmente correto e, no seu uso é muito claro que ele é ambientalmente correto, porque ele reduz efetivamente a poluição, os materiais particulados, os gases que provocam o efeito-estufa, mas lá no campo, ele também tem que ter essa responsabilidade ambiental e isso é muito importante. Como foi dito aqui, nós somos cobrados internamente e externamente muito sobre isso.

O Brasil tem uma responsabilidade ambiental e a gente está tentando nesse programa, demonstrar que é possível produzir com sustentabilidade social, porque não é justo perder essa oportunidade de estar gerando emprego e renda no campo com a produção de combustível. O Brasil não pode pagar quatro reais no litro de biodiesel que vai substituir o diesel que custa hoje 1 e 80, 1 e 75, 1 e 70, dependendo da região. Então, ele tem que ser competitivo, tem que ser viável economicamente para a nossa realidade. Pode passar.

Aqui há uma estrutura gerencial hoje no programa que é importante a gente atentar. Nós não estamos atuando no Programa do Biodiesel sem uma gestão muito firme por parte do Governo Federal. Há uma Comissão Executiva Interministerial, que hoje ela é coordenada quase que diretamente pela Ministra Dilma, que reúne os Ministros regularmente e que tem uma equipe técnica coordenada pelo Ministério de Minas e Energia, composta por vários Ministérios também, que dá todo o suporte para implantação do Programa.

Então, a coordenação central dele está na Comissão Executiva Interministerial do Biodiesel que fica na Casa Civil, e a coordenação técnica desse programa está no Ministério de Minas e Energia, que coordena as áreas dos diversos Ministérios envolvidos nesse programa. É dali que saem as diretrizes, dali que sai o marco legal, dali que saem as leis que foram aprovadas aqui no Congresso; foram duas Medidas Provisórias que passaram pela Câmara e pelo Senado. Então, é importante reforçar essa capacidade gerencial como foi colocado aqui: A capacidade de planejamento e de implantação do Programa do Biodiesel, no caso dos programas de biocombustível em geral. Pode passar.

Essa é a estrutura de planejamento, só uma ilustração da estrutura de planejamento que foi desenvolvida no Programa de Biodiesel, onde nós trabalhamos desde o princípio observando a experiência mundial com o programa, os nossos potenciais, o diálogo que

nós fizemos com academia, com os cientistas, com os trabalhadores e com os agricultores. Foi um amplo diálogo que permitiu a gente estruturar um programa que tem marco legal, que têm políticas públicas, que tem mercado; nós criamos um mercado compulsório que começa a valer agora em janeiro de 2008. Têm linhas de financiamento, boa parte das usinas de biodiesel que estão montadas são financiadas com linhas que têm origem no BNDES, operadas pelo Banco do Brasil e outros Bancos e inclusive Banco privados.

Nós temos a Agência Nacional do Petróleo que é responsável por fiscalizar o biodiesel e existe um padrão de qualidade, esse é um debate inclusive internacional: Qual será o padrão de qualidade desse combustível em nível internacional? Já que nós não queremos combustível só de cousa como é na Europa. Nós queremos um biodiesel de qualquer coisa praticamente, como nós fazemos no Brasil, onde nós fizemos o biodiesel da soja, fazemos do girassol, fazemos da mamona, fazemos do algodão, fazemos do sebo, da gordura, até de esgoto é possível fazer esse biodiesel, desde que atenda a critérios técnicos ele deveria ser aceito internacionalmente.

Hoje os países protegem seus mercados através de restrições técnicas como é o caso da Europa e dos próprios Estados Unidos, onde está mais amarrado a soja diferente da Europa que é na cousa.

O Brasil construiu um marco legal, uma especificação técnica em que as montadoras aceitaram e ao mesmo tempo, ele consegue respaldar um conjunto de oleaginosas que são produzidas no Brasil. Essa é uma grande vantagem que o biodiesel tem. Ele não depende uma única planta, ele pode ser obtido de várias plantas no nosso país de acordo com as regiões. Então há um planejamento e há uma execução em andamento a esse planejamento. Pode passar.

Aqui é o nosso mercado interno. Como no caso do álcool, foram trinta anos ancorados no mercado interno para chegar a uma expectativa como, a que temos hoje de aproveitar o mercado externo. O biodiesel, ele vai se ancorar no princípio no mercado interno não há outra alternativa, até porque não existe mercado externo de biodiesel. O que existe são especulações. Nós recebemos quase todas as semanas delegações estrangeiras para conversar sobre biodiesel.

No Governo Federal e certamente em todos os organismos ligados ao tema, há um diálogo intensivo com outros países, só que negócios que é bom não saem. Então, há uma expectativa, mas não há formato de negócios, não há regras internacionais, não há critérios, nem política tarifária. Enfim é isso que foi dito. O Brasil vai ter que lutar muito para estabelecer regras internacionais para que esse mercado de fato exista.

Nos próximos anos, certamente para o biodiesel o mercado interno é o mais importante. Está aqui a nossa matriz de combustíveis, aonde o diesel é o principal combustível disparado.

Se o álcool é o concorrente da gasolina, o biodiesel é o concorrente diesel. E o diesel é o principal combustível que move o país e que move o planeta, porque em outros países a utilização do diesel é ainda maior do que no Brasil, já que os veículos leves, por exemplo na Europa, utilizam o diesel. Então o biodiesel tem um potencial, um mercado que é imenso. No caso do Brasil é um mercado de 40 bilhões de litros que são consumidos por ano de diesel. Para vocês terem uma idéia, nós consumimos 25 bilhões de litros de leite e tem um milhão e 800 mil famílias envolvidas na cadeia do leite. 40 bilhões de litros de diesel que poderão, parte, uma parte significativa ser substituída por biodiesel. Então, o impacto que isso pode ter no campo em termos de geração de emprego e renda é muito grande. A nossa “pizza”, ela demonstra bem o potencial que tem esse novo combustível. Pode passar.

O biodiesel vai entrar inicialmente com 2%. Nós já estamos operando com quase cinco mil postos de combustível no país com 2%, praticamente 30% do território nacional já está coberto com a mistura de 2%, até o final do ano nós vamos passar desses 2%. O Governo já decidiu que 2013 não é mais a nossa data dos 5%, o indicativo atual é 2010, mas do jeito que está indo, Senador Roriz, nós vamos ter antecipar para chegar em 2009, provavelmente. Porque a capacidade produtiva que está se instalando no Brasil está numa velocidade espetacular e vai colocar o Brasil como o segundo maior produtor de biodiesel, provavelmente no final desse ano. Nós vamos provavelmente passar a Alemanha em capacidade instalada ainda em 2007. Acredito que só os Estados Unidos estará na nossa frente na capacidade de produzir esse novo combustível. Pode passar.

Aqui é o calendário, ali tem um errinho na tabela do meio que ainda estava com a antiga legislação, a nova ainda não foi publicada, mas é isso. É um mercado de 840 milhões nesse primeiro momento, um bilhão de litros nas nossas contas a partir do ano que vem e 2,4 bilhões de litros a partir de 2010. Isso ainda é muito pouco diante do potencial que nós temos. Isso foi o que nós construímos, quando não tínhamos nem um litro de biodiesel no país, mas essa capacidade está crescendo muito rápido. Pode passar.

É importante o marco legal, evidentemente aqui é a Casa da Lei, não é necessário explicar que o processo legal do biodiesel com as duas leis, os decretos, é importante. O que é importante destacar aqui, é que o Governo teve uma criatividade e que mercado inter-

nacional está cobrando muito isso do Brasil e no Brasil também o público interno cobra. Como nós estamos estimular a inclusão social? Ou como nós vamos estimular a melhoria da qualidade da inserção do pequeno produtor nas cadeias de biocombustível? Nós não conseguimos fazer isso até o momento.

A cadeia de empregos, ela precisa ser melhorada no setor de biocombustível. No biodiesel, nós tentamos nascer com uma estrutura que estimula uma participação de maior qualidade na cadeia produtiva e a política fiscal é o nosso principal instrumento. É a troca de impostos por inclusão social, que está viabilizando hoje a participação de quase cem mil famílias na cadeia de biodiesel. Hoje nós temos perto de cem mil famílias já plantando oleaginosas nessa safra 2006/2007 e, vamos passar de 200 mil famílias na safra 2007/2008. Por quê?

Porque os mecanismos que o Governo desenvolveu de incentivos tributários eles estimulam as indústrias pequenas, grandes ou médias a trabalhar com agricultura familiar. Sem trabalhar com agricultura familiar hoje no Programa do biodiesel, você é menos competitivo. Eu acho que esse foi o segredo que o Governo conseguiu desvendar. Se você não mexer no bolso do setor privado e dizer: “Olha, se você quer ganhar dinheiro você vai por aqui”, ele não vai. “Então, se você quer ganhar dinheiro produzindo biodiesel vai ser necessário trabalhar com a agricultura familiar, caso contrário nós vamos apertar bastante nos impostos”.

Então fica caro produzir biodiesel sem a agricultura familiar, com agricultura familiar fica mais barato, por conta dos mecanismos tributários que foram aprovados tanto aqui no Senado, quanto na Câmara que foram muito importantes que hoje é a base praticamente de sustentação do nosso programa. São os co-eficientes de redução tributária que permitem a agricultura familiar dar vantagens para a indústria que fizer parcerias com elas. Pode passar. Para regular essa relação entre a indústria e o agricultor familiar, nós criamos o selo combustível social. Então, se fala muito na certificação de combustíveis.

Nós estamos vivenciando uma experiência de certificação de combustíveis que leva em conta critérios sociais e que leva em conta legislação ambiental brasileira e que é um selo muito simples. Nós estamos vendendo esta idéia no Exterior; estamos vendendo essa idéia na Europa; estamos vendendo a todas as delegações que nos visitam. Porque é muito importante que o Brasil saía na frente na discussão de critérios de comércio internacional, sociais e ambientais. Eles nos cobram, mas nós temos que ser propositivos. No Programa do Biodiesel nós tenhamos fazer isso, propondo uma certificação, em que um combustível passa a ter

um reconhecimento de que ele responde a objetivos sociais e ambientais.

Então isso é muito importante para nós e os critérios são três basicamente. Comprar uma quantidade mínima de matéria-prima. Então, não adianta comprar o cacho de dendê, um hectare de dendê e falar que está fazendo inclusão social. Não adianta comprar um saco de mamona, um saco de girassol e dizer que está fazendo inclusão social. Então, há uma quantidade mínima em relação ao que essa indústria utiliza, o que ela precisa cumprir para poder ter acesso ao sistema de benefícios, que não se esgota no fiscal.

Os contratos, quer dizer, a agricultura moderna é uma agricultura de contratos. A agricultura familiar sempre foi excluída dos contratos, ela trabalha muito no balcão, na informalidade, na especulação do mercado local. Com a contratualização da cadeia produtiva do biodiesel, nós queremos que o produtor antes de plantar ele saiba para quem vai vender, ele saiba por quanto vai vender e em que condições vai vender. E obrigatoriamente, Senador Sibá, esse contrato tem que ser negociado com uma representação dos trabalhadores da agricultura.

Então hoje, não tem nenhuma empresa com o Selo Combustível Social, que não tenha o respaldo de uma CONTAG, de uma FETAG, de uma FETRAF, nas negociações entre a indústria e os agricultores. Quem define o preço da mamona, do girassol, da soja, do dendê, na relação com as indústrias é a empresa privada e a representação dos trabalhadores. Isso não existe nas cadeias produtivas que a agricultura familiar está inserida, aonde ela tem uma cadeira cativa na negociação de preços e condições de relacionamento comercial entre as partes. Aqui no Selo Combustível Social isso é regra.

Não vale o contrato que não tenha a assinatura de uma representação. Colocou um desafio para o movimento sindical monumental, que é entender de custo e produção agrícola, entender de logística agrícola, entender de negócios agrícolas. A gente está trabalhando pesado, para que toda essa capacidade seja, o mais rápido possível adquirida, para que cada vez mais as negociações sejam frutíferas. E terceiro, a assistência técnica obrigatória. É obrigatório que a empresa que trabalha com agricultura familiar, ela trabalhe prestando serviço de assistência técnica.

Então diferente de outras cadeias produtivas onde isso não ocorre, nós trabalhamos dessa forma. E os segmentos mais modernos do agronegócio brasileiro onde a agricultura familiar está presente, trabalham assim. Quando você pega a Sadia, a Sadia trabalha assistência técnica, contratos e garantia de compra. Vai ver o IDH das áreas onde está presente esse tipo

de sistema? Aqui nós aperfeiçoamos ainda mais esse tipo de sistema.

A Perdigão, a Souza Cruz, várias empresas que trabalham no campo e com agricultura familiar, na área de suínos, aves, leite, trabalham com sistema semelhante a esse. O que Governo fez foi procurar legalizar isso e dar mais respaldo aos trabalhadores do campo, para que eles tenham peso e voz nas negociações o que não ocorre nas demais cadeias produtivas. Pode passar, por favor.

Aqui é política tributária, pode ir passando rapidinho para a gente poder... Vai só clicando até aparecer o quarto, mais um, Ok. Aqui é a estrutura tributária que eu estava falando. Então, um grande produtor que montar uma usina de biodiesel, por exemplo, lá na Paraná do nosso Senador Osmar Dias, e não quiser trabalhar com a agricultura familiar que tem uma presença importante no Estado, ele vai pagar 218 reais por metro cúbico de biodiesel produzido de PIS/COFINS. Ele vai pagar PIS/COFINS, 218 reais por mil litros ou quase 22 centavos por litro.

Agora, se ele trabalhar com as cooperativas do Estado do Paraná, envolvendo agricultura familiar na produção de oleaginosas, ele vai pagar 70 reais por metro cúbico, com qualquer oleaginosa, seja soja, seja o girassol, seja a mamona, seja o dendê. O importante é trabalhar com agricultura familiar. Então, há uma redução caso 15 centavos por litro, o que é uma redução muito significativa. Um produtor de óleo, ele não ganha 15 centavos de margem líquida, ele não ganha. Ele não consegue ganhar 15 centavos de margem líquida.

Então, nós mais do que dobramos a margem líquida dele só com a redução de impostos. Para quê? Para ele se relacionar com a agricultura familiar. Ele tem um gasto a mais por trabalhar com agricultura familiar. Ele lida com um número de fornecedores muito maior, ele tem uma logística mais dispersa. Ele tem em alguns casos uma produtividade menor, mas o benefício fiscal mais do que compensa. Nenhuma empresa consegue gastar mais do que metade do benefício fiscal com agricultura familiar decorrente dos gastos adicionais que ela tem. E se essa empresa se instalar no Norte ou no Nordeste, com a palma, o dendê ou a mamona nesse momento, não vai pagar nada de PIS/COFINS é zero.

Hoje, o Nordeste é a região com a maior capacidade instalada produtiva de biodiesel. Temos uma planta em construção no Maranhão, temos uma planta em operação no Piauí, uma planta em operação no Ceará, duas plantas em operação na Bahia e mais duas plantas projetadas pela Petrobras no Nordeste. Então, o Nordeste hoje lidera em termos regionais a capacidade, em parte, por conta desse sistema de in-

centivos regionais que o Governo desenvolveu, mas aqui é importante destacar: Não há exclusividade no Programa de Biodiesel para agricultura familiar. Há uma garantia de participação mínima.

Então, há um debate dizendo: “Não vai ser possível produzir biodiesel no Brasil, porque a agricultura familiar não vai dar conta”. Nós não queremos dar conta sozinhos. A agricultura familiar é 30% no Sul e Sudeste; é 10% no Centro-Oeste. Então, a GRANOL que está vendendo biodiesel decorrente do selo dos leilões do Governo Federal, ela é obrigada a comprar 10% de assentados da reforma agrária e agricultores familiares da Região Centro-Oeste. E ela vai comprar mais do que isso, mas é o mínimo. Os outros 90, quem está suprindo? É a soja do Mato Grosso, é a soja de Goiás, é a soja de Mato Grosso do Sul.

Então, o agronegócio participa do Programa do Biodiesel ativamente. E há um mito sendo construído de que o Governo trabalha exclusivamente com agricultura familiar. Agora, quando você coloca o pequeno numa cadeia produtiva, às vezes o pessoal fica chateado, mas aqui é uma participação na cadeia produtiva e não exclusividade na cadeia produtiva. Isso que é importante destacar. Pode passar.

Bom, nós fizemos um Programa de Leilões, já fizemos cinco leilões ele tem base na lei, tem base no Conselho Nacional de Política Energética, tem base nas resoluções da Agência Nacional de Petróleo. Um dos critérios para participar dos leilões foi possuir o Selo Combustível Social. Então, isso permitiu que a gente chegasse aonde a gente chegou, com quase 300 mil hectares plantados de oleaginosas hoje, só por pequenos agricultores no país. O IBGE e a CONAB vão começar a medir isso. Na mamona já está aparecendo, mas vai aparecer o girassol, vai aparecer a canola, vai aparecer o dendê com expansão de área plantada por conta do Programa do Biodiesel. Pode passar.

Vamos passando rapidinho. Aqui são os leilões. Aqui é importante. O BNDES tem linhas de financiamento, inclusive, as taxas de juros são menores para os projetos que prevêm a participação da agricultura familiar. Isso também é inédito, trocar taxas de juros e percentual do financiamento que pode subir de 80 para tem 90%, se a empresa prevê trabalhar com agricultura familiar. Pode ir passando, essa é bem rápida todo mundo já conhece. Essa é a cadeia de biodiesel, são as principais oleaginosas.

O Brasil tem uma vantagem que nenhum outro país do mundo tem, pode produzir com várias oleaginosas. A soja é uma cultura excepcional, tem uma base de produção de óleo já dada. O Brasil está aproveitando muito bem a base produtiva que a soja tem, mas nós não podemos nos contentar com a soja. É

evidente que, se nós dependermos de uma *commodity* que o que preço lá fora está sendo definido, toda vez que subir o preço lá fora vai subir o preço do combustível aqui dentro? Para quê? Se nós podemos ter a mamona para concorrer, nós podemos ter o girassol para concorrer, nós podemos ter o algodão para concorrer, podemos ter o pinhão manso para concorrer, o sebo bovino para concorrer e vamos criar uma competição saudável, não é Ministro?

Nós vamos criar uma competição saudável entre as oleaginosas e vamos ter um patamar de preços muito mais estável no Brasil, do que nós temos em outras cadeias produtivas, como no caso do álcool que nós temos apenas a cana. Isso, quando os preços do açúcar sobem, há um impacto inevitável no preço do álcool. No caso de biodiesel, se o preço da soja subir, o girassol vai entrar; se o preço da soja subir o girassol entra mais. Então, as empresas inclusive já estão - como eles dizem - se rediando(F), fazendo plantios de mamona, de girassol, da canola, de palma já na expectativa de quando o preço da soja subir - e subiu muito o preço do óleo de soja, ao mesmo tempo que caiu o preço do farelo, mas subiu muito o preço do óleo de soja, o que já coloca essas outras oleaginosas patamar de competitividade importante. Pode passar.

É um trecho do discurso do Presidente Lula, esses dados já estão defasados, infelizmente. Nós já temos mais duas usinas com Selo Combustível Social depois que nós preparamos essa apresentação. O que é importante? Nós já temos uma capacidade de 620 milhões de litros/ano com as empresas que trabalham com agricultura familiar. Temos por objetivo, ainda nesse ano chegar a uma capacidade de 2,2 bilhões de litros de capacidade instalada de usinas que tenham o Selo Combustível Social, isso é para atender 5%. Então, nós estamos muito tranquilos em relação à participação da agricultura familiar. Pode passar.

Bom, aqui são as usinas que estão na fila, usinas que já deram entrada no MDA pedindo Selo Combustível Social, vocês podem ver que têm empresas de todas as regiões do país, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Maranhão, Tocantins, São Paulo, Rio de Janeiro. Então nós temos usinas de biodiesel em todas as partes do país. Pode passar.

Aqui é o mapa das usinas que já estão construídas ou em fase final de construção. Nenhum desses pontinhos verdes ou vermelhos é ficção. Todos eles já têm ou uma planta funcionando ou uma planta em fase final de implantação. Pode passar. Nós vamos ver algumas. Bio, capital, São Paulo, 60 milhões de litros ano. Pode passar, tem o Selo Combustível Social. O emprego que gera dentro da indústria. Pode passar. Esse é o projeto da BSBIOS no Rio Grande do Sul,

era papel. Pode passar. Agora já está atrasado porque isso é fevereiro. Essa planta está praticamente pronta em Passo Fundo no Rio Grande do Sul. Pode passar. 100 milhões de litros. Pode passar.

A palma que é uma cultura fantástica em termos de renda, Senador Sibá, hoje quase dois mil reais/mês de renda líquida (soa a campainha) de renda líquida no Pará. Tem que concluir é isso? Então, são quase dois mil reais por família assentada/mês. Não existe nada que chegue perto disso. Pode passar. A Agropalma que é a empresa que compra desses assentados a palma. Os assentados levam a palma na base do burro mesmo... Até o próximo slide, pode passar; até esse ponto onde há uma espécie de uma caçamba, onde o caminhão da indústria vem buscar. Então, a logística é por conta dos assentados dali para frente.

Qual que é o problema da palma? Infra-estrutura, logística. Uma planta que tem 48 horas de vida útil. Colheu tem que esmagar. Se está longe mais de 50 quilômetros não é viável. Então, levar a indústria para a área agrícola na Amazônia, é uma tarefa que nós vamos ter vencer e vamos ter que vencer esse desafio, temos poucos investidores. Pode ir passando. São usinas de biodiesel, já terminou todo o conteúdo. Pode passar.

O BARRALCOOL que o Presidente inaugurou a primeira usina de biodiesel e álcool no Brasil. Essa é Manguinhos, que está tentando se erguer através do biodiesel, a refinaria. Pode passar. ÓLEOPLAN no Rio Grande do Sul, pode passar. Esse é o arranjo produtivo o APL, que nós montamos em torno de cada usina com os agricultores, representação dos trabalhadores, as empresas e o Governo. Aí a mamona no Rio Grande do Sul, olha a diferença, gente, essa foto aqui é importante para vocês entenderem.

Quando a gente fala que nós não queremos trabalhar com a monocultura, quando nós falamos que nós queremos trabalhar a diversidade. Vejam a mamona, o agricultor familiar gaúcho, no fundo um grão plantado, ao lado o leite e o pasto para o leite. Então, é um sistema em que combina agroenergia, biocombustível, com produção de alimentos. É dessa forma que o Ministério do Desenvolvimento Agrário está trabalhando, sempre combinando porque um ajuda o outro, isso é muito importante. E por acaso, nessa região é uma região de fumo, em que nós estamos plantando a mamona depois do fumo, já dentro do Programa de Diversificação da Produção para os Produtores de Fumo. Pode passar.

Também no Rio Grande do Sul, isso é um exemplo de que a mamona já é cultivada por empresas que não são as daqui do Nordeste, são empresas como a BSBIOS, a ÓLEOPLAN, a própria Caramuru, todas

elas estão investindo também na diversificação de oleaginosas. Aí é a planta aqui da Bahia, da IBR, pode passar. Aqui é uma forma como se constrói a relação entre agricultor familiar e indústria. Ali vocês podem ver: “O movimento sindical participou da negociação e apóia esse projeto”. Está ali a CONTAG, a Brasil, e a CODISE é um exemplo de como se trabalha o arranjo produtivo. Pode passar. É a planta do Ceará. Pode passar. Planta do Piauí. Pode passar. Planta de Tocantins. Pode passar.

Cooperativa de oito mil agricultores familiares que foi criada em função do Programa do Biodiesel na Bahia. Essa frota de tratores que aparece, a cooperativa comprou com o dinheiro da mamona vendida pelas indústrias de biodiesel. E essa equipe de pessoas, está meio escura, são os técnicos da cooperativa contratados para trabalhar com a mamona. Pode passar. O girassol na região de Irecê na Bahia, isso é também inédito, nós estamos trabalhando fazendo o zoneamento junto com o Ministério da Agricultura.

Nós vamos ter o zoneamento de todas as oleaginosas brasileiras até 2010. Nós só tínhamos da soja, nem do girassol o Brasil tinha zoneamento. Agora, tem. O girassol está zoneado em boa parte do país. Esse ano a gente conclui a Região Sul. A mamona não tinha zoneamento, está zoneada em todo o Nordeste e, vai estar zoneada em praticamente todo o país ainda em 2010. Então é um trabalho difícil, técnico, mas a gente está fazendo a uma velocidade muito rápida. Pode passar.

Aí é um exemplo de como combina comida e energia. É o feijão ali em baixo, é a mamona em cima, e a carnaúba, a palmácea que ele está trabalhando. Aqui é um típico agricultor familiar nordestino, que trabalha em média dois ou três hectares de oleaginosa e alimento. É o feijão plantado antes da mamona. Pode passar.

É isso gente, então, eu vou parar por aqui porque já avançou, mas nós temos o que comemorar, embora só está no começo. O programa tem uma perspectiva muito positiva, mas nós não fizemos ainda nem metade da nossa lição de casa, com certeza, para consolidar esse modelo que o Brasil está adotando no Programa do Biodiesel, tem muito trabalho pela frente. Nós temos que definir e aperfeiçoar o marco legal, temos que pensar na continuidade dos leilões, temos que adequar cada vez mais as políticas públicas como crédito, seguro, zoneamento, sementes.

Temos que investir muito, muito mesmo na organização da produção. Não há como trabalhar a agricultura familiar individualizada. Então ou se investe em organização da produção ou não é possível inserir esse público e aí é o cooperativismo, não é Ministro. Esse

é o tema chave, senão a gente não tem como vencer os desafios da escala. Articulação com o Movimento Sindical e adesão das empresas foi fundamental para que a gente chegasse até aqui.

Então, agradeço essa oportunidade, o Ministro Cássio pediu para que eu viesse aqui, ele não pode estar presente. Eu espero que eu tenha atendido as expectativas aqui de vocês. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Muito obrigado. Em seguida, falaria o Ivaneck. É claro que nós estamos preocupados com o tempo, que seria, se possível, reduzir as palestras, dado o adiantado da hora. Nós fazemos um apelo aos palestrantes de que observe esta advertência. Portanto, nós passamos à palavra ao Sr. Ivaneck Peres Alves, Assessor Jurídico da Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura.

SR. IVANECK PERES ALVES: Eu acho que antes da gente pensar no futuro é bom dar uma lembrada no passado recente, porque no Brasil a gente gosta muito de correr atrás dos espelinhos, dos brilhos e esquece muitas vezes de dados.

Eu vou pegar dois dados interessantes. Em 1988, 80% dos carros novos vendidos no Brasil eram a álcool, 20% a gasolina. Em 1992, 98% era a gasolina e 2% a álcool. Eu acho que esses dados mostram que se fosse num mundo perfeito, onde os usineiros fossem totalmente racionais, as coisas funcionariam como a gente escuta falar em certas palestras, mas a verdade é o que compromisso dos usineiros com o Brasil e com as questões estratégicas do Brasil, estão muito longe de estarem consolidadas. E isso tem que estar atento antes de construir qualquer projeto.

Existe uma fala do Presidente Lula, no seu primeiro mandato, que eu acho muito interessante. Quando ele falou: “Que os Estados Unidos primeiro pensavam neles, em segundo lugar pensavam neles, e em terceiro lugar pensavam neles. E só se sobrava um tempinho, pensavam neles de novo”. Muita gente tentou tomar isso como se fosse uma agressão ou se ele tivesse falando mal dos Estados Unidos. Muito pelo contrário.

O que o Presidente Lula queria chamar é que para os Estados Unidos, em primeiro lugar está a economia deles e o povo deles, depois eles vão pensar no resto. E não é isso infelizmente o que ocorre no Brasil. Porque quando se faz as discussões no Brasil, se toma muito mais em consideração as questões de alguns interesses e não o interesse geral da população. E quando se pensa em questões estratégicas no Brasil, aí é que isso se torna mais evidente, infelizmente.

Os Estados Unidos construíram o país deles e construíram o império deles em cima de três soberanias básicas, a soberania territorial, a soberania alimentar

e a soberania energética. Isso é algo que os americanos não abrem mão de ter domínio, sobre essas três questões: Soberania territorial, soberania alimentar e soberania energética. Por isso, eu acho muito difícil que os Estados Unidos estejam apostando para substituir a chamada civilização do petróleo em etanol, em um produto sobre o qual ele não vai ter soberania; em que ele vai depender principalmente dos outros países, mesmo porque, é impossível que o etanol venha de alguma forma a substituir toda a necessidade energética dos Estados Unidos. Isso não vai acontecer. Nós sabemos disso.

Os Estados Unidos podem até usar o etanol num processo de transição, mas eu tenho absoluta certeza que, se ele está gastando um bilhão com etanol, ele está gastando muito mais em outras alternativas sobre as quais ele possa ter o domínio e a soberania. Não vamos nos enganar sobre isso. Não vamos começar a achar que os Estados Unidos está fazendo essa aposta, isso é como a Aliança para o Progresso. Quem achava que a Aliança para o Progresso era efetivamente para ajudar os pobres da América Latina, pelo amor de Deus, não é?

Então, os Estados Unidos vão construir a soberania energética deles de substituição sobre o petróleo em algum produto sobre o qual ele tenham pleno domínio. Eles não vão fazer isso sobre um produto em que o domínio é dos outros. Os Estados Unidos não vai fazer isso. Isso para mim que está acontecendo, dessas promessas que estão se colocando é puro brilho. E a gente tem que estar atento a isso, porque senão o que vai acontecer é que nós vamos comprometer toda a nossa estratégia interna em busca de uma solução de mercado externo, que não vai ser da maneira como nós estamos pensando. Isso a gente tem que pensar.

A gente está discutindo aqui é estratégia de 20, 30, 40, anos, de cem anos. Nós não estamos discutindo aqui o que vai acontecer nos próximos cinco, dez anos. Ou nós temos isso claro ou o Brasil vai ser como aquele índio que vendeu a ilha de Manhattan para o holandês, acho que por umas bugigangas lá. Os Estados Unidos estão tentando transformar a gente naquele índio que vendeu aquela bugiganga. A gente tem que tomar muito cuidado para não comprometer os nossos interesses estratégicos, em cima de uma pauta que está sendo construída de fora para dentro. Eu acho que o Bush foi muito inteligente em colocar essa pauta, porque essa pauta inclusive tira do foco qual é o papel que os Estados Unidos têm hoje no processo de aquecimento global, que vai muito além de simplesmente a questão automotiva, pega inclusive todo o complexo industrial americano. E nós vamos

ficar achando que através da substituição de gasolina por etanol ou complementação por etanol a questão vai estar resolvida. Não vai estar. Então essa é a primeira questão que eu quero chamar atenção.

Nós podemos estar colocando, ao invés de estar construindo uma estratégia clara, porque para o Brasil realmente a agroenergia é fundamental em termos de futuro e em termos de construção de futuro, dado as nossas reservas de petróleo serem extremamente limitadas, quando você pensa num horizonte de cem anos por exemplo. Então, para o Brasil essa é uma solução, mas essa eu não acredito que seja a solução que os Estados Unidos estão apontando ou em qual eles estão apostando. Uma coisa é clara e acho que o ex-Ministro Roberto Rodrigues já apontou. Se vai ter um projeto de etanol, ele não pode ser no moldes do processo do PROÁLCOOL.

O PROÁLCOOL um projeto concentrador de renda, concentrador de terras, socialmente injusto, e estrategicamente desastroso. Essa é a realidade do PROÁLCOOL, para não falar que ambientalmente ele foi totalmente insustentável. Então, construir um projeto de etanol, como uma mera continuidade do PROÁLCOOL é acabar com o futuro desse país. É acabar com o futuro desse país, porque nós vamos estar apostando na pior das soluções.

Como o meu tempo é curto, eu vou tentar já indo para conclusão. Nós dizemos sempre que a cana-de-açúcar produz dois bagaços, o bagaço da cana e o bagaço humano. O bagaço da cana as usinas já sabem como é que aproveitam, seja para a produção de energia elétrica, seja como para construir outras cadeias alternativas dentro da própria propriedade, como faz por exemplo, a Usina de Coruripe em Alagoas. Então, para o bagaço da cana já tem solução e, o bagaço da cana é altamente rentável. O bagaço humano continua sem qualquer perspectiva de solução nesse Brasil.

Ano passado, morreram mais de dez pessoas no corte da cana em São Paulo por exaustão, e muitas já morreram esse ano também. Quando se vem aqui falar que a cana-de-açúcar vai dar emprego, ninguém sequer ousa dizer qual é a qualidade desse emprego. Qual é a remuneração desse emprego. Quais são às condições sociais que são dadas para o trabalhador da cana. Só se diz que tem mais trabalho, tem mais trabalho mesmo. Tem mais trabalho e cada vez para menos gente.

Em Goiás, por exemplo, você produz hoje três vezes mais cana-de-açúcar e emprega um terço do que empregava em 1990. Ou seja, a produtividade que tem que alcançar um trabalhador do corte de cana hoje em Goiás, é três vezes mais do que há dez anos atrás. Isso está matando esses trabalhadores. Aumen-

tar simplesmente a plantação de álcool sem rever às condições de trabalho, é matar mais brasileiros para exportar etanol e mover carro americano. É se preocupar muito mais com a população americana do que com a população brasileira.

Com a população americana os Estados Unidos já se preocupam e muito bem, mas quem é que se preocupa com a população brasileira? Quem é que está se preocupando com esse trabalhador? De quê filhos e de que netos nós estamos falando aqui? Os filhos e os netos dos usineiros ou os filhos e os netos de quase um milhão de cortadores de cana? É esse o futuro que nós temos que discutir, discutir o etanol do jeito que está sendo feito é muito bonito e em festa de gente de bens, mas não em uma festa de gente de bem. Isso é uma coisa que tem que ficar muito clara, gente.

Nós temos que realmente... Etanol é uma possibilidade? É possibilidade, mas é uma possibilidade que pode trazer muita desgraça e muito mais problema no futuro, que depois nós mesmos é que vamos ter que arcar para resolver do que solução. Se ele continuar como uma mera extensão do PROÁLCOOL ele vai afundar boa parte da agricultura brasileira, vai trazer muito mais miséria e muito mais concentração de renda nesse país, além dos danos ambientais que ele vai causar.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Vamos ouvir, pela ordem aqui de inscrição, ouvir a palestra de Antônio de Pádua Rodrigues, que é Presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar, que ele é indicado aqui para representar o Grupo Moema. Com a palavra o Doutor Antônio de Pádua Rodrigues.

SR. ANTÔNIO DE PÁDUA RODRIGUES: Bom dia a todos. Na verdade, eu sou Diretor da UNI, tem o Presidente da UNI, que é o Eduardo Pereira de Carvalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Pois, não.

SR. ANTÔNIO DE PÁDUA RODRIGUES: Em nome do Senador Roriz e da Senadora Marisa, eu cumprimento a todos os presentes.

A agenda que o ex-Ministro Roberto fez, que o Ministro Roberto fez, eu acho que ele é completa. Eu vou procurar colaborar ou complementar algumas das colocações que ele fez.

Algum ponto. A expansão é uma realidade. A expansão está acontecendo nas últimas duas safras nós tivemos 17 novas usinas começando a safra. Esse ano nós temos 17, o ano que vem nós temos 30. E, são empresários predominante do setor que acreditam no setor e que acreditam nesse mercado interno a partir do 2003 quando houve a introdução dos veículos flex.

Então, toda essa expansão que está havendo, ainda é uma expansão voltada predominantemente para o mercado interno, em função da própria colocação do Ministro que não existe ainda mercado externo de álcool a não ser o mercado americano, que é outro grande mercado mundial produtor de álcool, mais do que nós produzimos. E que usa o álcool na mistura da gasolina.

Fora desses países, os demais países são todos promessas. Então toda essa expansão é voltada para oportunidade do mercado interno. Acredito que haverá novas expansões e talvez maiores do que essa, a partir de que o álcool se torne uma *commodity*, a partir de que muitos países passem a demandar o uso de álcool em suas matrizes energéticas. E a partir do momento que muitos países, como foi citado África e outros países potenciais passem também a ofertar esse produto. Aí sim, efetivamente o álcool se tornará uma *commodity* a nível mundial. Essa base ainda está por vir.

Acredito que também haverá uma outra terceira fase, haverá uma mudança na produção mundial de açúcar com certeza, o mundo vai continuar a comer açúcar cada vez mais. Vai haver uma redução de produção em países importantes, produtores como da Comunidade Européia. De fato o país como mais potencial de expansão para atender também esse mercado é o Brasil. Então haverá, provavelmente, um terceiro momento daqui há 15 ou 20 anos uma nova expansão, assim já voltada para o mercado de açúcar, uma vez que agora o mercado de açúcar está saturado e dependeria muito das reformas econômicas que está em discussão. Foi colocado duas situações: Uma que em 1988, 80% da frota era de álcool, e em 92, 93% da frota era gasolina. É verdade mesmo? Por que isso ocorreu? Porque nós tivemos de 1970 a 2000 cinco grandes mudanças na matriz de combustível líquidos desse país. Primeiro o Governo resolveu lá atrás a criar uma dialização desse país. Nós trocamos todos que os veículos a gasolina por veículo a diesel.

Chegou 1974, com o choque do petróleo, houve a introdução do Álcool Anidro na gasolina. Veio o segundo choque do petróleo 1979, 1980, se resolveu se substituir a gasolina pelo álcool. 1985 houve uma queda no preço do petróleo e houve uma decisão de Governo, na realidade de trocar de novo o álcool pela gasolina. Agora, recentemente, veio o gás o GNV, resolveu-se trocar a gasolina pela GNV. Agora em 2003, surgem de novo outros veículos que é o *flex*, que é o consumidor que vai decidir, se vai usar álcool ou gasolina.

Então, vem uma nova mudança na questão da matriz energética. Então, é de fundamental importância, realmente definir qual é a papel do álcool nos combustíveis líquidos. Essa definição nunca houve. É

por isso que houve essa mudança de frota nesse período que foi comentado. Nunca foi irresponsabilidade do produtor contra abastecimento. Era um Programa de Governo, com diretrizes públicas.

O PROÁLCOOL é um programa que deu certo, sim. E é por isso que ele continua e resistiu, ele não acabou. A produção de álcool, apesar de ter acabado todas as políticas públicas, ela continuou em plena expansão.

Precisamos também aderir o novo produto que é a energia. Na nova matriz energética, na matriz elétrica nós temos um Conselho Nacional de política elétrica aonde precisa ter uma presença mais forte dos produtores. Roberto também colocou a questão do estoque. Realmente é um produto que se faz em seis meses e comercializa em 12 meses. Qual é o grande problema do setor hoje? É que não existe mercado de álcool e não existe mercado de gasolina no Brasil.

Existe um único produtor de gasolina nesse país, que entrega produtos as distribuidoras a um único preço. Ninguém assistiu até hoje - apesar de se comentar que a gasolina é um produto livre - alguém importar gasolina nesse país. Por quê? Porque existe toda uma estrutura, existe um monopólio e existe a inviabilidade da importação. E o álcool hoje você tem um concentração da compra por grandes distribuidores, apesar de você ter 850 distribuidoras comprando álcool hidratado, o índice de concentração é 0,84. E na gasolina, o índice de concentração é 0,88. Então, existe um desequilíbrio muito forte na relação de compra e venda desse produto.

O grande do álcool é que o mercado é *spot*. É um produto sem liquidez. As usinas só realizam caixas - botando dinheiro nos seus caixas - entregando um produto fisicamente. Então, o que nós precisamos? É uma ação realmente muito forte, fazer com que o mecanismo de Bolsa funcione e que esse produto passe a ser tratado em Bolsa e que tenha liquidez. Se isso passar a vir a acontecer, se passarmos a adotar a obrigatoriedade da compra do Álcool Anidro que é um álcool mandatário. A gasolina brasileira não pode ser consumida nos veículos à gasolina se 25% de combustível, de 20 a 25, hoje é 23. Ora, esse é um produto que existe uma política clara, senão, não se pode vender gasolina. Então, precisa alguma forma que se haja um planejamento. E esse é um produto que precisa ser contratado de médio e longo prazo. O álcool hidratado quem regula é o consumidor. O álcool hidratado é tabelado. O mercado tabelou. Ele tabelou a partir do preço de gasolina de dois e cinquenta o álcool não pode chegar na bomba hoje numa relação muito superior a 60, 65%. Senão o consumidor migra para gasolina. Pode estar tabelado para cima porque

o mercado tabela. E ele não está tabelado para baixo. Então, o que nós precisamos é tratar forte a questão da liquidez do produto, álcool. Se houve quem financie a produção é o açúcar. Por que é o açúcar? Metade da cana é para produzir o açúcar e dois terços da produção de açúcar é destinado a mercado externo. E você tem mecanismo de Bolsa. É com isso que as usinas se auto-financiam e sustentam carregamento de estoque de safra e entressafra.

A partir do momento que o grande mercado é crescente, é o álcool hidratado em que você não tem nenhum mecanismo, o açúcar vai ser insuficiente para dar a liquidez e gerar caixa para as usinas. Então, esse é um problema que nós vamos enfrentar sério, sério, sério. Se nós não resolvemos esse problema, nós vamos viver com alta volatilidade de preço. Toda a produção de álcool que se tiver vai ser consumida no mercado interno.

A venda de veículos *flexs*, a quantidade de *flexs* que está entrando no mercado, por mais que se produza vai ser insuficiente a um determinado preço. Ora a um preço baixo eu tenho demanda acelerada. A um preço mais alto eu tenho retração de demanda, porque o álcool deixa de ser competitivo. É o pior dos mundos para produtor vender álcool a 60 centavos na safra que pode ser que aconteça esse ano e vender álcool a 1 e 10, na entressafra.

Então, como que nós vamos resolver essa questão? Uma hora o produto é inviável, outra hora ele gera muito lucro. Como é que fica o produtor de cana? O Roberto fez uma colocação sobre a CONSECANA. Eu acredito que foi o que deu e o que sustentou o relacionamento nesse país entre agricultura e indústria.

Hoje o fornecedor recebe por produto, ele não vende produto. Se uma usina fizer 80 litros de álcool hidratado por tonelada de cana, 62% dessa produção é do fornecedor, então daria quase 50 litros. O que existe é que o fornecedor não tem a decisão na comercialização, não é entregue em produto. Ele recebe o equivalente aos 62 litros de álcool, a 62% da produção litros de álcool, 50 de litros de álcool do que vendido no mercado, mas eu acho que pode ser estudado, pode haver uma inovação.

Eu acho que o CONSECANA, esse modelo de precificação de cana, pode alavancar essa expansão com a participação de produtores independentes de cana. Você tem esse mecanismo que dá essa credibilidade. Eu diria só, também agora para concluir, a questão aqui da mão de obra, porque foram colocados dois pontos que se procede. Já existe um avanço da colheita mecanizada. O avanço da colheita mecanizada ele ocorreu, primeiro, pela falta da mão-de-obra. Segundo, agora por uma questão de você eliminar a queima de

cana. São Paulo já tem um índice de 45% de colheita mecanizada, nas áreas com declive inferior a 12%. Há um projeto, há uma negociação hoje com o Estado de São Paulo, em reduzir essa eliminação da cana em dez anos, ou seja, você em 2010, 2011, você já quase que terminar com a queima de cana. Nós temos ter dois problemas que são problemas sérios que têm que ser estudados realmente. Se já existe desemprego nesse país nós vamos gerar mais desemprego.

Então, o que é fazer? É requalificar essa mão de obra que hoje ganha, ganha em relação à outra atividade, em 2005 o salário médio de quem trabalhou na cana-de-açúcar aqui na Secretaria do Trabalho foi de 800 reais. Eu diria que outra cultura poderia pagar esse salário. Então, esse pessoal vai viver do quê? Vai voltar para o Vale do Jequitinhonha? Vai voltar para o Nordeste e vão comer o quê? Vão viver do quê? Têm problemas? Têm problemas. Tiveram muito mais problema no passado. A ÚNICA tem consciência disso. Temos um trabalho muito forte para acabar com a terceirização, principalmente no corte de cana.

Nós temos um convênio com a FEAESP, que é uma entidade atuante dos trabalhadores em São Paulo. Temos convênio de fazer com que se cumpra integralmente a NR31, que são às condições de trabalho. Não há uma perfeição? Não há uma perfeição. Tem aqui o registro: São Paulo tem 100% de carteira assinada? Não tem, mas em 2005 em 93,8% de carteira assinada, sendo que em 92, eram 80,4%. Então, há uma conscientização do ponto de vista social. Há uma conscientização do ponto de vista ambiental.

E, se não tiver, evidentemente se essa atividade não tiver uma sustentabilidade econômica, ou seja, preço que remunere o produtor seja de cana, ou seja o processador, se ela não tiver uma sustentabilidade ambiental. E, se ela não tiver uma sustentabilidade social, ela não sobrevive isso é uma consciência. Nós estamos também trabalhando na questão da certificação. Uma certificação é fundamental. E quando se discute a Amazônia Roberto, eu acho que tem que separar essa discussão. E se alega, se discute muito a questão da queimada da Amazônia. O que suja a nossa matriz energética é a questão da queimada da Amazônia e ela acaba poluindo uma outra face que é a questão de um produto limpo que é o álcool.

A questão da queimada quando se tratar em qualquer forum, deveria se tratar: Queimar árvore na Amazônia é um problema. E a produção álcool ela realmente é sustentabilidade. Então, eu acho que é isso que eu gostaria de complementar e falar. Eu acho que precisa realmente ter um forum. Hoje não existe forum nenhum que cuide de vários setores, são todos soltos.

Nós estamos em mercado e em mercado ou a gasolina mata o álcool ou o álcool mata a gasolina.

A partir do momento que eu tenha uma frota quase que exclusivamente *flex*, se o preço do álcool for barato há uma tendência a todos usarem álcool. Se a gasolina for barata há uma tendência a todos usarem gasolina. E como é que fica? Vai para uma briga de preço de mercado? A concorrência do uso do etanol no tanque do combustível? Não dá. Não é de interferência de mercado, não é nada. Precisa de algumas revelações ou algumas regras que em mercado dê sustentabilidade na questão da relação comercial entre os vários agentes. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Então, nós vamos passar para o último Palestrante, que é o Dr. Ricardo Cota Ferreira, Superintendente Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

SR. RICARDO COTA FERREIRA: Obrigado Senador Roriz, ao qual agradeço a oportunidade dada a CNA e, cumprimento os demais Senadores e Deputados, meu ex-Chefe, Dr. Roberto.

Eu queria apenas complementar alguns pontos aqui depois de todas essas explicações, como economista, nas primeiras aulas de Teoria Econômica a gente aprende que todo ciclo produtivo ou todo produto tem seu ciclo de vida, tem a sua inovação tecnológica, tem sua maturação, a consolidação até vir a nova substituição por um novo produto. O que nós precisamos fazer nesse momento é potencializarmos o período de maturação e consolidação de todo esse Programa do Etanol no Brasil, para que possamos tirar-nos maiores proveitos dessa situação e gerarmos mais riquezas, mais recursos, mais empregos e maiores exportações.

Com relação a essa potencialização desse período de maturação e consolidação desse processo, eu cito quatro fatores que precisamos realmente trabalhar com mais atividade, que podem ser extrapolados não só para a questão do etanol, mas para praticamente todos os produtos agrícolas como um todo.

A questão o que Dr. Roberto já colocou, com relação à infra-estrutura. Nós não vamos lugar nenhum senão dedicamos maiores esforços na questão da infra-estrutura. Isso não significa apenas recursos, os recursos existem, os investimentos são facilmente pagos e a iniciativa privada está ávida para investir nesse setor. Faltam os nossos famosos marcos regulatórios para que o setor privado se sinta atrativo e seguro o suficiente, para fazer esses investimentos.

O segundo ponto que também é um dever de casa é a questão da garantia do direito de propriedade. Nenhuma usina, nenhum usineiro ou nenhum produ-

tor rural, vai aplicar novos investimentos, vai pedir financiamentos para novos investimentos que têm um período de maturação, de reversão desse investimento, se próximo à fazenda dele tem um acampamento e ele está suscetível a qualquer momento ser invadido. Ou seja, essa questão também é fundamental se quisermos continuar de certa forma atraindo investimento produtivo nesse setor.

Os outros dois pontos são questões muito mais voltadas à parte da vulnerabilidade internacional. E aí eu cito, eu tive essa oportunidade ter passado pelo Ministério da Agricultura, trabalhando especificamente na questão da imagem do Brasil lá fora, na promoção internacional do setor do agronegócio e nós aprendemos questões fundamentais com o Professor Roberto, que são duas questões básicas.

A questão nossa em que estamos: O que nós procuramos essa vulnerabilidade são as questões trabalhistas e ambientais, e nós mesmos somos os grandes propagandistas do caos nesses dois quesitos básicos. Enquanto tentamos justificar nas nossas idas internacionais de que Brasil não possui trabalho escravo, o próprio Ministério do Trabalho se vangloria no próprio site em várias línguas: “Libertou 3.390 trabalhadores escravos”. Terminologia essa que nem mesmo a OIT utiliza.

Quer dizer, uma coisa trabalho forçado, outra coisa... O que é trabalho escravo? Isso até mesmo sem direito ao produtor, ao fazendeiro, ao usineiro de recorrer à Justiça para contrapor. Antes mesmo disso o nome dele já está no site do Ministério do trabalho. O segundo ponto, quer dizer isso leva... É um auto-denuncismo irresponsável feito por nós próprios.

O segundo ponto, quer dizer, com relação a relações de trabalho há uma necessidade urgente de se regulamentar a questão do trabalho de curta duração nesse país. Quer dizer as leis trabalhistas brasileiras, foram feitas durante um período e para os trabalhadores urbanos. Nós precisamos ter adaptações ao trabalho no campo, que tem características totalmente diferentes do trabalho urbano.

E o segundo ponto com relação às questões ambientais - eu acho que vou ser bem sucinto nessa questão, quer dizer, não precisar dizer que é uma área que está hoje mesmo dentro do Governo sendo totalmente dominado pela ONGs, que na verdade, são grandes inimigas do desenvolvimento desse país, essa é a grande verdade. Nós estamos perdendo essa batalha, infelizmente por esse domínio.

Por fim, a CNA tem feito a sua parte. Nós temos programas direcionados tanto para produtores rurais, nós temos e eu até aqui trouxe alguns exemplos para os Srs. Que é Programa Fazenda Legal da qual produ-

tores são instruídos com toda a questão da legislação ambiental, fundiária e trabalhista. E temos também programas direcionados especificamente através do SENAR, para trabalhadores e cortadores de cana, especificamente, que é o Projeto Cana Limpa, que já capacitou mais de 300 mil cortadores de cana nos seus quatro anos de existência.

Eu fico por aqui e agradeço a oportunidade, Senador Roriz.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Bom, antes de passar, liberar a palavra aos Senadores que queriam fazer suas perguntas, nós vamos passar a palavra à Senadora Marisa Serrano, que representa aqui a Comissão de Meio Ambiente e ela é a Vice-Presidente daquela Comissão.

Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, senhor Presidente, Srs. Senadores, Sr. Deputado, eu quero cumprimentar com carinho especial o Ministro Reinhold Stephanes, o Ministro Roberto Rodrigues, já trabalhamos juntos há muito tempo aqui lutando. Eu mais na Educação e ele mais nessa área da produção, mas sempre juntos pelo país.

Cumprimentar os outros companheiros de Mesa e muito querido Senador João Tenório, que é Presidente da Subcomissão dos Biocombustíveis. Eu queria aqui justificar a não presença do Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Senador Leomar Quintanilha, não está aqui em Brasília hoje, não pôde estar, e me pediu que estivesse aqui como Vice-Presidente representando.

Quero dizer que a nossa Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, também está acompanhando todo esse processo da energia no país, essa mudança de matriz energética. Para nós isso é fundamental porque nós trabalhamos mais com meio ambiente naquela Comissão, como também sou titular da Comissão de Agricultura, eu me sinto aqui em Casa nas duas Comissões.

Eu quero só fazer uma constatação, do que eu está acontecendo no país hoje, que já está acontecendo, quer dizer, não é o que vai acontecer.

No meu Estado do Mato Grosso do Sul, hoje nós temos nove usinas em funcionamentos, certo Antônio? Uma em fase de montagem, 31 projetadas, das quais 19 já estão com seus empreendimentos em fase de implantação. Portanto, das nove de hoje nós estamos com 41 prontas para começar. Então é um crescimento extraordinário. E pensar também que Mato Grosso, que o Senador Jonas representa aqui, nessa Casa, e Mato Grosso do Sul, são os Estados de maior potencial de expansão do etanol do Brasil, certo Antônio? Juntos ambos detém 44% da capacidade nacional. Vai aí,

nesse caso, na produção atual, dessas 41 usinas nós vamos ficar apenas abaixo do Estado de São Paulo no país. A região Centro-Oeste, principalmente Mato Grosso e Mato Grosso do Sul têm grande potencial e vivem hoje uma realidade já nesse país.

Eu quero só terminar, Sr. Presidente, dizer aqui uma coisa que nos preocupa muito em tudo que foi dito aqui. É a parte de infra-estrutura também. Além de toda a área social envolvida, dos parâmetros e do marco regulatório, dos parâmetros que temos que acompanhar, mas eu fico imaginando: Se nós não tivéssemos o que o Governador do Mato Grosso do Sul está propondo, um poliduto que venha de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul passe pelo Paraná, pela REPAR e chegue a Paranaguá, não tem como nós trabalharmos para escoar essa produção. Porque a proposta é multimodal, porque ela desce ali em Bataguáçu no Rio Tietê e sobe o Paraná e pode ir para a refinaria lá de Paulínia.

Então, essa estrutura intermodal é fundamental, sem ela não tem como, não sei como exportar isso porque as nossas estradas estão em estado lastimável. E quem desse de Mato Grosso e Rondônia para o Mato Grosso do Sul e São Paulo, sabe como é que nós estão as nossas estradas. Portanto, é inadmissível que tenhamos uma expansão tão grande sem que a gente tenha pensado na estrutura logística e aqui eu falo que o grande problema nosso de transporte e estoque dessa produção.

Portanto, ficam aqui as minhas preocupações, que eu tenho certeza, são preocupações também de todos que estão aqui presentes. Parabéns ao Senador Sibá Machado por ter proposto essa audiência. Muito obrigada, Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Nós vamos passar a palavra antes de permitir às indagações dos Srs. Senadores, ao Presidente da Sub-Comissão Permanente de Biocombustíveis, que é o Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Obrigado Presidente, Sr. Ministro Reinhold Stephanes, Sr. Ex-Ministro Roberto Rodrigues, querida Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente; prezado companheiro Senador Sibá Machado, Vice-Presidente da Comissão de Biocombustíveis, na verdade, esse tema que é trazido aqui é patrocinado digamos assim, pelo Senador Sibá Machado é da maior importância, ele traz ... E é um momento muito interessante, porque ele traz uma visão geral do problema de biocombustível no Brasil.

Nós tínhamos dentro da nossa Subcomissão imaginado um modelo um tanto quanto diferente que é o modelo de trabalhar em blocos, ou seja, como é

um setor muito multifacetado é muita, digamos assim, relação com uma série de outros setores, nós achamos conveniente trabalhar isso é bloco. Ou seja, por exemplo, a relação com o mercado que é uma coisa absolutamente vasta, grande e até hoje meio que incompreensível, tem um frisson muito grande nos mercados internacionais na visão de mercado, mas ainda de concreto mesmo não existe grande coisa.

Nós temos três grandes movimentos, um movimento dos Estados Unidos, americano que é o mais concreto que existe. A relação com o Japão que é uma coisa que está indo ainda muito... Não tem um andamento ainda adequado. O nosso Ministro Roberto Rodrigues nos deu uma informação muito interessante que é a inclusão do ex-Primeiro Ministro no grupo. Isso vai fazer com que nós tenhamos mais transparência e clareza do que é que o Japão pensa e acha de fato, concretamente, em relação a essa questão do etanol.

Nós temos a relação social e trabalhista que é uma coisa que efetivamente precisa ser aperfeiçoada, precisa ser analisada. É um quesito importantíssimo e, portanto, vai merecer da Subcomissão uma preocupação muito grande e um trabalho, um foco, um enfoque muito importante é a questão ambiental, que sem sombra de dúvida é algo que tem que prevalecer nas questões a serem debatidas. A questão da infraestrutura tão importante, séria, que como a Senadora Marisa Serrano colocou aqui o seu Estado Mato Grosso do Sul, que tem uma distância importante dos pontos, não é uma coisa de fácil manipulação, carece necessariamente de ter uma maneira de drenar essa produção de uma forma econômica.

Então a questão da infra-estrutura é algo absolutamente importante, as questões das pesquisas de tecnologia e padronização, outro ponto que será debatido assim com muita ênfase pelo setor, apesar de que nós reconhecemos que muita coisas, como disse o nosso Ministro Roberto Rodrigues, já foi feito em termos de tecnologia. E a prova disso são os rendimentos absolutamente imbatíveis que Brasil tem nessa área. O Brasil produz, por exemplo, cerca de sete mil litros de etanol por hectare, enquanto, por exemplo, o milho americano está na ordem de 3, 3 e 500. Então, ainda tem um potencial muito grande a ser conseguido e isso evidentemente vai depender da quantidade de investimento que o Brasil vier a fazer nessa área de pesquisa e tecnologia.

Quando nós inauguramos, digamos assim, a Subcomissão de Agricultura nós partimos de dois princípios básicos. O primeiro deles é que essa Subcomissão, juntamente com a Comissão de Agricultura, trabalharia no sentido de tirar os vícios e os defeitos

que por acaso permaneçam e co-existam com o setor hoje. Isso inexoravelmente nós sabemos que existe. Houve aqui algumas palavras do nosso Presidente Peres Alves, talvez um pouco de inflamado, mas na verdade lá no fundo existe muita verdade sobre isso. Então isso tem que ser analisado. A questão ambiental que foi destacada aqui, também, é uma coisa que vai merecer uma correção.

Então, eu acho que tudo isso tem como objetivo fazer com que projeto seja viável. É um projeto que o Brasil não pode abrir mão dele. O projeto do álcool, a conquista que esse país já faz no... Não apenas do etanol, no caso do álcool, mas biocombustíveis, de um de modo geral, é uma coisa que não pode ser jogada fora. A tecnologia que nós desenvolvemos, as áreas que nós temos é uma coisa de uma preocupação muito recorrente. A questão da utilização de área para cana-de-açúcar e biodiesel de um modo geral.

O Ministro Roberto Rodrigues colocou muito bem. Nós seremos oito milhões de hectares para produzir cana-de-açúcar no ano de 2010 e nós temos 200 milhões de hectares com a pecuária nacional, temos quase 50 milhões de hectares com grão. Isso é uma coisa não pode preocupar. É uma coisa evidentemente que tem que submeter a um zoneamento, tem que submeter a um cuidado para evitar que áreas menos produtivas, também sejam ocupadas por cana-de-açúcar. Principalmente áreas que possam ter algum impacto mais importante, mais deletério no que diz respeito a relação com o meio ambiente.

Então, essa nossa Comissão ela terá como foco exatamente esses dois pontos. Primeiro. Vamos tirar os defeitos e continuar com o projeto, com o programa, uma coisa que é importante. Nós vamos ter que ir corrigindo esses pontos falhos que seguramente o setor ainda abriga. E fazer com que esse projeto, seja um projeto bem sucedido, como um todo. E um segundo ponto é exatamente fazer em bloco, o que eu tinha combinado com o nosso Vice-Presidente Sibá Machado, fazer o bloco e inaugurado hoje de uma maneira interessante, porque é uma visão geral e depois nós vamos separar em blocos.

Seguramente os nossos parceiros aqui presentes, os convidados aqui presentes serão reconvidados para, digamos assim, ter uma participação mais afetiva. A única coisa que eu gostaria de registrar finalmente e depois uma reflexão para o Ministro Roberto Rodrigues é o seguinte; há uma implantação em alta velocidade da produção de álcool no Brasil, isso é um fato que está provado pelos números claramente. Então nós estamos andando com a velocidade supersônica. E o mercado internacional, as coisas de concreto ainda

são muito poucas. Existe muita ficção, essa é a grande verdade, isto preocupa muito.

O setor já apresenta esta safra um excedente de produção importante. Então é preciso que as coisas... O Ministro tem tido uma participação muito importante, porque nessas associações internacionais que ele participa. Nós tivemos ontem a oportunidade de conversar muito com o ex-Governador Jeb Bush que participa dessa associação, que não trouxe nada assim de concreto é verdade, mas é uma construção de uma relação com os Estados Unidos e efetivamente com outros países que virão a posteriori, que transformarão essa é coisa que ainda é um tanto quanto virtual, que é esse mercado internacional de álcool em alguma coisa mais concreto.

Então, a nossa a preocupação, a preocupação que é preciso registrar e eu deixaria para *reflexão* dos nossos Ministros e das demais autoridades aqui presentes é a defasagem que existe hoje concretamente entre aquilo que se produz e aquilo que inexoravelmente vai se produzir, quer seja no caso do etanol, como no caso do biodiesel com a expectativa concreta, não virtual de mercado que existe, principalmente no mercado internacional. Muito obrigado, Presidente, pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Em seguida vamos passar a palavra para o autor do requerimento que solicitou a presença dos Ministros e de todas as demais autoridades que se pronunciaram e nessa oportunidade ao Senador. Passaremos a palavra ao Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, nossa Senadora Marisa Serrano, da Comissão Meio Ambiente, nosso Presidente da Comissão de Bio-combustível, Senador João Tenório. Eu quero saudar o Ministro Reinhold Stephanes, o nosso ex-Ministro e um dos principais consultores tratando assim, Roberto Rodrigues. Aqui, o nosso colega representando o Ministério do Desenvolvimento Agrário o Anacleto, o Ivaneck da Contag. Também saudar aqui, o nosso representante do Grupo Moema, que eu tive a oportunidade de visitar e, o nosso representante da CMA. Temos aqui também o Presidente da EMBRAPA, não é isso Presidente? O nosso companheiro Silvio Crestana.

Eu, antes de mais nada, quero reprimir as palavras do nosso Senador João Tenório, que a idéia é que a gente possa, talvez, departamentalizar, digamos assim os assuntos, porque são tantos sobre esse momento que o Brasil vive de apresentar ao mundo algumas contribuições para essa crise, podemos dizer assim do combustível e, principalmente, sobre o aquecimento global. Partindo desse pressuposto eu quero entender que, por mais que nós tenhamos problemas

para superar vamos procurar coletivamente encontrar tais soluções. É com esse espírito que nós queríamos construir nosso debate aqui nessa Casa.

Acredito que os senhores deverão ser convidados por muitas outras Comissões, a Comissão de Relações Exteriores do Senado e da Câmara, a Comissão de Agricultura daqui e da Câmara, a Comissão de Meio Ambiente daqui e da Câmara e tantas outras. Nós temos agora uma Comissão Mista Senado e Câmara sobre o aquecimento global, mas que inevitavelmente também vão tratar do assunto e assim por diante.

Eu não posso também falar de tantas coisas porque é impossível, mas fiquei muito bem contemplado com a abordagem inicial até mais, que eu queria mais uma vez parabenizar o nosso guerreiro Roberto Rodrigues, que faz uma abordagem que acho que não esqueceu de nenhum dos pontos, claro que nós não podemos aprofundar todos, mas especificando, nós temos um problema se há ou não há uma questão da crise energética. Eu já faço uma pergunta ao senhor há ou não há uma crise na energia no mundo?

Faço aqui uma comparação rápida, porque o petróleo se arranca lá uma série de subprodutos do petróleo e nós estamos tratando de dois combustíveis, que eu não digo nem que vão suceder, mas estão, digamos assim se complementando; a gasolina através do etanol e o óleo diesel através do biodiesel. Somente esses dois. Se a gente for falar dos plásticos, falar dos lubrificantes e de tantas outras matérias que são extraídas do petróleo é impossível a gente dizer que nós estamos aqui encontrando um sucedâneo para o petróleo, mas aí responder um pouco: Há ou não há uma crise na energia no mundo?

A segunda foi à questão do aquecimento. Faço essa pergunta também se há um chamamento do mundo baseado nesse problema do aquecimento, que eu até pergunto ao nosso Ministro Reinhold, se podemos estar, digamos assim, chamados a atenção por conta deste problema. Voltando mais aqui a uma especificidade, pergunto aqui ao senhor Anacleto: Baseado na matriz que o Brasil pensou para o biodiesel, que absorve um setor que até então teve muita dificuldades de participar de grandes investimentos, o setor da agricultura familiar sempre ficou meio fora dos grandes investimentos.

O Brasil criou o sistema PPP para os investimentos de infra-estrutura de alto porte e estamos inaugurando no Estado do Acre uma experiência tupiniquim, que nós estamos chamando lá de PPC, a participação pública privada e comunitária na matriz dos investimentos não importa o seu tamanho, seja ele de baixa média ou alta complexidade. Quando você vai para a alta complexidade eu fico pensando: Uma usina de cana no

Acre - nós tínhamos uma que nem chegou a funcionar, há 18 anos parada - eu acho que o senhor teve oportunidade de conhecê-la, deve entrar em operação no próximo ano. Então, está matriz foi colocada lá.

Então há uma experiência vivida no biodiesel que eu pergunto: Se é possível se pensar esta experiência ser reproduzida, também, na questão da cana de açúcar que eu também faço essa pergunta para o guerreiro Ivanek. No caso das questões ambientais essa pergunta foi feita porque no Acre nós não temos experiências me veio outra dor de cabeça enorme. Essa pergunta foi feita porque no Acre nós não temos experiência com cana a não ser para rapaduras, mas para um investimento dessa natureza nós não temos.

Se nós vamos colocar corte de cana manual, nós teremos que utilizar a mão-de-obra humana e consecutivamente o fogo. Se vamos usar o fogo tem aquele período temporário. Alguém me disse: "Não precisa o Acre começar utilizando, vai direto para o corte mecânico", porque no corte manual nós não chegamos a esse estágio de dizer: "Vai ter um período do ano que você está desempregando pessoas". Então, eu estendo essa pergunta aqui que me fizeram a todas as demais usinas que deverão ser criadas. Já que não tem lá mão-de-obra estabelecida com risco de desemprego temporário, então já partir direto, porque reduz o índice de fogo.

Do ponto de vista da transferência de renda, o senhor me lembrou uma hipótese a ser trabalhada que eu não captei direito. Como é que nós poderíamos pensar melhor a transferência de renda? Eu fico pensando porque na relação trabalhista é cota. O Ministério do Trabalho eu não sei se é no caso da cana, foi em outras experiências fez uma divulgação, ter feito uma divulgação. Eu estou entendendo que é tentar com isso, que as partes encontrem o mais rápido possível a solução do problema. Eu acho que pode ter sido excesso de zelo, mas em alguns casos até que é cabível para que a gente chame e atenção para superar essa dificuldade o mais rápido possível.

Eu queria imaginar como é que essa transferência de renda poderia ser pensada melhor? Você faz um corte, a experiência do Acre mais uma vez. Estão utilizando assim um básico para tenha todo mundo, mediante, como se fosse por tempo de corte, não por produtividade. Então todo mundo receberia um valor X, e mais a produtividade sobre aquilo que ele tem capacidade de ultrapassar os demais, mas aí vem o medo da exaustão, porque alguns, no afã de ganhar um pouco mais, esticam suas horas de trabalho e às vezes até come menos e come mal. Então é uma outra pergunta que surgiu aqui, muito forte para nós que nós haveremos de encontrar uma solução.

Deixa ver se eu não esqueci de mais nada aqui. Por último, o problema da estratégia mesmo mundial. Eu sei que um país como os Estados Unidos, como qualquer país do mundo gostaria de dominar. Em alguns momentos da História do mundo os dominantes dominaram através das armas, outro período utilizaram método da dependência financeira. Acreditamos todos nós agora que pode haver uma nova dominação no mundo, a partir do conhecimento, a partir da tecnologia.

Então, se o Brasil é o pai desta criança e ainda está em fase do crescimento, quais são as seguranças que nós haveríamos de tomar aqui no Brasil - aí já faço essa pergunta ao Ministro - que segurança nós podemos ter para que a gente possa até socializar? Tendo em vista de que é preciso aqui na estratégia, ter mais de um país dominando a tecnologia, mas como socializar isso sem cair no futuro, numa dependência de uma tecnologia que nasceu daqui? Como é o caso da borracha, que eu vou citar rapidamente.

A nossa borracha chegou a ser o segundo produto da balança comercial até o início do século XX. Terminamos nessa situação que nós estamos hoje, onde o Brasil não consegue chegar acho que a 30% de seu consumo hoje na questão da borracha. Então uma preocupação muito grande que a gente tem também, é de evitar que o Brasil venha a perder o domínio desta cadeia produtiva tão importante que nós temos. Ah, sim. A hidrólise.

Dr. Roberto Rodrigues, por que nós estamos arrancando o álcool da sacarose não é isto? E já se fala de arrancar de um outro subproduto da cana que é o próprio bagaço. Então eu faço essa pergunta também ao senhor, da possibilidade da gente ter o dobro da produção de etanol no Brasil, usando quem sabe a mesma massa produzida que já temos.

Sr. Presidente, me desculpe a extensão que eu fiz, mas é tanta curiosidade ao mesmo tempo. Eu gostaria saber se todos gostariam de voltar em momentos com mais calma, para gente voltar a tratar até de temas específicos para a gente ter mais tempo de conversar e tirar as novas dúvidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Eu lhe pergunto, se as suas perguntas foram dirigidas ao ex-Ministro Roberto?

SR. ROBERTO RODRIGUES: Duas só.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Foram só duas.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com a palavra pela ordem, o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu faço uma sugestão a V.Exa., que os Senadores se manifestem e depois todos possam responder a todos os Senadores, porque aí nós ganharíamos tempo já que o tempo está avançando.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Eu acho que todos estão de acordo com a sugestão do Senador Osmar Dias. Vamos passar a palavra a V.Exa. Senador Osmar Dias, em seguida passaremos a qualquer outro ou outra que solicitar. A resposta eles farão no final de todas as perguntas. Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, Senador Joaquim Roriz, Sr. Ministro Reinhold Stephanes, Ministro da Agricultura, ex-Ministro Roberto Rodrigues, Senadora Marisa Serrano, Senador João Tenório, os componentes da Mesa. Primeiro eu gostaria de me dirigir ao Ministro Reinhold Stephanes, somos do Paraná e gostaria de como Senador, representante do Paraná me colocar à disposição de V.Exa., para dar a minha contribuição modesta, ao trabalho que V.Exa. está desempenhando e terá que desempenhar à frente de um Ministério tão importante.

Nós confiamos que V.Exa., terá em desempenho a altura daquilo que deseja e espera a agricultura brasileira. O Paraná é um Estado cuja importância da agricultura todos conhecem e reconhecem. E V.Exa. traz junto com a responsabilidade, o apoio de todos os setores que trabalham com agricultura no Paraná e o meu também. Estou aqui para publicamente manifestar, independente de Partidos aos quais pertencemos ou correntes políticas, dizer que acima disso estão os interesses da agricultura do Paraná e do Brasil. E V.Exa. pode contar comigo, como o Ministro Roberto Rodrigues sempre pôde contar em todos os momentos aqui. Dizer que aqui a Comissão de Agricultura, V.Exa., pode constatar, será um parceira permanente de V.Exa.

Nós quando convidamos o Ministro, não é para colocar o Ministro em dificuldade para responder perguntas. É para no debate, tentarmos oferecer as nossas contribuições. Sempre foi assim e é assim continuará sendo, até que tenha um requerimento que V.Exa. terá que voltar aqui brevemente para discutir sanidade animal, seguro de renda, assuntos importantes, mas sempre com esse espírito de darmos a nossa contribuição a V.Exa. Então, pode contar comigo e com essa Comissão, eu tenho certeza.

Mas gostaria de fazer até uma observação ao Ministro Reinhold Stephanes e ao Ministro Roberto Rodrigues, porque de uns tempos para cá há uma tentativa de se colocar o agronegócio de um lado e a agricultura familiar do outro, como se isso fosse pos-

sível. Agronegócio são todos aqueles que trabalham com agricultura, pecuária, com a produção vegetal, com a produção animal, com aqueles que se envolvem na venda de fertilizantes, insumos, máquinas enfim. Uma cadeia de mais de 60 segmentos da economia e não importa o tamanho se grande, médio, pequeno familiar, todos são do agronegócio.

Até vi hoje, acho que V. Exa. viu também o jornalista Mazza do Paraná dar uma definição que eu coloco aqui, porque eu achei interessante: Não é o agronegócio que deve ser combatido por quem não se sente dentro dele, porque todos estão dentro do agronegócio, todos estão produzindo a mesma coisa com o mesmo objetivo, mas é o agro-ócio. O agro-ócio também independente de tamanho. O latifúndio improdutivo é um agro-ócio. Uma pequena propriedade improdutiva e abandonada, também é um agro-ócio”.

Então, está certo o jornalista Geraldo Mazza, quando dá essa descrição até porque alguns tempos atrás a gente tinha conquistado o respeito da sociedade urbana, depois de muita luta, de muito debate, mostrando que o produtor rural não é aquele chorão que corre atrás de favor do Governo, mas é alguém que ajuda muito o país a se desenvolver e que quer, na verdade, um ambiente de harmonia na relação entre aqueles que têm a propriedade e aqueles que trabalham na propriedade. Isso é que se busca permanentemente.

Então, nós não devemos ver essa nova fase - e eu concordo com o Roberto Rodrigues, quando ele diz: “Esse é um novo paradigma se cria para o país, para a sociedade brasileira e talvez até para muitas regiões do mundo”. Nós não devemos ver isso do lado: “Ah, nós devemos estar preocupados porque de repente, vamos ter o crescimento preço dos alimentos”. Nós devemos estar comemorando e estarmos entusiasmados, como eu ouvi o Roberto Rodrigues colocando o próprio Ministro Reinhold Stephanes.

Estarmos entusiasmados com essa possibilidade de que se abre para o Brasil e não para os usineiros é para os trabalhadores, porque quanto mais usina funcionando mais empregos. Quanto mais empresas funcionando mais empregos. Isso causa até espanto em algumas pessoas quando eu falo, mas será que há como ter empregos, sem um empresa funcionando? Eu não vejo como. Essa relação deve voltar a ser harmoniosa e às pessoas tem que pensar com um pouco mais de inteligência e menos ideologia barata, porque é um atraso, mas é um atraso tão prejudicial ao país esse discurso separatista de querer diferenciar, quem produz dentro de uma propriedade de um tamanho e de outro, porque todos sofrem as consequências do

mesmo clima, da mesma política e dos mesmos mercados, enfim.

Claro que aqueles que são menores precisam de mais apoio e nós sempre defendemos isso. E até vou dizer que eu concordo com Fidel Castro, tem mesmo que optar: Ou vamos produzir alimento ou vamos produzir álcool, mas isso em Cuba. Ele está certo quando ele fala em Cuba. Cuba tem que fazer a sua opção, porque não tem área para produzir alimento e álcool ao mesmo tempo. Tem que fazer opção. Vai Produzir açúcar, alimento.

Agora o Brasil pode fazer as duas coisas com muita tranqüilidade, mas desde que haja uma coisa que levantada aqui pelo Anacleto. E ele foi corretíssimo de colocar isso, que nós estamos iniciando um processo e é preciso que haja planejamento, sem esse planejamento pode haver problemas. O Anacleto disse: “Olha, nós estamos numa fase inicial de aprendizado e vamos ter que avançar nisso, por isso os debates são importantes”.

Mas eu posso dizer que a perspectiva é tão grande para a questão do álcool, que eu não vou nem me ater; porque os Estados Unidos precisariam produzir para aquilo que o Presidente Bush falou aqui que vai no ano 2017, autorizar 20% de álcool na gasolina americana, precisaria de 330 milhões de toneladas de milho para produzir álcool para tudo isso. Isso significaria 36 milhões de hectares. Quer dizer isso é muito mais do que os Estados Unidos produzem hoje para alimento.

Então, não é que nós vamos sentar na mesa com o Governo Americano e discutir o que eles querem, eles vão ter que também entender que nós temos a liderança. E quem pode, porque tem um custo de produção muito mais compatível muito menor e, a nossa matriz é muito melhor do que a deles para a produção de álcool a partir da cana-de-açúcar. A nossa tecnologia é muito mais avançada e os curtos nos proporcionar essa competitividade. Eles vão ter que sentar e ouvir o que o Brasil tem a dizer.

Nesse sentido é que eu digo ao Ministro da Agricultura: Conte com o Senado nesta busca, principalmente, da questão dos acordos internacionais. Porque nós não podemos pensar só na produção, sem pensarmos que isso vai se tornar realmente uma *commodity* mundial e que nós teremos nos acordos internacionais, negociar vantagens para o Brasil. Nós não podemos continuar pagando 0,3 para colocar um litro de álcool nos Estados Unidos. Nós precisamos que eles revejam isso porque eles vão precisar do nosso álcool para fazer cumprir o Protocolo de Kyoto, para cumprir essa meta que o próprio Presidente Bush está colocando.

De outro lado, quando eu pedi para o Senador Sibá e ele concordou para que nós discutíssemos

aqui também o biodiesel. Aí há outra ampla perspectiva, porque eu participei aqui do debate de uma Comissão que foi constituída pelo Senador Mercadante, para instituição da lei, para criação da lei - o Ministro era o Roberto Rodrigues, na época. Eu briguei bastante para que houvesse uma abertura maior e uma ousadia maior naquela lei.

Eu concordo com o Anacleto, que a gente tem que transformar esse Programa de Biodiesel, também num programa social para a agricultura familiar ser uma alternativa para agricultura familiar, dentro aquele espírito inclusive de diversificação, dentro da pequena propriedade e da propriedade familiar, mas eu vejo assim, os dados que eu tenho, inclusive foi a COCAMAR que me passou a nossa COCAMAR, Reinhold Stephanes, que diz o seguinte: Usinas funcionando de biodiesel são 18; já estão produzindo 568 milhões de litros de biodiesel; construídas que ainda não estão em funcionamento, mais 13. 363. Isso iria para 931 milhões de litros. O B2 dá 800 milhões de litros.

Então que o já está para funcionar já ultrapassa. Aí tem: “Em construção 21, em planejamento mais 40”. Vai para 92, que dá cinco bilhões de litros. Isso significa 12%. Mesmo que a gente antecipe para 2010 o B5, vai sobrar, mas vai sobrar que biocombustível? Tem qualidade para exportar? Aí que eu quero colocar, não é nenhuma pergunta é uma sugestão: Que haja realmente um investimento sério em pesquisa nessa área do biocombustível. A gente está falando muito em pinhão-mansão, mas não há ainda nenhuma pesquisa que concluiu que pinhão-mansão é viável.

Nós não temos ainda nenhum resultado prático. Por exemplo, a COCAMAR desistiu de colocar em Maringá uma usina de biodiesel, porque o custo para produzir um litro é 1 e 60. Se você acrescentar ICMS, mais PIS, mais COFINS, mais frete, mais margem de lucro da distribuidora, mais o revendedor. Acabou. Fica inviável. O litro de óleo diesel chega lá a 1 e 55, 1 e 60, para o consumidor. Então viabiliza.

Outro dia a Gazeta Mercantil deu uma notícia de que o Brasil pode importar biodiesel da Argentina. Por quê? Porque a carga tributária nossa está inviabilizando.

Então Ministro, fica a sugestão da gente pegar isso juntos, para o Congresso possa trabalhar em sintonia com V. Exa., para que a gente possa propor ao Governo Brasileiro o seguinte: “Bom, vamos incentivar sim, no Nordeste e outras regiões incentivo fiscal, subsídios se for preciso dar para agricultura familiar, para que essa seja uma alternativa viável e que viabilize a pequena propriedade da agricultura familiar”, mas não vamos perder a oportunidade de olhar para o mercado europeu que está ávido por biodiesel de qualidade

e investir na pesquisa, investir em outras regiões do país, permitindo que com a redução custo tributário, principalmente, essas regiões possam se viabilizar na produção do biodiesel.

Eu diria que esse é o grande entrave hoje, para que outros empreendedores e outras regiões possam investir no biodiesel paralelamente ao etanol, que é sem dúvida nenhuma um instrumento de desenvolvimento para o país nesse momento, que não poder ser de forma nenhuma desprezado e nem combatido. Nós devemos corrigir sim, os erros cometidos com relação a questão social, trabalho, emprego e a questão ambiental, mas jamais permitir que esses problemas que são corrigíveis, sejam entraves para o crescimento desse setor de produção da agroenergia, como disse o Ministro Roberto Rodrigues, para que a gente tenha no Brasil um desenvolvimento econômico e social e uma distribuição de renda melhor.

Mas para isso é preciso consertar alguns erros que estão sendo cometidos, entre eles essa questão da carga tributária que nos oferece uma desvantagem imensa em relação aos outros países que subsidiam seriamente a produção de biodiesel.

Eu tinha a dizer isso, não vou fazer nenhuma pergunta, apenas dizer que estou à disposição tanto do ex-Ministro Roberto Rodrigues como seu Assessor e também do Ministro Reinhold Stephanes, para que a gente possa trabalhar em conjunto para vencer esse obstáculos.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Em seguida, eu passo a palavra para a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Obrigada, Sr. Presidente. Eu quero parabenizar meu colega Sibá, pela proposta dessa Audiência Pública, agradecer a todos que aqui estão, dar as boas-vindas ao nosso novo Ministro Reinhold Stephanes, um abraço muito especial ao ex-Ministro e amigo Roberto Rodrigues, enfim, a todos Senadores, Senadoras, CNA, a UNICA, MDA, CONTAG, a todos enfim obrigada pela presença.

Eu gostaria de iniciar, Sr. Presidente, tocando num assunto crucial para todos nós e que especialmente hoje é um dia bastante emblemático. Nós estamos esperando à tarde a reunião da CTNBio. E para não fugir de nosso assunto, por conta de que a reunião da tarde é para avaliar, milho e algodão, mas nós sabemos que a Votorantim, está fazendo uma pesquisa bastante interessante com relação a cana modificada para aumentar o teor de sacarose. Isso pode ser alterado em 20%, está na área ainda de pesquisa.

A pesquisa tem sido liberada espontaneamente, mas a complicação na CTNBio é a comercialização.

Feito essa pesquisa, se nós conseguirmos, se essa empresa conseguir comprovar isso, são 20% de aumento também na produtividade sem aumentar a área plantada. Então, o dia de hoje é um dia especial. Eu queria pedir muito ao Ministério da Agricultura, que ficasse bastante atento ao que está acontecendo na CTNBio. Está havendo um comportamento equivocado por parte do Ministério Público Federal, que aliás, não é mal vindo em lugar nenhum do país, mesmo porque nós não estamos brincando de fazer coisas escondidas no Conselho e nas reuniões da CTNBio.

Mas nós temos e precisamos fazer gestão ao Chefe-Geral do Ministério Público Federal, porque a Procuradora Regional da República, Maria Soares Cordioli, ela está se comportando como uma militante antitransgênico. Nós precisamos de pessoas sim, que possam fiscalizar qualquer lugar desse país, mas que tenha um comportamento imparcial. E principalmente Sr. Ministro, eu acho que o Ministério Público através dessa Procuradora, deveria cumprir à risca a lei. A presença do Ministério é inclusive questionada, porque não tem assento no CTNBio, pode ficar presente como ouvinte e não como participante, porque não tem voz e voto na CTNBio.

Então, nós precisamos com a máxima urgência, senão quisermos ver em várias áreas, não só do milho, não só no algodão, não só da cana, ver o nosso país paralisado, mesmo porque nós temos outras áreas importantíssima de fármacos que vão salvar vidas humanas que deverão passar por lá. Então, nós não podemos ter esse viés ideológico com relação a transgenia. Mesmo porque o GREENPEACE que grita tanto e fala tanto e que é uma ONG inglesa que faz parte da União Européia, que foi uma das regiões que mais resistiu aos transgênicos, hoje na sua Comissão das Comunidades Europeias, já tem o comunicado da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comitê Econômico e Social Europeu e ao Comitê das Regiões em Bruxelas, recomendando e dizendo importância do plantio de transgênico naquela região, como meio de promoção do crescimento, do emprego e da competitividade.

Eu não vejo o GREENPEACE por lá, eu vejo ele por aqui falando muito alto, comandando o Ministério do Meio Ambiente, comandando a CTNBio, como se fosse uma entidade brasileira que não consegue fazer nem 10% que estão fazendo conosco aqui. Eu queria que eles fizessem lá na Inglaterra. Lá na Inglaterra, no Parlamento Inglês, mas além da questão da tecnologia, nós temos como já foi dito anteriormente, a questão da logística. Eu estou meio que obcecada por esse assunto, não só com a preocupação da cana, mas pela ansiedade de ver o crescimento e o arrojo do

agronegócio brasileiro e a questão da infra-estrutura, da logística de transporte, muito aquém desse arrojo por parte dos produtores rurais.

Nós estamos vendo e não dá, Senadora Marisa Serrano que falou do posto de Paranaguá, pois eu prefiro muito mais que vocês saiam por Madeira, pelo Rio Madeira lá por cima, mas vão fazer três usinas hidrelétricas sem eclusa. O Governo anterior fez a eclusa de Lajeado no Tocantins e matou parte do Tocantins sem eclusa. O Presidente Lula está indo ao Tocantins dia 24, iniciar as obras da Usina de Estreito, na divisa com o Maranhão, nem projeto executivo sequer da eclusa tem. E no PAC tem dinheiro para fazer a eclusa de Tucuruí. É só pegar o mapa do Brasil, não precisa ser entendido de nada, basta identificar que azul, a linha azul é o rio em qualquer mapa que você puder pegar. Você vai ver que o curso do Tucuruí passa pelo Rio Tocantins.

Que é impossível você ganhar de Deus o Rio Madeira, que não tem que fazer absolutamente nada ele nasceu pronto Ministro. Ele nasceu pronto, para ser uma grande hidrovía e contemplar com tudo isso, essa nova geografia agrícola brasileira que é esse grande Centro-Oeste que inclui até Estados que não são do Centro-Oeste que é o Tocantins, o Sul do Maranhão, o Sul do Piauí, o Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, que o nosso Ministro Rodrigues também conhece tão bem.

A geografia agrícola do país ela sofreu um redirecionamento um outro impulso em outra direção e o investimento em infra-estrutura, em logística muito pouco foi feito. Além de que pela obsessão da energia que eu sei da importância da produção de energia para o país para evitar o apagão, nós estamos matando-se a navegabilidade dos nossos rios e perdendo a competitividade dos nossos produtores. Com o Porto de Paranaguá incompetente, mal administrado pelo Governo do Estado, que já foi pedida interferência, intervenção três vezes pela ANTAC, e o Sr. Ministro dos Transportes está pecando, por crime de responsabilidade por não cumprir o pedido da agência pela intervenção no Paranaguá, submetendo aos produtores rurais de todo o país um acúmulo nesses portos mal administrados.

Eu quero aqui registrar: Itajaí e São Francisco que são portos administrados por prefeituras municipais e muito bem administrados. Por que não tem uma ação política? E quem está pagando o preço não é o Ministro do Transporte, não é a ANTAC, somos nós produtores rurais deste país. Porque a hora parada de multa de hora parada que nós estamos pagando em para Paranaguá, não justifica uma ação dessa em cima de nós brasileiros do campo.

Está tudo errado Sr. Ministro, toda a logística equivocada, aonde se prioriza em cima do PAC, ainda as estradas asfaltadas. Não dá prioridade máximo as hidrovias. A Ferrovia Norte-Sul que está sendo construída no Tocantins, que vai custar um bi e meio, que corresponde ao mesmo trecho de rio; para fazer eclusa custaria 500 milhões de reais; um terço da Ferrovia Norte-Sul. Todos nós sabemos e aqui ninguém precisa aprender isso, que a hidrovía é mais econômica e que agride menos o meio ambiente e manutenção é zero.

Então, Sr. Ministro, eu quero registrar a minha preocupação, assim como fez a minha colega competente Marisa Serrano, com relação a essa questão da logística, porque o meu Estado é prejudicado, mas profundamente o seu, Senadora Marisa Serrano, o Mato Grosso de Jonas Pinheiro e Mato Grosso do Sul, que está ainda mais deslocado da logística brasileira.

Mas quero também dizer, que de ponto de vista ambiental eu gostaria que o próprio Roberto Rodrigues pudesse fazer essa declaração, embora eu conheça alguns números com relação a questão ambiental, o que significa o plantio de cana em benefício do meio ambiente? Eu quero que você diga Roberto, porque você tem muito mais credibilidade do que eu, para dizer o quanto é importante o plantio de cana e o quanto ele pode ajudar no seqüestro de CO₂, mas prefiro que você diga.

A parceria com os produtores rurais. Eu acho que o que a Conferência Nacional da Agricultura, o que a OCB faz, as Federações e os Sindicatos Patronais desse país, o seu maior dever é defender a classe média rural brasileira. Eu não tenho nenhum problema em defender os grandes produtores, muito pelo contrário, defenderia até com muito gosto e alegria, só que eles não precisam de nós, Sr. Ministro. Não esses que precisam de nós. Eles têm instrumentos e formas de se defenderem.

Agora a classe média e rural brasileira precisa de nós, muito de nós. Eu estou falando da agricultura e da pecuária comercial deste país. E, como disse o Ministro Roberto Rodrigues, nós temos que ter um pulso forte ou toda essa classe média rural poderá ser expulsa do campo, diante de uma ausência de Governo, no sentido de obrigar que o produtor rural seja peça chave na produção de etanol e que garanta a ele a sua propriedade rural, a produção de cana para as usinas.

Nos dias de hoje, Sr. Ministro o grande sonho de consumo de um fazendeiro médio no Brasil é estar vizinho de uma usina de álcool, para que ele possa arrendar suas terras e ir para a cidade, porque a situação o senhor conhece os números e sabe da dificuldade que nós enfrentamos no dia de hoje, em que pese as

commodities terem melhorado os preços internacionais e dando numa folga melhor aos produtores para se recuperar da crise.

Mas eu li no Estadão de hoje um artigo aonde uma pessoa é citada, Roberto, um agrônomo, um colega seu Fernando Penteado, Presidente da Fundação de Agricultura Sustentável, ele diz que: “No Brasil têm pessoas que acham muito, observam pouco e não medem nada”. E eu fico impressionada quando eu olho para alguns números da agricultura brasileira, especialmente da produção de açúcar e álcool do país.

O valor bruto da produção 17.9 bilhões de reais, um milhão e meio de pessoas empregadas em 45 mil fazendas; 60% no entorno de São Paulo e região. 7.8 bilhões de dólares em exportação. E aí, eu ainda sou obrigada: “Porque uma amiga minha me disse que é melhor ouvir certas coisas do que ser surda”. Eu ainda sou obrigada a ouvir que é produzido bagaço da cana e bagaço humano. Não é por aí a conversa. Eu acho que o Sr. Presidente disse outro dia: “Que agora esse povo aqui virou herói”.

Eu quero lhe informar que não planto um palmo de cana, não bebo um copo da garapa porque engorda e, no meu Estado tem apenas uma pequena usina, que iniciou na cidade da Araias. Os produtores de cana, eu quero informar ao senhor que é Advogado, que eles cumprem religiosamente a lei, a Lei 5889, que não trata de contrato de trabalho de curta duração do setor rural, não trata da questão de safra de trabalho temporário.

Agora pelo eu saiba, quem elabora o projeto de lei ou é o Governo Federal - que sempre agrediu e atacou que é o Governo do PT - atacou os usineiros a vida inteira, tem quatro anos de Governo, está indo para o quinto e não apresentou um projeto de lei nessa Casa que pudesse regulamentar essa crise e os ataques que vocês fizeram ao longo 20 anos em cima dos usineiros, e o Congresso Nacional que legisla. Eu não conheço usineiro que faça lei. Eu conheço usineiro que pode estar cumprindo ou não a lei proposta pelo Congresso ou pelo Presidente da República.

Nós temos ainda a ANR 31, que se o senhor não sabe é a norma mais rígida do mundo. Do mundo! Ela é idêntica, Ministro Reinhold Stephanes, ela é idêntica a Convenção 184 da OIT. A OIT tem como países membros 178 países. Sabe quantos países adotaram essa regra? Oito. Dos oito só tem um produtor de alimentos do mundo que adotou essa regra, é o Brasil. Os outros sete não produzem nada e adotou essa regra. Para o senhor ter idéia, ela determina metragem de cama que não é vendida em loja no Brasil, que tem que ser produzida especialmente para atender a ANR 31.

E eu ainda venho escutar na Comissão de Agricultura do Senado, que os usineiros desse país estão produzindo bagaço de gente. Nós estamos produzindo é emprego, eles estão produzindo é emprego. Se tem distorção é irresponsabilidade do Ministério do Trabalho que não sabe fiscalizar; é irresponsabilidade do Governo que não propõe leis ou pode ser irresponsabilidade do Congresso Nacional. Então, eu acho que está para nós termos uma boa convivência segmentar o agronegócio, esses ataques não vão levar a nada, absolutamente nada Sibá.

O nós queremos é que a pequena propriedade rural, que a agricultura familiar se transforme num Paraná do Ministro Reinhold Stephanes, que são pequenas propriedades altamente produtivas e que contribuem na balança comercial de um setor que tem um terço do PIB, um terço da exportação, um terço do emprego e que merece respeito. Então, não vamos começar a conversa por esse lado que vai ficando muito ruim. Nós precisamos é achar solução.

Nós precisamos nos reunir como conversamos com o Paulo Paim aqui outro dia nessa Comissão, que a gente possa achar uma formatação para regulamentar o trabalho temporário. É muito simples, uma máquina, se eu não estou errada, substitui em torno de, senão me engano, 82 trabalhadores. É isso que nós queremos? Um milhão e meio de desempregados? Quem que vai assumir essa responsabilidade? Gente irresponsável não vai assumir de ver todo mundo na rua, porque eu sinceramente, na situação que está se eu sou usineiro dá vontade de trocar tudo por máquina, quando a gente ouve esse tipo de coisa.

Agora, eu peço encarecidamente a vocês que já foram chamados agora de heróis que tenham mais um pouco de paciência. Vamos tentar regulamentar essa situação, assim como tem usineiro que maltrata trabalhador, também tem pronafeiro que pega dinheiro de PRONAF e compra motocicleta! Tem gente ruim em tudo quando é lugar. Agora, isso não pode ser a média e isso não pode ser levado para o geral, porque aí nós vamos nivelar por baixo e a conversa não fica boa desse jeito.

Nós queremos produzir, nós queremos trabalhar, queremos gerar mais emprego, queremos viver bem com a pequena propriedade, queremos garantir aos produtores pequenos e médios desse país, que eles possam participar da produção cana e receber em álcool como é proposta do Ministro Roberto Rodrigues, eu acho que dá pra gente viver em paz, serenamente. Os números estão aí o que nós vamos fazer desse agronegócio? Jogar no lixo? Humilhar e espezinhar? Eu acho não é esse o caminho.

Eu quero também pedir o mesmo que o Senador Osmar Dias disse com relação a questão tributária, é séria. Hoje aplica-se apenas a isenção de PIS e COFINS para a agricultura familiar. Então, se a agricultura familiar precisa - e eu acho muito justo - é a mesma atividade, é o mesmo custo, é o mesmo mercado. Então que isso seja estendido para toda produção do país, porque isso é importante para dar competitividade a nós todos.

E também uma última pergunta ao Roberto Rodrigues e ao Ministro, quem quiser fazer um comentário, a UNICA, a CNA. Tem muita dúvida aí na sociedade a respeito de que a cana acaba com a fertilidade do solo. Então é importante que isso seja respondido para ir tirando essas dúvidas. Eu acho que o caminho é esse mesmo. É o debate inteligente, curioso. Vamos perguntando e vamos sanando as dúvidas, até que a sociedade venha agora conhecer de verdade, os verdadeiros heróis que sustentaram o açúcar e o álcool do país até hoje.

Eu encerro por aqui. Eu quero agradecer mais uma vez a presença de todos para esse debate elevado e saudável, que é o que a gente tem que trazer para o Senado Federal. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Muito bem, Senadora. Pela ordem de inscrição, a palavra está com o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Obrigado Sr. Presidente, Senador Joaquim Roriz. Eu quero saudar também os Senadores que compõem essa Mesa; Senadora Marisa Serrano, que é Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente; Senador João Tenório que é o Presidente da Subcomissão dos Biocombustíveis; o Sr. Ministro Reinhold Stephanes, Ministro da Agricultura recém nomeado, espero que tenha um desempenho muito bom à frente dessa importante Pasta para todo o nosso país; saudar o ex-Ministro Roberto Rodrigues, que foi um Ministro que dentro das suas possibilidades sei que fez o máximo possível.

E, deve ter vivido momentos de intensa angústia por não ter conseguido sensibilizar, talvez alguns setores do Governo e apoiar melhor esse setor primário tão importante, como já disse aqui a Senadora Kátia Alves, geradora de mais de 30% dos empregos no nosso país. Tenho verificado que a agricultura tem diminuído a participação no bolo econômico do país. Lamentavelmente, isso acontece em todo o país e particularmente no meu Estado da Bahia.

Entretanto, continua importantíssimo na geração de empregos e renda, continua importantíssimo para fixar o homem do campo, impedindo que ele possa se deslocar para os grandes centros urbanos, lá vivendo de subemprego e aumentando, lamentavelmente,

essas questões sociais tão graves, que trazem essa angústia ao povo brasileiro, em particular o aumento muitas vezes de violências em metrópoles.

Tudo isso é um descuido com o setor primário. Como foi dito aqui muito Dr. Roberto Rodrigues, merecia outra atenção do Governo, porque eu cheguei a que anotar números que foram dados pelo ex-Ministro, que na Europa o subsídio é de 34% para atividade, nos Estados Unidos 17, no Japão 58%, na Europa se paga para que o agricultor permaneça no campo. Aqui no Brasil é desestímulo. É o Banco do Brasil executando o produtor rural, são dívidas rurais que são dívidas bancárias transformadas em dívida fiscal com o governo. E, o produtor recebendo memorandos dizendo que vai ser executado. Lamentavelmente é isso que nós estamos assistindo no Brasil.

Quando se vê um setor, agora, como é o motivo dessa reunião aqui que é a questão da etanol crescendo país, poderíamos dizer é uma ação de Governo? Não é. Nós todos sabemos que é uma ação do setor privado. O setor privado é que está liderando este processo. Se o Governo entrar muito vai atrapalhar. Eu vejo a PETROBRAS dizer que vai criar uma "CANABRAS". Eu fico imagino aonde a PETROBRAS quer chegar, tomando conta de todo o setor energético do país. Vai dificultar para todos, porque que o raciocínio será de uma empresa que hoje é multinacional, mas é estatal que tem o guarda-chuva do Governo, mas que atua como empresa privada no setor.

Então, todo empresário brasileiro hoje sonha com ou um paraíso: é ser sócio da PETROBRAS! Claro, quem não quer ficar debaixo desse guarda-chuva protetor que é a PETROBRAS. Se a PETROBRAS e o Governo avançar muito sobre o etanol, a não ser no aspecto como o ex-Ministro colocou bem, o ex-Ministro Roberto Rodrigues, o aspecto de planejamento, de dar as linhas do incentivo e não de querer dirigir setor, nós vamos ter problemas. Vejam aí, são 35 anos, 37 anos desde a instalação do PROÁLCOOL e vivemos altos e baixos. É um ciclo de positivo e negativo em função de quê? Em função do petróleo.

Eu fico a imaginar se, hoje nós tivéssemos petróleo de 30 dólares o barril. O setor devia até - entre aspas não são minhas palavras - "mas a guerra do Iraque e do Bush e elevando o petróleo para 60 dólares", provavelmente com os interesses deles específicos estratégicos dos Estados Unidos, inclusive da indústria petrolífera, fez que o viabilizasse novamente o crescimento da indústria do etanol, das usinas no nosso país. Entretanto, o que se verifica é que o crescimento se deu porque a iniciativa privada adensou, ela concentrou.

Porque em determinados setores é muito bom você idealizar e querer distribuir socialmente, mas se você vive num regime capitalista, a não ser que se mude o sistema, mas você procura eficiência, você procura competitividade e muitas vezes só concentrando para criar escala que torne-se produtivo.

Feita essa introdução eu queria lamentar aqui, porque eu estou aqui como um único nordestino presente nessa reunião, aqui tem representante da Amazônia, tem... Desculpe, Tenório. Desculpe, na Mesa eu falo aqui na Bancada. Eu quis me referir bancada, na mesa, mas aqui nós temos Santa Catarina, Tocantins. E o que eu vejo é que mais uma vez uma oportunidade de desenvolvimento econômico e social, como a questão do etanol, que cresce e que têm todas as possibilidades de continuar crescendo, eu espero que o Governo faça e possa resolver essas questões tão importantes na área ambiental, na área da infra-estrutura, tributária que é um grande problema, até a diferenciação da ICMS de Estado para Estado, tem Estado que cobra 27%, tem Estado que cobra 12%, tem Estado que cobra 17%, isso possa levar a que esse setor cresça. Eu quero que cresça no Brasil inteiro, Ministro Roberto Rodrigues e Ministro Reinhold Stephanes, entretanto mais uma vez eu vejo que essa política discrimina o Nordeste.

Assim como no passado, no Governo do Presidente Fernando Henrique, a política de concessão, a política de privatização, privilegiou o Centro-Sul, porque é onde há consumo. Ninguém vai privatizar uma rodovia no Norte e Nordeste no país, porque não viabilidade econômica. Só existe uma, eu o fiz quando fui Governador da Bahia, é a que liga Salvador ao Litoral Norte, sob protestos diversos que ninguém queria pagar, porque “não vamos pagar aqui pedágio e etc”, mas só há uma é a melhor rodovia do Norte e Nordeste. Foi concentrado no Centro-Sul.

A mesma coisa o etanol hoje, veja a disparidade do Norte e do Nordeste que tem 52 usinas com destilarias para 221 unidades da Região Centro-Sul. 91% da produção álcool, se dá exatamente no Sul e Sudeste e pouco, agora, para o Centro-Oeste. Fica 9% com todo o Norte e Nordeste. A Bahia é o quarto Estado em extensão territorial, 570 mil quilômetros quadrados do tamanho da França. Nós temos a Agro-Vale que é uma agricultura irrigada que paga um altíssimo custo de energia que tinha que ser subsidiado.

Nós já levamos esse assunto à ANEEL, porque há um incentivo para o consumo no período da noite de nove e meia da noite às seis e meia, mas não houve o incentivo. A ANEEL interpretou que não haveria o incentivo para demanda. E você paga a demanda pelo pico e o pico se dá exatamente no momento onde foi

incentivado o consumo. Então, dá com uma mão e tira com a outra. Para quê? Para manter as distribuidoras tendo a sua lucratividade no se apóia a agricultura.

Então nós temos potencialidade no Nordeste de produzir etanol, nós nossos perímetros irrigados os projetos lamentavelmente estão parados. Quem mais produz é a Agro-Vale, pagando o custo de irrigação. Então sabe o Ministro, que você para pagar o custo de irrigação e ser competitivo com o que se produz em São Paulo, que não precisa de irrigação é extremamente difícil, se não houver um incentivo governamental. Nós temos no nosso cerrado também no nosso cerrado no Oeste, na cidade de Luís Eduardo todo o cerrado, quatro milhões de hectares disponíveis que pode se adaptar, mas tem que ser também irrigado, porque seis meses de chuva e seis meses de seca, senão for irrigado nós não teremos possibilidade.

Nós temos no extremo Sul que lamentavelmente no zoneamento eu vi fora o extremo Sul da Bahia, que tem uma unidade que é Medasa. E o Extremo Sul hoje é como a Senadora Kátia disse: O produtor rural principalmente da pecuária, ele está entregando sua terra arrendando para a celulose, para o plantio de eucalipto, porque a atividade pecuária é totalmente hoje... Com o dólar que nós temos de dois reais e a arroba do boi de 50 reais há muito tempo ela é inviável economicamente.

Então aqui no etanol, eu vejo que se não houve uma política consistente do Governo de efetivo subsídio, principalmente a agricultura irrigada e a conclusão dos projetos que estão no Nordeste; na Bahia nós temos dois paralisados Salitre, Baixio e Irecê, nós não vamos contemplar. Será uma oportunidade econômica perdida para o Nordeste aumentando o fosso existente entre o Sul, Sudeste e Nordeste. Com relação ao biodiesel que foi aqui comentado.

O biodiesel o que eu verifico é o seguinte. Mais uma vez, Ministro eu vou me apoiar nas suas palavras muito sábias as palavras do ex-Ministro Roberto Rodrigues. Não há desenvolvimento da agricultura para apoiar um verdadeiro biodiesel que possa fazer com que haja uma distribuição para a agricultura familiar. Não há. Se implantam três usinas na Bahia, uma ainda está em implantação em Madre de Deus, uma está em Iraquara funcionando, a outra nem sei exatamente, talvez em Simões Filhos, muito bem. E a base da agricultura? Mamona?

Eu vi o Presidente do Banco do Nordeste dizer aqui desta Casa, que o Banco do Nordeste não há viabilidade de biodiesel a partir da mamona, que o Banco do Nordeste não financia porque não tem base tecnológica ainda para isso. E recentemente confirmei essas informações com o Banco do Nordeste e persiste

a mesma coisa. O Banco do Nordeste quer financiar uma usina piloto para verificar se há viabilidade ou não de biodiesel. Agora, há um interesse de fazer do biodiesel sim um instrumento político de propaganda política: “Vamos apoiar para a agricultura familiar, isso é importante, vamos distribuir”.

O importante é verificar se há viabilidade econômica. Se houver ótimo, vamos aliar as duas coisas desenvolvimento econômico e agricultura familiar um apoio social. Lamentavelmente, eu não sei se existe. E senão houver um apoio decisivo para o crescimento da agricultura subsidiado, seja ela... Veja bem da mamona, seja ela no pinhão manso que até agora já dito aqui pelo [inaudível] que não tem uma viabilidade. O dendê na Bahia, não é competitivo, porque nós só temos dendê em pequenas propriedades.

Se eu perguntar ao Senador Sibá Machado o que ele viu lá no Pará é agricultura familiar ou é concentração de uma grande empresa? Ele me disse: “De 37 mil hectares de dendê, dois mil ou três mil estão com agricultura familiar. E 35 mil, 34 mil estão com a empresa do BANCO REAL”. E se não houvesse escala não viabiliza a usina. Então, não vamos idealizar e romantizar, porque temos que ser práticos.

Então, quando o Ministério da Agricultura com o apoio do Banco do Brasil, com o apoio do Banco do Nordeste financiar a agricultura, fazer a base agrícola, você pode pensar no agronegócio e não implantar usina para demonstração. Efeito demonstração, mas efeito econômico, perto de zero. São observações que eu queria fazer e pontuar essa questão com relação ao Nordeste.

Se não houver um apoio inclusive diferenciado, o Roberto Rodrigues conhece, o Ministro Reinhold Stephanes, talvez menos, mas vai conhecer. A realidade do Nordeste é bastante diferente da realidade do Sudeste e do Sul do Brasil. Não procurem aqui de Brasília enxergar um Brasil uniforme. Não há. Em hipótese nenhuma nós temos condições agrícolas bem sofríveis em relação ao restante do país e para superar essa diferença tem que haver um incentivo, tem que haver a participação governamental.

Nós só tínhamos indústrias automobilísticas no Brasil em São Paulo, depois com alguns incentivos do Governo foi ao Rio Grande do Sul, foi ao Paraná, foi ao Rio de Janeiro, foi a Minas Gerais, mas não ia a Nordeste. Nós rompemos esse paradigma com incentivo fiscal, porque o Estado apoio decisivamente. E o Governo Federal teve que entrar, senão não ia a Ford para a Bahia.

Da mesma forma nós vão vamos ter nem etanol e nem biocombustível no Estado da Bahia e nem no Nordeste, Senador João Tenório. Se não houver do

Governo esse desprendimento de que ele precisa dar a veia. Ele precisa entrar, ser parceiro do agricultor e, se for o caso subsidiar, para criar emprego para gerar riqueza. Senão nós vamos ter um Nordeste com renda per capita de três mil reais e o Sudeste com renda per capita de dez, 12 mil reais. E essa diferença é inaceitável para nós que somos do Nordeste. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Pela ordem de inscrição, consta o nome de V.Exa., Senador Jonas Pinheiro. Se for usá-la essa a hora oportuna.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT): Sr. Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Joaquim Roriz; Sra. Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidente da Comissão da Comissão de Meio Ambiente; Sr. Senador João Tenório, Presidente da Subcomissão de Biodiesel, Srs. Ministros Reinhold Stephanes e Roberto Rodrigues, Srs. Membros da UNICA e CNA, Sra.s Senadoras e Srs. Senadores, eu não tenho nenhuma pergunta para fazer eu tenho apenas algum comentário.

Ministro Roberto Rodrigues, eu estou lembrando aqui da década de 90, quando neste Congresso Nacional nós fomos induzidos a formar aqui uma grande frente, a Frente Parlamentar do setor sucroalcooleiro, evidentemente o Dr. Antônio Pádua lembra disso, lembra aqui também o Dr. Henrique Malta que está aqui no Plenário e lembra, o então representante do Ministério de Agricultura, na área desse setor o Dr. Bressan, quando vivíamos extremamente preocupados com a saúde financeiro do setor.

Não era possível que o setor pudesse viver naquela oportunidade gastando trinta centavos para produzir um litro de álcool e vender esse mesmo litro de álcool a 20 centavos, a 22 centavos. Em Mato Grosso o grupo do Sr. Olacir, vendeu até a 14 centavos. Felizmente nós temos um girada nisso, e esse Congresso Nacional teve extraordinária ação para ajudar o setor sucroalcooleiro do Brasil. E hoje nos reunimos aqui nesta Audiência Pública, aonde há reclamação ainda dentro do setor, porém o setor nunca esteve tão bem como está agora.

É claro que o nosso trabalho não está concluído. O nosso trabalho ainda continua. E continua agora reanimado, por esse extraordinário Membro do Senado do Federal e da Câmara dos Deputados, que estão enfrentando toda a dificuldade que nós temos no setor do agronegócio. Vamos continuar que, com certeza, quem vai ganhar com isso é o Brasil. E de todos esses assuntos, esses problemas o que mais me preocupa a nós em Mato Grosso, onde nós temos todas condições de clima, de solo, de topografia, de pluviometria, de qualidade de produtores, de extensão de terra, é

aquilo que a Senadora Marisa levantou com a Senadora Kátia é problema de logística.

Então, o que o nós vamos precisar Senador César Borges é de que nós aprovamos aqui, leis, seja Medida Provisória, seja projeto de lei, sobre o PAC, é inserir dentro desse projeto o nosso poliduto que os nossos Senadores do Centro-Oeste já fecharam questão em torno dele. E nós não podemos colocar em risco a grande quantidade de investimento que está sendo feito hoje em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, sem ter a certeza de que nós vamos conseguir colocar os nossos produtos no centros consumidores ou nos portos de exportação.

Portanto, é um apelo que nós fazemos aqui e a Comissão da Agricultura, eu tenho certeza que vai trabalhar em cima disso e vamos conseguir sim, resolver o problema de infra-estrutura, de logística, para o nosso produto da agropecuária, sobretudo para o álcool e o biodiesel que nós estamos tratando nesse instante.

No mais a parabéns a Comissão de Agricultura e parabéns a Comissão de Meio Ambiente que trouxe à Nação esse encontro, com a participação de todos esses profundos conhecedores do problema do agronegócio, particularmente do álcool e do biodiesel que se encontram reunidos no dia do hoje. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Pela ordem de inscrição, passamos a palavra ao Senador João Pedro.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Sr. Presidente, um minutinho. Eu gostaria apenas de fazer uma justificção, se me permite o Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Questão de ordem com a palavra a Senadora Kátia de Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO): Eu gostaria de pedir desculpas aos nossos palestrantes, mas infelizmente eu vou ter que sair. Eu deixei aqui duas perguntas que na realidade eu conheço um pouquinho da resposta, era só mesmo para ficar registrado que é importante nessa Comissão.

Eu espero que a gente possa em outras oportunidades a gente continuar conversando sobre esse assunto tão importante. E quero me deixar a disposição também do Ministro Reinhold Stephanes, quando assim o precisar. Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Bom dia a todos e a todas Senadores, convidados, Ministro Stephanes, Ministro Roberto Rodrigues, representante da CONTAG, Ivaneck, do MDA.

Eu penso que nós estamos num momento muito rico, do ponto de vista de nós debatermos o presen-

te e o futuro do Brasil. Eu quero destacar no contexto desse debate, das reflexões, das discussões, a pauta que há poucos dias mereceu atenção internacional, que foi a visita do Presidente dos Estados Unidos no Brasil, discutindo com o nosso Presidente o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que pautou a discussão do etanol, do biodiesel, levando em consideração as potencialidades a realidade do Brasil, olhando o presente e futuro do Brasil e da América Latina.

Eu penso que isso é de uma magnitude, essa discussão, porque faz com que mude a geografia econômica do Brasil, do mundo. Mude. E eu estou há poucos dias aqui no Senado da República, venho lá da Amazônia. Sou técnico agrícola, passando pela Universidade Federal do Amazonas, no Curso de Agronomia. E penso que o debate, a exposição, ela tocou na Amazônia muito rapidamente, principalmente, eu vou insistir; o Ministro Roberto Rodrigues, que fala da Amazônia.

Eu sou um ardoroso defensor daquela região do que ela representa para o Brasil, para os povos que vivem ali, mas eu estou aberto a uma discussão, porque não defendo a intocabilidade da Amazônia. Não quero vê-la sem ela estar num processo de discutirmos a Amazônia. Tem um ditado que gato escaldado tem medo de água fria. Eu penso que essa discussão, ela tem que travada, ela tem que ser tocada para frente levando em consideração as nossas particularidades, principalmente a pesquisa.

Foi mencionada aqui a presença de técnicos a EMBRAPA. Eu penso que nós podemos ter um mundo pela frente, mas nós não podemos relaxar e renegar a importância estratégica da pesquisa, principalmente da EMBRAPA. Eu penso que o Governo tem que interferir e tem limites, mas têm que interferir. Precisamos discutir Amazônia nesse processo. Eu vi a exposição do MDA, aonde apresenta as potencialidades vegetais no que diz respeito óleos e quase que não toca nas espécies da Amazônia. Então, temos que cuidar da Amazônia com grandeza, com responsabilidade com olhar estratégico, porque ali tem muito óleo.

Eu acho que a política de biodiesel passa pela Amazônia, nós temos que investir mais em pesquisa. Nós temos que valorizar mais a EMBRAPA, as EMBRAPAS nas regiões, as Universidades. Então, nós precisamos sem medo, mas com muita responsabilidade. Eu dei o exemplo do gato escaldado, porque a Amazônia já sofreu muito e vem sofrendo. Há poucos dias estive estudando a relação floresta e água, floresta e chuva, da importância das chuvas, inclusive, para chegar no Porto(F) do Brasil, na América do Sul. A chuva que se forma lá na Amazônia ela vem espalhando, vem irrigando a nossa agricultura.

Então nós precisamos ter uma política para isso, tratar a nossa floresta porque ela vem sofrendo. Eu acho que nós podemos compatibilizar tudo isso, a soja, a cana. E quero fazer um parêntese para dizer aqui, que se nós estamos discutindo o hoje com uma expectativa do amanhã na conjuntura atual. Não podemos ter medo de fazer uma *reflexão* do passado do Brasil, principalmente a história do açúcar no Brasil, porque ela está ligada, ela não pode ser dissociada de muitas injustiça com os trabalhadores, principalmente com os negros do Brasil. Foram 350 anos de escravidão e o açúcar o cresceu em cima da chibata, de sentenças de milhares de negros que construíram o Estado e a Nação, estão aí os estudiosos, está aí Darcy Ribeiro.

Então é preciso nós discutirmos isso sim, a economia, o etanol, mas não podemos relaxar no que diz respeito a um olhar humanístico para os trabalhadores para a economia familiar. O que eu quero chamar aqui para concluir a minha *reflexão* é de nós compatibilizarmos o etanol, o biodiesel, que eu penso que tem muita força na Amazônia. Nós precisamos ir para lá e trabalhar. Eu acho que uma das saídas da Amazônia, sem derrubar a floresta, sem agredi-la é trabalhar, Andiroba, Copaíba, enfim, tem um mundo para nós trabalhamos biodiesel com as populações amazônicas.

É um olhar zeloso com aquela região que faz parte do Brasil. O meu sempre que discuto não é olhando a Amazônia com olhar só para lá, é para o mundo mesmo para o Brasil, principalmente para o povo brasileiro. A Amazônia é brasileira, tem que ser olhada com essas políticas com essas políticas, mas com muito carinho com muito responsabilidade. Com muita responsabilidade.

Essa é a minha intervenção no sentido de saudar os palestrantes, os expositores e de acreditar, no presente e no futuro do Brasil, levando em consideração as nossas particularidades, levando em consideração as nossas regiões. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Entendo que, não havendo mais nenhum dos senhores inscritos, nós podemos, então passar a palavra aos palestrantes, iniciando, para que eles façam dêem suas respostas. Eu início dando a palavra ao Ministro da Agricultura, Deputado Reinhold Stephanes.

SR. REINHOLD STEPHANES: Eu acho que ficou feito claro aqui uma preocupação generalizada, de que nós temos efetivamente uma oportunidade, que é uma oportunidade muito boa, que nós devemos tirar vantagem dessa oportunidade, de acordo com aquela, já minha introdução que eu fiz e o Roberto Rodrigues colocou muitas questões na mesma linha. Temos que fazer isso com muita inteligência e com muita capa-

cidade. Temos que ter para isso um plano estratégico com uma visão de médio e longo prazo. Inclusive a sugestão que eu já conhecia de anos de nós termos uma Secretaria específica para tratar disto exatamente, de um planejamento de desenvolvimento de médio e longo prazo desta questão, que eu encampei também desde o início.

Mas de qualquer forma, enquanto isso não surge o Ministério vem tratando, estudando isso em várias linhas, quer dizer, tanto dentro do setor de política agrícola, como dentro da EMBRAPA, dentro do Instituto de Meteorologia, onde se estuda esse é esse questão relacionada com o aquecimento global e com a questão do carbono e também dentro de uma Secretaria específica que nós temos no Ministério, que é exatamente o desenvolvimento da agroenergia.

Então, é claro que esta tem que ser a preocupação central nossa e levar, evidentemente, em consideração todas as questões que foram colocadas desde o trabalho, a importância, a visão social disso, até as outras questões ambientais e outras mais.

Em relação a biodiesel, eu acho que por um lado, é muito bom que o Brasil tenha entrado nessa linha, que haja um entusiasmo em relação a isso, que tenha colocado a questão sobre dois pontos de vista uma é da produção propriamente dita e outra é sobre aproveitar isso dentro de uma visão social, da pequena propriedade. Eu acho que tudo isso é importante, mas também concordo com muitas colocações que foram colocadas aqui e nós já temos esse conhecimento para poder afirmar isso, de que nós estamos começando, nós diríamos que estamos engatinhando, precisamos de muita pesquisa, muita pesquisa.

As questões foram colocadas, eu vou passar rapidamente por elas, por exemplo, o pinhão-manso. Efetivamente o nosso conhecimento com relação ao pinhão-manso é muito pequeno, isso não quer dizer que não venha a ser uma grande solução. Nesse momento, se eu consultar a EMPRAPA e consultar os nossos pesquisadores eles não terão resposta para isso. Quer dizer, eles precisarão ter tempo de experimentação, principalmente de experimentação e também eventualmente pesquisa.

Assim como existem questões - oi Sibá, eu estava exatamente entrando na tua área. Existem questões em relação ao dendê que precisam ser discutidas, existem em relação a mamona muitas dúvidas se levantaram, essas mesmas dúvidas os nossos técnicos as têm. E grande verdade é que nesse momento, quer dizer, 80% a 90% de biodiesel produzido está vindo da soja. Então quer dizer, mas de qualquer forma o programa está lançado, agora, nós temos que evidentemente nos ajustar a isso e trabalhar em favor das linhas que

foram estabelecidas. E aí a grande questão evidentemente é a pesquisa nos mostrar um melhor caminho em relação a isso. E a própria experimentação, evidentemente, também.

A questão de socializar a nossa tecnologia, o nosso conhecimento em relação ao álcool, quer dizer ela faz parte de uma visão estratégica. Quer dizer nós não vamos entrar num mercado e criar um mercado lá no futuro em relação ao mundo, se nós formos o único produtor, o único que detenhamos o monopólio da produção e do conhecimento disso. Essa idéia efetivamente o Brasil socializar esse conhecimento juntamente com os outros países especialmente da América Central, da África, no sentido de que surjam mais produtores em relação ao álcool.

Mas eu acho que sempre conforme foi colocado aqui, nós teremos vantagens comparativas enormes em relação a isso. Elas foram todas praticamente enumeradas aqui e não precisamos repetir, como também concordo - e a EMBRAPA está aqui presente - que nós ainda podemos caminhar muito mais em termos de tecnologia nós temos que investir mais. Quer dizer, o que nós estamos investindo é muito pouco. Já surgem inclusive algumas idéias e o próprio Roberto Rodrigues tem algumas, eu não sei se ele vai expô-las ou não de que nós temos que mobilizar volumes maiores - quer dizer de onde poderão provir eventuais volumes maiores de recursos que nós temos que investir na nossa pesquisa em relação, agora, voltando ao etanol.

Essa é uma visão... Evidentemente que eu não sou autoridade para falar sobre isso, aí nós teríamos que chamar outras pessoas, possivelmente bem mais capacitadas em relação a isso, mas a pergunta que se colocou também aqui, se nós estamos passando por uma crise de energia ou se nós estamos com um problema maior que é do aquecimento global e por isso estamos voltando nossa visão para a agroenergia. Eu penso que a questão está muito mais situada, pelas informações que nós detemos está muito mais situada do lado do aquecimento global do que propriamente de uma crise de energia.

E, achamos que o mundo quer dizer, Europa tem demonstrado o mercado comum europeu essa preocupação e possivelmente vai entrar numa linha da agroenergia. O Japão também está preocupado com isso e os Estados Unidos também. Enfim, eu acho que o mundo começa a preocupar com isso. Agora, as coisas também... Se imaginarmos que o etanol vá substituir o petróleo isso pode ser um sonho, mas muito distante. Quer dizer, porque o que fala no momento é adicionar 2%, 5% enfim, quer dizer, ou substituir parte disso há metas numa visão até de longo prazo. Então, a gente

sabe que possivelmente o mundo vai continuar dependendo muito ainda do petróleo durante muito tempo.

Bom, se levantou aqui muita a questão. Aliás, várias pessoas levantaram a questão da logística, tanto à logística em relação ao álcool propriamente dito, ao crescimento desse setor que evidentemente é correto. E nós lá com nosso Departamento de Logística que o Ministério tem, vem estudando isso, isso pode ser assunto de um próximo tema, de um próximo momento. E a questão da logística que é uma questão hoje já muito conhecida, o Ministério também têm muitos estudos sobre essa questão dessa nova fronteira, dessa nova geografia como disse uma Senadora, que chamou nova geografia agrícola, que é a questão do Centro-Oeste. Não há dúvida nenhuma que ali é o grande ponto de estrangulamento além de outros e evidentemente a logística.

A questão também é tributária, é uma questão muito séria, até porque quando a gente vai competir ali com a Argentina, o custo da energia que ela vai usar para produzir custa um terço, um pouco mais do que um terço do que ela tem o custo do lado de cá. Vocês vejam que essas questões de vantagens comparativas ou de equalização de vantagens em termos de competição, também são questões que tem que ser analisadas com muito cuidado e aplicadas.

Eu tenho a impressão que de forma geral, já que nós temos muitos outros colegas aqui, que terão que fazer suas exposições, as colocações foram essas. Eu apenas queria agradecer embora ausente, mas que fica registrado o Senador Osmar Dias, que na grande maioria das pessoas do meu Estado, consideram que ele foi o melhor Secretário da Agricultura que o Estado da Paraná teve. Eu até certo ponto, não posso concordar muito porque eu também fui eu Secretário de Agricultura um pouquinho antes dele, então eu de repente posso colocar isso um pouco em dúvida em aproveitamento próprio, mas sem dúvida nenhuma o Osmar, eu conheci ele ainda como agrônomo, depois como implantador de uma grande Faculdade de formação a agrônoma do Paraná, foi o grande Secretário de Agricultura do Estado e também é um grande Senador pelo Paraná.

Quer dizer, eu rendo as minhas homenagens e rendendo homenagem a ele, eu espero que esteja rendendo homenagem a todos os nossos Srs. Senadores e até aos nossos amigos, como a Marisa, Senadora, com quem nós tivemos o prazer de conviver durante um certo tempo aqui nessa Casa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Eu gostaria de indagar se o ex-Ministro Roberto Rodrigues, gostaria de voltar a falar. Ele tem

várias perguntas, por isso que eu estou solicitando. Com a palavra Roberto Rodrigues.

SR. ROBERTO RODRIGUES: Eu vou tentar ser objetivo também. Primeiro têm duas perguntas Senador Sibá Machado. A primeira é a questão da crise energética. Então, a resposta a seguinte Senador, os estudiosos indicam que em 30 anos, nos próximos 30 anos a demanda por energia crescerá 50%. Realmente tem um horizonte de preocupação muito grande. Razão pela qual o tema dos combustíveis que faz parte o tema da questão da energética não é toda energia, mas é um pedaço tem que ser observado.

Há pesquisas no mundo inteiro hoje, buscando uma nova célula de energia em torno de hidrogênio no futuro, esse é um processo que demora algumas décadas, talvez o mesmo número de décadas para que o petróleo se esgote enquanto grande fornecedor de energia. Talvez 50, 60 anos é que o petróleo viva ainda, mantido o processo atual de exploração e de uso dele. Como vai haver uma racionalização e acredito que o uso de combustível de origem agrícola, líquidos somados ao petróleo, pode prorrogar isso por mais um 30 anos ainda, suponho eu; De qualquer maneira a célula de hidrogênio seguramente só será econômica a partir de biomassa.

Então de qualquer maneira, seja como o combustível líquido hoje conhecido etanol e biodiesel, seja para uma célula de hidrogênio no futuro de mais longo prazo, a agricultura tem um papel fundamental no processo, daí a razão de eu pleitear um prazo estratégico de longo prazo.

A segunda pergunta que V. Exa., me faz é sobre a hidrólise do bagaço vis-à-vis com geração de energia. De novo é uma questão que o mercado vai determinar. Hoje a co-geração de eletricidade nas usinas de açúcar e álcool é um projeto muito fácil porque é muito barato. Já está pronto o bagaço, então, transformar isso é co-geração é um projeto muito mais barato do que fazer a hidrólise que é um adicional de investimento. Agora, isso vai depender muito de como vai se processar a coisa estratégia de longo prazo.

Para que a co-geração funcione é preciso que haja a linha de transmissão a partir da usina também. Então, tem que ter um investimento compartilhado público privado para ver como essa coisa funciona. Por outro lado a usina hoje prefere fazer a co-geração que é mais barato para ela, mas tem que ter a linha de transmissão que não em todo lugar que tem. Então, isso pode limitar a co-geração.

Na outra mão a hidrólise do bagaço, não só do bagaço o uso da folha de cana com o corte mecanizado, vai ter tanta energia quanto o bagaço, se transformado em etanol? Depende de pesquisa, nós não

temos um custo de produção da hidrólise do bagaço que dê um etanol competitivo como o etanol que vem direto do caldo da cana. Eu acredito que esse processo tecnológico rapidamente será respondido e nós teremos uma condição de produzir etanol do bagaço e da folha da cana com tanta competência quanto da própria cana.

E é por essa relação que eu afirmo, ouvindo os pesquisadores, que no máximo em 15 anos -, mas tem gente que diz que em menos de dez -, mas que no máximo em 25 anos será possível duplicar a produtividade de etanol por hectare. Não apenas com novas variedades como disse a Senadora Kátia Abreu, hoje 20 ou 30 anos, mas produtivas fisicamente, mas tonelada de cana por hectares, mas pelo uso do bagaço ou da folha, como produtor de etanol também. Então, eu penso que assim eu respondi as duas perguntas que o V.Exa. me colocou.

O Senador Osmar Dias, embora não presente fez dois temas e o Ministro Stephanes aqui, me colocou a bola na marca de pênalti e graças a Deus, nem goleiro não deixou nesse gol para eu chutar. Eu ele coloca claramente, acho importante também o Ivaneck falar isso com você, que o tema de agroenergia foi pautado pelo Presidente Lula e não pelo Presidente Bush. Quem tem falado sobre agroenergia nos últimos cinco anos insistentemente inclusive como candidato, é o Presidente Lula, colocando o tema do etanol, do biodiesel, ele levantou esse tema e fez disso uma prioridade de Governo e ele pautou, então, o posicionamento de outros países.

Eu tive com ele em vários países inclusive nos Estados Unidos nas primeiras viagens que ele fez e ao Japão, pautando o tema da agroenergia; de modo que concordo plenamente com o Senador Osmar Dias, quando diz que os Estados Unidos não serão um mercado importante para nós e com o Ivaneck também. O americano com sua estratégia vai produzir o álcool deles, da mesma forma como não são competitivos conosco em açúcar, nem em carne, nem em milho, mas é em estratégia da produção e põe subsídio para fazer isso e a Europa também, vão fazer a mesma coisa com o etanol.

O projeto americano de 20% de etanol na gasolina em dez anos, significa cem bilhões de litros. O Senador Osmar Dias tem toda a razão, eles vão ter que arrumar etanol em algum lugar que não seja de milho só. Vão ter que produzir talvez etanol na Flórida, talvez na Louisiana, talvez importar etanol da América Central, como estão fazendo hoje ou do Brasil. E aí vem a questão da tarifa, Ministro, possivelmente a sua provocação comigo, sua levantada de bola para mim.

Hoje tem uma tarifa de 54 centavos por hora por galão que eles colocam sobre o álcool brasileiro e é o único país que tem uma tarifa de importação para os Estados Unidos que... Como é que a gente pode fazer um acordo Brasil/Estados Unidos de parceria? Se um país coloca uma tarifa em cima do outro, que parceria é essa? Então, nós precisamos discutir essa questão rapidamente. A idéia é um *face in out(F)* dessa tarifa a partir de 2009, até quando ela terá que vigir por decisão do Parlamento Americano.

Então a minha proposta ao Governo Brasileiro está sendo negociada hoje com Governo Americano é que enquanto a tarifa vigir, o dinheiro que é brasileiro dessa tarifa seja transformado em pesquisa no Brasil. São 200 milhões de dólares por ano, 250 milhões de dólares por ano, isso pode quadruplicar o orçamento da própria EMBRAPA, no projeto. Então, a idéia é transformar o dinheiro da tarifa em dinheiro de pesquisa no Brasil. Quem é que pode ser contra isso? Todos trabalharemos pela eliminação da tarifa, mas me entras tanto, que seja usado pelo Brasil-- Pois, não.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): O Brasil passa para poder acessar o mercado mundial com os Estados Unidos?

SR. ROBERTO RODRIGUES: Não. Tem uma tarifa. Essa tarifa é colocada pelos Estados Unidos para entrada do álcool brasileiro lá. Essa tarifa é paga naturalmente pelo produtor brasileiro. É dinheiro nosso. Transformar isso é pesquisa. Eu acho que é uma idéia que ninguém pode ser contra, porque quem vai ser contra tecnologia e desenvolvimento tecnológico. Ninguém pode ser contra isso.

Então, isso é uma forma da gente trabalhar a tarifa que é um modelo excludente. Por que os americanos fazem uma parceria conosco e colocam uma tarifa contra nós? É uma coisa não faz sentido.

Bem, a Senadora Kátia Abreu, embora não esteja presente fez duas perguntas: Uma que representa o etanol vis-à-vis, o seqüestro de carbono e a outra sobre se a cana da açúcar estraga o solo. Sobre a primeira pergunta eu tenho aqui um trabalho realizado pela CONAB, pelo Dr. Paulo Morceli, que é um estudioso do assunto e que dá a resposta cabal. Ele diz o seguinte: Cada metro cúbico de Álcool Anidro, representa uma redução na emissão de CO₂, de 2.7 de toneladas equivalente de CO₂". Portanto, é um processo altamente favorável até para a questão do aquecimento global, Ministro. Nós podemos reduzir com etanol esse projeto, ora a idéia de misturar 10% de álcool à gasolina em termos planetários em nível mundial, representa o seqüestro de 270 milhões de toneladas de CO₂.

Por isso que eu digo, insistentemente e não é forma romântica, que a agroenergia e os biocombustíveis po-

dem representar um mundo melhor inclusive do ponto de vista do seqüestro de carbono. E aqui fica um tema que eu não coloquei até por falta de tempo, que é o fato de que será plenamente viável trabalhar com o CBM, que é mecanismo de *commodity* ambiental, que é a idéia de seqüestro de carbono vender isso em Bolsa, financiando inclusive projeto de agroenergia no biodiesel, agricultura familiar e também na cana-de-açúcar, que é um tema que antecorrem eu viu tratar na BMF, lá em São Paulo que vem evoluindo muito positivamente.

De novo é um tema recorrente porque a EMBRAPA cuida disso há alguns anos e a BMF está cuidando, então tem Governo e iniciativa privada conversando. Não sei se nós temos a conversa bem articulada, para quem tem uma estratégia em relação a esse assunto. Sem dúvida, o Pádua conhece muito bem esse tema, é um tema que pode ser favorável também ao setor sucroalcooleiro.

Eu faço questão Senador Roriz de entregar essa revista pedindo licença ao meu Ministro, porque é uma revista feita pelo Ministério da Agricultura e pela CONAB, tratando desse tema.

A segunda pergunta da Senadora Kátia a Abreu é sobre se a cana estraga a terra. Isso é um pergunta que eu tenho ouvido também freqüentemente fora do Brasil e dentro do Brasil. O Senador João Pedro vai me ajudar como agrônomos que somos e como colegas que somos. Qualquer produto agrícola que for plantando em qualquer lugar do mundo e os elementos nutrientes do solo não foram repostos, evidentemente estraga o solo, qualquer um, não só a cana-de-açúcar.

Agora, a cana-de-açúcar tem uma vantagem comparativa sobre outros produtos, que ela deixa um brutal resíduo de material orgânico, uma touceira de cana quando é eliminada. Então, a cana é um produto que não só não estraga o solo, como sendo um produto de logística é absolutamente fundamental sem logística no transporte da cana que é uma questão limitante para a lucratividade, não só não estraga, como se for tecnicamente bem cultivada ainda melhora às condições de fertilidade do solo.

O Senador Jonas Pinheiro fala, lamentando a ausência dele, que é um farol do agronegócio brasileiro. O Senador Jonas Pinheiro é um grande companheiro nosso é um grande líder da gente. Desde a Constituinte eu tenho com ele um trabalho muito em parceria, fala em crises do setor. Eu sempre disse muito antes de ser Ministro da Agricultura que o que me incomoda em termos de crise, não é a crise de escassez é a crise de abundância, que eu chamo de pororoca da agricultura. A abundância de qualquer produto agrícola se volta contra o agricultor, porque criam estoques

que não acabam nunca e aí, acabo o Governo tendo que interferir em razões que muitas vezes ele não tem nenhuma culpa dos processos.

Então me preocupa porque eu estou produtor de cana há 50 anos, nasci nesse meio e, aliás, nasci numa estação experimental de laranja e depois fui mexer com cana-de-açúcar. Eu sei que a crise de superprodução de cana, superprodução de açúcar e superprodução de etanol. Por isso é que da mesma forma como o Senador Jonas Pinheiro, respondo ao Senador João Pedro e Senador César Borges, com suas preocupações referentes a Amazônia, referente ao Nordeste, sem uma estratégia clara de Governo que permita ao setor privado avançar com consistência, mas jamais e aqui eu queria também responder ao Senador Jonas Pinheiro.

Nunca mais podemos ter um modelo intervencionista como era o Instituto de Açúcar e do Alcool, aquela intervenção que estabelecia cota e preço para todo mundo não existe mais no mundo moderno é impossível fazer isso. Agora, regras claras definidas pelo Estado, seja para o trabalho da Amazônia, seja para o Nordeste. Hoje Senador, eu sou nordestino como produtor, porque eu produzo no Maranhão, na região de São Raimundo das Mangabeiras. Eu produzo soja e milho lá. E vejo um horizonte possível para biodiesel naquela região com mamona e pinhão e também para etanol, não só com a própria soja, desde que haja irrigação, então tem que haver projeto estratégico para isso.

Hoje o Brasil é competitivo em cana-de-açúcar? Sem irrigação e temos 22 milhões de hectares a mais por cultivar, sem falar na Amazônia, sem pantanal e sem Nordeste, sem irrigação, mas se incorporarmos a área do Nordeste irrigada, podemos aumentar mais cinco milhões de hectares de cana-de-açúcar. Eu Senado, há muitos anos atrás quando era agrônomo ainda e tenho orgulho de sê-lo, fui contratado pelo pessoal de Camaçari, para dar um projeto de cana-de-açúcar no Baixo do Irecê. E visitei o Estado da Bahia inteiro e fiquei dois meses visitando o Estado inteiro e eu queria que eles plantassem cana no sul da Bahia, em Eunápolis aquela região que eu achava que era muito pródiga, agora eu sei que tem, mas eu estou dizendo para o senhor eu era moço ainda, portanto, já faz lá umas décadas que eu cuidei desse assunto, junto com o Zé Gomes da Silva, eu não sei se alguém falou dele aqui hoje.

Junto com o Zé Gomes trabalhamos juntos como consultores de Camaçari que acabou ou não fazendo o projeto e acabei comprando terra no Baixo de Irecê para plantar eucalipto, mas a idéia original era isso. Então, eu conheço bem a Bahia e sei que é Estado,

assim com outros Estados do Nordeste que tem um potencial para etanol e para biodiesel formidável, mas tem que ter estratégia, plano, projeto e articulação.

E por último, eu quero fazer uma referência aqui, de novo em função dessa questão da estratégia toda. Quando foi criado o CENAL, que deu origem ao sucesso do PROÁLCOOL, a Comissão Executiva Nacional, eu estou ficando preocupado porque cada vez mais eu sou a pessoa mais velha de cada reunião em que eu participo - é sinal que está chegando a hora de pendurar a chuteira mesmo, mas eu vivi esse negócio do PROÁLCOOL inteiramente, assim como vivi, Henrique sabe disso e o Pádua também; o pagamento de [inaudível] de sacarose participamos desse processo criando os modelos que deram sustentabilidade.

Era um projeto agrícola formidável foi a sacarose, mas eu tenho uma profunda admiração por um Ministro de Estado chamado João Camilo Pena, que era Ministro, naquele tempo era Indústria, Comércio Minas e Energia era tudo junto, naquele tempo era um Ministério só e que criou o CENAL para dar uma rumo a questão do PROÁLCOOL. E esse rumo foi dado pelo Camilo Pena e pelo CENAL, do qual participou também um outro... João Camilo Pena, mineiro, fantástico um homem de grande visão de futuro e que trouxe para trabalhar com ele o Celestino Rodrigues, que era nordestino, que tinha uma visão clara também das ações estratégicas para o futuro do Brasil.

Quando sugiro aqui uma Secretaria de Estratégia para agroenergia não é para tomar a posição de ninguém, não é para ocupar o espaço de ninguém, mas é para consertar, ter um conserto estratégico que permita ao Brasil essa função.

E quero mais uma vez pedir licença ao Ministro Stephanes para entregar ao Presidente Joaquim Roriz, um plano que nós fizemos no Ministério da Agricultura o Guedes e eu com o auxílio da EMBRAPA, com a supervisão do Setor de Estratégia do Ministério da Agricultura, que tem um Plano Nacional de Agroenergia de 2006, 2011. O Ministério da Agricultura, Senador Roriz, fez a parte dele e está aqui consubstanciada nesse documento.

E, finalmente, eu quero entregar a V.Exa. um documento que ficou pronto segunda-feira agora, da minha atividade em agronegócios, na Getúlio Vargas que é uma revista sobre agronegócios com todas as cadeias produtivas e com artigos, sem nenhuma modestia meus que tratam do horizonte do mundo agrícola e a inserção do Brasil e também da agroenergia.

Então com isso eu quero mais uma vez agradecer V.Exa., ao Senador Sibá Machado, pelo convite, pela oportunidade de participar dessa reunião importantíssima que trata da questão da agroenergia, inserida no

agronegócio brasileiro com uma visão estratégica de caráter mundial. Muito obrigado. Parabéns pela realização desse evento.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente, só para pedir a possibilidade de fazer chegar esses documentos para nós, se for possível, Ministro.

SR. ROBERTO RODRIGUES: Eu peço ao Ministro da Agricultura cuidar disso daí, da GV eu te mando.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Eu quero... Nós estamos aqui sendo solicitados, a Mesa que acabo de chegar aqui o Senador Antônio Carlos Valadares, que está solicitando a palavra e nós temos o prazer nesse instante a palavra a V.Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu Sr. Presidente e demais componentes da Mesa, eu peço desculpas que eu estou faltando a Comissão, porque eu estava participando de votações nominais na Comissão de Justiça, o chamado Pacote Contra a Violência, em favor da segurança. Eu não eu não podia então estar permanentemente aqui na Comissão.

Eu tinha algumas perguntas a fazer eu seu que devido ao adiantado da hora fica difícil, já que estamos nas considerações finais. Entretanto, eu caminho à Mesa, não só as perguntas com algumas considerações que foram feitas por mim, para que conste dos anais desta Comissão.

Agradeço a V.Exa. e minhas homenagem a todos os participantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Eu queria perguntar a todos que ocupam a mesa, se ainda desejam dar alguma resposta, porém deve avisar a todos que o Ministro da Agricultura ele tem compromisso nesse horário. É justificada a sua saída, porque realmente ele tem outro compromisso. Portanto, mesmo assim em data vênha nós vamos permitir que ele possa se retirar, agradecendo muito pela sua presença e agradecendo a presença de todos, se alguém ainda quiser ainda pronunciar nós daremos espaço naturalmente, dado o adiantado da hora nós vamos fixar o tempo, porque nós podemos encerrar esse trabalho.

Com a palavra Arnaldo Anacleto de Campos, a quem tem dez minutos.

SR. ARNALDO ANACLETO DE CAMPOS: Rapidamente respondendo a algumas questões que foram colocadas e algumas considerações.

Em primeiro lugar é importante registrar que a retomada do tema biocombustível, além de um fator

externo que foge ao nosso controle, que é a questão da aquecimento global e da elevação dos preços internacionais do petróleo, é resultado de uma ação firme desse Governo. Eram programas inexistentes como o do biodiesel ou bastante fragilizados como no caso do álcool. O principal ator desse processo todo é o Presidente da República, ou seja, é um tema que o Presidente conduz pessoalmente e que vários Ministros importantes do seu Governo tocam no dia a dia, como foi o caso do próprio Ministro Rodrigues, como foi o caso do Ministro Rosseto, como é ainda caso da Ministra Dilma.

Então, é um assunto que está no núcleo do Governo, é tratado diariamente dentro do Governo é agenda de quase todas as reuniões do Governo, seja quando se reúne com outros países, outros Presidentes, seja quando está fazendo as reuniões internas também de avaliação. Nós temos uma estratégia, nós temos um caminho. É evidente que nessa estratégia nesse caminho, o tema ganhou uma dimensão enorme que precisa passar constantemente por ajustes, para que possa a estrutura do Estado, a estrutura do Governo acompanhar as novas dimensões que estão sendo trabalhadas.

É inadmissível aceitar críticas no sentido de que o Governo é omissivo, ou passivo ou ausente nesse tema. Ao contrário é um tema estratégico. No que diz respeito ao biodiesel que é daquilo que eu posso falar porque o Ministério do Desenvolvimento Agrário, é o Coordenador na parte de inclusão social do Programa do Biodiesel e eu acompanho desde a primeira reunião em 2003, em julho de 2003, quando o Presidente Lula determinou que doze Ministérios passassem a se reunir semanalmente durante seis meses, até que a gente pôde construir o programa que foi lançado em dezembro de 2004.

Então, foi muito trabalho para construir uma estratégia e, que não tem como dizer que não está dando certo, está dando muito mais certo do que o mais otimista... Eu sempre estive entre os mais otimistas, está dando muito mais certo do que nós imaginávamos. Os sinais que o programa emitiu ao mercado foram sinais entendidos pelo mercado, foram sinais que se traduziram em investimento concretos, boa parte deles com dinheiro do bolso dos investidores, arriscando os seus recursos, investindo em usinas de biodiesel que formam um parque, como disse o Ministro Rodrigues aqui, que vai chegar perto dos cinco bilhões de litros/ano em pouco tempo, provocando do Governo todo um debate de

como antecipar o mercado, para poder atender essa oferta de biodiesel que está sendo colocada.

O Governo e teve uma decisiva porque criou o mercado inexistente; outros países são copiando o Brasil, como é o caso do Chile que vai lançar seu programa agora com a ida do Presidente Lula, vai anunciar o programa chileno que é uma cópia do nosso ou a Alemanha que vai copiar o programa brasileiro, porque a Alemanha ancorou o seu programa num sistema de benefícios fiscais que não alavancou a produção. O que alavanca a produção não é benefício fiscal é mercado. Se tem mercado a pessoa paga o tributo, a empresa paga o tributo e vai embora.

Então, o Brasil foi ousado, criou um mercado compulsório obrigatório, como fez no álcool, se o álcool ainda existe no Brasil foi graças a intervenção do Estado Brasileiro que determinou que de 20% a 25% da gasolina brasileira tem que ter álcool. Isso sustentou a cadeia. No caso do biodiesel nós fizemos a mesma coisa, mercado compulsório 2%, mercado compulsório 5% e, vamos chegar quem sabe aos níveis do álcool, criando um grande mercado para o biodiesel no Brasil. Esse é debate está ocorrendo dentro do Governo. E o Governo cria o marco legal, criou as regras estabelece o mercado e o setor privado responde.

A Bahia é um exemplo, a Bahia tem três usinas de biodiesel duas prontas e funcionando. Tem 27 mil famílias na Bahia plantando mamona para biodiesel fora aquelas que já plantavam mamona historicamente. O preço da mamona na Bahia nunca mais foi o mesmo depois do Programa do Biodiesel, estabilizou para cima. Nós tivemos uma crise em 2004, com o preço da mamona que chegou a vinte centavos o quilo, quando era poucos meses antes quase um real o quilo.

O biodiesel permitiu estabilizar isso, então, ora recino(F) química, ora o biodiesel. Os dois competindo pela mamona. Hoje o produtor baiano de mamona está melhor remunerado do que estava três, quatro anos atrás graças ao Programa do Biodiesel. Temos ajustes a fazer no crédito, temos ajuste a fazer no zoneamento, temos ajustes a fazer na qualidade das nossas plantas. Agora, a mamona é uma planta fantástica 50% de óleo, não existe. Não existe.

Então, nós vamos evoluir na mamona, vamos evoluir no dendê, que é outra tecnologia brasileira. O melhor dendê do mundo está no Brasil, a melhor tecnologia do mundo em dendê está na EMBRAPA. Nós temos um *know-how*, temos um ponto de partida que permite a gente trabalhar.

Senador Sibá, nós fomos disputar os investidores, historicamente a Ministra Dilma conta uma historinha que é interessante. Colocaram o agricultor familiar a mandioca para fazer álcool em mini-usinas; não tem nenhuma para contar a história, foram centenas espalhadas nesse país. Quem acompanhou o Programa do Álcool, eu não tive oportunidade de acompanhar eu era muito novo nessa época, eu tinha dois anos de idade quando foi lançado o PROÁLCOOL, mas há uma historinha; o álcool de mandioca para o pequeno produtor e o álcool de cana para o grande produtor e com o tempo foi o álcool de cana e a mandioca ficou.

Nós não repetimos esse erro no Programa do Biodiesel. Nós colocamos a agricultura familiar para disputar os investidores, o biodiesel vai ser feito como a gente fala, conosco ou “sem-nosco”, ou seja, com agricultura familiar ou sem agricultura familiar. E o Governo foi ousado em colocar com a agricultura familiar. Os investidores hoje olham para a agricultura familiar como forma de aumentar sua competitividade. E se a gente acabar com isso e isso é baseado principalmente no incentivo tributário, se a gente acabar com isso como quer a Senadora, que pede ou o próprio Senador do Paraná, eu sou paranaense, pede o nivelamento do incentivo fiscal para todo mundo, aí acabou a agricultura familiar no programa. Vamos repetir erros no passado e que há um discurso para a agricultura familiar e a prática não se reproduz.

Hoje nós temos mais agricultores familiares produzindo oleaginosas para biodiesel do que produtores de cana nesse país. Se tem 50 mil produtores de cana, hoje nós estamos chegando perto de cem mil agricultores familiares produzindo oleaginosas, gerando renda e empregos. Se têm duas pessoas trabalhando numa família, nós estamos com quase 200 mil trabalhadores em dois anos de trabalho. Então, isso é muito importante, isso é a raiz do programa. Se os Senadores querem que aja inclusão social na cadeia de biocombustíveis, nós não podemos mudar esse sistema tributário que foi desenvolvido.

A Argentina nossa parceira na produção de biocombustível. O Brasil não vai atender sozinho lugar nenhum, até porque nenhum país do mundo quer ver um único fornecedor de energia. Então, a entrada da Argentina e da Venezuela e do Equador, da América Central no mercado de biocombustível é salutar, é fundamental para o próprio Brasil. Então a Argentina não vai invadir coisa nenhuma o Brasil com biocombustível, isso não existe, isso é factóide. Nós vamos juntos Brasil e Argentina ocupar os mercados interna-

cionais. É a nossa oferta conjunta que vai permitir a gente acessar novos mercados isso é muito importante não há crise, nem medo do Governo Brasileiro com relação a oferta de biodiesel na Argentina que ainda está engatinhando.

Nós estamos anos na frente da Argentina no Programa do Biodiesel. A nossa capacidade instalada cresce numa velocidade exponencial. Nós estamos bastante tranquilos nesse sentido. Entendemos que o álcool tem que encontrar mecanismos para promover inclusão social também. Nós não conseguimos. Por exemplo, o nosso Ministério ainda não tem uma atuação nessa cadeia produtiva, está se preparando para ter uma atuação nessa cadeia produtiva. E também qualificar o programa anual que é uma coisa o que mundo inteiro quer nos aspectos sociais, isso todos admitem que nós precisamos evoluir um pouco mais na cadeia do álcool, uns com mais ênfase e outros com menos ênfase, mas todos reconhecem que as condições de trabalho do cortador de cana são precárias e a concentração de terra é a concentração regional ainda é grande, nós temos um caminho para trilhar, para aperfeiçoar isso também no caso do álcool [soa a campainha] de qualquer forma o Governo Brasileiro está indo num caminho bastante sustentável no Programa de Biodiesel, os ajustes são sendo feitos.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Senhor Presidente, eu gostaria só de uma informação, senhor Presidente, se ele poderia informar quanto produz de biodiesel essas duas usinas da Bahia?

SR. ARNOLD ANACLETO DE CAMPOS: A usina de Iraquara na Bahia, está iniciando a produção de biodiesel com mamona, ela já produz biodiesel com soja. Então a mamona foi plantado agora concluímos as--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Então é com soja?

SR. ARNOLD ANACLETO DE CAMPOS: Hoje com soja, no Brasil inteiro.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Está explicado. Quanto é com mamona--

SR. ARNOLD ANACLETO DE CAMPOS: A oleaginosa foi plantada--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Quando o Nordeste financia é com mamona?

SR. ARNOLD ANACLETO DE CAMPOS: O Banco BNB financia com mamona, tem um termo de cooperação assinado entre o BND, MDA, com.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Financia hoje com mamona?

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Financia hoje com mamona.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Não financia nenhum projeto. Não financia nenhum projeto.

SR. ARNOLD ANACLETO DE CAMPOS: Financia, Senador, desculpa--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Vai financiar usina piloto, ainda uma única no Nordeste.

SR. ARNOLD ANACLETO DE CAMPOS: O BNB, não financia investimentos industriais. O PRONAF já está funcionando para as oleaginosas --

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Eu quero saber as usinas--

SR. ARNOLD ANACLETO DE CAMPOS: A usina Brasil Ecodiesel, a Usina IBR e futuramente a da PETROBRAS as três já--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): PETROBRAS, sim. PETROBRAS pode investir onde quiser, porque tem dinheiro de sobra, a PETROBRAS pode perder dinheiro onde quiser, não pode porque o setor privado porque faz conta de resultado.

SR. ARNOLD ANACLETO DE CAMPOS: Nós financiamos o agricultor, a velocidade, a intensidade e a quantidade não são suficientes, então, nós estamos adotando medidas para ter o volume--

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Então se usa soja não pode, o senhor que está defendendo o Governo claramente, está a serviço é claro, não pode aqui simplesmente dizer que o preço da mamona foi regulado por uma usina que não usa mamona.

SR. ARNOLD ANACLETO DE CAMPOS: Mas compra mamona.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA): Espera aí. Pode ser que algum dia venha a ser, mas agora não tem nenhuma base de sustentação um raciocínio desse.

SR. ARNOLD ANACLETO DE CAMPOS: Me desculpa Senador, o Programa do Biodiesel já desencadeou o plantio da mamona no Nordeste já é a segunda safra que nós estamos plantando na Bahia [soa a campainha] no Nordeste.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Eu lamento comunicar que o tempo dele já concluiu, se me permitir. Eu vou passar a palavra para o próximo inscrito que é Ivaneck Peres Alves, o senhor tem dez minutos..

SR. IVANECK PERES ALVES: Dizem que a história acontece a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa. Na década de 70, o Governo Militar acu-

sava todos aqueles que diziam que acontecia tortura do Brasil, de estar denegrindo a imagem do país no Exterior, ou seja, para o Governo Militar era detalhe que as pessoas fossem torturadas e morressem nos cárceres do DOPS e de outros. O importante é que se mantivesse a imagem do país limpa no Exterior.

Hoje o mesmo raciocínio é usado para trabalho escravo: “Que a culpa não é de quem pratica o trabalho escravo, a culpa não é quem denigre e trata desumanamente o ser humano, chegando inclusive a matá-los, a culpa é de quem pega e denuncia esse tipo de prática no Exterior”, isso é absurdo. Isso é absurdo. Ao invés de combater o trabalho escravo às pessoas querem que se combata a divulgação da desonestidade do trabalho escravo, da desumanidade do trabalho escravo. Isso é absurdo.

A Senadora Kátia Abreu, ela sempre vai embora antes de escutar as respostas aí fica ruim. Da outra vez eu inclusive deixei lá na Câmara de dar resposta para ela, porque essa é uma prática recorrente da Senadora Kátia Abreu.

Fica difícil de a gente falar na ausência da pessoa, mas a Senadora Kátia Abreu, fala que não existe a legislação, não existem iniciativas. A Senadora Kátia Abreu votou sistematicamente contra as iniciativas que houveram na Câmara para combater o trabalho escravo. A Senadora Kátia Abreu, agora mesmo, fica falando o tempo todo mal da norma regulamentadora que tenta dar um mínimo de dignidade para o trabalhador rural. Essa é a prática da Senadora Kátia Abreu, então, não é falta de legislação, não é falta de iniciativa. Pelo contrário é falta de compreensão e se quer realmente ver o problema. Às vezes eu estou muito panfletário, as pessoas reclamam, mas é porque é uma voz só aqui na mesa.

A maioria dos Senadores que saíram aqui nem me cumprimentaram. A gente vem aqui como um penduricalho e a maioria fala nos direitos sociais como se fossem penduricalhos, todo mundo fala em emprego, mas ninguém quer discutir que qualidade de emprego é essa? Qual é a remuneração desse emprego? Se enche a boca para falar de emprego e ninguém está nem aí para o que está acontecendo com esses trabalhadores, com os filhos desses trabalhadores. Às vezes, a gente tem que ser mesmo panfletário, porque se a gente não marcar um pouquinho que seja a consciência das pessoas com essas questões, o resultado é o que sempre acontece no Brasil, vira uma discussão por cima, onde não se considera a agricultura familiar, não se considera os problemas trabalhistas, não se con-

sidera os problemas sociais e os mesmos de sempre que ganham desde a época da chibata, vão continuar caminhando em cima dos trabalhadores.

É o mínimo que a gente tem que tentar fazer, é o mínimo que a gente tem que tentar fazer para ver se desperta um pouquinho a consciência para as iniqüidades que são cometidas contra os trabalhadores rurais nesse país, é essa é a obrigação da CONTAG. A agricultura familiar pode participar do Projeto do Etanol? Pode participar do Projeto do Etanol. Uma das melhores usinas do Nordeste é a Usina Catende.

A Usina Catende para quem não sabe ela é administrada pelos trabalhadores rurais, que assumiram a usina depois que o chamado herói usineiro, pegou e levou a usina a falência e deixou um passivo trabalhista sem tamanho. Quem produz a cana e quem pega e gerencia todo o processo industrial são os trabalhadores a usina e fazem isso muito bem. E a usina está começando a dar lucro e muito lucro. Então existe possibilidade. Existe produção de cana hoje no Brasil, feito pela agricultura familiar e está crescendo, está se desenvolvendo.

Da mesma forma que é fundamental eu sou um defensor fanático pela participação da agricultura familiar dentro do Projeto do Biodiesel, mas tem que haver discussão separada e aí, eu quero dizer um negócio: Essa história de falar que a agricultura familiar faz parte do agronegócio é faca de dois legumes, porque muita gente fala isso para defender os interesses do agronegócio em nome da agricultura familiar, mas nunca pensa e nunca defende os interesses da agricultura familiar. Por isso que nós brigamos o tempo todo para ter uma política diferenciada em todas as questões, porque se a gente não brigar por isso vai acontecer o que aconteceu até 1996. O Ministério da Agricultura dizia que defendia os interesses de todo mundo, mas só defendia os interesses do grande não existia PRONAF, não existia nenhuma política diferenciada para agricultura familiar.

Então essa história de colocar todo mundo no mesmo saco é bom para o grande, mas para nós é muito ruim. A agricultura familiar participa dos negócios agrícolas do Brasil? Participa e participa com muita competência. Se você considerar o apoio que é dado ao grande, o apoio que é dado aos pequenos, as terras que o grande têm, as terras que os grandes têm, vocês vão ver que em qualquer comparação de produtividade os pequenos ganham; qualquer produto pode escolher.

Então, vamos pegar e vamos ter preocupação social efetivamente nesse projeto de bioenergia, porque transformar em agroenergia tem isso também é uma forma indireta de dizer que é só para agronegócio; o agronegócio que quando todo mundo pensa só pensa no interesse dos grandes e esquecem os pequenos. Aqui fazer um registro, Senador César Borges saiu, mas fazer um registro: Quem está assegurando efetivamente o ganho nas contratações com contrato de mamona é o movimento sindical rural, porque graças a lei existe a necessidade das empresas fazerem a negociação do contrato com as entidades representativas da agricultura familiar, através desse processo nós temos conseguido ganhos e sustentar o preço dos produtos dentro do limite que permite a agricultura familiar se integrar ao projeto e realmente ter alguma lucratividade.

Nós achamos que ainda existe a necessidade de muitas medidas que favorecem a agricultura familiar, mas não vai dar para discutir toda elas aqui. Eu quero agradecer a todos pelo convite à CONTAG, espero que esse convite se repita, porque infelizmente, normalmente, a discussão é feita sem a participação dos trabalhadores, por exemplo, eu acho impossível discutir etanol sem se convidar as entidades que representam os industriários, que participam também diretamente da produção do etanol.

Essa é a questão importante. Quer dizer não são os industriais, são os industriários, os trabalhadores das usinas. Entende? Esses também têm ser levados em consideração quando vai fazer esse discussão. Peço desculpas se estrapolei, às vezes é meu estilo, mas é que eu acho isso. Se a gente não fizer isso a gente vira penduricalho. E a questão social vai ficar sempre renegada a um segundo plano. Muito obrigado Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Vamos passar a palavra aqui ao Dr. Antônio de Pádua. V.Exa. terá os dez minutos e, em seguida encerraremos essa reunião.

SR. ANTÔNIO DE PÁDUA RODRIGUES: Dez minutos é muito. Em nome dos produtores de São Paulo eu gostaria de colocar à disposição da Mesa para futuras discussões. O produtor de São Paulo, do ponto de vista privado, está concluindo um planejamento estratégico para os próximos 30 anos, ouvindo pessoas fora do setor, pessoas da sociedade. Nós estaremos preparados para participar desse debate junto com vocês. E, gostaria só de acrescentar à questão que foi perguntado ao Roberto, sobre a tecnologia. Eu acho que, dificilmente, o Brasil

perderá a competitividade do álcool por duas razões básicas. A grande diferença que existe na sustentabilidade do álcool de cana versus o álcool de milho é que, para você produzir o álcool de milho, você gasta uma unidade de energia para gerar só uma 1,5 unidade de energia, porque o grande consumo é energia fóssil para se fazer uma energia renovável. No caso específico do álcool de cana, para cada uma unidade que você gasta de energia, você gera 8,9 unidades de energia. Então, a sustentabilidade da produção de álcool, ela está na relação consumo e geração de energia. Então, essa que é a grande diferença. A segunda condição que não nos assusta tanto do ponto de vista de tecnologia, nós acreditamos o que Brasil sairá pioneiro, também, na produção álcool de bagaço. A Dedini Piracicaba, há anos investe nisso, voltou o investir pesadamente nesse processo, indicam já que, por volta de 2010 e 2012 nós podemos já ter esse tecnologia em escala comercial e agregar, simplesmente, na primeira fase 25 litros de álcool por tonelada da cana. De 25 a 17. Quando essa tecnologia estiver disponível, quer a produção ou de restos vegetais, para nós é a coisa mais simples, porque a palha está junto das usinas. O próprio Roberto comenta que a cana não é uma commodity, ela nunca vai ser commodity, porque não existe comercialização, você comercializa açúcar e álcool, por isso, a logística dela vai ser sempre próximo a uma unidade. Isso significa que a palha da cana, quando não queimada e colhida com máquina, vai estar muito próximo das bases para se fazer o álcool da palha, e do bagaço já está dentro da própria usina. É louvável fazer uma reversão desse imposto para se aplicar em pesquisa e desenvolvimento, estamos junto nisso, vamos acreditando que, dificilmente, a cana e o álcool perderão a competitividade, mesmo com essas novas tecnologias. Eu estou disposto a continuar participando em vários debates, em vários temas para que se fizerem necessários para desenhar esse plano estratégico de futuro e de longo prazo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOAQUIM RORIZ (PMDB-DF): Eu quero passar essas revistas e também essa estratégia para agroenergia fornecida pelo eminente ex-Ministro da Agricultura Dr. Roberto Rodrigues sobre agronegócio e política agrícola passar aqui para a nossa Assessoria e, naturalmente, ficar à disposição de todos os senhores Senadores que queiram usá-los. E, assim sendo, não tendo mais nada a tratar, encerramos a presente reunião.

Sessão encerrada às 14h23.

**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
PERMANENTES COMISSÃO DE AGRICULTURA E
REFORMA AGRÁRIA SUBCOMISSÃO
PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**

Ata da 1ª Reunião da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 28 de março de 2007.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia vinte e oito de março de dois mil e sete, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **JOÃO TENÓRIO**, reúne-se a Subcomissão dos Biocombustíveis – CRABIO, com a presença dos seguintes Senadores(as) – **SIBÁ MACHADO, JOÃO RIBEIRO, VALDIR RAUPP, MÃO SANTA E CÍCERO LUCENA**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as) – Antonio Carlos Valadares, Jonas Pinheiro, Valter Pereira e Neuto de Conto. Deixa de comparecer por motivo justificado o Senador Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador João Tenório, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **1ª PARTE – CRONOGRAMA DE TRABALHO – AGENDA. 2ª PARTE – ITEM ÚNICO – REQUERIMENTO Nº 1, DE 2007 – CRABIO. ASSUNTO** – Requer a realização de Audiência Pública Conjunta desta Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com a Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do Requerimento nº 14, de 2007-CAE, da Senadora Kátia Abreu, para colher informações acerca dos impactos sobre a padronização da qualidade do etanol, do álcool etílico anidro combustível, do álcool etílico hidratado combustível e do biodiesel produzidos no Brasil com a presença do Ministro de Estado de Minas e Energia, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, juntamente com o ex-Ministro Roberto Rodrigues. **AUTOR** – Senador João Tenório. **RESULTADO** – Aprovado. Será cumprida deliberação da Comissão. **EXTRA-PAUTA – ITEM 1: REQUERIMENTO Nº 2, DE 2007 – CRABIO. ASSUNTO** – Requer que seja realizada no âmbito desta Subcomissão, Audiência Pública com finalidade de discutir as perspectivas de mercado e as projeções e cenários futuros para o setor de Biocombustíveis, com a presença das seguintes autoridades: Sr. Paulo Roberto Costa, Diretor de Abastecimento da Petrobras, Exmo. Sr. Roberto Rodrigues, Coordenador de Agronegócios da FGV e Ex-ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Clayton Miranda, Presidente da Coimex Trading, Exmo. Sr. Ministro Roberto Azevedo, Subsecretário-Geral de As-

suntos Econômicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores, Sr. Roberto Gianetti da Fonseca, Diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Fiesp e Presidente da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior-FUNCEX. **AUTOR** – Senador João Tenório. **RESULTADO** – Retirado de pauta. **ITEM 2: REQUERIMENTO Nº3, DE 2007 – CRABIO. ASSUNTO** – Requer que as audiências públicas aprovadas por meio do Requerimento nº 17, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Cristovam Buarque, para debater acordos e negociações em andamento, com governos e empresas estrangeiras, relacionadas com a produção de bioenergia e para analisar a possibilidade de o Brasil se transformar em um grande produtor e exportador de etanol e outras formas de bioenergia, sejam realizadas conjuntamente com a Subcomissão de Biocombustíveis. **AUTOR** – Senador João Tenório. **RESULTADO** – Retirado de Pauta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Subcomissão dos Biocombustíveis, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **João Tenório**, Presidente da Subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 1a. Reunião da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1a. Sessão Legislativa da 53ª Legislatura.

A presente reunião visa discutir, além de requerimentos a ser apreciados oportunamente, a discussão do cronograma, agenda, bem como a organização dos trabalhos da Subcomissão.

Eu gostaria, Srs. Senadores, de tentar rapidamente aqui, dizer algumas palavras, para, na minha visão, o entendimento do que significa essa Subcomissão, os seus objetivos, a razão da sua criação, e os seus objetivos mais essenciais. Essa Comissão é criada e instalada num momento de muito entusiasmo e excitação com o tema, que é sua razão de ser, e leva o seu nome, ou seja, biocombustível. A constatação que parece definitiva, da causa dos efeitos do aquecimento global, a percepção de que os biocombustíveis podem atenuar a dependência do petróleo para a parte de um número importante dos países importadores. O receio do seu suprimento devido à beligerância e instabilidade política, da maioria dos países produtores. O imenso potencial de geração de emprego e renda, principalmente nos países mais pobres, as recentes manifestações dos países e regiões, que sugerem a

preferência e a aceitação dos combustíveis renováveis, tudo isso massivamente divulgado pela mídia, toda essa confluência justifica o estado de euforia que envolve parte importante dos brasileiros. Afinal é o Brasil o principal player dessa olimpíada energética, que temos tudo para ganhar.

Mas se é verdade que nos afetamos por essa animação, ao mesmo tempo nos atinge a preocupação com uma série de dúvidas antigas e tantas outras recentes, sobre os quais precisamos refletir. Qual é o verdadeiro saldo ambiental, entre o uso dos biocombustíveis e o efeito benéfico da fotossíntese na produção de matéria-prima de um lado e o uso intensivo de terras agricultáveis com todo débito ecológico que isso gera de outra? O que há de verdade no receio muito recorrente entre aqueles que temem que um programa com essa dimensão venha utilizar terras, hoje, usadas para produção de alimentos, ou ainda tanger essa atividade para aéreas mais periféricas, expandindo as fronteiras agrícolas para além do razoável? Qual é a verdade em relação à concentração de renda dessa atividade, se comparada vis-à-vis com a produção equivalente de petróleo?

No que diz respeito ao crescimento vertiginoso da produção, não estaria desequilibrado com relação ao tamanho do mercado, que em uma visão ponderada, poderia ser expectado? Qual a razão desse crescimento tão vigoroso também se processar de uma forma igualmente desequilibrada, quando analisadas ou ponto de vista espacial regional? Todo aumento das safras agrícolas, principalmente cana-de-açúcar, tem se concentrado sobremaneira na região centro sul do país, confiscando a oportunidade nas regiões mais pobres, recurso, no caso da região Norte e Nordeste. O que há de verdadeiro nas repetidas denúncias de inadequada condição de vida oferecida ao operário, principalmente ao trabalhador rural, sobretudo na produção de cana para o etanol? A avaliação do setor como um todo, em particular, tentar esclarecer essas dúvidas, é função precípua dessa Comissão.

Precisamos ter a consciência de colaborar para que o Brasil não perca essa extraordinária possibilidade do desenvolvimento de um setor, tão importante, também considerando que essa mão-de-obra é fixa no campo, é assim colaborando para diminuir a miséria que prospera na periferia das nossas cidades. Porém, nunca esquecendo que os males que convive com o setor, se existirem, e existem, precisam ser eliminados para que o resultado dessa nova fronteira de produção proporcione resultado aos investidores, claro, mas que traga benefício, bem estar, qualidade de vida, e por que não, participação na riqueza que advém desse trabalho. Afinal, serão eles os trabalha-

dores, os grandes responsáveis, para que tamanha e difícil tarefa seja bem sucedida. Se dá em discussões que aqui acontecerão, saírem sugestões que contribuam para conciliar os dois lados da questão, estaremos ao mesmo tempo ajudando no crescimento econômico do Brasil, e contribuindo para uma mais justa inclusão de todos os partidos dos resultados.

Passamos aos itens da pauta, que deverão ser apreciadas.

Requerimento nº 1/2007 da CRABIO. De minha autoria, Senador João Tenório, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública conjunta, dessa Subcomissão Permanente do Biocombustível com a Comissão de Assuntos Econômicos, do Requerimento nº. 14/2007-CAE, da Senadora Kátia Abreu, que considerando a recente visita do Presidente dos Estados Unidos da América, Sr. George Bush, ao Brasil, que tratou do tema etanol, com Governo Brasileiro convidou o Ministro de Minas e Energia e Agricultura, Pecuária e Abastecimento, juntamente com ex-ministro, Dr. Roberto Rodrigues, para prestar informações da sigla dos impactos sobre a padronização da qualidade do etanol, do álcool etílico anidro combustível, do álcool etílico hidratado combustível e do biodiesel produzido no Brasil, com a presença do Ministro de Estado de Minas e Energia, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, juntamente com o ex-Ministro Roberto Rodrigues.

Bom, isso aí é, exatamente algo que nós colocamos nesse pequeno pronunciamento que fizemos. Primeiro porque eu acho que nós deveríamos estar presentes em qualquer local, em qualquer momento que trate desse assunto tão importante, que é biocombustível, visto que essa Subcomissão é absolutamente especializada nesse tema. Então o que nós estamos sugerindo é que essa reunião que deverá acontecer na Comissão de Assuntos Econômicos, seja feito, digamos assim, com a nossa presença, e seja, e aconteça em conjunto entre as duas Comissões. Então daí porque... Se alguém quiser fazer o uso da palavra sobre o tema, está facultada a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, como esse tema de bioenergia toma de conta das atenções do nosso país, de norte a sul, leste, oeste, do mundo inteiro, acabamos de receber também a primeira visita do Primeiro Ministro Italiano, e que na sua pauta principal era exatamente esse assunto, como que a Itália pode participar da matriz do etanol no Brasil, motivo da vinda também do Presidente norte-americano George Bush, que agora o Presidente Lula deve também ir até os Estados Unidos continuar sobre o assunto. Já temos interesse do Governo Alemão, Governo Japonês, e de países aqui da América

do Sul. Então é um assunto que inevitavelmente, ele vai pairar sobre as nossas atenções aqui durante um bom tempo. Penso que essa Subcomissão teria que tomar todas as providências para que, não digo atrair 100% para cá, mas pelo menos tem que estar presente nesses grandes momentos, e tem muitas Comissões Permanentes, chamadas titulares, que estão tratando também dessas matérias. Queria sugerir a V. Exa., que a gente pudesse apensar esses requerimentos todos, e ter uma conversa com o Presidente das seguintes Comissões, que tratam do assunto. Nós temos a Comissão de Relações Exteriores, que quer tratar desse assunto, de Assuntos Econômicos, a de Meio Ambiente, e certamente a de Infra-Estrutura vai querer também tratar desse assunto, que a gente pudesse encontrar um procedimento, que elas não se tornem cansativas e repetitivas também, nós precisamos arrancar o máximo possível de condições, tanto da nossa participação para sugestões, como aquilo que estas Subcomissões podem ir apresentando também relatórios sobre os diversos, digamos assim, problemas que forem decorrendo do andamento desse grande programa, e quem sabe, se V. Exa. pudesse também, num roteiro de programa, que a gente pudesse ir visitando também, *in loco*, algumas dessas experiências. Eu particularmente tenho feito isso ao longo do mandato, da minha experiência aqui no Senado Federal, eu já tive muita dessas empresas, observando diversos aspectos, o aspecto social, trabalhista, o aspecto empresarial, o aspecto da renda local, o impacto de impostos que gera ali, a questão ambiental e tantos outros. Eu já estive também com muitas dessas preocupações, e V. Exa. mesmo estava desafiando neste momento que talvez a gente pudesse ter as nossas audiências pensando por tema mais específico, que influi indiretamente no programa de biocombustíveis.

Então o que é que ocorre? Eu estive no Estado do Piauí, na experiência da empresa Brasil Ecodiesel, já estive no Pará, na experiência da empresa, Agropalma, já estive em diversas outras experiências menores. Agora nós estamos com um grande problema no Brasil que é: qual é a oleaginosa mais possível de ser utilizada para uma, digamos assim, uma escala muito maior do que está sendo pensada para o biodiesel no Brasil? Vai que o biodiesel se torne, digamos assim, a necessidade de alguns países, como a Alemanha precisa reduzir, a Itália precisa reduzir a emissão de CO₂, e ver no biodiesel uma chance de reduzir essas emissões, a Itália quer colocar 20% de biodiesel no seu óleo diesel.

Então nós estamos falando de números astronômicos, são números astronômicos, Sr. Presidente, e que, acho que o Brasil tem neste momento a obri-

gação de ser, como ele é o protagonista do assunto, tem que ser o mais correto possível em todos os seus ambientes, para que a gente possa ir dando cada vez mais grande sugestões nesta área de um substituto, pelo menos a 20% da matriz do petróleo.

Então eu digo aqui para V. Exa, que esta Subcomissão tem no meu ponto de vista uma grande responsabilidade, uma grande responsabilidade de atrair para si este debate e, digamos assim, construindo aqui dentro cada vez mais condições de que a gente sugira para a sociedade, para o Governo e para todo mundo, opiniões cada vez mais de soluções de problemas.

Portanto, apresentei um Requerimento no âmbito da Comissão de Meio Ambiente e no âmbito da Comissão de Agricultura, do qual é a titular dessa Subcomissão. E pedindo uma reunião conjunta, nós temos vários outros Srs. Senadores pedindo também audiências conjuntas, e pelo visto aqui o assunto pode vir realmente misturado.

No meu Requerimento eu abordo sobre a questão social, sobre a comercial e sobre a ambiental. E acho que V. Exa. está muito correta, quando a gente deveria ir pegando um depois do outro e melhorando o ambiente de diálogo que nós podemos fazer. Evitando também o prejuízo, de repente uma pessoa que possa vir falar sobre a questão comercial, digamos assim, possa também responder perguntas que esteja no ambiente trabalhista ou coisa parecida. Então, nada melhor que a gente pudesse apensar esses requerimentos, dar uma estudada melhor sobre eles, e sugerir a seus autores um roteiro, que sem prejuízo da idéia apresentada, mas que esta Comissão tenha um trabalho muito grande, e negociar com os presidentes das demais Comissões, para que talvez a gente pudesse centrar como, não sei se nesta sala, mas, digamos assim, minimamente presidida também por V. Exa., que esta Subcomissão seja a obrigatória que vai apresentar os trabalhos mais, digamos assim, melhor acabado sobre o tema.

E o outro seria, se V. Exa. concorda, que nós pudessemos apresentar um roteiro de visitas, de visitas para ver em bloco, apresentar relatórios, ouvir pessoas, também nas suas regiões, acho que centros de pesquisas também poderiam ser visitados.

Eu defendo, Sr. Presidente, porque já estou falando até demais. Se a Petrobras quer colocar o H-bio no óleo diesel, se nós podemos chegar em 2012 com mais de 5% de biodiesel no óleo diesel brasileiro, se nós podemos ter o etanol agora, digamos assim, numa escala muito maior do que podemos pensar, é claro que nós vamos ter aqui uma mexida brutal nas nossas vidas. São empresas estrangeiras que poderão vir se instalar aqui, são, digamos assim, o maior

avanço sobre a cobertura de terras agricultáveis no Brasil, com o uso da cana, e talvez em prejuízo de outras culturas, que o Brasil pode deixar de ser ou ter, digamos assim, abastecimento próprio, ou até exportador se tornar importador daquela cultura. Quer dizer, são questões que eu acho muito importantes, a gente ter um momento até de apresentar ao Presidente da República uma sugestão muito bem acabada, sobre essa matéria. Quer dizer, essa é uma contribuição do Senado Federal para que uma situação como essa não se torne, lá na frente, talvez um grande prejuízo, para outras áreas que não é esta aqui.

Estou dizendo para V. Exa., porque na região de Ribeirão Preto a cana tirou terra da laranja e do boi, mas o boi foi resolvido o problema, no meu entendimento, porque confinou e tal, até melhorou no peso. Mas e a laranja como é que fica? Se ela vai avançar para as cinco regiões do país, nós temos outras culturas sendo aproveitadas. Como é que a gente faz isso?

O grande problema da questão da posse da terra, que é um outro problema, às vezes se a gente reproduzir em alguns lugares, se a terra já está minimamente dividida, por exemplo, tem aquela região do Arco-do-Fogo, do Pará, que é uma região de bárbaros conflitos, que a gente pode chegar lá com soluções, é um desafio, que eu já trabalhei com o Vale do Rio Doce desde 2003, Senador Cícero Lucena, que ela não comprasse a terra ali, que a empresa não comprasse a terra, mas trabalha com quem já tem a terra, porque o que ela precisa é de quê? É de carvão vegetal, ela não precisa de terra, ela precisa de carvão vegetal.

Então por que não que a Companhia Vale do Rio Doce se associa a quem já é proprietário de terra da região, e cria um programa de financiamento de crédito, assistência técnica, coisa parecida, para que o pessoal produza matéria-prima, do que é o que a empresa precisa, se você faz um casamento perfeito, te dão um prazo, e a gente evita grandes conflitos sociais e distribui renda, e qualifica o desenvolvimento nacional.

Então são essas sugestões que eu queria apresentar para V. Exa. Acho que nós temos a ganhar muito, e mais do que nunca, não tem que exigir, mas solicitar que todas as Comissões que tiverem requerimentos nessa direção para trabalhar, a gente faria comum com esta Subcomissão, em conjunto com essa Subcomissão, e ficando a Subcomissão encarregada de produzir, digamos assim, os relatórios, os diagnósticos, as sugestões, assim por diante, que pode ser apreciado também num ambiente das outras Comissões. Essas são as sugestões que eu faço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Nós concordamos plenamente com a

visão do Senador Sibá, sobre a presença nossa em todo momento e local onde seja discutido a questão do biocombustível, por conta de que, como eu disse há pouco, nós somos, assim, a Subcomissão é o ambiente mais, digamos assim, especializado no tema aqui no Senado.

Quero dizer ao Senador, que realmente na minha colocação de hoje, estava previsto propor essas viagens, eu acho que é importantíssima conhecer *in loco*. É o que acontece tanto da atividade canavieira como na atividade biodiesel. Tinha até como sugestão, a primeira delas, acontecer na região do Triângulo Mineiro, primeiro porque é perto daqui, segundo porque lá tem um, digamos assim, um perfil muito interessante, tem as usinas que estão iniciando um processo de moagem, tem usinas estabelecidas num tamanho médio, e as grandes unidades de moagem, e, além disso, também tem, se não me engano, perto de Araxá, uma usina significativamente importante de biodiesel solar. Então seria uma viagem muito proveitosa, que eu teria assim, muito, seria muito adequado que a Comissão concordasse. Evidentemente depois teremos outros locais, porque é importante dizer o seguinte: o reflexo da produção de biodiesel e de cana-de-açúcar, em cada região, ela tem um reflexo absolutamente diferenciado, é por isso que eu estou chamando atenção aqui, que uma das razões que precisamos mudar, um dos pontos que nós precisamos analisar e visualizar, é essa questão da concentração do desenvolvimento da cana-de-açúcar, na região Centro-Sul, em detrimento de outras regiões como é o Norte, Nordeste do país, onde não está acontecendo nada. Então nós estamos fora da festa, não fomos convidados para o baile, como diz a história.

Então essas são as regiões onde oferece, primeiro, condições, uma necessidade muito grande de empreendimentos, principalmente desses simples empreendimentos, que gera emprego de uma mão-de-obra, infelizmente é que se usa mais, e não muito qualificada, mais no Nordeste o no Norte do país.

Então, realmente é essa questão de ver *in loco*, um efeito de demonstração é muito adequado para que nós possamos ter uma visão mais concreta, mais efetiva e realística do que acontece neste campo.

Então nós estamos, na verdade, com esse Requerimento que eu submeto à votação do Plenário, da Sessão e os senhores e senhoras, Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. E a sugestão do Vice-Presidente Sibá, de que nós possamos juntar todo esse material, conversar com a Presidência das Comissões afins, eu já tive a oportunidade de conversar com o Senador Mercadante, ele aceitou, já que a Sessão da CAE seja uma Sessão Conjunta

conosco, conversaria com o Senador Heráclito Fortes para que a Comissão de Relação Exterior também o fosse. E a gente estabelece que em qualquer momento que aconteça um movimento, no sentido de gerar discussões e informações sobre o tema, nós estivéssemos presentes.

O Requerimento nº 1 foi aprovado. Será cumprido a deliberação da Comissão. Eu acho que ficaria posteriormente.

Os Requerimentos 2 e 3, nós deixaremos para votar posteriormente, por tratar-se de um tema que, digamos assim, são temas que envolve a convocação de pessoas para depor aqui, e isso seria conveniente que nós tivéssemos um quórum maior para que esses nomes viesse a ser avaliado. E essa sugestão, que nós tínhamos conversado com... O Vice-Presidente Sibá sugere, que nós façamos isso por grupamento, por atividade, eu acho que ela é muito interessante, porque é, sobretudo didática. Na hora que você mistura a situação mercadológica com a situação trabalhista, nós vamos ter uma perda de eficiência com a discussão. Então eu concordo plenamente, Senador, com essa sua sugestão, de que passemos a analisar a coisa de uma maneira estanque, para que seja possível tirar o maior proveito dessas discussões.

Senador Cícero Lucena com a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente, só para colaborar com o que eu ouvi anteriormente, tanto de V. Exa. como do Senador Sibá, no sentido da importância dessa Comissão, em um tema em que, sem dúvida nenhuma, o Brasil como um todo estará atento, eu não diria preocupado, mas querendo participar da discussão, aonde nós vamos chegar com essa perspectiva de o Brasil ocupar o papel de líder, na busca de combustível alternativo, com um passo já bastante avançado na questão do etanol, sem deixar de se preocupar também com o biocombustível, com as alternativas, inclusive, que afloram no Brasil como possibilidade, desde a mamona, com os questionamentos que exige do custo da mamona, a do dendê também, ou outros produtos, até mesmo peão manso, outras alternativas, que estão sendo discutidas.

Então é fundamental isso que nós ouvimos e praticamente de consenso dos Senadores membros da Comissão, no sentido dessa Comissão ser também condutora desse projeto e debater nos assuntos desde as alternativas que nós temos, as pesquisas que estão em andamento, que possam ser alimentada para, não no presente, elas já se oferecem como algo conclusivo, mas também que possa num futuro próximo, depois de vencidas etapas das pesquisas, serem alternativas no biocombustível. E também se fazer presente na discussão da questão comercial, da

importância aqui levantada, o que é que o Brasil quer, se vai querer ampliar as suas aéreas de produção, de extensão de cana, em função de outros produtos, que precisam ter seu espaço reservado, estimulando a tecnologia, porque como foi bem dito hoje, nós já estamos conseguindo produzir, talvez até melhor em áreas, como no caso da carne, confinado, do que extensivamente como era anteriormente, abrindo aéreas para outros produtos, que possam, inclusive, contribuir para a produção do etanol, a preocupação comercial também disso, porque não adianta o Brasil entrar numa aventura de produzir, se não tiver a garantia do uso desse produto, e com a remuneração justa ao produtor, em qualquer nível, quer seja o produtor familiar, quer seja o agronegócio. Então todos precisam ter a sua remuneração para que sejam preservadas as relações trabalhistas, as relações fiscais, que tem que ser devidamente preservada também como fonte de recurso para novos investimentos.

Então é fundamental o papel dessa Comissão nessas etapas, até na política internacional do produto final, que, sem dúvida nenhuma, nós tínhamos a consciência que além do benefício que nós podemos ter do uso desse produto a nível nacional, nós devemos buscar o mercado internacional. Muita gente, eu já vim participando de vários debates, até a colocação da criação da organização mundial, uns chamam de OPEP e outra do petróleo, mas a gente já vê na imprensa internacional o Hugo Chávez tratando dando uma organização para o gás. Então o Brasil não pode deixar de se preocupar e ocupar o seu espaço, não é ceder espaço para os Estados Unidos, porque é mais rico, não é ceder espaço para os Estados Unidos, pela sua liderança mundial. Mas o Brasil tem que se fazer presente, está certo? Nessa alternativa e que o mundo todo passa a olhar com uma forte perspectiva, não posso dizer que hoje já está concretizado, mas com uma forte perspectiva.

Então essa Comissão, sem dúvida, com essa abertura, com esse papel, inclusive, com a preocupação de se informar, com as visitas *in loco*, que irá contribuir para o enriquecimento desse nosso debate. Então eu quero me solidarizar e parabenizar pela iniciativa, e tenho certeza absoluta que sobre a condução da Mesa Diretora, no caso do Presidente Senador João Tenório, bem como do Vice-Presidente Sibá Machado, nós iremos dar essa contribuição que o Brasil precisa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Senador Cícero Lucena, V. Exa. é rápido apreende e aprende com muita facilidade. Então V. Exa. acabou de dar aqui para nós outros, uma aula da parte importante que o sistema demanda.

Eu estava antes conversando com o nosso Vice-Presidente Senador Sibá Machado, sobre exatamente essa formatação geral da Comissão, acho que uma coisa importantíssima é o seguinte: eu sou empresário, eu tenho uma visão mais do lado da produção, do lado do comércio, do lado das coisas que se envolvem diretamente com a empresa propriamente dita, o fato da produção e o fato da comercialização. Enfim, o Senador Sibá é um homem que tem uma sensibilidade muito grande para as questões ambientais, trabalhistas, porque, na verdade, a sua militância assim o condicionou. Então é um homem que tem uma sensibilidade muito grande para essa questão. Então como nós, como acho que não há razão nenhuma para se ter qualquer tipo de preconceito nessa discussão, e apenas conceitos, vamos colocar os conceitos, não há razão nenhuma, muito pelo contrário, acho que esses conflitos que por acaso existem ainda, e existe, é verdade que existe, muito dessas coisas que a imprensa divulga, umas são exageradas, mas muita coisa procede. Então eu acho que esse trabalho, juntando a sensibilidade política e social e ambiental do Senador Siba, com a minha visão um pouco mais distorcida, digamos assim, da questão da produção e tal. Eu acho que nós podemos construir aqui algumas sugestões, algumas idéias, que possam contribuir de uma maneira positiva, para que de fato este setor e este grande projeto vá em frente e tenha muito sucesso, e coloque o Brasil numa posição de destaque, que já o tem.

Nada mais a tratar, nós estamos consideramos encerrada a presente reunião. Muito obrigado.

(Sessão encerrada às 10h56)

Ata da 2ª Reunião da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de abril de 2007.

Às dez horas e cinquenta e nove minutos do dia onze de abril de dois mil e sete, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **JOÃO TENÓRIO**, reúne-se a Subcomissão dos Biocombustíveis – CRABIO, com a presença dos seguintes senadores(as) – **SIBÁ MACHADO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, PAULO PAIM, CÍCERO LUCENA E VALDIR RAUPP**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as) – Marisa Serrano, Jonas Pinheiro, Valter Pereira e Neuto de Conto. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador João Tenório, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de Requerimentos, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: REQUERIMENTO Nº 2, DE**

2007 – CRA-BIO. ASSUNTO – Requer que seja realizada no âmbito desta Subcomissão, Audiência Pública com finalidade de discutir as perspectivas de mercado e as projeções e cenários futuros para o setor de Biocombustíveis, com a presença das seguintes autoridades: **Sr. Paulo Roberto Costa**, Diretor de Abastecimento da Petrobras; **Exmo. Sr. Roberto Rodrigues**, Coordenador de Agronegócios da FGV e Ex-ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; **Sr. Clayton Miranda**, Presidente da Coimex Trading; **Exmo. Sr. Ministro Roberto Azevedo**, Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores; **Sr. Roberto Gianetti da Fonseca**, Diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Fiesp e Presidente da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior-FUNCEX.

AUTOR – Senador João Tenório. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores Senadores(as) – Kátia Abreu, Cícero Lucena e Paulo Paim. **RESULTADO** – **Aprovado. Será cumprida a deliberação da Subcomissão. ITEM 2: REQUERIMENTO Nº 3, DE**

2007 – CRA-BIO. ASSUNTO – Requer que as audiências públicas aprovadas por meio do Requerimento nº 17, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Cristovam Buarque, para debater acordos e negociações em andamento, com governos e empresas estrangeiras, relacionadas com a produção de bioenergia e para analisar a possibilidade de o Brasil se transformar em um grande produtor e exportador de etanol e outras formas de bioenergia, sejam realizadas conjuntamente com a Subcomissão de Biocombustíveis. **AUTOR** – Senador João Tenório. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores Senadores(as) – Kátia Abreu, Cícero Lucena e Paulo Paim. **RESULTADO** – **Aprovado. Será cumprida a deliberação da Subcomissão. EXTRA-PAUTA – REQUERIMENTO Nº 4, DE**

2007 – CRA-BIO. ASSUNTO – Requer nos termos do art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Subcomissão, audiência pública com a finalidade de discutir e analisar a situação atual do setor de biocombustíveis do Brasil sob a ótica social e trabalhista, com a presença dos seguintes convidados: **Sr. José Pastore** – Advogado Trabalhista, Professor da Faculdade de Economia e Administração e Pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, ambas da Universidade de São Paulo; **Sr. Elio Neves** – Presidente da FERAESP – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (ligado a CUT); **Sra. Maria Cristina Gonzaga** – Pesquisadora e Técnica da Divisão de Ergonomia da Fundacentro, do Ministério do

Trabalho. **AUTOR** – Senador Cícero Lucena. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores Senadores(as) – Cícero Lucena e Paulo Paim. **RESULTADO – Aprovado o Requerimento com adendo do Senador Paulo Paim, que solicita seja realizada audiência pública desta Subcomissão dos Biocombustíveis em conjunto com as Subcomissões do Trabalho Escravo (CDH) e da Subcomissão do Trabalho e Previdência (CAS). Será cumprida a deliberação da Subcomissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da CRABIO e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **João Tenório**, Presidente da Subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Bom dia. Havendo número regimental, declaro aberta a segunda reunião da Subcomissão Permanente de Biocombustível no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1a. Sessão Legislativa da 53ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos.

Submeto a sugestão de que não seja necessário ler a pauta em função de ser a Ata da última sessão, em função da simplicidade que ela contém.

Quem estiver de acordo, por favor, os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento nº 1. Desculpe, Requerimento nº 2.

Essa Comissão de minha autoria, nos termos do art. 90, do Requerimento interno do Senado Federal, requeiro seja realizado no âmbito dessa Subcomissão, Audiência Pública com a finalidade de discutir as perspectivas de mercado e as projeções e cenários futuros para o setor de biocombustível do Brasil. Para tanto, solicito o convite das seguintes autoridades.

Antes de registrar o nome das autoridades, eu gostaria de chamar atenção de um ponto, que me parece importante, que é seguinte: como esse setor é um setor muito amplo, ele tem uma vastidão muito grande de ações e de campo de importância, nós sugerimos que, como nós temos, por exemplo, mercado, a questão mercadológica, qual o exato tamanho desse mercado? Que nós temos dúvidas sobre isso ainda.

Nós temos a questão dos impactos ambientais que esse programa vai proporcionar no Brasil, que é a questão do etanol como o biodiesel. Tem a questão de tecnologia, que nós temos que amenizar também

com um bloco bem detalhado. Tem a questão social, as implicações sociais, tem uma série de denúncias que acontecem todo dia, com coisas do setor. E nós precisamos esclarecer se isso, de fato, procede e, em procedendo, nós identificamos, identificarmos algumas soluções para que, se não resolvido totalmente essas pendências sociais, pelo menos se atenuem os problemas que ainda existem no setor.

Então a idéia seria convidar os palestrantes aqui, os participantes dentro de cada bloco. Por exemplo, nesse primeiro momento, eu acho que seria importante nós convidarmos pessoas que tem a ver com o mercado, com o tamanho do mercado, e a realidade do mercado. Existe um frisson muito grande de que existe um mercado absolutamente sem limite, o que, no meu entender, eu sou do setor, e sei que não é verdadeiro, nós tivemos, por exemplo, recentemente uma frustração muito grande com a visita do Bush aqui, quando, nem a questão da sobretaxa foi resolvido. Tem a questão do Japão, que está num vai-e-vem muito demorado, tem a questão da União Européia.

Enfim, não temos idéia exatamente ainda de como será a dimensão e o tamanho desse mercado. Então a minha sugestão é que nós, nesse primeiro momento, tenhamos como convidados aquelas figuras, que se identificam com essa questão do mercado, e traga para nossa Subcomissão informações que, de fato, caracterize e proporcione o entendimento do exato tamanho desse mercado que se abre.

Então as pessoas que nós imaginamos convidar para essa primeira Audiência Pública seria o Sr. Paulo Roberto Costa, Diretor de Abastecimento da Petrobras; o Sr. Roberto Rodrigues, coordenador de negócios da Fundação Getúlio Vargas e Ex-Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Sr. Clayton Miranda, Presidente da COIMEX Trading, que é uma trading que trabalha seguramente, a trading que mais lida com álcool, se não no Brasil apenas, mas talvez aqui na América do Sul, a COIMEX é a trading que mais negocia, mais faz trading com álcool. O Ministro Roberto Azevedo, Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Ministério de Relações Exteriores, é o homem que, no Itamaraty, cuida exatamente, é o ponta de lança para esse relacionamento, para essa busca de mercado. Enfim, que é quem está mais, digamos, a nível do Ministério das Relações Exteriores, que é quem está mais identificado com essa problemática. E o quinto seria o Sr. Roberto Gianetti da Fonseca, que é um conhecido de todos nós, Diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior, da FIESP, e o Presidente da Fundação do Centro de Estudos de Comércio Exterior, para que ele também compareça aqui, também é uma pessoa muito expe-

riente, que lida com essa questão, está muito conectado com essa questão, principalmente dos Estados Unidos, tem ido com muita frequência lá, e é um dos homens que batalha pela queda da taxaço do álcool brasileiro para os Estados Unidos.

Então, eu gostaria de submeter à apreciação dos Srs. Senadores, essa idéia de, primeiro, digamos assim, setorizar esse trabalho que nós faríamos aqui, essas Audiências Públicas, para que desse um pouco de didática à coisa. E segundo, dentro desse conceito, esses nomes que foram aqui sugeridos.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Pois não, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Acho muito oportuna a proposta do Sr. Presidente, no momento que o objetivo maior dessa Subcomissão, nós aprofundarmos o debate, a discussão, sobre o tema que está na pauta econômica, na pauta social, na pauta da esperança do Brasil, e nada melhor do que nós fazermos essa discussão com a cautela de fazermos, setorizando a discussão.

Então a proposta de V. Exa. no sentido de que nessa primeira fosse feita com o objetivo da questão de comércio, tanto comércio a nível nacional, mas também com a visão que deslumbra-se, com um potencial muito grande para a exportação, na relação internacional que esse produto, alto-mar, a escala que estão anunciando, ou estão dizendo, vai precisar de todo esse nosso empenho.

Então o meu posicionamento é totalmente favorável a essa metodologia, e, em particular, esse primeiro Requerimento, é tanto que eu também estou apresentando um Requerimento, e pedindo em extrapauta, se for possível, nós aprovarmos já o setor da discussão da relação de trabalho, que existe hoje, não necessariamente na usina, mas, pelo menos, no campo, ou, se for o caso, até nas próprias usinas. Essa relação trabalho, fruto de uma reportagem que foi feita, “A Morte Por Trás Do Etanol¹”, da IstoÉ, que eu creio que seja transcrito, onde a pesquisadora Maria Cristina Gonzaga, ela chama de chicote invisível, a relação do trabalho com esse pessoal do campo.

Então eu acho que nada mais oportuno, por isso que estou apresentando esse Requerimento, convidando outras pessoas, um pouco mais ligadas, obviamente, ouvindo a pesquisadora, propondo ao Sr. Élio Neves, Presidente da FERAESP, Federação dos Empregados Rurais e Assalariados do Estado de São Paulo, porque essa denúncia é no interior do São Paulo. Bem como o Sr. José Pastore, que é advogado trabalhista e professor da faculdade de Economia de Administração

e pesquisador da Fundação do Instituto de Pesquisa Econômica, ambos da Universidade de São Paulo.

Então, a minha proposta é que, primeiro, concordando com essa sua preocupação, chamando a área de comércio, trazendo também a área trabalhista, né, das pessoas que vivem na relação do campo, e eu sei que aqui, possivelmente, seja chamado também, no caso da relação trabalhista, os proprietários das usinas, e conseqüentemente que mantêm essa relação, se nesse contraponto ou em outra oportunidade. E não deixar de citar também a questão da pesquisa. Eu estou vindo, agora mesmo, da Comissão de Ciência e Tecnologia, com a presença do Ministro, e um dos itens que o Ministro fez referência foi que o Ministério estava avançado numa rede de universidade de pesquisas, não só na área de cana, mas também de biocombustível, de um modo geral, além dos avanços que estão já em fase adiantada, de aumentar a presença de 2% para 5% na mistura com o diesel. Então eu acho que, por demais oportuno a gente trabalhar não só com o Ministro, mas com toda a área de pesquisa do biotecnologia, do combustível, e que seja convidado em outra oportunidade, obviamente, essa Comissão fazendo o convite.

Uma última, até se o senhor me permite, Presidente, é que no item 2 da pauta, tem um Requerimento, onde fazer uma realização conjunta com a Subcomissão de Biocombustível, né? Para fazer conjunta com a Comissão de CRE, é isso? Que foi de autoria do Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Requerimento 3, item 2.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Isso, Requerimento 3, item 2. Eu acredito que essa, se o senhor me permite a sugestão, essa conjunta com a coisa, poderia tentar trazer para fazer com essa primeira nossa, porque é quase que o mesmo objetivo. Não?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Eu não sei se os convidados seriam os mesmos.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Caso não seja, eu concordo, acho que quanto mais a gente participar desses debates, são importantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Não são os mesmos, mas eu acho que é possível conciliar, até porque nós estamos com cinco convidados, eu não sei, essa agenda está ficando complicada para nós e para eles também. Esse pessoal de biocombustível está muito disputado, está muito solicitado para participar de eventos e discussões sobre o tema. E nós vamos tentar juntar, é que é muito provável que não aconteça a possibilidade de trazer

todos os cinco que nós estamos aqui, então ficaria de bom tamanho essa...

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Passaria a palavra à Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO) – Obrigada, Sr. Presidente. Eu acho interessante, o Senador Cícero Lucena fez uma referência ao Dr. Pastore, que é a questão trabalhista, e todos nós sabemos do preconceito que se criou em torno dos usineiros desse país, que agora são chamados de heróis, até poucos dias atrás, mas durante décadas foram chamados de escravocratas, foram humilhados, espezinhados por durante muitos anos nesse país, pela esquerda brasileira, especialmente pelo PT, que hoje os chamam de heróis. Para nós, eles são heróis há muito tempo.

Sr. Presidente, eu acho que essa questão trabalhista é de vital importância para a regulamentação e o bom andamento desse setor. Nós estamos falando muito em biodiesel e esquecendo, às vezes, a base. E o Senador lembrou muitíssimo bem, a questão trabalhista pode ser o grande entrave para o desenvolvimento do biodiesel, especialmente do etanol no país. É exatamente nas usinas, no plantio de cana, aonde há as maiores denúncias com relação a trabalho escravo, porque a safra da cana, ela é uma safra temporária, e a lei que regulamenta o campo é a mesma lei que regulamenta a cidade, e não considera esse período dos safristas.

Então nós estamos na Confederação Nacional da Agricultura, inclusive, trabalhando um Projeto de Lei para regulamentar especialmente esse trabalho temporário que pode ser chamado de safrista, de curta duração, até já tinha conversado também com o Senador Sibá a respeito disso, de nós regulamentarmos, tentar trabalhar um projeto, e uma forma de regularizar o trabalho temporário. Então eu acho que nessa Audiência Pública, falando de tecnologia, de mercado exterior, que eu acho tudo muito importante, mas se nós não cuidarmos da base, e o principal problema é o trabalhista, nós podemos ver frustrado o sonho do Brasil ser um grande exportador de álcool, produtor exportador de álcool.

Então eu gostaria de sugerir a presença, o Dr. Pastore é uma pessoa excepcional, inclusive, está me assessorando em um outro determinado projeto, é acima de qualquer dúvida. Mas eu acho que a Confederação da Nacional da Agricultura, especificamente, poderia aqui se fazer representada para trazer alguém na área trabalhista específico para o trabalho safrista, para o trabalho temporário de campo, que nós pode-

mos conversar com o Dr. Pastore, que em princípio poderia até ser ele o convidado pela CNA. Mas a gente poderia conversar com ele antes, para ver se ele indica alguém ou se ele próprio gostaria de comparecer para falar específico desse assunto. Então eu gostaria de fazer esse acréscimo, obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Senadora, eu concordo plenamente com suas palavras, afinal de contas, se nós não conseguirmos dar uma sustentabilidade a essa, um dos fatores de produção mais importantes do setor açucareiro, que é a questão da mão-de-obra, até porque a mão-de-obra é extremamente intensiva nessa atividade, e evidentemente que deve ter distorções, não tem como não ter distorções, afinal de contas é mais de um milhão de empregos, que gira em torno dessa atividade, hoje, hoje atividade direta. Então com essa expansão no setor, que está prevista até 2010, isso vai para 1 milhão e 300, 1 milhão e 400. Então evidentemente que deve ter problemas, assim como tem em construção civil, assim como tem em outras coisas.

Na verdade, eu acho que se nós não conseguirmos dar uma visibilidade favorável à relação entre o trabalho, no que diz respeito a esse setor, nós vamos ter dificuldade muito grande, porque os potenciais compradores nossos, que são os Estados Unidos, a União Européia, o Japão, esse pessoal aí tem uma preocupação muito grande com o meio ambiente, é verdade, mas tem também, sobretudo, uma preocupação muito grande com as questões sociais.

Então, se isso não for muito bem esclarecido, eu acho que essa é uma grande oportunidade, porque eu acho que isso, esse trabalho nosso aqui, deve ser um trabalho no sentido de evitar que haja uma interrupção no projeto. Agora, para... então, se aperfeiçoe, que se traga contribuição, no sentido que essa atividade, esse setor, que tem esse problema, inegavelmente tem, é uma das convidadas aí, pelo Senador Cícero Lucena, é uma jornalista que fez um artigo extremamente forte sobre essa relação. Então nós entendemos que é preciso criar esse ponto, sobretudo esse ponto seja, digamos assim, esclarecido e que a contribuição seja dada no sentido de atenuar e resolver essa questão, que é fundamental para a sobrevivência e para o desenvolvimento dessa atividade.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO) – Só para acrescentar, Sr. Presidente, que eu deixei de falar e que é muito importante. Nós temos que pegar toda essa perspectiva de produção do biodiesel e não só para gerar a riqueza de PIB, de produção econômica, mas também principalmente no emprego, porque aí os usineiros têm outras opções, que é mecanizar a colheita e isso não é o nosso objetivo, o importante é que toda

essa produção de álcool no país possa gerar milhões e milhões de empregos. Então é importante que isso não seja substituído por uma falta de legislação específica, que os usineiros, principalmente agora que estão vindo grandes parcerias do exterior, que possam mecanizar as suas lavouras, tirando milhares de empregos por todo o país. Então é muito importante nós frearmos isso, fazendo uma legislação adequada, que fique bom para o trabalhador e para o patrão.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Senadora, V. Exa. não tem idéia de como isso é complexo, aqui sai o Presidente da Comissão e passa a ser um membro dessa atividade. Eu acho que V. Exa. lembra com muita propriedade essa questão da não substituição da mão-de-obra, principalmente no corte da cana, onde é mais intensivo, pelas máquinas. E isso é um ponto absolutamente necessário, porque uma máquina dessa substitui cerca de 120 operários hoje.

Isso é um lado da questão, o outro lado da questão é que tudo isso tem que ser analisado, pesado e medido. É por isso que eu acho que devemos trabalhar sem nenhum preconceito, colocando os números na mesa, colocando os fatos concretos na mesa. Por exemplo, para se trabalhar com mão-de-obra, no corte de cana, nós temos que queimar a cana. Aí nós resolvemos um problema de caráter social, e de certa maneira criamos um, que não é tão grave, mas é um problema importante para o lado ambiental.

Então esse balanceamento é muito importante que seja discutido, aonde é que a gente fica? Aonde é que bota o ponteiro? A posição onde colocar o ponteiro, se é do lado totalmente voltado para os interesses apenas sociais, se é o outro lado voltado para os interesses apenas ambientais, ou uma coisa intermediária, que possa contemplar, se não totalmente, pelo menos parcialmente essas duas questões que são importantíssimas. Acho que a sua colocação é muito importante e merece uma reflexão muito, muito fina por conta de exatamente dessa duplicidade de interesses, o ambiental e o social. Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente, como membro da Comissão de Direitos Humanos, e que lá e aqui chega também como vice-Presidente, e o Presidente Paulo Paim está chegando, eu ia propor, Presidente Paulo Paim, que na nossa Comissão de Direitos Humanos tem uma Subcomissão do Trabalho Escravo, e eu apresentei um Requerimento, em função de uma denúncia da Sra. Maria Cristina Gonzaga, que nada melhor do que nessa Subcomissão, e aqui já foi dito pela Senadora Kátia, bem como pelo Presidente João Tenório, de que nós não podemos pensar num programa de biodiesel, de

crescimento da produção do etanol, de comercialização, de ocupar espaço importante no mundo, como um dos maiores produtores, e detentor da tecnologia, se nós não equacionarmos oportunamente e até preventivamente as relação trabalhistas.

Então o fruto dessa denúncia, o Senador João Tenório, está setorizando esse debate, vamos dizer assim, né, chamando primeiro a relação comercial, e eu estou propondo aqui a relação trabalhista, em relação ao biocombustível. E aí como teve essa denúncia de possíveis trabalhos desumanos, escravos, até, era que a Subcomissão de Trabalhos Escravos, ela viesse fazer essa audiência, aqui, conjunta, está certo? Eu apresentarei também lá na Comissão, mas é uma proposta que eu trago aqui para a discussão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, eu queria endossar esse Requerimento, e propor ainda que a gente fizesse essa reunião das três comissões, porque eu acabei aprovando um Requerimento semelhante, esse também na Subcomissão de Trabalho e Previdência. Então é mais do que adequado, em vez de fazermos, da gente fazer reuniões separadas, baseado no seu Requerimento, que eu consiga fazer com que... que a gente faça tudo aqui numa única audiência com empresários, trabalhadores, naquela lógica, Senadora Kátia, que eu sei que V.Exa. defenda, que a gente consiga aprumar, né, ajeitar, aprumar as relações entre o empregado e o empregador. Eu sempre digo que o interesse é de ambos, né, e eu, em uma outra Comissão, dizia o seguinte: eu falo muito num projeto que eu tenho, da participação dos trabalhadores no lucro das empresas, porque havia um tempo em que quem tivesse essa ótica, muito preocupado com os trabalhadores, era contra o lucro, eu digo: como é bom o lucro, eu quero que cada vez mais dê lucro. Tanto é que eu tenho um projeto, que eu quero que o trabalhador também participe da questão dos lucros das empresas.

Então, eu acho que nós, que estamos tão preocupados com o biodiesel, a plantação da cana, enfim, que a gente vá caminhando para aproximar a relação de empregado e o empregador, que passa pelas condições de trabalho, condições de trabalho e naturalmente um salário adequado. Isso a gente pode ir construindo, inclusive, com o debate aqui na Comissão.

Só para dar um exemplo de como é bom essa conversa, nós tínhamos um problema seriíssimo em Espírito Santo, Quilombolas, e a empresa, se eu não me engano, Vera Cruz, como que era? Plantação de eucaliptos. Aracruz. Nós conseguimos articular uma reunião na Delegacia Regional do Trabalho lá no Espírito Santo, a empresa foi, todas as partes se fizeram presentes, interessadas no tema e a informação que

eu recebi ontem, que caminharam para um grande entendimento.

Por isso que eu quero cumprimentar mais uma vez o Senador Lucena pela iniciativa, e me comprometo de fazer com que o meu Requerimento seja anexo ao seu, para fazermos uma Audiência Conjunta. Parabéns.

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Pois não?

SENADORA KÁTIA ABREU (PFL-TO) – Por favor, Senador Paulo Paim, sua chegada aqui foi mais do que providencial. Esse problema, nós estávamos discutindo agora há pouco, é exatamente a regulamentação do trabalho temporário, do trabalho safrista. E nessa condição que o senhor está nos colocando, inclusive, de unir as três Comissões, que eu acho excelente idéia, eu acho que é o momento exato para nós regulamentarmos isso, para esse processo do etanol crescer, de forma positiva no país, sem críticas do exterior, sem reclamações na ONC, com relação a trabalhos sem formalização.

Então, diante das estatísticas de que, segundo Pastore, que 60% da mão-de-obra brasileira está na informalidade, eu acho mais do que oportuno. E nós temos um projeto, que está pronto e deverá ser protocolado essa semana, que tenta regulamentar isso, que poderia ser, inclusive, uma base de início para a discussão para esse debate, para nós não ficarmos às vezes tão perdidos, com várias idéias e sem um centro. E no final ele pode ser totalmente modificado, não há o menor problema, desde que regulamente e fique bom para ambas as partes.

Então eu queria deixar essa sugestão de que a gente partisse como base desse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Concordo com a Senadora. Com a palavra o Presidente Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadora Kátia Abreu. Primeiro lugar, Presidente, quero fazer o registro aqui, do nosso colega Assuero Veronês, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Acre, e um dos dirigentes da Confederação Nacional da Agricultura, e tem sido uma das pessoas que a gente tem trabalhado muito de perto, para fazer no nosso Estado do Acre uma economia nos moldes da preocupação que está no debate atual. Seja bem-vindo ao Senado, Assuero.

Eu queria dizer ao Senador João Tenório, Presidente da Subcomissão, que nós deveríamos talvez nos adiantarmos ao máximo, porque na medida que nós votamos Requerimento nas demais Comissões, as

demais Comissões estão tendo um ritual de trabalho muito extenso, e um conjunto de matérias das mais importantes, é claro, para a Casa, para todos nós. Mas que tenham uma agenda que não tem dada a celeridade para que este assunto leve a cabo as audiências que estão sendo propostas.

Nós temos, pelo menos nas minhas contas, cerca de 12 Requerimentos aprovados nas diversas Comissões com teores muito parecidos, para que façamos debates da ordem das preocupações, tanto do efeito do aquecimento global, relatório da ONU, quanto também da nova modalidade da energia do mundo, preocupação com a energia mais limpa, no caso, a nossa ou o etanol.

Eu queria fazer uma sugestão, vejo que o Senador Paulo Paim, que preside a Comissão de Direitos Humanos, e que tem como tal as mesmas preocupações que nos cabe aqui, essas Subcomissões, e que tem dado uma celeridade muito grande ao conjunto de Audiências Públicas e de debates muito ricos e não importa o dia ou a hora, e que não se, digamos assim, compatibiliza com horário de outras Comissões. Nós estamos aqui às quartas-feiras, num horário como este, no auge da Comissão de Constituição e Justiça, do qual eu sou membro titular, quase sempre a gente tem que estar lá presente, porque as matérias nos exigem demais. Vejo aqui também, que os Srs. e Sras. Senadores também têm a mesma situação.

Eu queria fazer uma sugestão de que a gente pudesse combinar com o Senador Paulo Paim, que a agenda dos debates nós faríamos coletivamente e as demais Comissões que puderem acompanhar, perfeito. Se não puder, eu temo que a gente fique aguardando quando elas podem, e a gente ficar muito atrasado. E eu digo ainda para V. Exa., nós não temos como fazer omelete, sem ter que quebrar os ovos. É impossível uma ação humana, principalmente na economia, sem provocar impactos, Sr. Presidente, sejam eles positivos ou negativos. O que cabe a todos nós é buscar o máximo, que os impactos positivos sejam, prevaleçam sobre os demais.

E nós estamos agora fazendo um esforço nacional para que o Brasil seja líder de um combustível e que todos nós sabemos já dos problemas que incide sobre ele. Temos a questão trabalhista, que já está sendo foco da preocupação da Senadora Kátia Abreu, temos este problema ambiental, que V. Exa. lembrou, que à medida que se queima a cana, se emprega mais pessoas. Mas tem o lado ambiental, problema de emissão de fumaça, emissão de fuligem, as cidades, muitos lugares das cidades estão muito próximas, cria um transtorno, e assim por diante.

Então eu acho que, assim, nós estamos com esta matéria na nossa mesa, questão do etanol, questão do biodiesel, seria muito importante que a gente pudesse nos esforçar para pegar quais os requerimentos aprovados, que a gente daria celeridade. Eu vejo que tem vários Requerimentos da CMA, Comissão de Assuntos Econômicos da Comissão de Relações Exteriores, que estão muito próximas, e que nós estamos nos esforçando para fazer conjuntamente com eles.

A pergunta que eu faria a V. Exa., Senador Paulo Paim, se a gente poderia juntar essa Subcomissão com a Comissão dos Direitos Humanos, proporíamos uma data, que não talvez uma quarta-feira nesse horário, porque é um horário que é incompatível com a Comissão de Constituição e Justiça, nas terças-feiras, nesse mesmo horário é incompatível com a Comissão de Assuntos Econômicos, e que eu vejo que V. Exas. têm buscado horários alternativos, que a gente tem pego um dia, como uma quinta-feira, tarde, próximo das 14h, porque a tarde quintas-feiras raramente nós temos tido grandes debates de Plenário, poderíamos até nos estender um pouco mais, sem prejuízo também do tempo para que os Srs. Senadores tenham que sair às pressas da Comissão, em prejuízo da qualidade da debate.

Então acho que seria um caso a pensar, independentemente do horário formal da Comissão, acho que o horário formal da Comissão é esse, porque a gente aprecia os Requerimentos, mas que as Audiências Públicas, nós podíamos pensar nas quintas-feiras, 14h, por exemplo, conjuntamente com a Comissão de Direitos Humanos e as demais, se puderem estar junto, nós nos esforçaríamos de também convidá-las para esse momento...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Senador Sibá, respondendo de imediato.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Para a gente já começar já na semana que vem, se for o caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Eu falava aqui com o Senador Cícero Lucena, que é Vice-Presidente também da Comissão de Direitos Humanos, e, de fato, nós temos feito algumas Audiências Públicas, às quintas-feiras, à tarde, com início às 14h.

Eu, de pronto, acato, aceito a sua recomendação, Senador Cícero Lucena também, de da parte dele nada contra, e nós poderíamos somente marcar qual é a quinta, que esse grupo entende, nós estamos lá a disposição, de fazer em parceria Comissão de Direitos Humanos, a Subcomissão, aqui, de Biocombustíveis e a Subcomissão de Trabalho e Previdência, que eu co-

ordenou, na Comissão de Assuntos Sociais, para discutir esses temas. Então fica a Sala da Comissão de Direitos Humanos à disposição de V.Exas., para a quinta que entenderem adequado, com início às 14h.

Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Nós tínhamos, antes da chegada de V.Exas. aqui, digamos assim, sugerido que nós fizéssemos esse tipo de trabalho aqui em blocos, porque exatamente por conta disso que V.Exas. estão sugerindo agora.

Existe, no que diz respeito, por exemplo, a questão social, uma similaridade absoluta, no trabalho dessas Comissões, que o Senador Sibá acabou de relatar. E existe, entretanto outras que nem tanto, por exemplo, algumas que são ligadas diretamente às questões da Comissão de Agricultura, outras de Relações Exteriores, porque depende dessa questão de abrir esse relacionamento com esses mercados emergentes que aparecem, estão ameaçando, entre aspas, aparecer no mundo aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Então eu acho que talvez nós pudéssemos, nesse bloco que diz respeito às questões sociais, a gente criar exatamente essa parceria no sentido de que as coisas andem com mais rapidez, tanto na sua Subcomissão como nessa Subcomissão.

E nos demais temas, por exemplo, tem a questão ambiental, que é uma coisa muito específica, eu acho que nós devemos trabalhar com a questão do pessoal do meio ambiente, com a Comissão do Meio Ambiente. Enfim, do aquecimento global, né? Que também foi criado na Comissão de Relações Exteriores, entendeu? Então como essa coisa, está, essa questão de biocombustível, aquecimento global e meio ambiente, está muito na moda, digamos assim, está muito evidente. Então esse tipo de proposição que o Senador Sibá e V. Exa. acabou de fazer, eu acho que é oportuno, mas só que nós separaríamos por bloco de conveniência, o bloco que houvesse interação dos assuntos que se faria essa parceria. Certo?

Bom, eu vou colocar em votação o Requerimento que nós lemos no começo da Sessão, os Srs. e Sras. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

O item 2 da pauta é o Requerimento nº 3, ainda de minha autoria, nos termos regimentais. Requeiro que as Audiências Públicas aprovadas por meio do Requerimento nº 17/2007 da Comissão de Relações Exteriores, de autoria do Senador Cristovam Buarque, para debater acordos e negociações em andamento, com Governos e empresas estrangeiras, relacionadas com a produção de bioenergia e para analisar a possibilidade de o Brasil se transformar em um grande

produtor e exportador de etanol e outras formas de bioenergia, sejam realizadas conjuntamente com a Subcomissão de Biocombustível. Nada mais é do que exatamente essa idéia que nós, o Senador Cristovam Buarque sugeriu a convocação do Ministro das Relações Exteriores para discutir agricultura.

Então eu acho que a gente pode fazer exatamente isso que o Senador Paulo Paim e o Senador Sibá Machado sugerem, e o Senador Cícero Lucena sugere, porque nós daríamos mais objetividade ao trabalho, em vez de discutirmos comércio, um tema que diz respeito a meio ambiente e vice-versa. Nós faríamos essa coisa de uma maneira separada.

Coloco em votação esse Requerimento. Se os senhores e as senhoras, se alguém quiser discutir o assunto, mas parece que já foi discutido antes. Então, nós colocamos em votação. Aqueles Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento nº 4. Nos termos do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja realizado, em âmbito dessa Subcomissão, Audiência Pública com a finalidade de discutir, analisar a situação atual do setor de biocombustível do Brasil, sob a ótica social e trabalhista. É exatamente o tema que os estávamos falando. Para tanto solicito o convite dos seguintes autoridades: Sr. José Pastore, Advogado Trabalhista, Professor da Faculdade de Economia e Administração e pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, ambas da Universidade de São Paulo; Sr. Elias Neves, Presidente da FERAESP, Federação dos Empregados Rurais Assalariados, do Estado de São Paulo, ligado a CUT e a Sra. Maria Cristina Gonzaga, que é uma Jornalista que fez esse artigo, denunciando algumas inconveniências na relação do trabalho com o setor sucroalcooleiro. Ela fez um artigo muito forte sobre isso, publicado há umas duas semanas atrás, pesquisadora e técnica de divisão de ergonomia, da FUNDACENTRO do Ministério do Trabalho. Então seriam essas pessoas propostas pelo Senador Cícero Lucena. Com a palavra o autor do Requerimento.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Só para acrescentar aquilo que foi discutido aqui, foi debatido, que seja feito em conjunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – De acordo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, na mesma linha. Como percebo que há uma preocupação, e fico muito feliz, inclusive, de todos com a questão do trabalho, principalmente do corte da cana, pelo que percebi aqui, que a gente então combinaria, num segundo momento, em uma Reunião

Administrativa, para nós realizarmos, quem sabe, até diversas mesas, né, a partir das 2 da tarde, de uma quinta a combinar, diversas mesas para esgotar o debate, pelo menos naquela quinta-feira. Isso não quer dizer que não continue em outros momentos, porque eu sei que Requerimentos no mesmo sentido em outras Comissões, existem outros convidados. Então eu ficaria com essa flexibilidade de a gente montar, se necessário, uma, duas, três mesas, e depois abrir o debate com os Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Sem dúvida nenhuma, Senador Paulo Paim, eu acho que esse tema do relacionamento trabalhista e talvez seja o tema mais sensível dessa questão do biocombustível. Tanto ele quanto a questão ambiental, são dois temas, assim, digamos assim, conspiram, no bom sentido, contra o desenvolvimento do setor meio atabalhoadamente, nós temos que ter o mínimo de normatização dessa coisa, para evitar que se torne um problema, em vez de uma solução para nós.

Então eu acho que esse tema é um tema muito, vai ser muito recorrente, acho que deve ser discutido com todo o cuidado, com todo critério. E uma coisa importante, que eu observo aqui, claramente, é uma das primeiras reuniões que nós temos, é que o objetivo dos membros dessa Subcomissão é resolver o problema, é criar as condições para que o problema seja resolvido, não é ser favor, nem ser contra, nem botar ideologia no meio, nem coisa nenhuma. É o seguinte: nós temos um projeto, que tem um futuro absolutamente brilhante, entretanto, tem alguns senões que precisam ser bem equacionados e bem resolvidos.

Então, o que eu entendo, que é o espírito de todos nós, que nós encontramos, é que isso seja feito, ou seja, que o projeto ande, que o projeto de biodiesel ande, que o projeto de etanol ande, mas que ao mesmo tempo que nós criemos as condições e as sugestões necessárias e convenientes, para que esses problemas, residuais ou não, eles sejam resolvidos, se não atenuados. Senador Cícero, com a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Na verdade, eu queria só concluir, reconhecendo e parabenizando a Presidência dessa Comissão, exatamente pela sua experiência, mas mais do que experiência vivida, esse compromisso, que o senhor colocou com muita propriedade no sentido de que o programa do etanol pode ser um grande projeto, como ele estará voltado, na sua grande parte, para o comércio exterior, nós seremos cobrados pela questão ambiental e pela questão trabalhista, por esses países que serão possíveis clientes desse produto, que todos nós acreditamos que será importante para o Brasil. Então esses cuidados, essas cautelas, que essa Comissão

está propondo, é por demais da responsabilidade dessa Casa, e eu tenho certeza que todos da Casa e os convidados vão dar a sua contribuição.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Bom, em discussão, se não, em votação o Requerimento do Senador Cícero Lucena que acaba de ser lido.

Srs. e Sras. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Bom, eu agradeço a presença de todos, e damos por encerrada a Reunião, informando que vai ter agora, em sequência, a Reunião da Comissão de Agricultura.

(Sessão encerrada às 11h38)

ANEXO

Isto É (26/03/2007)

A MORTE POR TRÁS DO ETANOL

São 4h30 em Guariba, cidade do noroeste do Estado de São Paulo, quando o ronco dos motores de dezenas de ônibus quebra o silêncio da madrugada. Por seis vezes na semana, o barulho das rodas sobre as acanhadas calçadas do município anuncia o trabalho a um exército de bóias-frias. Dali a pouco, essa legião estará nas lavouras de cana para mais uma vez fazer história.

Se na última safra – 2006/07 – os brasileiros cortaram e moeram mais de 425 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, este ano as estimativas prevêem uma produção 10% maior. São recordes sobre recordes de produtividade extraídos de plantações espalhadas por mais de seis milhões de hectares de terra. O feito consolida o País no invejável patamar de maior produtor mundial de álcool e etanol.

Tal riqueza atraiu os olhares do mundo para o produto que já é classificado por economistas como o novo “ouro branco” do planeta. Empresários, banqueiros e até o presidente dos Estados Unidos se interessaram pelo tesouro e desembarcaram no Brasil nas últimas semanas buscando transformá-lo numa commodity alternativa e barata aos combustíveis fósseis. Enquanto uns foram à Bolsa de Valores, outros estiveram em tratativas com o governo brasileiro.

Porém, o que Bush e os investidores não viram e talvez não saibam é que a riqueza gerada pela fantástica produção desse “ouro branco” se assenta na exploração brutal de milhares de homens e mulheres que cortam e colhem cana pelo Brasil adentro.

Quase 120 anos depois da abolição da escravidão, os cortadores de cana ainda vivem o cativeiro da terra, sob o tacão de um “chicote invisível”, como

definiu Maria Cristina Gonzaga, pesquisadora do Ministério do Trabalho. A cana literalmente mói a carne de um milhão de miseráveis trabalhadores rurais. Quem entra nos canaviais brasileiros tem a impressão de estar fazendo uma viagem no tempo, retornando ao século XVII.

Homens e mulheres são comercializados como gado, trabalham jornadas de até 12 horas, muitos passam fome e outros chegam a tombar mortos de pura exaustão. Relatório do Ministério do Trabalho (MT), divulgado no início do mês de março, mostra que só no ano passado 450 trabalhadores do setor sucroalcooleiro morreram nas usinas. Alguns foram assassinados, mas muitos morreram em consequência de banais acidentes de transporte. Outros foram carbonizados durante as queimadas. Vários perderam a vida simplesmente por excesso de trabalho.

“O suor, o sangue e a morte banham o açúcar e o álcool brasileiro”, denuncia a ISTOÉ **Maria Cristina Gonzaga**, técnica da Fundacentro, órgão do MT, responsável pelo estudo. Nas contas dela, nos últimos cinco anos, o trabalho na lavoura de cana ceifou a vida de 1.383 trabalhadores.

Entre eles, o migrante mineiro Antônio Moreira, que largou o Vale do Jequitinhonha na década de 70 para “fazer safra” nas lavouras paulistas. Aos 55 anos, Antônio caiu morto de cansaço em meio às canas que empilhava. “Ele tinha cortado 16 toneladas aquele dia”, lembra a viúva Maildes Moreira Araújo, 55 anos, também cortadora de cana. Foi a terceira vez que tal desgraça se abateu sobre os Moreira. “Meu tio e um primo também morreram na mesma situação”, diz Antônio Moreira Filho, 32 anos, que trabalhava com o pai nos canaviais desde os 14.

“Do cortador de cana é esperada a produção de uma máquina”, diz Miguel Ferreira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cana de Jaboticabal, interior paulista, região responsável por 60% da produção nacional de álcool e açúcar. Miguel fala de cátedra. O atual sindicalista foi cortador de cana durante seis anos e, assim como seus pares, produzia diariamente seis toneladas de cana. “Hoje exige-se a produção de no mínimo dez toneladas diárias por homem. Não tem corpo que agüente”, constata Miguel.

Segundo a Universidade Federal de São Carlos para cortar dez toneladas e ganhar R\$ 24 é preciso percorrer cerca de nove quilômetros a pé por entre o canavial, desfechar cerca de 73.260 golpes de podão (facão) em 36 mil flexões de pernas. E mais, o cortador de cana terá que levantar e carregar pelo menos 800 montes de 15 kg de cana cada um, por uma distância de três metros, empilhando a produção do dia. Os médicos do Ministério do Trabalho, que estu-

daram a saúde do cortador de cana concluíram que eles chegam a perder em um dia de trabalho cerca de oito litros de água.

E o pior é que a situação desses condenados da terra pode se agravar. A partir deste ano, começa a ser colhido um novo tipo de cana, mais leve por ter sido geneticamente modificada. Além de pesar menos – pois elimina bastante a água -, esse tipo de cana concentra uma quantidade muito maior de sacarose (açúcar). Tudo ótimo, menos para o trabalhador, que precisava cortar 100 metros de cana para produzir dez toneladas e por causa da novidade transgênica precisará cortar o triplo para produzir a mesma quantidade.

Aos 52 anos, Maria dos Santos corta nove toneladas para levar para casa R\$ 512 no final do mês. Quando soube que terá que trabalhar três vezes mais para ter o mesmo rendimento, não se conteve: “Vamos morrer!”, desesperou-se.

Hábeis em implementar modernizações tecnológicas, os usineiros não demonstram intenção de alterar as arcaicas relações de trabalho que predominam no setor sucroalcooleiro. “As práticas impostas por eles, em muitos casos, ainda são escravagistas”, **diz a técnica do Ministério do Trabalho**. Veja-se, por exemplo, o processo de seleção dos trabalhadores.

Eles são “vendidos” para intermediários que selecionam a mão-de-obra para usinas. Trazidos das profundezas do País para dar duro nos canaviais, esses escravos do século XXI são cooptados por “gatos”, uma espécie de empreiteiro que busca pessoas que, em troca de migalhas, se submetem a todo tipo de humilhação.

Para cada cortador de cana trazido para a usina, capaz de produzir 12 toneladas por dia, o “gato” recebe em média R\$ 60. Qual a vantagem? Esses cortadores são escolhidos a dedo e não reclamarão de serem obrigados a viver em alojamentos decrepitos. Eles também não reclamam do pagamento abaixo dos pisos salariais e ainda admitem viver confinados nas propriedades onde a colheita ocorre oito meses por ano. “Só 200/0 dos trabalhadores ligados ao setor sucroalcooleiro no Brasil têm conquistas preservadas, o resto são escravos”, garante Miguel, o sindicalista.

“Não é difícil constatar a miséria e a exploração a que essas pessoas estão submetidas. O Ministério do Trabalho é que dá as costas para o problema”, indigna-se Miguel.

A União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Única), entidade que representa os usineiros, não fala sobre direitos do trabalho. Segundo a assessoria de imprensa, eles apenas “cumprem a lei”. Mas em relação ao crescimento da produção eles são expeditos. Para os donos dos engenhos, as máquinas pro-

duzirão, até 2013, 36 bilhões de litros de álcool – um bilhão a mais que a atual produção mundial. Grande parte dessa produção atenderá aos mercados americano e europeu.

No ano passado, 19 bilhões de litros de álcool foram destilados, uma supersafra que movimentou mais de R\$ 40 bilhões na economia, US\$ 8 bilhões em exportações, equivalentes a mais de 3,5% do PIB brasileiro. Segundo as estimativas do setor sucroalcooleiro, uma nova usina de cana surgirá a cada mês no País nos próximos dois anos.

Este crescimento acelerado no plantio e na produção preocupa governantes e economistas. Muitos temem que esse boom leve o Brasil de volta à monocultura. Hoje, várias plantações de alimentos e áreas de pastagem estão sendo substituídas por lavouras de cana-de-açúcar. Preocupados com essa possibilidade, alguns Estados já se preparam para enfrentar a situação.

Em Mato Grosso, na região do Pantanal, já foi proibida a implantação de usinas de álcool. No Estado de Goiás, algumas prefeituras querem limitar a entrada da cultura da cana. Em São Paulo, responsável por 600/0 da produção nacional, um projeto do deputado estadual Simão Pedro (PT) propõe que os fazendeiros de regiões do Estado onde a cultura da cana se expande sejam obrigados a reservar 10% das terras para outros tipos de cultura. “É fato a expansão do setor, mas precisamos criar alguns limites, senão daqui a uns dias seremos obrigados a importar alimentos básicos”, diz Simão. Enquanto isso, o presidente Lula, inebriado com o etanol, disse que os usineiros passarão de bandidos a heróis.

¹ Matéria anexada ao final da transcrição.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Ata da 7ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 04 de abril de 2007.

Às nove horas e quatorze minutos do dia 04 de abril de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala treze (13), sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira e com a presença dos Senhores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Valter Pereira, Cícero Lucena, Flávio Arns, Romero Jucá, Leomar Quintanilha, Hércilio Fortes, Rosalba Ciarlini e Flexa Ribeiro, não membros da Comissão Senador Ademar Santana e o Deputado Federal Wladimir Costa, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e

Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Augusto Botelho, Gilvam Borges, Demóstenes Torres, Maria do Carmo Alves, José Agripino, João Tenório, Eduardo Azeredo e Romeu Tuma, que justifica a ausência. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública do Senador Adelmir Santana (PFL/DF), não membro da Comissão, e do Deputado Federal Wladimir Costa (PMDB/PA). Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senador Presidente Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 001-CCT, de 2007, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que “Nos termos do disposto nos incisos V e IX, do artigo 90, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no sentido de que sejam ouvidos, separadamente, os Excelentíssimos Senhores Ministros da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende e das Comunicações, Hélio Costa, com o propósito de apresentar as diretrizes e os programas prioritários de as respectivas pastas, para os próximos quatro anos.” Finda a exposição, a Presidência franquia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam a palavra os Senhores Senadores Wellington Salgado de Oliveira, autor do requerimento, Marcelo Crivella, Flexa Ribeiro, Valter Pereira, Cícero Lucena, Renato Casagrande, Rosalba Ciarlini, Ideli Salvatti e o Deputado Wladimir Costa. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e quarenta e um minutos, determinando que eu, Églio Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Bom, declaro aberta a 7ª reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura a realizar-se em 4 de abril de 2007, quarta-feira, 8h45, na sala nº 13, da Ala do Senador Ale-

xandre, Senado Federal. Audiência pública. O Ministro, eu pedi para trazer....

Audiência pública com o Exmo. Sr. Ministro de Estado das comunicações, Senador Hélio Costa. Tema: Diretrizes e programas prioritários do Ministério da Comunicação, do qual a autoria de requerimento é da minha pessoa. Peço a dispensa da Ata da Reunião anterior. Os Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Bom, como o requerimento é de minha autoria, estamos aqui com o Sr. Ministro Hélio Costa, que eu ia convidar o Senador Crivella para trazê-lo, mas a assessoria já o colocou na mesa. O Ministro também acorda cedinho. Já passou no Ministério e tudo. Bom, eu queria, como autor do Requerimento, primeiramente fazer três perguntas ao Ministro e, depois, passaremos a palavra aos outros Senadores. É, claro. Então, primeiro faremos a exposição do Ministro sobre o tema o qual ele foi convidado que é Diretrizes e Programas Prioritários do Ministério das comunicações. Com a palavra o Sr. Ministro Hélio Costa.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Srs. e Sras. convidados. Eu tenho, inicialmente, imenso prazer de estar aqui na comissão de comunicações do Senado da República porque me sinto muito orgulhoso de, possivelmente, ter sido, de uma forma muito pequenininha, mas importante, parte da decisão que levou à criação desta Comissão. Quando Presidente da comissão de educação, comunicações e informática do Senado Federal, eu, com o apoio dos meus colegas da Comissão, iniciei o procedimento para nós criarmos a subcomissão de ciência e tecnologia em virtude da importância que nós começávamos a ver já há dois anos, no setor de ciência e tecnologias e as discussões que poderiam se realizar aqui no âmbito desta Comissão. E foi exatamente a existência da subcomissão de ciência e tecnologia e o acúmulo de assuntos relacionados com radiodifusão e telecomunicações da Comissão de Educação que levaram à criação da Comissão de comunicações, ciência e tecnologia. Eu cheguei a fazer uma revisão de tudo aquilo que nós, no ano de 2006, discutimos na Comissão de Educação e no ano anterior, de 2005 e os dados me levam à conclusão de que em torno de 70% dos assuntos discutidos naquela época na Comissão de Educação se referiam a procedimentos que tinham origem no Ministério das comunicações. Então, evidentemente que era mais do que necessário a criação de uma Comissão de comunicações no Senado da república. Então, quero cumprimentar o Senador Wellington Salgado e através do Presidente da Comissão a todos os membros da Comissão de Comunicações, Ciência e Tecnologia do Senado da República

e em especial pela oportunidade que me dão de poder participar com os senhores das informações, eu não diria necessariamente o debate em torno do que nós estamos, neste momento, fazendo e propondo no Ministério das Comunicações. Nós temos uma, uma política que certamente é importante para o país que é uma política pública de comunicação. Nós devemos encaminhar ao Presidente da República, nas próximas semanas, o texto desta proposta de políticas públicas. Elas estão baseadas em vários Decretos presidenciais e estão sendo agora reunidas em um documento que poderá certamente servir de base nos próximos quatro anos para a política de comunicação do governo. Mas, sobretudo, a preocupação que nós temos que ter com a área pública. E foi nesse sentido que eu entendi a oportunidade de estar aqui e podermos falar sobre vários assuntos. Mas, inicialmente, eu queria me ater à proposta da TV digital e com ela a criação dos canais públicos de televisão.

Em primeiro lugar é importante fazermos um retrospecto do que levou a possibilidade da criação dos canais públicos. Nós tivemos, durante aproximadamente 18 meses no Ministério das Comunicações uma ampla discussão sobre o modelo de TV digital que íamos adotar no país e para isso nós seguimos o Decreto que o Presidente da República tinha baixado estabelecendo as diretrizes da TV digital. Ela tinha que ser uma TV aberta, tinha que ser uma TV gratuita, ela não podia se cobrar pelo sistema de TV digital, ela tinha que ter portabilidade, ou seja, tínhamos que ter a capacidade de ver a televisão até no celular, andando em qualquer circunstância. Ela tinha que ser móvel, no carro, no ônibus, no trem até 300 quilômetros de velocidade e ter imagem perfeita de televisão no veículo e, sobretudo, ela tinha que resguardar o direito do telespectador brasileiro de não ser obrigado a comprar um televisor novo para poder receber a TV digital. Ou seja, com a utilização de um terminal de acesso que vai ficar em torno de 100 reais, ele vai ter como ver a TV digital, vai ter como participar dessa ferramenta extraordinária que é a TV digital que vai possibilitar a interatividade, vai nos dar um espaço extraordinário para a TV escola, para a TV educação, para a TV Cultura, para o comércio digital, o e-commerce, como se diz em inglês, quer dizer, tudo isso é o que a TV digital vai nos oferecer. Mas o Decreto estabelecia esses caminhos. Nós tínhamos que seguir essa orientação básica. Sobretudo porque no nosso sistema de televisão analógico, ele chega a 98% do território nacional de forma gratuita. Você comprou um televisor na loja, ligou, você está vendo televisão, então a TV digital não podia ser diferente, nós temos que fazer a TV com acesso de todos.

E, ao mesmo tempo, isso aí nos impôs uma série de situações técnicas diferenciadas porque os sistemas de televisão digital que nós tínhamos no mercado e temos ainda no mercado, que é o sistema americano, NTSC, o sistema europeu. DVB, ou o sistema japonês, ISDB, com essas siglas parecendo uma sopinha de letras, esses três modelos foram concebidos para a televisão a cabo. Para a televisão satélite. Eles não estavam formatados para a televisão aberta como nós temos no Brasil. Então nós envolvemos 1200 técnicos, cientistas, professores, especialistas de 92 instituições de ensino públicas e privadas, as mais extraordinárias fontes de pesquisa deste país, a Universidade do Estado de São Paulo, a Universidade Federal de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, da Paraíba, o Instituto Mackenzie, o INATEL, em Minas Gerais, todos esses institutos de pesquisa foram chamados a participar do estudo da TV digital. Formamos 22 consórcios. Cada consórcio cuidava de uma área. E no fim de um ano e meio nós tínhamos um relatório que indicava o caminho que nós devíamos seguir. E ao invés de adotarmos o padrão europeu, ou o padrão americano, ou o padrão japonês, os nossos técnicos, os nossos cientistas indicavam um sistema brasileiro de TV digital que era, na realidade, composto das principais ferramentas dos três sistemas. Nós pegamos o que tinha de melhor no padrão japonês, que era o sistema de modulação. Pegamos o que era de melhor no sistema europeu, que era a compressão de vídeo. Pegamos o que era de melhor no sistema americano, a compressão de áudio. Na realidade, o nosso corpo técnico criou um instrumento para fazermos aqui a interatividade, o nosso middle é o instrumento que vai conectar software com hardware, a parte técnica com a parte de programação, isso foi feito na Universidade da Paraíba, é um dos melhores do mundo. Certamente o conjunto dessas ferramentas fazendo o Sistema Brasileiro de TV Digital, de uma forma diferenciada do que aconteceu no passado quando nós instituímos a TV a cores, com um padrão brasileiro que eu chamo de padrão jabuticaba, só nós é que temos. Quer dizer, ninguém mais tinha. Aliás, eu descobri que o Laos, tem. Eu não sei por que é que o Laos tinha o mesmo sistema do Brasil, mas era o único outro país que tinha o sistema PAL- M.

Desta vez nós não deixamos acontecer este erro porque todas as ferramentas usadas no Sistema Brasileiro de TV digital que vem do padrão japonês, do padrão europeu, do padrão americano são ferramentas compatíveis. Você cria uma arquitetura de TV digital com estas ferramentas e você tem o Sistema Brasileiro, que os japoneses disseram para nós que é o mais moderno do mundo. Eles disseram: Olha, vocês fizeram uma coisa inteligente, vocês pegaram o que há

de melhor nos três sistemas e fizeram um sistema que não tem comparação. Por isso é que nós estamos indo à Argentina, ao Uruguai, ao Chile, Paraguai, Venezuela, Colômbia, levando a idéia do Sistema Brasileiro, que nem é mais Sistema Brasileiro, porque já inventamos um nome, Sistema Latino Americano de TV Digital porque realmente é o melhor. Porque ele se dedica à televisão aberta. Ele vai conseguir funcionar na cidade de São Paulo, do Rio de Janeiro, qualquer capital brasileira com todos os obstáculos dos edifícios e morros. Ele vai funcionar! Porque nós criamos um sistema de robustecimento da transmissão da imagem. Os testes foram feitos em São Paulo, quem passou no teste foi o sistema japonês de modulação. Por isso é que nós nos agarramos nessa proposta. E com a adoção do Sistema Brasileiro de TV Digital, com a possibilidade de você fazer a compressão de vídeo com o sistema europeu e cada canal de televisão no sistema analógico se transformar em 4 canais digitais, inicialmente. Porque na hora que nós usarmos um outro compressor de vídeo, que se chama H264, também europeu, nós vamos transformar cada canal analógico em 8 canais digitais. Isso quer dizer que agora, a partir do ano que vem nós vamos ter condições de realmente fazermos a democratização dos sistemas de comunicação no país partindo de um sistema digital de televisão que contempla a TV privada, a TV estatal, a TV pública. Foi partindo deste princípio que nós incluímos, e o Presidente da República assina no Decreto 5820, 4 canais públicos de televisão. Quatro canais que vão ser dedicados à cidadania, que vão ser dedicados às emissoras de televisão que terão tempo suficiente para debater problemas para levar a educação, saúde, para se dedicar a temas exclusivos.

Então, tem um canal entre os quatro previstos no Decreto 5820, que é o canal da educação. Esse vai se dedicar exclusivamente à educação partindo de uma rede nacional. Ancorado, evidentemente onde? Nos esforços que o MEC já fez no passado e que continua fazendo o Ministério da Educação de ter uma televisão capaz de levar conhecimento, de estar sempre como uma janela do conhecimento colocada no país inteiro. Aquilo que o Presidente Lula disse ao dar posse ao Ministro Franklin Martins. Não vai ser preciso levantar 5 horas da manhã, 6 horas da manhã para ver uma aula de matemática na televisão ou uma aula de português ou de literatura. Você pode ter uma emissora de TV dedicada à educação 24 horas por dia. Nós vamos ter um canal dedicado à cultura. Eu não sei se você me perguntar, certamente, possivelmente será ancorado no Ministério da Cultura. E você vai ter condições de, através deste canal da cultura, você mostrar o extraordinário talento do Brasil em cada cidade, em cada

comunidade. Talvez mais importante do que tudo isso nós temos um canal da comunidade. Quer dizer, eu posso estar até exagerando, mas quando eu penso que cada município brasileiro dos cinco mil quinhentos e tantos municípios, cada município desses vai ter o seu canal de televisão. Eu não sei quem vai gerar esse canal, mas pode ser a comunidade, pode ser a Câmara dos Vereadores, a própria Prefeitura, pode ser a sociedade como um todo, uma organização local, uma entidade, um Conselho Local, não sei, isso não é da competência do Ministério das Comunicações, o conteúdo desses canais não é o Ministério das Comunicações que decide, não é ele que discute. Ele nem sugere. O que o Presidente me pediu foi um projeto de viabilidade destes canais. É possível se fazer uma rede de televisão? É possível nós termos uma TV da educação, da cultura, da cidadania em todo o país, em cada cidade brasileira? E eu fui ao Presidente e disse: É possível! É perfeitamente possível! O sistema digital nos dá essa opção. O que é que ficou diferente do que o Presidente me pediu? O Presidente pensou no sistema digital, ou seja, a partir do ano que vem, porque nós começamos em julho os testes com a TV digital em São Paulo, nós devemos estar divulgando na semana que vem as consignações dos canais das cabeças de rede sediadas em São Paulo para que elas já possam fazer as encomendas dos seus transmissores e dos seus equipamentos necessários para a transmissão digital e a partir de dezembro elas ficam obrigadas a entrar no ar comercialmente com o sistema digital. E, mais uma vez, com a preocupação do decreto assinado pelo Presidente Lula, a transmissão tem que ser simultânea, durante dez anos, você transmite analogicamente e digitalmente. Se o cidadão em casa decidir que ele não quer se digitalizar, como se diz entre aspas, ele continua vendo a TV analógica dele pelos próximos dez anos. Agora, daqui a dez anos, aí não tem jeito. Ele vai ter que se modernizar a força, porque nós vamos desligar o sistema analógico. Porque o retorno dos canais analógicos é uma grande fonte de renda para o governo.

Veja só, quando você faz a consignação de um canal, você está emprestando temporariamente a uma rede de televisão ou a uma emissora de televisão um canal digital para que ele atenda a determinação do Decreto 5820 e transmita simultaneamente para que ninguém fique prejudicado. Agora, lá na frente, quando terminar o prazo de dez anos, esse canal é devolvido. O original é devolvido ao governo. Para se ter uma idéia, Senador, nos Estados Unidos, o retorno dos canais vai gerar uma receita para o governo de 100 bilhões de dólares, só o retorno dos canais. O nosso cálculo é que no Brasil pode chegar a 20 bilhões de

dólares o retorno dos canais originais. Então, nós estamos diante de uma situação diferenciada. Quando eu disse para o Presidente que além de ser possível, sim, fazemos os canais públicos a partir da TV digital, o sistema japonês de modulação, olha bem a diferença, não estou falando de padrão japonês, estou falando de sistema de modulação japonês, que nós usamos no padrão brasileiro, no Sistema Brasileiro de TV Digital, este sistema de modulação japonês, ele tem uma característica técnica que foi dissecada pelos nossos engenheiros, pelos nossos técnicos. Eles concluíram e eu.... Consegui traduzir isso de uma forma bem simples para explicar nas minhas palestras que tenho feito sobre TV digital que pode ser mais ou menos colocada assim: Quando você origina uma imagem de uma rede de televisão numa cidade como Brasília, você manda esta imagem, no primeiro segmento, pelo canal 60 até a 40 quilômetros de distância, no máximo. Lá no quilômetro 40 você pega esta imagem, retransmite no canal 61. 80 quilômetros depois você pega a imagem e retransmite no canal 62. E no quilômetro 120 você volta ao canal 61, porque já não há incompatibilidade de imagens.

O sistema japonês consegue fazer isso dentro do mesmo canal. Você não precisa de dez canais para fazer isso. Você usa o mesmo canal. É como se você estivesse no seu computador, baixando um programa de vídeo e, ao mesmo tempo em que você está recebendo a informação, o vídeo está se compondo no seu computador, ele já te dá condições de você começar a ver a imagem. Ele está baixando o finalzinho do programa e você já está vendo o começo. Esse é o sistema. E por esta razão estes dez canais de 60 a 69, que ficam reservados para esta transmissão interna e também são muito usados para as transmissões externas das redes, você sai com o carro de reportagem e manda pelo canal 60, 61 ou 62 para o transmissor principal a imagem que você está gerando na rua. Como você agora não vai precisar mais desses dez canais para fazer este serviço interno, eu disse ao Presidente que não precisávamos esperar pela implantação da TV digital no Brasil inteiro, porque nós podemos levar cinco anos, é o meu prognóstico, mas podemos levar dez em algumas outras regiões, nós podemos começar a fazer a implantação da rede pública, dos canais à disposição da comunidade, da cultura e da educação agora já usando os canais de 60 a 69. Então, podemos começar amanhã! O Presidente me pediu para fazer esse estudo técnico, o estudo foi encaminhado a ele preliminarmente, não é um estudo definitivo, mas ele já está em condições. como possivelmente anunciar dentro de duas ou três semanas um grupo de trabalho que vai poder sim discutir, conversar sobre até mesmo

o conteúdo. Como é que essas televisões vão funcionar? Agora, o que... Despertou muita atenção da imprensa e eu entendo perfeitamente até a preocupação é que de imediato surgiu àquela idéia de que: Ah, é mais uma empresa estatal! É mais uma tentativa de se fazer notícia com dinheiro público. Não é necessariamente essa a proposta.

O Presidente deixou bem claro no discurso que fez mais uma vez na posse dos novos Ministros que nós pretendemos fazer uma televisão que tenha, sobretudo, a preocupação com a coisa pública. Número 1. Em segundo lugar, que tenha com as políticas públicas. Eu costumo citar o exemplo e usei o exemplo na Câmara e volto a dizer aqui, eu ainda não vi uma matéria com mais de 5 minutos, olha que 5 minutos eu vi num programa especializado, sobre o biodiesel. No entanto, eu estive na Europa há dois meses e vi, na Itália, um programa de meia hora sobre o biodiesel. O que nós estamos pretendendo fazer aqui não é copiar sistemas internacionais de TVs públicas, porque cada país tem as suas peculiaridades, mas os exemplos que nós temos que nos debruçar sobre eles certamente estão na BBC, estão na PBS americana, estão na TV 5, francesa, que são TVs públicas, muito embora algumas com subvenções do próprio governo. Agora, nós não temos condição de fazer, por exemplo, o que a BBC faz. A BBC tem um orçamento de 12 bilhões de reais, eu traduzi para reais para ficar mais fácil. 12 bilhões por ano. Como é que acontece isso? Cobra-se uma libra, ou seja, o equivalente a, o que, talvez quatro reais, por aparelho de televisão em cada residência. Todo mundo é obrigado a pagar. Se quiser ter televisão, senão não pode ter televisão, é licença que você tem que ter para ver televisão na Inglaterra. Tem vinte mil empregados, vinte mil profissionais, oito canais. E eu não conheço ninguém com mais capacidade para fazer os mais extraordinários documentários sobre todo e qualquer assunto do que a BBC. Eles conseguem equilibrar de tal forma a sua programação, o seu conteúdo que eu não conheço um inglês que realmente diga assim: Ah, a BBC está devendo ao povo inglês ou à comunidade britânica de nações.

O sistema americano já é diferente, ele é todo patrocinado pela iniciativa privada. São contribuições que são feitas com um detalhe muito importante, quer dizer, se você contribui para o PBS americano, você desconta aquilo que você contribuiu para o Imposto de Renda o que é muito bom e muita gente faz e ela vive é disso mesmo e está muito bem. É uma belíssima televisão. Eu tenho certeza de que quem foi nos Estados Unidos já viu, principalmente na região de Boston, onde ela se origina, a base dela está em Boston, sabe o que é que é uma TV pública bem feita. Agora, qual é

o nosso modelo? Nós temos uma TV pública também muito bem estrutura do ponto de vista de conteúdo, de capacidade do nosso profissional. A TV Cultura, de São Paulo, não deixa nada a desejar. Ela tem uma belíssima programação. Já teve até muito melhor, hein. Por que TV Senado, claro. O trabalho, o serviço público que presta a TV Senado, a TV Câmara, extraordinário. Eu mandei fazer uma análise da penetração da TV Senado, ela só não tem mais audiência porque, lamentavelmente, ela ainda não está estabelecida nas principais capitais, mas vai estar, assim como a TV Câmara vai estar, certamente nas principais capitais. Mas ela é uma fonte de referência. Então, nós olhamos para essas redes de televisão e dizemos: É possível fazer alguma coisa pelo menos semelhante no Brasil? Olha, nós temos qualificação. Eu vi outro dia um programa de televisão onde alguém disse assim: “Ah, o Sr. Ministro Hélio Costa diz que nós fazemos a melhor televisão do mundo ou pelo menos uma das melhores do mundo”. Eu não disse a melhor não, mas eu disse que nós estamos entre os melhores do mundo. Eu volto a insistir que nós estamos, sim, entre os melhores do mundo.

O nosso modelo de televisão, ele chega hoje a mais de 70 países porque nós temos qualidade profissional, o nosso profissional da área de comunicação, de televisão, é muito bom. Nós competimos com qualquer televisão do mundo. No entanto aparece alguém para dizer assim: Ah, mas não é muito bom. Como não é muito bom, só porque a novela das 8, só tem a novela das 8 ou das 9 que é bom produto de televisão? Eu acho que não. Tem ótimos programas jornalísticos. Todas as redes, diga-se de passagem. Cada rede está se aprimorando nesse sentido. Documentários formidáveis. Quer dizer, nós sabemos fazer televisão. O que a gente imagina é que estes canais poderão dar um espaço muito maior para nós discutirmos assuntos de interesse nacional. Por que é que a TV Senado é tão ouvida? Porque quando você entra numa discussão como nós estamos agora ao vivo para o Brasil inteiro falando sobre a TV digital, eu vou sair daqui e durante dez dias vou encontrar as pessoas que me param no aeroporto, que me param na rua e diz: Ah, agora eu estou entendendo melhor aquela questão da TV digital que o senhor falou na TV Senado e eu acompanhei. Isso é todo dia. A toda hora eu encontro as pessoas com esse testemunho.

Então, desses quatro canais, tem um canal que é a continuidade da Radiobras. Por quê? Porque a Radiobras é um serviço importante prestado, sim, ela tem profissionais competentes, talvez não tenha tido, nesses últimos anos, recursos suficientes para poder se expandir e fazer tudo aquilo que ela tem competên-

cia para fazer. Lamentavelmente, quer dizer, ela ficou reduzida a uma presença no máximo a 25, 30% do território nacional. Ela não tem disponibilidade financeira, não tem recursos orçamentários para poder fazer a programação que gostaria de fazer, mas na medida em que você vê os outros dois pólos da TV no Brasil, a TV pública que é a TV Cultura de São Paulo e a TVE do Rio de Janeiro, você sabe que tirando dali parte da programação dessas duas redes, você pode, sim, fazer uma belíssima programação nacional. Veja só a TVE do Rio de Janeiro, ela tem um orçamento de 40 milhões de reais. Quer dizer, olha só, eu falei que a BBC tem 12 bi. A TVE do Rio tem 40 milhões por ano para fazer televisão. Ela consegue mais 40 milhões de doações, de participações voluntárias, de recursos que chegam à TVE porque, evidentemente, ela conseguiu sensibilizar grupos e pessoas, entidades, empresas para poder participar da TVE. A TV Cultura, de São Paulo, teve que partir para uma situação bem mais delicada, porque ela acaba virando uma TV comercial, muito embora o canal seja um canal educativo, que não pode fazer publicidade, ela estendeu um pouquinho o conceito do apoio cultural, que é perfeitamente autorizado em lei e, a partir daí ela consegue se sustentar. Porque durante algum tempo o governo estadual dedicou uma atenção muito especial à TV Cultura e a partir de determinado momento parece que se desencantou um pouco com o processo da TV Cultura e aí diminuiu um pouquinho o dinheiro e aí ela entrou em dificuldades financeiras. Para isso teve que se superar fazendo exatamente o que as TVs comerciais fazem. Perdão. Eu vejo que os exemplos estão colocados. A principal questão foi levantada com respeito a TV do Executivo, por que nós identificamos a Radiobras como a TV do Executivo. Pode até ter razão quem disse: Ah, a TV do Executivo é uma TV Estatal. Bom, certamente desse conceito é porque ela é financiada com recursos governamentais de orçamento. Mas será que isso é o bastante para dizer: Ah, porque é estatal vai ser ruim ou porque é estatal não tem futuro? Como se o estatal fosse sinônimo de alguma coisa errada ou ruim. E a gente deixa de olhar para frente e dizer assim: Mas a Petrobras é uma empresa estatal que tem hoje uma credibilidade no mundo inteiro em tecnologias próprias, avançadas, perfuração de poços em alto-mar. Por acaso os nossos Bancos Estatais, não são Bancos modelo? Banco do Brasil, Caixa Econômica, o próprio BNDES? Quer dizer, então nós temos algumas estruturas, a EMBRAER não foi uma empresa formada de uma empresa estatal, ainda tem, na verdade, uma Golden Cher do Governo dentro da EMBRAER. E a EMBRAER é hoje sinônimo do sucesso da indústria aeronáutica nacional.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – EMBRAPA.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – A EMBRAPA, exatamente. Quer dizer, todas as principais pesquisas na agropecuária que se faz nesse país, EMBRAPA. Eu me lembro de, dos primeiros convênios há 30, 40 anos atrás que se fazia entre a EMBRAPA, a Universidade, antiga Universidade rural do Rio de Janeiro com a Universidade de (inaudível) nos Estados Unidos. A Universidade de Viçosa com a EMBRAPA. Quer dizer, tudo isso, eu não sei, eu vejo, de uma forma diferenciada. Eu acho que o fato de ser estatal não quer dizer que vai dar errado não, pelo contrário, pode dar muito certo. A gente tem que perder essa paranóia de que o que é estatal é errado só por ser estatal. Ah, porque é dinheiro público. O dinheiro público usado corretamente, evidentemente que tem que ser considerado. E veja só, o sistema a cabo, o sistema a cabo, que vem da Lei 8977, de 1995, ele já contempla todos estes canais que o Decreto 5820 está contemplando para a TV aberta. Porque, na TV a cabo você tem obrigatoriedade de ter um canal universitário, obrigatoriedade de ter um canal da comunidade, obrigatoriedade de ter o canal do Legislativo, obrigatoriedade de ter o canal do Senado e da Câmara, Canal do Supremo e ainda tem que colocar na TV a cabo os canais abertos. Essa é a Lei do Cabo. Essa é a Lei do Cabo. Então, tudo aquilo que nós estamos propondo para a TV aberta já existe no sistema a cabo desde 1995. E nunca gerou este grande debate, esta grande discussão.

Agora, o que nós estamos pedindo é um direito de tudo aquilo que você vê no cabo, ou seja, que a elite vê no cabo, porque só tem cabo neste país quem pode pagar 50 a 70 reais por mês. Nós queremos que tudo aquilo que a elite vê no cabo, que o povão tenha direito de ver também na TV aberta. Será que é pedir demais? E com um, uma ressalva importantíssima, nós não estamos propondo um modelo estatal de canais, nós estamos propondo o seguinte: Temos viabilidade técnica de 4 canais que podem ser usados pela sociedade. Como é que vamos utilizar? Possivelmente um desses canais vai ser a continuidade da Radiobras, mas os outros três, certamente, da comunidade, da cultura e da educação, são canais da mais absoluta importância. O governo não pretende competir com ninguém não! Nós não vamos competir com a TV comercial, nós não vamos competir com a TV a cabo. Nós não vamos competir com a TV educativa. Nós estamos fazendo uma proposição. Na verdade, aqui nesta Comissão é que você Senador, você Senadora vai discutir este assunto e nos dar subsídios. E vai dizer: Olha, Ministro, leve ao Presidente a nossa idéia. Ou faça direto como o relatório final de uma ampla discussão sobre a TV pública o que é que nós podemos fazer, o que devemos fazer, o que é que o Senador e a Senadora sugere?

Essa é a proposta que nós estamos fazendo. E a mais modesta proposta foi feita pelo Ministro. Olha, nós temos, sim, viabilidade técnica de quatro canais e não precisamos esperar a implantação da TV digital, nós podemos fazer isso já, agora, neste momento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado Sr. Ministro pela explanação de todo o projeto do Ministério das Comunicações. Nós passaremos a três, três Senadores e depois o Ministro responde, depois mais três, tá bom assim? Rapidamente? Três minutos cada. Eu, o Ministro, eu como autor do, do requerimento, primeiro, segundo o vice-presidente da Comissão, Senador Marcelo Crivella e terceiro inscrito é o Senador Flexa Ribeiro, foi o primeiro a chegar.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu sou o primeiro inscrito....

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Valter Pereira está na frente? Senador Valter Pereira chegou na frente? Não, porque é ordem de chegada a lista.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Ah, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas com certeza V.Exa. está incluído aqui. Então eu faço o seguinte, Senador Valter, vou fazer o bloco de 4 e V.Exa. faz a pergunta, tá bom assim, rapidamente? Ministro, as minhas perguntas V.Exa. Já arrematou na exposição. Mas tem uma pergunta que eu gostaria de fazer que ontem, na Comissão de Educação, alguns Senadores estavam presentes, foi levantado a discussão se poderia haver uso do FUST para a educação? Essa seria a minha pergunta. Uma outra também que eu ouvi aqui que não respondeu, que na explanação de V.Exa. não foi apresentado é o seguinte: Um dos mais importantes programas de inclusão digital é a expansão do programa de internet banda larga, quais são os projetos do Ministério das Comunicações com relação ao projeto de banda larga? Passarei agora ao Senador Marcelo Crivella, vice-presidente dessa Comissão, depois Senador Flexa Ribeiro, Senador Valter. Com a palavra o Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, Sra. Senadora Ideli, senhores Senadores. Sr. Ministro. V.Exa. Hoje deu aqui uma palestra extraordinária. Acho que a diferença do craque para o perna-de-pau é que o craque faz uma jogada difícil ficar fácil e o perna-de-pau, na cara do gol chuta para fora. V.Exa. é um orgulho para essa Casa. Orgulho para o povo de Minas Gerais e para a sua cidade, Barbace-

na. Pela maneira clara como o senhor apresenta problemas complexos, difíceis. E muitas vezes a gente lê nos jornais uma página inteira falando de TV digital e no final a gente pensa que não leu nada porque não se.... Não se dá os detalhes que a gente quer saber. E V.Exa. hoje mostrou que os nossos técnicos brasileiros construíram um sistema de TV digital moderno, com o melhor que há de compressão de áudio, de vídeo, enfim, ferramentas importantes desenvolvidas em várias partes do mundo. Eu não sabia disso e fiquei muito orgulhoso de saber. V.Exa. tem tido, no governo Lula, uma atuação de destaque, nós temos acompanhado aqui. É um orgulho para nós, Senadores, e para essa Casa. Mas eu gostaria de perguntar a V.Exa., que comigo trabalhou incansavelmente, aliás, eu segui os seus passos depois até como Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que V.Exa. iniciou nessa Casa para tratarmos o problema da imigração ilegal. Como é que nós vamos fazer para alcançar os nossos milhões de brasileiros no exterior com a TV pública? Eles vão assistir por internet? Nós estaremos no satélite? Queria também que V.Exa. nos esclarecesse como é que o Ministério vê essa nova fase da TV a cabo, dos buquês, sendo transmitidos por telefones fixos.

Ouvi dizer, Sr. Ministro, V.Exa. me corrija se eu estiver errado, de que o preço vai cair, a assinatura do buquê vai vir bem mais barato porque vai ser transmitida por uma rede já instalada de telefones fixos. E por último, Sr. Ministro, V.Exa. disse que não trata de programação, o Ministério da Justiça tem lá seus parâmetros todos. Mas, há alguma.... Alguma idéia de como é que nós vamos criar ou fazer um conselho de programação para os nossos canais públicos? Morei alguns anos na África e lá também, Sr. Ministro, as televisões cobram quando a gente vai comprar na loja um aparelho, uma taxa. A gente paga quando compra e depois tem de pagar todo o ano. Esse pagamento dos anos subsequentes, as pessoas se esquecem, porque não tem muita fiscalização, tem na hora que você vai comprar a televisão. O sujeito só vende se você pagar aquela mensalidade. E, especificamente na África do Sul, são três canais, CBC1, 2 e 3, e depois abriram uma concorrência para ETV, mas funciona, como V.Exa. diz, para os padrões africanos de maneira excelente, evita-se usar concessões públicas como instrumento de manipulação de poder. O que hoje o mundo desconfia. Eu termino perguntando a V.Exa. O seguinte: V.Exa. acha que nós deveríamos transformar as concessões públicas em sociedades de capital aberto? Sociedades anônimas para que essas emissoras tivessem uma governança de transparência e publicassem seus balanços em jornais e nós pudessemos ver, por exemplo, Sr. Ministro, a influência

do capital financeiro na sua gestão e financiamento e aí vemos, muitas vezes, o porquê que determinadas redes trazem tantos pensamentos sobre privatização, sobre neoliberalismo, sobre reformas de Previdência e interesses que muitas vezes são importantes para o grande capital financeiro. Sr. Ministro, mais uma vez parabéns por V.Exa. estar aqui no Senado hoje dando esse banho de aula que o povo brasileiro teve a oportunidade de assistir e nós também na Comissão. Muito obrigado, ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Senador Crivella, e agora com três minutos também o Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Wellington Salgado, Senador Marcelo Crivella, Ministro e Senador Hélio Costa. Primeiro, uma alegria e um prazer tê-lo conosco na sua Casa em que V.Exa. nos traz, através dessa audiência, as informações que eu acho que a partir de agora vão subsidiar um debate bastante importante. Eu próprio, Presidente Wellington, vou encaminhar um requerimento à Comissão para que façamos uma audiência pública em que seja ouvido não só o governo, o Ministro que nos trouxe aqui as informações, mas a sociedade, de uma forma geral, para que a gente possa aprofundar o debate não só com relação a TV digital e muito mais em relação a TV pública. Eu teria três questionamentos a fazer ao Ministro. Primeiro, o senhor já declarou que uma das fontes de financiamento da TV pública poderia ser através das PPPs, Parcerias Público Privadas, permitindo inclusive, como V.Exa. colocou aí, o desconto do Imposto de Renda nas doações feitas ao projeto. Isso vai de encontro a todas as ações do governo através do Ministério da Fazenda. Qualquer projeto que tramite no Senado Federal que venha usar desconto do Imposto de Renda sempre é vetado pelo Governo Federal. Inclusive agora é... é importante que se veja porque toda vez que há essa.... Essa questão, há também a diminuição da... Dos recursos transferidos aos estados e municípios. Então, como é que o senhor venceria essa batalha junto ao governo para que essa TV pública pudesse ser, ter essa fonte de financiamento? V.Exa. falou na BBC, na questão do... (Soa a campainha) Dos recursos arrecadados e que correspondem a 20 bilhões de dólares ou lá na... Na Inglaterra. Lamentavelmente, a prática no Brasil e deste governo é no sentido contrário. Nós temos vários fundos que deveriam ser usados para avanços na tecnologia de informação, como é o FISTEL e o FUST e que são usados pelo governo para superávit primário com políticas de contingenciamento. Se criarmos mais um, vamos ter um novo fundo contingenciado

pelo Executivo para aumento do superávit primário. Uma outra pergunta, Ministro, o... Nós gostaríamos de saber qual o verdadeiro propósito da criação de uma TV pública, uma nova TV pública? Já que nós temos a Radiobras. V.Exa. mesmo disse, a Radiobras conta com mais de mil jornalistas e congrega duas Agências de Notícias, quatro rádios e duas TVs, entre elas um canal dedicado à divulgação das idéias do Executivo que é o NBR. Por que não fazer com que a Radiobras seja fortalecida, seja consolidada? V.Exa. disse que ela não tem recursos, que os recursos da Radiobras são insuficientes. Então, como que nós vamos propor a criação de novas TVs públicas se a que existe, ela não atende às necessidades do governo por falta de recursos? Não seria mais lógico investir no fortalecimento da Radiobras já existente? Qual seria o... Na criação da TV pública, qual seria o ato normativo do Poder Executivo na criação? Seria uma Portaria, um Decreto ou... Seria encaminhado um Projeto de Lei ao Congresso para que houvesse o debate legislativo a respeito da criação? E, por último, a pergunta não é minha, a pergunta é, chegou a mim do professor Emilson Nunes Costa, isso aí já é a.... Acho que, como V.Exa. colocou, ação da TV Senado. Ele pergunta se a TV pública como é na Europa vai ser administrada por um conselho gestor? E se a sociedade teria participação na escolha desse conselho para que ela realmente fosse uma TV pública e não mais uma TV governamental?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado. Alguma coisa a mais, Senador?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Não, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Obrigado. Inclusive é a primeira, o Senador Flexa acaba de ser incorporado a essa Comissão, com certeza uma grande aquisição para a nossa Comissão, não é isso, Senador? Com a palavra o Senador Valter que fecha esse bloco porque tem um compromisso e foi o primeiro a assinar. Diga, Senador Valter.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Isso, obrigado pelo reconhecimento. Sr. Ministro Hélio Costa, eu quero dizer o seguinte, que como seu companheiro de partido me sinto muito orgulhoso da sua conduta frente ao Ministério das Comunicações porque V.Exa., indiscutivelmente, está revelando uma extraordinária competência administrativa já que o povo brasileiro já conhecia sua competência como homem de comunicação. E hoje V.Exa. esbanja competência como administrador público. Então, ontem eu até estava ouvindo o comentário da Senadora Ideli, que ela

deixou este recinto, ela estava, ela estava diante de uma provocação, ela reagiu, ela reagiu dizendo que.... Fez um comentário sobre alguns dados positivos do governo e disse o seguinte, que essa é a forma petista de governar. E eu diria o seguinte, com muito orgulho V.Exa. mostra para o povo brasileiro a forma peemedebista de governar. Ministro, quando se fala em TV pública e qualquer meio de comunicação pública, a sociedade, principalmente os intelectuais, aqueles que acompanharam a história deste país, lembram logo do período da ditadura Vargas quando existiu o DIP e isso causa uma certa reação. No entanto, eu quero deixar muito claro que a mim esse tipo de preocupação não assalta mais porque as condições são outras. Nós temos hoje, em nosso país, uma infinidade de canais de televisão, de rádio, de sorte que o que existe hoje fartamente é um clima de competição. A TV pública, se exibir qualidade, terá audiência, se não exibir qualidade não a terá. E isso vale também para... (Soa a campainha) a TV privada, para a rádio privada, para a empresa privada. Nós estamos vivendo hoje, na área de comunicação, um clima de competição inigualável na história deste país.

Portanto, eu acredito que esse tipo de preocupação não tem cabimento nos dias que nós vivemos. Eu acho que se houvesse uma manipulação do governo no sentido de restringir as atividades das outras emisoras, aí sim, procederia esse tipo de inquietação. E isso não existe. Mas eu gostaria de fazer um comentário com V.Exa. e fazer algumas indagações sobre o programa de inclusão digital que V.Exa. tem apregoado com bastante insistência e é uma das metas do Governo Federal, é uma das metas do Presidente Lula. Indiscutivelmente a inclusão digital é a inserção da sociedade, é a inserção dos indivíduos para o exercício da cidadania e é infinito o alcance das ferramentas que V.Exa. Tem anunciado. Efetivamente, o Senador Crivella, que mostrou-se impressionado com a exposição de V.Exa. e tem razão V. Exa. porque a mim também causa impressão, sempre que eu converso sobre a área de comunicação, de telecomunicações e a área de informática porque o avanço é muito significativo. Agora, nesse programa de inclusão digital, eu gostaria de ponderar a V.Exa. algumas áreas que eu gostaria que depois V.Exa. comentasse. Por exemplo, assentamentos, aldeias indígenas, povoados da zona rural são áreas onde a inclusão digital ainda não chegou, embora já esteja nas imediações. Só para que V.Exa. tenha uma idéia, eu recebi uma ligação do Prefeito do Município de Terenos, em Mato Grosso do Sul, um município pequeno onde existem numerosos assentamentos fundiários e o Prefeito disse-me o seguinte: “Senador, eu estou recebendo do Ministério da Edu-

cação numerosos computadores que pedi, pedi para a Secretaria Nacional de Ensino à Distância, eles me mandaram os computadores e, de imediato, já vamos começar a ministrar cursos para capacitação de filhos de lavradores, de filhos de assentados, de gente simples que está estudando na zona rural. Só que está faltando uma coisa, Senador, eles vão ter acesso ao computador, mas ainda não terão o acesso à internet. Já que o senhor vai ter o contato com o Ministro, hoje, numa audiência pública leva a ele este pleito”. E ali eu comecei a refletir, Sr. Ministro, o que é que significa a internet num assentamento fundiário? Este assentamento especificamente dista da cidade cerca de 60 quilômetros, 55 a 60 quilômetros. Estradas péssimas. Agora, muitas delas estão sendo recuperadas, mas sempre que há uma chuva as estradas estragam demais. Mas veja, Sr. Ministro, o que é que isso representa? Um posto de saúde instalado num assentamento deste tem condições de fazer diagnóstico à distância, tem condições de transmitir um eletrocardiograma e exames laboratoriais à distância. Um computador, uma... Um acesso à internet numa área como essa ajuda na educação porque permite ao aluno a consulta, a pesquisa e o ensino à distância que hoje também, V.Exa. sabe muito bem que é uma menina dos olhos do Ministro da Educação. E para o produtor rural? O acesso que ele tem à cotação do boi, à cotação dos cereais, a tudo isso? Então, a inclusão digital, na minha avaliação pessoal, se pronuncia com muito mais eloquência exatamente nessas comunidades mais distantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Valter eu poderia..., pediria que V.Exa. tem um assunto tão belo...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu gostaria de indagar de V.Exa. é se nesse programa de inclusão digital não daria para incluir banda larga em todos os assentamentos fundiários e aldeias indígenas que estão distantes dos municípios para que ela venha a atender exatamente essa demanda de.... Usuários que hoje estão marginalizados do sistema digital? Essa é a indagação que eu gostaria de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Passamos agora na forma, ao término desse primeiro bloco, a palavra ao Sr. Ministro para que possa responder aos 4 Senadores. Com a palavra o senhor Sr. Ministro Hélio Costa.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Muito obrigado, Sr. Presidente. O Senador Wellington Salgado, ele se refere, na sua primeira pergunta, à questão do uso do FUST, do Fundo de Universalização das Telecomunicações na educação. Na realidade, a própria

Lei do FUST, ela prevê que 18% de todos os recursos arrecadados no FUST são aplicados nas escolas, na educação, na universalização do sistema de telefonia para as escolas. Evidentemente, escolas públicas nós estamos falando. E eu gostaria de fazer a entrega à Comissão de Comunicações do Senado de oito volumes que estão aqui nesta mesa que representam a primeira vitória do Ministério das Comunicações para realmente possibilitar a utilização dos recursos do FUST desde que o FUST foi criado em 2002. Quando a lei geral das telecomunicações de 1997 se refere ao FUST, ela ainda não vê, ela não contempla, ela não enxerga lá na frente o que é que ia acontecer na realidade no setor e não vê sequer a banda larga. Então, você não tem como utilizar os recursos do FUST para fazer expansão da banda larga, porque a lei não permite. Você, na verdade, fica com a obrigação de usar os recursos do FUST exclusivamente no sistema de telefonia fixa. No sistema fixo. Você não pode sequer fazer a extensão de redes celulares com os recursos do FUST. Então, há uma amarra na Lei do FUST, Senador, de tal forma que nós precisamos urgentemente, ou pontualmente, na Lei Geral de Telecomunicações ou através de uma proposta de uma Lei de Comunicação de massa que possa prever a convergência da radiodifusão com as telecomunicações e que nos dê condições de usar os recursos. Às vezes, o Presidente da República é acusado: Olha, o Presidente está fazendo a utilização dos recursos do FUST para o superávit primário, o Ministro da Fazenda não quer liberar o dinheiro. Não é bem isso não! É muito difícil você vencer todas as barreiras que foram impostas pela própria Lei Geral, no que diz respeito à utilização dos recursos do FUST. Olha, 5 Ministros tentaram fazer isso. Desde o Ministro Sérgio Motta que nós estamos tentando utilizar os recursos do FUST e, em seguida ao Ministro Sérgio Motta, os Ministros do Governo do Presidente Fernando Henrique e os dois Ministros que me antecederam, todos tentaram usar os recursos do FUST e não conseguiram. Porque, lá no fundo, em última análise, chegava o Tribunal de Contas e dizia: Olha, não está rigorosamente de acordo com a lei. Então, o que é que nós fizemos? Nós pegamos todos os nossos técnicos, nossos especialistas, fizemos um projeto em cima da proposta que nós obtivemos da consulta que fizemos ao Tribunal de Contas da União. Como é que nós conseguiremos usar os recursos do FUST? E essa proposta está toda aqui encadernada, já foi encaminhada ao Tribunal de Contas, já foi encaminhada à Casa Civil e à Presidência da República, esta é a única chance que nós temos de, nos próximos meses, utilizar os recursos do FUST. Aqui tem projetos na área da educação, são 8 projetos. Na área de segurança pública, na área da

saúde, evidentemente nós queremos chegar a todas as escolas. É um absurdo, nós ainda temos, hoje no Brasil, cem mil escolas que não têm telefone, telefone! São 70 mil escolas na zona urbana e 30 mil escolas na zona rural que não têm telefone! Eu vi aqui o Senador Valter se referir a internet lá no Mato Grosso, 100 mil escolas não têm telefone.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – E no caso que eu mencionei, Sr. Ministro é.... A zona rural não tem telefone. Mas... Uma vez instalada a banda larga com a internet, internet com a banda larga, quer dizer, já está resolvido o problema do próprio telefone. Indiscutivelmente já estará resolvido até o próprio...

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Eu vou ter uma resposta para o senhor, específica, no finalzinho da minha fala que eu vou me referir à sua colocação. Mas é importante ressaltar que o primeiríssimo projeto que nós encaminhamos com os recursos do FUST foi feita exatamente, se não me falha a memória aqui, em 6 de julho de 2006. Nós fechamos o primeiro projeto que era um projeto piloto de 7 milhões de reais que nós pusemos no orçamento para retirar dos recursos do FUST. Fazermos a primeira aplicação dos recursos para chegarmos a esses 8 projetos aqui. O primeiro, ele se referia à adequação das escolas com crianças com necessidades especiais para que nós possamos colocar telefones, equipamentos, rampas de acesso etc., para aqueles que têm problemas auditivos ou visuais. E sabe o que aconteceu, Senador? Eu enviei uma carta recentemente para o Presidente da Anatel pedindo a ele: Olha, aproveite a oportunidade para solicitar informações sobre o andamento das ações relativas ao projeto de atendimento aos núcleos e aos centros especiais de atendimento às pessoas com necessidades especiais encaminhado a essa Agência no dia 6 de junho de 2006, por meio de Ofício 34/2006. Sabe por que é que foi feito isto, Senador? Por que é que eu estou usando este documento aqui? É porque quem aplica os recursos do FUST não é o Ministério das Comunicações, nós fazemos a política pública, nós fazemos o projeto, Senador Crivella e encaminhamos à Anatel, ela é que tem a obrigação de pegar o dinheiro e aplicar e fazer o projeto funcionar. Então, está lá! Desde 6 de junho. Aguardando a aplicação dos recursos. Depois que fizer a aplicação desses 7 milhões, nós entramos nesse aqui. Isso aqui são 720 milhões, quase 1 bi. Possivelmente chegamos a 1 bilhão de reais para podermos fazer aplicação desses 8 aqui. Também não é o Ministério das Comunicações que aplica isto aqui, o Ministério fez o projeto, passou pelo TCU. Aprovou o projeto. Encaminhou à Casa Civil, ao Presidente da República e agora a Anatel é que vai implementar o programa. Então, tem Senador,

inclusive aqui, que diz assim: Ah, o Ministro não está fazendo a aplicação dos recursos do FUST. O Ministro está fazendo tudo o que pode. Tudo o que o Ministro pode fazer está feito, Senador. Agora, evidentemente que nós temos que cobrar aqui a aplicação, primeiro do projeto piloto de 7 milhões.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu discordo de V.Exa., Ministro. Eu acho que nós não temos que cuidar só de.... Nós temos que mudar a legislação para que o Ministério que tem a função efetivamente executiva passe a executar esses recursos, passe ao utilizar esses recursos. Porque o investimento tem que ser feito pela administração. E não pelo colegiado.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Veja só Senador, olha, eu vou um pouquinho mais além, depois que este documento é enviado eu vou ler para o senhor aqui o Decreto número 6039 de 7 de fevereiro de 2007, que aprova o plano de metas para a universalização do serviço telefônico fixo comutado em instituições de assistência às pessoas com deficiência auditiva. Este é um projeto ligado ao projeto dos 7 milhões que o Presidente da República assinou. O Decreto está assinado pelo Presidente da República. Como é que fazemos? O Presidente mandou. Isso aqui é um Decreto do Presidente da República, tem que ser cumprido! Não tem condição.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Se for, se for cotejado...

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Não é isso?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Se for cotejado, quantos discursos de críticas ao governo por que não utiliza os recursos...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente, questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Valter. Só um minutinho. Eu tenho que dar o meu voto senão vai virar um debate e as perguntas não serão respondidas.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Os inscritos não vão ter oportunidade de falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu vou colocar ordem na Casa, Sr. Ministro. Vamos voltar às perguntas, é um debate maravilhoso, Senador, por isso é que ele é empolgante, mas aí nós vamos tirar o direito dos outros senadores....

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Só o debate já justificou...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sim, mas tem os outros senadores, Senador Walter, que eu

tenho que tentar administrar. Com a palavra o Sr. Ministro para...

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Eu vou tentar também cortar um pouquinho as minhas exposições, até porque a questão que o Senador Wellington também se refere é V.Exa. Levanta e tenho certeza que os outros Senadores também têm curiosidade em saber o que é que nós estamos fazendo com relação ao projeto de internet banda larga que nós estamos já, na verdade, com o projeto em andamento. O nosso projeto é até janeiro do ano que vem, dezembro, janeiro nós estaremos presentes com pelo menos um ponto de internet banda larga em cada município brasileiro, nos 5468, se o número não me falha a memória, nós vamos estar em todos eles com um ponto de internet banda larga. Hoje nós temos, no máximo, 600 cidades brasileiras capazes de ter internet banda larga. Porque a estrutura da banda larga, o (inaudível), não chega no Brasil inteiro, ele só chega a 600 cidades. Então este acesso que nós estamos fazendo é através do satélite. Nós estamos reformando, reformulamos já completamente o projeto que se chama GSAC, que é governo eletrônico de acesso ao cidadão. Esse programa que no passado era só via satélite, agora, na nossa administração, ele passa a ser um programa satélite, mas também terrestre. Ele pode ser feito por cabo. Ele pode ser feito por rádio. Ele pode ser feito com modernas tecnologias de WiMax, Wi-Fi, todos esse sistemas de internet que nós temos sem fio. Então, através deste programa vamos chegar a todos os municípios brasileiros. Agora, o Senador Crivella, ele imediatamente faz uma referência elogiosa à minha pessoa que eu agradeço muitíssimo. Crivella é meu amigo, ele tem todo o direito de exagerar com respeito a minha biografia e eu fico muito grato pela sua atenção e seu carinho, sobretudo. Nós participamos juntos da CPI da imigração ilegal. Estivemos nos Estados Unidos juntos, vivemos o drama dos nossos brasileiros que estavam presos lá. Foi o trabalho de V.Exa. e, evidentemente, dos nossos companheiros Senadores e Deputados que pôde, naquela época, trazer mais de mil brasileiros que estavam presos nos Estados Unidos em condições não... Degradantes, mas pelo menos humilhantes. É..., e nós trouxemos de lá, como resultado da discussão feita na CPI da Imigração, o Ministério das Comunicações iniciou entendimento e já está com o Ministério das Relações Exteriores trabalhando, já resolveu a questão técnica e falta apenas uma participação da iniciativa privada para cobrir um custo que não vai chegar a dez mil reais por mês, se não encontrarmos quem queira participar, o próprio Ministério vai encontrar a forma, de nós criarmos o telefone internacional 0800 de re-

ferência de emergência para o brasileiro em situação crítica de emergência no exterior.

Então, este número já está conseguido, este número já existe na realidade. Nós já temos todo o equipamento técnico capaz. Só estamos aguardando agora a última reuniãozinha que vamos fazer entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério das Comunicações para nós anunciarmos o número do telefone que qualquer brasileiro em situação de emergência no exterior disca o 0800 nos Estados Unidos ou na Europa, evidentemente partindo do sistema 0800, ele vai chegar a um Call Center no Brasil que vai tomar as providências imediatas para esta questão. O Senador Crivella fala, evidentemente, do conceito de TV pública, mais (inaudível) o que a operadora de rede já está fazendo em alguns países, ou seja, se você chegar hoje na Inglaterra, você já não tem mais o conceito de televisão por cabo ou por satélite ou por via terrestre. Você tem um terminal de acesso na sua casa que é a sua televisão, mas é também a sua internet, é também o seu telefone, é possivelmente a extensão do seu celular. Ele vira na, verdade, um banco de informações que tudo está conduzido pelas operadoras de rede. Ou seja, em tese, pelas companhias telefônicas juntamente com as emissoras de radiodifusão e aqueles que são provedores de banda larga etc. Eventualmente, este será o sistema. Eu não vejo nenhuma outra maneira de você conduzir a revolução que se faz no sistema todo tecnológico, isto já está acontecendo nos Estados Unidos, na Europa, na Ásia e, eventualmente, inevitavelmente acontecerá aqui também. A única dificuldade que nós temos, evidentemente, é conforme eu disse, a estrutura de se fazer chegar a banda larga no país inteiro ainda é muito modesta. As empresas de telefonia fixa certamente vão ter um... Um grande investimento a fazer nessas redes principais de transmissão. É claro que nós, lá na frente, começamos a ver no fundo do túnel a possibilidade de nós utilizarmos sim os recursos do FUST para fazer a extensão dessas redes, porque sem elas nós não vamos conseguir chegar aquilo que nós propomos fazer com a grande comunicação da internet banda larga. (Soa a campainha) é... Ainda, o Senador Crivella fala sobre a possibilidade do capital aberto nas TVs públicas. Ora, eu cheguei a citar aqui na TV pública, eu cheguei a citar aqui no começo qualquer TV, de modo geral, né? Eu citei aqui no começo que a própria TV pública americana PBS, ela tem uma participação efetiva do capital. Quer dizer, se não fosse a contribuição das grandes empresas, não fosse a contribuição individual dos telespectadores que gostam da TV pública americana ela nem existiria. Então, tudo isso é possível. Mas as sugestões, conforme coloquei também antecipadamente, partem daqui. Partem

dos Senadores, partem dos Deputados, nós estamos abertos para receber todas essas observações que precisam, sim, ser feitas para nós. A TV como poder, né? Eu entendo que há aí um equilíbrio que se precisa sempre, evidentemente, observar. Eu acho que a opinião pública, a sociedade civil, todos nós podemos fiscalizar, todos nós temos instrumentos de fiscalizar. O Congresso é um instrumento de fiscalização. As próprias Agências são instrumentos de fiscalização. As entidades de classe são instrumentos de fiscalização. E o governo não quer fazer uma TV estatal a exemplos que nós temos inúmeros no país, no mundo inteiro. Quer dizer, nós não queremos esse tipo de televisão porque ficou muito bem colocado pelo Senador Crivella, pelo Senador Valter: Ou você faz uma televisão inteligente ou você não tem audiência. Veja só! A cidade de São Paulo tem 12 canais de TV abertas. Oito são vistos e quatro dão barra de audiência, traço zero de audiência, não tem ninguém vendo. O canal está no ar e ninguém está vendo.

Então, não adianta ter o canal. Tem que ter o canal com inteligência, com competência, com capacidade para produzir o que as pessoas vão ver. E hoje a rede de televisão, a TV independente, ela tem um inimigo feroz que é o controle remoto. Não está bom é só apertar. Passar para o outro canal. Isso sem contar a competição que nós já temos no cabo, porque na hora que você chega em casa ligue o seu televisor e preste atenção. Na minha tem 30 canais estrangeiros. 30 canais. De todo o tipo. De todo o país. Essas TVs todas que nós citamos aqui, BBC, Rai, (inaudível), tudo está na TV cabo, você vê o que você quiser em qualquer idioma, como quiser. Competição. Ou você faz bem, ou não tem audiência. Como é que a TV Senado é vista? Porque tem uma boa programação. Mesmo quando você não está aqui na Comissão ou no Plenário tem um bom gosto na programação que a TV Senado mostra. Evidentemente isto é que leva à audiência. Então eu espero que a gente tenha todos esses instrumentos, Senador Crivella, para podermos acompanhar, sim, até que ponto a TV pública vai ser feita com inteligência e competência sem ser necessariamente apenas um instrumento de promoção do próprio governo. O Senador Flexa Ribeiro levanta a questão da sociedade, da participação, do debate que eu acho fundamental, quer dizer, mais uma vez é o Congresso, é a sociedade civil que vai participar desse debate, vai nos oferecer sugestões. Eu fiz, sim, uma sugestão de parceria público privada porque acho que é um caminho que pode, eventualmente, lá na frente ser utilizado para você implantar um sistema de televisão pública no país. É o exemplo que nós temos, certamente nos Estados Unidos, é um pouco do

exemplo francês, tem um pouco do exemplo português. Quer dizer, cada uma dessas televisões que chegam aqui a gente sente que elas têm um amparo qualquer na estrutura privatizada. É o governo com o apoio de alguém. Nós já sentimos isso em parte em São Paulo. Quer dizer, conforme eu disse. A TV Cultura, ela tem apoio governamental, mas tem também apoio da iniciativa privada. A TVE do Rio de Janeiro, sem o apoio do governo e sem o apoio da iniciativa privada ela nem existiria. O orçamento dela é 80 milhões, 40 de um lado, 40 do outro. Então é perfeitamente viável que a gente possa fazer isso. E se a grande argumentação, o excepcional seria, conforme o senhor lembrou, se nós conseguíssemos convencer e eu estou aqui para fazer esse convencimento, ao Ministro da Fazenda de que investir na TV pública você tem pelo menos algum tipo de desconto no seu Imposto de Renda. Como, aliás, acontece em vários países. É assim na Inglaterra, é assim nos Estados Unidos. Ah, você contribui para a TV pública, desconta aquilo do Imposto de Renda. É muito? É pouco? Não sei, mas é um assunto que precisa ser conversado e eu tenho certeza que o Ministro da Fazenda vai nos receber com essa idéia, com toda a sua atenção de sempre. V.Exa. falou também sobre o FISTEL e o FUST. Era o caso específico do FISTEL, o fundo, ele é destinado exclusivamente à fiscalização. Quer dizer, então nós temos que usar os recursos para fazer a fiscalização do sistema de radio-difusão e de telecomunicações. Nós fazemos isso na realidade. Acho até que nós precisamos um pouquinho mais de recursos para aumentarmos e fazermos uma fiscalização mais inteligente. Quer dizer, tem muita gente que reclama, inclusive da própria fiscalização. A gente não tem gente suficiente para fazer isso, mas os recursos do FISTEL são destinados à fiscalização. No caso específico do FUNTEL, o recurso do FUNTEL é destinado exclusivamente a projetos de inovação tecnológica. Você não pode fazer qualquer coisa com o dinheiro do FUNTEL, você só pode fazer inovação tecnológica. Veja só que coincidência, hoje ao meio-dia no auditório do Ministério das Comunicações, nós estamos fazendo uma cerimônia com a presença do Presidente do CPQD, professor Hélio Graciosa, do Ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, porque nós vamos mostrar como é que os recursos do FUNTEL foram utilizados para o desenvolvimento de produtos nacionais, de ferramentas nacionais e que nós estamos vendendo estas ferramentas, essas invenções, essas inovações conseguidas com recursos do FUNTEL através do CPQD, estamos vendendo os direitos para as empresas privadas, particulares. Evidentemente, com o *royalt* que vai ter sempre o CPQD com os recursos do FUNTEL. A que ponto de sofisti-

cação nós já chegamos com recursos da inovação tecnológica nós criamos, inovamos, fizemos ferramentas de telecomunicações que estão sendo vendidas para as empresas de telecomunicações. E o governo fica com o *royalt*. O FUST, evidentemente, conforme eu disse aqui, está muito bem coberto, a questão levantada pelo senhor e... Eu só faço uma observação sobre a sua colocação, Senador Flexa Ribeiro. Nós não estamos propondo uma nova televisão. Nós estamos propondo e eu disse aqui, insistentemente, que nós queremos fortalecer a Radiobras exatamente dentro do conceito levantado por V.Exa., nós entendemos que a Radiobras, ela precisa ser ampliada, que ela precisa estar presente em todo o território nacional.

Acabo de conversar com o Eugênio Bucio para que a gente possa iniciar rapidamente as transmissões da TV, da Radiobras em São Paulo porque já existe o canal da Radiobras em São Paulo que não é utilizado, nós vamos começar a utilizar nas capitais como um todo. Então, é por aí mesmo! Nós temos é que pegar o que nós já temos, que profissionalmente é muito bem feito, dar mais recursos, mais atenção e fazermos uma televisão ainda melhor do que certamente já se faz. No Ato Normativo não existe absolutamente nada, o Decreto 5820, 5820, ele estabelece a criação dos canais, já existe a base legal, portanto dentro deste Decreto 5820, mas ele tem que ser normatizado no momento em que nós falamos de cada um dos canais em particular. Então, evidentemente que nós estamos aguardando, o Presidente da República está aguardando, toda a sua equipe está aguardando as sugestões que vêm do Senado, da Câmara e da sociedade civil para que nós possamos realmente dizer: Olha, os canais públicos que nós temos são esses e nós achamos, entendemos, com a observação feita pelo Congresso que é assim que a gente deve contribuir e fazer. Mas o Ato Normativo parte, evidentemente do Decreto 5820. Você se referiu ao Emilson Nunes Costa vendo a TV Senado fazendo a pergunta para V.Exa.. Nós vamos ter um conselho gestor? É mais ou menos o modelo da TV Cultura de São Paulo, é o modelo da TVE do Rio de Janeiro. Quer dizer, você através de um conselho gestor do qual a sociedade participa, através deste conselho é que você fala de conteúdo, você fala de programação. Quer dizer, as decisões são tomadas certamente por um colegiado. É por isso que ela se caracteriza, na realidade como uma TV pública. Por isso que ela não é uma TV estatal. Porque, tecnicamente, tudo é estatal. Quem tem o direito de explorar a televisão pelo art. 21 da Constituição é a União. A União ou por delegação da União a A, B, C ou D, na forma privada na, forma pública ou na forma estatal. É... O Senador Valter Pinheiro, Pereira, perdão, está

aqui, desculpe, Valter, nosso querido amigo Valter. O Senador Valter Pereira, ele começou fazendo algumas observações sobre o clima de competição e até usou uma frase aqui que eu guardei, Senador: A qualidade da programação é que leva à audiência. Não tenho a menor dúvida. Eu sou um profissional de televisão. Eu.... Reconheço que a.... a função da televisão começa por aí. Ela tem que ser pública, ela tem que ter um... um foco do serviço público, ela tem que estar preocupada com a sociedade.

Evidentemente que todas as televisões, sejam públicas, privadas, elas têm esse foco. Mas, com inteligência você faz uma programação de qualidade, com a programação de qualidade é que você consegue audiência. Porque não adianta você fazer um trabalho imenso e não ter audiência nenhuma. Acabei de citar o exemplo de São Paulo onde se tem 12 canais, 8 são vistos e 4 dão barra, então não chega apenas ter o canal, V.Exa. tem toda a razão. Eu queria também, com relação às suas preocupações iniciais em que você fala da inclusão digital, que é a inserção do indivíduo na sociedade, é sim. Por essa razão é que nós estamos fazendo deste ano de 2007 é.... a inclusão digital como carro chefe do Ministério das Comunicações. Da mesma forma que nós priorizamos a TV digital no ano passado, este ano o nosso grande projeto é a inclusão digital. Conforme disse aqui anteriormente, nós vamos estar em todos os municípios brasileiros com pelo menos um ponto de internet banda larga. Nós temos um projeto em andamento que eu não posso entrar em detalhes porque ele ainda é embrionário. Nós estamos em discussões na Casa Civil e com o Presidente da República, onde nós vamos poder usar uma enorme, vasta rede de fibras ópticas que existem, que existe no país com este sistema de internet banda larga. Nós estamos com o governo negociando a utilização desse sistema de fibra ótica que já está no Brasil há muito tempo, vocês reconhecem imediatamente a questão que eu estou levantando. Quer dizer, todas as torres de alta tensão do país têm um cabo que passa no topo desta torre que na verdade deveria ser um cabo pára-raios, mas é de 20 anos para cá, de 15 anos no mínimo para cá este cabo foi substituído por um fecho de fibra ótica que, além de ser o cabo terra, ele é também uma fibra ótica de grande capacidade. Então, nós temos uma rede extraordinária esparramada por esse país e nós estamos trabalhando no sentido de fazermos a utilização desses recursos do chamado OPGW, *Optical Ground Wire*, quer dizer, esse cabo de fibra ótica. V.Exa. falou e eu fiquei até muito.... muito emocionado aqui quando V.Exa. fala das aldeias indígenas com conexão. Porque, na semana passada, na quinta-feira da semana passada, exatamente às 14

horas eu recebi, no meu gabinete, a Ministra Marina Silva. Nós assinamos um convênio com os povos da floresta para atender a 150 comunidades indígenas com internet banda larga.

Nos locais onde não tem eletricidade nós estamos captando a eletricidade por energia solar, por placas de recepção de energia solar que abastecem os computadores, 150 comunidades indígenas em 13 estados que vão do Amapá, Amazonas, Pará, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, todos esses estados estão contemplados dentro dessa proposta com os povos das florestas onde nós já começamos a implantar o sistema por quê? Porque na reformulação que nós fizemos do GSAC onde ele era utilizado nas capitais, nas cidades, onde você tinha conexão por cabos, ou por rádio, nós tiramos esses pontos do GSAC, que era via satélite, da cidade, colocamos o cabo naquele ponto e pegamos o satélite e levamos lá para a fronteira do Brasil, lá no meio da floresta amazônica para atender os povos da floresta. Eu vou incluir nesse projeto e tenho certeza que a Ministra Marina Silva vai convidar, vai concordar comigo essas zonas rurais que são prejudicadas também no procedimento. Muito embora é... com o projeto que nós temos de expansão do sistema de telefonia celular, que já começa a... a se movimentar, especialmente estou dando como exemplo Minas Gerais, onde no máximo em dois anos todos os 853 municípios estarão cobertos com telefonia celular, a partir da telefonia celular nós vamos poder fazer a conexão de alta velocidade de internet. Então, essa situação de penúria, Senador Walter, está por pouco tempo, se Deus quiser no máximo em dois anos nós vamos cobrir todas essas dificuldades técnicas que existem. O senhor falou também do Prefeito de Terenos que ele colocou essa situação, ele já tem os computadores e, lamentavelmente, não tem a conexão. Essa é a missão do Ministério das Comunicações. O Ministério das Comunicações faz a conexão. Quer dizer, o MEC vai lá e dá o computador. Você tem o Ministério da Cultura que vai lá e coloca um telecentro e quem faz a conexão internet banda larga? Ah, quem faz a conexão é o Ministério das comunicações. Então fale com o seu Prefeito para entrar em contato com o Ministério das comunicações, porque é nossa obrigação na medida em que nós temos implantado um sistema de tele centros, não adianta ter o computador se ele não está ligado à internet. Você tem que ligar à internet é o que nós vamos fazer com o maior carinho, com o maior cuidado.

Nós estamos com alguns projetos que são absolutamente importantes. O caso de Tiradentes, por exemplo, que eu gostaria de convidar, eu cheguei a convidar inclusive jornalistas e alguns Deputados para

fazer uma visita a Tiradentes. Ficou tão grande a visita que os nossos companheiros pediram para fazer um outro dia para poder acomodar todo mundo. Mas, Senador, é uma cidade de dez mil habitantes que recebe 3, 4 mil pessoas turistas pelo fim-de-semana e nós já temos lá um projeto de internet sem fio. Então você chega na cidade histórica como Tiradentes, senta no centro da cidade, com o seu *lap top*, bota no joelho, abriu está conectado na internet banda larga. Nós estamos fazendo isso agora em seis outras cidades no país inteiro. Começando lá do Norte até o sul. É o projeto nosso de fazer com que a internet realmente seja massificada no país, porque é, sem dúvida nenhuma, o grande instrumento de inclusão social é a inclusão digital. Sem contar, evidentemente, do que ela traz de recursos extraordinários. Eu quando citei Tiradentes, é porque você chega numa cidadezinha do interior de Minas Gerais onde agora com a internet banda larga você vai ver o padeiro de Tiradentes trocando receitas de pães com o padeiro em Paris, na França. Ou você vai pegar uma criança que estava com uma pneumonia e o médico foi lá, fez uma chapa que é transmitida via internet para São Paulo, onde um especialista vê a chapa, devolve 15 minutos depois e diz: Olha tem que internar imediatamente ou não precisa internar e o remédio é esse que tem que se prescrever para a criança. Então, eu, lamentavelmente, eu gostaria de ficar aqui falando muito mais, mas, infelizmente, eu tenho que dar a oportunidade para que os senhores Senadores possam continuar com suas perguntas, que eu fico muito honrado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Ministro, muito esclarecedor não só a resposta como também a explanação inicial, mas nós temos mais dois Senadores inscritos. Que é o Senador Cícero Lucena e o Senador Casagrande. Queria anunciar aqui também a presença do Deputado Federal Wladimir Costa, membro da Comissão de Comunicação da Câmara, do PMDB do Pará, é um prazer tê-lo aqui Wlad. Com a palavra o Senador Cícero Lucena, depois o Senador Casagrande.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sr. Ministro Hélio Costa, Presidente e vice-presidente desta Comissão, demais Senadores. Eu tenho por formação ao participar de um debate não, não estabelecer no princípio do debate sobre qualquer assunto, preconceitos, mas sim aberto para o convencimento e para os argumentos. Em relação a TV pública, obviamente que quando se defende se cita apenas os exemplos exitosos. Quando se é contra cita os exemplos contrários. E, obviamente, que na sua fala, na fala do Exmo. Sr. Ministro ele deixou de uma forma muito transparen-

te que esta Comissão e o Congresso como um todo é que terá a responsabilidade maior na definição que TV pública nós queremos e se queremos. Obviamente que estaremos trabalhando para buscar a perfeição da TV pública se for o caso, na sua implantação. Para mim também foi esclarecedor que não estaríamos criando apenas mais uma TV e sim e esse era o meu questionamento que foi feito pelo Senador Flexa, mas já devidamente respondido pelo senhor que era o aprimoramento da estrutura de comunicação que hoje pública nós já temos, a exemplo da Radiobras com as suas ramificações. Mas eu acho que com relação a TV pública, para mim ficou claro, se nós queremos uma TV a la Venezuela ou se nós queremos uma TV nos padrões democráticos europeus e americano. Eu acho que isso, o processo da discussão vai devidamente definir, inclusive as formas de recursos e a grade, vamos dizer assim de exibição. Agora, para mim, quando se fala em criar recursos, criar incentivo... (Soa a campainha) como foi proposto aqui, da participação público privada e como incentivo o Imposto de Renda, eu particularmente já me posiciono contra. Contra pela minha formação municipalista e pela experiência de Prefeito e de ex-governador que efetivamente nós temos uma discussão maior em relação que é o pacto federativo pela concentração dos recursos à mão da União e mal distribuído principalmente para os estados que precisam desses recursos que estão cumprindo a sua obrigação de rolagem de dívida, de pagamento de dívidas do passado, mas que precisa ter também alavancado é... os recursos para que possa cumprir com as atribuições que lhe foram delegadas pela Constituição de 88. Mas eu teria, e vejo aqui, me permita só se for possível o senhor me responder para que eu possa desenvolver o raciocínio, não querendo propor um debate quebrando o procedimento. É que o senhor colocou de uma forma muito clara de que está num esforço e citou inclusive a aldeia indígena, um esforço de levar a banda larga para todos os municípios. Hoje são cerca de 600 que têm esse acesso, mas a pretensão correta do Ministério é de chegar a todos os municípios. O senhor poderia ter uma idéia ou dizer quanto custaria isso, só próximo que eu possa desenvolver o raciocínio? Obviamente, por ordem de grandeza.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Sim, Senador, seria praticamente impossível eu fazer uma projeção do quanto vai custar chegar com cada um dos pontos, eventualmente em dois, três anos em todo o território nacional. Eu posso dizer o que nós temos de recursos orçamentários este ano e nós pretendemos fazer a chegada de um ponto de internet, principalmente em uma escola pública, nós podemos chegar aí na ordem de, aproximadamente, cem milhões de reais. Nós es-

tamos já no procedimento da licitação nesse sentido, estes recursos já existem no orçamento porque há um programa que vem desde o governo Fernando Henrique que se chama GSAC, governo eletrônico de sistema de apoio ao cidadão. Este programa já tem 3200 pontos instalados em todo o país. O que é que aconteceu com esses pontos? É que pelo menos metade deles estavam em regiões urbanas que poderiam ser cobertas pelo cabo, que é muito mais barato, ou pelo rádio. Nós pegamos estes pontos que estavam nas cidades, substituímos e levamos para as cidades do interior. Então, o custo é bem menor do que poderia ser. Nós, de 3200 até o final do ano, nós vamos chegar a pelo menos a 5000 pontos, 5200 pontos aproximadamente. Sempre através da escola pública. O nosso ponto é a escola pública. Nós já temos por base, na realidade, 16 mil escolas públicas no país inteiro que são prioridade absoluta. Nós não vamos ficar apenas nos 5800. Nós vamos chegar num programa conjunto com o Ministério da Educação, que faz parte inclusive do PAC, dos 8 bilhões que o governo anunciou para a educação, em conjunto com o Ministério das Comunicações. O MEC vai lá, coloca a estrutura e o Ministério das Comunicações vem e faz a conexão.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Pois não, Ministro. Me ajuda no desenvolver do raciocínio. Até porque, como Prefeito que fui da Cidade de João Pessoa, eu priorizei a informática nas escolas como também na área de saúde que o senhor fez referência aí, enfim, a aplicação, ela é muito ampla e importante. E eu consegui colocar, em 92 escolas no município de João Pessoa, não tive a oportunidade de ter a parceria com o Ministério da Comunicação. E eu sei da importância disso, primeiro na parte administrativa, onde você dota a escola de um melhor gerenciamento com a informática da parte pedagógica, porque você proporciona, além dos programas que você compra com acesso aos professores, com a internet você abre a porta do mundo do saber, mas também do controle do acesso das escolas, já que nós fornecíamos a carteira de estudante gratuitamente a todos os alunos da rede municipal e ao passar na catraca ou no acesso inicial da escola o projeto levava você a identificar a presença do aluno com uma série de desdobramentos, desde futuramente, se fosse conveniente, evitar a chamada na sala de aula, ganhando aquele tempo para a educação, ao controle da evasão escolar, que aí você tinha relatório semanal que podia referenciar os alunos que mais estavam faltando e uma Comissão ia à casa desse aluno para saber se tinha alguma razão que justificasse essa ausência na escola, questão de segurança, até mesmo se um dia o usuário da escola pública tivesse o acesso ao telefone, poder os pais

ser avisados se o filho entrou ou não na escola. Então, os avanços tecnológicos, sem dúvida nenhuma, bem utilizados, será de uma valia muito grande para esse programa, problema sério que nós temos no país que é a educação. Mas, eu tenho vamos dizer e entendo nesse projeto que como o senhor bem disse, hoje usa às vezes um custo maior de um ponto quando poderia estar usando o sistema convencional. Mas, sem dúvida nenhuma, a busca de encontrar alternativa mais barata e mais eficiente é um papel do Ministério que deve estar desenvolvendo nesse caminho. Mas, sem dúvida nenhuma, voltando à questão do FUST, o que é que ocorre? Para mim ficou muito claro e não vou estender nessa audiência até porque nós precisamos aprofundar um estudo técnico que foi feito pelo Ministério que, pelo que eu entendi, nesses volumes está propondo mudanças, está certo, na legislação, na condição autorizativa...

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Não, perdão, Senador, estes volumes, eles atendem à lei como ela está. Ele pode ser executado.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Isso.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Ele está pronto para ser executado. Nós estamos também propondo mudanças pontuais na lei para facilitar a utilização dos recursos com instrumentos modernos de comunicação conforme eu citei, a própria banda larga é um deles.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Pronto, então eu entendi como parte do que poderia até consultando o Tribunal de Contas e que há a necessidade, está certo, da.... do aprimoramento, vamos dizer assim, não vamos só fazer a crítica ao FUST, porque eu acho que ele é importante, podemos fazer a crítica pela não utilização e sendo utilizado é como superávit. Até porque existiam caminhos que poderiam ser aplicados como o senhor acaba de demonstrar através desses volumes. Então, eu acho que cabe a essa Comissão, cabe a essa Casa se debruçar, de forma rápida no debate democrático para que nós possamos aprimorar porque, sem dúvida nenhuma, entre, se for o caso de propor, por exemplo, a universalização do acesso nos municípios. Porque o senhor fez referência a cem mil escolas que não têm ainda telefone. Então, isso deve ser um caminho prioritário. Mas o município, como um todo, até para que outros projetos da área de saúde, para a área de segurança, que cada vez mais há uma demanda da tecnologia, possa estar contemplado. Então, embora a escola seja importante, mas o município, como é a comunidade indígena, como são os rincões desse país, possam estar devidamente contemplados. Então, eu acho que nós devemos centrar os nossos esforços para ajudar a flexibilização ou

o melhor ordenamento do uso do recurso que existe. O senhor está falando em cem milhões no orçamento quando nós temos cerca de quatro bilhões no fundo que poderia estar ajudando na eficiência do Ministério da Comunicação. E por fim, Presidente, me alongando, que não é do meu costume, mas pela importância do tema, eu colocaria uma preocupação e gostaria de ouvir do Sr. Ministro, o que o Ministério acha disso. Nós sabemos da força da comunicação. Nós sabemos da importância dos veículos de comunicação, quer seja televisão, quer seja jornal, quer seja rádio. Os jornais não são concessões públicas, mas rádio e TV sim. Qual é o posicionamento do Ministério na perspectiva e na possibilidade que começa a se consolidar no país da concentração dos veículos de comunicação, de redes de comunicação que detenha o controle da TV, de um jornal, de sistemas de rádio, várias rádios em cadeias e, conseqüentemente, podendo usar, embora respeitando a concorrência, mas quem tem eficiência pode usar não muito.... vamos dizer assim, ao bem do processo democrático, principalmente em período eleitoral. Muito obrigado e desculpe por me estender.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu queria passar, não sei se vai ser por último, porque eu queria perguntar se o Deputado Wladimir Costa queria fazer uso do palavra em retribuição ao que o Presidente da comissão de V.Exa., Deputado Júlio Semeghini me deu a palavra quando eu visitei a Comissão de V.Exa. Queria saber se V.Exa., após o Renato Casagrande, o Senador Renato Casagrande, gostaria de fazer uso da palavra?

DEPUTADO WLADIMIR COSTA (PMDB-PA) – Positivo, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ok, depois do Senador Renato Casagrande. Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Sr. Presidente, Senador Wellington, Sr. Ministro Hélio Costa. Quero só fazer o agradecimento da sua vinda à nossa Comissão. Eu.... não acompanhei a audiência por que eu tinha já um compromisso anteriormente marcado não vou fazer pergunta porque pode ser que eu repita a pergunta e fica uma coisa chata, entendeu? Então pode ficar um pouco ridículo, mas só fazer a manifestação da minha.... da minha alegria de tê-lo aqui e me colocar à sua disposição, o senhor que é Senador da República, conhece muito bem essa Casa, me colocar à sua disposição é fazer também da minha posição a posição que já ouvi de alguns parlamentares, nós temos um recurso a ser usado no aperfeiçoamento e na universalização da comunicação e o recurso não está

sendo usado. O senhor está dizendo que tem um estudo de proposta de alteração legal. Também diversas propostas de alteração legal já foram apresentadas aqui no Senado e na Câmara, mas nós precisávamos de um prazo, Ministro, porque essas propostas o que senhor desenvolveu são propostas que estão aonde? Estão na Casa Civil para ser encaminhada ao Congresso Nacional? Por que a demanda de utilização de recursos nessa área é uma demanda necessária que nós temos hoje e o governo tem usado recursos certamente para compor o superávit primário que nós precisamos de ter, mas chegou a hora de nós, de fato, estendermos a todas as regiões brasileiras as tecnologias disponíveis aí para que os brasileiros possam se comunicar. Então, eu compreendo que tem por parte do governo visões distintas com relação ao tempo e a hora de fazer a utilização desses recursos, o Ministro encaminhou a proposta de alteração legal para que nós possamos usar todo o recurso, ou usar o recurso em todas as tecnologias disponíveis. Não dá para usar recurso só para a expansão de telefonia fixa porque essa já foi feita na verdade. Então eu acho que a única questão que precisa ficar mais clara da hora que eu cheguei até o momento é que tem uma proposta, onde está esta proposta, por que é que não foi encaminhada ainda para o Congresso Nacional? Obrigada, Ministro, por sua presença aqui conosco.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senadora Rosalba não quer fazer uso da palavra, então eu vou passar ao Deputado Wladimir em retribuição a grande atenção da comissão de V.Exa. quando visitamos a comissão de comunicação na Câmara, com a palavra o Deputado Wladimir.

DEPUTADO WLADIMIR COSTA (PMDB-PA) – Muito obrigado, Deputado Wellington, saudações paraenses a você e ao nobre Ministro das comunicações e não foi só um ato de gentileza é porque você é uma pessoa muito querida, lá na Câmara, por todos nós parlamentares e todos os membros da comissão de ciência e tecnologia, onde recentemente tivemos o privilégio de receber a visita do nobre Sr. Ministro Hélio Costa onde fez uma, vários esclarecimentos extremamente importantes. Quem dera que todos os Ministros, ao assumirem pastas de respectivos Ministérios no nosso país, fossem especialistas dentro da... dos Ministérios, não é? E o Sr. Ministro Hélio Costa é um profissional aplicado, já foi correspondente, acho que ainda sente muito falta ainda, né? Porque antigamente eu acho que a vida era muito menos atribulada para ele porque não é fácil administrar os destinos do Ministério das comunicações, dadas as suas complexidades, né? Situações. Tantos empecilhos no

mundo da comunicação. E hoje a gente observa que dada esta qualificação e esse preparo profissional do Sr. Ministro Hélio Costa, toda essa atividade profissional aí ao longo de presumivelmente acho que umas três décadas, apesar de ainda ser muito jovem, então, hoje a gente observa que, graças a Deus, a TV pública é uma grande realidade. Eu acho que as pessoas que criticam nós respeitamos, é um ato democrático. Mas as pessoas criticam porque precisavam se embasar um pouquinho mais da importância da TV pública no nosso país. O que ela vai representar do contexto cultural, na prática da responsabilidade social, a chegada da TV digital? Onde as pessoas de baixo poder aquisitivo vão poder interagir, vão poder se profissionalizar, vão poder se aculturar.

Enfim, um avanço de extrema importância. Hoje com a velocidade da comunicação. Hoje a internet está aí. Hoje nós temos jornalistas que, em tempo real, estão aqui na audiência pública e já estão com seus *notebooks* em tempo real já despachando matérias para todo o planeta. Isso é extremamente fantástico. E o nosso, o nosso Ministério das Comunicações hoje, no rumo certo, no rumo da comunicação, dando a oportunidade para que um pobre tenha direito a usufruir de uma linha telefônica através da tarifa social. Onde tribos indígenas, porque hoje os nossos índios já não são mais tão desaculturados não. Hoje o índio, tem índio que pilota avião, tem índio que fala inglês, que fala francês, que é poliglota. E eles querem também internet, eles querem cada vez mais avançar os seus conhecimentos. Hoje, nas escolas públicas, dada as suas precariedades, mas há este compromisso. Tanto dinheiro depositado. Tantos bilhões depositados quando se pode pegar uma boa fatia desse dinheiro e aplicar em favor dos alunos das escolas públicas. E hoje o Ministério das Comunicações, ele tem um rumo e ele tem um Norte. Um Norte de melhorar, de ajudar a qualificar aquelas pessoas que não tinham acesso à cultura. Então isso é uma coisa muito boa. Isso é digno de orgulho, eu sonho com a chegada da TV digital. Eu sonho com a chegada da TV pública. Não só pelo que ela vai representar no contexto cultural, no contexto de programação, mas pelos milhares de empregos que vão ser oferecidos aos profissionais de comunicação, aos jornalistas, repórteres, comunicadores, locutores, entrevistadores, técnicos, operadores, enfim. Eu só tenho a ovacionar a atitude do Ministério das comunicações, ao governo Lula, que tem dado subsídios, tem dado oportunidade para que o Sr. Ministro Hélio Costa coloque em prática os seus projetos tão sonhados que, fundamentalmente, vão colaborar nas políticas públicas e vão colaborar para o engrandecimento do nosso país. E na hora de nós criticarmos, nós estamos aptos

a criticar. Mas nesse momento nós estamos aqui para elogiar, com certeza, o Ministério das Comunicações. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Deputado. Para quem não conhece o Deputado é um grande comunicador no Pará, é uma audiência estupenda. Então, é nada mais do que uma, um jornalista para outro jornalista que além de jornalista, Senador, Ministro.

DEPUTADO WLADIMIR COSTA (PMDB-PA) – Eu só não tenho o privilégio de ser jornalista, eu sou radialista. (Risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Radialista. Com a palavra agora a Senadora Rosalba resolveu dar o ar da sua graça, digamos assim, com a palavra Senadora.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (PFL-RN) – Obrigada, Presidente, por nos conceder essa oportunidade. Eu gostaria, Sr. Ministro, de colocar nosso respeito, admiração pelo seu trabalho que acho que todo o brasileiro conhece antes mesmo de o senhor ser Ministro. Mas eu acho que até talvez eu esteja sendo repetitiva, mas é uma preocupação. Quando se falou em TV pública, a primeira interrogação que nos veio por que uma TV pública se nós temos já, no nosso país, TVs universitárias, de cultura que com mais apoio, mais fortalecimento, com certeza, já fazem um grande trabalho, poderiam realmente fazer um trabalho ainda maior. Mas, dentro desse Norte acho que os nossos pensamentos estão caminhando iguais já que sinto que há uma intenção de que essa TV pública seja realmente feita através da valorização das TVs universitárias e de cultura. E que isso realmente daria um sentido de que essa TV seria uma TV plural, não com um sentido de que ela venha a retratar apenas um pensamento e uma posição que coloque apenas a fazer desde as escolas uma... um ensinamento, podemos assim dizer, porque a TV é o ensinamento. A gente tem visto, quando as TVs e aqui eu quero até fazer uma referência a questões que nós temos assistido através de novelas, que despertam a população nas questões dos deficientes, de down e de tantas outras questões. Então a TV tem hoje um papel fundamental na vida dos brasileiros. Nós que caminhamos pelo interior e pelas cidades mais distantes vemos o quanto hoje, naquelas casinhas mais simples, mais pobres é o primeiro bem de consumo, sonho de todos eles e você vê milhares e milhares de antenas parabólicas para que eles... (Soa a campainha) Possam ter acesso a TV.

Então, eu acho que esse é o veículo de comunicação hoje o mais forte, mais poderoso e que nós

que queremos um Brasil onde realmente os direitos do cidadão sejam, sejam preservados, sejam defendidos, onde a democracia seja forte, democracia é convivência de contrários, são opiniões diversas que podem convergir para o melhor para o nosso país. Então, a nossa preocupação passa exatamente por aí. É que nós entendemos que essa TV, ela não pode jamais expressar apenas o pensamento de governistas ou de qualquer partido, ela tem que ser uma TV aberta ao sentimento, às posições, às reivindicações de que esta nação vive nos seus mais, nas suas mais diferentes regiões. Dentro dessa conjuntura plural que é o nosso país. Então, fica aqui a nossa preocupação quanto a uma TV pública que não expresse a pluralidade, a diversidade, a força que tem o nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado Senadora Rosalba. Gostaria agora de passar a palavra ao Senador Hélio Costa, Sr. Ministro Hélio Costa para responder aos demais Senadores e as suas considerações finais, Ministro, para essa maravilhosa audiência pública do qual nós estamos presentes. Com a palavra o Sr. Ministro Hélio Costa.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Muito obrigado, Senador Wellington. Em primeiro lugar eu quero agradecer a colaboração do Senador Cícero Lucena, que com a sua experiência de Prefeito de uma grande cidade, Governador de um grande Estado, conhecedor das situações que cada um de nós vive no seu Estado e a importância da integração que eu vejo que vá ser feita agora pela inclusão digital. Tão importante quanto a integração social, a inclusão digital, ela vai unir as pessoas, ela vai... impulsionar as sociedades, as comunidades. Então, V.Exa. tem preocupações. Evidentemente que a nossa proposta, Senador Lucena, é sim um modelo europeu. A nossa idéia de TV pública passa por aí. Até porque, ela.... Ela é mais isenta, ela é mais profissional, ela é mais é.... Competente. Eu vivi na Inglaterra, vivi algum tempo na França. Tenho certeza de que estou me reportando a alguns exemplos que devem servir de base para a nossa TV pública. O que nós tentamos fazer, já como TV pública no país, passa por isso. Eu sempre cito o exemplo da TV Cultura de São Paulo, porque a TV Cultura, de São Paulo, ela é realmente uma boa proposta a seguir dentro de um conteúdo inteligente, profissionalismo bem adequado às situações e, evidentemente, mesmo sendo uma TV patrocinada por recursos públicos, ela soube manter o seu equilíbrio, a sua eficiência com programação inteligente. Quando eu me referi à utilização de incentivos fiscais, evidentemente é apenas uma proposta. O próprio governo tem mais ou menos a reação que V.Exa. teve porque quem já foi Prefeito e sabe das dificuldades

de cada vez dividir ainda mais os recursos públicos, eu que tenho inclusive propostas aqui no Senado, nos dois primeiros anos que passei aqui com respeito as dívidas dos Estados nós citávamos sempre o art. 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal que amarrou de tal maneira essa discussão da dívida dos Estados que a gente não consegue ir a lugar nenhum e elas, hoje, representam para nós, em cada estado da federação, um peso fortíssimo, dinheiros que poderiam estar sendo usados, evidentemente, na saúde, na educação, numa série de coisas.

Então, eu comungo com a sua preocupação, muito embora faça a sugestão porque ela pode ter uma aceitação que vai ajudar, de certo modo, sem prejudicar. Quer dizer, quando eu digo assim: Olha, o incentivo fiscal, ele não é necessariamente uma situação tão simples quanto eu determinar no orçamento um recurso que vai ser usado para esse fim. Eu acho que se uma empresa tem uma colaboração a dar, ela pode dar, se ela tiver um incentivo fiscal, ela pode contribuir mais. É a única proposta que eu tenho feito nesse sentido. Nós vamos, sim, trabalhar para que a banda larga chegue a todos os municípios. Nós citamos aqui os projetos que nós temos, os exemplos que já demos e eu acho que em todo o país nós estamos vendo essa movimentação, essa verdadeira é..., destinação de recursos e esforços e idéias para a implantação da internet banda larga. Eu na semana passada, não sei se na segunda ou na terça-feira, eu acompanhava pela internet, nos Estados Unidos, esta semana estão sendo colocados como investimento público e privado 25 bilhões de dólares para dotar todas as cidades americanas de estrutura de internet banda larga na grande maioria delas já pela tecnologia sem fio. Na Europa, a mesma coisa. No Japão, a mesma coisa. Quer dizer, nós estamos no limiar de uma grande transformação da sociedade através da inclusão digital e é por essa razão que a gente insiste tanto, que a gente fala tanto, que o Brasil não pode perder o ritmo que nós já estamos vendo nos Estados Unidos, na Europa etc. E, certamente, se Deus quiser, nós vamos conseguir chegar lá. Eu gostaria de citar dois exemplos de como é que nós estamos já em condições de usar o FUST porque um projeto que sensibiliza a todos, e ele está aqui, é o projeto que interliga as Delegacias de Polícia no Brasil inteiro. É o projeto da segurança nacional que passa por aí. Quer dizer, quando as Delegacias de Polícia, a Polícia Federal, a Polícia Estadual, todo o sistema de segurança vai poder se conectar. Porque, na realidade, falta isso no momento para a segurança nacional. Como? Isso está projetado, já está autorizado, passado pelo TCU, já foi encaminhado, este projeto já está na Casa Civil e, evidentemente, agora precisa

de um Decreto do Presidente da República. Mas, nós estamos amarrados no Decreto anterior. Quer dizer, foi assinado um Decreto pelo Presidente da República em junho, autorizando a execução do primeiro projeto piloto, nós estabelecemos assim. Primeiro projeto piloto. O segundo é esse aqui.

Então, nós precisamos implantar o projeto piloto que só depende, exclusivamente, da Anatel, mais ninguém. Eu vou acabar na, realidade, entrando na resposta que V.Exa. me colocou para responder. Nós temos também, Senador Lucena, um exemplo interessante do que nós podemos fazer com idéias que nós estamos tentando implementar através do Ministério das Comunicações. Veja só, a lei diz que a universalização tem que ser feita pelas empresas de telefonia fixa. E às vezes nós esbarramos na seguinte situação, a empresa vai lá no estado da Paraíba, no interior da Paraíba, diz assim: Olha eu vou botar telefone aqui nessa cidadezinha. Aí ela chega e diz: Olha, eu estou cumprindo a meta de universalização. Estou oferecendo telefone a todo mundo nesta cidade, a 40 reais por mês. Evidente que ninguém pode comprar mais telefone a 40 reais por mês. Ele cumpriu a lei. Eu não posso mais cobrar dele a universalização naquela cidade, porque ele foi lá, ofereceu o telefone, ninguém quis. Por quê? 40 reais. Quem é que no interior da Paraíba pode gastar 40 reais por mês para ter um telefone fixo em casa? Esses são os problemas que nós temos que resolver na discussão da Lei Geral de Comunicação ou então, pontualmente, na Lei Geral de Telecomunicações, resolvendo essas pequenas questões. Da mesma forma, nós temos algumas idéias. A gente vai tentando mudar alguns conceitos. Por exemplo, as companhias telefônicas têm uma obrigação de instalar, me parece que até dezembro deste ano, os chamados postos de serviços de telefonia. Ela tem obrigação, pela Lei Geral de Comunicação. Quer dizer, ela é uma obrigação imposta às empresas que receberam as concessões da telefonia fixa.

Então, ela tem de botar aquele telefone. Nós chegamos a conclusão de que em muitos casos esses telefones, esses postos, esses PSTS, eles são obrigados a funcionar 24 horas por dia e é totalmente desnecessário que ele funcione de meia-noite às quatro, por exemplo, em determinadas regiões. Fizemos uma proposta que foi engendrada pelo nosso secretário de telecomunicações, Dr. Roberto Pinto Martins, onde a proposta é a seguinte: Olha, ao invés de você fazer 24 horas de cobertura no PST, nós queremos que você use este dinheiro para fazer banda larga nas escolas da região. Você concorda em substituir um programa pelo outro? Essa proposta foi aceita pelas companhias telefônicas. Ela certamente vai ser um grande impacto

na região Norte e Nordeste do país, porque ao invés de termos uma coisa funcionando de meia-noite às quatro, nós vamos ter mais possibilidades de implantação da internet banda larga nas escolas públicas. E eu falo um pouquinho também sobre a concentração que V.Exa. cita das redes de televisão. Eu entendo que quando a gente fala da rede pública de televisão ela vem inclusive para poder ajudar a minimizar este impacto da concentração que nós vemos hoje nas redes de televisão privadas nacionais.

Evidentemente que o sistema de televisão digital também vem corrigir essa distorção porque pelos nossos cálculos técnicos feito no Ministério das Comunicações, quando nós tivermos o sistema internet, perdão, o sistema de TV digital implantado no país inteiro e você atender a todas as redes de televisão e a todas as emissoras independentes no Brasil inteiro, quando todos estiverem sendo atendidos com o canal digital, ainda assim nós teremos 80% de todos os canais digitais livres para serem outorgados. Para serem licitados. Quer dizer, a utilização do espectro digital vai utilizar menos de 20% do sistema digital. Então, realmente é uma grande revolução. Você vai ter condições de, em toda e qualquer comunidade, implantar um sistema de televisão. Você vai ter como utilizar a televisão como uma ferramenta de educação, de saúde, de integração etc. Então, nós priorizamos a implantação da TV digital, foi exatamente porque sabemos dos recursos que ela pode oferecer. O Senador Renato Casagrande, eu praticamente já respondi a sua pergunta, Senador, na verdade o Ministério das Comunicações é responsável pela política pública, nós estabelecemos o caminho. Nós fazemos o projeto. Nós, quando, com o cuidado que queremos ter, vamos ao Tribunal de Contas da União e perguntamos: é assim que eu posso fazer? O que eu estou tentando evitar é que eu passe por todo o procedimento de fazer o projeto e chegar lá na ponta e o Tribunal dizer assim: É, mas não vou te autorizar usar o dinheiro dessa forma. Então, nós fizemos assim uma espécie de projeto Agatha Christi que eu chamo: Mate o vilão e depois vem mostrando como é que se chegou ao assassinato dele para acobertar o crime. É assim que se faz nos romances da Agatha Christi, então está aqui. O vilão é esse aqui. Como é que eu encontro uma maneira de evitar esse transtorno no fim da pista? Aí o Tribunal foi nos dando informações, subsídios. Evidentemente que fez uma série de observações que nós cumprimos nesses últimos meses e os projetos estão ali. Então, quando nós...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Dentro do atual espectro legal?

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Sim, perfeitamente. Então o que nós fizemos? O primeiro projeto

que foi o projeto piloto, conforme eu disse, que tem verba orçamentária, ele foi todo planejado, preparado, submetemos ao Tribunal de Contas e enviamos ao Presidente da República. O Presidente da República assinou o decreto, o decreto, eu cheguei a citar aqui é o Decreto 6039, de Quando? Decreto de 16 de julho de 97. Isto aqui está prontinho para ser executado. Perdão, eu errei a data. O Decreto do Presidente da República é de 7 de fevereiro de 2007. Então, desde esta data que nós estamos prontos para executar o primeiro projeto piloto com os recursos do FUST. Feito isso, nós temos mais 8 projetos elaborados, prontos, enviados ao Tribunal de Contas para a supervisão. Eu fui pessoalmente visitar o Presidente do Tribunal de Contas e o Ministro Relator, que é o Ministro Ubiratan Aguiar. Aprovados os 8 projetos, enviamos à Casa Civil. Estamos aguardando para, a qualquer momento, um Decreto semelhante a este aqui para os 8 projetos. Assim que nós executarmos... (Soa a campainha) O projeto 1 nós passamos para o conjunto de 8 projetos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Ministro, desculpa minha insistência. O senhor está fazendo os projetos dentro daquilo que a legislação lhe permite hoje?

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Isso. Perfeito.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Está certo. O senhor disse que tem proposta de alteração da lei para permitir que o recurso seja utilizado também em... outras atividades para fazer chegar as novas tecnologias à população?

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – É...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– A alteração legal, como é que está a questão da alteração legal para ampliar o uso do recurso?

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Sei, eu acho que eu...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– O senhor já respondeu certamente isso, por isso que eu não queria....

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Eu não sei se V.Exa. Já estava aqui, eu cheguei a abordar exatamente as dificuldades que nós temos na compatibilização da Lei Geral de Telecomunicações, que é de 1997 com a lei do FUST que é de 2002. Quer dizer, na realidade, a lei do FUST por ser mais nova, ela já contempla a utilização de novas ferramentas na internet. Mas a Lei Geral, ela não via ainda a internet, ela não via a banda larga, ela não via esses instrumentos, via a internet, mas não via banda larga. Não via a telefonia celular como uma extensão da aplicação dos recursos do FUST. Então hoje nós não podemos, eu citei aqui, fazer internet banda larga com os recursos do FUST. Nós não podemos fazer a expansão da rede de telefo-

nia celular com os recursos do FUST. Você fica muito limitado. Você fica só e exclusivamente limitado à universalização da telefonia fixa. Então, o que é que nós fizemos? Nós fizemos uma proposta ao Congresso e foi encaminhado na realidade através do exemplo que nós demos da assinatura básica porque hoje um dos principais instrumentos de comunicação no país, eu citei aqui anteriormente, ainda é praticamente inacessível. Nós temos, num país como o Brasil, nós temos 40 milhões apenas de telefones fixos. Hoje temos, orgulhosamente, a gente diz assim: Ah, temos 100 milhões de telefones celulares pré-pagos. É aquele que o sujeito gasta, em média, em média segundo as próprias companhias telefônicas celulares, 4 reais por mês. É a conta média de quem usa um telefone pré-pago. Nós queremos que o telefone seja fixo, que ele seja em casa. Evidentemente que ele tem que usar o celular, beleza. Mas nós temos de aumentar o número de telefones fixos. Há 5 anos nós tínhamos 40 milhões de telefones fixos. Hoje, temos 40 milhões de telefones fixos. Na verdade, está diminuindo. Se há 5 anos tínhamos 40 milhões, agora temos trinta e oito e qualquer coisa. Está diminuindo o número de telefones fixos, agora, o telefone fixo, ele não é usado porque ele é caro.

Então, nós fizemos a proposta e enviamos ao Congresso. O Presidente da República pediu urgência na verdade na apreciação da proposta de redução do custo da assinatura básica. Fizemos isso em comum acordo com as companhias telefônicas. Elas entenderam que fizeram um ajuste aqui, ali, na franquia um pouquinho, no acesso à internet, tal, mas elas não teriam prejuízo e, evidentemente, poderíamos oferecer uma assinatura básica em torno de 14 reais. Vamos voltar agora com este projeto. Vamos voltar agora com este projeto. Agora, nós podemos usar recursos do FUST se nós mexermos na lei para fazermos a subvenção da assinatura básica. Com os recursos do FUST podem ser utilizados para, por exemplo, nas camadas mais pobres da sociedade, quem ganha um salário-mínimo, dois salários-mínimos, você pode, se quiser, autorizado, pontualmente, dentro da Lei Geral, você pode subvencionar, você pode utilizar recursos do FUST para subvencionar, pagar a assinatura básica em uma escola pública. Quer dizer, essas coisas é que nós precisamos utilizar. Está tudo aqui, oh. Mais uma vez eu me reporto a esses 8 projetos, aqui tem exemplo de todos eles. Agora, vamos ter de mexer na Lei Geral de Telecomunicações, se não mexer na Lei Geral você fica todo amarrado, você não tem condições. Começa por aí. A proposta, na verdade, é uma proposta mais ampla. O que nós fizemos e tem várias propostas na Câmara dos Deputados e entendo que

aqui também tem, modificando a Lei Geral de Telecomunicações, mas tudo está agarrando porque há a necessidade de se fazer uma ampla discussão sobre uma Lei Geral de Comunicação de Massa é que toda vez que você vai levar a discussão, e eu espero que aqui seja diferente agora, você chega e diz assim: Vamos discutir essa proposta pontual na Lei Geral de Comunicação? O Deputado pára, ou o Senador pára e diz assim: Bom, mas tem uma proposta maior que é da Lei Geral de Comunicação de Massa, nós vamos incluir tudo junto. E aí a gente fica esperando. Nós temos é que começar a discutir realmente a Lei Geral o mais depressa possível.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Ministro, abusando a sua forma democrática de comunicação e também me dando por satisfeito nas respostas anteriores já que o senhor citou e eu concordo plenamente com a forma do projeto piloto na área de segurança, eu acho que é fundamental porque haverá todo um desdobramento até você fazer a integração das delegacias com delegacias bem como com o avanço tecnológico, nos programas que já existem para você também interligar com as viaturas policiais e também avançar até para a identificação de portarias de prédios públicos ou privados, alguma forma de você fazer através da comunicação toda essa integração. Então eu lhe pediria, se já não está pensado, mas quem foi Prefeito continua Prefeito, aqui a Senadora Rosalba também foi Prefeita de Mossoró e tem o mesmo sentimento. Eu tive uma experiência no PSF na área de saúde em João Pessoa. Nós conseguimos implantar 180 equipes, foi a primeira capital do Brasil em ter 100% de cobertura em PSF. Lá nós fizemos um projeto piloto onde parte das equipes das 180, 52 tinham o *palm top*. Então, em vez de ter a ficha que hoje normalmente é autorizado com os dados de cada residência, de cada usuário, cada morador da residência isso era uma ficha num *palm top*, que ao chegar no posto do PSF ele descarregava no computador do posto do PSF todas as informações e tem alguns, a Senadora Rosalba é médica, mas dizem que medicina tem muito a ver com estatística, então, essas informações ajudava ao gerenciamento não só do próprio posto, não só o planejamento da Secretaria de Saúde, como até futura integração com o Ministério da Saúde. Nesses postos tinham um computador do PSF, cada um tinha um computador. E lá permitia, além de ter o prontuário de cada morador da região, do público atendido, permitia, por exemplo, a gente marcar consultas porque nós tínhamos uma central de consultas e quando o médico do PSF identificava a demanda de uma consulta especializada ele, no próprio computador, ele marcava essa consulta e o paciente, então, sabia

aonde se dirigir, em que dia, que hora e qual médico queria atendê-lo, tudo isso através da tecnologia de um gerencialmente que se é possível. Eu estou citando esse caso até porque lá nós avançamos ao ponto do exame laboratorial. Ele era coletado no PSF, o exame de sangue ou fezes e urina, mandado no laboratório central para ser feito, ser analisado e o resultado voltava para o PSF pela internet e o médico, então, tinha o acesso. Então, quer dizer, isso são tecnologias que podem estar no gerencialmente do Governo reduzindo custos, tendo melhor controle, evitando multiplicações de exames sem necessidade, porque aquilo está arquivado. Então, a minha sugestão é que fosse elaborado um projeto piloto onde se buscasse também colocar quando o Município assim não tiver, em postos da PSF, da mesma linha que o senhor está fazendo nas escolas, tentar fazer também na área da saúde. Muito obrigado, desculpe pela intervenção.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (PFL-RN) – Só uma complementação. E que isso fosse uma rede total ligando ao Ministério, facilitaria muito a todos os Municípios, das nossas reivindicações, das nossas necessidades.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Ministro eu queria pedir, por que a líder Ideli Salvatti e o bom de ser Presidente é que palavra pode voltar atrás e ela tinha me comunicado que foi receber o Presidente do Equador, não é isso? E queria de qualquer maneira falar com V. Exa., fazer alguns questionamentos. Então volto atrás, antes que V. Exa. faça considerações finais e ainda considerações sobre o Deputado Vlad, eu queria passar a palavra a Senadora Ideli Salvatti. Com a palavra, Senadora.

SENADOR IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu queria pedir mil desculpas, Ministro, mas V. Exa., como é Senador, sabe o quanto a gente precisa estar em quatro lugares ao mesmo tempo aqui no Senado, né, ainda mais quando a gente acumula tarefas aí de liderança. Então, eu queria fazer apenas duas perguntas e dois apelos, tá? Então, a primeira pergunta é: Nós estamos aí num mundo cada vez mais competitivo, né, e, portanto, os países que tiverem maior investimento em pesquisa e desenvolvimento vão estar no centro, catalisadores aí do desenvolvimento. Então, eu gostaria, Ministro, que pudesse ter alguns esclarecimentos a mais a respeito da parceria firmada entre o Ministério das Comunicações e o centro de pesquisa e desenvolvimento em telecomunicações, particularmente no caso do Projeto Giga. Eu sei que V. Exa. já tratou um pouco desta questão do Projeto Giga na sua explanação, a minha assessoria já me alertou, mas eu queria um pouco mais de detalhamento sobre

esta parceria entre o Ministério e o CPQD e também o que o Ministério tem, qual é o objetivo central deste projeto e desta parceria? Então, é um pouco assim, é uma pergunta bem focada nessa questão aí da pesquisa e desenvolvimento. E aí o apelo, Presidente, é o seguinte. Eu estou muito angustiada, ansiosa porque cada inauguração da TV Senado numa capital é uma festa e eu fico perguntando sempre: E Florianópolis? E Florianópolis? E aí diz que está com V. Exa. as onze concessões que faltam para as demais capitais, têm várias que já foram inauguradas, algumas que estão em procedimento e nessa linha da democratização, eu até ontem recebi o diretor de comunicação do Senado ontem, que muito gentilmente esteve lá no meu gabinete e eu cobreí dele. Ele disse assim: Mas Senadora, a senhora vai estar com o Sr. Ministro Hélio Costa amanhã, aproveite e dê uma perguntinha, um apelo. Então é um apelo das concessões que faltam para a gente poder instalar a TV Senado em todas as capitais. E o último apelo, Ministro, é o seguinte, toda essa questão da TV digital tem o viés importantíssimo da democratização dos meios de comunicação de acessibilidade, de poder como do período que eu consegui ficar aqui durante a sua audiência de que é poder fazer com que as pessoas que não podem pagar a TV a cabo, tenham acesso na TV aberta, a toda a programação. E eu acho que nós tivemos um grande avanço com a questão comunitária, tanto das rádios, quanto das TVs comunitárias. A gente sabe dos problemas, dos desvios, de uma série de irregularidades que foram cometidas. Mas, Ministro, está muito lento o processo lá no Ministério. Nós precisaríamos ter algum tipo de agilidade para poder contemplar esse que foi, acho que um grande avanço da democratização da comunicação. Então, é o apelo da agilidade nos processos, tanto das rádios, quanto das TVs comunitárias no Ministério das Comunicações.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito bem colocado. Obrigado, Senadora pelas colocações. Voltando a palavra para o Sr. Ministro para que responda as dúvidas da Senadora e também para suas considerações finais e depois o vice-Presidente, Senador Crivella, queria saber se tivesse também algumas considerações finais para colocar. Com a palavra, o Sr. Ministro.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Em primeiro lugar, eu quero agradecer as palavras do Deputado Vladimir Costa, que conforme disse o Senador Wellington Salgado, um conhecidíssimo, respeitadíssimo e admiradíssimo comunicador no Estado do Pará, já nem diria mais Belém, mas no Estado do Pará e ficamos muito honrados com a sua presença aqui. O Deputado é da

Comissão de comunicações da Câmara dos Deputados, é um conhecedor do assunto comunicações, conforme V. Exas. puderam ouvir e certamente os elogios que ele fez ao Sr. Ministro Hélio Costa, é mais ou menos a mesma situação que eu vi com o Senador Wellington e o Senador Crivella e eu gosto até em um minuto contar a história de um cidadão que entrou numa agência bancária, no Rio de Janeiro, ali em Copacabana, mas com a roupa de gari e disse assim: Eu quero um empréstimo. E o Gerente falou assim: O senhor mora aqui? Ele disse: Moro. Que carro o senhor tem? Ele disse assim: Eu tenho um Mercedes, mas tem também na garagem um Audi. O seu apartamento tem quatro ou cinco quartos? Tem seis. Aí o gerente disse assim: Você está me gozando, não é? É, mas o senhor que começou. Foi mais ou menos o que aconteceu aqui. Como eu vivo elogiando o Wladimir, o Wellington e o Crivella eles também não perdem a oportunidade de poder fazer um elogio para o Sr. Ministro Hélio Costa. Muito obrigado mesmo, né. Eu quero já fazer uma rápida observação com relação à Senadora Rosalba porque, mais uma vez, eu quero insistir. Nós não estamos criando uma nova rede conforme se antecipa pública. Nós estamos na realidade abrindo as portas para incentivarmos, colocarmos recursos, aproveitarmos o talento dos nossos companheiros, jornalistas da RADIOBRÁS que já vêm fazendo um trabalho tão bonito, especialmente no que se diz respeito à chamada TV do Executivo. Quanto às TVs da educação, da cultura e certamente da comunidade, cada um dos Ministérios, evidentemente, terá condições de poder trabalhar para poder produzir, ajudar a fazer uma grande TV pública sem interferências conforme nós estamos deixando bem claro, das ações executivas. Vou já diretamente à questão levantada pela Senadora Ideli Salvatti, primeiro porque eu tinha citado e a Senadora não estava aqui que hoje ao meio-dia nós estamos fazendo uma cerimônia, Senadora Ideli Salvatti, sobre o Projeto Giga, que é um sucesso, utilizando os recursos do FUNTEL, através da gestão do CPQD e nós vamos, certamente, passar para a iniciativa privada aquelas ferramentas que nós desenvolvemos com recursos do FUNTEL dentro do CPQD e que são utilizadas nos bens e serviços de redes óticas.

Então, é um processo absolutamente interessante o que acontece na medida em que um projeto é apresentado dentro de um fundo como o FUNTEL. Ele passa pelo conselho do fundo, ele é direcionado para os estudos dentro do CPQD ele é desenvolvido, transformado em uma ferramenta importante de comunicação e informática e hoje nós estamos vendendo estas ferramentas que nós desenvolvemos para as empresas particulares que vão pagar royalties ao

CPQD pelo desenvolvimento das ferramentas e evidentemente que não são ferramentas que se aplicam apenas no Brasil, nós estamos abertos a utilização destes bens e serviços em redes óticas com essas ferramentas desenvolvidas no CPQD dentro do Projeto Giga que é um sucesso, sem dúvida nenhuma. Nós, podemos até adiantar aqui uma nota que fez o Roberto que é nosso Secretário de Comunicação, de telecomunicações, ele diz: O exemplo é que nós vamos ter capacidade de transmitir em até dez giga bites com as ferramentas que nós estamos desenvolvendo e que estamos agora vendendo, né. A Senadora Ideli tem toda a razão, evidente que os seus eleitores de Florianópolis não podem ficar sem receber a imagem da TV Senado, não é isso?. Agora, a proposta que tem o Ministro das Comunicações é de que todas as capitais estejam, até o final do ano, com a imagem da TV Senado. Nós já temos onze autorizadas. O Presidente Renan já está antecipando os recursos que nós temos que ter, certamente, no orçamento para o ano que vem para podermos implantar os sistemas de retransmissão nas demais capitais. Acabamos de inaugurar Manaus, Belém, me parece Recife, Natal e certamente vamos descer para o Sul do país e chegar com rapidez, do momento até a nossa Florianópolis.

Agora, lembrando, inclusive, que o Poder Público tem sempre prioridade. Isso até me dá oportunidade de poder fazer um pouquinho da defesa, do durismo que eu sempre apresento quando alguém vai lá discutir comigo, concessões de TV educativa. E eu digo: Olha, a lei é muito clara, em primeiro lugar é o poder público, então você tem que atender com os canais educativos, em primeiro lugar você tem obrigação por lei de atender a RADIOBRÁS, depois da RADIOBRÁS você tem que atender as TVs do Senado e Câmara, depois você tem que atender a TV universitária que é a TV da universidade pública, Federal, Estadual, talvez até Municipal, quem sabe. Depois de tudo isso, nesta seqüência é que é possível você atender a uma universidade particular. Quer dizer, então às vezes as pessoas dizem. O Ministro é muito duro, ele não quer nem conversar sobre TV educativa. Não é isso. É que a finalidade da TV educativa começa por aí, começa lá em cima com a RADIOBRÁS, com a TV Senado, com a Câmara, com as universidades para poder chegar lá embaixo, evidentemente poder atender outras opções. Agora eu tenho que fazer um comentário rápido sobre a colocação feita pela Senadora Ideli sobre as rádios comunitárias. Veja só. Eu tenho aqui um levantamento feito com relação às ações da Comissão de educação do Senado que incorporava a comunicação. Em 2005 nós tivemos um total de 994 projetos discutidos e que passaram pelo plenário da Comissão. Na

verdade, perdão, errei, o total é 1168 dos quais 994 projetos são 535 de rádios comerciais, 425 de rádios comunitárias, 8 TVs educativas, 26 TVs comerciais num total de 994. No ano de 2006 que foi um ano atípico que nós tivemos várias dificuldades de *quórum*, especialmente aqui por ser um ano eleitoral nós tivemos o seguinte. 384 projetos foram discutidos na Comissão. Perdão, 541 projetos foram discutidos na Comissão dos quais 384 são 118 rádios comerciais, 250 rádios comunitárias, nenhuma TV educativa, 16 TVs comerciais num total de 384. Na Câmara dos Deputados, eu fiz esse mesmo acompanhamento aqui e de 700 projetos que foram analisadas o ano passado na Câmara dos Deputados, 500 tiveram origem no Ministério das Comunicações exatamente com a grande maioria, ou seja, 305 dos 500 projetos eram projetos de rádios comunitárias. Agora, as pessoas dizem assim: Ah, o Ministro não libera a rádio comunitária. Olha só, Senadora, nós trabalhamos praticamente 12 horas por dia no Ministério das Comunicações. Nós temos 10 mil pedidos de rádios comunitários no país. Nós não temos 20 engenheiros e advogados para analisar os 10 mil projetos que estão lá. Quer dizer, então, como é que nós fazemos?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – São quase duas por cidades. Nós temos cinco mil e poucos municípios, não é isso?

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Cinco mil e poucos municípios. Hoje nós temos aproximadamente 2.500 funcionando, autorizadas e mais 10 mil pedidos. O problema é que nós temos que analisar cada pedido desse para que ele realmente represente a comunidade porque tem muita violação do princípio da rádio comunitária. E muita gente que acha que é muito mais fácil comprar um transmissor que custa 700 reais e botar uma rádio no ar sem autorização conforme manda a Constituição Federal, do Congresso Nacional e passando pelo Ministério das Comunicações e pelo Presidente da República. Causando uma série de dificuldades porque de repente vai lá o Ministério Público, vai lá a Polícia Federal, vai lá ANATEL e fecha a rádio e diz: O Ministro fechou a rádio. O Ministro não fecha rádio. Eu não fecho, eu só abro. Não é competência do Ministério das Comunicações fechar rádio comunitária. A competência é da fiscalização e essa fiscalização hoje se dá através da ANATEL quando ela é provocada certamente pelo Ministério Público. Na semana passada, foram fechadas aqui na região de Brasília 16 rádios “piratas”. Eu não gosto de usar esse termo pirata, porque muitas vezes mesmo não tendo autorização definitiva como deveria ter ela presta um serviço importante à comunidade e quando a gente

identifica esse serviço importante prestado à comunidade nós fazemos tudo para facilitar o procedimento. Agora, o procedimento está na internet. Se você abrir hoje a página da internet do Ministério das Comunicações, www.mc.gov.br, você vai ver que tem 23 ícones destinados à rádio comunitária. É um passo a passo de como fazer um pedido para se obter uma rádio comunitária. Você acompanha, inclusive, pela internet a partir do momento em que você entrou no site e tem o seu número de protocolo, você digita o protocolo seu e você tem onde está o seu projeto, em que lugar está dentro do Ministério das comunicações. Você sabe o que normalmente acontece? Isso acontece com você, Senadora, acontece comigo, alguém chega e diz assim: Ah, eu iniciei um procedimento para ter uma rádio comunitária na minha cidade, está lá há três anos, ele não resolve, não acontece, ela nunca saiu. Aí eu vou ver o documento, está lá: Exigência, pede o documento, abre o documento B, documento C, certidões e ninguém responde à exigência. Pára, na medida em que você vai andando com o procedimento, tem uma exigência de um documento não veio o documento ele pára e as vezes fica lá um ano esperando o documento chegar. 80% das vezes as reclamações, na verdade, tem origem na falta de acompanhamento do procedimento do processo no Ministério das Comunicações que tem um site que lhe dá todas as informações com absoluta precisão do que está acontecendo.

Então, a nossa situação é de verdadeira penúria, porque nós somos acusados de não liberarmos rádios comunitárias, nós somos acusados de fecharmos rádios comunitárias quando na verdade nós não fazemos nem um, nem outro. Nós estamos lá para seguir a lei certinha, como a lei determina. A lei diz que eu tenho que seguir aquilo ali. Eu tenho que ter todos os documentos em dia, tenho que mandar para a Casa Civil, que por sua vez encaminha ao Presidente da República que manda para a Comissão de comunicações da Câmara que aprova lá em plenário ou terminativamente pela própria Comissão e manda para cá, chega aqui ela é aprovada terminativamente por esta Comissão agora. Então, é um procedimento que as vezes leva no mínimo, no mínimo um ano para poder cumprir todo este procedimento. E olha que eu gosto sempre de ressaltar que tudo isso até 2002 era feito pelas nossas superintendências Estaduais, cada Estado, inclusive lá do Estado de Santa Catarina como tinha no Pará, como tinha em Minas Gerais nós tínhamos superintendências do Ministério das Comunicações que faziam todo este procedimento até o encaminhamento para que o Ministro recebesse aqui e desse uma verificação final e aprovasse. Aí o que aconteceu no Governo do Presidente Fernando Henrique, no último ano 2002?

Praticamente fecharam o Ministério das Comunicações, fecharam, sim, todas as nossas superintendências. Eram 18 superintendências nos Estados e aí mandaram duas carretas que chegaram diante do prédio do Ministério das Comunicações com 40 mil processos que vieram dos Estados para serem analisados aqui. Então, nós estamos há dois anos convivendo com 40 mil processos dependendo de posição final. Só que cada um deles tem que passar por um engenheiro, tem que passar por uma equipe, tem que passar por um advogado, tem que ter um relatório final, tem que passar, inclusive, pelo Congresso, pela Câmara e pelo Senado. E não é fácil. Então, quer dizer, Senadora, nós fazemos tudo o que nós podemos, mas lamentavelmente nós não temos pessoal o suficiente para fazer isso. Eu gosto de fazer sempre a comparação, Ministério todo tem 300 funcionários, tem alguns setores do Ministério em São Paulo, por exemplo, têm 120, 200 funcionários, mais ou menos ligados ao Ministério, mas que não fazem parte do nosso conteúdo.

Então, por mais que a gente queira dizer assim: Olha, é uma situação que vai ser resolvida, vai ser resolvida com muita dificuldade. Eu tenho aqui dados, inclusive, muito expressivos. Quando começa lá pela Câmara dos Deputados o quantitativo que eu tenho aqui é o seguinte. Nós temos em processos de análise hoje 7228 processos, 6252 foram processos analisados e concluídos ou arquivados, faltando qualquer documento, etc. As entidades autorizadas 2745 e ainda tem, conforme eu disse e eu falei 10000, são 11343 processos para serem analisados de rádios comunitárias. Então, nós vamos fazer, continuar nos esforçando para andar o mais depressa possível que a gente pode, mas se demorar um bocadinho não é culpa do Ministro não. Pelo contrário, o Ministro quer ajudar de todas as formas e se puder empurro de todas as formas também. E eu entendo, Senador Wellington que eu já posso agradecer muitíssimo ao convite de V. Exa. e dos nossos ilustres Senadores, muito especialmente ao nosso Senador Marcelo Crivella que é o vice-Presidente da Comissão, a todos os Senadores que estiveram aqui presentes e a preocupação que teve a minha querida Senadora Ideli Salvatti de não me deixar sozinho aqui falando sem nenhum Senador presente, tem um Deputado e um Senador, mais o Senador Crivella e o Presidente, mas por um momento nós tivemos vários Senadores aqui, eu acho que foi uma boa oportunidade que nós tivemos de falarmos sobre vários assuntos relacionados com a nossa pasta, mas ainda assim nós não cumprimos toda a nossa agenda, não, viu Senador? Tem muita coisa que nós podemos conversar, tem muitos assuntos que merecem ainda explicações e evidentemente que na medida em que

as coisas forem caminhando, agora mais do que nunca o processo de telecomunicações está indo muito rapidamente, assim que V. Exa. sentir que nós temos que voltar aqui para mim é uma honra imensa poder estar aqui ao seu lado e ao lado dos meus colegas Senadores. Eu costumo dizer que eu insisto muito, toda vez que alguém fala assim o Sr. Ministro Hélio Costa, não, Ministro Senador Hélio Costa, Ministro das Comunicações tenho muita honra de ser e representar o meu Estado de Minas Gerais com os 3 milhões e meio de votos que os mineiros me deram para chegar até aqui. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Sr. Ministro, aqui é claro que ficamos nós Senadores ao final, muitos Senadores tiraram suas dúvidas e foram as demais Comissões por que V. Exa. conhece bem o procedimento da Casa, são várias Comissões. Queria perguntar ao meu companheiro, Senador Crivella, se tem algo a acrescentar?

Sr. Ministro, então, queria agradecer a presença de V. Exa. aqui por razões óbvias espero que V. Exa. continue como Ministro no Ministério das Comunicações. (Risos). E faça um bom trabalho e que muito obrigado pela presença de todos e declaro encerrada essa audiência pública.

Ata da 8ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de abril de 2007.

Às nove horas e onze minutos do dia 11 de abril de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala treze (13), sob a Presidência do Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente no exercício da Presidência, e com a presença dos Senhores Augusto Botelho, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Flávio Arns, João Ribeiro, Francisco Dornelles, Leomar Quintanilha, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo e dos Deputados Federais Márcio França (PSB/SP) e Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Salgado de Oliveira, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Maria do Carmo Alves, José Agripino e João Tenório. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Marcelo Crivella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atenden-

do ao Requerimento nº 001-CCT, de 2007, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que “Nos termos do disposto nos incisos V e IX, do artigo 90, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no sentido de que sejam ouvidos, separadamente, os Excelentíssimos Senhores Ministros da Ciência e Tecnologia, Sergio Machado Rezende e das Comunicações, Hélio Costa, com o propósito de apresentar as diretrizes e os programas prioritários de as respectivas pastas, para os próximos quatro anos.” Finda a exposição, a Presidência franquia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam a palavra os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Valdir Raupp, Flávio Arns, Romeu Tuma, Renato Casagrande, Eduardo Azeredo, Augusto Botelho, Leomar Quintanilha e Ideli Salvatti. O Senhor Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente no exercício da Presidência, agradece ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Machado Rezende e aos Senhores Eugenius Kasckurevsk, Secretário Executivo-Adjunto do Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT, Lúcia Melo, Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, Lauro Mohry, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, José Roberto Drugowich, Diretor do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, Sérgio Gaudenzi, Presidente da Agência Espacial Brasileira – AEB, Luis Antonio Barreto, Secretário de Política e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento-SEPED em CET, Luis Antonio Elias, Secretário de Política de Tecnologia e Inovação- SEDTI, Avílio Antonio Franco, Subsecretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SECUP, Hélio Barros, Assessor Especial do Ministro, Emir Suaiden, Diretor do Instituto Brasileiro de Informação em C&T – IBICT, Leonardo Hamú, Diretor do Ministério Ciência Tecnologia – MCT e aos Senhores Senadores pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e onze minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Marcelo Crivella**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Havendo número regimental declarado aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão

de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, a realizar-se em 11 de abril de 2007.

Antes de iniciarmos a reunião submeto a apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Aprovado.

Requerimento nº. 01/2007 da Comissão de Ciência e Tecnologia Inovação, Comunicação e Informática. Nos termos do disposto nos incisos V e IX do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no sentido de que sejam ouvidos separadamente os excelentíssimos Srs. Ministros da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende, e das Comunicações Hélio Costa, com o propósito de apresentar as diretrizes e os programas prioritários de suas respectivas pastas para os próximos quatro anos.

Esse foi o Requerimento do nobre Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente dessa Comissão, e eu pediria ao Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB para acompanhar o Sr. Ministro Sérgio Machado Rezende até a sala da Comissão a fim de que possa prestar aqui os esclarecimentos da sua pasta. Ministro, como vai? Prazer. Faz favor, Ministro.

Com a palavra... Sr. Ministro, agradecemos muito a presença de V.Ex^a. aqui conosco. Nós estaremos ao vivo pela TV Senado para todo o Brasil até às 10h, até o início da Comissão de Constituição e Justiça. Pode ser até mais tarde, às vezes ela começa 10h30. Mas eu inicio concedendo a palavra a V.Ex^a. para proferir a sua palestra por 30 minutos.

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE

– Muito bom dia, Senador Crivella. Bom dia a todos os Senadores aqui presentes que eu cumprimento na pessoa do Senador Casagrande, Líder do meu partido, o Partido Socialista Brasileiro no Senado Federal. Cumprimento os Deputados aqui presentes na pessoa do Líder do meu partido na Câmara, Deputado Márcio França.

Senador, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que foi com muita satisfação que todos que militam na área de ciência e tecnologia viram essa iniciativa do Senado Federal no ano passado ao criar essa Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicações. A Câmara já tinha uma Comissão como essa atuante durante algum tempo e tanto a Câmara como o Senado, enfim, o Congresso Nacional tem dado uma contribuição enorme para a evolução institucional e do marco legal nessa área porque tem aprovado projetos importantes e que têm tratado esse assunto de uma forma suprapartidária. A ciência e tecnologia, como educação, como muitos outros assuntos, mas no caso da ciência e tecnologia, como é um tema novo para a sociedade

brasileira, essa visão do Congresso Nacional de que a ciência e a tecnologia têm que estar acima ou à parte das questões partidárias tem sido muito importante. No governo anterior foi feito um enorme avanço no marco legal com a criação dos fundos setoriais de ciência e tecnologia e que foram todos aprovados, eles foram apresentados pelo Executivo e todos aprovados, são 15, atualmente. Com grande agilidade pelo Congresso Nacional e os fundos setoriais permitiram assegurar recursos de maneira mais regular e mais ampla para as inúmeras ações de ciência e tecnologia. Nos últimos 4 anos várias outras leis que vieram contribuir para que o sistema de ciência e tecnologia tivesse mais instrumentos, tivesse todo um marco legal bem mais sólido foi feito. Eu gostaria de citar como exemplo a aprovação de uma nova versão da Lei de Informática, a aprovação da Lei de Biossegurança, a aprovação da Lei de Inovação, da Lei do Bem e também o Congresso aprovou a Lei de Regulamentação do FNDCT, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Ocorre que como essa lei versava sobre orçamento, inclusive sobre orçamentos futuros e ela tinha sido originada nessa Casa, ela teve origem num Projeto de Lei apresentado pelo Senador Saturnino Braga em 2001 em que colocava os fundos setoriais no bojo do FNDCT e dava a ele uma institucionalidade maior em termos de fundos, criava um Conselho Diretor. Infelizmente, o Presidente Lula foi obrigado a vetar o Projeto de Lei porque ele versava sobre matérias que tinham que ser originadas pelo Executivo. Um novo Projeto de Lei está pronto e estará sendo encaminhado ao Congresso Nacional muito brevemente e nós contamos, mais uma vez, com o enorme apoio do Congresso Nacional para esse projeto e para outros que virão.

Portanto, para mim é uma satisfação muito grande estar aqui nessa manhã. Eu vou fazer um relato muito breve sobre as ações que o Ministério das Ciências e Tecnologia executou nos últimos quatro anos. Essas ações estão apresentadas num relatório de gestão de quatro anos. Foram quatro anos em que o Ministério teve três Ministros à frente, mas todos três do Partido Socialista Brasileiro e, de certa forma, imprimindo uma marca importante do nosso partido que foi um partido criado na década de 1940, por intelectuais. Ele sempre teve a marca de intelectuais importantes à frente do partido ou participando ativamente da vida partidária e o Partido Socialista Brasileiro, no início do Governo do Presidente Lula pleiteou a gestão do MCT e fez uma gestão que pelo que nós sabemos da comunidade científica, tecnológica e empresarial deixou uma marca importante. Porque o Ministério passou a ter uma política mais abrangente de ciência, tecnologia e inovação.

Até 2002, a grande ênfase do Ministério era o financiamento de projetos, a execução de ações de ciência e tecnologia voltados para centro de pesquisa e universidades. Isso era natural porque a atividade de pesquisas no Brasil são muito recentes. Nós começamos a formar pesquisadores apenas na década de 1960. Portanto, há quarenta e poucos anos atrás, então é natural que esse sistema se expandisse nas universidades. Mas como sabemos, a ciência, a tecnologia e a inovação são fatores de geração de riqueza. São fatores que fazem com que certos países tenham mudado o curso do seu desenvolvimento quando passaram a incorporar esses elementos no seu sistema produtivo. E o Brasil não conseguiu fazer isso ainda de maneira marcante. Não há uma tradição no nosso sistema empresarial de realizar atividades, de incorporar a seu sistema produtivo a inovação, a pesquisa e desenvolvimento.

Então, no governo anterior, e esse relatório que foi escrito foi feito por um público amplo. Ele mostra que a política de ciência e tecnologia tornou-se muito mais abrangente. Ela hoje é caracterizada por quatro eixos estratégicos. O primeiro é a consolidação e a expansão do sistema nacional de ciência e tecnologia, englobando os institutos, as universidades. O segundo é a política industrial tecnológica e de comércio exterior. Nós passamos a ter uma política industrial e tecnológica, um grande avanço, além de ter uma política industrial que está em processo de implantação gradual e que ela incorpora a questão da tecnologia também.

O terceiro eixo são os objetivos estratégicos nacionais. Programa Nuclear, Programa Espacial, Amazônia, as novas formas de energia, os biocombustíveis, energia do hidrogênio e assim por diante. E, finalmente, ciência e tecnologia para o desenvolvimento e a inclusão social. Com esses quatro eixos estratégicos o Ministério das Ciências e Tecnologia ampliou muito o seu raio de ação. Isso foi sentido de maneira muito clara pelos setores em que o MCT não atuava. Notadamente, o setor empresarial e muitas camadas da população que se beneficiaram pelas ações de ciência e tecnologia para desenvolvimento social. E a ampliação dessas ações foi possível porque houve uma ampliação considerável de recursos nos últimos 4 anos. Eu gostaria de citar alguns exemplos. O Programa Espacial Brasileiro, que em 2002 teve da ordem de 60 milhões de reais, o orçamento executado em 2006, ano passado, alcançou 220 milhões de reais. O Programa Nuclear Brasileiro também teve seus recursos triplicados. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico que é composto pelos fundos setoriais teve o seu orçamento executado em 2002 de 350 milhões de reais. E o orçamento executado no

ano passado foi 1 bilhão e 100 milhões de reais. Aliás, esse número talvez aumente porque como houve uma alteração feita por conta da lei de inovação criando a subvenção econômica houve um aporte de recursos maior, de cento e tantos milhões de reais, que provavelmente vão ser incorporados, vão ser contabilizados como recursos executados em 2006. E o orçamento livre de contingenciamento dos fundos setoriais para este ano alcançam um bilhão e quatrocentos milhões de reais. Isso permitiu ampliar muito as ações do Ministério. Somente para ações voltadas para empresas tanto com o mecanismo da subvenção econômica que é aporte direto não reembolsável para projeto de desenvolvimento, pesquisa e desenvolvimento em empresas que não existia antes, era proibido usar recursos públicos para colocar no chamado fundo perdido em empresas. Nós chamamos não reembolsável porque não é um recurso perdido e todos os países desenvolvidos fazem isso através de seleção. Isso não é feito de maneira casuística nem clientelística. Fizemos no ano passado através da FINEP, um edital convocando empresas para apresentarem projetos dentro de temas da política industrial e tecnológica. 1.100 empresas apresentaram propostas num edital de 300 milhões de reais nós tivemos uma demanda de 1 bilhão e 900 milhões de reais. O que mostra que as empresas estão despertando para a inovação.

Então, dos 400 milhões de reais deste ano nós temos 300 milhões para a subvenção econômica, mais 100 milhões para o que chama equalização de juros. A FINEP pode emprestar recursos para empresas fazerem projetos de inovação com uma taxa de retorno de 4 a 5% ao ano, juros. Por quê? Porque no pagamento dos juros que têm que ser pela TJLP, mais um *spread* para que a FINEP possa funcionar, há um abatimento nos juros feito com os recursos da equalização de juros.

Então, essa é uma novidade. E essa novidade é percebida pelas empresas que estão trabalhando nesses setores de ponta que estão fazendo a inovação.

Então, como eu disse, em vez de falar em detalhes sobre o que o Ministério fez nos últimos quatro anos, nós trouxemos o relatório que descreve muitas ações. Vou mencionar mais algumas rapidamente, muitas ações que estão organizadas de acordo com esses eixos, quatro eixos estratégicos.

Nós temos aqui, Senador, Senadores, grande parte da equipe do Ministério da Ciência e Tecnologia presente aqui nessa Sessão. Nós temos os quatro Secretários do Ministério, o Ministério tem o Secretário Executivo que, infelizmente, hoje tinha um compromisso de uma palestra na Escola Naval no Rio de Janeiro, está lá, que é o Secretário Luiz Fernandes,

está chegando mais tarde hoje. Mas temos aqui os outros Secretários, o Secretário Luiz Antônio Barreiro de Castro, nós temos o Secretário Executivo, Adjunto, professor Eugênio. Nós temos o Secretário Luiz Elias, que é o Secretário de Tecnologia, temos o Subsecretário da área de unidade de Pesquisa, Dr. Avílio Franco. Nós temos o Presidente da Agência Espacial Brasileira, Dr. Sérgio Galdenzi. Nós temos o Diretor do CNPq, Hugo Drugovitch, Carlos Drugovitch, Roberto Drugovitch. Nós temos o nosso Assessor Especial, professor Hélio Barros, que durante anos foi Diretor do CNPq, da CAPES aqui em Brasília e foi Secretário de Ciência e Tecnologia no Ceará, nos últimos 4 anos. De dirigentes de entidades diversas, Diretora do CGE. Nossa equipe está aqui eventualmente poderemos até, ao final da Sessão, esclarecer mais alguns detalhes do nosso relatório.

O que é que nós estamos fazendo agora e o que é que fizemos nos últimos dois meses? Um trabalho de preparação de um plano para os próximos quatro anos que eu acompanho esse Ministério desde a sua criação há 22 anos, por razões diversas, sei que nunca foi feito. Aliás, o Ministério, como eu disse, é novo, só tem 22 anos, ele foi extinto mais de uma vez e recriado. Ele teve uma enorme quantidade de Ministros e essas questões e mais as dificuldades em se prever recursos levaram ao fato de que o Ministério não teve anteriormente a oportunidade de fazer um plano para quatro anos. A gente devia fazer plano de ciência e tecnologia para 20 anos. Aliás, nós fazemos, estamos fazendo um plano de 4 anos pensando em 20 anos. Mas, pelo menos temos que ter 4 anos com recursos assegurados, com ações bem definidas. E as 4 prioridades estratégicas são basicamente as mesmas dos eixos estratégicos que eu mencionei. Sistema de ciência e tecnologia, empresas, objetivos estratégicos nacionais e ciência e tecnologia para inclusão e desenvolvimento social. Dentro dessas quatro diretrizes estratégicas nós temos um plano com 12 linhas de ação. Doze linhas. Naturalmente cada linha dessa é desdobrada em muitas ações, mas nós estamos procurando focalizar, focalizar para dar, para poder realmente ter prioridades e fazer com que os resultados apareçam de maneira mais consistente, focalizar, até para facilitar o acompanhamento e a avaliação pela sociedade e aí tem doze ações que vou enumerar rapidamente e que, como eu disse, estamos num processo de discussão, de ampliação do ambiente de discussão. Vamos levar esse plano para discussão na comunidade científica, na comunidade empresarial. Já combinei com o Presidente da FIESP de fazer uma reunião em São Paulo para, na FIESP para apresentação desse plano. E, naturalmente, assim que ele tiver no formato mais

conveniente nós encaminharemos formalmente para a Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicações do Senado para que possamos ter também, eventualmente, um debate aqui.

Mas no primeiro eixo, a primeira linha de ação é a consolidação do marco legal institucional. Nós ainda vamos, temos que avançar nesse campo.

Um segundo é a ampliação da formação de recursos humanos que é capitaneada no MCT pelo CNPq e no Ministério da Educação pela CAPES. Mas nós vamos fazer com que determinadas, determinadas áreas tenham uma prioridade mais clara nas linhas de financiamento do CNPq. Como, por exemplo, as engenharias. Nós precisamos ter mais engenheiros, especialmente em algumas áreas. Nós precisamos ter mais pessoas sendo formadas nas áreas de energias renováveis, na área do Programa Nuclear Brasileiro, na área espacial.

Então, em algumas áreas nós vamos promover incentivos para que as universidades possam atrair mais estudantes nessa área e mostrar aos jovens que essas áreas são prioritárias para a formação de recursos e com isso então tentar atrair mais pessoas para essas áreas.

Uma terceira linha de ação ainda dentro do primeiro eixo é a ampliação do financiamento dos projetos de pesquisa, desenvolvimento do sistema universitário de centro de pesquisa, mas novamente, além de ampliar nós vamos procurar fazer com que algumas áreas tenham recursos mais regulares e mais amplos. E vamos, em geral, fazer isso através de redes temáticas de pesquisa. Nós temos uma rede de pesquisa que foi implantada, começou a ser implantada há dois anos atrás que é coordenada pelo professor Luiz Antônio Barreiro de Castro que é a Rede de Biotecnologia do Nordeste, a RENORBIO. Ela engloba centenas de pesquisadores de todo o Nordeste que estão trabalhando já há alguns anos de maneira articulada e gradualmente fazendo com que apareçam resultados de interesse econômico para a região. Em diversas áreas. Na área de biologia marinha, o Nordeste é um grande criador de camarão e é preciso fazer melhoramentos genéticos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O programa... Se não me engano... O crescimento da indústria do camarão em cativeiro e o mercado interno, o que está realmente revendendo quase que afastando a capacidade de exportação do camarão.

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE – E o aporte de ciência e tecnologia nessa área é muito importante. Tem países que eram grandes produtores de camarão e perderam camarão porque apareceu

uma doença lá e não tinham ciência para vencer, para dominar aquela doença.

Então, a RENORBIO é uma rede importante. Uma rede que está desenhada, estará sendo lançada muito brevemente é uma rede para estudos climáticos, para enfrentar essa questão de mudanças globais. Nós temos, no Ministério da Ciência e Tecnologia, alguns dos grandes especialistas no Brasil nessa área, o Dr. José Miguéis, que está lá ao fundo, é um dos grandes especialistas nessa área, ele participa e é ouvido em grandes fóruns internacionais, ele é o coordenador dentro do Ministério, de todas as ações no chamado mecanismo de desenvolvimento limpo criado pelo protocolo de Kyoto. No Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, e alguns Senadores tiveram a oportunidade de visitar o INPE há duas semanas atrás, nós temos alguns pesquisadores também que são referências mundiais nessa área. E o que nós vamos fazer então, já estamos fazendo é o CGE está envolvido com esse assunto já há algum tempo, a própria administração direta, é fazer com que os vários grupos universitários, de centro de pesquisa, de vários Ministérios, incluindo outros Ministérios naturalmente com o Ministério do meio ambiente, trabalhem de maneira articulada, fazendo uma rede. Então a rede de estudos climáticos é uma outra iniciativa importante.

Na questão do desenvolvimento empresarial nós vamos aprofundar e muito as medidas que já foram iniciadas de apoio e incentivo às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas empresas. Esse é um grande desafio que o Brasil tem. Nós temos hoje, Senador Crivella, apesar de termos começado a formar doutores no Brasil na década de 1960, nós já temos, no sistema Lattes do CNPq, credenciados ou registrados, 95 mil doutores. É um número muito grande. Agora, desses 95 mil, tem 1% nas empresas. Por quê? Porque a maioria das empresas não percebeu ainda que o que é que um Dr. pode contribuir para o seu processo produtivo. A inovação não está no processo produtivo das empresas. Mas, começa a entrar. E muitas empresas multiplicaram o seu faturamento porque incorporaram a inovação no seu processo. E nós dizemos sempre: Olha, a melhor maneira de fazer com que a cultura empresarial mude é financiando, incentivando alguns empresários inovadores, que até então têm uma enorme dificuldade de captar recursos para essa área, que é uma área de risco, é arriscado fazer pesquisa, no sentido de que boa parte das pesquisas não leva a um produto, um processo de aplicação comercial. Mas uma certa parte leva. E é preciso então apostar e arriscar. Na medida em que algumas empresas multiplicam o seu faturamento, a sua produtividade, a sua lucratividade com essas atividades, aí outros

empresários vêem isso. Não adianta um pesquisador chegar para a empresa e fazer: Olha você tem que fazer isso. Muito menos o governo fazer. Agora quando o empresário vê o outro ganhando mais porque está fazendo pesquisa aí ele vai perceber.

Então, além de ter instrumento para isso nós temos um instrumento desenvolvido pelo CGE que é o portal da inovação em que as empresas podem ver qual é a disponibilidade de pesquisas que tem no Brasil e elas podem colocar no portal da inovação as suas demandas para pesquisa e eventualmente fazer com que haja uma articulação entre pesquisadores de universidades e centro de pesquisas e empresas. E aí, nessa área empresarial, nós vamos ter foco em algumas áreas como na área de tecnologia da informação e da comunicação, microeletrônica, software, TV digital, temos um grande programa para fazer com que o sistema brasileiro de TV digital seja um sistema com incorporação de tecnologia nacional.

Passou-se para a sociedade brasileira há vários meses atrás a idéia de que o Brasil ia usar o modelo japonês. O Brasil não vai usar o modelo japonês. O Brasil vai usar o sistema de modulação japonês, só modulação do sinal que é dos sistemas que existe o melhor que tem. Agora o sistema de codificação é o sistema que não é usado em nenhum dos sistemas internacionais, mas é um sistema novo e que o Brasil domina. O sistema de tratamento das informações que é chamado *middleware* um sistema totalmente nacional. Nós temos, nessa semana, mais uma missão brasileira no Japão discutindo com os japoneses, missão de pesquisadores discutindo essa questão de cooperação tecnológica, científica, tecnológica nesse assunto.

Então, TV digital é um outro assunto importante. Nos desafios estratégicos nacionais nós vamos intensificar as ações em fontes novas de energia, em especial, o etanol e o biodiesel. O Programa Nuclear Brasileiro. O Programa Espacial Brasileiro. E os desafios que são colocados pela Amazônia, que precisam de muita atividade de ciência e tecnologia e muita formação de recursos humanos voltados para essa área.

E finalmente as duas últimas linhas de ação, dentro da prioridade de ciência e tecnologia para o desenvolvimento social têm duas. Uma que é a popularização da ciência e tem duas ações que ganharam dimensão nos últimos anos nesse assunto de popularização e melhoria do ensino de ciência. Um é a Semana Nacional da Ciência e Tecnologia que é realizado desde 2004 numa semana, no mês de outubro. Já tivemos três. E isso envolve promoção de atividades em escolas, em universidades, em prefeituras, em entidades governamentais, em entidades não governamentais em todo o Brasil. Nós tivemos no ano passado mais de oito mil

atividades em mais de quatrocentos municípios brasileiros. No primeiro ano tivemos duas mil atividades. A cada ano o número de atividades aumenta. Este ano teremos então, em outubro, a quarta Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. E que produz uma grande mobilização no País como um todo.

Uma segunda atividade que tem uma dimensão cada vez maior é a Olimpíada de Matemática das Escolas Públicas Brasileiras. Essa Olimpíada, que foi iniciada em 2004, a Olimpíada de Matemática já existe há muitos anos, mas o Presidente Lula propôs em 2004 que fosse feita uma para as escolas públicas. Nós esperávamos, em 2005, primeiro ano em que ela foi realizada, ter aproximadamente cinco milhões de estudantes inscritos. Tivemos onze milhões. No ano passado, nós tivemos catorze milhões de estudantes realizando a prova, as duas, a Olimpíada é feita em duas etapas, uma prova de múltipla escolha, que é de fácil correção e uma segunda prova discursiva.

Pois bem, nós estaremos, nesse próximo final de semana juntamente com o Ex-Ministro Eduardo Campos premiando os trezentos estudantes, em todo o Brasil, que ganharam a medalha de ouro. E o incrível dessa Olimpíada é que existem estudantes ganhando medalha de ouro proveniente de qualquer cidade do interior do Brasil. Da capital e do interior.

Então, tem, em qualquer Estado, e nós já fizemos esse levantamento, tem uma cidade que é muito pouco conhecida da população e tem lá um estudante que ganha a medalha, ou a medalha de ouro na Olimpíada de Matemática. Aí o paralelo que nós fazemos é com o futebol. Se o Brasil consegue produzir craques que nascem em qualquer lugar do País, no interior, desde que ele tenha oportunidade de jogar futebol desde criança e ter um certo dom natural ele pode virar um craque, jogar na seleção brasileira. Infelizmente, a grande parte deles vai jogar no exterior. Mas, na matemática e na ciência isso também é possível. E a Olimpíada de Matemática está mostrando isso.

Então, Senador, isso, em linhas assim muito gerais é o esboço do nosso plano para quatro anos, como eu disse, fizemos uma discussão interna no Ministério nos últimos meses. Nós tivemos a confirmação da nossa permanência no Ministério, há apenas dez dias e grande parte da nossa equipe vai continuar.

Então, agora nós estamos fazendo com que esse plano seja finalizado para que ele possa ser discutido com a sociedade e nos próximos dois meses teremos então um plano mais acabado para que ele possa então ser executado com solidez e com segurança nos próximos quatro anos. São essas então as minhas palavras e estou, naturalmente, à disposição de toda

a Comissão para prestar esclarecimentos adicionais. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Ministro, nós é que agradecemos a presença de V.Ex^a. aqui com todo o *staff* do nosso Ministério das Ciências e Tecnologia, que é um orgulho para nós que votamos com muita esperança no passado, na última Legislatura, a Lei do Bem, a Lei da Inovação. E agradecemos por essa brilhante e fascinante, eu diria, palestra de V.Ex^a., porque tocou aqui nos grandes temas brasileiros que é a questão da energia atômica, que é a questão aí do etanol, o senhor falou do ensino, o senhor falou da pesquisa, das Olimpíadas, da popularização da ciência, é isso que nossa juventude está precisando tão envolvida hoje, por causa dos meios de comunicação na violência, no crime, nas drogas e nessa banalização do sexo, que acaba nos trazendo a tristeza de discutir como discutimos ontem leis propondo até que as pessoas tivessem acesso à intervenção cirúrgica para se vasectomizar na área, na fase mais jovem da vida.

Mas, Sr. Ministro, nós vamos então passar para o debate com as perguntas dos Senadores, em bloco de quatro. E eu vou começar, depois o Valdir, depois o nobre Senador Flávio Arns, Romeu Tuma. Vou pedir ao senhor para responder rapidamente cada um de nós vai ter três minutos. E a gente então podendo, nós estamos no ar, estamos ao vivo para todo o Brasil, podermos então aproveitar bastante o nosso debate.

Minhas perguntas são a seguinte, sou do Estado do Rio de Janeiro, isso, e tem lá o nosso projeto nuclear. O governo diz que vai investir, inclusive com novas usinas, às margens do São Francisco. Mas eu queria saber do senhor sobre Angra 3. E uma outra preocupação, o CNEN é proprietário, desde a mineração do urânio, ao seu beneficiamento, enriquecimento, ao uso dele nas usinas nucleares, mas quem fiscaliza o CNEN? Ele é fiscal de si próprio? O Ministério tem uma visão estratégica de dobrar aí a segurança. E gostaria também, finalizando, que V.Ex^a. nos dissesse um pouco a respeito dos planos do Ministério para liderar o esforço nacional no combate ao aquecimento global. São essas duas perguntas. Com a palavra, o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Senador Marcelo Crivella, Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende, V.Ex^a. falou em popularização da ciência, e eu digo que tem que popularizar o Ministério, o Ministério da Ciência e Tecnologia é um Ministério não muito popular ainda. Eu estou lendo aqui rapidamente, dei uma passada com aqui no relatório de gestão e o que o Ministério faz é uma coisa simplesmente fantástica, Presidente,

fascinante. E pouco divulgado, acho que todos os outros Ministérios, Educação, Saúde, Transporte, por aí, tem um trabalho de divulgação das suas ações, e o Ministério de Ciência e Tecnologia não tem. Ele precisa divulgar um pouco mais para ficar mais popular e ter mais apoio da sociedade e do Congresso Nacional. Se bem que é que o Congresso está apoiando bastante. Tanto é que nós criamos a Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação por entender que é uma pasta muito importante, o Ministério da Ciência e Tecnologia. Vou fazer aqui algumas perguntas.

Sr. Ministro, é com satisfação que o Senado Federal recebe no dia de hoje, e sempre tratando, o Ministério de Ciência e Tecnologia é sempre tratado de uma maneira especial nesta Casa pois trata de temas que sendo importantes como os temas dos demais Ministérios, todavia sempre gera uma sinergia de esforços para que, de fato, este País alcance um outro estágio no desenvolvimento científico e tecnológico.

O Governo Federal vem desenvolvendo, através do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel a implementação da produção e uso biodiesel de forma sustentável, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional via geração de emprego e renda. A ação do Ministério da Ciência e Tecnologia se refere aos aspectos tecnológicos de inovação do programa, com a coordenação pela CETEC da Rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel. A pergunta: V.Ex^a. poderia nos dar um panorama de como está o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel? Falo, naturalmente, do apoio e fomento ao desenvolvimento tecnológico por parte do MCT para a produção e uso do biodiesel.

Segunda pergunta, Sr. Presidente. A carreira de ciência e tecnologia, do Governo Federal, teve seu efetivo reduzido em 50%. (soa a campainha) de 40 para 20 mil servidores. Com a saída de 4 instituições, o INPI, Inmetro, IBGE e FIOCRUZ para carreiras próprias através da MP 301, com salário cerca de 70% mais altos.

Pergunto, Sr. Ministro: Com o MCT, como o MCT está tratando essa questão e como estão as negociações com o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão para implantar uma nova tabela para a carreira de Ciência e Tecnologia? São essas perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Obrigado, Senador Valdir Raupp. Com a palavra o nobre Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Em primeiro lugar, quero dizer também da alegria e da satisfação de termos V.Ex^a. aqui na Comissão e desejando assim que os trabalhos continuem sendo positivos, a favor da independência do Brasil através da ciência

e tecnologia também e que a gente possa realmente ter nesta área avanços importantes para o desenvolvimento econômico, social, ambiental, em todas as áreas do nosso País.

Eu quero dizer que nós tínhamos aqui no Senado Federal, na Comissão de Educação, uma Subcomissão permanente de Ciência e Tecnologia e várias audiências públicas foram realizadas naquela Comissão muito interessantes em torno de vários temas levantados por V.Ex^a. como a questão da TV digital, da robótica, da nanotecnologia, da energia nuclear, do contingenciamento de fundos setoriais naquela época através da presença da SBPC aqui também. Da Semana Nacional da Ciência e Tecnologia, né, que a subcomissão participou de uma maneira efetiva. Além da iniciativa da UNESCO em termos do Dia Mundial da Ciência e Tecnologia voltado para a paz, para a construção da paz.

Então, agora, objetivando uma importância maior, um destaque maior para esta área que inclusive foi criada no Senado Federal, esta Comissão de Ciência e Tecnologia. Mas eu queria fazer três perguntas a V.Ex^a. V.Ex^a. falou bastante dos recursos, dos aportes maiores de recursos, o que é bom, mas eu gostaria que V.Ex^a. fizesse um comparativo com outros países para se saber, assim, percentualmente o que vem acontecendo. Nas audiências públicas, como eu mencionei na vez passada, do ano passado, a SBPC, por exemplo, (soa a campainha) trouxe o problema de contingenciamento dos fundos setoriais. Isso ainda vem acontecendo? É um problema? Quais são as dificuldades orçamentárias? Ainda nessa questão de orçamento, nós tivemos, inclusive criamos a Frente Parlamentar PROANTAR, pró... Todo o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Brasil lá na Antártica, né? E a gente percebe, e nós estamos já há meses discutindo com o Ministério do Planejamento a necessidade de se ter oito milhões de reais para o PROANTAR, para a manutenção do PROANTAR. Porque o Brasil tem a base na Antártica, ou Antártida, eu sempre achei que fosse só Antártida, mas é Antártica também e então queria ver em que pé que está porque seria uma pena extraordinária, a gente perder uma... Assim, uma iniciativa boa que precisa de apoio. Tantos pesquisadores vão para lá e que necessitam de oito milhões de reais.

Aqui na nanotecnologia, por exemplo, nós tivemos a apresentação de uma experiência da UNICAMP, que foi extraordinariamente elucidativa, até o Presidente acho que estava presente naquela ocasião, em que a UNICAMP criou uma metodologia para mostrar para os alunos do ensino fundamental como perceber a importância da nanotecnologia. E com dificuldades financeiras de mostrar isso para a população.

Então, que recomendação que V.Ex^a. daria para a UNICAMP? Então, em termos de recursos PROANTAR, os fundos setoriais, a UNICAMP. A segunda observação que eu faço é em relação às instituições de ensino superior privadas, particularmente as PUCs e outras instituições que têm linhas de pesquisa assim... Importantes, o Brasil não pode prescindir dessas instituições, como é que V.Ex^a., dentro do Ministério, vê o reforço da aproximação e do aproveitamento das pesquisas de ensino, de instituições de ensino superior privados? Como que acontece isso dentro da dinâmica do Ministério?

E a última pergunta, também se relaciona àquilo que o Senador Valdir Raupp comentou da carreira de ciência e tecnologia. Porque a gente sabe que para haver ciência e tecnologia nós temos que ter pessoas qualificadas, motivadas e, principalmente, remuneradas. Bem remuneradas. Eu tenho o conhecimento do Requerimento do ofício de V.Ex^a. para o Ministro do Planejamento há cerca de um ano, né, pedindo o empenho para que isto acontecesse dentro do Ministério do Planejamento como também tem ofício da CAPES, como também tem Ofício do Ministro da Saúde, cópias desses ofícios em que todos os Ministros mostram a importância, a necessidade de se prestigiar, quer dizer, a gente tem ciência e tecnologia a gente precisa ter gente prestigiada, valorizada, qualificada e remunerada. Inclusive nós aprovamos na semana passada um Requerimento aqui nesta Comissão, constituindo um grupo de trabalho de alguns Senadores para que esta Comissão ajude o Ministério a ir ao Ministério do planejamento para discutir este plano de carreira do pesquisador que está nos vários Ministérios atendendo uma reivindicação do fórum de ciência e tecnologia.

Então, eu gostaria assim que V.Ex^a. pudesse abordar esse assunto. Seriam as três perguntas básicas. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado Senador Valdir Raupp, com a palavra o Senador pelo Estado de São Paulo, Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ministro Sérgio Machado é um prazer, uma honra tê-lo aqui conosco. Eu até comentava com o nosso Presidente a elegância e a postura e a tranquilidade com que V.Ex^a. expôs e com entusiasmo praticamente de foro íntimo que alguns resultados que têm alcançado, acredito com muita dificuldade de vencer obstáculos de um Ministério que acabou de completar a maioria. E já é possível atingir se errar.

Eu tenho aqui, a instalação dessa Comissão tem três meses, ela é nova para nós. Então, há um entusiasmo muito grande dos membros, o senhor deve ter

sentido pela exposição do Arns, do Raupp e de outros que aqui vão colocar do interesse. Porque nós refletimos o interesse da população, não adianta, as reivindicações do Estado. Eu digo que, com o Wellington que é o nosso Presidente, sobre algum ponto que eu acho muito importante. O Eduardo Azeredo é especialista em técnica de informática, está sempre com os projetos aí buscando a melhor forma de aprimorar. E quando a gente faz um projeto aqui, não é um, mais de meia dúzia, sempre há um item, um artigo que diz tantos por cento para pesquisa em ciência e tecnologia. Eu falei: Wellington, tem que chamar o Ministro aqui para saber para onde vai esse dinheiro. Isso é como essas outras fontes que nunca vai para o destino, é para pagar juro, para não sei o que.

Então, eu tenho uma preocupação de investimento maciço principalmente na pesquisa. O Brasil começa a abrir um caminho, V.Ex^a. diz que tem 90 mil professores registrados é isso?

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE

– Doutores.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Doutores.

Eu sei que eles são praticamente hoje, com o Ministério da Educação de exigência para universidades o número mínimo de doutores para constituir o corpo docente.

Então, eu acho que as indústrias deveriam ter a obrigação também de absorver no mercado esses especialistas que as escolas estão formando. E dentro das escolas profissionalizantes há vários quadros de trabalhadores médios, não com curso de graduação completa, mas que têm já dentro do SESI, do SENAI, um trabalho bem desenvolvido. A gente vê V.Ex^a. falou na Feira de Ciência e Tecnologia, sempre um ou dois projetos são aproveitados por indústrias até internacionais. De jovens de 14, 15 anos que têm uma paixão pela ciência e pela tecnologia. E essas feiras internacionais de jovens de classe média, SESI, SENAC, o Brasil consegue se colocar entre os primeiros. Então nós temos uma massa de desesperados para serem aproveitados e a gente fica aqui angustiado, o porquê isso não acontece. E V.Ex^a. também deve estar sentindo isso pela exposição que fez.

Eu acho que o meu tempo esgotou antes de começar. (risos) Aqui ele falou da usina nuclear, eu tinha anotado aqui. Porque um dos temas que começa a se discutir é energia limpa que é a energia nuclear é energia limpa. Nós estamos com a tecnologia do álcool super desenvolvido hoje e mostraram na televisão, os jornais dizendo que a tecnologia brasileira é a única que deve ser imitada. A americana com o milho e tal, estavam criticando todas as outras e inclusive do aproveitamento do solo, que só o Brasil teria condições de ocupar uma

parte do solo na produção de álcool oriundo de cana e sem prejuízo da produção de alimentos.

Então, é uma parte que hoje eu acho que tem que vir para a ciência e tecnologia para poder, com a agricultura, é claro, desenvolver. A CNPq, eu pus aqui que eu acompanho desde que eu era chefe de Polícia, o CNPq tinha um contato muito grande com a gente em razão de vários problemas que surgiam pela exclusividade do CNPq em vários segmentos, que hoje se abriram. Eu estava falando com o nosso Senador Augusto Botelho, que é médico, da produção de um contraste para a identificação no câncer e a sua dimensão. Eu recebi aqui mais de uma Comissão de Oncologistas desesperados pela dificuldade de conseguir um contraste, ele disse que é radioisótopo e que hoje nós aprovamos um projeto para alguns hospitais já com tecnologia fabricar. Eu tomei a semana passada contraste de radioisótopo para fazer o PET-Scan a leitura do organismo por inteiro, todas as células são identificadas se têm ou não tendência cancerígena. Então é uma coisa maravilhosa que o Brasil hoje tem condições, não precisa importar, não precisa nada mais. Provavelmente, eu acho que um dos caminhos que a gente tem que resolver é o investimento em pesquisa, Ministro. Desculpa, eu insisto nisso porque eu acompanho muito de perto o desenvolvimento na área médica. Eu tenho um filho médico e freqüente semanalmente o INCOR e vejo o desenvolvimento de pesquisas. Às vezes tem médicos lá, Dr. Arns, que pegam dinheiro do bolso para ir comprar algum produto para fazer algumas experiências pelo entusiasmo, pelo desespero que têm de chegar à conclusão dos seus trabalhos, do seu protocolo, da busca de alguma coisa que possa melhorar a vida.

Pólos tecnológicos de desenvolvimento. Encontrei nos Estados Unidos, fui visitar um, e que fica sempre próximo dos aeroportos, eles têm isenção fiscal, isenção de vários tributos, não pode exportar, apenas para poder desenvolver o aspecto tecnológico científico de produtos que são fabricados em outros países. Não estou falando que é da China, que cópia não. É para desenvolver, na pesquisa tecnológica, a capacidade dos nossos técnicos desenvolverem a sua atividade. O senhor falou na Escola Naval, me parece que o Secretário Geral foi fazer uma palestra. Eu não chorei porque é... Não tinha ninguém para eu, para eu lastimar, mas eu... Acho que sofri muito quando o Presidente suspendeu o desenvolvimento submarino nuclear. Que já vinha no arsenal de Marinha se desenvolvendo há dez anos. A Marinha tem um convênio com a Politécnica da Universidade de São Paulo há muitos anos. Então, a Marinha tem desenvolvido uma tecnologia especial na sua área de desenvolvimento, eles começaram a

pesquisa de fabricação de computadores, a Marinha tem uma visão dessa área tecnológica sem, é claro, eu não conheço bem os produtos da Aeronáutica, deve estar no INPE, no IPEA e lá no CTA e outros órgãos e o Exército também tem um processo de desenvolvimento científico na área que lhe é afeta. Os militares têm se dedicado. Eu fiz uma pergunta, quando... Com o Ministro da Ciência e Tecnologia à época em que foi aprovado um projeto dando 3% dos *royalties* que fossem despachados para, se ia para as Forças Armadas também. Porque nós pensamos muito, principalmente nas universidades, que é onde está o núcleo de jovens dispostos a se envolver em... E hospitais escolas, universidades que tenham desenvolvimento.

Acho que eu já fui longe demais. Marco legal, que V.Ex^a., eu acho bom, ampliação em RH e o Projeto Antártida. Aí eu acho que é uma coisa importante porque nós temos, dentro de um convênio internacional. Quer dizer, aqueles que pararem as suas pesquisas...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Só 8 milhões.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – E 8 milhões, praticamente é 1% do que o governo paga de juro por mês. E esse, se a gente não conseguir dar prosseguimento, perde internacionalmente a área que está desenvolvendo o projeto. Não é um problema de desativar, é que vai perder.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – 0.1.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – 0.1. Não é 1%, é 0.1. (risos) Mas eu queria cumprimentar V.Ex^a., inclusive pela elegância e respeito com a Comissão em trazer toda a sua equipe para que nós pudéssemos conhecê-los.

Parabéns. E espero que a gente possa, de maneira bem pequena ajudá-lo na sua tarefa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. Nós tínhamos combinado um bloco de quatro, mas eu vou fazer bloco de cinco, porque está aqui o Líder do PSB que é do partido do Ministro e daqui a pouco vai ter que ir para a Comissão de Constituição e Justiça, eu estou presumindo. Então se V.Ex^a. puder fazer as suas colocações agora, o Ministro certamente passará a respondê-las em seguida.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O importante é que V.Ex^a. distribua as notas taquigráficas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Exatamente. Vamos distribuir as notas taquigráficas. Com a palavra V.Ex^a.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Muito obrigado, Presidente, Senador Marcelo Crivella. Cumprimento o Ministro Sérgio Rezende e a equipe do Ministro que está aqui presente. Cumprimento o

Deputado Rodrigo Rollemberg também que está acompanhando esta Sessão e o Deputado Márcio França, Líder do PSB na Câmara que teve que se ausentar por algum tempo. Parabenizar a equipe do Ministério pelo trabalho que tem feito e o Ministro foi muito claro naquilo que o governo do Presidente Lula alcançou neste primeiro mandato e, com certeza, vai avançar ainda mais no segundo mandato. Alcançou em termos de popularização do tema ciência e tecnologia, inovação e avançou em termos de aumento de investimento. E o Congresso Nacional acompanhou esse avanço. Na hora que nós votamos aqui leis importantes na área de biotecnologia, na área da inovação tecnológica, nós, na regulamentação do fundo que vai ter que ser encaminhado uma nova proposta, nós temos debatido a questão do contingenciamento ainda.

Então, nós temos avançado aqui enormemente nesta área e o sistema nacional, na minha avaliação, está se estruturando e se aperfeiçoando, Ministro.

Então, primeiro parabenizar pelo trabalho que tem sido feito, conduzido por V.Ex^a. que muito nos orgulha ser do nosso partido, pelos resultados que nós temos alcançado nesta área.

Rapidamente, questionar para o debate nosso aqui, uma vez que nossas esperanças estão depositadas num percentual muito grande na área de novas tecnologias. Na área da inovação, na área do investimento na ciência e nessas novas tecnologias.

Então, talvez sempre estiveram, agora mais do que nunca. Porque se nós tivéssemos o nível de consumo que temos hoje com as tecnologias de 30, 40 anos atrás nós já não teríamos condições de sobreviver no planeta. Agora, mais do que nunca, nós estamos colocando todas as nossas, toda a nossa esperança no desenvolvimento de novas tecnologias, na adoção de políticas que possam fazer com que o consumo de energia seja menor. (soa a campainha) Que a gente tenha racionalidade no consumo cada um de nós, mas que as tecnologias adotadas novas, daqui para frente, possa estabelecer um maior controle desse consumo de energia e do gasto de energia.

Então, a minha, meu questionamento vai se basear no grande tema das mudanças climáticas. Primeiro, o que é que o Ministério tem debatido com relação a matriz energética? O senhor falou aí sobre fontes alternativas e falou de energia nuclear. O Ministério de Minas e Energia tem apresentado um planejamento da matriz energética até 2030, que aumenta a geração de termoeletrônica a carvão e que coloca a questão da energia nuclear como uma fonte importante de fornecimento de energia. O Ministério de Ciência e Tecnologia tem debatido a matriz energética para que nós possamos desenvolver efetivamente a geração comercial

de novas fontes de energia na hora que se esgotar a fonte hidráulica de energia elétrica? Porque eu acho que o Ministério da Minas e energia trabalha muito no quantitativo, precisa gerar energia para atender o crescimento do Brasil. Não tem a preocupação com a qualidade da nossa matriz energética que hoje é boa, e acho que o Ministério precisa se aprofundar neste debate para que a gente possa saber efetivamente o que é que nós podemos fazer daqui para frente para interferir no futuro da matriz energética brasileira. E se nós temos segurança com relação, se as novas tecnologias desenvolvidas nos dá segurança com relação à ampliação da energia nuclear. Se nós temos segurança com isso. Segurança ambiental, que é a segurança da população brasileira com relação aos resíduos. Eu falei... Eu falei nuclear.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, desculpa, é que eu fui perguntar o que era energia fotovoltaica e os técnicos me explicaram que é energia solar.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)
– Então está bom.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Desculpa, doutor... (risos)

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)
– Eu estou atento ao senhor pela experiência. A outra questão, nesse contexto, tem uma matéria nos jornais de hoje dizendo aqui, no encontro da USP ontem, no Instituto de Estudos Avançados da USP dizendo que “nós não temos informações climáticas de longa duração. Que o Brasil é um vazio no monitoramento de fenômenos físicos e biológicos”.

Nós fomos ao INPE, vimos o trabalho do INPE e tal. O que é que o Ministério está preparando para que nós possamos ter essa rede de pesquisa e de monitoramento no Brasil para que daqui a 5 anos, 10 anos a gente não tenha mais esse vazio que nós temos hoje por falta de investimento no passado? O que é que se estabelece hoje para que a gente tenha dados para subsidiar o nosso trabalho e a nossa política que a gente tem que adotar nessa área do enfrentamento das emissões de gases e na política nacional de mudanças climáticas? Eu espero que o Brasil possa apresentar à população brasileira, que o governo possa apresentar à população brasileira ainda esse ano. Nesse, então essa rede de pesquisa, de levantamento, de monitoramento, o que é que o Ministério está planejando com relação a isso. E com relação ao desenvolvimento da Amazônia. Nós vimos lá o programa de parceria com a China do satélite, CBERS, né? E... Nós vimos. Acho que nós estamos indo bem, quero parabenizar o Ministério, o INPE é um excelente centro de pesquisa. Acho que nós estamos avançando, somos um dos países

de ponta nessa área. Mas o que é que nós estamos fazendo, além do controle que nós temos que ter, Ministério do Meio Ambiente, Ibama, Forças Armadas, Ministério da Ciência e Tecnologia, o que é que nós estamos fazendo lá no INPA, no Instituto Emílio Goeldi, o que nós estamos fazendo para que nós possamos estabelecer um modelo de desenvolvimento para esta região? Não vai poder desmatar. Está certo. Mas o que é que nós estamos fazendo para que as pessoas que moram lá tenham condições de sobreviver com a floresta preservada? Esses institutos estão recebendo investimentos necessários para serem, de fato, pólos de desenvolvimento de biotecnologia que garanta a sobrevivência dos seus moradores? Então são esses questionamentos, Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado, Líder do PSB. Com a palavra V.Ex^a.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só, desculpa, eu vim aqui com uma coisa na cabeça, acabei, com o entusiasmo da exposição do Ministro, não fazendo uma pergunta de interesse momentâneo. Tem um projeto de autoria do Senador Arns em que eu sou Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Aí já não é mais momentâneo é monumental que o projeto dele com o Sr. Relator a importância é monumental.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sobre a importação de pneus usados e há uma, não digo confusão, há uma deliberação ecológica de não permitir, e a indústria do Paraná, com... Demonstrando uma série de vantagens sociais e tudo. Eu perguntaria se o Ministro tem ou não algum estudo a respeito disso para que a gente pudesse...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – V.Ex^a. fala dos pneus?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É, porque tem 4 Ministérios que estão colaborando com a gente da elaboração de um projeto de importação e proibição de importação de pneus ou não e de resíduos sólidos, que eu acho que é da área de ciência e tecnologia hoje, não dá... Então era só para ver se existe algum trabalho nesse sentido e se poderia colaborar com a gente. Peço desculpas a V.Ex^a.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – V.Ex^a., antes de pecar já está perdoado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – (risos)

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Vindo em vossas mãos só falta fazer o sinal da cruz.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só quero fazer uma observação em relação ao que está havendo muita confusão na verdade só para esclarecer porque realmente o projeto é de minha autoria e na Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Romeu Tuma que vem se debruçando sobre o tema é o Relator.

Agora, não se trata, na verdade, de importação de pneus usados, se trata à contrapartida ambiental para colocação de qualquer tipo de pneu na sociedade.

Então, a pessoa que produz um pneu novo tem que ter a contrapartida ambiental, quem importa um pneu novo tem que ter, quem coloca um pneu remoldado tem que ter. Se o remoldado é produzido aqui ou produzido fora tem que ser, na minha opinião, seria, me permita só dizer, que o projeto foi citado, o Brasil vem sendo penalizado pela Organização Mundial de Comércio pelas proibições de importação. Eu diria, inclusive, que o governo vem tendo um enfoque equivocado nessa situação. Não é uma questão de proibir ou de não proibir. A questão é nós termos contrapartidas ambientais tão severas que a contrapartida ambiental inviabilize negócios que não sejam desejados pelo Brasil. Aí nós não entraríamos na área da Organização Mundial do Comércio e sim nas contrapartidas ambientais.

Então, existe assim uma radicalização muito grande em torno desse debate, infelizmente. E a gente sabe porque existem interesses econômicos também extraordinários envolvidos nisso tudo. Mas a gente tem que achar a solução ambiental. É isso que eu quero deixar muito claro.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só para esclarecer que isso não é um debate agora. Mas é... O problema da OMC, o noticiário é que o Brasil perdeu a disputa pela obrigatoriedade de permitir a importação e que não é verdade. Tem um voto secreto, o Itamaraty esteve conosco. E disse que o Brasil está entre o processo ecológico e o processo econômico. No econômico há que haver uma proibição, ou senão tem que permitir a importação. E o ecológico, o Brasil está ganhando em todas as esferas.

Então, não vou discutir porque é um assunto importante, apenas um apelo ao Ministro, o Senador é perfeitamente voltado para a área da ecologia, então está tentando essa destruição de pneus usados em contrapartida a cada importada ou a cada fabricado. Isso já está mais ou menos equacionado. O problema é se se permite ou não trazer pneu usado. Porque há uma tese de ser lixo disfarçado de importação.

Então, esse cuidado do Brasil não se transformar numa lixeira mundial é que a gente se angústia. E o problema econômico é claro, pode trazer uma série de prejuízos, principalmente para o Estado do Paraná.

Então, eu só pedi isso, o senhor desculpa, acho que não...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – V.Ex^a. colocou bem. Agora, é importante relembrar que o projeto é realmente, ele é amplo, porque ele fala de contrapartida ambiental, que é o fundamental e que eu acho que é o que nós vamos aprovar definitivamente, independente de qualquer outra coisa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É a tese do Senador, só que é querem a liberação na importação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Mas a contrapartida é fundamental. Essa tem que ter mesmo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Essa já está estabelecida até um número maior do que era previsto anteriormente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Ministro, CNEN, com a palavra V.Ex^a.

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE – As perguntas, naturalmente, abrangem um campo vastíssimo. Eu vou procurar responder bem rapidamente e objetivamente. Mas, me comprometo a enviar para cada Senador que fez uma questão específica uma informação mais detalhada. Faremos isso nos próximos dias.

Começando com a questão de V.Ex^a. em relação ao Programa Nuclear. Como todos sabem, principalmente por conta de acidentes ocorridos há vinte e poucos anos atrás, os programas nucleares de geração de energia a partir de fontes nucleares foram, em todo o mundo, não completamente interrompidos, mas em muitos países foram interrompidos e outros foram completamente desacelerados. Alguns países não deixaram de investir em fontes nucleares. A França, por exemplo, produz, tem 70% de sua matriz de fontes nucleares e exporta energia para o resto da Europa. A China está construindo reatores nucleares, não deixou de fazer isso. Mas, o que despertou a humanidade para o problema da geração nuclear foram os acidentes nucleares.

Ocorre o seguinte, nos últimos vinte anos não houve qualquer outro acidente nuclear de gravidade. Por quê? Porque passou-se a ter uma preocupação muito maior com a segurança do sistema nuclear. A tecnologia evoluiu muito. Hoje está se fazendo os geradores de terceira geração, de modo que há toda uma nova geração de reatores em desenvolvimento.

Bom, a segunda preocupação ambiental é a questão dos rejeitos nucleares. Quando o urânio deixa de ser utilizado, quando ele já não tem mais utilidade para

aquecer a água nos reatores nucleares, ele ainda está emitindo radioatividade. Então o que é que se faz? No momento, o que os países têm são depósitos chamados temporários. Temporários é porque eles garantem que o rejeito não tem nenhuma contaminação a partir de uma certa distância por 50 anos. Ora, e 50 anos é o tempo de vida das usinas atuais.

Então, os países que têm fontes nucleares, eles têm então o rejeito contido, armazenado de maneira segura por dezenas de anos. Qual é o desafio? O desafio é ter rejeito, armazenamento permanente, ou reutilização. A nova geração de reatores, ela utiliza, ela reaproveita o rejeito e ela utiliza até ele deixar de ser radiativo, porque enquanto ele é radiativo ele pode ser usado para alguma coisa porque ele está exatamente emitindo a radioatividade.

Então, o problema de segurança dos reatores está equacionado e o problema de rejeitos, ele está equacionado por muitos anos. E por conta disso e por conta da produção de gases de efeito estufa se percebeu que as fontes nucleares são muito mais benéficas do ponto de vista de aquecimento global. Para citar um exemplo, para gerar um Megawatt/hora de energia com fontes de óleo diesel, termelétricas, se emite aproximadamente mil quilos de dióxido de carbono. Enquanto que uma fonte nuclear emite 4 quilos, 4. Portanto, ela é desprezível comparado com as outras fontes. A fonte hidrelétrica também ela é poluidora, porque é preciso ter desmatamento.

Então, hoje percebeu-se que as fontes nucleares são... Têm esse benefício ambiental.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– E as nossas usinas, as nossas usinas estão... São usinas, Angra 3, está prestes a ser colocada em funcionamento. Qual é o desenvolvimento tecnológico delas?

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE

– Ela é da geração atual, ela é da geração atual. Mas é uma geração que tem segurança de Atuação por, como eu falei, 40 a 50 anos. Com relação à questão do programa Nuclear. O Programa Nuclear Brasileiro foi interrompido há vinte e tantos anos. Grande parte dos equipamentos para Angra 3 foi importada, está nas dependências da CNEN, da NUCLEP e o País está prestes a decidir a retomada da construção de Angra 3, por quê?

Primeiro porque nós precisamos diversificar a nossa matriz energética. Segundo, precisamos ter mais energia. Terceiro, está havendo também na sociedade brasileira, apesar de haver alguns movimentos mais radicais contra, de que a energia nuclear tem essa vantagem ambiental e ela é muito mais segura do que se percebia há alguns anos atrás.

Então, Senador, a decisão em relação à Angra 3, ela está para ser tomada. Ontem nós tivemos uma reunião com o Ministro Silas Rondeau exatamente discutindo o plano de 2030. Aí já vou respondendo a questão do Senador Casagrande. Nós participamos do Conselho Nacional de Políticas Energéticas. Nós temos na Secretaria de Tecnologia, presidida, dirigida pelo Secretário Luiz Elias, um grupo voltado para energias. Várias fontes de energias. Então nós temos uma interação muito grande com o Ministério de Minas e Energia e subsidiando com informações em relação a fontes de energia, estudos, a rede que o Ministério tem envolvido tanto na área nuclear quanto em outras áreas de energia. Então, permanentemente, subsidiando o Conselho nacional de políticas energéticas.

Então, a discussão sobre Angra 3 vai ser levada ao Presidente da República nas próximas semanas para que ele então dê o aval e que possa fazer com que o Conselho de Políticas Energéticas possa tomar a decisão não só em relação à Angra 3, mas em relação ao plano decenal, o plano de 20 anos que foi preparado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Controle externo do CNEN, V.Ex^a. acha que é necessário?

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE

– O seguinte, o senhor tem toda a razão quando diz que uma mesma entidade responsável pelo ciclo do processamento de combustíveis, pelas empresas que são da área nuclear e ao mesmo tempo fiscalizar é uma distorção no sistema brasileiro. Por que existe essa distorção? Porque há alguns anos atrás só havia a CNEN e não havia programa nuclear que justificasse ter uma separação e a criação de uma outra agência.

Pois bem, para um próximo mandato, como o plano nuclear brasileiro está para ser retomado, uma das propostas que nós temos é exatamente separar a ação de fiscalização não pode estar confundida com a ação de execução.

Então, esse é uma das ações que está prevista no nosso plano de ação.

Com relação à questão do Senador, as questões do Senador Valdir Raupp. O senhor tem toda a razão que o Ministério da Ciência e Tecnologia aparece pouco. Em grande parte porque a clientela dele, até recentemente, era a comunidade científica que como eu falei é grande, mas é muito pequena em termos percentuais na sociedade brasileira.

Então, por essa razão, pelo fato da ciência e tecnologia não estar tão permeada na sociedade, isso vale para a própria mídia, então esse Ministério, as ações do Ministério têm pouca divulgação. Nós temos feito um esforço para divulgar um pouco mais. Esse relatório,

como eu falei, é um relatório de quatro anos de atuação. E, na verdade, é o relatório mais abrangente que já foi produzido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Ele procura, e nós temos procurado divulgar as ações. Agora, o senhor tem toda a razão de que precisamos redobrar os esforços na medida que nós temos participado de eventos diversos, nós estamos fazendo a semana nacional de ciência e tecnologia. Nós acreditamos que a sociedade brasileira vai, gradualmente, perceber que o Brasil produz ciência de boa qualidade e a ciência e a tecnologia estão contribuindo já de maneira definida para, para a geração de riqueza no País. Com relação à carreira de ciência e tecnologia, isso também foi colocado pelo Senador Flávio Arns, e ele disse, muito bem, que eu já há mais de um ano tomei a iniciativa junto ao Ministério do Planejamento para que a questão da carreira de ciência e tecnologia fosse retomada e todo o sistema de ciência e tecnologia tivesse o tratamento que tiveram o INPI, o Inmetro, o IBGE e a FIOCRUZ. E já havia falado com o Presidente Lula sobre esse assunto mais de uma vez. Mas aí, tomei, há dois meses atrás, a iniciativa de convencê-lo a visitar o INPE e um argumento temporal que havia é que o satélite CBERS-2B, está sendo encaixotado e vai ser enviado para a China de onde vai ser lançado para o espaço. Aí eu disse ao Presidente: O senhor precisa ir ao INPE até a terceira semana de março para ver o satélite. E ele disse: Eu já estou querendo ir ao INPE há muito tempo. Vamos. Aproveitou e foi. E, naturalmente, um grupo de Senadores foi há duas semanas atrás. Mas... Podemos promover uma outra...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – À China para ver o lançamento.

(risos)

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE

– Em setembro, estão todos convidados para irmos à China em setembro ver o lançamento do Satélite CBERS-2B. Pois bem, o Presidente, foi o segundo instituto do MCT que ele visitou. Na verdade o INPE é o mais imponente de todos, é onde a gente fica entusiasmado de ser brasileiro e ver o trabalho que é feito lá. Ele percebeu, com clareza, e no discurso que ele fez, no encerramento da Sessão que fizemos no INPE, ele disse explicitamente, isso foi publicado nos jornais do dia seguinte que nós precisamos ter os nossos pesquisadores recebendo à altura do trabalho que estão fazendo.

De modo, Senadores, a questão da carreira de ciência e tecnologia finalmente chegou no nível mais alto de decisão da República que é no Presidente Lula, que já comunicou o assunto, a prioridade que precisa ser dada pelo Ministro Paulo Bernardo. Mas, naturalmente, qualquer gestão que os Senadores façam junto

ao Ministro Paulo Bernardo sempre ajuda a agilizar. Nós estamos precisando agilizar as decisões, mas eu estou confiante que elas serão tomadas este ano.

Ainda com relação à questão do Senador Valdir Raupp em relação ao biodiesel. O Ministério da Ciência e Tecnologia, como eu falei, capitaneado pelo Secretário Luiz Elias, formou uma rede de biodiesel que tem múltiplas funções, uma delas é fazer pesquisa a partir de novas variedades genéticas onde o MCT não faz o estudo propriamente dito, mas o MCT é o grande financiador da EMBRAPA nessa área.

Então, nós já passamos nos últimos dois anos cerca de 20 milhões de reais para a EMBRAPA financiar projetos em diversas de suas unidades e para que a EMBRAPA criasse o Centro da EMBRAPA de agroenergia aqui em Brasília. Nós repassamos com recursos dos fundos setoriais, 10 milhões de reais para a EMBRAPA fazer isso.

Além disso, além de financiar o estudo de novas variedades, tem projetos que estudam o que fazer com os co-produtos da geração do biodiesel. Nós temos uma rede que faz testes de motores porque a ANFAVEA só aceita que o Brasil passe, passou a usar 2% depois que ela teve a certificação de motores, de teste de motores feitos por essa rede financiada e articulada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia. Estamos agora fazendo estudos para passar para 5% do diesel ser biodiesel. Então nós temos testes de motores nessa rede.

Portanto, é uma rede e temos uma rede de laboratórios, porque é preciso que o biodiesel produzido, e ele é produzido de maneira muito difundida no País, é preciso que ele seja testado e que se tenha à garantia de que tem a qualidade físico química daquele combustível.

Então, o MCT é o Ministério que faz essa articulação. Ele faz a articulação, faz financiamento, mas é um sistema bastante difundido e bastante espalhado não só no Governo Federal, mas nos governos estaduais. Com relação à questão colocada pelo Senador Flávio Arns em relação aos recursos, como os Senadores sabem, os fundos setoriais foram criados no governo anterior e desde que eles foram criados eles são contingenciados. Qual foi o progresso feito nos últimos anos? É que o Presidente Lula, em 2005, tomou a decisão e essa decisão está sendo implementada pela área econômica, que a cada ano o percentual da receita colocada no orçamento para execução está aumentando. Em 2005 ele foi 50%. Em 2006 foi 60%. É até uma coincidência de números. Em 2007 é 70%. Aquele 1 bilhão e 400 milhões de reais que eu mencionei, corresponde a 70% dos 2 bilhões de receita prevista. E há, então, já uma decisão, de a cada ano aumentar 10% da Receita no orçamento executado. Essa evolu-

ção gradual, ela podia ser mais rápida, mas é preciso também que nós, o Brasil teve, em termos de recursos federais, uma dificuldade muito grande em meados da década de 90 e é preciso também que nós tenhamos um cuidado de utilizar bem os recursos.

Então, nós temos procurado aperfeiçoar a ação das nossas agências de fomento. Nós temos procurado fazer redes temáticas para que a pesquisa não seja completamente duplicada para que o pesquisador saiba o que o outro está fazendo. Nós temos hoje no âmbito do Ministério de Ciência e Tecnologia cerca de 40 redes temáticas nas várias áreas do conhecimento. Agora, considerando todas as fontes de recursos federais, estaduais e privados no Brasil, nós investimos cerca de 1,3% do PIB em Ciência e Tecnologia. É pouco comparado do que outros Países fazem. A Coréia investe cerca de 2,5%. Os Estados Unidos investem cerca de 2,7%. Se bem que no caso dos Estados Unidos metade dos recursos federais para pesquisa é voltada para sistema de defesa. Aí eles podiam usar menos para sistema de defesa e mais para investimento em outras áreas importantes, de saúde e que não utilizam. Os Estados Unidos utilizam muito pouco investimento em agronegócio, em agricultura. Por isso eles têm que subsidiar sua produção. O Brasil nesse ponto está muito mais avançado do que os Estados Unidos. Nós temos uma rede de pesquisa federal capitaneada, feita pela EMBRAPA que faz inveja aos Países desenvolvidos.

Então, Senador, percentualmente em relação ao PIB ele é pequeno, mas acredito que vamos também avançar nos próximos anos. Até porque todo esse financiamento que eu falei que é feito junto às empresas existe contrapartida nas empresas. Então vão investir mais. Na medida que elas aumentam a sua lucratividade, isso vai convencê-las de que é um bom negócio investir em ciência e tecnologia.

Com relação às questões do Senador Romeu Tuma, sobre o radioisótopo eu gostaria de dizer que até recentemente, a única produção de radiofármaco feita no Brasil era feita pelo IPEN em São Paulo que fica no Campus da Universidade de São Paulo, e a lei que foi aprovada que é quebra o monopólio, ela faz com que em algumas áreas a CNEN ela vai fiscalizar, mas ela não é preciso que o Estado seja o único produtor de determinados radiofármacos. Ela passa a ser uma agência controladora que é um papel muito importante em fazer. E nós estamos expandindo a produção de radiofármacos criando o centro que foi implantado no Recife, o CRCN, uma unidade para a produção de radiofármacos no nordeste porque alguns radiofármacos como sabem tem uma vida curta. Muito curta. Não dá tempo de São Paulo e chegar para ser utilizado no nordeste.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O senhor sabe que para usar tem que ficar internado, que quando chega tem que aplicar, se não perde...

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE – Exatamente. Com relação às questões do Senador Casagrande, eu respondi rapidamente com relação à energia. Nós participamos diretamente em termos de subsidiar com estudos, com redes temáticas, toda a formulação da política energética no Brasil que cabe centralizar no Conselho Nacional de Políticas energéticas, mas que nós temos uma participação importante. Com relação ao futuro, a fonte de energia prevista para predominar a geração de energia daqui a 50 anos é a fusão nuclear. Porque a energia nuclear que nós temos hoje é energia baseada na fissão do núcleo de urânio. Ele separa, e quando ele separa ele gera outros produtos e gera energia. A fonte inesgotável de energia é a fusão nuclear que é a fonte de energia que existe nas estrelas, no sol. Nós temos hoje organizada no ano passado, ainda de maneira incipiente uma rede de fusão nuclear onde nós estamos botando junto toda a inteligência nacional nessa área e fazendo uma articulação com grandes projetos internacionais que existem na Inglaterra e na França para nós estarmos acompanhando de perto o desenvolvimento em fusão nuclear. Essa é que vai ser a saída para a geração de energia daqui a 50 anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – A energia é tão grande que derrete o reator? Não há matéria para...

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE – A dificuldade hoje nessa fonte é de saber como catalisar a reação pela qual o trítio que é um isótopo ali do hélio, como é que núcleos leves se juntam formando um outro núcleo e nessa fusão então eles liberam energia. A dificuldade é exatamente como desencadear a reação de maneira controlada. Existe um grande Projeto na França que chama ITER, de um instituto que está sendo montado agora para produzir um protótipo em 2010 que vai conseguir produzir a fusão controlada, mas que vai durar cinco minutos essa fusão. Imagine que se os mecanismos utilizados derem certo, vai poder se fazer um outro sistema para em 2025, 2030 estar gerando fusão controlada.

Com relação a clima, Senador, eu mencionei que nós estamos agora organizando uma rede de pesquisa em mudanças climáticas. Essa rede tem oito grandes temas, desde os estudos de emissão de fontes de carbono até a questão de monitoramento permanente do que acontece nessa área, e aí então esses trabalhos eles se acopla bem com todo o trabalho que vem sendo feito na área de meteorologia e clima. No início da década de 90, quando o Dr. Hélio Barros era do Mi-

nistério de Ciência e Tecnologia, o Ministério financiou redes estaduais de monitoramento de clima. E lá no Ceará, por exemplo, tem um estudo estadual, instituto estadual que é um exemplo de como é que uma ação de Governo Federal com Governo Estadual pode fazer com que tenha um Projeto de monitoramento de clima e que seja sustentável e duradouro.

No ano passado, depois de muitos anos que esse programa foi interrompido, nós voltamos a organizar redes meteorológicas estaduais e essas redes estão articuladas com o CPTEC, que é do INPE e com o INMET. O INMET é o instituto tradicional, que faz o monitoramento do clima e que perdeu tecnologia e conhecimento durante muitos anos.

Pois bem, no ano passado nós fizemos um convênio entre o INPI, CPTEC e o INMET para juntar forças nessa área que é uma área essencial. Se os Senadores repararam, todas vez que a gente vê as previsões do tempo nos telejornais, aparecia assim INPE-CPTEC. Desde o ano passado que aparece INPE-CPTEC/INMET, nós estamos trabalhando juntos depois de muitos anos de disputa entre o CPTEC e o para termos uma rede de geração de informações de clima confiável.

E sobre a questão do buraco nas informações do INMET? O INMET é que tem com tecnologia antiga em papel toda a informação do clima ao longo dos muitos anos. Porque o INMET tem uma rede meteorológica espalhada no Brasil. Pois bem, nós estamos agora trabalhando como o INMET para que toda informação seja digitalizada e seja processada. Estamos fazendo isso nos últimos poucos meses. Quando eu digo fazendo isso, é como? O CPTEC trabalhando com INMET e recursos de fundos setoriais estão sendo usados para que a gente possa resolver essa questão.

Então, nós estamos ampliando os esforços nessa área. Com relação à Amazônia, como o senhor disse bem, é um grande problema da Amazônia é controlar o desmatamento. Até dois anos atrás, os Satélites CBERS que fica... Ele tem uma trajetória pela qual ele passa no Amazonas no mesmo ponto a cada três meses, praticamente, nós não tínhamos informações confiáveis para que quando um desmatamento tivesse ocorrendo, se pudesse rapidamente chegar lá com a Polícia Federal, com IBAMA, com exército, e prevenir aquela ação. Pois bem, hoje nós conseguimos produzir informações praticamente a cada três, quatro semanas, que já é mais confiável, mas com a evolução dos satélites nós teremos daqui a três anos a produção de informação a cada dois dias. Como os senhores sabem, nós já estamos conseguindo numa ação que envolve 13 Ministérios e o MCT tem uma participação importante exatamente por causa do Programa Espa-

cial, nós já conseguimos diminuir a taxa de desmatamento da Amazônia. Ela diminuiu 50% em dois anos. Acreditamos que o desmatamento este ano, de 2007, que ele continua ocorrendo, infelizmente, ele vai ter uma diminuição mais significativa ainda. Essa ação de controle do desmatamento juntamente com a ação de uso sustentável da biodiversidade, e aí nós atuamos com o INPA, que tem uma ação muito objetiva. O INPA é outro instituto que merece ser visitado, com o museu Goeldi, e com o Centro de Biotecnologia da Amazônia, que é vinculado ao MDIC, mas que nós financiamos e que temos uma atuação muito direta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – O IMPA, para os Senadores que não conhecem, fica no meu Estado. É o Instituto de Matemática Pura e Aplicada, tem grandes publicações, grandes pesquisadores... Não é esse IMPA que V.Ex^a. está...?

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE – Não. São dois INPAs. Tem o INPA com N e o IMPA com M. O INPA com N é o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, que fica em Manaus.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Perdão. Tem razão. Mas eu queria só lembrar aqui do INPA porque foi salvo na época do Ministro Eduardo Campos que pagou uma conta do INPA que estava indo a leilão. Ele fica no jardim Botânico e é um instituto que presta grandes serviços ao povo e à ciência brasileira. Perdão, Ministro.

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE – E é quem conduz a Olimpíada Brasileira de Matemática que eu mencionei anteriormente. O INPA que é o carro chefe desse programa que mobiliza centenas de milhares de professores em todo Brasil. Dessa maneira eu cobri, eu creio, de maneira superficial...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Só a questão do Senador Tuma, é saber se há algum estudo no Ministério de Ciência e Tecnologia com relação a esse tema que nós estamos debatendo e Projeto do Senador Flávio Arns com respeito à contrapartida ambiental.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, só para acrescentar mais uma outra pergunta também.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com a palavra V.Ex^a.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Foi mencionado a Olimpíada Nacional de Matemática. V.Ex^a mencionou que há participação de 15 milhões antes?

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE – 14 milhões de estudantes fizeram a prova no ano passado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – 14 milhões.

E eu queria perguntar porque eu olhei sob essa ótica os resultados da avaliação do ensino fundamental e do ensino médio. E o que a gente observa de maneira interessante é que o desempenho dos alunos na matemática se mantém assim num patamar estável. Ao passo que o desempenho dos alunos no ensino fundamental, no ensino médio, na língua portuguesa, por exemplo, ele caiu nesses últimos anos. Eu até sugeriria que o Ministério pudesse fazer, se já não fez, algum estudo em relação aos resultados do desempenho escolar do ensino fundamental e do ensino médio e possíveis correlações disso, inclusive com uma iniciativa tão interessante como é, e eu sei que isso é uma repercussão enorme que eu escuto os comentários das escolas, dos alunos também, da Olimpíada Nacional de Matemática.

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE

– Nós estamos fazendo. Com relação à questão do Senador Romeu Tuma em relação à compensação ambiental, o grande papel do Ministério é subsidiar com informações, com estudos.

Então, é exatamente a área do Dr. Migués que eu mencionei que está lá no fundo, anteriormente, que tem as informações, ele coleta as informações e que diz: Olha, se a produção de pneu corresponde à emissão de quanto de CO₂? Então, é preciso para fazer a definição das compensações das contrapartidas ter informação do que cada um corresponde em termos de produção de CO₂, e nós participamos dessa forma, subsidiando e fazendo estudos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com a palavra o Senador Cícero Lucena. Senador... Deve ter saído. Precisou sair. Ideli. Senadora Ideli Salvatti, Líder... Está no telefone. Então o próximo inscrito é o Senador Augusto Botelho, que foi ao banheiro. Meu Deus do céu.

(risos)

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Presidente, se... Eu gostaria que o senhor me inscrevesse.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Vou inscrever o Senador Leomar Quintanilha. Mas passo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, Estado de Minas Gerais. Três minutos, Senador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Eu sou sempre sucinto. Sr. Ministro, primeiro eu quero dizer que a avaliação que ouço da gestão do Ministério é positiva que tem sido sempre o que tem me chegado ao meu ouvido, seja lá em Minas Gerais ou seja aqui. Eu quero abordar a questão só dos semicondutores. Quer dizer, nós já temos hoje no Brasil um volume de

consumo de chips que é muito expressivo, seja em celulares, computadores, outros dispositivos. E já representa, portanto, uma demanda suficiente para a instalação de uma fábrica de semicondutores no Brasil. Já existia uma notícia de uma Medida Provisória, que seria editada, mas que nunca saiu. Em que pé está esta questão. A outra questão diz respeito à inclusão digital usando recursos FUST, quer dizer, o FUST é uma briga a gente está há muito tempo aí, quer dizer, são mais de cinco bilhões de reais já arrecadados e acho que devemos estar caminhando para seis anos de criação do fundo sem que ele seja utilizado. Não se consegue chegar ao uso dele. A idéia é que a gente pudesse realmente levar... Não só ter o computador, é a questão da rede de internet mesmo, que a gente pudesse estabelecer uma rede pelo País afora em condições de atender a população. Hoje a gente já sente muito nas cidades menores essa dificuldade. Ou seja, se a cidade não tem telefone celular e não tem redes de internet é uma cidade segregada, ela está fora do mapa. Que é o que acontecia no passado quando não tinha energia elétrica ou telefone fixo. Onde a demanda é celular e internet.

Então essa questão da inclusão digital como a gente poderia trabalhar nesse sentido. E o terceiro é... Eu vi aqui rapidamente seus dados, quer dizer, uma evolução significativa de recursos sim na área de financiamento. Quer dizer, mas a demanda é sempre maior. E as fundações estaduais, seja FAPESP em São Paulo, a FAPEMIG(F) em Minas, (soa a campainha) elas têm realmente conseguido agora um fluxo mais normal de recursos.

Eu sempre lembro, Ministro, que nós tivemos uma revolução no Brasil que foi o Plano Real. As pessoas vão esquecendo. Quando o Brasil entrou para a normalidade econômica, isso é que possibilitou que nós pudessemos ir crescendo tudo.

Então, o crescimento do investimento... Quer dizer, tudo é possível depois que nós estamos num País normal.

Então, eu vejo que nessa área também, quer dizer, esses fundos eles hoje têm já um caminho porque o orçamento que é colocado é realizado. Na época da inflação, não. Era uma bagunça mesmo. Só quem governou no período de inflação pode lembrar e fazer esse comparativo. Como hoje você pode cumprir o orçamento, sim, porque o recurso se realiza.

Então basicamente são esses três pontos que eu queria colocar e poderia falar ainda da questão dos pólos tecnológicos, mas acho que isso já foi abordado aqui que também é importante. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Nós que agradecemos. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Muito obrigado, Presidente. Sr. Ministro, Sérgio Rezende, gostaria de cumprimentar pela sua palestra, apesar de ter pego no final, mas há alguns assuntos que eu gostaria de ter a suas opinião pessoal a respeito deles. Primeiramente também parabenizar pela olimpíada de matemática. Lá no meu Estado de Roraima, lá longe, quer dizer, quando você faz uma coisa dessas é bom que aparecem pessoas pontualmente nos lugares. Nós só tivemos uma detalha de ouro que é do Mateus Filipim Albuquerque que é da Escola Monteiro Lobato, mas tivemos 15 de prata e 15 de bronze. E é um assunto que se conversa e se discute lá em Roraima, mesmo, com intensidade. Não é igual o futebol, mas é uma coisa que a gente vê com muita frequência se discutindo sobre isso. Está despertando nas pessoas o interesse pela matemática que é a mãe praticamente de todas as ciências, a matemática. No meu ponto de vista.

Então, eu gostaria de parabenizar também o seu Ministério porque em 2004 nós só tínhamos cem mestres na área de micro eletrônica. Aquela história de que nós estamos perdemos o bonde, então nós estamos pegando o bonde mesmo e entrando nele e esperamos passar na frente. Porque eu confio na capacidade dos brasileiros, na inteligência dos nossos brasileiros. Tínhamos cem mestres e passamos para duzentos. Doutores, tínhamos menos de 50. Isso num espaço de dois anos. Quer dizer, o senhor conseguiu dobrar a nossa capacidade intelectual nesse sentido, de preparar as pessoas para isso.

Mas eu queria saber a sua opinião em relação à energia de hidrogênio, as células de hidrogênio. Saber como é que nós estamos, como é que estão as nossas pesquisas, o que nós temos no Brasil andando nesse sentido. Na nanotecnologia eu vi no Relatório do seu Ministério que nós já registramos cem patentes. Isso é um avanço para o Brasil. Nós somos um país que registra pouca patente, nós temos que andar mais nisso, temos que evoluir mais nisso. As nossas patentes às vezes são registradas fora do Brasil por causa da dificuldade que nós temos aqui dentro. Nós temos que trabalhar para facilitar que o conhecimento fique aqui dentro. Na área de *software* gastamos, acho que dez vezes mais do que exportamos em *software*. Quer dizer, é uma coisa descomunal. E acho que o País tem que andar nesse sentido. Nós estamos no milênio do conhecimento e o seu Ministério é o que vai empurrar esse carro para poder andar.

Eu gostaria de saber a sua opinião a respeito da energia de hidrogênio e o que nós temos aqui no Brasil com as células de hidrogênio.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Obrigado Senador Augusto Botelho. Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Sr. Presidente, eminente Ministro, minhas escusas por ter chegado já depois da exposição do Ministro. Perdi a exposição que eu tenho certeza foi realmente consistente. Mas em decorrência de outros compromissos não consegui chegar a tempo, Ministro. E não sei se o que me aflige já foi objeto de comentários de V.Ex^a. Se foi, eu pediria que ainda em breve palavras V.Ex^a pudesse me esclarecer.

O lixo produzido pelo ser humano é uma preocupação grande, crescente em todo País. Do mais remoto, do menor Município às grandes metrópoles. O lixo tem sido realmente um grande problema para os administradores. E noticia-se que o lixo pode ser, pode ter dele um aproveitamento diverso. Na reciclagem de parte dele, na produção de fertilizantes, e com relação à produção de gases, sobretudo o metano decorrente da decomposição do lixo noticia-se da possibilidade da sua transformação em energia, do seu aproveitamento e transformação em energia. Eu gostaria de saber se há no escopo do Ministério da Ciência e Tecnologia algum plano, algum projeto, algum estudo com vistas a desenvolver pesquisas ou estudos mais aprofundados no aproveitamento desses gases emanados do lixo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Perdão. É muito telefonema. Deviam proibir a gente de ter celular. Ele é uma coisa que nos ajuda muito e nos atrapalha bastante.

Mas Ministro, primeiro lugar eu acho que seria importante aqui deixar registrado que o trabalho que V.Ex^a desempenha é uma demonstração muito forte desta coalizão governamental. Essa composição que está construída agora de forma mais concreta no segundo mandato do Presidente Lula, e este trabalho à frente da Ciência e Tecnologia ele tem tido um resultado muito positivo para o País, e para nós que constituímos aqui os partidos que compõem o bloco de apoio ao Governo é bastante reconhecido e bastante valorizado.

Então, gostaria aqui de a gente poder ter este reconhecimento, e quando nós separamos da Comissão de Educação a parte de Comunicação, Ciência e Tecnologia, foi inclusive para poder valorizar, poder dar um foco para poder dar destaque para a evolução

que este setor, o setor da comunicação e da Ciência e Tecnologia precisa ter não só em nível de Governo, mas também aqui no Congresso e principalmente aqui no Senado, que tem a responsabilidade de tratar dos grandes temas, dos temas estratégicos para o desenvolvimento do País. Por isso que nós gostaríamos, e eu sei que o Senador Flávio Arns já fez esta pergunta, e eu gostaria de aprofundar a questão dos dispêndios nacionais em pesquisa e desenvolvimento, dão conta de que os Países têm dedicado de 2 a 3% do seu orçamento para esta questão da pesquisa e desenvolvimento. E algumas outras nações é de 1 a 2%, e, portanto, a manutenção nos últimos anos de algo em torno de 1% está bastante (soa a campanha) distanciado ainda dos comparativos com outros países.

Então eu gostaria de ter mais detalhamento a respeito do percentual que nós temos investido nesta questão da pesquisa e desenvolvimento e quais são as perspectivas que nós temos aí para o próximo período, principalmente desse segundo mandato do Presidente Lula.

E por último, é o seguinte. Hoje eu fui surpreendida, até o próprio Senador Zambiasi ele iria fazer esta pergunta, ele foi chamado à reunião da bancada, e como nós dois somos do sul do País, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, inclusive ele me passou a tarefa de substituí-lo na frente da questão do carvão mineral, e hoje no noticiário tanto do Valor Econômico quanto da Gazeta, nós fomos surpreendidos pela compra de uma termoelétrica à base do carvão em São Luís do Maranhão. E inclusive dizendo que vai importar carvão. Nós temos em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul nós temos uma das maiores bacias carboníferas detectada, o próprio Ministro Silas Rondeau colocou que é o equivalente a duas Itaipus, o que nós temos de... Só na bacia carbonífera.

Então, eu sou obrigada a perguntar assim. Porque lá em São Luís do Maranhão, uma usina à base... Termoelétrica à base de carvão anunciando que vão inclusive importar. Então eu gostaria de saber se nós temos alguma perspectiva de desenvolvimento. Porque, assim, está muito claro no Programa Nacional de Energia 2030, a manutenção da diversidade da nossa matriz energética. Apesar de a gente saber que temos pouco potencial, usamos pouco ainda o potencial que o Brasil tem, não chega a 30% da geração de energia a partir das hidrelétricas, mas há uma decisão política de manter a diversidade, principalmente porque na diversidade se desenvolve Ciência e Tecnologia.

Então, eu queria saber se temos alguma coisa focada para o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia na questão do carvão e também das eólicas que estão mantidas. Tanto o carvão mineral quanto eólicas

estão mantidas na diversidade da matriz energética. Então é uma pergunta do interesse do sul do País e agora já em parceria com Maranhão, porque São Luís também vai ter. Quem sabe a gente consegue fazer a... Com o desenvolvimento da tecnologia e do setor poder ter que é a usina lá de São Luís, use o carvão brasileiro, e não importe de outro País.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado, Senadora. Com a palavra o Sr. Ministro.

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE – Novamente eu vou apresentar a resposta bem simples, mas me comprometo a enviar informações sobre as perguntas que foram feitas. Em particular, Senadora, vamos lhe enviar uma tabela que mostra o dispêndio de Ciência e Tecnologia feito pelo Governo Federal, pelos Governos Estaduais e pelas empresas desde 1998 que mostra que realmente o percentual básico tem se mantido um e pouco por cento, e o que está faltando no Brasil, principalmente, é mais aporte do lado das empresas.

Nos Países desenvolvidos, industrializados, as empresas são responsáveis por cerca de 50% dos dispêndios. Em média. As empresas dos Estados Unidos, por exemplo, têm cerca de 30, 40% dos doutores que estão no País. Enquanto que aqui no Brasil eu falei tem 1% dos doutores. Vou mandar então as informações dos dispêndios em tabelas bem detalhadas.

O Senador Azeredo mencionou a questão dos semicondutores e que está num dos focos da atual política industrial e tecnológica e, portanto, tem uma atenção especial do nosso Ministério. O que é que nós estamos fazendo? Algumas ações. Uma delas nós temos uma rede que chamamos de Casas de Projeto de Circuito Integrado. Já que nós no momento não temos uma fábrica de chips, aliás, se tivéssemos de repente uma fábrica, antes de fabricar é preciso fazer um Projeto. O Projeto de um circuito integrado que tem tipicamente centenas e milhares de transistores e diodos é um Projeto de muitos meses. Então nós estamos capacitando o nosso pessoal para fazer Projeto de circuito integrado. E fizemos um edital dois anos atrás que era para a cooperação universidade/empresa onde empresas interessadas num determinado circuito integrado porque hoje eles são todos importados fazia uma encomenda para um grupo universitário, entrando com recurso em contrapartida. E o grupo então desenvolveria o desenho, o Projeto do circuito. E nós temos vários exemplos de circuitos que estão sendo feitos. No ponto de vista de fábrica de chips, mesmo, o Ministério está construindo já uns três anos em Porto Alegre o CEITEC, que é o Centro de Desenvolvimento de Tecnologia Avançada que nós

teremos em operação até o final desse ano. Nós estamos apoiando com os nossos mecanismos de incentivo da Lei de Informática projetos de componentes em todo o Brasil e por coincidência vou estar recebendo nos próximos dias o Dr. Wolfgang Sauer que é Líder de um Projeto que está sendo implantado em Minas Gerais. Então nós temos apoiado algumas iniciativas. E o fato de nós termos hoje uma Legislação aprovada por esse Congresso que incentiva a legalização na produção de computadores e de outros equipamentos eletroeletrônicos está fazendo com que nós tenhamos um mercado legal de computadores cada vez maior e isso está criando condições para que a gente atraia empresas de semicondutores para o Brasil.

Com relação à inclusão digital, há uma perspectiva de pela primeira vez nós termos esse ano algum recurso do FUST sendo colocado no orçamento livre do Ministério das Comunicações, para que possa ser usada para um grande programa de inclusão digital que o Brasil está precisando fazer há vários anos e que eu tenho confiança de que finalmente vai sair do papel e das intenções.

Com relação à questão do Senador Augusto Botelho, em relação à energia do hidrogênio. Novamente a Secretaria do Dr. Luiz Elias ela conduz um Projeto que é voltado para duas linhas no chamado economia de hidrogênio. Os dois institutos mais importantes no Brasil nessa área estão ligadas ao MCT, que são o IPEM que fica no Campus da Universidade de São Paulo, e o Instituto Nacional de Tecnologia no Rio de Janeiro.

Então, tem duas linhas. Uma delas é o desenvolvimento da célula de hidrogênio. Existe no IPEM até incubada uma empresa que chama ELETROCELL que está fabricando a células de hidrogênio. Fabrica. Ele faz tudo lá. A outra questão é como produzir hidrogênio para ser colocado nas células. Porque muitas células que existe no mundo elas são alimentadas por hidrogênio que vem a partir do gás, do gás natural. E essa não é uma utilização muito eficiente. Existe um Projeto que e chama reforma do etanol do qual a idéia é produzir hidrogênio a partir do etanol. Então, nós estamos na linha de fronteira nessa área com uma rede temática de hidrogênio envolvendo várias instituições e essas duas como eu falei são as mais importantes. Mas nós vamos enviar também mais informações sobre o Projeto de Economia de Hidrogênio que o Ministério conduz.

Com relação à questão do Senador Leomar Quintanilha, novamente, Senador, nós financiamos projetos que visam entender todo o mecanismo biológico de produção de gases a partir de lixo. É o nosso Ministério que detêm as informações e que permite quan-

tificar determinado resíduo sólido e nós podemos lhe enviar novamente a área do Dr. Miguéis que faz isso no Ministério, inúmeros estudos que foram financiados pelo Ministério que permitem subsidiar decisões nessa área. E nós temos alguns exemplos interessantes no Brasil. Na Cidade Universitária do Rio de Janeiro, da UFRJ, existe um Projeto que se chama Usina Verde onde a partir de resíduos sólidos se produz então o gás para gerar energia e a emissão é completamente limpa, sem nenhuma contribuição para poluir mais o nosso ambiente do que produzimos.

Então, temos ações nessa área. Com relação à questão, às duas questões da Senadora Ideli Salvatti, eu já mencionei sobre dispêndios e sobre o carvão. Nós recebemos há duas semanas atrás o Presidente da Associação Brasileira de Utilização de Carvão que é o Zancan, e exatamente acompanhado pelo Senador Zambiasi, e nos comprometemos a receber um Projeto que eles estão fazendo de uma rede temática de utilização de carvão para fins energéticos de modo que já financiamos projetos nessa área, mas assumimos o compromisso de fazer isso de maneira mais articulada com a associação que o professor Zancan conduz. De modo que eu cobri rapidamente as questões que foram colocadas na segunda rodada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com a palavra V.Ex^a.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Na questão das eólicas, Ministro, tem uma situação criada de que nós... Está também na diversidade da nossa matriz, mas tem uma possibilidade de desenvolvimento tecnológico de produção dos equipamentos.

Então, eu queria saber se tem no Ministério alguma sinalização nesta linha também. Porque mais até do que utilizar a questão eólica para a geração, nós temos informações de que poderia ser aberto se houvesse... Inclusive, assim, tem uma discussão de que a questão dos leilões de energia, quando se colocam diversas fontes, dentro da matriz, fica realmente pouco competitivo. Se você colocar hidrelétrica com carvão, com eólica, é óbvio que em termos de competitividade de preço não tem como competir. Mas que por conta dessa decisão política, da diversidade de manter a diversidade, de usar a diversidade inclusive para a geração de Ciência e Tecnologia em cada uma das matrizes, da diversidade da matriz, e que na questão da eólica nós poderíamos ter um nicho de produção industrial de equipamentos. Então eu queria saber se no Ministério essa discussão está colocada também ou não.

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE – O MCT tem um Projeto, uma linha de financiamento e de articulação na área de fontes de energia eólica e

solar há muitos anos. Desde aproximadamente 1995 que foi formado uma rede com pesquisadores dessa área, tanto eólica quanto solar, e que tiveram impulso inicial dado pelo Ministério. Porque na questão eólica, por exemplo, ter o mapeamento eólico do Brasil era o primeiro passo para saber que local era propício para a geração de energia eólica. E teve também um Projeto voltado para desenvolvimento de equipamentos. Tanto é que hoje existem alguns empreendimentos nacionais e estrangeiros no Brasil e alguns lugares. Existe no nordeste, existe no interior de São Paulo fabricação de grande parte dos equipamentos que compõem uma turbina eólica hoje é fabricado no Brasil. E o MCT na verdade teve uma participação alguns anos que é maior do que ele tem hoje. Que é quando foi dado o impulso nessa área. Hoje nós temos redes que já não estão tão mobilizadas quanto era alguns anos atrás quando foi dado partida aos estudos feitos nessa área.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Ministro, nós da Comissão de Ciência e Tecnologia e Comunicação queríamos agradecer a V.Ex^a pelo tempo que passou aqui conosco, e gostaríamos de estender esses agradecimentos também ao Sr. Eugênio que é o seu Secretário Adjunto, muito obrigado, à Lúcia Melo, Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, ao Lauro, e ao José Roberto, Vice-Presidente e também Diretor do CNPq, ao Sérgio, Presidente da Agência Espacial Brasileira, ao Luiz Antônio Rodrigo Barreto que é o Secretário de Política. Obrigado, Sérgio, de ter vindo. Luiz Antônio Elias, Secretário de Tecnologia, muito agradecido. Avílio Franco, Subsecretário das Unidades de Pesquisa, obrigado, Avílio, Hélio Barros, Assessor Especial, o Emir que é Diretor do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e ao Leonardo Diretor também do Ministério de Comunicações, Ciência e Tecnologia. Acredito que nossa Audiência Pública foi extremamente proveitosa. V.Ex^a está de parabéns, domina o assunto da pasta de maneira muito mais vasta que possamos supor, mas que o tempo não permite que a gente pudesse se abeberar dos conhecimentos que V.Ex^a coloca de maneira tão didática, clara, de forma que todos nós podemos aprender. Muito obrigado, Sr. Ministro. Está encerrada a nossa...

SR. MINISTRO SÉRGIO MACHADO REZENDE

– Eu que agradeço a oportunidade, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado. Está encerrada a nossa audiência.

(palmas)

(Sessão encerrada às 11h11.)

Ata da 9ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 18 de abril de 2007.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia dezoito de abril de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 13, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Romeu Tuma, Maria do Carmo Alves, Eduardo Azeredo, Flávio Arns, João Ribeiro, Fátima Cleide, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo e Papaléo Paes, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, José Agripino e João Tenório. Justificam a ausência os Senadores Sérgio Zambiasi e Cícero Lucena. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº. 257, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Acrescenta parágrafos ao art. 12 e um artigo 23-A à Lei nº. 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 (“Lei de Imprensa”), para disciplinar a divulgação de informações lesivas à dignidade da pessoa humana”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer é pela rejeição. É concedida vista ao Senador Gilvam Borges, pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº. 40, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação e Movimento Comunitário Rádio Sertaneja FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapeva, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº. 41, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Ilha Solteira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilha Solteira, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 38, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à SPC – Sistema Paraense de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Uruará, Estado do Pará”. O relator

designado é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 48, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Sociedade Paraibana de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 516, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à DRT – Duagreste Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teotônio Vilela, Estado de Alagoas”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 151, de 1999**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Miriam Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 491, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária da Fercal – ARC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Distrito Federal”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 17, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Nelson Castilho para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 39, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza à OCR – Organização Comunitária de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sairandí, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 42, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Bela Vista de Goiás para executar serviço de radio-

difusão comunitária na cidade de Bela Vista de Goiás, Estado de Goiás”. O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 10, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vicente Ferrer de Araguatins a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araguatins, Estado do Tocantins”. O relator designado é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 47, de 1993**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão a radio FM Rio Acarau de Tamboril Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Tamboril, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. Nesse momento, os Senadores Papaléo Paes e Flávio Arns requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 481, de 2006 e do Requerimento nº. 008, de 2007, respectivamente, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº. 481, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Marco Zero Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Amapá, Estado do Amapá”. O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 02: Requerimento nº. 008, de 2007-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que “Nos termos do inciso V do § 2º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso V do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja convidado o Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia, Sr. Sérgio Machado Rezende, para discorrer acerca do Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais em Santa Maria – RS e discutir as perspectivas, problemas e o futuro da Base de Alcântara, em conjunto com a comissão de Educação do Senado Federal”. O requerimento é aprovado. Fica adiada, em virtude da ausência do relator, a seguinte matéria da pauta: **Item 02: Requerimento nº. 1.302, de 2004**. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e dezessete minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e

aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Havendo número regimental declaro aberto a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, a realizar-se hoje, 18 de abril de 2007.

Antes de iniciarmos a reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os senhores Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Senhoras e Senhores Senadores quero aqui deixar registrado 56º aniversário do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, comemorados ontem, dia 17. Desde sua criação o CNPq tem tido destacada atuação na formação de milhares de pesquisadores e no fomento a projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação em todas as áreas do conhecimento. Promovendo a produção de conhecimento, a agência contribuiu para o desenvolvimento social e econômico do nosso país. Entre os eventos comemorativos, o de maior destaque foi a homenagem prestada a servidores da agência que completaram, no ano passado, 25 anos de serviços dedicados à instituição. O objetivo dessa homenagem é a de reconhecer o trabalho daqueles que se dedicam sua vida à pesquisa científica. A escolha dos homenageados é feita anualmente pelo Conselho Deliberativo do CNPq, que este ano destacou o trabalho dos senhores: Firmino Torres de Castro, Gerhard Jacob, José Ferreira Fernandes, Lindolpho de Carvalho Dias, Luís Reis, Luiz de Queiroz Orsini, Otto Richard Gottlieb, Paulo Emílio Vanzolini, Ricardo de Carvalho Ferreira e Theodor August Johannes Maris, permita aqui lhes recordar que o cientista Paulo Vanzolini é o autor de Ronda, uma das mais lindas músicas da MPB, e que trata um dos locais da maior boemia, do centro de São Paulo, Avenida São João, em homenagem ao Senador Tuma.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)

– Vanzolini está aí, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não, não. Não está não. Ele foi homenageado pelo CNPq.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)

– Merecidamente, porque além de Ronda, ele é autor de uma centena de músicas de primeiro time, a famosa

frase: “levanta, sacode a poeira, dá a volta por cima” é de uma música dele, Capoeira do Arnaldo, Praça Clóvis. Além de ser um cientista, inovador, é um grande compositor e V.Exª. está fazendo uma homenagem devida ao nosso querido Paulo Vanzolini.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Fico mais feliz no momento que eu conheço esse outro lado de V.Exª. que domina essas músicas que estão ligadas à boemia. Não é isso?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)

– Boemia e outros. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Temos sobre a Mesa dois ofícios, o primeiro do Senador Sérgio Zambiasi que justifica sua ausência em função de desempenho de missão no exterior e também do Senador Cícero Lucena, que nos mata de inveja, falando que está no desempenho de uma missão no exterior, de 14 a 24 do corrente mês, representando a Casa na Feira de Guangzhou, (Canton Fair) será realizada na cidade, Guangzhou, China, no período de 16 a 22 de abril deste mês, conforme autorização da Presidência do Senado.

Passamos à pauta, então, Srs. Senadores.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pela ordem, Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Solicito a V.Exª. que seja incluído em pauta o Projeto de Decreto Legislativo nº. 481/2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Coloco aos Senadores a aprovação do Projeto extrapauta. Os que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra o Senador Demóstenes Torres. Estava olhando e estava vendo a boemia, Senador, a música, toda aquela relação de músicas que V.Exª. citou, eu perdi o nome de V.Exª. Com a palavra Senador Demostenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)

– Paulo Vanzolini é muito mais importante, eu só pediria a V.Exª., hoje nós temos uma pauta extensa na Comissão de Constituição e Justiça, são 17 itens, eu sou Relator de muitos deles. Então, se V.Exª. pudesse inverter a pauta para que eu pudesse, nós tivéssemos oportunidade de votar primeiramente o Item 12

do qual sou Relator, eu agradeceria a V.Ex^a. e a essa Comissão.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra Senador.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Antes que V.Ex^a. submeta ou decida sobre a inversão de pauta, que eu acho justa e necessária, eu gostaria de fazer um pedido também de retirada de pauta do Item 1, para o pedido de vista e se V.Ex^a. puder estender para ser uma vista coletiva, seria importante.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente permite Senador Gilvam para pedir vista, precisa primeiro ter a leitura.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Precisa ler primeiro.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Justamente, eu estou tentando quebrar essa regra, estou fazendo um pedido de vista antecipada.

(risos)

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Preventiva, é uma preventiva, Por quê? Porque eu vou ter que me retirar, se não houver quem peça, de repente pode haver votação.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Posso fazer um resumo dele, se V.Ex^a. concordar, primeiro, eu acho que o Demóstenes tem razão, eu também tenho que ir para a CCJ, mas ele é Relator de mais de 50...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Demóstenes, Senador Tuma, eu queria fazer o seguinte: Nós temos um problema porque as rádios são todas terminativas. Nós temos uma pauta hoje simples e acredito que a gente faça essa pauta rapidamente se os Relatores... Porque aí nós conseguiríamos resolver esse problema com o quorum e depois imediatamente passamos a V.Ex^a.

Eu pediria... Eu, inclusive, queria fazer uma solicitação a essa Comissão, que na minha opinião, talvez seja uma das três maiores Comissões em grau de importância dessa Casa, porém é uma Comissão muito nova, todos nós estamos aprendendo sobre tudo o que se passa aqui. Então, pediria um maior entusiasmo por parte de V.Ex^a., como nós temos assuntos tão importantes nessa Comissão, queria que viessem mais requerimentos para que pudéssemos desenvolver muito mais essa área que com certeza hoje, é uma área muito importante, questão de Ciência, Tecnologia, Informática, Comunicação, que está tendo toda essa discussão entre teles, radiodifusão, informática então,

G-3, são coisas que nós temos que entender e colocar essa discussão aqui.

Pediria pelo menos meia hora de estudo durante determinada semana para que nós possamos fazer essa Comissão debater os problemas do país nessa área, ta?

Vamos, então, ao primeiro Item da Pauta. Projeto de Lei não terminativo, Projeto de Lei do Senado nº. 257 de 2005, que “acrescenta parágrafos ao Art. 12 e Art. 23-A à Lei 5250 de 9 de fevereiro de 1967, Lei de Imprensa, para disciplinar a divulgação de informações lesivas à dignidade da pessoa humana”. Autoria do Senador Marcelo Crivella, Relatoria do Senador Romeu Tuma. O Parecer é pela rejeição, matéria terminativa na Comissão de Constituição e Justiça, CCJ.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Peço vistas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ele tem que ler o Parecer, Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Eu não vou nem pedir vistas, a gente vota logo, pronto.

(risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu sou Presidente, mas essa Comissão é que decide.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Vamos agilizar logo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra o Senador Relator Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senador Crivella com justa indignação, propôs por esse projeto, que eu lerei apenas dentro da exposição de motivo, ele propõe que a Lei de Imprensa, o PLS 257, “consoante os termos de sua própria justificação, tem por objetivo coibir a divulgação irresponsável de informações inverídicas lesivas à honra, reputação e a dignidade da pessoa humana nos meios de comunicação social além de agravar a sanção penal no caso de descumprimento”.

Em outro trecho diz assim: “Toda vez que alguém aciona o Poder Judiciário, visando reparar o dano causado pela veiculação de matéria jornalística, ofensiva à honra, imagem e intimidade instala-se uma demanda que envolve a liberdade de imprensa e a proteção da dignidade humana”.

Em razão disto que eu propus voto contrário. Por quê? Porque nós temos lutado, Senador Demóstenes, V.Ex^a. e todos nós, contra a censura que a história mostrou que não valeu a pena. E nós temos um Ordenamento Jurídico que qualquer um de nós quando ferido nos princípios da dignidade por matérias não

condizentes com a verdade, processar. Eu já tive três vitórias em processo contra a imprensa, mas dentro da legislação em vigor. Então nós podemos é estudar outro tipo de ação. Mas fazer a censura prévia de matéria... Porque a gente vai ser surpreendido. A matéria sai e você tem que lutar por ela. Toda e qualquer orientação nas redações de jornais, de revistas que tem o seu manual, dizem para ouvir as duas partes.

Então, a sanção poderia ser interna para o Jornalista que deixa de cumprir esta obrigação. Por quê? Porque ele quer o furo jornalístico, ele, às vezes, recebe a matéria.. Veja o caso da Polícia Federal, foi um belo trabalho só que deram a cópia só para a Globo. Então, todo mundo reclamou. Por quê? Porque a Globo teve com o furo todo na mão. É uma outra discussão que não compete à gente a frear qualquer liberdade de imprensa. O direito de recorrer àquilo que nós sentimos que fere a nossa dignidade, os princípios para o qual nós pautamos, nós temos que buscar na própria Justiça a reparação do dano.

Então, eu fui pela rejeição, expliquei ao Senador Crivella da grande dificuldade de a gente propor nesse momento, ver que o Presidente Lula procurou criar um Conselho, procurou criar mecanismos de proteção, caiu o mundo em cima dele. Não teve condições de levar avante o projeto. Então, para mim, pelo menos, é difícil achar que se a gente fizer um trabalho de conter qualquer liberdade de imprensa, nós não seremos felizes no nosso intento.

Então, meu voto é contrário ao projeto, provavelmente se ele pedir vista, ele reanalisa...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Há pedido de vista ou em discussão o projeto?

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Eu acabei de falar com o Senador Crivella, ele está em uma Audiência no Ministério, realmente diante dessa condição, ele me pediu que fizesse o pedido de vista para poder reavaliar, até poder também pensar na retirada do projeto de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Há o pedido de vista, foi dado vista ao Senador Gilvam Borges. Passaremos agora ao Item 02 da Pauta. Não está presente o Relator.

Passaremos ao Item nº 03 e nº 04. Entramos nas rádios. Como são dois de Relatoria do Senador Romeu Tuma, vou ler os dois imediatamente para que V.Ex.^a possa fazer a Relatoria em conjunto.

Projeto Decreto Legislativo nº 0 de 2007 que “aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO SERTANEJA FM, para executar serviços de radiodifusão comunitária

na cidade de Itapeva, Estado de São Paulo. Autoria do Poder Executivo, Relatoria do Senador Romeu Tuma com Parecer favorável.

O Item nº 04 da Pauta é o Projeto de Decreto Legislativo nº 41/2007, que “aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Ilha Solteira para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Ilha Solteira, Estado de São Paulo”. Autoria do Poder Executivo, também Relatoria do Senador Romeu Tuma, a quem, nesse momento passo a palavra. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, lida a Emenda de V.Ex.^a, preenchidos todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, sou favorável à aprovação dos dois projetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Resumidamente, perfeito. Passaremos à votação no final em bloco, visto que é um Projeto terminativo.

Item nº 05 da pauta, “aprova o ato que outorga permissão a SPC – SISTEMA PARAENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA...” Irei parar a leitura porque chegou a minha líder máxima, Senadora Ideli Salvatti. Bom dia, minha líder.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Bom dia, Presidente. Se faltava um para o quorum, cheguei.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Obrigado. Passaremos ao Item... Projeto Legislativo nº 38 de 2007, “aprova o ato que outorga permissão a SPC – SISTEMA PARAENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Uruará, Estado do Pará”. Autoria do Poder Executivo, Relatoria do Senador Augusto Botelho. Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Projeto Legislativo nº 38 de 2007 atende a todos os requisitos legais, no meu relatório é Parecer favorável para aprovação do Projeto do Item nº05, que outorga permissão a SPC – SISTEMA PARAENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Uruará, Estado do Pará. Esse é o relatório, Presidente. Pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação ao final.

Item nº 06, também Projeto Terminativo, “aprova o ato que outorga concessão à SOCIEDADE PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar ser-

viços de radiodifusão de sons e imagens na Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba”. Autoria do Poder Executivo, Relatoria do Senador Cícero Lucena, que se encontra em viagem representando o Senado Federal, passaremos como Relator *ad hoc* a Senadora Maria do Carmo.

Com a palavra a ilustre Senadora.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a matéria vem a esta Casa em caráter terminativo, a matéria aprova o ato que outorga concessão à SOCIEDADE PARAI-BANA DE COMUNICAÇÃO LTDA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na Cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS referido não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92 do Senado Federal e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica e legislativa, opinamos pela aprovação do referido ato. É o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Obrigada, Senadora Maria do Carmo. O voto é pela aprovação. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação em bloco ao final.

Passaremos ao Item nº 08, Projeto Terminativo que “aprova o ato que renova concessão da RÁDIO MIRIAM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul”. Autoria do Poder Executivo, Relatoria do ilustre radialista e Senador Sérgio Zambiasi, que não se encontra presente, também justificado porque está representando a Casa em uma viagem, representando o Senado, passaremos a palavra ao Senador Flávio Arns como Relator *ad hoc*. Com a palavra Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Parecer é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão o parecer. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação em bloco ao final.

Passaremos agora ao Item nº 11, Projeto Terminativo também, que “aprova o ato que autoriza a OCR – Organização Comunitária de Radiodifusão, para executar serviços de radiodifusão comunitária na Cidade de Sarandi, no Estado do Paraná”. Autoria do Poder Executivo, Relatoria do Senador Flávio Arns, a quem passo a palavra nesse momento.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O Parecer, Sr. Presidente, é também favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obri-

gado pelo resumo. Em discussão o Parecer. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação em bloco ao final.

Essa velocidade toda perde um pouco de... Não perde, não? Estou sentindo saudade da palavra dos Senadores.

Então vamos continuar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Também desperta a curiosidade, a gente vai ver no mapa onde é a cidade, se descrever aqui, perde razão na pesquisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Item nº 12, Projeto Terminativo é o Projeto de Decreto Legislativo nº 42 de 2007, que “aprova o ato que outorga autorização a Associação Comunitária Cultural de Bela Vista de Goiás para executar o serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Bela Vista de Goiás, Estado de Goiás”. Autoria do Poder Executivo, Relatoria do Senador Demóstenes Torres, que hoje aqui nessa Casa demonstrou seus dotes musicais, conhecimento profundo, não só de músicas, como também dos autores. Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão o Parecer.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Quando V.Exa. lê a Ementa, praticamente o registro feito esclarece a cidade, o nome da rádio...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – E a Cidade de Bela Vista, Senador?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – É uma das melhores do Estado de Goiás, fantástica cidade, cidade que, outro dia, viveu uma experiência grande com a edificação de um dos maiores pólos de criação de avestruz do Brasil, que infelizmente sofreu com um golpe, mas uma cidade que mostrou ser próspera. É uma cidade que é grande produtora de frangos, de ovos, tem uma capacidade muito grande, inclusive, deve ser e abastecer, ajudar a abastecer a grande Goiânia, porque um lago está previsto para ser construído. É uma cidade que hoje tem um Prefeito do PT e que apesar de ser do PT está fazendo um bom trabalho. E que é uma cidade em franco desenvolvimento com índices altos de alfabetização, de baixa de mortalidade infantil. Então, uma cidade extraordinária que merece, com certeza, ter essa emissora de rádio, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sentiu, Senador Romeu Tuma, como você provoca e aí nasce...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A beleza é que ele tem o melhor colégio eleitoral na cidade.

(risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Senador Demóstenes.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, V.Ex^a. abre um debate, também...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Questão partidária.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Uma questão partidária, eu respeito muito o Senador Demostenes Torres, aliás, desde que eu o conheci, eu digo, olhe, Demostenes foi o grande orador grego e tem um seguidor no Senado nos tempos atuais, só que certamente o Demostenes grego não fazia as observações que o atual faz em relação a questões partidárias.

(risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra Senador Romeu Tuma.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Estendo o elogio a V.Ex^a.

(risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Está vendo como é que assim fica... Embora tenha a questão partidária, o toque cultural, sobre toda a cidade, isso é que é muito bonito.

Em discussão o Parecer do ilustre Senador Demostenes Torres. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação ao final.

Senador João Ribeiro está presente. Item nº 13 da Pauta. Projeto de Decreto Legislativo nº 10 de 2007, “aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vicente Ferrer, de Araguatins a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Araguatins, Estado do Tocantins”. Aatoria do Poder Executivo, Relatoria do Senador João Ribeiro com Parecer favorável, a quem nesse momento passo a palavra, e que nos fale também sobre um pouquinho da cidade, se V.Ex^a., sobre a cidade onde nós estamos autorizando essa rádio.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, primeiro eu quero cumprimentar o líder político lá do Tocantins de Araguaína e do Bico do Papagaio, Pedro Quaresma, Radialista da Cidade de Araguaína, que está aqui presente nessa Comissão, assistindo esta sessão.

E passando a falar sobre o Projeto, Sr. Presidente, desse Decreto Legislativo para dizer o seguinte: A cidade de Araguatins está entre as dez maiores do Estado do Tocantins, é uma cidade que tem, mais ou menos, 30 mil habitantes. Está localizada no Bico do Papagaio, uma cidade por sinal que já me deu muitas alegrias porque eu sempre fui, sempre fui muito bem recebido e muito bem votado nesta cidade, sou, por sinal, cidadão araguatinsense, há muitos anos atrás a Câmara daquela cidade me concedeu o título de cidadão araguatinsense. Portanto, essa é a primeira rádio da cidade de Araguatins, primeira da região do Bico do Papagaio, portanto eu já fui até convidado para estar lá na inauguração desta emissora e se algum dos Srs. Senadores, ou outro, se quiser conhecer, o Presidente, inclusive, já fica feito aqui o convite para a gente ir lá numa festa que a população de lá deve fazer, Associação Comunitária Vicente Ferrer que lutou tantos anos para que tivesse lá essa rádio comunitária e para minha alegria sou o Relator desta matéria por deferência de V.Ex^a., Presidente Senador Wellington, e, portanto, meu Parecer é favorável.

A cidade Araguatins é aquela cidade onde teve, inclusive, para que as pessoas, os Senadores e Senadoras se lembrem, teve aquele problema na questão da visão, as pessoas estavam ficando cegas, não sei se vocês se lembram, se os nobres pares se lembram disso. Uma doença estranha que apareceu, lamentavelmente para que os nobres pares lembrem deste, consigam fixar a cidade de Araguatins ou lembrá-los deste fato e algumas, algumas dezenas de crianças, sobretudo as crianças iam tomar banho no Araguaia e depois acabavam ficando cegas por um germe, alguma coisa que até agora a medicina não conseguiu desvendar direito. Parece que existiu só dois casos desse no mundo, além do Brasil, um na África e outro em outro país, que não me lembro nesse momento, eu sei que Araguatins está ainda sobre este mistério, essa cidade de Araguatins. A população, cidade que tem uma praia maravilhosa, perdeu os hotéis que estavam sendo construídos, a movimentação de turistas da região do Maranhão, do Pará que para lá se dirigiam na época das praias no mês de julho, agosto, setembro, infelizmente a cidade praticamente esvaziou em função deste problema que houve, dessa tragédia que se abateu sobre a cidade. E nós estamos tentando recuperar, reconstruir o ânimo e, enfim, o desejo das pessoas de melhorar a vida da sua gente, das suas crianças. E está sendo feito um tratamento do córrego lá, um córrego que deságua no Araguaia, a doença vem através dos caramujos, dizem que ficam um metro, dois metros de caramujos dentro d'água, coisa impressionante, é algo inusitado que se viu pouco

no mundo, como já disse, em dois ou três lugares no mundo. Mas com muito esforço, muita dedicação nós estamos superando isso. Então, esta, Sr. Presidente, é a cidade para a qual nós estamos autorizando a primeira emissora de rádio da região do Bico do Papagaio, onde foi a região de conflito... Araguaia, Tocantins, é porque fica próximo, o Senador Augusto Botelho me pergunta, por que Araguatins? É o nome do Araguaia com o Tocantins, união dos dois nomes porque fica na região do Bico do Papagaio, é onde há o encontro das águas do Rio Araguaia com o Rio Tocantins, por sinal, algo muito bonito da natureza.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Permite um aparte?

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Pois não, Senador Romeu Tuma, com todo o prazer.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A minha história profissional, ele citou o Bico do Papagaio, eu diria que antes da divisão do Estado de Goiás, criação do Estado do Tocantins, a região do Bico do Papagaio era uma região de conflitos permanentes, inclusive com morte de padres, que quando assumi a Polícia Federal foi o meu primeiro serviço nessa região. E hoje eu fico muito feliz com as explicações que o Senador João Ribeiro está fazendo, o que demonstra a ação de Governo para melhor qualidade de vida numa região que só vivia através de conflitos, conflitos de terra, com mortes, com violência permanente. Então, é um sinal evidente, Senador Augusto Botelho, de que o João Ribeiro diz, a primeira rádio, o primeiro sinal que a própria civilização já chegou, e já está a cidadania reconhecida pelas autoridades constituídas. Parabéns.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Obrigado, Senador Romeu Tuma. Eu quero ainda para ilustrar mais a minha fala, Sr. Presidente, dizer o seguinte: A região do Bico do Papagaio, como colocou o Senador Romeu Tuma, é bom que a gente coloque sempre isso, eu fico feliz do Presidente ter solicitado que eu falasse um pouco sobre aquela cidade, sobre a região, porque a nossa história, de um passado não muito distante, mostra que realmente a região do Bico do Papagaio foi uma região de muito conflito, de muitas mortes, de coisas traumáticas que aconteceram no passado, mas, Senador Romeu Tuma, se V.Ex^a. for hoje ao Bico do Papagaio, o meu caro amigo vai ver que a presença da criação do Estado do Tocantins fez um bem extraordinário àquela região, porque eu tenho certeza que quando...

SENADOR ROMEU TUMS – Teve uma passeata em minha homenagem pela chegada da Polícia Federal.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Está vendo? O que ocorreu no passado, hoje graças a Deus

não ocorre mais, nós estamos implantando um projeto de fruticultura no Município de Sampaio, que é próximo a Araguatins também, fica uns 40, 50 quilômetros de Araguatins, essa rádio, inclusive, deve atingir essa região, não sei se atinge, mas todas as cidades do Bico do Papagaio hoje, Senador Romeu Tuma, estão interligadas por pavimentação asfáltica, todas elas.

SENADOR ROMEU TUMS – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Lamentavelmente, porque se fosse uma outra emissora ela iria abranger e beneficiar muito mais a região.

Então, Senador Wellington, eu, sem querer abusar do tempo que V.Ex^a. me concedeu, só para dizer que a região do Bico do Papagaio hoje se transformou num grande cinturão verde porque as guseiras do Pará no Pará, o desmatamento é apenas 20% e não poderia ser diferente, que é Floresta Amazônica e, portanto, nós sabemos que o desmatamento no Tocantins é 65% em função de ser cerrado e por isso as terras do Bico do Papagaio estão sendo usadas para plantar eucalipto, para produzir carvão para as guseiras de Marabá. Então é uma região que melhorou muito, temos pista de avião, eu consegui levar dinheiro para fazer uma pista pavimentada na cidade de Araguatins, tem uma pista, se o Senador Wellington quiser conhecer, lá dá para descer de avião, viu Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu estou ficando com uma fama nessa Casa de proprietário de avião. O Heráclito fica... até o momento...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Senador, eu não sei...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – E pelo grande respeito, eu tenho que ficar calado, mas terei o maior prazer...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Eu confesso, vou concluir. Foi um chute que dei, Senador, só porque eu sei que V.Ex^a. é um grande empresário da Área da Educação e, portanto, eu dei apenas um chute. Mas o avião, se V.Ex^a. não tiver o avião para ir, não tem problema porque a gente pode ir a Imperatriz, de lá fica menos de 100 quilômetros de lá, a gente vai de carro para Araguatins. Então, fica o convite a toda essa Comissão e o meu voto é favorável, não poderia ser diferente. Acho que fiz um relato mais ou menos da região do Bico do Papagaio.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Me permita?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra, Senador Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)

– Eu li a respeito, essa questão de ficar lendo muito de madrugada perde o sono, eu li que V.Ex^a. é um dos grandes colecionadores de arte do Brasil. Não tive oportunidade de conhecer, mas me dizem que V.Ex^a. tem algo em torno de 10 mil quadros de artistas absolutamente consagrados, e se for verdade é um grande preservador, não é verdade?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu recomendo...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)

– Não é só um grande empresário, mas em sendo verdade, não sei se o é...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não chega a tanto, mas eu recomendo comprarem quadro do Potero que é da cidade de V. Ex^a., Goiânia, que é um grande pintor, tem uma história, tem característica própria, então podem comprar o quadro do Potero, com certeza, daqui a 10 anos vai estar supervalorizado. É a dica que eu dou.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)

– Como eu não tenho dinheiro para comprar o quadro, o Potero acabou me dando alguns, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador João Ribeiro, é uma honra muito grande ter dado a Relatoria dessa rádio para V.Ex^a. e quem conhece o trabalho que V.Ex^a. faz pelo Estado, sabe muito bem que teria que ser entregue não só a V.Ex^a., como também para outros Senadores, mas V.Ex^a. em especial nesse momento.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Passaremos agora ao Item nº 07. Projeto de Decreto Legislativo que “aprova o ato que outorga permissão a DRT – DUAGRESTE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Teotônio Vilela, Estado de Alagoas”. Aatoria do Poder Executivo, Relatoria do Senador João Tenório, não está presente, passaremos ao tucano de plumagem idêntica ao Senador Teotônio Vilela, Senador Azeredo do Estado de Minas Gerais. Com a palavra o Senador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sim, Sr. presidente. Na verdade a Cidade Teotônio Vilela não sei onde fica lá em Alagoas, mas é uma cidade que homenageia o grande Senador Teotônio Vilela, pai do nosso Governador hoje, Teotônio Vilela Filho, e essa rádio, portanto vem, pelo próprio nome

do Agreste, está localizado na região do Agreste, lá de Alagoas. O voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos para a votação ao final.

Vamos terminar logo, temos aqui o extrapauta, passaremos ao Item nº 09 e nº 10. São Projetos Terminativos. Um que é o nº 491 de 2006, que “aprova ato que autoriza a Associação Radiodifusão Comunitária de Fercal – ARC a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Sobradinho, Distrito Federal”. Aatoria do Poder Executivo, Relatoria do Senador Marconi Perillo, não está presente, nomearemos o Senador Demóstenes Torres *ad hoc*, e também para o Item nº 10, “que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Nelson Castilho para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás”. Grande Caldas Novas.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)

– Os Pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Agora, V.Ex^a. não tem nada... claro que tem, poderia falar um pouco sobre a cidade de Caldas Novas, a quem tenho grandes recordações.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)

– Sr. Presidente, Caldas Novas é simplesmente o maior endereço turístico do interior do Brasil, é a cidade que mais recebe turistas no interior do Brasil. Tem um lençol freático extraordinário e muito próximo, desmembrado o seu Município original, existe também a Cidade de Rio Quente que tem a famosa Pousada de Rio Quente, que tem uma ocupação de hotelaria de 98% ao ano. É algo magnífico, é uma cidade que recebe muitos visitantes e hoje ainda por conta de um grande potencial turístico, perdão, um grande potencial energético que tem no rio Cuiabá foi feita uma usina e um grande lago de água fria, naturalmente, porque lá tem rio de água quente, a natureza nos abençoou ...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – É uma Prefeita, lá, não é?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO)

– É uma Prefeita, Prefeita Magda Mofato, e que é uma cidade extraordinária, uma cidade turística, que hoje é uma cidade que tem uma infra-estrutura, até quando fui Secretário de Segurança Pública, tive oportunidade de criar a polícia turística lá, moldada em exemplos da Europa, do Japão, dos Estados Unidos, esses policiais que atendem aos turistas, além de fazer Segurança Pública também fazem orientação, tem noção de inglês, tem noção de espanhol e faz aquele processo cidadão

de aproximação do policial com a comunidade. Então, Caldas Novas é uma cidade que tem emissoras de televisão, várias emissoras de rádio, é uma cidade que cresce muito, cresce bem, porque a cidade que cresce traz problemas, Caldas Novas é o contrário, ela cada vez chama atenção de novos turistas e francamente V. Ex^a. poderia, inclusive, organizar, ceder os seus aviões para que essa Comissão pudesse ir a Caldas Novas fazer uma visita para constatar tudo isso que eu estou dizendo.

(Risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Obrigado pela colocação. Daqui a pouco eu vou receber o convite para poder abrir uma empresa de aviação. Em discussão os pareceres relatados pelo Senador Demóstenes, Itens nº09 e nº10 da Pauta, não havendo quem queira discutir, passaremos a votação final.

Item nº 14 da Pauta, Projeto Decreto Legislativo nº 47, aprova o ato que outorga permissão a RÁDIO FM RIO ACARAU DE TAMBORIL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Tamboril, Estado do Ceará. Autoria do Poder Executivo, Relatoria do Senador Marco Maciel, que não está presente, será Senador *ad hoc*, Senador Papaléo, a quem passo a palavra nesse momento.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Sr. Presidente, de acordo com o parecer do Senador Marco Maciel, que eu acompanho, o voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação final. Passaremos ao Item Extra Pauta, foi aprovado no início da reunião, que é da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática em caráter terminativo, sobre o Projeto Decreto Legislativo nº 481 de 2006, que aprova o ato que outorga permissão da Rádio Marco Zero LTDA para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Amapá, Estado do Amapá. Com certeza essa o Senador Papaléo conhece bem. Com a palavra o Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 481 de 2006, não evidenciou a violação das formalidades estabelecidas na resolução nº 39 de 1992 do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica Legislativa, meu voto é pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Marco Zero LTDA para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Amapá,

Estado do Amapá, na forma do Projeto de Decreto Legislativo Ordinário da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, o Estado do Amapá ele possui 16 Municípios e o Município do Amapá que tem a mesma denominação, mesmo nome do Estado do Amapá, que muitas vezes é confundido com o Estado do Amapá, ele é um Município que está aproximadamente há 300 quilômetros da cidade de Macapá e a 300 quilômetros do Oiapoque, ou seja, ele está na direção Norte do nosso Estado. É um Município que tem na pecuária uma grande fonte econômica, principalmente na criação de búfalos que é muito tradicional, na pesca e na agricultura. Na agricultura ele tem boas terras, mas infelizmente nunca recebeu incentivo estatal para que aqueles agricultores ali pudessem desenvolver como deveria ser aproveitada a agricultura naquele Município. Município que tem cerca de seis mil eleitores, ou seja, uma população de quase 20 mil habitantes e que realmente é a nossa grande esperança de desenvolvimento após a conclusão da BR que faz a ligação da cidade de Macapá ao Oiapoque, nosso extremo Norte do país e que essa estrada está para ser concluída há mais de 10 anos e agora que nós chegamos a mais ou menos 300 quilômetros...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Gostaria de fazer uma correção.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Deixa a tradição prevalecer.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, não, não porque agora, estamos na época de ciência, estudos de satélites mais apurados concluíram que o ponto extremo Norte do Brasil está no Monte Caburaí, perto da nascente do Rio Ailã em Roraima, Oiapoque tem o título por tradição, mas o título real, extremo norte, nós estamos mais ao norte ...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu prometo um debate... Audiência Pública sobre discussão desse assunto. Em discussão, o Projeto relatado pelo Senador Papaléo, não havendo quem queira discutir, passaremos a votação de todos os projetos terminativos nesse minuto. Senador Augusto Botelho como vota?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Valdir Raupp? Meu líder.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Gilvam Borges deu uma saída, Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu também.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Demóstenes Torres? Senador Romeu Tuma? Senadora Maria do Carmo, a primeira a chegar a essa Comissão.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Obrigado, Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador João Ribeiro?

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senadora Fátima Cleide saiu, Senador Papaléo?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Faltou alguém? Senador Flexa Ribeiro que acabou de chegar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não falta mais ninguém. Estão aprovados. Sobre a Mesa requerimento de autoria do Senador Flávio Arns, nos termos do Inciso V do parágrafo 2º, do Art. 58 da Constituição Federal, combinado com o Inciso V do Art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja convidado o Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia, Sr. Sérgio Machado Rezende para discorrer acerca do Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais em Santa Maria, Rio Grande do Sul, discutir as perspectivas,

problemas e o futuro da base de Alcântara em conjunto com a Comissão de Educação do Senado. Os Senadores que estão de acordo que o Requerimento seja aprovado, por favor, com a palavra Senador Flávio Arns para explicar seu o requerimento.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – É só um requerimento que já foi aprovado no dia de ontem, V. Ex^a., inclusive, estava na reunião de autoria do Senador Pedro Simon, mas como ele pediu uma audiência conjunta, que na hora não percebi que era conjunta, temos que aprovar aqui também. E eu pedi para incluir a discussão sobre a base de Alcântara para aproveitar a presença do Ministro e discutir porque ele estava solicitando ao Senador sobre o Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais em Santa Maria. Então, já vamos discutir que é do interesse desta Comissão discutir a questão da base de Alcântara.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Dois coelhos com uma cajadada só. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Fica adiado o Item nº 02 da Pauta pela ausência do Relator. Não havendo... desculpe, tem uma comunicação a fazer. As duas Subcomissões que foram criadas nessa Comissão eu estou aqui como ficaram montadas as Comissões. Bloco de apoio ao Governo, PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP é a Subcomissão Permanente de Serviços de Informática, CCT/SINF. Solicitado pelo Senador Azeredo que acabou de sair, ficou Senador Flávio Arns do PT, Senador Renato Casagrande, Senador Sérgio Zambiasi, Senador Expedito Júnior; pelo PMDB, Senador Valter Pereira, Senador Gilvam Borges. Pelo bloco da minoria PFL/PSDB o Senador Demóstenes Torres, Senador Eduardo Azeredo, Senador Heráclito Fortes, Senador Cícero Lucena, essa é a Subcomissão Permanente de serviços de Informática. A outra Subcomissão, também criada nessa Comissão, é a Subcomissão Temporária para Estudo, Acompanhamento e Apoio ao Desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos, ficou montada também, constituída da seguinte forma: Bloco de apoio ao Governo, Senador Marcelo Crivella, Senador Augusto Botelho, suplente Senador Francisco Dornelles, Senadora Fátima Cleide, pelo PMDB, Senador Mão Santa como titular, Senador Garibaldi como suplente. Bloco da minoria: Senador Romeu Tuma e Senador Cícero Lucena como titulares, a Senadora Rosalba Ciarlini do PFL, Senador Azeredo como suplente. Agora eles vão ter que se reunir, nomear Presidente e Vice-Presidente. Vamos instalar a Comissão. Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada essa reunião. Senador Flexa, presença mais rápida aqui.

(Sessão encerrada)

Ata da 10ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 25 de abril de 2007.

Às nove horas e dezoito minutos do dia 25 de abril de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala dezenove (19), sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Valter Pereira, Romeu Tuma, Maria do Carmo Alves, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Flávio Arns, João Ribeiro, Francisco Dornelles e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Demóstenes Torres, José Agripino e João Tenório. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senador Presidente Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, o Senhor Presidente da Comissão, Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete a apreciação do Plenário o nome do Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, Sr. Pedro Jaime Ziller, para que participe da Audiência Pública, como expositor, com o que todos concordam. Inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 002-CCT, de 2007, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que “Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o inciso V, do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, o Sr. Plínio de Aguiar Júnior, para que compareça à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, a fim de prestar informações acerca da aprovação pela Agência Reguladora de licença para TELEFÔNICA prestar serviço de TV por assinatura via satélite (DTH).” Finda a exposição, a Presidência franquia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam a palavra os Senhores Senadores Wellington Salgado de Oliveira, autor do requerimento, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Augusto Botelho e Flávio Arns. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e trinta e três minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnolo-

gia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência e Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura a realizar-se em 25 de abril de 2007.

Antes de iniciarmos a reunião submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata e aprovação da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião atende Requerimento de minha autoria aprovado por esta Comissão para realização desta Audiência Pública com o Presidente da ANATEL, Sr. Plínio de Aguiar Júnior, que tem o objetivo de prestar informações acerca da aprovação, pela Agência Reguladora de licença para a Telefônica realizar serviços de TV por assinatura por satélite, DTH.

Dando início a Audiência Pública, solicito ao Senador Casagrande que acompanhe o convidado para tomar posse à Mesa.

Eu queria convidar também para sentar à Mesa o outro conselheiro, Sr. Pedro Jaime Ziller, por favor, à minha esquerda. Como é de praxe dessa Casa, daremos meia hora para a exposição de V.Sª, se for menor tempo não há problema algum. Ou se for mais tempo também nós prorrogamos, para uma apresentação do trabalho.

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR – Ok, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ok? Tudo bem, Srs. Senadores? Então, vamos dar início. Com a palavra o Sr. Plínio de Aguiar Júnior, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL.

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR – Presidente Wellington Salgado, demais Senadores, bom dia. A ANATEL fica honrada em participar dessa Audiência Pública aqui no Senado para mais uma vez, prestar informações a respeito das nossas atividades de regulação e regulamentação no Brasil.

Se o Senador permite, o Pedro Jaime Ziller foi o Relator dessa matéria, dessa matéria no Conselho da ANATEL. Aliás, essa matéria foi aprovada por unanimidade no nosso Conselho. Se o senhor permite, eu passaria a palavra ao Conselheiro, para que ele apresentasse essa palestra a respeito da autorização

que se fez, que a ANATEL deu à TELEFÔNICA para a exploração de DTH.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu acho que os Senadores concordam com a passagem da palavra, porque foi o autor. Ok. Com a palavra o Sr. Pedro.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Bom dia. Presidente, por favor. Bom dia Srs. Senadores. Bom dia Senador Wellington Mello é um prazer para nós estarmos aqui podendo...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Só um momento. Eu teria a maior honra em ser parente do Senador Collor de Mello, mas não é Wellington Mello é Wellington Salgado. (risos)

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Desculpe, Senador. Me perdoe.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – É o cabelo.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – É o cabelo, certo. Eu gostaria de prestar todos os esclarecimentos aqui necessários, e claro, me colocar à disposição desde já para responder as perguntas que por acaso, os pontos que não ficarem bastante claros na exposição para responder também. Por favor, podia iniciar para mim a...? Ok.

Então, o próximo, por favor. O próximo. A legislação de TV brasileira. Eu acho que, antes de a gente começar a falar sobre DTH, especificamente, é importante que nós destaquemos um ponto, uma questão bastante importante para que fique a cunho de conhecimento de todos nós como é que é a legislação da TV brasileira.

A TV aberta do Brasil, quer dizer, essa TV que todo mundo recebe pelas parabólicas e em casa sem nenhuma assinatura, ela é regida pela Lei 4.117 de 1962. A TV a cabo, a TV que utiliza a rede cabeada, aquela rede que vai à sua casa, a rede de cabos coaxiais, ela é regulada pela Lei 8.977/95. É uma lei específica, a lei de TV a cabo. A TV por satélite, esse tipo de TV que é... É foco hoje da nossa apresentação e do nosso debate aqui, chamado DTH é regido pela Lei 9.472/97. Assim também é a TV que utiliza a tecnologia MMDS, é a Lei 9.472, também de 97. E uma nova televisão que está surgindo por aí que é a IPTV, é uma nova tecnologia para se chegar com TV por assinatura à casa dos assinantes, ela ainda não tem uma regulamentação específica. É considerada como uma tecnologia. Pois não, pode voltar, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra o Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Um pouquinho mais da TV MMDS.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – MMDS? É um sistema que usa é multifrequencial, multidirecional.

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR – É multimídia. Multiponto.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – É multiponto, multifrequência de sistema de televisão, de distribuição, ele usa a radiofrequência, ele usa uma banda hoje, as assinaturas dadas até hoje, como aqui em Brasília, por exemplo, tem a TV Mais, se não me engano, acho que é a TV Mais, ela funciona aqui em Brasília por radiofrequência. Ela tem uma banda de 180, 186 khz, megahertz. É isso que é a tecnologia MMDS. Ela normalmente ela passa um pouco mais no Município. Ela tem uma área de prestação um pouco maior que o Município. Por exemplo, existe a TV, a TVA usa muito essa tecnologia em São Paulo. Aqui em Brasília tem. TV Abril usa muito essa tecnologia em São Paulo, aqui tem a TV Mais aqui em Brasília. E existem diversas licenças, são aproximadamente acho que 80 licenças no Brasil em regiões, passam de um Município, normalmente. Normalmente é maior que o Município. Ok, Senador? Posso continuar?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Ok, muito obrigado.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Por nada. Ok, o nosso ponto focal hoje é a solicitação de autorização para exploração de serviço de distribuição sinais de televisão e áudio por assinatura via satélite, o conhecido DTH. Esse pedido foi formulado pela A TELECOM S.A. que é uma empresa do GRUPO TELEFÔNICA. O GRUPO TELEFÔNICA INTERNACIONAL que detém a concessão de serviço fixo em São Paulo, a TELES P em São Paulo é do GRUPO TELEFÔNICA e ela também participa, é sócia da Portugal Telecom na VIVO, a TELEFÔNICA VIVO, de telefonia móvel. E tem sede, a empresa TELEFÔNICA tem sede dela na Espanha.

Quais são os aspectos que a gente gostaria de abordar que foram levados em consideração exatamente nessa decisão? Tem essa parte de legislação e regulamentação nós vamos falar. A questão de um ambiente convergente hoje, nós todos estamos vivendo num ambiente convergente. Nós sabemos que voz, dados e imagem, eles estão convergindo para uma prestadora só fazer esse trabalho. É... Vamos citar, M-Play, Triple-Play ou M-Play. Vamos passar rapidamente, nos lembrar da Lei 8.884, que é a lei que rege o CADE, de direito econômico, competição. Um artigo da LGT, que é o que está contido nesse artigo da LGT que nós levamos em consideração também e quais foram os compromissos assumidos pela A TELECOM, a partir

de uma série de conversas que nós tivemos com eles para poder fazer esse trabalho.

Muito bem. Vamos lá! Legislação e regulamentação, por favor. Primeiro. A TELECOM solicitou à ANATEL a autorização para explorar o DTH em âmbito nacional, utilizando o segmento espacial HISPASAT, que é o Satélite Amazonas, que é um satélite licenciado pela HISPASAT, que é um consórcio de empresas entre a TELEMAR, entre a TELEFÔNICA e outras empresas, estão na posição orbital brasileira esse satélite. Já tem todas as licenças para o Brasil. O Centro de Transmissão Terrestre que é a DTH, a A TELECOM vai utilizar, ele está localizado no Peru.

O próximo, por favor. É importante que nós não vamos conseguir, nas novas radiofrequências, quer dizer, o espaço brasileiro em termos de radiofrequência não vai ter maior ocupação por causa dessa licença. Não vai ser necessário (inaudível) novas radiofrequências, uma vez que esse HISPASAT já tem radiofrequência necessária. Quer dizer, a TELEFÔNICA está alugando da HISPASAT a radiofrequência que vai possibilitar a prestar esse serviço.

Também, nós não estamos dando a outorga de direito de uso de satélite novo, porque a HISPASAT já tem esse direito, esse satélite foi lançado em 2004. Então esse direito de uso de satélite já está colocado desde 2004. Ou seja, a A TELECOM, o GRUPO TELEFÔNICA pura e simplesmente está contratando um satélite, um transponder em um satélite para transmitir dentro do Brasil um serviço de televisão por assinatura. Não há nada, nenhuma nova licença dada pela ANATEL. Está dando apenas a autorização de prestação de serviços.

Por favor! O processo, claro, foi adequadamente instruído e todas as condições exigidas para a exploração do serviço de DTH foram cumpridas no que tange a inexigibilidade de licitação. Eu falei, inclusive, que não há licitação nenhuma a ser feita, o DTH, qualquer um que quiser prestar o serviço de DTH, qualquer empresa que quiser constituir e prestar o serviço pode fazê-lo não há nenhum impedimento legal para isso. E não vai ter outorga. Também foram cumpridas as formalidades técnicas, legais e regulamentares. Quer dizer, existem projetos, existe uma série de coisas, são normas da regulamentação da ANATEL, que eu não vou detalhar tudo, porque isso, os aspectos técnicos foram todos eles cumpridos legalmente também pelo estudo feito pelas áreas técnicas e pela nossa Assessoria.

Por favor. Ou seja, sob o aspecto regulamentar não há qualquer óbice a fornecimento dessa licença de prestação de serviços. Por favor.

Bem, o que acontece é que nós sabemos do Triple-Play, então, até hoje, sempre que a gente ia dar

a autorização a gente fazia uma análise de mercado para se avisar para o CADE...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Por favor, o senhor poderia explicar o que é o Triple-Play?

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Ah, pois não! Desculpe. Triple-Play é você fornecer serviços de voz, dados e imagem para uma única empresa numa única plataforma basicamente. Ou seja, você pode chegar com a radiofrequência numa casa entregando todos esses serviços, de voz, dados e imagem de uma vez só. Criando, as empresas vão concentrando esses serviços, prestando esses serviços às três modalidades, banda larga, para acesso à internet; o serviço de televisão, não é; e também o serviço de voz. É isso que a gente chama de Triple-Play. Desculpe, Senador, e muito obrigado pela pergunta, está certo, é isso mesmo.

Então, a ANATEL, ela... Ela não resolveu pura e simplesmente falou assim: Olha, vamos dar o serviço de DTH, vamos ver o que isso significa de verdade no mercado. Porque se analisasse pura e simplesmente o mercado de TV por assinatura aquele lado regulamentar como foi analisado não haveria o menor problema em se fazer isso. Agora, será que isso vai causar algum problema de muita concentração de mercado quando a gente for avisar para o CADE, quando a gente for falar para o CADE? Existe também a inteligência do art. 135. Por favor, passe eu vou dizer qual é o art. 135 da LGT, é o seguinte, é que nesse caso não está havendo o uso do domínio da infra-estrutura para alavancar serviços de convergência, por quê? A televisão por assinatura ela só tem ida, ou seja, você, o que você vai utilizar de frequência para colocar a TV na casa do assinante você não vai colocar voz nem dados lá dentro, não tem jeito, porque não tem retorno. O canal de retorno da TV por assinatura é pura e simplesmente para a seleção de grade, conhecimento de programa, mas não dá acesso à internet, não dá acesso a voz, não dá acesso a isso porque a banda não comporta.

Então, não há domínio da infra-estrutura, nesse caso, quando se fala em DTH, não ocorre domínio da infra-estrutura para alavancar outros serviços, quer dizer, voz e dados juntamente com a televisão. Por favor. Isso quer dizer o seguinte, não se configura uma monopolização daquilo que a gente chama de última milha, o que é a última milha? É o um último pedacinho que chega na casa do assinante. Aquele par de fio que chega na casa do assinante. Aquele módulo de chegar na casa do assinante para prestar qualquer tipo de serviço, nesse caso de DTH não se configura essa monopolização. Quer dizer, se você tem uma empresa que detém o cabo, o par de fio e uma frequência, então

você, todas já são dela, você estaria monopolizando, todas essas, por exemplo, o Waymax(F), o caso do Waymax(F) é típico. O Waymax(F) ele permite você passar voz, dados, imagem, tudo o mais, ida e volta, tá certo, é dos dois lados. Nesse caso de DTH, esse tipo de tecnologia não caracteriza esse monopólio de última mídia. Então essa é uma situação de uma análise que nós fizemos com relação a um ambiente convergente.

O art. 135, que eu citei, o que é que ele diz? A agência poderá, excepcionalmente, em face de relevantes razões do caráter coletivo condicionar a expedição e autorização a aceitação pelo interessado de compromisso e interesse com a coletividade. Muito bem, isso significa a ANATEL poderia ou pode impor condições para dar a autorização no serviço privado, se for de interesse coletivo. Acontece que o Parágrafo Único diz o seguinte: Os compromissos a que se refere o caput serão objeto de regulamentação pela agência, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e igualdade. Essa argumentação, ela... A ANATEL não fez, até hoje, uma recomendação específica.

Então, nós tivemos a seguinte colocação, se a ANATEL fosse fazer uma imposição: Eu quero que faça isso, quero que faça aquilo, poderia haver problema. Então nós chamamos a empresa e falamos assim: Olha, existe uma similaridade no serviço de TV por assinatura que antigamente todos os serviços eram dados com base em tecnologia, tanto assim que existe uma lei de TV a cabo. Então tem uma lei de TV a cabo, ela está com base em tecnologia e fazia sentido determinados tipos de obrigação. Depois que a coisa evoluiu, quer dizer, a tecnologia evoluiu, você prestar um serviço olhando pura e simplesmente tecnologia, não está correto. Porque senão, esse ambiente convergente não vê dessa forma. Não interessa a plataforma que se é dado, não interessa se é fio, se é fibra ótica, se é... Radiofrequência. Na verdade, o que interessa é o serviço que está prestando. Para o assinante que compra a TV por assinatura, para ele não faz a menor diferença o que ele está comprando, qual tecnologia está sendo utilizada, se é cabo, se é satélite, se é uma radiofrequência, para ele não faz diferença, não é? É exatamente a mesma coisa, então dentro desse espírito a ANATEL está inclusive preparando uma regulamentação para tentar compatibilizar esse tipo de serviço. Mas nesse momento, no momento que foi pedido, realmente, esse detalhe não existe. Então chamamos a TELEFÔNICA e falamos assim: Olha, vamos fazer uma coisa que depois não possa ser contestado. Nós queremos, a ANATEL quer que vocês assumam determinados compromissos, por

favor. Esse compromisso da A TELECOM, eles estão incluídos no termo de autorização que está sendo dado lá. Ou seja, o contrato, eu aprendi, apesar de não ser Advogado, Senador, que o contrato é a lei entre as partes, está certo? Então, a ANATEL, representando a União, nesse contrato, ela fez algumas previsões que é o seguinte: Vamos fazer que esse DTH da TELEFÔNICA, ele também, ele dê os mesmos itens previstos de legislação a cabo a gente possa incluir aqui. Então, ao transportar os canais, TV Senado, TV Câmara e TV Justiça em todos os pacotes comercializados isso não está previsto na legislação de DTH, está previsto na legislação do cabo. Mas não está previsto no DTH. O que é que nós fizemos? Nós queremos que isso seja colocado no tempo de autorização. Ou seja, a TELEFÔNICA, a A TELECOM será obrigada por contrato a transmitir TV Senado, TV Câmara e TV Justiça em qualquer pacote que a comercialize, está certo? Igualando-se ao que se faz com TV a cabo. Alguns itens adicionais. O transporte de um canal educacional em todos os pacotes comercializados com o conteúdo e grade estabelecidos pelos órgãos competentes do Poder Executivo. Quer dizer, como hoje a TV a cabo tem um canal comunitário, tem um canal educacional, tem um canal, aquele canal universitário, mas a TV a cabo está restrita ao Município. A televisão por assinatura, a TV DTH, ela vai em todo com o País, ela cobre todo o País porque esse satélite cobre todo o País, ele pode ser comercializado em todo o País. Um canal desse é de tremenda importância para uma inclusão social no País. É o canal educacional que pode ser usado para a saúde, pode ser usado para a educação à distância, pode ser usado pelos órgãos do Executivo e do Legislativo com grande vantagem para a sociedade. E mais um ponto é a disponibilização, sem ônus, desse canal educacional, ou seja, todo, além de ter todo o pacote, a TELEFÔNICA é obrigada a entregar, em todas as escolas públicas Federais, Estaduais e Municipais, de ensino fundamental, médio ou superior, esse canal sem qualquer ônus. Ou seja, vamos supor, o Ministério da Saúde, não é, coloca para fazer a educação, ou o Ministério da Educação coloca um treinamento à distância, coloca o equipamento necessário, coloca o aparelho, o setup-box, coloca a televisão, coloca a antena e esse canal vai estar disponibilizado gratuitamente pela TELEFÔNICA. Não é TV por assinatura nesse caso, está certo? É uma TV aberta do canal educacional para as escolas públicas. Não há ônus para as escolas públicas colocarem isso lá. Então é uma infra-estrutura disponibilizada para a sociedade da maior importância porque a TV por assinatura, a TV DTH, ela cobre todo o País, né? O DTH cobre todo o País no satélite.

Mais um, por favor. Além disso, aí foi uma iniciativa da própria TELEFÔNICA, ela ofereceu dois mil conjuntos de antenas receptoras, decodificadora e aparelho de TV. Isso não é grande coisa, mas são dois mil, né? São dois mil aparelhos conjunto de antena, receptor, decodificador e aparelho de TV que tem aí algum custo, esse aí deve custar aí, um aparelho de TV na base de 500 reais, mais a antena mais uns 300, aproximadamente a instalação, custa aí 800 reais cada um, não é grande quantidade de dinheiro, mas é alguma coisa bastante interessante para se começar um programa, por exemplo, de educação à distância pelo MEC, por exemplo.

Então, esses foram os itens adicionais. Eu quero ressaltar que isso, apesar de não ser uma obrigação imposta, ela passou a ser uma obrigação contratual.

Então, durante todo o período, durante os 15 anos que é dada a autorização, a TELEFÔNICA é obrigada a continuar prestando esse serviço gratuitamente, está certo? É isso. Eu agradeço. Pode... Pode fechar por aí. E estou à disposição das perguntas que os senhores...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Agradeço a explanação do Sr. Pedro Jaime Ziller, especialista na área. Com certeza um dos grandes Conselheiros da ANATEL. Queria saber se o Presidente Plínio de Aguiar Júnior tem alguma consideração a fazer antes de passarmos a palavra aos Senadores e passar a palavra a mim mesmo porque eu fui o autor do Requerimento.

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR – Senador, só enfatizando um aspecto mais... Em especial, que é a que o audiovisual, quer dizer, o mesmo produto, o mesmo sinal, o mesmo produto que é a televisão no Brasil é tratado em função da tecnologia que é que distribui o sinal.

Então, essa questão, ela torna bastante complexa a regulamentação, entende? Há que haver uma nova, há que haver uma reformulação para que isso não aconteça. O regulador não pode, ele tem que prestar atenção no serviço em si, não se regula tecnologia. Evidentemente que a ANATEL, ela detém conhecimento tecnológico a respeito da tecnologia aplicada a cada serviço, porque a gente faz a gestão das frequências e tudo, de órbitas. Agora, a regulação, ela tem que ser aplicada ao serviço. Quando você tem, aqui no Brasil, essa multiplicidade de tratamentos, essa diversidade de tratamento para um mesmo conteúdo, se o conteúdo vem via antena, antena emissora no local é um tratamento, se vem tipo TV a cabo é outro e se vem do satélite é um outro e depois ainda tem a TV que vem pela internet, que ainda não tem o tratamento e a gente não espera que tenha uma nova lei para tratar

especificamente da TV por internet. Mas, certamente, ela vai requerer regulamentos adequados a isso.

Então, essa questão, que é a questão central, que talvez nos preocupe quando a gente não vê óbice à autorização para a TELEFÔNICA nesse caso e, um caso semelhante, que é da Way, que acho que os senhores também sabem dessa questão não é permitido porque a lei impede essa autorização.

Então, basicamente são essas as nossas observações.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Como eu fui o autor do Requerimento, eu queria pedir ao Senador Casagrande que assumisse a presidência, se possível for se não tiver nenhum compromisso enquanto eu tomaria o local.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Com a palavra o Senador Wellington Salgado. Para não confundir não é Wellington, não é Senador.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Wellington Collor. (risos) Teria a maior honra em ter o sobrenome Collor.

Sr. Presidente, tem que acender a luz aqui, Plínio de Aguiar, Sr. Pedro Ziller. O que, o fato que me levou a fazer esse Requerimento e convidá-los a vir aqui, além de ser, tirar uma série de dúvidas, como bem foi colocado aqui, mas o que me deixou preocupado, e como eu sou Senador por Minas e eu vi duas decisões diferentes com o mesmo parecer favorável do Procurador da ANATEL. Que hoje é Conselheiro, quer dizer, ainda não é porque o Presidente ainda não assinou, mas já foi aprovado nessa Casa e no Plenário que é o Sr. Bedran. Ele tem dois pareceres onde, num parecer ele é favorável a essa operação da TELEFÔNICA e no outro parecer, quanto à aquisição pela TELEMAR da Way TV, da Way TV também é favorável. E o que me traz o fato é que TELEMAR e Way TV são duas empresas de Minas. E achei muito estranho por que é que a ANATEL decidiu favorável no caso da TELEFÔNICA e decidiu contrário no caso da TELEMAR? Isso é a primeira pergunta, tá?

Depois da explanação do Sr. Pedro Ziller, para complicar mais ainda essa primeira pergunta minha, eu vi que todos os acordos colocados com a TELEFÔNICA são itens que constam da TV a cabo. Ou seja, a ANATEL não autorizou a TELEMAR a ter a aquisição da Way TV, no entanto, ao autorizar a TELEFÔNICA ela coloca itens da lei de cabo justamente na contrapartida, de repente, seria algo assim, que a telefônica teria que dar.

Então, essa já é mais um problema. E o terceiro é que eu queria que não fosse uma questão pessoal, uma questão meramente de relação entre Senado e uma Agência, por que é que a ANATEL tomou decisões tão importantes nesse momento onde nós, Senadores, estamos nomeando mais dois Conselheiros para a ANATEL? Ou seja, essas decisões de caráter de decisões que são novas, digamos assim na ANATEL, como esse caso da TELEFÔNICA e como o caso da TELEMAR com a Way TV, foram decisões que foram tomadas com três conselheiros só. Ou seja, se você tiver dois a favor está decidido. E, no entanto, se nós aguardássemos a nomeação dos outros dois Conselheiros nós poderíamos, teríamos que ter três para poder ter uma decisão. Por que é que a ANATEL não aguardou, que seria algo mais sensato, mais calmo, mais tranquilo, aguardar a nomeação desses outros dois Conselheiros para tomar decisões tão importantes quanto essas duas que foram tomadas?

E o terceiro item que eu queria colocar é o seguinte, eu fico um pouco preocupado porque na chamada Lei de Convergência, e realmente os senhores não são totalmente culpados, porque na verdade nós tivemos três leis em momentos diferentes. Tivemos a Lei da Radiodifusão, tivemos a Lei da TV a Cabo e tivemos a Lei das Teles. E aí a tecnologia evoluiu de tal maneira que acaba tudo se encontrando que nós chamamos de Lei da Convergência que nós vamos ter que criar um marco regulatório com relação a isso.

O que eu queria saber é o seguinte, a ANATEL não teria que aguardar um pouco as decisões com relação à Lei de Convergência para que não tome decisões que acaba sendo como se tivesse legislando ao invés de ser simplesmente uma agência reguladora e não legisladora? Por que eu coloco isso? Porque a minha grande preocupação hoje, e eu quero dizer ao Sr. Ziller que eu não entendo tanto quanto os senhores também, o Presidente, mas na verdade eu tenho estudado bastante esse assunto por eu ser Presidente dessa Comissão. O que me preocupa é que todo mundo fala o seguinte: As teles não querem produzir conteúdo, as teles querem comprar esse conteúdo e colocar. E, no entanto, a minha grande preocupação não é com a produção de conteúdo é com a programação de conteúdo. A programação de conteúdo ninguém fala. Eu tenho tido várias reuniões com representantes de tele, todo mundo fala: Não, as teles não querem produzir conteúdo, nós vamos fazer um convênio, vamos puxar. Mas o grande segredo não é produzir é a programação. Por que a programação? Porque, no momento que como acontece aqui com a TELEFÔNICA, que hoje está produzindo do Peru, está gerando emprego no Peru e está descendo em

todo o território nacional, porque o satélite, ele não tem limitação geográfica, Senador Flexinha, Senador Flexa Ribeiro, não tem limitação. Ela desce no País inteiro e o que é pior, ainda produz no Peru. Não gera emprego, você não tem como controlar o conteúdo. Não tem como controlar programação. De repente é algo que interesse ao País, eles vão colocar aonde? Vão colocar de uma às duas da manhã. E nos outros horários eles vão passar o que interessa, de repente o que vende, de repente um filme americano, com uma dublagem feita no Peru. Essa é a grande questão. Esse é o grande problema. Isso é uma coisa que o Senado e a Câmara vão ter que ver como vai ser essa Lei da Convergência, de tal maneira que nós possamos conseguir para a questão nacional, ver a programação, mas também, a produção e a programação, Senador Flexa Ribeiro. Senão eles vão colocar o que eles querem na hora que eles quiserem e aí acabou a questão nacional. Acabou a cultura nacional. E eu não tinha conhecimento que era gerado no Peru. Eu não tinha. Eu sempre falava em Miami. Quer dizer, já é do Peru realmente. É do Peru.

Então, é essa a minha grande preocupação que ficou confirmada aqui, Senador Flexa Ribeiro, Senador Tuma. Eles não vão mais gerar emprego no País, e teve um exemplo claro disso, porque no momento que eles gerarem do Peru nós não podemos nem mais legislar sobre a programação deles. Eu tive uma consulta há pouco tempo onde me deram um exemplo de um País da Escandinávia que proibiram de fazer propaganda de brinquedo para poder o pai não ter que comprar brinquedo para a criança. Proibiram propaganda de cigarro. Aí sabe o que é que a empresa fez, Senador Flexa Ribeiro? Passou a pegar as pessoas daquele País, levaram para Miami e fazia, produzia lá a propaganda, em Miami, que subia para o satélite e descia e o País não tinha controle sobre isso.

Então, continuava descendo as propagandas que estavam proibidas pela legislação daquele País e feito ainda com as pessoas daquele País lá fora. Porque você tem que ter uma linguagem, tem que ter uma cultura.

Então, isso é o que vai acabar acontecendo no País. Essa é a minha preocupação. Desculpe, Sr. Ziller, não é nada pessoal. É uma questão inclusive que a ANATEL se encontra num momento difícil dessa chamada Lei de Convergência, a tecnologia evoluindo absurdamente. E nós, Senadores e Deputados correndo atrás disso. São essas as minhas perguntas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES) – Muito obrigado, Senador Wellington Salgado. Nós vamos passar a palavra ao Senador

Flexa Ribeiro. Mas eu já posso convidar o Senador Wellington Salgado para reassumir o seu...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Se V.Exa. Não tiver nenhuma pergunta a fazer, ou no momento trocar, porque eu senti que está bem aí no quadro, o Senador Casagrande.

(risos)

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pela ordem, pela ordem Presidente. Se V.Exa. Permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Só um minutinho, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu solitaria o meu irmão, o meu amigo Wellington que ficasse aqui no Plenário porque ele é o que mais conhece o assunto. Tanto é que ele vem conversando a respeito disso e poderia intervir com mais, com mais calor do que na presidência que ele tem que manter a isenção.

Desculpa fazer essa proposta, mas é porque o senhor está profundamente, é profundo conhecedor do assunto, vem estudando, temo discutindo, vem debatendo. E chamou a nossa atenção. E fez o Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Então, daqui a pouco eu chamo V.Exa. para assumir a presidência. Apesar de que nós não temos a mesma cabeleira do Senador Wellington Salgado, mas, por enquanto, permanecerei aqui a seu pedido. E passo...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu sou orador da cerimônia do Exército também.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – E passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, nós vamos fazer blocos de três, depois o senhor faz as suas considerações.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Renato Casagrande, Dr. Plínio de Aguiar Júnior, Presidente da ANATEL, Dr. Pedro Ziller, Conselheiro da ANATEL. Eu quero parabenizar o Presidente da Comissão de Ciências e Tecnologia, Senador Wellington Salgado não só pelo Requerimento desta audiência com a ANATEL, mas por ter levantado uma questão que deve preocupar a todos nós brasileiros, Senador Wellington. Isso aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia nós devemos aprofundar essa discussão porque a tecnologia avança numa velocidade tão grande que a chamada globalização, ela, a nível de tecnologia, ela vai permitir o domínio ou a predominância de culturas estranhas à nossa em nosso País. Isso que você, V.Ex^a. levantou, Senador Wellington, sem sombra de dúvida, deve preocupar todos nós. Não só hoje, já é permitido a participação de capital estrangeiro na área de comunicação, mas a preocupação nossa deve ser de que o conteúdo dessas empresas de comunicação

não seja desvirtuado em relação aos interesses nacionais, aos interesses nacionais. Porque, da forma como a tecnologia permite, e o Senador Wellington colocou aqui um exemplo da Dinamarca.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Que pode ocorrer em qualquer lugar. Quer dizer, as leis do País, elas são ver transgredidas em função da facilidade tecnológica. Quer dizer, não adianta nós proibirmos por interesse nacional algo no País porque a tecnologia vem e ela vai penetrar com a maior tranquilidade.

Então, isso é um debate, Senador Wellington, que V.Ex^a. trouxe aqui que já me preocupa há algum tempo e que eu acho que nós devemos aprofundar. Porque é aqui no Congresso Nacional que nós temos que discutir essa questão. Até... Se possível, de forma antecipada, proativa, para não ficarmos depois lamentando o acontecido. E sim, impedindo o acontecido.

V.Ex^a. fez uma das perguntas que eu ia fazer. Saber da ANATEL porque tem um peso e duas medidas. Ou seja, por que é que se tem duas solicitações de... (soa a campainha) Concessão de serviço de DTH por que é que foi autorizado para um e não para outro? Eu gostaria de saber também se existem outros pedidos em tramitação na ANATEL.

Com relação ao pedido da telefônica, a análise da ANATEL, da própria ANATEL, o documento que eu tenho aqui, ela diz, no trecho, no Item 2 diz assim: Em uma análise, sobre o pedido de autorização para a exploração do serviço DTH formulado pela empresa A TELECOM, não é concessão, é autorização. Em uma análise preliminar no que se refere especificamente ao mercado de TV por assinatura, o grupo não identificou qualquer tipo de problema concorrencial decorrente da entrada da requerente no mercado. Aí vem, até aí, nada nos preocupa. A própria ANATEL nos tranquiliza. Mas, na linha seguinte é que vem a dúvida que eu gostaria de ter esclarecido.

Quanto aos possíveis impactos para os demais serviços de telecomunicações a análise se encontra em fase de conclusão.

Então, eu gostaria de saber se a análise foi concluída e gostaria de ter o conteúdo da análise para saber de que forma a preocupação explicitada pela ANATEL no seu relatório pode vir trazer problema no mercado.

Mais adiante, ainda no documento da própria ANATEL, da análise diz o seguinte: Entretanto - é isso que o Senador Wellington levantou aqui - entretanto, dado o ambiente de convergência de serviços que se delineia, consideramos necessário efetuar, no âmbito do ato de concentração uma análise concorrencial mais

completa que poderá resultar em proposta ao CADE, de compromissos adicionais pela empresa. Isto está respaldado pela Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994. E pelo que se extrai da inteligência do art. 135 da LGT, muito embora ainda não regulamentado.

Então, a própria ANATEL faz referência a que deva ser resultado, resultar uma proposta do próprio CADE para saber qual a análise concorrencial no mercado.

Então, face às observações da análise, eu gostaria de ter a resposta da ANATEL nesse sentido. Até porque, eu vejo mais adiante o próprio art. 135 diz isso, que o Dr. Ziller colocou aqui, que já previsto na lei de que os compromissos podem ser, a agência poderá, excepcionalmente em fatos de relevante razões de caráter coletivo, condicionar a expedição de autorização de aceitação pelo interessado de compromisso de interesse da coletividade. Até aí o Senador Wellington disse que as formulações praticamente, eu não conheço a formulação, estou me baseando aqui pelo meu Presidente são idênticas. Mas o fato dela dar, conceder o sinal gratuito para o sistema de ensino público não dá nenhuma garantia de que esse sistema público vai ter o acesso ao sinal. Porque todos nós sabemos que não basta ter a gratuidade da captação do sinal, você tem que ter a tecnologia, tem que ter a antena parabólica, tem que ter a televisão, tem que ter mais um decodificador que ele não falou ali. Porque... Não sei, aí eu... Eu pergunto também à ANATEL, se só com antena parabólica vai captar o sinal do satélite, que eu acho que não. Porque aí seria... Aí nós estamos que nem naquelas bonecas que os americanos colocam no mercado que você compra a boneca e depois compra, tem que comprar a roupa, tem que comprar o companheiro da boneca.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – A Barbie. (risos)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – A Barbie, né? O Senador Wellington entende de boneca. (risos)

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Esse é meu amigo mesmo. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES) – Tudo bem?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senador Wellington me... Descontraiu a reunião. Então eu gostaria de saber se isso também não é um presente de grego? Ou seja, a TELEFÔNICA diz que eu dou a televisão, eu dou duas mil... Duas mil, duas mil eu acho que não dá nem para atender as escolas do meu Estado do Pará quanto mais a nível de Brasil. Quer dizer, isso teria que ser um compromisso muito mais amplo. Eu vou instalar o sinal codificado gratuito com televi-

são em todas as escolas públicas brasileiras. Aí sim é um ato de... Interesse social da TELEFÔNICA. Ela vai colocar em todas as escolas brasileiras. Mas em duas mil sem dar o decodificador é meio complicado.

Eram essas questões com relação a audiência. Mas eu gostaria, com permissão do meu Presidente, e após ouvir o questionamento da Audiência Pública dos demais Senadores presentes. Eu gostaria de aproveitar, Presidente Wellington, esta Audiência Pública para, em seguida, ter algumas informações a respeito de um projeto que deve entrar em votação hoje na Comissão de infra-estrutura que é com relação a instalação de bloqueadores de telefonia móvel e de sinais de radiotransmissão nos presídios, no Sistema Penitenciário Brasileiro.

Então, eu até para que os Senadores aqui presentes possam ter da própria ANATEL fundamentos para que se discuta hoje na Comissão de infra-estrutura, eu gostaria de ter essa permissão de V.Ex^a após concluirmos o debate sobre a questão da Audiência Pública de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES) – Muito obrigado. Vou passar a palavra, Senador Flexa Ribeiro. Passar a palavra ao Senador Cícero Lucena e conclui três intervenções e vamos partir para as explicações.

Eu vou precisar ir a uma outra Comissão, Presidente Wellington Salgado, vou pedir ao Senador Valter que possa assumir aqui temporariamente em meu lugar, para que a gente possa dar sequência à nossa reunião.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, eu pediria a V.Ex^a também licença porque eu estou no rol dos oradores da Sessão de homenagem ao Exército que comemorou o seu aniversário dia 19 e hoje é a Sessão Solene. Eu sou um dos oradores. Eu pediria...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES) – O senhor tem todo o direito.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Toda a desculpa. É um assunto que ele me deixou apaixonado por este assunto. Aqui com toda a sua veemência na discussão de um assunto que vai servir à sociedade brasileira dentro de pouco tempo.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Bom, Sr. Presidente, senhores convidados, no início, na explanação do Sr. Pedro Ziller, levantaram-se alguns questionamentos. Mas devido a intervenção do nosso Presidente Wellington, eu acho que tomou uma outra dimensão a necessidade desse debate.

Existem algumas preocupações que para mim, por mim foram anotadas quando a ANATEL está tomando posições importantes com a atual composição

até porque no debate que existiu aqui anteriormente foi questionado ao Conselheiro que aqui foi interrogado, ou questionado, no sentido de que se poderia, decisões tomadas hoje com essa composição, ser revista de imediato com a nova composição que a ANATEL estará adotando. E agora mais uma vez o Senador Wellington toma com... Com muita propriedade essa preocupação de decisões tão importantes estarem sendo tomadas com essa atual composição. Como também, nós vimos aqui na apresentação, que o art. 135 ainda não foi regulamentado. Eu gostaria de saber por que não foi regulamentado ainda? Qual a razão que levou a ANATEL ainda não regulamentar, compreendendo todo o dinamismo que tem a tecnologia que começou a se desenhar por um caminho, hoje estão sendo ampliadas essas portas, em muitos Países já avançaram bem mais do que no Brasil. E aí vai uma outra pergunta minha: Como a ANATEL está preparada tecnicamente para essa evolução tecnológica? Para ter conhecimento do que acontece hoje no mundo e qual o suporte técnico que ela tem para enfrentar esses questionamentos entre eles tão importantes como levantado pelo Senador Wellington. (soa a campanha)

Da mesma forma eu me posiciono também na busca do esclarecimento sem querer ser repetitivo, mas pela importância da posição da ANATEL no sentido de sobre o mesmo assunto, a não ser que seja esclarecido, ter tomado posições diferentes. E também a questão do conteúdo. Eu acho que o Senador levantou, com muita propriedade. O que é que nós estamos vendo? Estamos com esse projeto de convergência, com o avanço da tecnologia que está levando à convergência, a oportunidade de nós termos vários conteúdos oferecidos na casa, na escola ou em qualquer outro ambiente. E, sem dúvida a do conteúdo é muito importante. Aqui e acolá você vê ação na justiça para interromper vídeos em determinados *sites* da internet. Você vê o governo chinês adotando medida de censura, possivelmente política em relação a outros prestadores de serviço, não é? Que disponibilizam os seus serviços na China também.

Então, alguns Países já adotando essa preocupação e o que é que nós aqui estamos pensando, obviamente, que essa é a Casa do Senado e o Congresso Nacional que tem que aprofundar esse assunto, esse debate, Presidente, e, conseqüentemente, o senhor, como Presidente da Comissão, terá uma responsabilidade muito grande para que seja provocado esse debate, aprofundado no sentido de nós termos uma proteção. Não é a censura, mas nós termos a proteção para a formação da cidadania e também daquilo que

nós queremos, além da preocupação com geração de emprego que aqui também foi colocado.

Então, com essa concordância com os Senadores que me antecederam eu acho que é fundamental nós puxarmos dessa audiência aqui que teve como um sentido talvez, eu não digo menor, mas teve o passo inicial de provocar esse debate, nós possamos aprofundar, mas de uma forma urgente, porque isso é urgente.

Quanto à concessão ou a permissão, me desculpe, não concessão, a permissão que foi dada, eu acho que a contrapartida foi muito pequena porque duas mil escolas... O Ministro da Comunicação teve aqui poucos dias atrás e disse que nós faltamos ter é... 100 mil escolas, 160 mil... 170 mil escolas que ainda não têm um ponto de internet. Ontem, no anúncio do Governo Lula do PAC da Educação ele disse que tem não sei quantas mil escolas que precisam de ponto de luz. Embora para mim isso não é problema para colocar internet porque os senhores, você bota para gerar a energia até com energia solar, né? Em uma escola em qualquer recanto do País. Precisa ter a decisão e a vontade de fazer. Mas nós temos essas preocupações e aí dizer-se: Não, ele vai colocar, mas em que prazo? Em que prazo ele assumiu o compromisso de disponibilizar em todas as escolas? Ele vai simplesmente pela cobertura do satélite dizer: Não, já está disponível. É questão de providenciar agora os equipamentos. Eu estou dando dois mil. O governo, ou sei lá quem, providencie os outros 168 mil. Muito obrigado.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu gostaria de fazer uma ponderação aqui para convocar o Senador Wellington Salgado para assumir a presidência. No meu entendimento não há impedimento a V.Ex^a para que conduza os trabalhos. Até porque, nós não estamos aqui numa fase deliberativa. É uma Audiência Pública. E como tal, como não vai haver coleta de votos, como não vai haver deliberação, V.Ex^a Deve assumir a presidência desta Comissão. Aliás, a presidência dos trabalhos.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Na posição de Presidente eu fico um pouco mais, digamos assim, eu tenho que ser um pouco mais calmo, né? (risos) Eu tinha algumas, algumas posições, Senador Valter.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Mas a calma e tranquilidade faz parte do seu perfil. Então todos nós sabemos aqui que sempre V.Ex^a age com comedimento, com muita... Cautela.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas com V.Ex^a assumindo também a posição e conheço bem V.Ex^a também que também é bem calmo. Eu fico tranquilo. (risos)

Como nós temos alguns Senadores que estão na atividade no Plenário, V.Ex^a tem alguma colocação a fazer ou, porque nós tínhamos um acordo aqui seria um bloco de três. Mas como tem mais V.Ex^a poderíamos Emendar direto no quarto para fechar.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu agradeço, mas eu vou ter que me ausentar daqui a pouco para cumprir o meu trabalho na CCJ. Então eu vou abster-me de... Vou só sorver o conhecimento e as lições que estão sendo produzidas neste momento aqui nesta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Obrigado, Senador Walter. Senador Azeredo, alguma colocação ou prefere aguardar...? Também não? Então passamos a palavra ao Senador, ao... Desculpe, ao Sr. Plínio de Aguiar Júnior.

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR – Muito obrigado, Presidente, eu tenho uma informação, uma informação que no caso da Way, que também foi relatado pelo Conselheiro Pedro Jaime, houve uma decisão judicial, uma ação judicial exigindo que a ANATEL, dando prazo para a ANATEL deliberar sobre o assunto. Não foi uma pressa. Verdade é que também não foi uma matéria muito complexa. Foi outra lei que foi aplicada, o contrato de concessão, não era tão complexa assim. Podia esperar um pouco mais? Até podia, mas havia muita pressão para que, para que houvesse a deliberação por parte da ANATEL. Inclusive da parte da Justiça tivemos que cumprir e fizemos até uma reunião, foi numa segunda-feira, se não me engano, que normalmente nossas reuniões são às quartas. Hoje nós suspendemos a nossa reunião para a parte da tarde para poder comparecer aqui com os senhores.

Então, esse primeiro esclarecimento da parte do senhor. E as decisões, essas decisões, ambas foram tomadas por consenso, foi unânime e por parte do Conselho.

Eu tenho uma proposta que é sobre a questão da Way, nós temos uma pequena, algumas pequenas, alguns poucos slides a respeito desse assunto, já organizados. A gente estava admitindo que também fosse de interesse dos senhores. Eu gostaria que depois o Conselheiro Pedro Jaime fizesse a apresentação sobre o caso da Way, rapidamente em 5 minutos se dispusermos disso, Senador, pode ser?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Veja bem,

nós temos os tempos que os senhores quiserem, não é isso senadores? Nós estamos aqui querendo tirar dúvidas e o objetivo dessa Audiência Pública é justamente isso.

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR – Perfeito. Então daqui a pouco eu peço ao Pedro Jaime que apresente a questão da nossa deliberação a respeito do caso da Way. De resto, todos os senhores estão preocupados com o que está acontecendo em relação a convergência.

O que tem havido em alguns Países, sobretudo Países mais desenvolvidos que já começaram a deliberar sobre essa questão do conteúdo. O conteúdo tem a ver com geração de emprego, o conteúdo tem a ver com identidade cultural e com outras questões que os senhores abordaram aqui hoje.

Então, há uma lei, quer dizer, há uma nova regulamentação e uma nova legislação a respeito não deve se ater, não deve descer ao nível da tecnologia implicada no assunto. A gente deve regular, deve legislar sobre essas questões as mais importantes, a aplicação, a inovação como ela chega à população, que impacto traz para a produtividade da economia. Que impacto traz para o cidadão, para a educação, para a cultura.

Então, fico feliz de ver esses questionamentos a respeito de uma possível Lei do Audiovisual no Brasil, sobre conteúdo. O conteúdo passa por, por internet, IPTV, por MMDS, por todos esses meios. Então a lei não deve focar especificamente na questão da convergência tecnológica em si. Isso deve ser deixado para o órgão regulador e outras instâncias de prospecção tecnológica para ver que impactos essas tecnologias trazem e... Ou potencialmente podem trazer para o País. Mas é com satisfação que eu registro essa questão levantada de necessária abordagem pelo Congresso de uma lei que de maneira integrada ela aborda a questão do audiovisual no Brasil.

Só mais uma informação, um detalhe de informação, o sinal do caso da TDH da TELEFÔNICA não gera emprego o fato dela ser no Peru o fato dela ser do sinal subir de uma estação do Peru. Aquela estação no Peru deve ter duas ou três pessoas encarregadas de manter aquela estação lá. A questão de novo é o conteúdo, mesmo, que os senhores abordaram.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O senhor não controla o conteúdo (pronunciamento fora do microfone)

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR – Controla. O País, o Brasil, pode controlar o conteúdo. Pode achar inadequado esse País. O País pode achar inadequado. Não cabe à ANATEL regular conteúdo. Cabe ao Ministério das Comunicações, cabe ao CADE do ponto de

vista de competição. Citar o pacote de programação, está a preço adequado ou não. Havendo dumping ou não. Mas uma análise a posteriori. O que a ANATEL deu foi uma anuência prévia para aquela autorização, para aquele funcionamento. Caberá ao CADE verificar se esta operadora estará praticando algum ato que fira a questão da competição no mercado relevante que é de distribuição de sinal audiovisual.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pois não, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Quanto ao CADE cabe apenas a questão concorrencial.

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR – Sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Não conteúdo. Ele não vai se ater à questão de tal canal pode entrar ou tal programação. O CADE vai entrar na questão de não ter dumping, de não ter... É questão de custo e de concorrência. Acho que isso não é um assunto, Senador Wellington, que nós vamos ter que... Eu pessoalmente vou... Já estava com essa preocupação e vou aprofundá-la no sentido da gente trazer esse debate para o Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado. Dr. Plínio, Pedro Ziller, gostaria de falar?

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR – Eu sugeri, se o senhor permite, que fizesse a abordagem sobre a questão do caso da Way.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – (pronunciamento fora do microfone) Evidentemente essa questão, porque o Way TV de um jeito e porque o outro de outro, é uma questão que gera polêmica mesmo, porque é necessário ter uma... Isso. Obrigado.

Esse slide ele mostra claramente que existem legislações diferentes para TV a cabo e para o DTH. Então o DTH ele diz que a Lei 9.472 pura e simplesmente. Ou seja, uma análise regulamentar pura dentro das atribuições da ANATEL que ela possa fazer, ela tem que se ater pura e simplesmente ao DTH, à legislação 9.472. Sob o ponto de vista da A TELECOM, do pedido da A TELECOM.

A questão concorrencial é uma questão a posteriori. O Senador Flexa Ribeiro levantou essa questão, eu acho que o levantou muito bem essa questão. Por que é que essa análise concorrencial, como é que é isso? Acontece que a autorização é dada em primeiro lugar e não cabe à ANATEL decidir sob o ponto de vista de concorrência. A gente pede uma análise concorrencial para que instrua, a ANATEL tenha a competência

de instruir ao CADE em assuntos de concorrência, de direito econômico.

Então, nós já pedimos isso porque o CADE vai pedir. Aliás, já pediu. Já houve uma audiência no CADE, nós temos ciência, que a ABTA entrou com recurso contra a decisão da ANATEL dizendo que a DTH ia atrapalhar a ABTA, Associação Brasileira de TV por Assinatura. Ela já entrou com recurso no CADE. E o CADE está tratando disso e o CADE vai pedir informação para nós. Então o senhor perguntou: Já tem a decisão? A ANATEL está trabalhando exatamente esses dados, não recebemos ainda no conselho todas as informações, mas tem que concluir rapidamente porque o CADE também tem um prazo para cumprir. Então nós vamos passar pro CADE as informações de análise de concorrência.

Eu vou retomar só para esclarecer esse ponto, (soa a campainha) o que cabe à ANATEL. E a TV a cabo ela está regida pela Lei 8.977/95 anterior à privatização inclusive, e que tem o espírito da lei que é uma concessão. Tal qual a TV por assinatura de cabo... Tal qual as empresas de telecomunicações também são concessão.

Então, o que aconteceu? Por favor, passa o slide. Eu quero ir lá no 11.

Então, esse caso da TNL o que aconteceu? Então, a primeira coisa que é importante destacar, Sr. Presidente, é que o caso da DTH, da A TELECOM é um caso regido pela Lei 9.472 que é de DTH. E o caso da Way TV, é um caso regido pela lei do cabo. E não pela Lei 9.472. São duas solicitações que diferem pela Legislação vigente no Brasil. E que a ANATEL...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Desculpe, é que como ficou mais ou menos assim, eu queria tirar as dúvidas. A TNL PCS Participações ela é uma empresa onde...

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Controladora da TELEMAR.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ela é controladora da TELEMAR ou ela é controlada pela TELEMAR?

SR. PEDRO JAIME ZILLER – O senhor vai ver. Tá exatamente aqui. Isso aí é o organograma da TELEMAR, ações nominativas que é o que interessa em percentual de ações nominativas. A posição é de março de 2007, época da tomada da decisão.

Então, tem lá... O BNDES, pegar aqui quem participa. O BNDES tem 25%, a LEXPART parte tem 18, né? 10. A GTELECOM tem mais dez, a (inaudível) Participações tem mais dez... Eu não estou conseguindo ver daqui, está pequenininho demais... Obrigado. E a

FIAGO que é um Fundo de Pensão tem mais uma parte também, 19%. A LFTEL tem mais 19 e a FUNDAÇÃO ATLÂNTICA tem mais 4.

Muito bem. Esse conjunto de empresas aqui que foi que comprou durante a privatização, GTELECOM, o BNDES etc, eles controlam a TELEMAR PARTICIPAÇÕES SA. Essa é a empresa que parece que esta mudando o nome para OI. Mas, para facilitar aqui vamos tratar de TELEMAR mesmo. A TELEMAR é dona de 55, 56% dessa empresa TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES que é a TNL PARTICIPAÇÕES que estaria comprando através... Essa empresa TELE NORTE LESTE através da TNL PCS, estaria comprando a Way TV que está aqui debaixo. E a TNL também detêm aqui do lado de cá a TELEMAR concessionária serviços de telecomunicações que é também dona da OI. Ok? Muito bem.

O Contrato de Concessão que foi assinado em dezembro de 2005, muitos anos depois da privatização, já é a reforma do contrato, ele reza da cláusula 14.1 que a concessionária poderá obter outras ações através(F) de receita, desde que isso não implique descumprimento das disposições de normas constantes do regulamento de serviço de telecomunicações e das demais normas (inaudível) pela ANATEL. Isso faz parte do contrato assinado por todas as concessionárias. TELEMAR, a BRASIL TELECOM, a EMBRATEL... A EMBRATEL, não. A EMBRATEL está fora disso, é a concessionária de uso local. É CTBC, BRASIL TELECOM, TELEMAR, TELEFÔNICA e a SERCONTEL que assinaram esse contrato. O § 1º e essa que é a questão chave do problema, que é o contrato, ressalvadas as hipóteses previstas em leis específicas, concessão ou autorização de serviço de TV a cabo, na mesma área referida na cláusula 2.1, a cláusula 2.1 é qualquer área de concessão no caso. No caso é Minas Gerais. A TELEMAR é dona, é a concessionária no Estado de Minas Gerais. Na mesma área referida na cláusula 2.1, não será outorgada nem transferida para a ANATEL, outorgada ou transferida pela ANATEL a concessionária suas coligadas controlada ou controladora. Até que seja expressamente revogado tal vedação. Isso faz parte do contrato de concessão assinado em 2005. Aí passa a próxima, por favor. O regulamento de apuração de controle das empresas prestadoras de serviços que é um dos regulamentos que o contrato se refere, diz o seguinte: A resolução 101 da ANATEL de 04/02/99. Antiga. Art. 2º: Uma pessoa jurídica será considerada coligada a outra se detiver direto ou indiretamente pelo menos 20% de participação do capital votante da outra, ou se o capital votante de ambas for detido direto ou indiretamente em pelo menos 20% por uma mesma pessoa natural(F) ou jurídica.

Muito bem. O que acontece? Se acontece, se ocorresse a compra da TNL comprar a Way TV, essa coligação existiria entre a Way TV e a TELEMAR Concessionária através dessa empresa aqui. Ou seja, a autorização para a compra de TV a cabo ela está vedada pelo contrato de concessão da concessionária e pelo art. 2º da Resolução 101. A ANATEL, ela é responsável por cumprir o disposto na lei e nos regulamentos.

Então, quando foi feita essa análise e colocado dessa forma, o senhor vê o seguinte, essa empresa aqui detêm 97% da TELEMAR. E detêm 100% da TNL, que vai deter 100% da Way. Então, evidentemente, essa empresa nomeia os diretores daqui e daqui. E essa coligação entre essa e essa, ela está caracterizada contrariando o que está no Contrato de Concessão. Então não poderia a ANATEL autorizar essa... Dar essa anuência por causa disso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – (pronunciamento fora do microfone).

SR. PEDRO JAIME ZILLER – É março. É a mesma. Eu só acresci em março de 2007...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – (pronunciamento fora do microfone).

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Ah, aquele março é porque é obrigado, se não me engano, pela lei (inaudível), Senador, eu não sou especialista nisso, mas quem for Presidente do Conselho de Administração tem que ter ação nominativa. Está certo? É por isso que esse senhor aparece aí. Mas ele é só... Esse aí ele vai trocando, se trocar o Presidente do Conselho de Licitação(F), ele vende e o outro compra uma ação. É isso.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Mas o objetivo, Dr. Jaime... Eu quero entrar já na lei. Eu entendi bem que na Legislação está assim. Mas qual é o objetivo realmente dessa Legislação? Porque uma coisa está tratando da telefonia, outra da TV a cabo...

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Senador, hoje foi colocado, se o senhor me permite interrompê-lo, mas hoje foi colocado pelo Senador Wellington, pelo Senador Flexa Ribeiro, por todo mundo a importância de ter uma lei aqui que fale desse tipo de comunicação, que fale de conteúdo, etc. Eu só posso parabenizar os senhores e concordar integralmente. Eu acho necessário que se faça isso. Agora, eu é que eu penso? Eu penso o seguinte. Serviço para o assinante, eu cheguei a citar isso aqui hoje, para o assinante tanto interessa a tecnologia. Mas a nossa legislação é antiga. E não cabe à ANATEL, como o Senador falou, legislar por conta própria. Certo? Agora, como o Conselho vai decidir? O Conselho vai decidir com base na Legislação vigente. E essa foi que foi a decisão tomada. Agora,

se o senhor quer minha opinião, e agora é opinião, eu, Pedro Jaime, não como conselheiro da ANATEL, eu acho que o senhor está coberto de razão, o Senador Wellington está coberto de razão. Eu só quero tranquilizar o Senador Wellington, com relação ao conteúdo no seguinte termo, o conteúdo que vem no Brasil, e vou dar um exemplo claro para o senhor, é realizado pelo Brasil seja de onde ele vier. Por exemplo, é o caso típico do caso que nós temos da propaganda de cigarro em Fórmula 1. O senhor se lembra que no Brasil está proibido e foi feita uma faixa que é colocada a transmissão que é feita internacionalmente, não é gerado no Brasil aquele sinal, da Fórmula 1, mas no Brasil é obrigatório...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – A Fórmula 1 no Brasil.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – No Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Não. Não, senhor. A Fórmula 1 que passa na França, que passa em qualquer lugar que fala sobre cigarros... Na França não pode ter cigarros também, mas existem Países onde é permitido a propaganda de cigarro no automóvel. No Brasil a propaganda vem só que passa uma mensagem que gera no Brasil dizendo o seguinte. Cigarro é prejudicial, dá câncer, etc. Então, o conteúdo brasileiro que é divulgado no Brasil, ele está subordinado às leis nacionais. E o Ministério das Comunicações é o responsável pela divulgação de conteúdo, e nós normalmente na ANATEL fazemos a fiscalização a pedido do Ministério, nós gravamos as fitas, decodificamos e entregamos para o Ministério que toma as devidas medidas no caso de conteúdo indevido ao povo brasileiro. Quer dizer, o fato de estar sendo gerado, a HBO é gerado no exterior, o Telecine é gerado no exterior... Esses canais todos que o senhor conhece de TV por assinatura, são todos gerados no exterior. Mas eles só podem passar no Brasil, que o Brasil permite. Ele não pode passar o que o Brasil não permite. Se passar está sujeito às leis brasileiras. Quanto a isso o senhor pode ficar tranquilo.

Outra coisa que foi colocado, não sei se pelo senhor, também pelo Senador Cícero Lucena, a respeito da decisão da ANATEL ser tomada com dois conselheiros. Três conselheiros. Na verdade, o seguinte, a Legislação na ANATEL qualquer decisão, qualquer decisão só pode ser tomado por maioria absoluta. Nós temos três conselheiros. Ou os três votam a favor ou não se vota. Dois não decidiriam.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas é que eu vejo os senhores muito bem afinados. O Sr. Pedro Ziller e o Sr. Plínio Júnior, estão bem afinados. Eu vejo que os senhores trabalham muito bem juntos.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Trabalhamos, sim, senhor. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu sei, eu sei. Eu sinto isso. Então de repente, esperando os outros dois, poderia ter uma melhor distribuição de conteúdo... A melhor conversa... Contraditório, como estamos acostumados nessa Casa.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – E nós também, Senador. Foi o Senador Flexa Ribeiro que citou e até me questionou que havia uma decisão, um parecer da Procuradoria a respeito da questão. A Procuradoria realmente fez uma análise a respeito disso, mas ela não se referenciou, isso diz o contrato. O senhor pode verificar ela não se preocupa esse item do contrato. Se preocupou com o art. 15 da Lei do Cabo que ela de certa forma entende que está derogado pela LGT. Pelo simples fato que lá no art. 15 da Lei do Cabo, diz o seguinte, que a concessionária de telecomunicações não pode fazer TV a cabo a não ser que uma empresa privada assim o deseje. Ora, essa lei é anterior à privatização. Uma vez privatizada a concessionária já é uma empresa privada. Então, não teria sentido isso. E o parecer da Procuradoria está baseado nisso. Eu não discordo da Procuradoria, tanto assim que minha análise, na minha análise, cita isso, mas na minha análise é muito claro que não estou preso ao art. 15. A minha decisão, o meu Relatório, não se baseou no art. 15. Ele se baseou no contrato de concessão assinado em 2005, posterior à lei. À privatização. Então tem um contrato ali colocado e eu tenho que cumprir o que está colocado no contrato. É a lei entre as partes.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pedro, eu já falei que a gente está discutindo, para não focar muito na pessoa. Mas veja bem, esse parecer ele foi feito pelo Sr. Bedran.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Foi.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O Sr. Bedran, nós acabamos de aprová-lo para a ANATEL.

Então, se tivesse aguardado um pouco mais, toda essa defesa que V.Sª faz, poderia ter direito, como bem colocou o Senador Lucena, ao contraditório. E ele poderia o Procurador naquele momento debater e ter direito a voto. No momento que é um Procurador, dá o parecer e não pode discutir o direito a voto, os senhores acabaram com o direito do contraditório. Que

nessa Casa nós temos a todo momento. Não é isso Senador Flexinha? Senador Flexa. Desculpe. Eu tenho um tratamento carinhoso com V.Ex^a, embora eu tenha dito que eu entendo de Barbie, é uma coisa séria. Mas o que eu quero dizer isso, nós ficamos muito preocupados aqui com relação a isso. Se os senhores tivessem aguardado um pouco mais, poderia se debater melhor. E o que eu quero colocar, é que numa questão, num mercado em que as teles faturam 140 bilhões, eu não tenho nada contra a tele, não. Eu só quero ver se a gente consegue de alguma maneira proteger toda a nossa cultura brasileira que a radiodifusão fez trabalho, a TV a cabo. E quando os senhores na ANATEL tomam uma decisão com pareceres iguais de maneira diferente, imagine Senador Flexa, uma TV por satélite descendo no Brasil inteiro. Não tem limite de região. Ela chega, vai fazer uma quantidade de assinatura estupefa que nunca mais e existe hoje alguns entendidos no assunto que só vai acabar duas grandes empresas no País. Uma é a EMBRATEL e a outra é a TELEFÔNICA. O final será esse. Duas grandes empresas. Se não praticarmos alguma coisa nesse sentido se houver interesse dessa Casa, porque eu não sou contra capital estrangeiro, eu sou a favor. Agora, nós também temos que ter direitos iguais a empresas nacionais. Por que é que a TELEMAR, uma empresa nacional, não tem os mesmos direitos que a TELEFÔNICA? Eu quero que a TELEFÔNICA faça e a TELEMAR faça. Existe um outro problema que a TELEFÔNICA tem também um acordo verbal, que a gente tem chamar de verbal, de interesse na TVA da Abril. E isso vai ser um outro problema que os senhores terão que resolver. Então, olha o complexo de coisas que existem aí. E os senhores poderiam ter um pouco mais de calma e esperar chegar os cinco para dividir uma responsabilidade com cinco pessoas. Mas aí quando nós estávamos aprovando, de repente vem o resultado: Já votou, já foi. Ué, mas só tem dois. Se dois não votam, o terceiro tem que acompanhar.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Questão só de esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra o Senador Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Se caso o pedido aí citado e negado, em vez de ter sido feito TNI tivesse sido feito direto pela Tele Norte...?

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Seria o mesmo problema.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Teria o mesmo problema? Mas a que foi concedida ela não tem 100% do capital?

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Tem, sim, senhor, mas a lei é outra, Senador. É outra lei. Essa lei é a Lei do Cabo que eu tenho que seguir e o contrato de concessão. A outra é uma autorização de DTH.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Está entendendo qual é o nosso problema? Nós temos o seguinte...

SR. PEDRO JAIME ZILLER – O problema, Senador, na verdade, o senhor me permite, Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Toda.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – O problema, Senador, é o seguinte. Existe uma legislação e a ANATEL ele é um órgão que tem que cumprir a Legislação. Vou até aproveitar a oportunidade para dizer o seguinte, por que é que nós decidimos agora? Esse processo da Way TV ele chegou ano passado na ANATEL. E veio andando. E nós não tomamos uma decisão exatamente preocupados com o que os senhores colocaram. Só que a Way TV entrou com ação na justiça, que deu 10 dias para a ANATEL decidir. Nós fizemos uma reunião obrigada pela justiça de decidir. Nós marcamos a reunião segunda-feira...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – A TELEFÔNICA entrou também na justiça ou não?

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Não senhor. A TELEFÔNICA não entrou... Nós estávamos exatamente preocupados.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – ... É mais política, ela espera...

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Não, senhor. Não é bem isso não, Senador. O que acontece é o seguinte, a TELEFÔNICA, o caso da autorização da TELEFÔNICA é um caso que realmente sob o ponto de vista regulamentar não há qualquer problema, como eu disse. Qualquer empresa... Se a TELEMAR pedir uma DTH, ela tem o mesmo direito. Não há problema nenhum. Se a TELEMAR chegar lá e disser eu quero DTH, as condições são essas, ela tem os mesmos direitos. E mais, foi colocado aqui essas contrapartidas. Na realidade, a contrapartida, por direito nós não temos nenhuma. O fato de ter um canal educacional aberto, pode não ser muito importante, pode não ser a solução, mas antigamente quando a empresa estatal, a EMBRATEL tinha um canal aberto para a Fundação Osvaldo Cruz, que usava diversas horas da grade. E todo o equipamento colocado era colocado, a TV Educativa também utilizava, o equipamento era colocado pelo Ministério da Saúde. Com recursos do Ministério da Saúde, e quando cortaram, que a EMBRATEL co-

meçou a cobrar, a EMBRATEL privatizada começou a cobrar, era uma fortuna. Um canal desse não é um canal desprezível, o valor dele, de colocar disponível. Pode ser pouco? Pode. A ANATEL podia exigir? Não podia. Por lei a ANATEL não podia exigir. Porque a autorização não tem obrigação de ter isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Só colocar uma coisa, uma situação para o Senador Lucena. Nós temos três leis. A Lei da Radiodifusão, a Lei da TV Cabo e a Lei das Teles. Agora, olhe a incoerência, mas ninguém pode culpar porque foram feitas em momentos diferentes, e o avanço da tecnologia acabou levando a esse problema que nós temos aqui. A Lei da Radiodifusão só pode ter 30% de capital estrangeiro. A lei de TV a cabo, só pode ter 49% de capital estrangeiro. E a Lei das Teles, 100% de capital estrangeiro. Com isso aí, as teles que investiram muito nisso aí, investiram em torno de 160 bilhões se eu estiver errado o senhor me corrija, elas faturam 140 bilhões de reais/ano. Enquanto que toda a radiodifusão fatura 20 bilhões. 10%. Em torno de 20 milhões, e cabo eu não tenho conhecimento. Então a gente tem que ver como vamos fazer, Senador Flexa Ribeiro, para corrigir isso. Para criar essa lei convergência que possa fazer. Ou todo mundo faz junto, como é a lei que está na Câmara, que aí eu acho que já é demais. Todo mundo pode fazer telefonia, todo mundo pode fazer programação. É o que está lá do Senador Bornhausen, do Deputado Bornhausen, ou então nós vamos criar alguma coisa que regulamente isso.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Senador, eu acho que temos que fazer alguma coisa que melhore para o usuário do sistema.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Exatamente.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Ninguém tem que pensar que está faturando menos, não. O problema de faturar é deles. Nós temos que criar o que for melhor para o usuário. Nossa função aqui como Parlamentar é defender isso. Nós temos que defender os interesses nacionais, é lógico, e tudo, mas temos que ver primordialmente o que é melhor para o usuário. Essa que é a nossa função principal aqui.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, acho que o Senador Botelho tem toda razão, a preocupação do Congresso é em relação ao usuário. Agora, é importante que se possa debuchar sobre o assunto porque existem legislações diferenciadas para cada sistema e que no final eles estão convergindo num único só. Então o usuário vai ficar prejudicado. Porque é exatamente para atender o usuário que nós temos que nos debuchar sobre o assunto. O que vai acontecer? Como previu aí o Senador Wellington de que só vão

sobrar duas únicas empresas. Essas empresas vão, no futuro, até... O monopólio. Que não se pode admitir em hipótese nenhuma. Então, nós temos sim de forma antecipada prever esse futuro que é preocupante. Em função do usuário. Do cidadão brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Plínio e Sr. Pedro, eu queria dizer o seguinte, esse debate é importantíssimo. Porque primeiro que a nossa Comissão, a Comissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia, é uma Comissão nova. Então é uma Comissão de Senadores, era uma Subcomissão da Comissão de Educação, discutiu-se se existia porque essa Subcomissão ficou grande e virou uma Comissão, e ela virou por quê? Por causa do avanço da tecnologia. E nós vamos estar a todo momento correndo atrás da legislação para atender o que a tecnologia evoluiu. Nós temos uma velocidade. A tecnologia evolui muito mais rápido. Então muitas vezes, nesse momento o Sr. Plínio e o Sr. Pedro estão pagando por um preço de estar aqui debatendo, que para nós é importante, pagando que eu digo é o seguinte, de repente a gente faz alguma pressãozinha em cima dos senhores, por quê? Porque os senhores dominam o conhecimento, nós estamos aprendendo com os senhores, e ao mesmo tempo é um momento de convergência. Então nós temos que trazê-los aqui para tirar dúvida, para aprender com os senhores, e aí colocar o nosso ponto de vista de questão de País, de cultura nacional, de emprego... E aí vai ser essa discussão dentro do Senado Federal e dentro do Congresso. Alguma consideração? Com a palavra o Sr. Plínio.

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR – Sim, Senador. Só para complicar um pouquinho mais, a gente esqueceu de colocar na transparência, também o conteúdo já está vindo, não é questão de prospecção tecnológica. Já está vindo no celular também. E há um aparelhinho aí que o Pedro Jaime viu recentemente, tem na apresentação que num aparelho de celular que já vai ser vendido a poucas centenas de reais, que pode receber até 25 canais. Você pode escolher 25 canais que venham ser transmitidos em banda larga via serviço móvel pessoal. Então a questão, o Senado, quer dizer, aquela advertência... Eu sou engenheiro, o Pedro também é engenheiro, fomos do sistema Telebrás, uma palavra, acho que é unânime entre nós que pensamos em regulação no Brasil, é que é... Um, é urgente que o Brasil, como estamos vendo aqui os Senadores, todos abordando a questão central, aborda a questão do audiovisual, do conteúdo audiovisual no Brasil porque tem as aquelas importâncias de geração emprego e identidade cultural, e fora outras questões também a respeito da questão da produtividade

para a economia como um todo. Então é louvável, é o momento, Senador. É o momento e nós colocamos a ANATEL plenamente, completamente a disposição do Senado, do Congresso, para participar quantas vezes for necessárias ou reuniões mais técnicas se quiserem isso na ANATEL ou aqui em audiência. Porque não é uma questão simples. A lei do audiovisual francesa já tem cerca de 15 anos. Ela que não era... Que ela não se detinha em muitas questões tecnológicas já está sendo revista. Uma lei hoje em dia a gente tem que admitir que a questão, uma coisa que é muito cobrada do regulador, é a estabilidade das regras, estabilidade dos regulamentos, e da Legislação fica mais complexo ainda. Uma lei não pode viver apenas 10 anos. Se a lei se ativer a muitos detalhes tecnológicos, ela fica obsoleta em cinco, dez anos no máximo. Então a questão, quando a gente quer, a lei é uma ordem maior, superior, essa lei tem que ser pensada, e, sobretudo, ela deve ter algum conhecimento da tecnologia que está chegando, já existente ou que esteja chegando e nisso a gente pode ajudar, outros centros de pesquisa no Brasil, há centros de pesquisa de conhecimento nessa área no Brasil felizmente. Agora, a lei deve vir a respeito das aplicações, deve vir a respeito do uso, no foco do consumidor como o senhor estava mencionando. E com o foco em emprego, cultura nacional e tal. Se entrar em detalhe tecnológico, se o próprio regulamento às vezes, nosso não deve entrar em muitos detalhes de tecnologia porque ele fica obsoleto muito rapidamente. E é uma cobrança que se faz da reguladora e da agência, e é correto que se faça é porque em função da estabilidade da regulação, estabilidade da legislação que o investidor confia nesse País e não naquele e tal. Então, essa questão é importante que nós tenhamos em mente a estabilidade da legislação, da regulação tanto quanto possível também para que tenhamos o maior proveito desse investimento todo que se faz e que a gente atraia investimento exterior com algum, quer dizer, com a posição brasileira estratégica de haverá ou não haverá algum tipo de limitação, participação do capital estrangeiro numa atividade ou na outra. Essas questões maiores que cabem a essa Casa decidir e se precisar de nosso apoio terão sempre.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Algum Senador deseja fazer mais alguma colocação? Eu acho que o Sr. Plínio, acho que já foi uma consideração geral. Quer fazer uma consideração final sobre o assunto?

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR – Não, só agradecer, eu me ponho à disposição do Senador que está fazendo algumas observações a respeito de celulares. Aqui na Sessão... Foi o Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pela ordem o Senador Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Desde o final do ano passado que existe pendências da parte da ANATEL em relação a participação das concessionárias de telefonias fixas e suas coligadas e controladoras que participam no leilão de frequência de 3,5 a 10,5 megahertz. Por que é que a razão que a ANATEL entrou na Justiça e o TRF da 1ª Região negou recurso apresentados pela ANATEL. Uma pergunta. A outra é: As três empresas OI, CTBC, DATA TELECOM e a TELECOM S/A não deveriam atuar nesse ramo das comunicações por que motivo? O que está por trás dessas questões?

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR – Essa questão foi... O senhor está falando do edital de licitação das frequências em 3,5 e 10,5 giga, não é? Um documento, um parecer do TCU, o TCU participa muito diretamente desses editais. O motivo principal da participação do TCU é no estabelecimento dos preços mínimos quando se leva uma licitação a público. Então houve uma interação muito grande com a ANATEL a respeito do restabelecimento dos preços mínimos e do próprio edital. O TCU, sobre essa questão específica de inibir a participação das concessionárias, as detentoras de quase totalidade da infra-estrutura física local, das redes em si, delas também participarem do edital comprar licenças em suas próprias áreas de concessão. Por exemplo, a inibição é de que a TELEMAR... No edital como foi levado a público, de que a TELEMAR não teria direito a comprar licenças em sua área de atuação, naqueles 16 Estados. Poderia comprar em qualquer outra área. E o votivo é para que ela não aumente o poder, não seja alavancado o poder dela de monopolizar a infra-estrutura onde ela já é dominante. É dominante, Senador, em mais de 90% dos acessos. Isso em todas as três. Todas as três. Na infra-estrutura local, nas de longa distância, estou abordando só local...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Desculpe, mas é a TELEMAR de novo que foi brecada aí?

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR – Todas as três foram.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ah, tinha três. Porque o senhor colocou só TELEMAR. Aí fica... Coitada da TELEMAR. Toda hora é pau na cabeça. Tinham mais duas? Mais quatro?

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR – Não. Quatro. Qualquer concessionária...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Estou ali-

viando. Falou a TELEMAR só como exemplo, parece que a TELEMAR é que está tomando na cabeça toda hora. Na verdade tem mais quatro empresas.

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR – Não. Qualquer concessionária em sua área de atuação ficou inibida de participar, de comprar licenças... E o espírito é esse. Evitar que haja maior dominação da infra-estrutura que hoje já é de mais de 90%, maior que isso ainda porque deteria porque são muito capitalizadas todas as quatro, então elas teriam, certamente elas seriam as vencedoras nessa licitação.

O TCU reconhece em documento passado a nós duas coisas: Um, que cabe à agência reguladora fazer esse tipo de inibição para a participação. Dois, essa específica que é de a concessionária não comprar também concordava. E isso foi discutido e foi formalizado por parte do próprio TCU. O TCU ele suspendeu, determinou a suspensão do edital por um motivo básico. E apenas um motivo. Que ele discutia que a questão do estabelecimento dos preços mínimos para a licitação. Então o TCU argumentava que... Argumenta ainda, que os preços mínimos estavam um pouco baixos, então foi essa a discussão. Houve a discussão da nossa área técnica diversas vezes, eu fui ao TCU para discutirmos essas questões, é uma questão que é uma tecnologia nova, os preços dos sistemas aplicados, implicados, o preço estava em queda no mundo todo, e como é uma questão mais nova, o estabelecimento dos preços mínimos fica difícil de ser uma coisa muito precisa. A intenção da ANATEL na definição de preços mínimos em cidades pequenas onde o mercado é menor, foi de tornar os preços realmente bem baixos para permitir a inclusão digital do País inteiro.

Só para lembrar os senhores, uma licença numa cidade pequena, chegaria a 650 reais só. O preço mínimo é 650 reais. Então qualquer microempresa, qualquer empresário por menor que seja poderia pagar, comprar uma licença para operação com essas bandas, com a tecnologia Way-Max(F), por exemplo, pagando licença de apenas 650 reais. Então foi esse o propósito em relação aos preços estabelecidos dos editais discutidos previamente com o TCU, mas depois achou que os preços mínimos deveriam ser revistos. Por isso suspendeu o nosso edital. E nós de novo obedecemos a justiça, o TCU, discutimos. Então, está por enquanto suspenso esse edital. A tendência é de que ele seja encerrado esse edital e que a gente repense. Porque há uma outra demanda de governo, de política para o governo, de política para o governo, ainda não totalmente não formalizada, mas há uma demanda que pode ser repensada, evidentemente a ANATEL ela sempre se baseia na busca de atendimento a políticas públicas que é de reservar parte dessa banda

para uso por parte do Governo Federal, estadual e municipal. Essa reserva não foi feita nesse edital anterior. E esse edital era a segunda vez que ele ia a público. Nas outras vezes, ele não tinha sido... Essas licenças não tinham interessado nelas. Nesse novo edital 101 empresas se interessaram em participar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Ainda sobre a questão da Audiência Pública, eu gostaria de ter a informação sobre a conclusão da análise que faz referência o documento da ANATEL, se essa análise foi concluída, se ela pode ser encaminhada à Comissão.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Ela não está incluída ainda. E claro que tem uma vez concluída pode ser encaminhada à Comissão. Ela vai ser encaminhada ao CADE também e o CADE vai solicitar e claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Isso é um Requerimento que encaminharemos para a ANATEL.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Não tem problema nenhum.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Continua a minha dúvida. Se a análise não foi concluída, por que é que se concedeu autorização antes e se a análise chegar à conclusão que não deveria ser concedida a autorização?

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Senador, a análise não pode chegar a essa conclusão. Pode chegar a essa conclusão, mas...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então, por que está sendo feita?

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Pelo seguinte, eu explico para o senhor, Senador, desculpe. Por favor, é o seguinte: O pedido de autorização ele é dado independentemente da opinião do CADE, da decisão do CADE.

Então, são dois... O procedimento é assim: Primeiro o senhor dá uma anuência prévia, o senhor dá uma autorização. E aí faz essa análise, encaminha ao CADE, no caso de autorização a gente nem encaminha ao CADE normalmente. A gente vai encaminhar ao CADE isso porque a BTA entrou com recurso do CADE dizendo que está sendo prejudicada. Associação Brasileira de TV por Assinatura contra essa autorização. Então o CADE tem que saber qual é a análise de concorrência. E nós vamos passar para o CADE isso porque é um pedido do CADE. Agora quando acontece uma anuência prévia, a gente passa pro CADE o ato de

concentração encaminhado ao CADE também para o CADE. Nós fazemos a instrução pura e simplesmente. O julgamento do CADE.

Então, a decisão da ANATEL é uma decisão baseada no regulamento. E não na concentração. A decisão da ANATEL é isso. Eu digo para o CADE. Isso aqui regularmente não tem nada de errado. Sob o ponto de vista econômico, a situação que existe é essa. Vou dar um exemplo para o senhor da concentração da SKY TV com DIRECT TV, o que passou pela ANATEL e foi pedido a anuência prévia para fusão. Nós autorizamos e fizemos condições. Impusemos condições. Que tinha que abrir canais, etc. Foi nossa sugestão ao CADE. O CADE endossou. E foi feita a fusão, o CADE concordou que fosse feita essa fusão desde que alguns canais, que são considerados poderosos do mercado, vamos dizer assim, como esporte, futebol para o Brasil, fosse aberto as outras concorrências também. Então isso foi uma decisão do CADE. Agora, nós pura e simplesmente fazemos uma análise de concorrência e mandamos para lá. O que não quer dizer que sob o ponto de vista regulamentar não pudesse haver decisão. Eu vou dar um exemplo para o senhor. A GAROTO com a NESTLÉ, foi dar autorização e depois o CADE foi resolver. Nós temos agora um caso parece semelhante, não domino bem o assunto, mas a GOL com a VARIG.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas da GAROTO não houve autorização. Houve uma relação de mercado. Depois o CADE foi e entrou para ver a concentração. É diferente.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Isso. Mas é porque aí foi uma compra que não tem um órgão regulador. Como é o nosso caso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pois é. Não há como servir de exemplo no caso aqui.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – A GOL, por exemplo, está comprando a VARIG, a ANAC deu autorização para comprar. Isso vai afetar a concorrência ou não? A ANAC vai ter que preparar isso e encaminhar para o CADE também para resolver posteriormente. Mas sob o ponto de vista regulamentar, nada impede essa compra. É o caso. Nada impede a autorização a qualquer empresa de telecomunicações que queira uma autorização de DTH, ela pode ter. Se por acaso a TELEMAR em vez de solicitar a compra da Way TV, tiver solicitado a DTH, teria sido dado a ela também. Não tem impedimento nenhum. O impedimento aí Senador é basicamente é legal. É o contratual.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu só gostaria que fosse encaminhada à Comissão.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Sim, senhor. Perfeitamente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Farei o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O Requerimento. Aprovaremos na próxima Sessão e caminharemos à ANATEL. Agora, eu queria tirar só uma dúvida rapidamente. Sr. Ziller, esse quadro acionário, porque eu me lembro que teve um debate que eu acompanhei na imprensa, que eu não era interessado no assunto, que foi a questão da BRASIL TELECOM, que tem o Daniel Dantas, aquela confusão toda. E como eu estou vendo ali agora, você têm às vezes acionistas minoritários, claro que isso dentro da legislação, que em função da Lei de Telecomunicações, parece que o majoritário que tem noutra área não pode mandar.

Então, quer dizer, toda aquela polêmica que aconteceu na época da BRASIL TELECOM, CITIBANK... Isso daí acontece em todas as empresas, elas são mais ou menos geridas dessa maneira?

SR. PEDRO JAIME ZILLER – São mais ou menos geridas dessa maneira. São composições e são vários acionistas que fazem um acordo de acionistas, e vão gerir a empresa. No caso da TELEMAR, que está no quadro é mais fácil de olhar, a LEXPART, a GTELECOM, a CECA(F), o BNDES, tem aí o BANCO DO BRASIL que são as empresas de seguradoras. Seguradoras do BANCO DO BRASIL, elas têm um acordo que esse grupo é o grupo controlador da TELEMAR. Agora eles também têm um acordo que quem vota é a GTELECOM, a LEXPART, etc. Só alguns que não dá...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Dão poderes para isso.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – E tem poderes para isso. Foi dado esse poder pelo BNDES. O BNDES deu esse poder a elas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Agora, pode acontecer... Por exemplo, eu estou vendo ali que o BNDES tem 25%, qual é a outra empresa que é também de...?

SR. PEDRO JAIME ZILLER – A FIAGO que é Fundo de Pensão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Quanto tem?

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Tem 19%. 19,5%.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Daí dá quarenta e poucos.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então me diga só uma coisa aqui. Aconteceu uma privatização, mas os maiores acionistas ainda são pessoas ligadas ao Poder Público, é isso?

SR. PEDRO JAIME ZILLER – É. A verdade é essa. Agora, por acordo de acionistas ela...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Flexa, me explica isso. V.Ex^a. que...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Isso acontece não só...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas não ocorreu uma privatização, então. Na verdade não ocorreu uma privatização. Ocorreu uma privatização da gestão. Porque se os acionistas são...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Através de um acordo de acionistas pode ter ocorrido uma privatização de gestão. É o mesmo caso da VALE DO RIO DOCE. A VALE DO RIO DOCE foi privatizada e continua estatal. Porque ela é controlada pelos Fundos de Pensão. Quer dizer...

SR. PEDRO JAIME ZILLER – E pelo BNDES.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – E o lucro na verdade também é dividido proporcionalmente. As ações também vão...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Lógico. O setor privado na VARIG é minoritário. Agora, um acordo de acionista transferiu a gestão para o setor privado. Que indicou o Presidente do Executivo, o Roger Agnelli, foi o setor privado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Meu grande Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Foi o grande Presidente que transformou a VALE nessa potência hoje que é... E que não seria se fosse estatal. Aí é aquela bandeira do PSDB que tem que ser defendido. A privatização foi importante para o Brasil e deve ser feita aonde o Poder Público não é necessário. E vai agir com recursos públicos aonde ele se faz necessário. E existem várias regiões e vários segmentos onde ele precisa estar presente. E ainda não se encontra.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ok. Algum Senador, alguma colocação a mais? Acho que está sendo muito produtiva essa reunião. Eu pelo menos tirei uma série de dúvida aqui, para nós da subcomissão é super importante. Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só quero me justificar, Sr. Presidente, em função das outras reuniões que estavam acontecendo hoje cedo no Senado e não pude participar de todo o debate. Mas já me informei também, como V.Ex^a mesmo colocou, que os esclarecimentos foram bastante interessantes, e com a solicitação do Senador Flexa Ribeiro para que os documentos, os relatórios venham a esta Comissão para eventualmente havendo dúvidas e questionamentos possa haver uma continuidade dessa atividade desse debate. Mas eu felicito V.Ex^a inclusive pela iniciativa. Se V.Ex^a. me permite, eu só quero dizer que como Comissão de Ciência e Tecnologia nós aprovamos outro dia nesta Comissão o Requerimento para fazermos uma reunião institucional, quer dizer, pedida pela Comissão com o Ministro do Planejamento a respeito das carreiras de Ciência e Tecnologia no Executivo. Que apesar dos vários ofícios e documentos dos Ministérios, não há para o planejamento, para a Fazenda, não se chega a uma conclusão. E a gente sabe que esta área da Ciência e Tecnologia depende essencialmente também de bons pesquisadores bem remunerados com categorias bem definidas, planos de carreira.

Então, houve a insistência, inclusive, por parte da Secretaria dessa Comissão para a realização dessa audiência que vai acontecer no dia de amanhã, às 16h, naquele dia inclusive o Senador Cícero Lucena, o Senador Romeu Tuma, e outros Senadores se mostraram, assim, dispostos a participar dessa audiência que a gente imagina que seja rápida também, pelo menos para abrir esse canal de... Que a Comissão está fazendo? Ajudando a criar um canal de comunicação, de diálogo entre a área e o planejamento. Então vai acontecer amanhã às 16h no Ministério do Planejamento, é uma iniciativa da Comissão e eu acho que a Comissão então se coloca ao lado, pelo menos dos pesquisadores, no sentido de pensar como que esta área pode ser prestigiada, valorizada e que se dialogue, se comunique para se chegar a uma conclusão que parece que está difícil. O Ministro Sérgio Resende quando esteve aqui ele já mandou um ofício há um ano praticamente pedindo alguma providência, e assim como a CAPES e outros órgãos ligados à área da pesquisa, Ministério da Saúde, Agricultura, todos mandaram, mas a resposta ainda não chegou.

Então, eu acho que nós podemos colaborar para dizer: Olha, vamos estabelecer, chegar a uma conclusão nesse debate aí que vem acontecendo há muito tempo.

Mas quero parabenizar os expositores também e dizer que realmente esse debate é fundamental que aconteceu hoje para esta Comissão que tem entre os seus objetivos o que foi o conteúdo que foi exposto hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Uma questão de observação. Já que ele citou a necessidade de prestigiar os nossos pesquisadores e nossos cientistas, só para lembrar que ontem no Plano de Desenvolvimento da Educação foi agraciado com recursos o pós-doutorado. Que é uma coisa que no Brasil não se dava muito valor. Espero que essa... Que saia do papel e se torne realidade para a gente poder segurar os cérebros do Brasil na nossa terra com o pós-doutorado que vai ser aplicado daqui para frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu queria dizer que nós, Senadores inclusive dessa Comissão, Senador Flexa, Senador Flávio Arns, demais Senadores, que nós precisamos é entender que o está acontecendo com essa questão da Lei da Convergência, a mudança da Lei Geral de Telecomunicações, porque nós vamos ter que mudar. Senador Flexa, e eu fico muito preocupado, porque muitas vezes surgem assuntos na imprensa que nos leva a não tomar atitudes às vezes que a gente tem que tomar. Por exemplo, a Lei Geral de Telecomunicações ela tem que ser mexida. Eu acredito nisso. O Sr. Ziller que está aqui, o Plínio também, tem experiência maior na área, ela tem que ser mexida. De alguma maneira tem que ser mexida. Agora, não podemos dizer: Ah, vai se mexer porque fulano vai se dar bem, vai se mexer porque outra empresa vai se dar bem. Eu acho não. Nós temos que mexer porque a tecnologia avançou demais. Nós não podemos ter essa incoerência total de legislação que nós temos agora. Então nós trazemos aqui os membros da ANATEL, colocam para gente, mas o que nós estamos vendo é o seguinte, eles têm que cumprir a lei. E ao cumprir a lei, muitas vezes, em termos do nosso momento, vira uma incoerência. Mas eles não podem fazer nada do que além de cumprir a lei. Então, nós temos que trabalhar nesse sentido de mudar essa Legislação, fazer a Lei de Convergência, onde tudo vai se encontrar, como vai ser, nós vamos decidir, porque na verdade eu considero o Senado uma Casa sábia, aqui eu tenho visto que de repente a gente está pensando assim e sai por aqui e sai corretamente. Eu já vi isso muitas vezes aqui nessa Casa. Não é isso Senador Flávio Arns? Então eu queria, finalmente, já que os Srs. Senadores colocaram as considerações finais do senhor Plínio e o Pedro Ziller para que possamos encerrar essa audiência pública muito proveitosa...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pela ordem o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu pedi a anuência a V.Ex^a para que eu pudesse fazer alguns questionamentos bastante rápidos ao Presidente e ao Conselheiro da ANATEL a respeito dos bloqueadores no sistema penitenciário.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Bem colocado. V.Ex^a colocou no início dessa audiência. Tem a palavra V.Ex^a.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Dr. Plínio e Dr. Pedro, eu sou Relator de um Projeto de Lei que determina a obrigatoriedade de instalação de sistema de bloqueio de sinais de radiocomunicação e telefonia móvel no sistema penitenciário. O meu Relatório ele foi todo embasado em análises da ANATEL, de dados colhidos na CPI do Tráfico de Armas, de uma reunião que tive com a Associação das Empresas de Telefonia Móvel, e de experiências em outros Países para sistema de bloqueio. Mas no questionamento que eu peço a V.Ex^a, só para confirmar aquilo que eu tive acesso, eu gostaria de ter de V.S^a exatamente a posição da ANATEL com relação:

Um, à obrigatoriedade da instalação do sistema de bloqueio. Essa obrigatoriedade, a instalação, a obrigatoriedade da instalação ela deve ser feita pelos órgãos públicos, pelo Governo ou pelas operadoras? E qual a razão de uma definição ou de uma análise no fato?

Dois. Quem deve arcar com os custos desse sistema? E se caso a posição da ANATEL poderia nos fornecer se as operadoras estão obrigadas a instalar esse bloqueio quando lhe foram concedidas os sistemas. Gostaria de ter a posição da ANATEL oficial a respeito desses questionamentos.

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR – Senador, obrigado pela questão. É uma questão que nos preocupou muito ao longo do ano passado, e que infelizmente muita gente sofreu com essa... E os de sempre sofreram. São aquelas pessoas mais pobres que moram perto de presídios. Fomos obrigados por lei, por juízes, a desativar estações, mandado a desativar estações em torno dos presídios. Essa é a pior situação possível. Essa de... Para resolver a questão do acesso do crime organizado ao celular, você apagar as estações em torno dos presídios. Isso prejudica enormemente, sobretudo aquelas pessoas pobres que têm seu telefone como instrumento de trabalho, inclusive. É a pior situação. Foi um sofrimento forte. A ANATEL ela não divulgou todo, por questão deliberadamente, nós não divulgamos todos os danos que isso causou ao consumidor, à população.

Quanto à questão de instalação de bloqueador. A ANATEL pode participar do ponto de vista de tecnologia, do ponto de vista de equipamentos certificados, cabe a nós certificar equipamentos desse tipo para fazer isso. Nós... Aí quanto à questão, a quem compete fazer isso. Não compete à ANATEL porque ela não tem sequer esse mandato. Ela não pode ter esse tipo de atuação. Nem que a gente tivesse todos os recursos disponíveis.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Não, não a ANATEL.

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR – Eu sei. Eu vou por ordem. Porque já uma das demandas foi que no passado, no ano passado, foi que a própria ANATEL deveria fazer essas instalações. Nós não podemos fazer esta ou qualquer instalação no sistema de telecomunicações. A quem cabe esse ônus? Nos contratos de autorização das... Na regulamentação, no regulamento e nos contratos de autorização não há essa obrigação para que as operadoras de sistema móvel elas instalem isso ou elas tenham autorização para instalar equipamentos em presídios. Não cabe a elas. Creio que dentro da organização de Governo do sistema prisional caberia mais a ser bancado pelo fundo penitenciário que existe. Não sei se tem essa previsão específica de fazer isso, mas caberia mais ao sistema prisional fazer esse tipo de investimento. Bancar esses custos. Não são... Custam pouco caro. Não é demais. Não é absurdo, mas não é barato também. Há, inclusive, diversos tipos de bloqueadores. Há bloqueadores chamado mais inteligentes hoje em dia, que é o seguinte: Deixa falar. Deixa falar, estimula. Quase que entrega para cada bandido. Entrega um celular. E ouve. E o sistema hoje em dia pode fazer isso. Selecionar, ficar ouvindo e... Para quem falou, quanto tempo falou... Gravar... Há diversos tipos de sistemas que fazem isso. O sistema mais simples, aquele que ele joga ruído dentro do ambiente. Então ele não permite que o sinal chegue à estação rádio base perto. Então é o bloqueador. Ele bloqueia completamente. O sinal não chega. Você tenta acionar e ele não chega à estação rádio base. Há outras maneiras do crime organizado chegar também as celas dos presídios é usar outros tipos de telefones que não sejam esses. Por satélite, inclusive.

Então, a questão não é simples. Não é só relativa. É mais fácil via o celular. E o mais fácil instrumento é o bloqueador. Aquele que joga o ruído enorme, ninguém ouve ninguém e não é atingido nem consegue originar nem terminar uma ligação.

Então, há diversas opções para tratar disso. Eu fui ao Ministro da Justiça na época o Ministro Thomaz Bastos e disse o seguinte: O senhor é a pessoa mais

bem posicionada para nos entender e para decidir sobre essas questões. O sistema prisional está com o senhor e está também a defesa do consumidor lá do Ricardo Morishita.

Então, com esse tipo de atitude de apagar as estações rádio base em torno dos presídios está prejudicando o consumidor.

Então, cabe basicamente a essa política do sistema prisional definir que tipo de inibição se faz.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas V.Sª disse aí que existe tecnologia que possa impedir os sinais não só de telefonia móvel como de radiocomunicação. Mas a minha pergunta objetiva é se isso pode trazer, caso as operadoras venham a ser obrigadas a instalar, pode haver aumento de tarifa, transferência para o consumidor através das tarifas.

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR – As operadoras elas não são obrigadas. Hoje não são obrigadas. Se viesse a ser obrigadas, é a questão. Mais um custo ela passaria esse custo para o sistema inteiro. Não é tarifa, é preço. Mas de qualquer maneira isso oneraria a operadora e ela teria direito de ser ressarcida.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – E a função do FISTEL que arrecada dois bilhões, esse ano a previsão orçamentária é de dois bilhões e 150 milhões e o próprio orçamento de 2007 diz que só serão utilizados 350 milhões para a ANATEL. O que é feito com o restante?

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR – Fica no Tesouro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Para quê?

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR – O FISTEL, por lei, ele tem uma destinação específica. Ele não poderia também sem modificação na Legislação, ele não poderia ser utilizado para esse fim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas o Tesouro usa para que um milhão e oitocentos a cada ano de excesso na arrecadação do FISTEL?

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR – Contingenciamento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Para pagar juros aos banqueiros da dívida do Governo.

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR – Não sei responder essa questão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com certeza absoluta. E digo mais, por que é que a ANATEL como fiscalizadora, não fiscalizou o bloqueio dos celulares já que existe uma lei aprovada pelo Congresso, a Lei 10.792/2003 que determina o bloqueio de telefonia móvel no sistema penitenciário? Se a função da ANATEL é de fiscalizar, por que é que ela não fez ao longo tempo... Determina, aliás, a instalação dos blo-

queadores, se a função da ANATEL é também de fiscalização e se havia a utilização do sinal de telefonia móvel a partir do sistema penitenciário, eu não acho, como V.Ex^a colocou, que a penalização à sociedade através do usuário que está em torno da casa penitenciária, de ter a sua comunicação afetada, seja o maior mal. Evidente que nós não queremos isso. Tem tecnologia que possa bloquear o sistema apenas no perímetro da casa penitenciária sem afetar o resto. Mas o maior mal não é o prejuízo ou a dificuldade toda. Mas o maior mal não é o prejuízo ou a dificuldade toda, o maior mal é o comando do crime através do próprio sistema penitenciário.

Então, voltando à pergunta inicial. Por que é que a ANATEL não fiscalizou a não instalação dos bloqueadores determinada por lei desde 2003 e que não foi feito pelo Governo?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente, Questão de Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sobre o assunto? Com a palavra o Senador Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Me permita acrescentar a pergunta do Senador Flexa, a questão de que já que está sobrando dinheiro, quais são as limitações que o fundo concede a ANATEL para que ela possa aplicar, e o que a ANATEL gostaria de ter ampliado nas suas ações para a utilização desse fundo? Esse é um item. E também, dentro da colocação do Senador Flexa Ribeiro, que custo estaria dimensionado para o bloqueio nos presídios se isso já está devidamente levantado?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Ainda complementando que é no mesmo assunto, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Flexa com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Concluindo, Dr. Plínio, chego à seguinte conclusão: Existe um superávit da arrecadação do FISTEL de um bilhão e oitocentos milhões por ano. Ao longo desses cinco anos já temos aí seguramente nove bilhões de reais que não são cumulativos, ou seja, eles vão para o Tesouro e lá a cada ano são extintos, ou seja, utilizados, melhor dizendo, e... Chego à conclusão no meu parecer eu altero a lei do FISTEL, utilizo os recursos excedentes para custear os bloqueadores em todo o sistema penitenciário existente hoje, e defino que a partir de então qualquer nova casa penitenciária já deve ter o bloqueador, corrigir para trás e não deixar continuar o para frente, e mesmo assim o custo estimado hoje para instalar em todo o sistema, a informação que eu

tive é que existem mil unidades prisionais. Se fossemos instalar em todas elas custaria em torno de 300 milhões. Ainda assim nós teríamos um bilhão e 500 milhões de excesso. E aí eu pergunto: Eu estou fazendo um estudo, Senador Wellington, porque isso aí sim penaliza o usuário, é carga tributária indireta que está insustentável para sociedade brasileira de fazer um projeto se não há necessidade dessa arrecadação do FISTEL nesse montante de seis vezes o valor necessário, vamos reduzir a incidência dos encargos no sistema para que essa redução de encargos seja levado em benefício do usuário da diminuição dos custos da telefonia móvel. Ou seja, dar acesso cada vez mais à comunicação, e não através de um subterfúgio, vamos dizer assim, de tarifar, se esse é o termo, em excesso o sistema para provocar superávit primário, e não utilizar os recursos que têm sido feito o longo dos seis anos de existência do FISTEL.

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR – Senador, cabe apenas um esclarecimento. A arrecadação do FISTEL cresceu enormemente em relação ao previsto uns tantos anos atrás. Certamente 10 anos atrás. Nenhum de nós que estamos no setor mais tempo, nenhum de nós admitia que chegasse a fim de 2006 com 100 milhões de terminais móveis. Cada terminal móvel, Senador, paga cerca 25 reais/ano, como taxa ao FISTEL. Além disso, cada um deles ao ser instalado pagou uma taxa de fiscalização, a tal da TFI. Uma taxa de fiscalização na instalação.

Então, não havia essa previsão, Senador, de que cresceria tanto a arrecadação do FISTEL no passado. Certamente, vamos dizer, é quase que o dobro do que era admitido no passado. Que uso melhor o senhor acha que... A ANATEL ela não faz toda a fiscalização que ela gostaria de fazer, que ela planeja fazer todo ano. Porque para um País desse e para atingir 140 milhões de terminais para atingir toda a área de TV por assinatura e outros tantos, serviços de rádio táxi, tudo, nós teríamos que ter mais de um bilhão horas/ano de fiscalização. E apesar de mais de um milhão de horas/ano de fiscalização. É um País enorme, oito milhões de quilômetros quadrados, não somos uma Suíça, nem uma Inglaterra, tudo plano, tudo fácil. É Amazônia e tudo. Brasil é isso, Senador. Nós não temos isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR – Nós temos com os concursos que fizemos, que temos servidores novos muito capacitados, os concursos têm sido muito rigorosos, nós estamos com capacidade hoje de aplicar 550 mil horas de fiscalização. Nós também estamos investindo e tivemos recursos esse ano, razoavelmente 19 bilhões para investir em quê? Básica-

mente em fiscalização para que nós não precisemos de deslocar todos os fiscais para as operadoras, por exemplo. Responsável por 140 milhões de terminais. A gente vai fazer o sistema, a gente liga no sistema de gerência das operadoras e dentro da... E fazemos essa fiscalização, essa auditoria dos sistemas dentro da própria ANATEL com muito mais eficácia. Mas quanto à questão do uso do FISTEL. Quanto ao não uso do FISTEL, eu não posso Senador, Senador.

Agora, a questão de investir no sistema prisional, de investir para que seja realmente rompido esse acesso do crime organizado, essa questão central, romper o acesso do crime organizado às comunicações públicas do País. Isso, de novo, eu acho que não cabe, esse ônus não cabe à ANATEL fiscalizar. Por favor, mesmo que a gente tivesse todos os recursos, eu não gostaria de ver um fiscal da ANATEL fazendo fiscalização do bloqueio. É importante a nossa missão é fazer a fiscalização da qualidade do serviço chegando lá na frente. O bloqueio, essa responsabilidade realmente é da administração da prisão, do sistema prisional. Nós podemos ajudar, evidentemente, e já estamos dispostos e temos feito é o seguinte, em dizermos quais são os bloqueadores, os sistemas de bloqueios que são eficazes, e analisar na questão de estimativa de custo para instalação e tudo. Nós podemos certificar, é a nossa missão também certificar esses bloqueadores. Também nós podemos participar nisso. Mas, por favor, não nos dê esse encargo, mesmo que a gente tivesse recurso, de entrar na prisão e fiscalizar o não acesso, o bloqueio efetivo que essa tarefa acho que cabe, por segurança inclusive, temos discutido isso também com o Ministério da Justiça, por segurança da própria prisão. A gente não deve deixar que operadoras entrem em celas de crime organizado e que nem mesmo os nossos fiscais. Seria uma preocupação adicional com segurança. Talvez não fosse uma solução nós próprios fiscalizarmos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Flexa, o Sr. Pedro Jaime queria fazer uma colocação sobre o assunto. Com a palavra o Sr. Pedro Jaime.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senador, pela ordem antes.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pela ordem, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só quero dizer que as observações que o Senador Flexa Ribeiro fez são muito pertinentes, mas eu só quero também lembrar ao Senador que mesmo que a ANATEL precise de um milhão de horas/ano, isso significa se nós transformarmos em funcionários, isso seriam 500 fun-

cionários aproximadamente. E 500 funcionários seria a mesma coisa que 80, 100 milhões/ano. Queria dizer, se pegarmos um bilhão e 500 bilhões ainda sobra muito dinheiro. Não é verdade? Porque um milhão de horas ano 40 horas por semana, em torno de 500 funcionários/ano. Supondo que o funcionário receba... Não sei quanto recebe, vamos supor quanto? Não sei. Quatro, cinco mil. Você está falando. Eu calculei dez mil com obrigações sociais. Seria 80 milhões/ano. Então ainda sobra bastante dinheiro, não é verdade? E é uma área fundamental. Nós temos discutido tanto essa fiscalização da comunicação. Isso é essencial.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Agora, Senador Flexa, quando tiver aqui uma legislação para que se possa contratar, o PSDB tem que contratar. Não pode ir contra contratação e aumento de folha e tudo mais. (risos)

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Sr. Presidente, só que o FISTEL foi criado para uma coisa específica. Ele tem que ser aplicado naquilo que foi criado. Não pode ser desviado. Isso aí não tenho dúvida. FISTEL era para integrar o pessoal todo. Integrar as populações. Lá em Roraima nós tínhamos várias escolas de mais de 50 alunos que não tem telefone de acesso nas áreas rural. Isso é que tem que ser aplicado o dinheiro, é nisso aí. Não é desviar para outra coisa. Para presidio e outras coisas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Pedro Jaime queria fazer uma colocação, Senador Flexa.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Muito obrigado, Sr. Presidente, e o senhor pela segunda vez me elege Senador e eu estou muito honrado. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – É tanto Senador que... Senhor e Senador é muito parecido. Eu vou tentar agora me concentrar. Vou tentar agora me concentrar no broche.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Eu fico muito honrado de ser chamado de Senador. Isso para mim é uma das coisas mais importantes da República é o Senador dentro da República. Fico muito honrado. Obrigado. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então com a palavra... Também os Senadores, ficariam muito honrados de tê-lo com Senador.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Pedro Jaime.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Senador, eu gostaria de fazer uma complementação que é o seguinte: Primeiro, o FISTEL tem sido contingenciado há dez anos. Não é recentemente, não. Ele está pagando dívida de contingenciamento há dez anos. Desde que a ANATEL existe que há contingenciamento de FISTEL.

A outra coisa é o seguinte, o grande problema é que para o senhor fazer uma fiscalização... O senhor sabe que nós somos recordistas, o setor de telecomunicações é recordista em reclamação no Procon. É a maior reclamação que tem, o senhor pega no site, o senhor vai encontrar de cima embaixo uma lista de reclamação feita ao Procon e depois ainda vão nas empresas, vão na ANATEL, reclamações existe para todo lado. O que é de verdade, é que montar um sistema de fiscalização não é apenas homens/hora. O senhor tem equipamento, o senhor tem *software*, o senhor tem sistema de monitoramento a distância, sistema de monitoramento local. Nós não fiscalizamos só telecomunicações. A pedido do Ministério nós fiscalizamos todo o conteúdo da radiodifusão. Nós é que pegamos esse conteúdo, se o Ministério pede para a gente fiscalizar uma rádio, nós temos que deslocar pessoal para fiscalizar essa rádio. Esse número de horas que o Dr. Plínio colocou aqui são horas programadas. Todas as denúncias de rádios que não foram outorgadas também são fiscalizadas pela ANATEL e tem que ser atendidas. E qual é o estudo que nós temos para isso? Nós temos o quê? 20 estações fixas, umas 4 ou 5 estações móveis... 10 estações móveis. Não dá para começar, Senador. Quer dizer, o dinheiro do FISTEL tem que ser utilizado exatamente para a finalidade dele, para fiscalizar mesmo. O senhor fala que é pouco, e é muito dinheiro. Eu acho que não é. Porque o que nós precisaríamos para fazer isso de verdade no País tamanho do Brasil, não vou dizer para o senhor que são dois bilhões, mas seria extremamente temerário que nesse momento a gente pensasse reduzir FISTEL. O que seria preciso realmente e existe nessa Casa legislação já tramitando, que a independência financeira da agência realmente fosse de fato. Com isso, aí sim, aí foi aprovado inclusive numa Comissão aqui no Senado por unanimidade uma proposta de reforma do Senador Tasso Jereissati foi aprovada aqui onde o FISTEL realmente... PEC. Exato. Uma proposta de PEC. Que dá à ANATEL realmente os recursos necessários para que possa montar essa infra-estrutura. Não basta ter pessoal, não basta dizer assim: Vamos pegar agora e vamos dar um bilhão para ANATEL que ela vai resolver isso esse ano. Não vai. Se o senhor der dois bilhões esse ano, não vai. Agora, eu garanto para o senhor que a montagem da infra-estrutura eu manutenção da infra-estrutura, vai gastar muito mais dinheiro do

que os trezentos que nós estamos gastando. Eu não tenho dúvida nenhuma disso. Em 2004 quando eu tive a honra de ser Presidente da ANATEL, essa Casa, a Lei de Diretrizes Orçamentárias foi aprovado um recurso para ANATEL da ordem de 500 milhões na nossa programação. E houve o contingenciamento. Eu não posso entrar em que é que foi o contingenciamento, como é que foi, o que aconteceu. Não é minha parte. Agora, uma coisa eu digo para o senhor o FISTEL ele deveria ser direcionado realmente para ANATEL, com a finalidade, concordo com o Senador, de fiscalização. E a gente poder montar ao longo, se tivesse sido montado ao longo dos 10 anos esse sistema de fiscalização, nós não estaríamos com mil e cem homens/hora. Não. Nós teríamos muito mais. Porque nós precisamos de muito mais. De verdade precisamos de mais, de mais equipamento, mais *software*, de mais pessoal. O quadro aprovado da ANATEL hoje é de 1.690 pessoas e nós temos 1.400. Somente 1.400. Nós precisaríamos de mais? Precisaríamos. O País é um continente.

Então, realmente, assim, eu acho que nós precisamos de verdade é dar à agência o que ela precisa para cumprir o papel dela de verdade. Eu digo para o senhor com a maior tranquilidade. Eu estou há três anos na agência. A agência fiscaliza bem? Não. Não fiscaliza. Ela não tem condições de fiscalizar bem. E isso que é importante e aí eu peço ajuda dos senhores quando a gente vier aqui com os recursos, propondo a montagem de estrutura, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que isso seja realmente encaminhado. Esse ano o Senador Valdir Raupp, eu estive com ele, o Dr. Plínio também esteve com ele aqui, nós estivemos junto aqui discutindo e conseguimos acrescentar alguma coisa para começar a montar essa infra-estrutura necessária. Essa que é a questão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Nós estamos falando de duas coisas. É diferente. Nós estamos falando uma coisa é a arrecadação do FISTEL.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Sim, é isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – A outra coisa é o contingenciamento do orçamento da ANATEL.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – São duas coisas diferentes.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – O orçamento da ANATEL contingenciado que V.S.^a diz que ao longo de todo esse tempo, eu concordo. 2004 foram 500 milhões que foram contingenciado. Este ano 2007 são trezentos e poucos milhões previstos. Agora, me parece que a própria ANATEL ou o Ministério é que

faz o encaminhamento, o Governo é que encaminha o valor para ser orçamentado.

Então, esses trezentos e tanto bilhões que está no orçamento, seriam, vamos dizer, a necessidade da ANATEL para o ano de 2007. Se eles serão liberados pelo Executivo ou não, é o tal contingenciamento.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Eu sei, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Quer dizer, dos trezentos e tantos milhões, libera 100, 150, 200, 250. Aí tem o contingenciamento. Isso é um assunto. O que eu estou me referindo também e aí que é o mais grave, é o excesso de arrecadação do FISTEL. Se há uma necessidade de 350, que não seja 350, que seja 500, que seja 600, que seja 700, por que arrecadar, ou seja, por que taxar o contribuinte em dois bilhões e cem milhões desnecessários? Isso que é o meu questionamento. Por que então não rever a tarifas de vinte e tantos reais por aparelho, mais não sei quantos reais de fiscalização por ano. Por que é que não se faz uma revisão dessa tarifa no sentido de que a arrecadação do FISTEL seja a necessária para que a ANATEL cumpra porque todos nós queremos que a ANATEL tenha os meios para que ela cumpra a sua função de regular e fiscalizar as telecomunicações.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Eu entendi, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Esse é o meu questionamento. Contingenciamento e excesso de arrecadação.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – O que eu tentei dizer e vejo que não consegui, foi o seguinte. É que eu não posso dizer hoje que dois bilhões (inaudível) arrecadação para (inaudível) necessidades da ANATEL. O que é o problema é que eu não posso de um só momento, um estalar de dedo conseguir fazer a fiscalização crescer, criar pessoal, treinamento com a evolução tecnológica rápida. Esse treinamento é intensivo, o número de funcionários, o número de servidores que a ANATEL tem. Então tudo isso, se o senhor for juntar todas essas parcelas para se fazer uma fiscalização adequada, eu não posso afirmar hoje para o senhor, eu não afirmarei hoje para o senhor que bastaria quinhentos bilhões ou um bilhão. Eu acredito que muito mais.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Dr. Pedro, vou lhe fazer uma pergunta objetiva.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Qual foi a solicitação orçamentária da ANATEL para 2007? Foi pedido para a executiva da ANATEL. Quanto a ANATEL pediu ao Governo para executar seu trabalho em 2007?

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Dentro do realismo que nós temos...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Não, quanto ela pediu para exercer a função?

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Eu vou dizer para o senhor. O valor foi quatrocentos e poucos milhões, não é isso?

SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR – Dentro do planejamento de Governo, no procedimento lá junto ao Ministério do Planejamento, há pequenos filtros de teto de orçamento. Então apesar da ANATEL precisar de mais, ela acaba fazendo...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Quanto a ANATEL pediu, não é o que foi dado.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Na faixa de 450 milhões.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então se a ANATEL pede 450 milhões é porque pela diretoria da ANATEL são os recursos necessários.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – São necessários porque são os recursos que nós temos capacidade. Porque o senhor crescer, para o senhor poder instalar um equipamento desse e treinar pessoal, o senhor não faz isso em um ano. Então o primeiro ano...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – 550 milhões para dentro do excesso fazer essa previsão de preparação de pessoal.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Isso que nós temos feito ano a ano tentado fazer isso. Agora até mesmo nessa Casa, são cortados os recursos. Já foram. Muitas vezes chegar, foi o que aconteceu no passado, eu citei aqui, aqui dentro dessa Casa foram cortados recursos solicitados que vieram do Executivo para cá.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Acho que o Senador Flexa quer colocar o seguinte, nós estamos arrecadando no FISTEL dois bilhões e cem. E para que a ANATEL funcione só precisa de seiscentos. É isso. Ele está dizendo o seguinte, já que estamos arrecadando mais que se precisa, por que não vamos diminuir e dar esse bem para o usuário? É essa colocação. Ele quer que o senhor concorde com ele. Ou que demonstre que é verdade isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Porque ele não precisa dos dois bilhões.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Senador, eu não solicitei porque eu só posso solicitar aquilo que é razoável gastar no ano. Eu não posso gastar, eu não posso pensar que eu vou conseguir realizar alguma coisa em torno de um bilhão, um milhão e meio. Agora,

isso não quer dizer que porque eu solicitei quinhentos milhões é que seja suficiente para uma fiscalização adequada para a ANATEL. Ao longo do tempo, se a ANATEL tiver os recursos necessários, o equipamento necessários, o pessoal necessário ela vai gastar mais de um bilhão, sim, senhor. O senhor não tenha dúvida disso. E vamos deixar de ser o maior alvo de reclamação dentro do Procon.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Flexa, acho que ele está colocando bem que é o seguinte. Não me venha dizer que você vai diminuir o meu dinheiro. Não estou precisando, mas não pode pegar e diminuir. Deixa lá, eu posso precisar.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Eu preciso.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Claro.

SR. PEDRO JAIME ZILLER – Eu preciso. Não posso, não. Eu preciso. O que eu não tenho condição é de gastá-lo agora de uma vez só. Eu tenho que criar toda uma infra-estrutura para poder fazer a fiscalização adequada que a sociedade exige.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu acho que...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Wellington, nós temos que defender o cidadão brasileiro. Vamos baixar a tarifa porque não é necessária essa arrecadação do FISTEL.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só quero ser 100% solidário com o Senador Flexa Ribeiro. Eu acho que ele tem toda razão, não tem cabimento colocarmos aí esta penalização sobre o consumidor brasileiro dizendo que está se arrecadando para ver a fiscalização das telecomunicações, e esta fiscalização não estar acontecendo. Então o consumidor, o povo, o cidadão brasileiro ficaria muito mais satisfeito e ao mesmo tempo seria algo muito mais justo e adequado para corrigirmos essas distorções que existem no Brasil dizer: Não, vamos arrecadar aquilo que vai ser utilizado. Nós estamos arrecadando muito além do que é necessário e não está sendo investido. Acho que uma das conclusões desta Audiência Pública poderia ser o esforço desta Comissão para que esta situação seja corrigida. Eu acho que isto, uma das conclusões disto é dizer: Olha, que o consumidor pague a metade. Se pagar a metade já tem um bilhão. Um bilhão é três vezes a mais do que está sendo utilizado hoje. Quer dizer, eu acho que esta pode ser uma conclusão. E o consumidor brasileiro... E se nós fizéssemos isso em

todas as áreas, a carga tributária cairia significativamente no Brasil.

Então, eu acho, eu sou solidário, ajudo a argumentar, eu acho que esta tem que ser uma das conclusões desta Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Bom, eu queria agradecer a presença do Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, Sr. Plínio de Aguiar Júnior, queria agradecer o ex-Presidente da ANATEL e atual Conselheiro, Sr. Pedro Jaime Ziller, a quem eu chamei muitas vezes de Senador, nós estaríamos também honrados se Senador o fosse. Acho que essa Audiência Pública foi muito esclarecedora para nós, inclusive debatemos bastante aqui, e não tento nada mais a acrescentar, declaro encerrada essa Audiência Pública. Muito obrigado a todos.

(Sessão encerrada às 11h33.)

COMISSÃO MISTA ESPECIAL “MUDANÇAS CLIMÁTICAS”

COMISSÃO MISTA ESPECIAL CRIADA PELO ATO Nº. 01, DE 2007, “DESTINADA A ACOMPANHAR, MONITORAR E FISCALIZAR AS AÇÕES REFERENTES ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL”

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião de 2007, da Comissão Mista Especial criada pelo Ato nº. 01, de 2007, “destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil”, realizada em 13 de março de 2007, terça-feira, às 15h11, na Sala nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à Instalação da Comissão e à eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Fernando Collor (PTB-AL)

João Ribeiro (PR-TO)

Romeu Tuma (PFL-SP)

Inácio Arruda (PCdoB-CE)

Renato Casagrande (PSB-ES) - Relator

Jefferson Péres (PDT-AM)

Delcídio Amaral (PT-MS)

Iran Barbosa (Bloco PT- SE)

Rose de Freitas (Bloco PMDB-ES)

Eduardo Gomes - (PSDB-TO) - Presidente

Luiz Carreira - (PFL-BA)

Rodrigo Rollemberg (Bloco PSB-DF)

Sarney Filho (PV-MA)

Fernando Ferro (Bloco PT-PE)

Lelo Coimbra (Bloco PMDB-ES)

Ricardo Barros (Bloco PP-PR)

Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP)

Jorge Khoury (PFL-BA)

Fábio Ramalho (PV-MG)

Estiveram ainda presentes os Senhores Parlamentares não membros da Comissão: Deputados Carlos Sampaio e Sebastião Bala Rocha.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu pediria por gentileza aos senhores membros da Comissão que tomassem assento para darmos início à Sessão de instalação e eleição de Presidente e o Vice-Presidente.

Convido o Presidente da Câmara que nos honra com sua presença. Eu queria aqui, Senador Casagrande, Presidente Chinaglia que é nosso amigo, Senador Collor, dizer que eu estou na Presidência não com o bastão do conhecimento, mas com a bengala da velhice, por ser o mais velho, mas ainda...

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL)

– Não apoiado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – ... inteiro vivo, (risos) e graças ter servido no Governo de V.Ex^a, e muita coisa aprendi nesta área e vi com o entusiasmo de V.Ex^a ao propor a criação dessa Comissão e os questionamentos que fez em algumas Audiências Públicas.

Diz que não pode puxar o saco de saída, mas não tem jeito. Desculpe a expressão aqui. (risos) Mas eu acho que a importância da instalação desta Comissão numa hora de crise, ainda agora está se realizando o PROANTAR do Trabalho há 25 anos que o Brasil vem desenvolvendo na região da Antártica em pesquisas e principalmente na proteção do clima. Nós sabemos que os resultados que a ONU apresentaram são assustadores. Até o Bush se assustou. Tanto é que hoje ele já se preocupa na preservação do meio ambiente.

Então, eu tenho que fazer a eleição para Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Não sei se V.Ex^a quer fazer uso da palavra ou se eu dou oportunidade. Seria uma honra para gente o senhor como Presidente agora, como Presidente, para assim... Saudá-lo. Não sei se é regimental. Eu sei que é bom. É bom para Casa.

DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)

– Bem, boa tarde a todos. Quero cumprimentar o Senador Romeu Tuma por dirigir os trabalhos e nunca será demais dizer que quando do meu acidente foi o Parlamentar que mais me visitou no hospital. E essas coisas vão além, naturalmente, da política. Então...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Isso é Deus que nos leva sempre a torcer pelos amigos.

DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)

– Mas eu creio que essa Comissão Mista, ela nasce com o vigor da necessidade. Mas também com o vigor da percepção dos Parlamentares, Senadores ou Deputados, que não por acaso, vários dos presentes aqui tomaram a mesma iniciativa. No caso da Câmara, e eu digo isso até para explicar e justificar por que é que o Deputado Eduardo Gomes acabou sendo escolhido Presidente, não porque fosse único em condições de fazê-lo, mas por um compromisso dado que ele foi o primeiro a me procurar na Presidência da Câmara e os que me procuraram a seguir eu informei desta situação. E foi, digamos, essa gênese, no caso da Câmara, da Constituição dessa Comissão. Além da iniciativa de Parlamentares recentemente eleitos ou mais antigos na Câmara e no Senado que tiveram a mesma iniciativa quase ao mesmo tempo. E hoje, lendo em algum jornal, rapidamente uma resenha de um cientista da UNICAMP que alerta que se a temperatura aumentar mais três ou quatro graus, que a Mata Atlântica dos 7% restantes tende a desaparecer cerca 60% desse 7%, se não me engano. Mas esse um exemplo, digamos, mais um ou mais uma evidência específica, importante para nós mais específica, daquilo que literalmente coloca em risco a humanidade.

É claro que nós não... Eu pessoalmente não me integro a nenhum time que trabalhe com ou sem saída. Mas neste caso, há estudos que mostram que determinados prejuízos já não têm volta. É difícil de acreditar, mas eu penso que é melhor acreditar. Até para prevenir aquilo que ainda pode ser evitado na opinião destes e de outros cientistas. O segundo registro é que nós sabemos que isso não basta. Quer dizer, ao criar a Comissão, ela vai naturalmente com o seu trabalho produzir conhecimentos, sistematizá-los, mas eu diria, mais importantes do que isso, e aí a composição da Comissão, seguramente estará à altura e está à altura de fazer, digamos, aquilo que pode decidir. Que é o Brasil enquanto Nação jogar o seu peso junto à comunidade internacional, dado que não é nenhum problema nacional e tampouco comporta solução unicamente nacional. Mas vem a história do passarinho, estou fazendo a minha parte. Quer dizer, então se o Parlamento brasileiro e nós vamos fazer a nossa parte, com isso nós levamos ao Executivo e com isso nós vamos mobilizar a própria sociedade que já está mobilizada pelo menos a partir dos setores mais conscientes do problema, e creio que hoje qualquer criança ela tem essa dimensão desde que informada.

Portanto, eu vejo nesta Comissão um instrumento importante e poderoso para que o Brasil possa jogar o seu papel do ponto de vista do Executivo nas suas relações internacionais. E do ponto de vista do Parlamento, especificamente, nessa condição de Presidente, Senador Tuma, a gente recebe muitas delegações internacionais. Só ontem eu falei com 17 Embaixadores. E há relação interparlamentar, digamos, tirando a gordura, tirando aquilo que se sobrepõe, tirando aquilo que talvez não fosse necessário, mas o fato é que a articulação dos parlamentos hoje no mundo todo também tem relevância e no mesmo processo os parlamentos, vamos chamar assim, como representação popular e como caixa de ressonância da sociedade, eu acho que nós também aí essa Comissão vai ajudar o Parlamento brasileiro a ter uma outra atuação, uma outra inserção e, portanto, jogar um papel superior daquele que já vem jogado. Então eu cumprimento toda a Comissão, acreditando sinceramente que ela vai estar à altura da tarefa e vai colocar o Parlamento brasileiro também à altura dessa mesma tarefa.

Então parabéns a todos pela iniciativa e desejo e acredito no sucesso dos trabalhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Agradeço a V.Ex^a pela presença e pelas palavras. Justifico a ausência do Presidente Renan, está presidindo a Sessão Especial do PROANTAR com realização do 25º aniversário do Projeto que também é voltado para essa área do equilíbrio da natureza. Eu nada poderia acrescentar ao que já foi falado pelo Presidente Chinaglia, da importância das palavras dele, portanto pediria licença para dar início à votação do Presidente. Eu ia perguntar se alguém se apresentava, ele já indicou o Deputado Eduardo Gomes, e eu pediria se alguém se candidata a Vice-Presidente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)
– Quero fazer uma indicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pois não.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)
– Sugestão. Não uma indicação, sugestão. Eduardo Gomes está sendo proposto pela Câmara, eu vou sugerir ao Senador Collor que seja o Vice-Presidente. O Presidente Collor preside uma Subcomissão hoje na Comissão de Relações Exteriores nessa área. Então acho que poderia ficar um da Câmara e um do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Perfeito, Senador Casagrande. Cumprimento V.Ex^a pela indicação do Presidente Collor não só pela sua estrutura aqui no Senado hoje, mas pelos conhecimentos que tem ao longo da sua vida política. De forma que eu acredito que nós teremos uma

Comissão de primeira grandeza, Sr. Presidente, até pela representatividade dos dois membros que vão ser eleitos Presidente e Vice-Presidente. Então eu farei imediatamente a chamada para que possam votar. Pergunto se poderá ser por aclamação ou se querem votar por cédula. Parece-me que há uma unidade de pensamento se alguém quiser se colocar contra ou ser concorrente aqui a democracia é permanente. Mas acho que ninguém quer. Então eu faria por aclamação. (risos) De forma que a chapa apresentada do Deputado Eduardo Gomes para Presidente e o Presidente Collor para Vice, pergunto se alguém se manifesta contra. Quem não se manifestar contra permaneça como se encontra. Aprovado. Convido Eduardo Casagrande e o Presidente Collor a assumir seus lugares. Eduardo Casagrande, não. Ele é um grande Deputado. (risos) Desculpa. V.Ex^a, Presidente, para eu poder passar aqui. Se o senhor quiser ficar... O senhor é Presidente da Casa.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)
– O que V.Ex^a quis dizer é que está tudo em Casa.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Boa tarde a todos. Queria agradecer o Senador Romeu Tuma, presidente na instalação desta Comissão Especial, mista especial, criada pelo Ato nº. 01/2007 destinado a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil. Gostaria de fazer um registro também especial de agradecimento ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia, pela presença e pela sensibilidade no acatamento de nossa reivindicação, mas de vários Parlamentares, de dezenas de Parlamentares que tratavam de alguma maneira deste tema, do aquecimento global, das mudanças climáticas e de todas as matérias atinentes a isso que se tornou a grande e recente agonia da humanidade.

Quero agradecer ao Presidente, Senador Fernando Collor, por ter aceitado o convite de compor a Mesa dessa Comissão como Vice-Presidente, ao Senador Delcídio Amaral, ao Senador Jefferson Peres, ao Deputado Ricardo Barros, ao Deputado Rodrigo Rollemberg, ao Deputado Irã Barbosa, ao Senador Renato Casagrande, ao Deputado Luiz Carreira, ao Deputado Mendes Thame, o nosso Senador Inácio Arruda, a todos que aceitaram e vão participar desta Comissão. Com um destaque especial, e creio que deve estar chegando à Comissão, o Deputado Sarney Filho, que preside e que coordena a Frente Parlamentar do Meio Ambiente.

Gostaria de agradecer o apoio e registrar o quanto é importante pra mim e para o meu Estado, mas

principalmente à Câmara dos Deputados e o Senado a implantação dessa Comissão. Uma Comissão que não tem a pretensão de inibir qualquer que seja a iniciativa que tenha como resultado a melhoria de condição da vida no planeta, no País. Portanto, vem para fortalecer, dar destaque e dimensão a todas as iniciativas, e eu já num gesto de reconhecimento ao acordo firmado entre as bancadas da Câmara e do Senado, passo a destinar como Relator-Geral da Comissão o Senador Renato Casagrande, e eu o convido à Mesa nesta função importante que terá nos trabalhos dessa Comissão. E queria convidar também para compor a Mesa o Deputado Sarney Filho como coordenador da Frente Parlamentar de Meio Ambiente, já que iria fazer no começo da Sessão, mas agora que chegou o nosso querido Deputado Sarney Filho. Quero dizer que tendo como necessária a discussão de uma agenda propositiva, com relação ao tema, nas suas diversas possibilidades.

Acompanhando nos últimos dias como qualquer brasileiro a repercussão do último Relatório sobre mudanças climáticas, a discussão sobre aquecimento global e a intensidade que essa discussão tomou na sociedade brasileira, eu como vim da militância de um setor que tem a interface com esse tema, que é o setor elétrico, percebi que diversos Parlamentares que atuam em outras frentes que não especificamente a divisão ambientalista, tem uma preocupação e vinculação direta com o tema. Principalmente sob essas consequências econômicas, sociais, e percebi que há uma possibilidade de discutirmos e darmos apoio a essa questão de maneira democrática, aberta, fortalecendo a função interna dessa Comissão que não é especificamente relatar e dar processo aos Projetos de Lei e as iniciativas dentro da Comissão, mas apoiá-las aonde elas tramitam, nas duas Casas.

Portanto, é com esse intuito, com essa vontade de abrir debate em várias frentes, com idéias interessantes, hoje já ouvi até a possibilidade de que essa Comissão tenha interface com a Comissão da Reforma Tributária para discutirmos a possibilidade de desoneração fiscal com aplicação de recursos na área de meio ambiente e uma série de discussões que vamos iniciar. É preciso registrar nesse momento que a minha gratidão vem no desejo de ter a humildade suficiente para aprender com os Srs. Senadores e Srs. Deputados e aproveitar essa oportunidade para que essa Comissão se torne muito mais importante na conclusão dos seus trabalhos que na abertura e no início da nossa caminhada. E quero registrar o agradecimento especial à Assessoria de todos os Deputados e Senadores que nesses dias trabalharam no sentido de observar e instalar a Comissão, ao Dirceu e aos funcionários aqui

do departamento do Senado que cuidará do funcionamento dessa Comissão, e enfim, agradecer a todos e ser mais efetivo na ação, no contato, na abertura de possibilidades a todos vocês, para todos os senhores, para que nós possamos fazer um grande trabalho e fazer desta Comissão catalisador positivo das iniciativas para melhoria de meio ambiente e desenvolvimento econômico e social do País.

DEPUTADO SEBASTIÃO ROCHA (PDT-AP) – Presidente, pela ordem. Deputado Sebastião Rocha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Com a palavra o Deputado Sebastião Rocha.

DEPUTADO SEBASTIÃO ROCHA (PDT-AP) – Presidente, há poucos minutos atrás, encaminhei à Mesa da Câmara dos Deputados uma questão de ordem regimento comum que estabelece que a composição das Comissões Mistas pode ser de 11 Deputados e 11 Senadores. E essa Comissão tem sete Deputados e sete Senadores. Eu já conversei com V.Ex^a, já conversei com o Presidente Chinaglia, já conversei com o Presidente Renan Calheiros. O que ocorre, Presidente, que por coincidência nenhum Deputado da Amazônia integra esta Comissão. Temos a honra de nos representar na Amazônia o Senador Jefferson Peres, mas Deputado nós não temos nenhum membro titular desta Comissão. Nem suplente.

Então, eu faço esse apelo a V.Ex^a que possa conduzir as gestões necessárias junto às Mesas da Câmara e do Senado nesse sentido com 11 membros, com 11 Deputados e 11 Senadores certamente nós vamos lá na Câmara fazer o apelo aos líderes que possam indicar Deputados da Amazônia, e aproveitar para fazer um apelo aos líderes do Senado para indicarem mulheres também para a Comissão. Em homenagem a semana da mulher, haja vista que nenhuma mulher integra essa Comissão por parte do Senado e só temos uma mulher na Câmara que é a Deputada Rose de Freitas. Então é uma Comissão de nomes proeminentes que certamente vai contribuir muito para esse debate internacional não apenas em nível de Brasil. O Brasil tem muito a contribuir com esse debate e por isso eu faço esse apelo a V.Ex^a com base no art. 10 do Regimento Interno, encaminhar às Mesas essa sugestão de ampliar para 11 Deputados e 11 Senadores a composição desta Comissão, Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Tem mérito a questão de ordem de V.Ex^a, será acatada e a secretaria da Comissão fará contato com a Presidência da Câmara e do Senado para que seja cumprido o regimento comum já que há uma concessão de sete membros da Câmara e sete do Senado, mas esse número pode sim já foi verifica-

do se ampliado para 11. Informo a V.Ex^a que há uma Deputada que compõe essa Comissão, Deputada Rose de Freitas, a mãe natureza está presente, é lógico, como lembra o Presidente Collor, então queria dizer a V.Ex^a que foi pertinente a sua questão de ordem e nós vamos acatar.

DEPUTADO RICARDO BARROS (PP-PR) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Deputado Ricardo Barros.

DEPUTADO RICARDO BARROS (PP-PR) – Independente do aumento do número farei uma gestão com o nosso Líder do PP na Câmara para que ele possa atender uma substituição que permita a participação de alguém da Amazônia e de preferência que também represente a bancada feminina.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Tá bom, Deputado Ricardo Barros. Um reforço na questão. Eu quero agradecer então e eu vou passar a palavra ao Vice-Presidente eleito, Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputados Eduardo Gomes e Renato Casagrande, Sr. Presidente da Frente Ambientalista, Deputado Sarney Filho, Sr^{as}. e Srs. Senadores, inicialmente muito os meus agradecimentos pela generosa indicação que foi feita pelo Senador Renato Casagrande do meu nome para compor na condição de Vice-Presidente os trabalhos dessa Comissão Mista Especial destinada a acompanhar e monitorar, fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas e eu gostaria, com a vênua do Sr. Presidente, apresentar um Requerimento subscrito por mim, pelos Senadores Renato Casagrande, Sarney Filho e Delcídio Amaral, que está vazado nos seguintes termos: “Requeiro nos termos regimentais a indicação ao Governo Federal - é um Requerimento indicativo - para que tome a iniciativa de promover a realização da III Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento. A Rio mais 20. Em 2012 com sede na cidade do Rio de Janeiro. Como justificção os signatários apresentam: O momento de profunda crise ambiental que atormenta hoje o planeta com o aquecimento global e suas terríveis consequências orienta o Brasil a adotar uma postura corajosa e determinada de promover este encontro, de modo a dar continuidade aos debates, trabalhos e acordos dos eventos denominados Rio 92, Rio mais 5, Protocolo de Kyoto, entre outros. O Governo Federal assim agindo estará reforçando o seu compromisso ambiental. Sala da Comissão, 13 de março de 2007”. Assinam: Senador Renato Casagrande, Deputado Sarney Filho e Senador Delcídio Amaral e Senador Fernando Collor.

Gostaria, Sr. Presidente, de passar às suas mãos o Requerimento para ser votado e apreciado pela Comissão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Requerimento será acolhido e fruto da discussão da reunião que nós pretendemos propor para próxima terça-feira, uma reunião de pauta, efetiva, com um plano de trabalho para a Comissão, e lógico, acatar e discutir as sugestões de todos os Senadores, Srs. Deputados. Portanto é um prazer que acolhemos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, antes que V.Ex^a. possa colocar o Requerimento em votação, eu peço licença aos autores para também subscrever o Requerimento. E já proponho também um Requerimento à Mesa dos trabalhos para que a próxima reunião já seja nesse sentido que a gente convide a Ministra Marina que é talvez a principal protagonista no caso do Brasil, não só para discussão de uma eventual Conferência Rio mais 20, que eu proponho até que seja Fortaleza mais 20, porque Rio já foi. A gente faz em Fortaleza.

Então, que o Brasil é o nosso País. Então, acho que nós podemos trazer aqui a Ministra Marina para fazermos um bom debate sobre as iniciativas brasileiras. Nós temos vários relatórios que já foram colocados para opinião pública a respeito da situação do Brasil relativo ao clima, e a questão do aquecimento global, e agora nós precisamos debater com a Ministra as iniciativas do Brasil no que concerne a iniciativa brasileira para conter essa situação, digamos assim, que se transformou numa questão alarmante para o nosso País. Quais são as iniciativas em várias áreas. Eu tenho me preocupado mais com a nossa área de energia que nós precisamos crescer, se desenvolver e precisamos da energia com esse selo ambiental. Mas acho que ela seria, digamos assim, autoridade da República com mais responsabilidade imediata. Claro que nós temos vários instituto, vários pesquisadores que têm condições de nos ajudar, de contribuir, mas ela, digamos assim, tem a maior responsabilidade talvez quem a gente precisaria ouvir de imediato com essa Comissão que ganhou a responsabilidade de compor as várias Comissões da Câmara e do Senado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Eu agradeço as palavras de V.Ex^a, e queria, Senador, colocar já que a Assessoria informa que é possível fazer uma votação simbólica do Requerimento para que ele conste na pauta da próxima reunião. Coloco em discussão. Em votação. Os Srs. Senadores e Srs. Deputados que estiverem de acordo

permaneçam como estão. Aprovado. Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Presidente, primeiro... Não só ratificar e registrar a importância do Requerimento que ora aprovamos de iniciativa do Presidente Fernando Collor, quero cumprimentar V.Exª pela Presidência de uma Comissão tão importante, cumprimentar o Presidente Collor pela Vice-Presidência, cumprimentar também pela Relatoria o Senador Casagrande, cumprimentar todos os Senadores e Senadoras que pertencem a essa Comissão. Acho que essa iniciativa do Deputado Sebastião Madeira é importante nessa aplicação até para que ela tenha ampliação de representantes titulares e suplentes até que ela tenha Parlamentares de todas as regiões do País. Não só na Câmara, mas também no Senado Federal.

Agora, Presidente, eu gostaria de registrar essa Comissão é de extrema relevância e importância para os trabalhos do Congresso e para o País. Portanto, V.Exª fez a abordagem de apresentar um programa de trabalho, eu acho que nós... Esse programa de trabalho e sei da capacidade e da competência de V.Exª para trabalhando com o Senador Collor, trabalhando com o Senador Casagrande, e também com o nosso querido Deputado Zequinha Sarney, preparar um programa de trabalho rigoroso, denso no que se refere aos temas que serão aqui tratados. E nós vamos passar, e eu vejo o título, que ele fala em acompanhar, monitorar e fiscalizar. Mas eu entendo que dentro desse contexto, dessa verbalização, ela vai ser o foro para se discutir políticas ambientais em função dessas mudanças climáticas que já se avizinham. E aqui o Senador Inácio Arruda levantou e com muita propriedade, acho que um dos temas principais na discussão, inclusive objeto do Requerimento que foi apresentado pelo Presidente Collor, é a questão do seqüestro de carbono. Protocolo de Kyoto. Isso é de uma importância absolutamente fundamental e associado à questão de energia.

Então, esse é um tema complexo, ele não é um tema que se restringe única e exclusivamente às questões de seqüestro de carbono, através de metas estabelecidas por esse protocolo. Mas tem, inclusive, implicações de caráter financeiro. Porque o seqüestro de carbono ele gera papéis que hoje são comercializados em alguns Países do mundo, até em função do interesse de empresas em colaborar com essa questão do efeito estufa e outros temas que vão ser aqui tratados, na minha leitura, na minha visão, eu acho que o tema que vai pautar o Congresso nos próximos anos é a questão ambiental. Que já pauta... Hoje nós vemos, Senador Inácio Arruda, o próprio Presidente Bush que é originário de empresas petrolíferas, sensibilizado para

isso, sensibilizados também porque alguns Estados Americanos dentro da federação que os Estados Unidos são, ele já tomaram a frente disso e assinaram o Protocolo de Kyoto mesmo o Governo americano não assinando. Vou dar o exemplo específico da Califórnia que não é um Estado, é um País.

Então, portanto, ele tem um impacto forte não só nos Estados Unidos, mas no mundo como um todo. Volto a insistir: É uma Comissão de extrema valia, extrema importância para que a gente discuta essas questões com profundidade. Porque na minha visão, esse é o tema que dominará as discussões nos próximos anos, no sentido inclusive de viabilizar o desenvolvimento que as pessoas que têm mais bom senso, que são lúcidas, esperam para um País como o Brasil. Nós vamos discutir aqui a Amazônia, nós vamos discutir aqui o Pantanal, lá do meu Estado de Mato Grosso. Quer dizer, questões de fundamental importância, e eu quero mais do que nunca desejar a V.Exªs. todo o sucesso, porque na minha leitura foi uma das iniciativas mais importantes do Congresso Nacional a criação dessa Comissão. Muito obrigado e parabéns a todos, Presidente, Deputado Eduardo Gomes.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Obrigado, Senador. Passo a palavra ao Senador Renato Casagrande, Relator da Comissão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Sr. Presidente, Deputado Eduardo Gomes, Sr. Vice-Presidente Senador Fernando Collor, Presidente da Frente Parlamentar do Meio Ambiente, Deputado Sarney, Srs. Senadores, Srs. Deputados, é um prazer estar aqui junto com vocês nessa Comissão Mista, agradecer o Presidente Eduardo Gomes pela escolha, pela minha escolha como Relator, espero poder dar a minha contribuição nesse debate e fazendo aqui a condensação de todo o trabalho junto com outros Parlamentares para poder contribuir também como Sub-Relatores ou como pessoas que vão tratar de temas específicos durante esse ano, porque a Comissão ela tem um prazo até dia 22 de dezembro para funcionar. Então a Comissão tem um trabalho muito grande a desenvolver num tema que todo mundo hoje está discutindo. O Senador Delcídio já fez um preâmbulo da importância do tema ambiental que já era importante e agora muito mais pelas consequências da nossa vida no dia-a-dia, e, portanto, nós teremos muito trabalho para desenvolver nessa Comissão Mista. A Comissão Mista ela garante um peso político importante para os nossos trabalhos. E eu, como Relator, preciso tomar iniciativa para que nós na terça-feira que vem, acho que às 14h, também? Às 14h nós possamos apresentar para a Comissão um plano de trabalho para esse primeiro momento da

Comissão Mista, das audiências aqui, das audiências fora, dos eventos que nós poderemos participar.

Então, eu vou tomar a iniciativa de apresentar na terça-feira um plano para que a Comissão possa, com base nesse plano, debater o aperfeiçoamento dele de trabalho nesses próximos meses da Comissão Mista. Eu sou hoje Presidente da Subcomissão Permanente na Comissão de Meio Ambiente sobre Aquecimento Global. O Senador Collor é Presidente da Subcomissão de Aquecimento Global na Comissão de Relações Exteriores, eu debati com o Senador Collor de que nós deveremos conversar com o Presidente da Comissão de Meio Ambiente Leomar Quintanilha e com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, o Heráclito Fortes, para que nós possamos concentrar o debate aqui na Comissão. Para nós não termos dispersão de trabalho, dispersão de presenças de técnicos, de Ministros... Acho que agora vamos primeiro conversar... Vamos primeiro estabelecer o diálogo com os dois Presidentes, das duas Comissões Permanentes, mas acredito que essa Comissão por ser uma Comissão Mista, nós poderemos concentrar o debate sem prejuízo dos trabalhos das Comissões, naturalmente, mas concentrarmos o trabalho nessa Comissão Mista porque nós vamos racionalizar o tempo de todo mundo, o nosso tempo neste trabalho.

Nós estamos num momento muito importante da questão daquilo que o Governo Brasileiro precisa fazer neste momento pelo Protocolo de Kyoto. Nós estamos “desobrigados”, entre aspas, de metas até final de 2011, mas nós estaremos a partir de 2012 com certeza com o compromisso a cumprirmos com o mundo em termos de cotas e de metas de redução da emissão dos gases do efeito estufa. E o que vamos fazer a partir de 2012, precisa ser preparado a partir de agora. Então essa Comissão vai ter o papel de manter o debate vivo na sociedade e de cobrar dos governos em todos os níveis as ações, acompanhar o debate mundial sobre o tema, e aperfeiçoar a Legislação para que nós possamos ter um trabalho que seja um trabalho que dê resultado para a sociedade brasileira e a sociedade mundial.

Então, muito obrigado, Eduardo, pela sua confiança, e vamos juntos trabalhar para que a gente tenha uma Comissão que de fato possa ter resultados concretos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Quero registrar que também está presente na Sessão aqui, para nosso orgulho, os colegas Deputado Waldir Neves do PSDB do Mato Grosso do Sul, Deputado Urzeni, PSDB de Roraima e o Deputado Carlos Sampaio, ouvidor da Câmara dos Deputados. Obrigado pela presença. A Deputada Rose de

Freitas é membro da Comissão, é a mulher da nossa Comissão, e eu queria passar nesse momento, fazer um registro que considero muito importante, nós conversamos com o Presidente Arlindo sobre a questão da iniciativa na Câmara dos Deputados, mas é preciso reconhecer que esse modelo e a discussão da Comissão na versão de Comissão Mista foi de iniciativa do Deputado Sarney Filho que vinha batalhando por essa iniciativa tem todo o nosso apoio e o nosso reconhecimento. E hoje coordena a Frente Parlamentar Ambientalista na Câmara e no Senado e conta com mais de 270 Parlamentares.

Portanto, esse registro de gratidão, de entendimento e de trabalho conjunto eu gostaria de fazer e faço com muita honra nesse momento. Passo a palavra ao Deputado Sarney Filho.

DEPUTADO JOSÉ SARNEY FILHO (PV-MA)

– Obrigado, Presidente Eduardo Gomes. Aproveito para cumprimentá-lo pela sua eleição. Meus caros amigos e amigas membros dessa Comissão e aqui presentes. Eu acredito que essa Comissão ela é mais do que oportuna. Ela é necessária. Hoje no mundo a grande questão que se discute é a questão do aquecimento global. Se antes a gente discutia isso através de modelos matemáticos, através de suposições, hoje nós já temos concretamente batendo às nossas portas a questão do aquecimento global com suas consequências.

O ano de 2005, por exemplo, foi o ano mais quente de história da humanidade desde que começaram a medir as temperaturas. Nos últimos 15 anos, 10 desses últimos 15 anos foram os anos mais quentes da história do mundo. Nós temos visto que os fenômenos naturais, as catástrofes naturais têm se multiplicado. No Brasil nunca tinha havido um furacão. Nós tivemos um furacão. No Brasil nós vimos há dois anos atrás a seca da Amazônia, nós estamos vendo o regime de chuvas da Amazônia começar agora com quase três semanas de atraso. No Rio Grande do Sul enchentes e secas fora de hora atrapalhando a produção. Isso só para falar no Brasil. No mundo todo os efeitos do aquecimento global já se fazem sentir.

Portanto, hoje já não se fala só em mitigar ou em diminuir as emissões de gases. Hoje se fala também em se preparar para o aquecimento que já existe e que certamente virá. Semana passada o Ministério do Meio Ambiente, através de um estudo do INPE, ele divulgou dois cenários. O cenário otimista e o Senador pessimista sobre o que acontecerá no Brasil já, agora nos próximos 50 anos. É importante que essa Comissão também se debruce sobre isso. Agora, também, nós não podemos desconhecer a nossa responsabilidade concreta no aquecimento global. Hoje o Bra-

sil é considerado o quarto maior emissor de gases de efeito estufa do mundo. E esta emissão ela se dá basicamente pelo desmatamento da Amazônia, pelo mau uso do solo e pelas queimadas. O Brasil, ao contrário dos Países desenvolvidos, para que ele promova uma redução das suas emissões, ele não precisa modificar a matriz energética. Ele não precisa impedir a industrialização. Ele precisa, sim, fazer com que a lei seja cumprida. Diminuir o desmatamento em todos os nossos biomas. Principalmente na Amazônia, que é o nosso calcanhar de Aquiles.

Então, essa Comissão tem uma missão gigantesca, que é refletir as preocupações da sociedade brasileira, que no fundo estão refletindo as preocupações da comunidade global porque a questão do aquecimento coloca em risco a própria sobrevivência da vida sobre o planeta Terra, principalmente a nossa, dos seres humanos. Nós temos que, além de fiscalizar, além de monitorar, além de acompanhar, nós temos também que promover a discussão para criar uma massa crítica dentro do Congresso que possa ser receptiva a essas mudanças bruscas que nós vamos ser obrigados a fazer. Hoje quando se fala, por exemplo, no PAC, e eu não sou contra o PAC, quando se fala, por exemplo, no PAC em construções de hidrelétricas na Amazônia, tem que se pensar nos cenários futuros, onde não se sabe se esses regimes de chuva vão continuar, se esses rios onde essas hidroelétricas vão ser construídas se eles vão continuar ao menos perenes. Então, há questões graves, questões que precisamos encarar. O desmatamento zero, por exemplo, na Amazônia deixou de ser uma aspiração de ambientalistas e passou a ser uma necessidade do País.

O mundo cobra do Brasil assumir a sua responsabilidade. E eu, meu caro Senador Casagrande, colega Deputado em duas Legislaturas, eu acho que nós devemos avançar. Não vamos esperar 2012. O Brasil tem todas as condições de ele próprio assumir uma meta de redução das suas emissões. Já que ao contrário do que alega Bush, ao contrário do que alegam alguns empresários da Europa, a nossa... Alcançarmos uma meta de diminuição não significa impedir o crescimento do País. É preciso também que se aponte desde já através de um zoneamento ecológico, econômico, sobre metodologia unificada, como vai se dar o plantio da cana para o etanol. Nós não podemos, e às vezes ficar dizendo: "Poxa, esses ambientalistas são um chato, a gente está aqui buscando uma solução e ele já vem com um problema". Mas esse problema é um problema real. Hoje nós já estamos vendo em São Paulo a área da cana comprando áreas de plantação de laranja, entrando na agricultura. Hoje nós já estamos vendo também no Mato Grosso que está

se substituindo também já o capim pela plantação da cana. Daqui a pouco a soja. Isso vai pressionar a nossa fronteira agrícola. Nós temos 155 mil quilômetros de terras degradadas. Quem sabe não será por aí o caminho para a gente produzir o e etanol.

Bem, essas são questões que a nossa Comissão vai ter que encarar, encarar com coragem, mas acima de tudo pensando no bem-estar do povo brasileiro. E é dentro disso, Sr. Presidente, quero cumprimentar também o nosso Relator Casagrande, o Vice-Presidente, ex-Presidente Collor, que quando Presidente realizou no Rio de Janeiro, com competência e com sucesso a Rio 92. Então aprovo e subscrevi o seu Requerimento porque acho que é altamente pertinente. É também necessário que o Brasil faça uma política, adote uma política nacional sobre o clima. Está mais do que na hora disso. No Congresso brasileiro, as iniciativas estão ao lado daquilo que há de mais importante. Eu estou vendo aqui o Deputado Mendes Thame, autor de uma proposta Legislativa que justamente cria essa política. Existem mais de oito propostas com emissões de gases, o Governo assumindo a sua responsabilidade própria de diminuir suas emissões como fez a Inglaterra, enfim, há uma série de propostas que essa Comissão pode sistematizar e podemos dar o apoio a ela.

Então, dito isso eu gostaria de parabenizar a todos aqui presentes, cumprimentar também o Presidente do Senado, e o Presidente da Câmara, porque eles na realidade tiveram a sensibilidade, apesar de inúmeras pressões, de que essa Comissão era importante para o País. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Agradeço ao Deputado Sarney Filho. Passo a palavra ao Vice-Presidente, Senador Fernando Collor, em seguida a palavra ao Deputado Rodrigo Rollemberg, Luiz Carreira, Mendes Thame que estão inscritos, e Deputada Rose também e Deputado Fábio.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL) – Eu gostaria apenas de fazer alguns... Comentar alguns pontos em relação à proposição que foi... O Requerimento indicativo que foi há pouco aprovado por V.Ex^{as}. A II Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento sediada no Rio em 1992, ela começou, as suas tratativas começaram no Governo do ex-Presidente Sarney. Essa iniciativa da realização dessa II Conferência que o Rio sediou, se deu 20 anos depois da primeira, que foi abrigada por Estocolmo, capital da Suécia. E foi iniciado então essas tratativas no Governo do ex-Presidente Sarney. E o Canadá é que tomou a iniciativa de solicitar para si a sede dessa Conferência. Orientado pelo então Presidente da República, o Embaixador Paulo Tarso, foi ao Governo

canadense e fez uma inversão. O Brasil caberia a indicação do Secretário-Geral e o Canadá ofereceria a cidade de Montreal para a sede. E foi feita aí uma inversão do Rio, do Brasil sediar a Conferência e do Secretário-Geral da referida Conferência ser, como foi, o canadense Morrissey Strong(F). Um ponto que eu observei, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que o mundo, a partir do momento em que isso ficou decidido, ou seja, essa proposição do Canadá e do Brasil foi tomada pelas Nações Unidas, o que se notou foi uma enorme preocupação de todos os Países se prepararem para a Conferência que se realizaria em 1992. Os avanços que o meio ambiente, os avanços que o planeta teve no campo ambiental antes da realização da Conferência de 92, ou entre decisão da ONU de patrocinar a Conferência em 1992, os avanços na área ambiental foram maiores do que as conseqüências da realização da Conferência. Porque quando terminou a Conferência, houve a chamada... Foi elaborada a chamada Agenda 21. A Agenda 21 nada mais era do que um dever de casa que era dado para todos aqueles signatários dos inúmeros tratados e Convenções na época 158 Países subscreveram esses tratados e convenções. E a partir daí, desse momento, os Países foram relaxando no cumprimento das suas obrigações. Tanto é que nós estamos agora verificando esses efeitos. Porque não era para estar acontecendo essa calamidade que todos nós estamos assistindo num espaço de tempo tão curto que nos separa do ano de 92.

Então, depois disso nós tivemos uma revisão, a Rio mais cinco, depois tivemos a questão do Protocolo de Kyoto, enfim, diversos encontros sempre acompanhando implementação por parte da Nações signatárias daquelas Convenções do que determinava a Agenda 21 e o que se percebeu foi que houve esse relaxamento no cumprimento daquelas metas ou tarefas e hoje nós estamos aí diante de uma calamidade planetária.

A proposição da realização de uma terceira Conferência mundial de meio ambiente é para que esses Países acordem, porque nenhum País quer chegar a uma Conferência como esta estando sentado no “banco dos réus”, entre aspas. Todo mundo queria apresentar, como apresentou, um bom trabalho, um bom trabalho do seu Governo, dos seus respectivos governos, que fizeram, que avançaram nisso e naquilo. Então eu acho que a grande colaboração que essa proposta da Conferência, III Conferência Mundial do Meio Ambiente Desenvolvimento pode oferecer ao planeta é dar um alerta geral, associado ao painéis que as Nações Unidas já vem realizando. Agora em abril teremos o resultado do segundo deles, para que as nações comecem a trabalhar seriamente para chegar aqui em 2012, se tudo correr bem, ou talvez até

antes disso para com boas notícias para que nós não corramos o risco de estarmos liquidando com o nosso planeta. Era as explicações que eu gostaria de dar, Sr. Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Com a palavra o Deputado Rodrigo Rollemberg.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF) – Quero cumprimentar, Sr. Presidente pela sua eleição, quero cumprimentar o Vice-Presidente Fernando Collor, Relator Renato Casagrande, Presidente da Frente Ambientalista, Deputado Sarney Filho, a todos os membros dessa Comissão. Sei que estou profundamente honrado de fazer parte desta Comissão que tem uma tarefa histórica pela frente. Considero tão importante esta Comissão para o futuro do Brasil e do planeta que acho que ela deve extrapolar as suas ações no sentido não apenas de acompanhar, fiscalizar e monitorar as ações referentes às mudanças climáticas, mas ao final seus trabalhos ela deve propor políticas públicas para serem implementadas pelo Poder Executivo e novos marcos legais que permitam ao País enfrentar essa questão.

Acredito também, Sr. Presidente, que nós estamos diante de grandes desafios e de grandes oportunidades. Embora esses fatos já venham sendo levantados e alertados por cientistas de todo mundo há muitos anos, apenas agora isso tomou uma preocupação de atingir toda a opinião pública, até pela enorme repercussão que o último Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas trouxe colocando um alerta muito grave, colocando até sob risco a própria sobrevivência da espécie humana no planeta. Mas nós vivemos num País que tem uma grande aptidão e que tem uma grande vocação para energias, para energia limpa, para os biocombustíveis. E isso também é motivo de preocupação. A gente percebe agora o interesse de Países da Europa, do próprio Estados Unidos em relação ao álcool produzido no Brasil. E é claro que isso, o aumento do preço do álcool no mercado internacional vai fazer também com que haja uma pressão sobre novas áreas de florestas, sobre novas áreas de serrado, e isso tem que ser encarado essa oportunidade tem que ser encarada com responsabilidade.

Nós temos no País em torno de 50 milhões de áreas de pastagens degradadas que podem ser incorporadas à produção de alimentos e à produção de biocombustíveis, desde que haja incentivos concretos do Governo e que haja difusão de tecnologias já desenvolvidas pela EMBRAPA, sobretudo, tecnologias de integração lavoura e pecuária. É claro que um País como o nosso, embora estejamos no primeiro lugar, na tecnologia desenvolvida para a produção do álcool

combustível, se nós não investirmos pesado em novas tecnologias poderemos ser superados também a qualquer momento por outros Países.

Portanto, essa Comissão, ao final dos trabalhos, deve no meu entendimento, também garantir recursos no orçamento que garantam que instituições como a EMBRAPA e universidades públicas desse País possam ter recursos necessários para o desenvolvimento de pesquisas.

Quero aqui dar a minha contribuição. Primeira proposição que apresentei nessa Casa foi no sentido de criar uma Comissão Especial para estudar o tema, e o Presidente Arlindo Chinaglia e o Presidente Renan Calheiros com sabedoria criaram a Comissão Mista, Senado e Câmara, mostrando a importância do tema e quero registrar que já protocolei duas proposições legislativas em relação ao tema. Uma que obriga o Ministério do Meio Ambiente a anualmente divulgar no Dia Nacional do Meio Ambiente, a relação das 50 maiores empresas ou pessoas físicas responsáveis pelo desmatamento no nosso País. Já que 70% das nossas emissões são causadas pela queima de florestas e de outras vegetações. E apresentei também uma indicação ao Ministério da Ciência e Tecnologia, no sentido de que 2008, seja considerado o ano do mecanismo de desenvolvimento limpo.

É importante que os empresários e empreendedores do nosso País tenham o conhecimento das possibilidades advindas dos mecanismos de desenvolvimento limpo. Que muitos projetos estão sendo desenvolvidos no País e que têm reduzido as emissões, mas não estão certificadas, e, portanto, ainda não podem se beneficiar dos mecanismos de desenvolvimento limpo que pode ser um instrumento de entrada de recursos externos no nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, quero parabenizar a V.Ex^a, ao Vice-Presidente Fernando Collor, ao Relator, Senador Renato Casagrande, ao Presidente da Frente Ambientalista concluindo dizendo que considero que essa Comissão tem uma tarefa histórica pela frente e que se essa Casa compreender isso e tomar as medidas necessárias realmente nós temos uma oportunidade de desenvolver o País de forma sustentável e se transformando numa vanguarda de uma nova postura, de um novo paradigma em relação ao desenvolvimento da humanidade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Muito obrigado, Deputado Rodrigo Rollemberg. Passo a palavra ao Deputado Luiz Carreira.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (PFL-BA) – Sr. Presidente, Presidente Fernando Collor, Senador Renato Casagrande, Deputado Sarney Filho, Sr^{as}. e Srs.

Deputados. A questão do aquecimento global, como já foi bem mencionado, não é uma questão nova. Ela tomou impulso muito grande na década de 80 onde os estudos se concentraram basicamente nas medições de emissões de gás carbono, muito mais concentrado nessa área do que propriamente o efeito que teve atual com o seu relacionamento com o próprio crescimento econômico. Ela ganha força, daí desde esse período foram publicados três relatórios anteriores e o quarto agora do IPCC e esse quarto traz efetivamente dados mais concretos sobre os efeitos do aquecimento global sobre a mudança climática no mundo e as suas consequências para a humanidade. Mas também não só isso, o Relatório externo ele trouxe também aí um dado importante foi de alertar ao mundo sobre o impacto econômico e financeiro dessas mudanças que estão ocorrendo em todo o meio ambiente no mundo. E talvez tenha sido esse o fato que despertou realmente a atenção de Países como os Estados Unidos que se recusavam terminantemente a assinar o Protocolo de Kyoto e outras iniciativas e daí ter despertado para todo esse movimento mundial hoje que é de praticamente todos os Países no sentido de abraçar essa causa de tentar reduzir os efeitos da mudança climática e suas consequências em todo o hemisfério, sobretudo, do ponto de vista econômico como do ponto de vista também ambiental evidentemente, além de suas consequências sociais que poderão ser bastante graves.

Existem aí dois pontos que também são importantes a discutir que eu acho que deve ser objeto específico da Comissão. Tanto do ponto de vista industrial, os seus efeitos, como também na agricultura. E agricultura para essa Casa, inclusive, é muito importante essa discussão. Já que nós temos uma tradição de sempre ter uma bancada ruralista forte que sempre tem sido o embate aí com a área ambiental, de forma até equivocada, acho eu, mas de qualquer maneira esse embate sempre tem se dado, e hoje mais do que nunca é necessário se discutir isso com transparência, se discutir os seus efeitos para que de certa forma não se cometa equívocos ainda nessa discussão que leve até atraso no próprio desenvolvimento do País. Acho que as implicações também disso serão no processo decisório. Não mais daqui para frente nós tenhamos de discutir se vai fazer esse Projeto apenas pela razão de se ter um Projeto Executivo e que devo te ser feito. Acho que a sociedade agora vai ter que discutir se deve ser feito efetivamente esse Projeto dado a sua sustentabilidade ou não ambiente.

Apenas pelo fato de ser uma hidrelétrica pronta, um projeto executivo pronto, uma hidrelétrica, isso será uma imposição para que se vá fazer... Cito uma hidrelétrica apenas como um exemplo poderia citar outros

tantos que deverá se fazer de qualquer jeito porque existe um Projeto e daí, portanto, isso tem gerado às vezes até certos desvios nessa discussão como recentemente até o próprio Presidente da República e área econômica do Governo de alguns dos seus representantes ter dito que a legislação ambiental prejudica o crescimento do País. Que é um equívoco já que eu não me recordo, pelo menos aonde a Legislação tem impedido a implantação de qualquer indústria no País. O que há dificuldades operacionais, os órgãos de meio ambiente estão desaparelhados, não estão preparados para acompanhar o desenvolvimento, inclusive o crescimento do País. Pouca atenção se dá a eles, poucos recursos efetivamente são dirigidos para essas áreas para prepará-los suficientemente e até despolitizá-los em alguns caso. Existem alguns desvios que a gente não quer entrar no mérito da discussão. Mas o importante é que se esse processo não acompanhar a evolução do próprio desenvolvimento nós vamos ter dificuldades adiante, porque sempre vai rebater lá no órgão ambiental, no processo decisório a decisão de licenciar ou não licenciar e isso tem criado todas essas distorções.

Aliás, não se pode ter prioridade 100 projetos. Prioridade é 10, 15, 20 projetos. 100 não é prioridade. Quando tem 100 projetos não se tem prioridade nenhuma. Esse é um ponto que talvez tenha sido esvaído muito essa discussão e que agora em função de toda essa quase comoção mundial que é importante falar nisso que isso é muito sério e importante, pauta diferentemente o processo decisório. A partir de agora a gente vai tomar decisão em cima de verificar a alternativa para esse projeto ou não. Só tem essa alternativa tecnológica? Existem outras alternativas que podem ser estudadas mesmo com o custo às vezes adicional. Mas tratada essa questão com seriedade. Então vai impor também outro ponto. Uma mudança na Legislação ambiente. A nossa Legislação Ambiental, Deputado Sarney conhece muito bem, a maior parte dos senhores, ela foi muito pautada na industrialização. Sofreu ao longo desses anos todos depois da década de 70, 80, ela sofreu um processo de ajustamento, de modernização, mas a partir desses novos dados que estão aí colocados, certamente ela vai ter que ser readaptada, vai ter que ser revista para se adequar às necessidades da humanidade, mas sobretudo as necessidades do nosso País nesse contexto novo que está sendo colocado de lutar com a degradação ambiental.

Esse será sem dúvida um foco importante também a tratar. E acho que essa Comissão tem um papel muito importante. Talvez aqui a gente deva e aí já existem algumas iniciativas de seminários que estão sendo realizados. Juntamente com o Ministério das

Relações Exteriores, já que se precisa conhecer bem a posição do Brasil, a posição externa do Brasil, e a posição da diplomacia brasileira com relação a essa questão, inclusive aí discussões com relação se deve ter meta ou não deve ter meta, mas essa é uma discussão que deve se ter e conhecer muito bem a posição brasileira nessa questão. Até porque ela não é uníssona. Existe divergência muito grande entre os próprios Ministérios. O Ministério das Relações Exteriores às vezes age muito com o Ministério setorial em vez de agir como Ministério sistêmico que deveria na verdade trabalhar a partir de demandas dos Ministérios setoriais, mas nem sempre isso acontece e tem gerado algumas discussões e até posições em foros diferenciados que talvez sejam objeto também de maior conhecimento por parte dessa Comissão.

A Comissão vai acompanhar, vai monitorar, vai fiscalizar, mas terá que ser também e poderá tomar iniciativa de sugerir ao Governo que disponha até de um centro especializado na difusão de informação para a sociedade. Tratamento dessas questões vão se proliferar milhares de estudos, pesquisas em todo mundo. Empresas como a ALCAN, já estão compondo um Fundo de Investimento de cerca de 500 milhões de dólares para mudar o processo produtivo.

Portanto, são dados concretos que precisam já ser vistos e trabalhados, e como isso vai se dar em grande quantidade e aqui dentro da própria Câmara já existe, eu mesmo vou presidir uma Subcomissão na Comissão de Meio Ambiente, sobre o mesmo tema. E o Deputado Mendes Thame será o Relator também. Mas existem inúmeras iniciativas em todo o País e no mundo, e que precisam ser de perto acompanhado. Mas muita atenção nós vamos ter que dar. Agora no processo orçamentário, a EMBRAPA, como foi bem mencionado aqui, ao Ministério de Ciência e Tecnologia, o Ministério do Meio Ambiente, e órgãos ambientais que compõem o sistema nacional de meio ambiente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Obrigado Deputado Luiz Carreira, passo a palavra ao Deputado Mendes Thame.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP) – Sr^{as.} e Srs. Parlamentares, nós estamos aqui discutindo uma questão ambiental. E ouvimos várias pessoas colocando que para a semana que vem devem preparar uma minuta de um roteiro de trabalho desta Comissão. E aí que vem a minha primeira preocupação. Questões ambientais só temos conseguido êxito no trato de questões ambientais quando os nossos esforços se dão simultânea e concomitantemente em três vertentes.

Uma na área da Legislação, a segunda na área dos orçamentos públicos, portanto na participação do Executivo, e a terceira na área da conscientização e gestão ambiental. Conscientização ambiental e gestão ambiental. As três vertentes agindo juntas. Senão o resultado muitas vezes é muito pequeno. E ouvindo aqui as colocações, eu fico um pouco preocupado. No que diz respeito à conscientização, não há dúvidas por tudo que foi colocado nós teremos um trabalho de grande divulgação e isso não será apenas algo pirotécnico, de teatro, mas ajudará na conscientização. Mas uma Comissão como esta de Senadores e Deputados, que vão destinar uma boa parte do seu tempo a esses trabalhos, não pode ficar só nessa terceira vertente. Não é só aqui para ganhar imprensa e para ajudar na conscientização que já é um grande ganho. Nós temos que ter algum resultado na área de Legislação e na área de influência nas revoluções do Poder Executivo.

Senão, como todo trabalho político nosso tem ônus e bônus, nós pagaremos um ônus grande por não termos avançado nessas duas áreas. E o Deputado Sarney colocou com muita propriedade o que nós temos que fazer nas duas áreas, Legislação e da atuação do Executivo.

Na área de Legislação, se nós não avançarmos no sentido de ter uma política nacional de clima, de mudanças climáticas, nosso trabalho ficará no adjetivo, nas perfumarias. Ou no complementar, até. Pode até fazer alguma coisa boa. E o fundamental, o cerne, o coração da matéria desse problema hoje, se nós não tocarmos nesse problema, nós ficaremos simplesmente nas filigranas. É a atuação do Executivo. Nós temos que avocar para a discussão todos os PDLs, todos os Projetos de Lei, e nós temos o direito de tentar fazer isso, induzir o Executivo a mudar completamente, 180 graus, o seu comportamento nos fóruns internacionais com relação as mudanças climáticas.

Nós estamos assistindo um teatro. O Presidente Lula convoca a imprensa para dizer que vai reunir um grupo de Países do G-20 para forçar os Países ricos a assumir o Protocolo de Kyoto. E, ao mesmo tempo, paradoxalmente, a posição brasileira e nas últimas COPS em Montreal, Buenos Aires e Nairobi, foi uma posição pré-Estocolmo. Foi defender o direito dos Países em desenvolvimento não assumirem metas para preservar o seu direito de poluir para poder crescer. Isso aí é pré-Estocolmo. São os estudos de 72 quando o Brasil votou contra a declaração de Estocolmo. Nós temos que mudar. Nós temos que ter alguma ação no sentido de que nós defendamos metas para todos, inclusive para os emergentes, mas diferenciadas. Sem receio. Percebendo que há um problema global que atinge a todos. Os ricos vão ter que assumir metas

muito maiores. Eles são historicamente responsáveis pela grande maioria do CO₂ acumulado desde a primeira e principalmente desde a Segunda Revolução Industrial. Mas hoje nós também estamos infelizmente na lista dos grandes poluidores.

Segundo lugar, nós temos que ter ousadia. Nós estamos assistindo ao Ministério das Relações Exteriores que não honra as tradições de Rio Branco e do Itamaraty. Uma atuação pífia, medrosa. Veja no caso dos biocombustíveis. Na declaração de Doha, existe um capítulo chamado dos bens ambientais. É um capítulo que já foi aprovado no primeiro rascunho. Portanto, já está na pauta das discussões que diz: Aqueles produtos considerados como bens ambientais e serviços ambientais, que constarem dessa lista da declaração de Doha, não poderão ser taxados nas negociações internacionais ou serão os primeiros a terem as suas tarifárias reduzidas ou zeradas. E nós não vimos até hoje nenhuma ação do nosso Itamaraty para incluir os biocombustíveis nos capítulos dos bens ambientais declaração de Doha. Essa Comissão tem o papel chamar, convocar, fazer PDLs, ter a força das prerrogativas que recebemos com nossos mandatos, e não apenas ficar implorando, implorando para o Bush para baixar um pouquinho a tarifa, implorando para que algumas negociações do Ministério mudem. Nós temos que exercer no limite das nossas prerrogativas os mandatos que nós recebemos. Era essa a minha observação. E acho que isso deve constar já na primeira reunião que nós vamos discutir quais são os objetivos dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Eu acato a sugestão de V.Ex^a e entendo que o objetivo dessa Comissão não fará sentido o trabalho dessa Comissão se nós não tivermos a ousadia e determinação coragem e bom senso. E tenho certeza que as iniciativas Legislativa das duas Casas que podem receber dessa Comissão apoio e incentivo e objetividade, eu tenho certeza a exemplo do Projeto do Deputado Mendes Thame sobre regime de clima no País, eu tenho certeza que essa Comissão terá condições de apoiar, adotar e aprovar. Eu passo a palavra à Deputada Rose de Freitas.

DEPUTADA ROSE DE FREITAS (PMDB-ES) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado José Sarney Filho. Na verdade, eu recebi um convite para participar dessa Comissão e eu a princípio fiquei hesitante. Porque nesta Casa nós já formalizamos e trabalhamos muitas Comissões. Senador Renato Casagrande que tem uma vida política intensa, como V.Ex^a, sabe quantas vezes já colocamos em funcionamento Comissões que no final delas não apresentou resultados práticos de ordem nenhuma. E eu, pela desilusão que nesse

momento eu sinto, por ter participado de várias Comissões e ter lutado muitas vezes na adversidade, eu queria fazer um pouco das palavras do Mendes Thame, as minhas palavras, e um pouco as palavras do Sarney as minhas palavras, porque não adianta nós instalarmos uma Comissão, e também não estou aqui para deixar nenhum desânimo nem derrotismo. Apenas que me sugere a pergunta que eu faço todos os dias e curiosamente vou atrás das respostas, faz parte da Comissão de Minas e Energia há quase 20 anos. E um dado curioso, o que nós falamos aqui de desmatamento, falamos de várias coisas. E a primeira coisa que eu notei que o Governo fez há um tempo atrás, não foi esse Governo, foi acabar com a Comissão que provia os Ministérios de estudo e pesquisa suficiente para fazer um planejamento razoável para o consumo da energia. Ou pelo menos para a construção dos projetos que haveriam de trazer energia para esse País. E eu vi, tenho visto no jornal e até comentei com V.Ex^a, os números que são dados sobre o desmatamento da Amazônia, que quando a Comissão diz que é destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar ações referentes eu fico em dúvida da palavra fiscalização.

Senador, os números são extremamente contraditórios. O Governo diz que o desmatamento acabou em 52%. Outros organismos, ONGs e outros estudiosos, pesquisadores, dizem que aumentou em 38%. Nós precisamos trabalhar, primeiro ter a veracidade dos fatos, Deputado Rodrigo, para trabalharmos dentro da realidade. Porque nossa responsabilidade, eu ontem participei de uma reunião na ANP e vi que estão sendo programados vários leilões acerca da questão do biodiesel, de plantio, etc, e vi que não estão preocupados com os estudos ou pelo menos com os levantamentos que foram feitos. Aqueles, as pessoas que acompanham a evolução da agricultura pela troca de produção no campo da agricultura. Já se fala em não produzir isso para produzir cana. E regiões onde se produzia outros produtos que ajudavam a manter até o alimento na mesa do brasileiro.

Eu queria falar que vi também com surpresa e até com uma certa alegria, recentemente o Presidente mundial da ALCOA deu uma entrevista que refletia - o Presidente mundial da ALCOA - é para ser uma grande surpresa para esse País. Falava sobre a questão do aquecimento global. E dizendo que eles tinham, eles empresários, comessem a responsabilizar agora, tomar providências agora. Não é porque era bonzinho, é porque estava comprometendo o ambiente de seus filhos, e o fim da humanidade, comprometimento da qualidade de vida e tudo mais. E também nós aprovamos, Deputado Mendes Thame, um Projeto da Ministra Marina que falava, um Projeto que acho que eu fui uma

das poucas que fiquei contra, e não entendi porque a Casa está tão eufórica, um Projeto do manejo sustentável, um manejo responsável que permitia a que o arrendamento de áreas na Amazônia, na Floresta Amazônica que seriam daí 20 anos cobrado um Projeto de natureza. E eu perguntava quem ia fiscalizar e não tinha fiscal no Projeto. Não tinha critérios para aquele manejo responsável.

Então, eu quero dizer a V.Ex^a que acredito muito em V.Ex^a. Nós somos amigos e somos companheiros de jornada. Nunca lhe vi faltar com sua opinião, com seu trabalho, com sua dedicação. Nós não podemos começar a fazer nada, Sr. Relator, se não tivermos os verdadeiros números da questão da Amazônia, do desmatamento. Ler a fundo esse Projeto que foi vigorosamente aprovado nessa Casa, para minha surpresa. Até pelos ambientalistas. Os militantes. E chegaram lá e isso pode acudir a Amazônia. E não é isso que aconteceu, não é isso que está acontecendo. Então vamos dar oportunidade às pessoas que têm estudos sérios, como aqueles professores da USP, se dedicaram anos após anos a mostrar onde íamos parar e estamos parando para que eles venham nos dizer, conversar conosco e oferecer os dados verdadeiros sobre a questão da Amazônia.

Eu queria também dizer a V.Ex^a que uma das questões que o Brasil e o Mendes Thame tem toda a razão, o Deputado Mendes Thame, o Brasil faz uma encenação bonita para o mundo. Mas a sua prática interna é horrível. E vou pedir ao Senador Casagrande que preste atenção no programa do biodiesel. Porque ele será um dos responsáveis da forma que está sendo programado, concebido, será um dos responsáveis pelo comprometimento na questão ambiental.

Então, eu acho que para começar a falar do mundo e essa questão é mundial, nós estamos atrasados, porque se já houveram tantos encontros sobre a questão ambiental nós participamos de vários, já é para o Brasil ter uma proposta. Eu não quero fingir que estou fazendo. Eu vim aqui, sou uma parte do grupo, me sinto feliz de estar nessa Comissão de Alto nível, não é uma Comissão que o sujeito vem aberto presença aqui e ir embora. Essa é uma Comissão de Trabalho. Haja vista que escolheram um Relator brilhante do meu Estado e a presença de estar aqui do Deputado Sarney.

Eu quero dizer que vim aqui para contribuir e quero chegar ao final com a sensação de que cumprimos o nosso dever para fazer. Quanto a fiscalizar, V.Ex^as. me desculpem, mas não acho que faremos isso. Acho quando muito podemos acompanhar, monitorar e oferecer sugestões ao Brasil para que o Brasil responsávelmente esteja dentro desse planejamento quanto à questão do aquecimento global. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Muito obrigado. Eu passo a palavra ao Deputado Ricardo Barros.

DEPUTADO RICARDO BARROS (PP-PR) – Sr. Presidente, dia 22, teremos o Dia Mundial da Água em Foz do Iguaçu. É um evento da ONU, Ministério do Meio Ambiente, da ANA, Itaipu, e Fundação Roberto Marinho. É um dos eventos importantes sobre essa questão e que nós gostaríamos evidentemente e essa Comissão uma vez instalada pudesse estar lá representada. Sei que o Deputado Sarney está convidado, eu também estou convidado para essa reunião, mas que a gente pudesse eventualmente fazer a representação da Comissão e anunciar lá esse novo trabalho aqui nós estamos iniciando porque é fundamental que o País se posicione sobre esse assunto. Nossa experiência de Comissão do orçamento também vai ser muito útil, Deputada Rose, porque as questões estão relacionadas. O Governo precisa fazer os investimentos na direção certa. Os seus próprios investimentos na direção certa. E nós vamos discutir agora com mais precisão porque vamos analisar todo o orçamento da União, e não apenas 1% do orçamento que nós alterávamos com as nossas Emendas, vamos discutir se nós queremos fazer Angra 3, se nós queremos fazer a transposição do São Francisco, tão controversa obra, se queremos que o Ceará continue mudando suas paisagens com aqueles enormes geradores de energia eólica que eu vi em grande quantidade na Alemanha e realmente é uma coisa agressiva para o cidadão, para a paisagem.

Não sei se nós queremos fazer a hidrovía do Pantanal. Porque vai ser um caos absoluto dentro do ponto de vista do ecossistema. Mas tem lá, tem o Projeto. Um Projeto de Governo, inclusive, para fazer uma hidrovía no Pantanal. Então essas questões é que vamos discutir aqui evidentemente a Legislação ambiental, as reservas indígenas, e principalmente o papel das ONGs patrocinadas pelos Países que fazem uma grande poluição, que não querem enquadrar normas próprias para aumentar os custos dos seus industriais, e vem patrocinar aqui com as suas ONGs legislações extremamente exigentes para que nós quando vamos competir com eles tenhamos que fazer tudo que eles não fizeram lá.

Então, nos exigem grandes investimentos para a proteção ambiental que nossos concorrentes nos Países de origem que patrocinam essas ONGs não fizeram nos seus Países. Então até que ponto nós estamos sendo aqui subservientes a uma pressão externa que parece defender o meio ambiente, mas que na verdade é apenas... Tem apenas o objetivo de onerar a nossa indústria na competitividade com a sua

indústria nacional que não tem a menor responsabilidade ambiental em relação às empresas brasileiras que se instalam e que tem grandes, vamos dizer, grandes investimentos a fazer para proteger o meio ambiente. Claro que é bom para nós, bom para o Brasil. Se a gente pudesse isolar o Brasil do resto do mundo seria uma maravilha. Mas não podemos. Então nós temos que levar em conta que de fato há uma guerra e essa guerra está instalada e é uma guerra econômica. A questão do meio ambiente para alguns apenas uma cortina de fumaça para tirar a competitividade do mercado internacional.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Obrigado, Deputado Ricardo Barros, passo a palavra ao Deputado Fábio Ramalho, Fabinho Liderança, PV de Minas Gerais.

DEPUTADO FÁBIO RAMALHO (PV-MG) – Eu queria parabenizar ao Presidente, ao Relator, ao Deputado Sarney Filho, e a todos que fazem parte dessa Comissão, e, sobretudo, eu vou precisar muito da ajuda de cada um de vocês para que eu posso desenvolver um trabalho à altura dessa Comissão e não tenho nenhum medo de pedir essa ajuda a todos vocês. Eu sou Deputado de primeiro mandato, sou de Minas Gerais, e estou nessa Comissão com vontade de realmente trabalhar por ela. Que eu possa colher aqui muitos frutos e que esses frutos a gente possa dividir por todo mundo no sentido de melhorar o clima e no sentido, Sarney, de realmente a gente fazer alguma coisa para que a gente faça um crescimento com sustentabilidade, que a gente possa fiscalizar as questões das hidrelétricas mesmo, que a gente possa fazer alguma coisa no sentido de não se inicie novas construções sem ter um estudo mais aprofundado para que a gente não leve essa Nação a errar.

E penso que na questão da Amazônia, a gente poderia diminuir a emissão de gases, mas com leis mais severas, mas também tentando levar algum recurso para as pessoas que vivem do desmatamento. Porque não adianta nada falar que vai acabar com o desmatamento se aquelas pessoas lá sobrevivem do desmatamento e da queima das florestas. A gente tem que chamar o País, chamar o mundo para que eles vejam a questão das pessoas que ali vivem levar para eles leis severas, mas também levar para eles recursos para que eles possam sobreviver de uma maneira digna, sem devastar a floresta e sem acabar com a vida.

Então, eu preciso de cada um de vocês e vou afirmar a vocês que é uma alegria poder estar aqui no meio de vocês trazendo, sobretudo, com a vontade de poder trabalhar, e desenvolver com vocês um bom trabalho para o Brasil e para o mundo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Obrigado, Deputado Fabinho Liderança, passo a palavra ao Deputado Lelo Coimbra, do PMDB do Espírito Santo. O Espírito Santo tem uma presença nessa Comissão.

DEPUTADA ROSE DE FREITAS (PMDB-ES) – Deixe-me pedir desculpas ao Lelo, porque eu gostaria de ouvi-lo imensamente, mas estou sendo chamada lá no Plenário, porque o Líder se encontra ausente. Se me permitir...

DEPUTADO LELO COIMBRA (PMDB-ES) – Ok. Depois eu te falo pessoalmente. Mas Presidente Eduardo Gomes, da Comissão, Sarney Filho, nosso Relator que dignifica o nosso Estado por poder estar com Relator nessa Comissão, membros da Comissão. Em primeiro lugar a saudação por estarmos debatendo esse tema e a satisfação pessoal de poder estar na Comissão na condição de suplente, mas sempre que puder presença farei pela importância do tema.

Há algumas questões que nos chamam atenção que acho que valeria a pena serem referenciadas. Já foram ditas de outras formas pelo Deputado Thame, a Rose reiterou algumas coisas naquele formato, eu não ouvi o Sarney Filho, mas parece-me ter encaminhado na mesma direção. Vou fazer um paralelo no tema da violência.

Quando discutimos na Câmara os temas, as ações relacionadas no combate à criminalidade, surgiu o debate de na emergência, na crise que esse tema vem ao Congresso. Da mesma forma esse tema da questão do monitoramento e fiscalização dos assuntos referidos a mudanças climáticas no Brasil também vem como um tema politicamente correto e potencializado principalmente a partir desse comentário, quem tem (inaudível) viu, mas eu tive a oportunidade de vê-lo aqui patrocinado pela liderança do Sarney Filho que é o documentário do Al Gore, nos trazendo uma preocupação aguda quanto à questão do meio ambiente. Nós nos deparamos ao longo dessa década quanto ao crescimento e nossos gargalos. A aceleração do crescimento expressa pelo PAC e nossos desafios. Gargalo muitas vezes identificado como meio ambiente como gargalo. E de repente nós recentemente na revista, se não me engano, Veja ou Isto É, uma entrevista do Fábio Feldman, fazia uma abordagem que eu considero relevantíssima. Nós vamos nos considerar não desenvolvidos para ter o discurso de abrir mão da proteção do nosso ambiente? Esse é o debate.

O Deputado Carlos Barros colocou aqui há pouco o tema no outro formato que nos parece escolha de Sofia. Nós vamos desenvolver mesmo que a custa do sacrifício de algumas questões ambientais, de questões ambientais importantes ou vamos nos submeter

ao não desenvolvimento por interesse de outros Países que fazem deste discurso um controle, uma nova forma de imperialismo sobre os Países em desenvolvimento ou a serem desenvolvidos. E aí eu remeto para concluir a minha fala a necessidade que eu tenho tido, é o primeiro mandato que eu exerço nessa Casa, nessa não, na outra, fui visto Governador do Estado até dezembro do ano passado, Deputado Estadual por duas vezes e a primeira vez que chego à Câmara Federal. Mas o sentimento de que nas urgências ou nas oportunidades sistematizações não são feitas, e aí eu remeto ao discurso do Deputado Thame, não são feitas, mas acabamos fazendo de um tema a sua superficialidade de um tema a sua desinformação. Por tratarmos na forma de algumas situações que nos desencaminham da compreensão global da educação que todos nós parlamentares precisamos ter sobre o tema de maneira sistematizada e até mesmo expressarmos para a sociedade com medidas objetivas e concretas e cobrando condutas e posturas do País, das nossas lideranças, das nossas administrações de modo um geral para que possamos enfrentar muito bem.

Você vai ali na divisa do Espírito Santo, e você vê a cidade de Itueta que foi coberta pelas águas do Rio Doce. Quando você sobrevoa de helicóptero ali você vê uma ampulheta feita no Rio Doce das mais severas que eu já vi em algum local. Quer dizer, qual é o papel que aquela geração de energia ali tem e de que forma com aquele ressecamento a posteriore daquela ampulheta que o Rio Doce tem para atingir os municípios de baixo Andu, Colatina e daí para adiante.

Então acho que são questões que na ausência de sistematização nós acabamos naquela brincadeira de cegos sem nenhuma alusão à deficiência física, como cegos apalpando um elefante nas suas diversas partes e cada um narrando a sua percepção tátil qual é o formato, qual é o tamanho, qual é as características daquele animal. Acho que a Comissão precisa, deve ter a obrigação de evitar que essa conduta postural, esse método seja estabelecido tal a gravidade do assunto, tal a importância do tema.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Agradeço ao Deputado Lelo, e passo a palavra ao Deputado Fernando Ferro.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE) – Sr. Presidente, senhores congressistas, demais participantes dessa audiência. Primeiro eu quero dizer que me sinto extremamente honrado de participar de um Fórum com essa responsabilidade. Em segundo, que nós estamos diante de um debate que é da humanidade.

Então, o nosso patriotismo tem que ser o patrimonialismo global. Até porque nós não temos nenhuma ingenuidade que por trás dessa discussão, interesses

os mais variados vão se manifestar. Mas o fato concreto é que indícios científicos e possibilidades que estão colocadas e probabilidades que estão colocadas nos anunciam tempos extremamente difíceis para a humanidade. Então se nós não tivermos dimensão desse debate, nós poderemos enveredar ou pelo caminho da completa reclusão ou enclausuramento dessa discussão numa frente conservadora, ou a possibilidade de bloquearmos o debate por outro lado, por sectarismo. E nós sabemos que... Sectarismo ambiental, inclusive, quero deixar claro.

Eu quero entender que nós temos uma responsabilidade. Nesse sentido a importância de ouvirmos os especialistas dos mais variados campos, e termos claro também que mesmo as informações que dispomos no plano da ciência tem uma variante de insegurança também muito séria. Nós não temos certeza. O que nós temos hoje é uma maior probabilidade que o que era denunciado há algum tempo atrás é verdade, está se manifestando. A chamada insegurança e digamos, os elementos de que nos dão certeza eles estão ampliando, e mostram que a nossa incerteza matemática diminui. Hoje nós estamos diante já de eventos crescentemente reveladores desse quadro.

Por isso que eu entendo que essa Comissão tem a responsabilidade exata de debater tendo em mente isso. Afinal é um tema explosivo, é um tema candente, e é um tema que evidentemente está na moda então temos que ter a responsabilidade, o equilíbrio para fazer essa discussão dentro desse espaço que é compreender que o mundo pede ações e ações globais. Não existe evidentemente uma preocupação com a Amazônia isolada. Os biomas que são componentes da realidade brasileira como o cerrado, a caatinga, muitas vezes esquecida e que também faz parte desse processo, o pantanal, o pampa, tudo isso estão dentro de um debate mundial. E nós somos evidentemente chamados a responder como brasileiros, mas principalmente como cidadãos do mundo e de um planeta com limites diante dos desafios que estão colocados. Por isso eu quero parabenizar. Acho que vamos ter a oportunidade de fazer um bom trabalho que sem sombra de dúvida é uma agenda extremamente responsável e acima de tudo que requer de nossa parte muita responsabilidade no trato dessa questão.

Estou convencido que nós estamos diante de um grande momento, da possibilidade de um grande momento do Parlamento brasileiro dar sua contribuição nessa temática. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Agradecer ao Deputado Fernando Ferro, agradecer a presença de todos. Fazer duas observações que considero importantes. Primeiro, a participação efetiva, e isso faço um destaque à fala

do Deputado Fábio Ramalho, a presença e o trabalho dos Parlamentares suplentes dessa Comissão. Afinal de contas, sei que o Relator dará dimensão às atividades, às frentes em que a Comissão irá atuar, e então eu tenho absoluta certeza de que essa Comissão terá trabalho para todos, com papel de destaque para a importância do tema que nós estamos tratando. Essa é uma Comissão é uma Comissão que ela prevê uma possibilidade contínua da sua necessidade pelo próprio perfil e pela interface que tem essa Comissão com as diversas Comissões permanentes da Câmara e do Senado, e queria numa observação final dessa nossa primeira reunião falar da minha crença no processo Legislativo. Isso numa observação concreta do que essa Comissão pretende desenvolver e os seus resultados objetivos. Acho que nessa Sessão tenho eu Deputado Sarney Filho e Senador Renato Casagrande, a obrigação de ter uma confiança constante no processo Legislativo. Pois o meu mandato é fruto de um processo eminentemente Legislativo. Foi por conta de uma Emenda e de um Projeto de um Deputado Federal que o meu Estado foi criado. Deputado Siqueira Campos, Senador Ney Maranhão sabe disso, e a criação do Estado do Tocantins.

Portanto, nada de desânimo. Tenho certeza que as condições de trabalho, o caráter suprapartidário desta Comissão dá a ela uma condição especial de ação e de objetividade.

Portanto, eu tenho plena confiança no processo Legislativo. É assim que exerço o meu mandato, até porque o meu Estado foi criado no Parlamento, na Câmara e no Senado.

Então, eu quero agradecer a todos, encerrando esta reunião e convocando reunião... Ah, a Assessoria passará aos membros da Comissão titulares e suplentes uma agenda de convites para diversos seminários, há aqui o convite no Seminário Internacional de Mercado de Redução de Emissões, será na segunda-feira 26 de março, esse convite será repassado à Comissão de Valores Imobiliários está promovendo esse evento no Rio de Janeiro.

Portanto, todos serão convidados e a Comissão buscará estar presente em todas as iniciativas que tratem do tema através da sua direção ou de maneira legítima por qualquer um dos seus membros Deputados ou Senadores.

Portanto, eu quero agradecer a todos, convocar reunião para terça-feira, dia 20 de março, às 14h na sala 7 da Ala Alexandre Costa. Informamos a mudança de sala por conta de termos uma sala maior, e essa sala não colabora para a questão do clima porque está sem ar-condicionado. A próxima terá ar-condicionado. Muito obrigado a todos. – Deputado **Eduardo Gomes**, Presidente.

(Sessão encerrada às 16h48)

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião de 2007 da Comissão Mista Especial, criada pelo Ato nº. 01, de 2007 “destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil”, realizada em 20 de março de 2007, terça-feira, às 14h44, na Sala nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação da proposta de trabalho do Relator.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Deputado Eduardo Gomes - Presidente
Senador Fernando Collor – Vice Presidente
Senador Renato Casagrande - Relator
Senador João Ribeiro
Senador Romeu Tuma
Senador Inácio Arruda
Senador Delcídio Amaral
Deputado Iran Barbosa
Deputada Rebecca Garcia
Deputada Rose de Freitas
Deputado Luiz Carreira
Deputado Rodrigo Rollemberg
Deputado Sarney Filho
Deputado Antonio Carlos Mendes Thame
Deputado Brizola Neto

Estiveram ainda presentes os Srs. Deputados não membros da Comissão: Fernando de Fabinho, Ônix Lorenzoni e Fernando Gabeira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Havendo número Regimental, declaro aberta a 2ª reunião da Comissão Mista Especial criada através do ato conjunto 001/2007, do Congresso Nacional, destinado a acompanhar monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se a apresentação roteiro de trabalho. Temos também alguns requerimentos apresentados que serão apreciados e votados. E faço a observação também que há alguns requerimentos que estão sendo entregues agora pelos Srs. e Srªs. Parlamentares. Portanto, para as próximas reuniões a Mesa solicita que sejam entregues 24 horas antes à Secretaria desta comissão para inclusão na pauta, mas a Mesa acolherá na reunião de hoje esses requerimentos que foram apresentados.

A Ata da reunião passada encontra-se sobre a Mesa. A coloco em votação. Propondo a dispensa de sua leitura, já que... Acatando solicitação do Deputado Luiz Carreira, coloco em votação a dispensa da leitura da Ata, os que aprovarem permaneçam como estão. Aprovado.

Passo neste momento, já cumprimentando a todos os Parlamentares, dizendo da satisfação pela

constante procura e a repercussão da instalação da Comissão. E a Mesa dará hoje entendimento à solicitação dos Parlamentares sobre a ampliação do número, cumprindo o regimento comum do Congresso Nacional, de 7 para 11 Deputados e Deputadas, e 11 Senadores e Senadoras, solicitando aos líderes dos partidos a indicação sobre o critério da proporcionalidade aos novos membros titulares dessa Comissão, bem como os seus suplentes.

Passo a palavra nesse momento ao Sr. Relator, Senador Renato Casagrande, para que proceda a apresentação e a leitura da proposta de plano de trabalho.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Parlamentares, Sras. Parlamentares. Na verdade, nós estamos aí, Sr. Presidente, fazendo uma distribuição de um documento, que é um documento para ajudar no debate. É uma proposta para que nós possamos ajudar no debate e em termos de programação. Nós temos um trabalho que tem uma previsão de se concluir no dia 22 de Dezembro, e nós estamos fazendo, estamos propondo diversas atividades e audiências para iniciarmos agora no primeiro momento de Abril. É importante... Acho que o Presidente não está na programação, mas já está marcada pelo Presidente a ida ao INPE, no dia 2 de Abril.

Então, na página 05 tem uma tabela aí com os dias e com as propostas. Acho que a gente poderia rapidamente fazer a leitura dessa programação e explicar o que é cada atividade dessa, muito rapidamente.

Então, considerando o dia 2 de Abril está marcada a visita ao INPE, que o Presidente dará o detalhe para nós sobre a visita que eu acho fundamental a visita. Nós estamos propondo no dia 3 uma Audiência Pública para que a gente possa tomar pé da situação, especialmente do Relatório, e da visão de alguns pesquisadores, cientistas e estudiosos do tema sobre o Relatório. Então seria com quem participou da elaboração do Relatório. Acho que poderíamos começar com esses pesquisadores. Estou propondo de 15 em 15 dias, uma audiência. Para qualquer eventualidade e a gente precisar marcar esse período. No dia 17 faríamos com os três Ministros, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e Relações Exteriores. No dia 24 completariamos uma rodada com o Governo, seria Ministério da Agricultura e de Minas e Energia para verificarmos quais as ações do governo nessa área, o que o Governo está pensando com relação ao tema, depois de ouvirmos a visão dos pesquisadores e estudiosos sobre o Relatório da ONU. No dia 11 nós iríamos a Belém numa Audiência Pública em Belém. Belém, nós poderíamos ali convidar os Estados vizinhos. Acho que tem alguns temas

para que a gente possa discutir em Belém, o avanço do desmatamento, lá é uma local muito sensível e o nível de agressividade muito grande com relação ao desmatamento. Discutimos um pouco da questão do modelo de desenvolvimento para as pessoas e para as populações, para as comunidades que vivem e moram naquela área. Nós vamos querer impedir o desmatamento. O que nós vamos propor para as pessoas que ali estão. Fazer um debate com os estudiosos, com as entidades, com os governos estaduais, com as representações do Governo Federal lá em Belém. A visão do desmatamento, a visão do desenvolvimento, lá tem a questão da mineração, que é uma questão problemática naquela região.

Depois nós faríamos um seminário, que seria para comemorar o dia mundial do meio ambiente, mas não faríamos no dia 5, faríamos uma semana antes, no dia 29. Poderia ser energia e mudanças climáticas ou poderíamos fazer aquele seminário, um seminário de maior fôlego, um seminário internacional. Acho que está aqui proposto uma data para um seminário, próximo a esse dia, do dia mundial do meio ambiente.

No dia 15 nós iríamos a Manaus. Faríamos lá, agregando e juntando os outros Estados, em torno do Amazonas para fazer o mesmo debate, o mesmo, não é? Mas com o mesmo objetivo que nós vamos fazer em Belém. Até porque a questão do desmatamento é, hoje, o principal fator da emissão dos gases, especialmente do CO₂. Retornando de Belém e retornando de Manaus, nós faríamos Audiência Pública sobre setor florestal. Aqui em Brasília, debatendo a questão florestal, debatendo a Lei de Concessões, debatendo a fiscalização, debatendo, não é? Os temas inerentes à necessidade da proteção à cobertura florestal e as políticas que estão sendo aplicadas nessa área.

Antes de terminar esse período Legislativo, nós faríamos um... Teríamos um Relatório parcial das nossas atividades antes de entrarmos em recesso. Depois retornarmos a partir de Agosto, dia 17 de Agosto, nós teríamos uma Audiência Pública em Cuiabá. Então, Belém, Manaus e Cuiabá. Tratando da questão do desmatamento e tratando da questão da economia e do modelo de desenvolvimento. Tratando de questões pontuais como hidrelétricas em alguns desses rios que estão sendo propostas. Acho que tem um debate que cada audiência dessa terá uma programação e convidados específicos para temas que nós vamos definindo aqui na Comissão. A proposta aqui é uma proposta genérica para que a Comissão possa verificar quem vamos convidar, qual é o assunto mais importante que nós vamos tratar.

Depois no dia 28/08, nós faríamos um debate com o setor pecuário, avanço da fronteira agrícola,

a questão do biodiesel, toda a questão do etanol, do avanço do plantio de cana, a necessidade do zoneamento agrícola... Nós faríamos um debate sobre o setor agropecuário, a pecuária, a emissão de metano, o que pode... Quais são as alternativas... Sai daí. Quais são as alternativas que nós temos com relação à emissão de metano pelo nosso rebanho.

Depois nós iríamos a São Paulo, porque é o Estado mais industrializado que nós temos. Se nós temos no norte a questão do desmatamento, nós temos em São Paulo o... O debate necessário é o debate com relação à atividade industrial. Depois, no dia 02/10, de Outubro, faríamos um debate sobre setor elétrico, fontes alternativas de energia, matriz energética, previsão de geração de energia, não é? Aí poderemos trazer além das pessoas do Governo, trazer o professor Pinguelli, que é um especialista nessa área e outros especialistas.

O setor de petróleo e gás, que é um setor que nós vamos ter que debater para ver o que estão fazendo de investimento na questão da eficiência energética, e nas políticas e nas ações. Quais são as ações que estão financiando para que a gente possa ter por parte do Governo uma empresa pública como PETROBRÁS e outras empresas privadas. Quais são os investimentos no incentivo ao combustível alternativo, a fonte de energia alternativa? Teríamos um segundo Relatório parcial em Outubro. E teríamos mais algumas Audiências Públicas, como o setor, com o setor de saneamento, especialmente com relação à política de resíduos sólidos, aí na visão da emissão do gás metano. E teríamos um debate com relação ao setor de transportes.

E fica aqui para reflexão na outra folha, página nº. 7, a questão do debate da reforma tributária, o aquecimento global, o PAC e o aquecimento global. Acho que têm, talvez, outros temas podem ser incluídos nessas audiências propostas ou em outras audiências que vocês definirem.

Então, nós temos quantas terças-feiras até o dia 22 de Dezembro? 37 terças-feiras. É lógico... Aqui está colocado que as audiências públicas serão feitas... Está proposto aqui o dia de terça-feira. Mas acho que Audiência Pública fora de Brasília, o ideal seria na sexta-feira. A gente faria o nosso trabalho normal aqui na terça, e na sexta poderíamos ir à Belém, à Manaus, a São Paulo, a Cuiabá, qualquer outra audiência que for aprovada aqui, para se fazer fora aqui de Brasília.

Então, esta é a proposta para o debate que nós estamos apresentando para a Comissão.

Então, Sr. Presidente, fica aí como base para que os membros da Comissão possam propor. Não quisemos citar nome de ninguém aqui, assim: De técnicos,

porque depende dos requerimentos de audiência, de convocação de convite, de sugestões que cada membro vai apresentar. Mas a linha geral seria mais ou menos essa como proposta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Antes de passar a palavra à lista de inscrição, eu gostaria de fazer um... Cumprimentar o Senador Renato Casagrande, e entender que essa é a apresentação do Relator de uma proposta de trabalho e pode ser acrescida, modificada, e é o início da discussão do que essa Comissão se propõe. E eu queria, apenas como sugestão também, fazer uma observação sobre as matérias de iniciativa eminentemente Legislativa e chamando atenção para os projetos que tramitam, as iniciativas legislativas que tramitam na Câmara e no Senado, para que essa Comissão tenha na discussão destacada desses Projetos de Lei, a oportunidade de influenciar na pauta da Câmara e do Senado, a tempo de que no dia 22 de dezembro, essa Comissão tenha já influenciado na aprovação de projetos importantes e são vários projetos que tramitam nas duas casas. Eu chamo atenção para o Projeto do Deputado Mendes Thame que cria a política de clima no País, tenta ordenar a política de mudanças climáticas no País. E nós estamos em discussão ainda, na Câmara Municipal... Na Câmara dos Deputados, do Código Florestal que está na Comissão Especial de consolidação das leis, com o Relator a ser designado agora pelo Deputado Vacarezza.

Então, iniciativas como essa, tanto do Senado, quanto da Câmara, precisam ser resgatadas por essa Comissão para que ao lado dessa agenda importante e intensiva de debates sobre conhecimento do tema, as duas casas tenham a possibilidade de mostrar uma efetiva apreciação dos projetos e a sua aprovação, modificação. Então, eu quero cumprimentar o Senador Casagrande, e dar esta sugestão para que nós tenhamos essa... E também não chega a ser uma sugestão original porque V.Ex^a. já tinha me dito até que é essa a sua intenção, não é? Reunirmos com o Presidente da Câmara e do Senado, trazermos para essa Comissão o debate e o calendário com relação às iniciativas legislativas. Eu faço esse primeiro comentário e passo à lista de inscrição. Senador Inácio Arruda pediu a palavra.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, é uma sugestão ao nosso Relator. Que nós pudéssemos incluir, talvez um dos biomas mais importantes que esteja ausente na proposta, porque nós pegamos a parte de florestas, pegamos bem... O pantanal está incluído aí via Cuiabá, região sul que é a questão da caatinga e nós estamos situados ali em uma região que nós podíamos examinar direitinho,

Casagrande, ou bem no centro dessa região está ali o Cariri. Então, tem um processo de desertificação razoável, que é fruto de uma convenção internacional da ONU, que é a Comissão Quadro sobre Desertificação, que está inclusive redunda agora em Buenos Aires essa convenção. O Brasil faz parte dessa convenção internacional. É uma questão que nós devemos examinar, porque acho que nós deveríamos tratar. Tem Legislação sendo discutida no Congresso Nacional, tem um programa especial junto ao Ministério do Meio Ambiente, e há uma participação primeira em organismos internacionais referente a esse tema.

E eu proporia que talvez no final de Outubro, logo depois, talvez na sexta-feira seguinte ao dia 16/10, a gente pudesse fazer essa Audiência Pública. Ou pegando as zonas do Cariri ou a zona norte do Estado que se relaciona com o Piauí. Sendo que o Cariri se relaciona com muitos Estados vizinhos que são Pernambuco, Ceará, Piauí e Paraíba. Pegaria toda uma região do nordeste que está incrustado ali dentro do bioma caatinga. Acho que seria muito interessante como sugestão para o nosso Relator. E outra é que a... Nós temos... Eu mesmo tenho várias sugestões de requerimentos...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Mas você está propondo fazer nesta região?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) –

Nesta região.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– O Cariri?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Eu

estou propondo o Cariri, sem prejuízo de outras sugestões que os nossos colegas possam oferecer para a região do nordeste. Que agente não deixasse de fora esse bioma, que é muito importante.

Temos muitos requerimentos na pauta. A minha sugestão é o seguinte: O Relator, acho que corretamente, apresenta uma proposta para estruturar o nosso trabalho, está certo? Acho que nós podemos alterar aqui e acolá, mas o correto é isso aqui. A gente ir fazendo... A observação você já fez, quer dizer, ao lado disso, nós vamos acompanhando o que tem de legislação, o que é mais importante, porque tem um cipoal de matérias, tanto na Câmara, como no Senado. Então, a gente pode destacar aquilo que vai consensuando, por exemplo, essa matéria é muito importante, então nós vamos com um lobby transparente à luz do dia, com o sol nos aquecendo para que a gente possa produzir melhor. Então a gente vai ...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Inácio?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) –

... à Câmara e ao Senado. E os requerimentos, que

a gente poderia aproveitar para encaixar dentro da estrutura —

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

— Inácio?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) — ... é

que aprova tudo e o relator pega os nossos requerimentos, e ele vai ajustando com os autores do requerimento para eles encaixarem nessa proposta que esta aqui. Porque aí ela não se desestruturaria. Porque senão a gente vai entrando requerimento a cada reunião e também vai desmontando um cronograma bom de trabalho. Que os requerimentos sejam dentro da estrutura que for aprovada, se agente aprovar isso aqui.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

— Que for aprovada. Agora nós... Você colocou, eu pedi permissão ao presidente aqui. Por exemplo, essa questão legislativa, nós poderemos ter algumas Sub-Relatorias, e assuntos específicos. Entendeu? Podemos discutir aqui na Comissão alguns temas onde nós vamos designar aqui, escolher alguns Sub-Relatores que vão cuidar de temas para poder... Até nas Audiências Públicas para poder colaborar efetivamente na elaboração do documento final, entendeu? Acho que o fundamental aqui, é que todo mundo tenha algumas funções cada vez... Importantes aqui para poder se envolver cada vez mais aqui no trabalho. E nós vamos tentando ver se a gente vai conseguindo distribuir no debate com a Comissão essas funções, essas responsabilidades.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) — Deputado, pela lista de inscrição, Deputado Iran gostaria de se inscrever? Deputado Rodrigo Rollemberg e em seguida o Senador Sarney Filho.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF) — Boa tarde, Sr. Presidente. Quero cumprimentar o Relator Senador Renato Casagrande pela apresentação da proposta inicial, e fazer uma sugestão. Pela proposta inicial, nós iniciariamos as Audiências Públicas no dia 3 de Abril com uma Audiência Pública aqui no Congresso Nacional, com representantes brasileiros do IPCC e da comunidade científica. No entanto, já por uma combinação feita pelo Presidente com alguns pesquisadores, dirigidos aí pelo Carlos Nobre, já tem uma previsão de uma visita da Comissão ao INPE que é véspera da data. E que será um encontro com representantes brasileiros no IPCC, o Carlos Nobre é um dos representantes, imagino que o Marengo também estará nessa reunião, e que são representantes da comunidade científica.

Então, a minha ponderação é que fazendo essa reunião no dia 2 de Abril não teria sentido fazer no dia 3 de Abril aqui. Ou se faria um outro tema antecipando, ouvindo os Ministros, por exemplo, ou enfim, ou

tra agenda. Agora, me preocupa também o seguinte, até em função da importância do tema e da enorme repercussão que tomou na opinião pública de forma geral, tem diversas ações de diversas Subcomissões, de Comissões Permanentes da Casa, de Audiências Públicas, me parece que a Ministra Marina, por exemplo, lá na Comissão de Ciência e Tecnologia, até por uma iniciativa nossa, existe uma Audiência Pública já marcada para o dia 29 agora de Março com o Carlos Nobre, José Mareng, o Migueis, a Ministra Marina Silva e o Murilo Flores. Eu pergunto: Como vai ser o entendimento da Comissão em relação a isso? Porque eu entendo que a Ministra Marina não vai ter condições de vir a Casa, por exemplo, para falar em quatro comissões ou Subcomissões sobre o mesmo tema. Seria repetitivo. Então, como nós encaminharíamos esse tipo de questão.

E por fim, para concluir, eu acredito que o Relator coloca como outro tema passível de debate, a questão da reforma tributária e aquecimento global. Acho fundamental colocar isso. Porque acho que um grande... Acho que há um entendimento comum, de que nós devemos fazer um esforço para reduzir as emissões brasileiras de gases de efeito estufa. Agora temos que estudar todos os mecanismos que possam ser eficientes para isso. Desde, digamos, mecanismos de coerção, como também de incentivo. Então, a questão da reforma tributária me parece essencial nesse debate.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) — Com a palavra o Deputado Sarney Filho.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA) — Sr. Presidente, ilustre Relator, eu acabei de passar uma vista na proposta do nosso Relator. Primeiro, quero registrar minha satisfação pelo fato de que nós já temos em mãos uma proposta básica sobre a qual a gente pode discutir. Esse é um grande avanço. Melhor do que a gente não ter nada e ficar querendo encontrar caminhos. A direção já está dada.

Eu ouvi muito atentamente as ponderações feitas, e acho, pelo Rollemberg, e acho que elas são procedentes. Mas nós temos, acredito, uma maneira de poder não somente sistematizar essa série de requerimentos que já temos aqui, como também outros que por ventura virão, se nós resolvermos, essa comissão, porque Presidente, nobre Relator e caros colegas aqui, Deputados e Deputadas e Senadores. Eu acredito que nós não podemos fazer uma atuação que seja uma atuação paralela à atuação das comissões e das Subcomissões. E nem é preciso que se faça isso para que a gente dê a nossa contribuição. Portanto, eu acho que nós deveríamos, essa Comissão deveria ter como primeiro passo, fica aqui como sugestão e

depois eu posso até... Vou mandar por escrito para o nosso Relator, que a gente possa realizar um seminário. Um seminário. Através desse seminário, quer dizer, na organização do seminário, a gente contemplaria e discutiria as pessoas que irão fazer parte dele. Certamente a Ministra Marina Silva não pode deixar de vir, representantes do INPE não podem deixar de vir. Enfim, estou vendo aqui que há uma perfeita consonância entre o seminário que terá como foco principal o aquecimento global, mas muito mais suas consequências e suas oportunidades, suas inter-relações com outros setores. Então, eu acredito que esse talvez seja um ponto principal. O acompanhamento e a sistematização das iniciativas legislativas que estão em curso na Casa, eu acho que elas todas estão já distribuídas para pareceres, nas devidas Comissões temáticas.

Então, eu acho que quanto mais a gente ouvir a Câmara a esse respeito. Quanto mais tivermos relatórios já feitos, votado nas comissões temáticas, quando vier aqui, não será para a gente fazer uma análise de mérito, mas sim uma análise de oportunidade dentro de uma grande concepção. Então essas sugestões que eu gostaria de deixar colocado aqui. Mais uma vez elogiando o nosso Relator, a proposta é boa, talvez seja uma questão na pauta, da gente inverter a pauta e começar com esse seminário. Porque aí a gente desafiaria muitos desses requerimentos de convocação. Já colocaria tudo para ser discutido num seminário. E acrescento mais ainda, uma coisa interessante, uma das pessoas que mais conhecem esse assunto é um ex-colega nosso, o ex-Deputado Fábio Feldman, que é uma referência hoje nacional e internacional nesse assunto. Tenho certeza, porque ele já em outras oportunidades demonstrou a sua boa vontade, que o ex-Deputado Fábio Feldman pode nos dar uma grande ajuda porque ele é defensor da causa. E colaborar, então poderíamos, Sr. Presidente, sugerir que a Presidência também peça ao Deputado uma ajuda, uma proposta, uma minuta de uma proposta de expositores dentro desses temas todos. É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Relator quer comentar agora? Só depois? Mais um orador. Deputado Mendes Thame.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP) – Sras. Deputadas, Srs. Deputados. Nós recebemos aqui, acabamos de ler essa proposta feita com muito cuidado pelo Senador Renato Casagrande. Ela lista uma relação de eventos. Alguns fáceis de entender. Entender a razão da sua inclusão que estão correlacionados, ao que eu imagino, possa vir a ser um objetivo da Comissão.

Outros ficam um pouco mais difíceis. É uma tarefa sempre gigantesca conseguir transformar uma relação

de eventos num processo. É muito difícil. Sempre é muito difícil. Eventos são como vaga-lumes. Vaga-lume não ilumina o caminho. Porque a luz não é contínua. E no caso das questões ambientais, se eu quiser ter um processo, eu preciso alcançar um triplice objetivo concomitantemente. Senão os resultados serão sempre menores e desproporcionais aos nossos esforços. Os três objetivos são: Aprimorar a Legislação. Segundo lugar, definir a alocação de recursos públicos, partindo do pressuposto de que essas questões são questões coletivas, que dizem respeito a todos. Portanto justificam a alocação de recursos públicos. Não afetam uma parte da população, afetam a todos nós. E o terceiro ponto, a questão da gestão e da conscientização ambiental. Se eu não tiver a participação de todo mundo envolvido, os resultados serão muito menores. O que eu sinto? Que, com relação ao terceiro objetivo, nós temos muitos eventos aqui que poderão, desde que divulgados, desde que abraçados pela mídia, poderão dar uma contribuição interessante para aumentar a conscientização. Mas, fica um vazio. Como correlacionar esses eventos com uma contribuição para o nosso exercício, exercício de dever, de ofício de legisladores, de aprimorarmos a Legislação? Fazer com que o horizonte do conhecimento jurídico avance alguns milímetros que seja, a serviço da humanidade ou pelo menos do povo brasileiro.

E em segundo lugar, como fazer com que haja uma forte definição, uma forte coerção no sentido de que recursos públicos sejam alocados para aquilo que nós consideramos vitais. Mostrando as falhas, os vazios, onde o que Governo está se omitindo, no que ele está deixando de investir, no que ele poderia investir com efeitos multiplicadores exponenciais. Essa é minha contribuição. Não sei, no entanto se esse é o escopo da Comissão. O Deputado Sarney levantou uma preliminar. Muito hábil muito bem-posta, a preliminar levantada pelo Deputado Sarney. Qual é o escopo dessa Comissão? Ela vai fazer um trabalho mais abrangente, tentando englobar todos esses objetivos? Ou ela vai ter um objetivo mais restrito, mais definido. Às vezes a busca de um objetivo mais restrito, senta o foco, faz com que os resultados sejam até melhores, do que deixá-los difusos. Essa definição eu acho que cabe em primeiro lugar ao Sr. Relator, ao Presidente, ao Vice-Presidente, e nós somos co-participes desse movimento do qual nós fazemos parte sendo integrantes dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Com a palavra o Deputado Luiz Carreira.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (PFL-BA) – Sr. Presidente, sem dúvida nenhuma meritória a iniciativa

do Senador Renato Casagrande, de apresentar uma proposta de trabalho. É sempre o ponto de partida para que se possa ir ajustando realmente qual o escopo central dessa Comissão. O objetivo central dessa Comissão. Ela foi criada com o objetivo de monitorar, fiscalizar, e acompanhar as diversas medidas, estudos, enfim, tudo aquilo que está sendo hoje divulgado, que envolve a questão das mudanças climáticas. Mas, tanto o Deputado Sarney Filho como o Deputado Mendes Thame, colocaram aqui questões que a meu ver, me parecem extremamente pertinentes e que deveriam motivar uma discussão mais centrada em alguns desses objetivos propostos, pelo Deputado Thame, e assim como questionamento feito pelo Deputado Sarney.

Inicialmente, eu acredito também que essa Comissão não deverá, na verdade, pelo menos eu imagino, que ela não deveria ser mais uma Comissão com característica de uma Comissão Permanente ou de uma Comissão da Câmara para analisar projetos que estão hoje em tramitação na Casa, seja na Câmara, ou seja, no Senado, de iniciativa dos Parlamentares. Poderia evidentemente se apreciar, mas evidentemente, ela não tem o poder decisório de aprovar ou desaprovar projetos ou mesmo no máximo de indicar que esses ou aqueles projetos são importantes para, digamos, atingir os nossos objetivos. Até porque existem diversos projetos que estão tramitando, alguns já como foi dito aqui com Relatores definidos, todos eles já indicados, alguns ainda não porque os projetos estão sendo apresentados a todo o momento, e vão ser apresentados outros tantos, a partir de toda essa febre que tomou conta não apenas aqui, mas de todo mundo de se tratar dessa questão central que é a questão da mudança climática.

O Mendes Thame sugere aqui uma coisa que é importante. Aprimorar a Legislação. Como é que nós poderíamos fazer isso? Nós devemos, na verdade, como eu disse, colidir com as iniciativas das Comissões Permanentes, já que essa é uma Comissão Especial. É uma Comissão Mista, uma Comissão para muito mais propor eventos, discutir estudos, iniciativas, apresentar sugestões... Enfim, colaborar no sentido de que se possa materializar a partir daí algumas medidas importantes. Tanto do ponto de vista da Legislação, acho que sugestões nesse sentido serão bem-vindas, como a questão central. Aonde que nós poderemos trabalhar? Agir no sentido de identificar os pontos principais que poderiam levar a uma mudança efetivamente na alocação hoje de recursos públicos e privados, voltados para digamos esse tema. Acho que aí é um tema interessante, um tema bom de se trabalhar, já que nem sempre a gente vê isso no Governo com muita clareza. Diria até que eu não me importaria muito de

discutir o PAC. Porque o PAC, na verdade, é um programa. Quer dizer, não é um plano de longo prazo, de médio prazo. É um programa a partir de Projeto que não estavam sendo realizados. A maioria deles não estava sequer sendo executada pelo Governo, apesar de já terem sido identificados, já terem constado dos planos plurianual, do orçamento anual, mas que não tinham alocação de recursos correspondentes. Agora, a questão tributária me parece extremamente pertinente, que deveria ter um foco central porque o Governo, segundo eu tenho conhecimentos, teria ou vai ter a iniciativa de enviar uma nova proposta para o Congresso Nacional com relação à questão tributária no País. E isso me parece que talvez seja um ponto importante a se debater e se discutir.

A outra questão, eu acho que essa Comissão pode ter um papel relevante que é também na difusão de informações para a sociedade. Esse papel também aqui, quer dizer, de... Talvez criar um grupo especial para isso, para analisar todos esses estudos, essas proposições que estão em andamento em todo mundo, na verdade, e fazer com que isso chegue de alguma maneira, seja acessível ao público, pelo menos a informação de que está sendo feito e está sendo realizado. Acho que em função da realização de um grande evento, que me parece que se conseguir... Se nós conseguirmos aqui promover um evento de impacto, realmente muito forte de partida, de início, pode eliminar uma série dessas audiências específicas porque elas podem compor na verdade, um seminário aí de um dia e meio, talvez, no máximo dois, onde se pudessem analisar os diversos blocos que estão aqui propostos. Mas não invalida, evidentemente, se não for possível de se seguir dentro de uma cronologia cumprindo as audiências que possam esgotar os temas que estão aqui muito bem, digamos, expressos pelo nosso querido Relator, Senador Renato Casagrande.

Portanto, essa nossa opinião, eu acho que a gente tinha que decidir rapidamente. Quer dizer, talvez aí numa discussão mais ampla, se vamos de partida um grande evento? Que seja um evento de impacto que realmente atrai segmentos da sociedade, e a partir daí que normalmente o seminário acaba gerando, um seminário desse, um evento desse internacional, se possível, geraria um... Possivelmente aí diversas alternativas de Audiências Públicas. A partir daí, a gente poderia ir afunilando digamos, sobre os objetivos centrais dessa Comissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Com a palavra o Deputado Iran Barbosa.

DEPUTADO IRAN BARBOSA (PT-SE) – Sr. Presidente, eu gostaria também de cumprimentar o Relator

porque acho que a iniciativa é salutar na medida que ajuda, a todos que compõem a Comissão, a ter uma espécie de roteiro do trabalho que nós vamos desenvolver durante o período que estaremos funcionando. Então é uma iniciativa louvável e é um ponto de partida porque nós possamos aqui, como já estamos ouvindo, uma série, acompanhar uma série de sugestões para esse desenvolvimento. Até porque acho que a Comissão, ela tem uma certa... Um limite. Tem um limitador. Porque na verdade ela foi criada para cumprir três funções. A de acompanhar, a de monitorar e fiscalizar ações que estão voltadas para essa questão do aquecimento global, das mudanças climáticas, especificamente no Brasil. E isso termina criando alguns limites. Se a gente vai acompanhar, vamos ver quais são as ações oficiais que estão acontecendo nesse sentido aqui na Casa, no Executivo. Vamos ver o que está, do ponto de vista técnico, sendo produzido nessa linha. Na sociedade, o que está acontecendo? Se a gente vai monitorar, vai está procurando interferir nisso? E se vai fiscalizar, vai procurar acompanhar o que o Executivo está tomando como iniciativa. Então, a gente tem um espectro aí de ação que tem certos limites.

Eu queria, em segundo lugar, colocar que também vejo aqui a ausência de algumas áreas importantes para serem discutidas nesse momento. Já quero aqui concordar de saída com a inclusão da Caatinga, eu acho que a gente precisa dar conta disso. E tem uma área que eu acho que a gente precisava ver como, dentro das possibilidades, incluir no debate. Que os próprios resquícios de Mata Atlântica, que nós ainda temos e que a gente precisaria ver, como nesse debate, estar incluindo essa discussão.

E por fim, Sr. Presidente, eu queria propor, não sei qual vai ser a possibilidade de encaminhamento, mas, um método. Porque veja: Nós estamos discutindo um plano de trabalho, não é? Um plano de trabalho além de um cronograma, ele tem dentro normalmente concepções que são expressas, tem avaliações, etc. E já apareceram aqui inúmeras sugestões. Eu queria apresentar uma, que é de que a gente pudesse não definir sobre esse plano na reunião de hoje. Que a gente pudesse se debruçar um pouco mais cuidadosamente sobre ele. Pudéssemos ter um prazo, e eu entendo que seja rápido, para apresentar a Relatoria, propostas de... Enfim, mudanças, alterações a esse plano de trabalho, e talvez remetêssemos para a próxima reunião, a Relatoria traria a sistematização disso para que nós pudéssemos submeter à apreciação do coletivo, para que pudéssemos encaminhar. Talvez assim, a gente pudesse até contemplar, e às vezes, as idéias mais bem elaboradas surgem quando você tem

um pouco mais de tempo para formulá-las. Era isso, Sr. Presidente, eu agradeço a oportunidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Concedo a palavra ao Relator, e em seguida aos inscritos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Primeiro, nós estamos no início do nosso trabalho, dos nossos trabalhos, e acho importante a gente começar bem o trabalho, entendeu?

Então, não é... Acho que o prazo, o Deputado Iran coloca, acho que é bom. Que até semana que vem a gente possa definir o plano de trabalho de forma mais detalhada, com uma recepção das sugestões de cada Parlamentar... No trabalho da Relatoria, não tem nenhum problema.

O plano foi elaborado, só para responder alguns questionamentos, principalmente do Mendes Thame, do Sarney, o plano foi elaborado dentro de uma concepção. A primeira concepção é nós conhecermos o assunto. Porque tem gente aqui que conhece muito, tem gente que conhece um pouco e gente que conhece menos. Primeiro é nós nivelarmos um pouco os conceitos básicos do tema. Trazermos aqui estudiosos, pesquisadores, profissionais do Governo, das entidades, visita ao INPE... De nivelar um pouco o tema. Para que todo mundo possa entrar debatendo com os conceitos básicos na cabeça.

Então, acho que o primeiro objetivo é este; é para dentro da comissão. Para dentro, Gabeira, pra poder a gente... As pessoas conhecerem um pouco do tema. Segundo, de ver o que é que o Governo está fazendo efetivamente. O que é que esse Fórum de mudanças climáticas tem feito? O que os Ministérios de Ciência e Tecnologia, meio Ambiente e Relações Exteriores, o que eles têm feito? Qual é a posição política do Brasil efetiva, perante aos organismos internacionais e perante aos demais Países? Então, o que o Brasil tem defendido? Nós estamos acompanhando, nós temos lido. Mas acho que é fundamental debatermos com os Ministros do Governo, e os representantes e as autoridades do Governo, para que a gente possa conhecer e no final saber qual é a posição do Parlamento. A posição do Parlamento pode ser diferente da posição que o Governo tem defendido nessa relação internacional.

Então, conhecer um pouco dessa questão do que o Governo tem feito. Aí pode entrar naquilo que o Deputado Mendes Thame fala, que é a questão de qual é a previsão de investimento para 2007 em ações que têm esse objetivo? Isso pode ser quantificado em cada Ministério? Acho que esses debates com os Ministros, nós teremos condições de identificar um pouco essa questão. Mas quando a gente vai para fora,

nós vamos para a região norte, aí tem a proposta de ir ao nordeste, e outras audiências que poderão surgir aqui, debater a questão da Mata Atlântica. Acho que só não vamos debater cada bioma, acho que não temos condições de fazer isso, mas verificar aonde que é... A gente vai discutir os mais problemáticos e os mais relevantes desse debate. Então a gente vai a Belém e vai a Manaus e vem numa audiência do setor florestal. Aqui pode discutir a Mata Atlântica, a caatinga, pode discutir o pantanal, pode discutir a Floresta Amazônica, o cerrado... Nós podemos discutir os diversos biomas brasileiros. Depois a gente conhecer alguns deles in loco. Então tem essa concepção. A gente vai a São Paulo discutir a questão da indústria. Qual é... É pouca? É menor do que a queima de floresta? Mas a indústria brasileira vai crescer em emissões. Porque o Brasil está crescendo ou estará... Todos nós temos expectativa, crescendo num percentual maior do que está crescendo.

Então, vai crescer em emissões. Nós temos que discutir com o setor produtivo industrial quais são as iniciativas da iniciativa privada, porque não é só o Governo, não. Quais são as iniciativas da atividade privada com relação a esse tema. Até porque tudo que a gente regulamenta, a gente pede poder de negociar crédito carbono. Quando é atividade voluntária pode negociar crédito carbono. Então, o que as indústrias estão fazendo? O que os setores econômicos estão fazendo no Brasil com relação ao tema?

Então, nós temos uma certa concepção nessas propostas. Para não ser... Para fugir dessa preocupação, que o Ministério Theme colocou, de serem eventos soltos, e tentar amarrar essas coisas.

Eu acho que a questão da caatinga é uma questão interessante. As ações legislativas poderiam ser uma das Sub-Relatorias. Porque acho que pode, Eduardo, a gente pegar aqui, tirar aqui e escolhermos um Sub-Relator para consolidar as propostas que estão tramitando. Não vamos interferir nas comissões permanentes. Não é esse o objetivo. Para que a gente possa consolidar, chegarmos ao final, no Relatório final com uma série de propostas da Comissão. A da Comissão pode chegar ao final com propostas de aperfeiçoamento legal, do arcabouço legal. Então, nós podemos chegar ao final, e apresentarmos as propostas. Acho que pode ter uma das... Acho que uma das sub-relatorias é do aperfeiçoamento legal, das mudanças da Legislação das propostas legislativas, da consolidação do que tem aí apresentado na Casa.

A questão do dia 2. Acho que o Rodrigo tem razão, se nós formos no dia 02 e tivermos lá os pesquisadores do I PCC, acho que a audiência no dia 3 se

torna desnecessária. Podemos marcar outro assunto, não é? No dia 3.

O seminário que o Sarney propõe, viu Sarney? Acho que o seminário é bom. Temos que definir um tema, ou seja, não dá para fazer um bom seminário rapidamente. Não se faz com um mês só. Se a gente quiser fazer um bom seminário, nós vamos gastar aí no mínimo 2 meses de organização, a partir de hoje. Por isso temos que definir.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Vamos apresentar uma proposta base para o Relator e o Relator distribui para cada um dá a sua opinião.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Dá a sua opinião. Acho que o seminário é bom, mas acho que o seminário não deve interromper os trabalhos da Comissão. A Comissão deve dar sequência e o seminário vai vir como uma atividade da Comissão. Acho que é bom. Tem temas importantes. Tem energia...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Acho que vai cair no que está previsto.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– É. Pode cair em maio, junho, que está... Acho que é uma boa data.

A questão do Carreira. A questão como fazer (inaudível) legislativo. Acho que como se faz? É essa sub relatoria, com a colaboração de diversos Parlamentares, verificar o que está tramitando, o que pode ser proposto, verificar a legislação de outros países. Quer dizer, o que a gente pode aproveitar dos outros Países. Então acho que é isso. Nós estamos num caminho... Acho que o prazo que o Iran coloca é um prazo que podemos conceder até semana que vem, para que semana que vem a gente possa fechar a programação. Talvez não entregar a proposta no dia. Poderia me entregar a proposta um dia antes, para chegar aqui já com as propostas já consolidadas para a gente aproveitar a reunião da semana que vem, e a termos aprovado o plano de trabalho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO)

– Eu queria, antes de passar a palavra ao Deputado Fernando Gabeira, eu queria apenas fazer um comentário sobre a possibilidade e tentar ser melhor entendido na questão da consolidação e agilidade no processo Legislativo. Apenas como exemplo, a Câmara analisa em última fase o código brasileiro de combustíveis, por sinal é uma Lei de Nossa autoria. O Relator é o Deputado Daniel Almeida do PCdoB da Bahia. Como já havia na Legislatura passada, sido feita a leitura parcial do Relatório. É possível que com a designação de um novo Relator ou um mesmo Relator, esse Projeto já seja aprovado no Plenário da Câmara e enviado ao Senado. Não há como essa Comissão funcionar sem uma discussão e um ajuste de

procedimentos com relação à análise dessas matérias. Por exemplo, código brasileiro de combustíveis, outra matéria, Política Nacional de mudanças climáticas, o projeto de Lei 261/2007 do deputado Mendes Thame. Eu acredito e já fiz esse registro antes, acredito muito no processo Legislativo. E na eficiência daquilo que o regimento pode não designar pelas tradições das duas casas, mas que a atuação Parlamentar pode resolver. E tenho a obrigação de acreditar nisso, até porque meu Estado é fruto de um processo Legislativo. Tinha um maluco aqui que apresentou um Projeto de Lei, o ex Deputado Siqueira Campos e criou o Estado do Tocantins. Então acho que a Comissão pode e deve influenciar nos processos de tramitação legislativa, obedecendo aos prazos, o regimento, mas influenciando diretamente com o Presidente da Câmara e do Senado acerca desses pontos. E vou propor à Comissão, ao Sr. Relator, o funcionamento da Comissão nas terças-feiras, mas também com Sessão mesmo que seja Sessão não deliberativa às quintas-feiras, justamente para esse acompanhamento das ações legislativas e o trabalho que eu acho que pode ser tanto a proposta do grande seminário, como fez o Deputado Sarney Filho e o Senador Collor, como também uma Comissão geral, a partir do início desses trabalhos na interpretação do Relatório do INPE e da discussão com os cientistas. Porque o que o Deputado Luiz Carreira disse com relação à tradução desse tema para a população brasileira é uma das coisas mais sérias que eu acho que tem a ver com esse tema do aquecimento global, das mudanças climáticas. A tradução e o acesso às informações.

Eu passo a palavra ao Deputado Fernando Gabeira.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ) – Sr. Presidente, só para elogiar a proposta e dizer como o Deputado Sarney, que eu vou tentar no fim de semana ajustar algumas sugestões pra gente avançar. Eu acho que é uma questão muito complexa. Seria patético se pensar que um é dono da verdade. Muito difícil. Eu acho que numa Comissão assim a gente tem dois caminhos básicos. Um caminho é o caminho de melhorar o nível de cada um, de todos nós, de fazer várias audiências melhorando o nível, e no final termina-se com uma memória, sobre o que é o Relatório.

Eu tenho uma posição um pouco diferente. Quer dizer, é um pouco até racialmente diferente para efeito de produtividade. Eu tenho uma posição de a gente escolher os temas, definir, vamos colaborar com esse tema? Por exemplo, deve o Brasil ou não reduzir as duas emissões soberanamente? Voluntariamente, soberanamente. Deve ou não? Não a luz do protocolo de Kyoto, mas como consequência dos novos entendi-

mentos que viram. Isso aí já é uma decisão fantástica. Já vai mudar uma série de coisas.

Nós estamos aqui na Câmara dos Deputados projetos parados, como por exemplo, o que trata da inspeção veicular. Se nós aprovássemos esse Projeto, a gente estaria reduzindo as emissões quase que automaticamente. Porque toda a vistoria ia encaminhar para isso. Existe também alguma coisa que não está aqui, mas que é fundamental, que é o mar. O litoral brasileiro. É preciso formular uma política para o litoral brasileiro. Antes de ontem eu recebi um e-mail de um o senhor, que me dizia: Olha, você notou que Angra dos Reis está no litoral? Você já fez seus cálculos sobre as usinas nucleares? Eu falei não. Hoje eu até falei com diretor da usina, que por acaso, jantou ao meu lado e lembrei: Olha! Eu tinha esquecido que as usinas de Angra estão no mar e que o aquecimento pode eventualmente prejudicá-las. Como é o trabalho do Marenga, mostra que cerca de 42 milhões de pessoas, vão ser afetadas pelo aquecimento, ou podem ser afetadas pelo aquecimento. Então, com a nossa política digamos assim de gestão costeira em função do aquecimento global? Esses temas eu não vou citar todos, mas esses temas, no caso da saúde que nós discutimos sábado na FIOCRUZ, eles já avançaram um pouco. Eles já sabem que algumas doenças vão se perenizar, como é o caso da Dengue, da Malária que aparecem mais fortemente no calor, mas tem a possibilidade de se perenizar. Então também a repercussão na saúde, como é que nós vamos mexer a nossa política sanitária em função dessas possibilidades? Tudo isso eu acho que a gente... Vou fazer uma lista e a gente vê como é que pode incluir em cada capítulo. E depois se a gente pudesse também produzir alguns esboços de projetos, a gente produziria como Comissão. É isso aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Passo a palavra à Deputada Rebecca Garcia.

DEPUTADA REBECCA GARCIA (PP-AM) – Sr. Presidente, eu tive hoje em contato com algumas pessoas do INPA, como já lhe informei, Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, e lá nós temos três pessoas, o Dr. Antônio Elcimar Manzi, Gerente-Executivo do LBA, o Sr. Flávio de Jesus Luizão, coordenador científico também do LBA, e o Sr. Phillip Martin Fearnside, que é pesquisador inclusive ganhou um prêmio do Ministério do Meio Ambiente em relação ao clima. Foi a pessoa que mais produziu material a respeito de clima.

E hoje... Não hoje, quando eu fiquei sabendo que faria parte dessa Comissão, o que mais me preocupou foi a questão da informação. Eu acho que a gente não pode participar de nada que não tenha informação.

Então eu fui atrás de informação. E dentro do Instituto Nacional de pesquisa da Amazônia eu encontrei essas três pessoas, que na segunda-feira estarão me dando uma palestra numa apresentação a respeito de tudo que eles têm lá. Hoje o LBA, essa sigla em inglês, parece que é eu não sei em relação o que é essa sigla. Mas enfim, é um experimento de grande escala da biosfera, atmosfera da Amazônia. Eu acho que é uma informação importantíssima e fundamental para partir de início para essa Comissão. Eu acho que seria muito importante incluir essa palestra, não só para mim como Deputada, mas para toda a Comissão. E aí de repente o nosso Relator poderia viabilizar a inclusão desses três cientistas dentro desse nosso cronograma ou deles virem aqui, ou de nós irmos até Manaus e recebermos essas informações, que estão todas nesse *power point*... Eu acho que seria importante. Então, eu gostaria de dar essa contribuição.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Obrigado, Deputada. Pode e deve fazer o Requerimento. Acho que já há uma aceitação do Relator. Pergunto se o Vice-Presidente quer usar a palavra.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA) – Sr. Presidente, pela ordem só para uma comunicação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Pela ordem com a palavra ao Deputado Sarney Filho.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA) – Sr. Presidente, amanhã vão está aqui na Câmara às 15h00 no plenário 12 do anexo 2 da Câmara dos Deputados, a Suzan Kramer, que é do Partido Liberal Democrática do Reino Unido. Rose Koper que é do Partido Trabalhista e o Mark Simons é do Partido Conservador. Eles vão ter um encontro, convidados pela Frente Parlamentar Ambientalista e pela WWF Brasil. Neste Plenário, vão ser discutidas implicações das mudanças climáticas para o Brasil como uma economia emergente, desmatamento evitado, reduções compensadas, deficiência energética e energias renováveis. E também as principais questões ambientais atualmente discutidas pelo Poder Legislativo do Reino Unido, que é bastante avançado. Então, eu quero também em nome da frente, aqueles que fazem parte já da frente, já receberam o convite, mas todos aqueles da Comissão e também evidentemente está aberto a todos os interessados. A Comissão é pequena, a matéria é relativamente especializada, então aqueles que se interessarem será uma grande alegria recebê-los lá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Acato a sugestão de V.Ex^a. e peço à Assessoria que providencie as informações a todos

os Parlamentares da Comissão. Com a palavra o Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL) – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhoras e Srs. Senadores. Inicialmente os meus cumprimentos ao Relator, Senador Renato Casagrande, pela proposta de trabalho apresentada. Lamentavelmente cheguei atrasado, mas passei os olhos e acho que a direção está correta.

Eu inicialmente gostaria, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, de fazer aqui uma pequena observação. Nós estamos, hoje, com uma grande preocupação específica que se relaciona ao aquecimento global. O aquecimento global é decorrência, como todos nós sabemos, da emissão de CO₂ na atmosfera. E essa emissão de CO₂, ela é basicamente feita ou produzida por cinco Países, se nós colocarmos somente cinco, se nós elencarmos somente cinco, como a China, Estados Unidos, Índia, Rússia e Brasil. Nós já tomamos conhecimento em relação ao Brasil que somente a Amazônia brasileira, ela coloca na atmosfera 200 milhões de toneladas de C O₂/ano. Fruto único e exclusivamente do desmatamento. E isso depois do enorme esforço realizado pelo Governo Federal, pela Ministra Marina Silva, que reduziu já nos últimos quatro, cinco anos, em 50% essas queimadas na Floresta Amazônica. E o restante do Brasil sem a Amazônia emite 80 milhões de toneladas na atmosfera.

Então, se a questão emergencial é o aquecimento global, e o aquecimento global decorre basicamente ou fundamentalmente das emissões do CO₂, talvez nós pudéssemos focar prioritariamente a nossa atenção e os nossos esforços para junto ao Governo tentar reduzir essas queimadas na Amazônia. Fazendo uma fiscalização mais eficiente, fazendo uma fiscalização mais efetiva no sentido de impedir que esse número continue nesse patamar extremamente elevado, eu acho que seria uma grande contribuição que o Brasil estaria dando de maneira efetiva, clara, inequívoca ao combate ao aquecimento global. Sem, naturalmente, sem ter em conta todo o trabalho que nós devamos realizar e que essa Comissão se propõe a realizar.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, Sr. Relator, senhoras e Srs. Senadores, eu acredito também que nós deveríamos, como é do entendimento acredito de todos, fazer com que todo o esforço realizado em outras comissões que digam respeito ao meio ambiente ou à Amazônia ou que tangenciem esses temas, e ou as Subcomissões criadas com essa finalidade, para que todas elas deságüem os seus resultados, os seus esforços nesta Comissão Mista. Eu acho que essa Comissão Mista deve ser o grande Plenário e o grande centro para o debate dessas questões ambientais, já que ela foi constituída por inspiração do Deputado

Sarney Filho, Presidente da frente Parlamentarista, e que tem todos nós engajados com essa mesma preocupação.

Então, talvez nós nos reunirmos, todos os Presidentes e vice-presidentes dessas outras Subcomissões, para reforçarmos o trabalho da Comissão Mista. Para não ficar cada um... Eu sei que cada um deseja... E eu falo como Presidente da Subcomissão ligada à Comissão de Relações Exteriores, eu sei que cada um deseja ter a sua participação, sobretudo exercendo as funções diretivas que exercem. Mas eu acho que valeria o esforço, Sr. Presidente, de nós, sob o seu comando e do próprio Deputado Sarney Filho, Presidente da frente ambientalista, fazermos uma reunião com todos os Presidentes e vice-presidentes dessas comissões que tratam da questão ambiental, da Amazônia e/ou qualquer outro tema correlato, que tangencie essas áreas para que possamos unir esforços e fazer um trabalho em conjunto. Por exemplo, esse conserto que está no meu entender faltando, não é por falta de interesse de qualquer um de nós, é porque isso surgiu basicamente nos últimos 30 dias. Mas por exemplo, eu tenho aqui em mãos um folder que trata surpreendentemente pra mim, não havia tomado conhecimento, acredito que nenhum de nós, o que vai se realizar agora em Maio em Foz do Iguaçu. Eco Foz Brasil, Maio de 2008. Esse é um Projeto e que estão aqui os patrocinadores. É a Prefeitura de Foz do Iguaçu, que é normal que ela participasse disso, mas patrocínio da Unesco, da Unesco, podia ser do PNUD, mas da Unesco, e todos os outros patrocinadores são empresas privadas. Empresas privadas locais e estrangeiras.

E disso a Comissão Mista não tomou conhecimento, a Comissão do Meio Ambiente não tomou conhecimento, a Comissão de Relações Exteriores não tomou conhecimento. Não sei se alguns dos Senhores têm ouvido falar sobre isso. E mais ainda, quando se abre, isso é uma encadernação muito cara, isso aqui veio numa encadernação muito maior, eu tirei somente esse enxerto aqui, e vem tratando os problemas, em maio de 2008 começarão novas mudanças concretas na terra e não tem uma linha sequer sobre o aquecimento global. Daqui a pouco estaremos comemorando, mais uma vez, o dia internacional das águas, e aqui, apesar de ser em Foz do Iguaçu, não há na agenda nenhum tema objetivamente enfocando a enorme dificuldade que nós já estamos vivenciando com a falta de ausência... De água potável para bilhões e bilhões de pessoas. E está aqui, correndo à revelia, e quando todos nós estamos pedindo que as Nações Unidas, por exemplo, ela apóie essa iniciativa de eventualmente, não é? De realizarmos uma nova conferência, talvez não tão larga e grande como foi a referência do Rio,

mas já que o tema é o aquecimento global, uns 50, 60 maiores poluidores hoje em termos de emanção de CO2, não é? Que fosse realizada aqui no Brasil, em uma cidade que o governo depois, pela logística escolheria. Nós temos aqui a Unesco, patrocinando um encontro como esse, e que nós não temos conhecimento. Quer dizer, a que se propõe essa Eco Foz? Por que tantas empresas patrocinando esse evento e essas empresas não tocam na questão do aquecimento global? Então, eu acredito que nós devamos aí... E para isso fundamentalmente nós temos que contar com o apoio do Itamaraty. Há que se ter uma decisão do Presidente da República, eu sugiro até, Presidente, com a vênua de todos, que se promova um encontro com o Presidente, uma audiência com o Presidente da República, que se exponha a Comissão Mista que exponha as nossas preocupações que também é do Presidente, não tenho dúvida. E que ele para colaborar, como ele deverá sem dúvida colaborar ainda mais, duas coisas que eu acho que são fundamentais: A primeira delas é ele colocar força política, vontade política firme, dando apoio ao Ministério do Meio Ambiente e a todos os órgãos que possam trabalhar na fiscalização dessas queimadas, para que impeça de forma drástica que essas queimadas continuem a prosperar. O Ministério do Meio Ambiente sozinho, não conseguirá muita coisa. O esforço que já vem sendo feito pela Ministra Marina é elogiável, mas não é suficiente sem que haja o peso do Presidente da República empenhando-se pessoalmente, determinando aos órgãos que estão relacionados com essa questão da fiscalização, para que atuem. E que ele próprio chame a si a responsabilidade de fazer com que essa redução vá a praticamente zero nesses próximos anos.

E o segundo ponto, que solicitássemos ao... Por intermédio Presidente da Comissão Mista, solicitássemos ao Presidente da República, que ele... Para que ele determine ao Ministério das Relações Exteriores, Itamaraty, para que o Itamaraty se engaje nas propostas saídas da Comissão Mista e que tenham que ser levadas essas propostas às Nações Unidas.

Então, esse enlace só quem faz é o Itamaraty. E o faz, e o fará se assim o Presidente determinar, com muita competência. E isso dará muita celeridade acredito também, aos nossos propósitos. A questão da... Eu coloquei outro dia numa outra Comissão, da sugestão que fizemos, um grupo de Senadores, dentre os quais o Senador Casagrande, a Senadora Serys, o Senador Sibá e Deputados, de tentar trazer para o Brasil essa outra conferência, não é querer demais. É um gesto em que o Brasil demonstra ao mundo que não tem receio de discutir esses problemas. É uma forma do Brasil demonstrar que quer estar na vanguarda, que

o Brasil quer se colocar como um parceiro dentre as nações do mundo que se preocupam com essa questão. Se nós conseguirmos trazer essa... Esse conclave, essa conferência, esse seminário internacional, seja qual for o nome que se dê, vai ser um grande avanço. A posição internacional do Brasil fica uma posição ainda mais que melhor credenciada, e, além disso, nós poderemos também solicitar, exigir uma palavra um pouco forte, mas solicitar para que o Brasil, e essa é uma idéia do Senador Marco Maciel colhida numa reunião que o Presidente estava presente, o Presidente da nossa Comissão Mista, o Deputado Eduardo Gomes, que o Brasil sedie uma agência que trate da questão do meio ambiente. Porque as Nações Unidas têm diversas agências, tratando de versos assuntos, desde a questão de alimento passando pela questão da cultura, da educação, enfim, e por aí vai, mas não tem nenhuma agência tratando da questão do meio ambiente. Tem, sim, um programa do meio ambiente. E o programa das Nações Unidas, vinculado às Nações Unidas, significa que não tem nenhuma autonomia, não tem autonomia financeira, não tem uma participação nem uma voz mais ativa no processo decisório nas questões relacionadas ao meio ambiente, dentro das Nações Unidas e conseqüentemente outros Países. Nesse momento poderíamos então com muita chance de pleitear junto à ONU, sobretudo sobre pelos problemas que estamos vivenciando na questão ambiental para que esse programa se transformasse numa agência e oferecendo o território brasileiro para sediar essa agência que focasse única e exclusivamente nas questões ambientais.

Nesse sentido também com a permissão do Presidente, me permito apresentar um outro Requerimento dizendo aqui da idéia do Senador Marco Maciel e que eu trago a esta Comissão para a deliberação de V.Ex^a.s., senhoras e Srs. Senadores. Mas acho que fundamentalmente temos que unir, fazer uma grande concentração de todas as áreas interessadas na questão ambiental dentro do Congresso Nacional e trazê-las para cá, Sr. Presidente. Então a proposta objetiva seria a reunião de V.Ex^a. contando com todos aqueles que desejam participar, com Presidentes e vice-presidentes dessas outras comissões, estabelecermos aí uma... Vamos objetivar o nosso trabalho, e concentrarmos tudo aqui na Comissão Mista, fortalecermos a Comissão Mista, seus trabalhos, e em segundo lugar solicitarmos uma audiência com o Presidente da República para pedir a ele, solicitar a ele, esses dois pontos a que já me referi. Primeiro que apóie, chame para si, o Presidente tem que chamar para si, eu vou me empenhar pessoalmente para reduzir as queimadas na Amazônia e o desflorestamento na Amazônia

em tantos por cento daqui para o final do ano. E colocar todos os órgãos, colocar tudo, tudo, tudo em cima. Botar peso. E em segundo lugar, chamar o Itamaraty e dizer ao Itamaraty que se engaje e participe com observadores, com assistentes, enfim, dessas nossas reuniões. Porque essas nossas reuniões e o que daqui ficar estabelecido, necessita para ter uma repercussão em escala mundial, desse enlace com o Ministério das Relações Exteriores. Era isso que eu gostaria de colocar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Quero passar à Ordem do Dia.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– O formato e a maneira como vamos fazer as proposta para a nossa programação de trabalho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Eu gostaria apenas de sugerir ao Relator então, que vai fazer o Senador Renato Casagrande, a avaliação sobre a estratégia de aprovação do plano de trabalho que considerasse e observasse que a Comissão, a Presidência está sugerindo também reunião às quintas-feiras, e essa primeira quinta-feira a reunião seria formulado o convite aos Presidentes das comissões que estabelecem Subcomissões no âmbito da Câmara e do Senado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Quinta-feira à tarde, porque quinta-feira cedo nós temos comissões.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Quinta-feira à tarde. Para que o Relator também relacione essas duas sugestões e a questão da audiência com o Presidente, a solicitação de audiência com o Presidente da República.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA) – Presidente, pela ordem. Se me permite Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Deputado Sarney Filho.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA) – Eu acredito que a reunião que devemos fazer com os Presidentes de Comissões e de Subcomissões, que tem relação no tema da nossa Comissão, eu acho que nessa quinta-feira agora, se me permite a sugestão, acho que nós deveríamos acabar de consolidarmos a nossa proposta de trabalho, porque senão a gente vai se reunir com esses Presidentes sem ter ainda uma noção clara daquilo que nós vamos fazer e qual vai ser o nosso campo de abrangência nesse tema, que é muito amplo. Então, acho que antes da gente conversar, essa é uma sugestão, porque senão nós sabemos que nesse assunto é um assunto muito amplo, hoje já está, como eu disse anteriormente, batendo nas portas das pessoas, portanto já é um assunto que politicamente, eleitoralmente ele já dá também resultados, e isso faz

com que de qualquer maneira as competências fiquem muito bem fiscalizadas, vigiadas.

Então, se nós fizermos uma reunião sem estar muito clara a nossa atuação, nós podemos ao invés, de afinarmos os nossos trabalhos, nós podemos fazer com que haja algum tipo de embaraços. Então é só essa preocupação. Mas o Presidente tem evidentemente discernimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – V.Ex^a. tem razão. Acato a sugestão de V.Ex^a., até porque acho que é preciso também um pouco de tempo para o contato com todos os Presidentes e a gente pode fazer junto com o Relator de uma outra forma, e só apenas vamos modificar a data de quinta-feira para terça-feira, porque alguns Parlamentares já estavam aqui quando foi deliberado a entrega das sugestões para terça-feira. Então fica um pouco sem sentido a reunião de quinta-feira já que esses Parlamentares saíram daqui, precisam desse tempo para formular suas sugestões. Concedo a palavra o Relator, Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Só para concluir o nosso roteiro de trabalho aqui. Eu quero pedir para cada membro da Comissão que até segunda-feira, me encaminhe as propostas, para terça-feira chegar aqui com a proposta refeita para o debate. Pode ser que não provemos na terça-feira. Já temos uma proposta refeita para o debate. Também dizer que a Deputada Rose de Freitas, para fazer o registro, não pode estar presente, mandou aqui sugerindo que cada membro da Comissão pudesse assistir o filme do Al Gore, “A verdade inconveniente”. Porque dá muita didática, então, acho que quem não assistiu, a Rose está sugerindo aí, a Rose de Freitas, que possam assistir. Acho até que com relação ao Al Gore, o Senador Collor fez uma gestão para convidá-lo, acho que nós deveríamos pedir ajuda ao Celso Amorim, não Ministro Celso Amorim, para que pudesse colaborar... Lógico que o Ex-presidente Collor de Mello tem suas relações e já pode... Já deve estar fazendo isso. Acho que poderia em um evento nosso, em uma atividade a presença dele ajudaria naquele objetivo da conscientização e do levantamento aí do assunto, para que a sociedade pudesse se interessar cada vez mais. Acho importante a ida ao Presidente da República, eu tive a oportunidade de falar com o Presidente da República, numa reunião do Conselho político da necessidade de convidar, dele reativar o Fórum de mudanças climáticas que só se reuniu acho que uma vez, o Sarney talvez possa ter mais informação, no início do primeiro mandato dele e eu fiz um apelo para que ele pudesse se reunir, porque o Presidente da República debatendo o tema, ajuda a manter o tema latente na sociedade e a

mostrar a importância. Agora, a gente ir ao Presidente com alguns pontos específicos, concretos, focando alguns temas para não ficar uma reunião solta e só de bate papo, eu acho que é muito boa e nós deveremos de fato aprová-la, para que nós pudéssemos solicitar essa audiência ao Presidente.

Então, todo mundo concordando, até segunda-feira a gente recebe as sugestões, para terça-feira trazermos a proposta aqui, do Relatório da nossa programação de trabalho. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Vice-Presidente Fernando Collor.
SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL)

– Em relação ao convite que foi formulado ao Vice-presidente Al Gore, nós já estamos em contato, enfim, desde três semanas atrás, em contato com o escritório dele. O fato é que quando nós tomamos essa iniciativa, foi logo depois da premiação do Oscar. E se antes ele tinha uma agenda, muito preenchidas, a gente pode imaginar depois desse prêmio como não se encontra esse volume de compromissos. Nós estamos lá, já estamos abrindo, já abrimos o contato direto com a Assessoria dele, agora, é o que ele disse a Assessoria muito atenciosa, muito simpática e tal e lembrando do Rio 92, e que o Vice-Presidente gostaria muito de participar, mas que oportunamente dará sua resposta e a gente colocando que tem que ser uma coisa rápida, enfim, está nesse ponto.

O que o Senador Renato Casagrande coloca é absolutamente verdadeiro. Uma coisa é a iniciativa de uma Comissão, embora ele tenha sido um Parlamentar, tenha sido Senador por vários e vários anos, mas uma coisa é alguém com o status do Vice-Presidente Al Gore, receber por parte de uma Subcomissão ou de uma Comissão, e a outra coisa é receber oficialmente o convite do Presidente da República pelos canais oficiais.

Então, muda completamente a história. Porque uma pessoa dessas quando vem ao País, quer vir sob os auspícios do Presidente da República. Fui convidado pelo Presidente da República Federativa do Brasil para comparecer e vir ao Congresso e faria claro outro tipo de roteiro que nós pudéssemos sugerir. Mas sem o engajamento do Itamaraty e o Itamaraty ele funciona como as Forças Armadas. São as duas carreiras tipicamente de Estado que a gente, que eu pelo menos conheço, em que trabalham diretamente vinculados à Presidência da República. Forças Armadas e Ministério das Relações Exteriores. Ali só é promovido, quem tem mérito, quem fez todos os cursos, quem passou e tal e assim vai. E, além disso, tem a questão hierárquica. O Ministro das Relações Exteriores não tomará nenhuma iniciativa, nenhuma iniciativa que não seja

vinda, essa solicitação do próprio Presidente. O Presidente da República tem que chamar o Ministro das Relações Internacionais e dizer o seguinte: Olha, se engaje com a Comissão Mista aqui do meio ambiente, e o que as solicitações que essa Comissão Mista de Meio Ambiente fizer, coloque como uma determinação minha. É essa palavra que nós precisamos do Presidente da República. Como também nas questões das queimadas, chamar todo mundo em uma mesa, colocar meio ambiente, IBAMA, Polícia Federal e outros organismos, colocar tudo na Mesa e dizer: Olha, vamos acabar com as queimadas na Amazônia. O que vocês precisam? Eu preciso que vocês me dêem esse Relatório dentro de uma semana, e dentro de uma semana apresentado o Relatório, ele disponibiliza os recursos e os meios para que essa ação seja efetivada. Com isso nós estaremos dando uma resposta do Brasil ao mundo da nossa preocupação e mais do que da nossa preocupação, da nossa ação efetiva no sentido de ajudar nessa questão do aquecimento global. Sem que esqueçamos de levantar e de tratar de todos os temas que aqui foram abordados. Agora, eu acho que sem esse engajamento do Itamaraty e sem a vontade política do Presidente, determinada, de fazer, de colocar todos os órgãos que tem à sua disposição para ministrar, ou diminuir, ou acabar com essas queimadas que acontecem na Amazônia, eu acho que poucas coisas podem ser feitas além de nós ficarmos manifestando as nossas preocupações aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Nós passaremos agora à apreciação de requerimentos, e como todos os Parlamentares já têm essa primeira planilha de requerimentos, eu gostaria de fazer uma leitura um pouco dinâmica, tendo em vista as outras comissões também já um funcionamento. Temos agora reunião da Comissão Mista de orçamento acontecendo.

Eu queria solicitar a apreciação dos Senadores e Deputados sobre os requerimentos nº. 01/2007, do Senador Fernando Collor, esse já foi aprovado, não é? O Requerimento nº. 02 do Senador Inácio Arruda, que é o convite à Ministra Marina Silva, Marina Silva é Ministra de Estado do meio ambiente; Senador Inácio Arruda também, o convite ao geógrafo Aziz Ab'Saber, professor emérito da USP; Do Deputado Rodrigo Rollemberg, convite a Alysson Paulinelli, ex-Ministro da Agricultura; do Deputado Rodrigo Rollemberg, convite a Sílvia Crestana, Diretor Presidente da EMBRAPA; do Deputado Rodrigo Rollemberg que compõe o mesmo objetivo do Senador Inácio Arruda, do convite à Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente; Deputado Rodrigo Rollemberg que convida Luiz Alberto Figueiredo Machado, Diretor-Geral do Departamento de Meio

Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores; do Deputado Rodrigo Rollemberg, o convite a Luiz Manuel Rebelo Fernandes, Secretário-Executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia e da Deputada Rose de Freitas que convida João Paulo Capobianco, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente. Pedro Leite Dias, do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo, USP, e Carlos Nobre do Instituto Nacional de pesquisas espaciais.

Lógico que esses requerimentos que coincidem com a audiência do dia 2 de Abril, serão levadas em conta essa reparação. Com a palavra o Deputado Rodrigo Rollemberg.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão ao mesmo tempo em que justificaria a solicitação de convite a essas pessoas. O Deputado Sarney Filho fez uma solicitação de que pudéssemos fazer um seminário talvez aí em dois dias onde pudéssemos ouvir grande parte dessas pessoas que estão sendo propostas... Que estão sendo convidadas se caso... Que serão convidadas caso essa Comissão aprove. Eu gostaria de fazer uma sugestão de que essa Comissão aprovar, dar liberdade à Relatoria e à Presidência, para compor esses nomes de acordo com o interesse dos trabalhos. Ou seja, nesse organograma... Nesse calendário previsto proposto pelo Relator, ou como membros de um seminário.

Eu queria... Bom, justificar muito rapidamente o porquê do convite a essas personalidades. A Ministra Marina Silva, por razões óbvias, é a responsável pelo Ministério do Meio Ambiente. Nós temos no nosso País hoje 75% das nossas emissões de gases de efeito estufa, são provenientes do desmatamento e queima da floresta e é importante saber o que o Governo está fazendo para enfrentar esse problema. Além da questão dos zoneamentos ecológicos e econômicos, em que pês estão esses zoneamentos. E a Ministra Marina Silva, ela sem dúvida alguma pode dar uma contribuição muito grande a essa Comissão. O ex-Ministro Alysson Paulinelli, hoje é Consultor, pessoa muito conceituada, é representante do setor produtivo no fundo setorial do Agronegócio. Ele é hoje um dos grandes divulgadores e entusiastas de uma tecnologia desenvolvida pela EMBRAPA, que é a tecnologia de integração lavoura pecuária, faz, inclusive, experimentos na sua fazenda acompanhados pela EMBRAPA.

E qual é a minha preocupação com relação a isso? É claro que com a procura, sobretudo da comunidade européia e dos Estados Unidos agora, e pelo etanol, pelo álcool brasileiro. E com a provável, o provável aumento de preços desse produto no mercado

internacional, eu temo muito, e o Bom Dia Brasil de hoje já se referia a isso, que haja uma pressão muito grande sobre novas áreas de floresta e de cerrado. Por outro lado nós temos hoje no País, em torno de 50 mil hectares de pastagens degradadas. Se nós utilizarmos tecnologias já desenvolvidas pela EMBRAPA, que precisam ser difundida em larga escala e se tivermos incentivos econômicos, financiamento para isso, nós podemos incorporar esses 50 milhões de hectares de pastagens degradadas, para a produção de alimentos, para produção de biocombustível, de oleaginosas e de cana para produção de etanol e de biocombustível, no caso das oleaginosas. Com isso abrindo uma nova oportunidade para o País sem desmatar nenhuma nova área de cerrado ou nenhuma área de floresta.

O Dr. Sílvio Crestana também, me parece óbvio o convite, Diretor Presidente da EMBRAPA, nós precisamos saber o Estado da arte, das pesquisas nacionais com biocombustíveis, com biomassa, não é? As dificuldades que a EMBRAPA enfrenta hoje pela falta de recursos para pesquisas. Qual é o estágio também da tecnologia de integração, lavoura pecuária? Se ela já seria hoje, capaz de promover uma grande ocupação dessas áreas de pastagens degradadas, com a recuperação dessas pastagens e ao mesmo tempo com a produção de alimentos e biocombustíveis?

O Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado, representa, tem representado o Brasil nos fóruns internacionais de negociação, e poderá expressar a posição brasileira na convenção quadro da mudança do clima, do Protocolo de Kyoto, e o que acho muito importante: Qual é a tendência desses fóruns internacionais para que essa Comissão possa legislar, se for o caso, ou propor novos Marcos legais se antecipando a algumas tendências internacionais e se aproveitando das oportunidades por ventura oriundos dessas novas tendências dos acordos internacionais?

E o Luiz Manuel Rebello Fernandes, correligionário do nosso Senador, ele é o Secretário-Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, e é quem hoje que trata, cuida diretamente desse tema no âmbito do Ministério. Acho que seria importante também relatar o Estado da arte, em todas as pesquisas com combustíveis, inclusive com células combustíveis, com combustível hidrogênio. As necessidades, como é que se encontram as questões dos fundos setoriais. Hoje nós temos grande parte dos recursos dos fundos setoriais que poderiam estar financiando pesquisas importantíssimas para o futuro do País, que estão em reserva de contingência. Então como se encontra o Estado dessas pesquisas. Enfim, considero que essas pessoas são, podem dar uma contribuição importante a essa Comissão.

Agora, sugiro que a Mesa, o Relator, o Presidente, tenham interesseira autonomia para se aprovado por esta Comissão, colocar, convidá-los no momento mais adequado para prestar a sua colaboração.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – A solicitação de V.Ex.^a. foi acatada. Eu coloco... Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, V.Ex.^a. já leu aqui os requerimentos. Nós temos mais dois requerimentos que estão extrapauta, e tem um de minha autoria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Dois de V.Ex.^a. e um do Vice-Presidente, Fernando Collor.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – E eu gostaria de pedir aprovação e concordo com o Rollemberg. Acho que os requerimentos devem entrar como... São as primeiras sugestões até segunda-feira. Já tem essas sugestões todas que vão, em forma de Requerimento, para serem acolhidas pelo nosso Relator, e se juntar também à tese que foi levantada aqui pelo nosso Deputado Sarney.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Passo à leitura dos dois requerimentos. Requerimento nº. 10/1007, do Senador Inácio Arruda. Que sejam convidados representantes do Ministério de Meio Ambiente, do Ministério das Cidades, Ministério da Ciência e Tecnologia, sobre a implementação do projeto intitulado Mecanismos de Desenvolvimento Limpo. M D L. Mecanismo de Desenvolvimento limpo. Diretrizes estabelecidas pelo Protocolo de Kyoto.

Requerimento nº. 11/2007 também do Senador Inácio Arruda, que sejam convidados os representantes do Fórum brasileiro de Mudanças Climáticas para discorrer sobre as ações e desafios.

Requerimento nº. 12/2007 do Senador Fernando Collor de Mello. A indicação ao Governo Federal que implemente ações junto à ONU, Organização das Nações Unidas, no sentido de propor a transformação do PNUMA, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em órgão permanente daquela entidade, no formato da, de agência internacional com a reivindicação de que a sede oficial do novo órgão seja no Brasil. Com a palavra o Deputado Luiz Carreira.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (PFL-BA) – Eu vou talvez apresentar na próxima semana o Requerimento, que eu acho que faltam aí duas... Digamos, duas sugestões importantes de representantes de instituições internacionais. Que é o Banco Mundial e o BID, que normalmente são instituições que financiam grande parte dos projetos na área ambiental, de programas sustentáveis, e que têm grande responsabilidade sobre isso no mundo. Eu vou verificar inclusive até sugestão

do próprio representante no Brasil, quem são os especialistas do Banco hoje que estão tratando dessa questão específica e apresentar como sugestão na próxima semana. Que eu acho esse representante...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, vamos acolher a sugestão do Carreira, já como Requerimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Por designação do autor, peço à Secretaria que formalize para que o Deputado Luiz Carreira, possa submeter também à aprovação suas sugestão. Passo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Agradeço a V.Ex^a. Peço desculpas por sair várias vezes, mas tive três reuniões aqui. Com embaixador com não sei mais que, parece que isso aqui virou uma casa de louco, Presidente. (risos). Eu até escrevi o PNUMA aqui que me lembrei da colocação de V.Ex^a. ontem, durante a reunião da Comissão de Assuntos... Hoje que V.Ex^a. falou do PNUMA e da ONU. E achei tão importante que fiz uma anotação aqui do brilhante Relatório do modus operandi, que nós vamos ter para desenvolver. Queria cumprimentá-los por esse trabalho preliminar tão importante.

Eu estou lendo aqui e vendo as propostas, tem uma coisa que recentemente me chamou muita atenção. Que é o problema dos rios. Da pesca indiscriminada, predatória e poluente. Que hoje tem um dentista do Rio de Janeiro, que trabalhou muito para que ações em fazendas, nos rios, para evitar que os pescadores pudessem trazer consequências graves para aquilo. Então tem a secretaria hoje da pesca. Que eu até me interrogava às vezes Presidente, por que criaram a secretaria da pesca? Hoje eu tenho uma visão de que o Presidente Lula, tinha razão em criá-la. Por quê? Para buscar uma forma de preservação da área dos rios e da área marítima também, principalmente contra a depredação ou amanhã o prejuízo total da falta de peixes nos nossos rios no mar. Eu não sei se seria conveniente que ele viesse também aqui, para poder expor o que vem acontecendo e quais são as propostas... Para que é que o senhor fala na água aqui também, na proposta de... O que é o homem, o ar, a água, o fogo, então essa parte que nós vamos comemorar agora o dia mundial e internacional da água, que seria interessante talvez, a vinda também do Secretário Nacional da pesca que provavelmente o Governo manteve e deverá fortalecer essa posição por tudo que a gente tem visto nas áreas de pesca com desorientação desses pescadores artesanais. Então, é orientá-los e trazer talvez condições de melhor produzir.

Eu cumprimentaria o Presidente Collor, por lembrar que eu já fui à ONU. Não se encontra praticamente

nada sobre o meio ambiente. Não sei se programa. Mas se tiver uma agência, que ele explicou perfeitamente e hoje eu vejo o Requerimento, sem dúvida nenhuma nós daremos um passo forte na área internacional de controle. Nós temos um exemplo, Vice-Presidente Collor, não sei se o senhor era o Presidente. Quando nós tivemos aqueles fatos graves em Cubatão, na região de Santos, quando a poluição e às vezes a destruição da própria favela pelo vazamento do oleoduto, uma série de fatores. Principalmente a poluição ambiental daquela... Não havia mais condições de sobrevivência. Houve a intervenção, as firmas foram financiadas e hoje praticamente é uma cidade despoluída por investimentos empresariais, que salvaram a cidade. Então acho que o investimento empresarial e a ligação das empresas na luta contra a degradação do meio ambiente têm um valor inestimável. Nós temos que atrair o empresariado para colaborar conosco. Eu agradeço a oportunidade que V.Ex^a. me deu.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Sugiro ao autor do Requerimento que possa fazer o adendo, colocando entre as autoridades convidadas o Secretário Nacional de Pesca. Sugestão do Senador Tuma. Acatada a sugestão e feita a sustentação dos requerimentos de nº. 02 a 13, coloco em discussão. Encerrado a discussão. Está em votação. Se concordarem, permaneçam como estão. Aprovados os requerimentos de 2 a 13.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, só para pedir aos membros da Comissão, esse Relatório e essa programação que foi apresentada, no texto técnico tem algumas coisas que nós vamos alterar.

Então, se vocês puderem até recolher e deixar, ficar só com a programação, eu agradeço. Porque nós vamos fazer a alteração.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Porque as pessoas querem levar a programação, para poderem apresentar algumas propostas em cima da programação, fica com a programação, deixa o texto técnico, para eu poder fazer algumas alterações. Nós vamos fazer por algumas sugestões aqui de alguns Parlamentares. Eu agradeço muito. E pediria à Comissão para que possa recolher os textos que tão nas mesas, para podermos juntar. Fica com o programa e os outros...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Não, tem algumas alterações a serem feitas. Então como

não é ainda o documento oficial, está certo? Eu quero depois apresentar o documento oficial.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Como último informe, esclareço à Comissão a secretaria da Casa está promovendo... Da Comissão está promovendo a possibilidade de participação dos senhores e senhoras, Deputados e Senadores e Senadoras, ao convite feita pela Câmara de Valores Imobiliários que realiza no dia 25, um seminário específico sobre crédito de carbono, na cidade de Rio de Janeiro. Então, este convite está estendido aos membros da Comissão. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando os senhores membros para a próxima reunião, dia 27 de Março, terça-feira às 14h00 na sala 07 da Ala Alexandre Costa. Está encerrada a reunião. – Deputado **Eduardo Gomes**, Presidente.

(Sessão encerrada às 16h27)

Ata Circunstanciada da 3ª Reunião de 2007, da Comissão Mista Especial, criada pelo Ato nº. 01, de 2007, “destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil”, realizada em 27 de março de 2007, terça-feira, às 14h43, na Sala nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciar o roteiro de trabalho preparado pelo Relator.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Deputado Eduardo Gomes - Presidente
Senador Fernando Collor – Vice Presidente
Senador Renato Casagrande - Relator
Senadora Fátima Cleide
Senador Jefferson Péres
Senador João Ribeiro
Senador Inácio Arruda
Senador Romeu Tuma
Deputado Iran Barbosa
Deputada Rebecca Garcia
Deputada Rose de Freitas
Deputado Luiz Carreira
Deputado Rodrigo Rollemberg
Deputado Sarney Filho
Deputado Fernando Gabeira
Deputado Antonio Carlos Mendes Thame
Deputado Jorge Khoury

Esteve ainda presente a Senhora Deputada, não membro da Comissão, Perpétua Almeida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista Especial criada através do Ato Conjunto 001/2007 do Congresso Nacional, destinada a

acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

Esclareço que a pauta desta reunião administrativa destina-se a apreciar o roteiro de trabalho preparado pelo Relator, eminente Senador Renato Casagrande, depois das sugestões enviadas pelos membros desta Comissão. A Ata da reunião passada encontra-se sobre a Mesa. A coloco em votação, propondo a dispensa da sua leitura.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Peço a dispensa, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Coloco em votação a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior. Em discussão. Em votação. Os que concordarem, permaneçam como estão. Aprovado.

Faço uma comunicação breve, antes de passar a palavra ao Relator. Primeiro, a natural dificuldade de membros desta Comissão de comparecerem em horário simultâneo a esta reunião, mas com a certeza de que diversos Parlamentares tiveram durante a semana o contato com o Sr. Relator, enviando as suas propostas, as suas sugestões de modificação, e isso é importante para este roteiro de trabalho que será amplamente divulgado. Quero também comunicar que estive no Fórum Internacional sobre Crédito de Carbono, organizado pela CVM, Câmara de Valores Mobiliários, e que dois Consultores desta Comissão acompanham a realização completa do seminário e produzirão uma Nota Técnica para todos os membros da Comissão. Informo ainda que iremos, com a anuência do Relator e do Vice-Presidente, selecionar os diversos convites que têm chegado a esta Comissão para participação em encontros técnicos, audiências, seminários... A exemplo do que fez a Deputada Rebecca Garcia, está fazendo no dia de hoje no INPA, e uma série de convocações que, dentro da disponibilidade dos Parlamentares, nós iremos então delegar a representatividade da Comissão a todo e qualquer Parlamentar desta Comissão que tenha interesse em participar desses eventos que vão enriquecer o nosso trabalho. Passo nesse momento a palavra ao Relator, Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiro eu gostaria de... Não sei se foi feito um Requerimento, mas gostaria de fazer, pedir à Assessoria para preparar, nós temos ainda, nós estamos aqui trabalhando, eu e o Senador Collor, para que a gente possa desativar as Subcomissões que trabalham aqui no Senado. Mas temos amanhã uma audiência com a Ministra Marina e o Embaixador... Está aqui na programação... Embaixador... Então deixa só eu pegar aqui o nome dele

completo... E o Embaixador Everton Vieira Vargas, que é o Subsecretário para Assuntos Políticos. Então essa audiência estava marcada na Subcomissão do Aquecimento Global da Comissão do Meio Ambiente. Então nós, numa articulação com o Senador Collor e o Senador Inácio Arruda, aprovamos uma proposta de ser uma audiência em conjunto com a Subcomissão. Se pudermos fazer também, já aproveitarmos a vinda da Ministra Marina, para que os membros desta Comissão Mista estejam presentes para que a gente não tenha que trazer de novo a Ministra Marina a esta Casa, a este Congresso. Então amanhã, às dez horas da manhã... às nove e trinta, não é? Amanhã, às nove e trinta, nós faremos a audiência com a Ministra Marina e com o Embaixador Everton, para tratarmos já, e a Consultoria, aprovada aqui a audiência conjunta, Presidente, se o Presidente concordar, a Assessoria já estaria presente lá e nós iríamos compor o nosso documento, o nosso Relatório, a nossa sugestão e o nosso debate com essa vinda da Ministra Marina e do Embaixador Everton.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Submeto aos Parlamentares a idéia, a brilhante idéia do Senador Renato Casagrande, tendo registrado, vou registrar que já havia conversado com o Senador a esse respeito, e entendo ser oportuno, como disse no início dos trabalhos desta Comissão, é importante destacar, ressaltar a iniciativa das diversas SubComissões e Comissões Permanentes que desenvolvem o trabalho do entendimento da questão que tem a ver com mudanças climáticas, que é o tema específico desta Comissão Mista. Portanto, passo a palavra ao Deputado Rodrigo Rollemberg, para o seu comentário.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF) – Só para concordar com a iniciativa do nobre Relator e para informar e convidar também os membros desta Comissão que na próxima quinta-feira, às dez horas da manhã, no Plenário da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, haverá também uma Audiência Pública sobre o mesmo tema. Estão confirmados o Carlos Nobre e o José Marengo, Pesquisadores do INPE, e que participam do IPCC, Murilo Flores, que foi Presidente da EMBRAPA. E não confirmaram presença, mas devem mandar representantes também o Ministério do Meio Ambiente, representante da Ministra Marina Silva, e um substituto do José Miguez, que é um responsável pela Comissão de Mudanças Climáticas do Ministério da Ciência e Tecnologia, ele deve mandar um substituto, porque ele está participando de um evento internacional. Então só para convidar todos os membros desta Comissão para essa Audiência Pública, na quinta-feira, a partir

das dez da manhã, no Plenário da Comissão de Ciência e Tecnologia.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Muito bem. Então, Sr. Presidente, o nosso cronograma está aí já, cada Parlamentar já recebeu a proposta, está na página 04, que é o cronograma de trabalho nosso, é mais ou menos uma repetição daquilo que nós apresentamos na audiência da semana passada, mas começamos no dia 28, que é amanhã, que é essa Audiência Pública com a presença da Ministra Marina e do Embaixador Everton. Então dia 28, amanhã, na Ala Senador Nilo Coelho, Sala 02, às nove e trinta da manhã. Depois também tem uma outra alteração, de que no dia 2... Não uma alteração, mas uma incorporação, no dia 2, que é segunda-feira, nós já iríamos ao INPE, lá no INPE nós teríamos os Pesquisadores do INPE fazendo uma exposição para os Parlamentares presentes, e nós então também só iríamos suprimir uma audiência com a presença desses Pesquisadores, desde que nós vamos ao INPE, não vamos trazê-los de novo aqui, até porque nós vamos também complementar com essa audiência que o Rodrigo nos fez o convite para quinta-feira, às dez horas da manhã.

E assim segue, e a programação é mais ou menos a mesma que nós tínhamos apresentado na reunião passada. Naquela visão de nós fazermos algumas Audiências Públicas para discutir a questão do desmatamento, do avanço da fronteira agrícola, e na visão de nós também discutirmos modelos de desenvolvimento para essas pessoas que vivem nessas regiões, fazermos Audiência Pública em São Paulo, fazermos um debate com os setores estratégicos, discutirmos a matriz energética, discutirmos os outros setores importantes da Agropecuária e outros que estão colocados aqui na programação, que não precisa repetir, porque está colocado aqui no papel.

E nós recebemos duas contribuições, Presidente. Contribuição do Deputado Iran, o Deputado Iran ele fez uma série de propostas e essas propostas estão aqui colocadas da seguinte forma, depois o Irã pode detalhar, mas... E acrescentar. Mas seria... Ele está pleiteando Audiências Públicas em todos os biomas, em todos os ecossistemas florestais, seja a Mata Atlântica... Além da Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, o Cerrado, a Caatinga, Audiências Públicas para debater o desmatamento, a destruição desses ecossistemas, está pleiteando uma Audiência Pública para analisar, sugerindo analisar a legislação nacional e internacional, os tratados internacionais e leis dos diferentes Países, um debate sobre a vulnerabilidade e adaptação do Brasil ante as mudanças climáticas, onde está propondo aqui uma Audiência Pública em

Aracaju e no Rio de Janeiro para debater a elevação do nível do mar, quais são as consequências...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Com a sociedade. Fazer esse debate. Diagnosticar os pontos críticos da corrente do aquecimento global, analisar as mudanças a serem propostas pelo Plano Diretor e demais legislações locais, ouvir as Defesas Civis e outros órgãos da sociedade para saber a capacidade dos órgãos governamentais responderem aos eventos relacionados a mudanças climáticas.

Um terceiro item de proposta, debater o impacto da desertificação e do aquecimento global, Audiência em duas capitais do Nordeste, para fazer esse debate sobre desertificação e debater especialmente a questão do agro-combustível e, numa quarta linha de proposta, a exposição do Ministro do Desenvolvimento Agrário.

Então são essas as propostas que o Iran faz. Também recebemos aqui a proposta do Deputado Sarney, que dentro do seminário, dentro da idéia de fazermos um seminário, ele faz aqui já uma proposta de um arcabouço, de um esqueleto aqui de um seminário, para discutir “o Brasil e o aquecimento global, por uma política nacional de mudanças climáticas”. Nós não precisamos discutir o formato do seminário agora. Não temos necessidade de fazer essa discussão. A idéia, o Sarney faz uma boa proposta de seminário, e eu acho que nós precisamos fazer aqui agora... Já está programado o seminário na nossa... No nosso organograma de trabalho, nós hoje tirarmos e sugerirmos ao Sarney que ele possa... Nós levamos a proposta que ele apresentou, para que possamos fechar esse seminário junto com o Presidente, com o Relator, com o Vice-Presidente e depois apresentarmos à Comissão um formato final de apresentação para a Comissão para que possamos definir a data. Só quero lembrar que também a Deputada Vanessa Grazziotin é Presidente de uma Subcomissão lá na Câmara e está programando um seminário. Nós precisamos juntar isso. Não dá para fazer dois seminários. Precisamos juntar isso.

Então, aquela reunião do Presidente, e eu posso participar também, com a Subcomissões da Câmara ela é uma reunião necessária e urgente para que a gente não tenha duplicidade de trabalho. Então vamos fazer juntos. Ninguém precisa desativar a sua Subcomissão que está trabalhando. Vamos fazer juntos um evento, patrocinado em conjunto por mais de uma Comissão. Isso não tem problema.

Então, recebemos essas duas proposta. A proposta do Sarney não tem problema, é um seminário e nós temos que discutir com ele. E na proposta que ele apresentou vocês receberam uma cópia daquilo

que a gente tem como sugestão. Eu compreendi que está uma boa proposta. E a questão do Iran, o Iran faz diversas sugestões e tínhamos que ver o que é que a gente pode incorporar naquilo que nós já temos programado e o tempo disponível que a gente tem para o debate.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Com a palavra o Deputado Iran.

DEPUTADO IRAN BARBOSA (PT-SE) – Sr. Presidente, inicialmente é mais uma vez colocar que foi fundamental nós termos tido um ponto de partida, como tivemos na última reunião, de uma formulação, um esboço muito em feito, muito bem montado, a respeito de uma proposta de trabalho para a nossa Comissão Mista. E nessa linha é que procurei então ver, só para... Fui contemplado inclusive com um resumo que o ilustre Relator fez, na reunião passada já colocávamos a necessidade de ver como outros biomas, e o próprio Relator já colocava que nós poderíamos ter algum tipo de dificuldade relativamente a contemplar todos, mas como outros tipos de biomas precisavam ser considerados nessa questão e reflexão sobre o desmatamento das florestas tropicais que nós temos.

Um outro aspecto que destaquei aí é a exatamente a questão da vulnerabilidade de adaptação do Brasil ante as mudanças climáticas. Houve uma reunião da qual participei onde já tive a oportunidade de inquirir sobre que tipo de estudo mais específico agente já tem sobre isso, principalmente em determinadas áreas e setores e a gente vê que nós estamos num processo ainda de produção de conhecimento sobre essas questões. De forma que acho que esta Comissão ela poderá contribuir bastante nesse processo de formulação. O outro aspecto é para debater os impactos da desertificação no aquecimento global, e isso para nós é fundamental, principalmente se a gente levar em consideração o que é que é a extensão do semi-árido brasileiro e o que é que isso vai trazer para essa região, eu sou dessa região, acho que nós temos muito o que contribuir também nessa questão. E, por último, é apenas incluir aí dentre o universo já elencado pelo próprio Relator, sugerir convidar a Ministra do Meio Ambiente, o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, incluir também aí a ouvida, o convite para nós ouvirmos o Ministro do Desenvolvimento Agrário, para que possamos também dar um espectro mais qualificado, cada vez mais qualificado a essa tentativa da Comissão. Então, na verdade, objetivando agregar ao que já houvera sido colocado pelo ilustre Relator. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Com a palavra a Deputada Perpétua e, em seguida, o Deputado Gabeira.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– Muito obrigada, Presidente. Eu queria... Primeiro, eu não sou desta Comissão. Eu estou pleiteando a minha vinda para cá dentro do bloco, já que a gente tem uma vaga ainda. Mas eu estou aqui a pedido da Deputada Vanessa, já que a gente está presidindo a Subcomissão dentro da Comissão da Amazônia para acompanhar esses efeitos climáticos na Amazônia brasileira. E também com aquela preocupação de que a gente votou lá e aprovou, em conjunto com outras Comissões da Casa, Comissões de Meio Ambiente e Relações Exteriores, a questão do nosso seminário. Claro, lá se tirou o indicativo da Comissão da Amazônia para junho. Mas acho que precisa ser mudado, se for necessário, para que a gente possa fazer um seminário único. Eu acho que pode sair uma proposta como se fosse uma proposta da Comissão, mas de toda a Casa, para não ficar a Comissão puxando uma coisa, Meio Ambiente outra e a Comissão da Amazônia outra. Então para a gente chegar a um consenso de indicativo de mês e depois, claro, a gente entra nos detalhes da data, da organização e tudo o mais. E eu vou estar acompanhando um pouco pela Comissão da Amazônia. Mas eu queria só sugerir aqui uma outra questão: nós criamos a Frente Parlamentar Amazônia Para Sempre, que é um movimento que começou lá no Acre a partir daquelas gravações da minissérie, com alguns artistas, e achamos trazer essa discussão para o Congresso, e foi muito boa, até estamos convidando para quem não participou começar a participar. E uma das bandeiras que a gente quer discutir e como linha de frente, que eu acho é importante também para esta Comissão, é a questão da aprovação do Projeto que garante o “FPE verde” para os Estados que têm áreas de conservação e reservas indígenas, para que eles tenham uma compensação por isso. A gente vê aí alguns Estados gritando, “porque não pode desenvolver o Estado, porque não pode desmatar, porque só têm áreas indígenas...” Então são discussões que eu acredito que cabem dentro da nossa Comissão aqui. Então como é que a gente prioriza projetos importantes que estão na Casa como esse, por exemplo, que possam ajudar no trabalho inclusive da Comissão, de bandeiras que considero importantes para a Comissão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Eu queria, antes de passar a palavra ao Deputado Gabeira, fazer um comentário um comentário sobre a fala da Deputada Perpétua, dizer que havia já conversado também com a Deputada Vanessa Grazziotin, e é interesse da Comissão abraçar e apoiar toda e qualquer iniciativa das SubComissões e das Comissões Permanentes, tanto da Câmara quanto do Senado. Agora, como sugestão ao Relator, por

isso pedi para falar antes do Deputado Gabeira, nós estamos propondo uma Comissão Geral para o debate específico dos projetos que tramitam nas Casas como forma de pressionar por uma agenda objetiva acerca de alguns Projetos: Inspeção Veicular, Política Nacional de Mudanças Climáticas, que é o Projeto do Deputado Mendes Thame, acho que há uma iniciativa também, que deve estar arquivada agora, do Deputado Renato Vasconcelos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Então, eu acho que na sugestão, pela própria característica da Comissão Geral, a Comissão teria condições de trazer para o Plenário os maiores especialistas desse País, a imprensa especializada, lógico que com uma agenda objetiva da Presidência da Câmara e da Presidência do Senado, para a gente ter condição de fazer mais ou menos... Tirar o tema do aquecimento global desse calendário que as outras questões têm na Casa. Primeiro cria-se o problema, como o caso da Segurança, aí depois é que resolvem fazer uma Comissão e uma Comissão Geral, aí vêm os projetos, e eu acho que a gente está num momento de inverter essa lógica, através de um amplo debate dar calendário para essas propostas, inclusive essa proposta, que eu acho interessante, porque Estados da região Norte, como é o meu Estado, têm essa dificuldade: ou cresce ou tem algum tipo de estímulo e essa questão do “FPE verde” é uma proposta muito boa que pode ser discutida.

Então eu queria dar essa sugestão ao Relator, mas ouvir também dos Deputados, porque eu acho que para a Comissão Geral, porque eu acho que assim a gente teria condição de partir para a questão prática, já que a gente está, como disse o Deputado Iran, ainda numa fase de conhecimento da questão e por isso que a Comissão vai passar a programação dessa visita ao INPE na segunda-feira e que vai estar disponível para os Parlamentares, para a gente partir de uma realidade objetiva, quais são os últimos estudos e o que a gente precisa fazer. Passo a palavra ao Deputado Fernando Gabeira.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ)

– Sr. Presidente, na verdade, uma das sugestões que eu faria já está contida na sua fala. A de nós examinarmos os Projetos que existem aqui sobre a questão do aquecimento global. Examinarmos e, de uma certa maneira, impulsionarmos para votação. Talvez a Presidência e o Relator e mais o Vice poderiam ter um encontro com o Presidente da Câmara e do Presidente do Senado, pedindo a eles que encaminhassem certos Projetos já para votação.

Quanto ao calendário, eu tenho umas dúvidas. Eu tenho dúvidas de muitas viagens para conhecer

problemas, biomas e tal, e eu acho que talvez a tática mais interessante seria nós trazermos para cá, organizadamente, algumas pessoas que podem nos indicar pontos precisos. Eu vou dar, por exemplo, eu tenho aqui no meu telefone mesmo, a história desse senhor, o Entomologista Anthony Érico Guimarães, ele é Pesquisador da FIOCRUZ. Ele diz que já fez uma pesquisa sobre a projeção de epidemias no caso do aquecimento global no Brasil - dengue, essas coisas. Então, a minha idéia era trazer uma pessoa assim e criar um grupinho entre nós, sempre um grupinho, toda vez que tivesse uma reunião desse tipo, alguém prepare um Projeto de Lei, um esboço de um Projeto de Lei, a gente tira uma conclusão conjunta, prepara um esboço de um Projeto de Lei e manda para a Assessoria transformar num Projeto de Lei. De forma tal que quando a Comissão terminar, já surgiram vários Projetos, ela já produziu a primeira visão dela da política de aquecimento global. Aí daria para a gente uma possibilidade de produtividade também. Quer dizer, ao invés de a gente apenas tomar conhecimento do problema, a gente já, quando terminasse a Comissão, ao invés de um Relatório dizendo o que é que você aprendeu, já um Relatório com o que é que você propõe mesmo em termos de Projeto. E para isso a gente vai ter que ser... Porque o aquecimento global é na verdade um “guarda-chuva”. Tudo cabe debaixo dele. Mas é preciso fazer algumas divisões. Por exemplo, a questão da desertificação é uma questão que normalmente... Claro que ela vai ser acentuada pelo aquecimento global, mas ela tem sido discutida à parte, tanto que houve em Buenos Aires na semana passada um encontro para discutir a questão da desertificação. A própria Rio 92 ela tinha três temas, ela tinha o problema das florestas, o problema do aquecimento e o problema da camada de ozônio. Aí veio o tema da desertificação trazido pelos africanos. Foi incorporado também mais um importante tema. Mas o aquecimento mesmo, ele é um “guarda-chuva”, tudo realmente se relaciona. Mas a gente vai ter que fazer uma certa economia também, senão vai se transformar numa Comissão do Meio Ambiente, uma Comissão do Meio Ambiente com todos os encargos de uma Comissão do Meio Ambiente e pode, de uma certa maneira, até inibir o trabalho das Comissões de Meio Ambiente que existem.

Então são essas preocupações que a gente vai tendo ao longo do caminho, para poder realmente... O que eu posso fazer é o seguinte: eu acompanho tudo com um grupinho aqui, duas, três pessoas e, a cada final de atividade, a gente faz uma sugestão de uma proposta de Projeto. Aí vai para a Assessoria, a Assessoria realiza e a gente volta para cá e, se inte-

ressar, a gente manda. É uma forma de a gente dar uma produtividade.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Deputado, só para eu poder compreender aqui, para poder ir caminhando para a programação. Você está propondo que nós não façamos as audiências programadas, como por exemplo, lá em Manaus, em Belém, Cuiabá, São Paulo... Teriam quatro audiências programadas fora as que o Deputado Iran está propondo. Só para poder compreender exatamente.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ)

– Quer dizer, o material sobre aquecimento global já existe de uma forma que você pode determinar suas dúvidas sem necessariamente fazer Audiências Públicas assim para tomar um conhecimento geral. Eu acho que... Mas se, para efeito do entendimento, for bom isso, a gente conjuga as duas coisas, as audiências com uma sistematização e uma proposta. Aí fica tudo feito. Atende a uma perspectiva e atende a outra também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Deputado Carreira e, em seguida, o Senador Jefferson Peres.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (PFL-BA) – Sr. Presidente, eu realmente eu também estava preocupado com a quantidade de propostas, e a gente pode formular uma dúzia aqui, diferentes, claro, todas elas muito válidas, porque sempre abordarão temas que são importantes, o que começa a ficar difícil se a gente começar a ter várias propostas para poder arrumar nesse tempo de forma objetiva. Acho que o Deputado Gabeira, de certa forma ele, com essa preocupação que tem efetivamente da consequência mais imediata, mais rápida a esse trabalho da Comissão, porque senão a gente pode ficar aqui realmente fazendo várias Audiências e discussões e essas podem ser intermináveis. Porque sempre haverá tema importante na área ambiental que envolva o aquecimento global, que na verdade, como ele disse, é um grande “guarda-chuva”. Eu estava exatamente aqui, de certa forma, rabiscando alguma coisa, tentando transformar, quer dizer, tentando dar uma cronologia a esse trabalho, quer dizer, numa fase inicial nesses 35, 45 dias onde a gente pudesse fazer alguma prospecção, quer dizer, essas viagens de conhecimento, uma ou duas audiências, depois concentrar nessa fase de maior conhecimento sobre os projetos existentes, e nessas proposições. Ou seja, buscar temas que possam ser convertidos depois em Projetos de Lei e sugestões legislativas que nós possamos formular a partir da Comissão. Para dar uma objetividade maior. Acho que as Audiências Públicas, na medida do possível, se elas pudessem ser realizadas aqui em Brasília, facilitaria mais. Eventualmente a

gente pode escolher um ou dois lugares para ir, mas que fica difícil até esses deslocamentos, sobretudo, como todo mundo tem aqui inúmeras atividades para estar se deslocando às vezes para um Estado, para outro, sempre tem que mudar a sua programação para fazer isso.

Então, eu acho que talvez aí... E tentar compatibilizar essa questão do seminário, é outro ponto que eu queria destacar. Porque a proposta do Sarney Filho praticamente estrutura um seminário, já tem um seminário proposto pela Comissão de Relações Exteriores, eu mesmo lá estou como Relator, eu, o Thame, na Subcomissão de Aquecimento Global e Comissão do Meio Ambiente, quer dizer, eu acho que tem que reunir todo mundo e fazer um seminário só, abordando os diversos temas que estão propostos e tentar racionalizar essa medida. Agora, acho que esse ponto que o Deputado Gabeira levantou é fundamental. Porque ele é que vai dar o resultado prático desse trabalho. Senão você acaba fazendo um Relatório final, que se estudou o tema, se acompanhou, se debateu e no final você acaba não tendo proposições legislativas que realmente validem esse trabalho que nós pretendemos fazer aqui. Então eu acredito que nós possamos talvez, eu e o Relator, sistematizar essas etapas, três ou quatro etapas de trabalho, concentrar elas em termos tanto das audiências como da questão do seminário, como da questão do exame de Projetos de Lei, para que a gente possa talvez avançar mais rapidamente e ter um resultado melhor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente, salvo engano meu, há uma proposta já aceita de se fazer um inventário, um levantamento dos Projetos referentes à Amazônia, o que me parece de muito bom senso, porque, claro que a Amazônia vai ser, ao mesmo tempo pode ser vítima e vilã desse processo de mudanças climáticas. Mas eu gostaria de apontar ao Relator uma Emenda à Constituição aprovada há cinco ou seis anos pelo Senado, que cria o Fundo de Desenvolvimento Sócio-Ambiental da Amazônia. É uma Emenda à Constituição que está na Câmara, desde então parada. Porque, como todos sabemos, o grande problema da Amazônia é que nem o Brasil sabe o que fazer com a Amazônia. Nós não temos um Projeto nacional para a Amazônia. É uma grande falha. O Brasil não sabe que tipo, que modelo de desenvolvimento será aplicado, implantado na Amazônia. E a criação desse fundo é, ao mesmo tempo, uma tentativa de traçar uma diretriz e criar instrumentos nessa direção. De forma que eu... O nome é esse, uma Emenda à Constituição, PEC, não sei que número, cria o Fundo

Sócio-Ambiental de Desenvolvimento da Amazônia. Era isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Deputado Rodrigo Rollemberg.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF) – Eu queria dizer que eu considero que a proposta do eminente Relator, Deputado Renato Casagrande, acho que ela não é excludente com a proposta que o Deputado Fernando Gabeira apresenta, também boa. E acredito que a gente deveria fazer as duas coisas. Eu quero defender que a gente faça também Audiências Públicas nos Estados. Porque eu acho que quando essa Comissão ela vai a algum Estado, ela tem a capacidade de mobilizar a população em torno de um tema. A população, a opinião pública, a mídia local, a comunidade científica... É claro que a gente pode trazer aqui para a Câmara um representante do setor produtivo para falar, mas é uma coisa diferente você trazer um representante do setor produtivo, do agronegócio, por exemplo, aqui, e uma outra coisa é você fazer um debate desse em Cuiabá, por exemplo, que você vai ter diversos representantes do setor produtivo, você vai ter a comunidade científica do Mato Grosso presente, participando do debate e tal. Agora, quero concordar também com o Deputado Fernando Gabeira, que nós não podemos restringir o papel desta Comissão a uma Comissão de Estudos que faça depois um elo Relatório, um diagnóstico e não apresente proposições. Eu acho que a grande contribuição que nós podemos dar é exatamente no sentido de modificar os marcos legais no sentido que o Brasil possa enfrentar de outra forma a questão das mudanças climáticas. Então eu quero defender que a gente faça, sim, as Audiências Públicas no Amazonas, no Pará, no Nordeste, em Cuiabá, mas que a gente tenha uma Comissão de Sistematização também que, a cada momento, digamos assim, com o acúmulo proveniente dos debates já possa, sempre que possível, apresentar proposições e Projetos de Lei.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Vamos então sistematizar as propostas. Eu queria só encaminhar, para a gente poder definir a programação. Primeiro o seguinte: o Presidente propôs uma Comissão Geral, nós tínhamos falado, para discutir a questão dos Projetos que estão tramitando. Discutido, tendo uma posição, traz para a Comissão, a gente, com esse diagnóstico feito e com as posições sobre cada Projeto, nós vamos ao Presidente Arlindo e ao Presidente Renan. Nós falamos de uma Sub-Relatoria. Acho que nós devíamos, a Comissão Geral, é uma definição e um nome que se dá a aquelas audiências em Plenário, tanto aqui como lá, que a gente pudesse organizar aqui alguns Parlamentares de interesse para fazer essa análise. Uma Sub-Relatoria. Poderia-

amos ver aqui quem tem interesse em participar e já começava a trabalhar desde hoje, Presidente. Então acho que poderia designar o Presidente, Rodrigo Rollemberg está interessado em participar, ver três ou quatro Parlamentares da Câmara e do Senado que pudessem começar a estudar e a trazer parecer sobre cada Projeto desses. Definido um quadro, a gente vai aos Presidentes e isso comporá o nosso relatório, que será acrescido das novas propostas que nós teremos no decorrer desses debates para frente. Então encaminharemos dessa forma, que é a sugestão que o Presidente deu.

Com relação ao seminário, o Presidente vai tomar a liberdade de procurar os outros Presidentes das outras Subcomissões e vai fazer uma reunião para que a gente possa unificar data e tema de um seminário único. Para nós não termos mais de que um seminário. Mas eu digo a gente fazer um seminário grande, bom, com lideranças mundiais aqui, uma coisa que pudesse marcar em termos de ação. Então acho que a gente poderia... Nós devemos unificar. Ai o Presidente Eduardo então... O que depender de todos nós aqui nós estaremos à disposição. A proposta do Iran, então a proposta do Sarney está encaminhada, e a proposta que o Iran fez, eu queria propor o seguinte, Iran, que nós pudéssemos na... O Ministro do Desenvolvimento Agrário pode ser convidado junto com os demais Ministros do Governo que serão chamados no decorrer da programação. A Audiência Pública sobre Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, nós vamos ter um debate sobre a questão florestal. Ao invés de a gente fazer mais Audiências Públicas, porque já há um questionamento que o Gabeira levanta e que outros já levantaram, porque nós não temos um tempo e é difícil se deslocar, às vezes você ir para um lugar, ir só Presidente e o Relator ou um ou outro, acaba ficando uma Audiência Pública num Estado muito frágil e, ao invés de ajudar vai atrapalhar, em termos de política, porque o questionamento pode ser que a Comissão não tenha interesse em debater o assunto de tal região.

Então, a sugestão que eu faço com relação a esse debate é que nós possamos, se nós vamos ter um debate sobre o setor florestal aqui, que nós possamos trazer um ou dois especialistas que possam debater conosco todo o histórico da destruição e as proposta que nós podemos ter. Nós temos uma lei para a Mata Atlântica, nós podemos ter uma lei para o Cerrado, nós podemos ter uma lei para a Caatinga... Alguém que possa nos orientar e trazer aqui para dentro da Casa o debate, desde que nós vamos à região Norte, à região Centro-Oeste e à região Sudeste, e há um questionamento com relação a sairmos mais para Audiências Públicas, a proposta que eu faço é essa para

vocês, não sei se atende: pode ser que no decorrer da caminhada nossa, a gente verifique que há possibilidade fazermos mais uma ou outra audiência, então poderemos até fazer, não vamos descartar, mas vamos também apontar para a possibilidade de debatermos aqui dentro da Casa a situação desses biomas.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Sim, é só para tentar ver se a gente consegue chegar a uma posição aqui com relação às suas propostas.

DEPUTADO IRAN BARBOSA (PT-SE)

– Porque veja, a preocupação não é exatamente em estar propondo novas Audiências Públicas. A questão é que, ao propô-las, nós possamos contemplar o mais possível os biomas diversificados que nós temos. Temos que ver uma metodologia que ao executá-la a gente possa todos eles. V.Exª faz uma proposta de ser aqui o debate. Não tem problema. Contanto que a gente inclua, o debate desses biomas para nós é o essencial.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Aqui a questão dos tratados internacionais, acho que primeiramente nós vamos ter que analisá-los, a relação do Brasil com os demais Países, a posição do Brasil...

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ)

– Sr. Relator, na verdade, só existe um tratado, que é o Protocolo de Kyoto, que vai ter um significado. Fora disso acho que nenhum deles pode influenciar nesse momento.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Acho que dá para incorporar, Iran, a sua proposta ser incorporada à programação que nós temos.

Então, sendo assim, Presidente, acho que a gente consegue a partir daqui já ter uma programação de trabalho. Só lembrando que na programação nós já temos que definir as nossas primeiras ações assim, amanhã é a audiência com a Ministra Marina e com o Embaixador Everton, dia dois do INPE, no dia 17 está programada uma reunião com cientistas brasileiros.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ)

– Essa de amanhã está confirmada já?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Confirmada. Então no dia 17 nós vamos ter que debater quem que nós teríamos aqui para...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Vai ser transformada em Audiência conjunta. É uma audiência da Subcomissão que a Comissão resolveu abrir para a participação de todos os membros da Comissão Mista, para incorporar aos trabalhos da Comissão Mista, já que a Subcomissão já havia feito todo o trabalho dos convites e da agenda. Então a intenção da Comissão é realmente reforçar, com exceção do grande seminário, porque a gente pretende conversar com todo mundo, mas reforçar

as iniciativas das outras Comissões. E com relação à questão da sistematização para a proposta de Comissão Geral do Congresso, é uma observação muito importante a do Senador Jefferson Peres sobre esse Projeto que tramita, uma PEC que já está na Câmara, que passou no Senado e já está na Câmara e devem ter outros Projetos também de igual importância. Então deve ser um... A Presidência vai designar o Deputado Rodrigo Rollemberg, o Deputado Fernando Gabeira e o Senador Jefferson Peres para esta primeira acolhida, a Sub-Relatoria de Sistematização das Iniciativas Legislativas da Câmara e do Senado. E eu gostaria de solicitar também à Assessoria que prepare o cálculo proporcional para a inclusão, conforme foi designado pelo acordo dos Presidentes da Câmara e do Senado para a composição de mais quatro membros da Câmara e quatro do Senado. A Assessoria informa que a Secretaria já está fazendo. Porque, no cumprimento do Regimento Comum do Congresso Nacional, a Comissão, para dar satisfação, tem sido bastante procurada por outros Parlamentares, ela está composta a partir de agora com 11 Senadores e 11 Deputados e Deputadas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Com a palavra o Deputado Rodrigo Rollemberg.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF) – Eu tinha feito uma ponderação na última reunião.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Deputado Rodrigo, apenas para uma correção, são 12, por conta da Resolução 02 do Congresso, que dá vaga a um dos partidos da minoria. Então serão 12 Deputados e 12 Senadores.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF) – Bom, na verdade, é uma consulta à Mesa. É uma ponderação que eu tinha feito na reunião passada, que, como nós vamos dia 2, segunda-feira, ao INPE, para uma reunião com cientistas que fazem parte do IPCC, no caso, não sei se está confirmada, mas imagino que sim, a presença do Carlos Nobre e do José Marengo, eu não sei se seria o caso, claro que esses dois cientistas não esgotam o conhecimento sobre o tema e talvez até posições divergentes em relação ao tema, então na Audiência Pública do dia 17, aí é uma consulta, eu acho que se a gente for manter reunião com cientistas eu acho que deveríamos convidar cientistas que tenham posicionamentos diferentes sobre a questão, ou então antecipar as audiências com os Ministros. Mas acredito que talvez ainda ouvir outros cientistas sobre a matéria seria bastante interessante.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Amanhã, às nove e meia, Senador.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Ala Nilo Coelho, Sala 2. Deputado Gabeira.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ)

– Eu concordo plenamente com essa observação. Eu acho que uma visita externa para falar com cientistas e uma Audiência Pública depois para falar com cientistas só seria possível se houvesse uma contradição para a gente dirimir. Porque senão ficaria redundante. E, na verdade, a proposta mais interessante, o IPCC tem 2500 cientistas. Os representantes do Brasil, do IPCC devem estar lá nesse encontro. Eu ficaria só com os cientistas do IPCC e, se houvesse no final alguém que fosse ainda cético a respeito do aquecimento global, a gente faria no final uma Audiência com os céticos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Deputado Gabeira, só um aparte. Porque chegou um Requerimento do Senador Inácio Arruda com a argumentação de que o geógrafo Aziz Ab'Saber tem uma visão um pouco diferente...

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ) – A respeito da repercussão na Amazônia. Ele não tem uma visão a respeito diferente do aquecimento global.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Na sua avaliação, vale a pena ouvi-lo?

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ)

– Sempre. Vale a pena (risos) ouvi-lo sempre.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Não. Ouvi-lo dia 17...

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ) – A questão é o seguinte...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) –

Ou acrescentaria pouca coisa ao que nós vamos ver.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ) – Eu coloco para o Relator avaliar, existe uma divergência entre o Aziz e os cientistas do IPCC, que eles afirmam que potencialmente o aquecimento da Amazônia pode chegar até oito graus. E que, em se chegando em oito graus, a Amazônia pode ser transformada numa savana. O Aziz Ab'Saber acha que não, que o aquecimento será bom para a Amazônia, de uma certa maneira, porque ela vai reter o CO₂. Agora, nós tivemos aqui também já um cientista com uma posição diferente, que é o Goldenberg. Ele falou assim: “não, as árvores crescem aqui em Brasília porque elas estão isoladas. Lá na Amazônia, elas terão problemas”. Então eu acho que se a gente fosse colocar o Aziz em algum debate ele teria que estar no debate relativo à consequência na Amazônia. O tópico seria... Porque ele concorda com a ideia de que vai haver o aquecimento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)(inaudível) dentro do próprio seminário.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ)

– Exato. Então a gente o incluiria... Por exemplo, nessa questão de Manaus, se a gente for a Manaus, se ele quiser ir conosco.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Poderia incluí-lo.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ)

– Sim.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Está bem. Então nós podemos antecipar essa reunião dos cientistas para o dia 17 com os Ministros do Governo que nós... Que ainda não tenham comparecido aqui. Que é o caso... Amanhã nós vamos ouvir a Marina e o de Relações Exteriores e poderemos ouvir Ciência e Tecnologia, Agricultura... Então poderíamos antecipar a posição do Governo com relação ao tema.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ)

– (pronunciamento fora do microfone)(inaudível) Eu acho que o Ministro da Agricultura no momento ele tem pouco a falar, mas eu acho que a EMBRAPA tem muito a falar. Porque a EMBRAPA está pesquisando, ela está pesquisando plantas transgênicas resistentes ao calor. Então eles já estão voltados para a questão. Talvez eles tenham uma visão melhor do que do Ministro.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Todo mundo concorda com a idéia de chamarmos a EMBRAPA ao invés do Ministério?

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF)

– Concordo, Sr. Relator.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– E você já fez até um Requerimento.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF)

– Fiz até um Requerimento de sugestão que fosse convidado o Presidente da EMBRAPA.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Está acatado então. Podemos fechar o nosso trabalho aqui da programação? Então está bom. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Pergunto aos Parlamentares, aos Senadores e Deputados e Deputada se concordam com a proposta de plano de trabalho do Relator. Em votação. Aqueles que concordarem, permaneçam como estão. Aprovado.

Quero informar aos Srs. Deputados, Senadores e à Deputada que a programação da visita ao INPE estará disponível amanhã, já que os cientistas estão fechando uma agenda e haverá duas formas de comparecer à Audiência. Alguns Parlamentares vão direto do Estado para São José dos Campos, vão a São Paulo e São José dos Campos, e haverá uma aeronave disponível aqui em Brasília para um número de Parlamentares. Então a Assessoria vai manter contato

para analisar a preferência de cada um dos senhores Parlamentares acerca dessa visita. E eu queria fazer uma observação, parabenizando o Relator pela dedicação e a forma democrática como debateu e aprovou o plano de trabalho para ampla divulgação, para observar que é importante que o trabalho da Comissão tenha realmente essa convergência de várias visões. Mas eu entendo, assim como disse o Deputado Rodrigo Rollemberg, que uma das dificuldades para debater a questão do aquecimento global, que eu considero e acho que muitos consideram, é a questão da informação e da comunicação. Vejo que a presença desta Comissão em alguns Estados brasileiros, com a repercussão na mídia local, a partir do momento que eu acho que esta Comissão também deve ter um contato com as Assembléias Legislativas, com todos os fóruns democráticos deste País, enriquece e cumpre o nosso objetivo de melhorar a legislação, nesse caso nem melhorar, mas compor a legislação brasileira sobre mudanças climáticas, mas, principalmente, dar oportunidade para o debate dessas várias correntes.

Então, quero parabenizar o Relator, quero informar que há pouco, quando fiz o questionamento à Assessoria, agora acaba de se confirmar que realmente a Secretaria-Geral já encaminhou aos Gabinetes de Lideranças a designação de mais cinco Parlamentares do Senado e cinco da Câmara para a composição desta Comissão. Deixo a palavra aberta para os Parlamentares que quiserem se pronunciar para que nós possamos encerrar a nossa Sessão. Deputado Rodrigo Rollemberg.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF) – Sr. Presidente, só uma informação, V.Ex^a designou a mim, ao Deputado Fernando Gabeira e ao Senador Jefferson Peres para fazer uma sistematização, um levantamento dos Projetos acerca do tema, para que seja feita uma avaliação, se eu entendi assim, inicial para ser encaminhada por esta Comissão, se esta Comissão entendendo, levar aos Presidentes da Câmara e do Senado. Então eu gostaria de fazer uma solicitação à Assessoria desta Comissão, que providenciasse o levantamento de todos os Projetos relacionados ao tema, para que fossem distribuídos aos componentes desta Subcomissão, para que a gente internamente pudesse definir como vamos tratar de fazer a primeira reunião de apreciação de como vamos encaminhar essa questão.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (PFL-BA) – Como é que a gente faria? Quer dizer, se cada um apresentaria... Se apresentaria como uma sugestão para participar do grupo ou o Presidente comporia o grupo?

Como é que vai ficar essa questão da análise dos Projetos? Nós vamos fazer... A Assessoria vai levantar todos os projetos. Vai passar uma relação para toda a Comissão, ou será para um grupo que será estabelecido pela Presidência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Não, essa apresentação e análise dos Projetos ficará a cargo da Comissão, que vai designar... V.Exª pode fazer apresentação na Comissão.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (PFL-BA) – Talvez eu não esteja me fazendo entender bem. Na verdade é o seguinte, a Assessoria vai levantar os Projetos que estão tramitando, vão surgir dezenas de projetos, alguns têm a ver diretamente com o tema mudanças climáticas mais diretamente, outros são temas ambientais que encaixam, digamos nesse “guarda-chuva”, que a gente sabe que é muito amplo. Por exemplo, só de fundos, foi sugerido aqui pelo Senador o Fundo da Amazônia, mas também existe o Fundo de Revitalização do São Francisco e existem outros fundos que estão aí também na área ambiental. Eu pergunto o seguinte: depois da listagem desses Projetos, eles virão para o Plenário da Comissão para ser distribuído a todos ou já se comporia um grupo imediatamente para analisar e triar esses Projetos e já trazer para o Plenário e depois, de alguma maneira, isso ser discutido?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – A Comissão, a proposta que V.Exª faz acho que... Como é do conhecimento da Comissão de Sistematização o mérito de cada Projeto, ela preparar um Relatório técnico, uma Nota Técnica para a Comissão e a Comissão vota os Projetos que serão solicitados ao Presidente da Câmara e do Senado para compor uma pauta sobre o aquecimento global. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Reunião, convocando os senhores membros para a próxima reunião, amanhã, dia 28 de março, quarta-feira, às 9h30, na Sala 02 da Ala Nilo Coelho, em reunião conjunta com as Subcomissões permanentes do Aquecimento Global e do Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, para Audiência Pública com a Sra. Ministra de Estado do Meio Ambiente, Marina Silva, e o Sr. Everton Vieira Vargas, Subsecretário para Assuntos Políticos, representando o Ministério das Relações Exteriores. Está encerrada a presente Sessão. – Deputado **Eduardo Gomes**, Presidente.

(Sessão encerrada às 15h37)

Ata Circunstanciada da 4ª Reunião de 2007, da Comissão Mista Especial “MUDANÇAS CLIMÁTICAS”, criada pelo Ato nº. 01, de 2007, “destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil”, realizada em 28 de março de 2007, quarta-feira, às 9h30, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, realizada em conjunto com as Subcomissões do Aquecimento Global (da CMA) e de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas (da CRE). Destinada à Exposição do Senhor João Paulo R. Capobianco – Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente representando a Ministra do Meio Ambiente a Senhora Marina Silva, e do Senhor Everton Vieira Vargas, Subsecretário para Assuntos Políticos do Ministério das Relações Exteriores, acerca das conclusões contidas no Relatório das Nações Unidas e sobre a política externa brasileira, com enfoque especial sobre as negociações de nossa Chancelaria dos Atos Internacionais pertinentes.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Deputado Eduardo Gomes - Presidente
Senador Fernando Collor – Vice Presidente
Senador Renato Casagrande - Relator
Senadora Fátima Cleide
Senador Jefferson Péres
Senador João Ribeiro
Senador Inácio Arruda
Deputado Iran Barbosa
Deputado Jorge Khoury
Deputado Luiz Carreira

Estiveram ainda presentes os Senhores Senadores não membros da Comissão: Delcídio Amaral, Valter Pereira, Marconi Perillo, Cícero Lucena, Marisa Serrano, Mão Santa, Augusto Botelho, Valdir Raupp e Leomar Quintanilha

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Bem, bom dia a todas as pessoas aqui presentes. Vamos dar início à nossa reunião, cumprimentar os Deputados, as Deputadas, os Senadores presentes. Está aqui comigo o Presidente Eduardo Gomes, o Deputado Eduardo Gomes, Presidente da Comissão Mista que está debatendo o aquecimento global, e o Presidente da Subcomissão do Aquecimento Global na Comissão de Relações Exteriores, Senador Collor de Mello, está chegando e também vai fazer parte da nossa Mesa. Então, eu quero dar início ao nosso trabalho, nós já estamos com alguns minutos de atraso, peço desculpas, e iniciaremos convidando para fazer parte da nossa Mesa, o João

Paulo Capobianco, que está aqui hoje Secretário de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente, está aqui hoje representando a Ministra Marina Silva que estava agendada até ontem à tarde para participar dessa audiência, mas foi convocada pelo Presidente Lula, para uma agenda agora na parte da manhã e ficou impossibilitada de estar presente. A sua Assessoria entrou em contato e sugeriu que o João Paulo Capobianco pudesse participar, então nós queremos convidá-lo a participar da Mesa e vai aqui representar o Ministério e a Ministra e vai fazer a exposição com relação ao tema.

Quero também fazer o convite ao Embaixador Everton Vieira Vargas, também aqui representando o Ministro Celso, Embaixador Celso Amorim. O Embaixador é Subsecretário Geral de Assuntos Políticos do Ministério das Relações Exteriores. Tem tratado nos encontros multilaterais nos fóruns multilaterais da posição brasileira com relação ao tema do aquecimento global, e com certeza vai dar uma boa contribuição para todos nós. Nós estamos com diversos fóruns de debate do Congresso Nacional, mas estamos unificando a nossa ação. O Presidente Eduardo Gomes, que é o Presidente da Comissão mista, que é a Comissão mais ampla porque é a Comissão das duas casas, tem trabalhado para que nós possamos unificar a nossa ação. A audiência de hoje que é da Subcomissão permanente ligada, vinculada à Comissão do Meio Ambiente, ela se transformou... Senador Collor, por favor. Se transformou numa Comissão, numa audiência conjunta da Subcomissão de Relações Exteriores e da Comissão Mista, para que nós não precisemos repetir trabalho nessas comissões. A audiência de hoje já é uma audiência que vai atender... A reunião de hoje nós já iremos já atender a estas outras comissões.

Então, havendo número regimental declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional Sobre Mudanças Climáticas, conjuntamente com a 4ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Aquecimento Global e 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas no Brasil. Da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto às comissões, a dispensa da leitura da Ata das reuniões anteriores.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da Ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – O Requerimento colocado em apreciação. Quem for favorável permaneça como está. Aprovado. A Ata está... A leitura da Ata está dispensada.

Então, passamos no primeiro momento, às exposições dos nossos convidados perguntando aqui ao Presidente Eduardo Gomes, se ele quer fazer uma saudação aos presentes e ao Presidente Collor, que também faça uma saudação. Então com a palavra o Presidente Eduardo Gomes e depois com a palavra o Presidente Senador Collor de Mello.

DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO)

– Bom dia, Presidente Senador Renato Casagrande, Presidente da Subcomissão de Aquecimento global, Presidente Senador Fernando Collor de Mello, Presidente da Subcomissão no âmbito da Comissão de Relações Exteriores, Dr. João Paulo Capobianco, que representa nesta audiência a Ministra de Estado de meio ambiente Marina Silva, Embaixador Everton Vieira Vargas, Subsecretário geral de assuntos políticos do Ministério das Relações Exteriores, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Presidente, primeiro para registrar a forma como tem sido discutida toda... O assunto aquecimento global, mudanças climáticas na Câmara e no Senado. A importância de unirmos esforços e que as iniciativas, todas elas legítimas no âmbito da Câmara dos Deputados e do Senado, e aí reforço o meu cumprimento Deputado Mendes Thame, Presidente da Comissão de Mudanças climáticas na Comissão do Meio Ambiente, na Câmara dos Deputados, a importância que nossos esforços sejam... Estejam concentrados numa pauta que dê resposta a tempo de tudo aquilo que a sociedade brasileira espera do Brasil, no que nós podemos contribuir para amenizar a emergência que o assunto implica.

Quero dizer que no dia de ontem a Comissão Mista especial de mudanças climáticas aprovou um plano de trabalho apresentado pelo Relator, Senador Renato Casagrande, acrescido com sugestão de vários Senadores e Deputados. E que a partir dessa semana, a Comissão entra numa agenda objetiva que se inicia com a visita ao INPE, na segunda-feira dia 2 de abril, e a partir desse momento o contato com as iniciativas de outras comissões. O contato para alcançarmos o nosso objetivo das diversas pautas e das diversas audiências solicitadas, o desejo de conseguir do Presidente Lula, apoio para as iniciativas destas comissões, tem nesta audiência mais um passo importante. Portanto, fica registrada a nossa satisfação em darmos conta desta agenda convergente, com o apoio das diversas comissões. E a Comissão Mista estará sempre presente, quando convocada, para que não haja essa dispersão, já que é tão difícil, na Casa, um dia como hoje, quarta-feira, com todas as comissões permanentes da Câmara, em funcionamento. Conseguirmos reunir um nº. suficiente de Parlamentares, mas a exposição

ela é importante e ela vai ser amplamente divulgada entre os membros efetivos da Comissão. Portanto, fica registrada, Presidente, a minha satisfação de darmos mais esse passo para compreender esse assunto, que é novo e que é urgente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Muito obrigado, Presidente Deputado Eduardo Gomes. Com a palavra o Senador Collor de Mello, que é Presidente da Subcomissão na Comissão de Relações Exteriores.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL) – Sr. Presidente, Renato Casagrande, da Subcomissão de Aquecimento global, Sr. Presidente Eduardo Gomes, da Comissão Mista do Congresso Nacional, Sr. Representante dos Ministérios de Relações Exteriores e do meio ambiente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Eu entendo, senhores Presidentes, que o Congresso Nacional vem realizando um trabalho hercúleo, no sentido de tentar transmitir à sociedade brasileira a catástrofe que se avizinha. Nós estamos literalmente às voltas com uma bomba relógio prestes a explodir, sem nenhuma... Sem utilizar nenhuma carga emocional maior do que essa que eu estou exatamente colocando, que é a verdadeira. O Brasil, hoje, nesses últimos tempos, não perdeu ainda o cacoete de tratar sempre das suas questões internacionais, com um enfoque muito grande na economicidade. Hoje, se fala muito em superávit primário, se fala muito nos indicadores macro econômicos, se fala muito na questão, agora mesmo, do etanol, e diferentemente do que alguns imaginam que o etanol possa ser algo ambientalmente saudável, há dúvidas quanto a isso, pela expansão que vai ter que ocorrer na plantação da cana-de-açúcar. Novas fronteiras agrícolas sendo abertas sem um zoneamento ecológico realizado, sem nenhum estudo prévio.

O Ministério do Meio Ambiente, apesar dos esforços da Ministra Marina, não está devidamente aparelhado ou com o apoio suficiente para combater o desmatamento na Amazônia, que como todos nós sabemos é causador maior de emissões de C O 2 dentro do Brasil. Enfim, não há uma concentração de ações por parte do Governo Federal no sentido de dar suporte, seja aos seus Ministérios diretamente envolvidos com a questão ambiental, Itamaraty e Meio Ambiente. E também não está ainda havendo o suporte necessário para os trabalhos que as comissões aqui vêm realizando e que nós estamos desaguando todos os trabalhos, na Comissão Mista do meio ambiente. Na questão da Amazônia, no momento em que o Governo e somente com o peso do Governo, de uma decisão do Presidente da República, ele colocar a sua decisão política e a sua vontade determinada de combater es-

sas queimadas na Amazônia. Ele só conseguirá isso se colocar numa Mesa a Ministra Marina, se colocar junto com ela o IBAMA, a FUNAI, a Polícia Federal, o Ministério da Marinha, Aeronáutica, do Exército, sentá-los todos numa Mesa, determinar que o desmatamento da Amazônia tem que estar reduzido a menos de 30% até o final do ano, o que cada um deles deseja ou necessita para que essa meta seja atingida, e ele diariamente ficar cobrando de cada um, as ações que ficaram estabelecidas para que cada um executasse. Porque o Brasil, hoje, como quarto maior emissor de C O 2 na atmosfera, e um dos maiores causadores, portanto do aquecimento global, ele tem que mostrar que está fazendo o seu dever de Casa. Não adianta nós ficarmos aqui dizendo que o País tal ou o País Y está poluindo mais que o Brasil, não adianta dizer que não assinaram o Protocolo de Kyoto ou isso e aquilo, e colocar a culpa nos outros. Não. Nós temos que tratar dessa questão de uma maneira mais ampla, de uma maneira global, sim. Mas, nós temos que fazer o nosso dever de Casa. Isso em relação ao Ministério do Meio Ambiente e a posição do Presidente da República é fundamental e determinante para dar ao Ministério do Meio Ambiente um mínimo de condições para que reduza drasticamente as queimadas que vem sendo, hoje, feitas na região amazônica. Em relação ao Itamaraty, nada se resolve, nada, absolutamente nada se resolve no âmbito externo, com outros Países dos tratados. O que hoje nós estamos vendo é um cenário de impasses institucionais, porque ninguém consegue chegar a um acordo. Se fazem reuniões e mais reuniões depois do Protocolo de Kyoto, depois da conferência do meio ambiente e é algo que se precisa fazer notar, quer dizer, a conferência do meio ambiente em 1992 nós estamos há 15 anos da maior conferência já realizada no planeta, se, se levar em conta o números de chefes de Estado e chefes de Governo presentes. Todos estiveram ali presentes. Todos. Todos assinaram os diversos tratados e as diversas convenções. E como é que se pode imaginar que 15 anos depois dessa conscientização planetária sobre os problemas que nós estávamos enfrentando. Somente 15 anos depois, nós estejamos vivenciando uma catástrofe anunciada? Única e simplesmente, porque não houve depois da conferência do Rio, uma concertação articulada entre os Países. Não diria nem todos os Países signatários, mas entre os principais protagonistas ou atores daquela conferência. E dentre elas, claro, o Brasil.

O Brasil fez algumas proposições, não assinou lá na questão do Protocolo de Kyoto em função... É tal coisa. Um empurra para o outro. Se os Países desenvolvidos não vão assinar, por que é que eu estou em desenvolvimento sou assinar? Se eu estou precisan-

do crescer para dar vida digna à população do meu País. Por que eu vou fazer isso, me sacrificar e o outro não vai? Então hoje, nós estamos vendo esse jogo de empurra. Empurra para cá, empurra para lá, faz isso, o outro não faz, e o resultado é que nós estamos às vésperas dessa catástrofe.

O Ministério das Relações Exteriores brasileiro, ele não faz nada. Absolutamente nada, nessas áreas, que não seja com a determinação expressa do Presidente, sobretudo nesse campo ambiental. O dia-a-dia, o feijão com arroz, o Itamaraty, que é formado por excepcionais profissionais, competentíssimos, a melhor diplomacia do mundo, é a diplomacia brasileira. Mas talvez até por isso, por ter... Levar muito a sério, essa questão da hierarquia, da formação, da obediência à política de Estado, que é traçado pelo Presidente da República, não avança além dos limites que são estabelecidos para ele atuar. Nessa questão ambiental, como é uma questão sensível, o Itamaraty também não está agindo como deveria agir. É necessário, portanto, mais uma vez, que o excelentíssimo Sr. Presidente da República chame o Itamaraty e determine ao Itamaraty o engajamento absoluto na questão das tratativas com vistas à diminuição da emissão de CO₂ no Brasil e fora do Brasil, com essa concertação a que eu me refiro, interna e externa. E que faça e atente para o que aqui vem sendo discutido. Que ele mantenha um representante do Itamaraty, como também o Ministério do Meio Ambiente poderia deixar um representante permanente junto à Comissão Mista, para que eles acompanhem o que aqui vem sendo debatido. Para que eles acompanhem o que aqui vem sendo decidido e sugerido ao Governo, e dêem consequência a isso. Porque esta Casa é a Casa do povo. É a Casa... Nós estamos ouvindo, estamos sentindo, estamos percebendo a angústia que hoje domina a sociedade, que finalmente acordou para esse grande problema.

Um outro ponto que me causa estranheza é essa questão nuclear. Eu tenho ouvido de algumas áreas, tenho ouvido de algumas áreas, e áreas extremamente importantes e influentes dentro do Governo, de que há um recrudescimento daquela... Do enriquecimento do urânio, com vistas à fabricação desses apetrechos nucleares, dentro de um conceito extremamente perigoso de que os Países só são respeitados hoje, se tiverem o conhecimento do átomo. Se tiverem condições de enriquecer urânio, e enriquecendo urânio é um passo que antecede, a elaboração de um artefato atômico. E isso tem me preocupado. E talvez, por isso também, eu digo isso com conhecimento de causa e é algo muito sério e muito grave. Essa questão da usina de Angra 3, que é uma usina inteiramente obsoleta, mas que já está com 70% do seu equipamento aí compra-

do. Prestes a funcionar, parece que é uma bobagem, mais uma usina para fornecimento de energia elétrica, mas não é. Porque com Angra 3 vai se ganhar, em escala a questão produção do urânio e, portanto do enriquecimento do urânio. E como todos nós sabemos, as grandes reservas de urânio que nós temos estão lá na Amazônia, estão lá na cabeça do cachorro, lá em cima, daquela região extrema da região amazônica. E isso é outro fator que pode complicar muito as negociações do Brasil, com essas outras nações, que são importantíssimas, para que nós possamos trazer uma proposta de ação.

Nós estamos muito no campo da declaração de intenções. Os governos sempre declaram intenção. Vamos assinar aqui uma declaração. Os dois Presidentes aqui reunidos declaram sua intenção de promover todos os esforços no sentido diminuir as emissões de CO₂, nos seus respectivos países. Declaração de intenção. Nada. Vazio. Nós precisamos sair das declarações de intenção e partirmos para uma proposta efetiva de ação. E essa proposta efetiva de ação só poderá dar certo, só poderá ter curso e consequência, se o Presidente da República estiver diretamente envolvido no processo. Agora mesmo o Presidente terá a oportunidade de fazer algum gesto mais objetivo nesse campo, na reunião que terá, não digo nem com o Presidente americano, mas na reunião que ele terá com o G8. Ali estarão os oito Países mais ricos do mundo. E é o momento, talvez, do Presidente chegar e fazer uma proposta de ação e mostrar que o Brasil não tem receio de estar na vanguarda desse processo, de que o Brasil não tem nada a esconder. Inclusive sobre essa questão nuclear que precisa ficar clara. Eu não sei se o Itamaraty tem acesso a esse tipo de informação, o Meio Ambiente, seguramente, acho que não tem. Mas setores importantes do Governo Federal precisam vir a público, para dizer que os compromissos assinados lá atrás, os tratados assinados lá atrás do Brasil em relação à Argentina, temos a fiscalização mútua das nossas agências, a assinatura do tratado de não proliferação nuclear e todos esses mecanismos. O banimento de fabricação de qualquer artefato nuclear e de qualquer artefato de bomba biológica ou armas biológicas e químicas, essa coisa toda, que o Brasil banuiu, já. Se há um recrudescimento desse sentimento de que o Brasil, para alçar a uma posição de destaque no primeiro mundo, voltou a discutir esse assunto ou não. Essa é uma resposta que o Governo Brasileiro deve oferecer à sociedade. E eu espero que o Presidente da República se envolva pessoalmente colaborando com o Ministério do Meio Ambiente, dando a Ministra Marina Silva, o instrumental necessário para que ela possa atingir as metas que nós desejamos, de reduzir

até o final do ano em pelo menos 70% as queimadas da Amazônia. E determinar ao Itamaraty que coloque um representante permanente, nas nossas comissões, para ouvir o que aqui ficou decidido. E determinar o engajamento do Ministério das Relações, para que nós possamos reunir aqui no Brasil, no ano de 2012, quando termina a vigência do Protocolo de Kyoto, reúna aqui no Brasil, se não todos aqueles países, mas, o grupo de Países, por exemplo, os mais poluidores do planeta, para que nós possamos ter uma proposta de ação, não mais declaração de intenção. Porque isso não vai resolver o problema do planeta. Muito obrigado, Sr. Presidente, obrigado Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Muito obrigado, Senador Fernando Collor de Mello. Nós teremos depois das exposições do representante, do João Paulo Capobianco e do Embaixador Everton, a fase de explorações e de perguntas dos Parlamentares. Vou sugerir que cada expositor tenha 20 minutos de exposição, até 20 minutos. E começaremos com nosso Secretário, João Paulo Capobianco. Com até 20 minutos, João Paulo.

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – LPrezado Senador Renato Casagrande, prezado Senador Fernando Collor, caro Deputado Gomes. Caro Everton Vargas, Embaixador do Itamaraty. Demais Parlamentares aqui presentes. Senhoras e senhores.

Inicialmente eu gostaria de reforçar, aquilo que já foi dito na abertura dessa Sessão, em relação à impossibilidade da presença da Ministra Marina Silva, que solicitou e ainda insistiu por telefone, antes de eu iniciar, aqui me sentar nessa Mesa, para que transmitisse as desculpas da sua não participação. Ela de fato está agora numa reunião no Palácio do Planalto, preparação para a viagem do Presidente Lula, aos Estados Unidos. E... Solicitou então, que eu transmitisse aqui a sua... O seu pesar por não estar aqui participando desse momento que ela, considera de extrema importância, que traduz o engajamento decisivo do Congresso Nacional, num debate da maior importância. Que na visão da Ministra é um debate que... De importância estratégica para o Brasil, para o presente, para o futuro do Brasil. E ela, portanto, se... Se manifestou aqui a sua disposição de estar aqui presente, numa reunião formal da Comissão ou numa reunião informal, senhores Senadores e Deputados tenham interesse, que ela está totalmente disponível, porque ela considera, repito, que essa iniciativa é essencial e ela está plenamente disponível para colaborar com o Congresso Nacional, para avançar com esse debate.

Senhoras, senhores Parlamentares, esse assunto das mudanças climáticas, ele não é um assunto novo. Todos, muitos que estão aqui acompanham esse de-

bate há muito tempo. Aliás, como já nos, nos lembrou nosso Senador Fernando Collor, esse debate é pré Rio 92, tanto que durante a conferência do Rio foi assinada a convenção, Quadro sobre Mudanças climáticas. Portanto, é um debate já que se estende a partir da década de 80. É... O fato agora, de esse assunto ter ganhado a dimensão política que ganhou, graças ao último relatório do IPCC, do Painel intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, da convenção sobre Mudanças Climáticas é muito importante. Quer dizer, na realidade, esse relatório ele trouxe várias informações que não surpreenderam aqueles que estão trabalhando com o tema há muito tempo, como, por exemplo, nós no Ministério do Meio Ambiente. Mas, digamos assim, surpreenderam aqueles que não tinham a percepção da gravidade do problema. Todos sabem que entre os, os maiores, as maiores revelações ou as maiores contribuições, deste quarto relatório está primeiro, a constatação de que praticamente, praticamente, não restam dúvidas sobre a efetiva contribuição da atividade humana, para que esse problema esteja ocorrendo e se agravando. Ou seja, é prática, esse relatório praticamente enterrou e encerrou, ou retirou o argumento de setores que vinham alegando: De que esse era um fenômeno natural e que, portanto não, não exigiriam uma ação firme, decisiva e radical, nos termos aqui colocados na abertura dessa reunião, para que houvesse uma reversão do problema.

Outro aspecto fundamental desse relatório é que ele mostrou, pela primeira vez, de forma mais, digamos, segura em termos científicos, que a situação de aquecimento global, ela pode chegar num pior cenário nesse século, a aumento de 4.6 graus centígrados na atmosfera. O que significa uma consequência de proporções catastróficas em relação ao futuro. E a elevação do nível do mar, que pode chegar até 43 centímetros que também significaria a eliminação de extensas áreas do planeta Terra, áreas de produção e áreas de habitação de um contingente enorme da população mundial. Além do agravamento dos chamados eventos extremos climáticos. Isso é um fato que tem sido pouco discutido, mas é um fato fundamental. Porque mesmo que seja suportável um aumento, digamos, na temperatura em dois ou três graus, as consequências sobre os eventos climáticos extremos, temporais, vendavais, todos esses problemas de alterações de correntes marinhas podem gerar, podem potencializar essas consequências com, agravando de forma dramática o problema. Portanto, o que nós temos hoje, e, aliás, nós participamos inclusive, o nosso Senador Fernando Collor lembrou aqui, que o Presidente da República participará, em junho, da reunião do... Do G8, G8 mais 5, que eles estão chamando. E informo ao senhor Senador, que nós

tivemos uma reunião preparatória para essa reunião do G8 mais 5, que acabou de ocorrer em Berlim, onde o Brasil esteve representado pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério das Relações Exteriores. Uma reunião de Ministros preparatória sobre dois temas: Mudanças climáticas e Biodiversidade. E antes dessa reunião nós tivemos uma audiência específica com o Presidente da República, que nos orientou exatamente na linha daquilo que aqui o senhor destacou. De que o Brasil tenha um posicionamento é... Forte nessa, nessa reunião preparatória e que prepare para o Presidente uma participação forte sobre esse tema. Nós estivemos lá nessa reunião. Considero que o Brasil tem uma participação importante, esclarecendo pontos relevantes da agenda. E temos certeza, que o Presidente da República, já está completamente consciente de que a sua participação como Presidente da República é essencial na linha do que o senhor está colocando. Quer dizer, ele tem clareza que ele deve liderar um processo nesse sentido.

Do ponto de vista da questão de mudanças climáticas é importante destacar que nós temos que lidar com esse tema de forma é... Digamos, muito, muito severa e muito atenta ao que de fato está em jogo. Quer dizer, na realidade não é uma questão simples. A questão de mudanças climáticas diz respeito à atividade econômica, quer dizer, na realidade mudanças climáticas, e as alterações climáticas são decorrência de processos de zoneamento econômico, de práticas econômicas que são hoje a sustentação da qualidade de vida de todo o planeta, por assim dizer. O que ocorre é que nós não podemos lidar com esse tema é... Primeiro como o senhor disse, sem reconhecer o papel do Brasil. Quer dizer, o Brasil tem o compromisso, mesmo porque ele é signatário da Convenção, portanto, ele tem o compromisso com a redução das emissões. O Brasil não pode se... Escudar, utilizando o fato de ser um País em desenvolvimento, para deixar de assumir compromissos. Muito bem. O Brasil não tem feito isso. E eu vou mostrar daqui a pouco. Mas, por outro lado, nós não podemos deixar de manter, no debate, o fato de que os países desenvolvidos são, foram historicamente e continuam sendo, no presente, os maiores responsáveis pela, pelo volume de emissão de gases de efeito estufa, que ameaçam o planeta, conforme o relatório do painel demonstrou. Para se ter uma idéia em nº.s, se nós pegarmos os relatórios e analisarmos e compararmos os países do anexo 1, que são o que reúne todos os países desenvolvidos ou próximos a desenvolvidos, reúne 41 países. Esses 41 países, sozinhos, emitem 16.6 bilhões de toneladas de gás de efeito estufa. Os demais países, ou os países não anexo 1, que são 122 países, portanto, três vezes mais,

três vezes em nº. a quantidade de países do anexo 1, entre os quais está o Brasil, emitem 11. 9. Portanto, esse desbalanço é um desbalanço inequívoco. Nós estamos falando, não estamos falando da contribuição histórica, estamos falando da contribuição atual. Quer dizer, os países, os 41 países do anexo 1 continuam emitindo 16. 5 bilhões versus 11. 9 dos 122 países do não anexo 1. Portanto há um desbalanço, dramático nessa questão.

Além do mais, historicamente, os países desenvolvidos que iniciaram a sua revolução industrial, seus processos de desenvolvimento muito, de forma muito anterior a nossa. Acumularam o gás de efeito estufa na atmosfera. Portanto, o quadro que se tem hoje, e por isso é importante ressaltar que o nosso trabalho tem que se dar de forma é... A assumir que nós temos que reduzir a emissão, mas, ao mesmo tempo, não podemos deixar de cobrar, em todos os processos internacionais e no debate, que os países do anexo 1 façam a maior parte. Eles estão obrigados, pela sua contribuição histórica e pela sua contribuição atual, que continua crescendo em muitos países, a fazer a maior parte. Muito bem. Mas, o que o Brasil está fazendo? Esse é o que eu acho que é o ponto central do nosso debate. O Presidente da República, que preside o fórum brasileiro de mudanças climáticas, que é um colegiado que envolve setores do governo, da comunidade científica, do setor empresarial e das organizações não-governamentais. Em sua última reunião, com a sua, sob a presidência do Presidente da República, determinou a elaboração de um plano nacional de mudanças climáticas. Esse plano nacional de mudanças climáticas visa criar as interações e as sinergias entre os diferentes Ministérios no sentido de criar oportunidades, intensificar oportunidades para a redução de emissões, para a adaptação, ou seja, planejar as ações que o Brasil precisa implementar no sentido de se preparar. Porque um fato que é importante aqui reforçar, embora não seja é... Novidade para os senhores, evidentemente, mas é importante reforçar, é que as mudanças climáticas já estão ocorrendo. Nós não estamos mais no momento de efeito alas. Nós estamos, segundo o relatório do IPCC, no momento de minimizar alas. Portanto, as mudanças ocorrerão. Esse plano nacional de mudanças climáticas, que inicia a sua elaboração formal, na realidade não significa que o País parta do zero. Ao contrário, não é? Por que é que eu posso afirmar isso?

Vamos aos nº.s e aos fatos. Primeiro: Todos sabemos que das emissões brasileiras, a maior contribuição de emissões diz respeito às mudanças no uso do solo. Desmatamento, queimadas, por exemplo. Nós sabemos que com o desmatamento, e aí eu queria

ressaltar, senhores Senadores, isso é muito importante na minha opinião, de que nós, quando falamos de mudanças climáticas e de emissões de gases por desmatamento, nós sempre falamos da Amazônia. Mas isso é um equívoco. A Amazônia contribui muito, mas o cerrado, infelizmente, no relatório do, no relatório nacional, na comunicação nacional, aparece em nº.s impressionantes. Para se ter uma idéia, em nº.s que estão em fase inclusive de verificação final, mas se nós considerarmos as contribuições que dizem respeito a mudanças da Terra ou o desmatamento, nós temos 32% da contribuição da Amazônia e 15% do cerrado. Portanto, não bastará, não é, sim, não bastará um trabalho de controle do desmatamento da Amazônia, nós temos que assumir, esse, aliás, é um fator importante que a Ministra tem colocado inúmeras vezes, tem esclarecido à opinião pública, que a Amazônia, não pode ofuscar o conhecimento da sociedade brasileira, sobre as conseqüências dos demais biomas: Cerrado e caatinga, inclusive. Nós temos hoje a caatinga, como um elemento preocupante do ponto de vista de aumento de desmatamento. Muito bem. Mas a Amazônia, de fato, é o grande contributo dor.

Bom, como que o governo enfrentou isso? Nós, nos últimos dois anos, senhoras e senhores, reduzimos em mais de 50% o desmatamento na Amazônia. É um... Um nº. extremamente expressivo. Esse... Esse resultado só foi possível, em função da determinação do Presidente da República, que em março de 2003, portanto, logo no início do seu governo. Por Decreto, criou o grupo interministerial para, inclusive, com o título: Grupo interministerial para a redução no desmatamento da Amazônia. Esse grupo interministerial, inicialmente composto por 11 Ministérios, hoje composto por 13 Ministérios, implementou um conjunto de ações, que permitiu uma redução expressiva no desmatamento da Amazônia, como eu disse aqui na, ordem de 50%. Se nós pegarmos a tonelagem de gás carbônico, emitida em 2004 e... Com a emitida em 2006 de acordo com esses dados, isso significa dizer, que o Brasil deixou de emitir, em dois anos, 400 milhões de toneladas de gás carbônico para a atmosfera. Quer dizer, a contribuição do Brasil, voluntária, porque o Brasil, é importante deixar claro, sendo um País não anexo 1, ele não tem obrigações quantificadas de redução. Ele está comprometido com a redução em função de ser signatário da convenção, mas ele não tem como os países do anexo 1, um valor a reduzir obrigatório. Nós não temos esse valor obrigatório. No entanto, só com a redução de emissões na redução do desmatamento nós poupamos o planeta em 400 milhões de toneladas. Que significam um percentual extremamente alto.

Segundo ponto de vista da matriz energética. Esse é um aspecto fundamental.

A matriz energética brasileira é exemplar. Comparada com os padrões mundiais. Setenta e seis por cento da nossa capacidade instalada, para a geração de energia elétrica é baseada em hidrelétricas. Ou seja, nós temos hoje uma, uma matriz elétrica extremamente vantajosa e exemplar em termos mundiais. E, quarenta e três por cento da oferta total de energia, no Brasil é de fontes renováveis. Portanto, enquanto nós temos países com 2%, 4%. Nós tivemos uma participação brasileira intensa há dois anos atrás nas negociações internacionais, para que se assumisse o desafio de 12% como um padrão internacional, 12. Nós temos 43%. Nós sugerimos 12% e não foi aceito. Não se aceitou, porque se considerou que seria impossível para países desenvolvidos, vários deles assumirem esse compromisso.

Nós temos hoje, senhoras e senhores, uma... Um programa nacional de biodiesel que é... Vai de forma extremamente inovadora. Ela trás, abre uma janela de oportunidades para o Brasil, que vem se somar ao programa de biocombustíveis é... Mais bem implementados, hoje, no mundo que é o... O Pró-álcool. Quer dizer, a nossa produção de etanol, que é realizada sem subsídio, e que está validada pela sociedade brasileira. Que surpreendeu a todos nós, surpreendeu ao governo e surpreendeu a todos os analistas. Quando, por interesse próprio, fez com que o volume de veículos *flex-fuel* vendido atingiu dois milhões de unidades, quando ninguém esperava num tempo recorde. A sociedade brasileira estourou todos os nossos prognósticos. Nós tínhamos uma expectativa de introdução desse modelo no Brasil, num prazo muito maior. E a sociedade brasileira, por conta própria na, decisão na hora de compra decidiu pelo *flex-fuel*, de forma unilateral. Por quê? Por que é que eu digo que isso é importante? Porque esta decisão reforça a segurança que esse modelo tem. Quer dizer, é um modelo que está implantado, funcionando, que oferece a segurança ao cidadão brasileiro de que ele pode contar com esse combustível na... No posto. Só esse, essa contribuição, da mistura de etanol no combustível e do uso de etanol é... Significou no ano base 2003, onde foi isso analisado, uma economia, uma redução de emissão de 27. 5 milhões de toneladas de gás carbônico. Isso significa, corresponde a emissão anual de um País como a Noruega. (soa campainha)...Quer dizer, apenas um País, quer dizer, um programa brasileiro equivaleu à emissão de um País inteiro como a Noruega.

Eu entendi que seriam 20 minutos, Senador. Agora foram 10, não é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES) – 20.

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Já foram 20. Poxa, mas o ambiente é tão estimulante, é que o ambiente é tão estimulante, eu estou achando ...(risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES) – Na verdade foram 19:30.

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Eu estou encerrando.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES) – Aqui não tem tanta rigidez como tem no Meio Ambiente, aqui é mais flexível.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A vantagem é o que senhor está falando para todo o Brasil. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES) – Eu só quero...

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Agora fica mais difícil eu reduzir o meu tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Eu que o Senhor seja mais sucinto, depois a gente continua o debate.

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Na verdade eu estou aqui encaminhando para o final realmente. Com relação aos projetos de MDL, que, aliás, diria o Senador Fernando Collor fez aqui uma... Destacou, cobrou, digamos assim, uma maior participação do Brasil nos fóruns internacionais, não podemos esquecer, que o MDL é um mecanismo importantíssimo, foi iniciativa do Governo Brasileiro, do Brasil na negociação. E o MDL, a participação do Brasil no MDL, que é o terceiro País com maior nº. de projetos aprovados no âmbito do MDL, significa redução de mais de 25 milhões de toneladas. O plantio de florestas no Brasil. Senhoras e senhores, que é um outro mecanismo de retirada de gás carbono por seqüestro, nós tivemos em relação ao uso de etanol, seja misturado ao uso bruto, uma economia para o ano base 2003 de 27.5 milhões de toneladas, que equivale à Noruega. E o MDL, os projetos de MDL, prevê uma redução de 25 milhões de toneladas no seu período de obtenção de créditos.

O plantio de árvores no Brasil. Senhoras e senhores, nós tivemos nos últimos quatro anos o crescimento de área plantada, de florestas plantadas no Brasil extremamente expressivo. Que implicou no plantio de 3.4 bilhões de árvores em quatro anos. (inaudível), que todos conhecem, ganhou o Prêmio Nobel da paz com o programa de um bilhão de árvores, em 10 anos. O Brasil plantou, em 4 anos, 3.4 bilhões de árvores para a produção programa de seqüestro de carbono. Além disso, o Brasil através do PROINFA, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, estabeleceu contratação de forma inédita no mundo, de 3.3 milhões de quilowatt de energia, interligado ao sistema nacional, produzidos

de fontes alternativas: Eólica, biomassa, e pequenas centrais hidrelétricas, as famosas PCHs. Sendo 1.1 milhão de kw para cada fonte. Só o PROINFA tem o potencial de operação de redução de 2.9 milhões de toneladas de CO₂. Portanto, nós estamos com um volume de ações em implementação, extremamente importante. O Brasil, que em tese não está obrigado... Em tese não, objetivamente, não está obrigado a reduções mandatórias ou obrigatórias para Convenção, não só, não está deixando de atuar, como está reduzindo emissões de forma significativa e está intensificando os programas, e está assumindo... (soa a campainha). Pela coordenação, do próprio Presidente, o desafio de avançar ainda mais na redução. Portanto, eu queria encerrar dizendo que o Brasil, possui um evidentemente... Tem uma agenda enorme a ser implementada. Nós temos que avançar muito, o debate tem que ocorrer, nós temos que avançar no campo legal, inclusive, nessa área. Nós temos projetos de iniciativas, com o Ministro Thames, nessa linha, que temos que colaborar e queremos colaborar para que avance. Mas, eu queria deixar claro que o Brasil não tem sido omisso, nem sua responsabilidade no Plano Nacional nem na sua atuação no plano internacional.

E finalmente, queria lembrar a todos que o Brasil, além da sua contribuição e após ter feito uma redução voluntária nas emissões por desmatamento, que economizou 400 milhões de gás carbônico, o Brasil propôs no âmbito da Convenção, um novo mecanismo, um novo procedimento, para que os Países desenvolvidos possam fornecer, transferir, incentivos financeiros positivos, para os Países detentores de floresta tropical, que reduzirem efetivamente suas. Nós propusemos um mecanismo inovador. A Ministra levou à reunião de Nairobi, a última reunião das páginas da convenção. Nós apresentamos na reunião do dia 08 em detalhe, para os países dia 08, pedindo apoio. O Presidente deve tratar desse assunto na sua visita aos Estados Unidos, nós queremos apoio dos Países desenvolvidos, que estão obrigados pela convenção, a nos dar esse apoio, esse é o acordo da convenção, para que nós tenhamos investimentos para que a redução do desmatamento, caro Senador, não seja episódica. Quer dizer, nós reduzimos em mais de 50% no esforço enorme do Poder Público, onde o comando e controle pesou de forma muito forte. Sabemos que não é a solução definitiva. Nós temos que investir, na Amazônia, no Cerrado, na Amazônia. Mas, na Amazônia, que é a bola da vez, digamos assim, de forma a oferecer à população amazônica, condições para que a floresta em pé, tenha mais valor do que a floresta derrubada e transformada em pecuária ou soja. Nós precisamos investir. Isso não será feito sem investimento. E nós

apresentamos, no âmbito da convenção, um instrumento, tranquilo, simples, objetivo, para que esse recurso venha e o Brasil possa mudar a história. Porque, na realidade estão pedindo a nós, e nós queremos fazer, que nós mudemos a história da humanidade. A humanidade toda se desenvolveu, derrubando e destruindo seus recursos naturais, e querem que o Brasil, e nós queremos, faça diferente. Nós não queremos repetir os mesmos erros, mas, nós não iremos deixar de repetir os erros, sem investimento e sem a cooperação internacional. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Obrigado, Secretário, João Paulo Capobianco. Vamos então passar a palavra ao Embaixador Everton Vieira Vargas, que também tem até 20 minutos para a sua exposição.

EMBAIXADOR EVERTON VIEIRA VARGAS: Muito obrigado, excelentíssimo Sr. Senador Renato Casagrande, Presidente da Subcomissão Permanente de aquecimento global, Sr. Senador Fernando Collor de Mello, Presidente da Subcomissão permanente Acompanhamento regime Internacional Sobre Mudança de Clima, Sr. Deputado Eduardo Gomes, Presidente da Comissão Mista Especial Sobre Mudanças do Clima.

Eu também queria inicialmente, apresentar aqui as escusas do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, que desejaria estar aqui hoje, para tratar desse assunto de enorme importância para a política externa brasileira. Todavia, também em função dos preparativos da visita do Presidente Lula a Washington, ele não pode aqui estar e pediu-me que eu o representasse.

Sr^{as}. e Srs. Senadores, senhores Presidentes, meu caro colega João Paulo Capobianco, certamente essa questão de mudança do clima é uma das questões mais transcendentais que nós encontramos, hoje, no plano internacional. Talvez, não haja nenhum outro desafio tão complexo, do ponto de vista jurídico, do ponto de vista político e do ponto de vista estratégico, para os Países, independente da sua condição econômica, tecnológica ou política no mundo. Nós temos, como, aliás, bem apontou o João Paulo, tivemos no início deste ano, a apresentação do Relatório do Grupo de Trabalho 1 do painel intergovernamental sobre mudança do clima, relatório esse que teve grande repercussão. Ele é uma atualização do terceiro Relatório que foi feito e apresentado em 2001, e, portanto ele se dá hoje, num contexto político e diplomático, muito diferente daquele que prevaleceu, quando o terceiro Relatório foi apresentado. Esse Relatório do Grupo de Trabalho 1 confirmou as expectativas sobre os efeitos adversos da mudança do clima e reafirmou que as

emissões históricas são responsáveis pelas alterações do sistema climático global.

O valor desse Relatório é o de dar base científica às deliberações políticas a serem tomadas por governos e pela conferência das partes da convenção e reunião das partes do Protocolo de Kyoto. Ao confirmar agora, de maneira praticamente inequívoca, de que o aquecimento global é resultado de emissões antrópicas. O trabalho do IPCC, não concluído, isso é importante destacar. Além do relatório, já apresentado do grupo de Trabalho 1, serão apresentados ainda, os Relatórios do Grupo de Trabalho 2 a respeito de impactos, adaptação e vulnerabilidade, o que acontecerá, agora, na outra semana em Bruxelas, de 2 a 5 de abril. Será apresentado, também, o Relatório do Grupo de Trabalho 3, sobre mitigação, que acontecerá em Bancoc, na Tailândia de 30 de abril a 3 de maio. E finalmente, haverá uma síntese do Relatório que será feita, será preparada em Valencia na Espanha, entre 12 e 16 de novembro, vindouro. Uma vez aprovado em Valencia, esse quarto Relatório de avaliação vai subsidiar as negociações, no âmbito do regime multilateral, sobre mudança do clima e que terá sua próxima reunião maior, a Conferência das Partes da Convenção, a 13ª edição da Conferência das Partes, em Bali na Indonésia em dezembro de 2007.

Esse sumário, para tomadores de decisão, que foi adotado pelo de Grupo de Trabalho sobre fundamentos científicos, recebeu como exemplo de divulgação, e talvez, a mais importante revelação dele, é o fato de que a concentração atmosférica global de dióxido de carbono, metano e óxido nítrico, aumentou consideravelmente em função das atividades humanas desde 1750. Naquela época, a concentração era de 280 partes por milhão e hoje, em 2005, o dado que nós temos é de 379 partes por milhão.

Outra coisa importante que resultou do Relatório, é a confirmação, a reiteração de que a principal fonte de emissões históricas de gás carbônico é a queima de combustíveis fósseis. A segunda fonte, porém muito menos significativa, são as mudanças no uso da terra. A agricultura e a pecuária são, porém, a principal atividade responsável pela emissão de gás metano. Para o IPCC, o aquecimento do sistema climático é inequívoco. A maior contribuição para o aumento da temperatura, desde a metade do século 20, é devido à concentração, antropogênica, de gás de efeito estufa na atmosfera. O IPCC revela, uma confiança muito elevada, e essas são as palavras do Relatório, de que a média global dos efeitos das atividades humanas tem contribuído para o aquecimento. A manutenção ou o aumento dos níveis de emissão atuais, acarretaria alterações ainda maiores, no sistema climático, com

fenômenos extremos ainda mais intenso. Elevação do nível do mar, furacões, alterações drásticas nos padrões das precipitações, etc.

Para o Brasil, a questão da mitigação das emissões futuras, não pode ser tratado sem, claramente, ser abordado o papel das emissões passadas. Isso inclui a aceitação, pelos Países industrializados, da sua maior responsabilidade pelo problema que hoje, enfrentamos. Responsabilidade essa, que está consubstanciada no art. 3º da convenção e que é um dos pilares do regime internacional sobre mudança do clima. A responsabilidade comum, porém, diferenciada dos Estados, é a base para a discussão internacional da questão da mudança do clima. Isso não significa, eximir-se da participação na busca de soluções para o problema, mas antes de tudo, estarmos todos cientes de que não é possível que Países que pouco contribuíram para causar o problema, tenham que pagar na mesma medida, na mesma moeda que aqueles que historicamente o fizeram em função de seus processos de produção e consumo insustentáveis, que levaram ao aumento, drástico, da concentração de gás de efeito estufa na atmosfera.

Nós vamos ter ou já estamos num processo de negociação para o segundo período de cumprimento, os quais vão do Protocolo de Kyoto, após 2012, que devem pautar-se pela transparência e previsibilidade. O que é fundamental para garantir a operação e continuidade dos instrumentos de mercado previstos no protocolo, em particular o mecanismo de desenvolvimento limpo, de grande interesse para o Brasil. O Brasil defende que as nossas metas... Que as novas metas de redução, no âmbito do Protocolo de Kyoto, para os Países do chamado anexo 1, após 2012, sejam definidas a partir de uma abordagem científica, e aí o Brasil fez, já em 1997 quando se negociou o Protocolo de Kyoto, a chamada proposta brasileira para determinação das responsabilidades históricas pelo aumento da temperatura global em estrita correspondência, com o princípio das responsabilidades comuns, porém, diferenciadas e com o princípio do poluidor pagador. A proposta brasileira, hoje, encontra-se em discussão no âmbito do órgão subsidiário para assessoramento científico e tecnológico da Convenção. Está sendo estudada pelos maiores santistas do mundo, e ela se constitui num critério técnico, que a nosso ver, é necessário para que nós possamos efetivamente poder avaliar como distribuir as responsabilidades para a mitigação e para enfrentar a questão da mudança do clima.

Há uma questão que eu gostaria de sublinhar aqui, e que freqüentemente nós vemos na mídia ou nas pessoas que têm grande interesse nessa questão a firmar. Não existe uma expiração em 2012 do Proto-

colo de Kyoto. Nem tampouco existe a criação de um regime pós Kyoto. O art. 3.9 do protocolo estabelece claramente, que em 2012 haverá o estabelecimento de um segundo período de cumprimento, com metas para os Países que já as possuem, isto é, os Países do anexo 1. E é disso que se trata hoje, no âmbito das negociações para o próximo período de cumprimento. Todavia, inclusive por iniciativa do Brasil, no âmbito da convenção, no âmbito da conferência das partes, nós fizemos como, aliás, ressaltou o Secretário Capobianco, uma proposta de incentivos positivos para políticas públicas que levem à redução do desmatamento. Nós acreditamos que, ao abrigo do art. 4.1A da convenção, nós podemos trabalhar de maneira eficaz, para dar uma contribuição significativa e dentro da proporção da nossa responsabilidade global, para a mitigação dos problemas da mudança do clima.

Nós temos, hoje, um esforço voluntário significativo dos Países em desenvolvimento a redução das emissões de gás efeito estufa. As ações unilaterais do Brasil, da Índia e da China equivalem à quase totalidade do programa voluntário norte-americano, e a 40% das ações da União Européia até 2010. Tendo presente o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, as contribuições adicionais dos Países em desenvolvimento devem obrigatoriamente, em segundo e determinado pela convenção, ser apoiados por meio da maior intensificação do fluxo de incentivos financeiros e tecnológicos por parte dos países envolvidos, incluídos no anexo 1. Esse é um aspecto que eu gostaria de colocar, sublinhar, inclusive em função dos disse o Senador Collor, na abertura da Sessão.

Efetivamente, Senador, nós tivemos, e infelizmente digo eu que participei da convenção, uma redução das expectativas em relação àquilo que nós tivemos em 92. Quando estivemos todos em 92 no Rio de Janeiro, havia ali, um clima político de renovação da vida internacional com o final da guerra fria, e esperávamos que houvesse os chamados, dividendos da guerra fria, que pudessem ser aplicados em uma causa mudança do clima. Mas a verdade é que com o tempo, o que se verificou foi que da parte dos Países industrializados que tinham a obrigação, e têm a obrigação, ainda sob a convenção de transferir tecnologia, prover recursos financeiros novos e adicionais e reduzir suas emissões, nada disso, nós conseguimos nos níveis que fossem adequados ou consentâneos, a magnitude do desafio que temos pela frente. Então, o que nós tivemos sem dúvida e foi muito importante, foi a negociação do Protocolo de Kyoto, foi um marco na vida internacional, nenhum outro acordo tem a amplitude e a ambição do Protocolo de Kyoto. O Protocolo de Kyoto tem até mesmo um mecanismo de cumprimento, um regime

internacional de cumprimento do qual eu também tive o privilégio de participar da negociação, e é o primeiro tratado internacional no qual existem consequências para Países que não cheguem a cumpri-lo. Ora, mas nada disso infelizmente ainda surtiu efeito. O Brasil tem historicamente trabalhado de maneira muito ativa. O Itamaraty junto com o Ministério de Ciência e Tecnologia que também tem aqui no Brasil enorme responsabilidade no sentido da implementação da convenção e o Ministério do Meio Ambiente tem procurado buscar uma posição ao mesmo tempo de equilíbrio, firmeza e ambição, dentro das negociações que nós estamos envolvidos, seja no âmbito da Convenção, seja no âmbito do Protocolo de Kyoto. Nós temos freqüentemente, chamado atenção dos Países industrializados, de que eles não podem se furtar à sua responsabilidade, à sua obrigação, na verdade, porque foi isso que assumiram ao ratificar a convenção, e todos os Países ratificaram a convenção, inclusive Estados Unidos e Canadá, Estados Unidos e Austrália que não ratificaram Kyoto. E nós temos, exatamente por essa razão, por esse fundamento da obrigação que eles têm, procurado apresentar propostas que nos permitam também fazer a nossa parte. E aí essa é uma das razões porque foi apresentado no ano passado, na conferência das partes em Nairobi, pela Ministra Marina, a proposta brasileira no sentido de termos incentivos positivos para políticas de preservação das florestas.

Uma das coisas que é importantíssimo salientar, quando se fala de florestas, e que o Relatório do IPCC, do grupo 1 do IPCC, ratificou que as principais fontes globais, de emissões globais são os combustíveis fósseis. Se nós acabássemos, hoje, com o desmatamento no mundo inteiro, a situação não mudaria. Nós continuaríamos a ter um problema muito grave, praticamente insolúvel a curto prazo, mas, para o qual nós teríamos que ter uma política de mitigação que leve ao controle das emissões de gases de efeito estufa. 75% das emissões de gases de efeito estufa vêm dos combustíveis fósseis. Existe uma previsão, uma estimativa feita, inclusive, por cientistas brasileiros, no final do ano passado numa reunião realizada em São Paulo, de que: O desmatamento causado pelas florestas tropicais, seria responsável apenas por 9%, ao invés, de outros dados que têm sido divulgados. Derrubada das florestas. Mesmo assim, eu não apresento esse dado apenas como uma desculpa, de forma alguma. Não há desculpas para o desmatamento. O que esse dado mostra, porém, é que nós precisamos ter proporções, e nós aqui no Brasil, em política internacional, os Srs. Senadores e Sras. Senadoras e Deputados e Deputadas sabem muito bem, nós precisamos ter na proporção. É como na política interna. Nós também não

temos como muitas vezes resolver graves problemas nacionais sem aplicarmos um grau de equidade, um grau de proporcionalidade. E nós estamos procurando trabalhar nisso.

Eu sei que o meu tempo está terminando, eu queria fazer duas últimas colocações. Uma é a seguinte: Existe uma idéia que tem circulado e tem ganho grande repercussão, que é a idéia de se estabilizar a temperatura do planeta num patamar de dois graus. Isso consta, inclusive, de um documento da União Européia recentemente divulgado, e que seria entre aspas um aumento aceitável da temperatura média do planeta no século atual. Mas, trata-se de uma medida muito controversa. Ela em primeiro lugar não encontra amparo nos instrumentos legais e nem tampouco é endossado pelo IPCC. Não há no IPCC, nenhum endosso científico a que este aumento de 2 graus fosse algo palatável. O segundo aspecto é que a adoção de um patamar fixado em dois graus (soa a campainha) reforçasse a tese de que, mesmo com esforços consideráveis de redução por parte dos Países do anexo 1 seria necessário estabelecer um limite global. O que o incluiria os Países em desenvolvimento, o que está em claro conflito com a Convenção Quadro Sobre Mudança do Clima. O grande aspecto político, jurídico dentro da convenção quadro, foi exatamente o de buscar essa proporcionalidade através do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Portanto, não está se eximindo ninguém da responsabilidade e reconheço-se que há um desafio comum, mas reconhece-se também, que as capacidades e as possibilidades são diferenciadas de acordo com aquilo que os Países podem apresentar.

Eu queria como último ponto salientar algo que também o Senador Collor levantou na sua brilhante intervenção logo no começo, sobre a atuação do Itamaraty, Senador. Nós temos, obviamente, o senhor colocou muito bem, nós temos obviamente um dever de disciplina, um dever de visão de Estado e visão de futuro. E é exatamente um pouco isso que o Brasil tem apresentado lá fora e eu devo lhe dizer que essa visão de Estado, eu fico muito contente por ter tido nos últimos anos que eu tenho participado desses esforços, de ver que ela é compartilhada pelos colegas do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério de Ciência e Tecnologia, de vários outros órgãos do Brasil. E exatamente com essa visão de Estado, é que o Itamaraty tem buscado uma participação ativa seja nos fóruns internos, como Comissão interministerial sobre mudança do clima, presidida pelo Ministro de Ciência e Tecnologia, bem como no fórum brasileiro de mudança no clima e também em diversos fóruns internacionais, sejam eles os fóruns estabelecidos na convenção, seja

em fóruns mais informais. E efetivamente na questão do G8 existe já uma determinação do Presidente da República de que nós sejamos ativos nisso. Eu mesmo deverei estar viajando na qualidade de representante especial do Brasil para a preparação do G8, no próximo dia nove na Índia onde faremos uma articulação com os nossos colegas do chamado grupo ampliado e China, Índia, África do Sul e México. E depois, uma reunião na Alemanha, em que vamos discutir como tratar isso no âmbito da reunião de que o Presidente Lula participará na Alemanha em junho próximo.

Eu concluiria dizendo que o Itamaraty também tem procurado estimular muito no plano bilateral, a cooperação em matéria de mudança do clima. E nós temos aí múltiplos memorandos de entendimentos assinados com os mais diversos Países para a promoção de projetos no âmbito de mecanismo de desenvolvimento limpo. O que significa geração de investimentos, a geração de renda, geração de empregos, o estímulo do setor privado, e também uma contribuição significativa que o Brasil vem fazendo para enfrentar esse desafio genuinamente global. Muito obrigado e desculpe passar do tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES) – Muito obrigado, Embaixador Everton. Agradeço pela sua exposição e vamos agora entrar na fase do debate. Quero inicialmente fazer alguns questionamentos e algumas colocações. O Brasil, sem dúvida, tem uma posição de destaque quando se trata do tema mudanças climáticas. Pelo potencial que tem, pelo potencial de recursos naturais, pela... Pelo percentual de água doce, pela riqueza natural, pelo que nós temos ainda preservado no nosso País, e temos o potencial por aquilo também que se pode ser destruído pelo que se tem preservado. E além de algumas políticas implementadas que o Capobianco já relatou que são políticas que nos coloca numa posição diferenciada, com demais Países que não avançaram tecnologicamente tanto, como nós avançamos em alguns pontos. Então nós temos uma posição que pode ser uma posição de vanguarda no debate global. E o Brasil, acho que não deve perder isso. Não deve perder pela nossa responsabilidade com a governança global, não deve perder pela oportunidade que nós temos até desse debate, de ganharmos com essa visão da parceria e das responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Acho que nós temos que ganhar com isso. Na hora que nós adotemos num processo de convencimento nos fóruns multilaterais, a idéia da necessidade da floresta em pé, da remuneração e do que custa, do que vale a floresta preservada, tem que valer mais, como o Secretário disse, do que a área

limpa sem a floresta para atividade agrícola ou qualquer outra atividade.

Então, nós temos uma posição, estamos numa posição que não podemos perder essa posição. Não podemos enquanto Governo, não podemos enquanto Congresso, tanto é que o Congresso na minha avaliação dá uma demonstração clara de sensibilidade com relação ao tema, e não podemos perder enquanto sociedade. Não podemos e não... Também não devemos tratar desse tema como tema de momento. Esse tema tem que ser um tema que possa estar permanentemente em debate, até porque ele vai ter aqui para frente uma atenção de muita gente, de muitas lideranças, de muitos chefes de Estados. Estamos vendo já posições adotadas pela comunidade européia, pela Grã-Bretanha em especial, estamos vendo o debate que a comunidade americana faz pressionando o Presidente Bush, para que os Estados Unidos adotem políticas de metas de reduções de emissões. Então, nós estamos acompanhando todo esse debate e esse debate não pode ser um debate que seja episódico para nós, tem que ser um debate permanente. Por isso nós precisamos efetivamente de políticas. Eu fiquei feliz quando o Capobianco colocou de que está sendo debatida uma Política Nacional de mudanças climáticas. Isso nós não tínhamos. O próprio Fórum que o Presidente Lula preside de mudanças climáticas, Capobianco, é um Fórum que se reuniu há muito tempo, se reuniu no início do governo passado e não se reuniu novamente. Eu até sugeri ao Presidente Lula, há 15 dias atrás em uma reunião do conselho político, que ele pudesse fazer uma reunião do Fórum, até para demonstrar a importância que o Presidente deve dar ao tema neste momento.

Então, a primeira questão, eu acho que é essa. A política nacional de mudanças climáticas que o Ministério está debatendo é um tema que está em debate dentro do Ministério, é um tema que está já permeando os outros Ministérios e deverá ser um tema colocado dentro do Fórum Nacional de mudanças climáticas que o Presidente Lula preside, preside esse Fórum. Então, primeira questão é essa. A segunda questão, que o Brasil está num processo de crescimento. Mais ou menos, tende a crescer mais, mas o nosso consumo de energia *per capita* é um consumo baixo, um País ainda pobre, com muitas desigualdades, algumas regiões consomem mais, outras menos, algumas famílias consomem muito, outras menos, mas... Nós assistimos, aqui, a poucos dias atrás, uma exposição do Ministro Silas Rondon. Uma bela exposição falando da matriz energética e do futuro da matriz energética nosso. O que a gente observa é que o futuro da matriz energética nossa. O que a gente observa, é que o futuro

da nossa matriz energética é diferente dessa matriz energética que nós temos hoje. Quando colocado pelo Ministério de Minas e Energia. Nós não tivemos, nessa apresentação do Ministro, não na apresentação do Ministro. Nós não temos ainda por parte do Governo, uma preocupação em estar incluindo sempre no debate as medidas deste Plano Nacional, que nós teremos ou sem termos o Plano Nacional, mas nós não temos ainda a vertente das mudanças climáticas colocadas nesse debate. A tendência da nossa matriz energética é caminhar cada vez mais para fontes não renováveis. Gás natural, carvão mineral, energia nuclear. Com esgotamento das fontes de energia hidráulica.

Então, qual é... Qual o debate que o Ministério do Meio Ambiente faz ou que deveria fazer com relação a essa definição? Porque o Governo já definiu, o Governo através do Ministério de Minas e Energia, já definiu a quantidade de mega watts que vamos gerar até 2030, e quais são as fontes.

Então, acho que falta um debate sobre a matriz energética, nesta visão que nós precisamos ter, da ação que permeie todas as outras medidas do Governo, que é essa visão de nós estarmos reduzindo as emissões de gás do efeito estufa.

A outra questão é com relação a metas. Embaixador Everton colocou que nós temos até 2012 uma meta, o protocolo não acaba em 2012, ele continua com redefinição de metas. O Brasil defende que a partir de 2012, o Brasil como um país em desenvolvimento, ele vai ter uma meta assumida neste Fórum e nos fóruns multilaterais, uma meta de redução das emissões? O Brasil, no debate que vai fazer com a China, com a Índia, com a África do Sul e com o México, o Brasil aceita esse debate? Até 2012, nós poderemos avançar na definição de algumas metas setoriais? Senador Collor colocou que no início, podemos avançar na redefinição de uma meta de redução do desmatamento? Claro. Agora, anualmente, daqui para frente, podemos pegar setor da siderurgia, por exemplo, ou definirmos alguns setores agressivos ou potencialmente poluidores, que nós poderemos por setor definir um inventário de emissões e uma meta de redução dessas emissões? Se não for uma meta global para a Nação, mas seja uma meta para a área de floresta brasileira, e uma meta para setores que emitem, que são responsáveis pela emissão maior.

Então, esse é um caminho que nós podemos trabalhar. Acho que o Brasil precisa aceitar o debate e defender o debate da responsabilidade comum e diferenciada, está correto. Acho que os Países que já fizeram o papel de destruidores acabaram com as florestas, emitem maior volume, maior tonelada de gases do efeito estufa, tem responsabilidade maior. E

aí tem que entrar o mecanismo de desenvolvimento limpo, que pode ser aperfeiçoado. Financiamento e transferência de tecnologia, a questão da política da proposta sobre o desmatamento que o Ministério do Meio Ambiente defende, que o Ministério das Relações Exteriores defende, o Brasil tem uma posição clara. Mas, eu acho que a minha impressão de quem está de fora, em algumas...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES) – Não entendi.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ)

– Não está de fora. O Presidente da Comissão do Congresso Brasileiro está muito dentro. Está dentro.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Não. O Governo Brasileiro precisa dar acho que passos, em assumir algumas responsabilidades, que não seja só responsabilidades voluntárias. Tem que dar mais algumas...

Então, eu abro com essas questões e passo ao Presidente Collor que também está inscrito, depois o Deputado Thame e depois o Senador Inácio Arruda e depois o Deputado Gabeira.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL)

– Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, senhores representantes dos Ministérios de Minas e Energia e das Relações Exteriores, apenas alguns comentários a respeito do que aqui foi dito.

Esse painel das Nações Unidas, o chamado IPCC, quer dizer, eles têm prazo. O primeiro Relatório já saiu aqui, agora em fevereiro que foi exatamente a constatação dos está aí havendo. E vai aí por mais dois relatórios, a mitigação, depois mais um outro até novembro quando acho que em Bancoc vai se oferecer, a síntese de tudo que foi estudado, levantado e essa coisa toda.

Bom, o que eu defendo é que independentemente disso, que nós... A nossa agenda não esteja, ela vinculada a essas... A esses relatórios que surgirão de dois em dois meses ou de três em três meses até novembro. Nós precisamos apressar o passo. O Brasil precisa apressar o passo. O Brasil não pode ficar esperando que os outros Países desenvolvidos que não vêm cumprindo as suas metas, se apoiar nisso como uma desculpa para que não acelere o seu passo. Como eu disse aqui no início. Todos nós reconhecemos o maior esforço que o Ministério do Meio Ambiente vem realizando. Acho apenas que, tudo isso está sendo burocratizados. Essa criação de grupos, institucionalizar esses grupos. Isso funciona de uma maneira muito lenta, de uma maneira que não está de acordo com a velocidade que nós queremos imprimir a solução de problemas emergenciais como a questão do desmatamento da Amazônia. E como disse aqui também o Secretário do

meio ambiente, Dr. Capobianco, também no cerrado. Enfim, é tudo. Se formos levar também na caatinga, no nordeste, no cerrado no centro-oeste, enfim, a região amazônica como um todo, ela que é o foco. Os Países industrializados, a diferença que há, é que os Países industrializados emitem CO₂, emitem metano, outros gases que constituem e agravam a questão do aquecimento global em função basicamente do processo altamente industrializado das suas economias. Diferentemente do Brasil.

O Brasil tem essa emissão extraordinariamente elevada, em função do desmatamento, em função das queimadas. E que dependem de nós resolvermos o problema. E é por isso que eu insisto: O Presidente da República, por mais que já tenha dado sinais e indicativos de que tem preocupação, constituindo esses grupos e manifestando aqui e acolá suas preocupações. Poderia deixar de lado o trato, o tom de economicidade que vem dando aos seus pronunciamentos, e se engajar de uma maneira pessoal, colocar o seu peso político, a sua vontade pessoal no sentido de resolver rapidamente esse problema, por exemplo, das queimadas que hoje existem na Amazônia. Reúna esse pessoal ali, coloque a FUNAI, o IBAMA, Polícia Federal, as três forças, numa Mesa e determine uma meta: Eu quero até... Novembro vai ser a síntese, o Relatório do IPCC, muito bem, então eu quero até novembro uma redução de X por cento, nas queimadas da Amazônia. Só depende da gente. É muito mais complicado para os Estados Unidos, por exemplo, convencerem o seu aparato industrial de que têm que deixar de poluir e com isso significa deixar de produzir, significa deixar de vender, significa deixar uma série de cadeia produtiva, do que na questão do desmatamento da Amazônia. Então é preciso engajar e ele comandar o processo. Não adianta, nesse caso, delegar. Tem que ele comandar o processo. Como tem também volto a insistir que ele junto com o Itamaraty, vir tratar do engajamento do Ministério das Relações Exteriores.

A questão do fundo de desenvolvimento limpo, essa foi uma iniciativa vinda lá atrás em 1997, que foi proposta pelo Brasil, vetada pelos Estados Unidos. Em 97 os Estados Unidos e o Brasil lançaram esse mecanismo de desenvolvimento limpo, o chamado MDL, que vem dando resultados em outros Países. Mas, que essa é uma boa iniciativa, esse mecanismo. É uma boa iniciativa. Que vem de 97. Portanto, há 10 anos. E isso vem dando resultados positivos em Países, também poluidores. Mas, no Brasil, a excessiva burocracia e a falta de conhecimento do público de como utilizar esse mecanismo é total. Não existe uma explicação do que isso significa e não existe também, uma preocupação de desburocratizar para tornar isso mais efetivo.

A questão que colocou o Presidente Renato Casa-grande é um tempo da matriz energética é outro ponto extremamente preocupante. Concordo em gênero, nº. e grau, que a nossa matriz energética ela está prestes a se esgotar e nós não sabemos para onde nós vamos. Porque essas fontes de energia renováveis, elas estão se esgotando. E acho que essa já é uma preocupação também do Ministério do Meio Ambiente pelo que falou aqui o Dr. Capobianco, mas é necessário que a gente reavalie e reexamine essa questão para nós decidirmos isso. Na questão do anexo 1 eu comentava aqui com o Dr. Capobianco. A diferença do anexo 1, dos participantes do anexo 1, é que aqueles que estão no primeiro bloco dos Países desenvolvidos, eles têm compromissos de redução das suas emissões de CO₂. Diferentemente de nós outros, que temos o compromisso, mas não obrigatório. É esse linguajar que sempre a burocracia coloca. Uns tem compromisso obrigatório, outros têm compromissos que não é obrigatório.

Então, é uma... Sempre uma colocação vernacular que é quer mascarar, na realidade, o que caberá cada um fazer. Ou seja, os Países em desenvolvimento têm um compromisso, mas não é obrigatório então, esse compromisso deixa de existir. Os Países em desenvolvimento obrigatório têm que cumprir. E eles estão em cima disso. Agora mesmo, a Primeira-Ministra Chanceler alemã reuniu a comunidade européia, e estabeleceram redução de 20% na emissão até o ano de 2020. Enfim, e o que foi dito aqui em relação ao Protocolo de Kyoto está muito bem. O Protocolo de Kyoto ótimo. O seu espírito é correto, é perfeito. Mas, no momento que os Estados Unidos não assinam e acolitado pela Austrália, ele abre um precedente seriíssimo, porque todos dizem: Se os Estados Unidos não assinaram, por que é que eu vou assinar? Ou, se eu assinei e eles não assinaram por que é que eu vou cumprir com aquilo que eu assinei? Está havendo uma grande... Acho que está faltando uma concertação global. Planetária, para equacionar essas questões de uma vez por todas. Não mais, declaração de intenções, mas uma proposta de ação efetiva.

O que nós verificamos em 92, outro dia eu havia colocado isso também, me surpreende que em 15 anos, prazo que nos leva de 92 até 2007, nós estejamos vivenciando essa catástrofe anunciada, quando que se imaginaria é que depois daquela conferência os Países tomassem consciência do que ali foi tratado, das metas que foram traçadas, e trabalhassem arduamente para atingir suas metas. E é por isso que eu mais uma vez insisto para que o Presidente da República, ele se envolva pessoalmente, ele assuma para si a condução deste processo. Não mais com comissões,

com grupo de trabalho, porque isso, por experiência própria, não funciona. Quando eu exerci a Presidência, por exemplo, quando eu não queria que uma coisa... Algum assunto, não desse resultado rapidamente eu constituía um Grupo de Trabalho. Porque eu sabia que o Grupo de Trabalho ia demorar 10 anos e não sairia dali. Quando queria resolver o assunto, o presidente tem que trazer para si. Tem que chamar para si e chamar o Ministério das Relações Exteriores e determinar ao Ministério das Relações Exteriores, um engajamento ainda maior, ainda maior. Não basta apenas a participação nesses fóruns, não basta apenas, a participação sempre competente, é verdade, fruto da qualificação dos nossos Diplomatas, mas é preciso que haja um engajamento de missão, de missão. Nós temos uma missão a cumprir. O Brasil tem que mostrar ao mundo que está e quer estar na vanguarda desse processo. E o Brasil tem tudo para isso, porque não nos falta competência e nem capacidade para realizar esse trabalho. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES) – Obrigado, Senador. Com a palavra o Deputado Mendes Thame. Nós vamos ouvir o Secretário Capobianco e o Embaixador Everton, nós vamos ouvir... Depois vocês façam os comentários de vocês.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP) – Sr^{as}. e Srs. Deputados, vou direto às perguntas partindo do pressuposto que todos que aqui estão, já tem profundo conhecimento do assunto.

Primeiro lugar, nas colocações do Dr. Capobianco, não vi nenhuma surpresa. Ele reproduziu exatamente aquilo que o Ministério, que ele faz parte, defendeu em todas as últimas reuniões em Buenos Aires, Montreal, Nairobi. E agora ele disse: A idéia é o Brasil assumir a sua parte, a sua responsabilidade na redução das emissões, porém, cobrar que os Países industrializados reduzam muito mais. Foi isso que a Ministra disse, meio constrangida nas reuniões, nas três COPS(F) e que o senhor está dizendo hoje. Qual a minha grande surpresa? A posição do Embaixador, Dr. Everton. Que espero que, como vi que trouxe por escrito, seja uma posição oficial do Itamaraty, possa até ser distribuído para nós, porque significa um brutal avanço. Um brutal avanço e uma virada de 180 graus em relação à posição do Itamaraty nas três COPS(F) anteriores, das quais participei e das quais sou testemunha das posições tomadas pelo Itamaraty. Na última em Nairobi, participei de reuniões na qual foi dito de que o Brasil não se dispunha a assumir compromissos de redução de emissões de gases do efeito estufa, porque se assim o fizesse, em lugar de poder ser um provedor de projetos no âmbito do MDL, poderia caso não cumprisse

a cotas, inverter e ficar do outro lado da Mesa, e ter que comprar esses projetos. Essa foi a alegação. E hoje, o que nós estamos assistindo e estou realmente extremamente entusiasmado, é de que o Brasil já elaborou uma proposta que está sendo discutida por técnicos, na qual se estudam os mecanismos e os critérios para diferenciar essas responsabilidades por todos. Portanto, é um grande avanço. Nós não temos conhecimento dessa proposta. Então, minha primeira pergunta é para o Dr. Capobianco.

O senhor conhece essa proposta? O seu Ministério conhece essa proposta? Depois o senhor responde. Estou fazendo isso, porque fiquei surpreso também com as colocações do Vice-Presidente desta Comissão, Senador Collor, relacionando algo que estava implícito até hoje, mas pela primeira vez eu escuto alguém dizer que: O Ministério das Relações Exteriores é um órgão diretamente ligado à Presidência da República. Isso ficou claro. E é o testemunho de alguém que foi Presidente, e que o Ministro Everton, uma das pessoas mais influentes do Ministério, confirma. O que é surpreendente. A maioria dos Países, o Ministério das Relações Exteriores leva a posição dos Ministérios fins. Do Ministério de desenvolvimento, do Ministério da Agricultura, do Ministério do Meio Ambiente. Leva a posição conjunta desses Ministérios e não fica na mão da clarividência de um Presidente, que se for mais letrado, terá a capacidade de conduzir o Itamaraty nas relações internacionais. Se for menos letrado, se não entender como ocorrem em alguns Países em que o Presidente da República não sabe o que é um duodécimo, se isso ocorrer fica difícil para o Presidente da República conduzir a política externa determinando, como foi aqui bem claro, de uma forma didática, os rumos tomados pelo Ministério das Relações Exteriores. Portanto, essa é uma pergunta que a gente gostaria de saber: Como é que funciona a tomada de decisão? Nas últimas reuniões nós vimos a Ministra numa saia justa. Para uma mulher não tem problema nenhum ficar numa saia justa. O maior problema é para nós. Mas, vendo o Ministério das Relações Exteriores posições bem firmes contra os países em desenvolvimento assumirem metas no pós Kyoto. E o pós Kyoto, embora o art. 3.9 do protocolo, defina a mudança nas cotas que serão de redução, que serão assumidas pelos Países do anexo 1, ele não disse que só os do anexo 1 que vão assumir responsabilidades depois de 2012. Ao contrário, nas discussões de 97 ficou implícito, de que as metas de 5, 5,2% previstas na primeira etapa do protocolo, era para facilitar sua aprovação, iniciar esse processo de combate efetivo ao efeito estufa e que, posteriormente, todos os Países com metas diferenciadas, em função das suas responsabilidades

assumiriam a sua participação nesse esforço global para evitar essa catástrofe anunciada. Portanto, nós gostaríamos de ter uma clareza quanto à posição do Brasil e realmente saber se vai se confirmar essa notícia tão auspiciosa que nos trás o Dr. Everton.

A segunda pergunta é para o Dr. Capobianco. Nós falamos aqui em queimadas da Amazônia, como se todas as queimadas fossem ilícitas. Eu queria esse esclarecimento justamente do Senhor, porque é um ponto chave. O Código Florestal dá uma percentagem de áreas privadas que podem ser desmatadas. Uma percentagem. Não sei se 20, 50. Gostaria até que o senhor nos esclarecesse. Eu queria saber se o senhor tem conhecimento, se o senhor tem lá no seu gabinete, na primeira... Em cima da mesa, o rol das autorizações já concedidas legalmente pelo IBAMA, para desmatar. Quais são as ordens que o IBAMA já concedeu? Qual o histórico? Daquele desmatamento legal autorizado. E se esse desmatamento vai ser feito por motosserra, correntões? Portanto causando problemas que o uso do solo somente. Ou se há uma autorização também, só para desmatar? Causando dessa forma, um problema ainda maior pela emissão do C O 2, decorrente da queima da biomassa. Essa é a segunda pergunta. Terceira, O que o Ministério, na sua pasta, elaborou, quais os estímulos para desenvolver uma tecnologia relacionada com a economia da floresta de que tanto se fala? Que seriam esses mecanismos para que as pessoas tivessem maior lucro não desmatando nada dessas florestas, ganhando com a preservação da floresta intacta em lugar de substituir, fazer uma mudança do uso do solo para atividades de lavoura ou pecuária. E por último, a preservação da floresta está intimamente ligada a ter a preservação da biodiversidade. E a preservação da biodiversidade, no mundo inteiro nós sabemos, está relacionada a nós temos aprovado no País, um projeto de partição de benefícios. Gostaríamos de saber se essa partição de benefícios decorrente das pesquisas, se isso já vem sendo elaborado, se nós vamos ter um Projeto nacional de partição de benefícios decorrentes da utilização do patrimônio genético? Essas são as perguntas que se me permite gostaria que esclarecesse.

Para o Ministro Everton, que tenho sempre uma satisfação imensa de ouvi-lo. Sempre bebo cada uma de suas palavras, porque não tem uma palavra desnecessária, não usa um adjetivo. É tudo, aproveita tudo. O senhor colocou uma coisa que me chamou muito a atenção. Setenta e cinco por cento das emissões de gases do efeito estufa advém de combustíveis fósseis. Então, a minha pergunta é a seguinte: Na declaração de Doha, nesse rascunho inicial, não é declaração, rascunho inicial que serviu para a rodada, está servindo

para essa rodada de Doha que ainda continua, alguns artigos, não chega a ser um capítulo, que fala dos bens ambientais. Bens ambientais, bens de serviços ambientais são aqueles que pela sua natureza contribuem para preservar o ambiente. E nesse rascunho está lá previsto, que estes bens e serviços não poderão sofrer taxações no comércio internacional. Ou sofrerão uma redução gradativa até chegar à tarifa zero. Nenhuma tarifa alfandegária nesses bens ambientais.

A nossa pergunta é a seguinte, o que é que o País, que o Itamaraty está fazendo, orientado ou não pelo nosso guia, o nosso ilustre Presidente da República, ou pelos outros Ministérios, o que é que o Itamaraty está fazendo para incluir os biocombustíveis nessa relação de bens ambientais. E a próxima pergunta, o Ministério das Relações Exteriores tem uma das missões é justamente identificar nos outros Países, tecnologias para fazer convênios, transferência de tecnologia, levar e trazer tecnologia. Nós gostaríamos de saber se o Ministério tem trabalhado no sentido de identificar no mundo todo, projetos de pesquisa ou pesquisa já desenvolvida ou em desenvolvimento, no sentido da hidrólise enzimática, que vai permitir fazer biocombustíveis, fazer álcool, fazer etanol, metanol de material celulósico. Que vai ser, ao que tudo indica no futuro, e no qual nós brasileiros estamos atrasados, que pode ser feito um álcool muito mais barato do que o etanol que está aí de cana. E por outro lado, na outra mão de direção, se nós já temos, não temos conhecimento, mas possivelmente os senhores já estejam trabalhando nisso, quais os esforços com Países africanos e outros Países pobres, tropicais, que estão em contato, via Itamaraty, para nós podermos transferir a tecnologia da EMBRAPA de produção de cana e de outras oleaginosas, capazes de oferecer a esses Países pobres, a oportunidade de produzirem biocombustíveis e se transformarem numa plataforma mundial de biocombustíveis, para substituir o petróleo que está com os dias contados. Por último, gostaríamos de saber se nós podemos vir a ter direito de conhecer essa proposta, que os senhores estão estudando com os cientistas, responsabilidades compartilhadas, porém diferenciadas. Os critérios para diferenciar as responsabilidades? Se isso é segredo de Estado? Ou se nós já podemos ter conhecimento? E a última pergunta é ao Senador Collor. Os dados de diversos cientistas, entre os quais o nosso professor Goldenberg mostra que o Brasil tem uma imensa capacidade ainda, para produzir energia elétrica de hidrelétricas, ainda não exploradas. Nós teríamos 30% de capacidade nas grandes hidrelétricas, nem começamos a explorar as MCH, médias centrais hidrelétricas, são pequenas centrais hidrelétricas. Nem começamos explorar as MCHs, as Médias Centrais

Hidrelétricas, e o Brasil nem cogita. A Europa já está entrando nas NCH, nas Nanos Centrais Hidrelétricas, para aproveitar cada quedinha de água. O senhor é a favor ou é contra a energia nuclear. O senhor é a favor ou é contra a Angra 3. Não ficou muito claro. Só isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES) – Senador Inácio Arruda. Depois desse tratado do Deputado Mendes Thame. Vamos ouvir o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE) – É sempre um orador que traz muitos temas para o debate, daria digamos assim, mais umas duas Audiências Públicas bem preparadas. Por isso que é muito oportuno tê-lo sempre presente.

Mas, eu gostaria, Sr. Presidente, e Relator da nossa Comissão Mista, primeiro de anunciar que vou ter que infelizmente me ausentar imediatamente, porque estamos tendo uma reunião de líderes agora, no Senado, para definir nossa pauta de votações. Eu e V.Ex^a. deveríamos estar presentes, mas essa reunião aqui, digamos assim, nos contém. Eu queria primeiro dizer que nestes últimos anos, o Brasil tem agido com muito rigor nessa área. Acho que desde o tratado de Kyoto, que foi um êxito pós Rio 92, é um grande êxito o tratado de Kyoto, o Brasil tem atuado com força tanto através da sua diplomacia, como tem agido internamente, com dificuldades. Externamente, nós tivemos algumas dificuldades porque, chegamos ao ponto até de nos órgãos internacionais, que participamos estarmos endividados, nós tínhamos dívidas externas e dívidas com os órgãos internacionais, e nesse Governo atual de Lula conseguimos liquidar algumas dessas dívidas. Então, você imagina, Presidente Collor e Senador da República, nós estarmos lá no órgão das Nações Unidas, numa convenção dessa, convenção internacional, convenção quadro, discutindo e debatendo, e um devedor, todo endividado. Era uma situação dramática. Alguém olhava para gente: Você já pagou sua cota? Não, não paguei não. Estou devendo. Então, o senhor podia deixar para falar depois? Então, era uma vergonha. Hoje não, hoje já estamos mais tranquilos. Algumas já pagamos, já estamos mais à vontade, com mais autoridade no ambiente internacional. Então, o Presidente da República, com a sua capacidade, a compreensão desse tema talvez, um dos que mais compreende porque, viveu diretamente a circunstância do clima. Porque tem gente que num ambiente diferenciado não conhece muito a realidade. Fala muito, mas não conhece a realidade. O Presidente da República, atual, viveu a realidade do clima. Viveu na sua terra, onde nasceu, a realidade do clima, e depois participou de atividades numa área, que nós

estamos debatendo hoje de forma mais efusiva, que é a realidade amazônica, lá com o Chico Mendes. Um homem que também, por outras circunstâncias, ligado à nossa terra lá, o Ceará. Então, o Chico Mendes lá no Acre, fez um movimento chamado de: EMPATE, que era exatamente um programa de como conviver na floresta tendo o desenvolvimento econômico, e a floresta em pé. E o Presidente da República, também conviveu com aquilo ali. Então, querendo ou não também viveu essa realidade. Tem conhecimento de vida direto, sentindo essa realidade. E colocou no Ministério, mais importante nessa discussão, a Senadora Marina Silva, que é das mais sensíveis com o problema. Então, eu acho que respondeu de forma significativa, tem todo o problema ao lado, são variadas, porque tem o problema do percentual, que a gente sempre vai examinando que temos que tratar, mas tem o problema concreto aqui da luta política no Brasil, das várias forças políticas no Brasil. Umas querem dar passo mais adiantado, outros querem atrasar um pouco o passo. Tem uma batalha política sendo travada. O Presidente precisa ter mais disposição, mais vontade. Mas, tem todo um quadro de forças política que participa também, dessa disputa. Eu considero um pouco nesse sentido, que nós temos que examinar o quadro no conjunto. E no conjunto, digamos que o Presidente colocou no Ministério do Meio Ambiente, a pessoa com a maior sensibilidade. E o conjunto do Ministério é engajado, digamos assim, nesse Projeto e digamos assim também do Protocolo de Kyoto. Juntamente com o Ministério das Relações Exteriores que acho, que faz um trabalho muito combinado, acho que muito de acordo. Claro que existem diferenças, porque a diplomacia brasileira vem tratando do assunto muitos e muitos anos. Talvez o Ministério do Meio Ambiente não viesse tratando do assunto a muitos e muitos anos. Mas, é um trabalho combinado e essa é a impressão que eu examino que tem.

Outro problema concreto, objetivo, é que o Brasil precisa: Como se aproveitar da situação, aumentar o seu crescimento, se desenvolver num passo muito largo, um País que em 70 tinha 90 milhões de habitantes, e que dobrou a população em 30 e poucos anos. Nenhuma Nação continental com população muito grande, como era já a população do Brasil em 1970, dobrou a população. Nenhuma dobrou. Vocês imaginem um País desse dobrando a população. Os Estados Unidos dobrando a população de 70 para 2000. Ou a China, ou a Índia ou a Indonésia. O Brasil dobrou sua população. E teve um crescimento menor. À medida que dobrava a população, o crescimento diminuiu. Então, nós precisamos crescer mais, se desenvolver mais, mas, aproveitar a oportunidade de fazer esse crescimento, com um grau de sustentabilidade muitíssimo

maior. E tem, digamos assim, os mecanismos tecnológicos. Eles estão, digamos assim, na nossa mão. Nós podemos aproveitar a oportunidade de ter esses mecanismos na nossa mão. E talvez, assim, ao invés, de ficar cobrando dos outros, dos desenvolvidos, que diminuam mais ainda suas emissões, nós temos que colocar o nosso Projeto. Não que a gente faça isso como um compromisso para a gente perder as nossas vantagens. Eu acho que nós não temos que fazer isso para que a gente... Quer dizer, o Brasil perca suas vantagens dentro de um acordo internacional. Nós não estamos para isso. Nós temos as nossas vantagens no acordo internacional. E devemos mantê-las. Acho que é bom para o Brasil. Manter as vantagens, como País em desenvolvimento. Tem os desenvolvidos, são muito desenvolvidos, e estão muito à frente economicamente do Brasil. E por que é que nós temos que nos comparar a eles? Acho que não temos. Acho que nós devemos manter a nossa posição de País desenvolvido, mas sabendo que nós podemos diminuir as emissões, porque temos um potencial tecnológico na nossa mão, e condições para se desenvolver e crescer usando essa tecnologia. Que nos diferencia. Que permite a gente avançar com mais vantagens. Acho que é uma oportunidade raríssima que nós estamos tendo na nossa mão. Em todas as áreas. Todas. Se você pegar a questão urbana, você pode entrar na questão do transporte público e diminuir emissões, que é exatamente a emissão de combustíveis fósseis. Nós podemos substituir tudo na área de transporte público. Nós podemos substituir com o gás, nós podemos substituir com o biocombustível e nós podemos substituir com um grande programa que gera desenvolvimento, que é programa nas grandes metrópoles de aumentar o transporte de metrô. Quanto mais metrô, menos combustível fosso. Você gera desenvolvimento, gera crescimento, melhora o transporte público e diminui essas emissões.

Você pode fazer um grande programa de aproveitamento do metano nos resíduos sólidos. Isso tem sido fator de resgate também, dos créditos de carbono se você utilizar bem os antigos lixões e os novos... As novas estações de tratamento de resíduos sólidos podem também entrar dentro dos programas de resgate de carbono. Isso é na área urbana, nas áreas centrais que programas você pode desenvolver. O programa de esgotamento sanitário. Se você amplia, o programa de esgotamento sanitário você tira energia daí. Você tem um potencial de geração de energia fantástico, que você pode aproveitar, utilizando todos os mecanismos que vão dá vantagens competitivas ao Brasil. Nós, não estamos entrando ainda no etanol, que você pode até melhorar o tipo de álcool produzido, porque não só a

EMBRAPA, como as universidades brasileiras, tem investido muito nessa pesquisa. Eu cito que nós somos importadores de aditivo para a combustão. A PETROBRÁS importa cem por cento do aditivo. Desse famoso aditivo, que a gente confunde porque, as distribuidoras põem lá uma máquina de aditivos separada. É um aditivo A+. Mas, toda a gasolina é aditivada. E esse aditivo é todo importado. Nós estamos desenvolvendo com o apoio do Ministério de Ciência e Tecnologia, EMBRAPA, Fundação de Pesquisa da PETROBRÁS, Agência Nacional de Petróleo, Universidade Federal do Ceará, um aditivo biocombustível, biodegradável, do LCC, do líquido da castanha de caju, lá na Universidade Federal do Ceará. Isso está sendo desenvolvido, discutido, debatido, quer dizer, é uma iniciativa brasileira. Isso pode substituir até 100% da importação de aditivo. É uma guerra comercial. É uma disputa material, em que nós entramos com uma vantagem e nós podemos ser... Substituir essa importação e passarmos a ser exportadores de aditivo de biodegradável numa situação de vantagem para o Brasil. Isso sem entrar nas outras energias. Porque o problema central, aqui, que nós temos emissão maior, digamos assim, a emissão maior no mundo é do combustível fóssil, mas a emissão maior do Brasil é da floresta. Então, nós temos que resolver os nossos dois problemas. Nessa questão é fato. Nós ainda temos um espaço aberto na área da produção de energia hidrelétrica enorme. Potencial na área de energia nuclear que acho que tem potencial para o Brasil, podemos nos desenvolver, o Brasil já produz energia nuclear para fins absolutamente pacíficos de geração de energia para consumo tranqüilamente pacífico, até hoje não vi nenhuma menção que a gente fosse utilizar para outros fins (soa a campanha) E o programa...

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ)

– (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE) –

Claro. Mas, isso é que deu ao programa a tranqüilidade. Então acho que hoje, a gente pode avançar mais. E temos as energias vindas da eólica, vinda da maré. Nós temos alguns gigas de... Giga watts que podemos produzir de eólica, às vezes, mais rápidos e mais baratos do que a hidrelétrica, ou do que os fósseis, do que o combustível fóssil, que está à disposição. Depende de um bom programa, porque a gente diminui imensamente a emissão de CO₂ na atmosfera vindo do combustível fosseo. É um potencial energético do Brasil. Uma vantagem extraordinária que tem o Brasil, claro, aí sim acho que aqui exige determinação do Presidente da República. Aqui se o Lula pegar e dizer: Vamos fazer aqui. Aí diminuirmos a emissão. Essa que é a determinação. Podemos ter determinação na flores-

ta e na produção de energia. Isso não é que vai mudar rapidamente a matriz energética, mas vai dar uma qualidade significativa na nossa matriz energética.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Muito bem, Senador Inácio Arruda. Temos o último inscrito, depois vamos ouvir os nossos expositores. Todo mundo muito animado hoje, falando bastante em termos de tempo. E, mas todos com conteúdo. Então, com a palavra o Deputado Gabeira.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ)

– Eu vou procurar ser sucinto, porque...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Já chegamos a meio-dia.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ)

– Na verdade, a tese que indiretamente circulou aqui, é uma tese que eu aceito e defendo, de que o Brasil pode ser uma vanguarda internacional nesse campo. Agora, para nós sermos uma vanguarda internacional, é importante também que a gente se desfaça de toda a visão apologética. Que a gente fale com um pouco mais de sinceridade entre nós, porque é o caminho do nosso crescimento. Porque só um exemplo, meu querido Senador Inácio, que eu lamentei ser Senador que eu o queria na Câmara, para nós discutirmos mais. Não é o fato de ter vivido o clima que transforma um Presidente sensível a isso. Se essa fosse uma verdade os africanos teriam fechado esse processo de debate sobre aquecimento global. Não é isso exatamente. O que nós precisamos superar é um pouco da nossa linguagem dupla no Brasil. Veja você... V.Ex^a., imagina. Estou me lembrando dos tempos de Câmara e agora é um Senador da República. Na Câmara dos Deputados, sepultaram uma CPI, sob o argumento de que ela não tinha uma causa determinada. Tudo bem. Ontem, o Presidente da República foi à televisão dizer que não sabia, que não era apenas uma causa, eram várias as causas do apagão aéreo. Então, na verdade nós fomos, na verdade esmagados pela maioria apenas com um jogo de palavras. Porque no fundo eles pensam como nós, que nós não sabemos, não temos uma única causa para o apagão aéreo.

Então, o primeiro ponto que vamos ter que tratar é que no caso do aquecimento global existem duas dificuldades. A primeira, eu acho que já foi superada que são os cétricos. As pessoas que acreditavam que nós estávamos inventando... A segunda dificuldade, essa diz respeito ao Itamaraty e vai diz respeito ao Brasil também, é o confronto norte, sul. Supor que nesse específico problema, o confronto norte, sul tem um peso fundamental. Eu acho que não tem. Eu reconheço a existência de responsabilidades diferenciadas, mas, na verdade, é preciso dizer também, que

existem possibilidades ilimitadas. E a possibilidade ilimitada do Brasil, o Brasil tem condições de determinar e dizer assim: Nós podemos reduzir nossas emissões e teremos metas. Por que não? Por que não? O Brasil não pode ter metas de redução de emissão? É verdade que as nossas emissões são basicamente de queimadas e de desmatamento? Vamos reduzir o desmatamento. Nós temos, e eu acho que durante um certo tempo, pelo menos em 2002... Primeiro 92 nós chamamos a conferência. A história no Brasil é antiga, e o tempo não me permite memorar. Nós chamamos a conferência do meio ambiente aqui no Brasil. Foi uma conferência importantíssima. Em 2002 creio que o Embaixador Everton estava também na África do Sul, nós propusemos, fizemos uma proposta de redução das emissões, especial de uso de energia alternativa para todos os Países, e depois o Brasil começou a se limitar a apresentar apenas o dever de Casa. Deixou de fazer proposta para o planeta. E isso nós temos que retomar. Eu creio que a base, uma base importante que eu me apoiaria, seria a proposta da Ministra Marina Silva, para um Projeto internacional de salvação das florestas tropicais. Eu apenas acho que o Projeto dela poderia ter uma dimensão maior, se ela explicitasse um pouco mais. (soa campainha) Nós temos do tamanho, um espaço do tamanho de Santa Catarina de floresta destruída. Então por que não abrir para a possibilidade dos grupos internacionais, sob controle no Brasil, replantarem uma parte da floresta que foi destruída? Nós poderíamos atrair Países, poderemos atrair empresas, poderemos atrair até grupos de rock'n roll. Cada um teria sua parte lá. Eu replantei um pedaço da Amazônia. Nós teríamos como projeto apenas a segurança, empregariamos gente no replantio e na segurança.

Então, eu acho que nós temos esse caminho. Precisamos ver o processo do aquecimento global como o limiar de uma revolução industrial. Hoje, acordei com uma notícia de que o cientista alemão formulou já, uma pílula para a vaca não arrotar mais, ou pelo menos reduzir o arroto da vaca no nível bastante significativo, menos metano.

Então, o processo de descoberta, o processo de trabalho que existe nisso é muito grande. Nós precisamos entrar por aí. O Brasil não só aceitar ser a vanguarda internacional como aceitar essa revolução industrial, entrar nela de cabeça. A idéia dos biocombustíveis é importantíssima, mas os americanos vão nos passar à frente muito rápido. Já estão passando. A Greenfield está fazendo. Está usando algas, as algas comem o CO₂ e expelem oxigênio. Quer dizer, vai acontecer conosco, muito possivelmente, os mais novos não se lembram todos, mas, eu já sou da velha geração sou

obrigado a relatar o que aconteceu com a borracha. Lembrem-se da borracha. A borracha foi levada para a Malásia, e com capacidade técnica muito maior, nós somos superados. Então, nós vamos ter que ter uma capacidade de entrar nisso realmente, com vigor científico e com decisão. É o Presidente da República que tem que tomar a vanguarda? É. O Presidente da República... É como se a gente diz: No futebol o pênalti é tão importante que o Presidente do clube que devia aberto. Então, o aquecimento global é tão importante que o Presidente da República que deveria... Existem dificuldades. Qual é a dificuldade do Presidente da República compreender a dimensão desse drama? Ele é basicamente voltado para a solidariedade humana. Para os problemas ligados à solidariedade humana. E ele tende a ser, como são as pessoas voltadas para a solidariedade humana e voltadas até para uma visão católica do mundo, um pouco antropocêntrico, já que o problema central é o ser humano e vamos trabalhar pelo ser humano. (soa campainha) Então, ele precisa compreender com o tempo que isso é a chave do entendimento. Ele vai precisar compreender, com o tempo, que o aquecimento global é uma ameaça para os seres humanos também. E que essa é uma grande ameaça para os seres humanos. Eu acho que esse trabalho é um trabalho que o próprio Presidente da Comissão de Aquecimento já fez na reunião do conselho político, pedindo que o Fórum se recuperasse, que ele avançasse. Acho que é o que vamos fazer. De um lado convencer o Governo da importância, do outro lado recuperar a nossa posição internacional que acho que não é mais a mesma posição anterior, e de outro tentar avançar na revolução industrial. Trazer o Ministro de indústria e comércio, Ministros ligados à área econômica, para mostrar a eles que o mundo está se movendo nesse caminho. V.Ex^a. mencionou a necessidade de nós transformarmos o transporte urbano. É importantíssimo. A minha tese anterior, quando fui candidato no Rio era de não transporte. Não só transformar o transporte urbano como evitar que o transporte aconteça o máximo possível, através de todos os mecanismos que nós temos. Na época era o fax, hoje é a Internet. Nós temos a possibilidade de suprimir as viagens enormemente. Então, estamos caminhando para um mundo diferente, onde realmente esse processo é uma revolução industrial, na qual nós temos que estar colocados. Acho que o Brasil pode estar no bojo dessa revolução industrial, com uma posição muito clara e muito avançada. As oportunidades são muito grandes. Agora, era todo o País que tinha que se redimensionar em função do que está acontecendo.

Eu imagino que na própria revolução industrial real que houve, no passado houve grandes tumultos,

grandes confusões. Houve até a revolta contra as máquinas, quando as máquinas foram instaladas. Então, é um processo muito intenso que a gente tem que tentar atrair o Presidente da República, atrair os outros Ministros e aí eu entro na questão: Uma política de mudanças climáticas, eu conheço o Projeto do Deputado Mendes Thame, conheço também o Projeto do Deputado Ronaldo Vasconcelos, uma política de mudanças climáticas no meu entender seria uma, digamos assim, um redimensionamento da Política Nacional. Ela não vai atacar apenas mudanças climáticas. Seria uma revisão da Política Nacional. Eu creio que, se houver uma eleição em 2010 adequada, o tema tem que ser o tema central. Porque não se pode mais. Não é possível que o País continue falando de crescimento econômico, continue falando de PIB achando que o PIB é uma expressão de uma realidade completa. Muitas vezes você pode aumentar o PIB aumentando a pobreza. Você destrói a floresta, aumenta o PIB e está reduzindo a riqueza do povo brasileiro.

Esse debate é um debate fora de foco. Não quero dizer que a gente não deva crescer, que não deva ampliar o desemprego. Mas, não é essa a questão. O critério é o desenvolvimento sustentável. O Projeto é o desenvolvimento sustentável. Então, temos que acordar em todas as dimensões. Não é possível, hoje, você não ter um Projeto de gerenciamento costeiro no Brasil, que não leve em conta essa questão. Eu até digo, o Presidente da República vai anunciar essa semana que vai construir Angra 3. Tudo bem. Mas, o que vai acontecer com os mares naquela região? Temos que saber. E nós temos que prever isso. A própria situação do semi-árido tem que ser pensada também, quais são as consequências no semi-árido, o que vamos fazer nessa situação?

Então, a é política brasileira toda que tem que mudar. Não cabe... O Ministério do Meio Ambiente no Brasil ele começou com a gestão da Ministra Marina Silva, com uma idéia muito boa: Que é a idéia da transversalidade, mas, a transversalidade é nome muito complexo para a gente desenvolver facilmente. Eu acho que agora a transversalidade é uma realidade. Como era na Noruega, por exemplo, quando a Ministra apresentava um Projeto, ela nunca apresentava um Projeto econômico só com o Ministro da Economia, ao lado estava o Ministro do Meio Ambiente. Ele estava respaldando essa proposta. Porque todos acreditavam. Se estão falando num Projeto de crescimento com o Ministro do Meio Ambiente ao lado é porque a questão já foi discutida de uma forma bem semiótica. Então, essa é a questão que me coloco. Como é que nós retomamos a nossa vanguarda internacional? E como é que isso não é uma questão de ganhar louros

e admiração? Mas, como é que nós reconduzimos o Brasil para esse processo. Porque se há um País que tem chance nesse novo mundo da revolução industrial, nessa terceira revolução industrial. Um País que tem recursos naturais é o Brasil. Nós vamos perder essa oportunidade ou não vamos? Essa é a questão que até certo ponto me angustia, porque às vezes eu sinto que a gente pode perder. A gente pode deixar que se escape.

Então, a minha posição é que o Brasil deveria ter, eu acho que a solidariedade do Brasil com os Países em desenvolvimento não é o aspecto principal na nossa posição. A solidariedade do Brasil sul, sul não é o aspecto principal. Isso já na reunião de 92, nós já incluimos. Que era assim: Reunião para discutir o meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. Nós já incluimos essa preocupação. Nós temos essa preocupação. Mas, o aspecto principal do Brasil agora é se destacar, é ser ele. E a partir da sua singularidade, propor uma solução para a questão mundial, e não pura e simplesmente ficar perto da Índia, perto da China que na verdade são Países que estão um pouco distante desse processo. A própria China começa a compreender. Reduz o seu crescimento, a própria China começa... Percebeu que existe um espaço enorme para modernizar sua indústria. Então, eles começam a perceber pouco a pouco. Então não vamos ficar do lado, no meu entender, daquelas pessoas que ainda não compreenderam totalmente o assunto. Vamos ficar ao lado daqueles que já compreenderam e vamos um pouco a diante. Essa é a minha proposta. Eu sei que desfaz um pouco essa visão norte, sul, mas nesse caso do planeta, com todo o problema diferenciado, a visão norte, sul não é mais importante. A visão é planetária mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Obrigado, Deputado Gabeira. Tem um questionamento ao Senador Collor, vou passar para ele, para que ele de forma sucinta faça a resposta. Depois eu transfiro ao Capobianco e ao embaixador Everton.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Apenas para responder os questionamentos feitos pelo Deputado Mendes Thame. Primeiro lugar a questão do Itamaraty. Num sistema presidencialista, o Presidente associa a chefia de Estado com a chefia de Governo. Então o Itamaraty, Relações Exteriores e Forças Armadas são as únicas duas carreiras de Estado, que têm uma interface com o mundo exterior, o mundo externo. E são as únicas que tem essa interface com o mundo exterior e que cuja progressão na carreira é feita mediante provas, ascensão, é feita mediante o mérito. Então, em um

regime presidencialista, o Presidente da República é em relação a essas duas carreiras, o chefe, um termo assim bem antiquado e fora de propósito, o chefe Supremo das Forças Armadas. Em relação ao Itamaraty é ele quem dita a política externa que o País vai adotar. No Parlamentarismo é diferente. No Parlamentarismo, o Chefe de Estado determina essa política externa e também na questão das Forças Armadas e o chefe de Governo trata das questões internas do País.

Em relação a essas pequenas hidrelétricas, alguns anos atrás eu acho que foi ainda no Governo Fernando Henrique, houve uma... Um Projeto de incentivo à construção de pequenas hidrelétricas. E isso motivou muito, a iniciativa privada. Algumas grandes indústrias, motivada por esse incentivo, construíram pequenas centrais hidrelétricas e aproveitando pequenas quedas d'água iam... Isso, eu não sei em que ponto está. Em relação à energia nuclear, eu sou inteiramente contra Angra 3. Absolutamente contra. É um posicionamento pessoal meu. Até porque, eu acho que é uma fonte energética já extremamente antiquada, extremamente já em desuso. Quer dizer, ninguém mais hoje, acha que essa seja uma vertente para resolver os problemas de abastecimento de energia elétrica de seus Países. E eu diria que é uma carroça do sistema elétrico. É uma coisa inteiramente ultrapassada. E ao mesmo tempo, o que me preocupa mais ainda com a questão de angra 3, é que com angra 3 o Brasil vai ganhar em escala, na questão da necessidade do urânio enriquecido. E essa questão de se fazer angra 3, e concluir angra 3, 70% do equipamento todo adquirido, isso está encontrando eco, em algumas áreas do Governo, áreas extremamente importantes, baseado naquele axioma, falso, no meu entender, de que um país hoje no mundo, só é respeitado se tiver o conhecimento do átomo e com isso possibilidade de fazer o seu artefato atômico, com base nessa suposição inteiramente falsa, existem pessoas querendo emular essa questão...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Presidente Collor, poderia interrompê-lo, eu queria dar ao Presidente Casagrande, ele é muito novo, um testemunho. Eu entendo que só Olavo Bilac teve uma visão maior do que o Presidente Collor, sobre a natureza. Aquele negócio. Em 1992, eu era Prefeito. O exemplo arrasta. V.Ex^a. na vanguarda da Eco 92, eu era Prefeito lá no Piauí em Parnaíba, logo depois eu era Governador do Estado. Presidente Casagrande, só criei uma secretaria. Meio Ambiente. Eu tive a oportunidade, Presidente Collor, estar longe de imaginar, só Olavo Bilac, com a capacidade poética ele, deu a mensagem melhor. E dirigiram um Fórum de meio ambiente, já na Secretaria de Meio Ambiente Nacional na Universidade Federal Campos Reis, Ministro João Paulo Reis Veloso,

da minha cidade. E eu sou médico, fui professor de biologia muito tempo. Esse dias eu fiquei encantado, Casagrande, com o desenvolvimento depois da Eco 92, do termos de meio ambiente. Do nível cultural dos técnicos. Tudo começou com aquilo.

Então, só queria dizer que faz apenas 15 anos. Foi essa grande transformação. E ao Presidente Casagrande que está aí, eu vi como o Piauí, como o Brasil melhorou. Eu acho que outros Governadores criaram. Eu crie a Secretaria de Meio ambiente. Eu acho que nós somos 5560 Municípios. Casagrande, se V.Ex^a. iniciasse uma campanha de que todos os Municípios tivesse a sua secretaria meio ambiente, eu entendo que o Prefeito, o Presidente Collor também foi Prefeito, é o grande artífice. O Presidente Lula tem suas qualidades, suas sensibilidades. Ninguém nega. Presidente Casagrande falhou, o Fome Zero e eu o adverti. Porque eles afastaram o organograma. Eles queriam criar a roda. É o Prefeito. Eles não buscaram o Prefeito. Eu adverti que não ia dar certo. Porque o PT tinha muito poucos Prefeitos. Então, eles não se aproximaram dos Prefeitos. Então V.Ex^a. eu acho que se iniciar uma campanha de que todos os municípios terem uma secretaria de meio ambiente, como influenciado pelo Presidente Collor, nós criamos no Piauí e ele melhorou. Então V.Ex^a., Presidente Collor, é os aplausos V.Ex^a. contribuiu e mostrou ser um Presidente de muita investigação que agora que estamos, o mundo se preocupando, com que V.Ex^a. se preocupou 15 anos atrás.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Obrigado Senador Collor, obrigado Senador Mão Santa. Com a palavra Secretário Capobianco.

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Bem, Sras. e Srs. Deputados, Senadores, agradeço mais uma vez a oportunidade.

De fato, as várias intervenções aqui, as várias participações dos Parlamentares nos levam, ou me leva, me estimula a debater pontos extremamente importantes que foram aqui colocados, mas eu vou buscar me ater às perguntas objetivamente para darmos mais objetividade, para ser mais rapidamente. Primeiro com relação ao Senador Casagrande, quer dizer, a questão do Plano Nacional de Mudanças climáticas, gostaria de comentar até de comentar a fala do Senador Collor. Na realidade, o que se pretende é repetir a experiência que nós temos com a avaliação positiva, do grupo interministerial de combate ao desmatamento. O que acontece? A avaliação do Governo, todos nós, eu concordo e todos nós concordamos de que: Criar Comissões, via de regra, se destinam a adiar decisões, mas no caso do plano de prevenção e controle do desmatamento foi diferente, um plano onde o presidente,

por Decreto, determinou o objetivo, determinou as diretrizes do plano e determinou que no prazo de três meses elaborado fosse um plano detalhado, uma ação detalhada com orçamento para ser implementado. A vantagem que nós tivemos no plano de prevenção e controle do desmatamento, acordado pela Casa Civil, o Presidente da República determinou ao Ministério da casa Civil que se acordasse o plano, foi que era um plano de ação, não era uma Comissão para discutir o problema. Era um grupo interministerial para implementar um plano de ação que justamente tinha essa missão: De reduzir. Naquela ocasião não foi possível quantificar, não foi possível definir uma meta, na realidade nós não tínhamos elementos para definir, vamos reduzir em tantos por centos, reduzir o desmatamento, eu acredito que hoje, Collor, Gabeira, estabelecer metas internas, compromissos internos de redução. O Brasil deveria fazer esse exercício. Não seria fácil, teríamos que promover um debate amplo, nós temos que envolver os setores que contribuem para esse processo de desmatamento. Nós temos que chamar a responsabilidade dos Governadores, os Prefeitos como bem colocou, os atores locais, as comunidades de classe, o setor empresarial, para construirmos essa meta, eu acho que o Brasil deveria fazer isso e pode fazer, nós demonstramos para nós e para o mundo, queria dizer que o Brasil tem sido citado seguidas vezes por líderes internacionais como um exemplo de que quando há vontade política há possibilidade, redução do desmatamento, foi algo, era algo que ninguém acreditava. E isso foi possível.

Então, eu acredito, que eu sou favorável de que se faça, que o Brasil experimente estabelecer metas internas, metas internas, construídas com a sociedade brasileira e que passa a cumpri-las.

Então, a proposta do Plano Nacional de mudanças climáticas não é uma Comissão, é um plano, o Presidente da República, e o objetivo é construir esse plano e integrar... Está sendo elaborado. Agora, a fase inicial desse processo decorreu de um entendimento entre três Ministérios. Nós temos nessa questão, de mudanças climáticas, nós temos o Ministério de Ciência e Tecnologia como o Embaixador Vargas, já esclareceu, tem um papel central nesse debate, aliás, é o ponto focal no Brasil técnico desse tema.

Então, nós temos o MCT, o Ministério de Relações Exteriores e Ministério do Meio Ambiente. A Ministra Maria Silva esteve discutindo e tratando preliminarmente desse assunto com o Ministro Celso Amorim, devemos ampliar isso agora de forma intensa com MCT, para iniciarmos um processo que foi autoridade pelo Presidente da República.

Então, não há ainda, certamente Senador Casa-grande, esse debate, esse plano dependerá de uma discussão com os atores envolvidos, o Parlamento é essencial nesse processo e está previsto, inclusive, que o fórum de mudanças climáticas, faça relação direta com a sociedade, traga os inputs, as propostas da sociedade e do setor empresarial e acadêmico, para este plano. Eu imagino que nos próximos meses, nós vamos ter um intenso debate com todos atores para que esse plano represente de fato, as idéias de todos.

Com relação a metas internacionais, o senhor perguntou se o Brasil, ah, sim, falou sobre a questão muito importante sobre matriz energética. Eu concordo plenamente, o Ministério do Meio Ambiente defende um debate aprofundado sobre matriz energética. Isso tem a ver, inclusive, com o que o Deputado Gabeira colocou. O Brasil, ele tem que fazer opções. Essas opções dependem de investimentos político, institucional e financeiro. O Brasil tem que fazer opções. Para onde vai a geração de energia elétrica do Brasil? Nós temos vantagens claramente colocadas. Se nós não analisarmos aquilo o que o Senador Collor colocou, quer dizer, o Brasil diferentemente de um país como os Estados Unidos, dos países da União Européia, o maior problema na emissão daqueles países decorre da geração de energia, da atividade econômica, da atividade econômica. No nosso caso não, nossa emissão não depende, depende do desmatamento. Veja bem, o Brasil tem, portanto, uma vantagem de cara, isso não pode ser visto como um problema, é uma vantagem, quer dizer, o Brasil, a sociedade brasileira, o Parlamento brasileiro, o Governo Brasileiro, os poderes todos já decidiram que o desmatamento tem que ser votado, não estamos discutindo isso no Brasil, não há setores que defendem o desmatamento, de forma ativa. Tem alguns segmentos menos esclarecidos que em vez em outra defendem isso, majoritariamente há uma decisão pela redução, estamos num caminho bom, ótimo, vamos ter que reduzir, não vamos ter que cortar na carne, digamos assim, para ter que reduzir. Segunda questão. O Brasil com o biocombustível, etanol, toda sua potencialidade ambiental, ele tem objetivamente, tem efetivamente um caminho para frente diferente dos outros países. Nós temos países hoje, que a sua economia depende da queima de combustível fóssil e não tem nenhuma alternativa na Mesa. Nós não dependemos de combustível fóssil, em grande parte, dependemos parcialmente e temos alternativa na Mesa. O Brasil de fato tem como assumir o papel tem como consolidar, não é uma bravata, o Brasil tem efetivamente um horizonte promissor, em relação a matriz energética principalmente. Ora, o Brasil lançou o programa do PROINFA, para estimular objetivamente produção de

energia elétrica por fontes alternativa. Onde o PCH é o carro chave importante nisso aí. O Brasil tem que investir nisso, está correto o Deputado Mendes Thame, o Brasil tem que investir mais, o Brasil tem que investir, nós temos tecnologia para isso e, portanto, nós não concordamos de que o futuro da geração de energia elétrica no Brasil é obrigatoriamente renovável. Nós não concordamos. Nós temos certeza que uma decisão firme do poder público, da sociedade brasileira, possa fazer com que o Brasil desenvolva, amplie ainda mais o seu potencial em energias renováveis.

Com relação se o Brasil aceita metas internacionais em redução desmatamento, eu queria dizer o seguinte, de fato eu concordo plenamente que o debate não é uma questão Norte versus Sul, esse não é o debate. Concordo com isso. O problema é o seguinte, como disse muito bem o Embaixador Everton Vargas, queremos deixar claro que a posição do Ministério do Meio Ambiente, inclusive, já de certa forma, Senador Thame, em vários momentos, como se houvesse uma diferença intrínseca entre o MA e o Relações Exteriores, eu queria dizer ao Senhor que isso não é realidade. Queria dizer isso francamente, de espírito aberto, não é verdade. O Ministério do Meio Ambiente, o Ministério das Relações Exteriores, comungam, no princípio fundamental no seguinte: Se o Brasil reduzir a zero suas emissões, se o Brasil reduzir a zero, o desmatamento nós vamos perder a Amazônia e nós vamos todos perder o Rio de Janeiro, perder Recife, perder Guarujá, perder Santos, São Vicente. O problema não é esse, o problema é o seguinte: O Brasil, não se trata de uma guerra norte, sul. Se trata objetivamente de que para resolver os problemas de mudanças climáticas, os países emissores terão que reduzir muito mais. Não se trata de uma disputa política. Ora, se o Brasil aceita metas de redução, se aceitar metas de redução implicará em que os países mais emissores assumam compromissos muito maiores do que eles têm hoje? Porque não. Não tem nenhum problema. O problema é que essa discussão não está colocada, Em Nairobi, que o Senhor estava e eu também estava, se jogou uma cortina de fumaça, tentou-se colocar o Brasil numa posição defensiva, no Banco dos réus, acusando o Brasil, de não querer assumir metas, esse seria o grande responsável pelo fracasso da discussão. Porque os países envolvidos, não coloca o seu compromisso em mudar radicalmente sua matriz energética, em assumir compromissos radicais de redução de emissão. Não, se jogou tudo nas costas do Brasil, graças a uma ação pró-ativa nossa, nós revertermos. Porque nós poderíamos ter saído de Nairobi como o País... Olha só, o país que mais tem reduzido, o país que está levando propostas concretas. Claro, que com

isso aqui Deputado Gabeira, não estou fazendo um discurso que está tudo maravilhoso. Pelo contrário. Eu defendo que o Brasil tenha uma liderança mais construtiva, o Brasil pode fazer isso. Pode, concordo plenamente. Temos que fazer muito mais. Agora, o que se tentou fazer ali era inverte o jogo. Porque o Brasil e outros não querem assumir metas. Ah, então, está acabada a convenção. Ora, pelo amor de Deus.

A pergunta é: Porque os países envolvidos não assumem pelo menos cumprir o que assumiram de compromisso? Nem isso. Essa que é a realidade. Portanto, eu queria dizer Deputado Mendes Thame, com toda a transparência, a liberdade que eu tenho com o Senhor. Parlamentar que todos nós admiramos muito: É que nós precisamos por um fim a essa pretensa pseudodivergência do Governo, que o Ma defende uma coisa, o Itamaraty defende outra, o MCT defende outra. Não é verdade. Neste Governo, eu posso dizer, me sinto, orgulho como cidadão de ter participado de um Governo, onde os assuntos foram debatidos. Onde as posições foram debatidas e as divergências que ocorrem são tratadas dentro do Governo, e prevalece a decisão no Governo. Ora, porque o Ministério do Meio Ambiente tem sempre que prevalecer a sua posição? Nós estamos discutindo uma questão de Estado. E o debate que tem ser feito de forma clara. E se o Estado Brasileiro entende que, no momento a posição tal é melhor para o País, todos nós que operamos no Governo temos que trabalhar nessa mesma direção, para construirmos o melhor para o País. Portanto, eu acredito sinceramente o que o Brasil tem dado uma contribuição. Temos que avançar mais, mas, nós estamos dando uma contribuição.

Com relação ao que o senhor perguntou Deputado Mendes Thame, sobre a questão da legalidade do desmatamento, o senhor colocou um tema central, extremamente importante, eu agradeço ter colocado isso. O nosso problema no desmatamento, no nosso ponto de vista, nós temos dois clientes, digamos assim, quando nós enfrentamos o desmatamento. O primeiro é o desmatador ilegal que infelizmente, constitui a grande maioria. Quer dizer, se nós, nós temos os dados que o senhor perguntou, aliás, são dados que eu analiso, é o meu drama. Eu no Ministério do Meio Ambiente sou encarregado de gerir o plano e prevenção e controle ao desmatamento. E eu junto com o INPE, sou responsável por fazer o relatório de avaliação do desmatamento. Portanto, esse é um dado que eu avalio permanentemente. E lamentavelmente, lamentavelmente, 85% do desmatamento verificado nos últimos anos, são ilegais. São ilegais porque não foram autorizados, ou seja, se você cruza as autorizações emitidas, não só pelo IBAMA. Eu queria dizer que o IBAMA é o que

menos emite. Mas você pega as emissões dos Estados, porque órgãos Estaduais podem emitir, no caso do Mato Grosso, por exemplo, no caso Rondônia. Soma as autorizações emitidas no Estado, soma ácido IBAMA, cruza com o desmatamento efetivado, a constatação é que oitenta e cinco por cento no mínimo é ilegal, é ilegal porque não foi autorizado. Portanto, nós temos a obrigação nesse caso, de combater com todo o rigor da lei esta ilegalidade. Agora, nós temos 15% do desmatamento legal que o proprietário ele tem o direito a desmatar, segundo a Legislação brasileira, e se ele solicitar autorização e o órgão ambiental não der, ele pode ir à justiça obter por via judicial, ele tem o direito legal. Este é o segundo cliente, que eu digo que é no convencimento. Nós temos que mostrar para ele, que ele ganha mais se ele não desmatar, para isso, entra na sua próxima pergunta. O que o Ministério do Meio Ambiente tem feito para viabilizar isso? Eu diria ao Senhor que a resposta não é só o Ministério do Meio Ambiente. É EMBRAPA, o poder do Ministério da Agricultura, é o MCT, que tem feito um trabalho enorme e o MA principalmente, são esses três Ministérios que estão sendo trabalhados. O que nós temos buscado fazer? Tornar o manejo florestal viável no Brasil, o manejo florestal e não o madeireiro, o madeireiro e não madeireiro, ou seja, amplo, serviços ambientais inclusive. Para isso, nós trabalhamos em duas frentes, uma na capacitação na criação de metodologia e de capacidade para o manejo. O resultado disso pode ser mensurado em números. Em 2002 nós tínhamos 200 mil hectares de florestas na Amazônia manejadas sob a certificação do (inaudível) que é o sistema internacional de gerenciamento e credenciado do manejo. É o mais rigoroso que existe, ele verifica se aquele manejo está de fato ocorrendo de forma sustentável, ponto de vista ambiental, social e econômico, nós tínhamos 2000 hectares, hoje nós temos quase 2 milhões.

Então, a resposta é muito clara: O Brasil tem capacidade, o Brasil tem tecnologia para fazer, o que o Brasil não tinha? O Brasil não tinha uma Legislação que permitisse que a exploração das florestas se desse de forma estável do ponto de vista institucional, o que acontecia na Amazônia, Deputado, é que lamentavelmente, não, graças a Deus, afortunadamente, a grande parte do território do Amazonas é de floresta pública, Estadual ou Federal. O que ocorria? As empresas sérias que é queriam fazer o manejo, não entravam na Amazônia, não havia como obter terra para fazer o manejo florestal. Você não faz manejo florestal em 100 hectares, que é o que fácil de se obter pelo INCRA, ou 400 hectares, hoje. Você faz manejo florestal em 10, 20 mil, 100 mil hectares, para que isso seja economicamente viável e sustentável. O manejo flo-

restal na Amazônia de madeira implica em retirar seis árvores por hectare a cada 30 anos, eu não sobrevivo, em uma atividade econômica tirando seis árvores por hectare a cada 30 anos em 100 hectares. São áreas extensas necessariamente. O que acontecia era que, como isso era de Poder Público, não havia possibilidade de atuação ali, havia uma indústria da grilagem, só enfrentava na Amazônia, empresa que estava disposta, através de grilagem, operar na clandestinidade, no manejo predatório. Que é a realidade Amazônia de grande parte hoje. Com a lei de gestão de florestas públicas, se permitirá finalmente agora... Nós estamos aqui, inclusive, vamos submeter ao Congresso, o primeiro relatório, do primeiro ano de gestão de florestas públicas, que está pronto. Estamos fechando hoje. Hoje tem uma reunião da Comissão de florestas públicas que eu presido, não estou lá, porque estou aqui, mas, justamente para fechar o relatório que virá do Senado, para mostrar os resultados, do primeiro ano de gestão de florestas públicas, conforme diz a lei, onde nós vamos ter finalmente a possibilidade de que empresas sérias que de fato tenham todos os procedimentos adequados possam, operar na Amazônia, sob um grau de institucionalidade adequado. O que acontece? Com isso nós vamos responder a pergunta, ao comentário do Senador Collor, que muito me preocupou, que é o seguinte, Senador, o Senhor disse o seguinte: O Brasil, o senhor disse o seguinte: se eu anotei corretamente, que é mais fácil o senhor induziu, deu a entender que é mais fácil reduzir o desmatamento, depende só de nós, do que um País desenvolvido mudar sua matriz energética, a sua economia. Não é, Senador. Não é. A nossa pesquisadora Bertha Backer que todos aqui conhecem, uma pessoa de profundo conhecimento da Amazônia, publicou um artigo no Jornal O Globo, recentemente, que fez todos nós do Ministério do meio ambiente ficarmos profundamente desolados. Ela demonstrou aquilo que nós já sabíamos empiricamente, mas, ela provou que o resultado do plano de prevenção e controle do desmatamento, que reduziu 50% do desmatamento na Amazônia, aumentou a pobreza. Isso é lamentável. Isso é lamentável. A economia da Amazônia, Senador, está baseada no manejo predatório. O problema é que ela gera emprego, empregos de péssima qualidade, é verdade. Mas, ela gera economia. Em karajás, no pólo de karajás, o pólo guseiro de karajás movimenta 1.7 bilhões de reais na economia informal da produção de carvão de origem madeireira ilegal. Temos empregos mais 100 mil empregos diretos e indiretos vinculados diretamente a isso. Nós temos que oferecer alternativas a essas pessoas. Portanto, dizer que reduzir desmatamento depende apenas de uma decisão de fazer acontecer e acabou, não é assim, nós

temos que investir, investir muito para que essas pessoas, que vão ter que sair da economia predatória, que elas tenham economia não predatória para realizar. As pessoas precisam sobreviver. Infelizmente a economia foi montada num processo predatório de grilagem de terra, de corrupção, de desmatamento ilegal e assim, as pessoas estão sobrevivendo. Portanto, nós temos que inverter isso.

SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL) – Se o senhor me permitir, eu diria o seguinte: Seria o mesmo raciocínio de que causaria um desemprego como realmente causou, não é, quando nós lutamos tenazmente para acabar com o garimpo na Amazônia. O garimpo na Amazônia dava milhares e milhares de empregos e subempregos, mas poluíam os rios, desmatavam para fazer as avionetas descerem. O fato de isso gerar um desemprego, isso não justificaria uma não ação de vossa parte.

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – De forma nenhuma.

SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL) – No caso aí também o senhor está falando nisso tudo, mas tem aí o trabalho escravo. Tem o trabalho, o trabalho com crianças. Que são utilizadas para isso.

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Claro, claro.

SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL) – Então, quando eu digo que a redução do desmatamento, a redução drástica do desmatamento, só depende de nós, depende de nós sim, em todos esses aspectos, em todos esses aspectos. Se isso vai gerar um desemprego na área, um desemprego que a gente não pode dar sequer esse nome porque é uma coisa degradante.

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Subemprego.

SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL) – O trabalho escravo é degradante, nós temos que dar compensações sociais.

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Exatamente.

SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL) – Agora, isso tem que ser feito a partir de um trabalho conjunto. Agora, o fato de isso, nós cruzarmos os braços, vamos deixar desmatar porque se não, o pessoal vai ficar desempregado. Essa é uma afirmativa que eu não posso concordar.

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – De forma alguma essa é uma afirmativa, eu quis dizer para o Senhor, não foi isso. Eu quis dizer o seguinte: A decisão de redução está mantida, nós continuamos a manter, vamos reduzir ainda mais. Essa é a meta do Governo, o Presidente da República determinou redução maior,

nós queremos reduzir a zero o desmatamento ilegal. A zero, essa é a meta do Governo.

SENADOR FERNANDO COLLOR DE MELLO (PTB-AL) – Estamos falando de desmatamento ilegal.

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Eu não quis dizer que nós não devemos fazer, eu quis dizer que há um custo enorme, para isso. Por isso o Brasil foi no âmbito da Comissão de clima, buscar uma ferramenta de incentivo financeiro positivo para isso, nós precisamos ter recursos para investir na economia da floresta em larga escala, em pequena escala já investimento, e temos resultados em larga escala na economia da floresta. Aí, mais uma vez, encerrando Senador Casa-grande. Mais uma vez que eu digo que a nossa posição no fórum internacional Senador Mendes Thame, é uma posição de Governo, não é de Ministério. Nós dizemos aos países desenvolvidos que deixamos de emitir 400 milhões de toneladas de forma voluntária, vamos continuar reduzir a missão. Mas nós precisamos no âmbito do acordo da convenção, receber incentivos positivos por isto, porque a compreensão prevê isso daí, nós não estamos vendendo a nossa ação. O Senhor disse: Vocês reduziram, mas estão cobrando. Nós não estamos cobrando nada, nós estamos dizendo que no âmbito da cooperação internacional...

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP) – Ambientais, porque não...

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Mas, veja bem, não é nem o caso, deu a entender que quase fosse uma chantagem. Mas não é isso. Objetivamente, a convenção diz, determina que os signatários, e todos são signatários, como bem disse o Embaixador Everton Vargas, os Estados Unidos também é signatário, embora não ratificou Kyoto. Lá diz que é sim compromisso e obrigação, que haja cooperação internacional, haja transferência de recurso tecnológico para que se atinja o objetivo da convenção que é redução da emissão. Se o Brasil por conta própria, recursos próprios, com decisão própria, voluntariamente, decidiu reduzir o desmatamento em 50% e quer continuar reduzindo. Porque não isso não tem valor no âmbito da convenção? Porque o Brasil não pode com isso, receber recursos, investir mais para aprofundar a redução do desmatamento e aí sim, com geração de alternativa de emprego e renda, manejo adequado da floresta. Esse é o nosso desafio. Portanto, mais uma vez, queria dizer que é o momento que mostra uma unidade entre o Governo, o Governo Brasileiro como um todo, o Estado Brasileiro está discutindo isso no âmbito da convenção de forma integrada. E encerrando, eu não entendi, Deputado Mendes Thame, sobre a proposta que o Embaixador teria apresentado, quer dizer, o que

eu entendi que o Embaixador apresentou, foi essa proposta. Quer dizer, a proposta o que o Brasil hoje está debatendo no foro internacional é de compensação por redução de emissão de desmatamento para todos os países em desenvolvimento. Não só do Brasil. É essa proposta. Agora, se há uma outra proposta que eu não percebi, após o Embaixador esclarecer, posso dizer ao senhor se conhecemos ou não.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP) – O Senador Collor, fez uma observação, importantíssima, que talvez tenha passado despercebido. Falou da dificuldade em recuperar das áreas já degradadas. O que está impedindo que esses incentivos o que o Senador colocou...

DR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO – Desculpe, até aqui devido ao meu papel, eu acabei pulando uma questão que o Deputado Gabeira colocou extremamente importante.

Nós temos a possibilidade, inclusive, previsto no MDL de recuperação de florestas antigas. O Brasil, nós tivemos agora... Acabamos, graças a uma contribuição do Brasil, inclusive, conseguimos nos acordos, na negociação necessária, a implementar essa... O MDL florestal que a gente chama, nós temos agora os critérios para isso. Uma condição fora do Brasil, e nós já estamos iniciando o desenvolvimento de uma proposta nessa linha. Qual é a idéia? A idéia é elaborar um programa ambicioso, no sentido que a gente possa se utilizar, nos utilizarmos desse mecanismo do MDL. Na linha do que se colocou, Deputado Gabeira, quer dizer, se eu tenho, se eu posso fazer esse (inaudível) carbono, se isso gera crédito, e eu obtenho na venda do crédito recurso para fazer o serviço, eu vou poder criar um mecanismo extremamente promissor não só para Amazônia, para Mata Atlântica, para as encostas, Rio de Janeiro, nós temos um espaço enorme para isso. Exatamente.

Então, de fato me desculpa, responder isso aqui, me permitiu colocar isso, nós estamos trabalhando seriamente nessa linha. Inclusive, temos até uma (inaudível) especialista brasileira, importantíssima, que está nos ajudando a desenhar uma proposta nesse sentido, para que a gente possa de fazer, o Brasil possa competir e com projetos desburocratizantes exatamente, porque ele é dirigido, inclusive, a pequenos proprietários, principalmente. Para que a gente tenha o replantio de florestas, sequestro de carbono, com geração de emprego e renda na linha do que você colocou, Deputado.

DEPUTADOR FERNANDO GABEIRA (PV-RJ) – com todo nosso apoio. Trinta segundos só... Sobre a relação do Brasil com os outros países, sobre tudo os países chamados desenvolvidos, nesse campo. O

modelo que eu tenho na cabeça é o modelo que nós temos no nuclear. Nós assinamos o tratado de não proliferação e continuamos a lutar para que os outros reduzam seus armamentos, não lutamos tanto, porque não temos ainda essa desenvoltura, mas o Brasil além de assinar o tratado de não proliferação, ele, por exemplo, foi um dos primeiros países a aceitar as indicações da ONU para restringir algumas ações do Irã, porque faz parte da visão.

Então, o modelo é esse, quer dizer, a gente faz e exige que o mundo faça, é essa a proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES) – Vamos passar a palavra agora para que a gente possa partir para o encerramento da nossa audiência, para o Embaixador Everton e solicitando que ele possa usar o máximo poder de síntese que ele tem, já foi aqui exaltado pelo Deputado Menes Thame.

EMBAIXADOR EVERTON VIEIRA VARGAS: Muito Obrigado Senador. Como eu vi uma vez numa peça sobre o funcionamento do Congresso Americano, que deram a palavra ao Senador e pediu para que fosse breve. Eu vou repetir a frase: Eu serei tão breve, quanto eu serei. Eu vou procurar ser o mais conciso possível.

Vou ir diretamente aos pontos que me foram colocados. Na questão de metas, houve aqui uma questão direta sobre... O Brasil defende que após 2012 sejam estabelecidos, para ele, metas de redução de emissões? Essa questão de metas, para os países em desenvolvimento, tem que ser vista dentro do regimento internacional sobre mudança do clima. Esse regime foi estabelecido pela Convenção, Quadro sobre Mudança do Clima e pelo protocolo de Kyoto. Mas, a pedra angular disso é a convenção. Na convenção exatamente em função das responsabilidades comuns, porém, diferenciadas dos Estados, foi estabelecido que apenas os países do chamado anexo um, isto é, os países industrializados e as antigas, antigos países socialistas chamados de economias em transição, tivessem metas. Então, pelo tratado internacional, apenas eles têm metas, o compromisso deles de meta é esse. Portanto, qualquer estabelecimento de uma meta internacional não só para o Brasil, mas para qualquer País em desenvolvimento. Qualquer País que não esteja no anexo 1, representaria, renegociar a Convenção. Renegociar a Convenção significa reabrir todo o processo político de negociação, desse tratado internacional com consequências inimagináveis para a sobrevivência do regime internacional. Sim Deputado.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ) – Senador, jamais interromperia. Mas, não é total-

mente verdade se um País decide unilateralmente de terminar metas.

EMBAIXADOR EVERTON VIEIRA VARGAS: A segunda parte da minha exposição seria esta. Esse é o que eu estou dando aqui é o marco legal, é o marco legal em que nós estamos atuando. Portanto, o Brasil chegar dentro da convenção, no âmbito da convenção e dizer: Nós vamos ter metas dentro da convenção. Isto não tem amparo legal dentro da convenção, não há como a conferência das partes, não há como o secretariado monitorar isso da maneira que ele faz com os países do anexo 1. Todavia, como disse o Secretário Capobianco é obvio o que o Brasil é um País soberano, para estabelecer metas internas. Isso ele pode fazer. É uma decisão de Governo, é uma decisão que depende de vontade política. Existe toda uma complexidade em matéria de metas, não nos iludamos. Essa complexidade decorre de qual é o percentual que se vai estabelecer? Que setores serão contemplados? Quais são as reais medidas que têm que ser tomadas do ponto de vista do monitoramento dessas metas e do seu efetivo cumprimento? Que não é uma coisa simples.

O caso do desmatamento eloquentemente colocado aqui pelo Secretário Capobianco é bastante elucidativo nisso. Mas, eu acho que o Brasil por outro lado tem já um trabalho feito. Nós temos na questão, por exemplo, dos biocombustíveis e na questão do mesmo do desmatamento, antes, tivemos antes de tudo vontade política. Vontade política que se traduziu em n.º.s. Se traduziu em n.º.s. Nós temos hoje dentro, se tomarmos alguns dados, apenas do que significou adicionar etanol à gasolina ou substituir parte da gasolina pelo etanol, nós temos alguns dados significativos. Eu vou tomar a liberdade de ocupar algum momento a sua atenção, para dizer o seguinte: Que, por exemplo, em 2004, o uso do etanol em substituição à gasolina, evitou a emissão de 27 e meio milhões de toneladas de CO2 equivalente. De acordo com estudos da CETESB realizados no Estado de São Paulo, esta adição de etanol significou uma redução de 1,4 microgramas por metro cúbico de chumbo para menos, para menos de 0,10 microgramas de chumbo. E 1,4 microgramas, era o valor de 1977. Menos de 0,10 microgramas por metro cúbico, é o valor de 1991, conforme estabelecido, conforme chegado na comunicação nacional sobre mudança do clima.

No caso de enxofre, de 1984 a 2003 foi possível reduzir o conteúdo, as emissões de enxofre de 50 microgramas por metro cúbico para 15 micro grama por metro cúbico. Material particulado: Reduzimos de 90 microgramas em 86 a 50 microgramas em 2006. Isso apenas para mostrar que, com vontade política, se alcança também metas. O fato do Brasil não ter uma

meta específica dentro da convenção e nem dentro do protocolo, não quer dizer que ele não possa estabelecer metas que ele possa atingir. A questão é que aí será para o Parlamento, será para o Executivo. Nós todos teremos que trabalhar juntos para ver o que é possível, porque também há um aspecto de política externa com metas internas. Se você estabelece uma meta interna e você não a cumpre, a sua posição negociadora no plano internacional é muito mais vulnerável, não tenha dúvida disso. Nós dificilmente teremos protagonismo internacional, liderança internacional unicamente porque estabelecemos uma meta interna. Nós só teremos protagonismo internacional, se essa meta for efetivamente cumprida.

No caso do desmatamento, o Brasil teve nos últimos anos uma oportunidade ímpar em termos de reforço da sua participação internacional. Por quê? Porque ele tem algo a mostrar. O fato de nós, hoje, sermos vistos como um paradigma na área de energia é uma questão extremamente importante do ponto de vista da política externa. Então, esse é um aspecto que eu queria colocar.

Um outro aspecto que é importante, relacionado com essa questão de metas é o seguinte: O que diz a Convenção a respeito das obrigações de todos os países. Não apenas do anexo 1, de todos? O art. 4.1 B da convenção diz o seguinte: Que todas as partes de acordo com suas responsabilidades comuns, porém diferenciadas irão, formular, implementar, publicar, e atualizar regularmente, programas nacionais que incluam medidas para mitigar a mudança do clima enfrentando as emissões de gás de efeito estufa. Portanto, aí está o local onde nós podemos trabalhar, e o local onde o Brasil está se estribando, para apresentar a proposta que a Ministra Marina apresentou em Nairobi, sobre os incentivos, positivos para políticas para redução do desmatamento.

Além do mais, e aqui eu entro um pouco, já numa resposta, mais à frente, responder totalmente, do Deputado Mendes Thame. Também os países, todos eles, são convidados a promover e cooperar para o desenvolvimento, aplicação e difusão, inclusive, transferência de tecnologias, práticas e processos que controlem, reduzam e previnam as emissões antrópicas de gases do efeito estufa. O Brasil está fazendo isso, por exemplo, no caso do etanol, nós estivemos, agora, esse memorando entendimento, assinado durante a visita do Presidente Bush a São Paulo, mas temos também, ações concretas, por exemplo, a EMBRAPA acaba de abrir, em Gana, um escritório na África. Exatamente para promover cooperação internacional com a África em vários setores, obviamente, não só na área de bio-

combustíveis, mas os biocombustíveis são certamente uma área fundamental para isso.

É preciso ter presente que a própria convenção, o texto negociado diz o seguinte. No art. 4.7 que o grau de efetivo cumprimento de compromissos assumidos sob a convenção por países em desenvolvimento, dependerá do compromisso efetivo e do cumprimento pelos países desenvolvidos, no que se refere as recusas financeiras, transferência de tecnologia. E mais. O cumprimento dos compromissos dos países em desenvolvimento levará plenamente em conta, o fato de que o Desenvolvimento Econômico e Social e a erradicação da pobreza são as prioridades primordiais e absolutas das partes, países em desenvolvimento. Portanto, existe um marco jurídico dentro do qual nós temos que nos organizar, temos que trabalhar para fazer. Esse marco jurídico é amplamente flexível, ele é amplamente capaz de nos dar uma base para a elaboração de uma política nacional na área de mudança do clima, que eu concordo com o Deputado Gabeira, é uma, não se trata apenas de uma política ambiental, trata-se antes de tudo de uma política estratégica, porque mudança do clima não tem haver apenas com a questão ambiental, per ser(F), mas tem haver com a economia, tem haver com o comércio, tem haver com a tecnologia e isso é extremamente importante.

Outro ponto que me foi levantado aqui foi a questão do MDL sobre excessiva burocracia e falta de conhecimento. Eu devo dizer o seguinte, a Legislação brasileira sobre MDL ela é a cópia exata do que resultou do processo negociador no âmbito da conferência das partes da convenção. O Brasil não fez nenhuma, nenhuma adição àquilo que foi negociado dentro da convenção. Exatamente porque nós não queríamos ter maiores burocracias. Eu aceito a crítica de que ele é um pouco burocratizado, sim. Mas, foi o que se pôde fazer para evitar que o MDL fosse pervertido por aqueles, por aqueles que queriam utilizá-lo de uma maneira insidiosa, para fugir aos seus compromissos de redução doméstica. Porque essa foi a grande questão que se colocou, quando regulamentamos o protocolo de Kyoto, que os países que tinham obrigação de redução de emissões, queriam evitar tomar as medidas internas que são custosas por meio de projetos em países em desenvolvimento.

Um outro aspecto que eu gostaria de colocar aqui e aí eu entro um pouco nas questões do Deputado Mendes Thame. A questão dos bens ambientais, eu devo lhe dizer, Deputado, que efetivamente isso é um dos temas que está na declaração de Doha. Mas, nós enfrentamos um desafio muito grande no plano internacional que é a definição do que são bens ambientais. Não há consenso. Isso é estar sob uma dis-

cussão muito acirrada e complexa no âmbito do comitê de comércio e meio ambiente da OMC e enquanto nós não tivermos uma definição clara do que são bens e serviços ambientais, nós não temos como colocar qualquer produto lá. Agora, sou o primeiro a concordar com V. Exa de que se trata de um assunto da maior importância para o Brasil, porque não se trata apenas do etanol, dos biocombustíveis, mas trata-se também do fato que nós temos a maior biodiversidade do mundo. E essa biodiversidade tem que ser valorada, ao valorar a biodiversidade por aí, que nós vamos evitar o desmatamento, o desmatamento não vai ser evitado cercando a Amazônia, uma coisa impossível, mas ele vai ser evitado dando valor aos bens que estão na Amazônia, agregando valor a eles no local, atraindo empresas que possam trabalhar lá e, sobretudo, treinando o nosso homem, treinando a população, educando-a para valorizar aquele produto.

Segundo ponto também o que o senhor me colocou, foi a questão tecnológica. Eu devo lhe dizer apenas o seguinte: A missão do Itamaraty não é identificar tecnologias, essa é uma missão ampla que eu acho que atribuiria mais a outros órgãos, inclusive, do Governo, o Itamaraty é muito atento à questão tecnológica, porque a tecnologia é um diferencial de poder. Agora, obviamente nós estamos atentos àquilo que se vai fazer. Agora, nós trabalhamos muito não só em coordenação com outros Ministérios, mas também com iniciativa privada. E no caso específico do etanol celulósico, sem dúvida estamos trabalhando para isso, inclusive, é uma das áreas que estamos mais empenhados em cooperar. Inclusive, no Brasil, nós temos projeto significativo sobre isso e o Brasil nessa questão de etanol, ele tem uma postura tecnológica que não é a de um País recipiendário de cooperação, mas, é de um País que pode, não só oferecer cooperação, mas também compartilhar, discutir, inclusive, com outros países em nível adequado. E uma das coisas que é importante aí é a questão de normas e padrões para transformar o etanol numa *commodity* internacional. E isso é uma das coisas que nós estamos muito empenhados e recentemente lançamos um fórum internacional em Nova Iorque, a 1ª reunião ocorrerá em abril, em Bruxelas, com Estados Unidos, Índia, China, África do Sul e União Européia, que vamos trabalhar com isso com vistas a desenvolver um padrão internacional, o senhor que é um professor nessa área, sabe muito bem que uma coisa é ter etanol derivado da colza, outra coisa o etanol do milho, outra coisa da cana. Então, nós precisamos ter uma forma de negociar o etanol dentro de uma Bolsa de Mercantize(F) de Futuro, dentro de uma Bolsa de Chicago e etc. Outra pergunta o que o senhor me colocou foi a questão da

proposta brasileira que eu me referi. Eu quero deixar claro o seguinte, nós temos na verdade, o Brasil tem na verdade duas propostas sobre a Mesa, que lhe fez. Vamos até ser mais preciso. Três propostas. Uma proposta foi aprovada em 1997 que foi o MDL. O mecanismo de desenvolvimento limpo. Isso está aprovado, adotado, regulamentado e funcionando. Segundo, o Brasil também em 1997 apresentou à terceira Conferência das Partes, uma proposta com vistas a estabelecer critérios para definir a responsabilidade dos Estados pelo aumento da temperatura da superfície do planeta. Por quê? Porque essa proposta tinha o objetivo de ser uma metodologia para se assignar a responsabilidade de cada País e a partir daí estabelecer as metas para os Países que têm metas, que são os Países do anexo 1. Essa proposta está, desde que ela foi apresentada, ela está na página da convenção quadro sobre mudança do clima. Ela sempre esteve, e devo-lhe dizer que ela tem sido examinada em diferentes seminários internacionais, diferentes discussões no âmbito do órgão subsidiário, sobre Assessoramento Científico e Tecnológico da Convenção e, inclusive, há um grupo de peritos que está fazendo um trabalho científico e que deverá ser completado no terceiro trimestre de 2007, e deverá ser apresentado um Relatório até 30 de outubro de 2007. E esse Relatório, obviamente, será examinado na próxima Sessão do órgão subsidiário sobre assessoramento científico e tecnológico.

Eu devo lhe dizer que essa proposta é uma proposta extremamente técnica, ela é algo que eu devo lhe confessar, com toda a honestidade, que não me aventuraria aqui, a fazer uma exposição sobre ela, permito-me sugerir que um dia convidassem a Dra. Telma Crug, que é uma grande especialista nisso, ou o Dr. Gilvan Meira, por exemplo, o Dr. Migueis que são pessoas que estiveram no coração dessa proposta. Mas ela teve esse objetivo, de que as metas não fossem como foram em Kyoto, estabelecidas por um critério político. Porque assim, é que foram as metas definidas em Kyoto. As metas que estão lá no protocolo, elas não são metas definidas com base em qualquer critério objetivo.

Bom, a terceira proposta que nós temos é essa proposta que o Dr. Capobianco e eu nos referiríamos, que é a proposta referida pela ministra Marina Silva, que é a mais recente, que se refere aos incentivos positivos. Então, não se tratam de propostas excludentes, mas, são complementares. Todas elas representam o esforço que o Brasil vem fazendo ao longo dos anos, dentro do debate internacional sobre mudança do clima.

Quero, eu quero completar com duas, duas respostas aqui, uma é a questão dos esforços da África que o Deputado Mendes Thame me falou, sem dúvida

a questão de oleaginosas é extremamente importante. O trabalho do Brasil com outros países, em terceiros países é algo que o governo brasileiro considera politicamente importante. Mas eu quero dizer também, já que eu estou aqui no Senado, e com Deputados e coisas, de que isso vai representar também a necessidade de maiores recursos financeiros para o Itamaraty. Precisamos de recursos financeiros novos e adicionais ao nosso orçamento, porque nós precisamos, por meio da agência brasileira de cooperação, poder pagar cooperantes que vão lá, poder assumir os gastos que são inerentes a isso. Não se faz política externa sem dinheiro. Política externa tem duas coisas, dinheiro e gente. Gente o Itamaraty tem uma história de formar, dinheiro nós dependemos dos senhores e eu tenho certeza de que os senhores trabalharão e o secretário geral do Itamaraty, inclusive, é muito conhecido nessa Casa por ser um combatente pelo orçamento do Itamaraty. E eu sei, porque eu trabalhei com ele muito tempo, e sei quando ele se dedica a isso. E também, da cooperação dos senhores Deputados e dos senhores senadores.

Finalmente eu queria falar um pouquinho sobre a questão levantada pelo Deputado Gabeira, que é essa questão que nós estamos no limiar de uma nova revolução industrial. Olha Deputado, nós tivemos, já tivemos a oportunidade de conversar, inclusive pessoalmente sobre isso, eu acho que o senhor não poderia estar mais certo. E devo lhe dizer que o Itamaraty que pensa que, o Brasil não como uma situação de momento, mas pensa o Brasil à luz da sua tradição ao abrigo do presente, mas com os olhos no futuro. Nós precisamos sim, debater o futuro desse País em termos de décadas, não em termos de um período, um mandato governamental, ou um mandato de... Uma Sessão legislativa, uma Legislatura. Nós precisamos pensar a longo prazo. E para pensar a longo prazo, nós precisamos reunir no Brasil, as melhores cabeças que nós temos, o Brasil tem capacidade para isso, nós somos uma sociedade capaz de fazer. Nós não estamos felizmente na da situação de outros Países que dependem, muito, da cooperação internacional para pensar a si próprio. Nós podemos pensar a nós mesmos a partir da nossa realidade e dizer ao mundo como é que nós queremos que ele seja a partir das nossas realidades dos nossos interesses, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES) – Muito bem, embaixador Everton. Então chegamos ao fim da nossa audiência.

E a Comissão Mista de Mudanças Climáticas pediu audiência com o Presidente Lula, para que nós possamos ir lá e fazermos um debate, uma conversa com ele sobre as ações do governo nesta área.

O Capobianco trouxe a informação de uma idéia que está sendo iniciada, e uma ação iniciada, do programa nacional sob mudanças climáticas. Acho que nós precisamos aglutinar forças em torno desse programa. O Presidente Lula precisa com a mesma empolgação que lançou e acompanha as ações do Programa de Aceleração do Crescimento, precisa estabelecer com empolgação, com determinação as ações inerentes ao governo brasileiro até para que isso possa se reproduzir para os governos estaduais e municipais. Mas as ações necessárias, para que nós possamos de fato ter uma ação concreta do Brasil nessa área, independente até do estabelecimento de metas, assumidas em fóruns multilaterais, como informou o embaixador Everton, da sua complexidade. Mas, isso não nos exime de fato, de termos os nossos objetivos pré-determinados aqui, por ação do governo. Acho que nós precisamos estabelecer que a ida o Presidente e a nossa ação no Congresso é para juntar força em torno de políticas claras do governo, com apoio da sociedade que tem objetivo de implementar estas ações. Então, eu acho que a nossa ida ao Presidente vai ser importante, o nosso debate aqui, que no dia-a-dia. E a ação que nós vamos fazer que durante todo esse tempo, vai ser fundamental para fortalecer essas posições dentro do governo e de envolver outras lideranças importantes nas ações de implementação na área de mudanças climáticas. Então, eu quero agradecer ao Capobianco, agradecer ao embaixador Everton, transmita a ministra Marina e ao Ministro Celso Amorim, que nós teremos também oportunidade outras, para que eles possam também estar aqui, nas nossas comissões, para continuar o debate que nós iniciamos hoje.

Obrigado, Presidente da Subcomissão das nações exteriores, Senador Collor, Deputado Gabeira, Deputado Thame, que ficaram aqui até o final.

Boa-tarde a todos vocês. – Deputado **Eduardo Gomes**, Presidente.

(Sessão encerrada às 13h13)

Ata Circunstanciada da 5ª Reunião de 2007, Administrativa, da Comissão Mista Especial “MUDANÇAS CLIMÁTICAS”, criada pelo Ato nº. 01, de 2007, “destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil”, realizada em 12 de Abril de 2007, quinta-feira, às 9h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Deputado Eduardo Gomes - *Presidente*

Senador Renato Casagrande - *Relator*

Deputado Iran Barbosa

Deputada Rebecca Garcia

Deputado Fernando Gabeira
Deputado Luiz Carreira
Deputado Rodrigo Rollemberg
Deputado Sarney Filho
Deputado Jorge Khoury

Esteve ainda presente a Senhora Deputada, não membro da Comissão, Perpétua Almeida.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Havendo número regimental declarado aberta a Reunião da Comissão Mista Especial para Mudanças Climáticas.

As Atas... Esclareço primeiro que a pauta desta reunião é administrativa, destina-se a apreciação de requerimentos, as Atas da terceira e da quarta reuniões encontra-se sobre a Mesa, as coloco em votação propondo a dispensa de suas leituras. Os que a aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Antes de passar a palavra ao Sr. Relator, gostaria de fazer algumas breves considerações. Primeiro, sobre a nossa visita ao INPE, pedimos à Assessoria que preparasse uma breve nota técnica sobre a sua importância. Solicito à Assessoria se está pronta para que possa ser distribuída aos Srs. Parlamentares. Estamos ainda... Foi solicitado ontem ao Senado que a Secretaria do Senado fizesse a leitura dos nomes que compõem o quadro completo da Comissão. Houve algumas modificações na Câmara, mas informo que todos os 12 Parlamentares e 12 suplentes da Câmara já foram indicados. Tenho informações de que vários Senadores conseguiram organizar a questão da sua indicação e que isso deve ser lido hoje na Sessão do Senado.

Gostaria, antes de passar a palavra ao Relator, passar a informação a todos os Parlamentares de que a Comissão formada pela Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, Relações Exteriores, Meio Ambiente e ontem por uma solicitação, a Comissão da Amazônia, a Comissão de Minas e Energia e outros organismos da Casa formaram um calendário de discussão em conjunto com a Comissão Mista de Mudanças Climáticas para o debate e a construção de pauta para o seminário que consta do plano de trabalho, com data ainda a ser definida por essa Comissão. E entre as deliberações e discussões que pretendemos ter hoje, surgiu a idéia para discutir com os Parlamentares de que a Comissão, através do apoio da Câmara dos Deputados e do Senado, com relação à Câmara já numa conversa prévia com o Presidente Arlindo Chinaglia providenciasse a revisão dos relatórios executivos, dos dois relatórios do IPCC para a possível publicação submetida ainda análise do Relator, submetida a análise dos Srs. Parlamentares, mas a publicação parcial como se fizéssemos isso em cadernos do relatório executivo dos

dois relatórios. Isso considero importante por conta da falta de informação. O noticiário muito pontual nas publicações temos acompanhado e principalmente o grande número de pedido de informações que chega todos os dias no gabinete de todos os Deputados de Câmara de Vereadores, de Assembléias Legislativas, de universidades, para acesso aos relatórios, suas conseqüências, seus comentários, enfim, a política de mudanças climáticas.

Então, nós estamos buscando esse entendimento. Eu queria propor ao Relator, já que algumas sugestões também se o Senador Renato Casagrande concorda que passemos a palavra para duas ou três observações antes da sua fala para compor na sua fala já para a reunião ficar mais prática. Passo a palavra ao Deputado Fernando Gabeira.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ)

– Seguente, sobre o Relatório, eu concordo plenamente com a divulgação. E acho que a gente deveria encaminhar para a internet aquilo que a gente possa encaminhar. Senão a gente vai ficar produzindo muito material para eles.

Agora, não sei se o Presidente observou, no que diz respeito à saúde, no caso brasileiro, as previsões não foram muito precisas com a argumentação de que havia muita lacuna do ponto de vista de dados. Seria interessante chamar os cientistas brasileiros que participaram para explicar isso para gente. Simultaneamente foi publicado... Simultaneamente, não. Uma semana antes, para dizer a verdade, foi publicado também um artigo na Folha de São Paulo, dizendo que há um imenso buraco nos dados meteorológicos do Brasil. A gente vai ter que ir atrás também para tentar buscar isso. São essas as informações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Deputado Rodrigo Rollemberg.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF) – Até complementando essas informações trazidas pelo Deputado Gabeira, no dia da nossa visita ao INPE, a Folha de São Paulo trouxe uma matéria falando que uma das dificuldades de ter essas informações para compor o mapa do clima das mudanças climáticas no Brasil é exatamente o fato de que o INMET não estaria disponibilizando as informações. E que há uma reclamação da comunidade científica de que os dados do INMET são cobrados, e isso dificulta o acesso a eles. Então eu acho que também essa Comissão deveria fazer o convite ao Presidente do INMET para ver como é que a Comissão pode contribuir com isso, de que esses dados... Primeiro, há uma necessidade de que esses dados sejam digitalizados e qualificados por um grupo de cientistas e que sejam disponibilizados gratuitamente para o uso da comunidade científica.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Eu queria aproveitar a sugestão do Deputado Rodrigo Rollemberg, como essa Comissão já constituiu com a Assessoria da Câmara e do Senado para que três parlamentares acompanhassem um Senador e dois Deputados a consolidação e a relação dos projetos que tramitam nas duas casas, eu acho que seria bom se a gente contasse com a colaboração, e aí eu faço a sugestão para que a Deputada Perpétua e a Deputada Rebeca fizesse uma análise específica sobre essa questão dos dados. Com as informações tanto do Deputado Fernando Gabeira quanto das informações do Deputado Rodrigo para dar a essa Comissão a informação de quais dados em que instância estão sendo ou protegidos, como é o caso que foi denunciado no INPE, ou ainda sem uma explicação específica, como é o caso das informações que não constam do Relatório do grupo 2 e que sabidamente ficaram fora do Relatório por questões políticas, uns questionando a estratégia de segurança de Estado e outros até dizendo com relação aos efeitos e consequências da sua divulgação.

Então, que a Comissão precisa ter a responsabilidade de ter acesso a esses dados. Deputado Gabeira.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ) – Mais uma sugestão. Primeira delas é o seguinte, a gente tem que ter... A Comissão vai ter que ter... Talvez eu faça um Requerimento para a Sessão não administrativa. Uma variação da situação do Brasil no campo da meteorologia. Nós temos algumas lacunas. Por exemplo, quando houve aquele furacão em Santa Catarina, eu estava lá e percebi que a gente não tinha instrumentos para avaliar bem. Faltava uma estação meteorológica lá. E agora em Roraima caíram quatro aviões... Quatro não, mas quatro aviões tiveram problemas lá por umas questão de uma tempestade e vento. Eles saíram para um exercício, um piloto morreu. Quer dizer, tinha que ter alguma coisa para prever que aquela tempestade estava lá. A gente vai ter que levantar isso, porque no momento que nós caminhamos de aquecimento global com muitas transformações, vamos ter situação meteorológica melhor. Pode ser uma boa contribuição da Comissão. Inclusive em termos de orçamento. Ver o quanto no orçamento a gente vai precisar dispor para dotar o Brasil desse processo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Deputada Rebecca Garcia.

DEPUTADA REBECCA GARCIA (PP-AM) – Aproveitando essa questão de... Aproveitando essa questão de orçamento, eu acho, na minha opinião, o que está havendo muito no Brasil é uma concentração de investimentos. Os investimentos estão todos loca-

lizados em poucos institutos. Eu tenho acompanhado muito o trabalho do Instituto de Pesquisa da Amazônia, do INPA. E o que a gente percebe claramente é que está havendo um alijamento daquelas instituições da região norte. O que me preocupa muito. Porque hoje com essa questão climática, me preocupa muito a grande riqueza de informação que a região tem e produz e de pouco investimento que não nos pode trazer benefício dessas informações. As informações da região são informações vindas de coleções de 80, 100 anos, trazidas da água, trazida da floresta... E essas informações são de pouca validade em função desse pouco investimento na região. Acho que temos ainda uma noção errada do que é soberania. Porque soberania não é aquela questão de defesa de fronteiras. Soberania hoje é quando um navio pára num Amazonas, enche de água, vai e viaja para a Alemanha e lá se ele filtrar aquela água ele tem todas as informações do meu rio. Então a gente está perdendo por não investir nesse tipo de informação que pode nos trazer informações sobre o que é que está acontecendo no clima e dessa maneira a gente está perdendo a nossa Amazônia. A gente já entregou na verdade. E só de maneira diferente. A maneira mais importante hoje que é a maneira da informação.

Então, acho que a Comissão poderia fazer um esforço também de tentar dividir investimentos porque eu acredito que quando o Ministério de Ciência e Tecnologia cria uma Comissão que vai tratar de mudanças climáticas, uma coordenadoria e elege três institutos e os três institutos estão em São Paulo, ele está discriminando e vendo como problema todos os outros institutos. Então acho que isso deveria ser trabalhado também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – A palavra com o Relator, Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Sr. Presidente, senhores e senhoras membros da Comissão, Presidente, primeiro nós ainda não temos *quorum* para deliberar. Mas acho que nós temos que tomar algumas decisões aqui mesmo que... Até para orientar o trabalho nosso.

Com relação aos dados, nós fizemos uma boa visita ao INPE. Foi excelente. Quem esteve lá, o Gabeira não teve oportunidade de estar junto conosco, nem a Rebecca e nem o Sarney. Mas foi excelente a visita. Discutimos essa questão dos dados lá com eles, Deputado Gabeira, especialmente os dados meteorológicos. E acho que nós precisamos, aí fica mais fácil para nós irmos, irmos ao instituto aqui do Ministério da Agricultura. INMET. Porque ontem mesmo tem uma matéria de um encontro que aconteceu na USP que trata

desse vazio de dados. Que já tem os dados, segundo o próprio Ministro da Ciência e Tecnologia ontem na Comissão de Ciência e Tecnologia no Senado disse já tem os dados, tem que digitalizar, tem que incorporar esses dados, tem que disponibilizar esses dados.

Então, Deputada Perpétua e Deputada Rebecca que vão cuidar disso, que a gente pudesse marcar uma visita nossa a INMET para que a gente pudesse debater outros temas, mas debatermos esses temas também com relação aos dados meteorológicos que são importantes.

Com relação ao nosso trabalho, nós ficamos, fomos à última atividade nossa foi uma visita ao INPE, que contribuiu muito para conhecimento, até algumas sugestões que os pesquisadores nos deram com relação ao nosso Relatório. Mas nós temos na semana que vem uma Audiência Pública programada com alguns Ministérios, Ciência e Tecnologia, Minas e Energia, desenvolvimento e EMBRAPA. No mesmo dia. Na terça-feira, duas horas da tarde. Os Ministros estão pedindo, só para ouvir a opinião... O Ministro da Ciência e Tecnologia me solicitou que ele virá, se for essa a decisão da Comissão, mas que ele gostaria muito que fosse o Miguez, que é a pessoa que cuida disso no Ministério. O Presidente da EMBRAPA indicou o técnico... Eduardo Assad para ver. Então acho que poderíamos fazer uma Audiência Pública com as pessoas que estão tratando do assunto em cada órgão desse.

Então, vocês dando o consentimento e aprovando, mesmo que seja aprovação informação ainda, mas uma orientação, nós vamos combinar isso para que a Audiência Pública da terça-feira duas horas da tarde seja com essas representações e pedir à Assessoria para tomar as providências de contato com os Ministérios para organizar o nome das pessoas e a vinda das pessoas aqui na terça-feira. Então seria atividade que nós teríamos no dia 17. O Presidente fez...

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)

– Senador, só para a gente poder se situar. Seria interessante que a Secretaria da Comissão distribuísse para gente a agenda futura da Comissão. Porque a gente já tomou várias... Já fez várias deliberações, tem várias ações desmarcadas para a gente ir se situando e ir se agendando também.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Já foi marcado, Deputada. Vai passar de novo. A gente entrega agora para você uma cópia. Mas já foi passada.

O Presidente Eduardo, Deputado Eduardo Gomes fez uma sugestão da tradução dos dois relatórios e a impressão desses dois relatórios. Para disponibilizar para o meio acadêmico, para a Comissão... Isso está um Requerimento do Deputado Eduardo. Não coloca-

mos... O Presidente não colocou em votação porque é preciso do *quorum*. Também pelo que eu vi há um consentimento e há uma aprovação com relação a esse Requerimento para que a gente já possa começar a tomar as providências referentes a esse assunto, mesmo que depois a gente tenha que formalizar a aprovação na Comissão.

Nós, depois de terça-feira, na nossa programação, dia 17 Audiência Pública, depois nós vamos pular para maio. Dia 11 de maio, nós temos uma visita marcada, uma Audiência Pública em Belém. Onde a idéia é fazermos uma Audiência Pública, ouvirmos as entidades, os órgãos públicos, na Assembléia Legislativa... Na Assembléia Legislativa de Belém eu verifiquei tem uma Comissão de Mudanças Climáticas funcionando na Assembléia Legislativa. Então nós podemos envolvê-la para que ela possa... Fazemos uma visita ao museu, Emílio Goeldi, então seria essa programação. Para o dia 11 de maio que só queremos só confirmar se a Comissão concorda com a data, se quer antecipar um dia, se quer fazer na quinta-feira à noite, na sexta de manhã. Certo?

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ)

– Que dia é da semana?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Sexta-feira. Dia 11 é uma sexta-feira. Então gostaríamos de saber se nós confirmamos a data do dia 11 ou se mudamos para o dia 10, ou para o dia 12, ou para o dia 14... Está certo? Pois não.

DEPUTADO SEBASTIÃO ROCHA (PDT-AP) – A

audiência ela vai... O objetivo mais é discutir a questão do Emílio Goeldi ou mais discutir toda a questão da Amazônia ou mais referente ao Estado do Pará?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Avanço da fronteira agrícola, desmatamento ilegal ou mineração... Fazer uma discussão geral.

DEPUTADO SEBASTIÃO ROCHA (PDT-AP)

– Eu queria fazer uma sugestão que pudesse ser convidado representantes de outros Estados também. Não para Mesa, para os fóruns e debates, mas para se fazer presente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Quando nós aprovamos...

DEPUTADO SEBASTIÃO ROCHA (PDT-AP)

– Amapá que é vizinho.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Só para recordar. Quando nós aprovamos a reunião uma em Belém e outra em Manaus, é para que nós pudéssemos chamar além do Pará, ou Amapá e outros Estados. Uma em Belém com a região e outra em Manaus com a região. Para a gente estar num processo de debate com todas as autoridades e entidades que queiram participar. Estejam participando. Por isso

que eu quero pedir à Assessoria para levantar todas as entidades e os órgãos públicos importantes para que a gente possa fazer a partir de agora então a mobilização. Com relação a essa Audiência Pública. E organizar uma visita ao museu Emílio Goeldi. Porque acho importante quem não conhece, conhecer. Mas também se vocês confirmarem o que está programado, nós vamos organizar a visita... Essa Audiência Pública em Belém. Sarney, com a palavra.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA) – Sr. Presidente, nobre Relator, caros colegas, primeiro gostaria de parabenizar aí a Comissão, a pessoa do Presidente e do Relator pelas ações que já estão em andamento. Acho que é importante que a gente não obstante realize essas Audiências Públicas, mas que a Comissão defina entre duas vertentes, ou se decidir por ambas as vertentes, de objetivos para que a gente possa de uma maneira mais efetiva contribuir para a redução do aquecimento global, para que a gente possa contribuir, para que o País assuma compromissos de redução dessas emissões, para que a gente possa contribuir também, para que o Brasil retome a liderança no processo ambiental mundial que está perdendo. Ou já perdeu.

Então, eu ontem estava conversando com o Deputado Mendes Thame que me chamou atenção a respeito do seminário. Colocando que ou a gente fazia um seminário informativo ou a gente fazia um seminário propositivo, inclusive incorporando desse seminário já sugestões legislativas. Mas ao lado disso, Presidente, eu acho que é importante que a Comissão, ela chame para si já os Projeto de Leis do Senado dos Parlamentares tantos do Senado quanto da Câmara que já estão em andamento e que a gente... Veja bem, Presidente. Já tem uma Comissão. Mas que a gente politicamente a Comissão, e a isso eu já posso também colocar a Frente Parlamentar Ambientalista para que a gente vá ao Presidente do Congresso, Senador Renan, e ao Presidente da Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia, já pedir que ele inclua na votação uma dessas propostas. É importante que o Congresso sinalize o seu compromisso com os novos tempos. E a Comissão lidere esse processo. Então, é justamente dentro dessa perspectiva que eu gostaria de opinar. Também só para concluir uma outra sugestão... Precisamos de uma vitória. Uma outra sugestão que acho importante, primeiro eu quero parabenizar a idéia de nós traduzirmos. Eu quando fui Presidente da Comissão do Meio Ambiente tive o privilégio de traduzir a Agenda 21 da Rio 92.

Então, foi muito importante. Fizemos uma grande solenidade, distribuimos para todo mundo uma edição, foi muito bom.

Então, como esse Relatório é um Relatório imenso, eu sugeriria que a gente fizesse em primeiro lugar a introdução, que é uma visão global, a tradução da introdução, e a parte que diz respeito à América Latina. A parte que diz respeito à América do Sul. Porque isso já vai dar uma boa tradução. E esse já vai ser importante para as discussões que nós estamos levando em conta. Ao lado disso, é lógico, a tradução completa de todo Relatório pode ir andando com mais vagar.

Então, e quanto a... Eu já quero também aproveitar, Presidente, pedir uma mudança da data de junho. Em vez de 15 de junho que é uma sexta-feira, que se fizesse na segunda-feira, 16, 17, 18 de junho. Porque eu estava vendo na minha agenda, já tenho compromissos agendado com o Partido Verde. Então é possível que nem eu e nem o Deputado Gabeira possa comparecer na sexta-feira 15 de junho. Então se possível essa ou uma outra sexta, uma sexta subsequente. É uma sugestão, lógico, temos bastante tempo para isso eu estou logo levantando essa questão aqui.

Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, e nobres pares, eram essas aí as observações que gostaria de fazer e mais uma vez ressaltando a eficácia, a eficiência da Comissão que está se colocando pelo seu trabalho como uma das mais importantes Comissões do Congresso Nacional.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Bem, então só para que eu possa concluir e acatando aqui a sugestão que o Deputado Sarney fez, e que o Deputado Eduardo Gomes já tinha me falado durante essa semana.

Nós estamos... Nós propusemos... Deputado Sarney, Deputado Gabeira, nós propusemos um Relatório parcial em julho. Eu acho que eu... Eu estou concordando com vocês de que nós tínhamos que antecipar isso, nós tínhamos que apresentar algumas propostas concretas mais rápidas na Comissão.

Então, seja em termos das propostas que o Rodrigo Rollemberg, o Deputado Gabeira e o Senador Jefferson Peres estão incumbidos de consolidar, seja em termos de orçamento, orçamento público para algumas ações que a gente tem a definir nos próximos dias, nós podíamos antecipar agora como propôs o Deputado Gabeira para o mês de maio um Relatório parcial com algumas medidas bastante concretas para o Deputado Arlindo Chinaglia e para o Senador Renan Calheiros.

Então anteciparia para maio. Para a gente poder ter de fato algumas coisas para serem apresentadas em termos concretos para o Governo Brasileiro, para a administração pública, para a sociedade brasileira. Nesse assunto, Rodrigo?

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF) – Nesse assunto. Sr. Presidente, eu quero dar uma sugestão ao nosso Relator. Dia 5 de junho é o Dia Nacional do Meio Ambiente. Acho que nós teríamos que trabalhar na minha visão numa perspectiva da gente tentar sistematizar os projetos que fossem... Tivessem um consenso...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)
– Importantes de serem votados.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF) – ...Dessa Comissão Especial, e sugerir ao Presidente da Câmara e ao Presidente do Senado que fizesse na semana do meio ambiente, no dia, na semana do dia do meio ambiente fizesse um esforço concentrado de votação de projetos da área de meio ambiente, sobretudo sobre mudança climática.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)
– Ok. Perfeito. De minha parte está acatado.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ) – Eu tenho que partir... Muito rápido também. É o seguinte, nós fizemos aqui há quatro anos uma Comissão Especial sobre o El Nino. E essa Comissão produziu um Relatório do Senador... É um Senador da Bahia que foi Ministro da Previdência, esqueci o... Waldeck Ornelas. E eu tenho os relatórios... Seria interessante pedir ao Senado e passar para os Deputados da Comissão esse livrinho. Que é um livro sobre o El Nino que volta a ter muita atualidade.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)
– Tá. Então, Presidente, só para concluir a minha participação...

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)
– Relator, só ainda sobre a proposta que você está lendo. Olhe só, não está aqui, mas já está definida a data que o nosso seminário internacional seria no dia 27 de agosto. Não é isso? No mês de agosto nós temos marcado aqui no dia 28 uma Audiência Pública. Pa ra gente fazer a mudança. Para trocar. Porque senão do dia 28 vai ficar...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)
– A Assessoria anota a data para mim. Olha, eu não ia propor, não, porque eu estava aqui meio constrangido em propor, mas como o Sarney propôs uma mudança da Audiência Pública de junho, eu dia 11 de maio eu tenho um compromisso pessoal e não poderei estar lá em Belém. É possível nós anteciparmos para segunda-feira, ao invés de fazer numa sexta?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)
– É possível ao invés de dia 11, ser dia 7 de maio?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)
– Antecipar. Ao invés de dia 11, dia 7. Até porque dia 11 tem alguns Parlamentares com compromissos im-

portantes no Brasil. Tem a visita do Papa, o Eduardo também está prestes a fazer uma viagem...

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA) – E quanto a junho? Não era bom a gente fazer também uma proposta?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)
– Já, você já fez a proposta de junho.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA) – Já está feita.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)
– Já está acatada.

DEPUTADO IRAN BARBOSA (PT-SE) – Sr. Relator, é o seguinte, em relação à proposta de maio, eu queria então, diante dessas ponderações que estão sendo feitas, se possível em lugar de ser no dia 7, que é uma segunda, fosse no dia 14 que é outra segunda, contemplaria também um problema que eu teria no dia 7.

E em relação a junho, só chamando atenção, é uma segunda também, uma segunda posterior ao invés do dia 7 seria dia 14. E no mês de junho, uma ponderação, que não tem nenhum choque com o que já foi feito aqui, que não ficássemos para depois do dia 15 por uma razão óbvia. Em junho nós temos no calendário nordestino uma série de atividades que no final de semana.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)
– Você propôs qual data de junho? Deputado Sarney? Você propôs qual data de junho?

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA) – De junho eu propus dia 18.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)
– Ele está propondo que seja antes do dia 15.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA) – Não tem problema. Eu só não posso é dia 14 e 15, por causa do encontro do PV.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA) – Sr. Presidente, eu aproveito a oportunidade, eu vou ter uma reunião da executiva.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)
– Só para gente poder combinar a data com o Iran, Deputado Iran, dia 14 o Presidente Eduardo Gomes não vai estar aqui. Você tem condições de resolver para nós fazermos no dia 7, mesmo?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Para nós ganharmos a segunda-feira na Câmara.

DEPUTADO IRAN BARBOSA (PT-SE) – É, exato.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – ...Vai ficar mais fácil para todos os Deputados.

DEPUTADO IRAN BARBOSA (PT-SE) – Qual seria o turno de início dos trabalhos lá na segunda-feira?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)
– Seria nove horas da manhã. Dez horas da manhã.

DEPUTADO IRAN BARBOSA (PT-SE) – Aí fica difícil.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– A gente faz a visita ao museu Emílio Goeldi, que você já conhece.

DEPUTADO IRAN BARBOSA (PT-SE) – Não, não, não. Não conheço.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Conhece não?

DEPUTADO IRAN BARBOSA (PT-SE) – Não.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– E faríamos a audiência à tarde.

DEPUTADO IRAN BARBOSA (PT-SE) – Que fosse uma outra data então, se não fosse o dia 11, o dia 18 que é uma outra sexta-feira teria problema para os senhores?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Vamos verificar, então. A gente verifica e consulta a essa Comissão.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA) – Sr. Presidente, nobre Relator, eu quero só comunicar que nós estamos tendo uma reunião da executiva do nosso partido, é o segundo dia da reunião, e ela está em pleno andamento. E agora acabaram de nos ligar. Portanto eu e o Deputado Gabeira vamos ter infelizmente que nos retirar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Eu queria apenas uma informação, Deputado Sarney. Apenas uma informação, Deputado Gabeira. Até porque nós estamos encerrando a reunião.

Então, o Relator fica autorizado pela Comissão e essa formalização da antecipação do Relatório prévio eu acho que ela pode ser formalizada para depois porque já tem autorização para o Relatório. Então fica autorizada a correção e a divulgação parcial. É isso?

DEPUTADO SEBASTIÃO ROCHA (PDT-AP)

– Eduardo, Presidente, Deputado Sebastião.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Deputado Sebastião.

DEPUTADO SEBASTIÃO ROCHA (PDT-AP)

– Presidente, eu quero através da Comissão oferecer uma contribuição para esse debate que não é apenas nacional, ele é mundial, no sentido de que logo que surgiu o primeiro Relatório do IPCC eu apresentei uma indicação ao Presidente Lula por ocasião também da visita do Presidente Bush ao Brasil no sentido que o Brasil possa fazer gestões e aí nesse sentido do Brasil assumir a vanguarda da discussão também como dos Países que podem sofrer grandes consequências em função dessas mudanças no sentido que o Brasil possa pleitear a criação, a instituição, de um novo organismo dentro da Organização Mundial, dentro da

ONU, no sentido de instituir um Conselho de Segurança Ambiental Global, exclusivo para tratar da questão ambiental. Quer dizer, os Países ricos estão levando essa discussão para dentro do Conselho de Segurança Permanente da ONU. Vimos agora a imprensa noticiar isso, a Inglaterra, Alemanha... Estão defendendo que esse assunto vá para discussão dentro do Conselho Permanente de Segurança da ONU. Ocorre que o Brasil não tem assento nesse Conselho Permanente. Aí o que acontece? Essa discussão vai de novo ser permeada entre os Países ricos. E os Países que podem sofrer grandes consequências, como Brasil, Índia, que não têm assento permanente, ficam de fora.

Então, eu vou apresentar formalmente a Comissão essa sugestão, mas quero já antecipar porque ela já foi protocolada na Câmara, já foi encaminhar ao Presidente Lula, e nós dessa Comissão poderemos fazer disso também uma bandeira no sentido que seja instituído esse novo organismo.

Eu propus também uma Organização Mundial do Meio Ambiente. Nós temos a Organização Mundial do Comércio, nós temos a Organização Mundial da Saúde, por que não podemos ter uma Organização Mundial do Meio Ambiente? Se o assunto está tendo tanta repercussão, e não apenas do ponto de vista sentimental, ou reacional, mas também do ponto de vista pragmático, mesmo, das consequências, dos estudos. Do ponto de vista científico. É uma questão científica, não é uma questão apenas de alarme. É uma questão mesmo científica.

Então eu propus que na verdade que fosse instituída duas organizações. Uma Organização Mundial do Meio Ambiente, dentro dela o Conselho de Segurança Global de Meio Ambiente, Ambiental Global. E peço que a Comissão possa analisar mais à frente, se ela pode adotar também essa iniciativa como uma proposta da Comissão. Eu vou encaminhar à Presidência, ao Relator, e cópia também a todos os membros da Comissão, Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Agradeço a sugestão de grande valia. Eu ontem numa... Até conversei com o Deputado Sarney sobre isso, mas só para se ter uma idéia, a Comissão de Minas e Energia da Câmara discutia um projeto que regulamentava alguns itens que com efeito direto com a relação de política de mudanças climáticas e a Comissão de Minas e Energia da Câmara foi unânime em suspender a análise do projeto, até que esse projeto fizesse parte de um contexto de análise dos projetos das várias Comissões que tratam do assunto.

Então o que eu percebo hoje é que o debate quando a discussão ela tem a visão de aquecimento global,

mudanças climáticas e as suas conseqüências, ela ultrapassa as barreiras do segmento e da visão de meio ambiente. Porque ela tem uma discussão econômica, social. Então de repente uma Organização Nacional de Mudanças Climáticas porque você só consegue a compreensão, a adesão e a preocupação dos setores produtivos, das questões urbanas... E até econômicas, quando você...

DEPUTADO SEBASTIÃO ROCHA (PDT-AP)

– Talvez um Conselho. Um Conselho Nacional. Uma organização nacional que vai também dentro da... Indicação que eu fiz. Só que a que eu propus é em nível mundial.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Vamos discutir bastante isso. Vou passar a palavra ao Relator para que a gente tenha nessa reunião, no seu encerramento, a visão de que hoje nós aprovamos a providência da tradução parcial e a Comissão pode fazer isso em cadernos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Presidente, nesse assunto da tradução, nós vamos ter que tentar conseguir um orçamento para fazer isso. Para fazermos isso. Vocês acham 500 exemplares de cada um é muito? É pouco? É pouco?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Eu informo que recentemente a Câmara está dotada agora de uma gráfica moderna também, a Câmara trabalha em conjunto com o Senado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Eu vou pedir à Assessoria para levantar a quantidade de página de um Relatório desse. Mil exemplares cada um? É pouco também? Eu estou pensando muito baixo?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu acho.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu acho que sim, porque nós temos só de Deputados 513, eu acho que é importante (inaudível) para interesse da parte de cada Parlamentar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – As assembléias, Câmara de Vereadores.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Pois é, Senado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Então fale aí um número.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF) – Minha sugestão, Sr. Presidente e Relator, é que a gente faça em torno de uma tiragem de cinco mil exemplares. Porque além dos Parlamentares, acho importante distribuir para as Assembléias Legislativas, distribuir para as principais universidades. Então acho que cinco mil exemplares seria um bom começo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Vamos ver. Agora outra coisa é o seguinte, Deputado Rodrigo Rollemberg, o senhor, Deputado Gabeira e Senador Jefferson Peres, são os três. Na Sub-Relatoria de... Você está aqui e queria que você passasse... Você chamasse, coordenasse... Nós temos que trabalhar na questão da sistematização dos projetos e vocês apresentarem um Relatório para nós daquilo que vocês acham que é importante para definir a gente a prioridade dos projetos.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF)

– Vou dar uma informação, Sr. Presidente. A consultoria da Comissão junto com a Assessoria também da liderança do PSB já fizeram um primeiro levantamento prévio dos projetos. Tivemos algumas dificuldades porque nem todos os projetos se referem diretamente a questões de mudanças climáticas no seu texto, mas tem efeitos concretos sobre isso, então na busca isso criou algumas dificuldades. Vamos trabalhar no sentido de construir uma metodologia para esta sistematização e acredito que a gente tem aí nos próximos dias condições de apresentar já alguma coisa já para essa Comissão com esse objetivo de já ter um conjunto de projetos que sejam consensos dessa Comissão que possam ser apresentados ao Presidente da Câmara e ao Presidente do Senado para serem votados, apreciados na semana do Dia Nacional do Meio Ambiente que é dia 5 de junho. Vamos trabalhar nesse sentido.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Antes de encerrar, informar aos Srs. Parlamentares que a Deputada Perpétua...

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC) – Antes de encerrar, só fazer um pedido, aproveitar que o Deputado está aqui que vai fazer o levantamento dos projetos. Eu insisto que a gente leve em consideração aquela proposta de Projeto que foi aprovado no Senado, está dormindo na Câmara que é a questão do FPE Verde. São mais de 500 milhões por ano que entraria no caixa dos Estados que têm áreas ambientais preservadas, parques nacionais, reservas indígenas que é um dinheiro que entra para as comunidades dessas localidades fazer um Projeto de desenvolvimento sustentável. São 500 milhões a ser dividido para os Estados.

E uma outra coisa, nós pedimos uma Comissão Geral para debater no dia 5 de setembro, dia da Amazônia para a gente trazer cientistas, debatedores, para discutir. Para que essa questão da Amazônia ela tome de conta do País, mesmo. E aí para que a gente possa colocar aqui no calendário da Comissão para a gente priorizar o 5 de setembro que a gente pediu uma Comissão Geral na Câmara para debater a questão da Amazônia. Que a gente coloque no nosso calendário

como uma prioridade, já que a Amazônia é o nosso maior patrimônio genético que a gente coloque no nosso calendário como uma das prioridades.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Então antes de encerrar só informar aos Srs. Parlamentares que no dia 12, mas também no dia 11 e 12, dois importantes seminários ocorrem, um no Brasil, em São Paulo, e quero falar com relação a essa questão de seminário, não especificamente pela participação do ex-vice-Presidente Al Gore, mas de todo o contexto do seminário. Afinal de contas já existem até opiniões divergentes. Eu pessoalmente tenho opinião sobre o documentário, tenho as minhas ressalvas. Mas acredito que pelo contexto desses dois seminários, a Comissão está fazendo um esforço para ver se envia alguns Parlamentares ao dia 11 que será em Buenos Aires, sobre biocombustível e efeito do aquecimento global com a presença do Al Gore, e estamos tentando também a presença de alguns Parlamentares da Comissão. Eu pessoalmente não poderei no dia 12 porque há também uma agenda com o Presidente da Câmara na visita do Papa a Guaratinguetá, mas outros Parlamentares podem ir e a Comissão tem feito um esforço para colocar representantes dessa Comissão nos dois seminários. Todos os dois seminários com a presença do Al Gore. 11 e 12 de maio.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF) – O primeiro é na Argentina. E o segundo?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – O segundo é em São Paulo. Tem dois na Argentina. Ok.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Fica confirmado que Belém não vai ser dia 11, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Nós vamos combinar e vamos informar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É nesse período aí.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO) – Bom, eu insisto... Só para encerrar, faço aqui a observação e a ressalva e parabeno o Deputado Rodrigo Rollemberg por artigo divulgado ontem pelo jornal CORREIO BRAZILIENSE, com o título de aquecimento global, desafios e oportunidades, solicito aos Parlamentares, acho importante nesse momento cada um com a sua visão que tenha... Conte com a Comissão para isso, com a própria Assessoria para que nós possamos colocar a nossa opinião nesse debate que a mídia inicia, mas de maneira até... Que precisa da nossa compreensão, todas as reportagens, todas as matérias trazem as consequências do aquecimento global, sugerem as suas soluções, conhecem e têm consciência que essas soluções só serão possíveis e só terão consequência com o apoio e com o trabalho do Congresso Nacional, mas a gente registra e se preocupa com a ausência da opinião do Congresso em todas essas matérias.

Então, esse trabalho também eu julgo que a culpa maior é nossa. Dos Senadores, dos Deputados e das Deputadas e Senadoras. Que não colocamos e expomos a nossa opinião e provocamos então esse debate. Porque afinal de contas, tudo que se coloca na imprensa de possível solução, redução de desmatamento, inspeção veicular, calendário, Política Nacional de mudanças climáticas terá rigorosamente que passar pela aprovação do Congresso Nacional.

Então declaro encerrada a reunião, e a Assessoria marcará qualquer Reunião Extraordinária e manteremos o nosso calendário na programação do Relator. Muito obrigado. – Deputado **Eduardo Gomes**, Presidente.

(Sessão encerrada às 10h35)



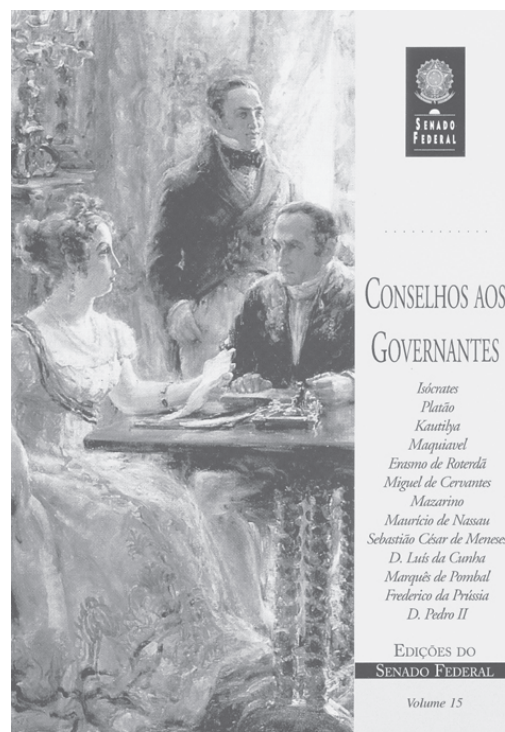
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conselhos aos Governantes

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 470 PÁGINAS